



JORNAL OFICIAL

Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso



Índice

Câmara Municipal de Alto Garças	5
Câmara Municipal de Apiacás	5
Câmara Municipal de Cáceres	6
Câmara Municipal de Conquista D'Oeste	6
Câmara Municipal de Curvelândia	7
Câmara Municipal de Diamantino	7
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento	8
Câmara Municipal de Planalto da Serra	9
Câmara Municipal de Ponte Branca	10
Câmara Municipal de Porto Esperidião	10
Câmara Municipal de Salto do Céu	10
Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato	11
Câmara Municipal de Santa Terezinha	12
Câmara Municipal de Santo Afonso	12
Câmara Municipal de São José do Rio Claro	12
Câmara Municipal de Tabaporã	12
Câmara Municipal de Tangará da Serra	13
Câmara Municipal de Várzea Grande	13
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal	14
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé	14
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC	17
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA	18
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP	19
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia	27
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT	28
Prefeitura Municipal de Acorizal	28
Prefeitura Municipal de Água Boa	29
Prefeitura Municipal de Alto Garças	32
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai	32
Prefeitura Municipal de Alto Taquari	35
Prefeitura Municipal de Apiacás	36
Prefeitura Municipal de Araguaiana	50
Prefeitura Municipal de Araguainha	51
Prefeitura Municipal de Araputanga	52
Prefeitura Municipal de Arenópolis	74
Prefeitura Municipal de Aripuanã	77
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres	89
Prefeitura Municipal de Barra do Garças	268
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia	280
Prefeitura Municipal de Brasnorte	297
Prefeitura Municipal de Cáceres	298
Prefeitura Municipal de Campinápolis	324
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis	387
Prefeitura Municipal de Campo Verde	397
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio	407
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte	410
Prefeitura Municipal de Canarana	412
Prefeitura Municipal de Carlinda	425
Prefeitura Municipal de Castanheira	428
Prefeitura Municipal de Cláudia	431
Prefeitura Municipal de Cocalinho	438
Prefeitura Municipal de Colíder	439

Prefeitura Municipal de Colniza	441
Prefeitura Municipal de Comodoro	453
Prefeitura Municipal de Confresa	453
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste	458
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu	459
Prefeitura Municipal de Cuiabá	484
Prefeitura Municipal de Curvelândia	484
Prefeitura Municipal de Diamantino	486
Prefeitura Municipal de Dom Aquino	488
Prefeitura Municipal de Feliz Natal	489
Prefeitura Municipal de Guiratinga	502
Prefeitura Municipal de Indaiavá	503
Prefeitura Municipal de Itanhangá	510
Prefeitura Municipal de Itiquira	510
Prefeitura Municipal de Jaciara	517
Prefeitura Municipal de Jauru	519
Prefeitura Municipal de Juara	526
Prefeitura Municipal de Juruena	533
Prefeitura Municipal de Juscimeira	550
Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste	550
Prefeitura Municipal de Marcelândia	561
Prefeitura Municipal de Matupá	562
Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste	566
Prefeitura Municipal de Nobres	593
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento	610
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes	622
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia	627
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda	630
Prefeitura Municipal de Nova Maringá	631
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde	636
Prefeitura Municipal de Nova Mutum	642
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia	643
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena	655
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina	657
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte	687
Prefeitura Municipal de Novo Mundo	687
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio	688
Prefeitura Municipal de Paranatinga	689
Prefeitura Municipal de Pedra Preta	690
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo	697
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra	702
Prefeitura Municipal de Poconé	702
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia	705
Prefeitura Municipal de Ponte Branca	706
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte	775
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião	778
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos	780
Prefeitura Municipal de Poxoréu	792
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira	799
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho	810
Prefeitura Municipal de Rio Branco	818
Prefeitura Municipal de Rondonópolis	820
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste	820
Prefeitura Municipal de Salto do Céu	823
Prefeitura Municipal de Santa Carmem	823
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato	830
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha	843
Prefeitura Municipal de Santo Afonso	845
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger	845
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste	846
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia	895
Prefeitura Municipal de São José do Povo	905
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro	927

Prefeitura Municipal de São José do Xingu	930
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos	931
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada	932
Prefeitura Municipal de Sorriso	932
Prefeitura Municipal de Tabaporã	936
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra	937
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte	944
Prefeitura Municipal de União do Sul	947
Prefeitura Municipal de Várzea Grande	961
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade	966
Prefeitura Municipal de Vila Rica	968

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação

Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2023****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2023**

A Câmara Municipal de Alto Garças – MT, através do Agente de Contratação, nomeado sob Portaria nº 016/2023, torna pública Dispensa de Licitação nº 033/2023

CONTRATADO: Imagine Cortes e Gravações a Laser – Diandra Cabral M. E.

OBJETO: Objeto: Aquisição de troféu em acrílico para entrega de honrarias, moções, título de cidadão e título honorífico a fim de atender a demanda da Câmara Municipal De Alto Garças.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75 I da Lei nº 14.133/2021.

Gustavo F. N. Baldo

Agente de Contratação

A Câmara Municipal de Alto Garças – MT, através do Agente de Contratação, nomeado sob Portaria nº 016/2023, torna pública Dispensa de Licitação nº 033/2023

CONTRATADO: Imagine Cortes e Gravações a Laser – Diandra Cabral M. E.

OBJETO: Objeto: Aquisição de troféu em acrílico para entrega de honrarias, moções, título de cidadão e título honorífico a fim de atender a demanda da Câmara Municipal De Alto Garças.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75 I da Lei nº 14.133/2021.

Gustavo F. N. Baldo

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DO CERTAME****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2023****PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023 – REGISTRO DE PREÇO 002/2023****ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO CERTAME**

As onze horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, na sala das licitações da Câmara Municipal de Apiacás, reuniram-se a Pregoeira **Alciene da Silva Demétrio** e equipe de apoio **José Lima dos Santos** (membro ausente) e **Thalita Raquel de Brito** (membro presente) e **Sra. Julia da Silva** (membro presente) nomeados pela Portaria nº 015 de 02 de janeiro de 2023. Também se fez presente na abertura do certame o integrante da Comissão Permanente de Licitação **Sr. Leilson Balduino Feitosa** a Assessoria Jurídica **Dra. Ana Paula S. F. Dutra** e **Dr. Anderson Davi M. dos Santos** para acompanhar o desenvolvimento do processo, ainda, a servidora encarregada do Departamento de compras **Sra. Kelly C. Balbino dos Santos**.

DO CREDENCIAMENTO: à 10:30hs horário previsto para o credenciamento, o Sr. Alexandre Sebba Ferreira, portador do RG nº 1826492 DGPC/GO e CPF nº 521.507.801-78, se apresentou como proprietário da empresa SEBBA MOTORS LTDA inscrita no CNPJ 02.050.048/0001-30 e Inscrição Estadual nº 10.985.450-0 do Estado de Goiás, sediada a Rua 21F s/nº, quadra 07, Lote 04, Residencial Vale Azul, na cidade de Inhumas GO, CEP nº 75.408-187, apresentou a documentação do credenciamento, estando, portanto, apto a representar a referida empresa. Em ato contínuo, a Pregoeira deu as boas-vindas aos presentes, fez a leitura do objeto da Licitação: Processo Licitatório nº 11, Pregão Presencial 006/2023 a pre-

sente licitação tem como objeto o registro de preços para futura ou eventual aquisição de Camionete modelo SUV, zero quilômetro, ano e modelo 2023/2024, c/ 7 lugares, Transmissão automática mínimo de 6 marchas, motorização 2.8 Diesel, 4 Cilindros, mínimo de 200 CV, e Potência mínima de 50 Kgf.m, velocidade 180km/h, tração 4x4 com controle de tração autoblocante e de estabilidade, direção hidráulica e travas elétrica, vidro elétrico nas portas e sistema antiesmagamento, abertura automática pela chave remoto, sistema de segurança mínimo 06 Airbags (duplo frontal, duplo lateral de cortina e joelho para o motorista), Alarma Antifurto, Farol de neblina dianteiro, Câmera de Ré Digital de alta resolução, Sistema de áudio com o mínimo de 4 alto-falantes distribuídos nas portas, Controle do Sistema de som, bluetooth e integração com smartphones, comando de controle velocidade de cruzeiro, Tela em LCD mínimo 8" e multimídia, Rádio AM/FM, e entrada USB e Aux-IN, Bancos com revestimento em couro sintético, Banco do motorista com regulagem elétrica de altura, distância e inclinação do encosto. Sistema de refrigeração de ambiente: Ar-condicionado com controle eletrônico e zonal de temperatura; Rodas de liga leve ou Alumínio Aro 18" e rodas 265x60, Freios ABS com EBD e discos ventilados, alerta de colisão frontal. **Acessórios adicionais:** Insulfilmes, forramento impermeabilizado, Tapetes emborrachados, rabicho c/ engate rápido + instalação elétrica conforme legislação vigente. devidamente emplacada em Apiacás em nome da Câmara municipal de vereadores de Apiacás com garantia de 3 anos devidamente descrito no anexo do termo de referência para atender as necessidades da Câmara municipal de Apiacás. Na sequência observou que o envelope se encontra devidamente lacrado e repassou aos presentes para que seja rubricado as bordas do mesmo, abriu o envelope e constatou o preço de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). Apesar de estar dentro do previsto pelo baliamento de preços, propôs redução de preços para visibilizar vantagens na negociação. Após a negociação o valor final da oferta foi para R\$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais). Observa-se também que o veículo descrito na proposta atende as exigências descritas no edital que rege o certame bem como a validade da proposta a garantia e o prazo para entrega e pagamento atendem ao exigido. Como não há outra empresa participando, foi acolhido o preço como justo para a finalização da negociação e declara a empresa SEBBA MOTORS LTDA inscrita no CNPJ 02.050.048/0001-30 como a única classificada e passamos a fase de abertura do envelope de habilitação. O envelope da habilitação encontra-se devidamente lacrado e foi repassado aos presentes para a rubricas e identificado com a capa primeira alteração contratual documento pessoal CNH do sócio administrador CPF cartão CNPJ consulta ao Sintegra, Certidão Negativa Municipal de Inhumas GO, Alvará de Licença, Certidão Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos; Certidão de Regularidade do FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão Negativa de Débitos Inscritos em Dívida do Estado de Goiás; Certidão Negativa de Débito de Dívida Ativa não tributária do Estado de Goiás; Certidão Negativa da Sefaz MT; Certidão negativa expedida pelo tribunal de justiça do estado de Goiás, quanto a falência e concordata e declarações conforme edital e atestado de capacidade técnica expedido pela Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, devidamente acompanhado de nota fiscal emitida para a prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos. Da conferência dos documentos: o cartão CNPJ foi emitido em 05 de 12 de 2023 a consulta Sintegra foi realizada em 24/11/2023 a certidão negativa de débitos tributários federais é válida até 17/02/2024 a certidão negativa municipal é válida até 22/01/2024 a certidão de realidade do FGTS é válida até 24/12/2023 a certidão negativa de débitos trabalhistas é válida até 03/01/2024 as certidões emitidas pela se faz de Goiás são válidas até 60 dias tendo sido emitidas em 24/11/2023, a Certidão Negativa da Sefaz MT é válida até 04/02/2024 a certidão emitida pelo tribunal de justiça do estado de Goiás é válida nos termos exigidos no edital após a conferência com a equipe de apoio com a documentação de habilitação estando tudo conforme edital, a Pregoeira declara Vencedora a empresa SEBBA MOTORS LTDA inscrita no CNPJ 02.050.048/0001-30 com o preço no valor de R\$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais). Foi perguntado ao representante se ele

tem alguma intenção de se manifestar com algum recurso administrativo, o mesmo declarou não ter intenção de entrar com recurso. Estando tudo conforme, a pregoeira declarou encerrada a sessão onze horas e quarenta e cinco minutos. Eu, **Kelly C. Balbino dos Santos** lavrei a presente ata para que surta os efeitos legais.

Alciene da Silva Demétrio

Pregoeira

Thalita Raquel de Brito

Presidente C.P.L

Leilson Balduino Feitosa

Membro C.P.L

Julia da Silva

Secretaria C.P.L

Ana Paula S.F Dutra

Assessoria Jurídica

Anderson Davi M. dos Santos

Assessoria Jurídica

Kelly C. Balbino dos Santos

Assessora Administrativa

Sebba Motors Ltda

Licitante

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES PORTARIA Nº 272/2023

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, através de seu Presidente Luiz Landim, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea “b”, c/c artigo 24, inciso VII, alínea “h”, ambos do Regimento Interno;

Considerando a aprovação da Lei Ordinária Municipal nº 3.130, de 17 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município em 18 de janeiro de 2023, que deu nova regulamentação aos adicionais de função pagos aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Cáceres.

Considerando que a servidora **VALDIRA CARVALHO DE OLIVEIRA**, será designado para exercer a função relacionada ao envio das informações para o Sistema do APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Considerando o que consta no Ofício Interno nº 6.383, de 19 de dezembro de 2023, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º A servidora **VALDIRA CARVALHO DE OLIVEIRA** passará a exercer a partir do dia 19 de dezembro de 2023, a função gratificada para o envio das informações para o Sistema do APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.

LUIZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº001/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº046/2023

Referente ao **Processo de Contratação Direta – Adesão a Ata Registro de Preço nº 001/2023**, que visa a contratação da empresa NICK COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.283.355/0001-61, que fornecerá materiais permanentes, com vistas ao atendimento das necessidades de da Câmara Municipal de Cáceres.

Com fundamento no processo, o qual foi apreciado pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna deste Poder Legislativo, fica **HOMOLOGADO** o processo em epígrafe, tendo como vencedora e os valores:

CONTRATADA	ITEM	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
NICK COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ nº 48.283.355/0001-61.	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE, NAS MEDIDAS: 114,5 CM A 130,5 CM (ALTURA, CONFORME A REGULAGEM); ASSENTO COM REGULAGEM DE PROFUNDIDADE ACIONADA POR GATILHO, FEITO EM ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 60MM DE ESPESSURA COM DENSIDADE ENTRE 45 A 55 KG/M3 REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA; APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA; ENCOSTO EM ESTRUTURA PLÁSTICA COM TELA FLEXÍVEL ALTAMENTE RESISTENTE, COM APOIO LOMBAR FLEXÍVEL COM REGULAGEM DE ALTURA; MECANISMOS COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAGEM E TRAVAMENTO DA POSIÇÃO DESEJADA DO ENCOSTO. POSSUI AJUSTE DE TENSÃO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO E REGULAGEM DE PROFUNDIDADE DO ASSENTO POR GATILHO; BRACOS REGULÁVEIS TIPO 4D, COM REGULAGEM DE ALTURA, GIRO HORIZONTAL, DESLOCAMENTO LATERAL E FRONTAL; BASE GIRATÓRIA COM ARANHA DE 5 HASTES DE NYLON, COM 5 RODÍZIOS DE 65MM EM NYLON. SUPORTA NO MÍNIMO 110 KG. GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) ANOS. COM CERTIFICAÇÃO: Norma NR17 – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho.	R\$ 57.122,00 (cinquenta e sete mil cento e vinte e dois reais)

Cáceres - MT, 19 de dezembro de 2023

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e SIGMA ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 29.859.676/0001-17

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços de elaboração de projeto de reforma da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste, incluindo Projeto Básico com detalhamento técnico para execução da reforma, memória de cálculo dos quantitativos, planilha orçamentária, cronograma físico/financeiro, memorial descritivo RRT e/ou ART. Com fiscalização das obras e auxílio na alimentação do sistema Geo-Obras do TCE/MT

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Renovação Contratual - Prazo

BASE LEGAL: Art. 57, II da Lei 8.666/93

DATA: 19/12/2023

VIGENCIA: 01 de janeiro à 30 de maio de 2024

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2021

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e LIMA & LIMA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - CNPJ: 18.578.613/0002-57

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de conexão com a internet via fibra óptica por meio de IP FIXO DEDICADO com alta disponibilidade e garantia de banda SIMÉTRICA, sem interferência ou filtro com velocidade de 200Mb de Download e 200Mb Upload, com equipamentos necessários.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Renovação Contratual

BASE LEGAL: Art. 57, II da Lei 8.666/93

VALOR MENSAL: R\$ 749,97 (setecentos e quarenta e nove reais e nove centavos)

VALOR TOTAL: R\$ 8.999,64 (oito mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos)

DATA: 19/12/2023

VIGENCIA: 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 018 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre: aprovação da prestação de contas da prefeitura do município de Curvelândia Estado de Mato Grosso, Exercício Financeiro de 2022, Gestão do prefeito municipal, Senhor JADILSON ALVES DE SOUZA. Acatando o parecer **PRÉVIO FAVORÁVEL** nº 92/2023 TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, relativo aos processos 8.949-4/2022 (48-5/2022, 52.367-4/2023 e 52-3/2022 - apensos), que tratam das Contas Anuais de Governo da Prefeitura do Município de Curvelândia relativo ao exercício financeiro de 2022.

O presidente da Câmara Municipal de Curvelândia/MT, no uso das Atribuições que confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, FAZ SABER, que os vereadores aprovaram o seguinte Decreto Legislativo.

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Prefeitura do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, relativo ao Exercício Financeiro de 2022, gestão do prefeito Municipal Sr. Jadilson Alves de Souza, acatando o Parecer PRÉVIO Favorável do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº 78/2022, com determinação e recomendação ao prefeito do município de Curvelândia/MT, para tomar as seguintes providências:

a) determinação ao Chefe do Poder Executivo do Município que:

I) promova medidas efetivas no sentido de garantir o envio eletrônico a este Tribunal, dos documentos e informes obrigatórios de remessa imediata ou mensal, de modo fidedigno, em atendimento ao disposto nos arts. 146, caput e § 3º, 152, §§ 1º e 3º, e 188, todos do RITCE/MT, assegurando que os fatos contábeis estejam devidamente registrados à luz das prescrições normativas aplicáveis, e das Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN, a fim de evitar o comprometimento ou mesmo a inviabilização das atividades do controle externo;

II) realize à luz do princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º da LRF), avaliação, em cada fonte, mês a mês, da ocorrência ou não de recursos disponíveis (superávit ou excesso de arrecadação), para que, em sendo constatada existência de saldo ou estando as receitas estimadas dentro da tendência observada para o exercício financeiro, se possa, então, promover abertura de créditos adicionais, em cumprimento ao disposto no art. 167, II, da CF, e nos artigos 43 e 59 da Lei 4.320/64; e,

b) recomendação ao Chefe do Poder Executivo que:

I) elabore e implemente, no âmbito de sua autonomia administrativa, um plano de ação no sentido de não só assegurar a cobrança dos tributos de sua competência, como também de viabilizar a máxima efetividade na arrecadação destes, a fim de aumentar as Receitas Próprias do Município;

II) promova revisão da situação funcional da Administração Municipal, de modo a adotar medidas devidas nos casos de licenças e quantidades de servidores aquém da demanda atual de certos serviços, mediante a realização de contratações temporárias ou terceirizadas dentro das hipóteses permitidas legalmente previstas, além de avaliar a necessidade de suprir cargos vagos, especialmente para os que se refiram à execução de atividades próprias/exclusivas da Administração Pública, ou, de promover eventual extinção de cargos cujas funções possam ser desempenhadas por profissionais terceirizados, de acordo com a legislação aplicável;

III) realize o devido registro contábil das despesas com pessoal, segundo as suas naturezas e categoria, de acordo com as diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN e observando o que estabelece a LRF para fins do respectivo cálculo;

IV) diligencie no sentido de verificar a projeção das despesas e das receitas não só quando da elaboração da LOA e da LDO, mas também no próprio exercício financeiro através da análise do Relatório Resumido de Execução orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal, de modo a adotar as medidas necessárias para equacionar os gastos, especialmente, no caso, os de pessoal, e assim, garantir que sejam respeitados os limites prudencial e máximo para tais despesas do Poder Executivo e do Município; e,

V) adote medidas efetivas no sentido de aperfeiçoar as rotinas de lançamento de registros contábeis no APLIC e no portal eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional, de modo a evitar divergências e inconsistências dos valores registrados, e para assegurar que estejam de acordo com as disposições normativas aplicáveis, e as Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN; ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos 3 registrados até 31-12-2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Curvelândia/MT, 19 de dezembro de 2023

Marcos Felipe do Nascimento

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 85/2023

Portaria nº. 85/2023

Dispõe sobre o recesso parlamentar da Câmara Municipal de Diamantino e dá outras providências.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as festividades natalinas e de final de ano;

CONSIDERANDO o período de recesso parlamentar.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido recesso na Câmara Municipal de Diamantino, no período de 26 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. O disposto nesta Portaria, não se aplica ao serviço de vigilância da Câmara Municipal, que deverá ser realizado normalmente.

Art. 2º. No período, ficam suspensos os prazos processuais, inclusive os administrativos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 19 de dezembro de 2023.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT. Torna publico o resultado do Processo de Licitação **Pregão Presencial Nº. 006/2023**: Cujo o objeto é **Registro de Preço para prestação de serviço de Licença De Uso Reformulação, Desenvolvimento, Modernização, Reformulação, Implantação, Capacitação, Hospedagem E Manutenção Preventiva, Corretiva E Adaptativa De Website, Carta De Serviços Ao Usuário – Lei 13.460/2017, Ouvidoria On-Line Com Geração De Protocolos E Estatísticas Gráficas, Software Para As Transmissões Ao Vivo Em Áudio E Vídeo Via Internet Das Sessões E Licitações Com Acessos Ilimitados, - Software De Gestão Controle Interno, Adequações Da LGPD – Lei Geral De Proteção De Dados Nos Serviços Na Internet, Servidor De Contas De E-Mails Institucionais Para Até 100 (Cem) Contas, Com Até 20 (Vinte) Gigas De Espaço Cada, Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real, Link Para Integração Com Os Serviços On-Line Do Sistema De Gestão Pública Interna E O Portal Da Transparência Para A Câmara Municipal Nossa Senhora Do Livramento – MT**, sagrou-se vencedora a empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA, CNPJ 14.728.004/0001-03**. Durante o exercício de 2023, **MENOR PREÇO POR ITEM**;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL. UNIT	VALOR TOTAL
01	Reformulação, desenvolvimento, implantação, configuração, migração de banco de dados do Website Oficial.	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
02	Desenvolvimento e implantação, configuração da Ouvidoria.	1	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
03	Desenvolvimento e implantação, configuração da Carta de Serviços ao Usuário – Lei 13.460/2017.	1	R\$ 6.900,00	R\$ 6.900,00
04	Desenvolvimento e implantação, da LGPD no domínio oficial e serviços na internet.	1	R\$ 6.800,00	R\$ 6.800,00
05	Implantação, Configuração e treinamento para Servidor de contas de e-mails institucionais.	1	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
06	Implantação, Configuração e treinamento para os serviços de Transmissão ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões, licitações.	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
07	Implantação, Configuração e treinamento para o Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real.	1	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00
08	Implantação, Configuração e treinamento para os serviços do Software de Gestão do Controle Interno	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
09	Manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para o web site oficial.	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
10	Manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para a Ouvidoria.	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
11	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico da Carta de Serviços ao Usuário – Lei 13.460/2017.	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
12	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico da LGPD nos serviços da internet.	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00

13	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para as contas de e-mails institucionais.	12	R\$ 1.180,00	R\$ 14.160,00
14	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Transmissão ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões, licitações.	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
15	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real.	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
16	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Implantação para os serviços do Software de Gestão Do Controle Interno.	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00

Valor Total: R\$ 256.660,00 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais).

Nossa Senhora do Livramento/MT, 19 de dezembro de 2023.

Carlinda F. De Campos Trigueiro

Pregoeira - Portaria nº. 015/2023

AVISO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023

OBJETO: Registro de Preço para prestação de serviço de Licença De Uso Reformulação, Desenvolvimento, Modernização, Reformulação, Implantação, Capacitação, Hospedagem E Manutenção Preventiva, Corretiva E Adaptativa De Website, Carta De Serviços Ao Usuário – Lei 13.460/2017, Ouvidoria On-Line Com Geração De Protocolos E Estatísticas Gráficas, Software Para As Transmissões Ao Vivo Em Áudio E Vídeo Via Internet Das Sessões E Licitações Com Acessos Ilimitados, - Software De Gestão Controle Interno, Adequações Da LGPD – Lei Geral De Proteção De Dados Nos Serviços Na Internet, Servidor De Contas De E-Mails Institucionais Para Até 100 (Cem) Contas, Com Até 20 (Vinte) Gigas De Espaço Cada, Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real, Link Para Integração Com Os Serviços On-Line Do Sistema De Gestão Pública Interna E O Portal Da Transparência Para A Câmara Municipal Nossa Senhora Do Livramento – MT.

A Camara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, por intermédio da Exma. Presidente Sra. Leila Lucia Martins de Mello, no uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 43, VI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações posteriores e;

Considerando, que o processo encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (Lei Federal n.10.520/02) e, em conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Juridico desta Câmara Municipal, e comarri-mo na decisão da Pregoeira e sua equipe designados, e;

Considerando, ainda, que não houve interesse por parte das licitantes em interpor recurso, bem como houve renúncia do prazo recursal, FAÇO SA-BER que:

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima epigrafado seu objeto em favor da Licitante **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA, CNPJ 14.728.004/0001-03**, pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**. No valor total de **R\$ 256.660,00 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL. UNIT	VALOR TOTAL
01	Reformulação, desenvolvimento, implantação, configuração, migração de banco de dados do Website Oficial.	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00

02	Desenvolvimento e implantação, configuração da Ouvidoria.	1	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
03	Desenvolvimento e implantação, configuração da Carta de Serviços ao Usuário – Lei 13.460/2017.	1	R\$ 6.900,00	R\$ 6.900,00
04	Desenvolvimento e implantação, da LGPD no domínio oficial e serviços na internet.	1	R\$ 6.800,00	R\$ 6.800,00
05	Implantação, Configuração e treinamento para Servidor de contas de e-mails institucionais.	1	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
06	Implantação, Configuração e treinamento para os serviços de Transmissão ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões, licitações.	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
07	Implantação, Configuração e treinamento para o Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real.	1	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00
08	Implantação, Configuração e treinamento para os serviços do Software de Gestão do Controle Interno	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
09	Manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para o web site oficial.	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
10	Manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para a Ouvidoria.	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
11	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico da Carta de Serviços ao Usuário – Lei 13.460/2017.	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
12	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico da LGPD nos serviços da internet.	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
13	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para as contas de e-mails institucionais.	12	R\$ 1.180,00	R\$ 14.160,00
14	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Transmissão ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões, licitações.	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
15	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real.	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
16	Manutenção mensal preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para os serviços de Implantação para os serviços do Software de Gestão Do Controle Interno.	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de dezembro de 2023.

LEILA LUCIA MARTINS DE MELLO

Presidente da Câmara Municipal

AVISO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023

OBJETO: Registro de Preço para prestação de serviço de Licença De Uso Reformulação, Desenvolvimento, Modernização, Reformulação, Implantação, Capacitação, Hospedagem E Manutenção Preventiva, Corretiva E Adaptativa De Website, Carta De Serviços Ao Usuário – Lei 13.460/2017, Ouvidoria On-Line Com Geração De Protocolos E Estatísticas Gráficas, Software Para As Transmissões Ao Vivo Em Áudio E Vídeo Via Internet Das Sessões E Licitações Com Acessos Ilimitados, - Software De Gestão Controle Interno, Adequações Da LGPD – Lei Geral De Proteção De Dados Nos Serviços Na Internet, Servidor De Contas De E-Mails Institucionais Para Até 100 (Cem) Contas, Com Até 20 (Vinte) Gigs De Espaço Cada, Sistema 100% Online De Solicitações De Serviços Com Geração De Protocolos, Gráficos, Estatísticas, Com A Participação E Acompanhamento Social Em Tempo Real, Link Para Integração Com Os Serviços On-Line Do Sistema De Gestão Pública Interna E O Portal Da Transparência Para A Câmara Municipal Nossa Senhora Do Livramento – MT.

Após retornado o procedimento administrativo acima epigrafado seu objeto nesta data 18/12/2023 a CPL, as 10:00hs, e Considerando o Parecer

exarado pelo Assessor Jurídico da Câmara Municipal e Termo de homologação, e em concordância com os entendimentos dos membros da CPL. desta forma, a Pregoeira designada e, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 10.024/2019, artigo 17. inciso IX. **ADJUDICA** o objeto em favor da Licitante Licitante **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEBL LTDA, CNPJ: 14.728.004/0001-03, pelo MENOR PREÇO POR ITEM, no valor total de R\$ 256.660,00 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e sessenta reais).**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 19 de dezembro de 2023.

Carlinda F. De Campos Trigueiro

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA Nº 01/2024

PORTARIA Nº 01/2024

“Dispõe sobre a nomeação do Senhor **LEONARDO CAMPOS DA SILVA** para o cargo de contador.”

“**CLODOALDO GERMANO DOS REIS**, Presidente da Câmara Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 24º, do Regimento Interno.

Resolve:

ARTIGO 1º - Nomear o Senhor **LEONARDO CAMPOS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 12854638/SSP/PR e do CPF sob o nº 706.017.391-91, para o Cargo de contador.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

Câmara Municipal de Planalto da Serra/MT, 02 de janeiro de 2024.

PORTARIA Nº 02/2024

PORTARIA Nº 02/2024.

“Dispõe sobre a nomeação da Senhora **VALDIRENE TEODORO BATISTA DE AGUIAR** para o cargo em **OFICIAL ADMINISTRATIVO**.”

“**CLODOALDO GERMANO DOS REIS**, Presidente da Câmara Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 24º, do Regimento Interno.

Resolve:

ARTIGO 1º - Nomear a Senhora **Valdirene Teodoro Batista de Aguiar**, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 1284726-7 SSP/MT e do CPF sob o nº 879.267.921-87, para o **Cargo de Oficial administrativo**.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

CÂMARA MUNIICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT,02 DE JANEIRO DE 2024.

DECRETO LEGISLATIVO Nº04/2023

DECRETO LEGISLATIVO Nº04/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, CLODOALDO GERMANO DOS REIS no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica e Regimento Interno.

DECRETA:

Art.1º - Fica decretado recesso legislativo no período de 19 de dezembro a 15 de fevereiro de 2024.

Os serviços essenciais os trabalhos administrativos necessários ficam mantidos em cumprimentos as obrigações necessárias, voltando dia 02 de janeiro de 2024 das 07:00 às 11:00hs.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra -MT, em 19 de dezembro de 2023.

CLODOALDO GERMANO DOS REIS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

**CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre o Recesso Legislativo e o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências”.

REGINALDO LAURO ALVES FIGUEIREDO, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no Art. 35, § 3º e § 4º, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado o **Recesso Legislativo** na Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, durante o período entre os dias 19 de dezembro de 2023 à 14 de fevereiro do ano de 2024, conforme determina o Regimento Interno.

Art. 2º - Durante o período de **Recesso Legislativo**, o horário de expediente ao público será no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta feira.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, em 19 de dezembro de 2023.

REGINALDO LAURO ALVES FIGUEIREDO

Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE DA PRESIDENTE

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 18/2023, de 18 de dezembro de 2023.

CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, EXERCÍCIO 2022.

Isamara Eva da Maia Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, faz saber que o Plenário das Deliberações aprovou e ele promulga o seguinte **Decreto Legislativo**:

Art. 1º – FICAM APROVADAS as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, exercício 2022, Gestão do Prefeito Martins Dias de Oliveira, na forma e orientação recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único. Compõem este Decreto Legislativo os Processos nº. 8.994-0/2022 TCE-MT (com seus respectivos anexos e apensos) - Contas

Anuais de Governo do exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião.

Art. 2º – Determina-se ampla publicidade deste Decreto Legislativo, remetendo-se cópia de todo o processo ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE...

PUBLIQUE-SE...CUMPRE-SE.

Gabinete da Presidente

Câmara Municipal de Porto Esperidião

Em 18 de dezembro de 2023

Isamara Eva da Maia Ramos

Presidente

GABINETE DA PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE 004/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 010/2023

A Presidente da Câmara de Porto Esperidião-MT, no uso de suas atribuições legais, torna Público a **HOMOLOGAÇÃO da CARTA CONVITE de Licitação nº 04/2023** - Do objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada na prestação de serviços e obras de reforma interna do prédio, da Câmara Municipal Porto Esperidião.**

Em favor da empresa: **C C ROSA INTERMEDIações E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 37.623.787/000158**

Valor total de: R\$: 326.372,63 (TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS).

Porto Esperidião, 19 de dezembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

Isamara Eva da Maia Ramos-Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b) “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE – GED (GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) PARA SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, conforme Termo de Referência** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 009/2023 – DISPENSA Nº 006/2023**; e) Valor Global de toda a aquisição: **R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais) sendo R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) mensais** f) **CONTRATADA: Empresa Êxito Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ: 32.598.946/0001-98, com sede na Avenida Rui Barbosa nº 716 Sala 3, Bairro Centro, Município de São José dos Quatro Marcos - MT, CEP 78.285-000, representada pelo seu proprietário o senhor Fabiano dos Reis Leocadio, brasileiro, solteiro residente e domiciliado na Rua Leon Denis nº 158, Jardim Popular, Município de São José dos Quatro Marcos - MT, CEP 78.285-000, portador da Cédula de Identidade nº 17148626 SSP/MT e CPF nº 013.997.571-30. G) Autorização: em 14/12/2023, por VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA; H) Ratificação/Homologação: em 19/12/2023, por VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA.**

HELDER VIANA SAMINÊZ SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2023

Edital n.º 07/2023

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos Públicos, nomeada através da Portaria nº 560 de 30 de outubro de 2023, resolve,

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A homologação do resultado final do Concurso Público nº 01/2023, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Abertura nº 01/2023.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	CLASSIF.	
306567	ANTONIO RICARDO DA SILVA **	12/05/1979	4,00	10,00	10,00	36,00	60,00	1º	
325101	JULIAN RICCO CARNELOCCI LARGURA	02/12/2003	10,00	14,00	4,00	32,00	60,00	2º	
325750	GRACIELI DA SILVA PEREIRA	28/02/1999	10,00	10,00	8,00	32,00	60,00	3º	
310869	RONNY BOCARDO PAIXAO	08/02/1995	12,00	6,00	4,00	36,00	58,00	4º	
309022	JULIMARCO SILVA SOUZA	10/09/2000	14,00	10,00	6,00	24,00	54,00	5º	
325303	ANDRIELY APARECIDA BORGES	16/07/1986	8,00	6,00	4,00	32,00	50,00	6º	
318648	GIULIANE ARAUJO DE FRANCA	02/07/1995	8,00	6,00	4,00	32,00	50,00	7º	
325134	JOAO RICARDO MIRANDA DE ANDRADE	07/04/2003	12,00	14,00	8,00	16,00	50,00	8º	

SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA									
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	CLASSIF.	
322462	ELIENE MARIA DA PAZ DINIZ	03/03/1982	14,00	12,00	14,00	24,00	64,00	1º	
322969	ROSAMARIA NERIS DA SILVA	30/08/1977	8,00	12,00	10,00	28,00	58,00	2º	
307931	EVANILDA ALVES TEODORICO DA SILVA	15/02/1983	16,00	2,00	16,00	24,00	58,00	3º	
325217	NILDE PAULINA GOMES	27/03/1982	12,00	2,00	14,00	28,00	56,00	4º	

ANALISTA ADMINISTRATIVO										
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
310734	JOELSON PEREIRA DA SILVA	22/05/1978	6,00	18,00	4,00	28,00	56,00	0,00	56,00	1º

Legenda:

LP – Nota obtida em Língua Portuguesa

MAT – Nota obtida em Matemática

CG – Nota obtida em Conhecimentos Gerais

CE – Nota obtida em Conhecimentos específicos

PE – Nota da Prova Escrita

PT – Nota da Prova de Títulos

NF – Nota Final

Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).
- obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos.
- obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa.
- obtiver maior pontuação em Matemática.
- obtiver maior pontuação em conhecimentos gerais.
- persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea “a” deste subitem).
- sorteio público.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Trivelato - MT, 15 de dezembro de 2023.

ALEX RODRIGO DOERZBACHER

Presidente da Câmara de Vereadores

de Santa Rita do Trivelato - MT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA**PORTARIA N. 0029/2023 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2023.****PORTARIA N. 0029/2023****DE 30 DE DEZEMBRO DE 2023.****DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº.006/2023- QUE NO-
MEOU O CARGO DE SECRETARIA, DA CAMARA MUNICIPAL DE
SANTA TEREZINHA MATO GROSSO****Eliezer Neves de Souza, vereador presidente da Câmara Municipal de
Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições
legais,****Resolve:****Artigo 1º - Revoga-se a Portaria nº006/2023 de 06/02/2023 que nomeou
A Senhora. Valdivina Pereira de Souza Silva no cargo de Secretaria
da Câmara Municipal de Santa Terezinha – MT,****Artigo 2º Fica Exonerada do cargo de Secretária Executiva por motivo
de Aposentadoria por tempo de serviço a portaria de 30/12/2023****Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, re-
vogada as disposições em contrário.****PUBLIQUE-SE****REGISTRE- SE****CUMPRA –S E****Gabinete da Presidência, 30 de Dezembro de 2023.****PORTARIA N. 0029/2023 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.****PORTARIA N. 0029/2023****DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.****DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº.006/2023- QUE NO-
MEOU O CARGO DE SECRETARIA, DA CAMARA MUNICIPAL DE
SANTA TEREZINHA MATO GROSSO****Eliezer Neves de Souza, vereador presidente da Câmara Municipal de
Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições
legais,****Resolve:****Artigo 1º - Revoga-se a Portaria nº006/2023 de 06/02/2023 que nomeou
A Senhora. Valdivina Pereira de Souza Silva no cargo de Secretaria
da Câmara Municipal de Santa Terezinha – MT,****Artigo 2º Fica Exonerada do cargo de Secretária Executiva por motivo
de Aposentadoria por tempo de serviço a portaria de 30/12/2023****Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, re-
vogada as disposições em contrário.****PUBLIQUE-SE****REGISTRE- SE****CUMPRA –S E****Gabinete da Presidência, 30 de Dezembro de 2023.****CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO****CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT
LEI MUNICIPAL Nº 545, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023****“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO DÉCIMO TERCEIRO SA-
LÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MU-
NICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.****Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT apro-
vou, o Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica, sancionou tacita-****mente, e eu, LAIR MARTINS, Presidente da Câmara, nos termos do Art.
35, inciso V da Lei Orgânica, promulgo a seguinte Lei:****Art. 1º Os Agentes Políticos do Município de Santo Afonso-MT perceberão
anualmente, o 13º salário (décimo terceiro), nos termos do inciso VIII, do
art. 7º da Constituição Federal de 1988.****§1º - O 13º (décimo terceiro) corresponderá a 1/12 (um doze avos) do sub-
sídio mensal, por mês de efetivo exercício do cargo.****§2º- A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetivo exercício será
tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.****§3º - O 13º (décimo terceiro) salário poderá ser pago até o dia 20 de de-
zembro de cada exercício.****§4º - O pagamento se fará com base na remuneração do mês em que
ocorrer o pagamento.****§5º - Caso o vereador deixe o cargo, o 13º (décimo terceiro) salário ser-
lhe-á pago proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano.****Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta
de dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.****Art. 3º Os efeitos dessa lei aplicar-se-á, no que couber, ao exercício finan-
ceiro corrente, revogando-se as disposições em contrário.****Câmara de Vereadores de Santo Afonso-MT, 19 de dezembro de 2023.****LAIR MARTINS****Presidente da Câmara****CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO****CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 036/2023****DECRETO LEGISLATIVO Nº 036/2023****“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/
2023 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.****MÁRCIO ANTÔNIO DE ASSIS, Presidente da Câmara Municipal de São
José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições le-
gais e****CONSIDERANDO o disposto no Artigo 18 do Regimento Interno da Câma-
ra Municipal de São José do Rio Claro que define como atribuição como
do Presidente as funções administrativas e diretivas da Câmara;****RESOLVE:****Artigo 1º- REVOGAR o Decreto nº 034/2023 de 13 de dezembro de 2023,
que trata do fechamento da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-
MT, durante os dias 23/12/2023 a 07/01/2024 durante o Recesso Parla-
mentar.****Artigo 2º- Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua assi-
natura, revogadas as disposições em contrário.****Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-
MT, 19 de dezembro de 2023.****MÁRCIO ANTÔNIO DE ASSIS****Presidente/2023****CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ****CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº002/
2021****EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº002/
2021**

OBJETO: O presente termo aditivo do contrato é a *Contratação de empresa especializada para executar a prestação de serviços de Assessoria na área de informática para os fins que especificam.*

CONTRATANTE: Câmara municipal de Tabaporã

CNPJ: 37.465.945/0001-99

CONTRATADA: SANDRA DE SOUZA-ME

CNPJ: 14.863.756/0001-79

VIGENCIA: O prazo de Vigência é de 12(doze) meses contados a partir de 01/01/2024 a 31/12/2024.

PREÇO: O preço total deste contrato será de R\$16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos Reais).

Tabaporã/MT, 20 de dezembro de 2023.

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 017/2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 017/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Ilso Pereira, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00, a quem interessar possa o Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT NOVEMBRO 2023** do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 20 de dezembro de 2023.

ILSO PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO.

O Vereador **ROMER JAPONÊS**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor **ROSEVAL PEREIRA SANTOS** para atuar como fiscal da execução dos serviços contratados relativos ao **Processo 59/2023, Dispensa 32/2023, Decreto da Mesa 1188/2023**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para **aquisição de Capota Marítima para Veículo Oficial Mitsubishi L200 Triton Placas QBM 6084, e aquisição e troca de Câmera de Ré para o Veículo Oficial S10 placas QTO 1241 para a Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT.**

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos Dezenove dias do mês de Dezembro de 2023.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

DECRETO Nº 1.188 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

HOMOLOGA E ADJUDICA A DISPENSA 32/2023, PROCESSO LICITATÓRIO 59/2023, PARA AQUISIÇÃO DE CAPOTA MARITIMA PARA VEÍCULO OFICIAL MITSUBISHI L200 TRITON PLACA QBM 6084, E AQUISIÇÃO E TROCA DE CÂMERA DE RÉ PARA O VEÍCULO OFICIAL S10 PLACAS QTO 1241.

SIÇÃO E TROCA DE CÂMERA DE RÉ PARA O VEÍCULO OFICIAL S10 PLACAS QTO 1241.

O Senhor **ROMER JAPONÊS**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Processo Licitatório nº 59/2023, modalidade Dispensa nº 32/2023 e adjudicado o objeto à **MS. COMÉRCIO DE VIDROS E ACESSÓRIOS**, inscrita no **CNPJ 16.644.896/0001-81**.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos Dezenove dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, 47º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PORTARIA Nº 135/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder à servidora Nirley da Silva Cavalcanti Oliveira, Matrícula 31-1, Analista Legislativo – Perfil Revisor de Textos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a que tem direito, com período de gozo entre 02/01/2024 a 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PORTARIA Nº 136/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor Robson Maia, Matrícula 32-1, Auxiliar Legislativo, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a que tem direito, com período de gozo entre 22/01/2024 a 20/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N. 134/2023**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder à servidora Ana Benedita da Silva Moraes, Auxiliar Legislativo, Matrícula 02-1, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a que tem direito, com período de gozo abrangendo 02/01/2024 a 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO
PANTANAL****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 19/
2022/CIDESAT**

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **FASPEL CONTABILIDADE INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ n.º 14.722.241/0001-59. Objeto do Contrato: fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, implantação e treinamento, para diversas áreas do Consórcio, conforme Processo Licitatório nº 35/2022 Adesão a Ata de Registro de Preços nº 037/2022 da Prefeitura Municipal de Salto do Céu. Valor Total Ano de 2024: R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais). Prazo de vigência prorrogada para 31/12/2024. **São José dos Quatro Marcos-MT, 18 de dezembro de 2023.**

JADILSON ALVES DE SOUZA – Presidente.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 04/
2022/CIDESAT**

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ sob nº 03.301.657/0001-87. Objeto: serviços especializados em manutenção de máquinas pesadas para atendimento das máquinas da Patrulha Rodoviária objeto do Convênio SINFRA-MT nº 1.207/2016 e equipamentos do Aterro Sanitário e Rota do Peixe, realizado por intermédio de Processo de ADESÃO a Ata de Registro de Nº 02-2022 da Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU decorrente do Pregão Presencial nº 02/2022. Valor Total aditado em 25% do Valor, passando para R\$ 175.000,00.

São José dos Quatro Marcos-MT, 18 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA – Presidente.

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N° 08/2021/CIDESAT**

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO

NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS**, CNPJ sob o número 14.055.256/0001-00. Tendo como **objeto: O** Fornecimento de USINA DE MICROPAVIMENTO ASFÁLTICO SR9000MP. Aditivo de Prazo que prorroga a vigência contratual para 30 de junho de 2024.

São José dos Quatro Marcos-MT, 19 de dezembro de 2023.

Jadilson Alves de Souza – Presidente.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ****RESOLUÇÃO N.º 063/2023, 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“DESIGNA FÉRIAS PARA SERVIDOR (a) SONIA RAQUEL MOURA AGENTE DE LICITAÇÕES RESOLUÇÃO 007/2022.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental “VALE DO GUAPORÉ” no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar férias ao servidor (a) **SONIA RAQUEL MOURA**, brasileira, solteira, servidora no cargo de Agente de Licitações, inscrito no CPF 003.375.511-62, período de aquisição 09/05/2022 a 08/05/2023, período de férias 02/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 18 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

RESOLUÇÃO N° 054/2023 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023

“ABRE CRÉDITOSUPLEMENTAR NOVALOR DE R\$ 3.000,00 (três mil reais), EM FAVOR DO CIDESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, Maria Lúcia de Oliveira Porto, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas e autorização contida na Resolução n.º 31/2022 de 05 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao reforço da dotação orçamentária abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	FUNTE RECURSO
2.002	3.3.90.36.00	3.000,00	1.880
TOTAL		R\$ 3.000,00	

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	FUNTE RECURSO
2.002	3.3.90.39.00	3.000,00	1.880
TOTAL		R\$ 3.000,00	

Art. 3º. - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 21 de novembro de 2023, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente, aos 21 dia do mês de novembro do ano de 2023.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

ATA DE REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ - PLANO DE APLICAÇÃO PARA 2024

Aos dezoito dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e três, às 8h horas na sede do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Guaporé – CIDESA VALE DO GUAPORÉ, cito à Rua dos Estudantes, nº 487, Bairro São José, município Nova Lacerda - Mato Grosso, reuniram-se os representantes dos Municípios consorciados: Prefeita de Conquista D' Oeste: **Maria Lúcia Oliveira Porto**, Prefeito de Campos de Júlio: **Irineu Marcos Parmeggiani**; Prefeito de Comodoro: **Rogério Vilela Victor de Oliveira**; Prefeito de Nova Lacerda: **Uilson José da Silva**, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade: **Jacob André Bringsken**, Prefeito de Pontes e Lacerda: **Alcino Pereira Barcelos**, Prefeito de Vale do São Domingos: **Geraldo Martins da Silva**, para em conjunto discutirem e aprovarem os assuntos em pauta. A presente reunião tem como pautas:

1- Análise e aprovação do Plano de Aplicação para 2024;

2- Apresentação do Plano de Desenvolvimento 2024;

3- Alteração do Estatuto para a mudança do endereço da sede.

4- Apreciação do débito em conta corrente (débito automático) dos municípios da contribuição devida ao CIDESA VALE DO GUAPORÉ.

Abre a reunião a Presidente do CIDESA VALE DO GUAPORÉ **Sra. Maria Lúcia Oliveira Porto**, agradecendo a presença de todos, e expõe na apresentação o Projeto de Resolução nº 062/2023, contendo o **Plano de Aplicação de 2024 do CIDESA VALE DO GUAPORÉ**. Passou-se a apreciação e votação do Projeto de Resolução nº 062/2023, referente ao Plano de Aplicação de 2024 do CIDESA, onde após discussão, e comentários foi aprovado por unanimidade, passando a vigorar com a seguinte redação:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO PLANO DE APLICAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé faz saber, que Assembleia Geral aprovou o Plano de Aplicação para o Exercício de 2024, conforme segue:

Art. 1º - O Plano de Aplicação para 2024 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé, estima a Receita e Fixa a Despesa em **R\$ 13.900.000,00** (treze milhões e novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita Geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé será realizada mediante a arrecadação de Transferências dos Municípios Consorciados, do Estado, União, outras Receitas Correntes e de Capital, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos.

RECEITAS		VALOR
1	RECEITAS CORRENTES	12.200.000,00
1.3	Receita Patrimonial	190.000,00
1.7	Transferências Correntes	12.000.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2	RECEITA DE CAPITAL	1.700.000,00
2.4	Transferências de Capital	1.700.000,00
TOTAL		13.900.000,00

§ 2º - A despesa do Consócio será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO	VALOR
01 Consórcio Interm. Desenv. Eco. Soc. Amb. Vale do Guaporé	13.900.000,00
TOTAL	13.900.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
04	Administração	13.900.000,00
TOTAL		13.900.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 Suporte Administrativo	13.900.000,00
TOTAL	13.900.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		11.900.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	800.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		2.000.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.000.000,00

TOTAL	13.900.000,00
--------------	----------------------

Art. 2º - Fica autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da Receita Estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor ao primeiro dia do mês de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO Presidente
--

O plano de aplicação de 2024 restou aprovado, mantendo-se a forma de cálculo da contribuição pelos Municípios Consorciados e os valores do exercício 2023, aplicando-se apenas o índice de atualização monetária, IPCA na ordem de 4,82%.

Dando continuidade, passou-se então ao próximo assunto da pauta que é a Apresentação do Plano de Desenvolvimento 2024, ficando aprovado por unanimidade. Continuando passou-se à discussão do terceiro item da pauta com apresentação do Projeto de Resolução nº 064/2023, contendo proposta de alteração do artigo 4º do ESTATUTO do CIDESA VALE DO GUAPORÉ, para alteração do endereço da sede. Passou-se a apreciação e votação do Projeto de Resolução Normativa nº 064/2023, onde após discussão, e comentários foi aprovado por unanimidade, passando a vigorar com a seguinte redação:

RESOLUÇÃO N.º 064/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALTERA O ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ EM RAZÃO DA MUDANÇA DE SEDE ADMINISTRATIVA.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé – CIDESA, no gozo de suas atribuições legais, em especial que lhe confere a Lei Federal nº 11.107/2005:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, III, do Estatuto do CIDESA Vale do Guaporé;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação de postos de trabalho em vista de novas contratações, e a melhoria no acondicionamento dos colaboradores, máquinas e equipamentos que redundou na mudança de prédio da sede administrativa e operacional;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 4º do ESTATUTO DO CIDESA VALE DO GUAPORÉ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A sede do Consórcio situa-se no Município de Nova Lacerda, no Estado de Mato Grosso, na Rua dos Estudantes, nº 487, Bairro São José.”

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lacerda-MT, 18 de dezembro de 2023.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Presidente

Dando continuidade na presente assembleia, quanto ao item 4 da pauta, no tocante ao débito em conta corrente dos municípios consorciados da contribuição devida ao CIDESA VALE DO GUAPORÉ, a ser debitado de forma automática pelo consórcio em conta a ser indicada pelos municípios consorciados.

Nada mais havendo para a presente reunião, a Presidente Maria Lúcia Oliveira Porto, deixa a palavra à disposição dos presentes, em discussão e votação foi aprovado por todos, nada mais a tratar a presidente encerrou a reunião, eu Bruno Cordova França, OAB/MT 19.999B, Assessor Jurídico do CIDESA VALE DO GUAPORÉ, lavrei a presente ata que após lida, conferida, e aprovada pelos prefeitos, é assinada por mim e todos os presentes.

Campos de Júlio – Irineu Marcos Parmeggiani_____

Comodoro – Rogerio Vilela Victor de Oliveira_____

Conquista D'Oeste – Maria Lucia Oliveira Porto_____

Nova Lacerda – Uilson José da Silva_____

Vale do São Domingos - Geraldo Martins da Silva_____

Vila Bela da Santíssima Trindade-Jacob André Bringsken_____

Pontes e Lacerda - Alcino Pereira Barcelos_____

Contador - Márcio Henrique Tosti_____

Assessor Jurídico - Bruno Cordova França_____

Diretora Executiva - Ivone da Silva Gomes_____

Assessor Técnico de Convênios – Ricardo Cuoghi dos Santos_____

RESOLUÇÃO Nº 062/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO PLANO DE APLICAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé faz saber, que Assembleia Geral aprovou o Plano de Aplicação para o Exercício de 2024, conforme segue:

Art. 1º - O Plano de Aplicação para 2024 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé, estima a Receita e Fixa a Despesa em **R\$ 13.900.000,00** (treze milhões e novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita Geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé será realizada mediante a arrecadação de Transferências dos Municípios Consorciados, do Estado, União, outras Receitas Correntes e de Capital, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos.

RECEITAS	VALOR
1 RECEITAS CORRENTES	12.200.000,00
1.3 Receita Patrimonial	190.000,00
1.7 Transferências Correntes	12.000.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	10.000,00
2 RECEITA DE CAPITAL	1.700.000,00
2.4 Transferências de Capital	1.700.000,00
TOTAL	13.900.000,00

§ 2º - A despesa do Consórcio será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO	VALOR
01 Consórcio Interm. Desenv. Eco. Soc. Amb. Vale do Guaporé	13.900.000,00
TOTAL	13.900.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
04	Administração	13.900.000,00
TOTAL		13.900.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01	Suporte Administrativo	13.900.000,00
TOTAL		13.900.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	11.900.000,00
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	800.000,00
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes	11.100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.000.000,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	2.000.000,00
TOTAL	13.900.000,00

Art. 2º - Fica autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da Receita Estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor ao primeiro dia do mês de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO
Presidente

RESOLUÇÃO N.º 064/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALTERA O ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ EM RAZÃO DA MUDANÇA DE SEDE ADMINISTRATIVA.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé – CIDESA, no gozo de suas atribuições legais, em especial que lhe confere a Lei Federal nº 11.107/2005:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, III, do Estatuto do CIDESA Vale do Guaporé;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação de postos de trabalho em vista de novas contratações, e a melhoria no acondicionamento dos colaboradores, máquinas e equipamentos que redundou na mudança de prédio da sede administrativa e operacional;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 4º do ESTATUTO DO CIDESA VALE DO GUAPORÉ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A sede do Consórcio situa-se no Município de Nova Lacerda, no Estado de Mato Grosso, na Rua dos Estudantes, nº 487, Bairro São José.”

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lacerda-MT, 18 de dezembro de 2023.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2023 PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 003/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2023**

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal do Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.9520.742.0001-27, com sede na Rua Professor João Felix 1024, Bairro Lixeira, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Sr. Antenor de Figueiredo Neto, portador da Carteira de Identidade RG nº. 03379760 SJ-MT e do CPF nº. 283.930.901-72 denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa INTEGRAÇÃO TRANSPORTE LTDA, C.N.P.J.: 04.584.665/0001-40, Endereço: Rodovia Palmiro Paes de Barros, 1254, Bairro Parque Geórgia, CEP 78.085-417, Cuiabá/MT, **representado neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Rômulo Cesar Botelho, inscrito pelo RG: 0422692-5 SSP/MT CPF/MF:**

340.447.011-72, doravante denominada CONTRATADO, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2023 do Processo Administrativo nº 000.00008/2023, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada do MENOR VALOR DO LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, categorias diversas (sem motorista e sem combustível), devidamente licenciados junto ao DETRAN, **com quilometragem livre**, incluindo seguro, monitoramento por sistema GPS/GSM/GPRS, manutenção veicular, insulfilm e adesivagem para atender o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá

Cuiabá, 19 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE:	CONTRATADA:
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social Vale Do Rio Cuiabá Antenor de Figueiredo Neto RG nº. 03379760 SJ-MT CPF nº. 283.930.901-72	INTEGRAÇÃO TRANSPORTE LTDA CNPJ nº: 04.584.665/0001-40 ROMULO CESAR BOTELHO RG: 0422692-5 SSP/MT CPF/MF: 340.447.011-72

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA - CISRG

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº076/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 076/2023

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-CISGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 245/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: M.R. Borges & cia LTDA

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 25.610,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA: 12/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 246/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: Gastro Araguaia Limitada.

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.270,17 (cinco mil e duzentos e setenta reais e dezessete centavos);

VIGÊNCIA: 13/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 247/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: V. P. Laboratório (Exame)

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.194,75 (Dois mil e cento e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 18/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 248/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: Laboratório Pasteur De Análises Clínicas LTDA.

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.622,89(Dois mil e seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos);

VIGÊNCIA: 18/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 249/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: J.H. De S. Medeiros Eireli.

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.797,00 (cinco mil e setecentos e noventa e sete reais).

VIGÊNCIA: 18/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 250/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: Bio Imagem Diagnósticos LTDA.

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 26.119,40 (vinte e seis mil e cento e dezenove reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 18/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 251/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: J J Silva Souza Eireli - ME

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.546,62 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 18/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 252/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: Oftalmed LTDA.

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 725,38 (Setecentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 19/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 253/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: Lacerda Ortopedia e Traumatologia LTDA.

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 19/12/2023 a 31/12/2023.

CONTRATO Nº 254/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA

CONTRATADO: Bruno Gomes Da Silva.

OBJETO Credenciamento de Pessoa Jurídica prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos.

VALOR GLOBAL: R\$ 334,03 (Trezentos e trinta e quatro reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 19/12/2023 a 31/12/2023.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 19 de dezembro de 2023.

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretária Executiva – CISGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 16/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JOSE AGNALDO PARANHOS SOUTO – CLINICA MEDICA ME

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

VIGÊNCIA: 09/02/2023 A 09/02/2024

VALOR: R\$ 346.897,70 (Trezentos e quarenta e seis mil e oitocentos e noventa e sete reais e setenta centavos)

DOTAÇÃO: (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

VIGÊNCIA: 31/12/2023 A 31/12/2024

VALOR: R\$ 12.786,34 (doze mil, setecentos e oitenta e seis e trinta e quatro centavos)

DOTAÇÃO: (29) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.30.1.633.0000000

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2023 DA CHAMADA PÚBLICA Nº 015/2023

1. DO OBJETO

1.1. Considerando, os termos do Edital de Seleção, Chamada Pública nº. 015/2023, lançado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do "Vale do Peixoto" para "SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZA-

ÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (OSS), NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS QUE ABRANGEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO (CISVP), PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO, VISANDO O GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO”, faz-se a presente retificação afim de que:

2. DA RETIFICAÇÃO

ONDE LIA-SE:

“13. DO CONTEUDO DO ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação ao certame, às entidades deverão sob pena de inabilitação apresentar as seguintes documentações de habilitação em plena validade, de forma organizada, em sequência e numerada do primeiro ao último:

e) Declaração de qualificação como Organização Social, emitido pelos municípios que compõem o CISVP”;

PASSARÁ A LER-SE:

“13. DO CONTEUDO DO ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação ao certame, às entidades deverão sob pena de inabilitação apresentar as seguintes documentações de habilitação em plena validade, de forma organizada, em sequência e numerada do primeiro ao último:

e) Declaração de qualificação como Organização Social, emitido por um dos municípios que compõem o CISVP”;

4. DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais disposições originárias constantes do Edital nº 038/2023 da Chamada Pública nº 015/2023, permanecendo válidos e inalterados os itens não expressamente modificados por este Instrumento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Peixoto de Azevedo MT, 19 de dezembro de 2023.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO

Presidente – CEL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 033/2023

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregão, torna público que realizará no próximo dia **10 DE JANEIRO DE 2024, às 09h (horário de Brasília)**, no site www.bll.org.br (Bolsa de Licitações e Leilões), o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 033/2023**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme **EDITAL Nº 037/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO**

- **SRP Nº 033/2023**, que poderá ser adquirido pelo e-mail cisvaledopeixoto@gmail.com, ou baixado gratuitamente no endereço eletrônico www.cisvaledopeixoto.com.br, e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h.

Peixoto de Azevedo MT, 19 de dezembro de 2023.

LUCAS PONCIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial do CISVP

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 18/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: M. C. CARVALHO MARQUES

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

VIGÊNCIA: 09/02/2023 A 09/02/2024

VALOR: R\$ 146.038,00 (Cento e quarenta e seis mil e trinta e oito reais)

DOTAÇÃO: (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 94/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: M. C. CARVALHO MARQUES

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

VIGÊNCIA: 04/08/2023 A 04/01/2024

VALOR: R\$ 23.766,00 (Vinte e três mil e setecentos e sessenta e seis reais)

DOTAÇÃO: (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2023 AO EDITAL DE SELEÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS Nº 004 /2023 – CISVP

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO** no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do inciso IX do art.37 da Constituição Federal de 1988 e o Ato Normativo 050/2023, torna público o Edital Complementar nº 001/2023 ao edital de abertura do **PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS nº 004/2023** para contratação temporária de profissionais para exercer os cargos descritos nas respectivas funções para o Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, cujo edital foi expedido no dia 18 de dezembro de 2023, e publicado no dia 19/12/

2023, disponível no site <https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/>, Edição n° 4.383 – ANO XVIII – Páginas 16-18. Este Edital Complementar n° 001/2023 tem por objeto:

1. Alterar determinados pontos do texto de Abertura do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2023, que será republicado na íntegra;
2. Incluir o regime jurídico e previdenciário;
3. Incluir critérios de julgamento dos documentos apresentados pelos candidatos;
4. Exclusão da vaga para contador 40 horas semanais
5. Republicar o Edital de Abertura na íntegra, com as devidas alterações citadas acima; e
6. Este edital entra em vigência na data de sua publicação.

Peixoto de Azevedo /MT, 19 de dezembro de 2023.

GUILHERME HENRIQUE CHARLES XAVIER

Presidente Comissão Examinadora

De Acordo:

Isabel Cristina Figueiredo Tavares

Secretária executiva do CISVP

Ato Normativo n° 039/2023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS N° 004 /2023 – CISVP

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO** no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do inciso IX do art.37 da Constituição Federal de 1988 e o Ato Normativo 050/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, este EDITAL que estabelece instruções para a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, destinado a contratação temporária de profissionais para exercer os cargos descritos nas respectivas funções para o Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS será regido por este Edital, Editais Complementares e eventuais retificações, é destinado à seleção de profissionais para atuarem em estabelecimento da Rede Pública do SUS de Saúde, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprimindo as atividades ou cargos vagos existentes no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo e na ausência de pessoal aprovado no processo seletivo anterior para atender a demanda, mediante, Contratação Temporária de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, cujas regras o candidato deverá cumprir e jamais alegar desconhecimento, sob pena de eliminação do certame.

1.2 – A seleção para contratação temporária, será para provimento de pessoal nos respectivos cargos/funções correlatas.

Cargos Concorridos	Vagas	Escolaridade	C/H/ semanal	Remuneração Mensal	Local de trabalho
Enfermeiro	03	Registro no Coren (comprovar na posse)	40 horas/semanais	R\$ 3.000,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Técnico de Enfermagem	20	Registro no Coren (comprovar na posse)	40 horas/semanais	R\$ 1.500,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Técnico de Imobilização	02	Registro no ASTEGO (comprovar na posse)	40 horas/semanais	R\$ 1.500,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Maquieiro	01	Ensino Médio Completo	40 horas/semanais	R\$ 1.320,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Cozinheiro	04	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas/semanais	R\$ 1.950,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Auxiliar de Cozinha	04	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas/semanais	R\$ 1.320,00	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP
Técnico de Radiologia	02	Ensino Medio profissionalizante	24 horas/semanais	R\$ 2.244,38	Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRP

1.3. Este PSS, consistirá em prova de títulos referentes à escolaridade e aperfeiçoamento profissional e análise de currículo.

1.4. Antes de inscrever-se no PSS, o candidato deve observar as normas estabelecidas neste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da atribuição, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.5. A participação do candidato no PSS não implica obrigatoriedade de sua contratação, ocorrendo apenas a expectativa de contratação, ficando reservado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço público, obedecendo rigorosamente a ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital, que confere ao exercício de 2023 e 2024.

1.6. Todos os candidatos não eliminados do Processo Seletivo Simplificado serão ordenados, por ordem de classificação, em lista geral.

1.7. A seleção de que trata este Edital consistirá na **Análise Curricular e Avaliação de Títulos** (formação/qualificação e experiência profissional comprovada) e apresentação da documentação obrigatória exigida, para excepcional contratação temporária, conforme interesse e necessidade do CISVP.

1.7.1. A seleção de que trata este Edital se dará em Etapa única: Avaliação de Títulos e Experiência Profissional, de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com o perfil/função e com a pontuação estabelecida no Subitem 7.6 deste Edital.

1.8. No momento da inscrição, o candidato expressa concordância com os termos que constam neste Edital, e declara que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar o cumprimento das fases do processo seletivo, com a aplicação dos

critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de todos os dados informados, nome, número de inscrição, notas, dentre outros, em observância aos princípios da publicidade e da transparência, que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

1.9. A convocação para contratação de candidatos classificados, dar-se-á mediante ato devidamente publicado no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM e no site oficial do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto: <https://www.cisvaldeopeixoto.com.br/>, obedecendo à ordem de classificação.

2. DO SISTEMA REMUNERATÓRIO E REGIME DE TRABALHO

2.1. A Remuneração e a Carga Horária dos profissionais são fixadas e descritas no Ato Normativo 050/2023, sujeitando-se ainda, ao cumprimento em Regime de Escala de Trabalho e Jornada de Trabalho em Regime de Plantão e sobre aviso, independentemente de ser final de semana ou feriado, de acordo com a necessidade da unidade de saúde.

3. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital está aberto a todos que satisfizerem às exigências da legislação nacional, podendo ser contratado no perfil profissional o candidato que preencher os requisitos abaixo:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972;
- c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e máxima 69 (sessenta e nove) anos, no momento da apresentação de documentos;
- d) ter concluído o Curso de formação para área pretendida (apresentar diploma/certificado);
- e) estar devidamente inscrito no Conselho de Classe da Categoria; e
- f) outros documentos exigidos pela Administração Pública.

4. DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação obedecerá à ordem classificatória e será efetivada por contrato temporário de prestação de serviços, em caráter excepcional, por tempo determinado.

4.2. No ato da contratação, o candidato selecionado deverá apresentar os seguintes documentos, e quando exigido, original para conferência, sob pena de eliminação do certame, não sendo aceita a entrega de documentos posteriormente:

- a) RG (cópia legível);
- b) CPF (cópia legível);
- c) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- d) Comprovante da escolaridade exigida para o perfil profissional (cópia legível);
- e) Apresentar certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe, bem como cópia da carteira profissional, quando requisito para o perfil profissional;
- f) PIS ou PASEP (cópia legível);
- g) Número e Série da CTPS;
- h) Agência e Conta Corrente no Banco do Brasil (cópia legível do Cartão ou cópia do Contrato informando o número da Conta e a Agência);
- i) Declaração de não estar impedido para nomeação, designação, ou contratação para provimento de quaisquer cargos, empregos ou funções na administração pública Direta ou Indireta;
- j) Declaração de Bens;
- k) Declaração de acúmulo ou não acúmulo de cargo; em caso de acúmulo, informar o cargo exercido e a carga horária;
- l) Declaração de possuir ou não possuir sociedade ou qualquer participação com empresa pessoa jurídica de serviço de saúde, médicos ou afins;
- m) Declaração de nepotismo;
- n) Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral e cópia legível do Título de Eleitor;
- o) Certidão de reservista - para os candidatos do sexo masculino (cópia legível);
- p) Certidão Negativa Criminal e Cível da Justiça Federal; (<http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao>)
- q) Certidão Negativa Criminal e Cível da Justiça Estadual; (<http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx>);
- r) Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça (Improbidade Administrativa); (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- s) Atestado de Sanidade e Capacidade Física ou Exame Admissional.

4.3. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários por ocasião da convocação para a contratação, atendendo obrigatoriamente as exigências da Administração Pública.

4.4. O candidato, após ser contratado terá a remuneração vinculada à escolaridade exigida para a contratação respectiva ao cargo que exercerá.

4.5. A contratação será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período ou interrompido conforme a necessidade da administração pública.

4.5.1. O Contrato terá sua vigência vinculada a realização e homologação de novo processo seletivo.

5. DA NÃO CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

5.1. Será vedada a contratação ou terá o contrato rescindido, o candidato que:

- a) Não comprove a escolaridade mínima exigida para o cargo de inscrição;
- b) Que tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos 5 anos;
- c) Que tenha 69 (sessenta e nove) anos completos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, e Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003;
- d) Aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
- e) quando o candidato se recusar ao cumprimento da jornada de trabalho contratada, ou o local para onde foi designado e/ou horário estabelecido;
- f) tenha sido punido com falta grave passível de demissão em cargo ou emprego ocupado anteriormente no serviço público, na esfera Federal, Estadual/Distrital e Municipal;
- g) acumular cargos, emprego ou função pública, não prevista em Lei;
- g) apresentar certidão que venha a causar impedimento ou dano no exercício da função;
- i) omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

6. DO CADASTRO E DAS INSCRIÇÕES:

6.1. A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

6.2. Para a seleção dos candidatos a contrato temporário, dever-se-á inicialmente constituir-se a "Comissão Examinadora", que ficará encarregada do processo de VALIDAÇÃO, ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, E RESPONDER A POSSÍVEIS RECURSOS INTERPOSTOS.

6.3. Das Inscrições para o PSS

6.3.1. As inscrições estarão disponíveis aos profissionais, no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, sito a Trav. Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, fone: (66) 3575-1017 ou (66) 999589508- CEP: 78530-000, no período compreendido entre os dias **19 de dezembro de 2023 a 03 de janeiro de 2024, no horário de expediente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto das 07h às 11h e das 13h às 17h.**

6.4. Será publicada a RELAÇÃO DE INSCRITOS, no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM e no site oficial do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto: <https://www.cisvaledopeixoto.com.br/>.

6.5. No ato da inscrição, deve ser apresentado todos os documentos que comprovem a escolaridade e formação para área pretendida.

6.6. Uma vez encerrado o período das inscrições, não será permitido realizar nova inscrição e/ou alteração no formulário de seleção ou inclusão de novos títulos.

6.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS, nos meios de comunicação, conforme descrito no subitem 6.4. deste edital.

7. PARA A COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO/TÍTULOS:

7.1. Apresentar no ato da inscrição, cópia do comprovante de escolaridade devidamente autenticado ou acompanhado do original.

7.2. A análise e Avaliação de Títulos e Experiência Profissional comprovada é de caráter classificatório e eliminatório e constará da Avaliação de Títulos, Cursos de Formação (Permanente e Continuada) e Experiência Profissional comprovada, perfazendo um total máximo de 100 pontos, ainda que a soma destes critérios apresentados, seja superior a essa pontuação.

7.3. Somente será concedida pontuação a título emitido por instituição credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC), sob consulta a ser procedida pela Administração Pública.

7.4. Somente serão aceitos os Cursos de Formação (Permanente e Continuada) registrado pela instituição formadora, contendo carga horária, conteúdo ministrado, e após a convocação, o candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar todos os documentos (original e cópia), para conferência, sob pena de eliminação do certame.

7.5. Será aceito curso de formação continuada com carga horária diária de no máximo 08 (oito) horas de realização.

7.6. A avaliação dos perfis, observará os critérios abaixo relacionados, e os limites de pontos no quadro a seguir:

I - Cursos realizados na área de atuação:

Carga horária do título – curso	Pontos por título	Máximo de pontos por categoria
Até 19 horas	1,0	05
A partir de 20 horas até 40 horas	3,0	15
Acima de 40 horas	4,0	20
Total		40

II - Exercício de atividade profissional na Administração Pública, na área de atuação.

Tempo de experiência profissional	Máximo de pontos por categoria
Até 1 ano	5
Acima de 1 ano até 2 anos	10
Acima de 2 anos até 3 anos	15
Total	30

III - Exercício de atividade profissional na Iniciativa Privada, na área de atuação.

Tempo de experiência profissional	Máximo de pontos por categoria
Até 1 ano	5
Acima de 1 ano até 2 anos	10
Acima de 2 anos até 3 anos	15
Total	30

8. DOS TÍTULOS

8.1. Para seleção dos candidatos será utilizada a contagem de pontos de títulos e certificados, conforme perfil/função, observados os critérios do quadro no Subitem 7.6.

8.2. O título somente deverá ser pontuado na função pretendida, sendo desconsiderado e não pontuado o título enviado pelo candidato em modalidade diversa.

9. DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

9.1. A avaliação da Experiência Profissional será comprovada através de anotação na CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, Declarações e/ou Certidões emitidas por pessoa jurídica, pública ou privada que comprove o exercício da função, onde conste consignado o nome do Candidato, com o período de trabalho exercido, razão social, CNPJ, endereço completo, datado, com assinatura do declarante e carimbo, ou publicação em Diário Oficial do Estado com nome, cargo/função e número de matrícula, informações indispensáveis para avaliação e pontuação.

9.2. A Carteira de Trabalho de Previdência Social (CTPS) deverá servir de comprovação de experiência exercida na função pleiteada no certame, através do envio de cópia das páginas de identificação do candidato, folhas de contrato de trabalho para a função a ser exercida com data de admissão e demissão.

9.3. A Experiência Profissional somente será pontuada na função pretendida, sendo desconsiderado e não pontuado o enviado pelo candidato em função/atividade diversa.

9.4. Não será pontuada a experiência profissional que esteja indicada apenas no curriculum vitae.

10. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

10.1. Em caso de empate que venha a ocorrer na classificação dos candidatos, terá preferência, para fins de classificação final, conforme os seguintes critérios:

- maior escolaridade (priorizando a pontuação na experiência profissional e após, a pontuação na Avaliação de Títulos e de Certificado de Formação Continuada)
- maior idade, ou seja, igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1. O Edital de Homologação da classificação final será publicado no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM e no site oficial do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto: <https://www.cisvaledopeixoto.com.br/>.

11.2. Serão considerados classificados para a Formação de Cadastro Reserva, os candidatos não eliminados para todos os efeitos, que cumprirem as regras e os critérios de avaliação e pontuação conforme previsão neste Edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

12.1. Compete ao candidato acompanhar todas as publicações feitas no site oficial do CISVP, <https://www.cisvaledopeixoto.com.br/>, não podendo jamais, alegar desconhecimento.

12.2. É de responsabilidade do candidato classificado no Processo Seletivo, durante o prazo de validade, a manutenção das informações pessoais atualizadas.

12.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto perdurar a vigência, não podendo alegar em nenhuma hipótese desconhecimento.

13. DOS RECURSOS:

13.1. O prazo para impugnação do Edital será de 01 (um) dia útil, contado a partir de sua publicação;

13.2. DA INSCRIÇÃO/AVALIAÇÃO: O servidor que sentir-se prejudicado quanto a sua inscrição/avaliação, poderá interpor RECURSO junto a sede do CISVP, justificando os motivos da divergência perante a Comissão Examinadora no prazo de 24 horas após publicação do resultado de classificação.

13.3. Após protocolado o recurso, o mesmo não poderá ser alterado, nem poderão ser interpostos recursos adicionais.

13.4. Somente serão apreciados os recursos interpostos conforme as instruções contidas neste Edital.

13.5. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

13.6. Recurso inconsistente ou interposto fora do prazo será preliminarmente indeferido.

13.7. Somente será aceito recurso interposto pela via estabelecida no Edital.

14. DAS INSCRIÇÕES

14.1. A inscrição no Processo Seletivo Simplificado implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, Editais Complementares e posteriores alterações, caso ocorram, das quais não poderá alegar desconhecimento.

14.2. O candidato poderá realizar somente uma inscrição por Perfil/ função e Unidade de lotação.

14.3. Será aceita no Processos Seletivo Simplificado somente uma inscrição por número de CPF (cadastro de pessoa física).

14.4. Para as inscrições, os candidatos deverão:

I - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II - Anexar arquivo contendo obrigatoriamente:

a) Documento oficial de identificação que contenha foto e CPF;

b) Currículo Profissional e Documento de Comprovação de Experiência Profissional;

c) Documentação exigida para o perfil/função pretendida: Título; Diploma; Curso de Especialização; Curso de Formação Acadêmica/ Profissional; Certificado de conclusão de curso; Certificado de curso de Formação Continuada;

d) Documento comprobatório com validade de inscrição no Conselho de Classe competente, quando exigido.

e) Laudo Médico, quando concorrer a vaga de PcD, conforme previsão constante do item 1.6.1.

14.5. A documentação deverá ser anexada e enviada na área indicada, pois o envio incorreto, arquivo não anexado e/ou corrompido, acarretará a eliminação do candidato.

14.6. Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, assim como a idoneidade dos documentos apresentados, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade e/ou ilegalidade que possa vir a ser contestada.

14.7. Não será aceita a inscrição e a documentação exigida fora do prazo estabelecido no presente Edital.

14.8. Não será homologada a inscrição do candidato que deixar de atender quaisquer exigências deste Edital, a qual adere integralmente.

14.9. As inscrições ficarão abertas pelo prazo estabelecido no item 6.3.1, conforme publicação do Edital no Diário Oficial do Estado, podendo ser encerradas ou prorrogadas no interesse da Administração.

15. DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

15.1. O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado, objeto deste edital será contratado sob o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais (Regime Especial de Contratação Temporária), Contrato Temporário de Prestação de Serviços por Prazo Determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

16. DO PRAZO DE VALIDADE

16.1. O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua homologação, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado.

16.2. O prazo do contrato será o fixado no art. 8º e 9º do Decreto nº 88/2015, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que haja a devida motivação e o interesse público assim o exigir.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora designada para esse fim através das normativas vigentes;

17.2. Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data da sua assinatura;

17.3. O contratado temporariamente quando desejar rescindir seu contrato deverá avisar de forma expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

17.4. Este Edital de Seleção entra em vigor na data de sua publicação, para a organização do Processo Seletivo Simplificado - PSS, destinado a candidatos interessados em concorrer às vagas de contrato temporário/2024, para os cargos descritos nas respectivas funções;

17.5. Os contratos temporários poderão ser rescindidos, a qualquer tempo, mediante a cessação do excepcional interesse público;

17.6. À Administração, reserva-se o direito de proceder a contratação em número que atenda ao interesse e a necessidade do serviço, dentro do prazo de validade do seletivo para contratação temporária de excepcional interesse público;

17.7. Fica assegurado ao CISVP, por critério de conveniência ou oportunidade, sem que caiba ao candidato qualquer tipo de reclamação, o direito de:

a) aceitar ou rejeitar qualquer inscrição que não atenda ao disposto neste Edital;

b) revogar a presente seleção por razões de interesse da Administração Pública, decorrente de fato superveniente, e/ou anulá-la por ilegalidade, a qualquer tempo; e

c) alterar as condições desta seleção e suas especificações.

17.8. As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas a critério exclusivo e irrecorrível da CISVP/HRPA, pela Comissão Organizadora.

17.9. O Edital de Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Presidente do CISVP e divulgado nos meios já anteriormente informados, conforme as regras supracitadas.

Peixoto de Azevedo/MT, 19 de dezembro de 2023.

GUILHERME HENRIQUE CHARLES XAVIER

Presidente Comissão Examinadora

A COMISSÃO:

Presidente

GUILHERME HENRIQUE CHARLES XAVIER - (MAT. 859)

Secretária

LEILIANE MARIA FIRMINO- (MAT.728);

Membro

LUCIANA CARDOSO - (MAT. 863)

Membro

EDUARDO JOSE FLOR DA SILVA - (MAT.867)**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 17/
2023****CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**CONTRATADO:** A G R MARTINS EIRELI**OBJETO:** CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLINICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.**VIGÊNCIA:** 09/02/2023 A 09/02/2024**VALOR:** R\$ 336.703,70 (trezentos e trinta e seis mil e setecentos e três reais e setenta centavos)**DOTAÇÃO:** (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 95/
2023****CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**CONTRATADO:** UESLEN RODRIGUES MENDES LTDA**OBJETO:** CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLINICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.**VIGÊNCIA:** 04/08/2023 A 04/01/2024**VALOR:** R\$ 22.368,00 (Vinte e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais)**DOTAÇÃO:** (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000**PORTARIA Nº 194 DE 19 DE DEZEMBRO 2023.**

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para “Fiscalização de Contratos”.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor Sr. **Eduardo José Flor da Silva - ATO NORMATIVO Nº 78/2023 – Coordenador de Nutrição Saúde Indígena HRP**, para atuar como fiscal no **CONTRATO Nº 151/2023**, no âmbito da Administração Pública, **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2022**, referente à contratação da empresa, R. C. MAC-CARI, inscrita no CNPJ/MF nº 05.121.635/001-60, com sua sede à Avenida Jatobá, nº 89, Bairro Centro, CEP 78.522-970, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**.

ART. 2º - Constitui atribuições do Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo/MT, em 19 de dezembro de 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

ATO NORMATIVO Nº 052 DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

“AUTORIZA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, A REALIZAR ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAL DESTINADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPERAVIT FINANCEIRO COM BASE NO EXERCICIO ANTERIOR, PARA ATENDER A GASTOS COM MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superavit financeiro do exercício anterior, para atender as despesas oriundas das ações de Saúde.

Art. 2º - Para atender a despesa autorizada no art. 1º, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, deverá abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 41, I da Lei 4.320/64, no valor de até R\$ 2.802.257,60 (Dois milhões, oitocentos e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), para utilização do saldo financeiro existentes nas contas bancárias classificadas como Fontes 2, detalhadas no Demonstrativo de Execução orçamentária por fonte X superavit financeiro do TCE-MT – Aplic, conforme segue:

Cod.	Descrição	Receita orçamentaria (a)	Despesa orçamentaria (b)	Resultado Exec. Orçamentaria	Seperavt/Deficit Financeiro
633	Trans de Convenios e Instrum. Congeneres	23.118.239,79	28.934.547,57	-5.816.307,78	-1.448.919,09
880	Recursos Proprios dos Consorcio	2.947.583,49	2.687.217,59	260.365,90	2.802.257,60
Total		26.065.823,28	31.621.765,16	-5.555.941,88	1.353.338,51

Art. 3º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizados os recursos definidos pelo artigo 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64-superavit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º - Este ato normativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

Maurício Ferreira de Souza**Presidente Cis Vale Peixoto****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 15/2023**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: J L REIS EIRELI

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA DE 12 (DOZE) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E PLANTÕES DE 12 (DOZE) HORAS NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICO CLÍNICO GERAL AMBULATORIAL DA URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PLANTONISTA DE 06 (SEIS) HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (MATUTINO) DAS 07 AS 13 HORAS E (VESPERTINO) DAS 13 AS 19 HORAS, SERVIÇO MÉDICO CLINICO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA À PACIENTES REFERENCIADOS PARA OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

VIGÊNCIA: 09/02/2023 A 09/02/2024

VALOR: R\$ 75.492,00 (Setenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais)

DOTAÇÃO: (31) 01.001.10.302.0002.2003.3.3.90.39.1.633.0000000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: R. C. MACCARI - ME

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, UTENSILIOS DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, sob gestão do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

VIGÊNCIA: 20/12/2023 a 20/06/2024

VALOR: R\$ 59.871,45 (cinquenta e nove mil e oitocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO: (26) 01.001.10.302.0002.2003.3390.30– Material de Consumo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA**ATA DE PREST. CONTAS E ORÇAMENTO 2024**

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA – REALIZADA DIA 15/12/2023 – PRESENCIAL

ATA Nº 129

No dia 15 de dezembro de 2023 às 14h00min, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Água Boa, o Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, formado pelos prefeitos de Água Boa, **Dr. Mariano Kolankiewicz Filho**, Campinápolis, **Sr. José**

Bueno Vilela (Online), Canarana, **Sr. Fábio Faria** (Online), Cocalinho, **Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Gaúcha do Norte, **Sr. Voney Rodrigues Goulart** (Online), Nova Nazaré, **Sr. João Teodoro Filho**, Novo Santo Antônio, **Sr. Adão Soares Nogueira**, Ribeirão Cascalheira, **Sra. Luzia Nunes Brandão** (Online), Serra Nova Dourada, **Sr. Elson Farias de Souza**. Com a palavra, o Dr. Mariano, presidente do CISMA deu início explanando sobre a Estatística de Atendimento aos Municípios de Janeiro/2023 a novembro/23, bem como a Prestação de Contas Parcial referente ao Exercício de 2023 (Jan. a Novembro/23), informando a situação física/orçamentária e financeira do consórcio com a média mensal dos procedimentos realizados por município e a composição de custos operacionais por setor do hospital. Informa a média mensal de gastos atuais, as receitas recebidas e a composição total de despesas até 30 de novembro de 2023. Menciona o gasto por município e a representatividade de cada membro dentro dos custos gerais. Assim Dr. Mariano abre votação para aprovação da Prestação de contas, sendo a mesma **APROVADA** por unanimidade dos presentes. Após a eleição, conforme Ata Nº 130, Dr. Mariano traz aos presentes o Plano de Aplicação (Orçamento 2024) para aprovação, após explanação, fica **APROVADO**, com o aumento do Repasse de Rateio dos Municípios no patamar de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualmente pago, passando aos seguintes: Água Boa – R\$ 218.295,00 (Duzentos e dezoito mil, duzentos e noventa e cinco reais), Bom Jesus do Araguaia – R\$ 31.395,00 (Trinta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais), Campinápolis – R\$ 55.650,00 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), Canarana – R\$ 85.470,00 (Oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais), Cocalinho – R\$ 17.220,00 (Dezessete mil, duzentos e vinte reais), Gaúcha do Norte – R\$ 28.560,00 (Vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais), Nova Nazaré – R\$ 40.425,00 (Quarenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), Novo Santo Antônio – R\$ 17.220,00 (Dezessete mil, duzentos e vinte), Querência – R\$ 28.560,00 (Vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais), Ribeirão Cascalheira – R\$ 37.800,00 (Trinta e sete mil e oitocentos reais), Serra Nova Dourada – R\$ 14.280,00 (Quatorze mil, duzentos e oitenta reais). Posteriormente Dr. Mariano colocou em votação o Rateio Mensal do custo fixo do aparelho de Tomografia no importe de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), sendo **APROVADO** por todos os presentes e via web, devendo ser pago juntamente com o Contrato de Rateio, da seguinte quantidade e forma: Água Boa (140 exames) – R\$ 40.823,74, Bom Jesus do Araguaia (12 exames) – R\$ 4.885,81, Campinápolis (18 exames) – R\$ 10.319,05, Canarana (15 exames) – R\$ 10.093,75, Cocalinho (16 exames) – R\$ 3.709,98, Gaúcha do Norte (8 exames) – R\$ 3.754,67, Nova Nazaré (12 exames) – R\$ 8.060,48, Novo Santo Antônio (8 exames) – R\$ 2.660,76, Querência (21 exames) – R\$ 8.153,58, Ribeirão Cascalheira (17 exames) – R\$ 5.855,90, Serra Nova Dourada (4 exames) – R\$ 1.681,29. Assim restou um orçamento final anual

para 2024 de R\$ 42.873.292,08 (Quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e dois mil e oito centavos), conforme Anexo 01. Em relação aos serviços adicionais de Ginecologista, Oncologista, Vascular e Ortopedista e o pagamento adicional correspondente, fica determinado que será utilizado o saldo em caixa para manter o Oncologista e o terceiro ortopedista pelo prazo de 60 dias, onde será feita nova reunião para discussão se realizarão o aumento sugerido. Nada mais, para constar, eu, Felipe Cristiano Brietzke, Assistente Jurídico, lavro a presente ata, que será assinada por todos os presentes na relação em anexo.

Água Boa-MT, 15 de dezembro de 2023.

ELEIÇÃO DO CISMA - DIRETORIA 2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA – REALIZADA DIA 15/12/2023 – PRESENCIAL

ATA Nº 130

No dia 15 de dezembro de 2023 às 14h44min, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Água Boa, o Conselho Diretor do Con-

sórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, formado pelos prefeitos de Água Boa, **Dr. Mariano Kolankiewicz Filho**, Campinápolis, **Sr. José Bueno Vilela** (Online), Canarana, **Sr. Fábio Faria** (Online), Cocalinho, **Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Gaúcha do Norte, **Sr. Voney Rodrigues Goulart** (Online), Nova Nazaré, **Sr. João Teodoro Filho**, Novo Santo Antônio, **Sr. Adão Soares Nogueira**, Ribeirão Cascalheira, **Sra. Luzia Nunes Brandão** (Online), Serra Nova Dourada, **Sr. Elson Farias de Souza**. Com a palavra, o Dr. Mariano, presidente atual (2023) do CISMA, dá início a Votação para Eleição da Diretoria do CISMA para o exercício de 2024. Discutido o assunto, manifestou interesse em ser candidato o Dr. Mariano Kolankiewicz Filho. O Presidente atual colocou em votação por aclamação, em seguida houve a votação, sendo ELEITO POR UNANIMIDADE dos presentes a seguinte Diretoria: **Presidente**, Sr. Mariano Kolankiewicz Filho, brasileiro, casado, médico, portador do CPF Nº 928.476.760-15, residente e domiciliado à Rua 09 nº 855, centro, Água Boa-MT; **Vice-Presidente**, Sr. Adão Soares Nogueira, brasileiro, portador do CPF Nº 604.590.181-91, residente na Rua Principal, SN, Centro, Novo Santo Antônio - MT; **Secretário**, Sr. Fabio Marcos Pereira de Faria, brasileiro, casado, portador do CPF 888.448.461-87, residente na Rua Tuparandi, N. 94, Centro, Canarana – MT. Nada mais, para constar, eu, Felipe Cristiano Brietzke, Assistente Jurídico, lavro a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

Água Boa/MT, 15 de dezembro de 2023.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 001/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 001/2023

Em consonância com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber pelas disposições Lei Federal nº. 8.666/1993, **RATIFICO** a adjudicação proferida pela Presidente da comissão de licitação e equipe de apoio do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, nomeados pela Resolução nº 029/2023, de 21 de novembro de 2023, sobre o CREDENCIAMENTO N.º 001/2023 e **HOMOLOGO** seu objeto às empresas:

CLÍNICA RADIOLÓGICA DR. BERTINETTI LTDA, inscrita no CNPJ nº. 32.970.345/0001-64, nos itens 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104 e 105, conforme Edital de Credenciamento Nº 001/2023. **HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA**, inscrita no CNPJ nº. 03.128.118/0001-98, no lote 15, conforme Edital de Credenciamento Nº 001/2023. **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS**, inscrita no CNPJ nº. 03.099.157/0001-04, nos lotes 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, conforme Edital de Credenciamento Nº 001/2023.

Rondonópolis, 08 de dezembro de 2023.

GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2023

ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 019/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ACESSO AO DISTRITO DE BAUS ATÉ A RODOVIA MT-010, COORDENADAS: INÍCIO: LAT.: 15°11'10.79"S LONG.: 56°16'57.65"W, FIM: LAT.:

15°13'32.78"S LONG.: 56°18'3.01"W, TOTALIZANDO UMA EXTENSÃO DE 6.186 KM NO MUNICÍPIO DE ACORIZAL-MT
VALOR: R\$ 474.531,99 (QUATROCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E NOVENA E NOVE CENTAVOS)
CONTRATADO: P2 ENGENHARIA LTDA
CNPJ Nº 36.402.265/0001-63
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL /MT.
 ACORIZAL /MT, 05 DE DEZEMBRO DE 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO N.º 012/2023

REF.: OBJETO: EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ERMINDO MENDEL EM PAINÉIS ISOTÉRMICOS E TELHA TERMOACÚSTICA E ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Termo de Referência e do Contrato, conforme art. 73, I, a, da Lei 8.666/1993.

DADOS CONTRATUAIS

OBJETO:	EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ERMINDO MENDEL EM PAINÉIS ISOTÉRMICOS E TELHA TERMOACÚSTICA E ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO.
ENDEREÇO:	RUA BC-01, S/N, QUADRA 1, SETOR UNIVERSITÁRIO; ÁGUA BOA - MT
LICITAÇÃO:	TOMADA DE PREÇO n.º 009/2022,
CONTRATO:	150/2022
ORDEM DE SERVIÇO:	027/2022
PRAZO DE VIGÊNCIA:	507 (quinhentos e sete) dias, ou seja, até 19/01/2024
PRAZO DE EXECUÇÃO:	330 (trezentos e trinta) dias, ou seja, até 24/11/2023
VALOR DO CONTRATO:	R\$ 1.788.330,26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	135/2022

VIGÊNCIA CONTRATUAL

DATA DE INÍCIO:	30/08/2022
DATA DE ENCERRAMENTO:	19/01/2024

PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DATA DE INÍCIO:	28/01/2023
DATA DE ENCERRAMENTO:	24/11/2023

DADOS DA CONTRATADA

NOME EMPRESARIAL:	THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
CNPJ:	24.906.430/0001-35
NOME DO REPRESENTANTE:	ACÁCIO DA SILVA SANTOS
CPF DO REPRESENTANTE:	292.864.251-04

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT)

NOME COMPLETO:	ALEXON SILVA CAMPOS
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL
CREA/CAU:	7106642
ART/RRT EXECUÇÃO:	1220220206876

DADOS DO FISCAL TÉCNICO

NOME COMPLETO:	ALEX SANDRO PILATTI
CARGO:	ARQUITETO E URBANISTA
CREA/CAU:	A109017-8
MATRICULA:	7406.1
ART/RRT FISCALIZAÇÃO:	

DADOS DO GESTOR DO CONTRATO

NOME COMPLETO:	MARCELO ALVES PEREIRA
CARGO:	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS
MATRICULA:	7837-1

PENDÊNCIAS IDENTIFICADAS Foram identificadas pendências em relação à execução do objeto do contrato, Relatório de Vistoria em anexo 1.
PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DAS PENDÊNCIAS De acordo com o

Art. 69 da Lei nº 8.666/1993, fica estabelecido o prazo de **[10]** dias úteis para que a contratada realize os reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições necessárias. **POSSIBILIDADE DE NOVAS PENDÊNCIAS**

É importante destacar que as pendências listadas neste Termo de Recebimento Provisório não se limitam exclusivamente às identificadas até o momento da vistoria. Durante o período entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, e especialmente durante a fase de observação do funcionamento dos equipamentos e instalações, novas pendências podem ser identificadas. Estas serão devidamente comunicadas à contratada para adequação e regularização no prazo estipulado, conforme os termos do contrato e a legislação aplicável. Este fato não exime a contratada de sua responsabilidade de entregar a obra ou serviço em conformidade total com as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS Ressalto que a instalação deve seguir fielmente as boas práticas e normas evitando adaptações "como o caso das peças de PVC água fria utilizadas como galvanizadas" Água Boa, 18 de dezembro de 2023. (assinado digitalmente) Alex Sandro Pilatti Fiscal Técnico do Contrato (assinado digitalmente) ACÁCIO DA SILVA SANTOS Contratada

PREVIDENCIA

TERMO ADITIVO N.º 002/2023 AO CONTRATO N.º 005/2023

TERMO ADITIVO N.º 002/2023 ao Contrato n.º 005/2023, que entre si celebram o **ÁGUA-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL** de Água Boa – Estado de Mato Grosso, e a empresa **IDEIAS- CONTABILIDADE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado o instrumento particular que fazem entre si, de um lado o **ÁGUA-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, sito a Av. Planalto n.º 410 – Centro - Água Boa - MT, devidamente no C.N.P.J. sob n.º 03.871.331/0001-95, representado neste ato por seu Diretor Executivo, **Sr. MARCIO ANTONIO FAORO**, residente e domiciliado no Município de Água Boa /MT e doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado, **IDEIAS- CONTABILIDADE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 10.727.102/0001-67, Avenida Brasil, Nº 1661, Bairro Residencial das Acácias – Nova Mutum – MT, neste ato representada por **NIVALDO ALMEIDA QUEIROZ**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no **Processo Administrativo n.º 37/2022**, referente à **Dispensa de Licitação n.º 002/2022**, resolvem celebrar o presente Contrato por Dispensa de Licitação, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:
- 1.2 – Complemento da Clausula Terceira do Contrato 005/2023.
- 1.3 – Inclusão do item 3.3 a Clausula Terceira do Contrato 005/2023.
- 1.4 - Prorrogação da Vigência e Valor do Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 – Fica incluída à Clausula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:

3.3 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, contado a partir da data da cotação de preços, pelo IPCA que apuram a inflação anual acumulada, Art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL.

4.1 – A necessidade de celebração deste Termo Aditivo ao Contrato Original justifica-se devido a obrigatoriedade em atender a o art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA.

5.1 – O prazo de execução do contrato será aditado até 31/12/2024.

CLAUSULA SEXTA: DOMICÍLIO E FORO.

6.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Água Boa-MT, 19 de dezembro de 2023.

ÁGUA-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MARCIO ANTONIO FAORO

CONTRATANTE

IDEIAS- CONTABILIDADE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

IVALDO ALMEIDA QUEIROZ

CONTRATADO

ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 685, 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispões dos procedimentos para Aditivos e Apostilamentos em Contratos com Recursos de Convênios e/ou Contratos de Repasses.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município;

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Portaria estabelece os procedimentos para a formalização de aditivos e apostilamentos em contratos que utilizam recursos oriundos de convênios e/ou contratos de repasses.

CAPÍTULO II - SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

Art. 2º. Em caso de aditivos ou apostilamentos a contratos que utilizam recursos oriundos de convênios e/ou contratos de repasses, o Município deverá formalizar, após a assinatura do aditivo ou apostilamento, uma solicitação de aporte financeiro ao órgão concedente.

Art. 3º. A solicitação de aporte financeiro deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Justificativa para o aditivo ou apostilamento; b) Valor solicitado e sua destinação específica; c) Detalhamento das alterações contratuais e seus impactos orçamentários; d) Documentação comprobatória das necessidades de ajuste; e) Prazos estimados para execução das atividades vinculadas ao aditivo ou apostilamento.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS EM CASO DE NEGATIVA DE APOIO FINANCEIRO

Art. 4º. Na mesma solicitação mencionada no Art. 2º, o Município deverá incluir informações sobre os procedimentos a serem adotados em caso de negativa de aporte financeiro por parte do órgão concedente.

Art. 5º. Em situações de indeferimento do pedido de aporte financeiro, as partes envolvidas deverão definir se os recursos oriundos do aditamento ou reajuste deverão entrar com aumento de contrapartida ou se deverá ser formalizado um acordo exclusivo entre o Município e a empresa contratada.

CAPÍTULO IV - PLANILHA DE MEDIÇÃO, EMPENHO E MEDIÇÕES

Art. 6º. Para cada aditivo ou apostilamento realizado em contratos que utilizam recursos oriundos de convênios e/ou contratos de repasses, deverá ser elaborada uma planilha de medição específica.

Art. 7º. A planilha de medição deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Descrição detalhada das alterações ou acréscimos contratuais; b) Quantitativos e unidades de medida correspondentes; c) Valor unitário e total de cada item incluído ou modificado; d) Total geral da planilha, contemplando todas as alterações propostas no aditivo ou apostilamento; e) Data de referência para a elaboração da planilha.

Art. 8º. Em conjunto com a planilha de medição, deverá ser providenciado o devido empenho dos recursos financeiros necessários para a execução das atividades previstas no aditivo ou apostilamento.

Art. 9º. Durante a execução das atividades objeto do aditivo ou apostilamento, serão realizadas medições periódicas para verificação do cumprimento das metas e aferição dos quantitativos previstos na planilha de medição.

Art. 10º. As medições realizadas, acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios, devem ser documentadas e apresentadas ao órgão concedente para validação e posterior pagamento.

Art. 11º. A ausência de uma planilha de medição devidamente elaborada e aprovada implicará na não liberação dos recursos financeiros correspondentes ao aditivo ou apostilamento.

CAPÍTULO V - CONFORMIDADE COM NORMATIVAS SUPERIORES

Art. 12º. As disposições contidas nesta Portaria não poderão contrariar as normativas federais e estaduais que regem os convênios e/ou contratos de repasses, sendo imperativa a observância e conformidade com tais diretrizes.

Art. 13º. Em caso de conflito entre esta Portaria e normativas superiores, prevalecerão as disposições estabelecidas nas normativas federais e estaduais.

Art. 14º. Os responsáveis pela execução e acompanhamento dos aditivos e apostilamentos devem estar cientes das normativas superiores e zelar pela conformidade dos procedimentos estabelecidos.

CAPÍTULO VI - VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, mediante análise conjunta do órgão concedente e do conveniente.

Art. 16º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa, em 15 de dezembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

FINANÇAS

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PROCESSO Nº. 182/2023 - ADESÃO Nº 011/2023.

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 011/2023, do Município de Rosario Oeste - MT, para a contratação de empresa especializada em solução de tecnologia da informação do tipo Framework, de processos administrativos eletrônicos via WEB e demais serviços relativos à manutenção legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2023.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023.

BASE LEGAL: Art. 22, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA DE OSARIO OESTE - MT.

CNPJ: 03.180.924/0001-05.

EMPRESA CONTRATADA: PUBLIC SOLUCOES EM TECNOLOGIA E GESTAO LTDA.

CNPJ: 31.422.683/0001-07.

ITEM	CÓDIGO SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNID.	QNT	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	3967656	HORAS TECNICAS PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E NOVAS ROTINAS	HORA	200	170,00	34.000,00
2	3967655	SERVIÇOS DE BACKUP, ATUALIZAÇÕES E ARMAZENAMENTO DE DADOS	MÊS	12	2.100,00	25.200,00
3	3967654	SOFTWARE DE DESENVOLVIMENTO WORKFLOW (BPM, DASHBOARD, KANBAM, ETC) COM ASSINATURAS E QUANTIDADE DE USUÁRIOS ILIMITADOS	MÊS	12	13.000,00	156.000,00
TOTAL R\$						215.200,00

Água Boa, 19 de dezembro de 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL N.º 4213, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Prorroga o prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, do Município de Água Boa/MT, e de outras providências”.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no que lhe faculta o Art. 80, VI da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022 homologado em 26 de dezembro de 2022, visando a contratação por tempo determinado tem data final de validade em 26 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que a realização de outro Processo Seletivo acarreta em custos para o órgão público e demanda de pessoal e tempo para realização do mesmo;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1316, de 23 de novembro de 2016, alterada pela Lei Municipal 1496, de 06 de novembro de 2019, artigo 1º, § 2º e artigo 2º, parágrafo único, que dispõe sobre a prorrogação de Processo Seletivo por até mais 01 (hum) ano;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado visa apenas a FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA para vagas temporárias de Programas do Estado e/ou União e/ou Município (temporários), suprir vagas de servidores efetivos em decorrência de: férias, da licença para o tratamento de saúde; da licença por motivo de doença em pessoa da família; da Licença a gestante e adotante; da Licença Paternidade; da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro; da licença para atividade política; da licença-prêmio por assiduidade; da licença para tratar de interesse particular; da Licença Para o Desempenho de Mandato Classista e do Afastamento para Servir em Outro Órgão ou Entidade (LC nº 188 de 25/05/2023 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais do Município de Água Boa/MT), suprir vagas específicas para trabalho na “Zona Urbana”, “Zona Rural” e “Indígena” do Município, e entre outros casos;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo final de validade do Processo Seletivo Simplificado 002/2022 para o dia 26 de dezembro de 2024, com exceção dos cargos: **Agente de Serviços Gerais – Masculino, Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino e Operador de máquinas**, extinto pela Lei Complementar 189/2023 de 05 de julho de 2023.

Art. 2º As convocações e posteriores contratações a serem feitas obedecerão incondicionalmente à ordem de classificação decrescente do referido processo, ou seja, inicia-se a chamada pelo 1º classificado de cada cargo até o atendimento da demanda de cada secretaria.

Art. 3º As atribuições, carga horária e vencimentos dos futuros contratados, obedecerão, no que couber as normas das Leis de nºs 054/2011, 189/2023 e 190/2023 e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. De Administração e Planejamento de Água Boa, em 19 de dezembro de 2023.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N 134/2023****EXTRATO DO CONTRATO N 134/2023**

Contratante: Município de Alto Garças – MT; **Contratado:** A R COUTO RIBEIRO LTDA; **Objeto:** “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O CÔRREGO LAJEADINHO, AG-05, KM 05, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT - EM CARÁTER EMERGENCIAL.”. Originada do Processo de Dispensa de Licitação nº 79/2023. Valor global **R\$ 59.831,50**(cinquenta e nove mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). Data de assinatura: 14 de dezembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2.023/SME**

Dispõe sobre os critérios para dimensionamento do Quadro de Pessoal das Escolas Públicas Municipais de Alto Garças – MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a política definida pelo Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, no sentido de organizar, democratizar e resgatar a Escola Pública, considerando, ainda, a necessidade de dimensionar o Quadro de Recursos Humanos das Escolas Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - O quadro de pessoal docente, técnico e apoio administrativo das Escolas da Rede Municipal de Ensino será constituído de conformidade com os critérios previstos nesta Instrução.

Art. 2º - O número de servidores técnico e apoio administrativo lotados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, será fixado de acordo com a quantidade estipulada nos Quadros 01, 02 e 03, constantes da tabela em anexo.

Art. 3º - A quantidade de professores efetivos para compor o Quadro das escolas da Rede Municipal, será calculada de acordo com o número de classes e/ou turmas, turnos de funcionamento, regime de trabalho do docente e demais determinações constantes da legislação em vigor, observando, ainda, o que se segue:

a) – Pré-Escolar – 01 (um) professor de 25 (vinte e cinco) horas para cada classe ou turma com 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos:

b) - 1º e 2º Anos do Ensino Fundamental – 01 (um) professor com 25 (vinte e cinco) horas para cada classe ou turma, com 20 (vinte) a 23 (vinte e três) alunos.

c)- 3º a 5º Anos do Ensino Fundamental – 01 (um) professor com 25 (vinte e cinco) horas para cada classe ou turma, com 23 (vinte e três) a 25 (vinte e cinco) alunos.

Parágrafo Único – As turmas que não forem atribuídas por professores efetivos, serão atribuídas aos profissionais em contrato temporário classificados no Processo Seletivo nº 001/2022.

Art. 4º - Ficam compreendidos como servidores não docentes das escolas e titulares de cargos/funções de Técnico Administrativo Educacional – ADI/ Secretário, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar/Manutenção de infraestrutura/Vigilância.

Art. 5º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRE-SE.

Secretaria Municipal de Educação de Alto Garças – MT, em 19 de dezembro de 2.023.

Vânia Luzia da Silva Abreu

Secretária Municipal de Educação – Port. 004/2021

ANEXO ÚNICO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2.023/SME**TABELAS:**

1 – CATEGORIA FUNCIONAL.
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – SECRETÁRIO ESCOLAR.
Cada escola terá direito a 01 (um) técnico administrativo educacional – secretário escolar com 40 (quarenta) horas semanais.

2 – CATEGORIA FUNCIONAL.
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ADI
CRECHE
BERÇÁRIOS.....03 (três) por turma.
MATERNAL.....02 (dois) por turma.
JARDIM.....02 (dois) por turma.
CÉZAR BORGES / CARLOS DE ALMEIDA COUTO / JOSÉ DAVID DIAS CAMPOS / MARIA ERMELINA CAJANGO DE OLIVEIRA
Serão atribuídos conforme a necessidade.

3 – CATEGORIA FUNCIONAL.
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR.
Nº de Alunos Nº de Merendeiras
Até 300.....02 (duas) – sendo 01 (uma) para cada turno
Creche.....06 (seis) – sendo 03 (três) para cada turno (já incluso 02 (duas) para o lactário).
Extensão da Creche.....02 (duas) – sendo 01 (uma) por turno.

4 – CATEGORIA FUNCIONAL.
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA
Nº DE SALAS Nº DE CONTÍNUAS
Até 05 turmas.....02 (duas) para cada turno.
Até 08 turmas.....03 (três) para cada turno.
Até 12 turmas.....04 (quatro) para cada turno.
Até 15 turmas.....05 (cinco) para cada turno.
Extensão da Creche.....01 (uma) para cada turno.

5 – CATEGORIA FUNCIONAL.
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – VIGILÂNCIA
02 (dois) por Unidade Escolar.

Alto Garças/MT, 19 de dezembro de 2.023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**JURIDICO
I TERMO ADITIVO CONTRATO N.º056/2023****I TERMO ADITIVO****CONTRATO N.º056/2023**

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF nº 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) Sr **HIGOR LEITE TANAN DE AMORIM**, portador (a) do **RG nº 23981873 SSP/MT e CPF n. 017.625.281.93, CNH AB com vencimento em 09/01/2025**, residente e domiciliado na **RUA OITO, QD 10, ELDORADO II EM ALTO PARAGUAI - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na cláusula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **28/02/2024** o prazo de vigência do contrato.

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo**.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subcláusulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 19 de Dezembro de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	HIGOR LEITE TANAN DE AMORIM
Prefeito Municipal	Contratado

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

EXTRATO DA ARP N° 196/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2023

EXTRATO DA ARP N° 196/2023

EXTRATO DA ATA N° 196/2023, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT**, denominada **CONTRATANTE**, e **DIVALDO BISPO DA CRUZ EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° **26.971.596/0001-60**, com sede na RUA HERMES DAVID S/N°, BAIRRO SANTA CLARA - CEP: 78.460-000, CIDADE DE NOBRES - MT, denominado **CONTRATADO**, objetivando **“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO “RESIDENCIAL NASCENTE DO RIO PARAGUAI”, DE ACORDO COM O PROJETO ANEXO AO PROCESSO ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT”**. Este instrumento tem o valor total de **R\$ 340.000,00: (TREZENTOS E QUARENTA MIL REAIS)**;

VALIDADE: 12 MESES.

Alto Paraguai – MT, 19 de dezembro de 2023.

WISLEY RIBEIRO DO AMARAL

PREGOEIRO OFICIAL

JURIDICO
III TERMO ADITIVO CONTRATO N.º083/2022

III TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º083/2022

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n.º 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) Sr **ROBERTO APARECIDO BARTEMAN**, portador (a) do **RG n.º 1318910-7 SSP/MT e CPF n.º 026.253.481.94** residente e domiciliado na **RUA AVENIDA PRINCIPAL, BAIRRO ZONA RURAL em ALTO PARAGUAI - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na cláusula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **28/02/2024** o prazo de vigência do contrato.

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo**.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subcláusulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 19 de Dezembro de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ROBERTO APARECIDO BARTEMAN
Prefeito Municipal	Contratado

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 118/2022.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 118/2022

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 118/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2022.

Que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT** e a empresa **MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA** CNPJ sob o n° **28.029.393/0001-85** na forma abaixo. **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com se-

de administrativa na Avenida presidente Médici, nº 470, Planalto, CEP: 78.410-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o Nº 03.648.532/0001-28, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, e do outro lado a **MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA**, ambos já qualificados no Contrato Público nº 118/2022, Pregão Eletrônico 026/2022 têm justo e firmado entre si este Termo de Aditivo de prazo para prorrogação do contrato nº 118/2022, em conformidade com os despachos e demais elementos constantes do processo administrativo, resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços citado no referido processo licitatório, ficando inalteradas as demais cláusulas constantes do mesmo, conforme consta no quadro abaixo;

PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato original, fica prorrogado por mais 12 meses (doze meses) começando a vigorar a partir do dia 28 de dezembro de 2023, com base no Inciso I e II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

SEGUNDA - Considerando que a vigência deste 01º Termo Aditivo, tem seu termino em 28.12.2024.

TERCEIRA - As demais cláusulas e condições do contrato original, que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

Alto Paraguai/MT, 19 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

Contratante

MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA

CNPJ sob o nº 28.029.393/0001-85

ERIVELTO BORGES JUNIOR

CPF 697.998.811-53

RG 1127790-4

REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RETIFICAÇÃO

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 15/2022

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 15/2022.

ADESÃO CARONA Nº 004/2022.

Que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT** e a empresa **ALVORADA LOCAÇÕES LTDA ME**, inscrita no CNPJ:20.206.205/0001-35 na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida presidente Médici, nº 470, Planalto, CEP: 78.410-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o Nº 03.648.532/0001-28, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Pre-

feito Municipal Senhor **Adair José Alves Moreira**, e do outro lado a **ALVORADA LOCAÇÕES LTDA ME**, ambos já qualificados no Contrato Público nº 15/2022, Adesão Carona Nº 04/2022 têm justo e firmado entre si este Termo de Aditivo de prazo Prorrogação do prazo do contrato, em conformidade com os despachos e demais elementos constantes do processo administrativo, resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços citado no referido processo licitatório, ficando inalteradas as demais cláusulas constantes do mesmo, conforme consta no quadro abaixo;

PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato original, fica prorrogado por mais 12 meses (doze meses) começando a vigorar a partir do dia 29 de janeiro de 2024, com base no Inciso I e II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

SEGUNDA - Considerando que a vigência deste 02º Termo Aditivo, tem seu termino em 29.01.2025.

TERCEIRA - As demais cláusulas e condições do contrato original, que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

Alto Paraguai/MT, 19 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

Contratante

ALVORADA LOCAÇÕES LTDA ME–

CNPJ sob n. 20.206.205/0001-35

Empresa Contratada

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JURIDICO

III TERMO ADITIVO CONTRATO N.º251/2021

III TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º251/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF nº 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) Sr **SIEL GOMES DA SILVA**, portador do RG sob o n.º 21013195 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 03187191185, residente e domiciliado na RUA SEM DENOMINAÇÃO, CAPÃO VERDE NA ZONA RURAL EM ALTO PARAGUAI -MT, a seguir denominada **CONTRATADO**, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na cláusula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é

de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **28/02/2024** o prazo de vigência do contrato.

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo**.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subcláusulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 19 de **Dezembro** de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	SIEL GOMES DA SILVA
Prefeito Municipal	Contratado

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 036/2022

2ºTermo Aditivo do Contrato Nº **036/2022**, Concorrência Pública nº **001/2022**, Parte: **M. A. FONTES VANO - EPP**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO**. Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias os prazos de execução e contratual, findando, portanto, no prazo de **28 de junho de 2024**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/2022

2ºTermo Aditivo do Contrato Nº **007/2022**, Dispensa de Licitação nº **004/2022**, Parte: **ENIO MARTINS DE BORBA**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR**. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, findando assim o prazo do presente contrato no dia **31 de dezembro de 2024**. Fica prorrogado ao presente contrato o valor de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**, pagos mensalmente no valor de **R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 054/2023

1ºTermo Aditivo do Contrato Nº **054/2023**, Pregão Presencial nº **019/2022**, Parte: **MEDY HIGIENIZAÇÃO PROFISSIONAL EIRELI**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO**. Fica prorrogado o prazo do contrato pelo período de **02 (dois) meses**, tendo vigência até **29 de fevereiro de 2024**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2022

2ºTermo Aditivo do Contrato Nº **074/2022**, Inexigibilidade de Licitação nº **010/2022**, Parte: **VITOR FERREIRA DE MORAES**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR**. Ficando prorrogado os prazos do contrato até **31/12/2024** prorrogando também o valor **R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 101/2022

2ºTermo Aditivo do Contrato Nº **101/2022**, TOMADA DE PREÇO nº **012/2022**, Parte: **M. A. FONTES VANO - EPP**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO**. Fica prorrogado o prazo contratual e de execução do presente contrato em **120 (cento e vinte) dias**, passando assim a vigora até o dia **29 de abril de 2024**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 036/2021

3º Termo Aditivo do Contrato Nº **036/2021**, Dispensa de Licitação nº **026/2021**, Parte: Sr. **SÉRGIO SANTO RUFFO**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR**. Fica prorrogado o prazo e valor do contrato de locação pelo período de 12 (doze) meses, tendo vigência até 31 de dezembro de 2024, perfazendo a importância total de R\$ 36.602,64 (trinta e seis mil, seiscentos e dois reais e sessenta e quatro centavos) que será pago em 12 parcelas mensais de R\$ 3.050,22 (três mil e cinquenta reais e vinte e dois centavos);

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 087/2022

4ºTermo Aditivo do Contrato Nº **087/2022**, Concorrência Pública nº **002/2022**, Parte: **M. A. FONTES VANO - EPP**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO**. Fica ampliado ao contrato o prazo contratual e de execução em **90 (noventa) dias**, findando-se assim no dia **26/03/2024**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 081/2021

3ºTermo Aditivo do Contrato Nº **081/2021**, Inexigibilidade de Licitação nº **006/2021**, Parte: **LIZ SERVIÇOS ONLINES LTDA**; O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR**. Fica prorrogado o prazo do contrato pelo período de **12 (doze) meses**, tendo vigência até o dia **31 de dezembro de 2024**. Para efetivação deste aditivo será necessário empenhar o valor total de **R\$ 7.987,20 (sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)** que serão pagos em **12 (doze) parcelas mensais de R\$ 665,60 (seiscentos sessenta e cinco reais, seiscentos centavos)**;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2023 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT, de acordo com anexo I Abertura às **08h00min (Horário de Brasília)** do dia **20/12/2023** e o encerramento dia **22/12/2023 as 14h00 min**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Departamento de Licitações, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 19 de dezembro de 2023.

Rudimar José Lang

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023, na Data 12/12/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS

Empresas Declaradas Vencedoras:

EMPRESA: SUPERAR COMERCIO DE MÓVEIS P/ ESC. LTDA, vencedora nos itens, 15, 16, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 51, 54, 55, 59, 63, 64 e 65.

Valor total da Empresa: R\$ 160.738,00 (cento e sessenta mil setecentos e trinta e oito reais).

EMPRESA: LF COMERCIO DE EQUIP. DE INF. E REPRESENTAÇÕES. LTDA, vencedora nos itens 1,8,9, 10, 13, 19, 20, 22 ao 28, 30, 31, 36, 37, 41, 46, 50, 52, 53, 60 e 62.

Valor total da Empresa: R\$ 157.906,00 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e seis reais).

EMPRESA: SOMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, vencedora nos itens 21, 47, 48, 56.

Valor total da Empresa: R\$ 73.623,00 (setenta e três mil seiscentos e vinte e três reais).

Empresa: ERICA DE FATIMA GENTIL OIRIS LTDA, vencedora nos itens 2 ao 7, 8, 11, 12, 14, 17, 29, 45, 57, 58 e 61.

Valor total da Empresa: R\$ 287.696,00 (duzentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa e seis reais).

Totalglobal R\$ 679.963,00 (seiscentos e setenta e nove mil novecentos e sessenta e três reais).

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL N.º 1.450/2023

“Autoriza o Poder Executivo a municipalizar trecho urbano da rua que menciona e dá outras providências”.

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a municipalizar trecho urbano da rua localizada antiga Madeireira Eulide, composto pelo perímetro de 572,99 metros, matrícula 0724, nas coordenadas geográficas indicadas no mapa e memorial descritivo que faz parte integrante desta lei, mediante formalização de transferência de titularidade do Sr. Emerson Rogério da Silva para o Município de Apiacás/MT.

Art. 2º - A partir da municipalização da rua de que trata esta lei, as despesas com sua manutenção e conservação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 19 de dezembro de 2023.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO 071/2023

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

FICA CANCELADA A PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO 071/ 2023, PUBLICADA DIA 11 de Dezembro de 2023 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVIII | Nº 4.377, LOCALIZADA NA PÁGINA 64 À 65 PELO MOTIVO DE CONTER ERROS EM SEU INTERIOR, PASSANDO A ATA CORRETA A SER A NOVA PUBLICADA NESTE DIA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2023

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos** - Prefeito Municipal, portador do CPF nº 785.730.501-44, e do RG nº 0830311-8 SESP/MT, residente à Estrada Vicinal Oeste s/nº, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **GRAMEIRA SANTA ELI LTDA** inscrito no CNPJ sob nº 19.543.175/0001-73 localizada na estrada Vicinal 1 - Oeste, s/n, Lote Rural 16/2, Zona Rural, Alta Floresta –MT, representando Sr. **Ilmar Luiz Kraemer**, brasileiro, sob o nº de CPF 458.921.051-15, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 065/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA), EM TAPETES DE GRAMA NATURAL, COM FOLHAS E RAIZES DESENVOLVIDAS E DE COLORAÇÃO VERDE INTENSA, CAM AUSENCIA DE PRAGAS E DOENÇAS E ERVAS INVASORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 065/2023.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

GRAMEIRA SANTA ELI LTDA

Empresa **GRAMEIRA SANTA ELI LTDA**, vencedora nos itens conforme planilha abaixo.

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde	Vlr. Unit.	Vlr. Global
1	01-10-0625	GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) COMPOSTA POR PLACAS/TAPETES DE GRAMA NATURAL, MEDINDO 40CM X 62.50CM, COM FOLHAS E RAIZES DESENVOLVIDAS DE COLORAÇÃO VERDE INTENSA, COM AUSENCIA DE PRAGAS E DOENÇAS E ERVAS INVASORAS	METRO²	20.000	13,69	273.800,00

Valor Total do fornecedor R\$ 273.800,00 (duzentos e setenta e três e mil oitocentos reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. A entrega do item licitado deverá ser efetuado conforme consta no item 6 do Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal, de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta do item cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer o item, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada. Efetuar a entrega conforme descrição no item 6 (seis), do termo de referência do presente Edital. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 05 (cinco) dias após a solicitação dos mesmos.

5.13. O atraso na entrega do item licitado, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.14. **A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

5.15. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.16. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega e aceite dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

10 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO

002- ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS

2094 – URBANIZAÇÃO, CALÇAMENTO E ARBORIZAÇÃO

33.90.30.00.00.00.0715- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 065/2023**, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 08 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

GRAMEIRA SANTA ELI LTDA

CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL N.º 1.452/2023

“Autoriza o Poder Executivo a municipalizar Estrada Rural Laranjeira e dá outras providências”.

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a municipalizar a estrada laranjeira localizada na zona rural, gleba arumã, com extensão de 28,0347 km, inter-

ligando a rodovia MT/417 até a estrada vicinal Universal, conforme mapa que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2º - A partir da municipalização da estrada de que trata esta lei, as despesas com sua manutenção e conservação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 19 de dezembro de 2023.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. DATA 12/12/2023.

EMPRESA: SOMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

, vencedora nos itens 21, 47, 48, 56, conforme planilha abaixo:

Item	codigo	Descrição do Material	Marca do Produto	Un	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
21	14-01-0176	CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRACOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	VANDA CAD. 6090	UN	6,00	215,00	1.290,00
47	14-01-0302	LONGARINA DE ACO INOX, 03 LUGARES TIPO AEROPORTO ESTRUTURA CONSTRUIDA EM ACO INOX, BASE FIXA EM FORMATO DE "Y", ENCOSTO E ASSENTO INTEIRICOS E CONSTRUÍDO EM CHAPA DE ACO PINTADO EM EPOXI NA COR PRATA CAPACIDADE DE NO MÍNIMO, 500KG, PES REGULAVEIS, FORMATO ANATOMICO LARGURA: ENTRE 1720 E 1800MM - ALTURA DO ENCOSTO: ENTRE 700 E 800MM - ALTURA DO ASSENTO ATÉ O CHAO: ENTRE 440 E 450MM.	FRATINI	UN	57,00	969,00	55.233,00
48	14-01-2133	LONGARINA PLASTICA 3 LUGARES, ESTRUTURA EM METALON, ENCOSTO EM POLI-PROPILENO, PONTEIRA PLASTICA, BARRA DUPLA NA ESTRUTURA, PINTURA ELETROS-TATICA, UNIDADE.	PLAXMETAL	UN	22,00	600,00	13.200,00
56	14-01-0190	PROJETOR MULTIMIDIA 800 X 600 PESO 2,8 KG 1200 LUMES, CONTROLE REMOTO, 110/220V, UNIDADE	Multilaser PJ002 180	UN	2,00	1.950,00	3.900,00
							73.623,00

Valor total da Empresa: R\$ 73.623,00 (setenta e três mil seiscentos e vinte e três reais).**Vigência de 12 meses.**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0332/2023.

DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO NAS DATAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

D E C R E T A

ARTIGO 1º - Fica decretado recesso nas Repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta a partir de 27 de dezembro de 2023 até 05 de janeiro de 2024, com horário de expediente das 07h:00min às 11h00min.

ARTIGO 2º - Os serviços essenciais inerentes à saúde pública, coleta de lixo, limpeza pública e outras atividades que não admitem paralisação deverão funcionar normalmente.

ARTIGO 3º - Caberá a cada secretário da pasta, delegar os serviços internos aos seus respectivos servidores no horário estabelecido no artigo 1º, conforme a necessidade da administração pública municipal.

ARTIGO 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás/MT, 18 de dezembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS**PREFEITO MUNICIPAL**GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.451/2023

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso autorizado a celebrar contrato de rateio com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS-CISRAT para o exercício 2024, tendo por finalidade viabilizar o funcionamento dos serviços de saúde relativos aos atendimentos ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio de diagnóstico e terapêutico de natureza especializada disponibilizados em favor da população de Apiacás/MT.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar através de sua Secretaria Municipal de Saúde o repasse mensal na importância de R\$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos) por habitante, ou seja, R\$ 38.867,35 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), totalizando o valor global de R\$ 466.408,20 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e vinte centavos), para viabilizar o cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS CISRAT em relação aos atendimentos que serão disponibilizados para a população de Apiacás.

Art. 3º. O Contrato de rateio a ser celebrado com CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS CISRAT será suportado pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde**Unid. Orçament.:** 003 – FMS – Média e Alta Complexidade**Função:** 10 – Saúde**Sub-Função:** 302 – Atenção Hospitalar e Ambulatorial**Programa:** 0063 – Saúde um Direito de Todos - MAC

Projeto: 2.075 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde

Art. 4º. O presente convênio vigorará permanentemente enquanto persistir a existência do Consórcio Intermunicipal de Saúde, sendo desnecessária a edição de novas leis com essa mesma finalidade.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apicás/MT, 19 de dezembro de 2023.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

**CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO LEGISLATIVO 135/2023**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 135/2023.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PAAI/2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Apicás, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais aprovou e eu **Valdomiro Nunes Bernardes**, Vereador Presidente sanciono o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - FICA APROVADO O PROGRAMA ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2024 DA CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, DEFININDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO E CRONOLÓGICOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua Publicação, ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apicás – MT, em 18 de dezembro de 2023.

VALDOMIRO NUNES BERNARDES

-PRESIDENTE-

**PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. DATA 12/12/2023.

EMPRESA: SUPERAR COMERCIO DE MÓVEIS P/ ESC. LTDA , vencedora nos itens 15, 16, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 51, 54, 55, 59, 63, 64 e 65. conforme planilha abaixo:

Item	codigo	Descrição do Material	Marca do Produto	Un	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
15	14-01-2011	BEBEDOURO DE COLUNA, NA COR BRANCA, 110 VOLTS, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, MEDINDO 31,5 X 100,5 X 31,5 (L X A X P) , REGULAGEM AUTOMATICA, COM 02 TORNEIRAS, EM PLASTICO.	LIBELL	UN	7,00	815,00	5.705,00
16	14-01-2283	BEBEDOURO DE MESA P/GARRAÇÃO 110V, TAMPO SUPERIOR E FRONTAL EM PLÁSTICO INJETADO, POLIESTIRENO ALTO IMPACTO, E LATERAIS EM CHAPA DE AÇO TRATADA CONTRA A CORROSAO COM ACABAMENTO NA COR BRANCA - NESTE CASO O FRONTAL DEVERA SER NA COR BRANCA PARA HARMONIZAR COM A LATERAL; PARA UTILIZAÇÃO COM GARRAÇÃO DE 20 LITROS; 3.3 - CONEXÕES INTERNAS FLEXÍVEIS EM MATERIAL ATÓXICO GRAU MEDICINAL; DUAS TORNEIRAS EM MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO, ABS, SENDO UMA PARA ÁGUA GELADA E OUTRA PARA ÁGUA À TEMPERATURA AMBIENTE; PINGADEIRA REMOVÍVEL PARA RECOLHER EVENTUAL TRANSBORDAMENTO DO COPO; TERMOSTATO EXTERNO PARA CONTROLE DA TEMPERATURA DA ÁGUA SERVIDA; RESERVATÓRIO DE ÁGUA GELADA EM PLÁSTICO ATÓXICO, POLIETILENO, OU EM AÇO INOXIDÁVEL, COM ISOLAMENTO TÉRMICO EM EPS; SERPENTINA DE COBRE OU ALUMÍNIO EXTERNA AO RESERVATÓRIO DE ÁGUA; UNIDADE	LIBELL	UN	3,00	915,00	2.745,00
33	14-01-2137	CONJUNTO DE MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO, COM 1 MESA E DOIS BANCOS, NA COR AZUL, PARA ADULTOS, TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA (MDP) ESPESSURA 25 MM REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO 0.8 MM ESPESSURA, DIMENSOES ACABADAS: TAMPO: 1500 MM (LARG) X 600 MM (COMP.) X 25.8 MM (ESPESSURA) TOLERANCIA DE 2MM (LARG/COMP.) E +/- 1 MM (ESPESSURA. ASSENTO, DIMENSOES : 1350 MM (LARG) X 300 MM (COMP.) X 25.8 MM (ESPESSURA). MESA E BANCOS COM PES CONFECCIONADOS EM TUBOS DE AÇO CARBONO LAMINADO COM DIAMETRO 38 MM (1 1/2") CHAPA 16 (1.5 MM) TOPOS COM FITAS DE BORDO EM PVC.	VFLEX	UN	6,00	2.499,00	14.994,00
38	14-01-0180	FOGO INDUSTRIAL; MESA ESMALTADA A FOGO COM EASY CLEAN, QUE FACILITA A LIMPEZA; QUEIMADORES DE ALTO RENDIMENTO, EM FERRO FUNDIDO, POSSUINDO POTENCIA DE 3.773 KCAL/H NO MODELO CHAMA TRIPLA FRONTAL E 3.021 KCAL/H NO MODELO CHAMA DUPLA TRASEIRO; ESPALHA CHAMAS DO QUEIMADOR CENTRAL EM COBRE; PORTA COM VISOR DE VIDRO E EQUIPADA COM MOLA PARA FACILITAR A VEDACAO E RETER O CALOR. ESTRUTURA CORPO: AÇO CARBONO; ACABAMENTO: PINTURA A PO ELETROSTATICA COM BASE FOSFORIZADA; COR: PRETO; LINHA: BRAVO; MESA: ESMALTADA A FOGO COM EASY CLEN; MODELO: BR6BF; GRÉLHAS: FERRO FUNDIDO; FUNCIONAMENTO: A GAS; QUANTIDADE DE QUEIMADORES: 6; QUEIMADORES TRIPLOS: 3 QUEIMADORES DUPLOS: 3; MATERIAL DOS QUEIMADORES: FERRO FUNDIDO. CONSUMO DE GAS: 2.168 KG/H; PORTA DO FORNO: VISOR VIDRO; ISOLAMENTO TERMICO FORNO: LA DE ROCHA; ACABAMENTO INTERNO: ESMALTADO A FOGO; DIMENSOES DO FORNO: 44.5 X 64 X 72 CM; DIMENSOES INTERNAS DO FORNO: 30 X 51 X 70 CM; CAPACIDADE DO FORNO: 107 LITROS; DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 78 X 120 X 80 CM DIMENSOES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 88 X 134 X 91 CM; PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 74 KG; PESO APROXIMADO DA EMBALAGEM: 103.7 KG; INFORMACOES ADICIONAIS: EXCELENTE QUALIDADE E RESISTENCIA UNIDADE.	VENANCIO	UN	7,00	3.820,00	26.740,00
39	14-01-2016	FREEZER HORIZONTAL 534 LITROS, COM 2 TAMPAS, TIPO DE DEGELO MANUAL, PES COM RODIZIO; CONTROLE ELETRONICO; CLASSIFICACAO A: INTERIOR FEITO COM LIGA METALICA DE ALTA RESISTENCIA A CORROSAO; CONSUMO (KWH) 70.4; TENSÃO/VOLTAGEM - 110V - 220V; GARANTIA 12 MESES; UNIDADE.	CONSUL	UN	3,00	4.655,00	13.965,00
40	14-01-2295	JOGOS DE MESA COM 4 CADEIRAS DE PLASTICO RIGIDO NA COR BRANCA (CONJUNTO); CADEIRA COM BRAÇOS: ALTURA - 74 CM, ALTURA DO ASSENTO - 42CM,	MOR	Cj	30,00	355,00	10.650,00

		LARGURA 53 CM, PROFUNDIDADE 54CM, ESTRUTURA EM PLASTICO - MATERIAL BRANCO, CADEIRAS MODELO COM BRAÇO JOGO					
42	14-01-0217	LIQUIDIFICADOR DOMESTICO, COM 03 VELOCIDADES, COPO EM ACRILICO, COM CAPACIDADE PARA 1,75 L, BIVOLT, UNIDADE	BRITANIA	UN	2,00	188,00	376,00
43	14-01-2286	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 05 LITROS, POTÊNCIA DE 1200W, JARRO EM AÇO INOXIDÁVEL, TENSÃO 220 OU BIVOLT, PES EM MATERIAL RESISTENTE E ANTIDERRAPANTE, FUNÇÃO PULAR, SELO DE GARANTIA PELO INMETRO. UNIDADE	VITALEX	UN	8,00	1.008,00	8.064,00
44	14-01-2287	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 10 LITROS, POTÊNCIA DE 1200W, JARRO EM AÇO INOXIDÁVEL, TENSÃO 220 OU BIVOLT, PES EM MATERIAL RESISTENTE E ANTIDERRAPANTE, FUNÇÃO PULAR, SELO DE GARANTIA PELO INMETRO. UNIDADE	VITALEX	UN	8,00	1.059,00	8.472,00
49	14-01-2289	MESA COM TAMPO E ESTRUTURA EM AÇO INOX 201 PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS COM ESTRADO GRADEADO NA PARTE INFERIOR E COM PÉS AJUSTÁVEIS, GARANTINDO SEGURANÇA E ESTABILIDADE. AS PERNAS DEVEM SER TUBULARES COM DIAMETRO DE 1 ½ POLEGADA. CAPACIDADE DE PESO TOTAL PARA 400 KG, SENDO 300KG NO TAMPO E 100KG NA PRATELEIRA INFERIOR. TAMANHO: ALTURA DE 90CM, LARGURA 70CM E COMPRIMENTO 200CM. ESPESSURA DE CHAPA 0,8MM/0,6MM. UNIDADE	JOTA	UN	8,00	2.799,00	22.392,00
51	14-01-2049	MESA PARA ESCRITORIO COM FORMATO EM "L", EM MDF, COM 03 GAVETAS, MEDINDO (1.50 X 60 X 80)	VFLEX	UN	4,00	645,00	2.580,00
54	14-01-2293	MICROONDAS 30L 110V , ALTURA 32,50 CENTÍMETROS LARGURA 52,00 CENTÍMETROS PROFUNDIDADE 41,50 CENTÍMETROS, PESO 15 KG, UNIDADE	VENTISOL	UN	3,00	1.050,00	3.150,00
55	14-01-2292	MULTIPROCESSADOR ALL IN ONE 2 CITRUS - 2 VELOCIDADES + PULSAR 800W, UNIDADE	BRITANIA	UN	4,00	535,00	2.140,00
59	14-01-0182	REFRIGERADOR DUPLEX TIPO DOMESTICA, VERTICAL, COM CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 480 L, FROST FREE, SELO PROCÉL, CLASSE A, NA COR BRANCA, 220V, UNIDADE.	CONTINENTAL	UN	5,00	4.840,00	24.200,00
63	14-01-2284	TELEVISOR LED DE 42 POLEGADAS, COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO (NAO SENDO ACEITO SOLUCAO EXTERNA); -RESOLUCAO MINIMA DE 1920 X 1080P (FULL HD); -POTENCIA DE SAIDA DE AUDIO DE NO MINIMO 10W RMS; -CONECTIVIDADE: NO MINIMO 02 CONEXOES HDMI, 01 CONEXAO USB E 01 ENTRADA PARA ANTENA TIPO F; -POSSUIR SUPORTE PARA MPEG, MPEG2, MPEG4 E SUPORTAR REPRODUCAO DE VIDEO NTSC E PAL; -ALIMENTACAO: PRODUTO DEVE SER BIVOLT AUTOMATICO (100 A 220V); DEVE ACOMPANHAR: -MANUAL DE INSTRUcoes EM PORTUGUES; -CONTROLE REMOTO COM PILHA; -CABO DE ENERGIA; -SUPORTE/BASE PARA ACOMODACAO SOBRE A MESA; O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS VI GENTES DA ABNT. GARANTIA MINIMA: 12 (DOZE) MESES , UNIDADE	SEMP ROKU TV	UN	3,00	2.050,00	6.150,00
64	14-01-2129	TELEVISOR TIPO SMART TV A CORES, COM TECNOLOGIA DA TELA, LED TAMANHO DA TELA 43" POLEGADA, RESOLUCAO FULL- HD, CONEXOES HDMI E USB, 110 VOLTS	SEMP ROKU TV	UN	3,00	1.950,00	5.850,00
65	14-01-0218	VENTILADOR DE PAREDE, OSCILANTE, GRADE PROTETORA EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO MINIMO DE 60CM, COM NO MINIMO 03 PAS DE PLASTICO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM BIVOLT	VENTISOL	UN	9,00	285,00	2.565,00

Valor total da Empresa: R\$ 160.738,00 (cento e sessenta mil setecentos e trinta e oito reais).

Vigência de 12 meses.

**PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. DATA 12/12/2023.

Empresa: ERICA DE FATIMA GENTIL OIRIS LTDA, vencedora nos itens 2 ao 7, 8, 11, 12, 14, 17, 29, 45, 57, 58 e 61. conforme planilha:

Item	codigo	Descrição do Material	Marca	Un	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
2	14-01-0195	AR CONDICIONADO 10.000 BTU'S, NA VOLTAGEM 220 V, SPLIT,	TCL / TAC 12C-SA	UN	5,00	1.955,00	9.775,00
3	14-01-0200	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS NA COR BRANCA, CONTROLE REMOTO COM 12 TECLAS, COM VISOR EM BLACK LIGHT, COMPRESSOR ROTATIVO, FILTRO BIO BLUE, PALETAS DIRECIONAIS, COM BAIXO NIVEL DE RUÍDO, TIMER 24H: FUNCAO AUTO RE-START (RELIGAMENTO AUTOMATICO EM CASO DE INTERRUPCAO DE ENERGIA ELETRICA), VOLTAGEM 220 VOLTS FUNCOES: DUPLO SWING, TIMER 24H, SLEEP, DRY. OBS: CONDENSADORA COMPACTA. EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE GARANTIA MINIMA DE 03 (TRES) ANOS.	TCL / TAC 18C-SA	UN	9,00	3.520,00	31.680,00
4	14-01-0196	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU'S, NA VOLTAGEM 220 V, UNIDADE	TCL / TAC 12C-SA	UN	18,00	1.980,00	35.640,00
5	14-01-0205	AR CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTU'S, COMPOSTO DE 01 UNIDADE CONDENSADORA EXTERNA COM DESCARGA HORIZONTAL, 01 UNIDADE EVAPORADORA PARA FIXACAO EM TETO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, DRENAGEM POR GRAVIDADE, ISOLAMENTO TERMICO ATRAVES DE ESPUMA, ALIMENTACAO TRIFASICA 380V / 60HZ	ELGIN / PE-FI36B2	UN	10,00	7.950,00	79.500,00
6	14-01-0203	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, COMPOSTO POR UMA UNIDADE EVAPORADORA E UMA UNIDADE CONDENSADORA EXTERNA, COMPRESSOR ROTATIVO, PROTECAO METALICA EM ALUMINIO, ENERGIZACAO MONOFASICA COM VOLTAGEM DE 220 V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, DRENAGEM INTERNA ATRAVES DE TUBOS, ISOLAMENTO TERMICO COM ESPUMA, GARANTIA DE FABRICA MINIMA DE UM ANO, SELO PROCÉL "A"	TCL / TAC 09C-SA	UN	16,00	1.870,00	29.920,00
7	14-01-0061	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: CAPACIDADE DE 24.000 BTU'S, CONTROLE REMOTO, NA COR BRANCA, COM 12 TECLAS, COM VISOR EM BLACK LIGHT, COMPRESSOR ROTATIVO, FILTRO BIO BLUE, PA-	TCL / TAC 24C-SA	UN	10,00	4.300,00	43.000,00

		LETAS DIRECIONAIS, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO. TIMER 24H: FUNÇÃO AUTO RE-START (RELIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA). VOLTAGEM 220 VOLTS FUNÇÕES: DUPLO SWING, TIMER 24H, SLEEP, DRY, OBS: CONDENSADORA COMPACTA, PODE SER INSTALADA NO NÍCHO DO APARELHO DE JANELA. EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS.					
11	14-01-0186	ARQUIVO FRONTAL COM 04 (QUATRO) GAVETÕES, MEDINDO: (48 X 705 X 1270) CM, NA COR MARFIM, UNIDADE.	VANDAFLEX / LIGHT	UN	6,00	723,00	4.338,00
12	14-01-2288	BALANÇA DIGITAL ELETRÔNICA PARA ALIMENTOS COM CAPACIDADE DE PESAGEM MÍNIMA DE 30KG, PRECISÃO DE 10G, PRATO DE PESAGEM EM AÇO INOXÍVEL, INDICADOR DE PESO COM NO MÍNIMO 06 DÍGITOS, IDIOMA EM PORTUGUÊS, VISOR EM LCD, ALIMENTAÇÃO BIVOLT, BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 40H, PAINEL À PROVA DE RESPINGOS, CERTIFICADA PELO INMETRO. UNIDADE	BALMAK / ELCO 30B	UN	5,00	682,00	3.410,00
14	14-01-2282	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL DE COLUNA CAPACIDADE DE 200 LITROS COM FILTRO EXTERNO. FICHA TÉCNICA: CORPO E ESTRUTURA EM AÇO INOX 430 E PÉS REGULÁVEIS; APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM AÇO INOX 430; SERPENTINA EM AÇO INOX 304 (INTERNA); RESERVATÓRIO EM POLIPROPILENO ATÓXICO; ISOLAMENTO TÉRMICO EM PS; BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA; TOMADA DE 3 PINOS CONFORME A NORMA DA ABNT/NBR/603351 CERTIFICADO PELO INMETRO; BAIXO CONSUMO DE ENERGIA; TERMOSTATO COM 7 NÍVEIS PARA CONTROLE DE TEMPERATURA; GÁS ECOLÓGICO R134A; REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR; TENSÃO/POTÊNCIA: 220V; ARMAZENA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA; CONSUMO MÉDIO: 10,335 KW/H MÊS; COM 4 TORNEIRAS DE FÁCIL REMOÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO. UNIDADE.	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	UN	3,00	2.890,00	8.670,00
17	14-01-2015	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS, EM INOX, GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403; RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO; SERPENTINA INTERNA EM INOX 304; BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA; APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS; DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO; UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO; ISOLAMENTO TÉRMICO EPS; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO; BAIXO CONSUMO DE ENERGIA; ARMAZENA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 180 L/HORA; 03 TORNEIRAS EM METAL CROMADO; * GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134A; TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA; DIMENSÕES: 130X70X65 CM (ALT X LARG X PROF); PESO: 50 KG; TENSÃO: 127V OU 220V; COM 02 TORNEIRAS GELADAS + 01 TORNEIRA NATURAL (TODAS TIPO COPO). UNIDADE.	REFRIGERAÇÃO NACIONAL	UN	6,00	2.700,00	16.200,00
29	14-01-0225	CADEIRA/POLTRONA EXECUTIVA MODELO DIRETOR/SICILIA; BASE FIXA MODELO DIRETOR COM ESTRUTURA CROMADA; BRAÇO CROMADO COM APOIO EM P.U. REVESTIDO EM TECIDO. CONFECCIONADA EM COURO NATURAL; COR PRETA. UNIDADE.	VANDAFLEX / EXECUTIV	UN	5,00	894,00	4.470,00
45	14-01-2136	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, POTÊNCIA MÁXIMA 800W, COPO INOX, TAMPA PP PRETO, COM DOSADOR, CORPO DO MOTOR EM INOX, FUNÇÃO PULSAR, CAPACIDADE MÁXIMA 1,8 LT, UNIDADE.	JL COLOMBO / 1,8 LIT	UN	4,00	722,00	2.888,00
57	14-01-0199	REFRIGERADOR 280 LITROS, FROST-FREE, COR BRANCA, UMA PORTA, 03 PRA-TELEIRAS, 220 VOLTS, COM PRAZO MÍNIMO DE GARANTIA DE 12 MESES, COM SELO PROCCEL CLASSE A, UNIDADE.	CONSUL / CRB36	UN	1,00	2.803,00	2.803,00
58	14-01-2017	REFRIGERADOR DUPLEX TIPO DOMESTICA, VERTICAL, 110V, COM CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 480 L, FROST FREE, SELO PROCCEL, CLASSE A, NA COR BRANCA, UNIDADE.	CONTINENTAL / TC56	UN	3,00	4.214,00	12.642,00
61	14-01-2290	TANQUINHO DE LAVAR ROUPA ELÉTRICO, 127 V, COM ACIONAMENTO POR TIMER, CAPACIDADE PARA LAVAGEM DE 04 KG DE ROUPAS SECAS, CUBA EM POLIPROPILENO E GABINETE EM POLIETILENO, MOTOR MONOFÁSICO COM POTÊNCIA DE 0,25 HP. VOLTAGEM 127 V. UNIDADE	WANKE / SALLY	UN	5,00	552,00	2.760,00

Valor total da Empresa: R\$ 287.696,00 (duzentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa e seis reais).

Vigência de 12 meses.

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL N.º 1.449/2023

“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE TERMO aditivo ao CONVÊNIO celebrado COM A APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS E EXCEPCIONAIS DE APIACÁS - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio junto a APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para manutenção e funcionamento da instituição no exercício de exercício 2024.

Artigo 2º. As despesas serão custeadas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação na seguinte funcional programática:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unid. Orçament.: 001 – Administração da Secretaria de Educação

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 367 – Educação Especial

Programa: 0010 – Educação de Qualidade

Projeto: 2.120 – Manutenção do Termo de Convênio com APAE

Dotação: 3.3.50-41 – Contribuições

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 19 de dezembro 2023.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 086/2023

RESOLUÇÃO Nº 086/2023.

SÚMULA: REGULAMENTA AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE “DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, APLICÁVEIS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: MESA DIRETORA.

A Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Valdomiro Nunes Bernardes, Vereador Presidente sanciono a seguinte RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Resolução tem como finalidade regulamentar a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo de Apiacás/MT, no que couber.

Art. 2º. Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS****Seção I****Do Plano de Contratações Anual**

Art. 3º. A Câmara Municipal de Apiacás/MT, visando adotar procedimentos de planejamento dos procedimentos deverá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, conforme preconiza o disposto no Art. 12, inciso VII da Lei Federal 14.133/2021.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal Nº 10.947, de 25 de janeiro De 2022, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 4º. Para fins de instrumentalização do Plano de Contratações Anual a Câmara de Apiacás/MT, obedecerá a média de compras e serviços contratados no último triênio para fins de quantificação.

§ 1º Esta quantificação versada no *caput* deste artigo somente poderá ser superior à média identificada, mediante justificativa técnica e para fins específicos.

§ 2º As compras serão, preferencialmente, realizadas pelo Departamento de Compras, composta por servidores com conhecimento dos processos de compras e as normativas que regem tais procedimentos.

Art. 5º. O Departamento de Licitações deverá analisar as demandas encaminhadas pelos requisitantes promovendo diligências necessárias para:

I - Agregação, sempre que possível, de demandas referentes a objetos de mesma natureza;

II - Adequação e consolidação do Plano de Contratações Anual; e

III - construção do calendário de licitação, observado a data desejada para a compra ou contratação e se há vinculação ou dependência com a contratação de outro item para sua execução, visando a determinar a sequência em que os respectivos procedimentos licitatórios serão realizados.

Art. 6º. A Coordenadoria de Compras e Licitações deverá estabelecer um cronograma para consolidação do Plano de Contratações Anual, estipulando prazos para as seguintes etapas:

I - Fase 01 - Período que os Coordenadores deverão informar as contratações que pretendem realizar ou prorrogar, no exercício subsequente;

II - Fase 02 - Período de análise pelo Departamento de Licitações das demandas encaminhadas pelas Secretarias, e se de acordo, enviá-las para aprovação da autoridade máxima do órgão.

III - Fase 03 - Data de aprovação pela autoridade superior.

§ 1º A autoridade máxima poderá reprovar itens constantes do Plano de Contratações ou, se necessário, devolvê-los para o Departamento de Licitações realizar adequações, observada a data limite de aprovação mencionada no inciso III.

§ 2º Poderá haver a inclusão, exclusão ou o redimensionamento de itens Do Plano de Contratações Anual, no caso de adequação à proposta orçamentária do órgão ou mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação.

§ 3º A inclusão de novos itens somente poderá ser realizada, mediante justificativa, quando não for possível prever, total ou parcialmente, a necessidade da contratação, quando da elaboração do Plano de Contratações Anual.

Art. 7º. Na execução do Plano de Contratações Anual, o setor de licitações deverá observar se as demandas a ele encaminhadas constam da listagem do Plano vigente.

Seção II**Do Estudo Técnico Preliminar**

Art. 8º. Entende-se como Estudo Técnico Preliminar documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Art. 9º. No âmbito do legislativo, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à licitação de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Art. 10. Em âmbito do legislativo de Apiacás/MT, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será *opcional* nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

Art. 11. O estudo técnico preliminar a que se refere o art. 8º deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os elementos previstos no art. 18, §1º e §2º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Seção III**Do Enquadramento de Produtos Comuns e de Luxo**

Art. 12. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas deverão ser de qualidade comum que se refere a bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de bens de luxo, bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de característica de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

§ 1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Câmara Municipal, cabendo ao Coordenador Geral a devida justificativa.

Art. 13. Será considerado no enquadramento do bem, como sendo de luxo, conforme conceituado no caput do art. 12:

I - Relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e

II - Relatividade temporal - mudanças das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) evolução tecnológica;
- b) tendências sociais;
- c) alterações de disponibilidade no mercado; e
- d) modificações no processo de suprimento logístico.

Seção IV

Do Procedimento de Pesquisa de Preços

Art. 14. A pesquisa de preços de mercado de que dispõe o §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, para subsidiar valores referenciais em procedimentos licitatórios realizados pela Câmara Municipal de Apiacás/MT deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos.

Art. 15. Nos processos licitatórios e nas contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a cesta de preços aceitáveis para fins de definição do valor estimado da licitação será definida com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando este estiver disponível;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas;

VI - Consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público;

VII - Pesquisa no Portal Radar do TCE-MT;

VIII - Outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

Art. 16. No processo licitatório e nas contratações diretas, para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas;

VI - Outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

§ 1º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do *caput* deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do *caput* deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedida ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 2º Na hipótese do §1º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Art. 17. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos artigos 15 e 16, o fornecedor escolhido para contratação, deverá comprovar previamente a subscrição do contrato, que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Art. 18. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três parâmetros, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 19. Considerar-se-á como solicitação formal de cotação para os fins do art. 15, inciso IV e art. 16, inciso IV, a solicitação efetuada pela administração pública encaminhada por meio físico ou digital, inclusive por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encartados aos autos, desde que esteja devidamente datado, com identificação e assinado.

Art. 20. Caberá ao Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação ou ao órgão técnico ou ao Administrador Público, ou a agente público designado para a realização de compras, a apuração do valor estimado com base no melhor preço aferido.

§ 1º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 2º Serão desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES

Seção I

Fase Preparatória do Instrumento Convocatório

Art. 21. Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Art. 22. Nas licitações da Câmara de Apiacás/MT, não se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 23. Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Câmara Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

Art. 24. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito interno, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

Art. 25. O processo de gestão estratégica das contratações de *software* de uso disseminado deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades da Câmara Municipal com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

Art. 26. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.

Art. 27. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 28. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnica-profissional e capacidade técnica operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de

Contratação realize diligência para confirmar tais informações e previsto no edital esta possibilidade.

Parágrafo único. Não serão exigidas a apresentação de notas fiscais ou contratos em conjunto com os Atestado de Capacidade Técnica para fins de comprovação da execução dos serviços.

Art. 29. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, nos incisos III e IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Seção II

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 30. Em âmbito da Câmara de Apiacás/MT, é permitida a adoção do Sistema de Registro de Preços, que é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta (dispensa ou inexigibilidade) ou processos de licitação, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

§ 1º O Sistema de registro de preços poderá ser utilizado para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia.

§ 2º Será permitido a utilização do Sistema de Registro de Preços para contratação de obras de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Art. 31. As licitações processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 32. A Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas

Art. 33. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

Art. 34. O registro de preços do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

V - Descumprimento de cláusulas referente a prazo de entrega ou fornecimento sem a devida justificativa aceita pela Administração.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 35. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou

II - A pedido do fornecedor, quando comprovar que a execução do objeto da ata nas condições registradas causará prejuízos a detentora da ata.

Seção III

Do Credenciamento

Art. 36. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º A administração fixará o preço certo e determinado a ser pago ao credenciado, bem como, as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO IV

DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Formalização dos Contratos

Art. 37. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Apicás/MT.

Art. 38. Os contratos administrativos e termos aditivos celebrados entre a Câmara Municipal de Apicás/MT e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 39. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou enti-

dade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

Art. 40. No processo de execução do objeto do contrato, será este recebido da seguinte forma:

I - Em se tratando de obras e serviços em geral:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação, vistoria ou fiscalização, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - Em se tratando de aquisições e fornecimento:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 1º O edital de licitação ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Seção II

Da Aplicação das Sanções

Art. 41. Observados o cumprimento do princípio do contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo presidente da Câmara Municipal, autoridade máxima da respectiva entidade, desde que respeitada o devido processo legal através da instauração de Processo Administrativo contra a empresa contratada.

Seção III

Do Controle das Contratações

Art. 42. A Unidade de Controle Interno regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I**Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**

Art. 43. No âmbito da Câmara Municipal de Apiacás/MT, enquanto não for totalmente integralizado ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial utilizado pelo Câmara, Diário Oficial de Contas do TCE-MT e no site oficial;

II - Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência da Câmara e no Diário Oficial utilizado, Diário Oficial de Contas do TCE-MT;

III - Não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, eis que a Câmara adotará as funcionalidades atualmente disponibilizada pelo Governo Federal, no que couber, nos termos desta Resolução;

§ 1º O disposto nos incisos I e II acima ocorrerá sem prejuízo da respectiva divulgação em sítio eletrônico oficial, sempre que previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A Câmara disponibilizará a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica, enquanto não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do contido no art. 176 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. O Coordenador de Compras e Licitações, com o apoio do Coordenador de Estudos Técnicos e Transições Legais, editará instruções complementares ao disposto nesta Resolução e disponibilizará informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 45. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com a Lei Federal 8.666/1993 e 10.520/2002, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as outras normas em vigor.

Art. 46. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação desta Resolução.

Art. 47. Por se tratar de procedimento de regulamentação, todos os atos observarão as disposições expressas no corpo da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ora recepcionada integralmente, permitindo-se inclusive, a aplicação das exceções estabelecidas em seu art. 176.

Art. 48. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 18 de Dezembro de 2023.

Valdomiro Nunes Bernardes

Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2023**PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023 – REGISTRO DE PREÇOS****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023**

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS. DATA 12/12/2023.

EMPRESA: LF COMERCIO DE EQUIP. DE INF. E REPRESENTAÇÕES. LTDA, vencedora nos itens 1,8,9, 10, 13, 19, 20, 22 ao 28, 30, 31, 36, 37, 41, 46, 50, 52, 53, 60 e 62, conforme planilha abaixo:

Item	codigo	Descrição do Material	Marca do Produto	Un	Qtde	Vlr. Unit	Vlr Total
1	14-01-0192	APARELHO DE TELEFONE DIGITAL, SEM FIO PARA USO COMUM, AURI 3500 DECT 6.0 ID REDISCAGEM 5 ÚLTIMOS NÚMEROS ÍCONES DE DISPLAY, FREQUENCIA DECT 6.0 DIGITAL, AGENDA 20 NÚMEROS E NOMES, COR PRETA AJUSTE DE VOLUME E CAMPAINHA 5 NÍVEIS + DESLIGADA, ALARME, VIVA-VOZ, BLOQUEIO DE TECLADO, DESATIVACAO SOM DO TECLADO, FUNCAO MUTE, MODO TOM E PULSO, UNIDADE.	INTELBRAS TS2510	UN	8,00	184,00	1.472,00
8	14-01-0207	ARMARIO EM AÇO GBA, MEDINDO 1,70 ALT.X0,76 LARG.X 0,33 PROF.METROS, 03(TRES) PRATELEIRAS REGULAVEIS E 2(DUAS)PORTAS C/CHAVE, AS PRATELEIRAS E CORPO DO ARMARIO DE 24MM, PINTURA TRATADA EM EPOX ANTI-FERRUGINOSO, O CORPO DO ARMARIO RECEBERAM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO EM EPOX, SINTETICO, CINZA	NOBRE 100101	UN	22,00	831,00	18.282,00
9	14-01-0184	ARMARIO EM AÇO INOX,MEDINDO: (1980MM DE ALTURA, 900MM DE LARGURA, 400MM DE PROFUNDIDADE), COM 02 PORTAS, COM 04 PRATELEIRAS, PUXADORES COM PINTURA METALICA NA COR PRATA, ARMARIO NA COR CINZA. UNIDADE	NOBRE PA90	UN	13,00	1.140,00	14.820,00
10	14-01-2134	ARQUIVO DE AÇO PARA PASTA SUSPENSAS, COM 4 GAVETAS, MEDINDO NO MINIMO 1,30M DE ALTURA POR 47 CM DE LARGURA, POR 55 CM DE PROFUNDIDADE, COM CHAVE PARA TRANCAR EM TODAS AS GAVETAS, UNIDADE.	NOBRE 100205	UN	20,00	1.090,00	21.800,00
13	14-01-2132	BALCAO DE PIA EM AÇO, PARA PIA DE 1,50MT, COM 4 GAVETAS COM A FRENTE EM AÇO E INTERNO DAS GAVETAS EM ABS QUE NÃO RESSECA, PES COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSÕES: 91 CM DE ALTURA, LARGURA 144.7 CM, PROFUNDIDADE 50 CM, UNIDADE	COLORMAQ VERONA	UN	1,00	1.080,00	1.080,00
19	14-01-0211	CADEIRA EXECUTIVA, TIPO DIRETOR, GIRATORIA, BRACOS TOTALMENTE REVESTIDOS EM POLIURETANO, ESTRUTURA INTERNA EM MADEIRA LAMINADA, ESPUMA COM GOMOS E COM PERFIL DE PROTECAO NAS BORDAS, MECANISMO RELAX, ESTRELA EM AÇO COM CAPA PLASTICA, DENSIDADE 45, ACABAMENTO DOS BRACOS, PERFIS E ESTRUTURA NA COR CINZA MEDIO OU PRETA, REGULAGEM DE ALTURA MECANICA (OU A GAS), UNIDADE.	VFLEX 1000	UN	9,00	560,00	5.040,00

20	14-01-0209	CADEIRA FIXA COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EM COMPENSADO, TIPO SECRETARIA, REVESTIDOS EM TECIDO POLIPROPILENO, NA COR PRETA, ESTOFAMENTO EM REVESTIDO EM ESPUMA ERGONOMICA, APRESENTANDO DENSIDADE DE ANATOMICA, ESPALDAR MEDIO, SEM BRACO, ACO, COM ESPESSURA DE NO MINIMO ACO 7/8, NO MODELO FIXA QUATRO PES NO TUBO 7/8, COM PINTURA EPOXI PRETO FOSCO, NA COR CINZA, COM GARANTIA DE 1 ANO, FABRICADA CONFORME NORMA, UNIDADE.	NFLEX 0600	UN	20,00	270,00	5.400,00
22	14-01-0175	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA, COM BRACOS ESPALDAR MEDIO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	NFLEX 1000	UN	22,00	390,00	8.580,00
23	14-01-0174	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA, COM BRACOS, ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM, UNIDADE.	NFLEX 1001	UN	10,00	640,00	6.400,00
24	14-01-2297	CADEIRA GIRATORIA, ESPALDAR ALTO, APOIA BRACO, TIPO PRESIDENTE, ESTOFADO COM ESPUMA DE POLIURETANO. SUPORTE PARA ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA POR SISTEMA DE CREMALHEIRA INTERNA ATRAVES DE ACIONAMENTO SIMPLES POR BOTAO OU DISPOSITIVO SIMILAR EMBUTIDO, E REGULAGEM DE INCLINACAO ATRAVES DE ALAVANCA. SUPORTE PARA ASSENTO COM AJUSTE PARA REGULAGEM PNEUMATICA DE ALTURA, ACIONADO ATRAVES DE ALAVANCA, COM TRAVAMENTO NA POSICAO DESEJADA, E DEVERA CONTER MOLLA AMORTECEDORA EM ACO PARA ABSORVER OS IMPACTOS AO SENTAR-SE. APOIA-BRACOS COM MECANISMO PARA REGULAGEM DE ALTURA ACIONADO POR BOTAO DE PRESSAO LATERAL, ESTRUTURA: BASE COM 05 (CINCO) PATAS E RODIZIOS AUTO DIRECIONAVEIS DE DUPLO GIRO. DEVE TER CAPACIDADE DE SUPORTE MINIMO 120KG. TODAS AS PECAS METALICAS USADAS, DEVEM RECEBER TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, UNIDADE	NFLEX 200	UN	5,00	610,00	3.050,00
25	14-01-2139	CADEIRA PRESIDENTE BRACO REGULAVEL. OS RODIZIOS DEVEM SER CONSTITUIDO DE 2 (DUAS) ROLDANAS CIRCULARES NA DIMENSÃO DE 50MM DE DIÂMETRO E FABRICADAS EM TERMOPLASTICO DENOMINADO DE POLIAMIDA (PA 6.6) E PU EM SUA EXTREMIDADE, DEDICADAS PARA SEREM UTILIZADAS EM PISOS RIGIDOS. O CORPO DO RODIZIO DEVE SER CONFECCIONADO DE FORMA SEMICIRCULAR E FABRICADO EM MATERIAL TERMOPLASTICO DENOMINADO DE POLIAMIDA (PA 6.6). AS ROLDANAS DEVEM SER FIXADAS NESTE CORPO ATRAVES DE UM EIXO HORIZONTAL DE ACO CARBONO ABNT 1005/10 NA DIMENSÃO DE 6 MM QUE SÃO SUBMETIDO A UM PROCESSO DE LUBRIFICACAO ATRAVES DE GRAXA ESPECIFICA PARA REDUCCAO DE ATRITO NA OPERACAO DE ROLAMENTO SOB O PISO. O CORPO DO RODIZIO DEVE SER CONSTITUIDO POR UM EIXO VERTICAL (PERPENDICULAR AO PISO) DE ACO CARBONO ABNT 1008/10 NA DIMENSÃO DE 11 MM E PROTEGIDO CONTRA CORROSAO PELO PROCESSO DE ELETRODEPOSICAO A ZINCO ONDE SE ENCONTRA MONTADO ATRAVES DE UM ANEL ELASTICO SOB PRESSAO NO CORPO DO RODIZIO, QUE DEVE RECEBER LUBRIFICACAO PARA REDUZIR O ATRITO NO DESLOCAMENTO ROTATIVO. CONJUNTO DA BASE DEVE SER DEFINIDO POR UMA CONFIGURACAO EM FORMA DE PENTAGONO, OBTENDO UM DIAMETRO NA ORDEM DE 660 MM E CONSTITUIDA COM 5 (CINCO) PAS DE APOIO, FABRICADA EM CHAPA DE ACO CARBONO ABNT 1008/1020 NA ESPESSURA DE 1,5 MM E CONFORMADA POR UM PROCESSO DE ESTAMPAGEM FORMANDO UM PERFIL DE SECCAO 26X26,5 MM E UNIDAS POR SOLDAGEM MIG. SUAS EXTREMIDADES DEVEM SER CONFORMADAS MECANICAMENTE FORMANDO O ENCAIXE PARA O PINO DO RODIZIO SEM NECESSIDADE DE BUCHAS OU PECAS ADICIONAIS. DEVE POSSUIR UM ANEL CENTRAL FABRICADO EM TUBO DE PRECISAO DE CONSTRUCCAO MECANICA DE ACO CARBONO 1008/20, ONDE AS PAS DEVEM SER FIXADAS A ESTE PELO PROCESSO AUTOMATIZADO DE SOLDAGEM MIG, QUE GARANTE A QUALIDADE E ACABAMENTO DO PRODUTO. O CONJUNTO DA BASE DEVE RECEBER UMA PROTECCAO CONTRA CORROSAO, CARACTERIZADA PELO PROCESSO DE PREPARACAO DE SUPERFICIE METALICA E REVESTIDA POR PINTURA ELETROSTATICA EPOXI EM PO. O CONJUNTO DEVE SER COBERTO POR UMA BLINDAGEM CENTRAL COM DESIGN ADEQUADO AO PRODUTO, MONTADO PELO PROCESSO MANUAL POR CLIQUES DE FIXACAO, COM A FUNCCAO DE PROTECCAO E ACABAMENTO DA BASE. ALEM DE POSSUIR TAMBEM UMA BLINDAGEM TELESCOPICA PARA A COLUNA A GAS. AS BLINDAGENS DEVEM SER FABRICADAS PELO PROCESSO DE INJECCAO EM MATERIAL TERMOPLASTICO DENOMINADO COPOLIMERO DE POLIPROPILENO (PP). CONJUNTO MECANICO/PNEUMATICO DEVE SER UTILIZADO PARA CONECTAR A BASE AO MECANISMO E QUE DEVE POSSUIR A FUNCCAO DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COM REFERENCIA AO PISO, ATRAVES DE UMA ALAVANCA DE ACIONAMENTO DISPOSTA ABAIXO DO ASSENTO. TAMBEM DEVE PERMITIR MOVIMENTO CIRCULAR DA CADEIRA E SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO PELA ACCAO DO GAS SOB PRESSAO NO CARTUCHO E MOLLA DE COMPRESSAO QUE ATUA SOBRE QUALQUER CONDICAO DE ALTURA. DEVE SER CONSTITUIDO DE UM CORPO CILINDRICO DENOMINADO CAMARA, FABRICADO COM TUBO DE CONSTRUCCAO MECANICA DE PRECISAO DE ACO CARBONO ABNT 1008/1020 NA MEDIDA EXTERNA DE 50,00 MM E CONFORMADO EM UMA DE SUAS EXTREMIDADES PELO PROCESSO DE CONIFICACAO PARA PERFEITA FIXACAO NA BASE. A COLUNA A GAS DEVE TER A QUALIFICACAO CONFORME A NORMA DIN 4550 BIFMA. O CONJUNTO CAMARA RECEBE PROTECCAO CONTRA CORROSAO ATRAVES DE UM REVESTIMENTO DE PINTURA ELETROSTATICA EPOXI PRETO E NO CARTUCHO A GAS UMA CAMADA DE ELETRODEPOSICAO DE CROMO (CROMEACAO). O MECANISMO CHAMADO BACK DEVE POSSUIR DUAS ALAVANCAS PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO E REGULAGEM DA INCLINACAO DO ENCOSTO. A ALAVANCA DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO DEVE SER INJETADA EM POLIAMIDA PA REFORCADA COM FIBRA DE VIDRO, E DEVE POSSUIR ALMA METALICA COMO REFORCO ESTRUTURAL EM DUAS CHAPAS DE ACO NA ESPESSURA DE 2,65 MM REVESTIDAS COM PROCESSO DE ELETRODEPOSICAO A ZINCO, GARANTINDO RESISTENCIA MECANICA E TAMBEM CONTRA CORROSAO. O SISTEMA DE TRAVAMENTO DE RECLINACAO DO ENCOSTO DEVE ACONTECER POR MEIO DA PRESSAO EXERCIDA POR UMA MOLLA HELICOIDAL EM UM CONJUNTO DE LAMINAS QUE TRAVAM UMAS AS OUTRAS POR ATRITO E PELO PRINCIPIO DE FRICCAO. A ALAVANCA DE CONTROLE DE RECLINACAO DO ENCOSTO TAMBEM DEVE SER INJETADA EM POLIAMIDA PA REFORCADA COM FIBRA DE VIDRO. AO ACIONAR A ALAVANCA PARA CIMA ELA DEVE	PLAXMETAL OPERATIVA	UN	15,00	1.480,00	22.200,00
26	14-01-2298	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA COM BRACO: CADEIRA DE ESCRITORIO TIPO SECRETARIA COM BRACO - CADEIRA GIRATORIA, TIPO SECRETARIA, COM BRACOS COM REGULAGEM DE ALTURA, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADO COM ESPUMA INJETADA ANATOMICA, REVESTIDA EM TECIDO, COM BASE GIRATORIA, COM REGULAGEM DE ALTURA POR MECANISMO A GAS, COR PRETA, UNIDADE	VFLEX 1000	UN	10,00	500,00	5.000,00
27	14-01-0210	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA PARA ESCRITORIO, REVESTIMENTO EM COURVIN, PRETO, ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA COM 45KG/M3 ESPESSURA DE 50MM, COM REGULAGEM DE ALTURA A GAS, SEM BRACO, ASSENTO 390MM X 390MM, ENCOSTO 290MM X 360MM X 320MM, RODIZIOS DUPLOS DE NYLON, BASE DE ACO COM 5 HASTES, PINTADA EM EPOXI, NA COR PRETA, OS PRODUTOS OFERTADOS DEVERAO APRESENTAR CERTIFICACAO PELA NBR 13962:2006 E NR-17 EMITIDOS POR UM LABORATORIO COMPETENTE, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE ABNT NBR 13962:2006	PLAXMETAL OPERATIVA	UN	6,00	830,00	4.980,00

28	14-01-0173	CADEIRA TIPO DIGITADOR, MOVEL, SEM BRACO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS EM POLIPROPILENO, REVESTIDA EM POLIPROPILENO, NAS CORES AZUL E BRANCO, UNIDADE.	VFLEX 0600	UN	12,00	430,00	5.160,00
30	14-01-2135	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 400W, COM BLUETOOTH, WIFI, USB, BATERIA RECARREGAVEL, DISPLAY DIGITAL E RADIO, TAMANHO 32 X 34 X 54CM, 5.8 KG, COR PRETA, UNIDADE.	MONDIAL CM-400	UN	1,00	794,00	794,00
31	14-01-0187	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA MULT USO POPLINE300, PARA PALESTRAS E REUNIOES, 60P, 200, 75 WATTS, UNIDADE.	FRAHM CMF200	UN	5,00	510,00	2.550,00
36	14-01-0206	ESTANTE EM ACO 1,00 X 0,45M, 4 PRATELEIRAS, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, UNIDADE.	PANDIN MULTUSO	UN	10,00	255,00	2.550,00
37	14-01-0214	FOGAO CONVENCIONAL, 4 BOCAS, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNCIONAMENTO ELETRICO 110 V, COM 04 BOCAS, QUEIMADORES DUPLOS, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, FORNO AUTO LIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA, LUZ INTERNA, PRATELEIRAS DESLIZANTES, TERMOSTATO, COM GRILL, PROTECAO TRASEIRA, CONTENDO PES NIVELADORES, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANCA, PRAZO DE GARANTIA DE 12 MESES E MANUAL DE INTRUCOES	BRASLAR SI-RIUS PLUS	UN	4,00	790,00	3.160,00
41	14-01-2296	LAVADORA DE ALTA PRESSAO - COM MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO 6, POTENCIA 1.4/1.7, VAZAO MAXIMA DE AGUA 405/440, NA VOLTAGEM 110 V, UNIDADE	ELECTROLUX ULTRA WHA	UN	1,00	1.550,00	1.550,00
46	14-01-2291	LIQUIDIFICADOR, 3 VELOCIDADES, COPO POLIPROPILENO FILTRO, LAMINAS ACO INOX, TENSAO/ VOLTAGEM 110V, 220V, POTENCIA 420W, CAPACIDADE TOTAL 2L, UNIDADE	BRITANIA DI-AMANTE	UN	6,00	187,00	1.122,00
50	14-01-0303	MESA ESCRIVANINHA EM MDP DE 15 MM, NA COR BRANCA, COM ENGROSSO, DIMENSOES DO PRODUTO (L X A X P): 0,93 X 78,00 X 0,44 CM, CONTENDO 3 GAVETAS.	VFLEX LIGHT360	UN	8,00	444,00	3.552,00
52	14-01-0200	MESA TIPO BIRO PARA COMPUTADOR, EM MDF, COM ESTRUTURA EM METALON, COM PERFIL DE PVC PARA ACABAMENTO DAS BORDAS, FORMATO RETANGULAR, ALTURA DE 75CM, COM 60CM DE LARGURA, COM 120CM DE COMPRIMENTO, NA COR AZUL, COM 02 (DUAS) GAVETAS, PARA ESCRITORIO, COM FINALIDADE DE ALOCAR UM COMPUTADOR, UNIDADE.	VFLEX LIGHT	UN	23,00	447,00	10.281,00
53	14-01-2285	MICROFONE SEM FIO OPERACAO EM UHF;CAPSULA DINAMICA PADRAO CARDIOIDE; SAIDA BALANCEADA COM CONECTOR XLR E SAIDA NAO BALANCEADA COM CONECTOR P10; RESPOSTA EM FREQUENCIA PELO MENOS ENTRE 80HZ E 18KHZ. ALCANCE EFETIVO: MINIMO DE 75 METROS; TRANSMISSOR ALIMENTADO POR PILHA(S); FORNECIDO COM PILHAS RECARREGAVEIS E CARREGADOR; RECEPTOR COM DISPLAY LCD, COM INDICADOR DO NIVEL DA BATERIA DO TRANSMISSOR. REFERENCIA: SENNEISER EW 135G3 OU EQUIVALENTE TECNICO, UNIDADE	VOKAL VWS-20PLUS	UN	3,00	519,00	1.557,00
60	14-01-2126	TABLET COM AS SEGUINTE CONFIGURACOES: ANDROID 11, PROCESSADOR OCTA CORE 2,3GHZ, 3GB MEMORIA RAM, 32GB ARMAZENAMENTO, TELA 8.7" TIPO TFT, RESOLUCAO MINIMA DE 1340X800, WI-FI, 4G, COMPATIVEL COM MICRO SD, DEVERA SER ACOMPANHADO DE PELICULA, CARREGADOR, CABO DE DADOS E FONE DE OUVIDO (SAMSUNG, HP, MSI). DEVERA SER FORNECIDO COM CAPA ORIGINAL DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO.	SAMSUNG TAB A7	UN	5,00	1.220,00	6.100,00
62	14-01-0197	TELA DE PROJECAO PARA PROJETOR MULTIMIDIA, PARA PC/TV/VCR/VL/CD/FIL, 16.7M COR, MEDINDO 1,80 X 1,80, UNIDADE.	SUMAY TS1800	UN	2,00	713,00	1.426,00

Valor total da Empresa: R\$ 157.906,00 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e seis reais).

Vigência 12 meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DECRETO Nº 72/2023

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ART. 1º Ficam –nomeados os novos Membros representantes e seus respectivos suplentes do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** de Araguaiana – MT, conforme abaixo:

Membros representantes- Conselho Municipal de Educação.

Presidente: Rivania Maria de Souza Martins, portadora do CPF: 564.158.342-15 e RG: 4889393/SSP/MT.E-mail rivaniacamargo@gmail.com, endereço : Rua Maria Luísa de Araújo, S/N- Bairro Saveco, TelefoneL66)984035644.

Vice-Presidente: Rosenilda da Costa Souza Dutra, portadora do CPF:854713641-04 e RG:1282756-8/ SSP/MT,E-mail:rosedacosta59@gmail.com, endereço: rua Otavio Dutra S/N, Bairro Jardim Urânia II, Telefone (66) 984239623.

Representantes do Poder Executivo:

Titular: Eduarda Gabriela Ferreira dos Santos

RG:27535118-SEJSP/MT

CPF:061.080.271-26

Endereço: Rua Saturnino Nazário Correia –SN –Bairro Saveco.

TelefoneL66) 984379836

E-mail: duardagabriela@gmail.com

Suplente: Ana Clara Ramalho Aquino

RG:25398067 -SEJSP/MT.

CPF:046.413.671-75

Endereço: Rua Guanabara –SN- Bairro Jardim Urânia II.

Telefone: (66) 984002522

E-mail: anaclararaquino@gmail.com

Representantes do poder Legislativo:

Titular: Leidimar Ana de Oliveira

RG:1487578-0-orgão Exp.SSP/MT.

CPF: 000.057.741-36

Endereço: Rua Silva nº 17- Bairro Jardim Urania I

TelefoneL(66)0984332908

E-mail: leidmarana38@gmail.com

Suplente: Lorena Simon Barbosa Dias

RG:2960146-0

CPF:06217718138

Endereço: Rua Guanabara/N Bairro: Jardim Urania II

TelefoneL66)984187838

E-mail: lo.simon26@gmail.com

Representantes dos trabalhadores da Educação Municipal-Sendo 01 (um) professor e 01 (um) AAE (apoio administrativo Educacional e /ou TAE (Técnico Administrativo Educacional):**Titular:** Aliane Pereira Aquino

RG:15076237-Órgão Exp. –SSP/MT

CPF:979.034.421-04

Endereço: Avenida Inocêncio Dias, SN- Bairro Jardim Alvorada

TelefoneL66) 984461712

E-mail: aalianeprof10@gmail.com

Suplente: Elizabete Maria Vasco Reis

RG:04518390/ órgão Exp.: SEJUSP/MT

CPF:327.729.551-68

Endereço. BR. CONJUNTO Hab. Aguinaldo Ferlete -S/N -Bairro: Centro

Telefone:(66)984099851

E-mail: elizabethmariavascoreis@gmail.com

Representantes dos pais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal:**Titular:** Evanildes da Costa Souza;

RG:1165874-6- Órgão Exp.SSP/MT

CPF:819.088.901-00

Endereço: Rua Cuiabá nº 127

Bairro: Jardim Urânia I

TelefoneL66) 984442912

E-mail: nidicostasouza@yahoo.com.br

Suplente: Edilene Ferraz do Nascimento

RG:1617111-0 -Órgão.Exp.SSP/MT

CPF:008.935.761-23

Endereço: Rua Vereador Iran Nardes –Bairro Jardim Paraíso

TelefoneL66) 984232550

E-mail: edileneferraznascimento@gmail.com

Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SIN-TEP):**Titular:** Carlos Vagner Perné dos Santos

RG:1.281.233-1- Órgão-Exp.SSP/MT

CPF:218.042.728-09

Endereço: Rua Travessa João Gomes-Centro

Telefone:(66) 984392531

E-mail: carossessor1980@gmail.com

Suplente: Lidiane Bastos Silva:

RG:1236021-0- Órgão Exp.SSP/MT.

CPF:853999301-53

Endereço: Rua João Briene- SN- Bairro: são José

Telefone: (66) 984590659

E-mail: lidianeifiordelotus@hotmail.com

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogado os Decretos nº73/2021 de 13 de outubro de 2021 e decreto nº 04/2023 de 11 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA**EXTRATO DO CONTRATO 111/2023****NÚMERO DO CONTRATO:** 111/2023.**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93. Art. 38**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT**CONTRATADO:** CONSTRUTORA NOGUEIRA EIRELI.

OBJETO: O objeto deste contrato é a ADESAO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 070/2023, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2023, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU - MT PARA A CONTRATAÇÃO, FUTURA E PARCELADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTES DE MADEIRA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA-MT, ATENDENDO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES.

PRAZO: 12 MESES.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 959.837,25 (Novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2023.**VIGÊNCIA:** 12/12/2023 a 12/12/2024.**EXTRATO DO CONTRATO 110/2023****NÚMERO DO CONTRATO:** 110/2023.**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93. Art. 38**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT**CONTRATADO:** REAVEL VEICULOS LTDA.

OBJETO: O OBJETO DESTES CONTRATO É A ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PERÇOS Nº 050/2023, ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2023, REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA/MT, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA, DE 01 VEÍCULO, DO TIPO VAN, ZERO KM, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 PASSAGEIROS, COR SOLIDA BRANCA, MOTOR 1.8 OU SUPERIOR, DIESEL, POTENCIA MÍNIMA DE 125CV, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, CAMBIO MANUAL MÍNIMO DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PRAZO: 12 MESES.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 294.000,00 (Duzentos e noventa e quatro mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2023.**VIGÊNCIA:** 08/12/2023 a 08/12/2024.**EXTRATO DO CONTRATO 112/2023****NÚMERO DO CONTRATO:** 112/2023.**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93.**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT**CONTRATADO:** BELLA LUZ LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS EM GERAL PARA SUPRIR AS DEMANDAS DO PROJETO ILUMINAÇÃO NATALINA "NATAL EM FAMÍLIA", PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COMU-

NICAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA – MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 1851-2023, PROCESSO N° SECEL-PRO-2023/07233.

PRAZO: 18 DIAS.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 61.066,00 (Sessenta e um mil sessenta e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2023.

VIGÊNCIA: 13/12/2023 a 31/12/2024.

EXTRATO DO CONTRATO 113/2023

NÚMERO DO CONTRATO: 113/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADO: ROTOCYCLE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICO – EIRELI

OBJETO: O OBJETO DESTES CONTRATO É A ADESAO PARCIAL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2023, ADVINDA DO PREGAO PRESENCIAL N° 014/2023, REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA, DE MULTIBRINQUEDO, PARQUE INFANTIL, TIPO PLAYGROUND (COM MONTAGEM), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM CONSONÂNCIA COM O TERMO DE REFERÊNCIA E COM A PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA CONTRATADA, CONTENDO TODOS OS SEUS ANEXOS, OS QUAIS FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATO INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

PRAZO: 12 MESES.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ \$ 79.990,00 (Setenta e nove mil, noventa e nove reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2023.

VIGÊNCIA: 15/12/2023 a 15/12/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

ADMINISTRAÇÃO PORTARIA INTERNA N° 87/2023-DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A **GESTORA DE FOLHA DE PAGAMENTO** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o “Ato” de afastamento de férias para o mês de janeiro de 2024, a servidora pública municipal, conforme relacionados no quadro abaixo:

NOME	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Elismar Alecrim de Oliveira	01/08/2006	08/08/2022 a 07/08/2023	03/01/2024 a 01/02/2024

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Araputanga-MT, 19 de dezembro de 2023.

LUCIENE VIEIRA RAMOS

Gestora de Folha de Pagamento

Port. 659/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 170/2023 – FENIX CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **Sr. Enilson de Araújo Rios**, brasileiro, casado, portador do R.G n° 0555344-0 SJ/MT e inscrita no CPF sob n° 383.499.061-20, residente a Rua Limiro Rosa Pereira, n° 846, Centro, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **FENIX CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 44.777.304/0001-35, com sede na Avenida A, Quadra 13, Sala 01, Bairro Altos do Coxipó, Cuiabá/MT, telefone (65) 99279-2089, e-mail: admconstrutorafenix@outlook.com, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **Sebastião Dias da Silva Junior**, brasileiro, profissão, portador do RG n°. 0839732-5 SSP/MT e inscrito CPF n°. 812.087.311-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de execução de obra, com base no Processo de **Tomada de Preços n° 001/2023** que se regerá pelos termos da Lei n°. 8.666/93 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - O presente contrato tem como objeto é a **Contratação de Pessoa Jurídica para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais, no Perímetro Urbano do Município de Araputanga, conforme o Contrato de Repasse n° 923123/2021/MDR/CAIXA**, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro constante no processo licitatório Tomada de Preços n° 001/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO

2.1 - Adita-se a **vigência do contrato**, que era de até 31/12/2023, prorrogando-se para 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Fica justificado o presente ato conforme, justificativa da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

4.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 18 de dezembro de 2023.

Enilson de Araújo Rios

Município de Araputanga

CONTRATANTE

FENIX CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

CNPJ n° 44.777.304/0001-35

Sebastião Dias da Silva Junior

RG n°. 0839732-5 SSP/MT e CPF n°. 812.087.311-49

Contratada

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
235/2023**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 235/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
235/2023 – PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si celebrarem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público inscrita no CGC/MF sob n.º 15.023.914/0001-45, com a sede na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, na Rua Antenor Mamedes, n.º 911, neste ato representada pelo seu Prefeito **Sr. Enilson de Araújo Rios**, brasileiro, casado, portador do R.G nº 0555344-0 SJ/MT e inscrita no CPF sob nº 383.499.061-20, residente a Rua Limiro Rosa Pereira, nº 846, Centro, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 09.576.427/0001-07, com sede na Rua Pacaraima, nº 67, Qd 01, Sala 02, Bairro Praceiro, Cuiabá/MT, CEP 78.070-495, telefone (65) 9 9621 - 9389, e-mail: engprisma@hotmail.com, neste ato representado pelo seu procurador Sr. **Alã Assunção Charanek**, brasileiro, engenheiro civil, portador do RG nº. 0795160-4 e inscrito sob o CPF nº. 513.421.381-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Execução de Obra, com base no Processo de **Tomada de Preços nº 006/2023** que se regerá pelos termos da Lei nº. 8.666/93 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - O presente contrato tem como objeto é a **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços para Execução de Passeio Público e Ciclovia na MT-175, Ligação ao Bairro Daury Riva no Município de Araputanga**, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro constante no processo licitatório Tomada de Preços nº 006/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO

2.1 - Adita-se a **vigência do contrato**, que era de até 31/12/2023, prorrogando-se para 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Fica justificado o presente ato conforme, justificativa da área técnica de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 - Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

4.2 - E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Araputanga - MT, 18 de dezembro de 2023.

Enilson de Araújo Rios

Município de Araputanga

CONTRATANTE

PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 09.576.427/0001-07

Alã Assunção Charanek

RG nº. 0795160-4 e inscrito sob o CPF nº. 513.421.381-04

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL**

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 001/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** ALLISSON SANTANA LOIOLA - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Araputanga Para Sempre**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 002/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** ELENILDA MARIA DA SILVA - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Música Anjo**”, contemplado no Edital 01/2023 – Outras áreas culturais. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 003/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** FRANCISCO FLÁVIO DE ABREU COSTA - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Vídeo Clipe Musical – Adorador por Excelência**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 004/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** GEOVANE APARECIDO MARTINS - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Vídeoclipe musical – Uma só carne**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 005/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** ISADORA CARLA GRILO - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Isadora Carla acústico**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 006/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** JEFFERSSON TAVARES CALDAS - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Sons na Cidade**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 007/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** JHONATAN WILHAN DA SILVA ALVES - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Respirando Música**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 008/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** KALITA DOS REIS PAIVA - **Valor:** R\$ 9.214,34 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**Vídeo Clipe Musical – Som dos Céus**”, contemplado no Edital 01/2023 – Audiovisual. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 009/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** KAROLINE DE ARAÚJO LEMOS - **Valor:** R\$ 21.470,32 – **Objeto:** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “**FESTIVAL ITINERANTE DE CINEMA MAZ-**

ZAROPI", contemplado no Edital 01/2023 - AUDIOVISUAL. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 010/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **RAFAEL JUNIOR HELIODORO** - **Valor:** R\$ 13.202,18 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**O Encontro da mulher rural: construindo identidades através de sua história**", contemplado no Edital 01/2023 - AUDIOVISUAL. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 011/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **RODRIGO BUENO DE FREITAS** - **Valor:** R\$ 11.327,30 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**Caminhos Básicos da Criação Audiovisual**", contemplado no Edital 01/2023 - AUDIOVISUAL. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 012/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **ARIELE SANTANA LOIOLA** - **Valor:** R\$ 4.844,97 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: ARAPUTANGA PARA CRIANÇAS**", contemplado no Edital 02/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 013/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **Associação Folia de Reis Estrela do Oriente – Comunidade Taboca** - **Valor:** R\$ 9.698,94 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**Folia de Reis Estrela do Oriente**", contemplado no Edital 012/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 014/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **Elania Miranda da Cunha Goulart** - **Valor:** R\$ 9.698,94 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**ART'S DA ELANIA PINTURAS EM TELHAS**", contemplado no Edital 02/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 015/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **LETÍCIA RIOS SAMPAIO** - **Valor:** R\$ 9.698,94 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**RITIMO RAIZ: CLUBE DA DANÇA**", contemplado no Edital 02/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 016/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **Marlene das Graças Dias** - **Valor:** R\$ 9.698,94 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "**PALCO DAS EMOÇÕES**", contemplado no Edital 02/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL - nº 017/2023 - **Data:** 18/12/2023 – **CONCEDENTE:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **AGENTE CULTURAL:** **VANUSA IRENE XAVIER SANTOS** - **Valor:** R\$ 4.844,97 – **Objeto** Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Impressão de um livro, com o título: **FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA MATO GROSSO E SUAS MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS**", contemplado no Edital 02/2023 – OUTRAS ÁREAS CULTURAIS. - **Vigência do Contrato:** 18/12/2023 à 30/08/2024.

GABINETE - DEPTO JURIDICO LEI MUNICIPAL Nº 1.676/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.676/2023

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

E SUA ESTRUTURA PREVIDENCIÁRIA

Art. 1º - Fica reestruturado por esta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, consoante aos preceitos e diretrizes emanadas do art. 40 da CF/88, das Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019 bem como da Lei Federal nº 9.717/98 e 10.887/2004.

SEÇÃO ÚNICA

DO ÓRGÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEUS FINS

Art. 2º - O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga/MT, gozará de personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica e autonomia administrativa e financeira.

§1º O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Araputanga/MT, denominado pela sigla "**PREVIARA**", se destina a assegurar aos seus segurados e a seus dependentes, na conformidade da presente Lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, deprecem ou façam cessar seus meios de subsistência.

§2º Fica assegurado ao PREVIARA, no que se refere a seus serviços e bens, rendas e ação, todos os privilégios, regalias, isenções e imunidade de que gozam o Município de Araputanga.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS ABRANGIDAS

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 3º São segurados obrigatórios do PREVIARA os servidores efetivos ativos e inativos dos órgãos da Administração Direta e Indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Araputanga.

Parágrafo único. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, conforme disposto no § 13 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º A filiação ao PREVIARA é obrigatória para os atuais servidores e efetivos e para os demais, a partir de suas respectivas posses.

Art. 5º Perderá a qualidade de segurado aquele que deixar de exercer a atividade que o submeta ao regime do PREVIARA.

Parágrafo único. A perda da qualidade de segurado importa na caducidade dos direitos inerente a essa qualidade.

Art. 6º Ao segurado que deixar de exercer, temporariamente atividade que o submeta ao regime do PREVIARA é facultado manter a qualidade de segurado, desde que passe a efetuar, sem interrupção, o pagamento mensal das contribuições referente a sua parte e a do Município.

Parágrafo único. O servidor efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios à disposição do Município de Araputanga, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

SEÇÃO II**DOS DEPENDENTES**

Art. 7º São considerados dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro, e os filhos não emancipados, de qualquer condição, desde que não tenha atingido vinte e um anos de idade ou inválido;

II - Os pais; e

III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que não tenha atingido vinte e um anos de idade ou se inválido.

§1º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§2º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§4º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 8º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do artigo anterior é presumida, a das pessoas constantes dos incisos II e III deverão comprová-la.

Art. 9º A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - Para os cônjuges, pela separação judicial ou divórcio sem direito a percepção de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - Para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - Para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao atingirem **vinte e um anos de idade**, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV - Para os dependentes em geral:

a) pelo matrimônio;

b) pela união estável;

c) pela cessação da invalidez;

d) pelo falecimento.

SEÇÃO III**DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS ABRANGIDAS**

Art. 10. Os segurados e seus dependentes estão obrigados a promover a sua inscrição no PREVIARA e que se processará da seguinte forma:

I - Para o segurado, a qualificação perante o PREVIARA comprovada por documentos hábeis;

II - Para os dependentes, a declaração por parte do segurado, sujeita a comprovação da qualificação de cada um por documentos hábeis.

Parágrafo único. A inscrição é essencial à obtenção de qualquer prestação, devendo o PREVIARA fornecer ao segurado, documento que a comprove.

Art. 11. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será lícito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem jus.

CAPÍTULO III**DOS DIREITOS DAS PESSOAS ABRANGIDAS****SEÇÃO I**

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS SEGURADOS**SUBSEÇÃO I****DA APOSENTADORIA**

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVIARA e que tenham ingressado no serviço público até a entrada em vigor dessa lei complementar e desde então não tenha interrupção no vínculo com o serviço público, serão aposentados:

I - Por incapacidade permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:

a) a incapacidade permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVIARA e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao PREVIARA já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

II - Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;

III - Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§1º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da CF/88 com redação dada pela EC n. 41/03.

§2º É vedada à adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do PREVIARA, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - Portadores de deficiência;

II - Que exerçam atividades de risco;

III - Cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no art. 12, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§4º São consideradas as funções de magistério, contida no parágrafo anterior, as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica além do exercício de docência tais como a função de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico.

§5º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no art. 40 da Constituição Federal.

§6º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II.

§7º O segurado aposentado por incapacidade permanente está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo, no limite de sessenta anos de idade, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do PREVIARA, a realizarem-se a cada dois anos.

Art. 13. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto no art. 12 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§2º Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

I - Inferiores ao valor do salário-mínimo nacional;

II - Superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - Superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§5º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 14. O segurado, quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência

imunológica adquirida - AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada) ou quando vítima de acidente do trabalho ou moléstia profissional que o invalide para o serviço, terá direito à aposentadoria integral.

Parágrafo único: Para fins desta lei complementar, considera-se também doença incapacitante: sarcoidose; doença de Hansen; tumores malignos; hemopatias graves; doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos; cardiopatias reumáticas crônicas graves; hipertensão arterial maligna; cardiopatias isquêmicas graves; cardiomiopatias graves; acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações; vasculopatias periféricas graves; doença pulmonar crônica obstrutiva grave; hepatopatias graves; nefropatias crônicas graves, doenças difusas do tecido conectivo; espondilite anquilosante e artroses graves invalidantes.

Art. 15. Os servidores que tenham ingressado no serviço público a partir da entrada em vigor desta lei complementar serão aposentados:

I - Voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: **a)** 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e **b)** 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria; **II** - Por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiverem investidos, quando insuscetíveis de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria; **a)** A aposentadoria por incapacidade permanente será apurada mediante análise técnica de exames e/ou laudos médicos, e se dará segundo instruções emanadas do PREVIARA, e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço, após publicação do ato de concessão do benefício de aposentadoria; **b)** A caracterização de acidente de trabalho somente se dará quando a incapacidade for decorrente de ação ou omissão ocorrido no horário e local de trabalho, no exercício do cargo, que se relacione diretamente com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda permanente da capacidade para o trabalho; **c)** A doença ou lesão de que o segurado filiado ao PREVIARA já era portador na data de sua posse não lhe conferirá direito à aposentadoria, salvo quando a incapacidade sobrevier decorrente de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão por ação diretamente vinculada ao exercício das atribuições do cargo público; **d)** Nos casos de enfermidade ou deficiência mental, o servidor somente será aposentado por incapacidade permanente se, anteceder medida judicial de interdição, caso em que o requerente do benefício será o Curador do Segurado, nomeado pelo Juiz de Direito, conforme artigo 1.767 do Código Civil Brasileiro; **e)** O segurado aposentado por incapacidade permanente será obrigado, sob pena de suspensão do benefício, até o limite de 60 anos de idade, a submeter-se a avaliação pela junta médica do PREVIARA, a realizar-se, ordinariamente, a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, a qualquer tempo; **f)** O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por incapacidade permanente cessada, a partir da data do retorno estabelecida por Portaria publicada pelo PREVIARA; **g)** O aposentado por incapacidade intelectual total (alienação mental) deverá possuir um curador especial nomeado judicialmente para lhe representar perante esta autarquia.

Art. 19. Os servidores públicos municipais de Araputanga com direito a idade mínima ou tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria na forma dos §§4º-B e 5º do art. 40 da Constituição Federal poderão aposentar observados os seguintes requisitos:

I - Os servidores públicos municipais de Araputanga cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, aos 60 (sessenta) anos de idade, com 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria; **II** - O titular do cargo de professor, aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, aos 57 (cinquenta e sete) anos, se mulher, com 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos. **III** - A aposentadoria a que se refere o §4º-C do art. 40 da Constituição Federal observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, naquilo em que não conflitam com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social da União, vedada a conversão de tempo especial em comum.

IV - Até que lei federal discipline o §4º-A do art. 40 e o inciso I do §1º do art. 201 da Constituição Federal, a aposentadoria da pessoa com deficiência, segurada do Regime Próprio de Previdência Social deste município, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, contudo aos critérios de cálculo do benefício será com base no artigo seguinte.

Art. 20. Para o cálculo dos benefícios previstos no artigo anterior, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 100% (cem por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§1º A média a que se refere o *caput* será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos §§14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no § 1º, com acréscimo de 02 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

I - Do inciso II do §6º do art. 4º, do §4º do art. 15, do §3º do art. 16 da Emenda Constitucional nº 103/2019; **II** - Do §4º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103/2019, ressalvado o disposto no inciso II do §3º e no §4º deste artigo; **III** - De aposentadoria por incapacidade permanente aos segurados deste regime, ressalvado o disposto no inciso II do §3º deste artigo; e **IV** - Do § 2º do art. 19 e do §2º do art. 21 da Emenda Constitucional nº 103/2019, ressalvado o disposto no §5º deste artigo.

§3º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no *caput* e no §1º deste artigo:

I - No caso do inciso II do §2º do art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019; **II** - No caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional, de doença do trabalho e as descritas nos artigos 13 e 14.

§4º O valor do benefício da aposentadoria de que trata o inciso III do §1º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103/2019, corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do *caput*do §2º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§5º Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se referem os § 2º deste artigo, para a averbação em outro regime previdenciário.

§6º Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

SEÇÃO II

DOS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS DEPENDENTES

SUBSEÇÃO I

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 21. A pensão por morte será calculada para os dependentes dos segurados que tenham ingressado no serviço público até a entrada em vigor desta Lei complementar na seguinte forma:

I - Ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - Ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

§2º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - Sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - Desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§3º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§4º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 22. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - Do dia do óbito;

II - Da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - Da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 23. Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVIARA.

Parágrafo único. Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

Art. 24. A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9º.

Parágrafo único: A pensão por morte será paga de forma integral e vitalícia para os dependentes dos servidores que já tendem tomado posse na data de entrada em vigor desta lei, para os servidores que tomarem posse após a entrada em vigor desta lei, será de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, nos seguintes termos:

a) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

b) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

c) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

d) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

e) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

f) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

Art. 25. Toda vez que se extinguir uma parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 26. A pensão por morte será calculada para os dependentes dos segurados que tenham ingressado no serviço público após a entrada em vigor desta Lei complementar, nos termos deste artigo e seguinte, e será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

Art. 27. As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§1º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - Uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§2º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no *caput* e no §1º.

§3º A perda da qualidade de dependente e o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos nos artigos, 7º, 8º e 9º desta.

§4º A pensão por morte será paga de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, nos seguintes termos:

- a)** 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
- b)** 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- c)** 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- d)** 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- e)** 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
- f)** vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

Art. 28. Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. O valor da pensão por morte concedidas nos termos do disposto no artigo anterior não será inferior ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal e será reajustado nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 30. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 31. Será admitida a acumulação de:

I - Pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social;

II - Pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social; ou

Art. 32. Nas hipóteses das acumulações previstas no artigo anterior, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

- I** - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;
- II** - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;
- III** - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e
- IV** - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

Art. 33. As restrições previstas nos artigos acima não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta lei.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 34. O décimo terceiro salário será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo RPPS.

Parágrafo único. O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 35. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Art. 36. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.

Art. 37. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 38. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao

montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 39. Além do disposto nesta Lei, o PREVIARA observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 40. Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo único. Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (PREVIARA), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 41. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio PREVIARA e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 42. Os pagamentos dos benefícios serão efetuados por via eletrônica pelo sistema bancário nacional.

Art. 43. Os benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, e os valores a eles correspondentes, serão vertidos em favor do RPPS.

CAPÍTULO IV

DO CUSTEIO

SEÇÃO I

DA RECEITA

Art. 44. A receita do PREVIARA será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - De uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo § 1º do art. 149 da CF/88, com redação determinada pela Lei Federal nº 10.887/2004, igual a 14% (quatorze por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II - De uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 14,0% (quatorze por cento), incidente sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

III - De uma contribuição mensal do Município, incluída suas autarquias e fundações, definida de acordo com o Plano de Amortização a cada ano atualizado, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, despendido em aportes financeiros anuais devidas pelo Ente, definidas na tabela anexa a esta Lei.

IV - De uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regime de orçamento próprio, igual à fixada para o Município, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados obrigatórios;

V - De uma contribuição mensal dos segurados que usarem da faculdade prevista no art. 6º, correspondente a sua própria contribuição, acrescida da contribuição correspondente à do Município;

VI - Pela renda resultante da aplicação das reservas;

VII - Pelas doações, legados e rendas eventuais;

VIII - Por aluguéis de imóveis, estabelecidos em Lei;

IX - Dos valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A contribuição prevista no inciso II deste artigo, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, incidirá apenas sobre parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

Art. 45. Considera-se remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, a retribuição pecuniária devida ao segurado a título remuneratório pelo exercício do cargo com valor fixado em Lei, acrescido das vantagens permanentes do cargo, vantagem individual por produtividade, décimo terceiro vencimento, proventos de aposentadoria e pensão;

§1º Parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo;

§2º Exclui-se de descontos referidos neste artigo, gratificação de férias, horas extras e vantagens temporárias.

Art. 46. Em caso de acumulação de cargos permitida em Lei, a remuneração de contribuição para os efeitos desta Lei, será a soma das remunerações percebidas.

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 47. A arrecadação das contribuições devidas ao PREVIARA compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - Aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, as importâncias de que trata os incisos I e II, do art. 44;

II - Caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao PREVIARA ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 22 (vinte e dois) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso III, do art. 44, conforme o caso.

Art. 48. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao PREVIARA relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 49. O não recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do artigo 44 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ou em caso de parcelamento de contribuições devidas e não repassadas, implicará na atualização monetária destas de acordo com o IPCA – Índice Nacional de preços ao consumidor Amplo, juros de mora de 1% (um por cento) e multa de 1,5% (um e meio por cento) ao mês.

Art. 50. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6º fica obrigado a recolher mensalmente, diretamente ao PREVIARA as contribuições devidas.

SUBSEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 51. O PREVIARA poderá a qualquer momento, requerer dos Órgãos do Município, quaisquer documentos para efetuar levantamento fiscal, a fim de apurar irregularidades nas incidências dos encargos previdenciários previstos no plano de custeio.

Parágrafo único. A fiscalização será feita por diligência e, exercida por qualquer dos servidores do PREVIARA, investido na função de fiscal, através de portaria do Diretor Executivo.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA E DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DAS GENERALIDADES

Art. 52. As importâncias arrecadadas pelo PREVIARA são de sua propriedade, e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nesta Lei, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas na legislação pertinente, além de outras que lhes possam ser aplicadas.

Art. 53. Na realização de avaliação atuarial inicial e na reavaliação em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados nas Portarias emitidas pelo Ministério da Previdência Social.

SEÇÃO II

DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÃO DAS RESERVAS

Art. 54. As disponibilidades de caixa do PREVIARA, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades do Município e aplicadas nas condições de mercado, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 55. A aplicação das reservas se fará tendo em vista:

I - Segurança quanto a recuperação ou conservação do valor real, em poder aquisitivo, do capital investido, bem como ao recebimento regular dos juros previstos para as aplicações de renda fixa e variável;

II - A obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez;

Parágrafo único. É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o “caput” em:

I - Títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - Empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público, inclusive a suas empresas controladas.

Art. 56. Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, o PREVIARA realizará as operações em conformidade com a política anual de investimentos aprovada pelo Conselho Curador.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 57. O orçamento do PREVIARA evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental observados o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§1º O orçamento do PREVIARA integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade.

§2º O Orçamento do PREVIARA observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 58. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente o de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar os seus objetivos, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 59. A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§2º Entende-se por relatórios de gestão, o balancete mensal de receitas e despesas do PREVIARA e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§3º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

Art. 60. O PREVIARA observará ainda o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e do ente estatal, conforme diretrizes gerais.

Art. 61. Aplicam-se as seguintes normas e no que couber o disposto na Portaria MPAS n.º 4858, de 26 de novembro de 1998, que dispõe sobre contabilidade de entidades fechadas de previdência privada.

I - A escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II - A escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

III - A escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do ente público;

IV - O exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V - O ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração do resultado do exercício;

c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;

d) demonstração analítica dos investimentos.

VI - Para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII - As demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 62. O PREVIARA publicará até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

I - O valor de contribuição do ente estatal;

II - O valor de contribuição dos servidores públicos ativos;

III - O valor de contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas;

IV - O valor da despesa total com pessoal ativo;

V - O valor da despesa com pessoal inativo e com pensionistas;

VI - O valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º, do art. 2º, da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998;

VII - os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º, do art. 2º da Lei 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Parágrafo único. O PREVIARA, encaminhará a Secretaria de Previdência Social até 30 trinta dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias desse período e acumuladas do exercício em curso, informando, conforme orientações emanadas pelo Ministério da Previdência Social.

SEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 63. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

§ 1º. Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decretos do executivo.

Art. 64. A despesa do PREVIARA se constituirá de:

I - Pagamento de prestações de natureza previdenciária;

II - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao funcionamento do PREVIARA;

III - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle;

IV - Atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações e serviços mencionados na presente Lei;

V - Pagamento de vencimentos do pessoal que compõem o quadro de servidores do PREVIARA.

§1º As despesas administrativas do PREVIARA são de 3,6%, (três inteiros e seis décimos por cento) sobre a soma do valor da Base De Contribuição de todos os Servidores ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, apurado no exercício financeiro anterior, em obediência ao disposto na Portaria SEPRT n. 19.451, de 18 de agosto de 2020.

§2º Em caso de insuficiência de recursos da taxa de administração, inclusive para pagamento de pessoal, tributos ou de insumos materiais e tecnológicos indispensáveis para a gestão do regime, o Executivo Municipal aportará recursos para cobertura destes gastos.

SEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 65. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 66. A organização administrativa do PREVIARA compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III - Diretor-Executivo, com função executiva de administração superior.

IV – Funcionários, admitidos em cargo de provimento efetivo ou cedidos pelo município com funções técnicas administrativas, conforme necessidade.

V – Assessorias jurídicas ou técnicas, com funções de apoio profissional ao PREVIARA.

SUB-SEÇÃO ÚNICA

DOS ÓRGÃOS

Art. 67. Compõem o Conselho Curador do PREVIARA os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, sendo dois suplentes.

§1º Os membros do Conselho Curador, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados serão escolhidos dentre os servidores municipais segurados do PREVIARA, por eleição, garantida participação de servidores inativos.

§2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 05 (cinco) anos, permitida a recondução em sua totalidade.

§3º As regras eleitorais para escolha dos conselhos curador e fiscal do PREVIARA serão de responsabilidade do Conselho Curador vigente, na qual será executada por uma comissão eleitoral nomeada pelo Diretor Executivo do PREVIARA, escolhida dentre seus segurados.

Art. 68. O Conselho Curador se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:

I - Elaborar seu regimento interno;

II - Eleger o seu presidente;

III - Aprovar o quadro de pessoal, *ad referendum* pela Câmara Municipal;

IV - Decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal;

V - Julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo não sujeitos a revisão daquele;

VI - Apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.

§1º - O Presidente do Conselho Curador será escolhido entre seus membros e exercerá mandato de um ano, vedada a reeleição.

§2º - As decisões do Conselho Curador serão registradas em Atas, onde os assuntos a serem deliberados terão validade com aprovação de metade mais um dos membros dos conselhos.

Art. 69. A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor do PREVIARA de sua escolha.

Art. 70. Os membros do Conselho Curador e Fiscal receberão mensalmente o pagamento do “*Jeton de Presença*”, desde que não comprometa a despesa Administrativa do PREVIARA, mediante comprovação de prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro, a ser confeccionado por seu Contador.

§1º O valor dos pagamentos dos jetons que farão jus os conselheiros Curador e Fiscal do PREVIARA corresponderão ao valor de 03 a até 07 UPFs Municipal, que será definido anualmente pelo Diretor Executivo do PREVIARA, considerando a sobra das despesas administrativas após subtraídas despesas fixas ou estimadas para manutenção do PREVIARA.

§2º O Diretor Executivo do PREVIARA deverá estimar uma reserva para cobertura de despesas administrativas que possam surgir no decorrer do Exercício não prevista no orçamento, podendo para isso utilizar-se de recursos do exercício ou de sobras de exercícios anteriores.

§3º O valor do jeton apurado que será devido aos conselheiros Curador e Fiscal do PREVIARA deverá ser aprovado por metade mais um do total dos membros titulares de cada conselho, e publicados por meio de Portaria do Diretor Executivo do PREVIARA.

§4º O valor dos jetons definido anualmente para os conselheiros Curador e Fiscal do PREVIARA poderá ser alterado no decorrer do exercício quando necessário.

§5º Os conselhos Curador e Fiscal do PREVIARA deverão se reunir ordinariamente uma vez ao mês com data a ser definida pela metade mais um do total dos membros titulares,

§6º Não farão jus ao jeton os conselheiros curador ou fiscal que injustificadamente não participarem das reuniões ordinárias, não sendo justificável a ausência por motivos particulares.

§7º O Diretor Executivo do PREVIARA ou qualquer conselheiro poderá quando necessário solicitar reuniões extraordinárias.

§8º A regulamentação dos jetons será feita por meio de Portaria do Diretor Executivo e será pago conforme valor de UPF'S municipal.

Art. 71. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, cabendo-lhe especificamente:

I - Elaborar seu regime interno;

II - Eleger seu presidente;

III - Acompanhar a execução orçamentária do PREVIARA;

IV - Julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios.

§1º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais segurados do PREVIARA, inclusive inativos, para mandato de 05 (cinco) anos, permitida a recondução em sua totalidade.

§2º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

§3º Os membros do Conselho Fiscal receberão o pagamento do "*Jeton de Presença*", desde que não comprometa a despesa Administrativa do PREVIARA, mediante comprovação de prévio estudo de impacto financeiro e orçamentário, a ser confeccionado por seu Contador.

§4º A regulamentação dos jetons será feita por meio de Portaria do Diretor Executivo e será pago conforme valor de UPF'S municipal.

Art. 72. O cargo de Diretor Executivo do PREVIARA será provido em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, com o mesmo "*status*" de Secretário Municipal, devendo sua escolha recair sobre um servidor titular de cargo efetivo da administração pública municipal, **sendo a nomeação condicionada à prévia aprovação por metade mais um dos membros do Conselho Curador.**

§1º. O servidor designado para exercer a função de Diretor Executivo do PREVIARA poderá optar pela remuneração única e total equivalente ao valor bruto do vencimento de Secretário do Município de Araputanga MT, ou pelo valor disposto no Anexo I desta Lei que será somado aos seus vencimentos de carreira.

§2º. Poderá o Diretor Executivo ser exonerado pelo Prefeito Municipal, desde que devidamente justificada as razões e aprovada por metade mais um dos membros do Conselho Curador.

§3º. O Diretor Executivo do PREVIARA, bem como os membros dos Conselhos Curador e Fiscal respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei e na Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, sujeitando-se no que couber, ao regime repressivo da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subsequentes, além do disposto na Lei Federal Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§4º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 73. Compete especificamente ao Diretor Executivo:

I - Representar o PREVIARA em todos os atos e perante quaisquer autoridades;

II - Comparecer às reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto;

III - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador;

IV - Propor, para aprovação do Conselho Curador, o quadro de pessoal do PREVIARA;

V - Nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PREVIARA;

VI - Apresentar relatório de receitas e despesas (relatório de gestão) mensais ao Conselho Fiscal;

VII - Despachar os processos de habilitação a benefícios;

VIII - Movimentar as contas bancárias conjuntamente com outro servidor efetivo designado, com denominação de Tesoureiro do PREVIARA, não sendo obrigatório cumprimento de carga horária fixa na sede do PREVIARA, devendo ser observado as disposições do Anexo III desta Lei;

IX - Fazer delegação de competência aos servidores do PREVIARA;

X - Ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração.

XI - Prestar esclarecimento à Câmara Municipal sempre que necessário.

§1º O Diretor Executivo será assistido, em caráter permanente ou mediante serviços contratados, por Assessores incumbidos de colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e técnicos atuariais do PREVIARA.

§2º Para melhor desenvolvimento das funções do PREVIARA poderão serem feitos desdobramentos dos órgãos de direção e executivo, por deliberações do Conselho Curador.

SEÇÃO II

DO PESSOAL

Art. 74. A admissão de pessoal à serviço do PREVIARA se fará mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, segundo instruções expedidas pelo Diretor Executivo.

Art. 75. O quadro de pessoal com as tabelas de vencimentos e gratificações, são os estipulados no Anexo I e II desta Lei Complementar.

§1º A planilha de variação salarial para fins de progressão vertical e horizontal do cargo de provimento efetivo PREVIARA é a constante no Quadro I do Anexo II desta Lei Complementar.

§2º Os direitos, deveres e regime de trabalho dos servidores do PREVIARA reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos servidores municipais.

Art. 76. O Diretor Executivo poderá requisitar servidores municipais, por necessidade administrativa, além dos previstos nos Anexos I e II desta Lei, para serem cedidos com cumprimento de carga horária integral no PREVIARA, mediante requerimento ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único: A função do parágrafo anterior, será de livre nomeação e exoneração a cargo do Diretor Executivo.

SEÇÃO III DOS RECURSOS

Art. 77. Os segurados do PREVIARA e respectivos dependentes, poderão recorrer ao Conselho Fiscal, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que forem notificados, das decisões do Diretor-Executivo, denegatórias de prestações.

Art. 78. Aos servidores do PREVIARA é facultado recorrer ao Conselho Curador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, das decisões do Diretor Executivo que considerarem lesivas a seus direitos.

Art. 79. O Diretor Executivo, bem como, segurados e dependentes, poderão recorrer ao Conselho Curador, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que delas tomarem conhecimento, das decisões do Conselho Fiscal com as quais não se conformarem.

Art. 80. Os recursos deverão ser interpostos perante o órgão que tenha proferido a decisão, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.

Art. 81. Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o próprio órgão recorrido.

Parágrafo único. O órgão recorrido poderá reformar sua decisão, em face do recurso apresentado, caso em que este deixará de ser encaminhado à instância superior.

CAPÍTULO IX

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 82. São deveres e obrigações dos segurados:

I - Acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVIARA;

II - Aceitar e desempenhar com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

III - Dar conhecimento à direção do PREVIARA das irregularidades de que tiverem ciência, e sugerir as providências que julgarem necessárias;

IV - Comunicar ao PREVIARA qualquer alteração necessária aos seus assentamentos, sobretudo aquelas que digam respeito aos dependentes e beneficiários.

Parágrafo único. O segurado que se valer da faculdade prevista no art. 6.º, fica obrigado a recolher suas contribuições e débitos para com o PREVIARA mensalmente, diretamente na Tesouraria do PREVIARA, ou na rede bancária autorizada com guia emitida por esta Autarquia.

Art. 83. O segurado pensionista terá as seguintes obrigações:

I - Acatar as decisões dos órgãos de direção do PREVIARA;

II - Apresentar, anualmente, em janeiro, atestado de vida e residência do grupo familiar beneficiado por esta lei;

III - Comunicar por escrito ao PREVIARA as alterações ocorridas no grupo familiar para efeito de assentamento;

IV - Prestar com fidelidade, os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVIARA.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 12, §§ 1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - Tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - Tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - Contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea "a" e § 3º do art. 12 desta Lei, na seguinte proporção:

I - Três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - Cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§2º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no *caput*, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta Lei.

§4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 85. Observado o disposto no art. 37, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 86. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 84 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contida no § 3º do art. 12 desta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - Vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - Dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 87. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 12 desta lei.

§2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 88. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 89. Os regulamentos gerais de ordem administrativa do PREVIARA e suas alterações, serão baixados pelo Conselho Curador.

Art. 90. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 12 desta Lei, ou pelas regras estabelecidas pelos artigos 84 e 86 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – Vinte e cinco anos de efetivo exercício de serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – Idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, combinado com o art. 12, inciso III, alínea “a”, desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. *Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadoria concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, combinado com o art. 88, desta Lei observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.*

Art. 91. O Município será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do PREVIARA, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 92. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 636/2005 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Cargo	Requisitos para a Investidura	Abrangência do cargo	Padrão de Vencimento
DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIARA	Ter nível superior nas áreas de Direito, Contabilidade, Administração ou Gestão Pública; Ter Certificação ou outros requisitos exigidos pelos órgãos competentes; Ser servidor efetivo em qualquer órgão dos Poderes da administração direta ou indireta do Município;	- O Diretor Executivo somente poderá ser nomeado ou exonerado nos termos dispostos nesta Lei; - Cumprir as determinações desta Lei;	R\$ 3.027,67
GESTOR DE BENEFÍCIOS	Ser servidor efetivo do Município, ter segundo grau completo, conhecimento básico em informática e sobre Previdência.	- Responsável pelo controle, montagem de processos, documentação e arquivo de benefícios, bem como assinar e se responsabilizar pelas informações juntamente com o Diretor Executivo do Previara referentes a todos os benefícios custeados pela legislação previdenciária em vigência.	R\$ 2.484,00
ASSESSOR DE BENEFÍCIOS E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Ter segundo grau completo e conhecimento básico em informática.	- Terá características exclusivas de assessoramento nas diversas atividades administrativas e de benefícios do Previara; - Será responsável por alimentar e controlar os sistemas de contribuições, de Compensação Previdenciária e outros do Previara, e do arquivamento da documentação envolvida; - Auxiliar nos trabalhos administrativos e contábeis do Previara, de acordo com a necessidade a ser coordenada pelo Diretor Executivo.	R\$ 2.054,00

ANEXO II

Cargo	Nº de Vagas	Atribuições	Vencimento	Carga horária	Requisitos para a investidura
Contador do Previara	01	O cargo de Contador está administrativamente subordinado ao Diretor Executivo do Previara não causando prejuízo as suas competências, independência da função, responsabilidades, ética, princípios, e outras atribuições do cargo. Organizar e executar serviços de contabilidade em geral, em especial atenção a aplicação aos Regimes Próprios de Previdência Social, no pleno atendimento às Normas e Legislações pertinentes editadas pela Secretária do Tesouro Nacional – STN, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Ministério da Previdência Social, e demais órgão competentes Escriturar os livros de contabilidade obrigatórios, bem como todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços, balancetes e demonstrações. Revisar balanços, balancetes e contas em geral. Prestar assistência aos Conselhos Fiscais e Curador e atender às demais demandas afetas à contabilidade. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata. Se responsabilizar pelos arquivos dos documentos oriundos das obrigações da atividade. Enviar as cargas do Aplic do TCE de MT Controlar e registrar os atos e fatos do Patrimônio do Previara, registrando todas suas alterações referentes a depreciação, valorização, valor residual, aquisições, baixas, doações, incorporações, e demais atos relacionados aos bens móveis, imóveis, tangíveis e intangíveis do Previara. Responder perante ao TCE/MT, Ministério Público, Ministério da Previdência Social e outros órgãos fiscalizadores quanto as informações e registros dos atos e fatos de sua responsabilidade oriundos das ações das atribuições do cargo em que exerce. Confeccionar estudo de impacto financeiro/orçamentário, quando devidamente requerido.	R\$ 3.623,55	20 (vinte horas) semanais.	Ensino superior em Ciências Contábeis ou Formação em Técnico de Contabilidade. (Obrigatório o Registro no respectivo Conselho de Classe)
Auxiliar Administrativo	01	Auxiliar a realização do trabalho na unidade em que estiver lotado, por meio da organização de dados e informações. Atender aos munícipes quando necessário. Organizar e armazenar os processos administrativos e papéis de trabalho. Prestar assistência, ao nível de sua habilitação, na execução de atividades de todas as unidades da Prefeitura. Elaborar relatórios relativos às atividades de sua competência. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.			2.054,44

QUADRO I do ANEXO II						
Planilha de Variação Salarial para Progressão Vertical e Horizontal						
CONTADOR DO PREVIARA						
		R\$ 3.623,55				
	Grau	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Salário Base: Quadro I	A	R\$ 3.623,55	R\$ 3.949,65	R\$ 4.275,75	R\$ 4.601,85	R\$ 4.927,95
	B	R\$ 3.677,90	R\$ 4.004,00	R\$ 4.330,10	R\$ 4.656,20	R\$ 4.982,30
	C	R\$ 3.732,25	R\$ 4.058,35	R\$ 4.384,45	R\$ 4.710,55	R\$ 5.036,65
	D	R\$ 3.786,60	R\$ 4.112,70	R\$ 4.438,80	R\$ 4.764,90	R\$ 5.091,00
	E	R\$ 3.840,95	R\$ 4.167,05	R\$ 4.493,15	R\$ 4.819,25	R\$ 5.145,35
	F	R\$ 3.895,30	R\$ 4.221,40	R\$ 4.547,50	R\$ 4.873,60	R\$ 5.199,70

QUADRO II do ANEXO II	
Planilha de Variação Salarial para Progressão Vertical	
Auxiliar Administrativo DO PREVIARA	

Salário Base: R\$ 2.054,44

0351	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - A 01	2.054,44
0354	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - A 02	2.239,35
0360	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - A 03	2.424,24
0365	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - A 04	2.609,14
0373	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - A 05	2.794,05
0352	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - B 01	2.085,26
0358	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - B 02	2.270,16
0364	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - B 03	2.455,06
0367	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - B 04	2.639,96
0375	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - B 05	2.824,86
0349	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - C 01	2.116,08
0353	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - C 02	2.300,98
0359	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - C 03	2.485,88
0370	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - C 04	2.670,78
0371	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - C 05	2.855,68
0350	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - D 01	2.146,89
0355	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - D 02	2.331,79
0361	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - D 03	2.516,70
0369	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - D 04	2.701,59
0374	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - D 05	2.886,49
0347	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - E 01	2.177,71
0356	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - E 02	2.362,61
0362	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - E 03	2.547,51
0368	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - E 04	2.732,41
0376	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - E 05	2.917,31
0348	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - F 01	2.208,53
0357	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - F 02	3.582,04
0363	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - F 03	3.858,75
0366	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - F 04	4.135,49
0372	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - F 05	4.412,19

ANEXO III

CARGO	CHS	REQUISICÃO	ATRIBUIÇÕES	JETON
Tesoureiro do Previara	A função de Tesoureiro do Previara não terá obrigatoriedade de cumprimento de carga horária fixa na sede do Previara, tendo em vista ser uma função devida, mediante obrigatoriedade de outro servidor assinar as movimentações financeiras juntamente com o Diretor Executivo.	- Ter nível superior completo e noções financeiras. - Ser exercida por servidor efetivo ativo/inativo da administração direta ou indireta do Município, nomeado pelo Diretor Executivo do Previara e só terá efetividade mediante aprovação de metade mais um dos membros do Conselho Curador.	- Assinar conjuntamente toda movimentação financeira do Previara com o Diretor Executivo do Previara; - Ter conhecimento das movimentações financeiras antes de assiná-las, devendo zelar pela correta movimentação dos recursos; - O servidor designado para exercer a função Tesoureiro do Previara terá o direito de perceber um Jeton independentemente de já exercer algum cargo em comissão remunerada com carga horária definida no Município de Araputanga-MT.	R\$ 1.320,00

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 86/2023-DRH

DISPÕE SOBRE ATO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA / MT.

A GESTORA DE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença Maternidade da servidora pública da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme consta no quadro abaixo.

Nome	Cargo	Afastamento	Tipo
JOSANNE VIEIRA SILVA	PROFESSORA	15/12/2023 a 11/06/2024	LICENÇA MATERNIDADE

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos ao dia **15/12/2023**.

Registra-se, publica-se, cumpre-se.

Araputanga-MT, 19 de dezembro de 2023.

LUCIENE VIEIRA RAMOS

Gestora de Folha de Pagamento

Port. 659/2022

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.677/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.677/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE ARAPUTANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio junto a ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE ARAPUTANGA, inscrita com o CNPJ nº 36.959.623/0001-33, repassando a importância de R\$ 2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais) mensais, com vigência entre os meses de janeiro e dezembro de 2024.

Art. 2º – O presente repasse objetiva auxiliar o fomento das relevantes atividades realizadas pela respectiva Associação à toda sociedade dependente dos serviços.

Art. 3º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

**ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 624/2023**

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o senhor **ALLISON SANTANA LOIOLA**, inscrito no CPF nº. 027.305.641-79, como “**ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO**”, da **Prefeitura Municipal de Araputanga-MT**.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezenove (19) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
099/2023**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 099/2023 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA E A MARIZETE CAMILO GONÇALVES SANTANA, PARA FINS ESPECÍFICOS.

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, N°. 911, Centro, ARAPUTANGA - MT, inscrita no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo seu Prefeito **Enilson de Araújo Rios**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05553440 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 383.499.061-20, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, nº 846, na cidade de Araputanga – MT, CEP: 78.260-000, denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a Sra. **MARIZETE CAMILO GONÇALVES SANTANA**, brasileira, portadora do RG sob o nº 3478785-2 SESP/MT e CPF de nº 097.877.596-17, PIS nº 163.59294.61-4, residente e domiciliada Rua Vinte e seis, nº 306, Bairro: Santo Antônio, Município de **Araputanga/MT**, denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, regendo-se pelas normas da Lei 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A CONTRATADA prestará serviços correspondentes ao cargo de “**PROFESSORA**” de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, especificamente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando sua aprovação em Teste Seletivo Simplificado nº 001/2021.

1.2 – Considerando que a mesma se encontra gestante, e em cumprimento a jurisprudência recente do TJ/MT, se faz necessário a prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Conforme **Contrato Administrativo nº 099/2023**, as partes mencionadas resolvem prorrogar a prazo de vigência do contrato, **ficando estabelecido novo prazo de vigência a findar em 04/03/2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE VALOR

3.1 – Considerando a alteração de prazo de vigência realizados pelo presente Termo Aditivo, a **CONTRATADA** receberá à quantia de **R\$ 3.180,51 (três mil, cento e oitenta reais e cinquenta e um centavo) mensais**.

3.2 – O valor global do aditivo será de **R\$ 9.541,53 (nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos) referente aos meses aditados**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 – As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2024, **Em Dotação Orçamentária Própria Do Município**, como segue: **(277) 05.002.365.1002.2035 – 31.90.04 F.R 1540**

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, que não foram pôr este alteradas, continuam em vigor como se aqui estivessem reproduzidas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATANTES

6.1 – E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORO:

7.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 19 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

CNPJ: 15.023.914/0001-45

ENÍLSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

MARIZETE CAMILO GONÇALVES SANTANA

CONTRATADA

CPF: 097.877.596-17

**ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 629/2023**

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA ESTADO DE MATO GROSSO;

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a servidora do **CARGO TEMPORÁRIO**, abaixo relacionado, da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso.

NOME	DT. ADMIS- SÃO	DT. TÉRMI- NO	NOME CARGO ATUAL
Rafaela Tatiane Pecinelli Miotto	22/02/2023	20/12/2023	Monitor de Creche

Art. 2º-Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezenove (19) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

**GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.678/2023**

LEI MUNICIPAL Nº 1.678/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS PARA O FORNECIMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Arco-Íris, com o intuito de repassar o valor mensal de R\$11.160,00 (onze mil e cento e sessenta reais) para o fornecimento de 93 (noventa e três) bolsas de estudo no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada, totalizando o montante de R\$ 133.920,00 (cento e trinta e três mil e novecentos e vinte reais), que será repassado durante o exercício letivo do ano de 2024 à Faculdade Católica Rainha da Paz.

Parágrafo único: A receita financeira residual oriunda dos recursos exclusivos para bolsas de estudos, se houver, deverá ser devolvida ao Município.

Art. 2º - O presente Convênio visa fomentar e incentivar a formação acadêmica dos munícipes de Araputanga/MT, diminuindo seus custos, através do fornecimento de bolsas de estudo a acadêmicos de baixo poder aquisitivo, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I - Renda familiar bruta de até 03 (três) salários mínimos;

II - Maior frequência, assiduidade e participação nas aulas;

III - Domicílio eleitoral no Município de Araputanga/MT. **Parágrafo Único:** Deverá ser reservada ao menos 02 (duas) bolsas de estudos às pessoas com deficiência, desde que devidamente comprovada e preenchidos os requisitos acima descritos.

Art. 3º - Por Decreto, caberá ao Poder Executivo nomear a Comissão Especial de Avaliação dos requerimentos das bolsas de estudos autorizadas pela presente Lei, sendo a Comissão composta pelos seguintes membros:

I - Um (01) representando o Poder Executivo;

II - Um (01) representando o Poder Legislativo;

III - Um (01) representando a Conveniada.

Parágrafo Único: A Comissão Especial de Avaliação será responsabilizada nas esferas cabíveis em caso de autorização de concessão de bolsas para acadêmicos que não preencham os requisitos expostos na presente Lei.

Art. 4º - Deverá a Faculdade Católica Rainha da Paz abrir prazo não inferior a 10 (dez) dias para o recebimento na instituição do Requerimento de Bolsa de Estudos, que serão juntados e posteriormente enviados para a análise da Comissão Especial de Avaliação

Art. 5º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por contadas dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

**GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.679/2023**

LEI MUNICIPAL Nº 1.679/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/CONSEG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio junto ao Conselho Municipal de Segurança Pública/CONSEG, inscrito com o CNPJ nº 15.085.043/0001-94, repassando a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, com vigência entre os meses de janeiro e dezembro de 2024.

Art. 2º - O presente repasse objetiva que este Conselho auxilie nas despesas de manutenção diversas da Delegacia de Polícia Judiciária Civil, do Batalhão da Polícia Militar desta e da Unidade Prisional/Cadeia Pública desta Comarca, se o responsável requerer e comprovar sua necessidade.

Parágrafo Único: As despesas de que trata este artigo serão destinadas para complementar o custeio das despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente e para manutenção da frota e em geral, que forem necessárias para o regular funcionamento da Delegacia de Polícia Judiciária Civil, do Batalhão da Polícia Militar desta e da Unidade Prisional/Cadeia Pública desta Comarca.

Art. 3º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.680/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.680/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAPUTANGA/APAE-ARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de apoio financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araputanga – APAE-ARA para o ano de 2024, repassando a importância mensal de R\$ 7.650,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta reais), em 13 (treze) parcelas consecutivas, totalizando um montante de R\$ 99.450,00 (noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), de janeiro a dezembro e décimo terceiro.

Art. 2º – O presente repasse objetiva coadjuvar no pagamento do quadro administrativo de servidores, sendo total responsabilidade da Conveniada a contratação do pessoal, que passarão a pertencer ao quadro de pessoal da entidade.

Art. 3º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 4º - *As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.*

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2023 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA E A RAFAELA MONTEIRO DE SOUZA LEITE, PARA FINS ESPECÍFICOS.

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA - MT, inscrita no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo seu Prefeito **Enílson de Araújo Rios**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05553440 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 383.499.061-20, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, nº 846, na cidade de Araputanga – MT, CEP: 78.260-000, denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a Sra. **RAFAELA MONTEIRO DE SOUZA LEITE**, brasileira, portadora do RG sob o nº 2502250-4 SESP/MT e CPF de nº 065.566.281-23, PIS/NIT nº: 166.229.001-92, residente e domiciliada na Rua Presidente Juscelino Kubitschek, nº 418, Bairro: Santo Antônio, Município de **Araputanga/MT**, denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, regendo-se pelas normas da Lei 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A CONTRATADA prestará serviços correspondentes ao cargo de “**MONITORA DE CRECHE**” de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, especificamente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando sua aprovação em Teste Seletivo Simplificado nº 001/2023.

1.2 – Considerando que a mesma se encontra gestante, e em cumprimento a jurisprudência recente do TJ/MT, se faz necessário a prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Conforme **Contrato Administrativo nº 142/2023**, as partes mencionadas resolvem prorrogar a prazo de vigência do contrato, **ficando estabelecido novo prazo de vigência a findar em 27/02/2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE VALOR

3.1 – Considerando a alteração de prazo de vigência realizados pelo presente Termo Aditivo, a **CONTRATADA** receberá à quantia de **R\$ 1.694,61 (um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavo) mensais.**

3.2 – O valor global do aditivo será de **R\$ 3.389,22 (três mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos) referente aos meses aditados.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. – As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2024, **Em Dotação Orçamentária Própria Do Município**, como segue: **(277) 05.002.365.1002.2035 – 31.90.04 F.R 1540**

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, que não foram pôr este alteradas, continuam em vigor como se aqui estivessem reproduzidas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATANTES

6.1 – E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORO:

7.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 19 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

CNPJ: 15.023.914/0001-45

ENÍLSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

RAFAELA MONTEIRO DE SOUZA LEITE

CONTRATADA

CPF: 065.566.281-23

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.681/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.681/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO DESPORTO DE ARAPUTANGA - APADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de apoio financeiro com a Associação de Pais e Amigos do Desporto de Araputanga – APADA, inscrita com CNPJ nº 02.507.859/0001-17, declarada como de utilidade pública através da Lei Municipal nº 399/1999.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal poderá conceder, a título de apoio financeiro, para o ano de 2024, a importância R\$ 213.500,00 (duzentos e treze mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único: Objetiva-se com os convênios principalmente, porém não exclusivamente, coadjuvar no pagamento das custas da referida Associação, além de realização de diversas competições esportivas anualmente em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, bem como custear a filiação da referida instituição junto ao Comitê Brasileiro de Clubes.

Art. 3º - Caberá a diretoria da Conveniada realizar a prestação de contas das despesas realizadas com a finalidade estabelecida no artigo anterior nos moldes do exposto na Lei Municipal nº 1.443/2021.

Parágrafo Único: A assinatura do Convênio autorizado por esta Lei fica condicionada a total prestação de contas referentes a Convênios anteriores eventualmente firmados.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

**GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.682/2023**

LEI MUNICIPAL Nº 1.682/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR INSTRUMENTO E ALIENAR ÁREAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA E ESTADUAL SER FAMÍLIA HABITAÇÃO.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento de parceria com a MT Participações e Projetos S.A - MTPAR e com as empresas por ela contratadas ou conveniadas conforme art. 3º desta lei, para viabilizar a construção de unidades habitacionais de interesse social na seguinte área urbana deste município:

I – Área de 28.251,89 m², localizada junto à Rua D, nº 770, Bairro Residencial Furlan, matrícula nº 3.387, registrada no 1º Serviço Registral da Comarca de Araputanga/MT, conforme memorial descritivo constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os lotes ou frações ideais, resultantes do imóvel **descrito** no art. 1º, diretamente aos beneficiários selecionados e aprovados por meio de contratos firmados **junto aos agentes financeiros** de tais programas.

§ 1º Os beneficiários do caput serão selecionados, de acordo com o disposto no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e Programa Ser Família Habitação.

§ 2º Após o término da obra, caso ainda existam unidades não alienadas a beneficiários que cumpriram os requisitos deste artigo, a construtora selecionada, será responsável pelos custos de manutenção das unidades até a efetiva vendas.

Art. 3º - Fica autorizada a MTPAR ou a Prefeitura Municipal a efetuar a seleção de empresa do ramo da construção civil, por meio de Chamamento Público, observando-se a Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, interessada em produzir, **na área relacionada** no art. 1º, empreendimento habitacional de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, em projeto a ser aprovado por este município, com recursos de quaisquer das linhas do referido Programa, bem como do Programa Ser Família Habitação.

Art. 4º - A empresa vencedora do chamamento público deverá cumprir integralmente os prazos e especificações previstas no edital, que será publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta lei.

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo, desde já, autorizado a conceder, por ato próprio ou mediante delegação, Direito Real de Uso sobre a área indicada no inciso I do art. 1º à empresa vencedora do Edital de Chamamento citado no art. 3º.

§ 1º - Tal concessão de direito real de uso será outorgado à empresa vencedora do Chamamento Público, exclusivamente para fins de implantação do respectivo empreendimento habitacional, autorizando-a a constituir hipoteca sobre os direitos concedidos a favor de agente financeiro da operação.

§ 2º - Para tanto, o Prefeito, por ato próprio ou mediante delegação ora autorizada, poderá representar o Município de Araputanga/MT assinando todos os atos, instrumentos de contrato ou escrituras públicas necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso, conforme solicitado pela empresa vencedora do Chamamento Público, devendo ser resguardada a finalidade prevista no parágrafo anterior.

Art. 6º - Ao empreendimento habitacional de que trata esta lei, conceder-se-á:

I - Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta;

II - Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel ao adquirente, para a primeira transmissão dos compradores dos imóveis, podendo ocorrer outra antes dessa;

III - Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre o imóvel onde o empreendimento habitacional será implantado; e

IV - Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base nas disposições desta lei.

§ 1º - As isenções temporárias previstas nos incisos I a IV abrangem o período compreendido entre a aprovação do empreendimento, até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender aos Programas especificados nesta lei.

§ 2º - O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, objeto da isenção de que trata o inciso I do *caput*, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar obras ou aporte financeiro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas de que trata esta lei, nas áreas destinadas à construção das unidades habitacionais, sendo ve-

dada, em qualquer hipótese, a inclusão no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 8º - Os lotes urbanos municipais destinados para a realização do empreendimento, serão precedidos de avaliação realizada pelo Poder Executivo Municipal e pelo agente financeiro responsável pelo empreendimento.

§ 1º - Os valores atribuídos aos lotes, serão computados como contrapartida do município ao empreendimento e integrarão a operação de financiamento do beneficiário, observada a ordem de prioridade abaixo estabelecida:

I - Será atribuído ao lote o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal sempre que estiver inserido nos valores, mínimo e máximo, atribuídos na avaliação do Agente Financeiro.

II - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal esteja fora do intervalo de valores, mínimo e máximo, atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor mínimo indicado pelo Agente Financeiro.

III - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal seja superior ao valor máximo atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor máximo indicado pelo Agente Financeiro.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal utilizará o Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT) para selecionar e destinar as unidades habitacionais produzidas nos termos desta lei, nos seguintes termos:

I - Exclusivamente a interessados que serão beneficiados com operações de financiamento; ou

II - As famílias integrantes da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em caso de produção habitacional com recursos do Orçamento-Geral da União.

Parágrafo único: Para efeito do disposto no *caput*, os beneficiários deverão se enquadrar nas exigências da legislação da respectiva modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como observar os requisitos e condições estabelecidas pela legislação do Programa Estadual SER Família Habitação e do agente financeiro da operação.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
092/2023**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 092/2023 - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA E A NOISLAYNE TAYNARA DA SILVA CORREA, PARA FINS ESPECÍFICOS.

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA - MT, inscrita no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo seu Prefeito **Enilson de Araújo Rios**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05553440 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 383.499.061-20, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, nº 846, na cidade de Araputanga – MT, CEP: 78.260-000, denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a Sra. **NOISLAYNE TAYNARA DA SILVA CORREA**, brasileira, portadora do RG sob o nº 2669095-0 SESP/

MT e CPF de nº 058.574.631-14, PIS nº 166.060.019-36, residente e domiciliada Rua Dois, s/n, Bairro: Centro, Município de **Araputanga/MT**, denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, regendo-se pelas normas da Lei 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A CONTRATADA prestará serviços correspondentes ao cargo de “**MONITORA DE CRECHE**” de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, especificamente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando sua aprovação em Teste Seletivo Simplificado nº 001/2021

1.2 – Considerando que a mesma se encontra gestante, e em cumprimento a jurisprudência recente do TJ/MT, se faz necessário a prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Conforme **Contrato Administrativo nº 092/2023**, as partes mencionadas resolvem prorrogar a prazo de vigência do contrato, **ficando estabelecido novo prazo de vigência a findar em 28/03/2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE VALOR

3.1 – Considerando a alteração de prazo de vigência realizados pelo presente Termo Aditivo, a **CONTRATADA** receberá à quantia de **R\$ 1.694,61 (um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavo) mensais**.

3.2 – O valor global do aditivo será de **R\$ 5.083,83 (cinco mil, oitenta e três reais e oitenta e três centavos) referente aos meses aditados**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. – As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2024, **Em Dotação Orçamentária Própria Do Município**, como segue: **(277) 05.002.365.1002.2035 – 31.90.04 F.R 1540**

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, que não foram pôr este alteradas, continuam em vigor como se aqui estivessem reproduzidas.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONSENTIMENTO DAS PARTES CONTRATANTES

6.1 – E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº. 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORO:

7.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 19 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

CNPJ: 15.023.914/0001-45

ENÍLSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

NOISLAYNE TAYNARA DA SILVA CORREA

CONTRATADA

CPF: 058.574.631-14

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 022/
2023 POR CREDENCIAMENTO N°. 003/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro, torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO para a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Prestação de Serviço de Exames Laboratoriais para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O Credenciamento ocorrerá no período de 03/01/2024 a 18/01/2024 e a abertura dos envelopes em 24/01/2024 às 08h00min(horário local). Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, no setor de licitações ou ainda através do telefone (65) 3261-1736 ou e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br.

Araputanga - MT, 19 de dezembro de 2023.

Cristina Maria de Lima

Agente de Contratação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE
ADESÃO N° 019/2023**

REF: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 004/2023 – Realizado pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte - MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Interessado a Adesão: Prefeitura Municipal de Araputanga - MT - representado pelo Sr. Enilson de Araújo Rios – Prefeito Municipal.

Fornecedor: BIG BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.618.579/0001-77, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, nº 3150, bairro JD Petrópolis – Cuiabá/MT.

Secretaria Requerente: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Rubrica/Dotação: Consignados no orçamento do ano corrente, será empenhado na rubrica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Do Valor: O valor total é de R\$ 201.492,45 (duzentos e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Araputanga-MT, 19 de dezembro de 2023.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 050/2023**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 050/2023

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS : N° 034/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 085/2023

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 105/E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenópolis – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Av. D. Pedro I, 135, Bairro Vila Nova, na cidade de Arenópolis/MT, **RESOLVE registrar os preços da EMPRESA DAVID DE OLIVEIRA MARIAS ME**, inscrita no CNPJ N° 34.549.753/0001-72, com sede a Rua Gonçalves Ledo, 1265, Bairro Vila Nova, na cidade de Arenópolis/MT, CEP. 78.420-000, neste ato representada pelo seu proprietário/procurador o Sr. **DAVID DE OLIVEIRA MATIAS SILVA**, inscrito no CPF sob n° 040.737.251-01 e RG 1840708-0, residente e domiciliado na cidade de Arenópolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/SERVIÇOS	UNID	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 1000-20 (CAMINHÃO, ÔNIBUS)	UNID.	57	76,00	4.332,00
02	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 12.4-24	UNID.	30	174,00	5.220,00
03	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 1300-24	UNID.	20	174,00	3.480,00
04	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 14.00.24 (TRATOR, MÁQUINAS PESADAS)	UNID.	32	174,00	5.568,00
05	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 16.5-12	UNID.	32	174,00	5.568,00
06	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 17.5 - R 25 L	UNID.	28	60,00	1.680,00
07	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 175/65-14	UNID.	22	39,00	858,00
08	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 175/70-13	UNID.	32	34,50	1.104,00
09	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 175/70-14	UNID.	34	39,50	1.143,00
10	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 185/70-14	UNID.	10	40,00	400,00
11	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 195/60-15	UNID.	12	40,00	480,00

12	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 195/65-16	UNID.	40	49,50	1.980,00
13	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 215/65-16	UNID.	12	60,00	720,00
14	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 215/75-16	UNID.	34	49,50	1.683,00
15	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 215/75-17.5	UNID.	26	51,20	1.331,20
16	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 265/70-16	UNID.	36	49,50	1.782,00
17	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 275/65-18	UNID.	20	76,25	1.525,00
18	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 275/80-22.5	UNID.	48	69,30	3.326,40
19	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 295/80-22.5	UNID.	08	73,00	584,00
20	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO CONserto DE PNEU 900/20	UNID.	36	60,00	2.160,00
21	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 1000-20 (CAMINHÃO, ÔNIBUS)	UNID.	52	73,00	3.796,00
22	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 12.4-24	UNID.	32	174,00	5.568,00
23	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 1300-24	UNID.	18	174,00	3.132,00
24	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 14.00.24 (TRATOR, MÁQUINAS PESADAS)	UNID.	32	174,70	5.590,00
25	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 16.5-12	UNID.	32	174,70	5.590,00
26	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 17.5 - R 25 L	UNID.	28	60,00	1.680,00
27	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 175/65-14	UNID.	12	39,50	474,00
28	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 175/70-13	UNID.	32	34,30	1.097,60
29	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 175/70-14	UNID.	34	39,30	1.336,20
30	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 18.4-32	UNID.	8	174,30	1.394,40
31	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 195/60-15	UNID.	12	40,00	1.976,00
32	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 195/65-16	UNID.	40	49,40	1.976,00
33	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 215/65 -16	UNID.	12	60,00	720,00
34	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 215/75-16	UNID.	34	49,50	1.683,00
35	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 215/75-17.5	UNID.	26	51,36	1.335,36
36	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 265/70-16	UNID.	36	40,00	1.440,00
37	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 275/65-18	UNID.	20	76,36	1.527,20
38	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 295/80-22.5	UNID.	8	73,30	586,40
39	SERVIÇO DE BORRACHARIA DO TIPO TROCA DE PNEU 900/20	UNID.	36	60,00	2.160,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A empresa contratada se responsabilizará em executar os serviços, respeitando escala definida pelo setor competente.

2.2. Os serviços deverão ser realizados no Município de Arenápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA

3.1. A contratada só poderá realizar os Serviços autorizados pela Secretaria.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços, que será recebido pela Secretaria, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria, o condicionamento e guarda dos serviços prestados, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 034/2023**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 18/12/2023.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 034/2023**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 034/2023**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PRAZO

8.1. Os serviços serão prestados no Município, conforme demanda da Secretaria.

8.2. A contratada só poderá realizar os serviços com guias autorizadas pela Secretaria e as quantidades de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos Serviços ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2. Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e pela Secretaria que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o serviços não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a *Secretaria* aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade dos serviços efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenópolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretará para a mesma a Multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretará para a mesma a Multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Arenópolis, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 034/2023**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal:

COD. RED. 030- 02.001.04.122.0002.2005.3390.39.00.00.00 - F 1.500.0000000

COD. RED. 058- 03.001.04.122.0002.2011.3390.39.00.00.00 - F 1.500.1000000

COD. RED. 130- 05.002.12.361.0008.2037.3390.39.00.00.00 - F 1.500.1001000

COD. RED. 149- 05.002.12.365.0008.2017.3390.39.00.00.00 - F 1.500.1001000

COD. RED. 297- 06.001.10.301.0013.2056.3390.39.00.00.00 - F 1.500.1002000

COD. RED. 331- 06.001.10.302.0016.2065.3390.39.00.00.00 - F 1.500.1002000

COD. RED. 386- 07.001.08.122.0002.2070.3390.39.00.00.00 - F 1.500.0000000

COD. RED. 467- 08.001.26.782.0021.2086.3390.39.00.00.00 - F 1.759.0000000

COD. RED. 493- 08.002.15.452.0002.2090.3390.39.00.00.00 - F 1.500.0000000

COD. RED. 519- 09.002.20.122.0002.2021.3390.39.00.00.00 - F 1.500.0000000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 18 de dezembro de 2023.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA DAVID DE OLIVEIRA MARIAS ME DAVID DE OLIVEIRA MATIAS SILVA CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: LUCIANA DE SOUZA BARRETO NOME: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUANÃ

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 258/2023**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS URBANAS NO BAIRRO CIDADE ALTA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIQUANÃ/MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/01/2024 A 26/03/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 27/12/2023 A 27/02/2024.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 39/2023
RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.702/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1.392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE PROCESSADORA DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (USINA ASFÁLTICA), SEMIMÓVEL, NOVA, MONTADA EM CHASSI ÚNICO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE NO MÍNIMO 20 TON/H, PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, VINCULADO A CONVÊNIO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE-SUDECO, REFERENTE A EMENDA DE BANCA-DA, SOB O Nº 929257/2022, COM CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DO EDITAL.

Comunica que houve RETIFICAÇÃO na descrição do item.

Início da Sessão: 29/12/2023 às 10:00 horas (Horário de Brasília-DF).

Endereço Eletrônico: <https://bllcompras.com>. O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site <http://www.aripuanã.mt.gov.br>. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: <http://www.aripuanã.mt.gov.br> ou pelo e-mail: licitacao@aripuanã.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 19 de dezembro de 2023.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 56/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETREIRO - LETRAS EM AÇO INOXIDÁVEL E PVC PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.702/2022, torna público aos interessados que o mesmo sofreu alterações conforme segue:

FICA ALTERADO NO (3.1 Objeto) DO EDITAL - conforme segue: ON-DE LEIA-SE:

3.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de persianas para atender as necessidades das secretarias municipais do município de Aripuanã-MT.

LEIA-SE:

3.1. Registro de preços para futura e eventual prestação de serviço de confecção e instalação de Letreiro - Letras em Aço inoxidável e PVC para atender as necessidades das secretarias municipais do município de Aripuanã-MT.

Aripuanã-MT, 19 de dezembro de 2023.

SIDNEI PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

Supervisor de Licitações

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.771/2023

“DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o requerido no Ofício nº 007/2023- IPS.

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2023**, com a finalidade de averiguar a conduta do Servidor, **Marcelo Rocha da Silva** ocupante do Cargo de Assistente Social, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Memorando nº 389 -SEMUIAS e Relatório de Investigação Preliminar Sumaria nº 002/2023.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

Titulares:

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat.160– Presidente **2. Alessandra Andrade da Silva** – Mat. 2513 – Secretaria **3. Marcieli de Linhares** – Mat. 2477 - Membro

Suplente:

1. Andreia Pereira da Silva – Mat. 4837

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - DISPENSAR, os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de dezembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP 46/2023

O Município de Aripuanã, em conformidade com Art. 28, inciso I - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 46/2023**, que tem como objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE CLIMATIZAÇÃO (AR CONDICIONADO) DO TIPO VRF, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT.

EMPRESA VENCEDORA: PLANETA CONSTRUÇÕES CIVIS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CONDICIONADORES DE AR LT-DA, CNPJ N.º. 20.345.162/0001-79, vencedora com o valor de R\$ 183.300,00 (cento e oitenta e três mil e trezentos reais).

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site <http://www.aripuanã.mt.gov.br>, pelo e-mail licitacao@aripuanã.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 19/12/2023.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 252/2023**

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 106/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA TOTAL DE 729,37M², NA ESCOLA MUNICIPAL JOSE DE ALENCAR, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/01/2024 A 04/05/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/12/2023 A 07/04/2024.

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 257/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 60/2023 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO DA "PRAÇA DOS TRÊS PODERES", COM ÁREA DE 9.956,50 M², LOCALIZADA NO BAIRRO MODELO I, ENTRE A RUA FRANCISCO TEIXEIRA DE SOUZA E TRAVESSA J E AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES COM A TRAVESSA K, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA, PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº914510/2021/MTUR/CAIXA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 14/11/2023 A 14/03/2024; ALTERAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE R.P. Nº 213/2023**

Pregão Presencial/SRP nº 46/2023

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para a futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de climatização (Ar condicionado) do tipo VRF, a fim de atender as necessidades da secretaria municipal de Saúde do Município de Aripuanã – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portadora da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **PLANETA CONSTRUÇÕES CIVIS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CONDICIONADORES DE AR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número **20.345.162/0001-79**, com sede na Rua Paraguai, N.º 4024, Bairro: Embratel, na cidade de Porto Velho, Estado Rondonia, Cep: 76.820-760, Telefone: (69) 3224-7952, E-mail: portoricocontabilidade@gmail.com neste ato representada por sua sócia proprietária senhora, **Jaqueline Aparecida Caroline Corni Silva**, portador da C.I. RG. nº **1093529** SSP/RO e CPF/MF n.º **985.181.002-91**, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos regido pela Lei Federal nº 14.133/21, considerando o resultado do **Pregão Presencial/SRP Nº 46/2023**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de climatização (Ar condicionado) do tipo VRF, a fim de atender as necessidades da secretaria municipal de Saúde do Município de Aripuanã – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/SRP Nº 46/2023, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD.	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	713827	SERVICO DE MANUTENCAO, OPERACAO E CONTROLE DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO CONDICIONADOR DE AR VRF MIDEA, CONTENDO UNIDADES EVAPORADORAS DE 9.600, 12.300, 15.400, 19.100 E 24.200 BTUS/H E UNIDADE CONDENSADORA 286.000 BTU/H.	un	6	R\$10.500,00	R\$ 63.000,00
2	713845	SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, OPERACAO E CONTROLE DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO CONDICIONADOR DE AR VRF, CONTENDO UNIDADES EVAPORADORAS DE 7.500, 9.600, 12.300, 15.400, 19.100 E 24.200 BTUS/H E UNIDADE CONDENSADORA 229.000 BTU/H.	un	6	R\$9.400,00	R\$ 56.400,00
3	713846	SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, OPERACAO E CONTROLE DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO CONDICIONADOR DE AR VRF MIDEA, CONTENDO UNIDADES EVAPORADORAS DE 7.500, 9.600, 12.300, 15.400, 19.100, 24.200 E 30.700 BTUS/H E UNIDADE CONDENSADORA 382.000 BTU/H.	un	6	R\$10.650,00	R\$ 63.900,00
VALOR TOTAL:						R\$ 183.300,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021).

2.2. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 46/2023**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do serviço solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do serviço não superior a 10 (dez) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos serviços será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.0. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de climatização (Ar condicionado) do tipo VRF, cujas descrições estão contidas no presente Termo, no intuito de conservar e minimizar a incidência de problemas nos mesmos.

5.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

5.2.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.2.3. Fornecer materiais de primeira qualidade e utilizar ferramentas e equipamentos adequados para a execução dos serviços;

5.2.4. A contratada fica responsável pelo fornecimento de mão de obra, ferramentas, materiais de limpeza e de higienização para realizar a prestação de serviço.

5.2.4.1. Executar os serviços que impliquem desligamentos de energia, e outros que possam comprometer o normal funcionamento dos serviços forenses, em dias e/ou horários em que não houver expediente, finais de semana ou feriados, sem ônus adicionais para o contratante.

5.2.5. A contratada fica responsável por erros de manuseio que danifiquem no todo ou em partes as peças e equipamentos no sistema de refrigeração VRF.

5.2.6. A empresa que realizara a manutenção de equipamentos de climatização e refrigeração deve estar de acordo com o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), documento obrigatório por lei que orienta e dá as diretrizes para a conservação e limpeza destes sistemas de refrigeração. O PMOC consiste em um conjunto de documentos contendo todos os dados da edificação, seus ambientes e equipamentos, além dos procedimentos e rotinas de manutenção que devem ser realizados para cada um e principalmente estabelecer as atividades a ser desenvolvida, como limpeza e manutenção, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização.

5.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

5.3.1. Executar os serviços deste objeto de acordo com as especificações ou rotinas de manutenção preconizadas nos manuais de operação e de serviço dos equipamentos, considerando os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, calibração de parâmetros e ajuste de equipamento;

5.3.2. Fica estabelecido que os responsáveis técnicos pela execução e manutenção mecânica dos sistemas de climatização e refrigeração ficam a encargo de:

- Engenheiros mecânicos ou industriais;
- Tecnólogos das áreas de Engenharia Mecânica;
- Técnicos de nível médio da área de engenharia mecânica;
- Técnico em refrigeração (inscritos no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT));

5.3.3. Todas as despesas referentes ao objeto deste contrato, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços ora contratado.

5.3.4. Executar serviços ora contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura ocorram.

5.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

5.4.1. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de seus serviços; Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações solicitadas.

5.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

5.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.9.1. Retenção do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) na fonte, nos casos de substituição tributária previsto no art. 13, § 6º, da Lei Complementar 084/2013 e em caso de alteração da legislação.

5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

5.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

5.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações da prestação de serviço ou instrumento congênere.

5.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

5.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

5.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

5.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5.24. Ter apresentado atestado de capacidade técnica, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.3 por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.3.1. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.3.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 46/2023** e a proposta da empresa **PLANETA CONSTRUÇÕES CIVIS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CONDICIONADORES DE AR LTDA** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 19 de dezembro de 2023.

Seluir Peixer Reghin

Prefeita Municipal

PLANETA CONSTRUÇÕES CIVIS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CONDICIONADORES DE AR LTDA

CNPJ nº 20.345.162/0001-79

Jaqueline Aparecida Caroline Corni Silva

CPF nº. 985.181.002-91

Proprietaria

Testemunhas:

Edilene Costa Alves Thalia Lauanda Paz
CPF N.º 033.070.821-08 CPF N.º 061.607.721-12

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS TERMO ADITIVO Nº. 254/2023

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 68/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO, COM ÁREA CONSTRUÍDA NO TOTAL DE 1.942,78 M², COMPOSTO DA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA COM 1.275,49 M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COMPLEMENTARES, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 28/12/2023 A 28/05/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 10/01/2024 A 10/06/2024.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 38/2023

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico SRP que trata o Edital n.º 38/2023, levado a efeito às **09h00min** do dia **06/12/2023**, sagrou vencedora a empresa **NAZARIO VIAGENS E TURISMO LTDA – CNPJ nº22.853.080/0001-60**, vencedora de 01 item totalizando valor **R\$ 87.000,00**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site <http://www.aripuanam.gov.br>, pelo e-mail licitacao@aripuanam.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 19 de dezembro de 2023.

Sidnei pereira de Souza Junior

Supervisor de Licitações

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS TERMO ADITIVO Nº. 253/2023

QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 109/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULA COM ÁREA TOTAL DE 271,83M², COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 706,32M² NA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/01/2024 A 10/05/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/12/2023 A 07/04/2024.

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS TERMO ADITIVO Nº. 259/2023

QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 151/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULA COM ÁREA TOTAL DE 257,62M², 02 (DOIS) BANHEIROS COM ÁREA TOTAL DE 55,76M², CONSTRUÇÃO DE UMA ÁREA ANEXA COBERTA COM 49,8M², LIGANDO AS SALAS DE AULA E UM MURO AO REDOR, COM 171,72M², COM ALTURA DE 2M², INCLUSO PORTÕES, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIOS DE SOL, CONFORME DESCRITO NO TERMO REFERENCIA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/03/2024 A 20/07/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 06/01/2024 A 06/05/2024.

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO N° 255/2023**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 522/2019 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B; REAJUSTE DE VALORES MENSIS DOS ITENS.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 5.009/2023.**

SÚMULA:

“DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o falecimento do Senhor **Aderivaldo Francisco Motta**, ocorrido em 19/12/2023;

DECRETA:

Art. 1º - Fica **DECRETADO LUTO OFICIAL** por 03 (três) dias, no Município de Aripuanã, em razão do falecimento do Senhor **Aderivaldo Francisco Motta** ocorrido em 19/12/2023, servidor público do Município de Aripuanã-MT desde 01/03/1994.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de dezembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 16.770/2023**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CESSAR, a relação empregatícia entre o funcionário Sr. **ADERIVALDO FRANCISCO MOTA**, portador da Cédula de Identidade RG n° 353.849 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 335.014.329-68, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, matrícula n° 6, *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura*, e esta Prefeitura a partir do dia 19/12/2023, por motivo de falecimento, tornando-se sem efeito portaria n° 491/94.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de dezembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração



**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO N° 256/2023**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 82/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 7.534,57M², NO DISTRITO DE CONSELVAN, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N.º 899368/2020/MCIDADANIA/CAIXA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 16/12/2023 A 16/02/2024.

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO N° 251/2023**

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 99/2021 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA /PROFISSIONAIS DA ÁREA DE TREINAMENTO NA MODALIDADE ESPORTIVA DE JUDÔ DESTINADA A ATENDER O PROJETO “MAIS QUE ATLETAS” DA SECRETARIA ADJUNTA DE ESPORTE E LAZER DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 25, DA LEI N° 8666/93, C/C O ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/12/2023 A 07/03/2024; VALOR: R\$ 9.750,00 (NOVE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO N° 249/2023**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 108/2023 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO DE CAMPO – GEORREFERENCIADO, REFERENTE AO IMÓVEL RECANTO DO POUSO MILAGROSO, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, EM CONFORMIDADE COM A LEI N° 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ART. 75, INCISO I; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/12/2023 A 15/02/2024; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 05/12/2023 A 05/02/2024.

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO N° 250/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 96/2023 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 570,86 METROS E DRENAGEM URBANA DE 717 METROS DA AVENIDA TIRADENTES; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/12/2023 A 20/03/2024; SUPRESSÃO DE R\$ 23.564,65 (VINTE E TRÊS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS); ACRÉSCIMO DE R\$ 398.655,87 (TREZENTOS E NOVENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE R.P. N° 212/2023**

Pregão Eletrônico/SRP n° 38/2023

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço, destinado ao serviço de transporte de cargas - de mercadoria (cestas básicas) por frete, para o interior do estado (Cuiabá x Aripuanã), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademir Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portadora da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado “**ÓRGÃO GERENCIADOR**”, e a empresa **NAZARIO VIAGENS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número **22.853.080/0001-60** com sede na Avenida dos Jardins, N.º 1175, Bairro: Central, na cidade de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, Cep: 78.254-000, Telefone: (65) 3265-1010, E-mail: rodrigonazarioconquista@gmail.com . neste ato representada pelo sócio proprietário senhor, **Rodrigo Nazario Martins Duarte**, portador da C.I. RG. n.º **13125486** SSP/MT e CPF/MF n.º **904.341.101-91**, doravante denominada “**DETENTORA DA ATA**”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico/SRP Nº 38/2023**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço, destinado ao serviço de transporte de cargas - de mercadoria (cestas básicas) por frete, para o interior do estado (Cuiabá x Aripuanã), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Conforme Termo de Referência e Pregão Eletrônico/SRP Nº 38/2023, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QNTD.	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	716368	SERVICO DE TRANSPORTE DE CARGAS - EM VEICULO TIPO CAMINHAO, COM CAPACIDADE MINIMA DE 14.000 KG E 14.00 M² INCLUSO CUSTOS COM CONDUTOR, COMBUSTIVEL E MANUTENCAO DO VEICULO. PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS TIPO CESTAS BASICAS, PARA O INTERIOR DO ESTADO (CUIABA-MT X ARIPUANA-MT).	Diversos - Diversos	un	6	R\$14.500,00	R\$ 87.000,00
VALOR TOTAL:							R\$ 87.000,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 38/2023**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em **até 05 (cinco) dias** após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o

pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação; 5.2.2. Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante; 5.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação; 5.2.4. Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, entregas, garantias, impostos, taxas, encargos, decorrentes do fornecimento dos equipamentos, sem qualquer ônus para ao Fundo Municipal de Assistência Social; 5.2.6. 5.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes; 5.2.8. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência e neste Edital; 5.2.9. A contratada ficará responsável para a entrega dos produtos das 7:00h às 11:00h e das 13h00min às 17h00min (horário local) de segunda a sexta-feira nos seguintes endereços: 5.2.10.

SEQ.	LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO	BAIRRO
01.	Secretaria Municipal de Ação Social	66.3565.3922	Rua 10 n° 37 (atrás da Prefeitura)	Centro

5.2.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; 5.2.12. Assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito às normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento; 5.2.13. Receber o pagamento, conforme o disposto neste Edital; 5.2.14. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços; 5.2.15. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante a entrega dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços; 5.2.16. Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 5.2.17. Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078 de 1990); 5.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.20. Assumir todas as despesas e encargos provenientes de atraso de sua responsabilidade, inclusive aqueles relacionados com a segurança da carga transportada; 5.2.21. Fornecer a mão de obra necessária para execução dos serviços, realizando todas as atividades inerentes e exigidas, compreendendo: coletar, transportar, descarregar e entregar nas mesmas condições do momento da retirada. 5.2.22. Assumir todas as despesas e encargos provenientes de atraso de sua responsabilidade, inclusive aqueles relacionados com a segurança da carga transportada. 5.2.23. Ressarcir a CONTRATANTE, os danos à carga transportada, causados por empregados ou prepostos da prestadora do serviço, durante a execução dos serviços, sem prejuízo de outras combinações de ordem legal; 5.2.24. Após recebimento e aceite dos produtos pela Administração Pública, os serviços ficam sujeitos à substituição pela contratada, desde que comprovado que a irregularidade do mesmo seja possível sua verificação no decorrer de sua utilização; 5.2.25. Zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada;

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora. 6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata. 6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). 6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 38/2023** e a proposta da empresa **NAZARIO VIAGENS E TURISMO LTDA** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 19 de dezembro de 2023.

Seluir Peixer Reghin

Prefeita Municipal

NAZARIO VIAGENS E TURISMO LTDA

CNPJ nº 22.853.080/0001-60

Rodrigo Nazario Martins Duarte

CPF nº. 904.341.101-91

Proprietário

Testemunhas:

Edilene Costa Alves Thalia Lauanda Paz CPF N.º 033.070.821-08 CPF N.º 061.607.721-12

SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS TERMO ADITIVO Nº. 260/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 58/2023 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO, LIMPEZA DE ÁREA, RECONFORMAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE JAZIDAS E BORDOS, REFERENTE A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-208, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO DA SE-

CRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 12/12/2023 A 12/05/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº:15/2023 – SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do processo Licitatório modalidade pregão presencial nº15/2023, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE SER-

VIÇOS POSTUMOS E URNAS FUNERÁRIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Licitante vencedor: J. A. C DE LIMA, inscrita no CNPJ sob o nº02.172.093/0001-67 no valor total de R\$690.585,00 (Seiscentos e noventa mil e quinhentos e oitenta e cinco reais). Informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, no horário das 07:00 as 13:00 min, ou no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres – MT, 19 de dezembro de 2023

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 137/2023

DECRETO Nº 137/2023

Que dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em Concurso Público.

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2022, homologado pelo Decreto n.º 056/2023 de 31 de julho de 2023 e em conformidade com o Edital de Convocação nº 004/2023 de 10 de novembro.

D/E/C/R/E/T/A:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo relacionados, para exercerem os cargos de Provimento Efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme discriminação a seguir:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL, 30HS, NIVEL 01, CLASSE A

ROSIANE SILVA DE MORAES

CARGO: AGENTE OPERACIONAL - MOTORISTA, 40HS, NIVEL 01, CLASSE A

EDIMAR MARCELO DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato nomeado, empossado e em exercício, submeter-se-á ao Regime Jurídico Único da Lei Complementar nº 001/2005, à Lei Complementar nº 055/2013, ao Edital do Concurso nº 001/2022, Edital de Convocação nº 004/2023 e demais legislações pertinentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATA Nº 005/CGMPSP/2023

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, por meio de reunião virtual, reuniram-se em convocação extraordinária os membros do Comitê Gestor municipal do Programa SER Família, nomeados pela Portaria nº 100/2022 para deliberar sobre a substituição de beneficiários do Programa SER Família, conforme abaixo descrito:

Nº	NOME
01	Adalto Marins da Silva
02	Adriana da Silva Costa
03	Angela Pereira de Oliveira
04	Antonella Buck dos Santos
05	Bruna Alves da Cruz
06	Camila da Silva Miranda
07	Candida Ribeiro de Miranda

08	Carla Alves Rodrigues de Andrade
09	Catielly Camargo de Carvalho
10	Dorvalino Rodrigues da Silva
11	Edilaine Porto dos Santos
12	Edneia da Rocha Pereira Silva
13	Ednon de Souza
14	Elaine Marque de Campos
15	Eliete de Campos
16	Elisangela Gomes da Silva
17	Elzicleia Conceição da Silva
18	Emilly Iaguschski Carvalho
19	Emilly Ribeiro
20	Gabriela Heloisa Omena Nascimento
21	Gabriele Assis de Jesus
22	Genilza Alves de Jesus
23	Gracielli Amorim Pires
24	Hemilly Fernandes dos Santos
25	Homero Senhorinho
26	Ilzete Sampaio
27	Janina Bento Ribeiro
28	Jessica Alves de Deus
29	Joziane Maria da Silva
30	Juliete da Silva
31	Layla Kelly Silva de Almeida
32	Lays Lima dos Santos
33	Letícia da Costa Coelho
34	Liuziane Silva dos Santos
35	Luana Arantes Lago
36	Luciana da Silva
37	Luciene da Silva
38	Maitê Vitória de Araújo
39	Marcia Marcelino de Jesus
40	Marcilene Torres da Silva
41	Maria da Silva Costa
42	Maria Fernanda Oliveira da Silva
43	Maria Lucia de Jesus Pereira
44	Mariete Santana da Silva
45	Marize Alves Vieira
46	Nilzete de Magalhães
47	Paulo Henrique da Silva Costa
48	Rafaela da Silva Conceição
49	Raquel dos Santos Matos
50	Raynara Silva de Jesus
51	Rosângela Prado
52	Rosicleia Medeiros da Silva
53	Rosino Rodrigues de Assunção
54	Simone dos Santos Carvalho
55	Sonia Aparecida da Silva
56	Steffanne Beatriz da Silva Costa
57	Tereza Amancio de Souza
58	Thais de Brito dos Santos
59	Valdilene Maria da Silva
60	Valdirene Maria dos Santos Silva
61	Vinicius Henrique Campos da Silva
62	Wedja Oliveira da Silva
63	Zilda Ferreira Nascimento Oliveira

Atestamos que as famílias selecionadas atendem aos critérios de elegibilidade e condicionalidade do Programa SER Família. Assim, encerrada a reunião, eu fui designada secretária assino juntamente com os demais presentes e encaminhamos para publicação em veículo oficial. Simone Ximenes de Souza Zanardi, Cássia Regiele da Silva Garieri, Juscimara Alves de Carvalho, Elizangela Oliveira, Juliete Santos de Almeida Matos, Ilza Cristina da Silva Santos, Paula Duarte Fonseca, Vera de Souza Benites, Joana Miriam Pereira Carrasco e Maria Cícera Alves da Costa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:10/2023

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:10/2023, conforme o artigo 25, Inciso II, da Lei nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para contratação da empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 07.367.271/0001-29, representante da banda “BHITT DO VERÃO”, VISANDO SUA CONTRATAÇÃO PARA PARTICIPAR DAS “FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DE BAR-

RA DO BUGRES/MT”, com o valor correspondente a R\$ 40.000,00 (QUARENTAMIL REAIS), PARA 02 (DUAS) APRESENTAÇÕES. Informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023.

Margarida Bernardino da Silva

Comissão permanente de licitação

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 2.633/2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.633/2023

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal MARIA AZENILDA PEREIRA, nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e com o artigo 100, §2º da Lei Orgânica do Município de Barra do Bugres, as Diretrizes Orçamentárias relativas ao exercício de 2024, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo; IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações; V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e captação de recursos. VIII - as disposições finais.

§ 1º - Integram esta lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais, composto de: a) demonstrativo de metas anuais; b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior; c) demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; d) evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores; e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; f) receitas e despesas previdenciárias do RPPS; g) projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais; h) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; i) demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; III - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; IV - Demonstrativo de Projetos em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º A Meta Fiscal estabelecida nesta Lei e identificadas em seus respectivos Anexos, quando da Elaboração da Lei Orçamentária Anual, poderão serem revistas, mediante projeto de Lei Específico, a fim de preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual - PPA-2023 a 2025 e suas alterações legais, definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2024.

Art. 3º. Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e no art. 100 II, §2º da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as constantes no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024 será dada maior prioridade:

I - às políticas de inclusão; II - ao atendimento integral à criança, ao adolescente e ao Idoso; III - ao atendimento a sociedade em ações de saúde; IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos; V - à promoção do desenvolvimento do ensino público municipal; VI - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

VII - à promoção do desenvolvimento urbano;

VIII - à promoção do desenvolvimento rural;

IX - à conservação e à revitalização do ambiente natural.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 4º. Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, e comunidade em geral.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I Orçamento Fiscal; II – Orçamento da Seguridade Social;

Art. 6º. O projeto de Lei Orçamentária do Município de Barra do Bugres – MT, relativo ao exercício de 2024 deve assegurar os princípios de justiça social, de controle social e de transparência na elaboração e execução do Orçamento, observado o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social; II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 7º. Para efeito desta lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo; II - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional; III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público; IV - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público; V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual; VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo; VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo; VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função

Encargos Especiais;

IX – Categorias Econômicas: classificação da despesa quanto a sua finalidade se correntes ou de capital. a) Despesas correntes: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, (despesas de manutenção). b) Despesas de Capital: Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. X - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades; XI – Grupos de natureza de despesas: a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto; XII – Elemento de Despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins. XIII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; XIV - conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactua a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades municipais constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social; XV - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

§ 1º - Cada programa identificará as Iniciativas necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Os projetos, as atividades e as operações especiais serão desdobradas de acordo com o plano de trabalho das secretarias municipais de governo, priorizando as necessidades da comunidade.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 8º. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Art. 9º. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2023, nos termos do art. 102, inciso III, §6º da Lei Orgânica do Município de Barra do Bugres-MT, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 10. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas correntes - 3;

II - Despesas de capital - 4.

§ 2º - Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV – investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - transferências à União - 20; II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30; III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50; IV – transferências a instituições privadas com fins lucrativos – 60; observado o disposto no capítulo da Lei Complementar 101/2000. V - transferências a consórcios públicos - 71; VI - aplicações diretas - 90;

VII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 4º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, facultando a utilização do subelemento e desdobramento da despesa quando da alocação dos recursos, obrigando-se apenas a indicação nos lançamentos de empenho e liquidação da despesa na execução do orçamento.

§ 5º A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 5º deste artigo; II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 6º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 7º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial dos Municípios, com as devidas justificativas.

§ 8º A reserva de contingência prevista no artigo 41 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

§ 9º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas.

Art. 11. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art. 10, § 3º, desta Lei.

Art. 12. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor;

II- ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

III – a alocação de recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de forma a

evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, da Lei nº 11 494, de 20 de Junho de 2007; e posteriores alterações legais; inclusive de recursos a título de contrapartida municipal, caso seja detectado déficit financeiro para atendimento do número integral de matrículas da educação infantil e EJA.

IV – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde – FMS, bem como das ações e serviços públicos de saúde de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000; V – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos. VI – a alocação de recursos para a manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente de Barra do Bugres – FMD-CA. VII - alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Investimentos Sociais – FUMIS, cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilizarão distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos. VIII - a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, destinado a gerenciar recursos orçamentários para os programas destinadas a implementarem políticas habitacionais de interesse social.

IX– a alocação de recursos orçamentários para pagamento de despesa de manutenção de parceria entre o Município e a SEFAZ-MT, EMPAER-MT, onde a forma adotada é o pagamento de despesas de manutenção, para que os municípios tenham acesso aos serviços públicos de atendimento fazendário e assistência técnica e extensão rural.

X – a alocação de recursos orçamentários para pagamento de despesa com ações ligadas a oferta de ensino superior, cuja parceria compreende custear ações de transporte de universitários em geral.

XI – a pagamento de despesas de manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Médio Norte Mato-grossense, como medida de atendimentos hospitalares e ambulatoriais específicos de média e alta complexidade, para os municípios. XII – a pagamento de despesas de manutenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico e Social do Alto do Rio Paraguai, para promoção de ações conjuntas visando o desenvolvimento regional e demais ações específicas reguladas por Contrato de Rateio. XIII – a alocação de recursos para pagamento de despesas de convênios de cooperação mútua, entre Banco do Brasil, SENAR, Usinas Barralcool S.A e outras.

Parágrafo único- Os recursos de que tratam o inciso III deste artigo, serão alocados em unidade orçamentária específica, e poderá somar valores a maior que a estimativa da receita a ser arrecadado em rubrica do FUNDEB, sempre que houver a necessidade de contrapartida municipal FUNDO;

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação municipal, estadual federal, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 ao Poder Legislativo.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei; II - quadros orçamentários consolidados; III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei; IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; V - discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os anexos do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, de seu Autógrafo, assim como da respectiva Lei, terão a mesma formatação dos anexos da Lei Orçamentária 2023, exceto pelas alterações previstas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 16. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de agosto do corrente ano, observadas as disposições desta lei.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 17. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da

gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF. II - pelo Poder Executivo: a) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos; b) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento do Município, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF; II - providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 18. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 19. As propostas parciais dos Poderes Legislativo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de Junho de 2023 e apresentada à Secretaria Municipal Planejamento, até o dia 30 de Agosto de 2023 para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária.

Art. 20. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

§ 1º O disposto no "caput" deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por projeto adequadamente atendido aquele cujo recurso orçamentário alocado esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 21. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado cronograma de desembolso da respectiva operação.

Subseção I

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 22. A Lei Orçamentária de 2024 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 23. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 30 de agosto do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 30 de agosto de 2023 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2024 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal e discriminada conforme detalhamento constante do artigo 10 dessa lei, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa); IV - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);

V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário;

VII - valor do precatório a ser pago;

VIII - data do trânsito em julgado;

IX - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios determinada no art. 100,

§ 1º, da Constituição Federal e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2024, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

Subseção II

Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 24 É vedada a utilização de qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilize a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 25. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; II - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 26. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação de o Município cooperar técnica e/ou financeiramente; II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres. III - pagamento de diárias e passagens a servidores e empregados públicos da ativa por intermédio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público, exceto quando se tratar de servidores e empregados: a) pertencentes ao quadro de pessoal do conveniente; ou b) em atividades de pesquisa científica e tecnológica ou constantes e correlatas ao plano de ação previsto em contrato de gestão. IV - pagamento, a qualquer título a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive a título de consultoria, assistência técnica, ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvadas as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição ou autorizadas por legislação específica;

§ 1º Para atender ao disposto nos incisos I e II durante a execução orçamentária do exercício de 2024, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º Excetuam-se do disposto no inciso II os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos e pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais.

§ 3 Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se no Jornal Oficial dos Municípios, além

do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, o quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 27. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos e pessoas físicas que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social,

saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica; III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial; IV - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras; V - cadastradas junto ao Ministério da saúde para recebimento de recursos oriundos de programas da área de saúde, doados por organismos internacionais e/ou agências ou entidades governamentais estrangeiras; VI - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT; VII - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade; VIII - consórcios públicos legalmente instituídos; IX - qualificadas ou registradas e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos; ou X - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público.

§ 1º Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º É vedada a destinação de recursos a entidades privadas em que membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

Art. 28. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com fins lucrativos cuja destinação de recursos seja para equalização de encargos financeiros ou de preços, e ou o pagamento de bonificações a produtores e vendedores, e a ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos ou a pessoas físicas, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF.

§ 1º - Ressalvadas ainda as empresas com fins lucrativos a título de incentivos, ambas amparadas por legislação municipal específica, que demonstrem efetivamente e eficazmente relevante benefício econômico e social para o Município.

§ 2º - Ressalvadas ainda as pessoas físicas vinculadas a programas de governo das áreas de saúde, educação, assistência e segurança com pactuação entre os entes federados regulamentados por Lei;

§ 3º - Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

Art. 29. A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais; II - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde; III - garantia do cumprimento do disposto no art. 40 desta lei; IV - contribuições do Município ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor; V - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida; VI - pagamento de sentenças judiciais; VII - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; VIII reserva de contingência, conforme especificado no art. 41 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supracitadas e que poderá programar recursos para atender a novos investimentos.

Art. 30. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 31. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão realizados pelos setores de registros e monitorados e avaliados pela Coordenadoria de Controle Interno do Município.

Subseção III

Das Transferências Voluntárias a Outros Entes da Federação

Art. 32. As transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do conveniente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária da União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da

respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, adotando-se como limite mínimo e máximo, os percentuais e critérios previstos na LDO 2024 da União.

§ 2º Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, constitui exigência para o recebimento de transferências voluntárias a adoção, por parte do conveniente, dos procedimentos definidos pelo município relativos à aquisição de bens e à contratação de serviços, bem como à execução e ao controle do objeto do convênio ou similar.

§ 3º A demonstração por parte dos outros entes federados, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária, deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios - CAUC do SIAFI.

§ 4º A concedente comunicará ao conveniente e ao Chefe do Poder Executivo do ente recebedor de recursos qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias, caso não seja objeto de regularização em um período de até 30 dias.

§ 5º Nenhuma liberação de recursos nos termos desta Seção poderá ser efetuada sem a prévia observância da regularidade de que trata o parágrafo §3º deste artigo, sem prejuízo do disposto no

§ 3º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF.

§ 6º As transferências previstas nesta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio", "43 - Subvenções Sociais" e "48 - outros auxílios financeiros a pessoas físicas" poderão ser feitos de acordo com o disposto no art. 83 desta Lei.

Art. 33. Não se consideram como transferências voluntárias a destinação de recursos a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de ações cuja competência seja exclusiva da concedente, que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para o Município, ou o bem gerado com a aplicação dos recursos incorpore ao patrimônio da concedente.

Parágrafo único: Ressalvado o disposto no § 1º do artigo 33, aplica-se, desta Lei, no que couber, as exigências desta Seção para a descentralização de créditos orçamentários, relativa a ações a que se refere o artigo 34.

SEÇÃO II

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 34. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da não-vinculação de receitas, da exclusividade, da especificação, da publicidade e da legalidade.

Art. 35. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 36. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício;

III - as alterações tributárias;

IV – os objetos de convênios aguardando aprovação, a serem firmados pelo Poder Público Municipal com outros entes da federação.

Art. 37. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 38. O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 39. Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no mínimo 0,25% na Função Assistência Social incluindo as despesas que garantam os direitos das crianças e adolescentes no município.

Parágrafo único. A base de cálculo para aferir o percentual do caput será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2023, excluídas as Transferências de Convênios, e receitas previdenciárias, acrescidas dos rendimentos financeiros.

Art. 40. A Lei orçamentária conterà, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, a no mínimo 0,1% (zero vírgula um por cento) da receita corrente líquida, cuja utilização dar-se-á nos termos do art. 91 do Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967 (destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos).

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput deste artigo, a Reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

§ 2º Caso não seja necessária à utilização da reserva de contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais em conformidade com o artigo 42 da Lei 4.320/64.

Art. 41. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art.167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 42. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município, a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Coordenadoria de Controle Interno do Município.

Art. 43. Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 44. Os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial por fontes de recursos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 45. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 196, 199, 201, 203 incisos I ao IV, 204 incisos I e II, e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, §5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal; II - do orçamento fiscal. III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, o Orçamento referido no caput.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

SEÇÃO IV

Das Alterações da Lei Orçamentária e da

Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 46. Fica facultado à utilização de fontes de recursos, sub-elementos e desdobramentos na elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, os quais poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria ou decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre fontes de recursos de uma mesma natureza de despesa com mesmo elemento dentro no mesmo projeto/atividade, vista as legislações em vigor; II - portaria ou decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre subelementos e ou desdobramentos de um mesmo elemento de despesa dentro do mesmo

projeto/atividade, vista as legislações pertinentes à organização dos orçamentos em vigência.

§ 1º Os remanejamentos a que se refere este artigo serão lançamentos contábeis internos não caracterizando crédito adicional no orçamento do município.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados em Legislações específicas.

Art. 47. Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo a Câmara Municipal.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender as despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal, desde que tenha dispositivo que os autorize na Lei orçamentária.

§ 2º Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 3º Cada Projeto de Lei e a respectiva Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2024, ou a evidenciação de recursos vinculados com eminente crédito em favor do Município.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2023, por fonte de recursos; II - créditos reabertos no exercício de 2023 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

§ 7º Os Projetos de Lei e ou Decretos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder EXECUTIVO, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados a Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

Art. 48. Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43, § 1º - incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320/64 até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual 2024, podendo para tanto, realizar a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Parágrafo Único – Fica autorizado até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial 2023, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

Art. 49. Na abertura de créditos extraordinários, é vedada a criação de novos códigos e títulos para ações já existentes.

Art. 50. Os Anexos dos créditos de que tratam os arts. 48 e 49 desta Lei, bem como dos créditos extraordinários, obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2024.

Art. 51. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 não for aprovado pela Câmara de vereadores até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;

II - outras despesas correntes de caráter inadiável;

III - despesas de capital;

§ 1º As despesas descritas nos incisos II e III deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 47 desta Lei aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 3º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso II do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF.

SEÇÃO V

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 52. O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Planejamento, da Secretaria Municipal de Finanças, da Coordenadoria de Controle Interno em parceria com a Contadoria, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal de Barra do Bugres deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024.

Art. 53. No prazo previsto no § 2º do artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Planejamento, da Secretaria Municipal de Finanças, e da Contadoria, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 54. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Despesas com pessoal e encargos, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO

COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 55. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções, mediante ao encaminhamento de Projeto de Lei específico.

Parágrafo Único - As despesas com pessoal e encargos sociais para 2024 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.

Art. 56. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2024, em categoria de programação específica, observado os limites dos artigos 18, 19 e 20, inciso III, e o art. 21 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 57. O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2024, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 56 e 57 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 58. O Poder Executivo, por intermédio do Departamento de pessoal, publicará, até 31 de Agosto de 2024, a tabela de cargos efetivos, comissionados e contratados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 59. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de Junho de 2023, projetada para o exercício financeiro de 2024, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observado o contido no art. 37, II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar 101/2000 - LRF.

Art. 60. No exercício financeiro de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta lei; II - houver vacância, após 31 de Agosto de 2024, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela; III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; IV - forem observados os limites previstos no art. 57 desta lei, ressalvado o disposto no art. 22, IV, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, somente poderá ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo; no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal; e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, exceto em casos de reestruturação administrativa, que não acarrete aumento na despesa de pessoal, com base no limite de aplicação de despesa de pessoal apurado no período da reforma administrativa.

Art. 61. No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no art. 57 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito do Município ou daquele a quem essa autoridade delegar.

Art. 62. A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,025% (zero vírgula, zero vinte e cinco por cento) do orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais.

Art. 63. O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento; II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; ou III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 64. Fica dispensado o encaminhamento de projeto de lei para a concessão de vantagens já previstas na legislação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 65. O poder executivo fica autorizado a proceder através de Lei específica, alterações na legislação tributária do município como: Revisão da Planta Genérica de Valores, Atualização de alíquotas do ISSQN, Taxas Municipais e Contribuição de melhoria, e outras Receitas de competência Municipal. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000

Art. 66. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo INPC-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 67. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2024 poderão ter desconto de até 40% (quarenta por cento) do valor lançado para pagamento em cota única e a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos.

Art. 68. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2024 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais

– Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 69. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 70. As despesas com a dívida pública Municipal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2024, em seus anexos, nas Leis de créditos adicionais e nos decretos de abertura de créditos suplementares, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 31 de agosto de 2019.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. As metas e prioridades constantes do PPA 2024-2025 previstas para 2024, e não realizadas, ficam automaticamente transpostas para 2024 caso haja manifestação e interesse da sociedade em audiência pública prévia ao Projeto de Lei Orçamentária, e as necessidades futuras podendo ser matéria de créditos adicionais.

Art. 72. As metas físicas e financeiras especificadas no Anexo I desta lei serão atualizadas quando da alteração do PPA 2022-2025, e confirmadas na elaboração da proposta orçamentária para 2024, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 73. Os valores das metas fiscais, anexos, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2024 ao Legislativo Municipal.

Art. 74. Para os efeitos do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que

trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e deverão estar constantes no PPA 2022/2025.

II - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 75. Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento, e as unidades técnicas de Coordenadoria de Controle Interno e Contadoria, a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundos; III- as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 76. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 77. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 78. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 79. A Secretaria Municipal de Planejamento, divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

Art. 80. Cabe à Coordenadoria de Controle Interno-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 LRF.

Art. 81. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais, que atuarão como mandatárias do município para execução e fiscalização, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput deste artigo poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor repassado ao conveniente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento.

§ 2º A categoria de programação específica de que trata o § 1º deste artigo poderá ser suplementada, observados os limites estabelecidos no texto da lei orçamentária, para viabilizar o custeio das referidas despesas administrativas.

§ 3º As instituições de que tratam o caput deste artigo deverão disponibilizar, informações relativas à execução física e financeira, inclusive identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere.

Art. 82. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 83. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, aos 13 dias do mês de dezembro de 2023

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ÓRGÃO: 01 CAMARA MUNICIPAL					
UNIDADE: 001 GABINETE DA PRESIDENCIA					
PROGRAMA: 1010 PROCESSO LEGISLATIVO					
OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL					
PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIOS					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1146 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CAMARA MUNICIPAL	PROJETO	ATIVIDADES	ANO	1,00	30.000,00
1147 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL	PROJETO	ATIVIDADES	ANO	1,00	50.000,00
2001 MANUTENÇÃO LEGISLATIVA	ATIVIDADE	ATIVIDADES	ANO	10,00	5.746.645,88
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				12,00	5.826.645,88
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				12,00	5.826.645,88
UNIDADE: 999 RESERVA DE CONSTINGENCIA					
PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA					
OBJETIVO: RESERVA					
PÚBLICO ALVO: RESERVA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2108 RESERVA DE CONTINGENCIA	ATIVIDADE	ATIVIDADES	ANO	1,00	10.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				1,00	10.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				1,00	10.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				13,00	5.836.645,88
ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO					
UNIDADE: 001 CHEFIA DO EXECUTIVO					
PROGRAMA: 2010 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
OBJETIVO: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
PÚBLICO ALVO: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1067 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	10.000,00
2004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	2.626.371,56
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				11,00	2.636.371,56

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 1



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA					
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2009 DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	15.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				1,00	15.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				12,00	2.651.371,56
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				12,00	2.651.371,56
ÓRGÃO: 03 CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO					
UNIDADE: 001 GABINETE DA CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO					
PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA					
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2005 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	7,00	1.316.601,70
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				7,00	1.316.601,70
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				7,00	1.316.601,70
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				7,00	1.316.601,70
ÓRGÃO: 04 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					
UNIDADE: 001 GABINETE DO PROCURADOR					
PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA					
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2006 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	49.945,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				8,00	49.945,00
PROGRAMA: 9010 OPERAÇÕES ESPECIAIS					
OBJETIVO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
PÚBLICO ALVO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 2



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
9001 SENTENÇAS JUDICIAIS	OPERAÇÕES ESPECIAIS	GERAL	ANO	2,00	1.979.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				2,00	1.979.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				10,00	2.028.945,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				10,00	2.028.945,00
ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO					
PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA					
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2007 MANUTENÇÃO DA SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	690.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				8,00	690.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				8,00	690.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				8,00	690.000,00
ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO					
PROGRAMA: 3020 CONTROLE FINANCEIRO					
OBJETIVO: CONTROLE FINANCEIRO					
PÚBLICO ALVO: CONTROLE FINANCEIRO					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1038 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	20.000,00
2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	2.094.134,91
2014 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	1.650.000,00
2015 CONTRIBUIÇÃO AMM E OUTROS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	250.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				11,00	4.014.134,91
PROGRAMA: 9010 OPERAÇÕES ESPECIAIS					
OBJETIVO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
PÚBLICO ALVO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2016 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	3.192.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				3,00	3.192.000,00
PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA					
OBJETIVO: RESERVA DE CONTINGENCIA					
PÚBLICO ALVO: RESERVA DE CONTINGENCIA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
9002 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OPERAÇÕES ESPECIAIS	GERAL	ANO	1,00	600.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				1,00	600.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				15,00	7.806.134,91
UNIDADE: 003 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA					
PROGRAMA: 3020 CONTROLE FINANCEIRO					
OBJETIVO: CONTROLE FINANCEIRO					
PÚBLICO ALVO: CONTROLE FINANCEIRO					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2011 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CONTAB. E TESOURARIA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	775.216,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				8,00	775.216,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				8,00	775.216,00
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO E TRIBUTACAO					
PROGRAMA: 3020 CONTROLE FINANCEIRO					
OBJETIVO: CONTROLE FINANCEIRO					
PÚBLICO ALVO: CONTROLE FINANCEIRO					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2013 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ARRECADACÃO E TRIBUTAÇÃO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	7,00	1.931.228,09
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				7,00	1.931.228,09
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				7,00	1.931.228,09
UNIDADE: 006 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA					
PROGRAMA: 8080 SEGURANÇA PÚBLICA					



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

OBJETIVO: SEGURANÇA PÚBLICA						
PÚBLICO ALVO: SEGURANÇA PÚBLICA						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2128	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	400.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					1,00	400.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					1,00	400.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					31,00	10.912.579,00
ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO E DEPARTAMENTOS						
PROGRAMA: 3000 GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
OBJETIVO: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2018	MANUTENÇÃO DA SEC. PLANEJ. ORÇAMENTO E CONTROLE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	1.213.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					10,00	1.213.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					10,00	1.213.500,00
UNIDADE: 002 DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS						
PROGRAMA: 3000 GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
OBJETIVO: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2091	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	9,00	846.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					9,00	846.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					9,00	846.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					19,00	2.060.000,00
ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO						
PROGRAMA: 5040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO						

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 5



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1051 PROGRAMA FACILITAR - CDCES MUNICIPAIS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	450.000,00
2019 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	905.472,00
2031 MANUTENÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	116.000,00
2089 CONVENIO UNEMAT	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	10.000,00
2107 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	2.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				18,00	1.483.472,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				18,00	1.483.472,00
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO					
PROGRAMA: 5010 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
PÚBLICO ALVO: MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL	PROJETO	GERAL	ANO	3,00	25.000,00
1029 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E ÔNIBUS	PROJETO	GERAL	ANO	3,00	230.000,00
1142 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	50.000,00
2021 MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	668.406,00
2023 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	2.240.071,58
2024 DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	5.000,00
2025 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	5.415.606,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				27,00	8.634.083,58
PROGRAMA: 5020 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL					
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL					
PÚBLICO ALVO: MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1028 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES	PROJETO	GERAL	ANO	2,00	50.000,00
1108 PRO-ÍNFÂNCIA - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (PAR)	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	2.508.217,00
1143 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO INFANTIL	PROJETO	GERAL	ANO	500,00	100.000,00
2026 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	11,00	3.373.989,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 6



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

2137	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	560.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					516,00	6.592.206,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					543,00	15.226.289,58
UNIDADE: 003 FUNDEB						
PROGRAMA: 5090 FUNDEB						
OBJETIVO: FUNDEB						
PÚBLICO ALVO: FUNDEB						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1144 REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS FUNDEB 30%	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	400.000,00	
2028 MANUTENÇÃO FUNDEB - 70%	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	27.738.494,55	
2029 MANUTENÇÃO FUNDEB 30%	ATIVIDADE	GERAL	ANO	6,00	1.697.199,28	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					11,00	29.835.693,83
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					11,00	29.835.693,83
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER						
PROGRAMA: 5050 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE						
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE						
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1030 CONSTRUÇÃO, REFORMA DE QUADRAS/ESTADIO MUNICIPAL	PROJETO	GERAL	ANO	3,00	555.000,00	
1106 EQUIPAMENTO MULTIUSO PARA PRATICA DE ESPORTES	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.200.000,00	
2030 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	ATIVIDADE	GERAL	ANO	11,00	662.651,53	
2162 CORRIDA DE SANTA CRUZ	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	35.000,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					17,00	2.452.651,53
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					17,00	2.452.651,53
UNIDADE: 005 DEPARTAMENTO DE CULTURA						
PROGRAMA: 5070 DIFUSÃO CULTURAL						
OBJETIVO: GARANTIR INVESTIMENTOS NA CULTURA DO MUNICÍPIO						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2186 SEMANA CULTURAL BALATIPONE-UMUTINA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	30.000,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					2,00	30.000,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 7



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PROGRAMA: 5080 GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO					
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1050 CONVENIOS COM ENTIDADES CULTURAIS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
2032 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	271.869,00
2170 EVENTOS CULTURAIS, ARTÍSTICOS E FOLCLÓRICOS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	1.090.000,00
2181 LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	90.363,17
2182 LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	223.071,20
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				15,00	1.725.303,37
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				17,00	1.755.303,37
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				606,00	50.753.410,31
ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
PROGRAMA: 3070 COVID 19					
OBJETIVO: COVID 19					
PÚBLICO ALVO: COVID 19					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2163 ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19	ATIVIDADE	UNIDADE MANTIDA	GRUPO	0,00	276.598,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				0,00	276.598,00
PROGRAMA: 6010 ATENÇÃO BÁSICA					
OBJETIVO: ATENÇÃO BÁSICA					
PÚBLICO ALVO: ATENÇÃO BÁSICA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA ATENÇÃO BÁSICA	PROJETO	GERAL	ANO	3,00	25.000,00
1125 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATENÇÃO BÁSICA	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
2061 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	ATIVIDADE	GERAL	ANO	15,00	5.971.125,64
2062 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	7,00	927.662,00
2063 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	457.682,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 8



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

2138	AUXÍLIO DE SUPORTE NUTRICIONAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	34,840,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					33,00	7.466.309,64
PROGRAMA: 6030 MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
OBJETIVO: MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
PÚBLICO ALVO: MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1120	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	PROJETO	GERAL	ANO	5,00	2.282.537,96
1127	AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERMAN. P/ MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
1128	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIA	PROJETO	GERAL	ANO	3,00	730.400,00
1139	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AMPLIAÇÃO NA MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	7.500.000,00
2050	MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	17,00	12.534.936,40
2066	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	4.498.570,00
2067	MANUTENÇÃO DA REDE SAÚDE MENTAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	7,00	542.879,07
2068	UCT - UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	977.335,00
2069	MANUTENÇÃO E ENCARGOS - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	1.234.200,00
2079	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	618.000,00
2092	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	41.000,00
2150	MANUT. E ENCARGOS - AÇÕES MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	8.203.001,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					70,00	39.212.859,43
PROGRAMA: 6040 VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
OBJETIVO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
PÚBLICO ALVO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1130	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT. PERMANENTE P/ VIGILANCIA EM SAÚDE	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
2070	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	12,00	1.236.291,04
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					13,00	1.286.291,04
PROGRAMA: 6060 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
OBJETIVO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
PÚBLICO ALVO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 9



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

1129	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MANT. PERMANENTE PARA ASSIST. FARMACEUTICA	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	20.000,00
2074	MANUTENÇÃO FARMÁCIA MUNICIPAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	1.309.302,05
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					11,00	1.329.302,05
PROGRAMA: 6070 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA						
OBJETIVO: VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA						
PÚBLICO ALVO: VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2122	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	345.939,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					5,00	345.939,00
PROGRAMA: 6080 GESTÃO DA SAUDE COM QUALIDADE						
OBJETIVO: GESTÃO DA SAUDE COM QUALIDADE						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DA SAUDE COM QUALIDADE						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1126	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE SEC. DE SAÚDE	PROJETO	GERAL	ANO	100,00	10.000,00
1138	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA GESTÃO DO SUS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	10.000,00
2094	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	11,00	5.173.458,26
2099	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	77.000,00
2148	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	6,00	28.500,00
2171	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA GESTÃO DA SAÚDE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					124,00	5.348.958,26
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					256,00	55.266.257,42
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					256,00	55.266.257,42
ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO						
PROGRAMA: 6090 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
OBJETIVO: ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
PÚBLICO ALVO: ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	ATIVIDADE	GERAL	ANO	7,00	322.700,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					7,00	322.700,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 10



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PROGRAMA: 6140 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2035	MANUTENÇÃO CONVENIOS COM ENTIDADES ASSISTENCIAIS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	150.000,00
2152	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	4.000,00
2153	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	5.500,00
2154	CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	5.000,00
2173	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ASSISTENCIA SOCIAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	30.000,00
2179	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	12.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					8,00	206.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					15,00	529.200,00
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
PROGRAMA: 6110 DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2178	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO CASA DE PASSAGEM	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	85.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					0,00	85.000,00
PROGRAMA: 6140 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1133	MELHORIA NA INFRAESTURURA FISICA ASSISTENCIA SOCIAL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	25.000,00
1151	AQUISIÇÃO DE VEICULO - APAE	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	90.000,00
2033	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	10,00	4.532.336,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					11,00	4.647.336,00
PROGRAMA: 7040 PROTEÇÃO SOCIAL						
OBJETIVO: PROTEÇÃO SOCIAL						

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 11



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PÚBLICO ALVO: PROTEÇÃO SOCIAL

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1148 REESTRUTURAÇÃO FÍSICAS DAS UNIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	10.000,00
2039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	235.420,15
2046 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FUMIS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	6.000,00
2105 CONSELHO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	7.000,00
2132 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA GESTÃO DO SUAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	39.000,00
2133 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	435.000,00
2134 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	265.500,00
2136 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	72.500,00
2146 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FEAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	215.398,79
2155 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	ATIVIDADE	GERAL	ANO	6,00	154.500,00
2156 MANUT. DAS AÇÕES REF. AOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	2.000,00
2164 AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA EPI	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	56.000,00
2165 AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	6.700,00
2166 AÇÕES NO SUAS PARA ACOLHIMENTO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	80.500,00
2177 PROTEÇÃO SOCIAL - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	21.800,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				32,00	1.607.318,94
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				43,00	6.339.654,94

UNIDADE: 003 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

PROGRAMA: 6120 HABITAÇÃO PARA TODOS

OBJETIVO: DIMINUIR O DEFICIT HABITACIONAL NO MUNICIPIO

PÚBLICO ALVO: PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMA HABITACIONAL

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1026 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
1157 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	6.800.000,00
2157 CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	4.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				4,00	6.854.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				4,00	6.854.000,00

UNIDADE: 004 FUNDOS MUNICIPAIS DE DIREITOS

PROGRAMA: 6090 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 12



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

OBJETIVO: ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
PÚBLICO ALVO: ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2036	MANUTENÇÃO DO CONS. MUN. DIREITOS DA CÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	12.000,00
2130	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	450.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					8,00	462.000,00
PROGRAMA: 6140 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2180	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	53.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					0,00	53.000,00
PROGRAMA: 7040 PROTEÇÃO SOCIAL						
OBJETIVO: PROTEÇÃO SOCIAL						
PÚBLICO ALVO: PROTEÇÃO SOCIAL						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2175	F.M.D.M - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	25.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					0,00	25.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					8,00	540.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					70,00	14.262.854,94
ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO						
UNIDADE: 001 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. ECON. E TURISMO						
PROGRAMA: 6130 GESTÃO DO SISTEMA DE INDUSTRIA, COMERCIO						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INDUSTRIA, COMERCIO						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INDUSTRIA, COMERCIO						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2081	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE IND. COM. TURISMO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	9,00	1.301.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					9,00	1.301.500,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 13



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PROGRAMA: 7010 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO					
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO					
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1022 FEST BUGRES	PROJETO	GERAL	ANO	5,00	1.215.000,00
2083 EVENTOS TURISTICOS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	35.000,00
2176 CONSORCIO INTERM. DE DESENV. ECON., SOCIAL, AMB. E TURISTICO DO ALTO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	0,00	160.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				8,00	1.410.000,00
PROGRAMA: 7030 DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS					
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS					
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2147 MANUT. DO DEPTO DE ASSISTENCIA EMPRESARIAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	16.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				4,00	16.500,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				21,00	2.728.000,00
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE					
PROGRAMA: 7020 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
OBJETIVO: PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
PÚBLICO ALVO: PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1141 PROJETO RECICLA	PROJETO	GERAL	ANO	2,00	250.000,00
2097 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	75.000,00
2161 MANUTENÇÃO PROJETO NASCENTES VIVAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	45.000,00
2183 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	100.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				11,00	470.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				11,00	470.000,00
UNIDADE: 004 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO					
PROGRAMA: 8020 CIDADE BONITA					
OBJETIVO: CIDADE BONITA					

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 14



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

PÚBLICO ALVO: CIDADE BONITA

AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1014	REVITALIZAÇÃO DA LAGOA AZUL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	200.000,00
1033	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	300.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					2,00	500.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					2,00	500.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					34,00	3.698.000,00
ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO						
PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA						
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1155	INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	15.000.000,00
2053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	4.823.025,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					8,00	19.823.025,00
PROGRAMA: 8050 SERVIÇOS FUNERAIS						
OBJETIVO: SERVIÇOS FUNERAIS						
PÚBLICO ALVO: SERVIÇOS FUNERAIS						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1007	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	150.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					1,00	150.000,00
PROGRAMA: 8060 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1003	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.500.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					1,00	1.500.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					10,00	21.473.025,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 15



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS					
PROGRAMA: 8030 MALHA VIÁRIA URBANA					
OBJETIVO: MALHA VIÁRIA URBANA					
PÚBLICO ALVO: MALHA VIÁRIA URBANA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1001 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	11.139.600,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				1,00	11.139.600,00
PROGRAMA: 8060 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA					
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA					
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1009 OBRAS DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.000.000,00
1049 CONSTRUÇÃO DE RODOVIÁRIA	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.800.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				2,00	2.800.000,00
PROGRAMA: 8070 MALHA VIÁRIA RURAL					
OBJETIVO: MALHA VIÁRIA RURAL					
PÚBLICO ALVO: MALHA VIÁRIA RURAL					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1002 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.000.000,00
1005 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES	PROJETO	GERAL	ANO	4,00	2.200.000,00
2055 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	3.971.222,44
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				13,00	7.171.222,44
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				16,00	21.110.822,44
UNIDADE: 003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS					
PROGRAMA: 8010 CIDADE LIMPA					
OBJETIVO: CIDADE LIMPA					
PÚBLICO ALVO: CIDADE LIMPA					
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 16



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

2056	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	5,00	1.396.600,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					5,00	1.396.600,00
PROGRAMA: 8020 CIDADE BONITA						
OBJETIVO: CIDADE BONITA						
PÚBLICO ALVO: CIDADE BONITA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2057	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS E CANTEIRO CENTRAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	45.000,00
2058	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	1.005.914,45
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					5,00	1.050.914,45
PROGRAMA: 8030 MALHA VIÁRIA URBANA						
OBJETIVO: MALHA VIÁRIA URBANA						
PÚBLICO ALVO: MALHA VIÁRIA URBANA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1107	CALÇAMENTO DE RUAS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	150.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					1,00	150.000,00
PROGRAMA: 8050 SERVIÇOS FUNERÁRIOS						
OBJETIVO: SERVIÇOS FUNERÁRIOS						
PÚBLICO ALVO: SERVIÇOS FUNERÁRIOS						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2052	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	ATIVIDADE	GERAL	ANO	3,00	92.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					3,00	92.000,00
PROGRAMA: 8060 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA RURAL E URBANA						
OBJETIVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA RURAL E URBANA						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA RURAL E URBANA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1048	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	700.000,00
1134	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	6.000.000,00
2051	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	1.967.933,11

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 17



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

2054	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	50.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					6,00	8.717.933,11
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					20,00	11.407.447,56
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO						
PROGRAMA: 3040 ABASTECIMENTO DE AGUA						
OBJETIVO: ABASTECIMENTO DE AGUA						
PÚBLICO ALVO: ABASTECIMENTO DE AGUA						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1061 AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	30.000,00	
2059 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - D.A.E	ATIVIDADE	GERAL	ANO	9,00	4.658.830,13	
2060 MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE A ATIVIDADE		GERAL	ANO	1,00	735.500,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					11,00	5.424.330,13
PROGRAMA: 3050 ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
OBJETIVO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
PÚBLICO ALVO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
1012 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA, ESGOTO E ESTAÇÃO DE TRATAMEN	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.000.000,00	
1150 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	6.500.000,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					1,00	7.500.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE					12,00	12.924.330,13
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO					58,00	66.915.625,13
ÓRGÃO: 13 BARRA PREVI						
UNIDADE: 001 BARRA PREVI						
PROGRAMA: 9020 PREVIDENCIA MUNICIPAL						
OBJETIVO: GARANTIR O PAGAEMTO DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS						
AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	
2098 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BARRA PREVI	ATIVIDADE	UNID	GRUPO	17,00	931.000,00	
2125 ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	ATIVIDADE	UNID	GRUPO	7,00	11.760.000,00	
2126 RESERVA DE CONTINGENCIA	ATIVIDADE	UNID	GRUPO	2,00	609.000,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA					26,00	13.300.000,00

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 18



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	26,00	13.300.000,00	
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	26,00	13.300.000,00	
ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO						
PROGRAMA: 3030 DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
2085	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	8,00	1.464.374,00
2087	CONTRIBUIÇÃO PARA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENV. DO ALTO RIO PAR	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	160.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				9,00	1.624.374,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				9,00	1.624.374,00	
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA						
PROGRAMA: 3030 DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
PÚBLICO ALVO: DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA						
AÇÃO		TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1025	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	PROJETO	GERAL	ANO	0,00	932.500,00
1132	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	1.200.000,00
1149	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE MERCADO MUNICIPAL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	350.000,00
1152	ENCONTRO DA MULHER RURAL	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	450.000,00
2086	APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	ATIVIDADE	GERAL	ANO	2,00	1.030.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				5,00	3.962.500,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				5,00	3.962.500,00	
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				14,00	5.586.874,00	
ÓRGÃO: 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO						
PROGRAMA: 3010 GESTÃO ADMINISTRATIVA						
OBJETIVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA						
PÚBLICO ALVO: GESTÃO ADMINISTRATIVA						

ARDetalhamento_Anexo_Meta_Pri_LDO

Página: 19



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2023

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

AÇÃO	TIPO	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira
1113 REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	PROJETO	GERAL	ANO	1,00	10.000,00
1135 REFORMA E MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	PROJETO	GERAL	ANO	2,00	510.000,00
2010 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS - RH	ATIVIDADE	GERAL	ANO	4,00	352.133,00
2012 T.I - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	6,00	247.251,00
2090 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	50.000,00
2127 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADE	GERAL	ANO	9,00	5.162.566,23
2158 AQUISIÇÃO DE VEICULO, EQUIPAMENTO E MANT. PERMANENTE	ATIVIDADE	GERAL	ANO	1,00	100.000,00
TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA				24,00	6.431.950,23
TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE				24,00	6.431.950,23
TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO				24,00	6.431.950,23
TOTAL DE META FINANCEIRA				1.188,00	241.711.115,17

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO III - DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	30.000,00	Utilização da Reserva de Contingencia	600.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	50.000,00		
Assistências Diversas	30.000,00		
Outros Passivos Contingentes	490.000,00		
SUBTOTAL	600.000,00	SUBTOTAL	600.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Limitação de Empenhos	2.530.000,00
Restituição de Tributos a Maior	20.000,00		
Discrepância de Projeções:	500.000,00		
Outros Riscos Fiscais	10.000,00		
SUBTOTAL	2.530.000,00	SUBTOTAL	2.530.000,00
TOTAL	3.130.000,00	TOTAL	3.130.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

MARIA AZENILDA PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO II

METAS FISCAIS

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias bem como as metas de inflação:

ESPECIFICAÇÃO	2,021	2,022	2,023	2,024	2,025	2,026
PIB Brasil	4,06	2,90	0,90	1,48	1,80	1,80
PCA-IBGE	10,06	5,60	5,96	4,13	4,00	4,00
Deflator (Índice para Deflação)	1,01	1,056	1,119	1,165	1,212	1,260
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)						
Taxa de Crescimento Real	1,63%	4,05%	3,73%	3,73%	3,73%	3,73%
Valores Projetados R\$ Milhões	194.958.690,000	216.885.890,000	2.353.560,000	255.528.820,000	277.430.600,000	287.778.761,380
Receita Corrente Líquida R 1	116.401.892	139.747.282	126.380.594	155.283.690	161.495.037	167.954.839

Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal, realizando projeções em abril/2023.

<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=IPCA>

<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

A classificação orçamentária por natureza da receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964 e regulamentado pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, sendo obrigatória para todos os entes da Federação.

No tocante às receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, a constante otimização das políticas de fiscalização e cobranças tributárias busca minimizar os efeitos da instabilidade na economia brasileira.

Com relação às Receitas provenientes de Dívida Ativa, as ações propostas pela Procuradoria do Município e pela Secretaria Municipal de Fazenda tendem a resultar num grande incremento nesta receita.

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

No que tange às transferências, estas têm sofrido as mesmas influências das Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias face a instabilidade que a economia brasileira vem sofrendo, contudo, foi considerado o possível incremento provocado pela geração de novos pontos de comércio no Município. A exceção se dá em função das receitas derivadas do SUS, FNDE e FUNDEB, visto que estas não sofrem influência direta do incremento apontado.

As demais receitas não têm comportamento regular e isto ocorre pelo fato de a maioria das receitas ser proveniente de convênios ou empréstimos regulamentados por contratos.

Em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, tem-se buscado fazer com que as despesas variem na mesma proporção que as receitas. Além disso, vêm sendo adotadas medidas a fim de se reduzir o custeio e, conseqüentemente, desenvolver novas frentes para investimentos no Município.

Para obtenção dos valores correntes, foram utilizados a arrecadação orçamentária do exercício de 2022, a previsão orçamentária para 2023 e as projeções para os exercícios de 2024 a 2025 considerando nestas projeções os índices de inflação e o PIB nos respectivos períodos.

I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas e Despesas
I.I – Metodologia e Memória de Cálculo das Receitas

A Estimativa da receita para o exercício de 2024 foi calculada pela análise de tendência, utilizando-se um modelo linear, tomando-se por base a arrecadação de cada receita nos exercícios de 2021 e 2022 e o valor previsto para 2023.

Projeção = Base de Cálculo x (índice de preço) x (índice de quantidade) x (efeito legislação),
 onde:

Projeção - é o valor a ser projetado para uma determinada receita, **de forma mensal** para atender à execução orçamentária, cuja programação é feita mensalmente.

Base de cálculo - É obtida por meio da série histórica de arrecadação da receita e dependerá do seu comportamento mensal:

- a arrecadação de cada mês (arrecadação mensal) do ano anterior;
- a média de arrecadação mensal do ano anterior (arrecadação anual do ano anterior dividido por doze);
- a média de arrecadação mensal dos últimos doze meses ou média móvel dos últimos doze meses (arrecadação total dos últimos doze meses dividido por doze);

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Para 2025 e 2026 as receitas e despesas foram projetadas à uma expectativa inflacionária do IPCA.

I – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

II - As metas anuais de Despesa foram calculadas a partir das despesas Orçamentárias, realizadas, obtendo a média de sua evolução.

III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

No entanto, para efeito de fixação da meta na LDO e, conseqüentemente, para avaliação do cumprimento dessa meta por meio do RREO, será considerado o resultado primário apurado sem o impacto do RPPS.

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, artº, 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / x 100)	(a / RCL) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	(b / x 100)	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
Receita Total	217.682.680,80	215.146.351,65	0,09%	140,18	226.389.988,03	223.646.694,42	0,08%	140,18	235.445.587,55	232.478.441,18	0,08%	140,18
Receitas Primárias (I)	201.090.089,80	198.747.089,18	0,08%	129,50	209.133.693,39	206.599.503,92	0,08%	129,50	217.499.041,13	214.758.061,79	0,08%	129,50
Receitas Primárias Correntes	155.283.689,80	153.474.402,32	0,06%	100,00	161.495.037,39	159.538.112,05	0,06%	100,00	167.954.838,89	165.838.228,44	0,06%	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.863.495,86	23.585.450,40	0,01%	15,37	24.818.035,69	24.517.301,73	0,01%	15,37	25.810.757,12	25.485.483,27	0,01%	15,37
Contribuições	1.049.039,45	1.036.816,57	0,00%	0,00	1.091.001,03	1.077.780,76	0,00%	0,00	1.134.641,07	1.120.342,03	0,00%	0,00
Transferências Correntes	123.279.279,49	121.842.891,31	0,05%	79,39	128.210.450,67	126.656.853,21	0,05%	79,39	133.338.868,70	131.658.497,68	0,05%	79,39
Demais Receitas Primárias Correntes	7.091.875,00	7.009.244,04	0,00%	4,57	7.375.550,00	7.286.176,35	0,00%	4,57	7.670.572,00	7.573.905,46	0,00%	4,57
Receitas Primárias de Capital	45.806.400,00	45.272.686,86	0,02%	29,50	47.638.656,00	47.161.391,86	0,02%	29,50	49.544.202,24	48.919.833,35	0,02%	29,50
Despesa Total	217.682.680,80	215.146.351,65	0,09%	140,18	226.389.988,03	223.646.694,42	0,08%	140,18	235.445.587,55	232.478.441,18	0,08%	140,18
Despesas Primárias (II)	202.382.680,80	200.024.619,56	0,08%	130,33	210.477.988,03	207.927.508,99	0,08%	130,33	218.897.107,55	216.138.509,42	0,08%	130,33
Despesas Primárias Correntes	150.415.455,18	146.662.889,92	0,06%	96,86	156.432.073,39	154.536.498,80	0,06%	96,86	162.689.356,32	160.639.102,85	0,06%	96,86
Pessoal e Encargos Sociais	68.515.475,37	67.717.171,45	0,03%	44,12	71.256.086,54	70.392.646,70	0,03%	44,12	74.106.342,49	73.172.435,14	0,03%	44,12
Outras Despesas Correntes	81.899.975,81	80.945.718,47	0,03%	52,74	85.175.974,84	84.143.850,10	0,03%	52,74	88.583.013,84	87.466.667,72	0,03%	52,74
Despesas Primárias de Capital	52.159.225,62	51.551.492,55	0,02%	33,59	54.245.594,64	53.588.270,55	0,02%	33,59	56.415.418,43	55.704.456,69	0,02%	33,59
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.292.591,00	-1.277.530,38	0,00%	-0,83	-1.344.294,64	-1.328.005,07	0,00%	-0,83	-1.398.066,43	-1.380.447,63	0,00%	-0,83
Juros, Encargos e Variações Monetárias	1.292.591,00	1.277.530,38	0,00%	0,83	1.344.294,64	1.328.005,07	0,00%	0,83	1.398.066,43	1.380.447,63	0,00%	0,83
Ativos (IV)	192.000,00	189.762,91	0,00%	0,12	199.680,00	197.260,37	0,00%	0,12	207.667,20	205.050,12	0,00%	0,12
Passivos (V)												
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	192.000,00	189.762,91	0,00%	0,12	199.680,00	197.260,37	0,00%	0,12	207.667,20	205.050,12	0,00%	0,12
Divida Pública Consolidada	24.269.752,03	23.986.973,08	0,01%	15,63	21.269.752,03	21.012.014,59	0,01%	13,17	18.269.752,03	18.039.511,88	0,01%	10,88
Divida Consolidada Líquida	-24.269.752,03	-23.986.973,08	-0,01%	-15,63	-21.269.752,03	-21.012.014,59	-0,01%	-13,17	-18.269.752,03	-18.039.511,88	-0,01%	-10,88
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO II

METAS FISCAIS ANUAIS

2024

Para fins de cumprimento do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são estabelecidas as metas anuais da Administração Municipal, em valores correntes e constantes, para as receitas, as despesas e para o resultado primário para o triênio 2024 – 2026, conforme quadros anexos:

- 1) Demonstrativo I - Metas Anuais – período 2024-2026;
- 2) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - 2022;
- 3) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas dos 3 Exercícios Anteriores;
- 4) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- 5) Demonstrativo V - Origem e Aplicação de Recursos com Alienação de Ativos;
- 6) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- 7) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- 8) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Entende-se por Valores Correntes - os valores estimados com a inflação projetada para o triênio 2024-2026, e como Valores Constantes - os valores estimados com a exclusão da inflação.

Para o cálculo das Metas Fiscais em Valores Correntes (inflacionados) e Valores Constantes, quer dizer, a preços reais sem inflação, foi utilizada a projeção da inflação medida pelo **IPCA do IBGE**.

As metas foram elaboradas de acordo com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, bem como, conforme critérios e medidas constantes no **Manual de Técnico de Demonstrativos Fiscais, Parte I, Anexo de Riscos Fiscais e Parte 2, Anexo de Metas Fiscais**, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que Aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF¹, tendo sido utilizados os seguintes parâmetros para as estimativas da receita e despesas:

¹ Com efeitos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

De conformidade com o citado MDF, as Metas Fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados, e refletem a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento.

Foi adotada a seguinte memória de cálculo:

Receita Total

Registra as estimativas de receita total para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. *Para a elaboração deste demonstrativo, não devem ser consideradas as receitas com fontes do RPPS, em conformidade com a metodologia de cálculo dos resultados primário e nominal descrita no capítulo do Anexo 6 do RREO.*

Receitas Primárias (I)

Registra as estimativas de Receitas Primárias do ente, exceto as receitas com fontes de recursos do RPPS, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes. A definição sobre quais receitas orçamentárias integram as receitas primárias encontra-se no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Receitas Primárias Correntes

Registra as estimativas do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas correntes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Transferências Correntes e Demais Receitas Primárias Correntes (este item inclui as contribuições residuais que não se constituem recursos do RPPS do ente), deduzidas as aplicações financeiras e as outras receitas correntes financeiras, conforme linha RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)], no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Registra as estimativas do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Transferências Correntes

Registra a estimativa para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, de ingressos dos recursos de outro ente ou entidade, recebedora ou transferidora (pessoas de direito público ou privado), realizados mediante condições preestabelecidas, ou mesmo sem qualquer exigência, isto é, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

Registra também a estimativa de recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestação de serviços, por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear despesas correntes.

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Demais Receitas Primárias Correntes

Registra a estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das demais receitas correntes, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, não classificáveis nas categorias econômicas anteriores, tais como receita patrimonial (deduzidas das respectivas aplicações financeiras), agropecuária, receita industrial e receita de serviços, que se destinam às unidades gestoras dos respectivos recursos ou têm sua destinação estabelecida por legislação específica, bem como multas administrativas, contratuais e judiciais, indenizações, restituições e ressarcimentos, bens, direitos e valores incorporados ao Patrimônio Público e outras receitas de origens diversas ainda não contempladas nos itens anteriores.

Receitas Primárias de Capital

Registra a estimativa do ente para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois exercícios seguintes, das receitas de capital, com exceção de receitas recebidas com fontes de recurso do RPPS, deduzidas as operações de crédito, as amortizações de empréstimos, as receitas de alienação de investimentos temporários e de investimentos permanentes e as outras receitas de capital não primárias.

Despesa Total

Registra os valores estimados para as despesas totais para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Não devem ser consideradas as despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS. *Ressalta-se que, no total dos valores estimados para as despesas, estarão incluídas as projeções para os pagamentos de restos a pagar e, portanto, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.*

Despesas Primárias (II)

Registra os valores estimados para as Despesas Primárias para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. A definição sobre quais despesas orçamentárias integram as despesas primárias encontra-se no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Despesas Primárias Correntes

Registra o total estimado das despesas correntes, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS, deduzidos os juros e encargos da dívida, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

Pessoal e Encargos Sociais

Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

Outras Despesas Correntes

Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas correntes que não se referem às despesas com pessoal e encargos sociais e nem a juros e encargos da dívida.

Despesas Primárias de Capital

Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, das despesas de capital, com exceção das despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS, deduzidas as concessões de empréstimos e financiamentos, aquisições de títulos de capital já integralizados, aquisições de títulos de crédito e amortizações da dívida, conforme item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias

Registra os valores estimados, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes, para os pagamentos de restos a pagar de despesas primárias, com exceção dos restos a pagar de despesas custeadas com fontes de recursos do RPPS.

Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (III) = (I – II)

Registra as expectativas de Resultado Primário para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes. Essa linha é o resultado das Receitas Primárias (I) menos as Despesas Primárias (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Os cálculos da meta e das projeções do resultado primário devem observar a mesma metodologia utilizada para o cálculo do resultado primário disposto no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Dívida Pública Consolidada (DC)

Registra os valores esperados para a Dívida Pública Consolidada do exercício financeiro a que se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes.

Conforme disposto no art. 29 da LRF, a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada. Não inclui as dívidas do RPPS do ente, cujo serviço (juros, encargos e amortização) seja custeado com recursos próprios do RPPS.

A dívida pública contratual é composta de:

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

- a) emissão de títulos públicos (dívida mobiliária);
- b) realização de empréstimos e financiamentos (dívida contratual);
- c) precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- d) realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

As operações de crédito são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.

Conforme o § 7º do art. 30 da LRF, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos também integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

A dívida pública mobiliária consiste na dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

O refinanciamento da dívida mobiliária refere-se à emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Os cálculos da meta e das projeções da Dívida Consolidada Pública devem observar a mesma metodologia utilizada para o cálculo do Dívida Consolidada, disposta no item 04.02.00 - Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Registra os valores esperados para a Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro a que se refere a LDO e, também, para os dois exercícios seguintes. Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Não inclui a disponibilidade de caixa e os demais haveres financeiros do RPPS do ente.

Os cálculos da meta e das projeções da DCL devem observar a mesma metodologia utilizada para o cálculo da DCL, disposta no item 04.02.00 - Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha

Registra os valores esperados para o Resultado Nominal do exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

Esclarecemos que os valores projetados são meramente referenciais, com base nos parâmetros que reflete o comportamento da economia no início do ano de 2023.

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

Por este motivo as projeções poderão ser modificadas, mediante Lei específica, caso venha a ocorrer mudanças nas variáveis utilizadas, quando da elaboração do Orçamento 2024.

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

PRAÇA FELIPE PEFFREIRA MENDES, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 3361-1921/1922

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / x 100)	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	(a)	(b)			(b)	(c)			(c)			
Receita Total	217.682.680,80	215.146.351,65	0,09%	140,18	226.389.988,03	223.646.694,42	0,08%	140,18	235.445.587,55	232.478.441,18	0,08%	140,18
Receitas Primárias (I)	201.090.089,80	198.747.089,18	0,08%	129,50	209.133.693,39	206.599.503,92	0,08%	129,50	217.499.041,13	214.758.061,79	0,08%	129,50
Receitas Primárias Correntes	155.283.689,80	153.474.402,32	0,06%	100,00	161.495.037,39	159.538.112,05	0,06%	100,00	167.954.838,89	165.838.228,44	0,06%	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.863.495,86	23.585.450,40	0,01%	15,37	24.818.035,69	24.517.301,73	0,01%	15,37	25.810.757,12	25.485.483,27	0,01%	15,37
Contribuições	1.049.039,45	1.036.816,57	0,00%	0,00	1.091.001,03	1.077.780,76	0,00%	0,00	1.134.841,07	1.120.342,03	0,00%	0,00
Transferências Correntes	123.279.279,49	121.842.891,31	0,05%	79,39	128.210.450,67	126.656.853,21	0,05%	79,39	133.338.868,70	131.658.497,68	0,05%	79,39
Demais Receitas Primárias Correntes	7.091.875,00	7.009.244,04	0,00%	4,57	7.375.550,00	7.286.176,35	0,00%	4,57	7.670.572,00	7.573.905,46	0,00%	4,57
Receitas Primárias de Capital	45.806.400,00	45.272.686,86	0,02%	29,50	47.638.656,00	47.061.391,86	0,02%	29,50	49.544.202,24	48.919.833,35	0,02%	29,50
Despesa Total	217.682.680,80	215.146.351,65	0,09%	140,18	226.389.988,03	223.646.694,42	0,08%	140,18	235.445.587,55	232.478.441,18	0,08%	140,18
Despesas Primárias (II)	202.382.680,80	200.024.619,56	0,08%	130,33	210.477.988,03	207.927.508,99	0,08%	130,33	218.897.107,55	216.138.509,42	0,08%	130,33
Despesas Primárias Correntes	150.415.455,18	148.662.889,92	0,06%	96,86	156.432.073,39	154.536.498,80	0,06%	96,86	162.689.356,32	160.639.102,85	0,06%	96,86
Pessoal e Encargos Sociais	68.515.479,37	67.717.171,45	0,03%	44,12	71.256.098,54	70.392.648,70	0,03%	44,12	74.106.342,49	73.172.435,14	0,03%	44,12
Outras Despesas Correntes	81.899.975,81	80.945.718,47	0,03%	52,74	85.175.974,84	84.143.850,10	0,03%	52,74	88.583.013,84	87.466.667,72	0,03%	52,74
Despesas Primárias de Capital	52.159.225,62	51.551.492,55	0,02%	33,59	54.245.594,64	53.588.270,55	0,02%	33,59	56.415.418,43	55.704.456,69	0,02%	33,59
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Pri	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Resultado Primário (III) = (I – II)	-1.292.591,00	-1.277.530,38	0,00%	-0,83	-1.344.294,64	-1.328.005,07	0,00%	-0,83	-1.398.066,43	-1.380.447,63	0,00%	-0,83
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.292.591,00	1.277.530,38	0,00%	0,83	1.344.294,64	1.328.005,07	0,00%	0,83	1.398.066,43	1.380.447,63	0,00%	0,83
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	192.000,00	189.762,91	0,00%	0,12	199.680,00	197.260,37	0,00%	0,12	207.667,20	205.050,12	0,00%	0,12
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	192.000,00	189.762,91	0,00%	0,12	199.680,00	197.260,37	0,00%	0,12	207.667,20	205.050,12	0,00%	0,12
Dívida Pública Consolidada	24.269.752,03	23.986.973,08	0,01%	15,63	21.269.752,03	21.012.014,59	0,01%	13,17	18.269.752,03	18.039.511,88	0,01%	10,88
Dívida Consolidada Líquida	-24.269.752,03	-23.986.973,08	-0,01%	-15,63	-21.269.752,03	-21.012.014,59	-0,01%	-13,17	-18.269.752,03	-18.039.511,88	-0,01%	-10,88
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PIB Brasil	4,06	2,90	0,90	1,48	1,80	1,80
IPCA - IBGE	10,06	5,60	5,36	4,13	4,00	4,00
Deflator (Índice para Deflação)	1,101	1,056	1,119	1,165	1,212	1,250
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)	1,83%	4,05%	3,73%	3,73%	3,73%	3,73%
Taxa de Crescimento Real	194.958.000.000	216.885.890.000	235.528.820.000	277.420.600.000	287.778.161.380	
Valores Projetados R\$ Milhões	116.401.292	139.747.282	126.380.594	156.283.690	161.495.037	167.954.839
Receita Corrente Líquida R 1						

Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal, realizando projeções em abril/2023.

<https://www.bog.gov.br/exercicio/ptb.php>
<https://www.bog.gov.br/busca.html?searchword=IPCA>
<https://www.bog.gov.br/publicacoes/focus>

Nota: Para as estimativas das Metas de 2024, 2025 e 2026, nos termos do inciso II, do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00, foram definidas considerando o cenário macroeconômico atual (índices apurados em 04/04/2023), bem como o incremento da receita projetada com base na expectativa de crescimento da economia local, e ainda como parâmetros o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional e PIB MT baseando-se nas projeções de mercado, na LDO/2023 do Estado de Mato Grosso e na LDO/2023 do Governo Federal, e ainda, como base a execução das despesas do exercício anterior, buscando aproximar-se o máximo possível da realidade.

Para a elaboração deste demonstrativo, não devem ser consideradas as receitas e despesas com fontes do RPPS, em conformidade com a metodologia de cálculo dos resultados primário e nominal descrita no capítulo do Anexo 6 do RREO, em conformidade com o Manual de Técnico de Demonstrativos Fiscais, Parte 1, Anexo de Riscos Fiscais e Parte 2, Anexo de Metas Fiscais, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que Aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Os indicadores apresentados na Tabela são originários de fontes oficiais do governo federal, estadual e de entidades especializadas no estudo de cenários econômicos. Outrossim, as projeções de tais indicadores podem ser comparadas com as metodologias de séries temporais utilizadas em estudos da Secretaria de Estado de Fazenda para análise de riscos relativos às variações da despesa e da receita.

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso)								R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas	% PIB	% RCL	Metas	% PIB	% RCL	Variação	
	Previstas em 2022			Realizadas em 2022			Valor	%
	(a)			(b)			(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	114.985.874,46	0,05%	82,28%	159.164.616,54	0,07%	113,89%	44.178.742,08	38,42%
Receitas Primárias (I)	114.585.874,46	0,05%	82,00%	156.525.649,60	0,07%	112,01%	41.939.775,14	36,60%
Despesa Total	114.985.874,46	0,05%	82,28%	162.193.370,99	0,07%	116,06%	47.207.496,53	41,06%
Despesas Primárias (II)	113.985.874,46	0,05%	81,57%	158.704.223,86	0,07%	113,57%	44.718.349,40	39,23%
Resultado Primário (III) = (I-II)	600.000,00	0,00%	0,43%	-2.178.574,26	0,00%	-1,56%	-2.778.574,26	-463,10%
Resultado Nominal	-1.000.000,00	0,00%	-0,72%	-2.807.105,55	0,00%	-2,01%	-1.807.105,55	180,71%
Dívida Pública Consolidada	13.717.899,66	0,01%	9,82%	11.785.344,19	0,01%	8,43%	-1.932.555,47	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-13.717.899,66	-0,01%	-9,82%	1.434.579,35	0,00%	1,03%	15.152.479,01	0,00%

FONTE: Balanço Geral 2022

ESPECIFICAÇÃO	2,022
PIB Brasil	2,90
IPCA - IBGE	5,60
Deflator (Índice para Deflação)	1,056
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)	4,05%
Taxa de Crescimento Real	216.885.890.000
Valores Projetados R\$ Milhões	139.747.282
Receita Corrente Líquida R 1	

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	125.501.379,54	159.164.616,54	26,82%	158.732.594,64	-0,27%	217.682.680,80	37,14%	226.389.988,03	4,00%	235.445.587,55	4,00%
Receitas Primárias (I)	125.041.373,11	156.525.649,60	25,18%	158.112.268,66	1,01%	201.090.089,80	27,18%	209.133.693,39	4,00%	217.499.041,13	4,00%
Despesa Total	116.856.844,12	162.193.370,99	38,80%	158.732.594,64	-2,13%	217.682.680,80	37,14%	226.389.988,03	4,00%	235.445.587,55	4,00%
Despesas Primárias (II)	115.526.437,26	158.704.223,86	37,37%	156.017.002,48	-1,69%	202.382.680,80	29,72%	210.477.988,03	4,00%	218.897.107,55	4,00%
Resultado Primário (III) = (I - II)	9.514.835,85	-2.178.574,26	-122,90%	2.095.266,18	-196,18%	-1.292.591,00	-161,69%	-1.344.294,64	4,00%	-1.398.066,43	4,00%
Resultado Nominal	-1.125.449,92	-2.807.105,55	-149,42%	-2.515.592,16	-10,38%	192.000,00	-107,63%	199.680,00	4,00%	207.667,20	4,00%
Dívida Pública Consolidada	14.592.449,74	11.785.344,19	-19,24%	11.253.736,46	-4,51%	24.269.752,03	115,66%	21.269.752,03	-12,36%	18.269.752,03	-14,10%
Dívida Consolidada Líquida	-1.107.871,97	1.434.579,35	-229,49%	-11.253.736,46	-884,46%	-24.269.752,03	115,66%	-21.269.752,03	-12,36%	-18.269.752,03	-14,10%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	124.120.111,36	157.483.838,19	26,88%	156.956.475,96	-0,33%	215.146.351,65	37,07%	223.646.694,42	3,95%	232.478.441,18	3,95%
Receitas Primárias (I)	123.665.167,79	154.872.738,74	25,24%	156.343.091,04	0,95%	198.747.089,18	27,12%	206.599.503,92	3,95%	212.758.061,79	3,95%
Despesa Total	115.570.717,69	160.480.608,99	38,86%	156.956.475,96	-2,20%	215.146.351,65	37,07%	223.646.694,42	3,95%	232.478.441,18	3,95%
Despesas Primárias (II)	114.254.913,29	157.028.307,26	37,44%	154.271.269,58	-1,76%	200.024.619,56	29,66%	207.927.508,99	3,95%	216.138.509,42	3,95%
Resultado Primário (III) = (I - II)	9.410.115,57	-2.155.568,52	-122,91%	2.071.821,46	-196,11%	-1.277.530,38	-161,66%	-1.328.005,07	3,95%	-1.380.447,63	3,95%
Resultado Nominal	-1.143.633,22	-2.497.462,52	-149,53%	-2.497.462,52	0,00%	187.626,37	-10,63%	192.000,00	2,33%	205.050,12	2,33%
Dívida Pública Consolidada	14.431.845,24	11.660.890,96	-19,20%	11.127.814,17	-4,57%	23.986.973,08	115,56%	21.012.014,59	-12,40%	18.039.511,88	-14,15%
Dívida Consolidada Líquida	-1.095.678,23	1.419.430,19	-229,55%	-11.127.814,17	-883,96%	-23.986.973,08	115,56%	-21.012.014,59	-12,40%	-18.039.511,88	-14,15%

Fonte: Secretaria de Planejamento, realizando projeções em abril/2023.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	2023	2024	2025	2026
PID Total	4,05	4,29	9,30	1,43	1,80	1,80
DECA - INGE	10,86	5,86	9,96	4,13	4,40	4,40
Deflator (Índice para Deflatores)	1,101	1,056	1,119	1,165	1,212	1,212
PIB MATO GROSSO (DECA/PIB)						
Taxa de Crescimento Real	1,83%	4,05%	3,73%	3,73%	3,73%	
Valores Propjetados em Milhões	194.359.950,00	216.848.000,00	243.135.000,00	255.238.200,00	277.646.600,00	287.776.700,00
Receita Corrente (I)	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00
Despesa Corrente (II)	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00	116.460,00
Resultado Corrente (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado de Capital (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (VII) = (III + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal, realizando projeções em abril/2023.

<https://www.bge.gov.br/municipal/pib.php>
<https://www.bge.gov.br/buica/imp/posschowr>
<https://www.bge.gov.br/buica/imp/posschowr>

Nota: Para as estimativas das Metas de 2024, 2025 e 2026, nos termos do inciso II, do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00, foram definidas considerando o cenário macroeconômico atual (índices apurados em 04/04/2023), bem como o incremento da receita projetada com base na expectativa de crescimento da economia local, e ainda como parâmetros o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional e PIB MT baseando-se nas projeções de mercado, na LDO/2023 do Estado de Mato Grosso e na LDO/2023 do Governo Federal, e ainda, como base a execução das despesas do exercício anterior, buscando aproximar-se o máximo possível da realidade.

Para a elaboração deste demonstrativo, não devem ser consideradas as receitas e despesas com fontes do RPPS, em conformidade com a metodologia de cálculo dos resultados primário e nominal descrita no capítulo do Anexo 6 do RREO, em conformidade com o Manual de Técnico de Demonstrativos Fiscais, Parte 1, Anexo de Riscos Fiscais e Parte 2, Anexo de Metas Fiscais, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que Aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Os indicadores apresentados na Tabela são originários de fontes oficiais do governo federal, estadual e de entidades especializadas no estudo de cenários econômicos. Outrossim, as projeções de tais indicadores podem ser comparadas com as metodologias de séries temporais utilizadas em estudos da Secretaria de Estado de Fazenda para análise de riscos relativos às variações da despesa e da receita.

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	115.368.624,24	100,00%	82.395.695,91	100,00%	61.407.468,85	100,00%
TOTAL	115.368.624,24	100,00%	82.395.695,91	100,00%	61.407.468,85	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	829.523,11		-21.779.148,21		-6.737.983,40	
TOTAL	829.523,11	0,00%	-21.779.148,21	0,00%	-6.737.983,40	0,00%

FONTE: Departamento de Contabilidade, Balanço Geral Consolidado exercícios de 2022, 2021 e 2020.

Nota: O município tem mantido uma política de otimização da ação governamental e o atendimento das demandas da população. A cada exercício o resultado patrimonial tem contribuído para melhoria econômica e financeira do município.

Os compromissos de curto prazo são assumidos nos limites da capacidade de pagamento do município, de forma a não comprometer o equilíbrio das contas públicas.

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia - IIId) + IIIIh)	2021 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2020 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Departamento de Contabilidade, Balanço Geral Consolidado exercícios de 2022, 2021 e 2020.

Nota : Não houve no período, receitas e despesas com alienação de bens.

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	5.742.117,87	8.602.314,60	11.294.816,86
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo	2.734.573,38	3.262.218,92	3.943.268,17
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	2.678.920,01	4.780.273,17	7.225.384,07
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais	288.545,77	11.210,30	30.909,22
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do			
Demais Receitas Correntes	40.078,71	620.612,21	95.255,40
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	5.432.599,51	8.602.314,60	11.294.816,86
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários	5.867.983,03	5.933.103,19	8.243.222,21
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	388.772,72	636.950,28	486.422,52
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	3.167.516,43	6.570.053,47	8.729.644,73
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	2.265.083,08	2.032.261,13	2.565.172,13
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	2020	2021	2022
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.264,31	232.618,06	456.622,75
Investimentos e Aplicações	72.084.820,55	73.642.074,22	82.055.151,92
Outro Bens e Direitos	2.670.398,20	2.416.197,81	2.136.661,20

PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES (VII)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022	
Benefícios - Civil				
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	2020	2021	2022	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	361,355,00	631,329,96	485,193,40	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	1.775,13	5.620,32	1.229,12	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	363.130,13	636.950,28	486.422,52	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-363.130,13	-636.950,28	-486.422,52	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior)
2022	14.609.674,19	6.637.860,79	7.971.813,40	81.846.505,68
2023	14.993.370,68	8.991.932,11	6.001.438,57	87.847.944,25
2024	15.507.333,43	10.111.108,69	5.396.224,74	93.244.168,99
2025	15.819.082,42	11.682.924,98	4.136.157,44	97.380.326,43
2026	15.796.119,40	13.161.547,17	2.634.572,23	100.014.898,66
2027	17.756.118,90	14.365.126,03	3.390.992,87	103.405.891,53
2028	18.196.553,61	15.392.317,74	2.804.235,87	106.210.127,40
2029	18.863.130,93	16.156.568,52	2.706.562,41	108.916.689,81
2030	19.429.667,26	17.152.793,86	2.276.873,40	111.193.563,21
2031	19.980.536,90	18.181.963,91	1.798.572,99	112.992.136,20
2032	20.293.371,07	19.247.440,81	1.045.930,26	114.038.066,46
2033	20.963.523,76	19.782.216,04	1.181.307,72	115.219.374,18
2034	21.045.152,03	22.858.219,15	-1.813.067,12	113.406.307,06
2035	21.458.966,09	23.756.254,13	-2.297.288,04	111.109.019,02
2036	21.733.872,90	25.018.725,59	-3.284.852,69	107.824.166,33
2037	22.643.320,98	25.658.026,70	-3.014.705,72	104.809.460,61

2038	23,060,886.15	26,448,924.98	-3,388,038.83	101,421,421.78
2039	22,536,513.36	29,838,528.38	-7,302,015.02	94,119,406.76
2040	22,687,488.90	30,555,372.59	-7,867,883.69	86,251,523.07
2041	22,711,970.32	31,412,465.93	-8,700,495.61	77,551,027.46
2042	23,523,625.21	31,540,884.09	-8,017,258.88	69,533,768.58
2043	23,958,188.56	31,023,895.36	-7,065,706.80	62,468,061.78
2044	24,252,751.71	32,625,234.03	-8,372,482.32	54,095,579.46
2045	5,184,051.24	31,735,985.32	-26,551,934.08	27,543,645.38
2046	3,914,811.30	30,738,032.48	-26,823,221.18	720,424.20
2047	405,689.58	29,631,474.69	-29,225,785.11	-28,505,360.91
2048	372,362.76	28,346,091.01	-27,973,728.25	-56,479,089.16
2049	373,447.97	26,953,849.57	-26,580,401.60	-83,059,490.76
2050	374,345.54	25,461,105.12	-25,086,759.58	-108,146,250.34
2051	375,036.98	23,876,405.26	-23,501,368.28	-131,647,618.62
2052	38,877.15	22,210,578.19	-22,171,701.04	-153,819,319.66
2053	38,877.15	20,469,411.87	-20,430,534.72	-174,249,854.38
2054	38,877.15	18,675,333.91	-18,636,456.76	-192,886,311.14
2055	38,877.15	16,846,248.31	-16,807,371.16	-209,693,682.30
2056	38,877.15	15,002,429.00	-14,963,551.85	-224,657,234.15
2057	38,877.15	13,166,481.08	-13,127,603.93	-237,784,838.08
2058	38,877.15	11,366,704.86	-11,327,827.71	-249,112,665.79
2059	38,877.15	9,626,855.44	-9,587,978.29	-258,700,644.08
2060	38,877.15	7,975,622.76	-7,936,745.61	-266,637,389.69
2061	38,877.15	6,443,056.24	-6,404,179.09	-273,041,568.78
2062	38,877.15	5,059,694.05	-5,020,816.90	-278,062,385.68
2063	38,877.15	3,856,278.43	-3,817,401.28	-281,879,786.96
2064	38,877.15	2,851,399.40	-2,812,522.25	-284,692,309.21
2065	37,115.39	2,055,827.92	-2,018,712.53	-286,711,021.74
2066	8,600.28	1,467,482.64	-1,458,882.36	-288,169,904.10
2067	8,600.28	1,074,013.75	-1,065,413.47	-289,235,317.57
2068	8,600.28	854,223.24	-845,622.96	-290,080,940.53
2069	4,530.24	762,572.39	-758,042.15	-290,838,982.68
2070	0.00	738,024.05	-738,024.05	-291,577,006.73
2071	0.00	729,100.38	-729,100.38	-292,306,107.11
2072	0.00	720,437.49	-720,437.49	-293,026,544.60
2073	0.00	714,143.62	-714,143.62	-293,740,688.22
2074	0.00	707,420.24	-707,420.24	-294,448,108.46
2075	0.00	700,229.70	-700,229.70	-295,148,338.16
2076	0.00	692,527.46	-692,527.46	-295,840,865.62
2077	0.00	684,267.08	-684,267.08	-296,525,132.70
2078	0.00	678,263.90	-678,263.90	-297,203,396.60
2079	0.00	671,851.63	-671,851.63	-297,875,248.23
2080	0.00	664,994.19	-664,994.19	-298,540,242.42
2081	0.00	657,652.27	-657,652.27	-299,197,894.69
2082	0.00	649,735.37	-649,735.37	-299,847,630.06
2083	0.00	644,399.16	-644,399.16	-300,492,029.22
2084	0.00	636,913.31	-636,913.31	-301,128,942.53
2085	0.00	632,313.38	-632,313.38	-301,761,255.91
2086	0.00	623,738.87	-623,738.87	-302,384,994.78
2087	0.00	618,526.37	-618,526.37	-303,003,521.15
2088	0.00	611,872.30	-611,872.30	-303,615,393.45
2089	0.00	607,823.76	-607,823.76	-304,223,217.21
2090	0.00	600,221.63	-600,221.63	-304,823,438.84
2091	0.00	595,644.33	-595,644.33	-305,419,083.17
2092	0.00	586,908.28	-586,908.28	-306,005,991.45
2093	0.00	583,343.51	-583,343.51	-306,589,334.96
2094	0.00	576,596.90	-576,596.90	-307,165,931.86
2095	0.00	572,580.26	-572,580.26	-307,738,512.12
2096	0.00	564,851.10	-564,851.10	-308,303,363.22

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas (a)	Despesas (b)	Resultado (c) = (a-b)	Saldo Financeiro (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Departamento de Contabilidade, Cálculo atuarial 2022.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	Descontos, Anistia, Renúncia	O Município de BARRA DO BUGRES - MT não possui Renúncia de Receita a Qualquer Título, exceto quando ao desconto do IPTU nos casos de pagamento Antecipado, c.f. Lei autorizativa, cujo desconto foi Considerado na Estimativa da Receita	113.850,00	117.493,20	121.252,98	Incentivo ao Recolhimento dos Tributos Municipais.
TOTAL			113.850,00	117.493,20	121.252,98	-

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento/ Secretaria Municipal de Finanças

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Departamento de Contabilidade.

Nota: Estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º, do art. 17 da LRF).

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado em BARRA DO BUGRES - MT, decorrerá basicamente pelo crescimento da receita em função da expansão da economia.

MARIA AZENILDA PEREIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III - DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	30.000,00	Utilização da Reserva de Contingencia	600.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	50.000,00		
Assistências Diversas	30.000,00		
Outros Passivos Contingentes	490.000,00		
SUBTOTAL	600.000,00	SUBTOTAL	600.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Limitação de Empenhos	2.530.000,00
Restituição de Tributos a Maior	20.000,00		
Discrepância de Projeções:	500.000,00		
Outros Riscos Fiscais	10.000,00		
SUBTOTAL	2.530.000,00	SUBTOTAL	2.530.000,00
TOTAL	3.130.000,00	TOTAL	3.130.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/2023 - PREGÃO
PRESENCIAL Nº 014/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72.

FORNECEDOR: TAIAMA EMERGENCIAS MÉDICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.239.474/0001-93.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM AMBULÂNCIA TIPO D (AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO – UTI MÓVEL TERRESTRE e AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO PARA REMOÇÕES INTERMUNICIPAL.

DO VALOR: R\$ 2.030.976,00 (Dois milhões, trinta mil e novecentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres - MT, 19 de dezembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

TAIAMA EMERGENCIAS MÉDICAS LTDA

Representante/Sócio: **Gustavo Delgado Silva**

FORNECEDOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:09/2023

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:09/2023, conforme o artigo 25, Inciso II, da Lei nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para contratação da empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, inscrita no CNPJ nº 07.367.271/0001-29, representante do Cantor “CESINHA MELLO”, **VISANDO SUA CONTRATAÇÃO PARA PARTICIPAR DAS “FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DE BARRA DO BUGRES/MT”, com o valor correspondente a R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), PARA 01 (UMA) APRESENTAÇÃO.** Informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023.

Margarida Bernardino da Silva

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/SMEC/2023 EDITAL Nº 007/2023

Dispõe sobre a Publicação do Local, Ensalamento e Horário das Provas.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres/MT, Srª Bernadete Fernandes Gregolin, e a Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, Srª Monica Maria Furlan, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a Lei Municipal n.º 2.617/2023, regulamentada pelo Decreto n.º 118/2023 e Lei Municipal n.º 2.618/2023, regu-

lamentada pelo Decreto n.º 119/2023, TORNA PÚBLICO O LOCAL, ENSALAMENTO E HORÁRIO DAS PROVAS, conforme apresentado abaixo.

A prova objetiva será realizada no dia 14 DE JANEIRO DE 2024, com início às 08h00 e término às 11h00 (horário local). O candidato poderá comparecer ao local designado para as provas com antecedência de 30 (trinta) minutos. O portão fechará às 08h00 horas e não será permitido o ingresso de candidatos no estabelecimento após o fechamento dos portões.

SALA 01. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	43	ABINEYSE SAN MARTIN DE SOUZA DENIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	222	ADILEIA RIBEIRO PEREIRA DAS NEVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	223	ADRIANA ARRUDA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	271	ADRIANA NEVES LUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	20	ADVAIL MARIA DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	1037	ALESSANDRA COSTA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	239	ALINE REGINA DOS REIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	293	ALLINE CRISTINA MORAES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	810	ANA CAROLINE DA SILVA PINHEIRO CARDOSO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	191	ANA CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	620	ANA KARINA DE MOURA	PCD
12	696	ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	66	ANA PAULA DE SOUSA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	63	ANA PAULA LUIZ DO NASCIMENTO MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	243	ANDRA SANTANA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	515	ANDREIA FREITAS DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	242	ANDRESSA FERREIRA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	133	ANGEL AUXILIADORA GREGORIO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	725	ANNE CAROLINA DA SILVA LIMA	PCD
20	572	ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	981	APARECIDA FERNANDA BARBOSA ZAGO	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	788	APARECIDO TEODORO MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	509	ARENIL CESLESTINA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	483	ARIANA PATRICIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	915	BERIVANUSA DA SILVA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	352	BERIVONE DA SILVA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	54	CAMILA MANOELA CASTILHO DE CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	187	CARLA APARECIDA SANTOS DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	813	CARLA PATRICIA DOS SANTOS DIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	416	CARMEM COSTA DA SILVA SAQUETI	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	109	CARMEN GONCALVES DE MENEZES SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
32	699	CAROLINA ELISANGELA MORAES SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	305	CAROLINE VALERIA DA SILVA LAZARETTI	AMPLA CONCORRÊNCIA
34	208	CELIA MARIA DE SOUZA ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
35	439	CELIA REGINA FERREIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	72	CHRISTIAN ROGERIO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
37	588	CICERA EDILEUSA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

38	826	CIDICLEIDE DE LIMA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
39	866	CINTIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	790	CINTIA PAULINO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
41	886	CIRLENE FELIX CEBALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
42	409	CLARICE BARBOSA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
43	272	CLAUDINEIA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
44	538	CRISTIANE BORGES MALAQUIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
45	296	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 02. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	998	DAIANE NOVAES DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	81	DALVA LUCIA BRITO DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1001	DANIELE DE OLIVEIRA BOIN	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	89	DANIELLI DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	244	DEBORA MARCIA MARTINS DA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	428	DIANA CEZARIO DE OLIVEIRA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	503	EDELVANIA SILVA NETTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	647	EDILAINE ANDRADE TUNES	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	787	EDILEUZA DOS SANTOS LIMA MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	582	EDINEI FERREIRA DA SILVA ANDRADE	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	174	EDMARA ORMOND DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	971	EDNEIA SILVA LUIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	611	ELAINE ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	784	ELAINE NEVES SILVA DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	246	ELAINE TAVARES DE SOUZA MACEDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	258	ELIANE ALVES SOARES	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	79	ELIANE PEREIRA NUNES	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	1083	ELIANE VIEIRA MARCELINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	552	ELIENE PEDROZA DE LIMA GOMES	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	53	ELIZABETE LOURENCO DE CRISTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	185	ELIZABETH DE OLIVEIRA SIMAO SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	499	ELIZANE GOMES DO ESPIRITO SANTO TAQUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	260	ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	337	ELIZETE DIAS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	984	ELIZEU BENEDITO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	33	ELYAN VICENTE DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	591	ELZA DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	806	EMERSON DE OLIVEIRA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	585	ENEIDINA APARECIDA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	1039	ESTER MIGUEL DE LARA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	299	ESVALDINA ENEDINA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
32	330	EUVANIA DIAS FERREIRA DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	309	EVANIA DE OLIVEIRA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
34	395	EVANILDE DA SILVA GONCALVES LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA

35	531	FABIANA DE SOUSA VIANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	320	FANIELI MOREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
37	105	FATIMA VIEIRA DOMICIANO FORTUNATO	AMPLA CONCORRÊNCIA
38	207	FERNANDA ARAUJO RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
39	47	FRANCIELLY VARGA BERBEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	38	GESELIA XIMENES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
41	640	GESIENE DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
42	306	GILBERTO MANICA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
43	977	GILSON RAMOS DE BRITO	AMPLA CONCORRÊNCIA
44	475	GISLAINE MIRANDA MARIN	AMPLA CONCORRÊNCIA
45	365	GLEICE DE SOUSA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
46	1086	GLEICE RODRIGUES MOREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
47	873	GLEICY KELLY BARROS ROTEIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
48	451	GLORIA MARQUES DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
49	648	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
50	356	GRACIELA ROCHA MATOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
51	893	GRAZIELE APARECIDA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
52	607	GRAZIELLY DA SILVA GUILHERME	AMPLA CONCORRÊNCIA
53	697	HELENA MARIA DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
54	789	HELENE SOARES CORCINO DE CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
55	1090	HYGOR MARTINS TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 03. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	1016	INEZ APARECIDA CUNHA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	550	IRACELIS SALMAZO FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	603	IRACEMA LUZIA DE SALES SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	586	IVANALUCIA MELO MOREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	224	IVANILDA MESSIAS DOS SANTOS CEBALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	601	IVONEIDE DAS GRACAS ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	255	JACKELINE APARECIDA DE ARRUDA BRILHADORI	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	99	JANAINA DA GUIA DE PAULA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	720	JANETE ELIANE SCHERER	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	60	JAQUELINE MARIANO DE MENEZES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	52	JAQUELINI DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	574	JESSICA DE LIMA NEVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	578	JOANA DARK JUREMA OLIVEIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	263	JOELMA FERREIRA LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	496	JOSCILENE RIBEIRO TAQUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	407	JOSIANE DE LIMA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	383	JOSIANE LIMA DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	123	JOSICLEIA LOPES DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	858	JOYCIMARA PAES DIAS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	73	JULIANA DOS SANTOS PAES ROTEIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	556	JULIANE CLAUDIA ROSSI	AMPLA CONCORRÊNCIA

22	1062	JULIANE DE JESUS BRITTOS SOUZA GALICE	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	302	JUSCELAINE CRISTINA DA SILVA RIBEIRO VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	1054	JUZILENE AMORIM DA SILVA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	473	KATIA SILENE ELISIARIO FAGUNDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 04. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	487	KETELIN GONCALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	376	KEYLA FERREIRA MENDES COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	413	LARISSA CARLA DORTA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	237	LARISSA DE MELO SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	303	LAYZA APARECIDA DA SILVA JOSETTI	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	667	LEDIR DE FATIMA OENNING SOARES	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	764	LEOLINO MENDES NOGUEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	674	LEYSDIANE CRISTINA DA SILVA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	375	LIDIA FARIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	31	LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	463	LOURIETE PEREIRA DE ANDRADE	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	57	LUANA SILVA MARCACINI	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	624	LUCIANA CRISTINA MOREIRA DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	852	LUCIANA DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	88	LUCIANA DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	336	LUCIANA MARTINS DE LIMA BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	805	LUCIANA SOUZA PRADO RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	617	LUCIANE PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	433	LUCI CLEIDE DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	680	LUCILENE CARDOSO DE MIRANDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	385	LUCILIA BISPO PRADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	863	LUCIMAR COSTA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	521	LUDIMILLA NERES COSTA REIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	639	LUIZA FERREIRA MANOEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	430	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	960	LUTECIA MARTINS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	76	LUZIA DA SILVA PAULINO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	304	LUZINETE DA SILVA GONCALVES ESQUIVE	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	82	MAICKON DOUGLAS DE OLIVEIRA CARLOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	505	MARCIA BATISTA DE SOUZA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	672	MARCIANA VICENTE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
32	748	MARENILZA DA SILVA NOBRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	295	MARGARETH DA COSTA LEITE	AMPLA CONCORRÊNCIA
34	206	MARIA ANGELICA DIAS DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
35	1021	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	926	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
37	816	MARIA CAROLINA ANDRADE RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
38	9	MARIA CRISTINA DE ANDRADE SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA

39	441	MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	587	MARIA DAS DORES ROMAO SOBRINHO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 05. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	315	MARIA DIAS DE CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	821	MARIA DO CARMO ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	281	MARIA GIOVANA MELO MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	280	MARIA JOSE ALVES SOARES	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	575	MARIA JOSE DE JESUS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	1063	MARIA JOSEE FRANCISCO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	513	MARIA JOSE PEREIRA LEITE	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	98	MARIA JOSINEIDE ARAUJO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	681	MARIA LEONIDIA CUNHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	631	MARIA LUCIA FERREIRA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	625	MARIA LUIZA BARRETO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	678	MARIA MARQUES DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	193	MARIA PAULA LAURINDO TORRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	686	MARIA ROSA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	1019	MARIA ROSEVELTE DE OLIVEIRA SILVA E	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	374	MARIA SIDNEIDE ALVES DA SILVA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	196	MARIA TAMIRES DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	426	MARILAINÉ IVONE GUILHEN MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	564	MARILDA DE SOUZA BENITES	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	961	MARILDA RODRIGUES SIMPLICIO MENDONÇA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	526	MARILUCE APARECIDA DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	831	MARINETE DA SILVA NOBRES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	687	MARLENE COSTA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	32	MARLENE MARCIA GOELZER	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	488	MARTA DE JESUS DA SILVA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	882	MARTA FERREIRA MARCELO	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	166	MAYARA DA SILVA LOPES	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	324	MERCIA GERALDO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	427	MICHELE MARIZA DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	151	MIRCEIA DOS SANTOS SILVA SANDRI	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	27	MIRELLE BENITES VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
32	489	MIRNA MORAIS DA SILVA MENEZES	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	899	MONICA DA PENHA AGUIAR	AMPLA CONCORRÊNCIA
34	549	MONICA PEREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
35	95	NAIARA ALINE TERRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	761	NAJELA APARECIDA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
37	904	NEIDE APARECIDA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
38	812	NEIDE RIBEIRO LAZARETI	AMPLA CONCORRÊNCIA
39	887	NEIRY SORREICAO OLIVEIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	967	NEUSA DE LIMA NEVES	AMPLA CONCORRÊNCIA

41	982	NEUZA GALDINO COSTA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
42	437	NILCELIA CRISTINA FERREIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
43	292	NILCE SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
44	1000	NIZAINÉ TENORIO DE OLIVEIRA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
45	976	OLAVO FERREIRA MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 06. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	392	OMAR GONCALVES FORTES	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	19	ONESIELLI ARRUDA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	190	PAMELA DE SOUZA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	721	PATRICIA ALVES FELICIANO	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	494	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	388	PHABIULA ESTEPHANIE DA SILVA RONCALIN	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	814	PRISCILLA ALVES DE OLIVEIRA ESTEVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	333	RAFAELA ALVES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	1006	RAIMUNDA CRISTINA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	116	REGIANE ALVES DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	646	RENATA APARECIDA MARTINS ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	1007	RENATA MARIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	511	RICIELY LOPES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	477	RIZONI ALVES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	168	ROSANGELA FERNANDES DA SILVA PAZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	498	ROSANGELA MARIA VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	645	ROSEA MARIA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	410	ROSELIA MARTINS DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	377	ROSELI GOMES DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	849	ROSENILDA DA SILVA NASCIMENTO DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	502	ROSIANE SOUZA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	841	ROSINEI APARECIDA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	950	ROSINEI DA SILVA E SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	21	ROZEMEIRE PINHEIRO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	643	ROZIMAR DOS SANTOS LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	1061	RUTE ROBERTA DOS SANTOS DUTRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	1042	SAMARA DOS SANTOS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	732	SEBASTIANA SANTANA DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	1091	SILEIDE PEREIRA DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	663	SILVANI ALVES DE OLIVEIRA TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
31	323	SILVIA SANDRI	AMPLA CONCORRÊNCIA
32	957	SILVIO RAMAO CUEVAS FAGUNDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
33	592	SIMONE DOS SANTOS ANGELO	AMPLA CONCORRÊNCIA
34	682	SIMONE FERREIRA SOARES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
35	671	SIMONE PEREIRA DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
36	77	SIRLEY APARECIDA MEIATO	AMPLA CONCORRÊNCIA
37	658	SONIA TEREZINHA DIAS DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA

38	94	STEFANY DE ARRUDA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
39	294	SUELI CARVALHO RICCI DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
40	563	SUELI DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
41	466	SUELLEN APARECIDA VIANA RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
42	676	TATIANE FARIAS ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
43	659	TATIANE SILVA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
44	240	TATIANI APARECIDA NASCIMENTO DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
45	74	TEREZA CRISTINA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
46	197	VANDA FREITAS HENRIQUE	AMPLA CONCORRÊNCIA
47	276	VANESSA MORENO DE ASSIS NOGUEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
48	434	VANIA REGINA DO PRADO VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
49	1010	VANILZA CONCEICAO DE FREITAS3	AMPLA CONCORRÊNCIA
50	799	VANUSA PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
51	670	VANUZE LEITE DE ARRUDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
52	776	VERA MARIA PEIXOTO DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
53	204	VERONICA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
54	612	VILMACI DA SILVA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
55	229	VIVIANE DA COSTA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
56	709	WALKIRIA DE LIMA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
57	944	WELITA DANIELE DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
58	895	ZILDA SOARES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM ZUMBI DOS PALMARES - EXTENSÃO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	326	CRISTIANA APARECIDA FRANCA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	278	HELENA SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	924	MIRIAM SOARES DE MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	853	ROSINEI CARMEM DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM JOÃO MARIA - ASSENTAMENTO JOÃO MARIA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	771	ANDREA GREGORIO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1080	EDINEIA LAURA FERREIRA CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	471	ELZIRA CONCEICAO DOS REIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	824	LUCIENE MOLINA DE SIMAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM SÃO BENEDITO - ASSENTAMENTO CABAÇAS			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	445	CLAUDIANE TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	48	ERIVALDO PATRICIO IZIDRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	890	JULIANA DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	690	LUANA TEIXEIRA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	64	LUCIENE DIAS DA SILVA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	214	MARIA APARECIDA TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	1033	MARIA DO CARMO SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA

8	942	SUELEN DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	15	THAIS SILVA DO ESPIRITO SANTO SERTÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	14	THATIANE DOS SANTOS MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM RAIMUNDA A. DE ALMEIDA LEÃO - DISTRITO NOVA FERNANDOPOLIS			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	865	AUCILEIDE RODRIGUES DOS SANTOS BENICIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	651	DYESSICA BRUNA CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	270	ELISABETE MELO EBLING	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	267	FABIANA APARECIDA JACOB COSTA MARTINS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	803	GEIJANE SANTANA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	606	GEUSA DA CONCEICAO TANAZIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	178	IOLANDA SILVA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	173	JHENIFER SOARES SILVA QUEIROZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	189	LAINÉ MARQUES DOS SANTOS ALMEIDA BERTÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	704	LUZINETE HORTENCIO DE BARROS MARIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	615	OZENIDE DA SILVA MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	492	PAULA MILENE PEREIRA LIMA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	630	PRISCILA FRANZIN DA SILVA CERQUEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	561	SOLANGE DE FATIMA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	115	WANESSA MOREIRA DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	752	ZENILDA RIBEIRO BARBOSA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM JULA PARÉ - ALDEIA UMUTINA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	37	GISLAINE PAULA DE CARVALHO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	801	RENATA VIEGAS FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	257	ROSANA DA SILVA MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	635	ROZINETE ZOIZOQUIALO AMAJUNÉPA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	200	TANIA MONZILAR PARIKOKUREU	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EE JOSÉ MARIANO BENTO - SALA ANEXA DA EM PROF.ª MARIA LILA COSTA DA SILVA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	147	HELENICE CONCEICAO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	130	MARIA HELENA TAVARES DIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1011	MARIA LOURENÇA DA DAVINA DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 08. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM CRIANÇA FELIZ - DISTRITO DE CURRUPIRA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	283	ANGELA MARIA CAMARGO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	344	BERENICE PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	394	EVA APARECIDA DA SILVA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	910	IVANETE PEDROSA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	768	JOACY PINTO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	622	KELEN AMARUZIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA

7	835	LIAMARA DA SILVA TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	436	LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	840	LUCIANE DA SILVA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	838	LUCINETE ENEDINA FERREIRA ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	731	MARIA CARMEM DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	943	MARLENE PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 08. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EMEI PROF.ª MARIA LILA COSTA DA SILVA - DISTRITO DE ASSARI			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	59	ADRIANA FERREIRA DA SILVA MORAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1003	ADRIANE CARINE GOMES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	199	ANA KELIS DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	930	ANA LUCIA MARQUES JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	345	BENEDITA MATIAS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	975	DAYANE CAROLINA BEZERRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	894	EDENILDA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	745	EDINEIA MARIA DA CUNHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	402	ELENI CLEIDE SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	555	ELIANA ESTER CRISTANTE MENDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	935	GILNAIR ALVES BATISTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	121	GISELE DA SILVA GONCALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	817	JANETE INACIO PEREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	825	JULIANA REIS FONSECA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	261	KEDMA SOARES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	153	LUCIMAR ALVES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	579	MARIA DE FATIMA FARIA PINHEIRO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	744	MARIA DORLI MOREIRA DE LIMA BERTOLDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	350	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	897	MARIA ROSA MENDES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	923	MICHELLY LEITE FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	285	NATALIA LARISSA GALLEGOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	485	ROSINEIDE DOMINGOS DE ALENCAR	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	573	SABRINA ANDRADE DE LIMA FELIX	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	517	SARA GABRIELE ALVES MONTEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	1005	SILVANA BEZERRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	1034	SILVANA FERREIRA DOS SANTOS ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 09. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - EM BOA ESPERANÇA (BURITI FUNDO)			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	132	ANA PAULA MAGALHAES COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	343	DINALVA ARAUJO DE CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	231	EDILEUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	604	ELIANE VIANA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	589	VITORIA ALAIDE MARQUES ROSENO	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 09. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO - 20H - SEDE/ZONA URBANA AEE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	408	ADRIANA LEITE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	800	ANA PAULA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	107	ANDRESSA DIONIZIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	827	CELIA GOMES DA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	597	ELISANGELA SILVA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	751	HELLEN KARLA SILVA MARTINS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	905	IRENY ANTONIA MARASSI FRANCA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	363	JOSIMAR SILVA ARAUJO NUNES	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	668	JULIANA FLAUZINO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	50	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	182	KARINA NATALIA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	1098	LUIZ GUILHERME DA CRUZ VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	837	MACILIA TAMIRES PRAXEDES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	609	MARCILEI DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	845	MARLENE ANGELA DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	58	PAULA DUARTE FONSECA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	192	SUELI CRISTINA CAMPOS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	367	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	1056	VANESSA CANAVARROS DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	854	VANUBIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	1046	YVES KLEVERSON ALVES DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 09. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: INSTRUTOR MUSICAL - ATÉ 40H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	649	GABRIEL VIEIRA BRANDAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	972	GUILHERME TURCHEN PADILHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	936	ISRAEL VICTOR DE OLIVEIRA DORILEO ROSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	1014	MATHEUS BISPO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 09. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: TÉCNICO EM LIBRAS			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	249	JUSCELINO SANTANA DE SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 10. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	44	CAROLINE MEDEIROS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	139	CATIA ARANTES CORREIA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	811	CLUZA ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	316	DELURDES FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	252	EDUARDO NATAL GERVASONE VILLELA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	948	ELISANGELA MOREIRA NERY	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	256	EUNICE JOSE DE ARRUDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	993	EVANDRO EUGENIO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

9	916	GISLAINE FORTUNATO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	919	GRASIELA OLIVEIRA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	541	JULIA GRACIELE DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	918	KELI BARBOSA RAIMUNDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	495	LARA RUBIA PEREIRA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	421	LAURO EVERSON CASASUS FIGUEIREDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	889	LEILA SEBASTIANA DE MESQUITA FRANCA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	1009	LICIANE PRATES DE LIMA CASTRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	949	LUANA FRANAVIA DE SOUZA PINTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	600	LUCIA HELENA DE JESUS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	536	MARCIA REZENDE DE SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	988	MARIA SUELY DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	159	RAFAEL HENRIQUE CARPANEZI	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	311	ROSANA ARRUDA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	342	SANDRA DOS SANTOS PIMENTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	470	VANIL ROMAO DE SENE	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	327	YARA OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	527	ZENI SCOLARI PASTRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 10. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	8	ERMELINDO APARECIDO SIMAO COELHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	422	MARCOS ANTONIO DE MEDEIROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	598	SEILA CONCEICAO DE CAMPOS REIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 11. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	546	ADRIANA SILVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	396	ADRYELLE SANAE JULIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	108	ANDREA LUCIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	928	ANTONIA DE SOUSA LIMA FILHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	102	DANIELA SILVEIRA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	129	EDIEL PEREIRA DE MACEDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	370	EDITE FIGUEIRO TORRES COUTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	167	EDSON DE SOUZA LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	627	ELIANE DA CONCEICAO SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	520	ELITON DA SILVA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	1092	ELODE GABRIEL GONCALVES SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	940	GILCINEY ROLING SOARES DE MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	1043	GLAUCILEIA DA SILVA NOBRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	778	JAILSON MANOEL PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	580	JOSE EDMILSON DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	145	JUSCINEIA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	633	LEIANE SUELLEM DA SILVA BORGES	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	558	LUDMYLLA SUELLEN WOLF OENNING	AMPLA CONCORRÊNCIA

19	177	LUZIA SILVA GONCALVES PONCE	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	861	MARCELA CRISTINA LINHARES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	380	NILBERTO ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	946	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	268	RICARDO SOUSA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	920	ROSIMAR PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	870	RUTH EVILLYN LIMA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	970	SABINO MANOEL DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	1089	THAIS GAMA RODRIGUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	169	WALDIMARA APARECIDA RONDON RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 12. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	567	ADAO JOSE MOREIRA PIRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	834	ADRIANO MANENTE	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	726	ALEKSANDR FERRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	156	ALINE PRISCILE DA SILVA LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	379	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA NETO	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	217	BIANCA DA SILVA ORTIZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	12	CAMILA NOGUEIRA DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	741	CHARLES DA SILVA LOPES	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	328	CLEYSON CAIQUE GHISLERI	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	453	DAFILLIN BIANCA RIBEIRO JOSETTI	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	657	DEOSDETE LINO FERREIRA DO ROSARIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	637	DEUZETE AMAJUNEP	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	1004	DIONE DUARTE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	55	DONIZETT PORTES BALDOINO JUNIOR	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	875	DOUGLAS MANZAN	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	40	EDER FRANKI AIRES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	931	EDIMAR MARCELO DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	644	EDIVANIA AUGUSTO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	1053	EDMAR PIRES FRANCISCO	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	264	EDVAN GOMES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	874	EURIPIO DA COSTA ARANTES	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	233	GIZELLY FERNANDES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	901	HEVELLYN ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	469	JACKSON ALVES FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	22	JAIR DA GAMA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	519	JAYSON FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	362	JHON WITTOR ARAUJO NUNES	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	287	JOACELMO BARBOSA BORGES	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	843	JOAO LUCAS SILVA FREITAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	937	JONATHAN RAFAEL OLIVEIRA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 13. LOCAL: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: BARRA DO BUGRES.			
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ATÉ 30H			

QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	29	JOSE MARIA DE MORAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	857	JOSE VINICIUS ARAUJO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	210	JUCELIA ADRIANA BERRENGUE VASCONCELOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	378	LARRIANE SILVA DO NASCIMENTO LOPES	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	113	LEANDRO OENNING DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	718	LETICIA DIAS DE BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	442	MARCIONE DIAS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	638	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MONTOLLO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	1071	MARCONDES DA SILVA NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	35	MARGARETE PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	251	MARIA APARECIDA MIRANDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	329	MARIA SEBASTIANE DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	706	MAURO AUGUSTO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	172	MAYRA FRANCO DE MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	450	RICARDO HENRIQUE SAMPAIO DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	368	ROSICLEIA DA SILVA BRAZAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	780	ROSILENE DA SILVA ANASTACIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	763	TEFERSON CRISTIAN DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	708	THAINE SUELLEN DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	785	THAIS CRISTINA MENEZES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	830	WALBER ROSSINI IVAN	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	419	WALESSON ANTONIO LEMES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	334	WANDERLEY SIMAO DE SOUZA SARDANHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	908	ZELIANE DUARTE DO AMARAL	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 01. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	331	ADRIANA DOS SANTOS ALMEIDA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	955	ALEXANDRO BASTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	898	ANDERSON PEREIRA DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	1066	DAMARES SOARES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	618	ENIO DA COSTA RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	628	EVERALDO MENDES RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	140	GISELE FREIRE COSTA BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	808	JEFERSON DOUGLAS FERREIRA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	269	JUCELIA ROSA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	1100	LAYANE APARECIDA DE ALMEIDA DE NOVAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	412	LEILIANE DOS SANTOS FAVALESSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	869	LUCIANA DA SILVA BARBOZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	406	LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MARTINS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	518	MEIRY CONCEICAO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	349	OSMAR CLEMENTE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	226	WESLLEN ANTONIO DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 02. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA - ATÉ 30H			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE

1	758	ADRIANA DA SILVA SANTIAGO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1022	AMANDA CASSIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1094	ANA PAULA MODESTO RIBEIRO CONTRERA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	968	ANTONIO ALVES DANIEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	149	CARLA DA SILVA VENANCIO GOMES	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	568	CICERO NUNES FELIX	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	569	CLESIA DE ANDRADE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	738	IVONETE RAMALHO PICCOLI	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	820	JANE CANDIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	767	JOSEFA AUGUSTINHO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	424	JOSE FERNANDES NETO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	711	LUCIENE DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	996	ROSANGELA MENDES BORGES ERMITA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	447	SAMARA PINTO SAMPAIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	832	SELMA LIMA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	1072	SUELEN SILVA DE OLIVEIRA BISPO	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	347	THAYNARA DA SILVA BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	464	TIAGO GONCALVES BATISTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	599	VIVALDO ANJOS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 03. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - EM JOÃO MARIA - ASSENTAMENTO JOÃO MARIA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	939	ANA CAROLINA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	883	ANA ELIDIA MACIEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	846	APARECIDA ELOIZA SILVA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	289	CLAUDETE DOMINGAS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	734	GILAINE ROQUE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	629	GISLAINE SILVA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	903	KAUANNE MIRELLA SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	791	KEMILY MILLENA SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	49	LUIZA RONDON DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	891	MARIA AMBROZINA MACIEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	537	MARIA EDUARDA MACIEL DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	1038	MARIA LARISSA DOS SANTOS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	947	PAMELLA BENTO ESTEVES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	626	RUTE RONDON DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	1036	THAYLA DA CRUZ ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 03. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - EM SÃO BENEDITO - ASSENTAMENTO CABAÇAS			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	56	EDNEIDE MARIA PATRICIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1076	FLAVIA SANTOS LIMA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	481	JANAINÉ CRISTINE MARTINELLI	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	1002	LIUZIANE SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	1075	LUCINEIA SILVA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA

6	61	MARIA DAS NEVES DO NASCIMENTO COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	465	MARIA JOSE DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	420	SIRLENE DA SILVA TORRES LOBO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 04. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	677	ADRIANA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	652	ADRIELLE VITORIA OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	163	ADRIELLY DA SILVA BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	36	ADRIELLY DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	715	ALDICLECIA ANDRADE MARTINEZ DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	83	ALESSANDRA RODEIGUES XAVIER TORRES ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	114	ALIANI NUNES DE ASSIS CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	462	ALICE MARCIA BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	829	ALINE DA SILVA RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	770	ALINE DE ALMEIDA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	262	AMANDA FERREIRA PADILHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	75	ANA BHEATRIZ DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	162	ANALICE APARECIDA SANTANA FALANQUI	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	274	ANA PAULA VALVERDE DA SILVA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	723	ANDREIA RIBEIRO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	460	ANDREIA TIBURCIO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	742	ANGELA CRISTINI PICCOLI	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	501	APARECIDA DE ARRUDA PEDROSO	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	906	APARECIDA FABIA SARAIVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	695	ATAIS DE CAMPOSPEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	974	ATAZIA PEREIRA NEVES FEITOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	18	AYLA THAUANNE MELO PAULINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	291	AZITA MATILDES BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	308	BERMINA SANTOS ROMAN	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	234	BRUNA ANDRADE BATISTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	819	BRUNA FERNANDA FERREIRA TESTE	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	212	CAMILA DO ESPIRITO SANTO JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	850	CARLA MARA DOS SANTOS VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	141	CELESTE DANTAS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	448	CLAUDIA FERREIRA TORRES	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 05. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	78	CLAUDIANE UAPODONEPA BOROPONEPA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	507	CRYSLANE PATRICIA AMORIM DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	238	DAIANE DIAS DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	724	DAIANY MARCELINA RODRIGUES DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	512	DAMIANA SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	161	DANIELLE ALMADA	AMPLA CONCORRÊNCIA

7	986	EDMARA SILVA LUIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	179	EDUARDA SILVA PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	666	ELENIR SALES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	1079	ELISSANDRA DA SILVA CAMPOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	1031	EMILLY KAMILA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	933	ESTER DE MOURA DIOGO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	900	FERNANDA APARECIDA SANTANA DE CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	80	FERNANDA BOLANDIN DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	17	FERNANDA CARVALHO DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	665	FLAVIA CAROLINE RODRIGUES URTADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	757	FLAVIA LAZARETI LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	655	FRANCIELY MAMEDES DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	716	GEISIANE MORAES DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	253	GEOVANIA GABRIELLE ARAUJO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	896	GISELI ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	128	GLEICE NATANNA MACEDO VENTURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	24	HALLANA MARTINS TAQUES MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	510	HITSNEIA SOUZA SANDRI FRANCISCO	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	992	IARA TEIXEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	188	INGRID IZABEL CHAGAS FURTADO FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	7	IRACELMA DA SILVA RONDON	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	134	IRACI DA SILVA RONDON	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	753	ISLAYNE MARIA DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	131	IVANETE AMARO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 06. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	176	IVANILDES DE CAMPOS MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	92	IVANIL SILVA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1103	IVONETE COSTA DE BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	1097	JAQUELINE MARA FERREIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	150	JAQUELINE RIBEIRO ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	51	JESSICA MARQUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	913	JESSICA MOARES DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	954	JOCEMARA AMARAL	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	195	JOCIMARA DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	847	JORDHANNA LUIZA DA SILVA BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	112	JOSCILEIA TEIXEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	282	JOSIANE BUENO RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	125	JOSICLEIA LOPES DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	688	JUCILEIDE BARBOSA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	180	JUCILENE PEREIRA FERREIRA DE ARRUDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	290	JULIANA CORREIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	203	JULIANA NASCIMENTO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	965	KARIANE APARECIDA DA SILVA LIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA

19	777	KAROLAYNE SILVA JOSETTI	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	750	KATIA APARECIDA MATOS DA SILVA FEITOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	39	KEVILY KAMILI DOS SANTOS GONCALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	636	LAUDECEIA VIEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	1029	LILIAN CRISTINA SANTOS DA CUNHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	301	LILIAN NASCIMENTO SUQUERE	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	1052	LINDALVA JOANA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	34	LIS REBECA ROLDAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	250	LUANA DE OLIVEIRA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	576	LUANA MIRANDA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	298	LUANA PRATES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	254	LUCIANA FERREIRA MANOEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	25	LUCIANA MARIA BORTOLUZZI	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1074	LUCIENE PAULA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	300	LUCI GLEIDE SOARES DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	710	LUCILENE LIMA ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	67	LUIZA DA SILVA RONDON	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	909	LUZIA ALVES DOS PASSOS OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	736	LUZIA APARECIDA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	548	MAGDA FALANQUI PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	417	MARCILENE DESTRO ZANARDI CALADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	705	MARIA ANDREA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	100	MARIA BATISTA SOUZA LOURENCO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	186	MARIA CICERA ANDRE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	232	MARIA DA SILVA RONDON	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	307	MARIA EDINA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	183	MARIA JUCIMARA DE ARRUDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	921	MARIA PAULA DA SILVA POLLASTRINI	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	1041	MARIA SAMIRA DOS SANTOS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	353	MARIA VITORIA COSTA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	927	MARTA DA SILVA RONDON	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	275	MAYARA PEREIRA DOURADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	171	MEIRE REZENDE DE SOUSA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	554	MICHELE DAIANE DE LIMA GOMES	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	318	MICHELLY NUNES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	110	MYLLEN CRISTINA HOEPPERS BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	584	NOEMI SAMIRA FERREIRA DA SILVA ANDRADE	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	288	ONESILAINE ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	181	PAMELA ANACLETO POLETINI	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	964	PRISCILA FIGUEIREDO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	842	RAQUEU DA COSTA BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	198	RENATA DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 08. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	201	RENATA SANTOS DOURADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	245	ROSANGELA CRISTINA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	730	ROSANGELA PEREIRA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	425	ROSE DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	101	ROSELI DA CRUZ CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	912	ROSINETE CAMPOS RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	497	SANDRA PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	701	SANMILA THAIS DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	279	SHIRLEY DE OLIVEIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	393	SILEI RONDON SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	351	SILMARA SILVA LAZARETI	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	479	SILVANE MARTINS ARRUDA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	384	STHEFFANY CHRYSLLA COELHO BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	152	THAINA TAVARES MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	590	THALITA MIRANDA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	664	THAYANI DA SILVA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	468	VALDIJA SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	833	VITORIA RODRIGUES QUINA	PCD
19	221	WELLYDA FABIANA DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 08. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 20H - EMEI PROF.ª MARIA LILA COSTA DA SILVA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	532	ALICIA MARTINS IZIDIO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	120	ERICA MANOEL DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	265	IZAURA MRIA VIANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	795	JOSILENE DO NASCIMENTO SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	399	LUCIMAR DA GAMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	602	MARIANA DE CARVALHO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	880	MARINES DOMINGOS DE ALENCAR	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	907	NAIR DE MACEDO ALENCAR	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	467	NEUZA GABRIELLY SILVA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	1102	VITORIA OLIVEIRA DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 09. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL JÚLIO MÜLLER			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO - 40H - EE JOSÉ MARIANO BENTO SALA ANEXA DA EM BURITI FUNDO			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	202	ALEX FLAVIANO DENIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	259	DORVALINO RODRIGUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	340	ELIVELTON BARBOSA BEZERRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	871	EUZIMAR GONCALVES DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	860	IZAIAS FERREIRA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	106	LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	879	MANOEL FERREIRA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	855	MARCELO BENTO INOCENCIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	297	MATHEUS HENRIQUE DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

10	317	WENDRIL DZIOMBRA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 01. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	693	ADRIANA DOS SANTOS NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	456	ADRIELLI CARVALHO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	397	ALDAIZA VIEIRA DE SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	802	ALEXSANDRA GUARINO DE SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	491	ALICIA RIBEIRO DA SILVA CHAVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	371	ALINA JOSE DE PAULA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	534	ALINE DO ROSARIO MAGALHAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	474	AMANDA APARECIDA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	415	AMANDA PRAZERES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	956	ANA CAROLINE OLIVEIRA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	524	ANA PAULA BENTA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	455	ANDREIA PEREIRA SEVERINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	459	ANGELA MARIA CHIAVELI DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	769	ARIADNY HERNANDA DE JESUS SOUSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	669	ARIANA PAULA TRAJANO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	194	ARIANE FELIX FAUSTINO ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	332	ARIANE FERREIRA PEDRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	205	ARIELLE RAISSA DE OLIVEIRA LUIZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	525	BARBARA CAMILA MACEDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	783	BARBARA GENOVEVA OLIVEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	372	BEATRIZ OLIVEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	1078	BEATRIZ REGINA FERNANDES FARIA MELO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	934	BRUNA DOS SANTOS FREITAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	766	CAMILE DIVINA MARQUES DA COSTA MENDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	559	CAMILE SILVA SANTANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	570	CARISIA ARANTES TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	797	CLEIDE BATISTA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	583	CREMAIR LOPES LIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	987	CRISLAYNE ESTER DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	539	DAIANE FIDELIS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 02. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	1015	DEBORA ALMEIDA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1099	DEIRILAINE VERNEQUE DIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	991	EDIMARA DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	530	EDJAINÉ RIBEIRO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	490	ELAINE DA GAMA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	566	ELESSANDRA DA SILVA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	932	ELIZABETH ALVES FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	562	ELIZABETHE VIEIRA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA

9	382	ELIZANGELA RIBEIRO DE JESUS QUINTINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	1069	ELLEN KETZEN SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	321	ERICA RIBEIRO DE JESUS MENDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	522	EUNICE SOARES DE FARIAS	PCD
13	1049	EURIDES ANDRE DA SILVA ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	391	FABIANA RODRIGUES DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	440	FATIMA APARECIDA BARBOSA OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	369	FELIMARI RHAANY LIMA DE SALES	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	727	FRANCIELE DA SILVA RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	876	FRANCIELE DE SOUZA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	444	GABRIELLE ROCHA VUNJAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	712	GEOVANA CARLA DA SILVA GHISLERI	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	528	GERLANE MARIA GOMES DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	544	GIOVANNA CLAUDINO DE SOUSA FARIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	1050	GISELE SILVA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	864	GONCALINA DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	722	HAVANY THANINNE DOS SANTOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	759	HAYSSA CARLA DA SILVA GHISLERI	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	881	HELENA DE PAULA GOMES	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	1024	HEMILLY JANICE DE SOUZA FARIA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	755	IARISSA APARECIDA MARCELINO DE PINHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	747	ILZA BASTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 03. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	411	ILZA FERREIRA DA COSTA LENK	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	823	INGRID MICAELA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	782	IRACI DE SOUZA DE ASSIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	454	ISABELA CRISTINA SILVA RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	694	IVONE COSTA ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	719	IZABELA DE MOURA DIOGO DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	1055	JANAICE DA SILVA BORGES	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	322	JANAINA DE LIMA NEVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	1059	JANINE SOARES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	414	JAQUELINE DA CONCEICAO ALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	685	JAQUELINE DE OLIVEIRA MUNIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	1058	JEANE DA SILVA MENDONCA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	877	JESSICA FERREIRA CAZELI	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	739	JESSICA MARIA DE OLIVEIRA GOMES SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	71	JHENIFFER KAROLINE PEREIRA COELHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	885	JOANA MARIA PAIXAO DE SANTANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	418	JOCILDA DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	792	JOSEFA ALVES DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	1044	JOSELINA EVA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	809	JOYCE MARCELA SANTOS CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

21	702	JOZIANE CRUZ DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	446	JULIA BARBARA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	867	JULIA DINEUZA PRENZLER DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	836	JULIA DOS SANTOS LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	1085	JULIANA ANA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	431	JULIANA CRUZ DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	728	JULIANA FLORENCIO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	1027	KAMYLE SILVA MENDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	922	KAREN CRISTINA DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	917	KAROLINE TAINARA MARTINS FERNANDO	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 04. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SE-DE/ZONA URBANA

QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	781	KESIA DE JESUS DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	346	KESIA NASCIMENTO DA SILVA DE ALBUQUERQUE	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	443	KIMBERLY ARIANE SANTOS FIGUEIREDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	403	LAISA BISPO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	779	LUANA BENEDITA BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	610	LUCENIL PINTO DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	381	LUCIANA FRANCISQUETTI DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	493	LUCILENE SOARES DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	623	LUCIMARA DA SILVA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	605	LUZIA CONCEICAO DE FREITAS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	815	LUZIA DE FATIMA ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	476	MAIRA SOARES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	804	MANOELINA OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	872	MARIA APARECIDA BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	614	MARIA CAROLAYNE SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	851	MARIA CLARA FARIA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	673	MARIA EDUARDA MELO COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	596	MARIA FERREIRA DE LUCENA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	1018	MARIA FRANCISCA DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	740	MARIA GIZELE SANTANA BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	737	MARIA JAQUELINE DA SILVA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	969	MARIA JOSE BISPO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	1045	MARIA LIDIANE DOS SANTOS SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	707	MARIA VITORIA DA SILVA ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	1048	MARINILDA BISPO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	650	MIKAELLY JHOICY BARBOSA SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	571	MIRIA DOS SANTOS PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	786	MIRIAM DA SILVA SOUSA DE CASTRO SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	358	MIRIAM GONCALVES	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	593	MIRIAN MARIA DELIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 05. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SE-DE/ZONA URBANA

QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	325	NARA DAIANY RODRIGUES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	348	NATALINA DE FATIMA DE MESQUITA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	429	NATASHA AGUIAR LORENCONI	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	661	NAYARA DA SILVA LAZARETI	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	482	OZANA AMANCIA LEITE	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	773	PAULINA DOMINGAS BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	387	RAQUEL CORREA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	1051	RITA DE CASSIA DOS SANTOS DIONIZIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	557	ROSEANE BRAZ DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	1073	ROSENICE BENEDITA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	756	ROSICLEIA TESTE DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	386	ROSINEI PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	760	SANDRA DE OLIVEIRA FRITZEN	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	398	SANTA MACEDO DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	911	SARAH GOMES PEREIRA MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	698	SARAH RADASSI SANDRI	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	1067	SEBASTIANA DA SILVA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	902	SIBELE APARECIDA CONCEICAO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	822	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS PELENTIR	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	979	SIMONE ALVES SILVESTRE CALACIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	533	SIMONE SOUZA SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	545	SIMONI DE LIMA FREIRE	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	859	SONIA GALFI CORREA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	733	SONIA MARTINS DE ALBUQUERQUE FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	848	SUELI CRISTIANI GERVAZONI	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	798	SUSAN NUNES DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	660	SUZANA RODRIGUES RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	117	TAMIRES ALBERTINA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	435	TANIA LUDOVICO BARBOSA	PCD
30	1026	THAISA SILVA AZEVEDO	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 06. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 30H - SE-DE/ZONA URBANA

QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	796	THAMIRIS SILVA DO ESPIRITO SANTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	684	THAUANY MILI MORAES PEDROSO	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	319	THAYNAN DA SILVA BERNARDO SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	729	VALDENI ALVES SOARES	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	355	VANESSA ROSSA MENDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	1030	VIMILLA SELLENNALVES RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	978	VITORIA SILVA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	1023	YASMIN DA SILVA ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	543	ZELVANIRA DA SILVA ROTEIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA

SALA 06. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA

QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
------	-----------	------	------------

1	547	ACHTTA ANGELA OLIVEIRA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	235	ADRIANA BATISTA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	844	ADRIANA CAMPOS LEITE	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	184	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	266	ADRIANA SANTANA BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	104	ALESSANDRA ALVES LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	1101	ALICE DEBORA OLIVEIRA MONTEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	42	ALICE SANTOS FALANQUI	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	990	ALINE CORREA COSSO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	69	ALINE MARIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	339	ALINE MARIA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	642	AMANDA LUIZA ROMAO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	175	AMANDA SUELLY DE CAMPOS MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	126	ANA LUIZA DA SILVA PIRONEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	892	ANA MARIA DE MACEDO ANTUNES	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	484	ANA PAULA MAMEDES DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	938	ANA VICTORIA DE OLIVEIRA ROSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	220	ANDREIA DA SILVA RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	160	ARIELLEN VITORIA OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	486	BEATRIZ VIEIRA DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	1047	BENEDITA JOELMA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 07. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	70	BIANCA PEREIRA CALIXTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	360	BRUNA MARTINS COTRIM DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	313	CAMILA DA COSTA LENK	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	286	CAMILA FERREIRA DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	868	CINTIA SPOLIDORO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	914	CLAUDICEIA MARIA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	951	CRISLAINE HORTENCIO DE BARROS	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	634	CRISTIANE SILVA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	225	CRISTILAINE ALMEIDA DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	68	DAIANE RODRIGUES DE ARAUJO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	359	DAIANE SCHLEICHER MOTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	144	DAYSE ISABEL FIALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	127	DENISE CORREIA DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	714	DIONE DE CAMPOS MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	774	EDUARDA DOS SANTOS OENNING	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	621	EIDILENE GONCALVES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	793	ELANE RIBEIRO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	124	ELIANE MARIA DE AMORIM RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	122	ELIDA LUARA DE FARIA FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	691	ELINEIA DIOGO DE PAULA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	941	ELIZA AMELIA MARTINS ROMAO	AMPLA CONCORRÊNCIA

22	158	ELIZANDRA DA SILVA CUSTODIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	23	ELIZETE TEIXEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	613	EMILLI TAIANE GOES RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	514	EMYLLY RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	1060	ERIELLE DOS SANTOS PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	1013	EVA DOS SANTOS MODESTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	653	FABIA MARIANA BENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	16	FABIOLA CARVALHO DA CONCEICAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	26	FATIMA DA SILVA FLORENCIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 08. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	449	FERNANDA BENITES DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	508	FERNANDA VIANA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	277	FLAVIA APARECIDA BEZERRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	1020	GABRIELA DE BRITO DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	137	GABRIELLI TANINATO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	807	GABRIELLY DO PRADO RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	5	GABRIELY PEREIRA LEITE	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	775	GIOVANA ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	111	GISELE APARECIDA ALVES POLIZEL	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	211	GRAZIELY FERREIRA DE MARCHI	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	540	IRENE PESSOA SILVA PONCE	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	338	ISABELA EDUARDA DA SILVA FERNANDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	164	ISAMARA ALVES ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	119	IVAN DO NASCIMENTO PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	230	IZABELLA ALVES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	478	JAINE MACEDO SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	310	JAMILLY ISABELA GOMES FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	1064	JANAINA ASSUNCAO FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	529	JANAINA DA GAMA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	1096	JANETE DE OLIVEIRA CHALEGRA ERMITA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	45	JANINE ESTEFANE BITTANCOURT	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	1012	JAQUELINE FERREIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	364	JHENIFFER LUANA DA SILVA TURCHEN	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	373	JOCINEIDE FRANCISCA DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	743	JOSENILDA DOMINGOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	165	JOSIANE DE ARRUDA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	341	JOSIANE GONCALVES TIBURCIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	717	JOSILAINE DA GAMA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	735	JOSIMARA APARECIDA DA COSTA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	619	JOSY ALVES AGAPITO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 09. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE

1	632	JULIA KELLY SILVA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	1057	JULIANA DE SOUZA SOARES	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	405	JULIANA SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	958	KALIANNY SANTOS DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	828	KARINE GRANGEIRO DA SILVA LANSANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	10	KARIZIA GABRIELA DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	1077	KARLA RIZIA ZOCAL DE ANDRADE	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	523	KATYELLY EVANGELISTA DE PAULA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	361	KELLY ANDRESSA DE JESUS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	247	LAIS LIMA ARANTES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	90	LARISSA APARECIDA FERRAZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	87	LEIDIANE DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	312	LEIDIMARA KUPODONEPA CALOMEZORE	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	273	LEIDINEIA KUPODONEPA CALOMEZORE	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	929	LETICIA GABRYELLY DIONIZIO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	952	LETICIA HELLEN SANTOS DA CUNHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	1104	LO AMI MARIA DORES	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	366	LOYANE ALVIM RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	654	LUCELIA DE ARAUJO PEREZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	84	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	504	LUCILENE DA SILVA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	236	LUZIA DA SILVA ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	700	LUZINETE ALVES DA CRUZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	953	MAILZA LOPES DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	962	MAIRAM PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	1025	MARCIA APARECIDA DE ARRUDA SANTOS CUNHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	959	MARCIANE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	97	MARCIANE LIMA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	209	MARIA EDUARDA PEREIRA DUARTE	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	154	MARIA ELENICE RODRIGUES DE BRITO VIEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 10. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	228	MARIA JENIFFER DA SILVA JUVINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	65	MARIA JOSE DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1017	MARIA VALDIRA E SILVA ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	675	MARILZA VIEIRA CORREIA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	390	MARINETE SANTOS DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	754	MARIUCE CARLA DA SILVA BORGES	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	565	MICAELLE FREITAS DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	93	NATALIA CORREIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	683	NATALIA CORREIA MAGALHAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	560	NATHANAELI KELLA GOMES	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	713	NEIVA PESSOA DE FREITAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	997	NILHIAN CUNHA DE AMORIM	AMPLA CONCORRÊNCIA

13	423	NIVIA PATRICIA CLAUDINA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	608	NUBIA MONTEIRO SERTAO	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	472	NYCOLLY MONTEIRO BEZERRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	335	PAMELA KAROLINA DA SILVA JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	1068	PATRICIA BARBOSA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	506	PATRICIA COSTA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	157	PAULINA BATISTA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	118	RAFAELA ALVES DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	284	RAMIZA ALVES SANTOS DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	994	RAQUEL PEREIRA RAMOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	542	REGIANE KELLY FERREIRA MARTINS	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	213	REGIELE DE CAMPOS POLIDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	925	ROSIANE PONCE	AMPLA CONCORRÊNCIA
26	980	ROSIMEIRE APARECIDA DA GUIA LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
27	945	SELMA REGINA SILVA DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
28	62	SILMARA FERREIRA CAMPOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
29	138	SILVANA LIDIA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
30	91	SIMONE DE BRITO COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 11. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - FEMININO - 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	1082	SORAIDE RODRIGUES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	146	SUZANA DA SILVA FERREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	1040	THAISSA SOUZA LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	458	THAIS TAVARES MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	963	VALQUIRIA FERREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	581	VANESSA COSTA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	11	VIVIANE DO NASCIMENTO IZIDRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 11. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO 40H - SE-DE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	749	ABNER GONZAGA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	856	ALEXANDRE DO PRADO SILVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	28	ALEXANDRE GONCALVES DIAS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	553	ANDERSON CRISTIANO DA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	170	ANDRE LUIZ DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	404	ANDRE TAVARES SANTANA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	1028	ANTONIO CARLOS MACHADO	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	1093	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	818	CAIKE ROMAO DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	966	CARLOS AUGUSTO FARIA TEIXEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	461	CORACY BETONI SILVA JUNIOR	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	432	CRISTIAN MARTINS DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	995	DANIEL KENIO DE FRANCA GRANJA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	389	DANIEL LADEIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA

15	1084	DANILO HENRIQUE DE FRANCA MOREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	535	DENZEL FABRICIO MOREIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	641	EDIVAN DE SOUZA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	1070	EDSON DA SILVA SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 12. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO 40H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	500	EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	143	EDUARDO COSTA BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	839	ELIAS GERMANO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	594	ELVIS EGUES LARA	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	692	ERI JHON CARVALHO LOPES	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	314	FELIPE EDUARDO CAMARGO PEDROSO DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	577	FERNANDO COSTA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	103	GABRIEL PEREIRA DE ABREU	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	41	GILSON SABINO DO CARMO SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	884	GUILHERME DOS ANJOS SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
11	6	GUILHERME FONTES EUGENIO DE MORAES	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	794	HAGLEY HITOSHI DEMARCHI HARAMI	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	401	HEDER ARRUDA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	357	HENRIQUE MIRANDA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	662	IGOR ELISIARIO FAGUNDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	999	IGOR VINICIUS DIOGO	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	155	JADIEL MIQUEIAS NUNES SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	765	JAILTON JOSE SANTOS DE LIMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	457	JERSON MENDE DE CARVALHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	516	JOHN ERICK DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	983	JOSEF PEREIRA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
22	689	JOSE PEDRO DA SILVA FILHO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23	354	JULIANO MARTINS VIANA DE MOURA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24	400	LEOMAR UAPODONEPA BOROPONEPA	AMPLA CONCORRÊNCIA
25	142	LUCAS EDUARDO DIAS DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
SALA 13. LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ALFREDO JOSÉ DA SILVA			
CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - MASCULINO 40H - SEDE/ZONA URBANA			
QTD.	INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
1	96	LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	772	LUCIANO ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	46	LUIZ AUGUSTO GONCALVES SALES NOGUEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
4	862	MAIKON DOS SANTOS DE JESUS	AMPLA CONCORRÊNCIA
5	1032	MARCO MACIEL PALMIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
6	1035	MARQUES PINHEIRO PEDROSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	86	MATHEUS HENRIQUE DO CARMO MACEDO	AMPLA CONCORRÊNCIA
8	746	ORLANDO PICCOLI	AMPLA CONCORRÊNCIA
9	1065	RAFAEL FELIX DE ARAUJO	AMPLA CONCORRÊNCIA
10	438	RAFAEL ICARO QUEIROZ SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

11	1095	RENAN CEBALHO RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	241	RENATO CONCEICAO DO NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
13	679	RUBENS DIOGO DE PAULA	AMPLA CONCORRÊNCIA
14	215	RUI CONFESSOR BARBOSA	AMPLA CONCORRÊNCIA
15	227	SILAS DE SOUSA CABRAL	AMPLA CONCORRÊNCIA
16	85	THIARLES KRAMER BOREL	AMPLA CONCORRÊNCIA
17	973	VINICIUS APARECIDO SILVA VAINER	AMPLA CONCORRÊNCIA
18	595	WELINGTON GREGORIO DE SOUZA	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	13	WILKER GELEARD ALVES DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
20	30	WWILKER FRANCISCO DOS SANTOS	AMPLA CONCORRÊNCIA

Barra do Bugres, 19 de dezembro de 2023.

Prof.ª Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

Monica Maria Furlan

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Portaria nº 038/SMEC/202

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:12/2023

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:12/2023, conforme o artigo 25, Inciso II, da Lei nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para contratação da empresa **BRUTO MEMO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** inscrita no CNPJ nº43.998.179/0001-20, representanteda **“DUPLA BRUNO & BARRETO” PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2023**, VISANDO SUA CONTRATAÇÃO PARA PARTICIPAR DAS **“FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DE BARRA DO BUGRES/MT”**, com o valor correspondente a **R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS), PARA 01 (UMA) APRESENTAÇÃO**. Informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023.

Margarida Bernardino da Silva

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:11/2023

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:11/2023, conforme o artigo 25, Inciso II, da Lei nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para contratação da empresa **DINIZ ENTRETENIMENTO LTDA** inscrita no CNPJ nº 14.241.577/0001-08, representanteda **“DUPLA BRENNO REIS E MARCO VIOLA”**, VISANDO SUA CONTRATAÇÃO PARA PARTICIPAR DAS **“FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DE BARRA DO BUGRES/MT”**, com o valor correspondente a **R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), PARA 01 (UMA) APRESENTAÇÃO**. Informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023.

Margarida Bernardino da Silva

Comissão permanente de licitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO DO
PROCESSO LICITATÓRIO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº02/2023**

O município de Barra do Bugres – MT, torna público o **RESULTADO** do procedimento licitatório modalidade - **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº02/2023**, que temo objeto a **CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) UNIDADES HABITACIONAIS DO TIPO “A”, E 02 (DUAS) UNIDADES HABITACIONAIS DO TIPO “B” NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DEP. RENÊ BARBOUR I, QUADRAS 8 E 9 - BARRA DO BUGRES/MT - COORDENADAS: LAT: 015°03'34.81" S, LONG. 057°11'8.79" O, TOTALIZANDO UMA DIMENSÃO DE 10.000 M² PARA ATENDER O TERMO DE CONVÊNIO Nº 0046-2023/SINFRA/MT. Licitante vencedor: CLEBER SANTANA DE MORAES LTDA inscrita no CNPJ nº.20.993.404/0001-30 que apresentou proposta no valor global de **R\$6.687.055,95 (Seis milhões e seiscentos e oitenta e sete mil e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)**. Informações no departamento de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic ou 65-3361-3868.**

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023

MARGARIDA BERNARDINO DA SILVA

Comissão Permanente de Licitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.:13/2023**

O município de Barra do Bugres - MT, torna público à Inexigibilidade de Licitação nº.:13/2023, conforme o artigo 25, Inciso II, da Lei nº.:8.666/93 e alterações posteriores, para contratação da empresa **ERRE SOM PRODUCOES E EVENTOS**, inscrita no CNPJ nº 30.372.904/0001-09, **VISANDO SUA CONTRATAÇÃO PARA PARTICIPAR DAS “FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DE BARRA DO BUGRES/MT”, com o valor correspondente a R\$ 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS), PARA 01 (UMA) APRESENTAÇÃO.** Informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 19 de dezembro de 2023.

Margarida Bernardino da Silva

Comissão permanente de licitação

**GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.634/2023**

LEI MUNICIPAL Nº 2.634/2023

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Barra do Bugres – MT, para o Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Barra do Bugres/MT, para o Exercício Financeiro de 2024 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 241.711.115,17 (duzentos e quarenta e um milhões, setecentos e onze mil, cento e quinze reais e dezessete centavos), conforme discriminados nos anexos integrantes desta Lei, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo os órgãos e entidades da Administração Direta, seus fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, cujas ações sejam relativas à Saúde e à Assistência Social;

Parágrafo único. Do montante fixado no Orçamento da Seguridade Social a parcela de R\$ 13.300.000,00 (treze milhões e trezentos mil reais) será custeada com recursos oriundos do Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO II

DA PREVISÃO DA RECEITA

Artigo 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES	172.447.955,39	4.316.000,00	176.763.955,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.278.495,86	0,00	24.278.495,86
Contribuições	998.939,45	4.240.200,00	5.239.139,45
Receita de Patrimonial	1.292.591,00	5.800,00	1.298.391,00
Receita de Serviços	5.575.925,00	0,00	5.575.925,00
Transferências Correntes	138.735.954,08	0,00	138.735.954,08
Outras Receitas Correntes	1.566.050,00	70.000,00	1.636.050,00
RECEITA DE CAPITAL	71.106.400,00	0,00	71.106.400,00
Operações de Crédito	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00
Alienação de Bens	300.000,00	0,00	300.000,00
Transferências de Capital	55.806.400,00	0,00	55.806.400,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	8.984.000,00	8.984.000,00
Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias	0,00	8.984.000,00	8.984.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-15.143.240,22	0,00	-15.143.240,22
Deduções de Transferências Correntes	-15.143.240,22	0,00	-15.143.240,22
TOTAL GERAL	228.411.115,17	13.300.000,00	241.711.115,17

CAPÍTULO III**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Artigo 3º - A despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros órgãos, categoria econômica, funções e programas integrantes desta lei, com os seguintes desdobramentos:

I – Despesas por Órgão da Administração:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	5.836.645,88		5.836.645,88
Gabinete do Prefeito	2.651.371,56		2.651.371,56
Controladoria Geral de Controle Interno	1.316.601,70		1.316.601,70
Procuradoria Geral do Município	2.028.945,00		2.028.945,00
Secretaria Municipal de Governo	690.000,00		690.000,00
Secretaria Mun. de Finanças	10.912.579,00		10.912.579,00
Secretaria Mun. de Plan., Orçamento e Controle	2.060.000,00		2.060.000,00
Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Desporto	50.778.410,31		50.778.410,31
Secretaria Mun. de Saúde		55.291.257,42	55.291.257,42
Secretaria Mun. de Assistência Social		14.212.854,94	14.212.854,94
Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo	3.698.000,00		3.698.000,00
Secretaria Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos	66.915.625,13		66.915.625,13
Secretaria Mun. Agricultura e Desenvolvimento Sustentável	5.586.874,00		5.586.874,00
Secretaria Municipal de Administração	6.431.950,23		6.431.950,23
Fundo Municipal de Previdência Social		13.300.000,00	13.300.000,00
Total da Administração Direta	158.907.002,81	82.804.112,36	241.711.115,17

II – Despesas por Categoria Econômica

DESCRIÇÃO	TOTAL
Despesas Correntes	158.695.243,67
Despesas de Capital	72.970.225,62
Amortização da Dívida	3.000.000,00
Reserva de Contingência	1.209.000,00
Interferências	5.836.645,88
ORÇAMENTO TOTAL	241.711.115,17

III – Despesas por Programa de Governo:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Processo Legislativo	5.836.645,88
Administração Superior	2.636.371,56
Gestão do Planejamento de Governo	2.060.000,00
Gestão Administrativa	28.326.521,93
Controle Financeiro	6.720.579,00
Desenvolvimento Agrícola E Pecuária	5.586.874,00
Abastecimento de Água	5.424.330,13
Esgotamento Sanitário	7.500.000,00
Covid 19	276.598,00
Manutenção do Ensino Fundamental	8.659.083,58
Manutenção do Ensino Infantil	6.592.206,00
Gestão do Sistema de Educação	1.483.472,00
Desenvolvimento do Esporte	2.482.651,53
Gestão do Sistema de Cultura do Município	1.725.303,37
Fundeb	29.835.693,83
Atenção Básica	7.491.309,64
Média e Alta Complexidade	39.212.859,43
Vigilância em Saúde	1.286.291,04
Assistência Farmacêutica	1.329.302,05
Vigilância Epidemiológica	345.939,00
Gestão da Saúde com Qualidade	5.348.958,26
Atenção a Criança e ao Adolescente	734.700,00
Desenvolvimento Social	85.000,00
Habitação para Todos	6.854.000,00
Gestão do Sistema de Indústria, Comércio	1.301.500,00
Gestão do Sistema de Assistência Social	4.906.836,00
Desenvolvimento do Turismo	1.410.000,00
Preservação do Meio Ambiente	470.000,00
Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	16.500,00
Proteção Social	1.632.318,94
Cidade Limpa	1.396.600,00
Cidade Bonita	1.550.914,45
Malha Viária Urbana	11.289.600,00
Serviços Funerais	242.000,00
Gestão do Sistema de Infraestrutura Rural e Urbana	13.017.933,11
Malha Viária Rural	7.171.222,44
Segurança Pública	400.000,00

Operações Especiais	5.171.000,00
Previdência Municipal	13.300.000,00
Reserva de Contingência	610.000,00
TOTAL	241.711.115,17

Art. 4º - O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Orçamento Fiscal	158.907.002,81
Orçamento da Seguridade Social	82.804.112,31
Saúde	55.291.257,42
Assistência Social	14.212.854,94
Previdência Social	13.300.000,00
ORÇAMENTO TOTAL	241.711.115,17

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 5.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos II e III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial 2023, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

III – fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

IV – conforme art. 6º da Portaria interministerial nº 163/2001 e Resolução de Consulta nº 15/2010 do TCE-MT, a discriminação da despesa quanto a sua natureza, far-se-á, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Artigo 6.º - O Poder Executivo fica autorizado Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Artigo 7.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Artigo 8.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024, revogadas a disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, aos 13 de dezembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 8 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	CONSOLIDADO TOTAL
01	LEGISLATIVA	5.826.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	5.826.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031.1010	PROCESSO LEGISLATIVO	5.826.645,88	0,00	5.826.645,88
04	ADMINISTRAÇÃO	34.029.676,62	2.931.000,00	36.960.676,62
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	846.500,00	0,00	846.500,00
04.121.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	846.500,00	0,00	846.500,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	31.513.823,92	2.931.000,00	34.444.823,92
04.122.2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2.636.371,56	0,00	2.636.371,56
04.122.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.247.669,23	500.000,00	11.747.669,23
04.122.3020	CONTROLE FINANCEIRO	6.720.579,00	0,00	6.720.579,00
04.122.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
04.122.3040	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
04.122.6130	GESTÃO DO SISTEMA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
04.122.8050	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	242.000,00	0,00	242.000,00
04.122.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL E URBANA	50.000,00	1.500.000,00	1.550.000,00
04.122.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.979.000,00	0,00	1.979.000,00
04.122.9020	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	931.000,00	931.000,00
04.124	CONTROLE INTERNO	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.124.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	90.500,00	0,00	90.500,00
04.125.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	79.500,00	0,00	79.500,00
04.125.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	7.000,00	0,00	7.000,00
04.126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	247.251,00	0,00	247.251,00
04.126.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	247.251,00	0,00	247.251,00
04.131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	15.000,00	0,00	15.000,00
04.131.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	15.000,00	0,00	15.000,00

ARAnexo_Orçamento_8

Página: 1 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 8 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
06	SEGURANÇA PÚBLICA	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122.8080	SEGURANÇA PÚBLICA	400.000,00	0,00	400.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.594.536,00	1.677.818,94	7.272.354,94
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	749.700,00	139.500,00	889.200,00
08.243.6090	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	734.700,00	0,00	734.700,00
08.243.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	15.000,00	139.500,00	154.500,00
08.244	ASSISTÊNCIA ESPECIAL	4.844.836,00	1.538.318,94	6.383.154,94
08.244.6110	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	85.000,00	85.000,00
08.244.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.737.336,00	90.000,00	4.827.336,00
08.244.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	107.500,00	1.363.318,94	1.470.818,94
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	11.760.000,00	11.760.000,00
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	11.760.000,00	11.760.000,00
09.272.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	11.760.000,00	11.760.000,00
10	SAÚDE	33.895.983,33	21.395.274,09	55.291.257,42
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.348.958,26	276.598,00	5.625.556,26
10.122.3070	COVID 19	0,00	276.598,00	276.598,00
10.122.6080	GESTÃO DA SAUDE COM QUALIDADE	5.348.958,26	0,00	5.348.958,26
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.284.270,67	3.749.918,04	8.034.188,71
10.301.6010	ATENÇÃO BÁSICA	3.776.891,60	3.714.418,04	7.491.309,64
10.301.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	507.379,07	35.500,00	542.879,07
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	22.001.454,40	16.668.525,96	38.669.980,36
10.302.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	22.001.454,40	16.668.525,96	38.669.980,36
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	974.100,00	355.202,05	1.329.302,05
10.303.6060	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA	974.100,00	355.202,05	1.329.302,05
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.034.400,00	251.891,04	1.286.291,04
10.304.6040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.034.400,00	251.891,04	1.286.291,04
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	252.800,00	93.139,00	345.939,00

ARAnexo_Orcamento_8

Página: 2 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 8 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10.305.6070	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	252.800,00	93.139,00	345.939,00
12	EDUCAÇÃO	10.641.480,00	35.928.975,41	46.570.455,41
12.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	905.472,00	0,00	905.472,00
12.122.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	905.472,00	0,00	905.472,00
12.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.000,00	0,00	2.000,00
12.125.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	2.000,00	0,00	2.000,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	6.460.160,00	32.484.617,41	38.944.777,41
12.361.5010	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.010.160,00	2.648.923,58	8.659.083,58
12.361.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	450.000,00	0,00	450.000,00
12.361.5090	FUNDEB	0,00	29.835.693,83	29.835.693,83
12.364	ENSINO SUPERIOR	126.000,00	0,00	126.000,00
12.364.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	126.000,00	0,00	126.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	3.147.848,00	3.444.358,00	6.592.206,00
12.365.5020	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	3.147.848,00	3.444.358,00	6.592.206,00
13	CULTURA	441.869,00	1.313.434,37	1.755.303,37
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	441.869,00	1.313.434,37	1.755.303,37
13.392.5070	DIFUSÃO CULTURAL	30.000,00	0,00	30.000,00
13.392.5080	GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO	411.869,00	1.313.434,37	1.725.303,37
15	URBANISMO	3.489.533,11	21.715.514,45	25.205.047,56
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	80.000,00	15.715.514,45	15.795.514,45
15.451.8020	CIDADE BONITA	80.000,00	925.914,45	1.005.914,45
15.451.8030	MALHA VIÁRIA URBANA	0,00	11.289.600,00	11.289.600,00
15.451.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS	3.409.533,11	6.000.000,00	9.409.533,11
15.452.8010	CIDADE LIMPA	1.396.600,00	0,00	1.396.600,00
15.452.8020	CIDADE BONITA	45.000,00	0,00	45.000,00
15.452.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	1.967.933,11	6.000.000,00	7.967.933,11
16	HABITAÇÃO	50.000,00	6.800.000,00	6.850.000,00

ARAnexo_Orcamento_8

Página: 3 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 8 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
 DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS
 EXERCÍCIO DE 2024
 - ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
16.482	HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	6.800.000,00	6.850.000,00
16.482.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	50.000,00	6.800.000,00	6.850.000,00
17	SANEAMENTO	765.500,00	7.500.000,00	8.265.500,00
17.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
17.451.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	765.500,00	6.500.000,00	7.265.500,00
17.512.3040	ABASTECIMENTO DE AGUA	765.500,00	0,00	765.500,00
17.512.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	0,00	6.500.000,00	6.500.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	145.000,00	450.000,00	595.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	145.000,00	200.000,00	345.000,00
18.541.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	145.000,00	0,00	145.000,00
18.541.8020	CIDADE BONITA	0,00	200.000,00	200.000,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL	0,00	250.000,00	250.000,00
18.542.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	250.000,00	250.000,00
20	AGRICULTURA	1.190.000,00	2.932.500,00	4.122.500,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	1.190.000,00	0,00	1.190.000,00
20.606.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	1.190.000,00	0,00	1.190.000,00
20.608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	0,00	2.932.500,00	2.932.500,00
20.608.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	2.932.500,00	2.932.500,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	501.500,00	1.300.000,00	1.801.500,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	91.500,00	0,00	91.500,00
23.691.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	75.000,00	0,00	75.000,00
23.691.7030	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	16.500,00	0,00	16.500,00
23.695	TURISMO	410.000,00	1.300.000,00	1.710.000,00
23.695.7010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	410.000,00	1.000.000,00	1.410.000,00
23.695.8020	CIDADE BONITA	0,00	300.000,00	300.000,00
25	ENERGIA	0,00	15.000.000,00	15.000.000,00
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	15.000.000,00	15.000.000,00

ARAnexo_Orcamento_8

Página: 4 / 5



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 8 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
25.752.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	15.000.000,00	15.000.000,00
26	TRANSPORTE	2.246.150,80	4.925.071,64	7.171.222,44
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.246.150,80	4.925.071,64	7.171.222,44
26.782.8070	MALHA VIARIA RURAL	2.246.150,80	4.925.071,64	7.171.222,44
27	DESPORTO E LAZER	752.651,53	1.700.000,00	2.452.651,53
27.811	DESPORTO DE RENDIMENTO	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
27.811.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	752.651,53	500.000,00	1.252.651,53
27.812.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	752.651,53	500.000,00	1.252.651,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS	610.000,00	609.000,00	1.219.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	610.000,00	609.000,00	1.219.000,00
99.999.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	609.000,00	609.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	610.000,00	0,00	610.000,00
TOTAL		103.772.526,27	137.938.588,90	241.711.115,17
			INTERFERÊNCIA	0,00
			TOTAL COM INTERFERÊNCIA	241.711.115,17

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ORÇ., E CONTROLE

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO/FUNÇÕES	01 - LEGISLATIVA	02 - JUDICIÁRIA	03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	04 - ADMINISTRAÇÃO	05 - DEFESA NACIONAL	06 - SEGURANÇA PÚBLICA	07 - RELAÇÕES EXTERIORES
01 - ORGAO PPPA							
01 - CAMARA MUNICIPAL	5.826.645,88						
02 - GABINETE DO PREFEITO				2.651.371,56			
03 - CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO				1.316.601,70			
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				2.028.945,00			
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				690.000,00			
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				6.720.579,00		400.000,00	
07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE				2.060.000,00			
08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO							
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				90.500,00			
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO				1.301.500,00			
12 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS				11.273.855,13			
13 - ORGAO PPPA							
13 - BARRA PREVI				931.000,00			
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL				1.464.374,00			
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				6.431.950,23			
TOTAL	5.826.645,88			36.960.676,62		400.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
 DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
 EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO/FUNÇÕES	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	10 - SAÚDE	11 - TRABALHO	12 - EDUCAÇÃO	13 - CULTURA	14 - DIREITOS DE CIDADANIA
01 - ORGAO PPPA							
01 - CAMARA MUNICIPAL							
02 - GABINETE DO PREFEITO							
03 - CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO							
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO							
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO							
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS							
07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE							
08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					46.570.455,41	1.755.303,37	
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			55.291.257,42				
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.272.354,94						
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO							
12 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS							
13 - ORGAO PPPA							
13 - BARRA PREVI		11.760.000,00					
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
TOTAL	7.272.354,94	11.760.000,00	55.291.257,42		46.570.455,41	1.755.303,37	

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO/FUNÇÕES	15 - URBANISMO	16 - HABITAÇÃO	17 - SANEAMENTO	18 - GESTÃO AMBIENTAL	19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20 - AGRICULTURA	21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
01 - ORGAO PPPA							
01 - CAMARA MUNICIPAL							
02 - GABINETE DO PREFEITO							
03 - CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO							
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO							
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO							
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS							
07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE							
08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO							
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		6.850.000,00					
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO				595.000,00			
12 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS	25.205.047,56		8.265.500,00				
13 - ORGAO PPPA							
13 - BARRA PREVI							
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL						4.122.500,00	
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
TOTAL	25.205.047,56	6.850.000,00	8.265.500,00	595.000,00		4.122.500,00	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO/FUNÇÕES	22 - INDÚSTRIA	23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	24 - COMUNICAÇÕES	25 - ENERGIA	26 - TRANSPORTES	27 - DESPORTO E LAZER	28 - ENCARGOS ESPECIAIS
01 - ORGAO PPPA							
01 - CAMARA MUNICIPAL							
02 - GABINETE DO PREFEITO							
03 - CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO							
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO							
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO							
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS							3.192.000,00
07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE							
08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO						2.452.651,53	
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		1.801.500,00					
12 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS				15.000.000,00	7.171.222,44		
13 - ORGAO PPPA							
13 - BARRA PREVI							
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
TOTAL		1.801.500,00		15.000.000,00	7.171.222,44	2.452.651,53	3.192.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO/FUNÇÕES	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						TOTAL
01 - ORGAO PPPA							240.492.115,17
01 - CAMARA MUNICIPAL	10.000,00						10.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO							0,00
03 - CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO							0,00
04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO							0,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO							0,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	600.000,00						600.000,00
07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE							0,00
08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO							0,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							0,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							0,00
11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO							0,00
12 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS							0,00
13 - ORGAO PPPA							0,00
13 - BARRA PREVI	609.000,00						609.000,00
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							0,00
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							0,00
TOTAL	1.219.000,00						241.711.115,17
PREVISÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS							0,00
PREVISÃO DAS TRANSFERÊNCIAS PATRONAIS CONCEDIDAS							0,00
TOTAL GERAL							241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 9 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇ., E CONTROLE



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
 DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL
 EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
3000000000	DESPESAS CORRENTES			164.431.889,55
3100000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		79.605.979,37	
3171000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO D	5.000,00		
3171700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.000,00		
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	71.917.973,74		
3190010000	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DO	9.770.000,00		
3190030000	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	1.540.000,00		
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.089.783,00		
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS e PESSOAL CIVIL	45.127.959,33		
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.799.231,41		
3190160000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00		
3190910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	450.000,00		
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.140.000,00		
3191000000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUN	7.683.005,63		
3191130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.683.005,63		
3200000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		192.000,00	
3290000000	APLICAÇÕES DIRETAS	192.000,00		
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	142.000,00		
3290220000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	50.000,00		
3300000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		84.633.910,18	
3330000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00		
3330410000	CONTRIBUIÇÕES	250.000,00		
3350000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	15.974.246,40		
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.425.000,00		
3350850000	CONTRATO DE GESTÃO	14.549.246,40		
3370000000	CONTRIBUIÇÕES	1.399.000,00		
3370410000	CONTRIBUIÇÕES	1.399.000,00		
3371000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO D	4.000,00		
3371700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	4.000,00		
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	67.006.663,78		
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	582.500,00		
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.087.413,15		
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	170.000,00		
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.280.092,22		
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.000,00		
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	898.793,52		
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS e PESSOA JURÍDICA	43.939.864,89		
3390400000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESS	1.407.000,00		
3390470000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.790.000,00		
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.050.000,00		
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.000,00		
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.732.000,00		
3390980000	COMPENSAÇÕES AO RGPS	50.000,00		
4000000000	DESPESAS DE CAPITAL			76.060.225,62
4400000000	INVESTIMENTOS		73.060.225,62	

ARAnexo_Orcamento_2

Página: 1 / 2



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES


PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
 DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL
 EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
4471000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO D	3.000,00		
4471700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.000,00		
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	73.057.225,62		
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	67.097.817,00		
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.899.408,62		
4490610000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	60.000,00		
4600000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		3.000.000,00	
4690000000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.000.000,00		
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.000.000,00		
9000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			1.219.000,00
9900000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.209.000,00	
9999000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.000,00		
9999990000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	1.209.000,00		
TOTAL				241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MT

ANEXO 1 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -					CONSOLIDADO
RECEITA	R\$	R\$	DESPESA	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		161.620.715,17	DESPESAS CORRENTES		164.431.889,55
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24.278.495,86		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.605.979,37	
CONTRIBUIÇÕES	5.239.139,45		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	192.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	1.298.391,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.633.910,18	
RECEITA DE SERVIÇOS	5.575.925,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	123.592.713,86				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.636.050,00				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		8.984.000,00			
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.984.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA		-15.143.240,22			
DEDUÇÕES DA RECEITA	-15.143.240,22				
			SUPERÁVIT		6.172.825,62
TOTAL		170.604.715,17	TOTAL		170.604.715,17
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		6.172.825,62			
RECEITAS DE CAPITAL		71.106.400,00	DESPESAS DE CAPITAL		76.060.225,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.000.000,00		INVESTIMENTOS	73.060.225,62	
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	3.000.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.806.400,00				
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.209.000,00
TOTAL		241.711.115,17	TOTAL		241.701.115,17
RESUMO - COM TRANSFERÊNCIAS					
RECEITAS CORRENTES	176.763.955,39		DESPESAS CORRENTES		164.431.889,55
RECEITA CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.984.000,00		DESPESAS DE CAPITAL		76.060.225,62
RECEITAS DE CAPITAL	71.106.400,00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.209.000,00
DEDUÇÕES	-15.143.240,22		INTERFERÊNCIAS		10.000,00
INTERFERÊNCIAS	0,00		SUPERÁVIT		0,00
TOTAL	241.711.115,17		TOTAL		241.711.115,17

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇ., E CONTROLE



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
 EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000000000	RECEITAS CORRENTES				161.620.715,17
11000000000000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			24.278.495,86	
11100000000000	IMPOSTOS				
11120000000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO				
11125000000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA				
11125001000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL				
11125001010000	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	00 - RECEITA	2.018.250,00		
11125002000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS				
11125002010000	MULTAS E JUROS - IPTU	00 - RECEITA	10.867,50		
11125003000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA				
11125003010000	RECEITA DÍVIDA ATIVA - IPTU	00 - RECEITA	1.731.491,02		
11125004000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS				
11125004010000	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA - IPTU	00 - RECEITA	480.095,09		
11125300000000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS				
11125301000000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL				
11125301010000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI	00 - RECEITA	4.420.535,00		
11130000000000	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA				
11130300000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE				
11130310000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO				
11130311000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL				
11130311010000	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	00 - RECEITA	4.657.500,00		
11130340000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS				
11130341000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL				
11130341010000	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - TERCEIROS	00 - RECEITA	118.892,30		
11140000000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS				
11145100000000	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS				
11145110000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN				
11145111000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL				
11145111010000	ISSQN - PRINCIPAL - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	00 - RECEITA	5.834.199,83		
11145111020000	ISSQN - PRINCIPAL - REPASSE DO SIMPLES NACIONAL	00 - RECEITA	1.595.849,21		
11145112000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS				
11145112010000	MULTAS E JUROS - ISSQN	00 - RECEITA	68.790,55		

ARAnexo_Orçamento_2_1

Página: 1 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
11145113000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA				
11145113010000	DÍVIDA ATIVA - ISSQN	00 - RECEITA	44.272,20		
11145114000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS				
11145114010000	MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA - ISSQN	00 - RECEITA	60.361,03		
11200000000000	TAXAS				
11210000000000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA				
11210100000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO				
11210101000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL				
11210101010000	TAXA DE FISCALIZAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	129.538,12		
11210101020000	TAXA DE LICENÇA FUNCIONAMENTO ESTABELECIMENTO COM. IND. SERV.	00 - RECEITA	1.134.021,17		
11210101030000	TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO	00 - RECEITA	7.762,50		
11210101040000	TAXA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL	00 - RECEITA	6.210,00		
11210101050000	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	00 - RECEITA	31.050,00		
11210101060000	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA	00 - RECEITA	6.210,00		
11210101070000	TAXA PARA LIBERAÇÃO DE HABITE-SE	00 - RECEITA	46.575,00		
11210101080000	TAXA PARA EXERCÍCIO DE COMÉRCIO AMBULANTE/EVENTUAL	00 - RECEITA	3.105,00		
11210101090000	TAXA PARA LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	00 - RECEITA	42.631,00		
11210102000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS				
11210102010000	MULTA E JUROS - TAXA DE FISCALIZAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	2.583,00		
11210102020000	MULTAS E JUROS - DÍVIDA ATIVA - FISC. VIG. SANITÁRIA	00 - RECEITA	4.255,00		
11210102030000	MULTAS E JUROS - ALVARÁ	00 - RECEITA	5.123,25		
11210102040000	MULTAS E JUROS DE OUTROS TRIBUTOS	00 - RECEITA	20.281,00		
11210102050000	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA - OUTROS TRIBUTOS	00 - RECEITA	139.725,00		
11210102060000	MULTAS E JUROS TAXA PARA LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	00 - RECEITA	41.743,62		
11210102090000		00 - RECEITA	500,00		
11210103000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA				
11210103010000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	123.394,35		
11210104000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS				
11210104010000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	00 - RECEITA	42.147,00		
11220000000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
11220100000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL				
11220101000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL				

ARAnexo_Orçamento_2_1

Página: 2 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
11220101010000	TAXA DE CEMITÉRIO	00 - RECEITA	62.453,47		
11220101020000	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	00 - RECEITA	43.466,90		
11220101030000	TAXA PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO E TENDAS	00 - RECEITA	8.500,00		
11220101050000	TAXA DE EMBARQUE - TERMINAL RODOVIÁRIO	00 - RECEITA	17.760,00		
11220101060000	TAXA DE AQUISIÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO	00 - RECEITA	13.972,50		
11220101070000	TAXA DE INSCRIÇÃO FEST BUGRES	00 - RECEITA	62.100,00		
11220101080000	TAXA DE EXPEDIENTE	00 - RECEITA	11.800,00		
11220101090000	TAXA DE SERVIÇO AGRICULTURA FAMILIAR	00 - RECEITA	12.500,00		
11220101110000	TAXA DE EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO	00 - RECEITA	10.000,00		
11220101120000	TAXA DE INSCRIÇÃO SELETIVO	00 - RECEITA	77.625,00		
11220101130000	TAXA - OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO	00 - RECEITA	615.566,25		
11220102000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS				
11220102130000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS	00 - RECEITA	1.585,00		
11220103000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA				
11220103020000	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	00 - RECEITA	36.300,00		
11220103130000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	469.408,00		
11300000000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				
11310000000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES				
11315300000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES				
11315301000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL				
11315301010000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL	00 - RECEITA	6.000,00		
11315303000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA				
11315303010000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	1.500,00		
12000000000000	CONTRIBUIÇÕES	00 - RECEITA		5.239.139,45	
12100000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				
12109900000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				
12109910000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJ ETADAS PELA RFB - PRINCIPAL				
12109911000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJ ETADAS PELA RFB - PRINCIPAL				
12109911010000	CONTRIBUIÇÕES DE DOAÇÕES SOCIAIS	00 - RECEITA	77.625,00		
12150000000000	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL				
12150100000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL				

ARAnexo_Orçamento_2_1

Página: 3 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
12150110000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO				
12150111000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL				
12150111010000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	00 - RECEITA	4.050.000,00		
12150111020000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	00 - RECEITA	120.000,00		
12150111030000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - BARRA-PREVI	00 - RECEITA	20.000,00		
12150112000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS				
12150120000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO				
12150121000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO - PRINCIPAL				
12150130000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS				
12150131000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL				
12400000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
12410000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
12415000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
12415001000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL				
12415001010000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00 - RECEITA	921.314,45		
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL	00 - RECEITA		1.298.391,00	
13100000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO				
13110000000000	ALUGUEIS				
13110100000000	ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO				
13110110000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS				
13110111000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL				
13110111010000	ALUGUEIS DE IMÓVEIS PÚBLICOS	00 - RECEITA	11.500,00		
13200000000000	VALORES MOBILIÁRIOS				
13210000000000	JUROS E CORRENTES MONETÁRIAS				
13210100000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS				
13210101000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL				
13210101010000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADOS	00 - RECEITA	206.350,00		
13210101020000	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FUNDEB 70%	00 - RECEITA	57.500,00		
13210101030000	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FUNDEB 30%	00 - RECEITA	35.900,00		
13210101040000	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FNDE	00 - RECEITA	41.100,00		
13210101050000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - FETHAB	00 - RECEITA	15.000,00		
13210101060000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIOS - SAÚDE	00 - RECEITA	40.800,00		



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
13210101070000	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00 - RECEITA	4.600,00		
13210101080000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNAS	00 - RECEITA	95.000,00		
13210101090000	REMUNERAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	00 - RECEITA	8.217,00		
13210101100000	REMUNERAÇÃO TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO - BLC CUSTEIO	00 - RECEITA	109.100,00		
13210101110000	RENDIMENTOS DE RECURSOS VINCULADOS - OUTROS	00 - RECEITA	262.100,00		
13210101120000	REMUNERACAO DE OUTROS DEP. BANCARIO VINCULADO	00 - RECEITA	144.000,00		
13210101130000	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - EDUCACAO	00 - RECEITA	15.624,00		
13210101140000	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SAUDE PROPRIO	00 - RECEITA	93.300,00		
13210101150000	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SAUDE INVESTIMENTO	00 - RECEITA	54.500,00		
13210101160000	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SUS ESTADO	00 - RECEITA	95.000,00		
13210101170000	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - FEAS	00 - RECEITA	3.000,00		
13210400000000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS				
13210401000000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL				
13210401010000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL	00 - RECEITA	5.800,00		
16000000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	00 - RECEITA		5.575.925,00	
16100000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				
16110000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				
16110100000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				
16110101000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL				
16110101010000	SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	5.216.800,00		
16110101020000	SERVIÇO DE RELIGIÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	93.150,00		
16110101030000	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	00 - RECEITA	186.300,00		
16110101050000	OUTROS SERVIÇOS	00 - RECEITA	72.175,00		
16110102000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS				
16110102010000	MULTAS E JUROS - DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	7.500,00		
17000000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	00 - RECEITA		123.592.713,86	
17100000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA E/M				
17110000000000	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO				
17115100000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO				
17115110000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL				
17115111000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL				
17115111010000	COTA-PARTE - FPM	00 - RECEITA	30.444.608,93		

ARAnexo_Orcamento_2_1

Página: 5 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
17115111020000	DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-6.088.921,78		
17115120000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO				
17115121000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIP				
17115121010000	COTA-PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM DEZEMBRO	00 - RECEITA	1.781.227,07		
17115130000000	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO				
17115131000000	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO				
17115131010000	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO	00 - RECEITA	1.453.867,76		
17115200000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL				
17115201000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL				
17115201010000	COTA-PARTE ITR	00 - RECEITA	4.657.500,00		
17115201020000	DEDUÇÃO DA RECEITA ITR - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-931.500,00		
17120000000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP				
17125000000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS				
17125001000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL				
17125001010000	COTA-PARTE RECUSOS HÍDRICOS	00 - RECEITA	1.665.441,17		
17125100000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM				
17125101000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL				
17125101010000	COTA-PARTE RECURSOS MINERAIS - CFEM	00 - RECEITA	2.120.820,10		
17125200000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP				
17125240000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP				
17125241000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL				
17125241010000	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO - FEP	00 - RECEITA	1.207.607,87		
17129900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURA				
17129901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURA				
17129901010000	TRANSFERENCIA DA UNIÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	00 - RECEITA	1.552.500,00		
17130000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTR				
17135000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANU				
17135010000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇ				
17135011000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇ				
17135011010000	PAB - FIXO	00 - RECEITA	4.917.725,00		
17135011020000	PROGRAMA DE SAÚDE DE FAMÍLIA - ESF	00 - RECEITA	31.050,00		

ARAnexo_Orcamento_2_1

Página: 6 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
17135011030000	PACS	00 - RECEITA	630.662,00		
17135011040000	NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA	00 - RECEITA	242.190,00		
17135011050000	SAÚDE BUCAL	00 - RECEITA	34.155,00		
17135011060000	TETO MUN. REDE DE SAÚDE MENTAL	00 - RECEITA	31.050,00		
17135011070000	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	00 - RECEITA	24.840,00		
17135011080000	CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	00 - RECEITA	10.867,00		
17135011090000	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19	00 - RECEITA	250.000,00		
17135011100000	IAPI - INCENT.ASSIST.AMBUL. HOSPITALAR A POPULAÇÃO INDÍGENA	00 - RECEITA	6.200,00		
17135020000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇ				
17135021000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇ				
17135021010000	TETO MUN. M.A.C. - AMBULATORIO E HOSPITALAR	00 - RECEITA	3.260.250,00		
17135030000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILA				
17135031000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILA				
17135031010000	INCENTIVO AS AÇÕES BÁSICA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	278.216,04		
17135040000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSIST				
17135041000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSIST				
17135041010000	FARMÁCIA BÁSICA	00 - RECEITA	340.500,00		
17135090000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTRO				
17135091000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTRO				
17135091010000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS	00 - RECEITA	62.100,00		
17140000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE				
17145000000000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
17145001000000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL				
17145001010000	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	00 - RECEITA	1.303.813,00		
17145100000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DE INÍCIO DIRETO NA ESCOLA - PDDE				
17145101000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DE INÍCIO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - PRINCIPAL				
17145101010000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - PDDE	00 - RECEITA	5.000,00		
17145200000000	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE				
17145201000000	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL				
17145201010000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - PNAE	00 - RECEITA	445.093,00		
17145300000000	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE				
17145301000000	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL				

ARAnexo_Orcamento_2_1

Página: 7 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
17145301010000	TRANSFERÊNCIA DIRETA - PNATE	00 - RECEITA	72.388,00		
17149900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE				
17149901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL				
17149901010000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - FNDE	00 - RECEITA	62.100,00		
17160000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS				
17165000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS				
17165001000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS - PRINCIPAL				
17165001010000	TRANSF. AUXÍLIO BRASIL	00 - RECEITA	182.346,81		
17165001020000	TRANSF. DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	420.066,34		
17165001030000	TRANSF. DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	221.386,00		
17165001040000	TRANSF. PROGRAMA ACESSUAS	00 - RECEITA	40.365,00		
17165001050000	OUTRAS TRANSF. RECURSOS DO FNAS	00 - RECEITA	157.256,00		
17170000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
17175000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				
17175001000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL				
17175001010000	TRANSF. DA UNIÃO PARA O SUS	00 - RECEITA	38.000,00		
17190000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
17195000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
17195002000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
17195002010000	ADO PLP 133/2020 LC 176/2020 LEI KANDIR TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	00 - RECEITA	1.148.414,00		
17195002020000	LEI PAULO GUSTAVO AUDIOVISUAIS	00 - RECEITA	90.363,17		
17195002030000	LEI PAULO GUSTAVO DEMAIS AÇÕES DA CULTURA	00 - RECEITA	223.071,20		
17199900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
17199901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL				
17199901040000	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	00 - RECEITA	50.000,00		
17200000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES				
17210000000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL				
17215000000000	COTA-PARTE DO ICMS				
17215001000000	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL				
17215001010000	COTA-PARTE ICMS	00 - RECEITA	36.758.494,09		
17215001020000	DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-7.351.698,81		

ARAnexo_Orcamento_2_1

Página: 8 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
17215100000000	COTA-PARTE DO IPVA				
17215101000000	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL				
17215101010000	COTA-PARTE IPVA	00 - RECEITA	3.645.199,44		
17215101020000	DEDUÇÃO DA RECEITA IPVA - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-729.039,89		
17215200000000	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS				
17215201000000	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL				
17215201010000	COTA-PARTE IPI EXPORTAÇÃO	00 - RECEITA	210.398,70		
17215201020000	DEDUÇÃO DA RECEITA IPI EXPORTAÇÃO - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-42.079,74		
17215300000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO				
17215301000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL				
17215301010000	TRANSFERENCIA CIDE	00 - RECEITA	104.017,50		
17230000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL				
17235000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL				
17235001000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL				
17235001010000	FARMÁCIA BÁSICA	00 - RECEITA	112.584,82		
17235001020000	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	00 - RECEITA	390.609,00		
17235001030000	SAÚDE BUCAL	00 - RECEITA	25.926,75		
17235001040000	MÉDIA E ALTA/MICROREGIONALIZAÇÃO PORT. 112/61	00 - RECEITA	56.976,75		
17235001050000	PASCAR	00 - RECEITA	26.432,87		
17235001060000	PAICI	00 - RECEITA	196.304,31		
17235001070000	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	1.387.749,05		
17235001080000	INCENTIVO AO ALCANCE DE METAS DA ATENÇÃO BÁSICA	00 - RECEITA	650.778,50		
17290000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF				
17295200000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL				
17295201000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL				
17295201010000	TRANSF. TRANSPORTE ESCOLAR	00 - RECEITA	1.063.090,58		
17295201020000	TRANSF. FETHAB EDUCAÇÃO	00 - RECEITA	592.480,00		
17299900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF				
17299901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL				
17299901010000	TRANSFERÊNCIA FETHAB	00 - RECEITA	1.910.071,64		
17299901020000	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - FEAS	00 - RECEITA	206.398,79		
17299901030000	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - CRIANÇA FELIZ	00 - RECEITA	151.107,00		

ARAnexo_Orçamento_2_1

Página: 9 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
17299901040000	OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	00 - RECEITA	130.000,00		
17299901050000	TRANSF. RECURSOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	00 - RECEITA	10.000,00		
17299901060000	TRANSF. DO BPC NA ESCOLA	00 - RECEITA	2.000,00		
17299901080000	TRANSFERÊNCIA FEST BUGRES	00 - RECEITA	1.000.000,00		
17299901090000	FESTIVIDADE FINAL DE ANO	00 - RECEITA	900.000,00		
17500000000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS				
17510000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL				
17515000000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL				
17515001000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL				
17515001010000	TRANSFERÊNCIA - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDEB	00 - RECEITA	29.742.293,83		
19000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	00 - RECEITA		1.636.050,00	
19100000000000	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS				
19110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS				
19110100000000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA				
19110101000000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL				
19110101010000	MULTAS DE TRANSITO	00 - RECEITA	252.000,00		
19200000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS				
19210000000000	INDENIZAÇÕES				
19219900000000	OUTRAS INDENIZAÇÕES				
19219901000000	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL				
19219901010000	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PREFEITURA	00 - RECEITA	788.050,00		
19900000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES				
19990000000000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEM				
19990300000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PR				
19990301000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PR				
19999900000000	OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB				
19999920000000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS				
19999921000000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL				
19999921010000	RECEITAS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	00 - RECEITA	450.000,00		
19999930000000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - FINANCEIRAS				
19999933000000	OUTRAS RECEITAS - DÍVIDA ATIVA				
19999933010000	OUTRAS RECEITAS - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	1.000,00		

ARAnexo_Orçamento_2_1

Página: 10 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
19999933020000	ALVARA - DIVIDA ATIVA	00 - RECEITA	75.000,00		
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	00 - RECEITA			71.106.400,00
21000000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	00 - RECEITA		15.000.000,00	
21100000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO				
21120000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO				
21120100000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO				
21120101000000	INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA				
21120101020000	INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA	00 - RECEITA	15.000.000,00		
22000000000000	ALIENAÇÃO DE BENS	00 - RECEITA		300.000,00	
22100000000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				
22130000000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES				
22130100000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES				
22130101000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL				
22130101010000	ALIENAÇÃO DE BENS - VEÍCULOS	00 - RECEITA	250.000,00		
22130101020000	ALIENAÇÃO DE BENS - EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	50.000,00		
24000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	00 - RECEITA		55.806.400,00	
24100000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
24140000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
24145300000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE				
24145301000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL				
24145301020000	PROJETO RECICLA	00 - RECEITA	250.000,00		
24145400000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE				
24145401000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL				
24145401020000	CONVÊNIOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	1.000.000,00		
24145401040000	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL	00 - RECEITA	1.200.000,00		
24145401050000	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	00 - RECEITA	300.000,00		
24145401060000	REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL	00 - RECEITA	500.000,00		
24145401070000	CONSTRUÇÃO DE RODOVIARIA	00 - RECEITA	1.800.000,00		
24145401080000	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	00 - RECEITA	10.000.000,00		
24149900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				
24149901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL				
24149901010000	TRANSF. FUNDO NACIONAL DE HAB. DE INTERESSE SOCIAL - FNNHIS	00 - RECEITA	40.000,00		

ARAnexo_Orcamento_2_1

Página: 11 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
24149901020000	TRANSF. DO PROG. SUBSIDIO E HABIT. DE INTERESSE SOCIAL - PSH	00 - RECEITA	41.000,00		
24149901030000	TRANSF. MINISTERIO AGRICULTURA PEC. E ABASTECIMENTO - MAPA	00 - RECEITA	845.400,00		
24149901040000	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DA UNIÃO	00 - RECEITA	1.250.000,00		
24149901050000	CONST. EQUIP. PARA PRATICA DE ESPORTES	00 - RECEITA	1.200.000,00		
24149901070000	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS	00 - RECEITA	700.000,00		
24200000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES				
24220000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES				
24225100000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO				
24225101000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL				
24225101010000	CONSTRUÇÃO DE PRO-INFANCIA	00 - RECEITA	2.500.000,00		
24225200000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO				
24225201000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL				
24225201010000	AMPLIAÇÃO DA REDE DE CAPTÇÃO DE ESGOTO	00 - RECEITA	7.500.000,00		
24229900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES				
24229901000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL				
24229901020000	REVITALIZAÇÃO LAGOA AZUL	00 - RECEITA	200.000,00		
24229901060000	REFORMA DE MINI ESTADIO	00 - RECEITA	500.000,00		
24229901070000	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	1.230.000,00		
24229901080000	REFORMA DO HOSPITAL	00 - RECEITA	7.500.000,00		
24229901090000	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	00 - RECEITA	3.150.000,00		
24229901110000	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA-ASFALTO	00 - RECEITA	6.000.000,00		
24229901120000	CONSTRUÇÃO MERCADO MUNICIPAL	00 - RECEITA	350.000,00		
24229901130000	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS	00 - RECEITA	500.000,00		
24229901140000	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	00 - RECEITA	6.800.000,00		
24229901150000	ENCONTRO DA MULHER RURAL	00 - RECEITA	450.000,00		
70000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	00 - RECEITA			8.984.000,00
72000000000000	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	00 - RECEITA		8.984.000,00	
72100000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
72150000000000	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - INTRA OFSS				
72150200000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - INTRA OFSS				
72150210000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - INTRA OFSS				
72150211000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - INTRA OFSS				



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 2 DA LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO OPERAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
72150211010000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	00 - RECEITA	8.154.000,00		
72150211020000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	00 - RECEITA	265.000,00		
72150211030000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - BARRA PREVI	00 - RECEITA	33.000,00		
72155100000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PARCELAMENTOS - INTRA OFSS				
72155110000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - INTRA OFSS				
72155111000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL - INTRA OFSS				
72155112000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS - INTRA OFSS				
TOTAL					241.711.115,17

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ORÇ., E CONTROLE

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 7 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -**CONSOLIDADO**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
01	LEGISLATIVA	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031.1010	PROCESSO LEGISLATIVO	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
04	ADMINISTRAÇÃO	2.200.000,00	32.781.676,62	1.979.000,00	36.960.676,62
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
04.121.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.200.000,00	30.265.823,92	1.979.000,00	34.444.823,92
04.122.2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	10.000,00	2.626.371,56	0,00	2.636.371,56
04.122.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	520.000,00	11.227.669,23	0,00	11.747.669,23
04.122.3020	CONTROLE FINANCEIRO	20.000,00	6.700.579,00	0,00	6.720.579,00
04.122.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
04.122.3040	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
04.122.6130	GESTÃO DO SISTEMA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO	0,00	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
04.122.8050	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	150.000,00	92.000,00	0,00	242.000,00
04.122.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL E URBANA	1.500.000,00	50.000,00	0,00	1.550.000,00
04.122.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	0,00	1.979.000,00	1.979.000,00
04.122.9020	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	931.000,00	0,00	931.000,00
04.124	CONTROLE INTERNO	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.124.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	90.500,00	0,00	90.500,00
04.125.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	79.500,00	0,00	79.500,00
04.125.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
04.126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	247.251,00	0,00	247.251,00
04.126.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	247.251,00	0,00	247.251,00
04.131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.131.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

ARAnexo_Orçamento_7

Página: 1 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 7 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
06	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122.8080	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	125.000,00	7.147.354,94	0,00	7.272.354,94
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	889.200,00	0,00	889.200,00
08.243.6090	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	734.700,00	0,00	734.700,00
08.243.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	154.500,00	0,00	154.500,00
08.244	ASSISTÊNCIA ESPECIAL	125.000,00	6.258.154,94	0,00	6.383.154,94
08.244.6110	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
08.244.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	115.000,00	4.712.336,00	0,00	4.827.336,00
08.244.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	10.000,00	1.460.818,94	0,00	1.470.818,94
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
09.272.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
10	SAÚDE	10.752.937,96	44.538.319,46	0,00	55.291.257,42
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	5.605.556,26	0,00	5.625.556,26
10.122.3070	COVID 19	0,00	276.598,00	0,00	276.598,00
10.122.6080	GESTÃO DA SAUDE COM QUALIDADE	20.000,00	5.328.958,26	0,00	5.348.958,26
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00	7.934.188,71	0,00	8.034.188,71
10.301.6010	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00	7.391.309,64	0,00	7.491.309,64
10.301.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	542.879,07	0,00	542.879,07
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	10.562.937,96	28.107.042,40	0,00	38.669.980,36
10.302.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.562.937,96	28.107.042,40	0,00	38.669.980,36
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	20.000,00	1.309.302,05	0,00	1.329.302,05
10.303.6060	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA	20.000,00	1.309.302,05	0,00	1.329.302,05
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50.000,00	1.236.291,04	0,00	1.286.291,04
10.304.6040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	50.000,00	1.236.291,04	0,00	1.286.291,04
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	345.939,00	0,00	345.939,00

ARAnexo_Orcamento_7

Página: 2 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 7 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
10.305.6070	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	0,00	345.939,00	0,00	345.939,00
12	EDUCAÇÃO	3.838.217,00	42.732.238,41	0,00	46.570.455,41
12.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	905.472,00	0,00	905.472,00
12.122.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	905.472,00	0,00	905.472,00
12.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12.125.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.180.000,00	37.764.777,41	0,00	38.944.777,41
12.361.5010	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	330.000,00	8.329.083,58	0,00	8.659.083,58
12.361.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
12.361.5090	FUNDEB	400.000,00	29.435.693,83	0,00	29.835.693,83
12.364	ENSINO SUPERIOR	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
12.364.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	2.658.217,00	3.933.989,00	0,00	6.592.206,00
12.365.5020	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	2.658.217,00	3.933.989,00	0,00	6.592.206,00
13	CULTURA	50.000,00	1.705.303,37	0,00	1.755.303,37
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	1.705.303,37	0,00	1.755.303,37
13.392.5070	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
13.392.5080	GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO	50.000,00	1.675.303,37	0,00	1.725.303,37
15	URBANISMO	20.789.600,00	4.415.447,56	0,00	25.205.047,56
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	14.789.600,00	1.005.914,45	0,00	15.795.514,45
15.451.8020	CIDADE BONITA	0,00	1.005.914,45	0,00	1.005.914,45
15.451.8030	MALHA VIARIA URBANA	11.289.600,00	0,00	0,00	11.289.600,00
15.451.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS	6.000.000,00	3.409.533,11	0,00	9.409.533,11
15.452.8010	CIDADE LIMPA	0,00	1.396.600,00	0,00	1.396.600,00
15.452.8020	CIDADE BONITA	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
15.452.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	6.000.000,00	1.967.933,11	0,00	7.967.933,11
16	HABITAÇÃO	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00

ARAnexo_Orcamento_7

Página: 3 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 7 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
16.482	HABITAÇÃO URBANA	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00
16.482.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00
17	SANEAMENTO	7.530.000,00	735.500,00	0,00	8.265.500,00
17.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.451.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.530.000,00	735.500,00	0,00	7.265.500,00
17.512.3040	ABASTECIMENTO DE AGUA	30.000,00	735.500,00	0,00	765.500,00
17.512.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	450.000,00	145.000,00	0,00	595.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	200.000,00	145.000,00	0,00	345.000,00
18.541.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
18.541.8020	CIDADE BONITA	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
18.542.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
20	AGRICULTURA	2.932.500,00	1.190.000,00	0,00	4.122.500,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	0,00	1.190.000,00	0,00	1.190.000,00
20.606.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	1.190.000,00	0,00	1.190.000,00
20.608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	2.932.500,00	0,00	0,00	2.932.500,00
20.608.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	2.932.500,00	0,00	0,00	2.932.500,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.515.000,00	286.500,00	0,00	1.801.500,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	0,00	91.500,00	0,00	91.500,00
23.691.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
23.691.7030	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00
23.695	TURISMO	1.515.000,00	195.000,00	0,00	1.710.000,00
23.695.7010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1.215.000,00	195.000,00	0,00	1.410.000,00
23.695.8020	CIDADE BONITA	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
25	ENERGIA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00

ARAnexo_Orcamento_7

Página: 4 / 5

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ANEXO 7 DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964
DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
25.752.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
26	TRANSPORTE	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
26.782.8070	MALHA VIARIA RURAL	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
27	DESPORTO E LAZER	1.755.000,00	697.651,53	0,00	2.452.651,53
27.811	DESPORTO DE RENDIMENTO	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
27.811.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	555.000,00	697.651,53	0,00	1.252.651,53
27.812.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	555.000,00	697.651,53	0,00	1.252.651,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	619.000,00	600.000,00	1.219.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	619.000,00	600.000,00	1.219.000,00
99.999.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	609.000,00	0,00	609.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	10.000,00	600.000,00	610.000,00
TOTAL		77.068.254,96	162.063.860,21	2.579.000,00	241.711.115,17

INTERFERÊNCIA 0,00

TOTAL COM INTERFERÊNCIA 241.711.115,17

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇ. E CONTROLE

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 01	ORGAO PPPA		
UNIDADE: 001	UNIDADE PPA		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO

ÓRGÃO: 01	CAMARA MUNICIPAL		
UNIDADE: 001	GABINETE DA PRESIDENCIA		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL É EXERCIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL, QUE SE COMPÕE DE VEREADORES REPRESENTANTES DA COMUNIDADE, ELEITOS PELO SISTEMA PROPORCIONAL EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL			00000001/2022

ÓRGÃO: 01	CAMARA MUNICIPAL		
UNIDADE: 999	RESERVA DE CONSTINGENCIA		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
RISCOS		FISCAIS	00000001/2022

ÓRGÃO: 02	GABINETE DO PREFEITO		
UNIDADE: 001	CHEFIA DO EXECUTIVO		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
A ADMINISTRAÇÃO DIRETA COMPREENDE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS ENCARGADOS DA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO PÚBLICA E DO ORDENAMENTO OPERACIONAL DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO CUMPRIR SUAS FINALIDADES, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE ASSESSORAMENTO DIRETO AO PREFEITO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS			00000058/2013

ÓRGÃO: 03	CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO		
UNIDADE: 001	GABINETE DA CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
O CONTROLE DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL TERÁ COMO OBJETIVO ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO E DO ORÇAMENTO, AVALIAR A SUA LEGALIDADE E CONFORMIDADE COM O DIREITO, AFERIR OS RESULTADOS ALCANÇADOS E VERIFICAR SE			00000058/2013

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

OS	CONTRATOS	E	CONVÊNIOS	FORAM	FIELMENTE	ADIMPLIDOS.	
----	-----------	---	-----------	-------	-----------	-------------	--

ÓRGÃO: 04	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
UNIDADE: 001	GABINETE DO PROCURADOR
CAMPO DE ATUAÇÃO	
A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO TEM POR FINALIDADE EXECUTAR A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO MUNICÍPIO, PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR A AÇÃO LEGAL E INSTITUCIONAL JURÍDICA DO MUNICÍPIO, CONTROLAR OS PROGRAMAS E ATIVIDADES DE COBRANÇAS JUDICIAIS E EXECUÇÕES FISCAIS, INCLUSIVE, ASSESSORAR JURIDICAMENTE A MUNICIPALIDADE, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS AÇÕES POLÍTICAS E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, VISANDO À INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
UNIDADE: 002	ASSESSORIA DE IMPRENSA
CAMPO DE ATUAÇÃO	
EFETIVAR A COMUNICAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS E A PROMOÇÃO DA VEICULAÇÃO DA PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA, BEM COMO, A MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DO SITE OFICIAL DA INTERNET	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS, FINANCEIRAS E FAZENDÁRIAS MUNICIPAIS, VISANDO FORTALECER A CAPACIDADE GERENCIAL, NORMATIVA, OPERACIONAL E TECNOLÓGICA DA GESTÃO PÚBLICA E DEMAIS AÇÕES DE NATUREZA FISCAL, VISANDO GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E PROMOVER SEU CONSTANTE APRIMORAMENTO ORGANIZACIONAL

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CAMPO DE ATUAÇÃO**LEGISLAÇÃO**

RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, TREINAMENTO, CADASTRO, REGISTRO E CONTROLE FUNCIONAIS, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DEMAIS ATIVIDADES RELATIVAS AOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

00000058/2013

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 003 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOUREARIA

CAMPO DE ATUAÇÃO**LEGISLAÇÃO**

PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A CONTABILIZAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR O RECEBIMENTO DAS RENDAS MUNICIPAIS, OS PAGAMENTOS DOS COMPROMISSOS DO MUNICÍPIO E AS OPERAÇÕES RELATIVAS A FINANCIAMENTOS E REPASSES

00000058/2013

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO E TRIBUTACAO

CAMPO DE ATUAÇÃO**LEGISLAÇÃO**

PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES RELATIVAS A LANÇAMENTO, ARRECADACÃO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS, MANTENDO ATUALIZADO OS RESPECTIVOS CADASTROS. PROMOVER ESTUDOS E FIXAR CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS, TENDO EM VISTA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO

00000058/2013

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
UNIDADE: 005	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO, INFORMÁTICA E SISTEMA DE INFORMAÇÕES			00000058/2013

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
UNIDADE: 006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
EXERCER	OUTRAS	ATIVIDADES DESTINADAS À CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS.	00000058/2013

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
UNIDADE: 009	OPERACOES ESPECIAIS		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
DAR	COBERTURA	AOS RISCO FISCAIS	00000058/2013

ÓRGÃO: 07	SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE		
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO E DEPARTAMENTOS		
		CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, VISANDO FORTALECER A CAPACIDADE GERENCIAL, NORMATIVA, OPERACIONAL E TECNOLÓGICA DA GESTÃO PÚBLICA E DEMAIS AÇÕES DE NATUREZA FISCAL, VISANDO GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E PROMOVER SEU CONSTANTE APRIMORAMENTO ORGANIZACIONAL. COMPETE À SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE: I. ARTICULAR, COORDENAR E ELABORAR O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO MEDIANTE ORIENTAÇÃO NORMATIVA, METODOLÓGICA E EXECUTIVA DO PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO GOVERNAMENTAL; PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO URBANO E DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO, EM INTEGRAÇÃO COM AS DEMAIS SECRETARIAS; PLANEJAR, COORDENAR E AVALIAR O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES, PROGRAMAS E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO E DO			00000058/2013

ARRelatorio_Orcamento_4

Página: 4 / 13

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

PROGRAMA	DE	GOVERNO;
ARTICULAR, COORDENAR E ELABORAR O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO MEDIANTE ORIENTAÇÃO NORMATIVA, METODOLÓGICA E EXECUTIVA DO PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO GOVERNAMENTAL, EM ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS		

ÓRGÃO: 07	SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE
UNIDADE: 002	DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS
CAMPO DE ATUAÇÃO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	
ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO DE PROJETOS; EMISSÃO DE HABITE-SE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS; EXERCER OUTRAS ATIVIDADES DESTINADAS À CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS	

ÓRGÃO: 08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES EDUCACIONAIS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO, VISANDO À FORMAÇÃO ESCOLAR E DE CIDADANIA, ATIVIDADES RELACIONADAS COM ESPORTE, VISANDO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO FÍSICO ESPORTIVO E À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DOS PRECEITOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, BEM COMO O A PRESERVAÇÃO E A REVITALIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL.	

ÓRGÃO: 08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE: 002	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A ATIVIDADE DA POLÍTICA EDUCACIONAL E DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NOS ASPECTOS PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E LEGAL, COMO ATUAÇÃO PRIORITÁRIA NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PRESERVAÇÃO DOS VALORES	

ARRelatorio_Orcamento_4

Página: 5 / 13

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

REGIONAIS	E	LOCAIS;
INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO MUNICÍPIO VISANDO A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E A VALORIZAÇÃO		
DOS	PROFISSIONAIS	DA EDUCAÇÃO;
PROMOVER E INCENTIVAR À QUALIDADE E CAPACITAÇÃO DOS	PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS AMBIENTES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO;	
ACOMPANHAR E CONTROLAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO NO SISTEMA E NO PROCESSO EDUCACIONAL DO		
MUNICÍPIO, PARA FINS DE AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS;		

ÓRGÃO: 08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE: 003	FUNDEB
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
ACOMPANHAR E CONTROLAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO NO SISTEMA E NO PROCESSO EDUCACIONAL DO	00000058/2013
MUNICÍPIO, PARA FINS DE AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS	

ÓRGÃO: 08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE: 004	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE PRÁTICAS ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE EDUCAÇÃO FÍSICA;	00000058/2013
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, IMPLANTAÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS	
ESPORTIVOS	NO MUNICÍPIO

ÓRGÃO: 08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE: 005	DEPARTAMENTO DE CULTURA
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES QUE VISEM AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL E	00000058/2013
À PRESERVAÇÃO E À REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO	

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE: 001	GESTÃO DO SUS	
CAMPO DE ATUAÇÃO		LEGISLAÇÃO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE TEM POR TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VISANDO PROMOVER O ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE DO MUNICÍPIO		00000058/2013

ÓRGÃO: 09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE: 002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CAMPO DE ATUAÇÃO		LEGISLAÇÃO
<p>FORMULAR, EM ARTICULAÇÃO COM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, A POLÍTICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E SUA EXECUÇÃO, MEDIANTE PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO, DISSEMINANDO E HIERARQUIZANDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE;</p> <p>PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA SAÚDE, BEM COMO ELABORAR NORMAS SOBRE ESTAS ATIVIDADES;</p> <p>COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR OS PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E AÇÕES VINCULADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM ARTICULAÇÃO COM A SECRETARIA DE ESTADO E COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE;</p> <p>COORDENAR, FISCALIZAR E EXECUTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E A APLICAÇÃO DO ORDENAMENTO NORMATIVO DA DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO; PROMOVER MEDIDAS PREVENTIVAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE, EM ESPECIAL, AS DE CARÁTER IMUNOLÓGICO E EDUCATIVO, CONCERNENTES AO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO MUNICÍPIO E AS AÇÕES DE PREVENÇÃO DA SAÚDE BUCAL;</p> <p>EXECUTAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DE SAÚDE DO TRABALHADOR E COLABORAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DAS AGRESSÕES AO MEIO AMBIENTE QUE TENHAM REPERCUSSÃO SOBRE A SAÚDE HUMANA;</p> <p>PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS BEM COMO ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NAS ÁREAS DE SUA COMPETÊNCIA;</p> <p>EXERCER OUTRAS ATIVIDADES DESTINADAS À CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS.</p>		00000058/2013

ÓRGÃO: 10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO	
CAMPO DE ATUAÇÃO		LEGISLAÇÃO

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VINCULADO À AÇÃO SOCIAL, HABITACIONAL E DO TRABALHO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E GARANTIR O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	00000058/2013
--	---------------

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL; DESENVOLVER E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO, COM ORIENTAÇÃO FAMILIAR, ALÉM DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS MORADORES DE RUA; COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO CARENTE, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO IDOSO, VISANDO GARANTIR CONDIÇÕES DE BEM ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL; EXECUTAR POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO AO CARENTE, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO IDOSO, VISANDO GARANTIR CONDIÇÕES DE BEM ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL	00000058/2013

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE: 003 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS E PROJETOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO	00000058/2013

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE: 004 FUNDOS MUNICIPAIS DE DIREITOS	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
DESENVOLVER E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO, COM ORIENTAÇÃO FAMILIAR, ALÉM DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS MORADORES DE RUA; COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO CARENTE, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO IDOSO, VISANDO GARANTIR CONDIÇÕES DE BEM ESTAR FÍSICO, MENTAL E SOCIAL	00000058/2013

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 11	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
UNIDADE: 001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. ECON. E TURISMO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VISANDO O SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, O TURISMO E LAZER, VISANDO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURÍSTICO E DE LAZER NO MUNICÍPIO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 11	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
UNIDADE: 002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CAMPO DE ATUAÇÃO	
ESTABELECER, IMPLANTAR E ADMINISTRAR A POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO; ELABORAR E ADMINISTRAR PROJETOS, COMO A CRIAÇÃO DE PARQUES, DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, DE RESERVAS ECOLÓGICAS E DE ESTAÇÕES ECOLÓGICAS, FAZENDO A MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, EM CONSONÂNCIA COM O PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL; ELABORAR E IMPLANTAR CAMPANHAS EDUCACIONAIS E DE TREINAMENTO DESTINADAS A CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO PARA OS PROBLEMAS DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE JUNTAMENTE COM AS SECRETARIAS E OS ÓRGÃOS E ENTIDADES AFINS; FISCALIZAR TODAS AS FORMAS DE AGRESSÃO AO AMBIENTE, APLICAR AS PENALIDADES CABÍVEIS E ORIENTAR SUA RECUPERAÇÃO; ASSESSORAR A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO QUE CONCERNE AOS ASPECTOS AMBIENTAIS; EMITIR PARECERES SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS QUE MANIFESTEM INTERESSE EM EXPLORAR, ECONOMICAMENTE, RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO; EMITIR PARECERES E LAUDOS TÉCNICOS AMBIENTAIS QUANTO A EMPREENDIMENTOS QUE VISEM AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A INDÚSTRIAS QUE CAUSEM QUALQUER TIPO DE IMPACTO AMBIENTAL; EMITIR PARECERES E LAUDOS TÉCNICOS AMBIENTAIS QUANTO À UTILIZAÇÃO, DOAÇÃO OU QUALQUER EMPREENDIMENTO EM ÁREAS VERDES E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PELO MUNICÍPIO; FISCALIZAR PROJETOS E SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS NO QUE TANGE AOS ASPECTOS AMBIENTAIS; MANter VIVEIRO DE MUDAS PARA PRODUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS E ORNAMENTAIS; PROCEDER À NORMATIZAÇÃO E AO TREINAMENTO PARA PODA E ERRADICAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO URBANA A SEREM REGULAMENTADOS POR DECRETO; EMITIR LAUDOS PARA ERRADICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES;	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

PLANEJAR E ELABORAR NORMAS TÉCNICAS PARA A ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO;	
ADMINISTRAR, NO ÂMBITO MUNICIPAL, OS RECURSOS PROVENIENTES DE FUNDOS CRIADOS COM A FINALIDADE DE DESTINAR RECURSOS AO AMBIENTE;	
FISCALIZAR E AUTUAR AS ALTERAÇÕES DO SOLO, DO SUBSOLO E DE PONTOS CRÍTICOS DE ACÚMULO DE POLUENTES, VISANDO À PROTEÇÃO E À	
CONTENÇÃO DOS PROCESSOS DE DETERIORAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO;	
EFETUAR OUTRAS ATIVIDADES AFINS NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA.	

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	
UNIDADE: 003 FUNDO DESENVOLVIMENTO DE MICRO INDUSTRIA	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
DESENVOLVER TRABALHOS VISANDO O FOMENTO DAS ATIVIDADES DESTINADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO;	00000058/2013
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A ELABORAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS, PESQUISAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SÓCIO/ECONÔMICA DA MUNICIPALIDADE;	

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	
UNIDADE: 004 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, IMPLANTAÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE LAZER E TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO;	00000058/2013
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO TURISMO;	
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS BEM COMO ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NAS ÁREAS DE SUA COMPETÊNCIA;	

ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS TEM POR FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VINCULADO A ESTRUTURAÇÃO URBANA E RURAL E SERVIÇOS PÚBLICOS EM	00000058/2013

ARRelatorio_Orcamento_4

Página: 10 / 13



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade
Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964
EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

GERAL, VISANDO AO BOM ORDENAMENTO ESTRUTURAL E DE INFRA-ESTRUTURA, BEM COMO EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, EM CONFORMIDADE	COM	A	LEGISLAÇÃO	VIGENTE
--	-----	---	------------	---------

ÓRGÃO: 12	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS											
UNIDADE: 002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS											
CAMPO DE ATUAÇÃO											LEGISLAÇÃO	
COORDENAR	E	CONTROLAR	O	SISTEMA	VIÁRIO	DO	MUNICÍPIO				00000058/2013	
COORDENAR	E	CONTROLAR	OS	PROGRAMAS	DE	ILUMINAÇÃO				PÚBLICA;		
REALIZAR A MANUTENÇÃO MECÂNICA DOS VEÍCULOS E CONTROLE DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL;												
CONSTRUIR, PAVIMENTAR E CONSERVAR AS ESTRADAS MUNICIPAIS, VIAS URBANAS E O SISTEMA DE DRENAGEM												
CONTROLAR A EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS BEM COMO ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS												
			NAS	ÁREAS	DE	SUA			COMPETÊNCIA;			
EXERCER	OUTRAS	ATIVIDADES	DESTINADAS	À	CONSECUÇÃO	DE	SEUS		OBJETIVOS.			

ÓRGÃO: 12	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS											
UNIDADE: 003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS											
CAMPO DE ATUAÇÃO											LEGISLAÇÃO	
COORDENAR E EXECUTAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO, DE CAPINA, VARRIÇÃO E LIMPEZA DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, MERCADOS E FEIRAS LIVRES; PROJETAR, EXECUTAR E CONSERVAR ÁREAS DE PAISAGISMO RELATIVO À JARDINS, PRAÇAS, ROTATÓRIAS, CANTEIROS, RUAS, AVENIDAS E DEMAIS ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO; LIMPEZA PÚBLICA E EXECUÇÃO OU FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS											00000058/2013	

ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS	
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	
CAMPO DE ATUAÇÃO	LEGISLAÇÃO
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO SANEAMENTO URBANO BÁSICO	00000058/2013

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Parágrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 12	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS
UNIDADE: 005	DEPARTAMENTO DE TRANSITO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO SANEAMENTO URBANO BÁSICO	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 13	ORGAO PPPA
UNIDADE: 001	UNIDADE PPA
CAMPO DE ATUAÇÃO	
LEGISLAÇÃO	

ÓRGÃO: 13	BARRA PREVI
UNIDADE: 001	BARRA PREVI
CAMPO DE ATUAÇÃO	
RPPS - APOSENTADORIAS E PENSÕES	
LEGISLAÇÃO	
00002437/2020	

ÓRGÃO: 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
UNIDADE: 001	GABINETE DO SECRETARIO
CAMPO DE ATUAÇÃO	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TEM COMO FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VISANDO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA AGROPECUÁRIA E DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO, CONSERVANDO E PRESERVANDO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

ÓRGÃO: 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
UNIDADE: 002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
CAMPO DE ATUAÇÃO	
COMPETE À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: I. ELABORAÇÃO DE PLANILHAS E COLETA DE DADOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS, BEM COMO PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS PERTINENTES AO SETOR; II.	
LEGISLAÇÃO	
00000058/2013	

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

Unidade Administrativa segundo a Finalidade

Paragrafo Único do Art.22 da Lei 4.320/1964

EXERCÍCIO DE 2024

CONSOLIDADO

FORMULAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS NA ÁREA DE AGRICULTURA, BUSCANDO A PARCERIA DE ÓRGÃOS ESTADUAIS, FEDERAIS E ONGS LIGADOS AOS RESPECTIVOS SETORES; III. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS E PROGRAMAS AGRO-AMBIENTAIS DESENVOLVIDOS PELO MUNICÍPIO; IV. CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL; V. BUSCAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL; VI. COORDENAR AÇÕES LIGADAS À PRODUÇÃO E AO ABASTECIMENTO, INTEGRANDO AS FORÇAS QUE COMPÕEM AS CADEIAS PRODUTIVAS; VII. DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIEM O DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS; VIII. DOTAR O MEIO RURAL DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO; IX. ESTIMULAR AS COMPRAS COMUNITÁRIAS; X. ESTIMULAR NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO; XI. FACILITAR O ACESSO DO PRODUTOR AOS INSUMOS E SERVIÇOS BÁSICOS; XII. PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO RURAL; XIII. PROFISSIONALIZAR OS PRODUTORES; XIV. PROMOVER O ASSOCIATIVISMO RURAL; XV. IDENTIFICAR POSSÍVEIS REPAROS NA MALHA VIÁRIA RURAL, REPASSANDO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES; XVI. INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE ABASTECEDOUROS COMUNITÁRIOS E DEPÓSITOS DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS; XVII. ARTICULAR-SE COM ORGANISMOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAIS E PRIVADOS, VISANDO OBTER RECURSOS FINANCEIROS E TECNOLÓGICOS PARA DESENVOLVER PROGRAMAS DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE; XVIII. ASSEGURAR A PRESERVAÇÃO, A RECUPERAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO; XIX. AGIR INTEGRADAMENTE COM TODOS OS ÓRGÃOS, SECRETARIAS E ENTIDADES VISANDO À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA;

ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

UNIDADE: 003 GABINETE DO SECRETARIO

CAMPO DE ATUAÇÃO

LEGISLAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TEM COMO FINALIDADE PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR OS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DO MUNICÍPIO VISANDO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA AGROPECUÁRIA E DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO, CONSERVANDO E PRESERVANDO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

00000058/2013

ÓRGÃO: 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO

CAMPO DE ATUAÇÃO

LEGISLAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TEM POR FINALIDADE: PLANEJAR, ORGANIZAR, DIRIGIR, COORDENAR E CONTROLAR AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO, VISANDO À INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

00000058/2013

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
01.031.1010.1146	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CAMARA MUNICIPAL	0,00	30.000,00	30.000,00
01.031.1010.1147	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL	50.000,00	0,00	50.000,00
01.031.1010.2001	MANUTENÇÃO LEGISLATIVA	0,00	5.746.645,88	5.746.645,88
04.121.3000.2091	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	0,00	846.500,00	846.500,00
04.122.2010.1067	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	10.000,00	10.000,00
04.122.2010.2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	0,00	2.626.371,56	2.626.371,56
04.122.3000.2018	MANUTENÇÃO DA SEC. PLANEJ. ORÇAMENTO E CONTROLE	0,00	1.213.500,00	1.213.500,00
04.122.3010.1113	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	0,00	10.000,00	10.000,00
04.122.3010.1135	REFORMA E MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	500.000,00	10.000,00	510.000,00
04.122.3010.2006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	49.945,00	49.945,00
04.122.3010.2007	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	690.000,00	690.000,00
04.122.3010.2010	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS - RH	0,00	352.133,00	352.133,00
04.122.3010.2053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	4.823.025,00	4.823.025,00
04.122.3010.2090	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.3010.2127	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	5.162.566,23	5.162.566,23
04.122.3010.2158	AQUISIÇÃO DE VEICULO, EQUIPAMENTO E MANT. PERMANENTE	0,00	100.000,00	100.000,00
04.122.3020.1038	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	20.000,00	20.000,00
04.122.3020.2008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	2.094.134,91	2.094.134,91
04.122.3020.2011	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CONTAB. E TESOUREARIA	0,00	775.216,00	775.216,00
04.122.3020.2013	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO	0,00	1.931.228,09	1.931.228,09
04.122.3020.2014	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	0,00	1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.3020.2015	CONTRIBUIÇÃO AMM E OUTROS	0,00	250.000,00	250.000,00
04.122.3030.2085	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	0,00	1.464.374,00	1.464.374,00
04.122.3040.2059	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - D.A.E	0,00	4.658.830,13	4.658.830,13
04.122.6130.2081	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE IND. COM. TURISMO	0,00	1.301.500,00	1.301.500,00
04.122.8050.1007	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA	150.000,00	0,00	150.000,00
04.122.8050.2052	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	0,00	92.000,00	92.000,00
04.122.8060.1003	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
04.122.8060.2054	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.9010.9001	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	1.979.000,00	1.979.000,00
04.122.9020.2098	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BARRA PREVI	0,00	931.000,00	931.000,00
04.124.3010.2005	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.316.601,70	1.316.601,70
04.125.6120.2157	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	0,00	4.000,00	4.000,00
04.125.6140.2152	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	4.000,00	4.000,00
04.125.6140.2153	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	5.500,00	5.500,00
04.125.6140.2154	CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	0,00	5.000,00	5.000,00
04.125.6140.2179	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	12.000,00	12.000,00
04.125.6140.2180	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	53.000,00	53.000,00
04.125.7040.2105	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)	0,00	7.000,00	7.000,00
04.126.3010.2012	T.I - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	247.251,00	247.251,00
04.131.3010.2009	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	0,00	15.000,00	15.000,00
06.122.8080.2128	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	0,00	400.000,00	400.000,00
08.243.6090.2036	MANUTENÇÃO DO CONS. MUN. DIREITOS DA CÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	0,00	12.000,00	12.000,00
08.243.6090.2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	0,00	322.700,00	322.700,00
08.243.6090.2130	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	400.000,00	400.000,00
08.243.7040.2155	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	0,00	154.500,00	154.500,00
08.244.6110.2178	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ACOLOHIMENTO CASA DE PASSAGEM	0,00	85.000,00	85.000,00
08.244.6140.1133	MELHORIA NA INFRAESTRUTURA FÍSICA ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	25.000,00
08.244.6140.1151	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - APAE	0,00	90.000,00	90.000,00
08.244.6140.2033	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	4.532.336,00	4.532.336,00
08.244.6140.2035	MANUTENÇÃO CONVENIOS COM ENTIDADES ASSISTENCIAIS	0,00	150.000,00	150.000,00
08.244.6140.2173	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	30.000,00	30.000,00
08.244.7040.1148	REESTRUTURAÇÃO FÍSICAS DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	0,00	10.000,00
08.244.7040.2039	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	0,00	235.420,15	235.420,15
08.244.7040.2046	MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FUMIS	0,00	6.000,00	6.000,00
08.244.7040.2132	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA GESTÃO DO SUAS	0,00	39.000,00	39.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
08.244.7040.2133	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	435.000,00	435.000,00
08.244.7040.2134	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	265.500,00	265.500,00
08.244.7040.2136	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	72.500,00	72.500,00
08.244.7040.2146	MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FEAS	0,00	215.398,79	215.398,79
08.244.7040.2156	MANUT. DAS AÇÕES REF. AOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	0,00	2.000,00	2.000,00
08.244.7040.2164	AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA EPI	0,00	56.000,00	56.000,00
08.244.7040.2165	AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOS	0,00	6.700,00	6.700,00
08.244.7040.2166	AÇÕES NO SUAS PARA ACOLHIMENTO	0,00	80.500,00	80.500,00
08.244.7040.2175	F.M.D.M - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	25.000,00	25.000,00
08.244.7040.2177	PROTEÇÃO SOCIAL - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	0,00	21.800,00	21.800,00
09.272.9020.2125	ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	11.760.000,00	11.760.000,00
10.122.3070.2163	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19	0,00	276.598,00	276.598,00
10.122.6080.1126	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE SEC. DE SAÚDE	0,00	10.000,00	10.000,00
10.122.6080.1138	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA GESTÃO DO SUS	10.000,00	0,00	10.000,00
10.122.6080.2094	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE	0,00	5.173.458,26	5.173.458,26
10.122.6080.2099	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	77.000,00	77.000,00
10.122.6080.2148	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	0,00	28.500,00	28.500,00
10.122.6080.2171	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA GESTÃO DA SAÚDE	0,00	50.000,00	50.000,00
10.301.6010.1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301.6010.1125	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATENÇÃO BÁSICA	0,00	50.000,00	50.000,00
10.301.6010.2061	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	0,00	5.971.125,64	5.971.125,64
10.301.6010.2062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	0,00	927.662,00	927.662,00
10.301.6010.2063	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	457.682,00	457.682,00
10.301.6010.2138	AUXÍLIO DE SUPORTE NUTRICIONAL	0,00	34.840,00	34.840,00
10.301.6030.2067	MANUTENÇÃO DA REDE SAÚDE MENTAL	0,00	542.879,07	542.879,07
10.302.6030.1120	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	0,00	2.282.537,96	2.282.537,96
10.302.6030.1127	AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERMAN. P/ MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	50.000,00	50.000,00
10.302.6030.1128	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIA	0,00	730.400,00	730.400,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
10.302.6030.1139	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AMPLIAÇÃO NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
10.302.6030.2050	MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE	0,00	12.534.936,40	12.534.936,40
10.302.6030.2066	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	0,00	4.498.570,00	4.498.570,00
10.302.6030.2068	UCT - UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE	0,00	977.335,00	977.335,00
10.302.6030.2069	MANUTENÇÃO E ENCARGOS - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO - UDR	0,00	1.234.200,00	1.234.200,00
10.302.6030.2079	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	618.000,00	618.000,00
10.302.6030.2092	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA - SAMU	0,00	41.000,00	41.000,00
10.302.6030.2150	MANUT. E ENCARGOS - AÇÕES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	8.203.001,00	8.203.001,00
10.303.6060.1129	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MANT. PERMANENTE PARA ASSIST. FARMACEUTICA	0,00	20.000,00	20.000,00
10.303.6060.2074	MANUTENÇÃO FARMÁCIA MUNICIPAL	0,00	1.309.302,05	1.309.302,05
10.304.6040.1130	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT. PERMANENTE P/ VIGILANCIA EM SAÚDE	0,00	50.000,00	50.000,00
10.304.6040.2070	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.236.291,04	1.236.291,04
10.305.6070.2122	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	0,00	345.939,00	345.939,00
12.122.5040.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	0,00	905.472,00	905.472,00
12.125.5040.2107	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	2.000,00	2.000,00
12.361.5010.1027	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00	0,00	50.000,00
12.361.5010.1029	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E ÔNIBUS	0,00	230.000,00	230.000,00
12.361.5010.1142	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	50.000,00	50.000,00
12.361.5010.2021	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	668.406,00	668.406,00
12.361.5010.2023	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	2.240.071,58	2.240.071,58
12.361.5010.2024	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	0,00	5.000,00	5.000,00
12.361.5010.2025	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	5.415.606,00	5.415.606,00
12.361.5040.1051	PROGRAMA FACILITAR - CDCES MUNICIPAIS	0,00	450.000,00	450.000,00
12.361.5090.1144	REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS FUNDEB 30%	200.000,00	200.000,00	400.000,00
12.361.5090.2028	MANUTENÇÃO FUNDEB - 70%	0,00	27.738.494,55	27.738.494,55
12.361.5090.2029	MANUTENÇÃO FUNDEB 30%	0,00	1.697.199,28	1.697.199,28
12.364.5040.2031	MANUTENÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB	0,00	116.000,00	116.000,00
12.364.5040.2089	CONVENIO UNEMAT	0,00	10.000,00	10.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
12.365.5020.1028	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES	50.000,00	0,00	50.000,00
12.365.5020.1108	PRO-INFÂNCIA - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (PAR)	2.508.217,00	0,00	2.508.217,00
12.365.5020.1143	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	100.000,00	100.000,00
12.365.5020.2026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	3.373.989,00	3.373.989,00
12.365.5020.2137	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	560.000,00	560.000,00
13.392.5070.2186	SEMANA CULTURAL BALATIPONE-UMUTINA	0,00	30.000,00	30.000,00
13.392.5080.1050	CONVENIOS COM ENTIDADES CULTURAIS	0,00	50.000,00	50.000,00
13.392.5080.2032	MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	271.869,00	271.869,00
13.392.5080.2170	EVENTOS CULTURAIS, ARTÍSTICOS E FOLCLÓRICOS	0,00	1.090.000,00	1.090.000,00
13.392.5080.2181	LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	0,00	90.363,17	90.363,17
13.392.5080.2182	LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	0,00	223.071,20	223.071,20
15.451.8020.2058	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	1.005.914,45	1.005.914,45
15.451.8030.1001	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	11.139.600,00	0,00	11.139.600,00
15.451.8030.1107	CALÇAMENTO DE RUAS	150.000,00	0,00	150.000,00
15.451.8060.1009	OBRAS DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.8060.1048	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	700.000,00	0,00	700.000,00
15.451.8060.1049	CONSTRUÇÃO DE RODOVIÁRIA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
15.452.8010.2056	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	0,00	1.396.600,00	1.396.600,00
15.452.8020.2057	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS E CANTEIRO CENTRAL	0,00	45.000,00	45.000,00
15.452.8060.1134	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
15.452.8060.2051	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	0,00	1.967.933,11	1.967.933,11
16.482.6120.1026	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	0,00	50.000,00	50.000,00
16.482.6120.1157	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	6.800.000,00	0,00	6.800.000,00
17.451.3050.1012	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA, ESGOTO E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
17.512.3040.1061	AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO	0,00	30.000,00	30.000,00
17.512.3040.2060	MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	0,00	735.500,00	735.500,00
17.512.3050.1150	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	6.500.000,00	0,00	6.500.000,00
18.541.7020.2161	MANUTENÇÃO PROJETO NASCENTES VIVAS	0,00	45.000,00	45.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	OBRAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
18.541.7020.2183	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	100.000,00	100.000,00
18.541.8020.1014	REVITALIZAÇÃO DA LAGOA AZUL	200.000,00	0,00	200.000,00
18.542.7020.1141	PROJETO RECICLA	100.000,00	150.000,00	250.000,00
20.606.3030.2086	APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	1.030.000,00	1.030.000,00
20.606.3030.2087	CONTRIBUIÇÃO PARA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENV. DO ALTO RIO PARAGUAI	0,00	160.000,00	160.000,00
20.608.3030.1025	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	0,00	932.500,00	932.500,00
20.608.3030.1132	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
20.608.3030.1149	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE MERCADO MUNICIPAL	350.000,00	0,00	350.000,00
20.608.3030.1152	ENCONTRO DA MULHER RURAL	0,00	450.000,00	450.000,00
23.691.7020.2097	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	0,00	75.000,00	75.000,00
23.691.7030.2147	MANUT. DO DEPTO DE ASSISTENCIA EMPRESARIAL	0,00	16.500,00	16.500,00
23.695.7010.1022	FEST BUGRES	0,00	1.215.000,00	1.215.000,00
23.695.7010.2083	EVENTOS TURÍSTICOS	0,00	35.000,00	35.000,00
23.695.7010.2176	CONSORCIO INTERM. DE DESENV. ECON., SOCIAL, AMB. E TURISTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI	0,00	160.000,00	160.000,00
23.695.8020.1033	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	300.000,00	0,00	300.000,00
25.752.3010.1155	INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00
26.782.8070.1002	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
26.782.8070.1005	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES	2.050.000,00	150.000,00	2.200.000,00
26.782.8070.2055	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	0,00	3.971.222,44	3.971.222,44
27.811.5050.1106	EQUIPAMENTO MULTIUSO PARA PRÁTICA DE ESPORTES	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
27.812.5050.1030	CONSTRUÇÃO, REFORMA DE QUADRAS/ESTADIO MUNICIPAL	505.000,00	50.000,00	555.000,00
27.812.5050.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	662.651,53	662.651,53
27.812.5050.2162	CORRIDA DE SANTA CRUZ	0,00	35.000,00	35.000,00
28.843.9010.2016	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00	3.192.000,00	3.192.000,00
99.999.9020.2126	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	609.000,00	609.000,00
99.999.9999.2108	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	10.000,00	10.000,00
99.999.9999.9002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	600.000,00	600.000,00
			TOTAL	241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
01	ORGAO PPPA	0,00	0,00	0,00
01.001	UNIDADE PPA	0,00	0,00	0,00
01	CAMARA MUNICIPAL	5.736.645,88	90.000,00	5.826.645,88
01.001	GABINETE DA PRESIDENCIA	5.736.645,88	90.000,00	5.826.645,88
01.999	RESERVA DE CONSTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
02	GABINETE DO PREFEITO	2.621.371,56	30.000,00	2.651.371,56
02.001	CHEFIA DO EXECUTIVO	2.621.371,56	30.000,00	2.651.371,56
03	CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO	1.308.601,70	8.000,00	1.316.601,70
03.001	GABINETE DA CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO	1.308.601,70	8.000,00	1.316.601,70
04	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	2.018.945,00	10.000,00	2.028.945,00
04.001	GABINETE DO PROCURADOR	2.018.945,00	10.000,00	2.028.945,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	682.000,00	8.000,00	690.000,00
05.001	GABINETE DO SECRETARIO	682.000,00	8.000,00	690.000,00
05.002	ASSESSORIA DE IMPRENSA	0,00	0,00	0,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	7.282.579,00	3.030.000,00	10.312.579,00
06.001	GABINETE DO SECRETARIO	4.186.134,91	3.020.000,00	7.206.134,91
06.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	0,00
06.003	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA	775.216,00	0,00	775.216,00
06.004	DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09
06.005	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00
06.006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA	390.000,00	10.000,00	400.000,00
06.009	OPERACOES ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
07	SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE	2.005.000,00	55.000,00	2.060.000,00
07.001	GABINETE DO SECRETARIO E DEPARTAMENTOS	1.188.500,00	25.000,00	1.213.500,00
07.002	DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	816.500,00	30.000,00	846.500,00
08	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	45.643.193,31	5.135.217,00	50.778.410,31
08.001	GABINETE DO SECRETARIO	1.453.472,00	30.000,00	1.483.472,00
08.002	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO	12.263.072,58	2.988.217,00	15.251.289,58



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
08.003	FUNDEB	29.435.693,83	400.000,00	29.835.693,83
08.004	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	737.651,53	1.715.000,00	2.452.651,53
08.005	DEPARTAMENTO DE CULTURA	1.753.303,37	2.000,00	1.755.303,37
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	46.748.857,42	8.542.400,00	55.291.257,42
09.001	GESTÃO DO SUS	0,00	0,00	0,00
09.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	46.748.857,42	8.542.400,00	55.291.257,42
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.941.346,32	7.271.508,62	14.212.854,94
10.001	GABINETE DO SECRETARIO	484.200,00	45.000,00	529.200,00
10.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	6.014.146,32	325.508,62	6.339.654,94
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	4.000,00	6.850.000,00	6.854.000,00
10.004	FUNDOS MUNICIPAIS DE DIREITOS	439.000,00	51.000,00	490.000,00
11	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	3.078.000,00	620.000,00	3.698.000,00
11.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. ECON. E TURISMO	2.713.000,00	15.000,00	2.728.000,00
11.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	365.000,00	105.000,00	470.000,00
11.003	FUNDO DESENVOLVIMENTO DE MICRO INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00
11.004	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	500.000,00	500.000,00
12	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS URBANOS	18.846.025,13	48.069.600,00	66.915.625,13
12.001	GABINETE DO SECRETARIO	4.823.025,00	16.650.000,00	21.473.025,00
12.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS	4.121.222,44	16.989.600,00	21.110.822,44
12.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	4.557.447,56	6.850.000,00	11.407.447,56
12.004	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	5.344.330,13	7.580.000,00	12.924.330,13
12.005	DEPARTAMENTO DE TRANSITO	0,00	0,00	0,00
13	ORGAO PPPA	0,00	0,00	0,00
13.001	UNIDADE PPA	0,00	0,00	0,00
13	BARRA PREVI	12.673.000,00	18.000,00	12.691.000,00
13.001	BARRA PREVI	12.673.000,00	18.000,00	12.691.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	3.094.374,00	2.492.500,00	5.586.874,00
14.001	GABINETE DO SECRETARIO	1.614.374,00	10.000,00	1.624.374,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2024
- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
14.002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.480.000,00	2.482.500,00	3.962.500,00
14.003	GABINETE DO SECRETARIO	0,00	0,00	0,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	5.751.950,23	680.000,00	6.431.950,23
15.001	GABINETE DO SECRETARIO	5.751.950,23	680.000,00	6.431.950,23
TOTAL		164.431.889,55	76.060.225,62	240.492.115,17
		RESERVA DO RPPS		0,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.219.000,00
		TOTAL GERAL		241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 01 CAMARA MUNICIPAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 GABINETE DA PRESIDENCIA					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
01	LEGISLATIVA	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031.1010	PROCESSO LEGISLATIVO	80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88
01.031.1010.1146	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA CAMARA MUNICIPAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
01.031.1010.1147	REESTRUTURAÇÃO FISICA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
01.031.1010.2001	MANUTENÇÃO LEGISLATIVA	0,00	5.746.645,88	0,00	5.746.645,88
TOTAL		80.000,00	5.746.645,88	0,00	5.826.645,88



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 01 CAMARA MUNICIPAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 999 RESERVA DE CONSTINGENCIA					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
99	RESERVA DE CONSTINGENCIA	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999.9999.2108	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
TOTAL		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO UNIDADE: 001 CHEFIA DO EXECUTIVO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	10.000,00	2.641.371,56	0,00	2.651.371,56
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	2.626.371,56	0,00	2.636.371,56
04.122.2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	10.000,00	2.626.371,56	0,00	2.636.371,56
04.122.2010.1067	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
04.122.2010.2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	0,00	2.626.371,56	0,00	2.626.371,56
04.131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.131.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.131.3010.2009	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
TOTAL		10.000,00	2.641.371,56	0,00	2.651.371,56



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 03	CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO	PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001	GABINETE DA CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.124	CONTROLE INTERNO	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.124.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
04.124.3010.2005	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70
TOTAL		0,00	1.316.601,70	0,00	1.316.601,70



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 04 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 GABINETE DO PROCURADOR					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	49.945,00	1.979.000,00	2.028.945,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	49.945,00	1.979.000,00	2.028.945,00
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	49.945,00	0,00	49.945,00
04.122.3010.2006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	49.945,00	0,00	49.945,00
04.122.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	0,00	1.979.000,00	1.979.000,00
04.122.9010.9001	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	1.979.000,00	1.979.000,00
TOTAL		0,00	49.945,00	1.979.000,00	2.028.945,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	690.000,00	0,00	690.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	690.000,00	0,00	690.000,00
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	690.000,00	0,00	690.000,00
04.122.3010.2007	MANUTENÇÃO DA SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	690.000,00	0,00	690.000,00
TOTAL		0,00	690.000,00	0,00	690.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	20.000,00	3.994.134,91	0,00	4.014.134,91
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	3.994.134,91	0,00	4.014.134,91
04.122.3020	CONTROLE FINANCEIRO	20.000,00	3.994.134,91	0,00	4.014.134,91
04.122.3020.1038	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
04.122.3020.2008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	2.094.134,91	0,00	2.094.134,91
04.122.3020.2014	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	0,00	1.650.000,00	0,00	1.650.000,00
04.122.3020.2015	CONTRIBUIÇÃO AMM E OUTROS	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843.9010	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
28.843.9010.2016	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00	3.192.000,00	0,00	3.192.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
99.999.9999.9002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
TOTAL		20.000,00	7.186.134,91	600.000,00	7.806.134,91



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 003	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	775.216,00	0,00	775.216,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	775.216,00	0,00	775.216,00
04.122.3020	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	775.216,00	0,00	775.216,00
04.122.3020.2011	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CONTAB. E TESOURARIA	0,00	775.216,00	0,00	775.216,00
TOTAL		0,00	775.216,00	0,00	775.216,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 004	DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO E TRIBUTACAO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09
04.122.3020	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09
04.122.3020.2013	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ARRECADACÃO E TRIBUTAÇÃO	0,00	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09
TOTAL		0,00	1.931.228,09	0,00	1.931.228,09



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 006 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
06	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122.8080	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
06.122.8080.2128	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
TOTAL		0,00	400.000,00	0,00	400.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 07 SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO E DEPARTAMENTOS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
04.122.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
04.122.3000.2018	MANUTENÇÃO DA SEC. PLANEJ. ORÇAMENTO E CONTROLE	0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00
TOTAL		0,00	1.213.500,00	0,00	1.213.500,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 07	SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE	PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002	DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
04.121.3000	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE GOVERNO	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
04.121.3000.2091	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	0,00	846.500,00	0,00	846.500,00
TOTAL		0,00	846.500,00	0,00	846.500,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
12	EDUCAÇÃO	450.000,00	1.033.472,00	0,00	1.483.472,00
12.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	905.472,00	0,00	905.472,00
12.122.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	905.472,00	0,00	905.472,00
12.122.5040.2019	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	0,00	905.472,00	0,00	905.472,00
12.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12.125.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12.125.5040.2107	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
12.361.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
12.361.5040.1051	PROGRAMA FACILITAR - CDCES MUNICIPAIS	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
12.364.5040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
12.364.5040.2031	MANUTENÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB	0,00	116.000,00	0,00	116.000,00
12.364.5040.2089	CONVENIO UNEMAT	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
TOTAL		450.000,00	1.033.472,00	0,00	1.483.472,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
12	EDUCAÇÃO	2.988.217,00	12.263.072,58	0,00	15.251.289,58
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	330.000,00	8.329.083,58	0,00	8.659.083,58
12.361.5010	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	330.000,00	8.329.083,58	0,00	8.659.083,58
12.361.5010.1027	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
12.361.5010.1029	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E ÔNIBUS	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00
12.361.5010.1142	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
12.361.5010.2021	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	668.406,00	0,00	668.406,00
12.361.5010.2023	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	2.240.071,58	0,00	2.240.071,58
12.361.5010.2024	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
12.361.5010.2025	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	5.415.606,00	0,00	5.415.606,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	2.658.217,00	3.933.989,00	0,00	6.592.206,00
12.365.5020	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	2.658.217,00	3.933.989,00	0,00	6.592.206,00
12.365.5020.1028	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
12.365.5020.1108	PRO-INFÂNCIA - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (PAR)	2.508.217,00	0,00	0,00	2.508.217,00
12.365.5020.1143	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO INFANTIL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
12.365.5020.2026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	3.373.989,00	0,00	3.373.989,00
12.365.5020.2137	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
TOTAL		2.988.217,00	12.263.072,58	0,00	15.251.289,58



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 003 FUNDEB					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
12	EDUCAÇÃO	400.000,00	29.435.693,83	0,00	29.835.693,83
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	400.000,00	29.435.693,83	0,00	29.835.693,83
12.361.5090	FUNDEB	400.000,00	29.435.693,83	0,00	29.835.693,83
12.361.5090.1144	REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS FUNDEB 30%	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
12.361.5090.2028	MANUTENÇÃO FUNDEB - 70%	0,00	27.738.494,55	0,00	27.738.494,55
12.361.5090.2029	MANUTENÇÃO FUNDEB 30%	0,00	1.697.199,28	0,00	1.697.199,28
TOTAL		400.000,00	29.435.693,83	0,00	29.835.693,83

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
27	DESPORTO E LAZER	1.755.000,00	697.651,53	0,00	2.452.651,53
27.811	DESPORTO DE RENDIMENTO	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
27.811.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
27.811.5050.1106	EQUIPAMENTO MULTIUSO PARA PRATICA DE ESPORTES	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	555.000,00	697.651,53	0,00	1.252.651,53
27.812.5050	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	555.000,00	697.651,53	0,00	1.252.651,53
27.812.5050.1030	CONSTRUÇÃO, REFORMA DE QUADRAS/ESTADIO MUNICIPAL	555.000,00	0,00	0,00	555.000,00
27.812.5050.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	662.651,53	0,00	662.651,53
27.812.5050.2162	CORRIDA DE SANTA CRUZ	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
TOTAL		1.755.000,00	697.651,53	0,00	2.452.651,53



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 005 DEPARTAMENTO DE CULTURA					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
13	CULTURA	50.000,00	1.705.303,37	0,00	1.755.303,37
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	1.705.303,37	0,00	1.755.303,37
13.392.5070	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
13.392.5070.2186	SEMANA CULTURAL BALATIPONE-UMUTINA	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
13.392.5080	GESTÃO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICÍPIO	50.000,00	1.675.303,37	0,00	1.725.303,37
13.392.5080.1050	CONVENIOS COM ENTIDADES CULTURAIS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
13.392.5080.2032	MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	271.869,00	0,00	271.869,00
13.392.5080.2170	EVENTOS CULTURAIS, ARTÍSTICOS E FOLCLÓRICOS	0,00	1.090.000,00	0,00	1.090.000,00
13.392.5080.2181	LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	0,00	90.363,17	0,00	90.363,17
13.392.5080.2182	LEI PAULO GUSTAVO - LC 195/2022	0,00	223.071,20	0,00	223.071,20
TOTAL		50.000,00	1.705.303,37	0,00	1.755.303,37



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
10	SAÚDE	10.752.937,96	44.538.319,46	0,00	55.291.257,42
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	5.605.556,26	0,00	5.625.556,26
10.122.3070	COVID 19	0,00	276.598,00	0,00	276.598,00
10.122.3070.2163	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19	0,00	276.598,00	0,00	276.598,00
10.122.6080	GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE	20.000,00	5.328.958,26	0,00	5.348.958,26
10.122.6080.1126	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE SEC. DE SAÚDE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
10.122.6080.1138	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA GESTÃO DO SUS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
10.122.6080.2094	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE	0,00	5.173.458,26	0,00	5.173.458,26
10.122.6080.2099	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	77.000,00	0,00	77.000,00
10.122.6080.2148	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	0,00	28.500,00	0,00	28.500,00
10.122.6080.2171	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA GESTÃO DA SAÚDE	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00	7.934.188,71	0,00	8.034.188,71
10.301.6010	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00	7.391.309,64	0,00	7.491.309,64
10.301.6010.1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA ATENÇÃO BASICA	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10.301.6010.1125	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATENÇÃO BASICA	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10.301.6010.2061	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	0,00	5.971.125,64	0,00	5.971.125,64
10.301.6010.2062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	0,00	927.662,00	0,00	927.662,00
10.301.6010.2063	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	457.682,00	0,00	457.682,00
10.301.6010.2138	AUXÍLIO DE SUPORTE NUTRICIONAL	0,00	34.840,00	0,00	34.840,00
10.301.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	542.879,07	0,00	542.879,07
10.301.6030.2067	MANUTENÇÃO DA REDE SAÚDE MENTAL	0,00	542.879,07	0,00	542.879,07
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	10.562.937,96	28.107.042,40	0,00	38.669.980,36
10.302.6030	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.562.937,96	28.107.042,40	0,00	38.669.980,36
10.302.6030.1120	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	2.282.537,96	0,00	0,00	2.282.537,96
10.302.6030.1127	AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERMAN. P/ MÊDIA E ALTA COMPLEXIDADE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10.302.6030.1128	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULANCIA	730.400,00	0,00	0,00	730.400,00

ARAnexo_Orçamento_6

Página: 18 / 35



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
10.302.6030.1139	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AMPLIAÇÃO NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	7.500.000,00	0,00	0,00	7.500.000,00
10.302.6030.2050	MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE	0,00	12.534.936,40	0,00	12.534.936,40
10.302.6030.2066	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	0,00	4.498.570,00	0,00	4.498.570,00
10.302.6030.2068	UCT - UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE	0,00	977.335,00	0,00	977.335,00
10.302.6030.2069	MANUTENÇÃO E ENCARGOS - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO - UDR	0,00	1.234.200,00	0,00	1.234.200,00
10.302.6030.2079	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	618.000,00	0,00	618.000,00
10.302.6030.2092	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA - SAMU	0,00	41.000,00	0,00	41.000,00
10.302.6030.2150	MANUT. E ENCARGOS - AÇÕES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	8.203.001,00	0,00	8.203.001,00
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	20.000,00	1.309.302,05	0,00	1.329.302,05
10.303.6060	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA	20.000,00	1.309.302,05	0,00	1.329.302,05
10.303.6060.1129	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MANT. PERMANENTE PARA ASSIST. FARMACEUTICA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
10.303.6060.2074	MANUTENÇÃO FARMÁCIA MUNICIPAL	0,00	1.309.302,05	0,00	1.309.302,05
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50.000,00	1.236.291,04	0,00	1.286.291,04
10.304.6040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	50.000,00	1.236.291,04	0,00	1.286.291,04
10.304.6040.1130	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT. PERMANENTE P/ VIGILANCIA EM SAÚDE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10.304.6040.2070	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	1.236.291,04	0,00	1.236.291,04
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	345.939,00	0,00	345.939,00
10.305.6070	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	0,00	345.939,00	0,00	345.939,00
10.305.6070.2122	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	0,00	345.939,00	0,00	345.939,00
TOTAL		10.752.937,96	44.538.319,46	0,00	55.291.257,42



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	26.500,00	0,00	26.500,00
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	26.500,00	0,00	26.500,00
04.125.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	26.500,00	0,00	26.500,00
04.125.6140.2152	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125.6140.2153	CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
04.125.6140.2154	CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.125.6140.2179	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	502.700,00	0,00	502.700,00
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	322.700,00	0,00	322.700,00
08.243.6090	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	322.700,00	0,00	322.700,00
08.243.6090.2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	0,00	322.700,00	0,00	322.700,00
08.244	ASSISTÊNCIA ESPECIAL	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
08.244.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
08.244.6140.2035	MANUTENÇÃO CONVENIOS COM ENTIDADES ASSISTENCIAIS	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
08.244.6140.2173	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
TOTAL		0,00	529.200,00	0,00	529.200,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
04.125.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
04.125.7040.2105	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	125.000,00	6.207.654,94	0,00	6.332.654,94
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	154.500,00	0,00	154.500,00
08.243.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	154.500,00	0,00	154.500,00
08.243.7040.2155	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	0,00	154.500,00	0,00	154.500,00
08.244	ASSISTÊNCIA ESPECIAL	125.000,00	6.053.154,94	0,00	6.178.154,94
08.244.6110	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
08.244.6110.2178	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ACOLOHIMENTO CASA DE PASSAGEM	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
08.244.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	115.000,00	4.532.336,00	0,00	4.647.336,00
08.244.6140.1133	MELHORIA NA INFRAESTRUTURA FISICA ASSISTENCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
08.244.6140.1151	AQUISIÇÃO DE VEICULO - APAE	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
08.244.6140.2033	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	4.532.336,00	0,00	4.532.336,00
08.244.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	10.000,00	1.435.818,94	0,00	1.445.818,94
08.244.7040.1148	REESTRUTURAÇÃO FISICAS DAS UNIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244.7040.2039	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL	0,00	235.420,15	0,00	235.420,15
08.244.7040.2046	MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FUMIS	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
08.244.7040.2132	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA GESTÃO DO SUAS	0,00	39.000,00	0,00	39.000,00
08.244.7040.2133	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	435.000,00	0,00	435.000,00
08.244.7040.2134	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	265.500,00	0,00	265.500,00
08.244.7040.2136	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	72.500,00	0,00	72.500,00
08.244.7040.2146	MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FEAS	0,00	215.398,79	0,00	215.398,79
08.244.7040.2156	MANUT. DAS AÇÕES REF. AOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
08.244.7040.2164	AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA EPI	0,00	56.000,00	0,00	56.000,00

ARAnexo_Orcamento_6

Página: 21 / 35

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
08.244.7040.2165	AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOS	0,00	6.700,00	0,00	6.700,00
08.244.7040.2166	AÇÕES NO SUAS PARA ACOLHIMENTO	0,00	80.500,00	0,00	80.500,00
08.244.7040.2177	PROTEÇÃO SOCIAL - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
TOTAL		125.000,00	6.214.654,94	0,00	6.339.654,94



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 003 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04.125.6120.2157	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
16	HABITAÇÃO	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00
16.482.6120	HABITAÇÃO PARA TODOS	6.850.000,00	0,00	0,00	6.850.000,00
16.482.6120.1026	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
16.482.6120.1157	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	6.800.000,00	0,00	0,00	6.800.000,00
TOTAL		6.850.000,00	4.000,00	0,00	6.854.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 004 FUNDOS MUNICIPAIS DE DIREITOS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
04.125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
04.125.6140	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
04.125.6140.2180	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	437.000,00	0,00	437.000,00
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	412.000,00	0,00	412.000,00
08.243.6090	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	412.000,00	0,00	412.000,00
08.243.6090.2036	MANUTENÇÃO DO CONS. MUN. DIREITOS DA CÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08.243.6090.2130	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA ESPECIAL	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
08.244.7040	PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
08.244.7040.2175	F.M.D.M - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
TOTAL		0,00	490.000,00	0,00	490.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 001 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. ECON. E TURISMO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
04.122.6130	GESTÃO DO SISTEMA DE INDUSTRIA, COMERCIO	0,00	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
04.122.6130.2081	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE IND. COM. TURISMO	0,00	1.301.500,00	0,00	1.301.500,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.215.000,00	211.500,00	0,00	1.426.500,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00
23.691.7030	DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00
23.691.7030.2147	MANUT. DO DEPTO DE ASSISTENCIA EMPRESARIAL	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00
23.695	TURISMO	1.215.000,00	195.000,00	0,00	1.410.000,00
23.695.7010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1.215.000,00	195.000,00	0,00	1.410.000,00
23.695.7010.1022	FEST BUGRES	1.215.000,00	0,00	0,00	1.215.000,00
23.695.7010.2083	EVENTOS TURISTICOS	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
23.695.7010.2176	CONSORCIO INTERM. DE DESENV. ECON., SOCIAL, AMB. E TURISTICO DO ALTO DO RIO PARAG	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
TOTAL		1.215.000,00	1.513.000,00	0,00	2.728.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
18	GESTÃO AMBIENTAL	250.000,00	145.000,00	0,00	395.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
18.541.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
18.541.7020.2161	MANUTENÇÃO PROJETO NASCENTES VIVAS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
18.541.7020.2183	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
18.542	CONTROLE AMBIENTAL	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
18.542.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
18.542.7020.1141	PROJETO RECICLA	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
23.691.7020	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
23.691.7020.2097	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
TOTAL		250.000,00	220.000,00	0,00	470.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 004 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
18	GESTÃO AMBIENTAL	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
18.541.8020	CIDADE BONITA	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
18.541.8020.1014	REVITALIZAÇÃO DA LAGOA AZUL	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
23.695	TURISMO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
23.695.8020	CIDADE BONITA	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
23.695.8020.1033	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
TOTAL		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	1.650.000,00	4.823.025,00	0,00	6.473.025,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.650.000,00	4.823.025,00	0,00	6.473.025,00
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	4.823.025,00	0,00	4.823.025,00
04.122.3010.2053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	4.823.025,00	0,00	4.823.025,00
04.122.8050	SERVIÇOS FUNERAIS	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
04.122.8050.1007	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
04.122.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
04.122.8060.1003	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
25	ENERGIA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
25.752	ENERGIA ELETRICA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
25.752.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
25.752.3010.1155	INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
TOTAL		16.650.000,00	4.823.025,00	0,00	21.473.025,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
15	URBANISMO	13.939.600,00	0,00	0,00	13.939.600,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	13.939.600,00	0,00	0,00	13.939.600,00
15.451.8030	MALHA VIARIA URBANA	11.139.600,00	0,00	0,00	11.139.600,00
15.451.8030.1001	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	11.139.600,00	0,00	0,00	11.139.600,00
15.451.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	2.800.000,00	0,00	0,00	2.800.000,00
15.451.8060.1009	OBRAS DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
15.451.8060.1049	CONSTRUÇÃO DE RODOVIÁRIA	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
26	TRANSPORTE	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
26.782.8070	MALHA VIARIA RURAL	3.200.000,00	3.971.222,44	0,00	7.171.222,44
26.782.8070.1002	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
26.782.8070.1005	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
26.782.8070.2055	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	0,00	3.971.222,44	0,00	3.971.222,44
TOTAL		17.139.600,00	3.971.222,44	0,00	21.110.822,44



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ORGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	142.000,00	0,00	142.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	142.000,00	0,00	142.000,00
04.122.8050	SERVIÇOS FUNERAIS	0,00	92.000,00	0,00	92.000,00
04.122.8050.2052	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	0,00	92.000,00	0,00	92.000,00
04.122.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04.122.8060.2054	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
15	URBANISMO	6.850.000,00	4.415.447,56	0,00	11.265.447,56
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	850.000,00	1.005.914,45	0,00	1.855.914,45
15.451.8020	CIDADE BONITA	0,00	1.005.914,45	0,00	1.005.914,45
15.451.8020.2058	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	1.005.914,45	0,00	1.005.914,45
15.451.8030	MALHA VIÁRIA URBANA	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
15.451.8030.1107	CALÇAMENTO DE RUAS	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
15.451.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
15.451.8060.1048	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS	6.000.000,00	3.409.533,11	0,00	9.409.533,11
15.452.8010	CIDADE LIMPA	0,00	1.396.600,00	0,00	1.396.600,00
15.452.8010.2056	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	0,00	1.396.600,00	0,00	1.396.600,00
15.452.8020	CIDADE BONITA	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
15.452.8020.2057	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS E CANTEIRO CENTRAL	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
15.452.8060	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA RURAL E URBANA	6.000.000,00	1.967.933,11	0,00	7.967.933,11
15.452.8060.1134	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00
15.452.8060.2051	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	0,00	1.967.933,11	0,00	1.967.933,11
TOTAL		6.850.000,00	4.557.447,56	0,00	11.407.447,56



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		PROGRAMA DE TRABALHO			
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
04.122.3040	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
04.122.3040.2059	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - D.A.E	0,00	4.658.830,13	0,00	4.658.830,13
17	SANEAMENTO	7.530.000,00	735.500,00	0,00	8.265.500,00
17.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.451.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.451.3050.1012	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA, ESGOTO E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.530.000,00	735.500,00	0,00	7.265.500,00
17.512.3040	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	30.000,00	735.500,00	0,00	765.500,00
17.512.3040.1061	AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
17.512.3040.2060	MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	0,00	735.500,00	0,00	735.500,00
17.512.3050	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00
17.512.3050.1150	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00
TOTAL		7.530.000,00	5.394.330,13	0,00	12.924.330,13



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 13 BARRA PREVI UNIDADE: 001 BARRA PREVI		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	931.000,00	0,00	931.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	931.000,00	0,00	931.000,00
04.122.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	931.000,00	0,00	931.000,00
04.122.9020.2098	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BARRA PREVI	0,00	931.000,00	0,00	931.000,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
09.272.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
09.272.9020.2125	ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	11.760.000,00	0,00	11.760.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	609.000,00	0,00	609.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	609.000,00	0,00	609.000,00
99.999.9020	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	609.000,00	0,00	609.000,00
99.999.9020.2126	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	609.000,00	0,00	609.000,00
TOTAL		0,00	13.300.000,00	0,00	13.300.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
04.122.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
04.122.3030.2085	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	0,00	1.464.374,00	0,00	1.464.374,00
20	AGRICULTURA	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
20.606.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
20.606.3030.2087	CONTRIBUIÇÃO PARA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENV. DO ALTO RIO PARAGUAI	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
TOTAL		0,00	1.624.374,00	0,00	1.624.374,00



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985

ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
20	AGRICULTURA	2.932.500,00	1.030.000,00	0,00	3.962.500,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	0,00	1.030.000,00	0,00	1.030.000,00
20.606.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	1.030.000,00	0,00	1.030.000,00
20.606.3030.2086	APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	1.030.000,00	0,00	1.030.000,00
20.608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	2.932.500,00	0,00	0,00	2.932.500,00
20.608.3030	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	2.932.500,00	0,00	0,00	2.932.500,00
20.608.3030.1025	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	932.500,00	0,00	0,00	932.500,00
20.608.3030.1132	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
20.608.3030.1149	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE MERCADO MUNICIPAL	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
20.608.3030.1152	ENCONTRO DA MULHER RURAL	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
TOTAL		2.932.500,00	1.030.000,00	0,00	3.962.500,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

ADENDO V A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1985
ANEXO 6, DA LEI Nº 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

ÓRGÃO: 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETARIO		PROGRAMA DE TRABALHO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO	520.000,00	5.911.950,23	0,00	6.431.950,23
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	520.000,00	5.664.699,23	0,00	6.184.699,23
04.122.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	520.000,00	5.664.699,23	0,00	6.184.699,23
04.122.3010.1113	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
04.122.3010.1135	REFORMA E MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	510.000,00	0,00	0,00	510.000,00
04.122.3010.2010	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS - RH	0,00	352.133,00	0,00	352.133,00
04.122.3010.2090	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04.122.3010.2127	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	5.162.566,23	0,00	5.162.566,23
04.122.3010.2158	AQUISIÇÃO DE VEICULO, EQUIPAMENTO E MANT. PERMANENTE	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
04.126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	247.251,00	0,00	247.251,00
04.126.3010	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	247.251,00	0,00	247.251,00
04.126.3010.2012	T.I - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	247.251,00	0,00	247.251,00
TOTAL		520.000,00	5.911.950,23	0,00	6.431.950,23
TOTAL GERAL		77.068.254,96	162.063.860,21	2.579.000,00	241.711.115,17
				INTERFERÊNCIA	0,00
				TOTAL COM INTERFERÊNCIA	241.711.115,17

MARIA AZENILDA PEREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇ. E CONTROLE



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESPECIAIS
EXERCÍCIO 2024

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

RECEITA	DESPESA
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
100000000000 – RECEITAS CORRENTES.....R\$ 6.249.654,94	2105 CONSELHO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)..... R\$ 7.000,00
200000000000 – RECEITA DE CAPITALR\$ 90.000,00	2155 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZR\$ 154.500,00
	2178 MANUT. DA UNID. DE ACOLHIMENTO CASA DE PASSAGEMR\$ 85.000,00
	1133 MELHORIA NA INFRAESTRUTURA FISICA ASSISTENCIA SOCIAL..... R\$ 25.000,00
	1151 AQUISIÇÃO DE VEICULO – APAER\$ 90.000,00
	2033 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIALR\$ 4.532.336,00
	1148 REESTRUT. FISICAS DAS UNID. DE ASSISTENCIA SOCIALR\$ 10.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA AUXILIO BRASIL..... R\$ 235.420,15
	2046 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FUMIS..... R\$ 6.000,00
	2105 CONSELHO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS) R\$ 7.000,00
	2132 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA GESTÃO DO SUAS..... R\$ 39.000,00
	2133 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICAR\$ 435.000,00
	2134 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALR\$ 265.500,00
	2136 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAISR\$ 72.500,00
	2146 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FEASR\$ 215.398,79
	2155 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZR\$ 154.500,00
	2156 MANUT. DAS AÇÕES REF. AOS BEM. DE PREST. CONTINUADA - BPCR\$ 2.000,00
	2164 AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA EPIR\$ 56.000,00
	2165 AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOSR\$ 6.700,00
	2166 AÇÕES NO SUAS PARA ACOLHIMENTO..... R\$ 80.500,00
	2177 PROTEÇÃO SOCIAL - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOSR\$ 21.800,00
TOTAL.....R\$ 6.339.654,94	TOTAL R\$ 6.339.654,94

Praça Ângelo Masson, n°. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000
Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

RECEITA	DESPESA
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1000000000000 – RECEITAS CORRENTES ...R\$ 47.060.857,42	2163 ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19R\$ 276.598,00
2000000000000 – RECEITA DE CAPITALR\$ 8.230.400,00	1015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA ATENÇÃO BASICAR\$ 25.000,00
	1125 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATENÇÃO BASICAR\$ 50.000,00
	2061 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFR\$ 5.971.125,64
	2062 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE..... R\$ 927.662,00
	2063 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL..... R\$ 457.682,00
	2138 AUXÍLIO DE SUPORTE NUTRICIONAL..... R\$ 34.840,00
	1120 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPALR\$ 2.282.537,96
	1127 AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERMAN. P/ MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ...R\$ 50.000,00
	1128 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULANCIAR\$ 730.400,00
	1139 CONST., REFORMAS E AMP. NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADER\$ 7.500.000,00
	2050 MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADER\$ 12.534.936,40
	2066 MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPEC. MÉDICASR\$ 4.498.570,00
	2067 MANUTENÇÃO DA REDE SAÚDE MENTALR\$ 542.879,07
	2068 UCT - UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUER\$ 977.335,00
	2069 MANUT. E ENCARGOS – UNID. DESCENT. DE REABILITAÇÃO - UDRR\$ 1.234.200,00
	2079 MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDER\$ 618.000,00
	2092 MANUT. DO SERVIÇO DE ATEND. MÓVEL DE URGENCIA – SAMU..... R\$ 41.000,00
	2150 MANUT. E ENCARGOS - AÇÕES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADER\$ 8.203.001,00
	1130 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT. PERMANENTE P/ VIGILANCIA EM SAÚDE... R\$ 50.000,00
	2070 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIAR\$ 1.236.291,04
	2122 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTALR\$ 345.939,00
	1126 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE SEC. DE SAÚDE..... R\$ 10.000,00
	1138 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NA GESTÃO DO SUS..... R\$ 10.000,00
	2094 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDER\$ 5.173.458,26
	2099 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE..... R\$ 77.000,00
	2148 MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃOR\$ 28.500,00
	2171 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA GESTÃO DA SAÚDER\$ 50.000,00
TOTAL.....R\$ 55.291.257,42	TOTAL R\$ 55.291.257,42

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000
Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

FUNDO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

RECEITA	DESPESA
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1000000000000 – RECEITAS CORRENTES ...R\$ 29.835.693,83	1144 REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS FUNDEB 30%R\$ 400.000,00
	2028 MANUTENÇÃO FUNDEB - 70%R\$ 27.738.494,55
	2029 MANUTENÇÃO FUNDEB 30%..... R\$ 1.697.199,28
TOTAL.....R\$ 29.835.693,83	TOTAL R\$ 29.835.693,83

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL RPPS – BARRA-PREVI

RECEITA	DESPESA
ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1000000000000 – RECEITAS CORRENTESR\$ 4.316.000,00	2098 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BARRA PREVI R\$ 931.000,00
7200000000000 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2125 ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS R\$ 11.760.000,00
..... R\$ 8.984.000,00	2126 RESERVA DE CONTINGENCIA R\$ 609.000,00
TOTAL.....R\$ 13.300.000,00	TOTAL R\$ 13.300.000,00

MARIA AZENILDA PEREIRA
 PREFEITA MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA
 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇ., E CONTROLE

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000
Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.0.0.0.00.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		161.620.715,17	
1.1.0.0.00.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		24.278.495,86	
1.1.1.0.00.0.00.00.00	IMPOSTOS		21.041.103,73	
1.1.1.2.00.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO		8.661.238,61	
1.1.1.2.50.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		4.240.703,61	
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL		2.018.250,00	
1.1.1.2.50.0.1.01.00.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	00 - RECEITA	2.018.250,00	
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS		10.867,50	
1.1.1.2.50.0.2.01.00.00	MULTAS E JUROS - IPTU	00 - RECEITA	10.867,50	
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA		1.731.491,02	
1.1.1.2.50.0.3.01.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA - IPTU	00 - RECEITA	1.731.491,02	
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS		480.095,09	
1.1.1.2.50.0.4.01.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA - IPTU	00 - RECEITA	480.095,09	
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS		4.420.535,00	
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL		4.420.535,00	
1.1.1.2.53.0.1.01.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI	00 - RECEITA	4.420.535,00	
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		4.776.392,30	
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE		4.776.392,30	
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO		4.657.500,00	
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL		4.657.500,00	
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	00 - RECEITA	4.657.500,00	
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS		118.892,30	
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL		118.892,30	
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - TERCEIROS	00 - RECEITA	118.892,30	
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		7.603.472,82	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS		7.603.472,82	
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		7.603.472,82	
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL		7.430.049,04	
1.1.1.4.51.1.1.01.00.00	ISSQN - PRINCIPAL - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	00 - RECEITA	5.834.199,83	
1.1.1.4.51.1.1.02.00.00	ISSQN - PRINCIPAL - REPASSE DO SIMPLES NACIONAL	00 - RECEITA	1.595.849,21	
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS		68.790,55	
1.1.1.4.51.1.2.01.00.00	MULTAS E JUROS - ISSQN	00 - RECEITA	68.790,55	
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA		44.272,20	
1.1.1.4.51.1.3.01.00.00	DÍVIDA ATIVA - ISSQN	00 - RECEITA	44.272,20	
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS		60.361,03	
1.1.1.4.51.1.4.01.00.00	MULTA E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA - ISSQN	00 - RECEITA	60.361,03	
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	TAXAS		3.229.892,13	
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		1.786.855,01	
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO		1.786.855,01	
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL		1.407.102,79	
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	129.538,12	
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00	TAXA DE LICENÇA FUNCIONAMENTO ESTABELECIMENTO COM. IND. SERV.	00 - RECEITA	1.134.021,17	
1.1.2.1.01.0.1.03.00.00	TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO	00 - RECEITA	7.762,50	
1.1.2.1.01.0.1.04.00.00	TAXA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL	00 - RECEITA	6.210,00	
1.1.2.1.01.0.1.05.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	00 - RECEITA	31.050,00	
1.1.2.1.01.0.1.06.00.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA	00 - RECEITA	6.210,00	
1.1.2.1.01.0.1.07.00.00	TAXA PARA LIBERAÇÃO DE HABITE-SE	00 - RECEITA	46.575,00	
1.1.2.1.01.0.1.08.00.00	TAXA PARA EXERCÍCIO DE COMÉRCIO AMBULANTE/EVENTUAL	00 - RECEITA	3.105,00	CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL
1.1.2.1.01.0.1.09.00.00	TAXA PARA LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	00 - RECEITA	42.631,00	
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS		214.210,87	
1.1.2.1.01.0.2.01.00.00	MULTA E JUROS - TAXA DE FISCALIZAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	2.583,00	CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL
1.1.2.1.01.0.2.02.00.00	MULTAS E JUROS - DÍVIDA ATIVA - FISC. VIG. SANITÁRIA	00 - RECEITA	4.255,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.1.2.1.01.0.2.03.00.00	MULTAS DISK SOSSEGO	00 - RECEITA	5.123,25	
1.1.2.1.01.0.2.04.00.00	MULTAS E JUROS - ALVARÁ	00 - RECEITA	20.281,00	
1.1.2.1.01.0.2.05.00.00	MULTAS E JUROS DE OUTROS TRIBUTOS	00 - RECEITA	139.725,00	
1.1.2.1.01.0.2.06.00.00	MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA - OUTROS TRIBUTOS	00 - RECEITA	41.743,62	
1.1.2.1.01.0.2.09.00.00	MULTAS E JUROS TAXA PARA LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	00 - RECEITA	500,00	LEI
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA		123.394,35	
1.1.2.1.01.0.3.01.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	123.394,35	LEI
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS		42.147,00	
1.1.2.1.01.0.4.01.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	00 - RECEITA	42.147,00	LEI
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		1.443.037,12	
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL		1.443.037,12	
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL		935.744,12	
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00	TAXA DE CEMITÉRIO	00 - RECEITA	62.453,47	
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	00 - RECEITA	43.466,90	
1.1.2.2.01.0.1.03.00.00	TAXA PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO E TENDAS	00 - RECEITA	8.500,00	
1.1.2.2.01.0.1.05.00.00	TAXA DE EMBARQUE - TERMINAL RODOVIÁRIO	00 - RECEITA	17.760,00	
1.1.2.2.01.0.1.06.00.00	TAXA DE AQUISIÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO	00 - RECEITA	13.972,50	
1.1.2.2.01.0.1.07.00.00	TAXA DE INSCRIÇÃO FEST BUGRES	00 - RECEITA	62.100,00	
1.1.2.2.01.0.1.08.00.00	TAXA DE EXPEDIENTE	00 - RECEITA	11.800,00	
1.1.2.2.01.0.1.09.00.00	TAXA DE SERVIÇO AGRICULTURA FAMILIAR	00 - RECEITA	12.500,00	
1.1.2.2.01.0.1.11.00.00	TAXA DE EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO	00 - RECEITA	10.000,00	
1.1.2.2.01.0.1.12.00.00	TAXA DE INSCRIÇÃO SELETIVO	00 - RECEITA	77.625,00	
1.1.2.2.01.0.1.13.00.00	TAXA - OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO	00 - RECEITA	615.566,25	
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS		1.585,00	
1.1.2.2.01.0.2.13.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS	00 - RECEITA	1.585,00	LEI
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA		505.708,00	
1.1.2.2.01.0.3.02.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	00 - RECEITA	36.300,00	LEI
1.1.2.2.01.0.3.13.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	469.408,00	LEI



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		7.500,00	
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		7.500,00	
1.1.3.1.53.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		7.500,00	
1.1.3.1.53.0.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL		6.000,00	
1.1.3.1.53.0.1.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL	00 - RECEITA	6.000,00	
1.1.3.1.53.0.3.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA		1.500,00	
1.1.3.1.53.0.3.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	1.500,00	LEI
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES		5.239.139,45	
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.317.825,00	
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		77.625,00	
1.2.1.0.99.1.0.00.00.00	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJ ETADAS PELA RFB - PRINCIPAL		77.625,00	
1.2.1.0.99.1.1.00.00.00	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJ ETADAS PELA RFB - PRINCIPAL		77.625,00	
1.2.1.0.99.1.1.01.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE DOAÇÕES SOCIAIS	00 - RECEITA	77.625,00	
1.2.1.5.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL		4.240.200,00	
1.2.1.5.01.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL		4.240.200,00	
1.2.1.5.01.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO		4.190.100,00	
1.2.1.5.01.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL		4.190.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.01.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	00 - RECEITA	4.050.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.02.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	00 - RECEITA	120.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.03.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - BARRA-PREVI	00 - RECEITA	20.000,00	
1.2.1.5.01.1.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	00 - RECEITA	100,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.2.1.5.01.2.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO		50.000,00	
1.2.1.5.01.2.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO - PRINCIPAL	00 - RECEITA	50.000,00	
1.2.1.5.01.3.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS		100,00	
1.2.1.5.01.3.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	00 - RECEITA	100,00	
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		921.314,45	
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		921.314,45	
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		921.314,45	
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL		921.314,45	
1.2.4.1.50.0.1.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00 - RECEITA	921.314,45	
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.298.391,00	
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		11.500,00	
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00	ALUGUEIS		11.500,00	
1.3.1.1.01.0.0.00.00.00	ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAJENDAS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO		11.500,00	
1.3.1.1.01.1.0.00.00.00	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS		11.500,00	
1.3.1.1.01.1.1.00.00.00	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL		11.500,00	
1.3.1.1.01.1.1.01.00.00	ALUGUEIS DE IMÓVEIS PÚBLICOS	00 - RECEITA	11.500,00	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	VALORES IMOBILIÁRIOS		1.286.891,00	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS		1.286.891,00	
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		1.281.091,00	
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL		1.281.091,00	
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADOS	00 - RECEITA	206.350,00	
1.3.2.1.01.0.1.02.00.00	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FUNDEB 70%	00 - RECEITA	57.500,00	
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FUNDEB 30%	00 - RECEITA	35.900,00	
1.3.2.1.01.0.1.04.00.00	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - FNDE	00 - RECEITA	41.100,00	
1.3.2.1.01.0.1.05.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - FETHAB	00 - RECEITA	15.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.06.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIOS - SAÚDE	00 - RECEITA	40.800,00	
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00 - RECEITA	4.600,00	
1.3.2.1.01.0.1.08.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNAS	00 - RECEITA	95.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.3.2.1.01.0.1.09.00.00	REMUNERAÇÃO TRASPORTE ESCOLAR - ESTADO	00 - RECEITA	8.217,00	
1.3.2.1.01.0.1.10.00.00	REMUNERAÇÃO TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO - BLC CUSTEIO	00 - RECEITA	109.100,00	
1.3.2.1.01.0.1.11.00.00	RENDIMENTOS DE RECURSOS VINCULADOS - OUTROS	00 - RECEITA	262.100,00	
1.3.2.1.01.0.1.12.00.00	REMUNERACAO DE OUTROS DEP. BANCARIO VINCULADO	00 - RECEITA	144.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.13.00.00	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - EDUCACAO	00 - RECEITA	15.624,00	
1.3.2.1.01.0.1.14.00.00	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SAUDE PROPRIO	00 - RECEITA	93.300,00	
1.3.2.1.01.0.1.15.00.00	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SAUDE INVESTIMENTO	00 - RECEITA	54.500,00	
1.3.2.1.01.0.1.16.00.00	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - SUS ESTADO	00 - RECEITA	95.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.17.00.00	REMUNERCAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - FEAS	00 - RECEITA	3.000,00	
1.3.2.1.04.0.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		5.800,00	
1.3.2.1.04.0.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL		5.800,00	
1.3.2.1.04.0.1.01.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL	00 - RECEITA	5.800,00	
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		5.575.925,00	
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		5.575.925,00	
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		5.575.925,00	
1.6.1.1.01.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		5.575.925,00	
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL		5.568.425,00	
1.6.1.1.01.0.1.01.00.00	SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	5.216.800,00	
1.6.1.1.01.0.1.02.00.00	SERVIÇO DE RELIGAÇÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	93.150,00	
1.6.1.1.01.0.1.03.00.00	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	00 - RECEITA	186.300,00	
1.6.1.1.01.0.1.05.00.00	OUTROS SERVIÇOS	00 - RECEITA	72.175,00	
1.6.1.1.01.0.2.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS		7.500,00	
1.6.1.1.01.0.2.01.00.00	MULTAS E JUROS - DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	00 - RECEITA	7.500,00	
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		123.592.713,86	
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA E/M		52.442.618,68	
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		31.316.781,98	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO		27.590.781,98	
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL		24.355.687,15	
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL		24.355.687,15	
1.7.1.1.51.1.1.01.00.00	COTA-PARTE - FPM	00 - RECEITA	30.444.608,93	
1.7.1.1.51.1.1.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-6.088.921,78	
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO		1.781.227,07	
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL		1.781.227,07	
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM DEZEMBRO	00 - RECEITA	1.781.227,07	
1.7.1.1.51.3.0.00.00.00	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO		1.453.867,76	
1.7.1.1.51.3.1.00.00.00	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO		1.453.867,76	
1.7.1.1.51.3.1.01.00.00	COTA PARTE DO FPM - 1% ENTREGUE EM JULHO	00 - RECEITA	1.453.867,76	
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		3.726.000,00	
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL		3.726.000,00	
1.7.1.1.52.0.1.01.00.00	COTA-PARTE ITR	00 - RECEITA	4.657.500,00	
1.7.1.1.52.0.1.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA ITR - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-931.500,00	
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP		6.546.369,14	
1.7.1.2.50.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		1.665.441,17	
1.7.1.2.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL		1.665.441,17	
1.7.1.2.50.0.1.01.00.00	COTA-PARTE RECURSOS HÍDRICOS	00 - RECEITA	1.665.441,17	
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM		2.120.820,10	
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL		2.120.820,10	
1.7.1.2.51.0.1.01.00.00	COTA-PARTE RECURSOS MINERAIS - CFEM	00 - RECEITA	2.120.820,10	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP		1.207.607,87	
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP		1.207.607,87	
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL		1.207.607,87	
1.7.1.2.52.4.1.01.00.00	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO - FEP	00 - RECEITA	1.207.607,87	
1.7.1.2.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		1.552.500,00	
1.7.1.2.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		1.552.500,00	
	-			
1.7.1.2.99.0.1.01.00.00	TRANSFERENCIA DA UNIÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	00 - RECEITA	1.552.500,00	
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRU		10.119.805,04	
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTE		10.119.805,04	
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO P		6.178.739,00	
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO P		6.178.739,00	
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00	PAB - FIXO	00 - RECEITA	4.917.725,00	
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00	PROGRAMA DE SAUDE DE FAMILIA - ESF	00 - RECEITA	31.050,00	
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00	PACS	00 - RECEITA	630.662,00	
1.7.1.3.50.1.1.04.00.00	NASF - NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	00 - RECEITA	242.190,00	
1.7.1.3.50.1.1.05.00.00	SAUDE BUCAL	00 - RECEITA	34.155,00	
1.7.1.3.50.1.1.06.00.00	TETO MUN. REDE DE SAUDE MENTAL	00 - RECEITA	31.050,00	
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	00 - RECEITA	24.840,00	
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE	00 - RECEITA	10.867,00	
1.7.1.3.50.1.1.09.00.00	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19	00 - RECEITA	250.000,00	
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00	IAPI - INCENT.ASSIST.AMBUL. HOSPITALAR A POPULAÇÃO INDIGENA	00 - RECEITA	6.200,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO E		3.260.250,00	
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO E		3.260.250,00	
1.7.1.3.50.2.1.01.00.00	TETO MUN. M.A.C - AMBULATORIO E HOSPITALAR	00 - RECEITA	3.260.250,00	
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCIA		278.216,04	
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCIA		278.216,04	
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	INCENTIVO AS AÇÕES BÁSICA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00 - RECEITA	278.216,04	
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA		340.500,00	
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA		340.500,00	
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00	FARMÁCIA BÁSICA	00 - RECEITA	340.500,00	
1.7.1.3.50.9.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PR		62.100,00	
1.7.1.3.50.9.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PR		62.100,00	
1.7.1.3.50.9.1.01.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS	00 - RECEITA	62.100,00	
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		1.888.394,00	
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		1.303.813,00	
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL		1.303.813,00	
1.7.1.4.50.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	00 - RECEITA	1.303.813,00	
1.7.1.4.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		5.000,00	
1.7.1.4.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA		5.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
	ESCOLA - PDDE - PRINCIPAL			
1.7.1.4.51.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - PDDE	00 - RECEITA	5.000,00	
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		445.093,00	
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL		445.093,00	
1.7.1.4.52.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - PNAE	00 - RECEITA	445.093,00	
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE		72.388,00	
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL		72.388,00	
1.7.1.4.53.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DIRETA - PNATE	00 - RECEITA	72.388,00	
1.7.1.4.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		62.100,00	
1.7.1.4.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL		62.100,00	
1.7.1.4.99.0.1.01.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - FNDE	00 - RECEITA	62.100,00	
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		1.021.420,15	
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		1.021.420,15	
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS - PRINCIPAL		1.021.420,15	
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00	TRANSF. AUXÍLIO BRASIL	00 - RECEITA	182.346,81	
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	TRANSF. DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	420.066,34	
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00	TRANSF. DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	221.386,00	
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00	TRANSF. PROGRAMA ACESSUAIS	00 - RECEITA	40.365,00	
1.7.1.6.50.0.1.05.00.00	OUTRAS TRANSF. RECURSOS DO FNAS	00 - RECEITA	157.256,00	
1.7.1.7.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		38.000,00	
1.7.1.7.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		38.000,00	
1.7.1.7.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS -		38.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
	PRINCIPAL			
1.7.1.7.50.0.1.01.00.00	TRANSF. DA UNIÃO PARA O SUS	00 - RECEITA	38.000,00	
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		1.511.848,37	
1.7.1.9.50.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		1.461.848,37	
1.7.1.9.50.0.2.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		1.461.848,37	
1.7.1.9.50.0.2.01.00.00	ADO PLP 133/2020 LC 176/2020 LEI KANDIR TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS -	00 - RECEITA	1.148.414,00	
	DESONERAÇÃO - L.C. N- 87/96			
1.7.1.9.50.0.2.02.00.00	LEI PAULO GUSTAVO AUDIOVISUAIS	00 - RECEITA	90.363,17	LC N. 195/2022 ART. 8º
1.7.1.9.50.0.2.03.00.00	LEI PAULO GUSTAVO DEMAIS AÇÕES DA CULTURA	00 - RECEITA	223.071,20	LC N. 195/2022 ART. 8º
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		50.000,00	
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL		50.000,00	
1.7.1.9.99.0.1.04.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	00 - RECEITA	50.000,00	
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		41.407.801,35	
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		32.595.291,29	
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS		29.406.795,28	
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL		29.406.795,28	
1.7.2.1.50.0.1.01.00.00	COTA-PARTE ICMS	00 - RECEITA	36.758.494,09	
1.7.2.1.50.0.1.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-7.351.698,81	
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA		2.916.159,55	
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL		2.916.159,55	
1.7.2.1.51.0.1.01.00.00	COTA-PARTE IPVA	00 - RECEITA	3.645.199,44	
1.7.2.1.51.0.1.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA IPVA - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-729.039,89	
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS		168.318,96	
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL		168.318,96	
1.7.2.1.52.0.1.01.00.00	COTA-PARTE IPI EXPORTAÇÃO	00 - RECEITA	210.398,70	
1.7.2.1.52.0.1.02.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA IPI EXPORTAÇÃO - FUNDEB	01 - DED. FUNDEB	-42.079,74	
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		104.017,50	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - PRINCIPAL		104.017,50	
1.7.2.1.53.0.1.01.00.00	TRANSFERENCIA CIDE	00 - RECEITA	104.017,50	
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL		2.847.362,05	
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL		2.847.362,05	
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL		2.847.362,05	
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00	FARMACIA BASICA	00 - RECEITA	112.584,82	
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	00 - RECEITA	390.609,00	
1.7.2.3.50.0.1.03.00.00	SAUDE BUCAL	00 - RECEITA	25.926,75	
1.7.2.3.50.0.1.04.00.00	MEDIA E ALTA/MICROREGIONALIZAÇÃO PORT. 112/61	00 - RECEITA	56.976,75	
1.7.2.3.50.0.1.05.00.00	PASCAR	00 - RECEITA	26.432,87	
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00	PAICI	00 - RECEITA	196.304,31	
1.7.2.3.50.0.1.07.00.00	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	00 - RECEITA	1.387.749,05	
1.7.2.3.50.0.1.08.00.00	INCENTIVO AO ALCANCE DE METAS DA ATENÇÃO BASICA	00 - RECEITA	650.778,50	
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF		5.965.148,01	
1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL		1.655.570,58	
1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL		1.655.570,58	
1.7.2.9.52.0.1.01.00.00	TRANSF. TRANSPORTE ESCOLAR	00 - RECEITA	1.063.090,58	
1.7.2.9.52.0.1.02.00.00	TRANSF. FETHAB EDUCAÇÃO	00 - RECEITA	592.480,00	
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF		4.309.577,43	
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL		4.309.577,43	
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA FETHAB	00 - RECEITA	1.910.071,64	
1.7.2.9.99.0.1.02.00.00	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - FEAS	00 - RECEITA	206.398,79	
1.7.2.9.99.0.1.03.00.00	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - CRIANÇA FELIZ	00 - RECEITA	151.107,00	
1.7.2.9.99.0.1.04.00.00	OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	00 - RECEITA	130.000,00	
1.7.2.9.99.0.1.05.00.00	TRANSF. RECURSOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	00 - RECEITA	10.000,00	
1.7.2.9.99.0.1.06.00.00	TRANSF. DO BPC NA ESCOLA	00 - RECEITA	2.000,00	
1.7.2.9.99.0.1.08.00.00	TRANSFERÊNCIA FEST BUGRES	00 - RECEITA	1.000.000,00	
1.7.2.9.99.0.1.09.00.00	FESTIVIDADE FINAL DE ANO	00 - RECEITA	900.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		29.742.293,83	
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA		29.742.293,83	
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA		29.742.293,83	
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA		29.742.293,83	
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDEB	00 - RECEITA	29.742.293,83	
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.636.050,00	
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		252.000,00	
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		252.000,00	
1.9.1.1.01.0.0.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA		252.000,00	
1.9.1.1.01.0.1.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL		252.000,00	
1.9.1.1.01.0.1.01.00.00	MULTAS DE TRANSITO	00 - RECEITA	252.000,00	
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		788.050,00	
1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES		788.050,00	
1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES		788.050,00	
1.9.2.1.99.0.1.00.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL		788.050,00	
1.9.2.1.99.0.1.01.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PREFEITURA	00 - RECEITA	788.050,00	
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES		596.000,00	
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA		596.000,00	
1.9.9.9.03.0.0.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROT		70.000,00	
1.9.9.9.03.0.1.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROT	00 - RECEITA	70.000,00	
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB		526.000,00	
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS		450.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL		450.000,00	
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00	RECEITAS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	00 - RECEITA	450.000,00	
1.9.9.9.99.3.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - FINANCEIRAS		76.000,00	
1.9.9.9.99.3.3.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - DÍVIDA ATIVA		76.000,00	
1.9.9.9.99.3.3.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	1.000,00	
1.9.9.9.99.3.3.02.00.00	ALVARÁ - DÍVIDA ATIVA	00 - RECEITA	75.000,00	
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		71.106.400,00	
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		15.000.000,00	
2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		15.000.000,00	
2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO		15.000.000,00	
2.1.1.2.01.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO		15.000.000,00	
2.1.1.2.01.0.1.00.00.00	INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA		15.000.000,00	
2.1.1.2.01.0.1.02.00.00	INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA	00 - RECEITA	15.000.000,00	
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		300.000,00	
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		300.000,00	
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES		300.000,00	
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES		300.000,00	
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL		300.000,00	
2.2.1.3.01.0.1.01.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS - VEÍCULOS	00 - RECEITA	250.000,00	
2.2.1.3.01.0.1.02.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS - EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	50.000,00	
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		55.806.400,00	
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		19.126.400,00	
2.4.1.4.00.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		19.126.400,00	
2.4.1.4.53.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		250.000,00	
2.4.1.4.53.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL		250.000,00	
2.4.1.4.53.0.1.02.00.00	PROJETO RECICLA	00 - RECEITA	250.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
2.4.1.4.54.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE		14.800.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL		14.800.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.02.00.00	CONVENIOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	1.000.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.04.00.00	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL	00 - RECEITA	1.200.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.05.00.00	OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	00 - RECEITA	300.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.06.00.00	REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL	00 - RECEITA	500.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.07.00.00	CONSTRUÇÃO DE RODOVIARIA	00 - RECEITA	1.800.000,00	
2.4.1.4.54.0.1.08.00.00	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	00 - RECEITA	10.000.000,00	
2.4.1.4.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		4.076.400,00	
2.4.1.4.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL		4.076.400,00	
2.4.1.4.99.0.1.01.00.00	TRANSF. FUNDO NACIONAL DE HAB. DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS	00 - RECEITA	40.000,00	
2.4.1.4.99.0.1.02.00.00	TRANSF. DO PROG. SUBSÍDIO E HABIT. DE INTERESSE SOCIAL - PSH	00 - RECEITA	41.000,00	
2.4.1.4.99.0.1.03.00.00	TRANSF. MINISTERIO AGRICULTURA PEC. E ABASTECIMENTO - MAPA	00 - RECEITA	845.400,00	
2.4.1.4.99.0.1.04.00.00	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DA UNIÃO	00 - RECEITA	1.250.000,00	
2.4.1.4.99.0.1.05.00.00	CONST. EQUIP. PARA PRÁTICA DE ESPORTES	00 - RECEITA	1.200.000,00	
2.4.1.4.99.0.1.07.00.00	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS	00 - RECEITA	700.000,00	
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		36.680.000,00	
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		36.680.000,00	
2.4.2.2.51.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		2.500.000,00	
2.4.2.2.51.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL		2.500.000,00	
2.4.2.2.51.0.1.01.00.00	CONSTRUÇÃO DE PRO-INFANCIA	00 - RECEITA	2.500.000,00	
2.4.2.2.52.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		7.500.000,00	
2.4.2.2.52.0.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL		7.500.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
2.4.2.2.52.0.1.01.00.00	AMPLIAÇÃO DA REDE DE CAPTÇÃO DE ESGOTO	00 - RECEITA	7.500.000,00	
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		26.680.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL		26.680.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.02.00.00	REVITALIZAÇÃO LAGOA AZUL	00 - RECEITA	200.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.06.00.00	REFORMA DE MINI ESTADIO	00 - RECEITA	500.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.07.00.00	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	00 - RECEITA	1.230.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.08.00.00	REFORMA DO HOSPITAL	00 - RECEITA	7.500.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.09.00.00	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	00 - RECEITA	3.150.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.11.00.00	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA-ASFALTO	00 - RECEITA	6.000.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.12.00.00	CONSTRUÇÃO MERCADO MUNICIPAL	00 - RECEITA	350.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.13.00.00	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS	00 - RECEITA	500.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.14.00.00	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	00 - RECEITA	6.800.000,00	
2.4.2.2.99.0.1.15.00.00	ENCONTRO DA MULHER RURAL	00 - RECEITA	450.000,00	
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		8.984.000,00	
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		8.984.000,00	
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		8.984.000,00	
7.2.1.5.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - INTRA OFSS		8.984.000,00	
7.2.1.5.02.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - INTRA OFSS		8.452.000,00	
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - INTRA OFSS		8.452.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - INTRA OFSS		8.452.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.01.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	00 - RECEITA	8.154.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.02.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	00 - RECEITA	265.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.03.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - BARRA PREVI	00 - RECEITA	33.000,00	
7.2.1.5.51.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PARCELAMENTOS - INTRA OFSS		532.000,00	
7.2.1.5.51.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - INTRA OFSS		532.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL -	00 - RECEITA	442.000,00	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO	FONTES DA RECEITA	TIPO OPERAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÕES
7.2.1.5.51.1.2.00.00.00	INTRA OFSS CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS - INTRA OFSS	00 - RECEITA	90.000,00	
TOTAL				241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO
EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

RECEITA	R\$	R\$	DESPESA	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		176.763.955,39	LEGISLATIVA		5.826.645,88
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24.278.495,86		ADMINISTRAÇÃO		36.960.676,62
CONTRIBUIÇÕES	5.239.139,45		SEGURANÇA PÚBLICA		400.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.298.391,00		ASSISTÊNCIA SOCIAL		7.272.354,94
RECEITA DE SERVIÇOS	5.575.925,00		PREVIDÊNCIA MUNICIPAL		11.760.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	138.735.954,08		SAÚDE		55.291.257,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.636.050,00		EDUCAÇÃO		46.570.455,41
RECEITAS DE CAPITAL		71.106.400,00	CULTURA		1.755.303,37
OPERações DE CRÉDITO	15.000.000,00		URBANISMO		25.205.047,56
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00		HABITAÇÃO		6.850.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.806.400,00		SANEAMENTO		8.265.500,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		15.143.240,22	GESTÃO AMBIENTAL		595.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.143.240,22		AGRICULTURA		4.122.500,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		8.984.000,00	COMÉRCIO E SERVIÇOS		1.801.500,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.984.000,00		ENERGIA		15.000.000,00
	0,00		TRANSPORTE		7.171.222,44
	0,00		DESPORTO E LAZER		2.452.651,53
	0,00		ENCARGOS ESPECIAIS		3.192.000,00
	0,00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS		1.219.000,00
PREVISÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	PREVISÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
PREVISÃO DE TRANSFERÊNCIAS PATRONAIS RECEBIDAS		0,00	PREVISÃO DE TRANSFERÊNCIAS PATRONAIS CONCEDIDAS		0,00
TOTAL		241.711.115,17	TOTAL		241.711.115,17



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

PRAÇA FELIPE FERREIRA MENDES, 1000, Nº 1000, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

EXERCÍCIO DE 2024

- ORÇAMENTO FISCAL - SEGURIDADE SOCIAL - INVESTIMENTOS -

CONSOLIDADO

CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA	PREVISTA
		2020	2021	2022	2023	2024
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.093.589,07	16.328.586,90	19.420.302,30	20.337.303,71	24.278.495,86
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	580.682,07	3.697.478,29	4.888.753,68	4.674.780,77	5.239.139,45
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	47.769,34	460.014,52	1.894.413,92	1.190.951,54	1.298.391,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	4.125.474,77	4.644.240,02	5.367.821,55	5.571.164,53	5.575.925,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.022.097,12	89.510.670,14	109.357.722,67	116.079.304,77	123.592.713,86
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.623.336,94	1.760.909,76	2.847.535,15	1.416.460,10	1.636.050,00
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	OPERACIONAIS DE CRÉDITO	13.004.542,97	0,00	745.474,95	0,00	15.000.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	ALÍQUOTA DE BENS	692.300,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.149.792,09	4.391.214,83	7.503.207,14	21.206.000,00	55.806.400,00
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	4.708.273,17	7.244.932,29	7.173.000,00	8.984.000,00
		124.339.584,37	125.501.387,63	159.270.163,65	177.948.965,42	241.711.115,17

CÓDIGO LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			ORÇADA	PREVISTA
		2020	2021	2022	2023	2024
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.402.641,06	52.052.274,29	75.736.347,45	71.022.947,10	79.605.979,37
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	107.400,76	204.956,94	153.558,90	180.000,00	192.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.563.094,98	47.572.684,57	70.564.516,46	74.339.114,80	84.633.910,18
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	24.789.985,45	9.331.494,65	12.401.259,95	28.481.311,36	73.060.225,62
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	342.522,26	1.125.449,92	3.335.588,23	2.735.592,16	3.000.000,00
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	1.209.000,00
		123.205.644,51	110.286.860,37	162.191.270,99	177.958.965,42	241.701.115,17

ARRelatorio_Orcamento_7

Página: 1 / 1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 313/2023

PORTARIA Nº 313/2023

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Designar o Sr. **JOAO VITOR JUSTINO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 47921339 SSP/SP, CPF nº 379.386.108-28, e da Carteira Nacional de Habilitação nº **05131870793**, Categoria **AB**, nomeado pela Portaria nº 424/2022, no cargo de **ASSESSOR DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**, para desempenhar também a função de motorista quando requisitado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete da Prefeita, em 14 de dezembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº12/2023

O município de Barra do Bugres/MT, através do pregoeiro, torna público a realização do processo licitatório na modalidade pregão eletrônico nº12/2023 que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GUINDASTE HIDRAULICO ARTICULADO NOVO, COM CESTO AEREO PARA PESSOA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**. Menor preço.Regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto 10.024/19 e subsidiariamente pelas Leis nº 8.666/93, LC 123/06 e suas alterações e demais legislações complementares. Data de realização: dia 17 de janeiro de 2024, hora: 09h00 (Horário de Brasília - DF), Site: www.licitanet.com.br. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário local). Endereço: Praça Felipe Ferreira Mendes, nº 1000, Centro, Barra do Bugres – MT, ou através da página: www.barradobugres.mt.gov.br, “serviço de informação ao cidadão”. Informações no telefone (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 19 de dezembro de 2023

EDIRLEI SOARES DA COSTA

pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

08º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA AO CONTRATO Nº 012/2022 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 339/2021

TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA Nº. 08 ao Contrato nº. 012/2022, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 339/2021que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE BARRA**

DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO, e INLASGES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário, que tem como objeto: Reforma do prédio da Escola Dom Bosco – construção de depósito e quadra poliesportiva.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu prefeito municipal, **Sr. Adilson Gonçalves de Macedo**, nomeado no ato de posse em 01/01/2021, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, **INLASGES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 00.584.515/0001-86, com sede a Travessa Vista Alegre, nº51, Quadra 151, Lote 14, Sala 01, Loteamento Vista Alegre, em Barra do Garças – MT, CEP 78.603-246 neste ato representada por seu proprietário sócio, Sr. (a) **EDUARDO NUNES CUNHA SOUTO**, devidamente qualificado nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação de Prazo Vigência do contrato;

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 - Fica alterada à Cláusula Quarta – Dos Prazo e do local da Serviços/Obras: fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até dia **01/04/2024**.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1- O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 57, § 1º, da Lei nº 8666/93º.

3.2 - A PRORROGAÇÃO DE PRAZO dá-se-a em razão que o tempo previamente estabelecido foi insuficiente para finalização da obra, tendo em vista que a reforma se encontra na fase final, se faz necessário a realização do termo aditivo para entrega da obra, conforme planilha orçamentária.

3.3 - Conforme previsão do contrato supra, em sua cláusula décima sexta prevê: Os Termos Aditivos, caso houverem, obedecerão o previsto no Art. 57, § 1º e Art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA: DOMICÍLIO E FORO.

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Barra do Garças-MT, 18 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 399/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2023,

TOMADA DE PREÇO Nº 010/2023

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: **L F V GOMES ENGENHARIA LTDA**

CNPJ: 37.554.960/0001-03

Objeto: **“Reforma e Ampliação do Centro Social Urbano - CSU, através do Termo de Convênio nº 934855/2022/MDEFESA”**

Valor Global: **R\$ 1.241.409,07** (Um milhão, duzentos quarenta um mil, quatrocentos nove reais e sete centavos).

Validade: Iniciando-se em 13/12/2023 e com término em 13/12/2024.

Barra do Garças - MT, 19 de Dezembro de 2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 066/2023/ PMBG-MT

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº. 19.752/2023, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto Municipal nº.4.601/2021, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de Software Integrado para Gestão de Saúde Pública Municipal, sendo na média e alta complexidade, regulação, controle e avaliação, Gestão Hospitalar, capacitações para as Equipes de Saúde entre outras necessidades inerentes ao Suporte da Gestão do Software Integrado de Saúde, devendo possuir Mecanismos para Integrar os Sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde - CADWEB, BPA MAGNÉTICO, RAAS, CNES, BNDA-SAF/BNAFAR, SIGTAP, SISAII, SISOBI - rodar sobre Servidores de páginas de Internet (On-Line) e Intranet (Off-Line), a fim de atender a Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT.

DATA: 15/01/2024

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças- MT, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas, no site da prefeitura, <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/>, no www.licitanet.com.br e através do e-mail pregao@barradogarcas.mt.gov.br; licitacaobarradogarcas@gmail.com.

Barra do Garças-MT, 19 de dezembro de 2023

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 429/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2023.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço: Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, residente na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **BANDEIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAS ESPORTIVOS E MATERIAIS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 50.976.891/0001-94, estabelecida R DOMINGOS ANDRE ZANINI, 277, SALA 1118, CAMPINAS, SAO JOSE-SC, CEP: 88.117-200, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor JORGE LUIZ DE SA MARQUES, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem,

na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº. 171/2023, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos, Conforme Condições, Descrições e Especificações Técnicas Contidas neste Termo de Referência e seus anexos para Atendimento da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de Barra do Garças, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos, conforme segue:

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vir. Unitário	Total
78462	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO PROFISSIONAL - IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY S11 ECOKNIT FPF - PESO: 445G, CIRCUNFERENCIA: 68CM, NO GOMOS: 14, MIOLO: CAPSULA SIS, CAMARA: 6D, LAMINADO: ECOKNIT, CONSTRUCAO: TERMOTEC, TAMANHO: ADULTO. CHANCELADA PELA FEDERACAO PAULISTA DE FUTEBOL.	UNIDADE	Penalty	350,0000	297,1400	103.999,00
3 - BOLA DE CAMPO					103.999,00	
Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vir. Unitário	Total
78463	BOLA DE FUTSAL 1000 PROFISSIONAL - IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY MAX 1000 - PESO: 430G, CIRCUNFERENCIA: 62,5CM, NO GOMOS: 11, MIOLO: CAPSULA SIS, CAMARA: 6D, LAMINADO: PU PRO CONSTRUCAO: TERMOTEC, TAMANHO: 1000. CHANCELADA PELA CBFS, FPFs E FIFA PARA EVENTOS OFICIAIS NACIO-NAIS.	UNIDADE	Penalty	250,0000	232,8300	58.207,50
78464	BOLA DE FUTSAL 200 PROFISSIONAL - IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY MAX 200 RX - PESO: 380G, CIRCUNFERENCIA: 55CM, TAMANHO: JUV. E SUB-13, NO GOMOS: 32, MIOLO: CAPSULA SIS, CAMARA: 6D, LAMINADO: PU 500 CONSTRUCAO: ULTRA FUSION. CHANCELADA PELA CBFS, FPFs E FIFA PARA EVENTOS OFICIAIS NACIO-NAIS.	UNIDADE	Penalty	250,0000	126,9700	31.742,50
4 - BOLA FUTSAL					89.950,00	
Total Fornecedor					193.949,00	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **10 (dez)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

- prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;
- aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;
- indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Fiscal: Carlos Mauro Amorim Nunes, Matrícula:371 Suplente: Antonio Paulo da Costa Bilego, Matrícula:359
---	--

- c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
- c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;
- c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;
- a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;
- c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

- a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

- 8.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2 - Quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3 - Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;
- 8.1.5 - Por razões de interesse público, devidamente justificado;
- 8.1.6 - Quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal nº. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal nº 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 053/2023 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 171/2023.

10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 19 de dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 427/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2023.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço: Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, residente na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **BRUNA ALVES DE SOUZA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.176.661/0001-66, estabelecida R MASCARENHAS DE MORAIS, 20, centro, IPAMERI-GO, CEP: 75.780-000, neste ato representada por sua sócia proprietária, Senhora BRUNA ALVES DE SOUZA, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº. 171/2023, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos, Conforme Condições, Descrições e Especificações Técnicas Contidas neste Termo de Referência e seus anexos para Atendimento da Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de Barra do Garças, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Aquisição de Material Esportivo e Premiações (troféus e medalhas) que Visará Atender à Execução de Desporto e Lazer nos Bairros, Associações e Eventos nas Comunidades Indígenas e Distritos, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vir. Unitário	Total
1138	COLETES MALHA FRIA TAMANHOS : 40 M E 20 G - DUPLA FACE COLMEIA DUAS CORES TRB	UNIDADE	trb	500,0000	15,0300	7.515,00
15356	COLETE DUPLA FACE	UNIDADE	trb	500,0000	18,6600	9.330,00
78486	COLETE DE MALHA FRIA - COLETE DUPLA FACE, DUAS CORES, NUMERADAS, COM LOGOMARCAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER EM TAMANHOS: P,M,G E GG.	UNIDADE	trb	500,0000	28,3100	14.155,00
Total Fornecedor					31.000,00	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **10 (dez)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº. 8.666/93 e Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

- prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;
- aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;
- indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Fiscal: Carlos Mauro Amorim Nunes, Matrícula:371 Suplente: Antonio Paulo da Costa Bilego, Matrícula:359
---	--

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - Quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - Quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - Por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - Quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei n°. 10.520/2002, Lei n°. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n°. 053/2023 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo n°. 171/2023.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 19 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 402/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 028//2023.

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: **GRAFICA MULTICOR LTDA**

CNPJ: **14.931.018/0001-11**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO EXERCÍCIO 2023/2024 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO GARÇAS-MT**

Valor Global: **R\$ 875.974,50 (oitocentos setenta cinco mil novecentos setenta quatro reais e cinquenta centavos)**

Validade: Iniciando-se em 18/12/2023 e com término em 18/12/2024.

Barra do Garças - MT, 19 de dezembro de 2023.

MF sob o n° 16.939.495/0001-59, com sede a Rua Alisios (Jd Bom Clima), n° 0332, bairro Despraçado, Cuiabá - MT, CEP 78048-226 neste ato representada por FERNANDO AUGUSTO DE CARVALHO JUNIOR, doravante denominada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação de prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1- Fica alterada à Cláusula Quarta - Dos prazos e do local da serviços/ obras: fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, até o dia **01/07/2024**.

CLAUSULA TERCEIRA- DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1- O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

3.2 - A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** dá-se-a em razão que o tempo previamente estabelecido foi insuficiente para poder finalizar a obra.

3.3 -Conforme previsão do contrato supra, em sua clausula décimasexta prevê: Os termos aditivos caso houverem, obedecerão o previsto no Art. 57, §1° da Lei Federal n° 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA – DO DOMICILIO E DO FORO

4.1 - Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

4.2 - E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barra do Garças-MT, 18 de dezembro de 2023

4° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 263/2022 – TOMADA DE PREÇO N° 010/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 339/2021

TERMO ADITIVO DE PRAZO N°. 04 ao Contrato n°. **263/2022** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO**, e **BKP CONSTRUTORA LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como objeto: Execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas no distrito de Taba Azul.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal n°. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ n°. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, n° 522, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. Adilson Gonçalves de Macedo**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, **BKP CONSTRUTORA LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ/

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO 03º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA AO CONTRATO Nº 222/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 009/2022

Onde se lê:

03º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA AO CONTRATO Nº 222/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2022 - TOMADA DE PREÇO 009/2022

Leia-se:

03º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 222/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2022 - TOMADA DE PREÇO 009/2022

TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2023

Por este instrumento particular de Rescisão de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS – MT**, representado neste ato pelo Se-

nhor Prefeito Municipal **ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**, e de outro lado a empresa **FREDERICO DE O LIMA**, CNPJ: **44.615.388/0001-00**, firmado entre as partes em 29/09/2023, tendo como objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NOS ATENDIMENTOS DOS BLOCOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (APS), MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS**. Resolve de comum acordo e a pedido da CONTRATADA, rescindi-lo nesta data, em conformidade com o artigo 79, inciso II da Lei Federal de nº 8.666/1993.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Barra do Garças, 18 de Dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 393/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº182/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº058/2023

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para Futura e Eventual Aquisição de Insumos Médico-Hospitalares para o Atendimento das Demandas do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), adstritos a Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal, **SR. ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO - HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 13.994.852/0001-93, estabelecida Rua Genesio Roberto Baggio, nº 1304, Sala 01, Bairro Centro-Sul, em Sorriso - MT, CEP nº 78.896-082, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor **CLAIR PANAZZOLO**, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº182/2023, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para: Futura e Eventual Aquisição de Insumos Médico-Hospitalares para o Atendimento das Demandas do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), adstritos a Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1. O preço para: Futura e Eventual Aquisição de Insumos Médico-Hospitalares para o Atendimento das Demandas do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA), adstritos a Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vir. Unitário	Total
46261	CURATIVO DE ESPUMA PARA TRAQUEOSTOMIA 8X8CM	UNIDADE	POLARFIX	300,0000	19,9900	5.997,00
78088	ALCOOL ETILICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO 70% (70 GL), APRESENTAÇÃO GEL	LITRO	PATRIOTA	500,0000	5,7500	2.875,00
84713	KIT NEBULIZADOR EM T PARA VENTILACAO MECANICA. KIT DE NEBULIZACAO EM T PARA CIRCUITO DE VENTILACAO MECANICA COM 01 CONECTOR EM T DE POLIESTIRENO; 01 COPO NEBULIZADOR COM TAMPÁ; 01 EXTENSAO DE 2,10M EM PVC ATOXICO.	UNIDADE	HAOXI	30,0000	162,0000	4.860,00
84732	ASPIRADOR PARA REDE DE GASES, APLICACAO AR COMPRIMIDO TIPO VENTURI TIPO FRASCO FRASCO DE VIDRO GRADUADO VOLUME CERCA DE 500 ML TIPO USO ESTERILIZAVEL COMPONENTES COM FLUXOMETRO ADICIONAIS TAMPÁ DE ROSCA E SISTEMA ANTITRANSBORDAMENTO CONEXOES COM CONE	UNIDADE	HAOXI	10,0000	105,0000	1.050,00
84733	ASPIRADOR SECRECOES, P/ REDE DE OXIGENIO, A VACUO, POR EJETOR TIPO VENTURI, C/ VALVULA RETENCAO, DESMONTAVEL E ESTERILIZAVEL (HASTE ACO INOX), BOLA, CONEXOES CONFORME ABNT, PORCA ENTRADA LATAO C/ABAS, SEDE EM BORRACHA SILICONE, FRASCO DE VIDRO 500ML	UNIDADE	HAOXI	10,0000	111,0000	1.110,00
TOTAL DO FORNECEDOR					15.892,00	

3. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº 4.601/2021.

3.2. O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº 4.601/2021.

3.4. A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4. DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2. Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3. Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1. No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1. Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

A) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

B) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

C) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, compete:

Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

Secretaria Municipal de Saúde	Fiscal: Paula Bianca Silveira Brandão Matrícula nº13763
	Suplente: Kamyly Santos de Almeida Matrícula nº11533

C.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

C.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

C.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

C.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

A) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

B) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

C) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2. Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3. Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4. A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona).

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1. É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº 4.601/2021

6.2. Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I. Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II. As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III. Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

6.3. No ato da apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços ou fornecimentos, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, a CONTRATANTE irá proceder com a retenção e recolhimento dos impostos e abatimento do valor devido em conformidade com a INRFB 2.145/2023, 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 5.228 de 20 de julho de 2023, bem como INRFB nº 2.110 de 17 de outubro de 2022.

7. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1. Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), o objeto registrado.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6. Quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2. A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1. Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2. A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1. Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2. Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3. As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal nº 4.601/2021, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2. Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº058/2023 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº182/2023.

10.3. Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1. As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças/MT.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 06 de dezembro de 2023.

RETIFICAÇÃO TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PP 025/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

“A administração pode anular seus próprios atos, **quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.**”

Decide: **REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2023– PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023**, cujo o objeto é **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS NAS DEPENDÊNCIAS DA USINA ASFÁLTICA LOCALIZADA NO SETOR INDUSTRIAL”**, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF).

3º CONSIDERANDO que o ato administrativo de REGOGAÇÃO é resultante do poder discricionário da Administração, e partindo da premissa de que o procedimento licitatório é a persecução do interesse público, imperativo, portanto, REVOGAR-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023, tendo em vista que houve falha na obtenção da cotação de preços e consequentemente quanto da apresentação e aceitabilidade da proposta de preço.

Barra do Garças - MT, 18 de dezembro de 2023

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

LEI MUNICIPAL N.º 661, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.



LEI MUNICIPAL N.º 661, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT, para o Exercício Financeiro de 2024 em **R\$ 62.650.000,00 (Sessenta e Dois Milhões, Seiscentos e Cinquenta Mil Reais)**, compreendendo:

- I. O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.
- II. O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

CAPÍTULO II
DA PREVISÃO DA RECEITA

Artigo 2º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Bom Jesus do Araguaia/MT para o exercício de 2024, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima à Receita Bruta em **R\$ 71.030.000,00 (Setenta e Um Milhões e Trinta Mil Reais)**, realizadas as deduções para formação do FUNDEB e Deduções Tributárias no valor de **R\$ 8.380.000,00 (Oito Milhões e Trezentos e Oitenta Mil Reais)**, totalizando uma Receita Líquida de **R\$ 62.650.000,00 (Sessenta e Dois Milhões, Seiscentos e Cinquenta Mil Reais)**.

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



RECEITA	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.874.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	550.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.945.909,42	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.090,58	
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-8.380.000,00	
SUB TOTAL		62.650.000,00
TOTAL		62.650.000,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		11.938.816,10
RESUMO		
RECEITAS CORRENTES	71.030.000,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.380.000,00	
TOTAL DE RECEITAS		62.650.000,00
TOTAL		62.650.000,00

GESTÃO 2021 - 2024

CAPÍTULO III DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 3º A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em **R\$ 62.650.000,00 (Sessenta e Dois Milhões, Seiscentos e Cinquenta Mil Reais)** para Administração Direta e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas, até o nível de modalidade de aplicação, que estão assim desdobrados:

I. Por Categoria Econômica:

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Bom Jesus do ARAGUAIA

GESTÃO 2021 - 2024

CRESCENDO COM A FORÇA DO POVO

CNPJ N° 04.173.952/0001-68

DESPESA	R\$	R\$
DESPESAS CORRENTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.516.390,28	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.454.693,62	
SUB TOTAL		50.971.183,90
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		11.678.816,10
TOTAL		62.650.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	10.365.806,10	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10,00	
SUB TOTAL		10.365.816,10
RESERVA DE CONTINGENCIA		1.313.000,00
TOTAL		11.678.816,10
RESUMO		
DESPESAS CORRENTES	50.971.183,90	
DESPESAS DE CAPITAL	10.365.816,10	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.313.000,00	
TOTAL DE DESPESA		62.650.000,00
TOTAL		62.650.000,00

CRESCENDO COM A FORÇA DO POVO

II. Por Órgãos de Governo:

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO		
01 01	CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA	3.143.534,81
02 02	GABINETE DO PREFEITO	3.014.626,00
02 03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.193.700,00
02 04	SECRETARIA DA FAZENDA	2.468.110,00
02 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15.879.577,10
02 06	SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAUDE	10.844.268,44
02 07	SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.148.499,56
02 08	SECRETARIA ESPORTE, LAZER E CULTURA	1.891.300,00
02 09	SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUST, COMERCIO E MEIO AMBIENTE	1.185.900,00
02 10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	17.877.484,09
TOTAL		62.650.000,00

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



III. Por Programas

Programana	Obras	Outros	Outras Despesas de	Despesas	Reserva de	Total
0001 Processo Legislativo	613.534,81	270.000,00	0,00	2.260.000,00	0,00	3.143.534,81
0002 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	500.000,00	100.000,00	10,00	7.763.426,00	1.253.000,00	9.616.436,00
0003 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	150.000,00	75.200,00	0,00	1.923.299,56	0,00	2.148.499,56
0004 ESPORTE PARA TODOS	0,00	20.000,00	0,00	1.009.800,00	0,00	1.029.800,00
0005 VITRINE ARAGUAIA	0,00	5.000,00	0,00	856.500,00	0,00	861.500,00
0006 EDUCAR PARA TRANSFORMAR	410.000,00	550.520,00	0,00	14.919.057,10	0,00	15.879.577,10
0007 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE	0,00	10.000,00	0,00	1.178.900,00	0,00	1.188.900,00
0008 INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QU	7.045.551,29	10.000,00	0,00	10.821.932,80	0,00	17.877.484,09
0009 SAÚDE PARA TODOS	450.000,00	156.000,00	0,00	10.238.268,44	0,00	10.844.268,44
0010 PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
TOTAL	9.169.086,10	1.196.720,00	10,00	50.971.183,90	1.313.000,00	62.650.000,00



IV. Por Funções:

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	3.143.534,81
04	Administração	9.487.336,00
08	Assistência Social	2.148.499,56
10	Saúde	10.844.268,44
12	Educação	15.879.577,10
13	Cultura	861.500,00
15	Urbanismo	12.549.953,29
20	Agricultura	65.000,00
26	Transporte	5.327.530,80
27	Desporto e Lazer	1.029.800,00
99	Reserva de Contingência	1.313.000,00
TOTAL		62.650.000,00

Artigo 4º O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



DESCRIÇÃO	TOTAL
Orçamento Fiscal	49.657.232,00
Orçamento da Seguridade Social	12.992.768,00
Saúde	10.844.268,44
Assistência Social	2.148.499,56
Previdência Social	0,00
ORÇAMENTO TOTAL	62.650.000,00

CAPÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Artigo 5.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 30,00% (Trinta por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos II e III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial 2023, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

III – fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

IV – conforme art. 6º da Portaria interministerial nº 163/2001 e Resolução de Consulta nº 15/2010 do TCE-MT, a discriminação da despesa quanto a sua natureza, far-se-á, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

V - Até o limite da dotação consignada nesta Lei como Reserva para Emendas Individuais Parlamentares – Projeto/Atividade 1.087, R\$ 693.944,94 (Seiscentos e Noventa e Três Mil e Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos), observado o disposto na emenda à Lei Orgânica 012/2022 de 14 de março de 2022, e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para atendimento a Emendas Parlamentares.

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



Artigo 6.º O Poder Executivo fica autorizado Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Artigo 7.º Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.024.

Artigo 8.º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.024, revogadas a disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia-MT, em 18 de dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE
OLIVEIRA:96915862153

Assinado de forma digital por MARCILEI ALVES DE
OLIVEIRA:96915862153
Dados: 2023.12.18 17:38:14 -03'00'

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



Bom Jesus do
ARAGUAIA

GESTÃO 2021 - 2024

CRESCENDO COM A FORÇA DO POVO

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: GARRA ENTRETENIMENTOS LTDA

VALOR GLOBAL: R\$: 90.000,00 (Noventa mil reais)

OBJETO: O objeto deste contrato é a Contratação de Empresa Promotora de Shows Artísticos com o Cantor THIAGO JHONATHAN, a rea-

lizar no dia 13/01/2024 no Distrito de Nova Conquista, neste município.

VIGÊNCIA: até 19/02/2024.

Bom Jesus do Araguaia – MT, em 19 de Dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 666, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.

LEI MUNICIPAL N.º 666, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA**, Estado do Mato Grosso, o Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, faz saber, que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao **BANCO DO BRASIL S.A.**, até o valor de R\$ 6.145.176,06 (seis milhões cento e quarenta e cinco mil cento e setenta e seis reais e seis centavos), nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24.03.2022, e suas alterações, destinados a implantação de usina de microgeração e minigeração de energia solar fotovoltaica conectado à rede, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar em conta-corrente de titularidade do município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do município, ou qualquer(is) outra(s) conta(s), salvo a(s) de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em específico a Lei Municipal n.º 660, de 29 de novembro de 2.023.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia-MT, 18 de dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Justificativa

Senhora Presidenta,

Senhores Vereadores,

Com renovada satisfação vimos à presença de Vossa Excelência e dos Nobres Parlamentares que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, com o objetivo de encaminhar Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiar a execução do projeto de Eficiência Energética, com a instalação de usinas de microgeração e minigeração de energia solar fotovoltaica conectado à rede, no município de Bom Jesus do Araguaia.

Diagnóstico

A proposta do projeto é tornar o município mais sustentável e, ao mesmo tempo, criar alternativas financeiras para o alto custo das tarifas de energia elétrica das instalações municipais e iluminação pública, para atender um consumo médio de energia elétrica do município de 95.721,62 kWh/mês, o que corresponde, a um custo estimado mensal de R\$ 94.764,40 (noventa e quatro mil setecentos e sessenta e quatro mil e quarenta centavos).

O investimento terá uma abrangência direta na iluminação pública do município, redução de custos na iluminação pública e demais órgãos municipais.

Benefícios Esperados

O presente sistema/projeto será instalado em prédios/imóveis públicos de propriedade do município e está estimado em R\$ 6.145.176,06 (seis milhões cento e quarenta e cinco mil cento e setenta e seis reais e seis centavos), com uma economia mensal estimada em R\$ 94.764,40 (noventa e quatro mil setecentos e sessenta e quatro mil e quarenta centavos), e prazo de retorno dos investimentos previsto em 60 meses, conforme demonstrado no Payback.

Este projeto visa a diminuição dos custos das tarifas (reduzindo os gastos com as faturas de energia elétrica da prefeitura), o sistema fotovoltaico será capaz de gerar energia para as suas unidades administrativas, além dos demais espaços públicos, trazendo economia e inovação, otimizando os serviços com uma energia limpa e econômica, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento da tecnologia.

O investimento terá uma abrangência direta iluminação pública (redução custos/tarifas nas faturas de energia elétrica).

Os equipamentos empregados/utilizados possuem uma vida útil estimada de 25(vinte e cinco) anos, sua instalação é fácil e simples, demandando apenas conhecimento técnico. Custo reduzido de manutenção do sistema instalado, consistindo basicamente em limpeza dos painéis periodicamente.

Sustentabilidade

Trata-se de utilização de energia solar que é de fonte renovável e não poluente; redução dos impactos ambientais e emissão de gases poluentes.

Interesse econômico e social da operação

Este projeto visa a diminuição dos custos da energia elétrica e otimiza os serviços com uma energia limpa que provoca o desenvolvimento sustentável e renovável para abastecer todos os órgãos municipais - climatização de escolas, hospital municipal, postos de saúde - unidades de saúde - e redução da taxa/tarifa de iluminação pública, oferecendo qualidade de vida à população.

Redução de custos Com a instalação de um sistema de energia solar fotovoltaico o Município de Bom Jesus do Araguaia terá uma economia sensível nos custos de sua conta de energia elétrica. O sistema permite que se use a luz solar para gerar sua própria energia elétrica, deixando de utilizar a energia da concessionária. Além disso, caso o município não consuma toda a energia gerada, o sistema passa a injetar o excedente na rede elétrica, gerando créditos energéticos que podem ser utilizados em até 60 (sessenta) meses. Além, que a utilização de fontes renováveis de energia contribui significativamente para o cumprimento da meta de ampliar a matriz de energia renovável do Brasil, firmada no recém Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica (ProGD), firmado pelo Ministério de Minas e Energia, para estímulo da geração de energia a partir de placas solares dentro das unidades consumidoras, que possa ser compartilhada com o sistema das distribuidoras de energia. Atualmente, as despesas com pagamento de energia elétrica das unidades consumidoras sob responsabilidade da prefeitura, representam um valor significativo das suas despesas, o investimento trará retorno à Prefeitura a médio e longo prazo e os recursos que antes eram direcionados para o pagamento dos valores faturados pela concessionária, decorrentes do consumo de energia elétrica de unidades consumidoras da Prefeitura de Bom Jesus do Araguaia, serão direcionados para investimentos na infraestrutura, educação e saúde.

PAYBACK:

Ano	Fluxo de Caixa Livre (FCL)	FCL acumulado
INVESTIMENTO	-R\$ 6.145.176,06	-R\$ 6.145.176,06
1	R\$ 1.137.172,84	-R\$ 5.008.003,22
2	R\$ 1.250.890,12	-R\$ 3.757.113,10
3	R\$ 1.375.979,14	-R\$ 2.381.133,96
4	R\$ 1.513.577,05	-R\$ 867.556,91
5	R\$ 1.664.934,76	R\$ 797.377,85
6	R\$ 1.831.428,23	R\$ 2.628.806,08
7	R\$ 2.014.571,05	R\$ 4.643.377,13
8	R\$ 2.216.028,16	R\$ 6.859.405,29
9	R\$ 2.437.630,97	R\$ 9.297.036,26
10	R\$ 2.681.394,07	R\$ 11.978.430,34
11	R\$ 2.949.533,48	R\$ 14.927.963,82
12	R\$ 3.244.486,83	R\$ 18.172.450,64
13	R\$ 3.568.935,51	R\$ 21.741.386,15
14	R\$ 3.925.829,06	R\$ 25.667.215,21
15	R\$ 4.318.411,97	R\$ 29.985.627,18
16	R\$ 4.750.253,16	R\$ 34.735.880,35
17	R\$ 5.225.278,48	R\$ 39.961.158,83
18	R\$ 5.747.806,33	R\$ 45.708.965,16
19	R\$ 6.322.586,96	R\$ 52.031.552,12
20	R\$ 6.954.845,66	R\$ 58.986.397,77
21	R\$ 7.650.330,22	R\$ 66.636.728,00
22	R\$ 8.415.363,25	R\$ 75.052.091,24
23	R\$ 9.256.899,57	R\$ 84.308.990,81
24	R\$ 10.182.589,53	R\$ 94.491.580,34
25	R\$ 11.200.848,48	R\$ 105.692.428,82
PAYBACK DA PREFEITURA DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT		
INVESTIMENTO/SOLICITADO PARA O MUNICÍPIO: R\$ 6.145.176,06		
PRODUÇÃO DO SISTEMA EQUIVALENTE A: 95.721,62 KWH/MÊS		
POTÊNCIA DO SISTEMA QUE ATENDE O INVESTIMENTO: 759,70 KWP		
CUSTO MENSAL ESTIMADO COM ENERGIA ELETRICA: R\$ 94.764,40		
ECONOMIA MENSAL ESTIMADA COM ENERGIA: R\$ 94.764,40		
TARIFA MÉDIA PRÉDIOS PÚBLICOS: R\$ 0,99		
PREVISÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO EM: 60 MESES		
CORREÇÃO ANUAL MÉDIA DO PREÇO DA ENERGIA: 10,00%		
ECONOMIA ESTIMADA EM 25 ANOS: R\$ 157.505.327,22		
*Não está computado a economia sobre bandeiras tarifárias;		
**Estimativa da economia mensal com prédios públicos em 95% sobre o gasto.		

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia-MT, 18 de dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 670, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.

“INSTITUI O 13º SALÁRIO PARA OS CARGOS DE PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.”

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia- MT, Estado de Mato Grosso, por seus representantes legais, aprova, e, o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais de Bom Jesus do Araguaia – MT farão jus, a partir do exercício financeiro de 2024, ao décimo terceiro salário, sendo expressamente vedado o pagamento considerando período retroativo.

Parágrafo único: A instituição do 13º salário ao Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais se dá conforme entendimento proferido em acórdão no Recurso Extraordinário n.º 650 898 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º O décimo terceiro salário corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração mensal devida ao ano correspondente e será pago na mesma data em que for previsto o pagamento para os demais servidores.

§1º Havendo vacância do cargo, o décimo terceiro salário será pago proporcionalmente ao número de meses trabalhado no ano.

§2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havido como mês integral para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Está Lei entrará em vigor em 01º de janeiro de 2024, em observação ao princípio da anterioridade expressamente determinada no RE n.º 650898 do STF, revogando as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Lopes Pessoa, Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, em 18 de dezembro de 2023.

HORLEANE ALENCAR CELSO BARROS

Presidente da Câmara Municipal Vice-presidente da Câmara Municipal

Biênio – 2023/2024

MARCELÃO DO POVÃO TATIANE SANTIAGO

1º Secretário da Mesa Diretora 2ª Secretária da Mesa Diretora

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente projeto de Lei visa instituir o décimo terceiro salário ao Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais de Bom Jesus do Araguaia – MT a partir do exercício financeiro de 2024, conforme entendimento proferido no acórdão em Recurso Extraordinário n.º 650898 do Supremo Tribunal Federal em 24 de agosto de 2017.

Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Ação direta de inconstitucionalidade estadual. Parâmetro de controle. Regime de subsídio. Verba de representação, 13º salário e terço constitucional de férias. 1. Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados. Precedentes. 2. O regime de subsídio é incompatível com outras parcelas

remuneratórias de natureza mensal, o que não é o caso do décimo terceiro salário e do terço constitucional de férias, pagos a todos os trabalhadores e servidores com periodicidade anual. 3. A “verba de representação” impugnada tem natureza remuneratória, independentemente de a lei municipal atribuir-lhe nominalmente natureza indenizatória. Como consequência, não é compatível com o regime constitucional de subsídio. 4. Recurso parcialmente provido. (STF - RE: 650898 RS, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 01/02/2017, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 24/08/2017)

(GRIFO NOSSO)

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 11/2023.

OBJETO: Contratação de SHOW NACIONAL com o cantor “THIAGO JHONATHAN”, a realizar no Distrito de Nova Conquista no dia 13 de Janeiro de 2024.

FAVORECIDA: GARRA ENTRETENIMENTOS LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25 inciso III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 11/2023.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo n.º 99/2023 inexigibilidade n.º 11/2023, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, 19 de Dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N.º 093, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023. DE AUTORIA DA MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO.

“CRIA AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO NA LC N.º 039/2015 (ANEXO III), BEM COMO, ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA SUAS ATUAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia- MT, Estado de Mato Grosso, por seus representantes legais, aprova, e, o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes funções de confiança na Lei Complementar n.º 039/2015, a saber:

Função de Confiança	Quantidade	Valor
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	01	R\$ 1.320,00
PREGOEIRO	01	R\$ 500,00
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	03	R\$ 300,00

Parágrafo único. Para as funções de confiança criadas no *caput* deste artigo, fica por esta Lei estabelecida as regras e diretrizes para suas atuações, bem como dos fiscais de contratos, nas áreas de que trata a Lei Federal n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos - no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º A designação de pessoal para provimento da função de Agente de Contratação é conferida, preferencialmente, ao servidor público de carrei-

ra, do Poder Legislativo Municipal, que não tenha sido penalizado em processo administrativo disciplinar, que não tenha antecedentes criminais, e possua formação numa das áreas abaixo relacionadas:

I - Administração;

II - Ciências Contábeis;

III - Economia;

IV - Direito;

V - Gestão Pública;

VI - Engenharia de Produção.

§ 1º Ao designar o servidor para as atribuições relacionadas a licitações e contratos, o Presidente, nos termos do §1º do art. 7º da Lei 14.133/2021, deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. § 2º A designação de que trata o parágrafo anterior será realizada por meio de Ato da Presidência do Chefe do Legislativo.

Art. 3º O Agente de Contratação possui entre as suas atribuições: tomar decisões acerca do procedimento licitatório; acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória; dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação; processar e assegurar o regular processamento das contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação e cumprir as demais previsões estabelecidas no art. 6º desta lei.

Art. 4º À Comissão de Contratação compete auxiliar o agente de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do artigo 6º desta lei, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Parágrafo único. A designação de pessoal para composição da Comissão de contratação é conferida, exclusivamente, ao servidor público de carreira, do Poder Legislativo Municipal, que tenha desempenhado, no mínimo, um ano de serviço público neste município, que não tenha sido penalizado em processo administrativo disciplinar, que não tenha antecedentes criminais e que possua nível superior de instrução.

Art. 5º Os Fiscais de Contratos têm como atribuições acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

Art. 6º Caberá ao Agente de Contratação, em especial:

I - acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

a) estudos técnicos preliminares;

b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;

c) pesquisa de preços.

II - conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;

d) verificar e julgar as condições de habilitação;

e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da Comissão de Contratação;

i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§ 1º O Agente de Contratação será auxiliado pela Comissão de Contratação, de que trata o artigo 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A atuação do Agente de Contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do *caput*.

Art. 7º O Agente de Contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 8º Caberá à Comissão de Contratação auxiliar o Agente de Contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. A Comissão de Contratação poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 9º As atividades de gestão e fiscalização da execução de contratos competem ao Fiscal do Contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa.

Art. 10 O Fiscal do Contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculado ao órgão ou à entidade promotora da contratação, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

Art. 11 Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação, nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 12 Pelo exercício da função de confiança de Agente de Contratação, o servidor receberá a importância de R\$ R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos reais), sendo esse valor somado a seu salário base e benefícios, sendo reajustado anualmente, de acordo, na mesma data e percentual de reajuste aplicado aos salários dos servidores públicos municipais. Parágrafo único. No caso de vacância, o substituto, sendo ele membro da Comissão de Contratação ou Pregoeiro, não poderá acumular os valores das gratificações, podendo, no entanto, optar pela maior.

Art. 13 Pelo exercício da função de confiança de membro da Comissão de Contratação, o servidor receberá a gratificação na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo esse valor somado a seu salário base e benefícios, sendo e reajustado anualmente, de acordo, na mesma data e percentual de reajuste aplicado aos salários dos servidores públicos municipais.

Art. 14 Pelo exercício da função de confiança de Pregoeiro, o servidor receberá a gratificação na importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo esse valor somado a seu salário base e benefícios, sendo e reajustado anualmente, de acordo, na mesma data e percentual de reajuste aplicado aos salários dos servidores públicos municipais. **Art. 15** Esta Lei entrará em vigor dia 01 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Lopes Pessoa, Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, em 18 de dezembro de 2023.

HORLEANE ALENCAR CELSO BARROS

Presidente da Câmara Municipal Vice-presidente da Câmara Municipal

Biênio – 2023/2024

MARCELÃO DO POVÃO TATIANE SANTIAGO

1º Secretário da Mesa Diretora 2ª Secretária da Mesa Diretora

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente projeto de Lei visa dá cumprimento a Lei Federal n.º 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos Administrativos.

LEI MUNICIPAL N.º 667, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“INSTITUI O 13º SALÁRIO PARA OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.”

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia- MT, Estado de Mato Grosso, por seus representantes legais, aprova, e, o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vereadores da Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT farão jus, a partir do exercício financeiro de 2024, ao décimo terceiro salário, sendo expressamente vedado o pagamento considerando período retroativo.

Parágrafo único: A instituição do 13º salário aos vereadores se dá conforme entendimento proferido em acórdão no Recurso Extraordinário n.º 650 898 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º O décimo terceiro salário corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração mensal devida ao ano correspondente e será pago na mesma data em que for previsto o pagamento para os demais servidores.

§1º Havendo vacância do cargo, o décimo terceiro salário será pago proporcionalmente ao número de meses trabalhado no ano.

§2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havido como mês integral para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Está Lei entrará em vigor em 01º de janeiro de 2024, em observação ao princípio da anterioridade expressamente determinada no RE n.º 650898 do STF, revogando as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Lopes Pessoa, Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, em 18 de dezembro de 2023.

HORLEANE ALENCAR CELSO BARROS

Presidente da Câmara Municipal Vice-presidente da Câmara Municipal

Biênio – 2023/2024

MARCELÃO DO POVÃO TATIANE SANTIAGO

1º Secretário da Mesa Diretora 2ª Secretária da Mesa Diretora

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente projeto de Lei visa instituir o décimo terceiro salário aos vereadores da Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT a partir do exercício financeiro de 2024, conforme entendimento proferido no acórdão em Recurso Extraordinário n.º 650898 do Supremo Tribunal Federal em 24 de agosto de 2017.

Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Ação direta de inconstitucionalidade estadual. Parâmetro de controle. Regime de subsídio. Verba de representação, 13º salário e terço constitucional de férias. 1. Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados. Precedentes. 2. O regime de subsídio é incompatível com outras parcelas remuneratórias de natureza mensal, o que não é o caso do décimo terceiro salário e do terço constitucional de férias, pagos a todos os trabalhadores e servidores com periodicidade anual. 3. A “verba de representação” impugnada tem natureza remuneratória, independentemente de a lei municipal atribuir-lhe nominalmente natureza indenizatória. Como consequência, não é compatível com o regime constitucional de subsídio. 4. Recurso parcialmente provido. (STF - RE: 650898 RS, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 01/02/2017, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 24/08/2017)

(GRIFO NOSSO)

LEI MUNICIPAL N.º 668, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“FIXA O SUBSÍDIO PARA OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.”

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia- MT, Estado de Mato Grosso, por seus representantes legais, aprova, e, o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vereadores receberão na legislatura de 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2029, em parcela única, o subsídio mensal de R\$ 4.981,19 (quatro mil novecentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).

§1º O subsídio dos vereadores serão revistos anualmente na data base dos demais servidores, na mesma data e sem distinção de índices da revisão geral anual do Legislativo Municipal, em conformidade com o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§2º A revisão geral anual prevista no parágrafo anterior, além de autorização expressa do art. 37, X, da CF/88, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE – MT, possui os acórdãos nº 539/2018-TP, 72/2016-PC 1052/2007, 25/2005, 558/2004, 680/2003, 582/2003, 2.380/2002 e 1.081/2002 do TCE/MT, bem como as Resoluções de Consulta n.º 1/2009 e 7/2020 que entendem por ser legal e constitucional a aplicação do RGA ao subsídio dos agentes políticos.

§3º Para aplicação do RGA ao subsídio dos vereadores deverá ser observado o limite máximo (texto) disposto no art. 29, VI, “a”, da CF/88.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Está Lei entrará em vigor em 01º de fevereiro de 2025, em observação ao princípio da anterioridade, fixado no art. 29, VI, da CF/88 c/c art. 41, IV, “a”, da Lei Orgânica Municipal.

Plenário Sebastião Lopes Pessoa, Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, em 18 de dezembro de 2023.

HORLEANE ALENCAR CELSO BARROS

Presidente da Câmara Municipal Vice-presidente da Câmara Municipal

Biênio – 2023/2024

MARCELÃO DO POVÃO TATIANE SANTIAGO

1º Secretário da Mesa Diretora 2ª Secretária da Mesa Diretora

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente projeto de Lei visa fixar o subsídio para os vereadores da legislatura de 2025/2028 que iniciar-se-á em 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2029, conforme estabelece o art. 29, VI, "a" e VII, da CF/88 c/c art. 41, VI, "a", da Lei Orgânica Municipal, que diz:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 29 O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...]

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

[...]

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

[...]

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 41 Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

[...]

IV – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice Prefeito, dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal e dos Secretários Municipais, observando-se, o disposto na Legislação pertinente e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

a) – A remuneração do Vereador será fixada até 30 (trinta) de junho do ano das eleições municipais, sob pena de prejuízo da referida fixação;

[...]

LEI MUNICIPAL N.º 664, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA (QUADRIÊNIO 2022-2025), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano Plurianual do Município de Bom Jesus do Araguaia, para o período de 2022 a 2025, instituído pela Lei Municipal nº 528 de 17 de

dezembro de 2021, e as Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, passa a incorporar as alterações desta Lei.

Art. 2º Fica criado no PROGRAMA 001 – PROCESSO LEGISLATIVO, a Ação: CONSTRUÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL, conforme Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 com alocação orçamentária, mediante abertura de créditos adicionais, objetivando dar suporte nas despesas realizadas na ação supracitada no Anexo I desta Lei.

Art. 4º A alteração de que trata esta Lei, se dará por Decreto com a abertura de Crédito Adicional Especial e utilizando recurso proveniente de anulação de dotações no valor de até R\$ 1.513.534,81 (um milhão, quinhentos e treze mil, quinhentos e trinta e quatro mil reais e oitenta e um centavos).

Art. 5º Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 528/2021-PPA 2022/2025.

Art. 6º Fica compatibilizado os anexos da Lei do PPA 2022/2025, LDO E LOA 2024, conforme ação do anexo I desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Bom Jesus do Araguaia-MT, em 18 de dezembro 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 663, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 608/2022, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso I e II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Inciso I do Artigo 5º da Lei Municipal nº 608/2022 – Lei Orçamentária Anual 2023, que passa a ter a seguinte redação:

I – até o limite de 40,00% (quarenta por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, 18 de dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 665, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso I, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 608/2022, no valor de **R\$ 550.000,00**

que lhe são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame solicitado pelo Secretario de Esporte, Lazer e Cultura e aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia /MT, quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/93, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II - Quanto à conviência do processo Licitatório, constatou-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município.

III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 99/2023, Inexigibilidade nº. 11/2023, que tem por objetivo: Contratação de SHOW NA-

CIONAL com o cantor “THIAGO JHONATHAN”, a realizar no Distrito de Nova Conquista no dia 13 de Janeiro de 2024, em nome da empresa abaixo discriminada:

IV - Favorecida: **GARRA ENTRETENIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 19.200.116/0001-00; no valor Global de R\$: 90.000,00 (Noventa mil reais). Para que a justificativa nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando as prescrições legais.

BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, 19 de Dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 662, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.



LEI MUNICIPAL N.º 662, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.

Autoriza o Poder Executivo a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso I, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 608/2022, no valor de **R\$ 661.836,06 (Seiscentos e Sessenta e Um Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Seis Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	201	GABINETE DO PREFEITO		
Função	04	ADMINISTRAÇÃO		
Sub-Função	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Projeto/Atividade	2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO		
Elemento Despesa	Descrição		Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 696		2.500.0000000	50.000,00

ÓRGÃO	03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Unidade	301	GABINETE DA SECRETARIA DE ADM. PLANEJAMENTO		
Função	04	ADMINISTRAÇÃO		
Sub-Função	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Projeto/Atividade	2009	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 698	2.500.0000000	96.000,00
3.1.90.13.00.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS – red. 699	2.500.0000000	18.000,00

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Bom Jesus do ARAGUAIA
 GESTÃO 2021 - 2024
 CRESCENDO COM A FORÇA DO POVO
 CNPJ N° 04.173.952/0001-68

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade	203	PROCURADORIA JURIDICA		
Função	04	ADMINISTRAÇÃO		
Sub-Função	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Projeto/Atividade	2007	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 697	2.500.0000000	30.000,00

ÓRGÃO	07	SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade	702	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Sub-Função	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Programa	0003	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Projeto/Atividade	2033	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Elemento Despesa	Descrição		Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 700		2.500.0000000	48.000,00

ÓRGÃO	07	SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade	704	CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Sub-Função	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Programa	0003	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Projeto/Atividade	2032	ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR		
Elemento Despesa	Descrição		Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 702		2.500.0000000	18.000,00

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	001	GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO		
Função	15	URBANISMO		
Sub-Função	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	2097	MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIV. DA SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 703	2.500.0000000	250.000,00
3.1.90.13.00.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS – red. 704	2.500.0000000	30.000,00

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
 CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



ÓRGÃO	09	SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUST, COMERCIO E MEIO		
Unidade	901	SECRETARIA DE GABINETE AGRICULTURA, IND.,COM. E MA		
Função	04	ADMINISTRAÇÃO		
Sub-Função	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa	0007	AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE		
Projeto/Atividade	2086	MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA, INDUSTRIA, COMERCIO E MEIO AMBIENTE		
Elemento Despesa	Descrição		Fonte	R\$ Valor
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL – red. 705		2.500.0000000	28.000,00

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
Função	26	TRANSPORTE		
Sub-Função	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	2098	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DE ACESSO		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO – red. 708	2.500.0000000	93.836,06

Art. 2º Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

- a. Os recursos previstos no Art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de anulação parcial ou total, no valor de **R\$ 661.836,06 (Seiscentos e Sessenta e Um Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Seis Centavos)** das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
Função	15	URBANISMO		
Sub-Função	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	1056	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA E DISTRITO		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES - red. 667	2.500.0000000	559.631,83

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
Função	26	TRANSPORTE		
Sub-Função	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	2098	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DE ACESSO		
Elemento Despesa		Descrição	Fonte	R\$ Valor
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES - red. 661	2.500.0000000	102.204,23

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201



Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº. 607/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 - LDO, e na Lei Municipal nº. 528/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, 18 de dezembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE
OLIVEIRA:96915862153

Assinado de forma digital por MARCILEI ALVES DE
OLIVEIRA:96915862153
Dados: 2023.12.18 17:43:44 -03'00'

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



GESTÃO 2021 - 2024

CRESCENDO COM A FORÇA DO POVO

Avenida Marco Aurélio Fullin, S/N – Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT
CEP 78.678-000 – Telefone (66) 3538 1201

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

LEI Nº 2.759/2023, 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Brasnorte, para o exercício Financeiro de 2024.

O Sr. **EDELO MARCELO FERRARI**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2024, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R\$ 144.762.890,67 que após a dedução da Receita Tributária de R\$ 703.392,00, bem como dedução da Receita para a formação do FUNDEB, no valor de R\$ 16.771.416,50, resulta na Receita Líquida Estimada de **R\$ 127.288.082,17 (cento vinte sete milhões duzentos oitenta e oito mil oitenta e dois reais e dezessete centavos)** assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal em **R\$ 121.493.695,09 (cento vinte um milhões quatrocentos noventa e três mil seiscentos noventa e cinco reais e nove centavos)**;

II - Orçamento da Seguridade Social em **R\$ 5.794.387,08 (cinco milhões setecentos noventa e quatro mil trezentos oitenta e sete reais e oito centavos)**;

ARTIGO 2º - As receitas orçamentárias serão realizadas, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir:

(...)

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelos artigos nº 42 e nº 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, observando-se as seguintes condições:

I - No limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada no art. 3º desta lei, para os casos de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, conforme disposto no artigo nº 11 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024;

II - Para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial de 2023, nos termos do art. 43, §1º, inciso I e §2º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964;

III - Para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, inciso II e §3º e 4º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, até o limite de 20% (vinte) da despesa fixada no art. 3º desta Lei;

IV – Até o limite dos recursos da Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

ARTIGO 5º - Fica autorizado a abrir créditos adicionais destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida e vinculações constitucionais até de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no art. 3º desta Lei, podendo ser eles provenientes de anulação total ou parcial de dotação, excesso de arrecadação e superávit financeiro, não onerando o limite previsto no artigo anterior.

§ 1º - Quando o crédito suplementar se enquadrar nas situações previstas no Art. 4º e caput deste artigo, deverá ser computado apenas uma vez para fins de cálculo do percentual, observada como ordem de hierarquia o caput deste artigo e, sequencialmente, estabelecidas Art. 4º.

§ 2º - Os limites autorizados no caput deste artigo, quando excedidos, poderão utilizar os limites autorizados nos incisos I, II e III do Art. 4º.

ARTIGO 6º - As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

ARTIGO 7º - O valor das Metas Fiscais, bem como a renúncia da receita, estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024, passam a vigorar com os valores atualizados de acordo com os Anexos III, IV e V, integrante desta lei.

ARTIGO 8º - Prevalecerão os valores correntes consignados nos Anexos a esta Lei, no caso de divergências, de quaisquer espécies, entre estes e os valores dos programas e das ações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, assim como do Plano Plurianual para o período 2022-2025.

ARTIGO 9º - As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o período de 2022 a 2025 e a Lei Municipal que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 – LDO.

ARTIGO 10º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

EDELO MARCELO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 0014/2023 – QUEIMADA EM TERRENO NÃO EDIFICADO

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 19/1995 - Código de Obras e Posturas Municipais e Decreto 616 de 05 de Setembro de 2023 - NOTIFICA a Vossa Senhoria para que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, apresente o recurso/justificativa referente à limpeza, manutenção e queimada de vegetação realizada no seu imóvel abaixo informado.

PROPRIETÁRIO(A)	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	ENDEREÇO DE IMÓVEL
MARIA ELENA MULTA	500300270244001	RUA DAS ESMERALDAS, 544, COHAB VELHA, CEP: 78210-446, CÁCERES, MT	RUA ITÁLIA, Q-5, L-12, VILA REAL, CÁCERES/MT
JOSE ESTEVES DE LACERDA FILHO	200200750317001	RUA 6 DE OUTUBRO, 305, CENTRO, CEP: 78210-082, CÁCERES/MT	RUA SANTA ANA, Q-18, L- 13, SANTA IZABEL, CÁCERES/MT
ESPOLIO DE SIDIA DE CARVALHO ARAUJO E OU	100200150195001	RUA DO BARREIRO, 25, CENTRO, CEP: 78210-008, CÁCERES/MT	RUA RIO BRANCO, Q-U, L-01C, CAVALHADA I, CÁCERES/MT
MARIA ELENA MULTA	500300270232001	RUA DAS ESMERALDAS, 544, COHAB VELHA, CÁCERES/MT, CEP: 78210-446	RUA ITÁLIA, Q-5, L-14, VILA REAL, CÁCERES/MT
RAFAEL CUNHA GARCIA	100200570117001	RUA ANA FONTES, 423, CAVALHADA I, CEP: 78216-100, CÁCERES/MT	RUA COLOMBINA, Q-F, L-07, SANTA ROSA, CÁCERES/MT
LUIZ BEZERRA DE MELO	100200520489001	RUA MICAELA ATALA, 0, JARDIM DO TREVO, CEP: 78205-823, CÁCERES/MT	RUA PIERRO, Q-B, L-14, SANTA ROSA, CÁCERES/MT
MARIO MASAO TANAKA	900110940903001	RUA DA GRIGNION, 70, CENTRO, CEP: 78210-020, CÁCERES/MT	RUA JOSE PINTO DE ARRUDA, S/N, JUNCO, CÁCERES/MT
ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	100200520117001	RUA DA MARAVILHA, 64, CAVALHAD I, CEP: 78216-145, CÁCERES/MT	RUA CARMEM DE CAMPOS CASTRILLON, Q-B, L-12, CÁCERES/MT

ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	100200520130001	RUA DA MARAVILHA, 64, CAVALHADA I, CEP: 78216-145, CÁCERES/MT	RUA CARMEM DE CAMPOS CASTRILLON, Q-B, L-11, CÁCERES/MT
LUIZ BEZERRA DE MELO	100202820240001	RUA MICAELA ATALA, 0, JARDIM DO TREVO, CEP: 78205-823, CÁCERES/MT	RUA PIERRO, Q-B, L-13, SANTA ROSA, CÁCERES/MT

Após vitória realizada, foi verificado que a conservação do terreno está em desacordo com a legislação municipal infringindo assim as seguintes situações:

CÓDIGO DE OBRAS E POSTURAS MUNICIPAL – CÁCERES MT1 – SEÇÃO IV: DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS

Artigo 161 - Todo terreno não edificado dentro do perímetro urbano do Município, fica obrigado ao proprietário manter sua devida limpeza, evitando que os mesmos sejam utilizados como depósito de lixo, detritose resíduos de qualquer natureza. Parágrafo único. A Prefeitura poderá notificar os proprietários dos lotes urbanos para sua devida limpeza, e quando estes não executarem os serviços no prazo estipulado, o Órgão competente o fará, colocando o valor do serviço na dívida ativa em nome do proprietário.

Artigo 162 - O poder Executivo fica autorizado a lançar na guia de arrecadação do IPTU dos proprietários dos lotes urbanos, os valores dos serviços de limpeza executados.

2 – DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 274. Ao munícipe, compete a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas, evitando o acúmulo de lixo e material não utilizável que possam propiciar a proliferação da fauna sinantrópica. Parágrafo único. Consideram-se sinantrópicos, os animais que indesejavelmente, coabitam com o homem, tais como; roedores, pernilongos, pulgas, baratas e outros.

3 – DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 431. É proibido o uso do fogo sem controle, nas florestas e demais formas de vegetação, bem como qualquer ato ou omissão que possa ocasionar incêndio florestal.

4 - DECRETO 616 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023 Art. 4º Para efeitos deste decreto, entende-se por limpeza de terrenos a capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno, a altura máxima da vegetação não pode ultrapassar 30,00cm (trinta centímetros) de altura. Art. 5º Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados. Art. 13º Findo o prazo, fica o Município autorizado a executar os serviços, sem prévio aviso ou interpelação e sem qualquer direito a reclamações, ficando o proprietário do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos as despesas com o serviço executado pelo município para limpeza do imóvel, correndo as respectivas despesas por conta do infrator ou possuidor do imóvel.

TABELA DE MULTAS POR INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DESTA LEI

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	SUBSEÇÃO	ASSUNTO	ARTIGOS E PARAGRAFOS	MULTA: UFIC	VALOR R\$
II	II	IV		DOS TERRENOS NAO EDIFICADOS	Art. 161, e o Parágrafo único, Art. 162.	50	3.121,00
II	III	VIII	II	DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS	Art. 274.	30	1.872,60
II	VII			DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Art. 423 e demais Incisos, Art. 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436 e 437.	100	6.242,00

Valor de cada UFIC (Unidade Fiscal do Município de Cáceres): R\$ 62,42

Em caso de descumprimento desta bem como a limpeza poderá ser realizada pelo município, sendo lançados os custos na inscrição imobiliária do referido imóvel conforme legislação vigente.

Klismann Marcos Ribas Nogueira

Fiscal de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor.

Marineide Weber

Gerente De Fiscalização de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor.

Gustavo Calábria Rondon

Secretario Municipal de Fazenda.

**MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
97-2023, COM REGISTRO DE PREÇO, MENOR PREÇO POR ITEM**

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de Empresa para Prestação de Serviço Especializado em Controle de Pragas, visando atender as Secretarias desta Prefeitura.

Realização: 04 de janeiro de 2024 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210-906, ou baixadas no portal <https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/> e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

**MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 96-2023 COM REGISTRO DE PREÇO -COM MENOR PREÇO POR
ITEM.**

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviço de picolezeiro, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Empresa Vencedora: 20.994.891 ATACILIO RAMOS DA SILVA CNPJ Nº 20.994.891/0001-56, **perfazendo um valor de R\$32.480,00** (Trinta e dois mil quatrocentos e oitenta reais)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78.210-906, ou baixadas no portal <http://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes> e na plataforma gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2023.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 039/
2021 PORTARIA Nº 722 DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa da Secretaria Municipal de Administração, nomeada através da Portaria nº 430 de 21 de junho de 2023, apresentou o RELATÓRIO FINAL referente ao Processo Administrativo nº 039/2021 Portaria nº 722 de 29 de setembro de 2021, ao qual buscou a elucidação dos fatos narrados no Memorando nº 31.438/2019 (Sistema 1 DOC) quanto ao Reconhecimento de Dívida quanto ao pagamento de três servidoras que laboraram sem o cadastramento dos respectivos contratos, nas funções de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADI's, em substituição a duas servidoras em afastamento médico e uma em acompanhamento de alunos com laudo médico para necessidades educacionais especiais pelo período de setembro a novembro de 2019 pela Secretaria Municipal de Educação-SME. Desse modo, o julgamento do processo foi proferido pelo Sr. FRANSENGIO ROJAS PIOVESAN, Secretário Municipal de Educação, conforme decisão na íntegra:

O presente procedimento administrativo, de n. 039/2021, iniciou-se através da Portaria n. 722, de 29 de setembro de 2021, visando apurar possíveis irregularidades quanto ao processo que originou o Reconhecimento de Dívida culminando no pagamento de três servidoras que laboraram as atividades conforme respectivos contratos na função de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, e não foram devidamente cadastrados no sistema devido o índice de gastos de pessoal.

Ocorre que, as contratações realizadas pela gestão na época antecederam a determinação de vedação de novas contratações devido ao índice de gastos com pessoal oficializada pelo executivo. E os três contratos realizados teve como objetivo atender demandas excepcionais desta Secretaria Municipal de Educação para que não acarretassem prejuízos no ensino e aprendizagem do aluno.

Mediante regular instrução processual, observa-se que o processo trata de pagamento de serviços prestados a administração pública através de celebração de termo de reconhecimento de dívida, visando o pagamento dos serviços prestados referente aos contratos não puderam ser cadastrados no sistema do município regularmente.

Assim, mediante a análise realizada em documentos anexados nos autos compreende-se que não houve má fé nos atos convocatórios realizados pela gestora, à época. Portanto, **determino o arquivamento do Processo Administrativo nº 039/2021** com base no disposto no art. 221, inciso III da LC 25/1997.

Retorno o feito a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, para conhecimento, publicação e demais encaminhamentos necessários.

Cumpra-se.

Cáceres, 18 de dezembro de 2023

FRANSENGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de educação

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2023

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Licenciamento de Solução integrada de Tecnologia da Informação para Gestão Pública municipal, 100% web, compatível com os principais browsers da atualidade como google chrome, mozilla firefox e microsoft edge, tornando-o assim multiplataforma e ser operado em diferentes sistemas operacionais como Windows, Linux, MacOS, IOS e Android, deve ser executado em plataforma de serviços de computação com ambiente seguro (SSL) em nuvem como Amazon Web Services(AWS), Microsoft Azure e Google Cloud Platform, contemplando a Conversão, Migração e Validação dos dados, Implantação, Treinamento de usuários, Acompanhamento inicial a fim de garantir o funcionamento e o total atendimento dos softwares às necessidades da Gestão Municipal, Customização banco de dados, Manutenção Preventiva e Corretiva, licenças de uso dos Softwares de Contabilidade, Tesouraria, Planejamento, Orçamento, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Compras, Licitações, Patrimônio Público, Almoxarifado, Arrecadação e Fiscalização Municipal, Gestão do ISSQN e Nota Fiscal Eletrônica, Gestão de Cemitérios, Controle de Projetos e Obras Particulares, Peticionamento Eletrônico, Gestão do Valor Adicionado Fiscal – VAF, Assistência social, Geração de Informações para o APLIC e LRF do TCE, Business intelligence - BI, disponibilização dos dados no Portal de Transparência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 403/2023

Item	12018 Lote	RLZ INFORMATICA LTDA. CNPJ: 65.596.744/0001-66 R ANTONIO PEREIRA BRAGA, 366 - JARDIM PRIMAVERA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP: 15061-310 Telefone: (17)32347277 Descrição do Lote	Valor Total
1	00000001	Contratação de Empresa Especializada para Licenciamento de Solução integrada de Tecnologia da Informação para Gestão Pública municipal.	1.406.497,96

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO/SERVIÇOS	VLR. MENSAL	VLR. TOTAL
1	01	Srv.	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO CONVERSÃO DE BASE DE DADOS MUNICIPAL, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO DE PESSOAL	-----	R\$ 1,00
2	12	Mês	SISTEMA DE CONTABILIDADE	R\$ 17.500,00	R\$ 210.000,00

3	12	Mês	SISTEMA DE PLANEJAMENTO	R\$ 3.930,00	R\$ 47.160,00
4	12	Mês	GESTÃO PÚBLICAS DE AQUISIÇÕES	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
5	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO	R\$ 1.770,00	R\$ 21.240,00
6	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
7	12	Mês	SISTEMA HUMANOS DE RECURSOS	R\$ 9.145,00	R\$ 109.740,00
8	12	Mês	SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	R\$ 16.475,00	R\$ 197.700,00
9	12	Mês	SISTEMA PARA GESTÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA E ISSQN	R\$ 10.605,00	R\$ 127.260,00
10	12	Mês	SISTEMA PARA GESTÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL	R\$ 8.450,00	R\$ 101.400,00
11	12	Mês	SISTEMA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$ 1.770,00	R\$ 21.240,00
12	12	Mês	SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 5.300,00	R\$ 63.600,00
13	12	Mês	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
14	12	Mês	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO PORTAL DE SERVIÇOS	R\$ 590,00	R\$ 7.080,00
15	12	Mês	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – TCE	R\$ 4.956,00	R\$ 59.472,00
16	12	Mês	BUSINESS INTELLIGENCE – BI	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
17	01	Srv.	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO CONVERSÃO DE BASE DE DADOS MUNICIPAL, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO DE PESSOAL (CÂMARA)	----- ----	R\$ 1,00
18	12	Mês	GESTÃO PÚBLICAS DE AQUISIÇÕES (CÂMARA)	R\$ 1.121,00	R\$ 13.452,00
19	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO (CÂMARA)	R\$ 590,00	R\$ 7.080,00
20	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO (CÂMARA)	R\$ 576,50	R\$ 6.918,00
21	12	Mês	SISTEMA HUMANOS DE RECURSOS (CÂMARA)	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
22	12	Mês	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. (CÂMARA)	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
23	12	Mês	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO PORTAL DE SERVIÇOS (CÂMARA)	R\$ 354,00	R\$ 4.248,00
24	12	Mês	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – TCE (CÂMARA)	R\$ 944,00	R\$ 11.328,00
25	12	Mês	BUSINESS INTELLIGENCE – BI (CÂMARA)	R\$ 868,50	R\$ 10.422,00
26	01	Srv.	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO CONVERSÃO DE BASE DE DADOS MUNICIPAL, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO DE PESSOAL (ÁGUAS DO PANTANAL)	----- ----	R\$ 1,00
27	12	Mês	GESTÃO PÚBLICAS DE AQUISIÇÕES (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 1.121,00	R\$ 13.452,00
28	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 590,00	R\$ 7.080,00
29	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 708,00	R\$ 8.496,00
30	12	Mês	SISTEMA HUMANOS DE RECURSOS (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 3.345,00	R\$ 40.140,00
31	12	Mês	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
32	12	Mês	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO PORTAL DE SERVIÇOS (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 354,00	R\$ 4.248,00
33	12	Mês	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – TCE (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 944,00	R\$ 11.328,00
34	12	Mês	BUSINESS INTELLIGENCE – BI (ÁGUAS DO PANTANAL)	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
35	01	Srv.	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO CONVERSÃO DE BASE DE DADOS MUNICIPAL, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO DE PESSOAL (PREVI-CÁCERES)	----- ----	R\$ 1,00
36	12	Mês	GESTÃO PÚBLICAS DE AQUISIÇÕES (PREVI-CÁCERES)	R\$ 1.121,00	R\$ 13.452,00
37	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO (PREVI-CÁCERES)	R\$ 590,00	R\$ 7.080,00
38	12	Mês	SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO (PREVI-CÁCERES)	R\$ 554,33	R\$ 6.651,96
39	12	Mês	SISTEMA HUMANOS DE RECURSOS (PREVI-CÁCERES)	R\$ 3.390,00	R\$ 40.680,00
40	12	Mês	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. (PREVI-CÁCERES)	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
41	12	Mês	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SOFTWARE DO TIPO PORTAL DE SERVIÇOS (PREVI-CÁCERES)	R\$ 354,00	R\$ 4.248,00
42	12	Mês	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – TCE (PREVI-CÁCERES)	R\$ 926,50	R\$ 11.118,00
43	12	Mês	BUSINESS INTELLIGENCE – BI (PREVI-CÁCERES)	R\$ 785,00	R\$ 9.420,00
R\$: 1.406.947,96 (um milhão e quatrocentos e seis mil e quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos)					

Cáceres - MT, 19 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT**Jeremias Pereira Leite****CPF: 045.786.781-72**

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

CONTRATADA:**EMPRESA:** RLZ INFORMATICA LTDA.**CNPJ:** 65.596.744/0001-66**Representante:** ROBERTO VIDAL FERRARI**CPF:** 045.572.588-83**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
NORMATIVA INTERNA SPO Nº: 01/2023 – VERSÃO ORIGINÁRIA -
ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
NORMATIVA INTERNA SPO Nº: 01/2023 – VERSÃO ORIGINÁRIA
ASSUNTO: ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS
SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente Instrução Normativa – IN integra o conjunto de ações, de responsabilidade da Chefe do Poder Executivo, no sentido da implementação de regras e procedimentos para abertura de crédito adicional especial no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Cáceres, baseando-se, especialmente, nos dispositivos abaixo discriminados:

1.1.1. Constituição Federal do Brasil de 1988;

1.1.2. Lei Orgânica do Município de Cáceres;

1.1.3. Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. Estabelecer procedimentos administrativos para solicitação de abertura de crédito adicional especial, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Cáceres, em conformidade com a legislação vigente e para obter maior controle e segurança sobre os procedimentos operacionais;

3. DA ABRANGÊNCIA:

3.1. A presente IN abrange todas as unidades da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Cáceres/MT.

4. DOS CONCEITOS

4.1. Secretaria Municipal de origem: órgão que dá início ao processo de abertura de crédito adicional especial.

4.2. Crédito adicional especial: são os créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, dependendo – para sua abertura – da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

4.3. São recursos disponíveis (fontes de recursos):

4.3.1. Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas;

4.3.2. Excesso de arrecadação: o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e as deduções dos créditos extraordinários abertos no exercício;

4.3.3. Anulação de dotações orçamentárias: resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

4.3.4. Operações de crédito: produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

4.3.5. Reserva de contingência: para o atendimento de passivos contingentes;

4.3.6. Recursos sem despesas correspondentes: recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA, fiquem sem despesas correspondentes (neste caso somente poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa).

5. DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

5.1. Compete a todas as Secretarias Municipais ou Órgãos equivalentes controlar e acompanhar a execução da presente IN, assim como identificar e avaliar os pontos e/ou respectivos procedimentos de controle com vistas a eventual proposição de atualização desta.

5.2. Compete a cada Secretário Municipal controlar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos respectivos servidores, para que tenhamos o bom andamento da IN criada, inclusive tirar dúvidas dos servidores que atuam no procedimento.

5.3. Compete a Controladoria Geral do Município – CGM, através de atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações na IN para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas.

6. DOS PROCEDIMENTOS PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

6.1. São procedimentos para abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, excesso de arrecadação, e operações de crédito:

6.1.1. A Secretaria Municipal de origem encaminhará sua solicitação de abertura de crédito adicional especial, devidamente protocolado, para a Secretaria Municipal de Finanças – SMFIN ou nomenclatura equivalente, contendo:

6.1.1.1. Justificativa detalhada do objetivo da solicitação;

6.1.1.2. O valor desejado; e,

6.1.1.3. A (s) dotação (ões) a (s) qual (is) deseja a abertura do crédito adicional especial.

6.1.2. A SMFIN, por meio da Contabilidade Geral, verificará a existência de recurso disponível (fonte de recurso), e com o atesto do Contador Geral do Município alicerçada por documentação probatória devidamente juntada ao expediente (p. ex.: i) Superávit financeiro apurado em balanço

patrimonial do exercício anterior: anexo do balanço patrimonial; ii) Excesso de arrecadação: relatório de verificação gerado a partir do sistema informatizado de gestão contábil utilizado), manifestará:

6.1.2.1. Pela inexistência de recurso disponível (fonte de recurso), devendo o mesmo ser devolvido a Secretaria Municipal de origem para conhecimento e arquivamento;

6.1.2.2. Pela existência parcial de recurso disponível (fonte de recurso), devendo o mesmo ser devolvido a Secretaria Municipal de origem para conhecimento e deliberação na seguinte forma:

6.1.2.2.1. Pelo arquivamento; ou,

6.1.2.2.2. Pela continuidade do feito nos limites trazidos, devendo proceder com a adequação da justificativa descrita na inicial e, por conseguinte, dar-se-á encaminhamento do expediente à Tesouraria para prosseguimento normal do fluxo.

6.1.2.3. Pela existência total de recurso disponível (fonte de recurso), devendo o mesmo ser encaminhado à Tesouraria para prosseguimento normal do fluxo:

6.1.3. Ainda na SMFIN, agora por meio da Tesouraria, realizará os respectivos confrontos de modo a atestar os saldos disponíveis dos recursos almejados, e manifestará:

6.1.3.1. Pela inexistência de saldo do recurso disponível (fonte de recurso), devendo o mesmo ser devolvido a Secretaria Municipal de origem para conhecimento e arquivamento;

6.1.3.2. Pela existência parcial de saldo do recurso disponível (fonte de recurso), alicerçada por documentação probatória devidamente junta-da ao expediente (p. ex.: i) No caso de superávit financeiro: deverá anexar relatório que conste a disponibilidade comprometida, o identificador de uso, o grupo, a fonte de recursos e o detalhamento comprovando a existência dos recursos pretendidos; ii) No caso de excesso de arrecadação: realizar a verificação da disponibilidade dos recursos e anexar documento que comprove o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada para fins de abertura de crédito, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e as deduções dos créditos extraordinários abertos no exercício), devendo o mesmo ser devolvido a Secretaria Municipal de origem para conhecimento e deliberação na seguinte forma:

6.1.3.2.1. Pelo arquivamento; ou,

6.1.3.2.2. Pela continuidade do feito nos limites trazidos, devendo proceder com a adequação da justificativa descrita na inicial e, por conseguinte, dar-se-á encaminhamento do expediente à Chefe do Poder Executivo Municipal para deliberação quanto a utilização dos recursos solicitados.

6.1.3.3. Pela existência total de saldo do recurso disponível (fonte de recurso), carecendo também de documentação probatória (idêntica às da existência parcial de saldo), onde será dado o encaminhamento do expediente à Chefe do Poder Executivo Municipal para deliberação quanto a utilização dos recursos solicitados:

6.1.4. A deliberação da Chefe do Poder Executivo Municipal poderá ser da seguinte forma:

6.1.4.1. Pela não autorização da utilização dos recursos disponíveis, acarretando na devolução do processo à Secretaria Municipal de origem para conhecimento e arquivo; ou

6.1.4.2. Pela autorização da utilização dos recursos disponíveis, onde ocorrerá o encaminhamento à Secretaria Municipal de Planejamento – SMPLAN ou nomenclatura equivalente;

6.1.5. A SMPLAN conferirá todas as informações juntadas ao expediente e, cumpridas todas as necessidades exigidas para a abertura do crédito adicional especial, elaborará a minuta de Projeto de Lei – PL para as considerações da Procuradoria Geral do Município – PGM.

6.1.5.1. Caso a documentação não atenda as exigências, retornará o feito ao setor competente para regularização.

6.1.6. A PGM procederá com as medidas adequadas à confecção do PL e, posteriormente, dará encaminhamento ao Gabinete da Prefeita para confecção da respectiva mensagem à Casa de Leis e coleta do devido autógrafo da Chefe do Poder Executivo Municipal.

6.1.6.1. O Gabinete da Prefeita, após concluída a mensagem e coleta do autógrafo, irá realizar o protocolo do mesmo junto a Câmara Municipal, anexando o protocolo do mesmo junto ao processo para melhor controle e localização dos projetos de lei já encaminhados.

6.2. São procedimentos para abertura de crédito adicional especial por anulação de dotações orçamentárias, oriundas recursos sem despesas correspondentes, e de utilização da reserva de contingência:

6.2.1. A Secretaria Municipal de origem encaminhará sua solicitação de abertura de crédito adicional especial, devidamente protocolado, para a SMPLAN, contendo:

6.2.1.1. Justificativa detalhada do objetivo da solicitação;

6.2.1.2. O valor desejado; e,

6.2.1.3. A (s) dotação (ões) a (s) qual (is) deseja a abertura do crédito adicional especial.

6.2.1.4. Nos casos de anulação de dotações orçamentárias, deverá constar a dotação que se pretende anular, com o devido autorizo do gestor do recurso (especialmente quando se tratar de anulação de recurso de outro Órgão).

6.2.1.5. Nos casos de recursos sem despesas correspondentes e de utilização da reserva de contingência, deverá constar o autorizo da Chefe do Poder Executivo Municipal.

6.2.2. A SMPLAN conferirá todas as informações juntadas ao expediente e, cumpridas todas as necessidades exigidas para a abertura do crédito adicional especial, elaborará a minuta de Projeto de Lei – PL para as considerações da Procuradoria Geral do Município – PGM.

6.2.2.1. Caso a documentação não atenda as exigências, retornará o feito ao setor competente para regularização.

6.2.3. A PGM procederá com as medidas adequadas à confecção do PL e, posteriormente, dará encaminhamento ao Gabinete da Prefeita para confecção da respectiva mensagem à Casa de Leis e coleta do devido autógrafo da Chefe do Poder Executivo Municipal.

6.2.3.1. O Gabinete da Prefeita, após concluída a mensagem e coleta do autógrafo, irá realizar o protocolo do mesmo junto a Câmara Municipal, anexando o protocolo do mesmo junto ao processo para melhor controle e localização dos projetos de lei já encaminhados.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1.1.1. Durante todo o tramite do expediente de solicitação de abertura do crédito adicional especial, se verificado por qualquer setor tramitado que não há condições de continuar, deve o mesmo devolver o feito ao setor responsável para correção ou arquivamento.

7.2. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que os fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação.

7.3. Os esclarecimentos adicionais acerca do conteúdo desta IN poderão ser obtidos junto à SMPLAN e/ou CGM.

7.4. Fazem parte desta IN:

7.4.1. Anexo I – Dos fluxos para abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, excesso de arrecadação, e operações de crédito; e,

7.4.2. Anexo II - Dos fluxos para abertura de crédito adicional especial por anulação de dotações orçamentárias, oriundas recursos sem despesas correspondentes, e de utilização da reserva de contingência.

7.5. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

(assinado digitalmente) (assinado digitalmente)

Robson Máximo da Costa Leandro Martins Barbosa

Controlador Geral do Município Secretário Municipal de Planejamento

(assinado digitalmente)

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal

ANEXO I

ANEXO II

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 3.247, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Fazenda e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 233.500,00 (duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programática:

Órgão:	13 - SEC. MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Função:	04 – Administração		
Subfunção:	125 – Normatização e Fiscalização		
Programa:	1005 – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL		
Proj/Atividade:	2.110 - MAN E ENC C/AS ATIV DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO		
Natureza da Despesa		Fonte de Recursos	Valor R\$
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		(1.752) Recursos Vinculados ao Trânsito	117.000,00
3.1.90.13.00o Obrigações Patronais		(1.752) Recursos Vinculados ao Trânsito	8.500,00
3.1.91.13.00o Obrigações Patronais		(1.752) Recursos Vinculados ao Trânsito	8.000,00
3.3.90.30 Material de Consumo		(1.752) Recursos Vinculados ao Trânsito	100.000,00

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2º decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante o que dispõe o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	13 - SEC. MUNICIPAL DE FAZENDA	
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
Função:	04 – Administração	
Subfunção:	125 – Normatização e Fiscalização	
Programa:	1005 – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL	
Proj/Atividade:	2.110 - MAN E ENC C/AS ATIV DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$
3.3.90.30 Material de Consumo	(1.752) Recursos Vinculados ao Trânsito	233.500,00

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022-LOA/2023, Lei nº 3.120, de 21 de dezembro de 2022-LDO/2022 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadrênio 2022-2025.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 3.248, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, no valor de R\$ 857.754,84 (oitocentos e cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de **Programa, categoria econômica**, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade:	03 – FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL		
Função:	12 – Educação		
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental		
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE		
Proj/Atividade:	2.058 - MAN E ENC C/AS ATIV DO ENSINO FUNDAMENTAL (30%)		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$	
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	453.092,98	
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos – rendimentos de aplicação	69.721,86	

Órgão:	05 – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.025 - MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$	
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	(2.500) Recursos não Vinculados de Impostos.	334.940,00	

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º estão amparados pela anulação de dotação, conforme Inciso III, § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade:	03 – FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL		
Função:	12 – Educação		
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental		
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE		
Proj/Atividade:	1.069 – CONST, AMPL, REF E ADEQUAÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$

4.4.90.51 Obras e Instalações	(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos – rendimentos de aplicação	69.721,86
-------------------------------	---	-----------

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade:	03 – FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL		
Função:	12 – Educação		
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental		
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE		
Proj/Atividade:	2.058 – MAN E ENC C/AS ATIV DO ENSINO FUNDAMENTAL (30%)		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$	
3.3.90.30 Material de Consumo	(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	430.071,14	
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	459,13	

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade:	03 – FUNDO MUN MAN E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VAL		
Função:	12 – Educação		
Subfunção:	365 – Educação Infantil		
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE		
Proj/Atividade:	2.060 – MAN E ENC C/AS ATIV DA EDUCAÇÃO INFANTIL (30%)		
Natureza da Despesa		Fonte de Recursos	Valor R\$
3.3.90.30 Material de Consumo		(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	16.998,94
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente		(2.540) Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	5.563,77

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infraestrutura Urbana	
Programa:	1005 – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL	
Proj/Atividade:	1.019 – CONST., AMPL., REF. E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$
4.4.90.51 Obras e Instalações	(2.500) Recursos não Vinculados	209.000,00

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	1009 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE MUNICIPAL	
Proj/Atividade:	1.049 – CONST., AMPL., REF. E ADEQUAÇÕES DE GINÁSIO, ESTÁDIOS E MINI-ESTÁDIOS POLIESPORTIVOS	
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$
4.4.90.51 Obras e Instalações	(2.500) Recursos não Vinculados	125.940,00

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022-LOA/2023, Lei nº 3.120, de 21 de dezembro de 2022-LDO/2023 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadrênio 2022-2025.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.249, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 1.068.832,82 (um milhão sessenta e oito mil oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de **Programa, categoria econômica**, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	301 – Atenção Básica		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.023 - MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		711.850,70

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.025 - MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$	
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	356.982,12	

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º estão amparados pelas anulações de dotações, conforme Inciso III, § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	301 – Atenção Básica		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	1.006 - CONST, AMPL, REF E ADEQUAÇÕES DE UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
4.4.90.51 Obras e Instalações	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.032.283,11

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	122 – Administração Geral		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.021 - MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE SAÚDE		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$	
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	24.676,00	

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	301 – Atenção Básica		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.023 - MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
3.3.90.34 Outras Despesas Pessoal Dec. Contratos de Terceirização	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.323,26
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		5.164,53

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.025- MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
3.3.90.34 Outras Despesas Pessoal Dec. Contratos de Terceirização	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		141,00

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.028- MAN E ENC C/AS ATIV DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
3.3.90.34 Outras Despesas Pessoal Dec. Contratos de Terceirização	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.168,59

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	2.031- MAN E ENC C/AS ATIV DA CENTRAL DE REGULAÇÃO		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(2.500 - 1002000) Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.076,33

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022-LOA/2023, Lei nº 3.120, de 21 de dezembro de 2022-LDO/2023 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadrênio 2022-2025.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.250, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas, pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programática:

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função:	10 – Saúde		
Subfunção:	301 – Atenção Básica		
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ		
Proj/Atividade:	1.008 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS E OUTROS TIPOS-ATENÇÃO BÁSICA		
Natureza da Despesa	Fonte de Recursos		Valor R\$
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(1.621) Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		320.000,00

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o **EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**, conforme disposto no inciso II do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.121, de 21 de dezembro de 2022-LOA/2023, Lei nº 3.120, de 21 de dezembro de 2022-LDO/2023 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadrênio 2022-2025.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2023-PGM

ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 191/2023-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: LIMA ENGENHARIA LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo nº 191/2023-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **LIMA ENGENHARIA LTDA**, para mais **180 (cento e oitenta)** dias.

Cáceres – MT, 19 de dezembro de 2023.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. De Infraestrutura e Logística

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviço de picolezeiro, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 404/2023

EMPRESA: ATACILIO RAMOS DA SILVA 35409282191 – CNPJ: 20.994.891/0001-56

Item	34167 Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	005. 012. 117	SERVICOS DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO PICOLEZEIRO, INCLUINDO CARRINHO DE PICOLE, COM VARIOS SABORES, QUANTIDADE MINIMA DE 400 PICOLES.	UN	58	560.00	32. 480,00
		Total do Proponente				32. 480,00

32.480,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais).

Cáceres - MT, 19 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA

CPF nº 452.509.601-20

CONTRATADA:

EMPRESA: ATACILIO RAMOS DA SILVA 35409282191

CNPJ: 20.994.891/0001-56

Representante: ATACILIO RAMOS DA SILVA

CPF: 354.092.821-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 909 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 37.086, de 03 de outubro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Conceder a senhora **ROSILENE DA SILVA AMANCIO**, cargo auxiliar de desenvolvimento infantil (40 hs/aula) lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período de 26 setembro de 2023 a 23 de março de 2024.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 1028 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de

fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 32.262, de 30 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 723 de 30 de agosto de 2023, que **designou os servidores da Secretaria Municipal de Educação, como responsável pela fiscalização e controle do contrato nº 127/2022, empresa contratada F R DA SILVA EMPREENDIMENTOS**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de dezembro de 2023.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1025 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 46.397 de 13 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, ora indicados, lotadas no Convênio, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: Elianne Arruda Pires

Suplente: Gabriel Alvares Gil

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do contrato	Vigência
310/23 PGM	LUANNY RENATA BARROS MATIAS (LP SOLUCOES INTEGRADAS	Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios estocáveis e perecíveis, visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2023, de acordo com as quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente Instrumento Contratual:	19/12/23	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que exceder a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de dezembro de 2023.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 01/2023 - CONTRATO - Nº 453/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 453/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ANDREIANE PEREIRA DE OLIVEIRA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo, para exercer suas funções na Escola Municipal União.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;

Seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal. Solicitação realizada através do memorando 46.150/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **31/12/2023**, com termo final alterado para **02/04/2024**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais deverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 14 de dezembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL PORTARIA Nº 154/2023 – SSAAP

Designa Fiscal de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º inciso VI, da Lei Complementar Nº 106, de 07/10/2015 e em observância ao disposto nos Arts. 7º e 117º da Lei Federal Nº 14.133/2021 e nos Arts. 7º e 9º do Decreto Municipal Nº 520/2023.

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo Nº 40/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em locação de softwares integrados de gestão comercial de saneamento com funcionamento web com hospedagem em servidores em nuvem, para atender as necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo Nº 40/2023-SSAAP:

Fiscal: Jefferson Paizano Neves

Substituto: Alex Lopes de Abreu

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos retroativos a 15 de dezembro de 2023.

Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2023

O Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Municipal de Administração, mediante a comissão de licitação, designada pela Portaria nº 415/2023/GP/SA de 16/06/2023, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a homologação/adjudicação da licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou Arquitetura para a Execução da Obra de Construção de 50 unidades habitacionais, coordenadas Lat: 16°05'59.00"S Long: 57°40'20.00"O, no Bairro Vitoria Régia, zona urbana do Município de Cáceres- MT, de acordo com Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma

ma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços e demais peças técnicas elaborados pelo Governo do Estado de Mato Grosso-SINFRA/MT; e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei 8666/1993.

Estimativa total do Valor Total: R\$ 6.705.973,78 (seis milhões, setecentos e cinco mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos); Sendo: R\$ 6.689.208,00 (seis milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e oito reais), repassados pela SINFRA e R\$ 16.765,78 (dezesesseis mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) serão a título de contrapartida financeira por parte da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Realização: 08 de novembro de 2023 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

EMPRESA: WP. CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 12.648.863/0001-59

Valor: R\$ 5.697.745,19 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos).

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal <http://www.caceres.mt.gov.br> ou pelo email: licitacao@caceres.mt.gov.br As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 19 de dezembro de 2023.

Alice de Fatima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO ADESÃO Nº 26-2023 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2023, ORIGINADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MATO GROSSO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos administrativos para a Prefeitura Municipal de Cáceres – MT.

Publique-se e cumpra-se.

EMPRESA: ART VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 23.207.454/0001-33.

VALOR: R\$ 520.296,00 (quinhentos e vinte mil duzentos e noventa e seis reais).

Prefeitura Municipal de Cáceres- MT, 19 de dezembro de 2023.

Herbert Dias

Secretário de Administração

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2023 - CONTRATO - Nº 416/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 416/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **LUZIMEIRE PEREIRA DE OLIVEIRA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Guarda Municipal Patrimonial, para exercer suas funções na Escola Municipal União.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de licenças, de concessão obrigatória, licença para tra-

tamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;

Considerando que a mesma encontra-se em gozo de licença maternidade, conforme memorando 41.547/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **31/12/2023**, com termo final alterado para **25/04/2024**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais deverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 27 de novembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2023 - CONTRATO - Nº 298/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 298/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ANA CLAUDIA MEDEIROS DA SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;

Considerando que o calendário escolar irá até a data de 15/12/2023. Solicitação realizada através do memorando 45.869/2023..

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **14/12/2023**, com termo final alterado para **15/12/2023**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo

vo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecem em vigor, as quais deverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 12 de dezembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1026 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 46.401 de 13 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, ora indicadas, lotadas na Secretaria de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: Camila Rodrigues Soares

Suplente: Donilha Antônia Balbuena Ferreira

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do contrato	Vigência
309/23-PGM	ANAILE S. COU-TO ME	Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios estocáveis e perecíveis, visando atender ao cardápio da alimentação escolar para o ano letivo 2023, de acordo com as quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente Instrumento Contratual	19/12/23	12 meses

§ 1º As senhoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que exceder a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de dezembro de 2023.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00013, de 06 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo I TR, nos termos do artigo 23, § 10 inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 1.941/2009 e nº 1.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [I TR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SuJeto(s) Passivo(s)		
Nome Completo I Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação IT
NILTON DIVINO LIMA	273.262.846-87	9047/00496/2023
PEDRO RETORE	575.799.119-49	9047/00502/2023
PEDRO RETORE	575.799.119-49	9047/00503/2023
RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP (ESPOLIO DE)	001214.877-68	9047/00523/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 06/12/2023

Data de desafixação: 21/12/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00016, DE 06 DE DEZEMBRO 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00016, de 06 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo I TR, nos termos do artigo 23, § 10 inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 1.941/2009 e nº 1.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [I TR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SuJeto(s) Passivo(s)		
Nome Completo I Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
MARIA HELENA DE SOUSA COELHO	621.423.561-68	9047/00083/2023
OSMAR SOCORRO DOS SANTOS (ESPOLIO DE)	660.395.338-20	9047/00467/2023
FRANCISCO DA COSTA VILA NOVA (ESPOLIO DE)	140.523.421-00	9047/00469/2023

CONCILIO CORREA	154.148. 508-44	9047/00487/2023
EDSON ALEXANDRE DA SILVA	924.139. 431-53	9047/00492/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 06/12/2023

Data de desafixação: 21/12/2023

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2023 - CONTRATO - Nº 030/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 030/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **GRACIELY AIRES CEBALHO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Gotinhas do Saber.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de *licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância*;

Considerando que o calendário escolar irá até a data de 26/12/2023. Solicitação realizada através do memorando 46.083/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **23/12/2023**, com termo final alterado para **26/12/2023**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 14 de dezembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 02/2023 - CONTRATO - Nº 452/2023**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 452/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022

ONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2022

3O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **CLARA LUCIA GARCIA DA CRUZ** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Irene Coelho Cruz.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de *licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância*;

Considerando que o calendário escolar irá até a data de 26/12/2023. Solicitação realizada através do memorando 46.089/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **23/12/2023**, com termo final alterado para **26/12/2023**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 14 de dezembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

AVISO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO ADESÃO Nº 27-2023 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2023, ORIGINADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento madeiras para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Publique-se e cumpra-se.

EMPRESA: F. A. MODESTO-ME, CNPJ: 27.724.563/0001-89.**VALOR: R\$ 1.777.655,00 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).**

Prefeitura Municipal de Cáceres- MT, 19 de dezembro de 2023.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 071/2023**

“Dispõe sobre alteração da Comissão de Inventário Patrimonial do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres”.

O Diretor Executivo do PREVICÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 119, inciso V, da Lei Complementar nº 181, de 03 de maio de 2022.

Resolve:

Art. 1º Nomear os Servidores, KARINA MITIE SARAN, Gerente de Administração, PAULA BALDUINA ROCHA DOS SANTOS, Assistente Administrativo e ADALGISA ISABEL CARDOSO DE ASSUNÇÃO, Contadora, todos do quadro funcional do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inventário Patrimonial do Instituto, até posterior deliberação.

Art. 2º Compete à comissão realizar o inventário anual dos bens patrimoniais, avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo, reposição ou baixa.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 061/2022.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Diretor Executivo

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 70/2023**

“Dispõe sobre a suspensão dos prazos administrativos do PREVICÁCERES”.

O Diretor Executivo do PREVICÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 119, inciso V, da Lei Complementar nº 181, de 03 de maio de 2022, e Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 908, de 15 de dezembro de 2023, publicado às fls. 189 do dia 19/12/2023, do Diário dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XVII, Nº 4.383, que suspendeu os prazos administrativos no âmbito do município de Cáceres/MT

Resolve:

Art. 1º Ficam suspensos todos os prazos administrativos no âmbito desta Autarquia Previdenciária, no período de 20 de dezembro de 2023 a 20 de janeiro de 2024, excetuando - se os processos licitatórios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Diretor Executivo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 02/2023 - CONTRATO - Nº 411/2023**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 411/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **CLEIDIANE CRISTINA DA SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente de *licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância*;

Considerando que o calendário escolar irá até a data de 29/12/2023. Solicitação realizada através do memorando 35.835/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **27/12/2023**, com termo final alterado para **29/12/2023**.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais deverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 14 de dezembro de 2023.

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00008 DE 06
DEZEMBRO DE 2023.**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00008, de 06 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo I TR, nos termos do artigo 23, § 10 inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 1.941/2009 e nº 1.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [I TR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)

NILZA RAPP PINTO DE AR-RUDA	237.695.561-00	9047 /00134/2023
NILZA RAPP PINTO DE AR-RUDA	237.695.561-00	9047 /00135/2023
RUBENS HELVADJIAN	107.411738-75	9047 100150/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 06/12/2023

Data de desafixação: 21/12/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº918 DE 19/12/2023.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.244/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$404.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

1317 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 104.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1323 04.129.1002.2109.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 300.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

1210 13.391.1006.1028.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE -404.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2500

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL PORTARIA Nº 155/2023 – SSAAP

Designa Fiscal de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º inciso VI, da Lei Complementar Nº 106, de 07/10/2015 e em observância ao disposto nos Arts. 7º e 117º da Lei Federal Nº 14.133/2021 e nos Arts. 7º e 9º do Decreto Municipal Nº 520/2023.

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo Nº 43/2023, cujo objeto é a contratação de laboratório especializado para realização de análises labo-

ratoriais de controle e monitoramento da qualidade da água para abastecimento público por manancial superficial e subterrâneo, realização de análises de controle da qualidade das estações de tratamento de esgoto e monitoramento de poços do antigo lixão, englobando a adequada coleta, preservação e transporte das amostras, nas quantidades dos parâmetros e frequência estabelecidas nas legislações vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo Nº 43/2023-SSAAP:

Fiscal: Thaís Cristina Couto Hurtado

Substituto: Mauri Queiroz de Menezes Junior

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos retroativos a 13 de dezembro de 2023.

Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº919 DE 19/12/2023.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.245/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$560.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1435 12.361.1004.2050.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 560.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

1223 15.451.1005.1018.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -560.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2500

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº920 DE 19/12/2023.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.246/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$1.000.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

1313 04.092.1002.2005.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 150.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

1436 04.122.1002.2007.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 70.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

02 02 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

1315 04.122.1002.2012.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1437 04.122.1002.2018.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 300.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1438 04.123.1002.2019.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 150.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

1439 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 140.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

1440 15.452.1005.2062.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 90.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 2500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

1220 15.451.1005.1019.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -1.000.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2500

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00012, DE
06 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00012, de 06 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 10 inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 1.941/2009 e nº 1.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [I TR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo I Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação IT
DARCY RETORE	436.529.649-34	9047/00404/2023
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00414/2023
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00416/2023
FLAVIO JOSE FERNANDES LOPES	056.977.698-81	9047/00424/2023
FLAVIO JOSE FERNANDES LOPES	056.977.698-81	9047/00426/2023
FLAVIO JOSE FERNANDES LOPES	056.977.698-81	9047/00427/2023
GENECILDA FELIX RODRIGUES	850.471.551-53	9047/00434/2023
ILMA AUXILIADORA ZARAMELA VOLPATO	284.742.601-91	9047/00442/2023
ILMA AUXILIADORA ZARAMELA VOLPATO	284.742.601-91	9047/00443/2023
JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00446/2023
JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00447/2023
JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00448/2023
JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00449/2023
NEUZA CONCEICAO CASTRILHON SIMOES	651.251.181-68	9047/00493/2023
NILTON DIVINO LIMA	273.262.846-87	9047/00495/2023
Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 06/12/2023

Data de desafixação: 21/12/2023

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1027 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 32.263 de 30 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 722/23, que designou os servidores **Noelma Aparecida Gonçalves**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação**,

como responsável pela fiscalização e controle do contrato nº 103/2022, empresa contratada Clínica Médica Socorro LTDA.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de dezembro de 2023.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1023 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Inciso III do Artigo 101 da Lei Complementar nº 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 46.859, de 18 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor, abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, Licença-Prêmio, mês de dezembro/2023, conforme cronograma.

Nome	Período de Gozo	Período Aquisito	Dias de Gozo
ALLISSON PEDRO ALMEIDA SILVA	12/12/2023 A 12/03/2024	2018/2023	03 MESES

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2023.

JEREMIAS PEREIRA LEITE

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1024 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 43.443 de 23 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal Turismo e Cultura, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Jesenia Lopes Paraba

Suplente: Kamila Arruda de Oliveira Abreu

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
----	------------	--------	--------------------------------	----------

303/23	ZILLO E BARROS LTDA	Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de buffet para eventos institucionais e culturais da Secretaria Contratante, de acordo com as quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente Instrumento Contratual	13/12/23	12 meses
--------	---------------------	---	----------	----------

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2023.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO OUTUBRO - 2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020

TOMADA DE PREÇO N.º 09/2020 DO TIPO MENOR PREÇO/ PROCESSO LICITATÓRIO 243/2020

Objeto do Contrato: Construção da Creche Emília Darci no Residencial Aeroporto;

Local de Execução da Obra: Rua J, S/N, Bairro Carrapatinho (Residencial Aeroporto) em Cáceres Mato Grosso

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): R.C COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA;

CNPJ: 30.639.331/0001-37;

Valor Inicial da Obra: R\$1.630.384,93

Valor Final da Obra: R\$ 2.316.380,82

Valor aplicado: R\$ 1.577.725,34

Percentual total aplicado: 68%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 05/11/2020;

Fim da Execução: REINICIADA 20/09/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2020

TOMADA DE PREÇO N.º 10/2020 DO TIPO MENOR PREÇO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 245/2020

Objeto do Contrato: Construção da Creche no Bairro Junco;

Local de Execução da Obra: Av. Nossa Senhora do Carmo, sem número, Bairro Junco, em Cáceres Mato Grosso

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): R.C COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA;

CNPJ: 30.639.331/0001-37;

Valor Inicial da Obra: R\$ 1.872.985,23

Valor Final da Obra: R\$ 2.648.076,07

Valor aplicado: R\$ 1.317.268,98

Percentual total aplicado: 57%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 04/11/2020;

Fim da Execução: PARALISADA 20/07/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO LICITATÓRIO 59/2022

Objeto do Contrato: Conclusão da Construção da Pro Infância Tipo 1, padrão FNDE Jardim das Oliveiras.

Local de Execução da Obra: Av. Barcelona, S/N, Bairro Jardim das Oliveiras, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUEPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

CNPJ: 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra: R\$ 2.889.517,83

Valor Final da Obra: R\$ 2.981.964,66

Valor aplicado: R\$ 2.263.988,82

Percentual total aplicado: 76%

Percentual mensal aplicado: 13%

Valor aplicado no mês vigente: R\$379.823,4

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 21/06/2022;

Fim da Execução: 13/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 07/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 679/2021

Objeto do Contrato: Reforma e ampliação da Escola Municipal Dom Máximo Biennés;

Local de Execução da Obra: Rua Dos Desenhistas, S/N, Santa Izabel, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUEPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

CNPJ: 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra: R\$ 2.224.889,90

Valor Final da Obra: R\$ 3.151.073,92

Valor aplicado: R\$ 2.495.960,00

Percentual total aplicado: 79%

Percentual mensal aplicado: 5%

Valor aplicado no mês vigente: R\$171.419,67

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 05/05/2022;

Fim da Execução: 26/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2022

Objeto do Contrato: Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, - Ruas A, B e Avenida Brasil, bairro Santa Isabel, nesta cidade de Cáceres-MT.

Local de Execução da Obra: Rua A, B E AVENIDADE BRASIL, Bairro: Santa Isabel, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI.

CNPJ: 23.367.209/0001-81;

Valor Inicial da Obra: R\$ 848.694,60

Valor Final da Obra: R\$ 941.313,46

Valor aplicado: R\$ 939.642,63

Percentual total aplicado: 99%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 24/06/2022;

Fim da Execução: Concluída e recebida definitivamente 25/10/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2022

TOMADA DE PREÇO N.º 02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2022

Objeto do Contrato: Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, nas ruas dos Expedicionários, José Souto Faria, no Município de Cáceres-MT;

Local de Execução da Obra: Rua dos Expedicionários; Rua José Souto Faria, Bairro: Vila Mariana; Santa Cruz, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI.;

CNPJ: 23.367.209/0001-81;

Valor Inicial da Obra: R\$ 666.516,58

Valor Final da Obra: R\$ 718.561,96

Valor aplicado: R\$ 718.561,96

Percentual total aplicado: 99%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 22/06/2022; Fim da Execução: 12/08/2023; Concluída e recebida definitivamente 02/10/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 07/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 292/2022

Objeto do Contrato: Obra de reforma e revitalização da Praça da Feira do município de Cáceres – MT;

Local de Execução da Obra: Rua Padre Cassemiro, Bairro: Centro em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): CONSTRUTORA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA;

CNPJ: 36.674.499/0001-60;

Valor Inicial da Obra: R\$ 1.975.551,35

Valor Final da Obra: R\$ 2.027.001,92

Valor aplicado: 0,00

Percentual total aplicado: 0%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 08/08/2023;

Fim da Execução: 02/02/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 158/2021

CONCORRENCIA PUBLICA N. °01/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 473/2021

Objeto do Contrato: Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, nas ruas Ametista; Rua Tuiuiús; Avenida dos Estados; Rua João Albuquerque e Avenida Alexandre Pedro Lacerda Rua D, Rua B, Rua H e Rua G; no Município de Cáceres, com área total de 2.220,35 m2, Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público; no Município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Ruas Ametista; Tuiuiús; Av dos Estados; R João Albuquerque e Av Alexandre Pedro Lacerda, Ruas D,B,H,G, Bairro: Vila Mariana, Cohab Velha, Jd Celeste, Cavallhada I, Vila Irene, Vitória Régia em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ: 30.515.116/0001-24;

Valor Inicial da Obra: R\$ 1.992.701,19

Valor Final da Obra: R\$ 2.671.635,62

Valor aplicado: R\$ 1.464.075,9

Percentual total aplicado: 55%

Percentual mensal aplicado: 9 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$242.582,46

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução:08/04/2022;

Fim da Execução: 21/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 036/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °01/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2022

Objeto do Contrato: Reforma e revitalização da Praça da Feira, no Município de Cáceres-MT, localizado na Rua Padre Casemiro, Bairro Centro.

Local de Execução da Obra: Rua Padre Casemiro, Bairro: Centro, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): VUOLO ENGENHARIA EIRELI,

CNPJ: 37.300.051/0001-49;

Valor Inicial da Obra R\$ 738.077,38

Valor Final da Obra: R\$ 899.112,39

Valor aplicado: R\$ 562.627,41

Percentual total aplicado: 63%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução:18/04/2022;

Fim da Execução: 06/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2023

CONCORRENCIA PUBLICA N. °05/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 237/2022

Objeto do Contrato: obras de Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa

selante, drenagem, sinalização e obras complementares, na Rua da Membeca, no município de Cáceres;

Local de Execução da Obra: Rua da Membeca, Bairro: Jardim Guanabara, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI;

CNPJ: 26.367.209/0001-81;

Valor Inicial da Obra R\$ 7.303.075,06

Valor Final da Obra: R\$ 7.957.219,77

Valor aplicado: R\$ 3.970.684,55

Percentual total aplicado: 50%

Percentual mensal aplicado: 13%

Valor aplicado no mês vigente: R\$: 1.077.336,99

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 23/02/2023;

Fim da Execução: 22/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 130/2021

CONCORRENCIA PUBLICA N. °06/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 498/2021

Objeto do Contrato: Construção da Escola Municipal Laranjeiras, localizada no Assentamento Santo Antônio Conselheiro "Assentamento Laranjeiras 1", na zona rural de Cáceres, com área total a ser construída de 397,13 m²;

Local de Execução da Obra: Estrada Vical, Assentamento Santo Antonio Conselheiro, em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): K. ALISSON CARDOSO - ME;

CNPJ: 28.032.542/0001-65;

Valor Inicial da Obra R\$ 798.285,85

Valor Final da Obra: R\$ 974.619,73

Valor aplicado R\$ 885.801,48

Percentual total aplicado: 99%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 28/09/2021;

Fim da Execução: Concluída e recebida definitivamente 03/10/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 027/2023

CONCORRENCIA PUBLICA N. °11/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 345/2022

Objeto do Contrato: Reforma do Estádio Municipal Luiz Geraldo da Silva -Geraldão

Local de Execução da Obra: Avenida São Luiz, s/n, Bairro: Santa Cruz em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

Contratado (a): C S LIMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;

CNPJ: 08.382.477/0001-90;

Valor Inicial da Obra R\$ 1.097.629,41

Valor Final da Obra: R\$ 1.097.629,41

Valor aplicado R\$ 218.579,05

Percentual total aplicado: 20%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,0

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 01/03/2023;

Fim da Execução: Paralisada por rescisão contratual 23/10/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 035/2022**CONCORRENCIA PUBLICA N. °02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 021/2022**

Objeto do Contrato: Ensaios de controle tecnológico dos serviços de terraplanagem e pavimentação nas ruas dos Expedicionários, José de Souto Faria, Tuiuiús, Anhumas e Travessa da Luz, Ruas Avestruz, Guaíra, dos Passos, dos Duarte (bairro São Luiz da Ponte) e Ruas Flamengo, Botafoço e Travessa Fluminense (bairro Santa Cruz) e Ruas A, B e Avenida Brasil, bairro Santa Isabel, Rua Ametista; Rua Tuiuiús; Avenida dos Estados; Rua João Albuquerque e Avenida Alexandre Pedro Lacerda Rua D, Rua B, Rua H e Rua G.;

Local de Execução da Obra: Expedicionários, José de Souto Faria, Tuiuiús, Anhumas e Travessa da Luz, Ruas Avestruz, Guaíra e et, Bairro: São Luiz da Ponte; Santa Cruz; Santa Cruz, Jd Celeste; Santa Isabel; Cavalhada I; Vila Irene e etcem Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): WELLOX CONSTRUTORA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI;

CNPJ: 30.515.116/0001-24;

Valor Inicial da Obra R\$ 103.617,34

Valor Final da Obra: R\$ 88.342,21

Valor aplicado R\$ 40.668,85

Percentual total aplicado: 46%

Percentual mensal aplicado: 5%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 4.634,64

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 30/06/2022;

Fim da Execução: 19/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 024/2023**CONCORRENCIA PUBLICA N. °14/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 370/2022**

Objeto do Contrato: reforma e ampliação da Escola Municipal Raquel Raimão da Silva no município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Av. Prefeito Humberto da Costa Garcia, sem número, Bairro Rodeio em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): BC CONSTRUTORA BR CENTRAL EIRELI;

CNPJ: 00.817.101/0001-50;

Valor Inicial da Obra 2.777.439,36

Valor Final da Obra: R\$ 2.946.657,20

Valor aplicado R\$ R\$ 516.341,43

Percentual total aplicado: 17 %

Percentual mensal aplicado: 4 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 125.405,12

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 24/02/2023;

Fim da Execução: 21/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 085/2022**DISPENSA N. °20/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 97/2022**

Objeto do Contrato: Adequação e complementação dos projetos executivos de pavimentação, drenagem e sinalização nas ruas do bairro Aroldo Fanaia, Cáceres/MT.

Local de Execução da Obra: Rua Ateiras; Rua E; Rua F; Rua G; Rua H; Rua

D; Rua B; Avenida 01; Rua A.em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

CNPJ: 06.881.771/0001-11;

Valor Inicial da Obra R\$ 29.155,32

Valor Final da Obra: R\$ 29.155,32

Valor aplicado R\$ R\$ 29.155,32

Percentual total aplicado: 100%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 04/07/2022;

Fim da Execução: 08/08/2023; Concluído e recebido provisoriamente 12/06/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 028/2023**CONCORRENCIA PUBLICA N. °15/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 381/2022**

Objeto do Contrato: construção de uma Unidade Básica de Saúde da Família Tipo 01 – UBS Vila Irene

Local de Execução da Obra: Rua Santa Helena,Bairro: Vila Ireneem Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Contratado (a): CONSTRUTORA E LIMPADORA 1001 EIRELI;

CNPJ: 03.066.383/0001-99;

Valor Inicial da Obra R\$ 1.662.032,45

Valor Final da Obra: R\$ 1.704.601,04

Valor aplicado R\$ 274.642,34

Percentual total aplicado: 16%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 16/03/2023;

Fim da Execução: 08/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 029/2023

CONCORRENCIA PUBLICA N. °17/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 260/2022

Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada em engenharia visando Implantação/Pavimentação da Estrada Vicinal, Trecho: Av. Via Aeroporto; Rua Pirajá da Silva e Estrada Vicinal

Local de Execução da Obra: Av via Aeroporto, rua Pirajá da Silva e Estrada Vicinal, **Bairro:** Jardim Aeroporto em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI;

CNPJ: ° 26.367.209/0001-81;

Valor Inicial da Obra R\$ 6.141.979,40

Valor Final da Obra: R\$ 6.141.979,40

Valor aplicado R\$ 3.127.943,98

Percentual total aplicado: 51%

Percentual mensal aplicado: 10 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 606.227,02

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 10/03/2023;

Fim da Execução: 03/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 039/2023

CONCORRENCIA PUBLICA N. °16/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 382/2022

Objeto do Contrato: Reforma e Ampliação da Casa do Daveron de Cáceres, no município de Cáceres – MT

Local de Execução da Obra: Rua Riachuelo, nº 01, **Bairro:** Centro em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER;

Contratado (a): KMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI;

CNPJ: ° ° 13.735.497/0001-38;

Valor Inicial da Obra R\$ 889.986,47

Valor Final da Obra: R\$ 889.986,47

Valor aplicado R\$ 386.545,32

Percentual total aplicado: 43%

Percentual mensal aplicado: 16%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 139.867,58

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 17/03/2023;

Fim da Execução: 10/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 245/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °06/2022 DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 284/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT

Local de Execução da Obra: Bairros Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Nova Era em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

CNPJ: ° 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra R\$ 302.478,53

Valor Final da Obra: R\$ 377.442,15

Valor aplicado R\$ 302.478,53

Percentual total aplicado: 80%

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 08/12/2022;

Fim da Execução: Concluída e recebida provisoriamente 02/08/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 247/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °06/2022 DO TIPO MENOR POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 284/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT

Local de Execução da Obra: Bairros Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Nova Era em Cáceres-MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

CNPJ: ° 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra R\$ 357.339,27

Valor Final da Obra: R\$ 381.674,27

Valor aplicado R\$ 350.569,06

Percentual total aplicado: 92%

Percentual mensal aplicado: 0%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 08/12/2022;

Fim da Execução: Concluída e recebida provisoriamente 02/08/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 240/2022

TOMADA DE PREÇO N. °07/2022 DO TIPO TECNICA E PREÇO/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 205/2022

Objeto do Contrato: de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos de pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares outros, em ruas do distrito de Vila Aparecida e do distrito Santo Antônio do Caramujo, localizados na zona urbana do município de Cáceres – MT

Local de Execução da Obra: ruas do distrito de Vila Aparecida e do distrito Santo Antônio do Caramujo, localizados na zona urbana do município de Cáceres – MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

CNPJ: ° 06.881.771/0001-11;

Valor Inicial da Obra R\$ 77.078,86

Valor Final da Obra: R\$ 95.720,56

Valor aplicado R\$ 58.641,88

Percentual total aplicado: 61%

Percentual mensal aplicado: 0,00%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 24/11/2022;

Fim da Execução: 16/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 195/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °03/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 177/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de uma Unidade Básica de Saúde Tipo IV – UBS Santos Dumont, localizada na Rua Biologia, Bairro Lobo, no município de Cáceres

Local de Execução da Obra: Rua Biologia, Bairro Lobo, no município de Cáceres.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Contratado (a): CONSTRUEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

CNPJ: ° 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra R\$ 3.185.948,88

Valor Final da Obra: R\$ 3.185.948,88

Valor aplicado R\$ 1.379.460,48

Percentual total aplicado: 44 %

Percentual mensal aplicado: 14%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 439.122,64

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 05/10/2022;

Fim da Execução: 27/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 209/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °04/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 184/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Construção de Escola Estadual com 16 salas de aulas – PADRÃO SEDUC/MT, com área construída de 3.745,72 m²; localizada entre as Ruas 8, 13 e 5 do Loteamento Residencial Universitário, zona urbana do município de Cáceres-MT

Local de Execução da Obra: Ruas 8, 13 e 5 do Loteamento Residencial Universitário

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUTORA NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI;

CNPJ: ° 36.674.499/0001-60;

Valor Inicial da Obra R\$ 7.474.332,30

Valor Final da Obra: R\$ 7.598.464,54

Valor aplicado R\$ 2.095.465,94

Percentual total aplicado: 28%

Percentual mensal aplicado: 1%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 54.980,37

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 05/10/2022; Fim da Execução: 24/09/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 061/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °12/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 346/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Execução da Obra de Reforma do Miniestádio de Futebol Jardim Paraíso.

Local de Execução da Obra: Bairro Jardim Paraíso.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

Contratado (a): KMA ENGENHARIA LTDA;

CNPJ: ° 13.735.497/0001-38;

Valor Inicial da Obra R\$ 467.087,54

Valor Final da Obra: R\$ 467.087,54

Valor aplicado R\$ 265.263,29

Percentual total aplicado: 57%

Percentual mensal aplicado: 17%

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 78.135,12

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 17/04/2023;

Fim da Execução: 12/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 062/2022

CONCORRENCIA PUBLICA N. °13/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 351/2022

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Execução de Obra de Urbanização e Reforma Interna do Ginásio Municipal Didi Profeta.

Local de Execução da Obra: Rua Padre Cassimiro, s/n, Bairro Santa Cruz.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

Contratado (a): AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA;

CNPJ: ° 06.936.513/0001-95;

Valor Inicial da Obra R\$ 4.448.502,92

Valor Final da Obra: R\$ 4.448.502,92

Valor aplicado R\$ 1.067.429,45

Percentual total aplicado: 24 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 19/04/2023;

Fim da Execução: 13/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 229/2023

TOMADA DE PREÇO N. ° 06/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2023

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia para a Conclusão da Construção da Oficina Ortopédica e Ampliação do CER II, no município de Cáceres – MT, localizado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 353, bairro Santa Isabel, no município de Cáceres

Local de Execução da Obra: Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 353, bairro Santa Isabel.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Contratado (a): AFX ENGENHARIA LTDA;

CNPJ: 17.923.108/0001-59;

Valor Inicial da Obra R\$ 169.954,00

Valor Final da Obra: R\$ 169.954,00

Valor aplicado R\$ 145.722,97

Percentual total aplicado: 86 %

Percentual mensal aplicado: 39 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 65.767,35

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 10/08/2023;

Fim da Execução: 08/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023

PREGÃO N.º 19/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2023

Objeto do Contrato: Contratação de empresa de engenharia especializada em prestação de serviços de elaboração de projeto básico e executivo completo de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, totalizando 260.000m², no município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: trecho da Perimetral - Intersecção da MT-343 à BR-070.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): SPIN SOLUÇÕES E PROJETOS INTELIGENTES LTDA;

CNPJ: 17.575.407/0001-40;

Valor Inicial da Obra R\$ 228.025,49

Valor Final da Obra: R\$ 228.025,49

Valor aplicado R\$ 123.635,30

Percentual total aplicado: 54 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 23/06/2023;

Fim da Execução: 20/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023

PREGÃO N.º 19/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2023

Objeto do Contrato: Contratação de empresa de engenharia especializada em prestação de serviços de elaboração de projeto básico e executivo completo de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, totalizando 260.000m², no município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Trecho Av Getúlio Vargas e Av Joni Oliveira Fontes.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): SPIN SOLUÇÕES E PROJETOS INTELIGENTES LTDA;

CNPJ: 17.575.407/0001-40;

Valor Inicial da Obra R\$ 90.120,80

Valor Final da Obra: R\$ 90.120,80

Valor aplicado R\$ 90.120,80

Percentual total aplicado: 99 %

Percentual mensal aplicado: 31 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 28.053,87

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 19/05/2023;

Fim da Execução: 14/11/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023

TOMADA DE PREÇO N.º 03/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2023

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia visando execução e obras de Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização viária e calçada com acessibilidade, totalizando 10.926,03 metros quadrados de pavimentação, nas ruas Tuiuiús (bairro Vila Mariana), Travessa da Luz (bairro Jardim Celeste), Ruas Avestruz, Guaíra, dos Passos, dos Duarte (bairro Jardim São Luiz da Ponte) e Ruas Flamengo, Botafogo e Travessa Fluminense (bairro Santa Cruz), no Município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Tuiuiús (bairro Vila Mariana), Travessa da Luz (bairro Jardim Celeste), Ruas Avestruz, Guaíra, dos Passos, dos Duarte (bairro Jardim São Luiz da Ponte) e Ruas Flamengo, Botafogo e Travessa Fluminense (bairro Santa Cruz).

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): IDEAL CONSTRUTORA LTDA;

CNPJ: 63.737.159/0001-03;

Valor Inicial da Obra R\$ 1.611.038,79

Valor Final da Obra: R\$ 1.699.499,49

Valor aplicado R\$ 395.362,02

Percentual total aplicado: 23 %

Percentual mensal aplicado: 9 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 147.049,72

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 19/05/2023;

Fim da Execução: 14/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2023

DISPENSA N.º 25/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2023.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos de pavimentação em blocos de concreto intertravado, drenagem,

sinalização e obras complementares outros, em ruas do Bairro Marajoara, localizados na zona urbana do município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Bairro Marajoara em Cáceres - MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

CNPJ: 06.881.771/0001-11;

Valor Inicial da Obra R\$ 13.406,10

Valor Final da Obra: R\$ 13.406,10

Valor aplicado R\$ 13.406,10

Percentual total aplicado: 99 %

Percentual mensal aplicado: 99 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 13.406,10

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 02/06/2023;

Fim da Execução: Concluído e recebido provisoriamente 30/10/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 104/2023

TOMADA DE PREÇO N. ° 02/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 67/2023.

Objeto do Contrato: O presente Contrato Administrativo tem como objeto a contratação de empresa especializada em Arqueologia para atendimento ao TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO - TRE N° 33 / IPHAN-MT e FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO COM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM SALVAGUARDA DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO DO IPHAN - TRE N° 33 / IPHAN-MT; adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei 8666/1993, para obra de Revitalização da Praça Municipal Duque de Caxias, no município de Cáceres – MT

Local de Execução da Obra: Bairro Centro em Cáceres - MT

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): ANX ENGENHARIA E ARQUEOLOGIA LTDA;

CNPJ: 17.527.184/0001-45;

Valor Inicial da Obra R\$ 93.800,00

Valor Final da Obra: R\$ 93.800,00

Valor aplicado R\$ 31.246,67

Percentual total aplicado: 33 %

Percentual mensal aplicado: 33 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 31.246,67

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 13/07/2023;

Fim da Execução: 08/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 162/2023

CONCORRÊNCIA PUBLICA N. ° 01/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 114/2023.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia para Revitalização da Praça Municipal Duque de Caxias, no município de Cáceres – MT, localizada à Rua Comandante Balduino, Centro

Histórico de Cáceres, com área total de 3.764,23 m², no município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Rua Comandante Balduino Centro Histórico de Cáceres.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): W.P. CONSTRUTORA LTDA-ME;

CNPJ: 12.648.863/0001-59;

Valor Inicial da Obra R\$ 852.579,55

Valor Final da Obra: R\$ 852.579,55

Valor aplicado R\$ 257.730,3

Percentual total aplicado: 30 %

Percentual mensal aplicado: 12 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 105.154,11

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 13/07/2023;

Fim da Execução: 08/03/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 191/2023

TOMADA DE PREÇO N. ° 04/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 83/2022.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos complementares da Construção da Feira Coberta (Lote 01) e da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Brincando e Aprendendo (Lote 02) ambas localizadas na zona urbana do município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: R. Ouro Verde, 308-412 - Area do Aeroporto F F Cuiabano, Cáceres - MT.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): LIMA ENGENHARIA LTDA;

CNPJ: 29.092.872/0001-09;

Valor Inicial da Obra R\$ 98.300,05

Valor Final da Obra: R\$ 98.300,05

Valor aplicado R\$ 22.595,79

Percentual total aplicado: 23 %

Percentual mensal aplicado: 12 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 12.115,79

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 21/07/2023;

Fim da Execução: 18/12/2023;

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 190/2023

TOMADA DE PREÇO N. ° 04/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 83/2022.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos complementares da Construção da Feira Coberta (Lote 01) e da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Brincando e Aprendendo (Lote 02) ambas localizadas na zona urbana do município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: R. Ouro Verde, 308-412 - Area do Aeroporto F F Cuiabano, Cáceres - MT.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

Contratado (a): LIMA ENGENHARIA LTDA;

CNPJ: 29.092.872/0001-09;

Valor Inicial da Obra R\$ 53.209,61

Valor Final da Obra: R\$ 53.209,61

Valor aplicado R\$ 0,00

Percentual total aplicado: 0 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 21/07/2023;

Fim da Execução: 17/01/2024;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2023

DISPENSA N.º 30/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371/2022.

Objeto do Contrato: estabelecer os parâmetros para a Declaração de Endosso Institucional e a salvaguarda definitiva dos acervos arqueológicos provenientes do Projeto de Acompanhamento Arqueológico na Obra de Reforma da Praça Major João Carlos, Município de Cáceres-MT.

Local de Execução da Obra: R. Ouro Verde, 308-412 - Área do Aeroporto F F Cuiabano, Cáceres - MT.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

Contratado (a): INSTITUTO HOMEM BRASILEIRO;

CNPJ: 07.382.139/0001-96;

Valor Inicial da Obra R\$ 14.800,00

Valor Final da Obra: R\$ 14.800,00

Valor aplicado R\$ 0,00

Percentual total aplicado: 0 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 13/07/2023;

Fim da Execução: Prazo para recebimento dos serviços fica estabelecido conforme o item 6 do Termo de Referência;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2023.

Objeto do Contrato: a contratação de empresa especializada em engenharia para a Reforma e Ampliação da Escola Municipal Fazendo Arte, no município de Cáceres – MT, localizado à Rua São Pedro, Sem Número, bairro Cavallhada II, no município de Cáceres.

Local de Execução da Obra: Rua São Pedro, Sem Número, bairro Cavallhada II em Cáceres - MT.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA;

CNPJ: 07.382.139/0001-96;

Valor Inicial da Obra R\$ 4.093.849,41

Valor Final da Obra: R\$ 4.093.849,41

Valor aplicado R\$ 0,00

Percentual total aplicado: 0 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: Não Iniciada;

Fim da Execução: AGUARDANDO ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2023

TOMADA DE PREÇO N.º 10/2023 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2023.

Objeto do Contrato: O presente Contrato Administrativo tem como objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a Implantação de Sistema Preventivo de Combate a Incêndio e Pânico em 5 (cinco) escolas, no município de Cáceres – MT.

• Escola Municipal Garcês – Rua Pref. Humberto da Costa Garcia, s/n, bairro Garcês

(-16.112131, -57.708208);

• Escola Municipal de Ensino Infantil Província de Arezzo – Rua Santa Helena, s/n, bairro Vila

Irene (-16.053189, -57.671761);

• Escola Municipal de Ensino Infantil Gotinhas do Saber – Rua São Gonçalves, s/n, bairro Junco

(-16.093370, -57.691835);

• Escola Municipal Laranjeiras – Estrada Vicinal, Assentamento Laranjeiras I (Zona Rural)

(-16.567727, -57.561356);

• Escola Municipal São Francisco – Estrada Vicinal, Comunidade São Francisco (Zona Rural)

(-15.953453, -57.841384).

Local de Execução da Obra: Rua São Pedro, Sem Número, bairro Cavallhada II em Cáceres - MT.

Pasta Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Contratado (a): CONSTRUEPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA;

CNPJ: 09.492.967/0001-02;

Valor Inicial da Obra R\$ 28.386,55

Valor Final da Obra: R\$ 28.386,55

Valor aplicado R\$ 0,00

Percentual total aplicado: 0 %

Percentual mensal aplicado: 0 %

Valor aplicado no mês vigente: R\$ 0,00

Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:

Início da Execução: 17/10/2023;

Fim da Execução: 31/12/2023

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL PORTARIA Nº 153/2023 – SSAAP

Designa Fiscal de Ata de Registro de Preços no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º inciso VI, da Lei Complementar Nº 106, de 07/10/2015 e em observância ao disposto nos Arts. 7º e 117º da Lei Federal Nº 14.133/2021 e nos Arts. 7º e 9º do Decreto Municipal Nº 520/2023.

CONSIDERANDO a Ata de Registro de Preços Nº 21/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos químicos utilizados no sistema de tratamento de água para atender as necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, de Cáceres/MT.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços Nº 21/2023-SSAAP:

Fiscal: Thaís Cristina Couto Hurtado

Substituto: Odenil José de Arruda

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos retroativos a 14 de dezembro de 2023.

Cáceres/MT, 19 de dezembro de 2023.


JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS


**CONTABILIDADE
RREO - 4º BIMESTRE - 2023**

RREO - 4º BIMESTRE - 2023

	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário


Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.591.800,00	8.666.918,24	14.498.907,76	167,29	63.994.358,59	738,38	-55.327.440,35
RECEITAS CORRENTES	2.591.800,00	7.446.052,76	14.420.259,46	193,66	62.271.446,42	836,30	-54.825.393,66
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			545.341,95		2.831.984,76		-2.831.984,76
Impostos			493.249,59		2.647.767,49		-2.647.767,49
Taxas			52.092,36		184.217,27		-184.217,27
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.590.500,00	2.590.500,00	683.318,66	26,38	2.564.174,79	98,98	26.325,21
Contribuições Sociais	2.590.500,00	2.590.500,00	578.349,69	22,33	2.154.629,68	83,17	435.870,32
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			104.968,97		409.545,11		-409.545,11
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	501.473,67	50,147,37	1.531.075,12	153,107,51	-1.530,075,12
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	501.473,67	50,147,37	1.531.075,12	153,107,51	-1.530,075,12
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demaís Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			267.933,00		998.982,25		-998.982,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			267.933,00		998.982,25		-998.982,25
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.854.252,76	12.363.599,02	254,70	53.931.411,11	1.111,01	-49.077.158,35
Transferências da União e de suas Entidades			3.755.423,52		16.028.591,45		-16.028.591,45
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		4.854.252,76	3.609.954,99	74,37	18.138.258,49	373,66	-13.284.005,73
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas			4.998.220,51		19.764.561,17		-19.764.561,17
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	300,00	58.593,16	19,531,05	413.818,39	137,939,46	-413.518,39
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	200,00	200,00	55.569,18	27,784,59	392.988,97	196,494,49	-392.788,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demaís Receitas Correntes	100,00	100,00	3.023,98	3,023,98	20.829,42	20,829,42	-20.729,42

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL		1,220,865,48	78,648,30	6,44	1,722,912,17	141,12	-502,046,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1,220,865,48	78,648,30	6,44	1,722,912,17	141,12	-502,046,69
Transferências da União e de suas Entidades			78,582,52		251,980,91		-251,980,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1,220,865,48	65,78	0,01	1,470,931,26	120,48	-250,065,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2,908,200,00	2,908,200,00	897,878,59	30,87	3,339,507,29	114,83	-431,307,29
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	5,500,000,00	11,575,118,24	15,396,786,35	133,02	67,333,865,88	581,71	-55,758,747,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	5,500,000,00	11,575,118,24	15,396,786,35	133,02	67,333,865,88	581,71	-55,758,747,64
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	5,500,000,00	11,575,118,24	15,396,786,35	133,02	67,333,865,88	581,71	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1,892,557,74			1,892,557,74		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1,892,557,74			1,892,557,74		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.167.095,69	14.245.126,71	18.230.950,82	72.359.642,85	-58.114.516,14	17.005.813,86	58.723.070,67	-44.477.943,96	50.422.171,87	

 TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	6.338.095,69	18.452.169,21	16.647.520,74	69.037.751,35	-50.585.582,14	15.963.826,33	56.117.816,53	-37.665.647,32	47.996.085,49	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.207.300,00	8.539.569,38	8.883.665,06	32.307.930,61	-23.768.361,23	8.883.052,26	32.307.113,41	-23.767.544,03	28.465.499,37	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.130.795,69	9.912.599,83	7.763.855,68	36.729.820,74	-26.817.220,91	7.080.774,07	23.810.703,12	-13.898.103,29	19.530.586,12	
DESPESAS DE CAPITAL	829.000,00	-4.207.042,50	1.583.430,08	3.321.891,50	-7.528.934,00	1.041.987,53	2.605.254,14	-6.812.296,64	2.426.086,18	
INVESTIMENTOS	829.000,00	-4.297.042,50	1.571.635,03	3.160.096,45	-7.457.138,95	1.004.527,22	2.492.932,43	-6.789.974,93	2.313.764,47	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		90.000,00	11.795,05	161.795,05	-71.795,05	37.460,31	112.321,71	-22.321,71	112.321,71	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	91.000,00	959.474,14	848.085,81	3.289.265,51	-2.329.791,37	839.899,14	3.281.078,84	-2.321.604,70	2.879.445,51	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.258.095,69	15.204.600,85	19.079.036,63	75.648.908,36	-60.444.307,51	17.845.713,00	62.004.149,51	-46.799.548,66	53.301.617,18	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	7.258.095,69	15.204.600,85	19.079.036,63	75.648.908,36	-60.444.307,51	17.845.713,00	62.004.149,51	-46.799.548,66	53.301.617,18	
SUPERÁVIT (XIII)							5.329.716,37	14.032.248,70		
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	7.258.095,69	15.204.600,85	19.079.036,63	75.648.908,36		17.845.713,00	67.333.865,88		67.333.865,88	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.908,200,00	2.908,200,00	897,878,59	30,87	3.339,507,29	114,83	-431,307,29
RECEITAS CORRENTES	2.908,200,00	2.908,200,00	897,878,59	30,87	3.339,507,29	114,83	-431,307,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.908,200,00	2.908,200,00	897,878,59	30,87	3.339,507,29	114,83	-431,307,29
Contribuições Sociais	2.908,200,00	2.908,200,00	897,878,59	30,87	3.339,507,29	114,83	-431,307,29
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 4º bimestre


Receitas Intra-Orçamentárias	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Estágios da Receita Intra-Orçamentária				SALDO (a-c)
			RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
Demais Receitas de Capital							


RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
DESPESAS CORRENTES	91.000,00	959.474,14	848.085,81	3.289.265,51	-2.329.791,37	839.899,14	3.281.078,84	-2.321.604,70	2.879.445,51	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.000,00	959.474,14	848.085,81	3.289.265,51	-2.329.791,37	839.899,14	3.281.078,84	-2.321.604,70	2.879.445,51	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	8.376.095,69	14.894.297,53	18.230.950,82	72.359.842,85	95,65	-57.465.345,32	17.005.813,86	58.723.070,67	94,71	-43.828.773,14	
Legislativa	2.877.095,69	2.746.095,69	442.347,57	1.845.096,86	2,44	900.998,83	465.106,39	1.790.458,49	2,89	955.637,20	
Ação Legislativa	2.877.095,69	2.746.095,69	442.347,57	1.845.096,86	2,44	900.998,83	465.106,39	1.790.458,49	2,89	955.637,20	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração		302.489,18	1.324.383,02	8.428.743,56	11,14	-8.126.254,38	1.941.631,22	6.976.576,98	11,25	-6.674.087,80	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral		81.088,22	1.053.912,23	5.340.314,49	7,06	-5.259.226,27	1.209.131,76	4.666.972,95	7,53	-4.585.884,73	
Administração Financeira		271.400,96	270.470,79	2.251.429,07	2,98	-1.980.028,11	609.455,15	1.782.027,32	2,87	-1.510.626,36	
Controle Interno											
Normalização e Fiscalização		-20.000,00				-20.000,00				-20.000,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas		-30.000,00	0,00	837.000,00	1,11	-867.000,00	123.044,31	527.576,71	0,85	-557.576,71	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social		190.058,30	347.287,30	1.692.757,02	2,24	-1.502.698,72	416.964,83	1.447.944,40	2,34	-1.257.886,10	
Assistência ao Idoso		88.659,69	12.962,14	106.611,75	0,14	-17.952,06	26.142,45	106.611,75	0,17	-17.952,06	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente		78.467,63	34.065,64	244.949,36	0,32	-166.481,73	47.776,75	145.029,51	0,23	-66.561,88	
Assistência Comunitária		-446.791,26	46.791,75	81.832,88	0,11	-528.624,14	36.778,80	68.309,73	0,11	-615.100,99	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:


Exercício: 2023

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	
FU08 - Administração Geral		469.722,24	253.467,77	1.259.363,03	1,66	-789.640,79	306.266,63	1.127.993,41	1,82	-658.271,17	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	5.499.000,00	5.499.000,00	840.585,55	3.032.004,75	4,01	2.466.995,25	767.960,72	2.958.028,05	4,77	2.540.971,95	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.499.000,00	5.499.000,00	840.585,55	3.032.004,75	4,01	2.466.995,25	767.960,72	2.958.028,05	4,77	2.540.971,95	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde		4.124.749,29	4.166.378,46	15.573.288,59	20,59	-11.448.539,30	3.700.541,08	12.963.804,65	20,91	-8.839.055,56	
Atenção Básica		814.277,29	1.797.851,71	5.085.087,69	6,72	-4.270.810,40	1.305.936,96	4.095.166,67	6,60	-3.280.889,38	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		1.721.358,22	1.588.103,65	7.776.821,00	10,28	-6.055.462,78	1.927.919,37	6.785.327,65	10,94	-5.063.969,43	
Suporte Profilático e Terapêutico		52.606,98	138.989,72	533.124,87	0,70	-480.517,89	43.448,25	370.368,42	0,60	-317.761,44	
Vigilância Sanitária		338.231,54	141.492,57	416.478,24	0,55	-78.246,70	104.144,28	379.129,95	0,61	-40.898,41	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral		1.198.275,26	499.940,81	1.761.776,79	2,33	-563.501,53	319.092,22	1.333.811,96	2,15	-135.536,70	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação		-416.003,02	7.332.955,68	23.255.554,34	30,74	-23.671.557,36	6.785.184,76	20.016.657,28	32,28	-20.432.660,30	
Ensino Fundamental		-4.377.458,59	1.050.467,01	2.114.212,29	2,79	-6.491.670,88	1.047.971,20	1.840.482,55	2,97	-6.217.941,14	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior		-50.000,00				-50.000,00				-50.000,00	
Educação Infantil		-839.676,35	0,00	66.451,06	0,09	-1.006.127,41	0,00	66.451,06	0,11	-1.006.127,41	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial		4.355.775,51	5.792.397,80	18.928.669,52	25,02	-14.572.894,01	5.164.230,31	16.494.114,95	26,60	-12.138.339,44	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral		664.125,03	122.745,54	1.249.854,35	1,65	-585.729,32	212.549,07	797.571,37	1,29	-133.446,34	
FU12 - Demais Subfunções		-48.768,62	367.345,33	896.367,12	1,18	-965.135,74	360.434,18	818.037,35	1,32	-886.805,97	
Cultura		1.040.666,78	4.884,00	1.134.561,28	1,50	-93.894,50	14.823,50	787.760,07	1,27	252.906,71	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
FU13 - Administração Geral		1.040.666,78	4.884,00	1.134.561,28	1,50	-93.894,50	14.823,50	787.760,07	1,27	252.906,71	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania		-105.032,88	261.260,13	635.278,97	0,84	-740.311,85	255.326,46	514.522,71	0,83	-619.555,59	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas		-222.672,00	176.235,08	288.418,46	0,38	-511.090,46	177.142,58	253.034,42	0,41	-475.706,42	
FU14 - Administração Geral		117.639,12	85.025,05	346.860,51	0,46	-229.221,39	78.183,88	261.488,29	0,42	-143.849,17	
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo		1.565.018,02	2.836.751,33	8.911.790,52	11,78	-7.346.772,50	1.092.061,15	4.273.318,31	6,89	-2.708.300,29	
Infra-Estrutura Urbana		973.601,29	457.500,00	471.817,31	0,62	501.783,98	54.387,60	68.704,91	0,11	904.896,38	
Serviços Urbanos		591.416,73	2.379.251,33	8.439.973,21	11,16	-7.848.556,48	1.037.673,55	4.204.613,40	6,78	-3.613.196,67	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habituação		2.482.510,86				2.482.510,86				2.482.510,86	
Habituação Rural											

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa									INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	
Habitação Urbana		2.482.510,86				2.482.510,86				2.482.510,86
FU16 - Administração Geral										
FU16 - Demais Subfunções										
Saneamento		43.323,67	136.526,65	423.633,71	0,56	-380.310,04	131.779,15	418.886,21	0,68	-375.562,54
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano		43.323,67	136.526,65	423.633,71	0,56	-380.310,04	131.779,15	418.886,21	0,68	-375.562,54
FU17 - Administração Geral										
FU17 - Demais Subfunções										
Gestão Ambiental		-20.000,00				-20.000,00				-20.000,00
Preservação e Conservação Ambiental		-20.000,00				-20.000,00				-20.000,00
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
FU18 - Administração Geral										
FU18 - Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia										
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
FU19 - Administração Geral										
FU19 - Demais Subfunções										
Agricultura		-170.000,00				-170.000,00				-170.000,00
Abastecimento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária		-170.000,00				-170.000,00				-170.000,00
Defesa Agropecuária										
FU20 - Administração Geral										
FU20 - Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
FU21 - Administração Geral										
FU21 - Demais Subfunções										
Indústria										
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
FU22 - Administração Geral										
FU22 - Demais Subfunções										
Comércio e Serviços		-200.000,00				-200.000,00				-200.000,00
Promoção Comercial		-30.000,00				-30.000,00				-30.000,00
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo		-170.000,00				-170.000,00				-170.000,00
FU23 - Administração Geral										
FU23 - Demais Subfunções										
Comunicações										
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
FU24 - Administração Geral										

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte		-2.249.481,78	460.018,68	6.858.264,56	9,07	-9.107.746,34	1.317.156,25	6.139.973,06	9,90	-6.389.454,84	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário		-2.249.481,78	460.018,68	6.858.264,56	9,07	-9.107.746,34	1.317.156,25	6.139.973,06	9,90	-6.389.454,84	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer		-29.096,58	65.777,40	406.873,64	0,54	-435.970,22	79.818,04	322.818,75	0,52	-951.915,33	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário		-96.192,25	0,00	68.033,57	0,09	-164.225,82	11.670,00	61.224,57	0,10	-157.416,82	
Lazer											
FU27 - Administração Geral		67.095,67	65.777,40	338.840,07	0,45	-271.744,40	68.148,04	261.594,18	0,42	-194.498,51	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais		90.000,00	11.795,05	161.795,05	0,21	-71.795,05	37.460,31	112.321,71	0,18	-22.321,71	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna		90.000,00	11.795,05	161.795,05	0,21	-71.795,05	37.460,31	112.321,71	0,18	-22.321,71	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	91.000,00	959.474,14	848.085,81	3.289.265,51	4,35	-2.329.791,37	839.899,14	3.281.078,84	5,29	-2.321.604,70	
TOTAL (III) = (I) + (II)	8.467.095,69	15.853.771,67	19.079.036,63	75.648.908,36	100,00	-59.795.136,69	17.845.713,00	62.004.149,51	100,00	-46.150.377,84	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	91.000,00	959.474,14	848.085,81	3.289.265,51	4,35	-2.329.791,37	839.899,14	3.281.078,84	5,29	-2.321.604,70	
Legislativa	90.000,00	90.000,00	18.681,49	74.749,69	0,10	15.250,31	18.681,49	74.749,69	0,12	15.250,31	
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	18.681,49	74.749,69	0,10	15.250,31	18.681,49	74.749,69	0,12	15.250,31	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção • Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	Execução da Despesa - Intra				SALDO (e) = (a-b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
					%(b■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)			
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração		77.210,06	70.053,52	270.293,02	0,36	-193.082,96	70.053,52	270.293,02	0,44	-193.082,96	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral		27.137,57	41.181,25	157.369,93	0,21	-130.232,36	41.181,25	157.369,93	0,25	-130.232,36	
Administração Financeira		50.072,49	28.872,27	112.923,09	0,15	-62.850,60	28.872,27	112.923,09	0,18	-62.850,60	
Controle Interno											
Normalização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social		29.253,74	23.916,03	88.059,68	0,12	-58.805,94	23.851,08	87.994,73	0,14	-58.740,99	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral		29.253,74	23.916,03	88.059,68	0,12	-58.805,94	23.851,08	87.994,73	0,14	-58.740,99	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde		336.340,67	240.827,91	894.426,02	1,18	-558.085,35	240.668,85	894.266,96	1,44	-557.926,29	
Atenção Básica			100.996,71	377.767,61	0,50	-377.767,61	100.996,71	377.767,61	0,61	-377.767,61	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		266.555,48	113.228,37	409.936,65	0,54	-143.381,17	113.069,31	409.777,59	0,66	-143.222,11	
Supporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária		865,01	4.874,11	19.597,29	0,03	-18.732,28	4.874,11	19.597,29	0,03	-18.732,28	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral		68.920,18	21.728,72	87.124,47	0,12	-18.204,29	21.728,72	87.124,47	0,14	-18.204,29	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção • Intra	Execução da Despesa • Intra										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (c-d)	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação		379.870,82	432.121,09	1.716.705,69	2,27	-1.336.834,87	424.205,19	1.708.789,79	2,76	-1.328.918,97	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial		372.513,42	432.121,09	1.709.248,29	2,26	-1.336.734,87	424.205,19	1.701.332,39	2,74	-1.328.818,97	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral		7.357,40	0,00	7.457,40	0,01	-100,00	0,00	7.457,40	0,01	-100,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Diffusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania			2.726,94	10.602,48	0,01	-10.602,48	2.726,94	10.602,48	0,02	-10.602,48	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Auxílio aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral			2.726,94	10.602,48	0,01	-10.602,48	2.726,94	10.602,48	0,02	-10.602,48	
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo		20.997,81	16.504,97	65.325,81	0,09	-44.328,00	16.504,97	65.325,81	0,11	-44.328,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos		20.997,81	16.504,97	65.325,81	0,09	-44.328,00	16.504,97	65.325,81	0,11	-44.328,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habituação											
Habituação Rural											
Habituação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:


Exercício: 2023

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%(b/a) b	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%(d/a) d	SALDO (e) = (a-d)	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte		24.899,13	42.243,80	165.226,75	0,22	-140.327,62	42.197,04	165.179,99	0,27	-140.280,86	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário		24.899,13	42.243,80	165.226,75	0,22	-140.327,62	42.197,04	165.179,99	0,27	-140.280,86	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer		-98,09	1.010,06	3.876,37	0,01	-3.974,46	1.010,06	3.876,37	0,01	-3.974,46	


 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/100 b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/100 d)	SALDO (e) = (c-d)	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral		-98,09	1.010,06	3.876,37	0,01	-3.974,46	1.010,06	3.876,37	0,01	-3.974,46	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

 <p>siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre


RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida				Evolução da Receita Corrente Líquida												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2023
				EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													
				<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
RECEITAS CORRENTES (I)																	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.052.712,58	8.283.678,67	7.335.670,73	13.533.333,68	7.522.759,17	7.739.963,46	7.792.364,67	8.002.948,30	12.813.449,05	8.096.188,68	7.862.474,74	7.717.729,83	103.766.273,56		7.446.052,76		
IPTU	23.621,27	16.138,49	29.606,64	4.524.209,67	21.386,49	288.643,55	218.611,21	521.833,17	457.208,09	573.881,92	196.744,77	345.987,19	8.245.913,22				
ISS	15.157,14	10.422,66	5.642,64	23.054,12	14.040,78	9.261,26	21.887,18	21.551,76	31.258,00	23.166,21	31.465,13	102.905,97	306.902,85				
ITBI	130.457,36	113.178,54	121.165,34	105.250,07	111.033,17	79.841,58	98.991,31	103.153,01	88.279,97	137.892,52	100.166,58	100.180,08	1.298.589,51				
IRRF	35.731,96	32.248,06	11.952,53	207.463,10	18.222,80	124.175,15	12.046,79	28.880,00	399.500,45	308.305,32	28.398,60	24.843,58	1.138.769,34				
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.985,11	18.686,07	64.863,79	4.078.037,01	7.842,05	24.500,15	62.222,92	332.991,78	11.290,86	65.388,37	15.869,81	80.418,86	4.700.891,87				
Contribuições	44.289,70	186.857,95	90.382,34	110.405,37	65.799,69	50.972,41	33.468,91	37.256,62	26.996,20	19.129,50	20.844,65	31.247,71	717.653,05				
Receita Patrimonial	286.280,11	302.666,22	265.012,17	301.861,39	322.064,91	302.097,32	307.227,44	306.903,40	346.526,59	296.024,47	340.789,35	342.529,31	3.719.394,68		2.580.500,00		
Rendimentos de Aplicação Financeira	193.063,58	125.805,62	120.342,80	127.302,83	106.206,77	77.169,35	211.397,31	139.537,83	239.622,81	255.457,38	147.526,45	353.945,22	2.087.580,15		1.000,00		
Outras Receitas Patrimoniais	193.063,58	125.805,62	120.342,80	127.302,83	106.206,77	77.169,35	211.397,31	139.537,83	239.622,81	255.457,38	147.526,45	353.945,22	2.087.580,15		1.000,00		
Receita Agropecuária																	
Receita Industrial																	
Receita de Serviços	133.333,61	140.031,41	118.885,63	126.326,69	122.644,96	99.736,62	145.495,16	101.344,82	139.110,32	122.717,37	132.343,51	135.588,49	1.517.657,99				
Transferências Correntes	6.205.414,01	7.251.532,14	6.520.850,17	8.445.364,85	6.755.704,04	6.963.740,24	6.852.081,05	6.723.491,68	11.595.915,12	6.796.366,33	7.017.076,91	6.506.467,22	87.764.803,76		4.854.252,76		
Cota-Parte do FPM	1.400.804,81	1.332.913,63	1.675.229,80	2.602.971,19	1.667.706,71	2.251.747,43	1.377.487,20	1.574.909,18	1.750.764,38	1.635.200,81	2.002.709,81	772.651,14	20.045.206,19				
Cota-Parte do ICMS	1.590.966,32	1.494.411,20	1.499.283,90	1.418.737,13	1.603.473,23	1.453.636,15	1.544.568,60	1.387.292,07	1.810.142,42	1.571.610,22	1.671.664,82	1.888.191,25	18.913.987,21				
Cota-Parte do PVA	49.805,62	49.535,30	51.703,46	36.759,39	70.273,62	89.498,91	182.739,42	335.541,51	255.599,25	128.159,60	89.465,63		1.519.845,31				
Cota-Parte do FTR	153.409,69	1.110.206,19	242.659,38	195.785,60	91.100,70	19.948,88	24.528,82	28.017,86	30.636,81	12.317,90	35.168,51	48.250,95	1.096.131,59				
Transferências de LC nº 61/1989																	
Transferências do FUNDEB	2.233.663,82	2.456.419,50	2.295.819,02	2.251.780,79	2.416.836,74	2.425.033,11	2.251.233,77	2.159.870,86	2.357.890,83	2.555.475,35	2.373.416,39	2.624.804,12	29.002.044,30				
Outras Transferências Correntes	776.673,55	908.046,32	756.274,61	1.332.331,66	917.819,67	742.500,85	1.594.785,65	1.471.303,29	4.710.559,17	765.162,80	885.957,46	1.104.004,13	16.486.889,16		4.854.252,76		
Outras Receitas Correntes		2.850,00	15.773,82	8.399,15		8.376,38	27.637,50	228.837,40	24.652,74	64.741,21	27.991,75	30.601,41	441.711,36		300,00		
DEDUÇÕES (II)																	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	920.398,09	1.062.985,03	874.666,57	950.505,20	932.710,58	1.021.704,42	980.595,81	932.316,32	1.168.306,53	1.079.316,30	992.644,09	1.047.261,01	11.974.081,95		2.581.600,00		
Compensações Financeiras entre Regimes Previdenciários	246.573,21	262.171,25	265.012,17	252.913,98	248.336,58	258.753,77	265.275,55	260.505,89	288.218,34	277.089,86	293.519,63	284.830,08	3.181.300,29		2.580.500,00		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	62.267,44	3.400,65	14.273,89	5.535,62		5.709,52	3.023,98	3.023,98	3.023,98	3.023,98	3.023,98	0,00	41.038,84		100,00		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	611.567,44	797.413,12	893.791,18	690.234,48	684.209,36	759.241,13	607.216,18	616.463,35	785.416,89	694.945,46	604.413,46	555.531,65	8.102.437,70		1.200,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	6.132.314,49	7.220.693,64	6.361.204,16	12.582.828,48	6.590.048,59	6.718.768,86	6.811.768,86	7.108.631,98	11.845.140,52	7.018.872,38	6.959.830,65	6.669.878,82	91.812.271,61		4.854.452,76		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)													0,00				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEVIDAMENTO (V) = (III) - (IV)	6.132.314,49	7.220.693,64	6.361.204,16	12.582.828,48	6.590.048,59	6.718.768,86	6.811.768,86	7.108.631,98	11.845.140,52	7.018.872,38	6.959.830,65	6.669.878,82	91.812.271,61		4.854.452,76		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 196, § 1º) (VI)													0,00				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V) - (VI)	6.132.314,49	7.220.693,64	6.361.204,16	12.582.828,48	6.590.048,59	6.718.768,86	6.811.768,86	7.108.631,98	11.845.140,52	7.018.872,38	6.959.830,65	6.669.878,82	91.812.271,61		4.854.452,76		

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias


Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	4.848.000,00	5.543.180,55
Receita de Contribuições dos Segurados	2.590.500,00	2.154.629,68
Ativo	2.590.200,00	2.147.997,85
Inativo	300,00	6.631,83
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	2.256.200,00	2.787.164,97
Ativo	2.256.200,00	2.787.164,97
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	1.000,00	580.556,48
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	580.556,48
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	300,00	20.829,42
Compensação Financeira entre os Regimes	100,00	20.829,42
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes	200,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	4.848.000,00	5.543.180,55



Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	3.869.000,00	2.789.261,23	2.789.261,23	2.789.261,23	
Aposentadorias	3.430.000,00	2.512.024,83	2.512.024,83	2.512.024,83	
Pensões por Morte	439.000,00	277.236,40	277.236,40	277.236,40	
Outras Despesas Previdenciárias	9.000,00				
Compensação Financeira entre os Regimes	9.000,00				
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.878.000,00	2.789.261,23	2.789.261,23	2.789.261,23	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	970.000,00	2.753.919,32	2.753.919,32	2.753.919,32	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias


Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	1,116,229,16
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	737,555,84
Investimentos e Aplicações	43,290,353,69
Outros Bens e Direitos	1,525,732,00


RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)					

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias


Aportes de Recursos para o Fundo em Reparação do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Reparação do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Reparação)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Reparação)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	


RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	652.000,00	552.342,32
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	652.000,00	552.342,32

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XII)	403.000,00	240.237,88	166.261,18	166.261,18	
Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00	1.158,24	1.158,24	1.158,24	
Demais Despesas Correntes	394.000,00	239.079,64	165.102,94	165.102,94	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	9.000,00	2.505,64	2.505,64	2.505,64	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XII + XIV)	412.000,00	242.743,52	168.766,82	168.766,82	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	240.000,00	309.598,80	383.575,50	383.575,50	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	


RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

 <div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div>Tesouro Nacional</div></div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					


 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023 RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	4,854,252,76	59,515,430,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2,831,984,76
IPTU		255,626,29
ISS		828,538,20
ITBI		852,372,69
IRRF		609,729,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		285,717,69
Contribuições		409,545,11
Receita Patrimonial		950,518,64
Aplicações Financeiras (II)		950,518,64
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	4,854,252,76	53,931,411,11
Cota-Parte do FPM		10,589,676,53
Cota-Parte do ICMS		10,328,463,18
Cota-Parte do IPVA		903,170,69
Cota-Parte do ITR		232,056,52
Transferências da LC nº 61/1989		
Transferências do FUNDEB		19,764,561,17
Outras Transferências Correntes	4,854,252,76	12,113,483,02
Demais Receitas Correntes		1,391,971,22
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes		1,391,971,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	4,854,252,76	58,564,912,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5,499,000,00	5,514,966,39
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1,000,00	580,556,48
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1,220,865,48	1,722,912,17
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	1,220,865,48	1,722,912,17
Convênios	1,220,865,48	1,549,513,78
Outras Transferências de Capital		173,398,39
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	1,220,865,48	1,722,912,17
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XII + XIV)	11,574,118,24	65,802,790,76
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	6,075,118,24	60,287,824,37

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Orçamentária					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	Até o Bimestre / 2023	
						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	15,150,814,17	69,297,517,75	56,443,372,96	47,920,008,59	2,439,501,89	2,899,351,58	2,899,350,68
Pessoal e Encargos Sociais	5,642,214,34	32,806,776,65	32,797,772,78	26,554,525,41	569,063,08		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)							
Outras Despesas Correntes	9,508,599,83	36,490,741,10	23,645,600,18	19,365,483,18	1,870,438,81	2,899,351,58	2,899,350,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	15,150,814,17	69,297,517,75	56,443,372,96	47,920,008,59	2,439,501,89	2,899,351,58	2,899,350,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	4,282,000,00	3,029,499,11	2,955,522,41	2,955,522,41	162,381,29		
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	-4,216,042,50	3,319,385,86	2,602,748,50	2,423,580,54	183,495,65	1,980,271,66	1,980,271,66
Investimentos	-4,306,042,50	3,157,590,81	2,490,426,79	2,311,258,83	183,495,65	1,980,271,66	1,980,271,66
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	90,000,00	161,795,05	112,321,71	112,321,71			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	-4,306,042,50	3,157,590,81	2,490,426,79	2,311,258,83	183,495,65	1,980,271,66	1,980,271,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	9,000,00	2,505,64	2,505,64	2,505,64			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	15,135,771,67	75,467,113,31	61,891,827,80	53,189,295,47	2,785,378,83	4,879,623,24	4,879,622,34
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	10,644,771,67	72,455,108,56	58,333,799,75	50,231,267,42	2,622,997,54	4,879,623,24	4,879,622,34

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc))	4.948.494,12
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIId))	2.553.937,07

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2023
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	950.518,64
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	12.273,94

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.492.181,77

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2022 (a)	Até o Bimestre 2023 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)		
DEDUÇÕES (XL)		6.110,040,43
Disponibilidade de Caixa		6.110,040,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	7.393,682,11
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.283,641,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLI) = (XXXIX - XL)		-6.110,040,43

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios


Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLI) = (XLIa - XLIb)	6.110,040,43

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-2.622.996,64
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLI) + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)	3.487,043,79

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	2.548,799,09

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.892,557,74
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.892,557,74
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão									
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		162.381,29	2.429.024,28		-2.266.652,99		508.393,48	4.879.622,34		-4.371.228,86
PODER EXECUTIVO										
PODER LEGISLATIVO										
Câmara Municipal										
Tribunal de Contas do Município										
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)			356.344,55		-356.344,55					
TOTAL (III = I + II)		162.381,29	2.785.378,83		-2.622.997,54		508.393,48	4.879.622,34		-4.371.228,86

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra									
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)			356.344,55		-356.344,55					
PODER EXECUTIVO										
PODER LEGISLATIVO										
Câmara Municipal										
Tribunal de Contas do Município										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)


Despesas de PPP Das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP Das Estatais Não-dependentes - A contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanco Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	5.500.000,00
Previsão Atualizada	11.575.118,24
Receitas Realizadas	67.333.865,88
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.892.557,74
DESPESAS	
Dotação Inicial	7.258.095,69
Dotação Atualizada	15.225.771,67
Despesas Empenhadas	75.648.908,36
Despesas Liquidadas	62.004.149,51
Despesas Pagas	53.301.617,18
Superávit Orçamentário	5.329.716,37

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	75.648.908,36
Despesas Liquidadas	62.004.149,51

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	91.812.271,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	91.812.271,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	91.812.271,61


RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	5.543.180,55
Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.789.261,23
Despesas Previdenciárias Liquidadas	2.789.261,23
Despesas Previdenciárias Pagas	2.789.261,23
Resultado Previdenciário	2.753.919,32
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		2.553.937,07	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		6.110.040,43	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	162.381,29	0,00	2.785.378,83	-2.622.997,54
Poder Executivo	162.381,29	0,00	2.785.378,83	-2.622.997,54
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	508.393,48	0,00	4.879.622,34	-4.371.228,86
Poder Executivo	0,00	0,00	4.385.038,90	-4.385.038,90
Poder Legislativo	508.393,48	0,00	494.583,44	13.810,04
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	670.774,77	0,00	7.665.001,17	-6.994.226,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF


Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Despesas de Caráter Continuada Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	Valor Apurado no Exercício Corrente

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6


As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RGF 2º - QUADRIMESTRE - 2023

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS													
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)														
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.665.537,01	3.727.150,54	3.771.577,96	4.637.661,07	3.590.073,72	3.815.697,21	4.113.664,41	4.220.641,95	4.413.835,68	4.837.003,98	4.829.854,75	4.586.830,49		50.209.228,77
Pessoal Ativo	3.665.537,01	3.727.150,54	3.771.577,96	4.637.661,07	3.248.658,36	3.518.929,03	3.795.453,42	3.837.810,47	4.064.761,41	4.470.286,74	4.484.974,00	4.210.135,93		47.432.935,94
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.179.260,44	3.173.034,97	3.229.298,41	4.055.666,18	2.792.501,64	3.031.191,66	3.234.643,02	3.258.997,01	3.454.356,35	3.829.869,14	3.846.296,88	3.592.205,80		40.677.016,50
Obrigações Patronais	486.276,57	554.115,57	542.279,55	581.994,89	456.156,72	487.737,37	560.810,40	578.813,46	609.808,06	640.417,60	638.577,12	617.635,13		6.765.919,44
Pessoal Inativo e Pensionistas					341.415,36	296.768,18	318.210,99	382.831,48	349.074,27	366.717,24	344.560,75	376.694,56		2.776.292,83
Aposentadorias, Reserva e Reformas					304.265,90	266.284,66	278.418,69	349.415,85	315.806,75	333.422,38	308.177,51	343.264,09		2.489.056,43
Pensões					37.149,46	30.483,52	39.792,30	33.415,63	33.267,52	33.294,86	36.403,24	33.429,87		277.236,40
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.793,90	12.388,58	4.176,72	1.114.267,80	364.802,15	346.531,96	472.290,37	441.998,69	417.287,37	400.580,38	344.580,75	407.284,53		4.348.586,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	23.793,90	12.388,58	4.176,72	1.114.267,80	23.386,79	49.763,78	154.079,38	59.165,21	66.183,10	33.648,14	0,00	90.569,97		1.573.263,49
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativa e Pensionistas com Recursos Vinculados					341.415,36	296.768,18	318.210,99	382.831,48	349.074,27	366.717,24	344.580,75	376.694,56		2.776.292,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	3.641.743,11	3.714.861,96	3.767.401,24	3.523.453,15	3.225.271,57	3.469.165,25	3.841.274,04	3.778.845,26	3.996.578,31	4.426.638,60	4.484.974,00	4.176.565,96		45.859.672,45

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	91.812,271,61	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §1º) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	91.812,271,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIa + IIb)	45,859,672,45	49,95
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49,578,626,67	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	47,099,695,34	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	44,620,764,00	48,60


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3)*c	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal


Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	892.623,76	855.478,29	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	892.623,76	855.478,29	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	892.623,76	855.478,29	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	892.623,76	855.478,29	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	11.214.126,47	4.631.426,19	6.110.040,43	
Disponibilidade de Caixa	11.214.126,47	4.631.426,19	6.110.040,43	
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.634.600,50	4.773.596,03	7.393.682,11	
(-) Restos a Pagar Processados	555.004,93	0,00	0,00	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	865.469,10	142.169,84	1.283.641,68	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-10.321.502,71	-3.775.947,90	-6.110.040,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	85.608.084,15	88.758.296,40	91.812.271,61	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	85.608.084,15	88.758.296,40	91.812.271,61	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	1,04	0,96	0,00	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-12,06	-4,25	-6,65	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	102.729.700,98	106.509.955,68	110.174.725,93	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	92.456.730,88	95.858.960,11	99.157.253,34	
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	
Passivo Atuarial	44.931.942,02	44.931.942,02	44.931.942,02	
RP Não-Processados	412.294,07	-3.926.955,48	-4.371.229,76	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	


 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>Tesouro Nacional</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais				

 <p>siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinópolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (b,25% c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (h-a)	Limite (k) = (e)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	85.608,084,15	88.758,296,40	91.812,271,61	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)			0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	85.608,084,15	88.758,296,40	91.812,271,61	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	91.812.271,61	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	91.812.271,61	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (VIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	14.689.963,46	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	13.220.967,11	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.426.859,01	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios


Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	
Receita Corrente Líquida	-	
Receita Corrente Líquida		91.812.271,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		91.812.271,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		91.812.271,61

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	45,859,672.45	49,95
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	49,578,626.67	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	47,099,695.34	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	44,620,764.00	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-6,210,088,20	-6,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		200,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.198.699,75	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RGF 2º - QUADRIMESTRE - 2023

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
COMPRA DE LEITOR DE CODIGO DE BARRAS

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a ofício da licitação 390/2023 de 14/12/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes da **Licitação na modalidade Dispensa de Licitação conforme repasse do setor de licitações**, com a finalidade de:

OBJETO	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE LEITOR DE CODIGO DE BARRAS	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	SALDO A SER UTILIZADO
05.010.04.123.0001.1009.4.4.90.52 1.500.0000000 Red.068	R\$ 2.760,00
TOTAL	R\$ 2.760,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO** "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme ofício 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentária quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatório sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinópolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: “que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas”.

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingência do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinópolis - MT, 19 de Dezembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PUBLICAÇÕES RH SEMED
DECRETO DE Nº 4.273 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA SRª CARLA BORGES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando: o teor do Ofício nº 456 /SEMED de 12 de dezembro de 2023.

DECRETA

Art. 1º - Revogar a designação da Srª. **CARLA BORGES DE SOUZA**, que exercia suas atividades laborais junto a Divisão de Tributos/Secretaria Municipal de Finanças para retornar a sua Secretaria de origem a qual é concursada nesta Prefeitura.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 2.383 de 18 de agosto de 2014, Decreto de nº 2.497 de 12 de junho de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinópolis - MT, 18 de dezembro de 2023.

Prefeito Municipal

JOSÉ BUENO VILELA

CONTABILIDADE
DECRETO - 4185 / 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000



DECRETO Nº 4185/2023

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor JOSE BUENO VILELA, Prefeito Municipal de CAMPINÁPOLIS, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1364/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.235.354,65 (sete milhões duzentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 010 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 9	02.010.04.122.0001.1010.3.3.90.39.1.500.0000000	35.000,00
Cód. red.: 15	02.010.04.122.0001.2001.3.1.90.94.1.500.0000000	4.744,59
Cód. red.: 17	02.010.04.122.0001.2001.3.3.90.14.1.500.0000000	38.100,00
Cód. red.: 21	02.010.04.122.0001.2001.3.3.90.39.1.500.0000000	3.929,88
Cód. red.: 22	02.010.04.122.0001.2001.3.3.90.93.1.500.0000000	4.962,43
Cód. red.: 26	02.010.04.122.0001.2003.3.3.90.14.1.500.0000000	1.500,00
Sub-Total:		88.236,90

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Unidade: 010 - GAB. DO SECR. DE ADM. PLANEJ. E DEPARTAMENTOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 45	03.010.04.122.0001.1003.4.4.90.52.1.500.0000000	21.937,20
Cód. red.: 53	03.010.04.122.0001.2006.3.1.90.11.1.500.0000000	36.435,25
Cód. red.: 54	03.010.04.122.0001.2006.3.1.90.13.1.500.0000000	33.588,86
Cód. red.: 58	03.010.04.122.0001.2006.3.1.91.13.1.500.0000000	27.477,34
Cód. red.: 64	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.39.1.500.0000000	217.280,00
Cód. red.: 67	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.93.1.500.0000000	5.200,00
Sub-Total:		341.918,65

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade: 010 - GAB. DO SECRETARIO DE FINANÇAS E DEPARTAMENTOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 75	05.010.04.123.0001.2008.3.1.90.11.1.500.0000000	191.455,06
Cód. red.: 76	05.010.04.123.0001.2008.3.1.90.13.1.500.0000000	483,88
Cód. red.: 78	05.010.04.123.0001.2008.3.1.90.94.1.500.0000000	94,81
Cód. red.: 79	05.010.04.123.0001.2008.3.1.91.13.1.500.0000000	32.972,49
Cód. red.: 80	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.14.1.500.0000000	4.000,00
Cód. red.: 84	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.39.1.500.0000000	22.050,03
Cód. red.: 88	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.93.1.500.0000000	853,68
Sub-Total:		251.909,95

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 010 - GAB. SEC. DE EDUCACAO E CULTURA E DEPARTAMENTOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 98	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.14.1.500.1001000	22.825,00
Cód. red.: 102	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.39.1.500.1001000	2.940,00
Cód. red.: 103	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.40.1.500.1001000	9.626,64
Cód. red.: 107	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.93.1.500.1001000	378,50
Sub-Total:		35.770,14

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 020 - FUNDO DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 115	06.020.12.367.0012.2065.3.1.90.11.1.540.1070000	908.521,60
----------------	---	------------

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 1 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

ÁGILIBLue Contabilidade - Ágili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinapolismt#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000**

Cód. red.: 116	06.020.12.367.0012.2065.3.1.90.13.1.540.1070000	64.033,60
Cód. red.: 119	06.020.12.367.0012.2065.3.1.90.94.1.540.1070000	39.344,37
Cód. red.: 120	06.020.12.367.0012.2065.3.1.91.13.1.540.1070000	364.623,52
Cód. red.: 129	06.020.12.367.0012.2069.3.1.90.11.1.540.0000000	9.211,28
Cód. red.: 134	06.020.12.367.0012.2069.3.1.91.13.1.540.0000000	5.389,90
Cód. red.: 136	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.30.1.540.0000000	102.185,74
Cód. red.: 140	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.39.1.540.0000000	498.212,12
Sub-Total:		1.991.522,13

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**Unidade: 030 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 155	06.030.12.306.0012.2052.3.3.90.30.1.500.0000000	28.875,84
Sub-Total:		28.875,84

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**Unidade: 040 - DEPARTAMENTO DE CULTURA****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 207	06.040.13.392.0015.1134.3.3.90.39.1.500.0000000	67.579,00
Cód. red.: 217	06.040.13.392.0015.2081.3.3.90.14.1.500.0000000	900,00
Sub-Total:		68.479,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**Unidade: 010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 223	07.010.10.122.0010.2036.3.3.90.39.1.500.1002000	5.520,00
Cód. red.: 239	07.010.10.301.0010.1075.4.4.90.52.1.500.1002000	1.380,00
Cód. red.: 261	07.010.10.301.0010.2044.3.1.90.11.1.600.0000000	403.032,77
Cód. red.: 266	07.010.10.301.0010.2044.3.3.90.30.1.500.1002000	60.700,57
Cód. red.: 269	07.010.10.301.0010.2044.3.3.90.40.1.500.1002000	15.000,00
Cód. red.: 280	07.010.10.302.0011.2046.3.1.90.11.1.500.1002000	294.794,90
Cód. red.: 282	07.010.10.302.0011.2046.3.1.91.13.1.500.1002000	112.077,49
Cód. red.: 283	07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.14.1.500.1002000	8.700,00
Cód. red.: 284	07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.30.1.500.1002000	327.414,71
Cód. red.: 290	07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.39.1.500.1002000	68.176,93
Cód. red.: 288	07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.93.1.500.1002000	6.200,00
Cód. red.: 249	07.010.10.303.0010.2096.3.3.90.32.1.500.1002000	1.157,40
Cód. red.: 304	07.010.10.304.0013.1086.3.3.90.30.1.500.1002000	7.040,00
Cód. red.: 313	07.010.10.304.0013.2049.3.1.90.04.1.500.1002000	59.716,74
Cód. red.: 315	07.010.10.304.0013.2049.3.1.90.13.1.500.1002000	12.540,48
Cód. red.: 324	07.010.10.304.0013.2049.3.3.90.39.1.500.1002000	12.635,58
Sub-Total:		1.396.087,57

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**Unidade: 020 - GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 326	07.020.10.122.0001.2014.3.1.90.04.1.500.1002000	9.406,82
Cód. red.: 327	07.020.10.122.0001.2014.3.1.90.11.1.500.1002000	273.781,52
Cód. red.: 330	07.020.10.122.0001.2014.3.1.91.13.1.500.1002000	21.691,34
Cód. red.: 334	07.020.10.122.0001.2014.3.3.90.39.1.500.1002000	14.000,00
Sub-Total:		318.879,68

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**Unidade: 010 - GAB. SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 338	08.010.08.122.0001.1011.4.4.90.52.1.500.0000000	36.496,00
Cód. red.: 340	08.010.08.122.0001.2012.3.1.90.11.1.500.0000000	158.361,71
Cód. red.: 341	08.010.08.122.0001.2012.3.1.90.13.1.500.0000000	1.027,98
Cód. red.: 342	08.010.08.122.0001.2012.3.1.90.94.1.500.0000000	5.844,16
Cód. red.: 343	08.010.08.122.0001.2012.3.1.91.13.1.500.0000000	19.719,66
Cód. red.: 344	08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.14.1.500.0000000	8.400,00
Cód. red.: 345	08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.30.1.500.0000000	44.493,02

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 2 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinopolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c62b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000**

Cód. red.: 349 08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.39.1.500.0000000 21.184,60

Sub-Total: 295.527,13**Órgão: 08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL****Unidade: 020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 367	08.020.08.241.0014.1130.3.3.90.30.1.500.0000000	12.021,75
Cód. red.: 358	08.020.08.243.0001.2013.3.3.90.14.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 365	08.020.08.243.0001.2013.3.3.90.39.1.500.0000000	1.500,00
Cód. red.: 363	08.020.08.243.0001.2013.3.3.90.48.1.500.0000000	900,00
Cód. red.: 640	08.020.08.244.0014.1123.4.4.90.51.1.500.0000000	2.000,00
Cód. red.: 392	08.020.08.244.0014.2077.3.3.90.14.1.660.0000000	5.950,00
Cód. red.: 393	08.020.08.244.0014.2077.3.3.90.30.1.660.0000000	18.559,39
Cód. red.: 397	08.020.08.244.0014.2078.3.3.90.39.1.500.0000000	33.920,00

Sub-Total: 74.951,14**Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS****Unidade: 010 - GAB. SEC. E DEPARTAMENTO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 420	09.010.15.451.0008.1052.4.4.90.51.1.701.0000000	0,01
Cód. red.: 403	09.010.15.452.0001.2016.3.1.90.11.1.500.0000000	71.258,81
Cód. red.: 404	09.010.15.452.0001.2016.3.1.90.13.1.500.0000000	1.075,27
Cód. red.: 406	09.010.15.452.0001.2016.3.1.91.13.1.500.0000000	18.997,81
Cód. red.: 407	09.010.15.452.0001.2016.3.3.90.14.1.500.0000000	10.650,00
Cód. red.: 411	09.010.15.452.0001.2016.3.3.90.39.1.500.0000000	296.768,10
Cód. red.: 428	09.010.15.452.0008.2029.3.3.90.30.1.751.0000000	1.189.944,10
Cód. red.: 429	09.010.15.452.0008.2029.3.3.90.39.1.500.0000000	524.890,30
Cód. red.: 644	09.010.16.482.0008.1058.4.4.90.30.1.500.0000000	32.871,24

Sub-Total: 2.146.455,64**Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS****Unidade: 020 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 446	09.020.17.512.0001.2017.3.3.90.39.1.500.0000000	43.323,67
----------------	---	-----------

Sub-Total: 43.323,67**Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES****Unidade: 010 - GAB. SECRETARIO E DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 458	10.010.26.782.0001.2020.3.1.90.11.1.500.0000000	13.652,18
Cód. red.: 460	10.010.26.782.0001.2020.3.1.90.94.1.500.0000000	3.419,86
Cód. red.: 461	10.010.26.782.0001.2020.3.1.91.13.1.500.0000000	24.899,13
Cód. red.: 466	10.010.26.782.0001.2020.3.3.90.39.1.500.0000000	21.073,01
Cód. red.: 466	10.010.26.782.0001.2020.3.3.90.39.1.759.0000000	10.006,32

Sub-Total: 73.050,50**Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO****Unidade: 010 - GAB SEC. DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 475	11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.14.1.500.0000000	1.200,00
Cód. red.: 479	11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.39.1.500.0000000	233,75

Sub-Total: 1.433,75**Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER****Unidade: 010 - GAB. DO SEC. DE ESPORTE E LAZER E DEPARTAMENTOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 535	13.010.27.122.0001.2021.3.3.90.14.1.500.0000000	5.250,00
Cód. red.: 551	13.010.27.812.0006.1037.3.3.90.39.1.500.0000000	21.139,00

Sub-Total: 26.389,00**Órgão: 14 - SECRETARIA DE ASSUNTOS INDIGENAS****Unidade: 010 - GAB. DO SEC. ESPECIAL DE ASSUNTOS INDIGENAS E DEP****Anulação parcial ou total de dotação**

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 3 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinopolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000**

Cód. red.: 559	14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.30.1.500.0000000	16.097,67
Cód. red.: 562	14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.39.1.500.0000000	35.046,29
Cód. red.: 563	14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.93.1.500.0000000	1.400,00
Sub-Total:		52.543,96
Total Parcial Suplementado:		7.235.354,65

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**Unidade: 010 - GABINETE DO PREFEITO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 4	02.010.04.122.0001.1002.3.3.50.41.1.500.0000000	1.000,00
Cód. red.: 3	02.010.04.122.0001.1002.3.3.90.31.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 5	02.010.04.122.0001.1002.3.3.90.36.1.500.0000000	1.000,00
Cód. red.: 6	02.010.04.122.0001.1002.3.3.90.39.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.: 23	02.010.04.122.0001.2001.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 11	02.010.04.122.0001.2002.3.3.90.39.1.500.0000000	30.000,00
Cód. red.: 27	02.010.04.122.0001.2003.3.3.90.30.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 28	02.010.04.122.0001.2003.3.3.90.39.1.500.0000000	4.700,00
Cód. red.: 29	02.010.04.122.0001.2003.3.3.90.93.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 37	02.010.04.122.0001.2004.3.1.90.11.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 38	02.010.04.122.0001.2004.3.1.90.13.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 44	02.010.04.122.0001.2004.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 41	02.010.04.122.0001.2004.3.3.90.14.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 43	02.010.04.122.0001.2004.3.3.90.39.1.500.0000000	4.600,00
Cód. red.: 40	02.010.04.122.0001.2004.3.3.90.93.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 30	02.010.04.122.0001.2005.3.1.90.11.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 31	02.010.04.122.0001.2005.3.1.90.13.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 32	02.010.04.122.0001.2005.3.1.91.13.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 33	02.010.04.122.0001.2005.3.3.90.14.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 34	02.010.04.122.0001.2005.3.3.90.30.1.500.0000000	4.600,00
Cód. red.: 35	02.010.04.122.0001.2005.3.3.90.39.1.500.0000000	4.600,00
Cód. red.: 36	02.010.04.122.0001.2005.3.3.90.93.1.500.0000000	100,00
Sub-Total:		91.500,00

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO**Unidade: 010 - GAB. DO SECR. DE ADM. PLANEJ. E DEPARTAMENTOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 47	03.010.04.122.0001.1005.3.3.90.39.1.500.0000000	9.253,50
Cód. red.: 52	03.010.04.122.0001.2006.3.1.90.04.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 55	03.010.04.122.0001.2006.3.1.90.91.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 56	03.010.04.122.0001.2006.3.1.90.92.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 65	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 59	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.14.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 60	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.30.1.500.0000000	90.000,00
Cód. red.: 61	03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.33.1.500.0000000	100,00
Sub-Total:		109.753,50

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**Unidade: 010 - GAB. DO SECRETARIO DE FINANÇAS E DEPARTAMENTOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 68	05.010.04.123.0001.1009.4.4.90.52.1.500.0000000	5.759,04
Cód. red.: 74	05.010.04.123.0001.2008.3.1.90.04.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 77	05.010.04.123.0001.2008.3.1.90.92.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 85	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 81	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.30.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 82	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.33.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 83	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.36.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 86	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.40.1.500.0000000	100,00

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 4 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000**

Cód. red.: 87	05.010.04.123.0001.2008.3.3.90.92.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 71	05.010.04.125.0001.1008.3.3.90.39.1.500.0000000	7.000,00
Cód. red.: 72	05.010.04.129.0001.2009.3.3.90.47.1.500.0000000	30.000,00

Sub-Total: 48.459,04**Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA****Unidade: 010 - GAB. SEC. DE EDUCACAO E CULTURA E DEPARTAMENTOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 90	06.010.12.122.0001.1013.4.4.90.52.1.500.1001000	10.000,00
Cód. red.: 100	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.33.1.500.1001000	100,00
Cód. red.: 101	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.36.1.500.1001000	1.000,00
Cód. red.: 104	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.91.1.500.1001000	100,00
Cód. red.: 105	06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.92.1.500.1001000	100,00

Sub-Total: 11.300,00**Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA****Unidade: 020 - FUNDO DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 109	06.020.12.361.0012.1097.4.4.90.52.1.540.0000000	90.000,00
Cód. red.: 635	06.020.12.361.0012.1105.4.4.90.39.1.540.0000000	600.000,00
Cód. red.: 111	06.020.12.361.0012.1105.4.4.90.51.1.540.0000000	10.000,00
Cód. red.: 636	06.020.12.365.0012.1107.4.4.90.30.1.540.0000000	230.000,00
Cód. red.: 637	06.020.12.365.0012.1107.4.4.90.39.1.540.0000000	160.000,00
Cód. red.: 126	06.020.12.365.0012.1107.4.4.90.51.1.540.0000000	44.688,18
Cód. red.: 141	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.40.1.540.0000000	20.000,00
Cód. red.: 142	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.91.1.540.0000000	100,00
Cód. red.: 143	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.92.1.540.0000000	100,00
Cód. red.: 144	06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.93.1.540.0000000	100,00

Sub-Total: 1.154.988,18**Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA****Unidade: 030 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 145	06.030.12.122.0012.2074.3.3.90.14.1.500.1001000	1.000,00
Cód. red.: 146	06.030.12.122.0012.2074.3.3.90.30.1.500.1001000	1.000,00
Cód. red.: 147	06.030.12.122.0012.2074.3.3.90.33.1.500.1001000	1.000,00
Cód. red.: 148	06.030.12.122.0012.2074.3.3.90.39.1.500.1001000	2.000,00
Cód. red.: 149	06.030.12.122.0012.2074.4.4.90.52.1.500.1001000	1.000,00
Cód. red.: 150	06.030.12.128.0012.1118.3.3.90.14.1.500.1001000	10.000,00
Cód. red.: 151	06.030.12.128.0012.1118.3.3.90.39.1.500.1001000	40.000,00
Cód. red.: 152	06.030.12.128.0012.1119.3.3.90.39.1.500.1001000	40.000,00
Cód. red.: 156	06.030.12.306.0012.2053.3.3.90.30.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 158	06.030.12.306.0012.2055.3.3.90.30.1.500.0000000	60.000,00
Cód. red.: 160	06.030.12.361.0012.1093.4.4.90.52.1.500.1001000	30.000,00
Cód. red.: 164	06.030.12.361.0012.1117.4.4.90.51.1.500.1001000	50.000,00
Cód. red.: 168	06.030.12.361.0012.2059.3.3.90.30.1.500.1001000	300.000,00
Cód. red.: 588	06.030.12.365.0012.1104.4.4.90.51.1.500.1001000	84.396,17
Cód. red.: 167	06.030.12.367.0012.2057.3.3.90.39.1.550.0000000	400.000,00

Sub-Total: 1.025.396,17**Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA****Unidade: 040 - DEPARTAMENTO DE CULTURA****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 638	06.040.13.392.0015.2081.3.1.90.04.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 639	06.040.13.392.0015.2081.3.1.90.11.1.500.0000000	80.000,00
Cód. red.: 215	06.040.13.392.0015.2081.3.1.90.13.1.500.0000000	16.000,00
Cód. red.: 218	06.040.13.392.0015.2081.3.3.90.30.1.500.0000000	10.000,00

Sub-Total: 106.100,00**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE****Unidade: 010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****Anulação parcial ou total de dotação**

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 5 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000**

Cód. red.: 227	07.010.10.122.0010.2037.3.3.90.39.1.500.1002000	1.000,00
Cód. red.: 228	07.010.10.122.0010.2037.4.4.90.52.1.500.1002000	2.000,00
Cód. red.: 240	07.010.10.301.0010.1077.4.4.90.52.1.500.1002000	100.000,00
Cód. red.: 242	07.010.10.301.0010.1160.4.4.90.51.1.500.1002000	5.000,00
Cód. red.: 265	07.010.10.301.0010.2044.3.3.90.14.1.500.1002000	2.000,00
Cód. red.: 278	07.010.10.302.0011.1085.4.4.90.51.1.500.1002000	20.000,00
Cód. red.: 287	07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.40.1.500.1002000	22.500,00
Cód. red.: 292	07.010.10.302.0011.2047.3.3.90.39.1.500.1002000	70.000,00
Cód. red.: 303	07.010.10.304.0013.1085.4.4.90.51.1.500.1002000	10.000,00
Cód. red.: 306	07.010.10.304.0013.1086.3.3.90.39.1.500.1002000	4.000,00
Cód. red.: 308	07.010.10.304.0013.1088.4.4.90.52.1.500.1002000	10.000,00
Sub-Total:		246.500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**Unidade: 020 - GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 331	07.020.10.122.0001.2014.3.3.90.14.1.500.1002000	2.000,00
Cód. red.: 332	07.020.10.122.0001.2014.3.3.90.33.1.500.1002000	1.000,00
Sub-Total:		3.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**Unidade: 010 - GAB. SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 346	08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.32.1.500.0000000	15.000,00
Cód. red.: 346	08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.32.1.661.0000000	5.000,00
Cód. red.: 348	08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.36.1.500.0000000	20.000,00
Sub-Total:		40.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**Unidade: 020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 378	08.020.08.244.0014.1172.3.3.90.32.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 389	08.020.08.244.0014.2076.3.3.90.32.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 388	08.020.08.244.0014.2076.3.3.90.36.1.500.0000000	2.000,00
Cód. red.: 388	08.020.08.244.0014.2076.3.3.90.36.1.660.0000000	3.000,00
Cód. red.: 390	08.020.08.244.0014.2076.3.3.90.39.1.500.0000000	8.900,00
Cód. red.: 390	08.020.08.244.0014.2076.3.3.90.39.1.660.0000000	41.100,00
Cód. red.: 394	08.020.08.244.0014.2077.3.3.90.36.1.660.0000000	1.000,00
Cód. red.: 395	08.020.08.244.0014.2077.3.3.90.39.1.660.0000000	13.000,00
Sub-Total:		79.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**Unidade: 010 - GAB. SEC. E DEPARTAMENTO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 431	09.010.15.452.0008.1057.3.3.90.30.1.500.0000000	50.000,00
Cód. red.: 434	09.010.15.452.0008.1059.3.3.90.30.1.500.0000000	100.000,00
Cód. red.: 435	09.010.15.452.0008.1059.3.3.90.39.1.500.0000000	100.000,00
Cód. red.: 437	09.010.15.452.0008.2031.3.3.90.30.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 439	09.010.15.452.0008.2031.3.3.90.39.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 642	09.010.16.482.0008.1058.4.4.90.39.1.500.0000000	804.613,14
Sub-Total:		1.074.613,14

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**Unidade: 010 - GAB. SECRETARIO E DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 454	10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.30.1.500.0000000	1.523.342,94
Cód. red.: 454	10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.30.1.704.0000901	150.000,00
Cód. red.: 454	10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.30.1.759.0000000	311.000,00
Cód. red.: 455	10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.39.1.500.0000000	400.000,00
Cód. red.: 455	10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.39.1.759.0000000	480.000,00
Cód. red.: 450	10.010.26.782.0009.1062.4.4.90.51.1.500.0000000	60.000,00
Sub-Total:		2.924.342,94

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 6 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS****Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000****Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO****Unidade: 010 - GAB SEC. DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 469	11.010.04.122.0001.1017.4.4.90.52.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 470	11.010.04.122.0001.2019.3.1.90.04.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 473	11.010.04.122.0001.2019.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 474	11.010.04.122.0001.2019.3.1.91.13.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 480	11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 477	11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.33.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 478	11.010.04.122.0001.2019.3.3.90.36.1.500.0000000	100,00
Sub-Total:		10.600,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO**Unidade: 020 - DEP. DE AGRICULTURA****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 482	11.020.20.608.0016.1136.4.4.90.52.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 489	11.020.20.608.0016.1166.4.4.90.52.1.500.0000000	12.518,07
Cód. red.: 494	11.020.20.608.0016.2099.3.3.90.32.1.500.0000000	20.000,00
Sub-Total:		42.518,07

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TURISMO**Unidade: 010 - GAB. DO SEC. DE TURISMO****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 507	12.010.04.122.0001.2018.3.1.90.04.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 510	12.010.04.122.0001.2018.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 511	12.010.04.122.0001.2018.3.1.91.13.1.500.0000000	139,77
Cód. red.: 519	12.010.04.122.0001.2018.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 514	12.010.04.122.0001.2018.3.3.90.33.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 515	12.010.04.122.0001.2018.3.3.90.36.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 517	12.010.04.122.0001.2018.3.3.90.39.1.500.0000000	5.848,75
Cód. red.: 516	12.010.04.122.0001.2018.3.3.90.40.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 520	12.010.18.541.0007.1038.3.3.90.32.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 524	12.010.18.541.0007.1152.3.3.90.39.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 527	12.010.18.541.0007.1155.3.3.90.32.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 627	12.010.23.695.0007.2105.3.3.90.39.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 628	12.010.23.695.0007.2106.3.3.90.39.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 643	12.010.23.695.0007.2108.3.3.90.30.1.500.0000000	10.000,00
Cód. red.: 630	12.010.23.695.0007.2108.3.3.90.39.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.: 633	12.010.23.695.0007.2111.3.3.90.39.1.500.0000000	5.000,00
Sub-Total:		76.588,52

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**Unidade: 010 - GAB. DO SEC. DE ESPORTE E LAZER E DEPARTAMENTOS****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 533	13.010.27.122.0001.2021.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 534	13.010.27.122.0001.2021.3.1.91.13.1.500.0000000	98,09
Cód. red.: 539	13.010.27.122.0001.2021.3.3.90.08.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 537	13.010.27.122.0001.2021.3.3.90.36.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 547	13.010.27.812.0006.1037.3.3.90.30.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 549	13.010.27.812.0006.1037.3.3.90.31.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.: 548	13.010.27.812.0006.1037.3.3.90.32.1.500.0000000	5.000,00
Cód. red.: 550	13.010.27.812.0006.1037.3.3.90.36.1.500.0000000	100,00
Sub-Total:		30.498,09

Órgão: 14 - SECRETARIA DE ASSUNTOS INDIGENAS**Unidade: 010 - GAB. DO SEC. ESPECIAL DE ASSUNTOS INDIGENAS E DEP****Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 556	14.010.14.122.0001.2022.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.: 558	14.010.14.122.0001.2022.3.3.90.14.1.500.0000000	7.425,00
Cód. red.: 571	14.010.14.423.0005.2028.3.3.90.32.1.500.0000000	20.000,00
Cód. red.: 572	14.010.14.423.0005.2103.3.3.90.30.1.500.0000000	132.672,00

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 7 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

AGILIBLUE Contabilidade - Agili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c62b55b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000



Sub-Total:	160.197,00
Total Parcial Reduzido:	7.235.354,65

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

, Gabinete do Prefeito.

CAMPINÁPOLIS - MT, 1 de agosto de 2023

JOSE BUENO VILELA
 CPF: 468.583.931-53
 Prefeito(a)

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse
<https://agilblue.agilcloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o
 QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Data: 11/12/2023 17:09:07

Página: 8 de 8

Data da emissão: 11/12/2023 17:09:07

ÁGILIBLue Contabilidade - Ágili Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Assinaturas

JOSE BUENO VILELA (468.583.931-53)

Título: Prefeito Municipal

Assinatura: Eletrônica



Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse
<https://agilblue.agilcloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código be610dec-7d42-4796-b047-6623c622b55b, ou leia o
QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Data da emissão: 11/12/2023 17:11:27

ÁGILBlue Contabilidade • Ágil Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

ERRATA – PORTARIA DE Nº 572 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação da PORTARIA DE Nº. 572 DE 01 DE DEZEMBRO DE

2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 11 de dezembro de 2023, ano XVIII, edição nº N° 4.377, pág 131.

ONDE SE Lê:

Nº	MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GO-ZO
01	174	MARIA REGINA DE AN- DRADE COSTA	01.06.2022 A 31. 05.2023	01.12.2023 A 30. 12.2023

LEIA - SE:

Nº	MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GO-ZO
01	174	MARIA REGINA DE AN- DRADE COSTA	01.06.2022 A 31. 05.2023	10.12.2023 A 09. 01.2024

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de dezembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE**CERTIDAO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO APARELHO
HEMATOLOGICO DO LABORATORIO MUNICIPAL****CERTIDAO CONTABIL**

Resposta a ofício da licitação 392/2023 de 14/12/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes da **Licitação na modalidade Dispensa de Licitação conforme repasse do setor de licitações**, com a finalidade de:

OBJETO	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO APARELHO HEMATOLOGICO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	SALDO A SER UTILIZADO
07.010.10.301.0010.2044.3.3.90.39 1.500.1002000 Red.0268	R\$ 2.429,42
TOTAL	R\$ 2.429,42

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO** "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme ofício 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatório sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: **"que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas"**.

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 19 de Dezembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER**CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT**

**CONTABILIDADE
DECRETO - 4191 / 2023**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
Avenida Benônio José Lourenço, 2170 - Setor Uniao - CEP 78.630-000



TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 4191/2023

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária".

O O Senhor: JOSE BUENO VILELAI, Prefeito Municipal de CAMPINÁPOLIS, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1364/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 645 de 17 de outubro de 2022, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R\$ 1.289.944,10 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil novecentos e quarenta e quatro reais e dez centavos) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Unidade: 010 - GAB. SEC. E DEPARTAMENTO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 428	09.010.15.452.0008.2029.3.3.90.30.1.500.0000000	1.289.944,10
Sub-Total:		1.289.944,10
Total Parcial Suplementado:		1.289.944,10

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Unidade: 010 - GAB. SEC. E DEPARTAMENTO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 428	09.010.15.452.0008.2029.3.3.90.30.1.751.0000000	1.289.944,10
Sub-Total:		1.289.944,10
Total Parcial Reduzido:		1.289.944,10

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 645/2022.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

CAMPINÁPOLIS - MT, 4 de agosto de 2023

JOSE BUENO VILELA
CPF: 468.583.931-53
Prefeito(a)

Data: 29/11/2023 08:59:15

Página: 1 de 1

Data de emissão: 29/11/2023 08:59:15

ÂGILIBLUE Contabilidade - Agil Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://agiliblue.agilcloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código 4d87eeb2-ed37-4454-a462-1d5df57a9b60, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

JOSE BUENO VILELA (468.583.931-53)

Título: Prefeito Municipal

Assinatura: Eletrônica



Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse
<https://agilblue.agilcloud.com.br/portal/prefcampinapolismt/#/assinatura> e informe o código 4d87eeb2-ed37-4434-a462-1d5d157a9b60, ou leia o
QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Data da emissão: 19/12/2023 17:53:43

ÁGILBlue Contabilidade - Ágile Software Brasil

Emitido por: DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

RH
PORTARIA DE Nº. 616 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA **CARLA BORGES DE SOUZA**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 456/SEMED/2023, protocolo de nº 7249/2023 protocolado na data de 12 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

I – Remanejar a Servidora Carla Borges de Souza, em provimento efetivo, no cargo de Técnica Administrativa Educacional – TAE, lotada junto a Secretaria Municipal de Finanças, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de dezembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE

**CERTIDAO CONTABIL - FORNECIMENTO DE FÁRMACOS PARA O
PACIENTE VIVALDO JOAO DA SILVA CONFORME PROCESSO
35142**

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a ofício da licitação 396/2023 de 14/12/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do intento de compra, processo 35142, conforme solicitação 3934/2023 - SECRETARIA DE SAUDE, para contratação do serviço a seguir:

OBJETO	
Fornecimento de fármacos para o paciente VIVALDO JOAO DA SILVA conforme processo 35142	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	SALDO A SER UTILIZADO
07.010.10.301.0010.2044.339030.000000 Red. 0266 Fonte 1.500.100.200	R\$ 1.779,75
TOTAL	R\$ 1.779,75

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO** “O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação.”

Ainda também, conforme ofício 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orça-

mentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatório sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: “que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas”.

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 19 de Dezembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 71 2023**

Fomento nº 71/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP**, entidade inscrita sob o CNPJ 04.166.348/0001-04

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de regime de parceria, através do Termo de Fomento, entre o Município de Campo Novo do Parecis e a organização da sociedade civil “Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP”, para apoio aos programas sociais desenvolvidos pela entidade, em especial o projeto de modernização do laboratório de informática para a inclusão digital de pessoas com deficiência, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

Prazo: A partir da data de sua publicação, até 31 de janeiro de 2024

Dotação Orçamentária

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 004. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Programática: 11.007.08.242.0013.20123.3350430000

Fonte de Recurso: 15000000000000 – Subvenções Sociais

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil)

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 72/2023

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 095/2023**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 095/2023

Recebimento das propostas: a partir do dia 20 de dezembro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 10 de janeiro de 2024, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 10 de janeiro de 2024, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 10 de janeiro de 2024, às 09:05 horas.

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de diárias na categoria de auxiliar de pedreiro.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: <https://bllcompras.com/> Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na íntegra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de dezembro de 2023.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo 01 Contrato nº 137/2022

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI LTDA**, inscrita no CNPJ 07.281.368/0001-14

Objeto: O presente termo de aditivo tem por objeto realizar a prorrogação contratual. Prorroga-se a vigência por 12 (doze) meses, de 12 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2024.

Valor: O valor do contrato permanecerá o mesmo R\$ 127.550,00 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20014.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 1.5.00.00.0000000

Processo Licitatório: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2022, PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍCHA DO NORTE/MT

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, na pessoa do engenheiro civil Bruno Almeida Narciso, matrícula nº 6062, aqui na figura de fiscal da execução da obra, conforme termo de apostilamento de 7 de dezembro de 2023, juntamente com o Secretário Municipal de Infraestrutura Carlos Eduardo Moura Lara, portaria nº 311/2022, vêm por meio de o presente solicitar a **PARALISAÇÃO** dos serviços referentes ao contrato nº 131/2022 cujo objeto é a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA VICINAL LINHA SANTA MARIA (INÍCIO BR – 364, KM 88, LADO DIREITO SENTIDO CAMPO NOVO DO PARECIS – BRASNORTE, NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1224/2022, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SINFR)**”.

Os serviços ficam paralisados pelo período de vinte e sete dias corridos, por motivo de entrada no período chuvoso da região, prejudicando a execução dos serviços.

O presente termo passa a vigorar a partir do dia **12 de dezembro de 2023** e os serviços serão retomados a partir do dia **8 de janeiro de 2024**.

Salientamos que o prazo de execução do contrato original ficará suspenso, enquanto aguarda nova ordem de serviços para a continuidade da obra que será informado com antecedência.

Campo Novo do Parecis, 12 de dezembro de 2023

Bruno Almeida Narciso Engenheiro Civil Fiscal de Execução da Obra Portaria 850/2023	Carlos Eduardo Moura Lara Secretário Municipal de Infraestrutura Portaria 311/2022
---	--

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, com sede administrativa na Avenida Mato Grosso, 380 NE, Centro, torna público a Dispensa de Licitação nº 008/2023, no qual objetiva a Contratação de prestação de serviços de encadernação, cópias e impressões coloridas e plastificação de documentos, visando atender as demandas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT. O FUNSEM contratará a empresa **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.413.483/0001-03, vencedora do Processo de Dispensa de Licitação nº 008/2023, no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais). A íntegra do processo e demais documentos, encontram-se nos autos, na sede do FUNSEM.

Fundamento Legal: Regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98) e ainda pelo Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SILVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO – DO TIPO VIGILANCIA ELETRÔNICA E RONDA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

O Diretor Executivo/Gestor Financeiro do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT, **SANDRO SILVIO CATTANEO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e, considerando que a Comissão Técnica de Licitação cumpriu todas as exigências do procedimento de licitação, cujo objeto acima descrito e conforme especificações contidas no Termo de Referência do respectivo Edital vem **HOMOLOGAR** o resultado da licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023**, para que produza efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo **HOMOLOGADO** em favor da licitante **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA**, empresa vencedora do presente certame, com valor global de R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), valor este estimado para o período de 12 (doze) meses.

Campo Novo do Parecis - MT, 19 de Dezembro de 2023.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023**

Adjudico o procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2023**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO – DO TIPO VIGILANCIA ELETRÔNICA E RONDA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**. Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 Lei 123/2006 e Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a Empresa **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA**, fora vencedora do presente certame, com valor global de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e Oitocentos Reais), valor este estimado para o período de 12 (doze) meses.

Campo Novo do Parecis - MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 287, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Nº. 2.517 de 18/12/2023.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.183.0002.20008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total ou parcial, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

□

01	CÂMARA MUNICIPAL	
01.001	CÂMARA MUNICIPAL	
031.0001.10000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	
150000000000000	Recursos ordinários - exercício	R\$ 40.000,00

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, em 19 de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 094/2023****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 094/2023**

Recebimento das propostas: a partir do dia 20 de dezembro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 09 de janeiro de 2024, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 09 de janeiro de 2024, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 09 de janeiro de 2024, às 09:05 horas.

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Futura e Eventual aquisição de materiais para construção.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: <https://bllcompras.com/> **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na íntegra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br**

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de dezembro de 2023.

Márcio Antão Canterle

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2023**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: OESTE VEICULOS LTDA

CNPJ: 73.812.521/0002-06

OBJETO: Contratação direta para o fornecimento de peças e serviços de revisão OBRIGATORIA de 120.000 km, com troca de óleo/peças, do veículo TRAILBLAZER PREMIER R6A – LTZ D4A GM/CHEVROLET, Placa: RAW-2A56, VB-350, da frota municipal.

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 75, inciso IV “a” da Lei Federal nº. 14.133/21

VALOR TOTAL: R\$ 2.155,14 (dois mil e cento e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos).

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 145, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA O § 2º DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 118/2021 QUE REGULARIZAÇÃO DISPÕE DE SOBRE A CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o §2º, do art. 1º da Lei Complementar nº. 118/2021 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

(...)

§ 2º Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 7º desta Lei, com toda a documentação ali referida, até o dia 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.517, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte dotação orçamentária:

02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
005.06.183.0002.20008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	
1500000000000000	Recursos ordinários - exercício	R\$ 40.000,00

□

01	CÂMARA MUNICIPAL	
01.001	CÂMARA MUNICIPAL	
031.0001.10000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	
1500000000000000	Recursos ordinários - exercício	R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total ou parcial, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PE 091/2023**

APREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 091/2023**, destinada à **Contratação** de instituição financeira bancária pública ou privada, inclusive sob a forma de cooperativa de crédito, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços financeiros, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento do Município de Campo Novo do Parecis-MT, abrangendo os efetivos, comissionados, agentes políticos, conselheiros tutelares e admitidos em caráter temporário por excepcional interesse público inclusive aqueles que venham a ser admitidos, contratados ou nomeados durante a vigência da contratação, em caráter de exclusividade, respeitado o princípio de portabilidade das contas, nenhuma empresa participou do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de dezembro de 2023.

Leandro Nery Varaschin

Agente de contratação

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 291, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISCIPLINA O MARCO TEMPORAL DE TRANSIÇÃO DOS REGIMES JURÍDICOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, PARA A PLENA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 7º, inciso V c/c art. 59, inciso VIII, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que cabe o Município definir, em norma própria, as regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 198, de 28 de junho de 2023 que deu nova redação ao art. 193, II da Lei 14.133, de 01 de abril de 2023;

CONSIDERANDO a regulamentação da Lei 14.133, de 01 de abril de 2023, pelo Decreto Municipal n. 56/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir o marco temporal da transição dos regimes jurídico das contratações públicas, previsto no art. 191 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de definir o conceito da expressão legal 'opção por licitar ou contratar'; e

CONSIDERANDO que as contratações públicas deverão ser regidas pelo princípio da legalidade, da transparência, celeridade e da economicidade, visando o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º - O presente Decreto tem por finalidade disciplinar o marco temporal de transição dos regimes jurídicos de contratações públicas, para a plena aplicação da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal poderá optar por licitar ou contratar diretamente com fundamento na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e respectivos regulamentos, desde que a opção seja formalmente indicada no processo administrativo que inicia/instaura o procedimento licitatório e aprovada pela Autoridade Superior.

Art. 3º - A expressão legal 'opção por licitar ou contratar' constante do artigo anterior, para fins de definição do ato jurídico estabelecido como referência para aplicação da ultratividade da legislação anterior, deve ser entendida como o encaminhamento da Solicitação da Despesa emitida pela Área Demandante, ainda na fase preparatória, optando pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ou na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002) e que forem devidamente autorizadas pela Autoridade Superior.

Art. 4º - Os processos licitatórios que tenham seus atos autorizativos realizados pela Autoridade Superior e os Editais publicados até o dia 29 de dezembro de 2023, sob a égide das Leis nº 8.666, de 1993 ou nº 10.520, de 2002, inclusive as licitações para registro de preços, permanecem por elas regidas, bem como os contratos respectivos e seus aditamentos durante toda a sua vigência, ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º. As contratações diretas, subdivididas em Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, cujos avisos ou atos de autorização/ratificação de contratações publicados até 29 de dezembro de 2023, sob a égide da Lei nº 8.666, de 1993, permanecem por ela regidas, inclusive os contratos respectivos e seus aditamentos durante toda a sua vigência, ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

§2º. Nas hipóteses de contratações diretas não sujeitas à ratificação, a celebração do contrato deve ocorrer até a data de 29 de dezembro de 2023.

§3º. As Atas de Registro de Preços resultantes de licitações em que tenha ocorrido sob a égide do regime licitatório anterior (Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ou na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002) poderão ser utilizadas durante o prazo de sua vigência, observado o limite legal de 1 (um) ano, sendo possível celebrar contratações ou admitir adesões, conforme estabelecido no respectivo instrumento convocatório.

§4º. Os órgãos e entidades participantes de Atas de Registro de Preços fundamentadas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão por elas realizar contratações durante toda a vigência das referidas atas.

§5º. Fica permitido aos órgãos e entidades contratar mediante adesão/caronas às Atas de Registro de Preços fundamentadas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que a publicação do Termo de Adesão ocorra até 29 de dezembro de 2023.

Art. 5º - Os processos licitatórios que tenham seus atos autorizativos realizados pela Autoridade Superior conforme o artigo anterior deverão ter

seus editais publicados até 01 de março de 2024, sob pena de utilização da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 6º - No caso de os processos licitatórios ultrapassarem os prazos de publicação estipulado no art. 4º e art. 5º deste Decreto serão obrigatórios a utilização da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 7º - As contratações decorrentes de processo de credenciamento realizado sob a égide do regime licitatório anterior (Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993) poderão ser celebradas durante o prazo de validade do credenciamento.

Art. 8º - Revoga-se o Decreto Executivo 263, de 24 de novembro de 2023.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado do Mato Grosso, 18 de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO LEI Nº 2.516, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

Autoria: Poder Executivo Municipal

REVOGA-SE A LEI Nº 1.378/2010 E A DOAÇÃO DE IMÓVEL NELA CONSTANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Revoga-se, para todos os efeitos, a Lei nº 1.378/2010, revogando a doação do bem imóvel inscrito na matrícula nº 5.116, registrado junto ao Cartório Rui Barbosa - 1º Ofício, de 21.398,75 m², lote nº. 01, da quadra 40, localizado no Bairro Jardim Alvorada, Campo Novo do Parecis/MT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO LEI Nº 2.515, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS A DOAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO ESTADO DO MATO GROSSO.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado do Mato Grosso, o seguinte imóvel:

I. Imóvel inscrito na matrícula nº 19.625, Lote nº 01-B (um-B) área comunitária/institucional, da quadra 106 (cento e seis) com área de 10.000,062 m2 (dez mil metros e sessenta e dois centímetros quadrados), do loteamento denominado "Jardim Itália II", situado nesta cidade e comarca de

Campo Novo do Parecis - MT, com as seguintes medidas e confrontações: "Frente: 111,77m (cento e onze metros e setenta e sete centímetros) para a Rua Mauro Valter Berft; Fundos: 111,77m (cento e onze metros e setenta e sete centímetros) com o Lote 01-A; Lado direito: 89,47m (oitenta e nove metros e quarenta e sete centímetros) para Rua Luca; Lado esquerdo: 89,47m (oitenta e nove metros e quarenta e sete centímetros) para Rua Turim".

Parágrafo único: o imóvel de matrícula nº. 19.625 equivale o valor de R\$ 3.200.019,84 (três milhões, duzentos mil, dezenove reais, e dezesseis centavos), conforme Laudo de Avaliação nº.018/2023 realizado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, constituídos pela Portaria nº 756 de 16 de agosto de 2021.

Art. 2º Os imóveis objeto desta doação tem por interesse público a construção de unidades escolares, as expensas do Estado do Mato Grosso.

Art. 3º Não sendo cumprida a finalidade da doação de que trata o art. 2º, no prazo de 03 (três) anos, a partir da data do registro da doação junto ao Registro de Imóveis competente, o imóvel reverterá ao patrimônio do Município, sendo vedada a sua alienação pelo beneficiário da doação.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a escritura pública de doação, com a cláusula de reversão, nos termos do Art. 3º, correndo as despesas de escrituração e registro por conta do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1056, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

ALTERA A PORTARIA Nº 233, DE 09 DE MARÇO DE 2023 QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO.

Art. 2º A referida comissão passa a vigorar conforme apontado a seguir:

Engenheiro Civil – Mikaele Silva Kuriki; **Coordenador de Infraestrutura** – Leonel Augusto Silva de Assis; **Fiscal de Obras** – Wilson Leal Miranda; **Topógrafo** – Jorge Flores; **Eletricista** – Jesse Nunes Ferreira; **Chefe do Departamento de Água, Esgoto e Serviço** – Silmara Souza de Amorim dos Santos; **Diretor de Obras e Posturas** – Thales Patrick Ferreira Rodrigues; **Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente** – Gezi Duarte Borges Junior; **Assessor de Transporte e Trânsito** – Rodrigo Ferreira dos Santos.

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1057, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023, PARA A CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTAS DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

RESOLVE:

1. INSTITUIR, a partir desta data, a **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**, destinado ao planejamento, organização, seleção, julgamento e demais atos necessários à realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Especialistas de Saúde, Técnicos de Enfermagem, Médicos, Enfermeiros e ou-

tros, no âmbito do município de Campo Novo do Parecis, em caráter temporário.

2.A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022 terá a seguinte composição:

I – Presidente: Marcos da Cunha Rufino, matrícula funcional nº 582;

II – Secretária: Ana Carla Ferreira Picalho, matrícula funcional nº 5588;

III – Membro: Reilly Pereira Melo, matrícula funcional nº 5671;

IV – Membro: Renata Mariana Freitas, matrícula funcional nº 5188.

3. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 015/2022/FUNSEM**

O Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT – FUNSEM, torna público a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 015/2022. CONTRATADA:DYNAMICA SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº36.818.970/0001-46. Objeto: Aditivo de Prazo de execução em mais 12 meses, com início em 30 de dezembro de 2023 e término em 29 de dezembro de 2024, e Aditivo de Valor, concernente a atualização monetária de 1,81% do valor original da prestação de serviços a ser executadas do contrato administrativo 015/2022, correspondendo a **R\$ 2.810,27(dois mil, oitocentos e dez reais e vinte e sete centavos)**.

Campo Novo do Parecis/MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SILVIO CATTANEO

Diretor Executivo – FUNSEM

**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA Nº 101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL TITULAR E DE FISCAL SUBSTITUTO.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a necessidade de nomear servidores para exercer a função de fiscal do Contrato administrativo nº 012/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Rosane da Silva de Melo de Lucas, inscrita na matrícula funcional nº 100094, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contratonº 012/2023, celebrado entre o **FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** e a empresa **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA**, CNPJ nº 07.413.483/0001-03, que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços monitoramento – do tipo vigilância e ronda visando atender as demandas deste RPPS, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Designar a servidora Debora de França Macedo, inscrita na matrícula funcional nº 114, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º A nomeação de fiscal do contrato administrativo, ora objeto desta Portaria, terá vigência até o vencimento do contrato e em eventual prorrogação das tratativas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2023.

Campo Novo do Parecis – MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SILVIO CATTANEO

Direto Executivo/Gestor Financeiro - FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 136/2023

Contrato nº 136/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **PILGER LOCAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.877.012/0001-85.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade a locação de um imóvel, com área construída de 1.151,98 m², localizado na Avinda Marechal Rondon, nº 693 NW, quadra 25-D, lote 11, Loteamento Polo Empresarial Parecis, neste Município de Campo Novo do Parecis, para atender o Governo Municipal.

Prazo: 12 meses contados a partir da data de sua publicação.

Dotações Orçamentárias

Órgão: 02 Governo Municipal

Programática: 02.005.06.183.0002.20008.3390390000.

Fonte de Recurso: 15000000000000 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Procedimento Licitatório: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2023

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 73/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.168/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE TRABALHO PREVENTIVO SOBRE USO DE DROGAS NO AMBIENTE ESCOLAR A SER REALIZADO PELO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – CONSEG.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, Campo Novo do Parecis/MT.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – CONSEG, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 42.318.489/0001-94, com sede na Avenida Mato Grosso, nº 268, Bairro Centro, na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, CEP: 78.360-000, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. ELADIO ANTONIO BOTH**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 913.752.580-87, residente e domiciliado na Rua Dorvalino Minosso, nº 824, Bairro Centro, na cidade de Campo Novo do Parecis/MT.

OBJETO: Estabelecimento de regime de parceria, através do Termo de Fomento, entre o Município de Campo Novo do Parecis e a organização da sociedade civil “Conselho Comunitário De Segurança Do Município De Campo Novo Do Parecis – CONSEG, para desenvolvimento de projeto de trabalho preventivo sobre uso de drogas no ambiente escolar através de um conjunto de ações socioeducativas integradas, que busquem a promoção da saúde, da segurança publica e conscientização que o crime não compensa.

VALOR: O valor disposto para o presente Termo de Fomento é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), recursos estes oriundos de emendas de bancada

nº 01 do Partido MDB da Câmara Municipal de Vereadores Anexo XVIII da LOA do ano de 2023.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: da data da publicação até 31.12.2024.

JUSTIFICATIVA: Considerando que o CONSEG é uma organização da sociedade civil, que tem realizado um trabalho de grande relevância no município e tem por missão promover a melhoria na comunicação entre a comunidade e as forças de segurança, desenvolver trabalhos preventivos e articular para o fortalecimento dos órgãos de segurança. Apesar do discurso de repúdio as drogas, trivial em todos os extratos da sociedade, o seu consumo continua a fazer vítimas copiosamente. As estratégias do trafico são eficazes e sedutoras, de forma que, num curto espaço de tempo, consegue destituir das pessoas, o direito de fazerem escolhas sobre suas próprias vidas. Aos poucos, o adicto perde totalmente a capacidade de autocontrole, bem como, passa a ter suas capacidades cognitivas comprometidas, os recursos destinados ao projeto é oriundo de Emenda de bancada.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se o presente Termo de Fomento com base no art. 29 c/c art. 31, inciso I ambas da Lei 13.019/2014, e art. 10, inciso I do Decreto Municipal n. 141/2016.

TORNA-SE PÚBLICA a inexigibilidade de chamamento público, para a formalização do Termo de Fomento, nos termos do art. 29, “caput” c/c art. 31, inciso I ambas da Lei 13.019/2014, e no art. 10, inciso I do Decreto Municipal n. 141/2016, devido à inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, uma vez que as metas somente poderão ser atingidas por uma entidade específica, determinada através da emenda de bancada 01 do ano de 2023, onde este destina recursos para a entidade “CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – CONSEG”.

Em cumprimento ao princípio da publicidade inserto no art. 37, “caput” da Constituição Federal e ao disposto no § 1º, do art. 29, da Lei n. 13.019/14, DETERMINO a publicação deste ato e encaminhamento dos autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º, do art. 32, do mesmo diploma legal. Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, 19 de dezembro de 2023

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DA MELHOR IDADE - REVIVER.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Fomento, respaldado no § 3º do art. 35 da Lei 13.019/2014, atribuindo a gestão da parceria do presente Termo de Fomento a servidora **KAROLINE RODRIGUES COELHO**, matrícula funcional nº 6071, substituindo o gestor anterior, conforme solicitado no Memorando nº 3.345/2023 do sistema 1DOC, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de março de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO DECRETO EXECUTIVO Nº 283, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO SALARIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal; o disposto na Lei Complementar nº 101/2000; o disposto no Art. 2º da Lei Municipal 853/2001; o Memorando nº 3.160/2023 da Coordenadoria Contábil e Financeira, datado de 12 de dezembro de 2023; a variação média dos índices que compõem o indexador salarial dos servidores municipais de Campo Novo do Parecis, segundo dados oficiais provenientes da Fundação Getúlio Vargas e IBGE, conforme informações extraídas respectivamente dos sites www.fgv.br e www.ibge.gov.br, da seguinte forma: a) IGP-M (FGV): -3,46 %; IPC-DI (FGV): 3,61 %; IPCA (IBGE): 4,68 %; INPC (IBGE): 3,85%; a necessidade administrativa e o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida revisão salarial aos servidores do Município de Campo Novo do Parecis no percentual de 2,17% (dois inteiros e dezessete centésimos por cento).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 280, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

FIXA A UNIDADE FISCAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - UFCNP - PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

o disposto no art. 330 da Lei Complementar n.º 020 de 29 de dezembro de 2008, que institui o Código Tributário do Município de Campo Novo do Parecis; a inflação da moeda; a necessidade de corrigir a Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, em consonância a média aritmética de quatro índices financeiros oficiais; o memorando nº 3.162/2022 da Contabilidade, datado de 12 de Dezembro de 2023; a necessidade administrativa e o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º. A Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - UFCNP - passa a vigorar no valor de R\$ 392,10 (trezentos e noventa e dois reais e dez centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos à partir de 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 72/2023**

Fomento nº 72/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – CONSEG**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 42.318.489/0001-94.

Objeto: O presente termo de fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade **"CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – CONSEG"**, para desenvolvimento de projeto de trabalho preventivo sobre uso de drogas no ambiente escolar através de um conjunto de ações socioeducativas integradas, que busquem a promoção da saúde, da segurança pública e conscientização que o crime não compensa, conforme as especificações constantes no Plano de Trabalho anexo ao Ofício 52/2023 da referida entidade.

Dotação Orçamentária

Órgão: 02. Governo Municipal

Unidade: 001. Governo Municipal

Programática: 32 02 005 06.183.0002.20008. 3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 1.500.000000 Subvenções sociais

Valor: R\$ 20.000,00

Prazo: O presente Termo terá vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2024

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 73/2023

Secretaria: Governo Municipal

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 72/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.000/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APOIO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS – ADCANP.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, Campo Novo do Parecis/MT.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP, entidade inscrita sob o CNPJ 04.166.348/0001-04, com sede na Avenida Mato Grosso nº 346NE, Centro, Campo Novo do Parecis/MT.

OBJETO: Estabelecimento de regime de parceria, através do Termo de Fomento, entre o Município de Campo Novo do Parecis e a organização da sociedade civil "Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP", para apoio aos programas sociais desenvolvidos pela entidade, em especial o projeto de modernização do laboratório de informática para a inclusão digital de pessoas com deficiência.

VALOR: O valor disposto para o presente Termo de Fomento é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), recurso este oriundos de emenda individual nº 37, ver. José Marciano da Silva.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: da data da publicação até 31.01.2024.

JUSTIFICATIVA: A “Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP” possui um projeto de inclusão digital de pessoas com deficiência, necessitando de apoio financeiro para a realização do referido projeto com a modernização do laboratório de informática, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se o presente Termo de Fomento com base no art. 29 c/c art. 31, inciso I ambas da Lei 13.019/2014, e art. 10, inciso I do Decreto Municipal n. 141/2016.

TORNA-SE PÚBLICA a inexistência de chamamento público, para a formalização do Termo de Fomento, nos termos do art. 29, “caput” c/c art. 31, inciso I ambas da Lei 13.019/2014, e no art. 10, inciso I do Decreto Municipal n. 141/2016, devido à inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, uma vez que as metas somente poderão ser atingidas por uma entidade específica, determinada através de emenda individual 37 do ano de 2023, onde este destina recursos para a entidade “Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP”.

Em cumprimento ao princípio da publicidade insiro no art. 37, “caput” da Constituição Federal e ao disposto no § 1º, do art. 29, da Lei n. 13.019/14, DETERMINO a publicação deste ato e encaminhamento dos autos ao

Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º, do art. 32, do mesmo diploma legal. Cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, 19 de dezembro de 2023

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 1053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

DELEGA À SERVIDORA **MARIA LUIZA BAGATIN DA SILVA** A FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS.

1. DELEGAR à servidora **MARIA LUIZA BAGATIN DA SILVA**, Chefe Departamento de Compras, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, a função e responsabilidade técnica do cargo de Diretor do Departamento de Compras durante o período de 15 de dezembro de 2023 à 13 de janeiro de 2024, em substituição a servidora **Jaqueline Cruz de Oliveira**, matrícula nº 5642, que se encontra em gozo de férias;

2. Conceder à servidora Maria Luiza Bagatin da Silv, a diferença do salário base do cargo de Chefe Departamento de Compras para o cargo de Diretor do Departamento de Compras.

RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 1055, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

NORMATIZA A ESCALA DE SOBREAVISO DAS CONSELHEIRAS TUTELARES REFERENTE AO MÊS DE **DEZEMBRO DE 2023**.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a escala de sobreaviso das Conselheiras Tutelares no mês de dezembro de 2023:

Josenilda Barros Sobral						
Segunda Início 07h Término +07h	Terça Início 07h Término +07h	Quarta Início 07h Término +07h	Quinta Início 07h Término +07h	Sexta Início 07h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
25/12/2023 Feriado	26/12/2023	27/12/2023	28/12/2023	29/12/2023	30/12/2023	31/12/2023
168h00min as 00h00min						

Lediana Aparecida de Oliveira						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
04/12/2023	05/12/2023	06/12/2023	07/12/2023	08/12/2023	09/12/2023	10/12/2023
11/12/2023	12/12/2023	13/12/2023	14/12/2023	15/12/2023	16/12/2023	17/12/2023
18/12/2023	19/12/2023	20/12/2023	21/12/2023	22/12/2023 Início 13h Término +07h		
Segunda Início 07h Término +07h	Terça Início 07h Término +07h	Quarta Início 07h Término +07h	Quinta Início 07h Término +07h	Sexta Início 07h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
25/12/2023 Feriado	26/12/2023	27/12/2023	28/12/2023	29/12/2023	30/12/2023	31/12/2023
540h00min as 00h00min						

Patrícia Gomes de Souza						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
04/12/2023	05/12/2023	06/12/2023	07/12/2023	08/12/2023	09/12/2023	10/12/2023
118h00min as 00h00min						

Zuleide Magrid Rippel

Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
				01/12/2023	02/12/2023	03/12/2023
04/12/2023	05/12/2023	06/12/2023	07/12/2023	08/12/2023	09/12/2023	10/12/2023
11/12/2023	12/12/2023	13/12/2023	14/12/2023	15/12/2023	16/12/2023	17/12/2023
18/12/2023	19/12/2023	20/12/2023	21/12/2023	22/12/2023 Início 13h Término +07h		
Segunda Início 07h Término +07h	Terça Início 07h Término +07h	Quarta Início 07h Término +07h	Quinta Início 07h Término +07h	Sexta Início 07h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
25/12/2023	26/12/2023	27/12/2023	28/12/2023	29/12/2023	30/12/2023	31/12/2024
540h00min as 00h00min						

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 15 dias do mês de dezembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpre-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, com sede administrativa na Avenida Mato Grosso, 380 NE, Centro, torna público a Dispensa de Licitação n° 009/2023, no qual objetiva a **Contratação de empresa para o fornecimento de material de expediente, visando atender as demandas administrativas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT**. O FUNSEM contratará a empresa **VENTURINI E RITTER VENTURINI LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 02.791.626/0001-99, vencedora do Processo de Dispensa de Licitação n° 009/2023, no valor de R\$ 16.638,65 (Dezesseis Mil Seiscentos e Trinta e Oito reais e Sessenta e Cinco Centavos). A íntegra do processo e demais documentos, encontram-se nos autos, na sede do FUNSEM.

Fundamento Legal: Regida pela Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SILVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material de expediente, visando atender as demandas administrativas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT

O Diretor Executivo/Gestor Financeiro do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT, **SANDRO SILVIO CATTANEO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Leis Federais n° 8.666/93 e suas alterações, considerando que a Comissão Técnica de Licitação cumpriu todas as exigências do procedimento de licitação, cujo objeto acima descrito e conforme especificações contidas no Termo de Referência do respectivo Edital vem **HO-**

MOLOGAR o resultado da licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2023**, para que produza efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo **HOMOLOGADO** em favor da licitante **VENTURINI E RITTER VENTURINI LTDA-ME**, empresa vencedora do presente certame, com valor global de R\$ 16.638,65 (Dezesseis Mil Seiscentos e Trinta e Oito reais e Sessenta e Cinco Centavos), valor este estimado para o período de 12 (doze) meses.

Campo Novo do Parecis - MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2023

Adjudico o procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2023**, tendo como objeto a **Contratação de empresa para o fornecimento de material de expediente, visando atender as demandas administrativas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT**. Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei n°. 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a Empresa **VENTURINI E RITTER VENTURINI LTDA - ME**, fora vencedora do presente certame, com valor global de R\$ 16.638,65 (Dezesseis Mil Seiscentos e Trinta e Oito reais e Sessenta e Cinco Centavos), valor este estimado para o período de 12 (doze) meses.

Campo Novo do Parecis - MT, 19 de dezembro de 2023.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO - FUNSEM

**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Após, cumprida a determinação do Sr. Diretor Executivo/Gestor Financeiro do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, esta Comissão exara o seguinte parecer:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienações de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

O processo refere-se à **Contratação de empresa para o fornecimento de material de expediente, visando atender as demandas administrativas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT.**

Assim sendo, em razão do valor, por tudo que consta no processo de dispensa de licitação, cristaliza-se no presente caso os aspectos que caracterizam a dispensa de licitação, optando esta comissão por tal modalidade.

Diante do acima disposto, esta Comissão Técnica de Licitação, encaminha o presente processo com as suas peças, para as devidas publicações.

Campo Novo do Parecis – MT, 19 de dezembro 2023.

CLAUDIA VANUZA ESGANZELA

FUNSEM

**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2023 - FUNSEM**

O DIRETOR INTERINO EXECUTIVO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2023 - FUNSEM

Processo de Dispensa de Licitação nº 08/2023.

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

CONTRATADO: INVOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.413.483/0001-03

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de monitoramento – do tipo vigilância eletrônica e ronda, visando atender as demandas do Fundo De Previdência Dos Servidores Públicos Municipais De Campo Novo Do Parecis - MT

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

FUNDAMENTO LEGAL: Modalidade Dispensa de Licitação inciso II do art. 24, da Lei 8.666/93 e suas posteriores atualizações e Decreto 9.412/2018.

Campo Novo do Parecis/MT, 19 de dezembro de 2023.

Sandro Silvio Cattaneo

Direto Executivo/Gestor Financeiro

**ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÃO: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Mariane Costa Moreira no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal Nº 2.424/2023, sob portaria 950/2022.

CONSIDERANDO:

Deliberação online realizada em 19 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Renovar a Certificação e Credenciamento da APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, entidade beneficente e filantrópica sem fins econômicos, com duração de tempo indeterminado, âmbito Municipal, fundada em 22/10/1996, portadora do CNPJ – 01.657.456/0001-91, Código Nacional de Atividade Principal : 94.93-8-00, Código Nacional de atividade Econômica Secundária: 94.93-6-00 e 94.99-5-00 possui sua sede na Rua Teresina Nº 670 NE- Bairro Nossa senhora Aparecida, sediada no município de Campo Novo do Parecis- MT.

Art. 2º. Este COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO tem o prazo de validade 03 (três) anos a contar da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala dos Conselhos, Campo Novo do Parecis, 19 dias do mês de dezembro de 2023.

MARIANE COSTA MOREIRA

Presidente CMAS

Portaria 950/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 195, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 128, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do artigo 36 da Lei Complementar nº. 128, de 09 de setembro de 2020, passando a vigorar com a seguinte disposição:

(...)

“Art. 36. Zona Residencial I (ZR I) - Corresponde à área predominantemente residencial unifamiliar, em série ou multifamiliar, conforme atividades descritas nos incisos I, II, III e IV do Art.49 desta Lei. A implantação, funcionamento ou operação de estabelecimentos/atividades comerciais somente serão permitidas após manifestação favorável do condomínio em questão, emitida pelo representante legítimo e legal.”

Art. 2º - Ficam alterados os parâmetros de uso e ocupação do solo – Campo Verde/MT – Índices Urbanísticos da ZQ (Zona Mista) incluso na tabela anexa à Lei Complementar nº. 128, de 09 de setembro de 2020, que passará a vigorar com a disposição anexa nesta lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, com emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE N.048/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ. 45.274.931/0001-16 NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 048/2023 para a CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM O CANTOS LUAN PEREIRA** em comemoração ao REVEILLON a ser realizado no **dia 29/12/2023** no Parque das Araras com o valor de **R\$ 450.000,00** (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), Processo nº 3448/2023. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 19 de dezembro de 2023. **Hélida B. M. P. Hubner**

Presidente da CPL

**ALMOXARIFADO
APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº 026/2023**

DECISÃO – MULTA POR ATRASO NA ENTREGA

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Aplicação de **PENALIDADE nº 026/2023***

No dia 04 de Dezembro de 2023 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.372 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa Original Soluções Ltda – ME, para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A Empresa entregou alguns itens solicitado dentro do prazo concedido na notificação supramencionada, tendo decorrido da notificação 07 dias, sem a entrega total dos itens.

É o relato do essencial.**Passo à análise.**

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

A Ata de Registro de Preço nº 370/2023, oriunda do Pregão Presencial nº 93/2023, firmada entre as partes, em seu capítulo 10. Das Penalidades, dispõe que:

10.1. O atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93; e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

Considerando que a empresa apesar de notificada deixou transcorrer o prazo de 07 dias, sem a entrega total dos produtos, faz-se necessária a aplicação da penalidade acima mencionada.

Diante dos fatos, APLICA-SE multa no percentual de 7% sobre o valor das NAD em aberto, 16366; 16282 e 16871/2023, R\$ 1.724,30 (Um mil e setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos). Totalizando o valor de R\$ 120,70 (Cento e vinte reais e setenta centavos)

Solicite a Secretaria Municipal de Fazenda que emita a DAM da multa interposta nesta decisão e encaminhe a Secretaria de Finanças para que proceda o desconto da referida multa dos valores que a empresa tem a receber deste erário.

No entanto, não havendo valores a serem recebidos pela empresa NOTIFIQUE-A para realizar o pagamento da DAM no prazo máximo de 30 dias. Decorrido o prazo sem pagamento insira o débito na dívida ativa, e providencie a inserção nos órgãos de negativação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que esta tome ciência desta decisão, bem como a necessidade do pagamento da DAM, e faturamento e entrega imediata dos itens notificados em aberto.

Campo Verde – MT, 19 de Dezembro de 2023

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TP**

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS N. 010/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS SALAS ANEXAS DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ALICE BARBOSA PACHECO LOCALIZADAS NO ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023**, a ser realizada no **dia 24 de janeiro de 2023, às 8 H (oito horas)**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br ou solicitação para o e-mail compras@campoverde.mt.gov.br; gerencia.compras@campoverde.mt.gov.br Contato: telefone (66) 3419.2067

Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 19 de dezembro de 2023.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO**

Campo Verde/MT, 19 de dezembro de 2023.

Referência: Proc. 2850/2023–

Pregão Eletrônico 144/2023 - Análise de Recurso Administrativo interposto pelas empresas CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO EIRELI EPP e SAMTRONIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA e contrarrazões apresentado pela empresa HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA SORRISO PRIME LTDA

ASSUNTO: ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuidam-se de Recurso Administrativo manejado pelas empresas **CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO EIRELI EPP e SAMTRONIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, que** visavam a reforma da decisão por parte da Comissão Permanente de

Licitação que declarou vencedoras a empresas ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA e ALFA MED UNIPessoal LTDA.

A empresa CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO EIRELI EPP Alega que a empresa ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, apresentou proposta de produto que não atende as exigências editalícias para o lote 71, item 103, que desta forma a desclassificação da referida empresa e medida que se impõe.

Em relação ao lote 91, item 122, relata que a empresa HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA; apresentou o produto de marca Missner, nome comercial Curativos Alginato de Cálcio M-TEC. Que sua ficha técnica não possui camada de carboximetilcelulose, o que descumpra as exigências do edital.

Requeru que a empresa recorrida seja desclassificada.

No que concerne ao lote 35, item 180 tanto a empresa ALFA MED UNIPessoal LTDA- 1ª colocada e a empresa HIPERDENTAL LTDA., 2ª, colocada, apresentaram produtos em desacordo com as especificações técnicas editalícias, razões pela qual requer a desclassificação de ambas.

Contrarrazoando aos fundamentos recursais a empresa HIPERDENTAL LTDA. Alega que tanto no Lote 91, quanto no 135, apresentou produto de acordo com as exigências técnicas contidas no instrumento convocatório. Requeru fosse mantida sua classificação.

As empresas ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA e ALFA MED UNIPessoal LTDA, permaneceram inertes, não apresentaram as contrarrazões.

Já a empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, alega que as empresas recorridas apresentaram produtos que não atendem as exigências editalícias, ou seja, sem certificação do INMETRO para item 131. Juntou extensas argumentações e fundamentações afim de comprovar o alegado. Por fim, requer a desclassificação das mesmas.

A empresa HIPERDENTAL LTDA. apresentou contrarrazões com argumentos de que cotou a marca DELLAMED que não consta no rol de marcas elencadas pela recorrente, e por este motivo não entrou no mérito, deixando a cargo da CPL decidir a respeito.

As demais empresas deixaram de apresentar as contrarrazões.

Por fim requereu a reforma da decisão da CPL que a habilitou as empresas recorridas.

Consultada a **Procuradoria Jurídica do Município**, frisou que a emissão do parecer jurídico não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração.

Observou-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei 8.666/93, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços etc. restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente. Razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

Destacou que na Lei de Licitações, mais precisamente em seu artigo 40, o legislador elencou os componentes obrigatórios no Edital de licitações, os quais, devem ser seguidos pelos administrados sob pena de sofrerem sanções e até mesmo terem suas contas rejeitadas.

Contudo, não se pode confundir os termos “procedimento formal” e “formalismo”, o que tem grande diferença. O saudoso Hely Lopes Meirelles, no livro “Licitação e Contrato Administrativo” (2010) explicou que “procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais

que a regem em todos os seus atos ou fases”. E complementa “Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as suas exigências (...)”.

Então, entendemos por procedimento formal, as prescrições legais que devem ser seguidas pela Administração para o fim almejado. Todavia, instituir um procedimento de maneira formal não significa que a Administração deva ser formalista. Hely Lopes, explicou que a Administração não deve ser “formalista” a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias.

Sobre esse tema, debruça-se também Marçal Justen Filho (2008), que esclarece:

A maior dificuldade a ser enfrentada reside no pretenso formalismo adotado pela Lei nº 8.666/93. Muitas vezes, não há dúvida acerca da solução juridicamente mais correta. Hesita-se, porém, em reconhecer se tal solução seria, também, a mais acertada do ponto de vista legal. O dilema é mais aparente do que real, já que o ‘jurídico’ sempre deve prevalecer, em todas as hipóteses. Não se passa diversamente no tocante à Lei nº 8.666/93. O trabalho de interpretação e aplicação desse diploma deve ser norteado à realização da solução mais justa e compatível com o sistema jurídico vigente. Trata-se, enfim, de determinar os princípios hermenêuticos que nortearão a atividade do aplicador. Definir os princípios hermenêuticos é sempre relevante, no trabalho jurídico. Mas essa definição adquire maior importância quando se enfrenta um diploma com as peculiaridades da Lei nº 8.666.

O autor diz ainda:

“Afirma-se, com isso, que as palavras através das quais se exterioriza o texto legal não podem ser interpretadas em termos meramente gramaticais – ou melhor, não se pode restringir a interpretação à exclusiva tarefa vernacular. As palavras de um específico dispositivo legal retratam manifestação da vontade legislativa. Mas essa vontade legislativa é muito mais ampla do que a exteriorizada em um único dispositivo isolado. Cada palavra e cada artigo de um diploma legal consistem em, por assim dizer, indícios da vontade legislativa.”

Deste modo, necessário se faz que o Administrador quando da aplicação da Lei de Licitação não só busque a aplicação pura e direta do dispositivo legal, mas também conjugá-lo com todos os princípios norteadores em busca da solução que melhor prestigie o interesse público e os fins buscados pelos procedimentos licitatórios.

De suma salientou, que a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre uma série de outros que marcam o regime jurídico-administrativo. Dentre estes, o primeiro a ser referido é princípio da legalidade.

O princípio da legalidade assume duas diferentes faces: para os particulares, a regra é a da autonomia da vontade, facultando-se fazer tudo aquilo que a lei não proíba; por outro lado, **quando se trata da administração pública, só lhe é dada a possibilidade de fazer aquilo que a lei determine ou autorize.**

Nesse íterim, sobressai o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Diante disso, ensina o Tribunal de Contas da União – TCU, no Manual de Licitações e Contratos – Orientações Básicas – 3ª edição:

“Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação”.

De forma, que em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelece o artigo 3º da Lei de Licitações, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Em resumo, a administração realiza as compras e contratações conforme a necessidade pública, exigindo o necessário para o perfeito cumprimento contratual.

Dessa forma, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar a legalidade e o interesse público, guardar ainda o princípio da competitividade e o da isonomia entre os participantes, sendo este o objetivo primordial de qualquer licitação, as exigências descritas no Edital Convocatório e Termo de Referência, são as imprescindíveis para o bom cumprimento do objeto.

Sobre a vinculação do instrumento convocatório, veja-se jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

EMENTA: DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS, MOTOCICLETAS E EQUIPAMENTOS PESADOS DA FROTA. AUSÊNCIA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO NA SESSÃO DE JULGAMENTO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA. INCOMPETÊNCIA DO CONTRATADO PARA ATUAR COMO PREGOEIRO. PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. VÍNCULO CONTRATUAL COM A ADMINISTRAÇÃO À ÉPOCA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. RECOMENDAÇÃO. APONTAMENTOS COMPLEMENTARES. DESCUMPRIMENTO DE NORMAS E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL. FORMALISMO MODERADO. MELHOR PROPOSTA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AO CERTAME OU AO ERÁRIO. IMPROCEDÊNCIA. VALOR ESTIMADO FORA DA REALIDADE ORÇAMENTÁRIA DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE. PROCEDÊNCIA. PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE DOLOU OU ERRO GROSSEIRO. ECONOMICIDADE. LINDB. RECOMENDAÇÕES. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. IMPROCEDÊNCIA. REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA. VANTAJOSIDADE AVALIADA NO CASO CONCRETO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

1. Tendo sido registrado na ata da sessão do pregão que a equipe de apoio esteve presente para proceder aos trabalhos relativos ao certame, e à mingua de demonstração de que as atribuições não foram cumpridas durante a sessão do pregão ou de que houve prejuízos ao interesse público, não há que se falar em afronta ao art. 3º, IV, da Lei n. 10.520/2002.

2. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, deve ser designada como pregoeiro pessoa pertencente ao quadro do órgão ou da entidade promotora do certame, a menos que não se disponha de servidor qualificado para atuar na função, situação que justifica a excepcional designação de terceiro estranho à Administração. Contudo, em razão das novas disposições estabelecidas pela Lei n. 14.133/2021, notadamente no art. 6º, LX, e no art. 8º, caput e § 5º, recomenda-se, ante à ausência de norma local regulamentadora, que seja designado para a função de pregoeiro servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração, devidamente qualificados.

3. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser analisado e aplicado com a devida razoabilidade, a fim de que, em decorrência de um formalismo exacerbado, a Administração não seja obrigada a agir contrariamente ao interesse público, deixando de ob-

ter a proposta mais vantajosa, respeitada a observância da isonomia entre os licitantes.(...)

(Processo 1007540 – Denúncia. Rel. Cons. Subst. Adonias Monteiro. Data da sessão 08/02/2022. Colegiado PRIMEIRA CÂMARA. Decisão PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO. Deliberado em 8/2/2022. Publicado no DOC em 31/3/2022.)

Por se tratar de produtos que exigem conhecimentos técnicos especializados, fora solicitado justificativa técnica sobre os produtos do lote/ítem 91,135 e 131, e a reposta foi que a empresa que Hiperdental realmente não apresentou as especificações completas dos referidos produtos, ou certificação da ANVISA, conforme pose ser observado no documento anexo.

Nos demais lotes/ítems questionados, comprovam os autos que as recorrentes estão corretas em seus argumentos/fundamentos.

Frisou que, manter a decisão proferida pela Comissão de Licitação em classificar a empresas mencionadas, fere os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, moralidade, boa-fé, julgamento objetivo, competitividade e econômico.

A procuradoria norteando-se pelas normas legais e pelos princípios da eficiência, competitividade, legalidade, moralidade, em especial ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, **OPINOU pelo DEFERIMENTO dos recursos das licitantes CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO EIRELI EPP e SAMTROPIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA e INDEFERIR as contrarrazões da HIPERDENTAL LTDA.**

Por todo o exposto, acolho o Parecer Jurídico.

Ficam os autos com vistas franqueadas as empresas para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA DECRETO Nº. 138 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Código de Ética da Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campo Verde, e dá outras providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética da Unidade de Controle Interno de Campo Verde, que a este acompanha.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CÓDIGO DE ÉTICA

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE CAMPO VERDE/MT

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Do Código, sua Abrangência e Aplicação

Art. 1º Para os fins deste Código, consideram-se Controladores internos e auxiliares do Controle Interno os servidores lotados na Unidade de Controle Interno que exerçam atividades de avaliação e consultoria.

Art. 2º Este Código de Ética estabelece os princípios éticos e normas de conduta aplicáveis aos Controladores e auxiliares do Controle Interno da Prefeitura de Campo Verde/MT, na realização dos trabalhos de avaliação e consultoria, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Parágrafo único. O disposto neste Código de Ética aplica-se, inclusive, aos servidores que exerçam temporariamente atividades de controladoria e auditoria interna, na forma de auxílio, ainda que lotados em outra unidade administrativa.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 3º Este Código de Ética tem por objetivos:

I – estabelecer os princípios, os requisitos mínimos de conduta e as expectativas que devem guiar o comportamento dos Controladores e auxiliares do Controle Interno na condução das atividades de avaliação e consultoria;

II – contribuir para que as atitudes e os comportamentos empreendidos pelos Controladores e auxiliares do Controle Interno auxiliem no alcance dos objetivos e valores institucionais; e

III – garantir aos Controladores e auxiliares do Controle Interno e à Unidade de Controle Interno a preservação da imagem e reputação.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º São princípios éticos fundamentais a serem observados e defendidos pelos Controladores e auxiliares do Controle Interno no exercício das atividades relacionadas à avaliação e consultoria:

I – Integridade: a integridade dos Controladores e auxiliares do Controle Interno estabelece credibilidade e, desta forma, fornece a base para a confiança dada a seus julgamentos;

II – Objetividade: os Controladores e auxiliares do Controle Interno exibem o mais alto grau de objetividade profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre a atividade ou processo examinado. Os Controladores e auxiliares do Controle Interno efetuam uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e não são indevidamente influenciados pelos interesses próprios ou de terceiros na formulação dos julgamentos;

III – Confidencialidade: os Controladores e auxiliares do Controle Interno respeitam o valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional de assim proceder; e

IV – Competência: os Controladores e auxiliares do Controle Interno aplicam conhecimento, habilidades e experiência necessários na execução dos serviços de Controladoria e Auditoria Interna e buscam o contínuo desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO III

REGRAS DE CONDUTA

Seção I

Dos Deveres

Art. 5º Os Controladores e auxiliares do Controle Interno, no exercício das atividades de avaliação e consultoria, devem:

I - servir ao interesse público e honrar a confiança pública, demonstrando diligência e responsabilidade no desempenho das tarefas e adotando absoluta honestidade na realização do seu trabalho;

II - manter conduta profissional idônea, íntegra e irrepreensível quando necessário lidar com pressões ou situações que possam ameaçar seus princípios éticos;

III - manter cortesia e respeito no trato com pessoas, abstendo-se de emitir juízo ou adotar práticas que indiquem qualquer tipo de discriminação ou preconceito;

IV - divulgar informações exigidas pela lei e todos os fatos materiais de seu conhecimento que, caso não sejam divulgados, possam distorcer as conclusões do trabalho;

V - representar imediatamente ao Titular da Unidade de Controle Interno, se houver, todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial à Instituição ou à sua missão institucional, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo ou função;

VI - zelar pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos e habilidades, mantendo-se atualizado quanto a novos métodos, técnicas e normas de trabalho, de forma a aprimorar continuamente sua proficiência, bem como a eficácia e a qualidade da sua atuação;

VII - conduzir os trabalhos com zelo profissional, atuando com atenção e prudência e mantendo postura de ceticismo profissional;

VIII - respeitar e contribuir para os objetivos legítimos e éticos da organização;

IX - atuar de forma imparcial e isenta, evitando quaisquer condutas que possam comprometer a confiança em relação ao seu trabalho, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem a objetividade do seu julgamento profissional;

X - resistir a pressões de superiores hierárquicos e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas, e denunciá-las;

XI - ser prudentes no uso e proteção das informações obtidas no curso de suas funções; e

XII - disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional e que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados pelos demais Controladores e Auxiliares do Controle Interno.

Seção II

Das Vedações

Art. 6º É vedado aos Controladores e auxiliares do Controle Interno:

I - praticar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei, ou compactuar com tal ato;

II - pleitear, solicitar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie com o objetivo de influenciar o seu julgamento ou interferir na atividade de outro servidor;

III - utilizar informações obtidas em razão dos trabalhos de auditoria para benefício pessoal ou para qualquer outra finalidade contrária à lei, em detrimento dos objetivos da organização;

IV - tomar parte, conscientemente, de qualquer atividade ilegal ou se envolver em atos impróprios para a profissão de auditoria interna ou para a organização;

V - usar do cargo, da função ou de informação privilegiada em situações que configurem abuso de poder, práticas autoritárias ou que visem vantagens indevidas para si, para outros indivíduos, grupos de interesses ou entidades públicas ou privadas;

VI - aceitar trabalhos para os quais não têm competência para realizar; e

VII - participar de atividade que possa caracterizar conflito de interesses, a fim de evitar situação de confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública e o trabalho de auditoria.

Seção IV

Dos Impedimentos e Suspeições

Art. 7º Os Controladores e auxiliares do Controle Interno poderão, se for o caso, declarar-se impedidos para atuarem em procedimentos de auditoria relativos a temas específicos da área anteriormente ocupada com os quais esteve envolvido diretamente nos últimos 6 meses.

Art. 8º Os Controladores e auxiliares do Controle Interno devem declarar suspeição nos casos de possíveis conflitos de interesses ou outras situações que possam afetar ou parecer afetar o seu julgamento, oferecendo riscos para a objetividade, imparcialidade ou a independência do trabalho.

§ 1º A declaração deve ocorrer por ocasião da designação para o trabalho, ou no momento em que tais situações emergirem.

§ 2º Em caso de dúvida sobre potencial risco para a objetividade, imparcialidade e independência dos trabalhos, o Controlador e auxiliar do Controle Interno deverá apresentar, por escrito, suas justificativas ao Titular da Unidade de Controle ou Auditoria Interna, se houver que avaliará o risco de auditoria e adotará a resposta ao risco que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. 9º É direito dos Controladores e auxiliares do Controle Interno:

I - ter assegurado o livre acesso às dependências da unidade auditada, assim como aos seus servidores e colaboradores, às informações, aos processos, aos bancos de dados e aos sistemas;

II - participar das atividades de capacitação e treinamento necessários ao seu desenvolvimento profissional; e

III - estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os Controladores e auxiliares do Controle Interno em exercício ou que vierem a exercer atividades de controladoria e auditoria interna, ainda que temporariamente, na forma de auxílio, deverão firmar Termo de Ciência e Compromisso sobre o presente Código de Ética, conforme o Anexo I deste Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DA INEXIGIBILIDADE N.047/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à D&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ. 29.177.070/0001-00 NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 047/2023 para a **CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM A DUPLA DIEGO E ARNALDO** em comemoração ao REVEILLON a ser realizado no dia **30/12/2023** no Parque das Araras com o valor de **R\$ 200.000,00** (Duzentos mil reais), Processo nº 3453/2023. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 19 de dezembro de 2023. **Hélida B. M. P. Hubner**

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DA INEXIGIBILIDADE N.046/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **JBS DOS SANTOS PRODUÇÕES CNPJ. 45.882.049/0001-53 NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 046/2023** para a **CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL NACIONAL COM A CANTORA JAPINHA CONDE** em comemoração ao REVEILLON a ser realizado no dia **31/12/2023** no Parque das Araras com o valor de **R\$ 190.000,00** (cento e noventa mil reais), Processo nº 3455/2023. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 19 de dezembro de 2023. **Hélida B. M. P. Hubner**

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 162/2023 – objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de DESINFESTANTE SELETIVO SISTÊMICO - KAPINA PLUS, HERBICIDA NÃO SELETIVO – GLIFOSATO e HERBICIDA PÓS - EMERGENTE, SISTÊMICO SELETIVO CLORIMURON 250 WG**, que teve como vencedoras as empresas: **SANIGRAN LTDA, CNPJ: 15.153.524/0001-90, AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA, CNPJ: 50.630.988/0001-40, JS AZZURI COMERCIO LTDA, CNPJ: 43.979.792/0001-09.** Campo Verde, 19 de dezembro de 2023. **FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO – Pregoeira.**

DEPARTAMENTO DE COMPRAS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 578/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: **SANIGRAN LTDA, CNPJ: 15.153.524/0001-90**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de DESINFESTANTE SELETIVO SISTÊMICO - KAPINA PLUS, HERBICIDA NÃO SELETIVO – GLIFOSATO e HERBICIDA PÓS - EMERGENTE, SISTÊMICO SELETIVO CLORIMURON 250 WG.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2023

VIGÊNCIA: DE 19/12/2023 à 19/12/2024

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	DESINFESTANTE SELETIVO SISTÊMICO - KAPINA PLUS, dose única – frasco de 60 ml (Herbicida Seletivo)	KAPINA	500	R\$ 67,39	R\$ 33.695,00

Valor Total do Lote: R\$ 33.695,00 (Trinta e Três Mil e Seiscentos e Noventa e Cinco Reais).

Valor total da ata de registro de preços: R\$ 33.695,00 (Trinta e Três Mil e Seiscentos e Noventa e Cinco Reais).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 579/2023**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA, CNPJ: 50.630.988/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de DESINFESTANTE SELETIVO SISTÊMICO - KAPINA PLUS, HERBICIDA NÃO SELETIVO – GLIFOSATO e HERBICIDA PÓS - EMERGENTE, SISTÊMICO SELETIVO CLORIMURON 250 WG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2023

VIGÊNCIA: DE 19/12/2023 à 19/12/2024

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	HERBICIDA NÃO SELETIVO - GLIFOSATO - GALÃO DE 20 LITROS	GLIFOSATO IPA	10	R\$ 520,00	R\$ 5.200,00

Valor Total do Lote: R\$ 5.200,00 (Cinco Mil e Duzentos Reais).

Valor total da ata de registro de preços: R\$ 5.200,00 (Cinco Mil e Duzentos Reais).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3.048, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2.457/2019 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o inciso IX do ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMMISSIONADOS, da Lei nº 2.457, de 14 de julho de 2019, passando a vigorar com as disposições contidas no quadro incluso na presente norma.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

ANEXO I - QUADRO DE CARGOS E VAGAS COMMISSIONADOS

(...)

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	11.660,91	-	1

Gerência de Serviços Médicos	19.899,08	7.959,63	8
Gerência de Atenção à Saúde	8.152,26	3.260,90	1
Gerência de Gestão Estratégica	8.152,26	3.260,90	1
Gerência de Serviços Jurídicos	8.152,26	3.260,90	1
Gerência de Vigilância em Saúde	8.152,26	3.260,90	1
Gerência de Atenção Hospitalar	7.959,64	3.183,86	1
Gerência do Programa de Saúde Bucal	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Recursos e Convênios	8.152,26	3.260,90	1
Supervisão da Unidade de Reabilitação	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Atenção Básica da Zona Rural	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Atenção Básica da Zona Urbana	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Gestão Estratégica	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Regulação	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Saúde Materno-Infantil	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão de Serviços em Saúde do SAMU	6.360,49	2.544,20	1
Supervisão do Centro de Atenção Psicossocial	6.360,49	2.544,20	1
Coordenadoria de Imprensa	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Assistência Farmacêutica	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Compras	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Frotas	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Monitoramento, Controle e Avaliação	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Regulação	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Transporte	4.876,38	1.950,55	1
Diretoria de Vigilância Ambiental	4.876,38	1.950,55	1

Assessor de Controle e Avaliação	4.240,34	1.696,14	1
Assessor de Vigilância Epidemiológica	4.240,34	1.696,14	1
Assessor de Vigilância Sanitária	4.240,34	1.696,14	1
Coordenadoria da Agência Transfusional	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Assistência Domiciliar	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Atenção Básica	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Compras	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Faturamento	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Gestão Estratégica	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Monitoramento de Área I	2.968,19	1.187,28	1

Coordenadoria de Monitoramento de Área II	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Odontologia	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Regulação	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria de Serviços Administrativos	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria do Centro de Especialidades Médicas	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria do Conselho Municipal de Saúde e Ouvidoria Municipal	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria do Laboratório Municipal	2.968,19	1.187,28	1
Coordenadoria do Programa Melhor em Casa	2.968,19	1.187,28	1
Assessoria de Gabinete	2.533,92	1.013,57	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:			52

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 580/2023**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JS AZZURI COMERCIO LTDA, CNPJ: 43.979.792/0001-09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de DESINFESTANTE SELETIVO SISTÊMICO - KAPINA PLUS, HERBICIDA NÃO SELETIVO – GLIFOSATO e HERBICIDA PÓS - EMERGENTE, SISTÊMICO SELETIVO CLORIMURON 250 WG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2023

VIGÊNCIA: DE 19/12/2023 à 19/12/2024

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	HERBICIDA PÓS - EMERGENTE, SISTÊMICO SELETIVO - Clorimuron –Etilico 250 WG	CLORIM	10 kg	105,06	1.050,60

Valor Total do Lote: R\$ 1.050,60 (Mil e Cinquenta Reais e Sessenta Centavos).

Valor total da ata de registro de preços: R\$ 1.050,60 (Mil e Cinquenta Reais e Sessenta Centavos).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00006, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003 MUNICÍPIO – CAMPO VERDE – MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00006, de 19 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o [s] sujeito [s] passivo [s] abaixo relacionado [s], a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do [s] Termo [s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificada [s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo/ Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
JATOBA PRODUÇÃO E COMERCIO LTDA	24.983.124/0001-00	9779/00126/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Antônio Reis da Silva Filho Matrícula: 00004651	
Cargo: Fiscal Municipal / 5232015 Assinatura:	

Data de afixação: 19/12/2023.

Data de desafixação: 03/01/2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3.049, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO A RECEBER IMÓVEIS EM DOAÇÃO, COM ENCARGOS, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO CAMPO REAL III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber com doação os imóveis a seguir descritos: **1 – Área urbana (desmembrada), de imóvel denominado Área 05, desmembrada da Fazenda Campo Real, situada no perímetro urbano desta cidade de Campo Verde-MT, contendo a configuração de um polígono irregular, medindo a área superficial de 1.800,00M² (mil e oitocentos metros quadrados), contendo os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-01, de coordenadas N 8.281.394,54m e E 696.647,28m, localizado entre Avenida Marechal Cândido Rondon e área da Matrícula 12.910;**

deste, segue confrontando com Avenida Marechal Cândido Rondon, com azimute e distância de 318°21'30" e 20,00m até o vértice P-02, de coordenadas N 8.281.409,50m e E 696.634,01m; deste, segue confrontando com a Matrícula 14.481 antiga 6.775, com azimute e distância de 48°25'23" e 90,00m até o vértice P-03 de coordenadas N 8.281.469,26m e E 696.701,35m; deste, segue confrontando com Matrícula 14.926 antiga 6.775, com azimute e distância de 138°21'30" e 20,00m até o vértice P-04, de coordenadas N 8.281.454,26m e E 696.714,62m; deste, segue confrontando com Parte Remanescente da Matrícula 13.804, com azimutes e distância de 228°25'23" e 45,00m até o vértice M-02, de coordenadas N 8.281.424,40m e E 696.680,95m; deste, segue confrontando com a Matrícula 12.910, com azimutes e distâncias de 228°25'23" e 45,00m até o vértice M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas Nm e Em, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 57°00', fuso-21, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Conforme mapa e memorial descritivo assinados, pelo Arquiteto e Urbanista, Rogério João Gardino Cabral – CAU A100623-1, e, Alvará de Desmembramento nº 168/2023, com validade até 31.05.2024, aprovado pelo Departamento de Engenharia, da Secretaria Municipal de Planejamento de Campo Verde-MT, assinado por Maria Esther Cerqueira Jung, tudo conforme consta da matrícula nº **16.121, fls. 087, do livro nº 02**, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Verde-MT. O referido imóvel retro descrito é de propriedade de **VITOR IRGANG SCHROETER**, brasileiro, solteiro, estudante, maior e capa, inscrito no CPF/MF sob nº 042.438.291-10, e, na CI-RG nº 63.245.391-6-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Pamplona, nº 083, Apartamento nº 2004, no Bairro Jardins, na cidade de São Paulo-SP. **Imóvel avaliado por R\$ 181.170,00 (cento e oitenta e um mil e cento e setenta reais); 2 - Urbano, Lote nº 04-A (desmembrado), da Área 04, desmembrada da Fazenda Campo Real, situada no perímetro urbano desta cidade de Campo Verde-MT, contendo a configuração de um polígono irregular, medindo a área superficial de 4.208,40M² (quatro mil duzentos e oito metros quadrados e quarenta centímetros)**, com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-06, de coordenadas N 8.281.334,73m e E 696.700,44m, localizada na Avenida Marechal Cândido Rondon, a 20m da Rua Rio de Janeiro; deste, segue confrontando com Avenida Marechal Cândido Rondon, com azimute e distância de 318°24'21" e 20,00m até o vértice M-04, de coordenadas N 8.281.349,71m e E 696.687,20m; deste, segue confrontando com a Matrícula 12.910, com azimute e distância de 48°25'23" e 45,00m até o vértice M-03, de coordenadas N 8.281.379,56m e E 696.720,84m; deste, segue confrontando com Matrícula 13.804, com azimute e distância de 48°25'23" e 45,00m até o vértice P-05, de coordenadas N 8.281.409,36m e E 696.754,43m; deste, segue confrontando com Parque Remanescente da Matrícula 13.803, com azimute e distância de 48°25'23" e 120,42m até o vértice P-08, localizado na Avenida Cesar Lima, de coordenadas N 8.281.334,73m e E 696.700,44m; deste, segue confrontando com Avenida Vereador Cesar Lima, com azimute e distância de 138°07'24" e 20,00m até o vértice M-07, de coordenadas N 8.281.474,46m e E 696.857,93m; deste, segue confrontando com Matrícula 11.954, com azimute e distância de 228°25'17" e 60,00m até o vértice P-06A, de coordenadas N 8.281.374,36m e E 696.745,21m; deste, segue confrontando com Matrícula 11.953, com azimute e distância de 228°25'17" e 60,00m até o vértice P-06, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas Nm e Em, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 57°00', fuso-21, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Conforme mapa e memorial descritivo assinados, pelo Arquiteto e Urbanista, Rogério João Gardino Cabral – CAU A100623-1, e, Alvará de Desmembramento nº 167/

2023, com validade até 31.05.2024, aprovado pelo Departamento de Engenharia, da Secretaria Municipal de Planejamento de Campo Verde-MT, assinado por Maria Esther Cerqueira Jung, tudo conforme consta da matrícula nº **16.150, fls. 116, do livro nº 02**, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Verde-MT. O referido imóvel retro descrito é de propriedade de **CAMPO VERDE ATACADO E SUPERMERCADO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, denominado em seu título de estabelecimento (nome fantasia), de CAMPO VERDE SUPERMERCADO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.840/0001-66, matriz estabelecida na Avenida Brasil, nº 218, Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT. **Imóvel avaliado por R\$ 423.575,46 (quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos); 3 – Área rural, remanescente de porção maior, do desmembramento da Fazenda Campo Real, situada na zona de expansão urbana, pertencente ao perímetro urbano, desta cidade de Campo Verde-MT, contendo a configuração de um polígono irregular, medindo 6.933,636M² (seis mil, novecentos e trinta e três metros e seiscentos e trinta e seis centímetros quadrados)**, e que se encontra representada pela seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BKD-M-0582, de coordenadas N 8.281.703,47m e E 696.962,73m, localizados nas terras da Fazenda Campo Real; deste, segue confrontando com Fazenda Campo Real matrícula 6.775, com azimute e distância de 138°07'57" e 20,00m até o vértice M-A, localizado entre a Parte Desmembrada da Matrícula 14.480 e a Fazenda Campo Real, de coordenadas N 8.281.688,5762m e E 696.976,0782m; deste, segue confrontando com parte desmembrada matrícula 14.480, com azimute e distância de 227°58'49" e 230,58m até o vértice BKD-M-0579 de coordenadas N 8.281.534,23m e E 696.804,78m; deste, segue confrontando com Campo Verde Atacado e Supermercado Ltda, matrícula, com azimute e distância de 228°25'37" e 120,42m até o vértice BKD-M-0580, de coordenadas N 8.281.454,32m e E 696.714,69m; deste, segue confrontando com Vitor Irgang Schroeter, matrícula 13.804, com azimute e distância de 318°20'42" e 20,00m até o vértice BKD-M-0581, de coordenadas N 8.281.469,26m e E 696.701,40m; deste, segue confrontando com Fazenda Campo Real, matrícula 6.775, com azimute e distância de 48°07'57" e 350,92m até o vértice BKD-M-0582, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas Nm e Em, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 57°00', fuso-21, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Conforme mapa e memorial descritivo assinados, pelo Arquiteto e Urbanista, Rogério João Gardino Cabral – CAU A100623-1, e, RRT SIMPLES nº SI10046636100CT001. Cadastrada no Incra, ainda em nome de Otávio Eckert, sob nº 905.070.001.562-9, com a área total de 463,3064 has. Módulo Rural (ha): 30,0069; N. Módulo Rurais: 15,34; Módulo Fiscal (ha): 60,0000; N. Módulos Fiscais: 7,7218; FMP (ha): 4,00, e, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 3.463.296-4, tudo conforme consta da matrícula nº **14.926, fls. 046, do livro nº 02**, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Verde-MT. O referido imóvel retro descrito é de propriedade de INCORPORADORA CAMPO REAL LTDA, empresa denominada com o nome fantasia, INCORPORADORA CAMPO REAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.042.607/0001-19, estabelecida na Avenida Brasil, nº 218, Sala 02, Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT, representada pelos sócios proprietários, Marcos Schoroeter e Fernando Schoroeter. **Imóvel avaliado por R\$ 697.870,46 (seiscentos e noventa e sete mil oitocentos e setenta reais e quarenta e seis centavos).**

Parágrafo Único - As áreas doadas descritas no *caput* destinam-se exclusivamente para implementação de arruamento/infraestrutura, ficando de ora em diante afetadas como vias públicas.

Art. 2. Os doadores se comprometem em arcar com todas as despesas relativas a implementação de infraestrutura básica, ruas, meios-fios, galerias

fluviais, sarjetas, instalações de água e esgoto, energia elétrica, plantio de árvores e/ou mudas conforme as normas municipais.

Art. 3º. Todas as despesas decorrentes para formalização da presente desafetação e doação correrão às expensas dos doadores.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE ADESÃO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.014/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação DA **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIDA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA NA AREA DA SAUDE** onde sagrou-se vencedor a empresa: **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ n. 18.009.871/0001-31**. Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 19 de dezembro de 2023.

HÉLIDA B. M. P. HUBNER

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ALMOXARIFADO NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 089/2023

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 089/2023

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **STAR PRIME LTDA**

CNPJ: **31.395.154/0001-99**

Endereço: **Av. General Melo, B. Praeiro, Cuiabá – MT**

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n.º 428/2023, oriunda do Processo Licitatório n.º 2140/2023 – Pregão Eletrônico n.º 108/2023 respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de caixa para ferramenta**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada; **Nota Fiscal** n.º 000.001.147, o item veio com a marca diferente do que foi solicitado.

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capítulo “Das Obrigações do Fornecedor” da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

NAD	PREGAO	SECRETARIA	ENVIO - SITUAÇÃO	VALOR EM ABERTO
17050/2023	108/2023	Administração		35,15

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da cláusula do capítulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que “o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93”; **2. Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da cláusula do capítulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços dispõe que “o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93”. Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br, desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 19 de Dezembro de 2023.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA LEI Nº. 3.050, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2.925, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 4º, da Lei Municipal nº. 2.925, de 13 de dezembro de 2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 33% (trinta e três por cento) das despesas fixadas mediante a utilização de recursos obtidos por excesso de arrecadação, anulação de dotações orçamentárias e superávit financeiro do exercício anterior na forma do disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320/64.”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO DE AJUSTES NA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO ACORDADO CONTRATO Nº 183/2022.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços de obra

DO OBJETO: obra de construção do Centro de Educação infantil- CEI.

DO ADITAMENTO DE DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS: DE: EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10CM, ESPESSURA 8 CM. AF. 10/2022.

PARA DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL ESPESSURA 8 CM, ARMADO COM LASTRO DE BRITA.

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO/CONTRATANTE, e a empresa STARK CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 22.278.118/0001-19 CONTRATADA.

Elaine T. Moura / Fiscal de Contrato

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2023

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto nº 09/2023, torna público, para conhecimentos dos interessados, a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para apresentação de serviço de evento cultural do tipo apresentação artística musical – show de nível regional, com a dupla "RENATO E ALEXANDRE E BANDA", para atender as festividades do "réveillon de Campos de Júlio" no dia 30/12/2023.

Contratado: A MICHELON, CNPJ/MF Nº 33.930.412/0001-80.

Valor global: R\$ 22.000,00.

Fundamento Legal: art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

Vinculação: **Inexigibilidade de Licitação nº 38/2023, Processo Licitatório nº 162/2023.**

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a Inexigibilidade de Licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico respectivo, de acordo com o art. art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666/9.

Campos de Júlio - MT, 18 de dezembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto nº 09/2023

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2023

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que foi formalizado processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 0036/2023, originada do Pregão Eletrônico nº 001/2023, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG / AMAG, para aquisição de livros didáticos, tendo como detentora dos preços registrados a empresa SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.874.813/0001-00, com valor global, para esta adesão, de R\$ 632.905,00.

As especificações detalhadas do objeto constam do Termo de Referência do processo originário e da proposta da detentora dos preços registrados, devidamente juntados ao processo de adesão.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 19 de dezembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Portaria nº 127/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2552023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2552023.

ESPÉCIE: Serviços.

Objeto: Contratação de empresa para apresentação de serviço de evento cultural do tipo apresentação artística musical – show de nível regional, com a Cantora "KAROL KAILLER", para atender as festividades do "RE-VILLON de Campos de Júlio" no dia 31/12/2023, em atendimento ao Termo de Convênio nº1813/2023, firmado com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da SECEL, com contrapartida da Prefeitura de Campos de Júlio - MT., conforme as condições estabelecidas neste contrato, bem como na proposta apresentada pela Contratada.

Contratado: KAROLINA KAILLER M. OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF: 44.049.394/0001-48.

VALOR GLOBAL: **69.000,00** (sessenta e nove mil reais)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 01 – Departamento de Cultura;

Projeto Atividade: 2.088 – Realização de Eventos Culturais;

Centro de Custo: 534 – Real Realização de Eventos Culturais;

Ficha: 553

Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00;

VIGÊNCIA: 12(doze) meses . 14/12/2023 a 13/12/2024.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatórioº 158/2023,

Inexigibilidade de Licitação nº 35/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, KAROLINA KAILLER M. OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF: 44.049.394/0001-48/CONTRATADA.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 012/2023/CMDCA DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Luiz Ricardo de Souza, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Campos de Júlio, no uso das atribuições legais faz saber que fica **RETIFICADO O:**

CONSIDERANDO a Resolução nº 23.669 de 14 de dezembro de 2021, dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições § 2º A conclusão do treinamento presencial ou a distância será considerada como 1 (um) dia de convocação, sendo vedada a cumulação de dias de folga em virtude de participação em mais de uma modalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 98);

Declara para os devidos fins que:

I - Os membros da Comissão Especial Eleitoral e demais servidores convocados para o treinamento presencial da Eleição Unificada do Conselho Tutelar de Campos de Júlio no dia 01 de outubro de 2023, terão direito a 1 (um) dia de folga, sem prejuízo da remuneração, para gozo em até 365 dias após a data da eleição, conforme lista que segue:

PASSA A SER LIDO DORAVANTE COMO:

CONSIDERANDO a Resolução nº 23.669 de 14 de dezembro de 2021, dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições § 2º A conclusão do treinamento presencial ou a distância será considerada como 1(um) dia de convocação, sendo vedada a cumulação de dias de folga em virtude de participação em mais de uma modalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 98) e § 1º a cada dia de convocação serão concedidos 2 (dois) dias de folga sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 9.504/1997.

Declara para os devidos fins que:

I - Os membros da Comissão Especial Eleitoral e demais servidores convocados para o treinamento presencial da Eleição Unificada do Conselho Tutelar de Campos de Júlio no dia 01 de outubro de 2023, terão direito a 2 (dois) dias de folga, sem prejuízo da remuneração, para gozo em até 365 dias após a data da eleição, conforme lista que segue:

Permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita resolução.

Campos de Júlio, 19 de dezembro de 2023.

Luiz Ricardo de Souza

Presidente do CMDCA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2023

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que foi formalizado processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 10259/2023, originada do Pregão Eletrônico nº 00054/2023, realizado pelo Município de São Bento - PB, para aquisição de mobiliário escolar, tendo como detentora dos preços registrados a empresa APFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.198.597/0001-07, com valor global, para esta adesão, de R\$ 192.400,00.

As especificações detalhadas do objeto constam do Termo de Referência do processo originário e da proposta da detentora dos preços registrados, devidamente juntados ao processo de adesão.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 19 de dezembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Portaria nº 127/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2562023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2552023.

ESPÉCIE: Serviços.

Objeto: Contratação de empresa para apresentação de serviço de evento cultural do tipo apresentação artística musical – show de nível regional, com a "BANDA TERRA", para atender as festividades do "REVILLON de Campos de Júlio" nos dias 30 e 31/12/2023, em atendimento ao Termo de Convênio nº1813/2023, firmado com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da SECEL, com contrapartida da Prefeitura de Campos de Júlio - MT., conforme as condições estabelecidas neste contrato, bem como na proposta apresentada pela Contratada.

Contratado PEDRO BATISTA CORREIAIRA LTDA, CNPJ/MF: 07.367.271/0001-29.

VALOR GLOBAL: **67.000,00** (sessenta e sete mil reais)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 01 – Departamento de Cultura;

Projeto Atividade: 2.088 – Realização de Eventos Culturais;

Centro de Custo: 534 – Real Realização de Eventos Culturais;

Ficha: 553

Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00;

VIGÊNCIA: 12(doze) meses . 14/12/2023 a 13/12/2024.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatórioº 159/2023,

Inexigibilidade de Licitação nº 36/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, PEDRO BATISTA CORREIAIRA LTDA, CNPJ/MF: 07.367.271/0001-29/CONTRATADA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2572023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2572023.

ESPÉCIE: Serviços.

Objeto: Contratação de empresa para apresentação de serviço de evento cultural do tipo apresentação artística musical – show de nível regional, com a cantora "KAROLINE MAGALHÃES", para atender as festividades do "REVILLON de Campos de Júlio" no dia 30 /12/2023, em atendimento ao Termo de Convênio nº1813/2023, firmado com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da SECEL, com contrapartida da Prefeitura de Campos de Júlio - MT., conforme as condições estabelecidas neste contrato, bem como na proposta apresentada pela Contratada.

Contratado KAROLINE MAGALHÃES OFICIAL LTDA, CNPJ/MF: 14.280.411/0001-929.

VALOR GLOBAL: **39.000,00** (trinta e nove mil reais)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 01 – Departamento de Cultura;

Projeto Atividade: 2.088 – Realização de Eventos Culturais;

Centro de Custo: 534 – Real Realização de Eventos Culturais;

Ficha: 553

Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00;

VIGÊNCIA: 12(doze) meses . 14/12/2023 a 13/12/2024.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatórioº 160/2023,

Inexigibilidade de Licitação nº 37/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, KAROLINE MAGALHÃES OFICIAL LTDA, CNPJ/MF: 14.280.411/0001-929 /CONTRATADA.

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 192/2021

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.

DO OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de internet por meio de Link com acesso via fibra óptica.

DA VIGÊNCIA ADITADA: 27/12/2023 à 26/12/2024.

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, MT/ CONTRATANTE, e a empresa AGILE SEGURANÇA ELETRONICA E INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 22.845.900/0001-72/ CONTRATADA.

Elaine T. Moura/Fiscal de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 261/2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 261/2023.

ESPÉCIE: Serviços.

Objeto: Contratação de empresa para apresentação de serviço de evento cultural do tipo apresentação artística musical – show de nível regional, com a Cantora "KAROL KALLER", para atender as festividades do "REVILLON de Campos de Júlio" no dia 31/12/2023., conforme as condições estabelecidas neste contrato, bem como na proposta apresentada pela Contratada.

Contratado: A MICHELON, CNPJ/MF: 33.930.412/0001-80.

VALOR GLOBAL: **22.000,00** (vinte e dois mil reais)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 01 – Departamento de Cultura;

Projeto Atividade: 2.088 – Realização de Eventos Culturais;

Centro de Custo: 534 – Real Realização de Eventos Culturais;

Ficha: 553

Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00;

VIGÊNCIA: 12(doze) meses . 18/12/2023 a 17/12/2024.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório° 162/2023,

Inexigibilidade de Licitação n° 38/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, A MICHELON, CNPJ/MF: 33.930.412/0001-80/CONTRATADA.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N° 004/2023/2024 DE 04 DE MAIO DE 2023.

Luiz Ricardo de Souza, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Campos de Júlio, no uso das atribuições legais faz saber que fica RETIFICADO O:

CONSIDERANDO a Portaria CNMP-PRESI n° 239, de 25 de julho de 2022, atualizado em 16 de fevereiro de 2023 pelo Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público;

Declara para os devidos fins que:

I - Os membros da mesa receptora e apuradora dos votos, além dos membros da Comissão Especial Eleitoral e demais servidores convocados para trabalhar da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Campos de Júlio no dia 16 de abril de 2023, terão direito a dois dias de folga, sem prejuízo da remuneração, para gozo em até 60 dias após a data da eleição, conforme lista que segue:

Ana Heli dos Passos Almeida

Ana Paula de Godoy

Ariadne Ribeiro de Moraes

Cristina Dantas Barbosa

Daniela Martins da Silva

Fábio Furtado do Nascimento

Grazielle Pereira de Oliveira da Luz Teodoro

Jaqueline Barboza Cardoso

José Antônio Ozório Cordeiro

Letícia Gabrielli Mendes Souza

Lucinéia Ribeiro Batista

Luiz Ricardo de Souza

Marlene da Silva Santana

PASSA A SER LIDO DORAVANTE COMO:

CONSIDERANDO a Resolução de n° 23.669, de 14 de dezembro de 2021, dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições § 1° a cada dia de convocação serão concedidos 2 (dois) dias de folga sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, conforme previsto no art. 98 da Lei n° 9.504/1997.

Declara para os devidos fins que:

I - Os membros da mesa receptora e apuradora dos votos, além dos membros da Comissão Especial Eleitoral e demais servidores convocados para trabalhar da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Campos de Júlio no dia 16 de abril de 2023, terão direito a dois dias de folga, sem prejuízo da remuneração, para gozo em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a data da eleição, conforme lista que segue:

Ana Heli dos Passos Almeida

Ana Paula de Godoy

Ariadne Ribeiro de Moraes

Cristina Dantas Barbosa

Daniela Martins da Silva

Fábio Furtado do Nascimento

Grazielle Pereira de Oliveira da Luz Teodoro

Jaqueline Barboza Cardoso

José Antônio Ozório Cordeiro

Letícia Gabrielli Mendes Souza

Lucinéia Ribeiro Batista

Luiz Ricardo de Souza

Maria Gabriela Pereira Bonotto

Marlene da Silva Santana

Permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita resolução.

Campos de Júlio, 19 de dezembro de 2023.

Luiz Ricardo de Souza

Presidente do CMDCA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N° 002/2023/CMDCA DE 02 DE MARÇO DE 2023.

Luiz Ricardo de Souza, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Campos de Júlio, no uso das atribuições legais faz saber que fica RETIFICADO O:

Dispõe sobre o Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar de Campos de Júlio-MT, referente período 2020-2024

PASSA A SER LIDO DORAVANTE COMO:

Dispõe sobre a homologação de registro de entidades que atuam no atendimento de crianças e adolescentes no município de Campos de Júlio-MT. Permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita resolução.

Campos de Júlio, 19 de dezembro de 2023

Luiz Ricardo de Souza

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A CANTORA MANU BAHTIDÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 9ª EDIÇÃO DO EXPOBRAVA EM CANABRAVA DO NORTE/MT, NOS DIAS 14 A 17 DE AGOSTO DE 2024.

ARTISTA: MANU BAHTIDÃO, **NO DIA: 15 DE AGOSTO DE 2024, com duração de 01h30min (uma hora e trinta minutos de show).**

FAVORECIDA: M A PRODUÇÃO DE EVENTOS LIMITADA ME / CNPJ Nº 35.397.039/0001-79.

VALOR GLOBAL: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 010/2023. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade nº 010/2023, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Canabrava do Norte-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/2023

Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICO a presente Dispensa de Licitação nº 042/2023, onde a empresa vencedora **NT PROMOTORA DE EVENTOS LTDA – EPP inscrita no CNPJ nº 42.180.015/0001-29**, objetivando, Contratação de empresa especializada na organização de eventos e serviços de buffet, com destaque para “Boi no Roleta (4 bois de no mínimo 17 arrobas) com fornecimento de todos os materiais e produtos que serão utilizados, visando a celebração do almoço em comemoração ao 32º Aniversário do Município de Canabrava do Norte - MT.

Essa ratificação se fundamenta no Art. 75, II, da nova lei de licitação nº 14.133/2021. O menor valor da contratação é de R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

Canabrava do Norte-MT, em 19 de Dezembro de 2023.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2023

Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICO a presente Dispensa de Licitação nº 043/2023, onde a empresa vencedora 49.083.482 Kleiton Nogueira dos Santos **inscrita no CNPJ nº 49.083.482/0001-80**, objetivando, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seralheria, englobando cortes, soldas e demais atividades correlatas visando a execução da montagem da estrutura de ferro destinada às instalações ornamentais natalinas em Canabrava do Norte - MT.

Essa ratificação se fundamenta no Art. 75, II, da nova lei de licitação nº 14.133/2021. O menor valor da contratação é de R\$ 48.650,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais).

Canabrava do Norte-MT, em 19 de Dezembro de 2023.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A MÁRIO E THIZIL PARA A REALIZAÇÃO DA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 22 DE DEZEMBRO DE 2023 EM CANABRAVA DO NORTE/MT.

ARTISTA: MÁRIO E THIZIL, **NO DIA: 22 DE DEZEMBRO DE 2023, com duração de 02h00min (duas horas de show).**

FAVORECIDA: M. V. DE FREITAS EPP / CNPJ Nº 00.964.074/0001-48.

VALOR GLOBAL: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 014/2023. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade nº 014/2023, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Canabrava do Norte-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO AVISO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados que ADERIU, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 009/2023, referente a Pregão Eletrônico 009/2023, realizado pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES**, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Eletrônico nº 009/2023 – CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES;

Ata de Registro de Preços nº 009/2023;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL – COPES;

Empresa Beneficiária: MFSUL COMÉRCIO DE MÓVEIS CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº

35.173.456/0001-38;

Especificação do objeto registrado: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Mobiliário Escolar;

Quantidade aderida: Conforme registrado e disposto abaixo;

Quantidade de adesão:

Empresa: MFSUL COMÉRCIO DE MÓVEIS CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº

35.173.456/0001-38:

ITEM	QTD	MED.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	20	UND	Conj. Refeit. Mesa com Tampo Injetado 10 Lugares	R\$ 5.659,10	R\$ 113.182,00
TOTAL					R\$ 113.182,00

Canabrava do Norte-MT, 19 de dezembro de 2023

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO REGIONAL, CONFORME LEI ESTADUAL Nº 12.082 DE 18 DE ABRIL DE 2023, COM A CANTORA CAMILLINHA PARA A REALIZAÇÃO DA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 24 DE DEZEMBRO DE 2023 EM CANABRAVA DO NORTE/MT.

ARTISTA: CAMILLINHA, NO DIA: 24 DE DEZEMBRO DE 2023, com duração de 02h00min (duas horas de show).

FAVORECIDA: M. V. DE FREITAS EPP / CNPJ Nº 00.964.074/0001-48.

VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 013/2023. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade nº 013/2023, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Canabrava do Norte-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 027/2023 de 06 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo será o **MENOR PREÇO**, na forma de Execução direta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual Contratação de empresa para o fornecimento de passagens para transporte de passageiros em ônibus rodoviários, que compreende a reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestre intermunicipal dentro do

Estado de Mato Grosso, para atender a necessidade das Secretarias do Poder Executivo Municipal;

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 20/12/2023 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 03/01/2023 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 03/01/2023 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 03/01/2023 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://licitanet.com.br>;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites <http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia> e <https://licitanet.com.br>.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 19 de Dezembro de 2023.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 027/2023

GABINETE DO PREFEITO DECRETO COMPLEMENTAR N. 008/2023/SATUC

DECRETO COMPLEMENTAR N. 008/2023/SATUC

“REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E A TABELA DE PREÇOS PARA UTILIZAÇÃO DOS MESMOS, NO 32º ANIVERSÁRIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADBALDO NUNES MILHOMEM, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n. 4557401, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. 792.458.70120, na qualidade de Secretário Adjunto de Turismo e Cultura do município Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13º, inciso VI, do Decreto Municipal n. 523, de 10 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de uso dos espaços públicos do Município de Canabrava do Norte – MT e a fixação do preço público;

CONSIDERANDO que é obrigação do Município regularizar e controlar o uso do espaço público;

CONSIDERANDO a realização do 32º aniversário de Canabrava do Norte – MT.

CONSIDERANDO a determinação contida no inciso VI, do artigo 13º, do Decreto Municipal n. 523, de 10 de janeiro de 2017, que determina que os valores pela utilização dos espaços do deverão serem fixados pela Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura - SATUC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido neste decreto os valores a serem cobrados ou não pela a permissão de uso a título precário, das barracas do 32º aniversário de Canabrava do Norte – MT, a se realizar nos dias 22 a 24 de dezembro de 2023, conforme abaixo estabelecido:

I – Uso exclusivo para utilização de barraca, que serão destinados a comercialização

§ 1º. As vagas disponíveis das barracas a serem comercializadas serão de responsabilidade da Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura.

O espaço vai estar demarcado de acordo projeto do evento.

§ 2º. Medidas das barracas: barracas de batidas, barracas de bebidas e barracas de alimentação, e de responsabilidade Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura.

§ 3º. Quantidades de barracas de batidas no 32º aniversário de Canabrava do Norte – MT.

serão disponibilizadas de acordo com o projeto.

§ 4º. O valor da Unidade Fiscal de Canabrava do Norte – UFCN, será fixado pela Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura (não será cobrado nem barraca de bebidas, comida, brinquedos e outros)

Art. 2º. Os interessados em obter a permissão de uso do referido bem e comercializar os seus produtos, deverão formular pedido direcionado Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura e ao Bruno Andrade Maciel de Souza que e responsável pelas barracas de batidas onde o mesmo não poderá cobrar pelo o espaço das barracas de batidas.

Art. 3º. Fica estabelecido neste decreto que o barraqueiro ou barraqueira que desacatar fisicamente, verbalmente, calúnia, difamação, brigar, xingar qualquer um dos organizadores do evento, ficará dois anos sem participar de qualquer evento realizado pela Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT.

Art. 4º. Fica estabelecido neste decreto que nenhum barraqueiro terá autonomia na organização do evento, decisões, palpites, indagações referentes a este decreto. se o mesmo não concordar entendemos, mas não aceitamos estes questionamentos pois a comissão foi feita para dar transparência e legalidade ao evento.

Art. 5º. Fica estabelecido neste decreto que os barraqueiros mantenham limpo 05 metros da frente de sua barraca para que ajude na limpeza do espaço do evento.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Canabrava do Norte – MT, em 15 de dezembro de 2023.

ADBALDO NUNES MILHOMEM

Secretário Adjunto de Turismo e Cultura - SATUC

Portaria nº 037/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO CPL 078/2023

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto, conforme Inexigibilidade de Licitação n.º 012/2023, a Contratação dos serviços da **CONTRATADA** para execução de Show do cantor **GUILHERME SILVA** no dia 23/12/2023, durante o evento denominado “32ª Aniversário do Município de Canabrava do Norte”, com horário previsto de início às 00:00, com duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos com carência de até 1h para eventuais atrasos no início do show.

DATA: Canabrava do Norte, 19 de Dezembro de 2023;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: **SOARES PRODUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.158.609/0001-68.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº903/2023

Portaria nº903/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Conceder Férias ao Servidor Público **Paulo Félix dos Reis** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor **Paulo Félix dos Reis**, ocupante do cargo de **Vigilante**, férias regulares por um período de 30 dias a serem gozadas no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/01/2022 a 14/01/2023.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3481/2023

Decreto Nº 3481/2023

De 18 de dezembro de 2023

Regulamenta o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal de Canarana - MT.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, com base no art. 8º, II, e 66, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas

previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal de Canarana - MT.

CAPÍTULO I

DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, de 2021

Art. 2º A instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis aos licitantes ou contratados é obrigatória quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
 - II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
 - IV - deixar de entregar documentação complementar necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- § 3º** Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:
- I - deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
 - II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação;
 - III - abandonar o certame;
 - IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que importe consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação seja da Comissão de Processo Administrativo Sancionatório - CPAS, nos termos deste Decreto, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 30 (trinta) dias;
- V - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública municipal de Canarana pelo período de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. As condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 2º deste Decreto ensejam a declaração de inidoneidade da licitante ou contratada, impedindo-a de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos II a VII do *caput* do art. 3º deste Decreto serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

- I - quando estiver comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela administração pública municipal de Canarana;

II - quando estiver comprovado que a licitante foi desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave a administração pública municipal de Canarana.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do *caput* do art. 3º deste Decreto serão reduzidas pela metade, uma única vez, e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º deste Decreto, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando estiver comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo administração pública municipal de Canarana;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do *caput* do art. 3º deste Decreto será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo a administração pública municipal de Canarana e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela administração pública municipal.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

SEÇÃO I

Dos atos processuais, do tempo, dos prazos e das formas dos atos.

Art. 7º Serão aceitos documentos assinados digitalmente, desde que atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas nos documentos e nas interações com a administração municipal de Canarana, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 2020.

Art. 8º Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido contrário.

§ 1º Considera-se dia útil o dia em que houver expediente no órgão onde tramitar o processo de penalidade.

§ 2º Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

§ 3º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação;

II - a data de juntada aos autos a contar da publicação ou ciência.

Art. 9º Não existindo determinação em sentido contrário, os atos processuais devem ser praticados pelos notificados no prazo de 5 (cinco) dias úteis corridos.

Art. 10. Quando se tratar de processo digital, os atos poderão ser praticados por meio de correio eletrônico, até às 23:59 horas do último dia do prazo, salvo quando este Decreto prescrever de forma diversa.

Art. 11. Para fins deste Decreto, notificação é o ato emanado pela autoridade competente pelo qual se dá ciência ao interessado da instauração de processo administrativo para apuração de cometimento, em tese, de infração administrativa, dando-lhe oportunidade para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º As notificações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, utilizando-se os endereços de e-mail corporativos oficiais e os indicados pelos licitantes ou contratados.

§ 2º Caso não haja confirmação expressa de recebimento, os licitantes ou contratados serão considerados notificados 02 (dois) dias úteis após o envio da notificação eletrônica.

SEÇÃO II

Do processo administrativo sumaríssimo.

Art. 12. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

§ 1º A notificação conterá, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo-lhe facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 2º Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 03(três) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 4º A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 02 (dois) ou mais servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal.

§ 5º Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

§ 6º No processo administrativo sumaríssimo de que trata essa subseção, é dispensada manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Município.

SEÇÃO III**Do processo administrativo sumário**

Art. 13. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

§ 1º A notificação conterá, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 2º Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 05(cinco) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 4º A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 2 (dois) ou mais servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 5º Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

Art. 14. Transcorrido o prazo previsto no art. 13 deste Decreto, será elaborado relatório final conclusivo no qual resumirá as peças principais dos autos, mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, opinará sobre a licitude da conduta, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 1º O relatório final será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§ 2º O relatório final conclusivo poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

§ 3º O relatório final conclusivo poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pelo Município, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§ 4º No processo administrativo sumário de que trata essa seção, é dispensada manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Município.

§ 5º Se evidenciado no curso do processo administrativo sumário que o caso envolve a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, será instaurado o processo de responsabilização pelo rito comum, nos termos previstos no art. 15 e seguintes deste Decreto.

SEÇÃO IV**Do processo administrativo comum**

Art. 15. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158 da referida Lei, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou designada pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do município de Canarana.

§ 1º A autoridade competente analisará a documentação e, caso entenda necessário, poderá determinar a realização de diligências antes de decidir pela instauração ou não do processo administrativo.

§ 2º A instauração do processo se dará por ato de quem possui competência para aplicar a sanção, devendo consistir, no mínimo, em relatório circunstanciado, e mencionará:

I - a identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo;

II - os fatos que ensejam a apuração;

III - o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;

IV - as cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;

V - o número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos; e

VI - na hipótese do § 3º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 3º A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração direta da personalidade jurídica.

Art. 16. A Comissão Processante será composta por 2 (dois) ou mais servidores efetivos ou empregados públicos estáveis dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

§ 1º Caso o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal não tenha quadro funcional formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2(dois) ou mais servidores pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Não poderá participar de Comissão Processante, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

Art. 17. O processo será iniciado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos autos pela Comissão e concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do seu início, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, e mediante justificção fundamentada.

Art. 18. Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação da Comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º A notificação conterá, no mínimo:

I - a identificação da pessoa jurídica e o número de sua inscrição no CNPJ, ou nome da pessoa física e sua inscrição no CPF;

II - a indicação de dados referentes ao edital ou contrato, em tese, descumprido;

III - a descrição sucinta dos atos praticados e cláusulas contratuais ou legais descumpridas, as sanções cabíveis e os percentuais de multa que poderão ser aplicados;

IV - o prazo para a apresentação da defesa escrita, bem como orientações para que o notificado possa especificar as provas que pretende produzir;

V - a indicação do local e do horário de funcionamento em que a defesa deverá ser protocolizada, em caso de processos físicos;

VI - a indicação dos elementos materiais de prova da infração e de eventuais agravantes já identificadas;

VII - a forma como se dará a ciência ao notificado dos atos e dos termos referentes ao processo, que deverá ser, em regra, por correio eletrônico, exceto no caso em que o notificado for revel;

VIII - a informação de que o processo continuará independentemente da apresentação de defesa.

§ 2º A apresentação de defesa escrita supre qualquer alegação de irregularidade na notificação.

§ 3º Cabe à autoridade notificante informar às seguradoras a instauração do processo de aplicação de penalidade conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos.

Art. 19. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo único. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Art. 20. Transcorrido o prazo previsto no parágrafo único do art. 19 deste Decreto, a Comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§ 2º O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

§ 3º O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no Processo.

§ 4º O Processo Administrativo com o relatório da Comissão será remetido para deliberação da autoridade máxima, após a manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município.

SEÇÃO V

Da falsidade documental:

Art. 21. No caso de indícios de falsidade documental apresentados no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis.

§ 1º A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º Quando a apresentação de declaração ou documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato for a causa principal para a abertura do processo de apuração de responsabilidade, não se aplica o disposto no caput e § 1º deste artigo.

SEÇÃO VI

Do acusado revel:

Art. 22. Se o acusado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo de apuração de responsabilidade, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações

de fato formuladas nos autos do procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

§ 1º Na notificação ao acusado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

§ 3º Nos casos de notificação ficta será nomeado curador especial.

SEÇÃO VII

Do julgamento

Art. 23. A decisão condenatória mencionará, no mínimo:

I - a identificação do acusado;

II - o dispositivo legal violado;

III - a sanção imposta.

§ 1º A decisão condenatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos tomados em conta para a formação do convencimento.

§ 2º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou manifestações técnicas ou jurídicas, que, neste caso, serão partes integrantes do ato.

Art. 24. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

VI - situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

SEÇÃO VIII

Da prescrição:

Art. 25. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no § 4º do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Administração, aplicando, no que couber, o disposto nos arts. 20 a 30 do Decreto-Lei nº 4.657, 4 de setembro de 1942, e Decreto Federal nº 9.830, de 10 de junho de 2019.

Art. 27. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 18 de dezembro de 2023

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº816/2023

Portaria nº816/2023

De 14 de novembro de 2023

Concede Férias Coletivas dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **férias coletivas** no período de **26 de dezembro de 2023 a 24 de janeiro de 2024** aos seguintes funcionários lotados na Secretaria de Educação e Cultura.

NOME	PERIODO AQUISITIVO
Adalberto Joaquim de Souza	
Adriana Ribas de Oliveira	ANTECIPADAS
Adriano Leite de Campos	ANTECIPADAS
Alessandra de Oliveira Rocha	
Aline Karoline Ribeiro de Souza	ANTECIPADAS
Aline Luiza Goulart Zimmermann	ANTECIPADAS
Alynne Karen da Silva Carvalho	ANTECIPADAS
Allyson Raphael Zimke	
Ana Lúcia Simão Santana	ANTECIPADAS
Ana Margarette Moroni	
Ana Raquel Ropke	
Anair Borges Seibert	
Ângela Maria Paes Sobrinho	
Ângélica Janaína Alves	
Angelina Bigaton Ferla	
Ângelo Ferla	
Ariana Taís Silva de Araújo	ANTECIPADAS
Bruno Nery Nogueira Luna	ANTECIPADAS
Carla Maria da Cruz Marsango	
Clarissa Zenaro Ceccatto	
Claudio José Marino	
Cláudio Sonemman Feijó	
Daleia Pereira da Silva	
Dayane Souza e Silva Zenaro	
Debora da Silva Vieira	
Digliane Aparecida de Souza	
Dilcene Alves da Silva	
Dirce Bitdinger	
Edna Cristina França da Silva	ANTECIPADAS
Edna Divina de Moraes Souza	
Elcimar dos Santos	
Elenita Beal Accadrolí	
Eliane Garcia Nunes	
Elisa Domingos Madoreira Nicésio	
Elisete Bussiol Bison	
Elizane Maia da Silva Araújo	
Elvira Alves Guimarães	ANTECIPADAS
Elvira Narcizo de Oliveria	ANTECIPADAS
Flávia Nonato da Silva Matos	
Gabriel Kasprczak da Silva	
Gelson Blass	
Geni Rodrigues da Costa	
Graselha Betânia Franceschet	
Guilherme Estevão do Nascimento	
Haryetgyak Neves da Mota	
Hellen Katiani M. de Andrade	ANTECIPADAS
Iraci Carniel Sefstron	
Ivanês Lucimar Zanin	
Jaqueline Lúcia Bigaton Ferla	ANTECIPADAS
Jesus dos Santos Pereira	
Joana D'arc de Melo Fernandes	ANTECIPADAS
João Francisco da Silva	ANTECIPADAS
Joaquim Valdevino Fábio	
Joiço Oliveira de Souza	
Jonathan Nascimento de Souza	ANTECIPADAS
Jorge Nogueira da Costa Félix	
Joselene dos Santos Silva	ANTECIPADAS
Jovilde Corbari Fiorentin	
Julisse Adriana da Silveira	
Kael Tietz Dias	ANTECIPADAS
Karen Jeanine Tavares da Paixão	
Kauanda Tavares da Paixão	ANTECIPADAS
Kelly Fernanda Vital da Silva	
Laiane Marques Constante Vieira	ANTECIPADAS
Lana Marilza Pereira Barbosa	
Larissa Vanessa Artammn Gall	ANTECIPADAS
Lariza Ursula da Silva	ANTECIPADAS
Leide Marta Mendes da Silva	ANTECIPADAS

Leivane Francisco Luz	
Lenir Terezinha Mattos Borges	
Leodete Giacomolli	
Leonardo Kido Alves	ANTECIPADAS
Liana Ferreira de Freitas Silva	ANTECIPADAS
Lilian Spohr Dias	
Liliane Spode	
Lisonete Fernandes da Costa	
Lolamar Guarese Tieppo	
Lúcia Cleci Bobato Guites	
Luiz Fernando Ferreira Hauck	
Luziene Alves da Silva	ANTECIPADAS
Maiara Rodrigues Evangelista Langer	
Márcia de Fátima dos Santos	
Mareli Heinen	
Margarete Glienke	ANTECIPADAS
Margarete Ramos	
Maria Concélia Matos da Cruz O. de Souza	
Maria de Fatima Fernandes da Silva	
Maria de Lourdes da Cruz	
Maria do Santo Honorato Campos Moreira	ANTECIPADAS
Maria Edivânia C. da Silva Santos	
Marilena Evelise Kich	
Marilene Barbosa Laroque	
Marinalda Ferreira Costa	
Marinês Corbari	ANTECIPADAS
Mariuzza Vaniski Ferreira	
Marivaine Santos Chagas Araújo	ANTECIPADAS
Marivete Santa Pinheiro da Silva	
Marlei Ferla Dalmoro	
Mathildes Araújo da Silva	ANTECIPADAS
Meridiana Bier Monteiro Leite	ANTECIPADAS
Milton Blass	
Mônica Beatriz da Silva Almeida	ANTECIPADAS
Natália Lopes Munaro	ANTECIPADAS
Neide Schwartz	
Nelci Maria Costa	
Nelsi Terezinha Ribeiro Thiel	
Nicelia Ferreira da Costa	
Núbia Sousa Botelho	ANTECIPADAS
Odete Schwartz	
Ohanna Cristina Queiroz Castilho	
Olivede Kummer da Silva	
Patrícia de Abreu Lopes Ferreira	
Renata de Souza	
Renato Teodoro da Silva	ANTECIPADAS
Ronymere Gomes de Lima	
Rosângela Adriana Zalameña	
Rosana Carneiro Benati	ANTECIPADAS
Rosana Terezinha Scalabrin	
Rudgero Antunes Maciel	ANTECIPADAS
Sandra Pereira Lima	ANTECIPADAS
Sandra Regina Wojahn Facioni	
Silma Izabel dos Santos Di Domênico	
Silve-te Aparecida Mendes	
Solange Alves de Almeida	
Solene Alves de Almeida	
Suellen Dayane Oliveira Eberhart	
Suely Dias Rosa	
Suzamara Aparecida Costa	
Taviana Sieli Koch	
Thainara Nominato Silva	ANTECIPADAS
Valdez Pereira da Silva	
Valeria Mariana da Silva Micolino	
Vandreia Sanfelice	ANTECIPADAS
Vanessa Aparecida Cabral	ANTECIPADAS
Vanúzia Nogueira da Silva	
Vera Lúcia Bezerra	
Vera Lúcia Rodrigues de Almeida	
Veridiana da Silva Patatt	ANTECIPADAS
Walderson Ribeiro do Nascimento	
Zilda Gonçalves de Paula	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 14 de novembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N°901/2023

Portaria n°901/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Conceder Férias a Servidora Pública **Helga Strege de Oliveira** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora **Helga Strege de Oliveira**, ocupante do cargo de **Operador de Vaca Mecânica**, férias regulares por um período de 30 dias a serem gozadas no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2021 a 02/04/2022.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO N° 3480/2023

Decreto N° 3480/2023

De 18 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a designação de agentes públicos para exercício das funções essenciais às contratações públicas, no âmbito da Administração Pública Municipal de Canarana e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, com base no art. 8º, II, e 66, XII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao ente federado definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 2021 (art. 187);

Considerando a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de aquisição de bens de consumo na Prefeitura Municipal de Canarana,

DECRETA:

DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES ESSENCIAIS:

Art. 1º Compete à autoridade máxima do órgão ou entidade promotora da licitação a designação da comissão de contratação, do agente de contratação, inclusive do pregoeiro, e dos componentes das respectivas equipes de apoio para a condução do certame.

§ 1º Somente poderá atuar como membro de comissão de contratação, agente de contratação, inclusive pregoeiro, o servidor que tenha realizado capacitação específica atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público para exercer tal atribuição.

§ 2º Serão considerados como capacitação específica os cursos promovidos por empresas privadas e contratados pela Administração com temas relacionados às contratações públicas, especialmente os de formação de agente de contratação e pregoeiro.

§ 3º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida.

Art. 2º A designação dos agentes públicos para o exercício de funções essenciais deverá ser observada o princípio da segregação das funções, o qual veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

- I - será avaliada na situação fática processual; e
- II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

- a) da consolidação das linhas de defesa; e
- b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Art. 3º O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DO PREGOEIRO:

Art. 4º O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, é o agente público designado pela autoridade a que se refere o art. 11, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:

- I - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições;
- II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
- IV - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
- V - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
- VI - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- VII - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- VIII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- IX - verificar e julgar as condições de habilitação;
- X - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

XI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XII - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XIII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIV - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XV - indicar o vencedor do certame;

XVI - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVII - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII - elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XIX - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

XX - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a adjudicação, homologação e contratação;

XXI - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXIII - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

Art. 5º O agente de contratação poderá conduzir procedimentos de contratação direta, desde que respeitado o princípio da segregação de funções.

Parágrafo único. O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

DA EQUIPE DE APOIO:

Art. 6º A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 4º.

DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

Art. 7º A comissão de contratação, permanente ou especial, deverá ser formada por, no mínimo, 3 (três) membros, devendo a maioria dos integrantes ser servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade da Administração Pública municipal.

§ 1º Caso a licitação seja realizada na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação deverá ser composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou entidade da Administração Pública municipal, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

§ 2º Os membros da comissão de contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º A comissão de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

§ 4º A comissão de contratação será presidida por um servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes de órgão ou entidade da Administração Pública municipal, o qual terá, no que couber, as atribuições do agente de contratação, conforme estabelece o art. 4º deste Regulamento.

Art. 8º É competente para designar as comissões de licitação, homologar o julgamento e adjudicar o objeto ao licitante vencedor, a autoridade a que se refere o art. 11 deste Regulamento.

Art. 9º A comissão de contratação poderá instruir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta, além das competências estabelecidas para o agente de contratação descritas no art. 4º deste Regulamento, no que couber.

Art. 10. No caso da modalidade concurso e nas demais licitações que utilizam o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico, o julgamento será efetuado por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, agentes públicos ou não.

Parágrafo único. A comissão a que se refere o *caput* deste artigo, no caso de concurso para elaboração de documentos técnicos poderá, em relação à formação em arquitetura e engenharia, ser homogênea ou heterogênea, podendo ser constituída exclusivamente por profissionais servidores ou empregados públicos com formação nessas áreas.

DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO:

Art. 11. Para os efeitos deste decreto, consideram-se:

I – gestor do contrato: o agente público do órgão ou da entidade responsável pelo gerenciamento geral dos contratos;

II – fiscal do contrato: o agente público responsável pelo acompanhamento e fiscalização operacional da execução dos contratos, nos seus aspectos técnicos e/ou administrativos.

Art. 12. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a legislação em vigor, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela administração, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

Art. 13. As atividades de gestão e fiscalização dos contratos compreendem o conjunto de ações realizadas de forma rotineira e sistemática, que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os objetos contratados, verificar o cumprimento das obrigações previstas no edital de licitação e contrato e das exigências legais.

Parágrafo único. As atividades descritas no *caput* serão realizadas pelo gestor e pelo fiscal do contrato, assegurada a distinção das funções, sempre que possível.

Art. 14. Para todos os contratos firmados pela administração pública municipal haverá a designação de gestores e fiscais.

§ 1º Para os instrumentos equivalentes aos contratos será avaliada, pelo gestor do contrato, a necessidade de designação de fiscal.

§ 2º As funções de fiscalização técnica e administrativa de cada contrato poderão ser exercidas em conjunto ou individualmente por um ou mais fiscais, conforme designação, considerando a especificidade do objeto contratado.

Art. 15. Os fiscais do contrato poderão ser assessorados e subsidiados por agentes públicos da administração municipal ou por serviço de empresa ou de profissional especializado, contratados pela administração, con-

siderando a especificidade do objeto, sua abrangência multisetorial e o envolvimento de várias especialidades profissionais distintas.

§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no *caput* assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal do contrato.

§ 2º Os agentes públicos da administração municipal, quando demandados, prestarão informações em documentos apartados e devidamente assinados e responderão pela veracidade e pela precisão de seu conteúdo.

§ 3º A atuação dos agentes públicos da administração municipal e a contratação de terceiros não eximirá a responsabilidade dos fiscais do contrato, nos limites das informações recebidas.

Art. 16. Os gestores e os fiscais de contrato, bem como seus respectivos substitutos, serão designados pela autoridade máxima do órgão.

§ 1º Na designação de que trata o *caput*, serão considerados:

I – a compatibilidade com as atribuições do cargo, emprego ou função pública;

II – a complexidade da fiscalização;

III – o quantitativo de contratos por agente público.

§ 2º Excepcional e motivadamente, a gestão e a fiscalização do contrato poderão ser exercidas pelo mesmo agente público.

§ 3º Não sendo designado o gestor ou os fiscais dos contratos e seus substitutos no prazo previsto no art. 17, ou em caso de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo destes agentes públicos, as atribuições de gestão ou de fiscalização contratual caberão ao responsável pela designação.

Art. 17. A designação dos gestores e fiscais de contrato será formalizada por portaria publicada concomitantemente ao contrato ou em até 3 (três) dias úteis contados da celebração do contrato ou instrumento a ser gerenciado, contendo o nome completo, a identificação funcional, o cargo ou função pública exercida pelo servidor, a descrição resumida do objeto do contrato, bem como o número do processo de licitação, dispensa ou inexigibilidade que originou a contratação.

Art. 18. Caberá ao gestor do contrato:

I – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;

II – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade máxima do órgão ou da entidade aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III – coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato;

IV – manifestar acerca da celebração de termo aditivo, da extinção dos contratos e demais ocorrências pertinentes à execução contratual;

V – elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VI – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas;

VII – tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

VIII – diligenciar no sentido de solicitar nova licitação ou a prorrogação do contrato vigente, de modo a evitar a interrupção de serviços públicos essenciais.

Art. 19. Caberá ao fiscal do contrato:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, bem como ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos e ao acompanhamento de glosas;

II – promover todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

III – fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração;

IV – acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

V – exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;

VI – exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;

VII – anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

VIII – emitir notificações e determinar a correção de rotinas ou de quaisquer vícios, defeitos, incorreções, inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, reparação, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado;

IX – aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato;

X – conferir e atestar as notas fiscais e faturas, no âmbito de suas competências;

XI – informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

XII – comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

XIII – realizar todas as ações necessárias para a renovação tempestiva ou a prorrogação contratual, no âmbito de sua competência;

XIV – auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias à elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, no âmbito de suas competências;

XV – realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, de forma sumária ou mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o caso;

XVI – realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, quando não houver servidor ou comissão específica designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais de caráter técnico.

XVII – verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, quando julgar necessário;

XVIII – examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

Parágrafo único. As competências definidas neste decreto não excluem outras atribuições definidas em normativos internos porventura existentes.

DO AUXÍLIO DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO

Art. 20. O gestor e os fiscais do contrato, no desempenho de suas funções, contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato.

§ 1º O auxílio de que trata o *caput* se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações individuais e específicas, que poderá ser prestado:

I – na forma oral, nos casos mais simples, que não demandem a elaboração de parecer ou outro documento que parta do órgão de assessoramento jurídico, ou quando este entender necessário para o esclarecimento da demanda;

II – na forma escrita, mediante solicitação devidamente protocolada ou quando o órgão de assessoramento jurídico entender necessário para o esclarecimento da demanda.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de requerimento, que conterà, da forma mais clara e individualizada possível, o assunto a ser esclarecido.

§ 3º Previamente à tomada de decisão, o gestor e o fiscal do contrato considerarão eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, as quais somente poderão ser rejeitadas de forma motivada, ressalvados os casos de vinculação expressa do gestor, na forma da lei.

§ 4º O auxílio de que trata o *caput* se dará, por parte do Controle Interno, na mesma forma prevista para o assessoramento jurídico.

Das Decisões sobre a Execução dos Contratos

Art. 21. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos serão proferidos no prazo de 30 (30) dias, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o *caput* serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, nos limites de suas competências.

Art. 22. As funções de gestor e fiscal do contrato não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante caráter público.

Art. 23. O gestor e o fiscal do contrato poderão ser responsabilizados pela sua atuação na forma da lei.

DA AUTORIDADE MÁXIMA

Art. 24. Caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade promotora da licitação ou a quem delegar:

I - examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, quando encaminhados pelo agente de contratação, pregoeiro, ou presidente de Comissão de Contratação;

II - promover gestão por competências para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e deste Regulamento;

III - designar o agente de contratação, membros de comissão de contratação e os membros da equipe de apoio, bem como os gestores e fiscais de contratos;

IV - autorizar a abertura do processo licitatório;

V - decidir os recursos contra os atos do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando este mantiver sua decisão;

VI - adjudicar o objeto da licitação;

VII - homologar o resultado da licitação;

VIII - celebrar o contrato e assinar a ata de registro de preços; e

IX - autorizar a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidade e julgá-lo, na forma da Lei n.º 14.133, de 2021 e deste Regulamento.

Parágrafo único. A autorização para a abertura do processo licitatório é o último ato anterior à publicação do edital.

Art. 25. Em se verificando a ocorrência de ato lesivo à administração pública, nos termos da Lei federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, os agentes públicos responsáveis pelas funções instituídas neste decreto deverão informar à autoridade máxima de cada órgão, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 27. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 18 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3482/2023

Decreto Nº 3482/2023

De 18 de dezembro de 2023

Dispõe sobre as peças de planejamento para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal de Canarana e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, com base no art. 8º, II, e 66, XII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao ente federado definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei n.º 14.133, de 2021 (art. 187);

Considerando a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de aquisição de bens de consumo na Prefeitura Municipal de Canarana,

DECRETA

DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS:

Art. 1º O planejamento das licitações e contratações do Município de Canarana se dará, além do previstos nas Leis Orçamentárias, por meio do Plano de Contratação Anual e do Estudo Técnico Preliminar – ETP, e, a depender do objeto a ser contratado, do Termo de Referência, do Anteprojeto, do Projeto Básico e/ou Executivo.

§ 1º Quando a contratação pretendida utilizar recursos da União, decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser observadas as regras e os procedimentos de que dispõe a Instrução Normativa SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022 ou de outros regulamentos que vierem a alterá-la ou a substituí-la.

§ 2º Quando a aquisição pretendida utilizar recursos do Estado de Mato Grosso decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser considerados os critérios estabelecidos no Decreto Estadual n.º 1.525, de 23 de novembro de 2022, ou da norma que venha a alterá-la ou revogá-la.

Art. 2º Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o *caput* deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica socioeconômica, sociocultural e ambiental da contratação, abordando todas as questões técnicas, mercadológicas e de gestão da contratação, e deverá conter os elementos dispostos no art. 18, § 1º e § 2º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A Administração, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco, deverá proceder a uma análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou da contratação direta e da boa execução contratual.

§ 3º A análise a que se refere o § 2º deste artigo, sempre que possível, deve levar em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento.

Art. 3º O ETP deverá ser elaborado pelo órgão ou entidade demandante, podendo ser auxiliado por outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

Art. 4º A elaboração do ETP:

I - é facultativa:

a) nas hipóteses dos incisos I, II, IV, alíneas e e m, VIII e IX do art. 75, e incisos I e II do art. 74, todas da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) na hipótese do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e,

c) nas hipóteses de aquisição de bens e serviços comuns, considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, cujos editais, os avisos de contratação direta, as minutas de atas de registros de preços e dos instrumentos de contratos já tiverem sido objeto de padronização.

II - é dispensada:

a) na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

b) nos casos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada; e,

d) na contratação cujo valor seja igual ou inferior ao limite estabelecido no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não afastam a possibilidade ou a necessidade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar sempre que se julgar oportuno e necessário.

DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Art. 5º O Termo de Referência é o documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, capazes de permitir à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato.

§ 1º O termo de referência deverá ser elaborado de acordo com os requisitos previstos no inciso XXIII do *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como constar as informações obrigatórias previstas no § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º O termo de referência deverá ser elaborado pelo órgão ou setor demandante, podendo ser auxiliado por outros órgãos ou unidades da Administração com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

DO PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO:

Art. 6º Todos os elementos que compõem o projeto básico devem ser elaborados por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, identificação do autor e sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.

Art. 7º Todo projeto básico deve apresentar conteúdos suficientes e precisos, tais como os descritos no desenho, no memorial descritivo, na especificação técnica, no orçamento e no cronograma físico-financeiro, representados em elementos técnicos de acordo com a natureza, porte e complexidade da obra de engenharia e/ou arquitetura.

Art. 8º Sempre que houver modificação na legislação ou em normas técnicas os projetos básicos e executivos devem ser atualizados de forma que atendam aos incisos XXV e XXVI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 9º Em caso de revisão de projeto básico ou da elaboração de projeto executivo, após o procedimento licitatório, que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos, deverá ser realizada nova licitação para a execução da obra ou serviço de engenharia e/ou arquitetura relativo àqueles projetos.

Art. 10. É dever do gestor exigir apresentação de ART ou RRT referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

Art. 11. As licitações serão processadas e julgadas por agente de contratação, pregoeiro, ou comissão de contratação.

§ 1º É facultado ao agente de contratação, pregoeiro e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§ 2º É facultado ao agente de contratação, pregoeiro e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

§ 3º Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de licitante.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 13. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 18 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº902/2023

Portaria nº902/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Conceder Férias a Servidora Pública **Silvane Goldoni Corrêa** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com

o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora **Silvane Goldoni Corrêa**, ocupante do cargo de **Assessor de Planejamento Educacional**, férias regulares por um período de 30 dias a serem gozadas no período de 22 de janeiro de 2024 a 20 de fevereiro de 2024.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 04/01/2022 a 03/01/2023.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3478/2023

Decreto Nº 3478/2023

De 18 de dezembro de 2023

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, no âmbito da administração pública municipal de Canarana - MT.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, com base no art. 8º, II, e 66, XII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o disposto no artigo 20, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a definição em regulamento dos limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo;

Considerando o disposto nos arts. 20 a 30 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução à Normas de Direito Brasileiro – e em seu regulamento, o Decreto Federal nº 9.830, de 10 de junho de 2019;

Considerando a possibilidade de cada ente federativo editar regulamento próprio viabilizando a adoção de medidas e soluções distintas em face das suas necessidades, do desempenho de suas funções e interesses públicos locais; e,

Considerando a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de aquisição de bens de consumo na Prefeitura Municipal de Canarana,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, no âmbito do Município de Canarana.

§ 1º Quando a aquisição pretendida utilizar recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser adotados os critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, ou da norma que venha a alterá-la ou revogá-la.

§ 2º Quando a aquisição pretendida utilizar recursos do Estado de Mato Grosso decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser considerados os critérios estabelecidos no Decreto Estadual nº 1.525, de 23 de novembro de 2022, ou da norma que venha a alterá-la ou revogá-la.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO:

Art. 2º Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Administração deverão ser de qualidade comum, não superior ao necessário para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Considera-se bem e serviço comum aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade atendam restritamente as características técnicas e funcionais da necessidade essencial do bem ou serviço a ser adquirido.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo, aquele:

a) que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração;

b) cujos padrões descritivos ultrapassam demasiadamente a necessidade essencial do bem ou serviço a ser adquirido;

c) cuja aparência ou qualidade denota ostentação, requinte, opulência, conforme entendimento geral da população;

§ 3º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do parágrafo anterior:

a) for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem e qualidade comum de mesma natureza;

b) tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade e;

c) seja necessário para o atendimento do interesse público primário e desde que justificado na fase preparatória do processo de contratação.

CAPÍTULO IV ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

Art. 3º Quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência (art. 6º, XX e XXIII respectivamente da Lei Federal nº 14.133/2021) para aquisição de itens de consumo, a unidade demandante deverá declarar que se trata de bem de qualidade comum.

Parágrafo único. Nas aquisições de itens de consumo por intermédio de pronto pagamento, de que trata o art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o servidor responsável deverá declarar, quando da prestação de contas, que se trata de bem de qualidade comum.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Administração, aplicando, no que couber, o disposto nos artigos 20 à 30 do Decreto-Lei nº 4.657, 4 de setembro de 1942, e Decreto Federal nº 9.830, de 10 de junho de 2019.

Art. 5º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 18 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº906/2023

Portaria nº906/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Altera Período de férias da servidora **Karina dos Santos** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar o período de férias da servidora, **Karina dos Santos**, ocupante do cargo de Gerente de Infraestrutura Tecnologia da Informação, agendada por meio da portaria nº671/2023 de 14 de setembro de 2023, para serem gozadas no período de 12 de fevereiro de 2024 a 21 de fevereiro de 2024.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º foram acrescidos de 1/3 a mais da sua remuneração em setembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3479/2023**Decreto n.º 3479/2023****De 18 de dezembro de 2023**

Dispõe sobre Plano de Contratações Anual, de que trata o arts. 12, VII e 18, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal de Canarana – MT.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, com base no art. 8º, II, e 66, XII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o propósito de ampliar os instrumentos gerenciais e consolidar uma estimativa anual de consumo de materiais/serviços, abrangendo todas as secretarias, com a finalidade de estabelecer de forma prévia as regras que nortearão as aquisições e contratações do setor público ao longo do exercício seguinte, bem como informar os fornecedores interessados para que estes se organizem no sentido de melhor atender as demandas da administração;

Considerando a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de aquisição de bens de consumo na Prefeitura Municipal de Canarana,

DECRETA**DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

Art. 1º A Secretaria Municipal de Administração conduzirá a elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, contendo, no mínimo:

I - as compras, as obras e os serviços, geral e de engenharia, a serem realizados no ano subsequente;

II - a estimativa de recursos financeiros necessários para as contratações a que se refere o inciso I deste artigo.

Art. 2º O planejamento de compras, obras, serviços geral e de engenharia deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - condições de aquisição, contratação e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - definição de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento, no caso de compras, que não permitam a deterioração do material;

V - condições de manutenção quando do planejamento e da contratação de obras e serviços de engenharia;

VI - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, quando couber;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

Art. 3º O Plano de Contratações Anual será elaborado em três fases, sendo a primeira e a segunda para fins orçamentários, e a terceira para organização do calendário de contratações e divulgação no sítio eletrônico oficial.

§ 1º A primeira fase será desenvolvida juntamente com os órgãos e setores demandantes, que deverão indicar, em formulário próprio a ser disponibilizado, os objetos que pretende contratar no exercício seguinte, informando:

I - o item a ser contratado, de forma detalhada, se possível;

II - a unidade de fornecimento do item;

III - a quantidade a ser adquirida ou contratada;

IV - a estimativa preliminar do valor;

V - a classificação da prioridade de contratação entre baixa, média e alta, considerando a necessidade a ser suprida;

VI - a data desejada para a contratação; e

VII - a existência de vinculação ou dependência de contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos processos de contratação serão realizados.

§ 3º Serão utilizados, preferencialmente, os dados do Catálogo Eletrônico de Padronização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

§ 4º Desde que justificado, as demandas cuja natureza não permitirem quantificação com exatidão, poderão ser descritas de forma estimada, quando da elaboração do Plano de Contratações Anual.

§ 5º A segunda fase do Plano de Contratações Anual será realizada pelo Setor de Licitações, que concentrará, sempre que possível, as demandas por objetos de mesma natureza, de forma a reduzir custos, unificar e organizar os processos de contratação ao longo do exercício, em formato de calendário anual.

§ 6º A terceira fase compreende o encaminhamento do Plano de Contratações Anual para a Autoridade Máxima da Administração para a respectiva aprovação.

Art. 4º O Plano de Contratações Anual apresentará linguagem e formato que facilitem sua compreensão pelo mercado fornecedor e será divulgado no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo da divulgação por outros meios.

Art. 5º Para fins da estimativa preliminar de valor, poderá ser adotada metodologia simplificada, com a consulta de um único preço ou do último preço praticado pela Administração, atualizado.

Art. 6º Até o dia 31 de maio do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, os setores demandantes ou técnicos deverão encaminhar à Secretaria de Administração as contratações que pretendem realizar ou renovar no exercício subsequente.

Art. 7º Até o dia 30 de junho do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, a Secretaria de Administração deverá analisar as demandas

encaminhadas pelos setores demandantes ou técnicos e elaborar o Plano de Contratações Anual consolidado.

Art. 8º A Secretaria de Administração deverá analisar as demandas encaminhadas pelos setores demandantes ou técnicos promovendo diligências necessárias para:

I - agregação, sempre que possível, das contratações com objetos de mesma natureza visando à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - definição da data estimada para início do processo de contratação considerando o tempo necessário para o procedimento, a data desejada para a contratação e a disponibilidade da força de trabalho na instrução dos autos de contratação.

Art. 9º A Secretaria de Finanças deverá manifestar-se, até 31 de julho, sobre a compatibilidade das ações previstas no Plano de Contratações Anual consolidado com o Plano Plurianual e o projeto da Lei Orçamentária Anual, bem como de eventuais vedações contidas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10. Até o dia 15 de agosto do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, o(a) Prefeito(a) Municipal deverá aprová-lo.

Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual poderá ser reprovado ou, se necessário, devolvido para realizar adequações, observada a data limite definida no *caput*.

Art. 11. O Plano de Contratações Anual será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal Transparência da Prefeitura.

Parágrafo único. Sempre que houver revisão do Plano, na forma do art. 10, deverá haver a atualização nos portais de divulgação.

Art. 12. Poderá haver a inclusão, exclusão ou o redimensionamento dos itens do Plano de Contratações Anual sempre que surgir necessidade administrativa, devendo haver manifestação prévia do setor demandante ou técnico e, se for o caso, das Secretarias Municipais de Administração e de Finanças, com posterior aprovação do Prefeito Municipal.

Art. 13. Na execução do Plano de Contratações Anual, o Departamento de Licitações deverá observar se as demandas a ela encaminhadas constam da listagem do Plano vigente.

Parágrafo único. As demandas que não constarem do Plano de Contratações Anual ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observando-se o disposto no art. 12.

Art. 14. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual deverão ser encaminhadas ao Departamento de Licitações com a antecedência necessária para o cumprimento da data desejada de que trata o inciso VI do § 1º do art. 3º, acompanhadas da devida instrução processual.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Secretário(a) de Administração, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 16. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 18 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N°904/2023

Portaria n°904/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Conceder Férias a Servidora Pública **Cleivania de Souza Oliveira** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora **Cleivania de Souza Oliveira**, ocupante do cargo de **Assistente Social**, férias regulares por um período de 30 dias a serem gozadas nos seguintes períodos:

• O primeiro período, 10 dias, 08 de janeiro de 2024 a 17 de janeiro de 2024; e,

• O último período, 20 dias, 06 de maio de 2024 a 25 de maio de 2024;

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 25/02/2022 a 24/02/2023.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N°905/2023

Portaria n°905/2023

De 11 de dezembro de 2023.

Altera Período de férias da servidora **Meire Roberta Andrade Lima** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o período de férias da servidora, **Meire Roberta Andrade Lima**, ocupante do cargo de Escrivão, agendada por meio da portaria n°560/2023 de 24 de julho de 2023, para serem gozadas no período de 11 de dezembro de 2023 a 25 de dezembro de 2023.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º foram acrescidos de 1/3 a mais da sua remuneração em julho de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 11 de dezembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DECRETO N° 466/2023

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora **ERICA MARCIELE FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 30 de novembro de 2023 e, a senhora **IVONETE SALATE JACQUES**, como sua suplente.

I – Inexigibilidade nº 010/2023 Credenciamento nº 001/2023.

II – Contrato nº 069/2023;

III – Contrato nº 070/2023;

IV – Contrato nº 071/2023;

V – Contrato nº 072/2023;

VI – Contrato nº 073/2023;

VII – Contrato nº 074/2023;

VIII – Contrato nº 075/2023;

VIII – Contrato nº 076/2023;

VIII – Contrato nº 077/2023;

VIII – Contrato nº 078/2023;

VIII – Contrato nº 079/2023;

VIII – Contrato nº 080/2023;

IX – Contrato nº 081/2023;

X – Contrato nº 082/2023;

XI – Contrato nº 083/2023;

XII – Contrato nº 084/2023;

XIII – Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DOS AGRICULTORES DE CARLINDA-MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE
DECRETO Nº 465/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os servidores abaixo relacionados, para desempenharem as funções de Fiscais de Contrato, a partir do dia 24 de novembro de 2023.

Secretaria de Administração e demais secretarias

Titular: Adriana de Freitas

Suplente: Icnem Beatriz Maffei de Souza

Secretaria de Educação, Cultura, esporte e Lazer

Titular: Maria Lúcia de Souza da Silva

Suplente: Sandra Cristina Costa

Secretaria de Assistência Social

Titular: Ana Lúcia da Silva do Prado

Suplente: Diana Belini Marques

Secretaria de Saúde

Titular: Emanuele Erica Gonçalves de Souza

Suplente: Thais Moura Aragon

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Titular: Erica Marciele Furlan de Pedri de Campos

Suplente: Ivonete Salete Jacques

I – Pregão Presencial nº 035/2023.

II – Contrato Administrativo nº 068/2023;

III – Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, COM FINALIDADE DE VEICULAR AVISOS, DIVULGAÇÕES, PROGRAMAÇÕES FESTIVAS, ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, SAÚDE, OBRAS E COMUNICADOS DE TODAS AS SECRETARIAS O MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE
PORTARIA Nº 239/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO CELEBRADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de Abril de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto nº 96/2023, que regulamenta a Lei Federal n. 14.133 de 1º de Abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções de gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços, e seus respectivos substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, a partir do dia 08 de dezembro de 2023:

I – Gestor:

Titular: Marcelo Martins

Substituta: Adriana de Freitas

II – Fiscal (todas as secretárias):

Titular: Leandro Tragino Costa

Substituta: Jose Roberto Teixeira

Art. 2º - O Contrato objeto da gestão e da fiscalização dispostas no Art. 1º contém as seguintes características:

I – Pregão Eletrônico nº 041/2023;

II – Ata de Registro de Preços nº 173/2023;

III – Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARLINDA-MT.

Art. 3º - As atribuições específicas do gestor de contrato são as estabelecidas no Art. 18, do Decreto nº 96/2023.

Art. 4º - As atribuições específicas do fiscal técnico do contrato são as estabelecidas no Art. 21, do Decreto nº 96/2023.

Art. 5º - As atribuições específicas do fiscal administrativo do contrato são as estabelecidas no Art. 22, do Decreto nº 96/2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE
PORTARIA Nº 236/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de Abril de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto nº 96/2023, que regulamenta a Lei Federal n. 14.133 de 1º de Abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções de gestão e fiscalização de Contrato, e seus respectivos substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, a partir do dia 24 de novembro de 2023:

I – Gestor:

Titular: José Roberto Linares

Substituta: Jurcimei Rodrigues Maia

II – Fiscal técnico:

Titular: Jurcimei Rodrigues Maia

Substituta: Jaime Zapeline

III – Fiscal administrativo:

Titular: Jaime Zapeline

Substituta: José Roberto Linares

Art. 2º - O Contrato objeto da gestão e da fiscalização dispostas no Art. 1º contém as seguintes características:

I – Dispensa de Licitação nº 033/2023;

II – Contrato nº 067/2023;

III – Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA PARA AS MÁQUINAS PESADAS ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 CÓDIGO 50974 E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160 CÓDIGO 86923, QUE COMPÕE A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

Art. 3º - As atribuições específicas do gestor de contrato são as estabelecidas no Art. 18, do Decreto nº 96/2023.

Art. 4º - As atribuições específicas do fiscal técnico do contrato são as estabelecidas no Art. 21, do Decreto nº 96/2023.

Art. 5º - As atribuições específicas do fiscal administrativo do contrato são as estabelecidas no Art. 22, do Decreto nº 96/2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE
DECRETO Nº 464/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADOS** os Senhores **JOÃO FERNANDO FERREIRA NOGUEIRA**, **ERICA MARCIELE FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS** e **IVONETE SALATE JACQUES** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 23 de novembro de 2023 e, o senhor **MÁRIO ANTONIO DE OLIVEIRA**, como seu suplente.

I – Pregão Eletrônico nº 030/2023.

II – Contrato nº 066/2023.

III – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTO AGRÍCOLA REFERENTE A AMPLIAÇÃO DE META POR ADITIVO NO CONVÊNIO 1666/2022 DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR- SEAF/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE
PORTARIA Nº 237/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de Abril de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto nº 96/2023, que regulamenta a Lei Federal n. 14.133 de 1º de Abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções de gestão e fiscalização de Contrato, e seus respectivos substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, a partir do dia 06 de dezembro de 2023:

I – Gestor:

Titular: Sandra Cristina Costa

Substituta: Daiane Mariana da Silva Benfica

II – Fiscal técnico:

Titular: Elaine Batista Costa

Substituta: Fabiana Aparecida Simonato

III – Fiscal administrativo:

Titular: Daiane Mariana da Silva Benfica

Substituta: Sandra Cristina Costa

Art. 2º - O Contrato objeto da gestão e da fiscalização dispostas no Art. 1º contém as seguintes características:

I – Inexigibilidade nº 011/2023;

II – Contrato nº 085/2023;

III – Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A EMPRESA M&P FERREIRA PRODUÇÕES EIRELI, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO COMEMORATIVO DA VIRADA DE ANO, COM A BANDA DJA-VÚ.

Art. 3º - As atribuições específicas do gestor de contrato são as estabelecidas no Art. 18, do Decreto nº 96/2023.

Art. 4º - As atribuições específicas do fiscal técnico do contrato são as estabelecidas no Art. 21, do Decreto nº 96/2023.

Art. 5º - As atribuições específicas do fiscal administrativo do contrato são as estabelecidas no Art. 22, do Decreto nº 96/2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE PORTARIA Nº 238/2023

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto nº 96/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções de gestão e fiscalização de Contrato, e seus respectivos substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, a partir do dia 07 de dezembro de 2023:

I – Gestor:

Titular: Elaine Batista Costa

Substituta: Daiane Mariana da Silva Benfica

II – Fiscal técnico:

Titular: Mateus Pereira de Oliveira

Substituta: Ademir Aparecido Rocha

III – Fiscal administrativo:

Titular: Maria Lúcia de Souza da Silva

Substituta: Elaine Batista da Costa

Art. 2º - O Contrato objeto da gestão e da fiscalização dispostas no Art. 1º contém as seguintes características:

I – Dispensa de Licitação nº 036/2023;

II – Contrato nº 086/2023;

III – Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER O TÉRMINO DA QUADRA ESCOLAR COBERTA E VESTIÁRIO DA ESCOLA MUNICIPAL CECÍLIA MEIRELES.

Art. 3º - As atribuições específicas do gestor de contrato são as estabelecidas no Art. 18, do Decreto nº 96/2023.

Art. 4º - As atribuições específicas do fiscal técnico do contrato são as estabelecidas no Art. 21, do Decreto nº 96/2023.

Art. 5º - As atribuições específicas do fiscal administrativo do contrato são as estabelecidas no Art. 22, do Decreto nº 96/2023.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA Nº 220/2023.

PORTARIA Nº 220/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - . Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Abril/2023**, a servidora Srª NOELI GONÇALVES DE BORBA, Portadora da Cédula de Identidade nº 969591 SSP/MT e CPF nº 622.333.941-00, que exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de dezembro de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225/2023.

PORTARIA Nº 225/2023.

Jakson de Oliveira Rios Junior, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em fevereiro/2018, a servidora Sr.ª **ELENICE POLICARPO**, Portadora da Cédula de Identidade nº 1208548-0 SJ/MT e CPF nº 003.815.031-00, que exerce o cargo de **Administrador de Recursos Humanos**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA PORTARIA Nº 229/2023

Designa servidores para compor a Comissão Organizadora do Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, de regime estatutário e do Processo Seletivo para Contratação de Agentes Comunitários de Saúde do município de Castanheira/MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA/MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem prejuízo de suas funções originais, para compor a Comissão Organizadora do Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, de regime estatutário e do Processo Seletivo para Contratação de Agentes Comunitários de Saúde, os seguintes servidores.

Servidor	CPF	Função
Jacó Alfonso Horn	***.760.692-**	Presidente
Lidia Pinto	***.696.191-**	Membro
Lauro Ramos	***.987.381-**	Membro

Art. 2º - A Comissão Organizadora composta no Art. 1º deste Decreto deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes ao Concursos Público e Processo Seletivo.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância ao município, porém sem ônus ao erário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 19 de dezembro de 2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

(REGISTRADO e PUBLICADO no lugar de costume)

PORTARIA N.º 228/2023.

PORTARIA N.º 228/2023.

Conceder auxílio doença ao servidor pública municipal Srª.SOELI CRUZ dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder auxílio doença por período 60 (sessenta) dias, a Servidora Pública Municipal, Srª SOELI CRUZ, que exerce o cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado Manutenção de Infra-estrutura, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta **Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a 27/11/2023.**

Castanheira -MT, 01 de dezembro de 2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 226/2023.

PORTARIA N.º 226/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder licença premio referente ao quinquênio 214/2019 a Servidora Pública Municipal, Sra. ANA MARIA DILL, que exerce o cargo de Atendente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de dezembro de 2023 a 01 de março de 2024.

Art. 2º Esta **Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Castanheira -MT, 01 de dezembro de 2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 224/2023.

PORTARIA N.º 224/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **julho/2023**, a servidora Srº **IVANI SOARES SANTOS VITORINO**, que exercer o cargo de ACS- Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de dezembro de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 222/2023.

PORTARIA N.º 222/2023.

Jakson de Oliveira Rios Junior , Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Fevereiro/2022**, a servidora Srª. **LUCINEIA DA SILVA**, Portadora da Cédula de Identidade nº. 1005879-6 SSP/MT e CPF nº. 632.802.991-87, que exerce

o cargo de **ATENDENTE DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N° 59/2023

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 59/2023, tendo como OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA LEVE E PESADA, SENDO PEÇAS ORIGINAIS E GENUINAS, "POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO", SOBRE O PREÇO MÉDIO ESTABELECIDO PELO SISTEMA TRAZ VALOR, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, ÔNIBUS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT. CONFORME A SEGUIR, as empresas vencedoras: OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA CNPJ 17.553.866/0001-22 TABELA 1- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA LEVE E UTILITÁRIOS, DAS MARCAS: RENAULT/NISSAN/MITSUBISHI/TOYOTA E CHEVROLET COM DESCONTO TOTAL 56,20%, TABELA 2- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA LEVE E UTILITÁRIOS, DAS MARCAS: RENAULT/NISSAN/MITSUBISHI/TOYOTA E CHEVROLET COM DESCONTO TOTAL 58,80%, TABELA 3- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA LEVE E UTILITÁRIOS, DAS MARCAS: FIAT/VW COM DESCONTO TOTAL 56,20%, TABELA 4- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA LEVE E UTILITÁRIOS, DAS MARCAS: FIAT/VW COM DESCONTO TOTAL 59,00%, a empresa COMERCIAL DE PEÇAS 1313 LTDA ME CNPJ 01.728.039/0001-92 TABELA 5- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (ÔNIBUS E MICROONIBUS) DAS MARCAS: VW/MB COM DESCONTO TOTAL 60,00%, TABELA 7- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (ÔNIBUS E MICROONIBUS) DAS MARCAS: IVECO/VOLARE COM DESCONTO TOTAL 60,00%, TABELA 9- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (CAMINHÕES VW/MB/FORD/VOLVO/CHEVROLET) COM DESCONTO TOTAL 60,00%, TABELA 18- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS MARCA: RANDON/JCB/CATERPILLAR/CASE/MICHIGAN/KOMATSU VEÍCULO/ MÁQUINA: RETROESCAVADEIRA/MOTONIVELADORA/PÁ CARREGADEIRA/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM DESCONTO TOTAL 59,90%, TABELA 19- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS AGRÍCOLAS: MARCA MF/NEW HOLLAND/LS/FARMA TRAC COM DESCONTO TOTAL 47,11%, TABELA 21- EMPLEMENTOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA- CARRETAS DE RODAS/ENCILHADEIRA/CALCAREADEIRA/TANQUE ESPARGEDOR/SPRED/GRADE COM DESCONTO TOTAL 47,12%, a empresa TNOVE COMERCIO DE PECAS LTDA CNPJ 30.369.251/0001-09 TABELA 6- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (ÔNIBUS E MICROONIBUS) DAS MARCAS: VW/MB COM DESCONTO TOTAL 60,10%, TABELA 8- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (ÔNIBUS E MICROONIBUS) DAS MARCAS: IVECO/VO-

LARE COM DESCONTO TOTAL 60,10%, a empresa HELCIO TADEU ANDREAZZI LTDA CNPJ 48.610.036/0001-13 TABELA 10- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (CAMINHÕES VW/MB/FORD/VOLVO/CHEVROLET) COM DESCONTO TOTAL 60,20%, TABELA 12- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (CAMINHÕES ¾ MARCA FORD) COM DESCONTO TOTAL 58,00%, TABELA 16- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS XCMG: VEÍCULO/MÁQUINA: MOTONIVELADORA/PÁ CARREGADEIRA/ ESCAVADEIRA HIDRÁULICA/ ROLO COMPACTADOR COM DESCONTO TOTAL 59,00%, TABELA 20- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS AGRÍCOLAS: MARCA MF/ NEW HOLLAND/LS/FARMATRAC COM DESCONTO TOTAL 60,00%, TABELA 22- EMPLEMENTOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA- CARRETAS DE RODAS/ENCILHADEIRA/CALCAREADEIRA/TANQUE ESPARGEDOR/SPRED/GRADE COM DESCONTO TOTAL 59,00%, a empresa MGM COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA CNPJ 51.954.889/0001-87 TABELA 11- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA DA LINHA PESADA- (CAMINHÕES ¾ MARCA FORD) COM DESCONTO TOTAL 47,10%, TABELA 15- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS MARCA XCMG- VEÍCULO/MÁQUINA: MOTONIVELADORA/PÁ CARREGADEIRA/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA/ ROLO COMPACTADOR COM DESCONTO TOTAL 55,13%, a empresa TRICATE COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA CNPJ 70.430.558/0001-92 TABELA 13- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS MARCA VOLVO- VEÍCULO/ MÁQUINA: MOTONIVELADORA/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA/ PÁ CARREGADEIRA COM DESCONTO TOTAL 55,20%, TABELA 14- PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINAS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS MARCA VOLVO- VEÍCULO/MÁQUINA: MOTONIVELADORA/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA/PÁ CARREGADEIRA COM DESCONTO TOTAL 58,20%, a empresa WF OLIVEIRA REPRESENTACOES LTDA CNPJ 26.875.998/0001-61 TABELA 17- PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DA PARTE MECÂNICA- MÁQUINAS PESADAS MARCA RANDON/JCB/CATERPILLAR/CASE/MICHIGAN/KOMATSU- VEÍCULO/MÁQUINA: RETROESCAVADEIRA/MOTONIVELADORA/PÁ CARREGADEIRA/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM DESCONTO TOTAL 55,50%.

Castanheira-MT, 19 de dezembro de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PREGOEIRA DESIGNADA

Portaria N° 106/2023

PORTARIA N.º 221/2023.

PORTARIA N.º 221/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **AGOSTO/2020**, a servidora Srª VERA LUCIA ALVES, que exercer o cargo de Agente de saúde Pública lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de dezembro de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 227/2023.

PORTARIA N.º 227/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **DEZEMBRO/2023**, o servidor Srº. GUARACI VIEIRA DE BRITO, que exerce o cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS**, lotado na Secretaria Municipal de FINANÇAS, a partir de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 223/2023.

PORTARIA N.º 223/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias regulamentares vencidas em fevereiro/2021, ao servidor Srº JOSMAR JOSE DA SILVA, que exerce o cargo de ENCANADOR, lotado no Gabinete DAE (Departamento de Água e Esgoto), a contar de 01 a 30 de dezembro de 2023.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº1.036, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI Nº 1.036, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente e dá Outras Providências, para criação da Ação, dotação e fonte de recurso atender na necessidade da Lei Paulo Gustavo.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 121.190,00 (cento e vinte um mil e cento e noventa reais)**, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de dotação e fonte de recurso não consignada no orçamento vigente:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 005 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO DA CULTURA

PROGRAMA: 0014 – INCENTIVO A CULTURA

Projeto/Atividade: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL ART. 6º, I, II – LEI PAULO GUSTAVO

Natureza de Despesa:

3.3.90 – Aplicação Direta

3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.1.90 – Obrigação Patronal

Fonte de Recurso:

1.715.0000000 - Trans. Destinadas ao Setor Cultura - LC nº 195/2022 Art. 5º - Audiovisual.....R\$ 86.423,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 005 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO DA CULTURA

PROGRAMA: 0014 – INCENTIVO A CULTURA

Projeto/Atividade: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA ECONOMIA CRIATIVA SOLIDÁRIA ART. 8º - LEI PAULO GUSTAVO

Natureza de Despesa:

3.3.90 – Aplicação Direta

3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.1.90 – Obrigação Patronal

Fonte de Recurso:

1.716.0000 - Trans. Destinada ao Setor Cultura LC nº 195/2022 Art. 8º - Demais Setor Culturais.....R\$ 34.767,00

Parágrafo único. Os valores dos créditos descritos no *caput* serão executados por elemento de despesa conforme execução exclusivas dos projetos nos termos do art. 5º e 8º da LC nº195/2022.

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no Art. 1º serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurados na fonte de recurso (1.715.0000000 - Trans. Destinadas ao Setor Cultura - LC nº 195/2022 Art. 5º - Audiovisual) e Fonte de Recurso (1.716.000000000 - Trans. Destinada ao Setor Cultura LC nº 195/2022 Art.8º - Demais Setor Culturais) e em conformidade do artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reforços orçamentários nos créditos abertos no art. 1º, nos termos do § 1º, inciso I e III, do art. 43, da Lei federal 4.320/1964.

Parágrafo único. O reforço de dotações mencionado no *caput* quando se tratar de anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso I, II e

III, do art. 43 da Lei federal nº 4.320/1964 observará ao limite estabelecido no art. 1º e 2º da Lei Municipal 951/2022.

Art. 4º Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 884/2021 – PPA 2022-2025, Lei 945/2022 Revisão PPA, Lei Municipal nº 948/2022 - LDO 2023 e Lei Municipal nº 960/2022 - LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 15 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº1.038, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI Nº 1.038, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal repassar recurso financeiro, para o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Cláudia/MT – CONSEG CLÁUDIA - mediante aditivo ao Termo de Fomento nº 002/2023, e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, mediante aditivo ao Termo de Fomento nº 002/2023, para o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Cláudia – CONSEG CLÁUDIA - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF 25.992.640/0001-56, com sede na Rua Castelo Branco, s/nº, Centro, Cláudia, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O valor do repasse de que trata esta Lei será de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago em parcela única, conforme o plano de trabalho, obrigatoriamente depositado em conta específica do favorecido, podendo ser antecipados os pagamentos caso haja disponibilidade financeira, na forma a ser celebrada entre as partes.

Art. 3º Os recursos serão utilizados na complementação das despesas de pessoal e de manutenção das ações e atividades das Polícias Civil e Militar de Cláudia/MT.

Art. 4º Para atender as despesas serão utilizados valores da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 04 SEC. DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS

FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: 0002 – GESTÃO GOVERNAMENTAL EFICAZ E TRANSPARENTE

Projeto/Atividade: 2007 – MANUT. ATIV SEC DE FINANÇAS

Natureza de Despesas: (78) 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recurso: 1.500.0000.....R\$ 10.000,00

Soma total do Projeto/Atividade.....R\$ 10.000,00

Art. 5º A Prestação de Contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias do término da vigência do Termo de Fomento, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas;
- b) Plano de Trabalho;
- c) Balancete Financeiro;
- d) Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo, se houver;
- e) Demonstrativo dos Pagamentos Efetuados;
- f) Cópia dos documentos suportes de despesa;
- g) Declarações do lançamento contábil, ratificando o ingresso dos valores, na receita orçamentária da entidade;
- h) Devolução de saldo, se houver.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados pelos ordenadores de despesa do CONSEG CLÁUDIA.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 15 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 014/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE RETORNO DAS FÉRIAS DA SERVIDORA ALCINA MAURICIA DA SILVA”

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando as disposições da Lei nº 12, de 11 de dezembro de 2013, § 2º que dispõe sobre a interrupção por motivo de necessidade do serviço do Município de Cláudia/MT,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR, a servidora **ALCINA MAURICIA DA SILVA**, comissionada no cargo de **Assessor Técnico**, matrícula nº 2970 a partir de 4 de dezembro de 2023, conforme a necessidade do serviço, reservando os 20 (vinte) dias restante que será definido junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta convocação entra em vigor na data de publicação.

Cláudia/MT, 18 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2023**

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE RETORNO DAS FÉRIAS DO SERVIDOR EVERSON CESER KONZEN”

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando as disposições da Lei nº 12, de 11 de dezembro de 2013, § 2º que dispõe sobre a interrupção por motivo de necessidade do serviço do Município de Cláudia/MT,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR, o servidor **EVERSON CÉSER KONZEN**, concursado no cargo de **Técnico em Contabilidade**, matrícula nº 2462 a partir de 4

de dezembro de 2023, conforme a necessidade do serviço, reservando os 20 (vinte) dias restante que será definido junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta convocação entra em vigor na data de publicação.

Cláudia/MT, 18 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº1.035, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI Nº 1.035, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente e dá Outras Providências, para criação dotação e fonte de recurso.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de dotação e fonte de recurso não consignada no orçamento vigente:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROGRAMA: 0008 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2049 – MAN.DE ATIV. FUNDO MUN. ASSIST. A, CRIANA/ADOLESCENTE

Natureza de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições.....R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso 1.500.0000 Recurso não vinculado a imposto.....R\$ 15.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no Art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROGRAMA: 0008 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2049 – MAN.DE ATIV. FUNDO MUN. ASSIST. A, CRIANA/ADOLESCENTE

Red. (446) - 3.3.90.30 – material de consumo.....R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso 1.500.0000 Recurso não vinculado a imposto.....R\$ 15.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reforços orçamentários nos créditos abertos no art. 1º, nos termos do § 1º, inciso I e III, do art. 43, da Lei federal 4.320/64.

Parágrafo único. O reforço de dotações mencionado no *caput* quando se tratar de anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III, do art. 43 da Lei federal nº 4.320/64 observará ao limite estabelecido no art. 1º da Lei Municipal 951/2022.

Art. 4º Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 884/2021 – PPA 2022-2025, Lei 945/2022 Revisão PPA, Lei Municipal nº 948/2022 - LDO 2023 e Lei Municipal nº 960/2022 - LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 15 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº1.039, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI Nº 1.039, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar Recursos Financeiros mediante aditivo ao Termo de Fomento nº 001/2023 para a Associação Pestalozzi de Cláudia e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante aditivo ao Termo de Fomento nº 001/2023 à ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CLÁUDIA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.372.804/0001-47, com sede na Rua Hermes da Fonseca, s/nº, Bairro Rotary Internacional, Cláudia - MT.

Art. 2º O valor total dos recursos financeiros a serem repassados será de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), podendo ser antecipado o pagamento caso haja disponibilidade financeira.

Parágrafo único. Do valor total mencionado neste artigo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são referentes a recurso oriundo de devolução da Câmara Municipal de Cláudia (Biênio 2023/2024).

Art. 3º Para atender as despesas do repasse autorizado, serão utilizados valores da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 - Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUB FUNÇÃO: 361 - Ensino fundamental

PROGRAMA: 0006 - EDUCACAO - O CAMINHO PARA TRANSFORMACAO

Ação: 1016 - APOIO ASSOCIACOES E ENTIDADES - EDUCACAO

Natureza de Despesas:

(Red. 126) 3.3.50.41 – Contribuições.....R\$ 50.000,00

(Red. 126) 3.3.50.41 – Contribuições.....R\$ 2.000,00

Fonte de Recurso: 1.500.1001000.....R\$ 52.000,00

Soma total do Projeto/Atividade.....R\$ 52.000,00

Art. 4º Os recursos financeiros que dispõe esta lei serão destinados para ajudar na manutenção dos diversos serviços da ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI e deverão ser depositados em conta bancária específica.

Art. 5º A Associação favorecida por esta Lei deverá apresentar Plano de Trabalho que evidencie detalhadamente a classificação e especificação das despesas a serem cobertas pelos recursos alocados por força desta Lei.

Art. 6º A Prestação de Contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias do término da vigência do Termo de Fomento, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas; b) Balancete Financeiro; c) Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo, se houver; d) Demonstrativo dos Pagamentos Efetuados; e) Cópia dos documentos suportes de despesa; f) Declarações do lançamento contábil, ratificando o ingresso dos valores, na receita orçamentária da entidade; g) Relatório de execução do objeto, elaborado pela entidade, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto estabelecido no Plano de Trabalho; h) Relatório de execução financeira do Termo, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,
ESTADO DE MATO GROSSO.**

Em 15 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTE

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO
DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2023**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT**, CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KÜRTE**, e, de outro lado, a empresa **PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Sr. **CRISTYAN PITOL**.

O presente Termo Aditivo tem por objetivo conceder o reequilíbrio econômico-financeiro os valores unitários dos itens previstos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO ATUAL	AUMENTO/BAIXA	PREÇO REAJUSTADO
1	ETANOL	3,55	-0,09	3,46
2	DIESEL	6,76	-0,16	6,60

Cláudia - MT, 19 de dezembro de 2023.

**LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2023**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PESQUISA ADMINISTRATIVA COM COLETA DE CAMPO UTILIZANDO A TÉCNICA SURVEY PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA – MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Para: **IEC PESQUISAS E TREINAMENTOS LTDA**

CNPJ: **15.793.324/0001-00**

End.: **Avenida dos Ingas, Nº 3095, sala A, CEP:78.555-024, na cidade de Sinop-MT**

VALOR GLOBAL: **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).**

VIGÊNCIA: **45 (quarenta) dias.**

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 19 de Dezembro de 2023.

ALTAMIR KURTE

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº1.037, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI Nº 1.037, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir **Crédito Suplementar** por anulação total ou parcial de dotações no valor de **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), para reforços do orçamento vigente, nos termos do art. 41, inciso I e art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminado a seguir.

ORGÃO:05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 005 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

FUNÇÃO: 13 - CULTURA

SUB FUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO E CULTURA

PROGRAMA: 0014 – INCENTIVO A CULTURA

Projeto/Atividade: 1017 – REALIZAÇÃO DE FEIRAS EXPOSIÇÃO/FESTAS CULTURAIS ARTISTICA

Red. (240) 33.90.39R\$ 400.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.00 Desp. man. desenvolvimento do ensino,R\$ 400.000,00

Art. 2º Para cobertura do **Crédito Suplementar** do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação parciais de dotações no valor **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), em conformidade com o § 1º, inciso III, do art. 43, da Lei 4.320/64, conforme as seguintes dotações orçamentárias.

ORGÃO: 08 – SEC. DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

UNIDADE: 001– GABINETE SEC DE OBRAS

FUNÇÃO: 15 - URBANISMO

SUB FUNÇÃO: 451 – INFRA ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: 0005 – AMP MODERNIZAÇÃO INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 1037 – CONST/REVIT. DE PRAÇAS E CANTEIROS PÚBLICOS

Red. (467) 44.90.51 obras e instalações.....R\$ 400.000,00

Fonte: 2.500.0000 – recurso não vinculado a impostos.....R\$ 400.000,00

Soma total dos Projeto/AtividadeR\$ 400.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,
ESTADO DE MATO GROSSO.**

Em 15 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE RUFOS, PINGARUFOS E PINGADEIRAS NA DESPOLPADEIRA, EM UMA ÁREA TOTAL DE 34 METROS QUADRADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL DE CLÁUDIA - MT

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADA: **FERNANDO RICARDO RAMIRES DE BRITO 03328427112**

CNPJ: **19.363.956/0001-86**

End.: **AV Marechal Candido Randon, nº 335A bairro Centro, Cláudia-MT.**

CEP: **78.540-000.**

VALOR GLOBAL: **R\$ 4.500,24 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS E VINTE QUATRO CENTAVOS).**

VIGÊNCIA: **03 (três) meses.**

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 19 de Dezembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2023 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2023 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **11 de Janeiro de 2024**, estará recebendo propostas para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para as aquisições supracitadas. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site **WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR**. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia/MT, 19 de dezembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2023

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Srº. **ALTAMIR KURTEN**, brasileiro, agente

político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, *residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Cláudia/MT*, doravante denominado **“MUNICÍPIO”**, e, do outro lado, a empresa **FABIO AUGUSTO HATE-COMERCIO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.019.438/0001-99, estabelecida a Rua Ferreira Mendes, n.º 660, bairro Centro, cidade de CLAUDIA-MT, fone: (66) 3546-1526, neste ato representada pelo seu titular Sr. **FABIO AUGUSTO HATE**, portador do CIRG n.º 959626 SSP/MT e CIC n.º 886.516.141-87, doravante denominada **“PROMITENTE FORNECEDORA”**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2023**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, VANS, CAMIONETES E AMBULÂNCIAS DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CLÁUDIA – MT, conforme detalhado abaixo:

1.2. A empresa contratada deverá estar situada dentro do perímetro urbano e possuir pátio adequado para possíveis manobras de veículos.

1.3. Todos os serviços descritos no Termo de Referência (anexo III) deverão ser feitos com material de primeira qualidade e de acordo com as especificações constantes no mesmo.

1.4. Ficarão por conta da vencedora todos os equipamentos necessários, bem como todos os materiais utilizados na prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 15/12/2023 até 15/12/2024.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2023**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - A CONTRATANTE aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1234/2012 com alterações dadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 2145/2023 para fins de retenção de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados à CONTRATADA, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal de Cláudia/MT n° 865 de 29 de maio de 2023. As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal n° 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido ou o serviço prestado constante do objeto da presente licitação. Cabendo à Contratada, nos casos de isenção, imunidade, não retenção do imposto de renda, apresentar declaração conforme modelo disponibilizado, e conforme os anexos II, III e IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1234/2012, nos casos específicos.

3.8 - A CONTRATANTE nos casos que couber, aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 2.110/2022 para fins de retenção nos pagamentos efetuados a CONTRATADA, das contribuições sociais destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Bem como aplicará a retenção nos pagamentos efetuados a CONTRATADA, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos casos que couber em conformidade com a Lei Complementar n° 23 de 12/12/2014, que institui o Código Tributário Municipal de Cláudia/MT e com a Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os serviços serão adquiridos de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias solicitantes.

4.2 A empresa deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, após solicitação do serviço ou disponibilização dos veículos para realização do serviço.

4.2.1 Em caso de emergência os serviços deverão ser realizados imediatamente pela contratada, podendo ocorrer de segunda a sexta-feira, bem como aos finais de semana e feriados, a depender do caso.

4.3 O objeto desta licitação será acompanhado levando-se em conta o disposto no art. 73, II, Lei 8.666/93, no que couber.

4.4 Os serviços licitados através deste Pregão deverão ser executados conforme solicitação pela secretaria competente e entregue no local indicado.

4.5 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.6 A Secretaria terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para processar a conferência do serviço, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição dos serviços em desacordo com as especificações.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.8A vigência da Ata de Registro de Preços será para 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da mesma.

4.8.1As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Re-

gistro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.9 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal n° 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;
- c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar ao limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3 - A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.6 - As multas previstas nos itens anteriores são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre de forma expressa e por escrito, preferencialmente por e-mail oficial indicado na qualificação da Contratante e/ou representante legal da mesma e Contratada ou por seu preposto/representante a ser indicado de forma expressa por escrito.

13.2. Nos casos omissos e não podendo ser por e-mail e/ou pelo aplicativo whatsapp, será por outro meio legal permitido, podendo ser por A.R (aviso de recebimento) por correio, telegrama, Notificação Extrajudicial feita pelo Registro de Título e Documentos da sede da Contratante ou Contratada, e/ou edital que dê publicidade, ou outro meio legal que certifique a ciência.

13.3. Caso haja alterações nos meios de comunicação oficiais inicialmente informados pela Contratante e pela Contratada, deverão ser imediatamente comunicadas, indicando de forma expressa, com recebido (aceite) da outra parte, o endereço, e-mail e/ou telefone (WhatsApp) atualizados, sob pena de serem considerados citados/intimados dos atos de comunicação/notificação/citação, contagem de prazos, eventuais advertências e/ou outras sanções, nos meios de comunicação anteriormente informados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2023** e a proposta da empresa **FABIO AUGUSTO HATE-COMERCIO**, classificada em 1º (primeiro) lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 15 de dezembro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Prefeito Municipal

ALTAMIR KURTEN

FABIO AUGUSTO HATE-COMERCIO

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

RESOLUÇÃO Nº 28/2023 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

Lei Municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005

RESOLUÇÃO Nº 28/2023

Aprovar Plano de Aplicação de Emenda Parlamentar Estadual.

O **Plenário do Conselho Municipal de Saúde**, em reunião extraordinária, realizada no dia **19 de dezembro de 2023**, no uso de suas atribuições conferidas pela **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1.990** e pela **Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1.990**.

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005.

CONSIDERANDO o Regimento Interno.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 19 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar Plano de Aplicação, recurso de emenda Estadual no valor R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição de material de consumo (insumos) e medicamentos.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

Arthur Oliveira Nonato

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023 PROCESSO LICITATORIO Nº 068/2023

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 068/2023

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria Municipal nº 05/2023, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, o resultado da licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 LUGARES, NÃO SUPERIOR A 15 ANOS DE USO, EM PERFEITO ESTADO**

DE FUNCIONAMENTO E CONSERVAÇÃO, ATENDENDO A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE COCALINHO – MT, as especificações e quantitativos estão descritos no termo de referência anexo a este edital. Sagrou-se vencedora do certame a seguinte empresa:

AC COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI, CNPJ 42.464.971/0001-32

Valor do proponente: **600.000,00** (Seiscentos Mil Reais).

Valor total do registro de preços: **600.000,00** (Seiscentos Mil Reais)

Cocalinho – MT, 19 de Dezembro de 2023.

ROGERIO MOREIRA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DECRETO Nº 106/2023

Súmula: “**LANÇA E REGULAMENTA A COBRANÇA DO ALVARÁ DE FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**”

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei orgânica do Município cumprindo o Código Tributário Municipal – Lei nº 1764/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica lançada a cobrança da Taxa de Fiscalização da Vigilância Sanitária para o exercício de 2024, conforme segue abaixo:

I - Em cota única para pagamento até 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2024.

II - Os pagamentos efetuados após a data de vencimento impressa no boleto, sofrerão os acréscimos estabelecidos no Código Tributário Municipal – Lei 1764/2005 – art. 357.

Art. 2º O documento de Alvará de Vigilância Sanitária deverá ser requerido junto a Secretária de Saúde - Departamento de Vigilância Sanitária, após o recolhimento da Taxa e devidamente baixada nos registros do Departamento de Tributação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER DECRETO Nº 101/2023

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 44/2023, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 01/2022;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação de final da lista geral sob o protocolo 5249/2023, 4914/2023, 5033/2023 e 5102/2023.

CONSIDERANDO que a convocação dos candidatos aprovados se dará em substituição aos servidores contratados temporariamente;

DECRETA:

Art. 1º- Convocar os candidatos relacionados no **ANEXO I**, a comparecerem a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Colíder-MT, no dia 10/01/2024, munidos dos seguintes documentos, **original e 2 (duas) cópias legíveis**:

-Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação ou a declaração de conclusão, para o cargo que se candidatou;

-Título de eleitor;

-Comprovante de quitação eleitoral;

-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

-Carteira de identidade (R.G.);

-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);

-Cartão do C.P. F;

-Certidão de nascimento ou casamento;

-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);

-CPF pai e mãe (se for caso, certidão óbito, declaração do falecido);

-CPF dos filhos menores de 21 anos;

-01 foto 3x4 atual e colorida;

-Carteira de trabalho;

-Cartão ou comprovante nº PIS/PASEP;

-CNIS – INSS;

-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;

-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado (www.tjmt.jus.br);

-Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

-Comprovante de residência;

-Carteira nacional de habilitação (se houver);

-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;

-Declaração de bens; (modelo anexo)

-Declaração de não infringência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária; (modelo anexo)

-Conta Corrente (Bradesco);

-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados deverão ser lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER (MT), AOS 15 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

MODELO ANEXO**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____ SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular nº _____, email _____, residente e domiciliado na Rua/Av _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que:

1) Que () possuo () não possuo vínculo empregatício com outro Órgão Público, assim como declaro ter a disponibilidade de tempo para cumprimento de carga horária, sendo de 30 (trinta) horas semanais para o cargo de _____ no Município de Colíder - MT.

2) Que () tenho () não tenho relação familiar ou de parentesco consanguíneo em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade nomeante, bem como, detentor de mandato eletivo municipal (vereadores e vice-prefeito) ou de servidor ocupante de direção, chefia ou assessoramento do respectivo órgão ao qual estou sendo nomeado (a).

3) Estar ciente de que pela inexatidão, omissão, ou qualquer outro vício na presente declaração estarei sujeito(a) aos procedimentos e cominações legais cabíveis à espécie.

Sendo expressão da verdade, firmo a presente para todos os efeitos legais de direito.

Colíder/MT, _____ de _____ de 2023.

Nome:

CPF:

MODELO ANEXO**DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____ SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular nº _____, email _____, residente e domiciliado na Rua/Av _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que () possuo () não possuo bens em meu nome até a presente data.

E, por ser expressão da verdade, dato e assino.

Colíder - MT, _____ de _____ de 2023.

Nome:

CPF:

ANEXO I

PROFESSOR ANOS INICIAIS			
CLASSIF.	Nº INSC	CANDIDATO	NOTA FINAL

55	1143674	ROSA MONICA DE SOUZA	71,50
56	1149009	JOYCE MARIA MARQUES	71,50
57	1152153	TAVIANE DA SILVA MONTEIRO	71,50
58	1147943	EUNICE DE SOUZA MARTINS	71,50
59	1145538	TANIA REGINA DA SILVA PINTO	71,00
60	1143860	GRAZIELLI BISPO PINHEIRO	71,00
61	1144602	KARINA DE LIMA ERNEGA	71,00
62	1143162	GRACIELI CRISTINA BETARELLI	70,50
63	1143920	GRACIELI APARECIDA DOS SANTOS MONTE	70,50
64	1153475	FAGNER DA SILVA SANTOS	70,00
65	1163451	PAULA MAYARA MIRANDA	70,00
66	1144791	PAULA LUANA BATISTA	69,50
67	1144216	LUCIANA GONÇALVES BORGES	69,50
68	1145266	VERONICA DA SILVA VIEIRA	69,50
69	1144307	DALILA CERIACO FERNANDES	69,50
70	1143211	FLÁVIA LIRANÇO DA SILVA	69,50
71	1151193	GLEICE QUELE LUCCHETTI	69,50
72	1144314	CRISTIANE GOMES DA SILVA [Declarou-se PCD]-Convocada Decreto nº55/2023	69,50
73	1161967	LUZICLEIA SOUZA FONSECA RIBAS	69,50
74	1144893	RAIANE DE AZEVEDO DIAMANTE GASPAR DE OLIVEIRA	68,50
75	1145331	ANGELA DE SOUZA MENEZES	68,50
76	1157430	DEVANI LUZIA DA SILVA	67,50
77	1162494	VALDETE FERREIRA NEVES	67,50
78	1162993	ÉRIKA LEMOS PEREIRA SOARES	67,50
79	1143263	VANESSA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES	67,50
80	1163546	AGNES APAREC BARRES T DE RESENDE	67,50
81	1143182	LUZIA DO NASCIMENTO BARBEIRO	67,00
82	1145458	JOSIANE MARIA DE ALMEIDA	67,00
83	1153447	DARLENE DE MATOS PEREIRA	67,00
84	1144481	TEREZA BÁRBARA DA SILVA	66,50
85	1143007	JHENIFFER KELLY DA SILVA	66,50

DECRETO Nº 107/2023

Súmula: “**LANÇA E REGULAMENTA A COBRANÇA DO**

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA O EXERCÍCIO 2024”

O Excelentíssimo Senhor **HEMERSON LOURENÇO MAXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei orgânica do Município e de acordo com o Artigo 35 da Lei Municipal nº 1.764/2005 (Código Tributário do Município).**

DECRETA:

Art. 1º Fica lançado o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2024, facultando ao contribuinte o pagamento nas opções abaixo:

I - Em cota única com desconto de 20% para pagamento até o dia 28 de MARÇO de 2024;

II - Em cota única com desconto de 10% para pagamento até o dia 29 de ABRIL de 2024;

III - Em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas sem desconto, tendo o vencimento da primeira parcela em 28 de março, segunda parcela 29 de abril, terceira parcela 29 de maio, quarta parcela 28 de junho de 2024;

Art. 2º As datas de pagamentos mencionadas no artigo anterior poderão ser prorrogadas caso haja necessidade de revisão de cadastros e nos casos em que a análise do processo de isenção seja desfavorável ao contribuinte, com a consequente necessidade do reprocessamento do imposto.

Art. 3º Após o vencimento de todas as parcelas dos carnês com base nas datas mencionadas no artigo 1º. sem o devido pagamento, poderá ser emitido novo carnê, na ocorrência das situações tratadas no artigo 2º, cujo pagamento poderá ser e cota única com novo vencimento com prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão.

Art. 4º Com relação às áreas de abrangência do Município de Colíder, que venham a integrar o setor urbano, desde que satisfeitas as demais exigên-

cias legais, mesmo que em data posterior à publicação do presente decreto, fica, desde já, autorizado o lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Art. 5º Nenhuma parcela do IPTU referente ao exercício em curso, poderá ter seu pagamento efetuado após o último dia útil do mesmo.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 105/2023

Súmula: “**LANÇA E REGULAMENTA A COBRANÇA DO ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2024.**”

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei orgânica do Município cumprindo o Código Tributário Municipal – Lei nº 1764/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica lançada a cobrança da Taxa de Licença para Funcionamento ou simplesmente Alvará de Funcionamento para o exercício de 2024, conforme segue abaixo:

I - Em cota única com descontos de 20% para pagamento até 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2024;

II - Em cota única com descontos de 10% para pagamento até 28 (vinte e oito) de março de 2024;

III – Os pagamentos efetuados após a data de vencimento impressa no boleto, sofrerão os acréscimos estabelecidos no Código Tributário Municipal – Lei 1764/2005 – art. 357.

Art. 2º O Alvará de Funcionamento só será expedido após o recolhimento da Taxa devidamente baixada nos registros do Departamento de Tributação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA Nº 076 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 076 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Colniza/MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que o período de recesso na Câmara Municipal será entre os dias 20 de dezembro de 2023 à 20 de janeiro de 2024, com a observância dos seguintes aspectos:

§1º - Entre os dias 20 de dezembro de 2023 à 10 de janeiro de 2024 não haverá expediente;

§2º - Entre os dias 11 a 20 de janeiro de 2024 haverá expediente e atendimento ao público, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min.

§3º - Fica autorizado aos Departamentos de Contabilidade, Tesouraria e Licitação, o desempenho de suas atividades para fins de encerramento do exercício financeiro e contábil do ano de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Registra-se. Publica-se. Cumpra-se. Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 19 de dezembro de 2023.

EZEQUIAS DEDE DE SOUZA

Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal. Colniza-MT, 19 de dezembro de 2023.

Ezequias Dedé de Souza

Presidente

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2022.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, sediada em Setor Bancário Sul Quadra 04, Bloco A, 34, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 04344-902, neste ato representado por seu Gerente Geral de Rede A3435MT – AG Juína/MT, SR. **RICHARLIS XAVIER FERREIRA**.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 110/2022, POR MAIS 12 (DOZE) MESES.

DATA DA EMISSÃO: 12/12/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/12/2023

DATA DO VENCIMENTO: 22/12/2024

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 011/2021 – PROF AE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 011/2021 – PROF AE

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DA EMEI RAI O DE SOL, entidade inscrita no CNPJ sob nº 12.769.304/0001-05, com endereço na Av. Primavera, 208, Bairro Garça, nesta cidade de Colniza/MT, neste ato representada por sua presidente SRA. JANICE LUCIANE MEES LAURINDO.

OBJETO RESUMIDO DO CONVÊNIO: PRORROGAÇÃO da vigência do CONVÊNIO firmado entre as partes nos termos da Lei nº 693 de 30 de maio de 2017, alterado pela Lei nº 919/2021.

DATA DE EMISSÃO: 18/12/2023

DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/12/2023

DATA DE VENCIMENTO: 31/12/2024

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
DESPACHO DO PREFEITO RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO QUE
RESCINDIU UNILATERALMENTE O CONTRATO Nº 38/2023 COM A
EMPRESA TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.

Processo Administrativo nº 8158/2023

Processo Licitação nº 3499/2023

Pregão Eletrônico nº 09/2023

Contrato nº 038/2023

DESPACHO DO PREFEITO

Em razão da informação contida no C.I. nº 207/SENDER/2023 de que a empresa TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, não cumpriu com o prazo de entrega do equipamento objeto da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2023 Contrato nº 038/2023, descumprindo com a Cláusula 5.20 itens I e V, cuja empresa, apesar de notificada, não entregou o objeto e em razão disso, na data de 21 de novembro de 2023 foi determinada a Rescisão Unilateral do contrato, conforme previsto na Cláusula 9.1.1 e nos termos dos artigos 137, I, 138, I, e 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, além do encaminhamento d para providências da Lei Municipal nº 793/2018 para aplicação das penalidades bem como a notificação da empresa.

Apesar disso, na data de 07/12/2023 a empresa providenciou a entrega do objeto do contrato, conforme noticia o C.I. nº 258/SENDER/2023.

Desta forma, considerando que a empresa ainda não havia sido notificada da decisão de rescisão unilateral e efetuou a entrega do objeto mesmo que além do prazo previsto no contrato.

E considerando o poder de autotutela das decisões da administração pública expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, assim como na Súmula nº 473 do STF que também importa em reexaminar atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento, merece ser revisitada a decisão que determinou a rescisão unilateral do contrato, ainda que parcialmente, vez que, de fato, houve o descumprimento do prazo contratual de entrega do objeto.

Assim, reconsidera-se a decisão que rescindiu unilateralmente o contrato nº 38/2023 com a empresa Terra Viva Comércio e Representações Eireli para que se possa restabelecer o contrato, mantendo-se as demais determinações para apuração de sua conduta e eventual aplicação de multa contratual e demais sanções cabíveis.

Colniza-MT, 19 de dezembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal, de Colniza/MT

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003-D-2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003-D-2023

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES, PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, bem como o disposto no artigo 83 da Lei Municipal nº 502/2011 que prevê a contratação temporária por necessidade comprovada e de acordo com o artigo 19 da Lei Municipal nº 500/2011, com base também na Lei Municipal nº 1007/2022. **TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES, PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES DOS CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS Nº 003/2023/SEMEC/COLNIZA** para Profissionais da Educação Básica, destinado à contratação com previsão ao atendimento do ano letivo de 2024, considerando a necessidade de manter **CADASTRO RESERVA** que é exclusivamente para provimento em caráter temporário e emergencial de vagas destinadas aos profissionais das localidades e nas funções onde não possuem servidores efetivos, bem como, para substituir os servidores efetivos, quando em afastamento, licenças, ou outros impedimentos, com a finalidade de garantir o direito dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Colniza-MT.

Colniza-MT, 19 de dezembro de 2023

Milton de Souza Amorim

Prefeito de Colniza

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) – ZONA URBANA				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	IVONETE SENHORINHA DOS SANTOS	417	**/11/1967	50,0
2.	SALETE RIBEIRO DE ANDRADE PEREIRA	89	**/02/1978	43,9
3.	MARIA DE LURDES BRAGANÇA	168	**/10/1981	40,4
4.	ROSELY APARECIDA RODRIGUES	37	**/10/1975	40,0
5.	MARIA DE FATIMA RIBEIRO FIGUEIREDO	15	**/06/1967	30,5
6.	ERICA MARIA MENDES DA SILVA	14	**/06/1985	30,0
7.	JOSIELI SIMÕES IANSE	3	**/01/1992	30,0
8.	ROSILENE MARIA DO VALE	112	**/06/1983	28,2
9.	DENISE GRISINE SILVA QUINTO ALVES	62	**/11/1997	27,5
10.	ROSIANE RABELO GARCIA	423	**/05/2005	27,0
11.	ALCIONE VICOSO DA SILVA BENTO	16	**/09/1987	25,3
12.	PATRICIA FERREIRA DE OLIVEIRA	144	**/05/1990	22,6
13.	GENI BATISTA DE LIMA CAMILO	223	**/01/1973	21,8
14.	TALITA APARECIDA NASCIMENTO PEREIRA	104	**/02/1990	21,8
15.	VALDETE CRISTOFOLI DA ROCHA	129	**/04/1975	21,4
16.	LUZIMAR TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO	90	**/09/1984	20,7
17.	EDILEUZA MEDEIROS DUTRA	371	**/11/1985	20,2
18.	VERA LUCIA CARDOSO	18	**/10/1963	20,0
19.	MARIA ROSA DE PAULA	406	**/10/1974	20,0
20.	ROSENIR TEOTONIO DE LIMA FREITAS	17	**/05/1981	20,0
21.	OSANA DE OLIVEIRA DE LIMA DE JESUS	73	**/07/1982	20,0

22.	IVANILDA BATISTA GOMES	138	**/11/1988	20,0
23.	DAYANE DO AMORIM DUQUE	42	**/09/1993	20,0
24.	SARA GOMES DE AMORIM DE SOUZA	403	**/10/1993	20,0
25.	AMANDA NAIARA RIBEIRO DE SOUZA	433	**/07/1994	20,0
26.	JUSDILAINY DOURADO DE JESUS XAVIER	416	**/01/1995	20,0
27.	RENATA EDUARDA DOS SANTOS	325	**/01/2000	20,0
28.	NUBIA CRISTINA DE BARROS	163	**/03/1992	11,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - (ZELADORA/SERVIÇOS GERAIS) – ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ELISANGELA ALVES DOS SANTOS	113	**/06/1980	51,1
2.	ELENICIA GUIMARÃES DE SOUZA	33	**/12/1987	30,0
3.	MARCELE MARTINS DA SILVA	203	**/03/1989	30,0
4.	ALESSANDRA VIEIRO	162	**/05/1994	30,0
5.	FERNANDA MOURA DA SILVA	161	**/02/2000	30,0
6.	MARIA MARGARIDA CHEFRE	30	**/10/1978	29,8
7.	ROSIMAR GONÇALVES DE ALMEIDA SOARES	261	**/09/1974	28,0
8.	NILVA FERREIRA	434	**/03/1973	27,7
9.	JULIANA DE SOUSA	320	**/03/1988	27,2
10.	LENILDA PETER	127	**/10/1980	23,2
11.	GISLAINY AURELIANO PEIXOTO	143	**/11/2000	23,0
12.	MARIA ANTONIA DA SILVA ABREU	170	**/01/1977	22,4
13.	FRANCIANY CORREA PEREIRA	157	**/02/2003	22,3
14.	ANDRINE ELIANE DE MELO MOREIRA	349	**/06/1993	21,6
15.	JULIANA MATOS DE BRITO PAUTZ	364	**/07/1982	20,3
16.	ANDREIA MARTINS PRADO	126	**/04/1989	20,2
17.	ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHA	213	**/06/1999	20,2
18.	ANA JULIA GABRIELI DE SOUSA MARQUES	360	**/04/2006	20,1
19.	MARLENE DA SILVA BERTE	413	**/05/1969	20,0
20.	LUCIENE FRANCISCO DO OURO DE OLIVEIRA	415	**/11/1982	20,0
21.	ANDREIA DE DEUS FRANÇA	335	**/11/1983	20,0
22.	ANDREIA SCHULZE DA SILVA	241	**/11/1985	20,0
23.	VALQUIRIA FERREIRA DA SILVA	56	**/02/1995	20,0
24.	PATRICIA SOARES BARROS PASSOS	132	**/07/1995	20,0
25.	JESSICA CRUZ DE ALMEIDA DA SILVA	418	**/05/1996	20,0
26.	JACKSON PETER DE OLIVEIRA	347	**/06/2001	20,0
27.	WAYNE MEIRELES PEREIRA	421	**/12/2002	20,0
28.	MAELI OLIVEIRA SANTOS	402	**/05/2005	17,0
29.	JULIANA FERNANDES ALVES DA SILVA	396	**/03/2004	16,2
30.	SONIA GOMES DO AMORIM	47	**/01/1989	10,0
31.	FLAVIANA LENKE KLIPPEL	114	**/12/1992	10,0
32.	TATIELY DOS SANTOS OLIVEIRA	239	**/06/2000	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – NUTRICIONISTA – ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ANA MIKAELY SILVA SILVEIRA	432	**/06/1997	63,7
2.	ANDRESSA SANTOS CALMOM	367	**/09/2000	51,5

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ATALITA ROBERTA ALVES QUEIROZ	221	**/09/1983	80,0
2.	GEUZA ESTEVES GRAPUINA LOPES	119	**/06/1984	80,0
3.	EDILEUZA PEREIRA OLIVEIRA	292	**/08/1984	80,0
4.	ALYNE VIUL DA SILVA PANDOLFI	216	**/06/1989	79,1
5.	GEICILANE SOARES DE MIRANDA FONSECA	386	**/05/1992	78,8
6.	ADENIUZA FRANCISCO DIAS	288	**/01/1980	78,7
7.	ELAINE CRISTINA DA CONCEIÇÃO SANTOS DE OLIVEIRA	355	**/11/1986	78,2
8.	ELONEIDE DA SILVA SOARES	207	**/07/1974	78,0
9.	VALDINEIA BRAZ NEVES DA SILVA	122	**/08/1979	78,0
10.	CLEIDA MOURA BATISTA DOERL	166	**/08/1981	78,0
11.	JUCELY MOREIRA GAMA	227	**/05/1982	78,0
12.	ELISANGELA FERNANDES DA CONCEIÇÃO	135	**/10/1989	77,5
13.	ADRIANA SOARES DA SILVA	231	**/12/1989	77,0
14.	NOELI GOMES MOREIRA DA SILVA	174	**/01/1992	77,0
15.	KATIA CAMPOS CANONICO	392	**/06/1992	76,7
16.	MARCILENE APARECIDA ALEIXO COELHO DE CAMPOS	251	**/09/1989	76,5
17.	SINTIA FERREIRA DE MIRANDA DOS SANTOS	305	**/02/1991	76,5
18.	ROSIMAR RODRIGUES DA SILVA	303	**/03/1978	76,3
19.	ADRIANA DORNELES DE MIRANDA OLIVEIRA	388	**/11/1986	76,2
20.	SIMONE SANTOS LEITE	209	**/10/1989	76,2
21.	DEUZENI DE FATIMA DA SILVA	350	**/10/1971	76,1
22.	FABIANA MARTINS RAMOS	342	**/01/1986	76,1
23.	GISELI BISCHOFF FIDELIX CHEMINSKI	152	**/07/1993	76,1
24.	CRISTIANE AMORIM ACOSTA	210	**/01/1976	76,0
25.	MARCIA DE SOUZA OLIVEIRA	272	**/07/1976	76,0
26.	MARIA APARECIDA EUGENIO NOVAIS	263	**/02/1978	76,0

27.	MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	275	**/05/1979	76,0
28.	JOCEANE DOS SANTOS LEITE	299	**/02/1981	76,0
29.	FAGNER TEIXEIRA SILVA	422	**/07/1984	76,0
30.	PRICILA DA PENHA DE OLIVEIRA DIGLIO	246	**/10/1985	76,0
31.	ELIANE DE MEDEIROS EUGENIO DA SILVA	257	**/04/1987	76,0
32.	BETHANIA ALVES QUEIROZ MIRANDA	282	**/01/1988	76,0
33.	MARLUCIA DA SILVA MARINHO DOS SANTOS	153	**/11/1991	76,0
34.	IVANILDA DA SILVA ROSA	255	**/01/1998	76,0
35.	LUCIANA GERKE	149	**/09/1997	75,9
36.	ELIANE PINTO RODRIGUES OLIVEIRA	379	**/01/1978	75,8
37.	DILVA VIEIRA GUIMARÃES	187	**/04/1974	75,6
38.	LUCIMARA DESTRO	304	**/06/1995	75,6
39.	MARLENE LINA GOMES	253	**/01/1977	75,5
40.	JANAILSA DA SILVA BARBOSA SOUZA	186	**/07/1992	75,5
41.	ADRIANA DA SILVA SÁ	293	**/10/1994	75,2
42.	LAUDINEIA APARECIDA DA SILVA QUEIROZ CARDOSO	290	**/09/1989	75,1
43.	DEYZE ZACAMAE DA SILVA LEMES	121	**/01/1990	75,0
44.	TELMA LEMOS DE JESUS BARRETO	235	**/04/1990	75,0
45.	ADRIANA NOGUEIRA VIANA ANDRETTA	283	**/03/1984	74,9
46.	DIRLEIA VIEIRA GUIMARAES	101	**/03/1978	74,7
47.	NELY DE ALMEIDA MELO	190	**/05/1975	74,5
48.	FRANCIELMA BEZERRA DA SILVA	391	**/07/1980	74,5
49.	OTAVIO JUNIOR DA FONSECA	394	**/03/1995	74,5
50.	VALDINEIA GOMES CICERO	188	**/09/1994	74,1
51.	EDIVALDO VIEIRA GUIMARÃES	180	**/01/1981	74,0
52.	IDALIA FERRAZ VIANA	88	**/05/1982	74,0
53.	ANDREIA AMBROSIO DE MATOS	378	**/11/1983	74,0
54.	KATIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	61	**/06/1984	74,0
55.	ROSENI CORTEZ DE FREITAS	54	**/09/1985	74,0
56.	JAQUELINE DIAS MEDEIROS	99	**/07/1994	74,0
57.	ISABELA APARECIDA SOUTO FIUZA	151	**/01/1976	73,7
58.	MARTA MIRANDA DA SILVA SOUZA	191	**/05/1982	73,7
59.	MICHELLY DA SILVA DALCIN	348	**/03/1998	73,3
60.	LANA DEISY FERNANDES	75	**/08/1999	73,2
61.	CELSO AUGUSTO DEL SARTO	197	**/12/1968	73,0
62.	SHAIANE CRISTINA NONNEMAKER	236	**/04/1987	72,8
63.	DALLA VALENARY DA SILVA MELO	341	**/02/1994	72,2
64.	MARIA LUCIA ANDRADE PRIMO	294	**/08/1961	72,0
65.	GISLAINE KARLING DE OLIVEIRA	312	**/06/1991	72,0
66.	CLEIDIMAR ROSA CLARA	345	**/05/1978	71,7
67.	ROZILDA MARIANO DARASCHUK	245	**/11/1982	71,7
68.	KAMILA DA CRUZ ANDRADE	390	**/11/1989	71,5
69.	MIKAELY DE OLIVEIRA MARTINS	228	**/11/1993	71,0
70.	GEVILMA ALVES DE OLIVEIRA MEUCI	428	**/08/1973	70,0
71.	MARLENE OLIVEIRA DE SOUZA MORAES	291	**/02/1976	70,0
72.	JOELIA CARVALHO DA SILVA	9	**/06/1980	70,0
73.	SANDREIA SANTOS DOS REIS	212	**/05/1982	70,0
74.	ROSENILDA PEREIRA ALVES	48	**/08/1982	70,0
75.	LUANA DA SILVA	425	**/04/1983	70,0
76.	OZIE NE RODRIGUES BATISTA DORNELES	254	**/12/1984	70,0
77.	PEDRO JAIR SILVA	252	**/06/1988	70,0
78.	KATIA PEREIRA CELESTINO DOS SANTOS	154	**/10/1988	70,0
79.	KENIA ROSA DE SOUZA	67	**/02/1995	70,0
80.	RAILZA RABELO GARCIA	339	**/10/1995	70,0
81.	JULYE HEMYLLE MARTINS BARBOSA	175	**/04/2000	70,0
82.	JEISIANE MIRANDA DA CRUZ OLIVEIRA	266	**/06/1989	68,8
83.	CELINA OLIVEIRA DA SILVA NASCIMENTO	167	**/07/1982	67,4
84.	MARIZA DA SILVA ROSA	169	**/01/1996	67,4
85.	JOCILENE PEREIRA FERREIRA MARTINS	319	**/01/1988	67,0
86.	MARIA JOSE FERREIRA DE LIMA	430	**/04/1975	66,8
87.	INES CASSIA DE LIMA SILVA ARAUJO	346	**/02/1992	66,5
88.	BRUNA DE LIMA SILVA	366	**/07/1993	66,3
89.	EDNA INACIO DA ROCHA OLIVEIRA	324	**/08/1981	66,2
90.	JOSE APARECIDO ROCHA DE JESUS	230	**/07/1982	65,8
91.	KATIANA DE SOUZA SILVA ABRAMOVSKI	278	**/10/1992	65,0
92.	LIVIA ROCHA RODRIGUES MARTINS	426	**/05/1984	64,6
93.	CLAUDIA SABRINA RIBEIRO VIEIRA	317	**/06/1993	64,6
94.	MONICA BALEM JANDREY GOMES	314	**/09/1975	64,4
95.	GERCILENE GONÇALVES CAMPOS	19	**/09/1984	64,0
96.	NEURISTER PEREIRA DE AMORIM NONATO	71	**/12/1991	63,3
97.	LEIDIANE INACIO DA ROCHA	321	**/07/1992	62,4
98.	RONALDO RECH MAIDANA	333	**/11/1993	61,5
99.	ADRIANA FERREIRA DE SOUZA	195	**/08/1975	61,3
100.	JESSICA LAURA AMORIM FIRME	123	**/09/1997	61,2
101.	CLAUDIANA LEANDRO DE OLIVEIRA	201	**/08/1994	61,0
102.	ANDREIA SOUZA AGUIAR	234	**/03/1985	60,5
103.	CLOTILDE LEAL DA SILVA MARTINS	315	**/02/1968	60,0

104.	ROSANGELA LOPES DE SOUZA	318	**/09/1969	60,0
105.	MARLUCIA FERREIRA DE OLIVEIRA	409	**/09/1981	60,0
106.	MILENA TIMM BRAVIM	82	**/12/1985	60,0
107.	JESIANE SOUSA SANTOS	383	**/03/1992	60,0
108.	SOLANGE SANTOS DA SILVA	358	**/07/1989	59,7
109.	THAIRES MARTINS DE LIMA	242	**/10/1994	56,5
110.	JENIFFER BUSS BERWANGER DA LOMBA	92	**/04/1993	51,0
111.	SAMARA COUTINHO LAURIANO	287	**/06/1998	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) – ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	RICARDO ALEXANDRE SANCHES ANTUNES DA SILVA	21	**/11/1975	80,0
2.	ROSILENE AMBROSIO DE MATOS	377	**/09/1982	76,0
3.	MARCIO ROGERIO DE JESUS SANZOVO	408	**/01/1980	70,5
4.	WILSON VIANA DE MORAIS	136	**/04/1965	70,5
5.	EGNALDO ALVES DE PAULA	211	**/10/1981	69,0
6.	CICERO MANOEL GONÇALVES COSTA	198	**/10/1989	65,2
7.	ANDREIA ARRUDA	306	**/12/1988	64,5
8.	HUGO BERWANGER NETO	158	**/12/1985	53,5

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – PSICÓLOGO – ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	GISSELI VILAS BOAS COSTA	302	**/02/1986	75,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – SEMEC- TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	GEANI ROCHA DOS SANTOS	232	**/03/1988	73,0
2.	ANDREIA GABRIELA DE OLIVEIRA MOTA	395	**/08/1985	72,0
3.	ELIZETE PIRES SAAR	72	**/12/1980	71,0
4.	SUELI DA SILVA DE SOUZA	384	**/09/1976	67,4
5.	ELIANE GIL DA ROCHA MARTINS	427	**/02/1989	64,2
6.	LINA GONÇALVES FERREIRA BARBOSA	311	**/03/1988	63,5
7.	LORRAYNE EMANOELY QUEIROZ SALES	116	**/05/1996	63,0
8.	ELIANE DE SOUZA BONFIM	78	**/08/1982	62,5
9.	MIKAELLY NUBYA FERNANDES CAMPANA	142	**/10/1996	62,0
10.	NIVANIR GONÇALVES RAMOS	179	**/12/1973	60,0
11.	MICHEL DA SILVA LIVI	301	**/05/1982	60,0
12.	JOZIANE RIBEIRO DE MELO	98	**/03/1996	60,0
13.	CLEIDIANE ROCHA SANTOS	259	**/11/1992	58,7
14.	EIDIMAR INACIO LOPES	97	**/04/1989	57,6
15.	ADRIANA GONÇALVES DA CUNHA	265	**/08/1999	56,2
16.	VALDIRENE PEREIRA DE SOUZA SILVESTRE	205	**/08/1984	55,3
17.	RITA MARIA DE LIMA CAMARGOS	354	**/05/2001	55,0
18.	MICHELE EDMARA LIMA DE MOURA	185	**/03/1995	50,0
19.	DAIANE RODRIGUES DOS SANTOS	381	**/05/1998	50,0
20.	JOSICLEIDE MARTINS TEODORO	225	**/07/1993	46,6
21.	ELISANDRE DE LIMA OTO	271	**/05/1983	45,8
22.	MARCIA DUTRA DE OLIVEIRA	393	**/08/1978	42,0
23.	WELMA INACIO DA SILVA	64	**/10/1982	40,0
24.	LAUANE LISBOA SANTOS RIBEIRO	20	**/01/1998	40,0
25.	LAIANE OLIVEIRA DA LUZ	182	**/06/1999	23,0
26.	PATRICIA FERREIRA DE JESUS	76	**/07/1977	22,5
27.	EIDE CRISTINA EDGAR DA SILVA	277	**/09/1980	22,0
28.	ROSICLEIA JARDIM SILVA DE SÁ	429	**/05/1985	22,0
29.	MARCILEI DA ROCHA MELO	176	**/12/1989	22,0
30.	MARLEI VAZ DA SILVA	117	**/01/1994	22,0
31.	JOICE YURI SANTOS NASCIMENTO	103	**/09/1994	22,0
32.	ESLANI PEREIRA LOPES	131	**/08/1995	22,0
33.	EDIVANI DIAS DA SILVA SOARES	66	**/02/1996	22,0
34.	GLEICIANE TEODORO ROSA	120	**/09/1990	20,5
35.	MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO SILVÉRIO	407	**/05/1980	20,0
36.	VALDELICE MARIA DA FONSECA	202	**/01/1983	20,0
37.	REGINA GONÇALVES DA COSTA	361	**/03/1983	20,0
38.	ROSENILDA ANDRADE DOS SANTOS	148	**/06/1985	20,0
39.	SILVANIA MONELLI COSTODIO	86	**/03/1986	20,0
40.	HELENA APARECIDA DE SOUZA	105	**/08/1988	20,0
41.	MARQUILAINÉ SILVA ANDRADE	4	**/12/1989	20,0
42.	ALCIENE VICOSO DA SILVA	374	**/03/1990	20,0
43.	PRISCILA PEREIRA DA SILVA BERWANGER	289	**/12/1991	20,0
44.	ROSIMERY KILL DOS SANTOS NUNES	65	**/05/1992	20,0
45.	NUBIA MARQUES DA SILVA	344	**/06/1993	20,0
46.	INGRID KESSY JESUS FERRI	389	**/04/1996	20,0
47.	VANESSA GOMES LIMA DA FONSECA	269	**/03/2003	20,0
48.	IZAETE PEREIRA DA CRUZ	229	**/12/1993	19,7
49.	JOSIANE MONELLI COSTODIO DA SILVA	43	**/08/1988	19,4
50.	SIDIMARA RUYVO DA SILVA	118	**/08/2004	19,3
51.	ROSILENE GOMES PINTO MACHADO	404	**/05/1976	19,0

52.	ROSANA DE MATOS PEREIRA	420	**/11/1987	19,0
53.	CLEIDIANE DO CARMO CASALI	155	**/07/1999	18,7
54.	YORANA TAMIRYS GRAMACHO RAMOS	412	**/12/1995	18,2
55.	GABRIELA FERREIRA PEREIRA	165	**/10/2000	17,3
56.	FABIANE DE ASSIS CARIS	79	**/05/1988	15,5
57.	KAREN HANNELORY MEDEIROS DE PAULA	405	**/08/2005	15,0
58.	THAISLANE VIEIRA FLORENCIO	183	**/08/2004	14,9
59.	TAFNIS DE OLIVEIRA ALVES	338	**/04/2001	13,8
60.	ADRIELY LOPES DA SILVA	446	**/02/2004	13,4
61.	PATRICIA LOPES DOS SANTOS	208	**/05/1991	13,1
62.	JESSICA CELESTINO VIEIRA	133	**/12/2003	13,1
63.	ISABELLY ALVES DE SOUZA	262	**/10/2004	12,7
64.	TELMA MARIA DA FONSECA	351	**/08/1992	12,5
65.	ANGELA MARIA DE JESUS PENHA	94	**/09/1987	12,2
66.	CLEANE CRUZ SOUSA	217	**/03/2002	12,0
67.	KARINA SOUSA DE OLIVEIRA	128	**/02/1997	10,5
68.	MAIS RODRIGUES COUTINHO	352	**/01/2000	10,4
69.	MONICA MADELLI	181	**/03/1982	10,2
70.	ISLAINY MONIK PEIXOTO COLOMBO	140	**/01/2001	10,2
71.	APARECIDA SOARES CANUTO	285	**/07/1977	10,0
72.	LUCIENE SIQUEIRA EVANGELISTA	400	**/06/1980	10,0
73.	FLAVIANE DOS SANTOS	322	**/04/1984	10,0
74.	ELIZANGELA BORGES MORAIS	44	**/02/1985	10,0
75.	GIZELIA ALVES MOURA	424	**/09/1988	10,0
76.	JULIA DE SOUZA SILVA	34	**/07/1993	10,0
77.	DEISE KELLY MACHADO TORRENTE	401	**/09/1994	10,0
78.	TAYZA RAQUEL NEVES SCHNEIDER	330	**/04/1996	10,0
79.	FLAVIA MICHALSKI DA SILVA	177	**/06/1997	10,0
80.	SONIA RODRIGUES DA SILVA	399	**/04/1998	10,0
81.	TATIANE ANDRADE PEREIRA JANUARIO	125	**/10/1998	10,0
82.	ELAINE DO CARMO RICIERI	35	**/04/2001	10,0
83.	MAIZA DORRIGUETTI MARQUES	11	**/02/2002	10,0
84.	NATHALYA COSTA TORRES	398	**/03/2003	10,0
85.	NICOLLE CAROLINA GOMES COSTA	419	**/11/2005	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – SEMEC- TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PcD) - ZONA URBANA				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	YASMIM KAWANY NEVES DA SILVA	329	**/07/2004	20,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – SEMEC- MOTORISTA VEÍCULO PESADO - ZONA URBANA				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	PAULO PEIXOTO JUNIOR	250	**/02/1992	108,2
2.	MARCOS CLEITON DA LUZ	196	**/11/1991	90,2
3.	LEANDRO DORNELES RAMOS	204	**/08/1992	81,2
4.	LUCAS SOUZA CASSIANO	23	**/10/1997	77,0
5.	WEVERTON BATISTA CABRAL	26	**/09/1987	70,0
6.	ALAN OLIVEIRA ROCHA	14	**/04/1991	70,0
7.	EDIVALDO BATISTA XAVIER	414	**/08/1981	60,8
8.	GERVANDRO DOS SANTOS	164	**/12/1970	60,0
9.	CLAUDIANO DA SILVA	220	**/03/1977	60,0
10.	CRISTIANO RODRIGUES SALLES	27	**/11/1988	52,5
11.	DUARTE OLIVEIRA DE LIMA	49	**/07/1982	51,5
12.	VALDEIR RODRIGUES DE SOUSA	46	**/02/1984	51,2
13.	LUCAS BUENO DE CAMPOS	249	**/07/1988	50,6
14.	LUIZ GUILHERME CESCONE	25	**/09/1996	50,3
15.	PAULO JOSE SEMBAY	31	**/07/1977	50,0
16.	JOVENAL ROZENO DE SOUZA	410	**/07/1982	47,0
17.	DARCI DOS SANTOS	1	**/07/1976	41,2

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – POLO TANCREDO NEVES - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) – ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARINALVA TELLES DA SILVA	63	**/04/1967	30,0
2.	ANDREIA APARECIDA MONTEIRO CALDEIRA	10	**/10/1980	30,0
3.	LORIANA LAUROS KALK	362	**/03/1986	30,0
4.	RAISA DAS GRAÇAS DA SILVA SIQUEIRA	240	**/06/1998	30,0
5.	LAUDICEIA ROSA DA ROCHA SILVA	248	**/11/1982	28,7
6.	MARIA EVANICE ROCHA VIEIRA	237	**/12/1983	24,0
7.	GABRIELI BALBINO DOS SANTOS	353	**/10/2002	23,5
8.	SIDINALVA FERNANDES DE ARAUJO	81	**/08/1980	21,9
9.	JUCILENE XAVIER FIALHO	150	**/06/1993	21,0
10.	JOSILENE TEIXEIRA DE SOUZA GUARIZI	100	**/09/1995	20,2

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO TANCREDO NEVES – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOSINICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ALEXSANDRA APARECIDA DOS SANTOS	310	**/02/1983	78,0
2.	MARIA DE LOURDES DA SILVA SÁ	300	**/04/1968	76,8

3.	DELZENIRA DE MOURA QUEIROZ	224	**/01/1991	75,7
4.	SUELI DA COSTA DE OLIVEIRA SOUZA	264	**/08/1990	75,5
5.	ANA MARIA MOREIRA CANDIDO	260	**/05/1985	74,0
6.	UILLES JORDANIA OLIVEIRA DE SOUZA	111	**/07/1989	71,8
7.	DAMARES MARTINS DALFIOR	276	**/06/1971	71,7
8.	JANE GRACIELY PROCOPIO BARROS	247	**/07/1995	70,0
9.	PAULETICIA DOS SANTOS SILVA	109	**/12/1989	66,0
10.	DIEGO SANTOS AGUIAR	334	**/08/1992	62,0
11.	BEATRIZ RIBEIRO JARDIN	96	**/12/1991	60,6
12.	NAHIANE MATOS DA CRUZ	57	**/03/1991	60,0
13.	ROSINERIA DE SALES VAZ ROSIN	41	**/03/1981	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – POLO TANCREDO NEVES - TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	SUELEN APARECIDA VIEIRA RIBEIRO	171	**/10/1997	47,0
2.	VALDINEI DA SILVA	83	**/08/1987	30,9
3.	CRISTINA DE SOUZA SANTANA FONSECA	69	**/05/1995	22,0
4.	ALESSANDRA DA SILVA JARDIM	284	**/05/1987	20,0
5.	ROSILENI SOUZA SANTOS SILVA	70	**/03/1990	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – POLO TANCREDO NEVES – MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	VAGNER PEREIRA DE OLIVEIRA	147	**/11/1995	77,5
2.	JUSMARINHO GUARIZI	39	**/07/1980	61,2
3.	SIDNEY APARECIDO DA SILVA QUEIROZ	32	**/04/1987	61,2
4.	MARCELO DE SOUZA	139	**/01/1991	61,2
5.	NEEMIAS GONÇALVES DE AGUIAR	28	**/04/1977	52,7
6.	RONALDO BATISTA SCHOWENCK	108	**/06/1975	51,5
7.	DIOGO JUNIOR VIEIRA GONÇALO	55	**/04/1991	50,0
8.	JONAS GONÇALVES LEITE	199	**/08/1976	44,5
9.	ELISEU WELMAM	40	**/11/1970	41,2
10.	FLORENCIO LUCAS NETO	36	**/06/1987	41,2
11.	JOSE CARLOS MANDELLI	279	**/04/1977	40,0
12.	MARCOS FRANCA DOS SANTOS	45	**/12/1994	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - SEMEC – POLO ANA MARIA MACHADO - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) – ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ROSANGELA CASTRO DE ANDRADE	115	**/10/1986	22,0
2.	IVANILZA OLIVEIRA DA SILVA	281	**/07/1978	21,0
3.	JULIANA CONCEIÇÃO MENDES SILVA	326	**/05/1990	20,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO ANA MARIA MACHADO – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARLON DE JESUS DE SOUZA	514	**/03/1983	80,0
2.	JOSIANE DE JESUS SANTOS GOMES	376	**/06/1992	76,0
3.	CLEIDIONICE DE JESUS SANTOS	375	**/03/1995	76,0
4.	SILVANA VIEIRA DA SILVA	238	**/09/1983	73,9
5.	MARIA SOLANGE LIMA DE MOURA	206	**/02/1978	73,6
6.	IVANILDA LARA RODRIGUES	226	**/12/1972	71,9
7.	CRISTINA ALMEIDA DA PAIXÃO ANDRADE	363	**/10/1984	71,0
8.	JACIONE KUHN HERREIRA	173	**/10/1990	70,0
9.	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	60	**/10/1990	67,7
10.	MARIA CLEIDE DE SOUZA	5	**/10/1975	66,9
11.	ROGERIO ESTEVAN	336	**/03/1987	60,6
12.	TATIANA MARIA MANTHAY ALVES	192	**/05/1982	55,3
13.	VAGUENISTÃO FERREIRA DO NASCIMENTO	343	**/11/1981	52,4
14.	WANDERLANIA RIBEIRO DE SOUZA ESTEVAM	12	**/04/1975	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO ANA MARIA MACHADO – PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR (LÍNGUA PORTUGUESA)– ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	VALDIRENE MACHADO DE OLIVEIRA	189	**/01/1980	74,0
2.	RAQUEL RESENDE DE MEIRELES TEOTONIO	368	**/03/1975	70,0
3.	MARILZA VIANA ZMUDA	370	**/11/1976	70,0
4.	ALAIR SOUZA MACEDO	397	**/05/1962	67,7
5.	CLAUDIO APARECIDO DA SILVA	222	**/07/1975	64,8
6.	DEMICIANO DE MATOS	337	**/12/1985	60,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO ANA MARIA MACHADO – PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	JOSIMAR DE PAULA SILVA	134	**/11/1985	61,3
2.	VALDENETE RODRIGUES DA SILVA	316	**/04/1985	61,1
3.	DANIEL ROSSOW	244	**/06/1999	57,9

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO ANA MARIA MACHADO – TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	PAULA FRANCINETE COUTINHO LAURIANO	286	**/03/1986	46,0
2.	SELMA GOMES DE OLIVEIRA	323	**/05/1991	40,0
3.	MARINEUSA PEREIRA DA SILVA	280	**/04/1989	20,0
4.	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	233	**/06/1993	20,0
5.	KEILA ALMEIDA SANTOS	256	**/11/1996	20,0
6.	TATIELE TEIXEIRA DE ALMEIDA	373	**/12/1997	20,0
7.	BRUNA NAYARA PEREIRA ROCHA	215	**/08/1999	15,7
8.	LUCILENE BARBOSA DA SILVA BRITO	77	**/09/1981	10,0
9.	DEBORA OLIVEIRA DE JESUS	74	**/10/2002	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO ANA MARIA MACHADO – MOTORISTA VEICULO PESADO– ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	REGINALDO ROSA DE ANDRADE	80	**/09/1984	70,0
2.	RODINEI DOS SANTOS FREITAS	365	**/02/1973	50,0
3.	ALMIR DE ALMEIDA	29	**/04/1976	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) – ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	LUCIENE DA SILVA GOMES CAMARGO	219	**/05/1982	48,0
2.	SANDRA RODRIGUES DA SILVA	387	**/12/1984	20,0
3.	ALINE CAMILA FERREIRA	160	**/01/2006	20,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	VALDICEIA DE SOUZA HOLANDA	313	**/05/1981	80,0
2.	JANIELI DA SILVA BARBOSA	307	**/12/1995	70,4
3.	JOSIMAR DE OLIVEIRA ALVES	178	**/12/1987	64,8
4.	LAERCIO DE OLIVEIRA	200	**/01/1963	62,7
5.	EDIANA MACHADO DORNELES RODRIGUES	357	**/09/1988	61,7
6.	MAURICIO JUNIOR GONÇALVES MARQUES	107	**/02/1992	57,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA –PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR (LÍNGUA PORTUGUESA) ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	VILMA GONÇALVES PEREIRA	372	**/11/1974	72,0
2.	ROSENETE DE AZEVEDO	331	**/09/1978	70,0
3.	JOCEMAR APARECIDO HERMISDOF	141	**/09/1977	59,8
4.	MARIA GABRIELA OLIVEIRA DA SILVA	380	**/09/1999	56,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA – PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	PAULEGAR DOS SANTOS SILVA	110	**/11/1991	64,5

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA –TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL– ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MONICA MAISA OLIVEIRA DE JESUS	273	**/02/1998	22,0
2.	GELIANE RIBEIRO DA SILVA	258	**/05/2003	14,4
3.	ANDRESSA FERNANDA RODRIGUES LIMA	385	**/08/2001	10,7

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO MANOEL BANDEIRA –MOTORISTA VEICULO PESADO ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	JULIANO TEIXEIRA DE LIMA	13	**/03/1993	60,0
2.	RAFAEL OLIVEIRA BENTO	84	**/04/1999	56,6
3.	VALDEMAR BERGER	24	**/12/1968	40,4
4.	CELIO JOSE ALVES	309	**/01/1975	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO BARTOLOMEU BUENO – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) – ZONA RURAL				
CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ANDREIA CRISTINA PINHEIRO RIBEIRO	146	**/10/1987	65,3
2.	LUCILENA CARMO DA CRUZ	22	**/04/1976	50,0
3.	INES BOLT	193	**/02/1969	30,0
4.	EDNEIA DA SILVA AMORIM SANTANA	8	**/04/1977	30,0
5.	ELIENE DE PAULA SILVA	58	**/11/1984	30,0
6.	ROSELI RAMLOW DA PAIXÃO	156	**/10/1989	30,0
7.	KARYZE KUHIL CHAVES	130	**/03/1996	30,0
8.	SANDRA SANTOS SOARES NAZARO	382	**/05/1986	16,4
9.	ANGELICA FIRMINA RAMOS	332	**/09/1993	16,4

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO BARTOLOMEU BUENO – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL				
--	--	--	--	--

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ELIANE GOMES FERREIRA BACH	298	**/01/1986	77,9
2.	VANIA DA SILVA MENDES NARCISO	268	**/04/1983	77,5
3.	VALCILENE SOARES DE ARRUDA	308	**/10/1993	75,6
4.	EUZENI FERREIRA DA SILVA	243	**/07/1971	74,1
5.	MIRIAN ELIAS DE MOURA	95	**/04/1975	74,0
6.	MARIA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA	93	**/11/1981	74,0
7.	JOSIANE NASCIMENTO ELIAS	356	**/08/1993	74,0
8.	VANEIDE PEREIRA DA SILVA	184	**/05/1978	73,8
9.	MARIA APARECIDA SOUZA COSTA DIAS	295	**/02/1979	72,7
10.	SIDINEIA PINTO DA CUNHA	270	**/02/1986	72,6
11.	AURICELIA COSTA	68	**/11/1973	70,0
12.	JESSICA BOASQUIVESQUE GONÇALVES	172	**/12/1990	70,0
13.	SOLANGE MESSIAS DA SILVA	296	**/12/1983	61,5
14.	LUCIANO CARVALHO SILVA	328	**/04/1982	60,1
15.	SOLANGE ROCHA DE MELO	327	**/09/1981	60,0
16.	SILVANA GOMES LEAL	397	**/04/1973	59,5
17.	AISLA VANDRIANI DA ROSA	145	**/09/1996	57,4
18.	SELMA MARIA BEZERRA	431	**/05/1991	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO BARTOLOMEU BUENO – PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	JOSE CARLOS SANTIAGO DE ANDRADE	274	**/08/1977	20,0
2.	RENIA DA SILVA SANTOS	517	**/12/1989	16,9
3.	MARIA EREMITA RODRIGUES DE SOUZA	515	**/01/1983	12,6
4.	ANA PAULA ALVES DE FREITAS FERNANDES	194	**/01/1990	10,0
5.	SARA CORREA BRUNORO	518	**/02/1997	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO BARTOLOMEU BUENO – TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	DANIELLI VANZELLA CAMILO DE MOURA	411	**/09/1997	62,0
2.	CLEDISLANE KEDIMA SOUSA MOURA MOREIRA	137	**/03/1996	50,0
3.	PATRICIA SANTOS MACHADO	267	**/03/1991	19,9
4.	ROSENILDA DE SOUZA AREDES DE JESUS	159	**/10/1980	16,2
5.	MICHELE KARINE SILVA DE OLIVEIRA	106	**/02/2005	14,6

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - POLO BARTOLOMEU BUENO – MOTORISTA DE VEICULO PESADO) ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ROSIVALDO RODRIGUES VERNIER	38	**/12/1986	100,0
2.	MARCOS KROPERNINSKI DE OLIVEIRA	53	**/09/1980	80,0
3.	EDSON MATEUS DOS SANTOS	52	**/10/1965	60,0
4.	AILSON SEVERINO DA SILVA	359	**/01/1969	60,0
5.	JOSE CARLOS DA COSTA JUNIOR	51	**/06/1978	60,0
6.	JEANOS ADEMIR SALES	50	**/01/1979	60,0
7.	EDVALDO GOMES DOS SANTOS	59	**/10/1980	60,0
8.	JEBEON NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO	7	**/11/1982	57,0
9.	OZIEL PEREIRA DORNELES	85	**/09/1978	50,0
10.	CLAUDIO DE BARROS GONÇALVES	87	**/05/1973	43,7
11.	ELIAS DAMASCENO LOPES	6	**/01/1966	41,2
12.	EDIMILSON DA SILVA AMORIM	218	**/12/1975	41,2
13.	CLAUDIO DOS REIS	91	**/01/1976	40,7
14.	SALOMAO FRANCA TOME	369	**/04/1976	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – DISTRITO GUARIBA - EM VALMIR NEUMANN – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: MERENDEIRA/ZELADORA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	RAQUEL RIBEIRO BISPO	454	**/04/1988	49,4
2.	ABIGAIL GONÇALVES TEODORO ROSA	457	**/10/1975	40,0
3.	WAGNA GOMES CICERO RODRIGUES	458	**/02/1990	30,0
4.	EDINA FERREIRA RODRIGUES DA FONSECA	456	**/09/1980	26,5
5.	MAISA COLOMBO PEREIRA	453	**/04/1990	25,2
6.	MICHELE ROSA FERREIRA	452	**/02/1992	20,0
7.	EDILENE BIANQUI DA SILVA	455	**/08/1993	20,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – DISTRITO GUARIBA-EM VALMIR NEUMANN – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	N° DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARILZA ANGELO MAIA	472	**/02/1987	78,0
2.	LUCIANA DE OLIVEIRA	470	**/10/1978	76,5
3.	MARIANA DUARTE DOS SANTOS	476	**/09/1994	76,1
4.	DIANA RODRIGUES DE LIMA SIMÃO	478	**/02/1974	76,0
5.	MILCIONE GOMES ROSA	477	**/03/1984	76,0

6.	ORLANDINA DE SOUZA	468	**/01/1995	76,0
7.	ALESSANDRA CARVALHO PEREIRA	464	**/05/1978	74,0
8.	ROSELI PEREIRA DE SOUZA	440	**/05/1981	74,0
9.	ADRIANA SOARES ANDRADE RODRIGUES	467	**/09/1985	74,0
10.	MARCELA MARQUES ROCHA DE CARVALHO	438	**/11/1986	74,0
11.	NALZIRA PEREIRA DOS SANTOS	463	**/12/1987	74,0
12.	TAINÉLE DOS SANTOS CORDEIRO	435	**/08/1996	74,0
13.	MONICA MARTINS DE SOUZA	469	**/04/1984	73,0
14.	ELZILENE PONTES PICHEK	461	**/10/1990	72,7
15.	MARIA RODRIGUES DE SOUSA CIRQUEIRA	465	**/12/1968	72,5
16.	LUCIENE OLIVEIRA DE SOUZA COSTA	436	**/06/1973	72,0
17.	LIDIA DIAS ONOFRE	439	**/10/1964	70,0
18.	ROSANE GOMES FRANÇA	462	**/06/1972	70,0
19.	EDEVALDO TRINDADE DE ALMEIDA	474	**/02/1974	70,0
20.	MARLENE CRUZ OLIVEIRA	441	**/03/1974	70,0
21.	LUANA JESSICA DE SOUZA COSTA	437	**/05/1995	68,7
22.	MARIANA DA SILVA DARSIA	442	**/11/1993	67,7
23.	JOAO BATISTA DE ARAUJO	493	**/09/1965	66,5
24.	BRUNA REGIAN VIEIRA DA CRUZ	459	**/02/1996	66,2
25.	MARINHO MORAES GONÇALVES	2	**/11/1976	66,0
26.	ELINEIA DOS SANTOS NUNES	466	**/10/1978	64,7
27.	LEUDECI DE LIMA TSUGAWA	473	**/03/1992	53,0
28.	ADRIANE APARECIDA KUNZ	475	**/02/1984	52,9
29.	REGIMA ALVES DOS SANTOS PORTO	460	**/05/1979	50,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - DISTRITO GUARIBA - EM VALMIR NEUMANN – TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ANDREIA LOPES SCHIAVI BERTOLAZO	450	**/06/1994	62,0
2.	MARILZA DE MOURA SILVA	447	**/11/1989	50,0
3.	PRISCILA DE SOUZA CARDOSO	449	**/06/1992	50,0
4.	SIRLEI BROISLER TEIXEIRA	444	**/02/1987	33,0
5.	MARIA CRISTINA SOUZA DA SILVA	451	**/02/1992	22,0
6.	ANA KAROLLINA SANTOS DA SILVA	445	**/03/2002	13,0
7.	LOHAINE CRISPIM APOLINÁRIO	443	**/01/2004	10,0
8.	CASSIA MAYRA LOPES	448	**/08/2004	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 - DISTRITO GUARIBA - EM VALMIR NEUMANN – MOTORISTA DE VEICULO PESADO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	CLAUDINEI DOS SANTOS	483	**/11/1973	70,0
2.	MAURICIO DOS SANTOS	484	**/11/1983	61,2
3.	GILMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO	480	**/07/1979	60,0
4.	JEFERSON TEIXEIRA RODRIGUES	479	**/09/1982	51,2
5.	EDSON APARECIDO BASILIO	482	**/05/1987	42,0
6.	THIARLES NATALI DOS SANTOS	481	**/03/1990	40,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT– APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: MEREN-DEIRA/ZELADORA – ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	ANGELA SILVERIO CARDOSO LO- OSE	520	**/02/1977	20,0
2.	LUZIA RODRIGUES DOS SANTOS	500	**/09/1989	20,0
3.	RENILDA COELHO DE ALMEIDA	501	**/09/1990	12,0
4.	CICERA ROMENIA GOMES SAN- TOS	508	**/11/1981	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT– PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARISA PEREIRA FERNANDES	102	**/09/1991	76,1
2.	SHIRLEI SOUZA GONÇALVES	498	**/11/1987	76,0
3.	RAYLANE RIBEIRO DE MOURA	495	**/10/1991	75,0
4.	MARIA APARECIDA DE SOUZA	487	**/11/1982	74,0
5.	MARIA MADALENA DA SILVA BRI- TO	124	**/12/1975	73,6
6.	JOSIMEIRE RAMOS ANTUNES DOS SANTOS	494	**/09/1993	72,1
7.	SONERVAL APARECIDO COSTA	471	**/01/1981	70,8
8.	KELI PATRICIA DEMETRIO PEREI- RA	488	**/11/1989	50,02
9.	ROSANGELA SONCINE LIGEIRO	497	**/06/1989	50,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT
PROFESSOR - NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) – ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	CRISTIANE PEREIRA AUGUSTO	511	**/09/1986	10,0

CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	MARLY DE SOUZA SARAFIM RIBEIRO	509	**/12/1988	20,0
2.	LAZARA MARQUES DE SOUZA	507	**/02/1991	13,8
3.	JANAINA RAIALLA RIBEIRO DA SILVA	510	**/11/1996	10,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS
COMUNIDADE DE TRES FRONTEIRAS – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA)
ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	LINDA INES BARBOSA AZEVEDO	513	**/03/1994	20,0
2.	SHEILA GOMES OLIVEIRA	499	**/06/1986	10,0
3.	ELCIONE PEREIRA OLYMPIO SILVA	502	**/02/1989	10,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS
COMUNIDADE DE TRES FRONTEIRAS – PROFESSOR ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	KATSIANE CORNELIO	496	**/12/1987	78,0
2.	FABRICIA SILVA VIANA	492	**/07/1992	73,5
3.	ROSELANDIA SILVA COSTA	503	**/04/1979	72,0
4.	MARINES DE FATIMA PIAZZA DE LIMA	490	**/01/1975	69,3
5.	MARIA DA CONCEIÇÃO PIMENTA FRANÇA	485	**/02/1983	69,2
6.	KESSIA REIS PAULA	489	**/10/1987	64,2
7.	ANDRESSA GUEDES FERREIRA	516	**/05/1997	62,0
8.	PRISCILA BORGES TEIXEIRA	491	**/09/1988	50,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS
COMUNIDADE DE TRES FRONTEIRAS – PROFESSOR- NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) – ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	KELY FERNANDA OLIVERIA DOS SANTOS	486	**/01/2004	11,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS
COMUNIDADE DE TRES FRONTEIRAS – TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	DAYANE RODRIGUES CAMARGO	506	**/09/1992	62,0
2.	IONE CUNHA DA SILVA	512	**/06/1997	18,0

**CLASSIFICAÇÃO P.S.S 003/2023 – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS
COMUNIDADE DE TRES FRONTEIRAS – MOTORISTA VEICULO PESADO – ZONA RURAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	Nº DE INSCRIÇÃO	DATA NASC.	PONTUAÇÃO GERAL
1.	VALMIR PEREIRA SILVA	519	**/09/1980	63,0
2.	CLAUDINEY FERREIRA HAJDASZ	505	**/11/1989	40,0
3.	DOUGLAS MARCIO CRUZ LIMA	504	**/11/1994	40,0

**DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 005/2021 –
PROFAE**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 005/2021 – PROF AE

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT**CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DA EMR BARTOLOMEU BUENO**, entidade inscrita no CNPJ sob nº 12.769.211/0001-72, com endereço na Vila Capa BR MT 2016 KM 45, nesta cidade de Colniza/MT, neste ato representada por sua presidente **SRA. MARIA APARECIDA DE SOUZA COSTA DIAS****OBJETO RESUMIDO DO CONVÊNIO: PRORROGAÇÃO da vigência do CONVÊNIO firmado entre as partes nos termos da Lei nº 693 de 30 de maio de 2017, alterado pela Lei nº 919/2021.****DATA DE EMISSÃO: 19/12/2023****DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/12/2023****DATA DE VENCIMENTO: 31/12/2024****DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 248/GP/2023****PORTARIA Nº248/GP/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.****MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus de-

veres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o Com. Interno nº. 608/RH/SMS/2023 da Secretaria Municipal de Saúde, protocolado sob nº. 10150/2023, encaminhando o requerimento de exoneração da servidora Elza Splendor Loterio;**RESOLVE:****ART. 1º - Exonerar a pedido**, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, a Servidora **Elza Splendor Loterio**, matrícula nº. 1096-17, efetiva no Cargo de Serviços Gerais, 40 horas semanais, *vinculado à Secretaria Municipal de Saúde*.**ART. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos no dia 20 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 19 de dezembro de 2023.

Certidão de PublicaçãoCertifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 19 de dezembro de 2023.**ELVIRA MUND DA COSTA
SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO****MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL**

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES
SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9.526/2023

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o objeto é a “**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, EM CONFORMIDADE COM OS CONVÊNIOS 2120/2022 E 0571/2021 E DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL N° 202240610002.**” Rege a presente licitação, a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **03 de janeiro de 2024 às 09h:00min (horário de Brasília), através da Plataforma BLL COMPRAS**, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br, no site da BLL COMPRAS www.blcompras.com, ou através do link <http://170.79.84.5:8079/comprasedital/>. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000**.

Colniza - MT, 19 de dezembro de 2023.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 557/ADM/2023

PORTARIA N° 557/ADM/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES, Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Retificar a **PORTARIA N° 554/ADM/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023** que concedeu Férias Coletivas aos Servidores da Secretaria Municipal de Finanças.

Onde se lê:

“**Art. 1°** - Conceder **Férias Coletiva** aos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Finanças relacionados abaixo, no período de **26 de dezembro do ano de 2023 a 24 de janeiro do ano de 2024**, conforme Artigo 71 Parágrafo Único da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Nº	Nome	Mat.	Período Aquisitivo
01	ELAINE FRANCISCO DOS SANTOS	7497	2021/2022
02	EUMISSOM ALVES BATISTA	1147	2020/2021
03	IVANILDO FRANCISCO DOS SANTOS	1532	2021/2022
04	VANESSA SOUZA ALMEIDA	7891	2021/2022

”

Leia-se:

“**Art. 1°** - Conceder **Férias Coletiva** aos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Finanças relacionados abaixo, no período de **26 de dezembro do ano de 2023 a 24 de janeiro do ano de 2024**,

conforme Artigo 71 Parágrafo Único da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Nº	Nome	Mat.	Período Aquisitivo
01	ELAINE SOUZA DOS SANTOS	7497	2021/2022
02	EUMISSOM ALVES BATISTA	1147	2020/2021
03	IVANILDO FRANCISCO DOS SANTOS	1532	2021/2022
04	VANESSA SOUZA ALMEIDA	7891	2021/2022

”

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Certidão de Publicação
 Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT. Colniza/MT, em 19 de dezembro de 2023.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
 Setor: RH

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES
SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 130/2023

EXTRATO DO CONTRATO N° 130/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: REAVEL VEICULOS EIRELI, inscrito no CNPJ N° **30.260.538/0001-04**, sediada na Rua C-180, nº 176, Qd. 617, Lt. 19/20, sala 04, setor Nova Suíça, Goiânia/GO, neste ato representada pelo Sr. **Sino-mar Vaz de Oliveira Junior**.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (ÔNIBUS) PARA ATENDER OS PACIENTES REGULADOS NO ÂMBITO DO SUS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO N° 350/2023/SAS/SES.

VALOR DO CONTRATO: R\$866.500,00 (oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais)

DATA DA EMISSÃO: 19/12/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/12/2023

DATA DO VENCIMENTO: 19/12/2024

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2023

EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: FABIO ZANATA 00799342181, inscrita no CNPJ: **32.836.4940001-35**, sediada na AVENIDA PREFEITO HUMBERTO DA COSTA GARCIA, N° 1389, BAIRRO RODEIO, CÁCERES/MT, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representada pelo (a) Sra. **FABIO ZANATA**.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PALCO PROFISSIONAL, REFERENTE AO CONVÊNIO 2384/2023, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE COLNIZA/MT.

VALOR DO CONTRATO: R\$57.200,00 (cinquenta e sete mil e duzentos reais)

DATA DA EMISSÃO: 19/12/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/12/2023

DATA DO VENCIMENTO: 19/06/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2023

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeiro Vanderson da Silva Santos, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DESTINADAS AOS VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS, QUE COMPÕEM A FROTA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 24/01/2024, na sala de licitação localizada na Rua das Acácias, n° 1337 N, Bairro Jardim Mato Grosso.

Comodoro – MT, 18 de dezembro de 2023.

Vanderson da Silva Santos

Pregoeiro – Portaria 460/2023

DECRETO N° 61/2023 DE: 18.12.2023

“Disciplina o horário de funcionamento do Paço Municipal e Secretarias Municipais, e dá outras providências.”

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que é dever da Administração manter o equilíbrio na execução orçamentária, bem como a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em atenção especial aos dispositivos da Lei Complementar Federal n° 101/2000;

Considerando a permanência da necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental;

Considerando ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo da máquina pública municipal, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

Considerando a continuidade dos efeitos gerados pela frustração da arrecadação da receita do FPM, ICMS, FUNDEB, FETHAB e repasses de Fundo a Fundo para a Secretaria de Assistência Social;

Considerando a possibilidade da existência de um resultado orçamentário negativo e a necessidade de se evitar um resultado primário negativo;

Considerando o limite de gasto com pessoal definido na Lei de Responsabilidade Fiscal e o atendimento ao art. 169 da CF;

Considerando o art. 10 da Lei n.º 1.971/2022 (LDO/2023), que aduz que:

Art. 10. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º. Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que

produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º. Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o art. 31 da Lei Complementar 101/2000.

Considerando o Relatório de Auditoria n° 08/2023 e 12/2023 da Controladoria Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado que o **horário de funcionamento (expediente)** será das **7h às 13h**, nas atividades Administrativas do Paço Municipal e atendimento ao Público, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte e Turismo, Secretaria de Planejamento e Orçamento, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e em todos os respectivos departamentos a estas vinculados.

Parágrafo único. Para o regular cumprimento das regras estabelecidas no *caput* deste artigo, deverá ser observado o seguinte:

I. a Secretaria Municipal de Finanças deverá, manter expediente no Departamento de Tributação e Fiscalização em escala de plantão, no período vespertino, para atendimento aos Municípios, sem ônus para esta Municipalidade;

II. os diretores de departamento e ou coordenadores dos setores de compras, frotas, recursos humanos, licitação, contabilidade e tesouraria, deverão informar os respectivos contatos, para que em caso de necessidade administrativa, possam atender eventuais demandas após o horário estabelecido no *caput* do art. 14.

Art. 2º. Fica estabelecido o **horário de funcionamento (expediente)** nas Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos, Assistência Social, Trabalho e Cidadania, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Saúde, que será das **7h às 11h e das 13h às 17h**.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES PORTARIA N° 331/2023 ADM DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no

art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO**, abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	LEANDRO PAULA DOS SANTOS	ODETE DIAS DOS SANTOS	-

CONTRATO	123/2023	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EM SERVIÇOS EIRELI	14.805780/0001-51	R\$ 11.270,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CIMENTO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	6 MESES – 19/12/2023 A 19/06/2024		

Art. 2º - O Departamento de Compras/Setor de Tributos e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "Pública" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N. 242/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE ÁREA AO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.507.415/0001-44, com sede administrativa no Palácio Paiaguás, Rua Desembargador Carlos Avalone, Centro Político

Administrativo – CPA, CEP: 78049-903, Cuiabá-MT, uma área de 12.177,30m² (doze mil e cento e setenta e sete metros e trinta centímetros quadrados), constituído o Lote Urbano nº 01 (um), da Quadra nº 46 (quarenta e seis), do Loteamento Cidade Nova, situada no perímetro urbano do município de Confresa-MT, registrada sob a matrícula nº 7.385, Cartório de Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos de Porto Alegre do Norte -MT.

§ 1º. A área objeto da presente doação destina-se exclusivamente à construção de uma Escola Pública para atender os alunos do Município de Confresa-MT.

§ 2º. Fica reconhecido interesse público e social na presente doação, desobrigando-se prévia licitação nos termos do §4º, art. 17 da Lei 8666/93.

§ 3º No interesse de ambos os entes públicos poderá o imóvel descrito no caput deste artigo ser objeto de cessão de direito real de uso de forma gratuita e com prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada por igual período se a finalidade da cessão estabelecida no § 1º, art. 1º desta Lei estiver sendo cumprida.

Art. 2º. Deverá constar na escritura pública de doação cláusula resolutiva expressa, no sentido de que o imóvel doado reverter-se-á ao domínio pleno da municipalidade, nos seguintes casos:

I – Se o beneficiário constante no art. 1º não edificar sobre o imóvel doado no prazo de até 02 anos; II - For dada ao imóvel destinação diversa da constante no § 1º, art. 1º desta Lei, sem autorização expressa dos Poderes Executivo e Legislativo deste Município de Confresa; **Art. 3º.** As despesas com escrituração pública e transferência da propriedade do imóvel correrão a expensas do Estado de Mato Grosso ou Município.

Art. 4º. Fica o bem objeto da presente doação desafetada do uso público.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Confresa-MT, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 177/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, RELATIVO AO DIA QUE ESPECIFICA, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando que no próximo dia **20/12/2023 (quarta-feira)** é comemorado a Emancipação Política Administrativa de Confresa, conforme a Lei Estadual nº 95, de 20 de dezembro de 1991;

Considerando que no dia **20/12/2023 (quarta-feira)** o município deverá manter suas atividades para regular encerramento das atividades administrativas, contábil e financeira;

Considerando o poder discricionário e a necessidade administrativa.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica transferido a comemoração, no âmbito da administração pública municipal, do ponto facultativo da Emancipação Política Administrativa de Confresa, do dia 20 de dezembro de 2023 (quarta-feira) para o dia 22 de dezembro do corrente ano (sexta-feira).

Parágrafo único. Fica excluído da transferência disposta no *caput* deste artigo a Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Educação que deverá suspender o expediente somente no dia 20.12.2023.

Art. 2º - Fica autorizado os secretários cuja secretaria presta serviço essencial, a regulamentar, por meio de portaria, a sua execução sem prejuízo do atendimento do serviço público.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 59/2023

Processo Licitatório nº054/2022, homologado em 20/05/2022 na modalidade de **Pregão Presencial nº015/2022**.

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de ar condicionado, para atender a demanda das secretarias do poder executivo, juntamente a prefeitura municipal de Confresa-MT

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo vigência do contrato original por mais **12 (doze) meses, iniciando no dia 23/12/2023 e encerrando em 23/12/2024**, sob pena de prejuízo do interesse público.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADO: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº18.009.871/0001-31

Data: 19 de dezembro de 2023.

Foro: Porto Alegre do Norte - MT

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 1291/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL N. 490/2012, DE 13 DE ABRIL DE 2012.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Dê-se nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 490/2012, de 13 de abril de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar auxílio financeiro mensal no valor de até R\$27.000,00 (vinte e sete mil reais), mediante termo de convênio, à Associação de Acolhimento Institucional de Porto Alegre do Norte-MT – “Lar Cantinho da Esperança”, conforme Termo de Ajustamento de Conduta celebrado junto ao Ministério Público da Comarca e seu 5º aditivo, que fica sendo parte integrante desta Lei, e que foi assinado também pelos prefeitos dos Municípios de Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte e São José do Xingu.” (NR)

Art. 2º. Fica excepcionalmente autorizado a realização de repasse complementar para a Associação de Acolhimento Institucional de Porto Alegre do Norte-MT – “Lar Cantinho da Esperança”, no dia 20 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 10.375,80 (dez mil e trezentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), nos termos da cláusula terceira do 5º Aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado junto ao Ministério Público da Comarca, para fins de custeio às despesas do 13º salário e férias dos empregados da Instituição.

Art. 3º. a Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Confresa-MT, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1292/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PARA A DELEGACIA MUNICIPAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL - PJC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, em especial o disposto no art. 179, Parágrafo Único, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de cessão de uso de imóvel, com O ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA-SESP, CNPJ/MF Nº 03.507.415/0028-64 e DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL, CNPJ/MF Nº 37.465.432/0001-88, de um imóvel urbano de 563,99m² (quinhentos e cinquenta e três metros e noventa e nove centímetros quadrados), com construção e benfeitorias, localizada na Rua Tapirapé, lote SP-10, quadra 211, Bairro Vila Nova, na Sede do Município de Confresa-MT, incidente na matrícula nº 25.037 registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte-MT, para fins exclusivo de funcionamento da Delegacia Municipal da Polícia Judiciária Civil.

Parágrafo único. O imóvel objeto da cessão é a constante no croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A cessão será efetivada mediante a celebração de TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL, na forma do anexo desta lei.

Art. 3º. A cessão de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos.

§ 1º O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, por meio de Lei específica, a critério da Administração Pública, com escopo de atender ao interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.

§ 2º Transcorrido o prazo que trata o caput desse artigo o imóvel retornará ao Município, com posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus ao erário.

Art. 4º. A entidade cessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel objeto da cessão a que se refere esta Lei.

Art. 5º. Encerra-se a cessão de uso antes de seu termo se a cessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida, ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, ou com a mudança para prédio próprio a ser construído em imóvel doado pelo município, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 6º. É dispensada a concorrência pública para a cessão autorizada no art. 1º desta Lei, por tratar-se de entidade pública.

Art. 7º. As demais condições para a cessão de que trata esta Lei estão definidas no Termo de Cessão de Uso de imóvel, em anexo.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Confresa-MT, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2023

Processo Licitatório nº054/2022, homologado em 20/05/2022 na modalidade de **Pregão Presencial nº015/2022**.

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de ar condicionado, para atender a demanda das secretarias do poder executivo, juntamente a prefeitura municipal de Confresa-MT

Objeto do Aditivo: A supressão sobre o valor contratual original de 26.117648619737%, equivalente ao valor de **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)**.

JUSTIFICATIVA: Conforme ofício **SME Nº 4268 /2023**, datado em 18 de dezembro de 2023, a modificação contratual se faz necessária tendo em vista que a Secretaria de Municipal de Educação não está necessitando do serviço contratado.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADO: **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº18.009.871/0001-31

Data: 18 de dezembro de 2023.

Foro: Porto Alegre do Norte - MT

PREVICON
PREVICON - PORTARIA 032 - 2023 - CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL

PREVICON

PORTARIA Nº 032/2023

A Diretora da Previdência Social dos Servidores de Confresa - PREVICON, no uso das atribuições do Art. 65-g, da Lei Complementar 197/2022, CONVOCA os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal a comparecerem à reunião ordinária, a ser realizada, no dia **21 de DEZEMBRO DE 2023** (quinta-feira), com início às **14:00 horas**, na sede do PREVICON, em antecipação a reunião agendada no calendário de 2023, inicialmente prevista para o dia 22 de dezembro de 2023 (sexta-feira).

CONSELHO DELIBERATIVO

Jessyca Vilela Guimarães – Representante do Executivo - Presidente

Norton Mussalan Ferreira – Diretor Executivo

Marcia Luiza do Amaral – Representante do Legislativo -Titular

Elizangela de Jesus Silva – Representante dos Servidores – Suplente

Gilson Lopes de Almeida – Representante dos Servidores -Titular

CONSELHO FISCAL

Thiago Jorge Lima – Representante do Executivo – Titular

Cristian Alex Lopes de Sousa – Suplente

Nailson Nunes da Silva - Titular

Adilson Vital da Silva – Suplente

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa – MT, 19 de dezembro de 2023

Norton Mussalan Ferreira

Diretor Executivo

PORTARIA Nº492/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2023

Processo Licitatório nº 083/2023 e Modalidade Adesão nº 011/2023, homologado no dia **13/04/2023**.

Objeto: adesão a ata de registro de preços nº033/22 referente ao pregão presencial nº 022/22 da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, para contratação de fornecimento de agrupamentos de gerenciamento tecnológico específico, para atender as necessidades das secretarias de administração e de planejamento do Município de Confresa-MT.

Objeto do Aditivo: O prazo de vigência do presente aditivo será de 12 (Doze) meses, iniciando no dia 29/12/2023 e encerrando em 29/12/2024, sob pena de prejuízo do interesse público; 1.3 – O valor será majorado em R\$ 56.532,00 (Cinquenta e Seis Mil, Quinhentos e Trinta e Dois Reais), com parcelas mensais no valor de R\$ 4.711,00 (Quatro Mil, Setecentos e Onze Reais).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADO: **COPLAN- CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - EIRELI**, pessoa jurídica inscrita noCNPJ/MF sob o n.º 07.281.368/0001-14

Data: 19 de dezembro de 2023.

Foro: Porto Alegre do Norte - MT

PREVICON
PREVICON - PORTARIA 033-2023 - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 032-2023 - CONVOCAÇÃO DO COMITE DELIBERATIVO E FISCAL

PREVICON

PORTARIA Nº 033/2023

A Diretora da Previdência Social dos Servidores de Confresa - PREVICON, no uso das atribuições do Art. 65-g, da Lei Complementar 197/2022, vem retificar a portaria 032/2023 para CONVOCA os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal a comparecerem à reunião ordinária, a ser realizada, no dia **21 de DEZEMBRO DE 2023** (quinta-feira), com início às **14:00 horas**, na sede do PREVICON, em antecipação a reunião agendada no calendário de 2023, inicialmente prevista para o dia 22 de dezembro de 2023 (sexta-feira), de modo a acrescentar aos integrantes a Sra Jorcelene Vieira do Vale , membro titular integrante do conselho deliberativo.

CONSELHO DELIBERATIVO

Jessyca Vilela Guimarães – Representante do Executivo - Presidente

Norton Mussalan Ferreira – Diretor Executivo

Marcia Luiza do Amaral – Representante do Legislativo -Titular

Elizangela de Jesus Silva – Representante dos Servidores – Suplente

Gilson Lopes de Almeida – Representante dos Servidores -Titular

Jorcelene Vieira do Vale – Representantes dos Servidores - Titular

CONSELHO FISCAL

Thiago Jorge Lima – Representante do Executivo – Titular

Cristian Alex Lopes de Sousa – Suplente

Nailson Nunes da Silva - Titular

Adilson Vital da Silva – Suplente

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa – MT, 19 de dezembro de 2023

Norton Mussalan Ferreira

Diretor Executivo

PORTARIA Nº492/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA N° 332/2023 ADM DE 19 DE DEZEMBRO 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL, PARA SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL TITULAR, FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, Sra. **THAYS IARA LOPES**, portadora do CPF nº 042.716.131-26, Matrícula 12444, como Fiscal Titular, em Substituição a Sra. **ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 009.636.501-30, Matrícula 13518, nos seguintes documentos:

CONTRATO N° 111/2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º239/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAFETAÇÃO E PERMUTA DAS ÁREAS VERDES, SISTEMAS DE LAZER, SERVIÇOS PÚBLICOS E OUTRAS LOCALIZADAS NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO TAPIRAGUAIA (MATRÍCULA 2.211 e POSTERIORES) COM ÁREAS VERDES PERTENCENTES A EMPRESA COLONIZADORA VILA TAPIRAGUAIA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SPE LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Por motivo de conveniência social e interesse público relevante e pelo que demais consta no Processo Administrativo nº 12/2021, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a desafetar e permutar, sistemas de lazer, serviços públicos e outras, contida no perímetro urbano do projeto modificativo registrada no Serviço de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte, com a Vila Tapiraguaia Regularização Fundiária SPE LTDA, CNPJ nº 19.609.760/0002-00, com sede na Rua Tapiraguaia, nº 03, Centro, CEP: 78.652-000, Confresa-MT.

Art. 2º. As áreas a serem desafetadas e permutadas são a seguintes identificadas:

ÁREAS VERDES		
ÍNDICE	ÁREA (m2)	MATRÍCULA
AV-01	129.371,87	2211*
AV-02	56.042,80	16.449
AV-08	2.167,84	16.450
AV-07	6.399,18	16.216
AV-09	110.792,77	2211*
AV-10	154.108,59	2211*
AV-11	3.000,00	16.451
Total =	461.883,05	
* = registrada na matrícula 2.211		

SISTEMA DE LAZER		
ÍNDICE	ÁREA (m2)	MATRÍCULA

LZ-06	22.834,64	2211*
LZ-03	19.691,07	2211*
Total =	42.525,71	
* = registrada na matrícula 2.211		

SERVIÇOS PÚBLICOS – ÁREA INSTITUCIONAL		
ÍNDICE	ÁREA	MATRÍCULA
SP-01	2.838,04	16.452
SP-02	5.763,22	16.453
SP-03	22.732,38	2211*
SP-04	11.249,28	2.211*
SP-05	3.299,45	16.454
Total =	45.882,37	
* = registrada na matrícula 2.211		

Observação 01: Área total do município = 550.291,13 m²

Observação 02: Croquis de localização no Anexo I

§1º. Estas áreas que totalizam 550.291,13 m², de propriedade do município de Confresa, com destinação específica, serão desafetadas com objetivo de realizar permuta em iguais condições de metragem de área a ser captada e ofertada pela empresa Colonizadora respeitando o estabelecido nesta Lei e decreto regulamentador.

§2º. Somente consolidará a permuta com a vistoria na área apresentada pela Vila Tapiraguaia Regularização Fundiária SPE LTDA e verificado que não há nenhum tipo de embargo que verse sobre domínio ou posse tanto na via judicial ou extrajudicial, podendo a permuta ser realizada de forma parcial.

§3º. A Vila Tapiraguaia Regularização Fundiária SPE LTDA terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos para apresentar as áreas permutáveis que consolide o volume de área estabelecido no §1º deste artigo.

Art. 2º - Os valores para regularização dos imóveis outrora áreas verdes, sistema de lazer e serviços públicos, deverão seguir o valor de avaliação da área que será realizada e disponibilizada pelo Departamento de Regularização Fundiária.

§1º. A forma de pagamento deverá observar a avaliação estabelecida no caput deste artigo e da composição de 16% pactuado no TAIP, a ser pago em valor ou dação de parcela da área.

§2º. Caso o ocupante opte por regularizar sua área mediante dação de parcela da área a ser regularizada, nos termos que estabelece o TAIP, o ocupante terá preferência na sua localização.

§3º. Decreto do Poder Executivo Municipal regulamentará a formalização da avaliação e procedimento de pagamento com base no que foi pactuado no TAIP.

Art. 3º - A empresa Vila Tapiraguaia Regularização Fundiária SPE LTDA, ficará isenta de cobrança de IPTU, ITBI e demais tributos relativos à propriedade, passando a incidência após a regularização destes imóveis ao novo proprietário.

Art. 4º - Caso a Vila Tapiraguaia Regularização Fundiária SPE LTDA não apresente o quantitativo de área em que se pretende a presente autorização de permuta, no prazo estabelecido no §3º, art. 1º, desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a regularizar o volume total ou remanescente diretamente aos atuais ocupantes nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 198, de 22 de março de 2022.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá permutar a área verde com o atual ocupante, obedecendo o mesmo volume de área, o que deverá ser regulamentado por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, aos 19 dias do mês de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº240/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“ESTABELECE A DESAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO, AUTORIZA A CONSOLIDAÇÃO DE DOAÇÃO À PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAQUAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecida a desafetação do bem público correspondente a uma área de 4.496,53m², localizado na Avenida Santo Afonso com a Rua MN 06, Bairro Morada Nova I, neste Município de Confresa/MT, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis local, sob a Matrícula nº 8.346.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a doar o bem público municipal descrito no art. 1º desta Lei à entidade denominada Prelazia de São Félix do Araguaia – Paróquia Nossa Senhora Aparecida, inscrita no CNPJ sob o nº 03.439.338/0020-03.

Art. 3º - O bem público a ser doado a Prelazia de São Félix do Araguaia tem por finalidade a consolidação da titularidade da área indicada no art. 1º, a qual foi objeto de concessão uso aquela entidade, nos termos da Lei Municipal nº 285, de 21 de outubro de 2007 e consolidação da expedição do Título Definitivo nº 1185, em 11 de junho de 2018.

Art. 4º - A doação a que se refere a presente Lei terá o caráter de irrevocabilidade e de irrevogabilidade.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 285, de 21 de outubro de 2007 e a Lei Complementar nº 62, de 22 de junho de 2010.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2023**

Processo Licitatório nº191/2022, homologado em 20/12/2022 na modalidade de **Pregão Presencial nº076/2022**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CIMENTO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADA: **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EM SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 14.805780/0001-51

VALOR PREVISTO: R\$ 11.270,00, (Onze Mil e Duzentos Reais),

Data: 19 de Dezembro de 2023.

Foro: Porto Alegre do Norte – MT

**GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº241/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 139, DE 01 DE MARÇO DE 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a revogação da Lei Complementar nº 139, de 1º de março de 2018, diante da inobservância de que a área pretendida na desapropriação é de domínio do Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária – INCRA, conforme vedação expressa do art. 2º, §º 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 2º. O valor autorizado e pago pela Lei Complementar nº 139, de 01 de março de 2018, deve ficar registrado como indenização pela extração de jazida de cascalho no referido perímetro do imóvel.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 19 de dezembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

**PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
LEI Nº 637, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Altera a Lei Municipal nº 409, de 28 de março de 2013, que Cria Verba Indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo, e interação direta com a população do município de Conquista D'Oeste”.

Maria Lúcia de Oliveira Porto, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 1º da lei nº 409 de 28 de março de 2013 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º - Fica instituída na Câmara Municipal de Conquista D'Oeste Estado de Mato Grosso, verba de caráter indenizatória, pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população sob o título de Verba Indenizatória, no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) para os vereadores e de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o Vereador Presidente da Câmara, nos termos do § 11, do Artigo 37, da Constituição Federal.”

Art. 2º Revoga-se a Lei Municipal nº 463, de 02 de março de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2024.

Gabinete da Prefeita, Conquista D'Oeste – MT, em 15 de dezembro de 2023.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

**LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 030/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1506/2023

Considerando o cumprimento dos requisitos e nos termos permissivos do Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o conteúdo do presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa ALEXANDRA DE ARAUJO TEIXEIRA (ADA - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E AD), CNPJ sob nº 41.787.018/0001-62, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO, INSTRUÇÕES E ENVIO DO E-SOCIAL PARA OS SERVIDORES DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS. O valor total a ser pago é de R\$ 17.440,00 (dezessete mil quatrocentos e quarenta reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de contratação, nos termos da Lei.

Conquista D'Oeste, em 19 dezembro de 2023.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

**CONTRATOS
PORTARIA N.º 219/2023**

“Designa Fiscal de Contratos Administrativos.”

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) GENILDO LIMA SILVA, matrícula n.º 1402, para atuar como fiscal titular dos contratos administrativos e NEIDE NAZÁRIO, matrícula n.º 1291, para atuar como fiscal substituto dos contratos.

Parágrafo Único - Cujos objetos são a contratação de shows artísticos para apresentação no aniversário do município no dia 27/12/2023 e festividade

des de final de ano de 28 a 31/12/2023 - no Parque de Exposições, conforme o processo administrativo n.º 1590/2023 e Contratos Administrativos de números 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147 e 148/2023.

Art. 2º - Ao Fiscal dos Contratos, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal dos Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura dos contratos.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 18 de dezembro de 2023.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NOTIFICAÇÃO DE INEXECUÇÃO CONTRATUAL****FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

NOTIFICAÇÃO DE INEXECUÇÃO CONTRATUAL					
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICANTE					
NOME:	MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT			CNPJ/MF:	37.465.309/0001-67
ENDEREÇO:	Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro		MUNICÍPIO:	COTRIGUAÇU	UF.: MT
IDENTIFICAÇÃO DA NOTIFICADA					
RAZÃO SOCIAL/NOME:	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EIRELI				
CNPJ/CPF/MF:	11.834.039/0001-20		E-MAIL:		
ENDEREÇO:	Rua João Cordeiro Gonçalves, n.º 3767, Bairro Cidade Tamandare		MUNICÍPIO:	MIRASSOL D'OESTE	UF.: MT
REPRESENTANTE LEGAL:	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES				
CPF/MF:			E-MAIL:	adm.bemestar@outlook.com	
ENDEREÇO:	Rua João Cordeiro Gonçalves, n.º 3767, Bairro Cidade Tamandare		MUNICÍPIO:	MIRASSOL D'OESTE	UF.: MT
IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU CONGÊNERE					
INSTRUMENTO:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2022				
MODALIDADE/FORMA LICITATÓRIA:	ADESÃO DE ATA 026/2021 PE024/2021 GERENCIADO PELA P. M. DE MIRASSOL DO OESTE/MT				
OBJETO:	"ADESÃO A ATA DE REGISTO DE PREÇOS "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS PARA SECRETARIAS DIVERSAS". CONTRATO ADVÉM DO PROCESSO DE ADESÃO DE ATA 026/2021 PE 024/2021 GERENCIADO PELA P. M. DE MIRASSOL DO OESTE/MT"				
CONTEÚDO/FUNDAMENTO DA NOTIFICAÇÃO					
<p>Pela presente, o NOTIFICANTE acima qualificado, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, NOTIFICA, inicialmente, a NOTIFICADA, na qualidade de DETENTORA do Contrato caracterizado acima;</p> <p>Inicialmente a NOTIFICANTE passou a ter conhecimentos de que a NOTIFICADA está atrasando os pagamentos dos prestadores de serviços. Considerando que a NOTIFICANTE está cumprindo suas obrigações com a NOTIFICADA, principalmente realizando os pagamentos de maneira regular. Antes de mais nada, conforme as disposições das normas vigentes e contrato, insere entre as obrigações da NOTIFICADA a responsabilização por todos os ônus decorrentes do vínculo, inclusive as obrigações trabalhistas, devendo manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação, caso dos salários dos empregados.</p> <p>Com efeito, fica a empresa NOTIFICADA, ao recebimento parcial das Nota Fiscais referentes as AFs de n.º 4464/2023 e 4778/2023, num valor de R\$ 28.400,00 (vinte e oito mil, e quatrocentos reais) para que possa fazer o pagamento salarial dos prestadores de serviços e após a devida comprovação do referido pagamento aos prestadores, o ÓRGÃO PÚBLICO fará o restante do pagamento a NOTIFICADA, de um valor de R\$ 17.350,00 (dezesete mil e trezentos e cinquenta reais), totalizando um montante que perfaz um valor de R\$ 45.750,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais).</p> <p>Mediante o exposto, a NOTIFICADA terá o prazo de 72 horas, apresente a comprovação de que todos os funcionários contratados para a execução dos serviços objeto do Contrato n.º 011/2022 estão com os salários em dia, bem como de que todas as rescisões e demais verbas trabalhistas foram pagas, devendo, para tanto, comparecer ao Protocolo Geral munido da documentação necessária, sob pena de aplicação de sanções previstas no Contrato.</p> <p>A cópia integral da presente Notificação será nesta data encaminhada no endereço de e-mail já informado pela empresa Notificada, no ensejo da contratação, e publicado o seu extrato resumido no Diário Oficial da Associação Mato Grossense dos Municípios – AMM, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.</p>					
LOCAL DATA E ASSINATURA					
LOCAL:	COTRIGUAÇU-MT		DIA:	19	MÊS:
ÉDERSON FERREIRA DA SILVA			ANO:		
Fiscal de Contratos			2023		
Secretaria Municipal de infraestrutura e obras			DE ACORDO:		
Poder Executivo – Cotriguaçu-MT			VALDIVINO MENDES DOS SANTOS		
			Prefeito Municipal		

PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EIRELI
CNPJ/MF n.º 11.834.039/0001-20
NOTIFICADA
PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES
CPF/MF n.º 033.813.131-00
Representante Legal
CIENTE EM: /12/2023.

TERMO DE CANCELAMENTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público o cancelamento do segundo termo aditivo solicitada pela contratada do qual alterava a Cláusula Terceira (do valor), referente ao Contrato nº 088/2022, de origem da PROCESSO DE COMPRA Nº 104/2022, na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 001/2022, do objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) I E II, DISTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS (AGROVILA), DISTRITO DE NOVA UNIÃO, HOSPITAL MUNICIPAL E PLANTÕES PRESENCIAIS E DE SOBREVIVÊNCIA NO HOSPITAL MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT".

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67, localizada na Av. 20 de Dezembro, Nº 725, Bairro Centro, Cotriguaçu-MT em especial Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: P A COMIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 44.510.216/0001-72, Logradouro Rua Paulo Carneiro da Silva, Número 35, Cep 78.320-000, Bairro/Distrito Módulo 01, Município Juína-MT. Reportam-se ao acordo firmado entre as partes para alterá-lo conforme segue: CONSI-

DERANDO a solicitação do contratado referente ao segundo termo aditivo ao contrato.

RESOLVEM: CLÁUSULA ÚNICA – Cancelar o segundo Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 088/2022.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993. E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor que de tudo conhecimento tiveram.

Cotriguaçu-MT, 07 de dezembro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

CONTRATANTE

P A COMIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 44.510.216/0001-72

CONTRATADO

SEC. GOVERNO LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2023.

□

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Vereadores, e dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, a teor do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, relativo ao exercício financeiro de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, fica concedido a título de Revisão Geral Anual o percentual de 1,0% (um por cento), relativo ao exercício financeiro de 2023, a incidir sobre os vencimentos e/ou subsídios dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Vereadores e dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Em decorrência das disposições dos arts. 1.º da presente Lei Complementar, ficam alterado/a/s:

I - as Tabelas de Vencimentos, dos cargos de provimento efetivo, constantes do ANEXO IV, da Lei Complementar Municipal nº 048/2014, conforme estabelecido no ANEXO I, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante;

II - as Tabelas de Vencimentos, dos cargos de provimento efetivo, constantes do ANEXO IV, da Lei Complementar Municipal nº 049/2014, conforme estabelecido no ANEXO II, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante;

III - as Tabelas de Vencimentos, dos cargos de provimento efetivo constantes da Lei Complementar Municipal nº 046/2014, conforme estabelecido no ANEXO III, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante;

IV - o Vencimento do cargo de provimento em caráter temporário, constante da Lei Complementar Municipal nº 064/2016, conforme estabelecido no ANEXO IV, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante; e,

V - o Vencimento e/ou Subsídio do cargo de provimento eletivo, constante da Lei Municipal nº 1.088/2019, conforme estabelecido no ANEXO V, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante.

VI - A Tabela de Vencimentos/Subsídios, dos cargos de provimento em comissão, constantes do ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 104/2022, conforme estabelecido no ANEXO VI, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 4.º Os incisos I, II e III, do art. 1.º da Lei Municipal nº 1.128/2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1.º (...)

I - Prefeito: R\$ 15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais);

II - Vice-Prefeito: R\$ 7.575,00 (sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais);

III - Secretários Municipais: R\$ 7.070,00 (sete mil e setenta reais).

Art. 5.º O § 2.º do art. 2.º, da Lei Municipal n.º 1.127/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º (...)

§ 2.º Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal e art. 191-A da Lei Orgânica Municipal, fica concedido a título de Revisão Geral Anual (RGA) aos Vereadores em 1% (um por cento), a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 6.º O Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, exigidos pelos incisos I e II, do art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Poder Executivo Municipal, seguem nos ANEXOS VII e VIII, da presente Lei Complementar, que passam dessa a ser partes integrantes.

Art. 7.º As Tabela de Vencimentos/Subsídios dos cargos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, com as devidas alterações autorizadas pela presente Lei Complementar, o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira da Câmara Municipal, deverão ser anexados pela Câmara de Vereadores de Cotriguaçu-MT, passando a ser parte integrantes da presente Lei Complementar.

Art. 8.º As despesas oriundas da execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 10. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

Lei Complementar n.º 115/2023

ANEXO IV

Lei Complementar n.º 048/2014

TABELA DE VENCIMENTOS

AGENTE PÚBLICO - 40 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.361,67	1.906,34	2.451,01
II. 1,04	03 anos	1.416,14	1.982,59	2.549,05
III. 1,08	06 anos	1.470,61	2.058,84	2.647,09
IV. 1,13	09 anos	1.538,68	2.154,17	2.769,64
V. 1,19	12 anos	1.620,39	2.268,54	2.916,70
VI. 1,25	15 anos	1.702,09	2.382,92	3.063,76
VII. 1,32	18 anos	1.797,40	2.516,37	3.235,33
VIII. 1,41	21 anos	1.919,95	2.687,94	3.455,93
IX. 1,50	24 anos	2.042,51	2.859,51	3.676,51
X. 1,53	27 anos	2.083,35	2.916,70	3.750,05
XI. 1,56	30 anos	2.124,21	2.973,89	3.823,58
XII. 1,59	33 anos	2.165,05	3.031,08	3.897,11

AGENTE ADMINISTRATIVO E ORIENTADOR SOCIAL - 40 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.611,16	2.255,62	2.900,09
II. 1,04	03 anos	1.675,61	2.345,86	3.016,09
III. 1,08	06 anos	1.740,06	2.436,08	3.132,10
IV. 1,13	09 anos	1.820,62	2.548,86	3.277,11
V. 1,19	12 anos	1.917,28	2.684,20	3.451,11
VI. 1,25	15 anos	2.013,95	2.819,54	3.625,11
VII. 1,32	18 anos	2.126,74	2.977,43	3.828,12
VIII. 1,41	21 anos	2.271,74	3.180,43	4.089,13
IX. 1,50	24 anos	2.416,75	3.383,44	4.350,14
X. 1,53	27 anos	2.465,08	3.451,11	4.437,14

XI. 1,56	30 anos	2.513,42	3.518,78	4.524,14
XII. 1,59	33 anos	2.561,74	3.586,45	4.611,14

AUXILIAR ADMINISTRATIVO E AGENTE DE VIGILÂNCIA – 40 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.402,48	1.963,47	2.524,45
II. 1,04	03 anos	1.458,57	2.042,01	2.625,43
III. 1,08	06 anos	1.514,68	2.120,55	2.726,41
IV. 1,13	09 anos	1.584,80	2.218,72	2.852,63
V. 1,19	12 anos	1.668,94	2.336,52	3.004,10
VI. 1,25	15 anos	1.753,10	2.454,33	3.155,57
VII. 1,32	18 anos	1.851,27	2.591,77	3.332,28
VIII. 1,41	21 anos	1.977,49	2.768,49	3.559,48
IX. 1,50	24 anos	2.103,72	2.945,20	3.786,68
X. 1,53	27 anos	2.145,79	3.004,10	3.862,42
XI. 1,56	30 anos	2.187,86	3.063,01	3.938,15
XII. 1,59	33 anos	2.229,94	3.121,91	4.013,88

AGENTE OPERACIONAL, TÉCNICO NÍVEL MÉDIO E AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – 40 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.986,75	2.781,45	3.576,15
II. 1,04	03 anos	2.066,22	2.892,71	3.719,19
III. 1,08	06 anos	2.145,69	3.003,96	3.862,24
IV. 1,13	09 anos	2.245,03	3.143,04	4.041,05
V. 1,19	12 anos	2.364,24	3.309,93	4.255,62
VI. 1,25	15 anos	2.483,44	3.476,81	4.470,19
VII. 1,32	18 anos	2.622,52	3.671,51	4.720,52
VIII. 1,41	21 anos	2.801,32	3.921,85	5.042,37
IX. 1,50	24 anos	2.980,13	4.172,18	5.364,23
X. 1,53	27 anos	3.039,73	4.255,62	5.471,51
XI. 1,56	30 anos	3.099,33	4.339,06	5.578,80
XII. 1,59	33 anos	3.158,94	4.422,51	5.686,08

AGENTE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.368,84	3.316,39	4.263,92
II. 1,04	03 anos	2.463,60	3.449,04	4.434,48
III. 1,08	06 anos	2.558,35	3.581,69	4.605,03
IV. 1,13	09 anos	2.676,79	3.747,51	4.818,23
V. 1,19	12 anos	2.818,92	3.946,49	5.074,07
VI. 1,25	15 anos	2.961,06	4.145,47	5.329,90
VII. 1,32	18 anos	3.126,87	4.377,62	5.628,38
VIII. 1,41	21 anos	3.340,07	4.676,10	6.012,13
IX. 1,50	24 anos	3.553,27	4.974,57	6.395,88
X. 1,53	27 anos	3.624,33	5.074,07	6.523,79
XI. 1,56	30 anos	3.695,40	5.173,55	6.651,72
XII. 1,59	33 anos	3.766,46	5.273,05	6.779,64

CONTADOR.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	5.618,22	7.865,51	10.112,79
II. 1,04	03 anos	5.842,94	8.180,12	10.517,30
III. 1,08	06 anos	6.067,68	8.494,75	10.921,81
IV. 1,13	09 anos	6.348,59	8.888,02	11.427,45
V. 1,19	12 anos	6.685,67	9.359,94	12.034,22
VI. 1,25	15 anos	7.022,77	9.831,88	12.640,99
VII. 1,32	18 anos	7.416,05	10.382,47	13.348,88
VIII. 1,41	21 anos	7.921,68	11.090,36	14.259,03
IX. 1,50	24 anos	8.427,33	11.798,25	15.169,18
X. 1,53	27 anos	8.595,87	12.034,22	15.472,56
XI. 1,56	30 anos	8.764,42	12.270,19	15.775,95
XII. 1,59	33 anos	8.932,97	12.506,15	16.079,33

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 40 HORAS.				
CLASSE	Tempo Serviço	A	B	C

		1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	4.252,67	5.953,73	7.654,80
II. 1,04	03 anos	4.422,77	6.191,89	7.960,99
III. 1,08	06 anos	4.592,87	6.430,03	8.267,18
IV. 1,13	09 anos	4.805,51	6.727,72	8.649,92
V. 1,19	12 anos	5.060,68	7.084,94	9.109,21
VI. 1,25	15 anos	5.315,83	7.442,16	9.568,50
VII. 1,32	18 anos	5.613,52	7.858,92	10.104,33
VIII. 1,41	21 anos	5.996,26	8.394,77	10.793,26
IX. 1,50	24 anos	6.379,00	8.930,60	11.482,20
X. 1,53	27 anos	6.506,58	9.109,21	11.711,84
XI. 1,56	30 anos	6.634,15	9.287,82	11.941,48
XII. 1,59	33 anos	6.761,74	9.466,44	12.171,13

CONTROLADOR.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	5.305,38	7.427,53	9.549,68
II. 1,04	03 anos	5.517,59	7.724,63	9.931,67
III. 1,08	06 anos	5.729,81	8.021,73	10.313,66
IV. 1,13	09 anos	5.995,08	8.393,11	10.791,14
V. 1,19	12 anos	6.313,40	8.838,76	11.364,12
VI. 1,25	15 anos	6.631,72	9.284,41	11.937,10
VII. 1,32	18 anos	7.003,10	9.804,34	12.605,58
VIII. 1,41	21 anos	7.480,59	10.472,82	13.465,05
IX. 1,50	24 anos	7.958,07	11.141,30	14.324,53
X. 1,53	27 anos	8.117,23	11.364,12	14.611,01
XI. 1,56	30 anos	8.276,39	11.586,94	14.897,50
XII. 1,59	33 anos	8.435,55	11.809,77	15.184,00

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.023,92	2.833,48	3.643,05
II. 1,04	03 anos	2.104,88	2.946,83	3.788,77
III. 1,08	06 anos	2.185,83	3.060,17	3.934,50
IV. 1,13	09 anos	2.287,02	3.201,84	4.116,65
V. 1,19	12 anos	2.408,47	3.371,84	4.335,23
VI. 1,25	15 anos	2.529,90	3.541,86	4.553,82
VII. 1,32	18 anos	2.671,57	3.740,20	4.808,83
VIII. 1,41	21 anos	2.853,72	3.995,22	5.136,71
IX. 1,50	24 anos	3.035,88	4.250,23	5.464,58
X. 1,53	27 anos	3.096,60	4.335,23	5.573,88
XI. 1,56	30 anos	3.157,31	4.420,23	5.683,17
XII. 1,59	33 anos	3.218,03	4.505,25	5.792,45

ADVOGADO - 20 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.40	1.80
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	4.576,02	6.406,42	8.236,83
II. 1,04	03 anos	4.759,06	6.662,68	8.566,30
III. 1,08	06 anos	4.942,10	6.918,93	8.895,78
IV. 1,13	09 anos	5.170,90	7.239,26	9.307,61
V. 1,19	12 anos	5.445,46	7.623,64	9.801,83
VI. 1,25	15 anos	5.720,02	8.008,03	10.296,04
VII. 1,32	18 anos	6.040,35	8.456,48	10.872,62
VIII. 1,41	21 anos	6.452,18	9.033,06	11.613,93
IX. 1,50	24 anos	6.864,03	9.609,63	12.355,25
X. 1,53	27 anos	7.001,31	9.801,83	12.602,36
XI. 1,56	30 anos	7.138,59	9.994,02	12.849,45
XII. 1,59	33 anos	7.275,87	10.186,21	13.096,56

ANEXO II

Lei Complementar n.º 115/2022

ANEXO IV

Lei Complementar n.º 049/2014

TABELA DE VENCIMENTOS

AGENTE DE SERVIÇO EM SAÚDE E AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.361,67	1.702,09	2.042,51
II. 1,04	03 anos	1.416,14	1.770,18	2.124,21
III. 1,08	06 anos	1.470,61	1.838,26	2.205,91
IV. 1,13	09 anos	1.538,68	1.923,36	2.308,03
V. 1,19	12 anos	1.620,39	2.025,48	2.430,59
VI. 1,25	15 anos	1.702,09	2.127,62	2.553,14
VII. 1,32	18 anos	1.797,41	2.246,76	2.696,11
VIII. 1,41	21 anos	1.919,96	2.399,94	2.879,93
IX. 1,50	24 anos	2.042,51	2.553,14	3.063,76
X. 1,53	27 anos	2.083,36	2.604,19	3.125,04
XI. 1,56	30 anos	2.124,21	2.655,26	3.186,31
XII. 1,59	33 anos	2.165,06	2.706,33	3.247,58

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS – 40 HORAS.

CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.726,95*	2.158,68*	2.590,43
II. 1,04	03 anos	1.796,02*	2.245,04*	2.694,04
III. 1,08	06 anos	1.865,11*	2.331,38*	2.797,66
IV. 1,13	09 anos	1.951,45*	2.439,31*	2.927,18
V. 1,19	12 anos	2.055,07*	2.568,83	3.082,60
VI. 1,25	15 anos	2.158,68*	2.698,36	3.238,03
VII. 1,32	18 anos	2.279,57*	2.849,46	3.419,36
VIII. 1,41	21 anos	2.435,00*	3.043,75	3.652,49
IX. 1,50	24 anos	2.590,43	3.238,03	3.885,63
X. 1,53	27 anos	2.642,23	3.302,79	3.963,35
XI. 1,56	30 anos	2.694,04	3.367,55	4.041,06
XII. 1,59	33 anos	2.745,85	3.432,31	4.118,77

* Por força do art. 198, § 9.º, da Constituição Federal de 1988, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 120, de 05 de maio de 2022 (Piso dos Vencimentos dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias), nenhum servidor nomeado ou contratado em tais cargos poderá receber valor inferior a 02 (dois) salários mínimos, que corresponde a importância de R\$ 2.424,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, exceto se laborar em jornada inferior, caso que deverá ser observado o valor proporcional.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO E AGENTE DE VIGILÂNCIA.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.402,48	1.753,10	2.103,72
II. 1,04	03 anos	1.458,57	1.823,22	2.187,86
III. 1,08	06 anos	1.514,68	1.893,35	2.272,02
IV. 1,13	09 anos	1.584,80	1.980,99	2.377,20
V. 1,19	12 anos	1.668,94	2.086,19	2.503,42
VI. 1,25	15 anos	1.753,10	2.191,37	2.629,65
VII. 1,32	18 anos	1.851,27	2.314,08	2.776,90
VIII. 1,41	21 anos	1.977,49	2.471,86	2.966,24
IX. 1,50	24 anos	2.103,72	2.629,65	3.155,57
X. 1,53	27 anos	2.145,79	2.682,24	3.218,68
XI. 1,56	30 anos	2.187,86	2.734,83	3.281,79
XII. 1,59	33 anos	2.229,94	2.787,42	3.344,91

AGENTE ADMINISTRATIVO.

CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.611,16	2.013,95	2.416,75
II. 1,04	03 anos	1.675,61	2.094,51	2.513,42
III. 1,08	06 anos	1.740,06	2.175,07	2.610,08
IV. 1,13	09 anos	1.820,62	2.275,76	2.730,92
V. 1,19	12 anos	1.917,28	2.396,60	2.875,92
VI. 1,25	15 anos	2.013,95	2.517,45	3.020,93
VII. 1,32	18 anos	2.126,74	2.658,42	3.190,11
VIII. 1,41	21 anos	2.271,74	2.839,68	3.407,61
IX. 1,50	24 anos	2.416,75	3.020,93	3.625,11
X. 1,53	27 anos	2.465,08	3.081,35	3.697,62
XI. 1,56	30 anos	2.513,42	3.141,77	3.770,12
XII. 1,59	33 anos	2.561,74	3.202,18	3.842,63

AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

CLASSE	Tempo Serviço	A	B	C
--------	---------------	---	---	---

		1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.817,32	2.271,65	2.725,99
II. 1,04	03 anos	1.890,01	2.362,52	2.835,02
III. 1,08	06 anos	1.962,71	2.453,39	2.944,06
IV. 1,13	09 anos	2.053,57	2.566,97	3.080,36
V. 1,19	12 anos	2.162,61	2.703,27	3.243,92
VI. 1,25	15 anos	2.271,65	2.839,56	3.407,48
VII. 1,32	18 anos	2.398,87	2.998,58	3.598,30
VIII. 1,41	21 anos	2.562,43	3.203,03	3.843,64
IX. 1,50	24 anos	2.725,99	3.407,48	4.088,97
X. 1,53	27 anos	2.780,50	3.475,63	4.170,75
XI. 1,56	30 anos	2.835,02	3.543,78	4.252,53
XII. 1,59	33 anos	2.889,54	3.611,93	4.334,31

TÉCNICO EM ENFERMAGEM.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.084,87	2.606,09	3.127,31
II. 1,04	03 anos	2.168,27	2.710,34	3.252,40
III. 1,08	06 anos	2.251,66	2.814,58	3.377,49
IV. 1,13	09 anos	2.355,91	2.944,88	3.533,86
V. 1,19	12 anos	2.480,99	3.101,25	3.721,50
VI. 1,25	15 anos	2.606,09	3.257,61	3.909,13
VII. 1,32	18 anos	2.752,03	3.440,04	4.128,05
VIII. 1,41	21 anos	2.939,67	3.674,59	4.409,51
IX. 1,50	24 anos	3.127,31	3.909,13	4.690,97
X. 1,53	27 anos	3.189,85	3.987,32	4.784,78
XI. 1,56	30 anos	3.252,40	4.065,50	4.878,60
XII. 1,59	33 anos	3.314,95	4.143,69	4.972,42

TÉCNICO EM RADIOLOGIA - 20 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.084,87	2.606,09	3.127,31
II. 1,04	03 anos	2.168,27	2.710,34	3.252,40
III. 1,08	06 anos	2.251,66	2.814,58	3.377,49
IV. 1,13	09 anos	2.355,91	2.944,88	3.533,86
V. 1,19	12 anos	2.480,99	3.101,25	3.721,50
VI. 1,25	15 anos	2.606,09	3.257,61	3.909,13
VII. 1,32	18 anos	2.752,03	3.440,04	4.128,05
VIII. 1,41	21 anos	2.939,67	3.674,59	4.409,51
IX. 1,50	24 anos	3.127,31	3.909,13	4.690,97
X. 1,53	27 anos	3.189,85	3.987,32	4.784,78
XI. 1,56	30 anos	3.252,40	4.065,50	4.878,60
XII. 1,59	33 anos	3.314,95	4.143,69	4.972,42

TÉCNICO DE LABORATORIO.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.549,83	1.937,29	2.324,76
II. 1,04	03 anos	1.611,83	2.014,79	2.417,74
III. 1,08	06 anos	1.673,82	2.092,28	2.510,73
IV. 1,13	09 anos	1.751,31	2.189,14	2.626,97
V. 1,19	12 anos	1.844,30	2.305,38	2.766,45
VI. 1,25	15 anos	1.937,29	2.421,62	2.905,94
VII. 1,32	18 anos	2.045,79	2.557,23	3.068,67
VIII. 1,41	21 anos	2.185,27	2.731,59	3.277,90
IX. 1,50	24 anos	2.324,76	2.905,94	3.487,13
X. 1,53	27 anos	2.371,25	2.964,06	3.556,87
XI. 1,56	30 anos	2.417,74	3.022,18	3.626,62
XII. 1,59	33 anos	2.464,24	3.080,30	3.696,36

MOTORISTA E TÉCNICO VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.986,75	2.483,44	2.980,13
II. 1,04	03 anos	2.066,22	2.582,77	3.099,33
III. 1,08	06 anos	2.145,69	2.682,12	3.218,54

IV. 1,13	09 anos	2.245,03	2.806,29	3.367,54
V. 1,19	12 anos	2.364,24	2.955,29	3.546,35
VI. 1,25	15 anos	2.483,44	3.104,30	3.725,16
VII. 1,32	18 anos	2.622,52	3.278,14	3.933,77
VIII. 1,41	21 anos	2.801,32	3.501,65	4.201,97
IX. 1,50	24 anos	2.980,13	3.725,16	4.470,19
X. 1,53	27 anos	3.039,73	3.799,66	4.559,59
XI. 1,56	30 anos	3.099,33	3.874,17	4.649,00
XII. 1,59	33 anos	3.158,94	3.948,67	4.738,40

ESPECIALISTA EM SAÚDE - 40 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	4.252,67	5.315,83	6.379,00
II. 1,04	03 anos	4.422,77	5.528,47	6.634,15
III. 1,08	06 anos	4.592,87	5.741,10	6.889,32
IV. 1,13	09 anos	4.805,51	6.006,89	7.208,27
V. 1,19	12 anos	5.060,68	6.325,84	7.591,01
VI. 1,25	15 anos	5.315,83	6.644,79	7.973,75
VII. 1,32	18 anos	5.613,52	7.016,89	8.420,28
VIII. 1,41	21 anos	5.996,26	7.495,32	8.994,38
IX. 1,50	24 anos	6.379,00	7.973,75	9.568,50
X. 1,53	27 anos	6.506,58	8.133,23	9.759,87
XI. 1,56	30 anos	6.634,15	8.292,70	9.951,24
XII. 1,59	33 anos	6.761,74	8.452,17	10.142,61

ESPECIALISTA EM SAÚDE - 20 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.126,33	2.657,92	3.189,50
II. 1,04	03 anos	2.211,38	2.764,23	3.317,08
III. 1,08	06 anos	2.296,44	2.870,55	3.444,66
IV. 1,13	09 anos	2.402,76	3.003,45	3.604,13
V. 1,19	12 anos	2.530,33	3.162,92	3.795,50
VI. 1,25	15 anos	2.657,92	3.322,40	3.986,87
VII. 1,32	18 anos	2.806,76	3.508,45	4.210,13
VIII. 1,41	21 anos	2.998,12	3.747,67	4.497,20
IX. 1,50	24 anos	3.189,50	3.986,87	4.784,25
X. 1,53	27 anos	3.253,29	4.066,61	4.879,94
XI. 1,56	30 anos	3.317,08	4.146,35	4.975,62
XII. 1,59	33 anos	3.380,87	4.226,08	5.071,30

MÉDICO - 20 HORAS.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	11.141,61	13.927,02	16.712,42
II. 1,04	03 anos	11.587,28	14.484,10	17.380,92
III. 1,08	06 anos	12.032,94	15.041,18	18.049,42
IV. 1,13	09 anos	12.590,02	15.737,53	18.885,03
V. 1,19	12 anos	13.258,52	16.573,15	19.887,78
VI. 1,25	15 anos	13.927,02	17.408,77	20.890,53
VII. 1,32	18 anos	14.706,93	18.383,67	22.060,39
VIII. 1,41	21 anos	15.709,67	19.637,10	23.564,51
IX. 1,50	24 anos	16.712,42	20.890,53	25.068,63
X. 1,53	27 anos	17.046,67	21.308,33	25.570,00
XI. 1,56	30 anos	17.380,92	21.726,15	26.071,37
XII. 1,59	33 anos	17.715,17	22.143,96	26.572,75

ANEXO III

Lei Complementar n.º 115/2023

Lei Complementar n.º 046/2014

TABELA DE VENCIMENTOS

PROFESSOR - 30 HORAS.						
CLASSE		A	B	C	D	E
	Tempo Serviço	1.00	1.50	1.70	2.00	2.30
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.454,95*	3.682,42	4.173,41	4.909,89	5.646,37
II. 1,04	03 anos	2.553,15*	3.829,72	4.340,34	5.106,29	5.872,23

III. 1,09	06 anos	2.675,89*	4.013,84	4.549,02	5.351,79	6.154,55
IV. 1,14	09 anos	2.798,64*	4.197,95	4.757,69	5.597,28	6.436,87
V. 1,19	12 anos	2.921,38	4.382,08	4.966,35	5.842,77	6.719,19
VI. 1,25	15 anos	3.068,68	4.603,02	5.216,76	6.137,37	7.057,97
VII. 1,32	18 anos	3.240,52	4.860,80	5.508,90	6.481,06	7.453,21
VIII. 1,41	21 anos	3.461,47	5.192,21	5.884,50	6.922,94	7.961,40
IX. 1,50	24 anos	3.682,42	5.523,63	6.260,11	7.364,84	8.469,57
X. 1,53	27 anos	3.756,07	5.634,10	6.385,31	7.512,14	8.638,95
XI. 1,56	30 anos	3.829,72	5.744,58	6.510,52	7.659,44	8.808,35
XII. 1,59	33 anos	3.903,37	5.855,05	6.635,72	7.806,73	8.977,74

*Em cumprimento da Lei Federal do Piso Nacional do Magistério nenhum Professor receberá valor inferior a R\$ 2.884,00 mensais para uma jornada de 30 (horas) semanais

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR EDUCACIONAL.					
CLASSE		A	B	C	D
	Tempo Serviço	1.00	1.10	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	4.013,94	4.415,34	5.017,43	6.020,91
II. 1,04	03 anos	4.174,50	4.591,94	5.218,12	6.261,75
III. 1,09	06 anos	4.335,06	4.768,56	5.418,82	6.502,58
IV. 1,14	09 anos	4.535,76	4.989,33	5.669,70	6.803,63
V. 1,19	12 anos	4.776,59	5.254,25	5.970,74	7.164,89
VI. 1,25	15 anos	5.017,43	5.519,18	6.271,79	7.526,15
VII. 1,32	18 anos	5.298,40	5.828,25	6.623,00	7.947,61
VIII. 1,41	21 anos	5.659,66	6.225,62	7.074,58	8.489,48
IX. 1,50	24 anos	6.020,91	6.623,00	7.526,15	9.031,37
X. 1,53	27 anos	6.141,34	6.755,47	7.676,67	9.212,00
XI. 1,56	30 anos	6.261,75	6.887,93	7.827,19	9.392,63
XII. 1,59	33 anos	6.382,17	7.020,39	7.977,71	9.573,25

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.				
CLASSE		A	B	C
	Tempo Serviço	1.00	1.25	C/PROFISSIONALIZAÇÃO
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.150,50	1.438,13	2.087,48
II. 1,04	03 anos	1.196,52	1.495,65	2.170,97
III. 1,08	06 anos	1.254,05	1.567,56	2.275,35
IV. 1,13	09 anos	1.311,58	1.639,46	2.379,72
V. 1,19	12 anos	1.369,10	1.711,37	2.484,10
VI. 1,25	15 anos	1.438,13	1.797,66	2.609,35
VII. 1,32	18 anos	1.518,67	1.898,33	2.755,47
VIII. 1,41	21 anos	1.622,21	2.027,76	2.943,34
IX. 1,50	24 anos	1.725,76	2.157,19	3.131,22
X. 1,53	27 anos	1.760,27	2.200,34	3.193,84
XI. 1,56	30 anos	1.794,78	2.243,47	3.256,46
XII. 1,59	33 anos	1.829,29	2.286,62	3.319,09

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - PROFISSIONALIZADO.					
CLASSE		A	B	C	D
	Tempo Serviço	1.00	1.10	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	2.087,48	3.131,22	3.548,72	4.174,96
II. 1,04	03 anos	2.170,97	3.256,46	3.690,66	4.341,95
III. 1,09	06 anos	2.275,35	3.413,02	3.868,10	4.550,71
IV. 1,14	09 anos	2.379,72	3.569,59	4.045,53	4.759,45
V. 1,19	12 anos	2.484,10	3.726,15	4.222,97	4.968,20
VI. 1,25	15 anos	2.609,35	3.914,02	4.435,89	5.218,70
VII. 1,32	18 anos	2.755,47	4.133,20	4.684,30	5.510,94
VIII. 1,41	21 anos	2.943,34	4.415,01	5.003,68	5.886,68
IX. 1,50	24 anos	3.131,22	4.696,82	5.323,07	6.262,43
X. 1,53	27 anos	3.193,84	4.790,76	5.429,53	6.387,68
XI. 1,56	30 anos	3.256,46	4.884,70	5.535,99	6.512,93
XII. 1,59	33 anos	3.319,09	4.978,63	5.642,46	6.638,18

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NÃO PROFISSIONALIZADO.					
CLASSE		A	B	C	D
	Tempo Serviço	1.00	1.10	1.25	1.50
NÍVEL		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$
I. 1,00	00 anos	1.422,15	2.133,23	2.417,66	2.844,30
II. 1,04	03 anos	1.479,03	2.218,56	2.514,36	2.958,08
III. 1,09	06 anos	1.550,15	2.325,21	2.635,24	3.100,29
IV. 1,14	09 anos	1.621,25	2.431,88	2.756,13	3.242,50
V. 1,19	12 anos	1.692,36	2.538,53	2.877,02	3.384,72
VI. 1,25	15 anos	1.777,69	2.666,53	3.022,07	3.555,38
VII. 1,32	18 anos	1.877,24	2.815,86	3.191,31	3.754,47

VIII. 1,41	21 anos	2.005,23	3.007,85	3.408,89	4.010,47
IX. 1,50	24 anos	2.133,23	3.199,84	3.626,49	4.266,45
X. 1,53	27 anos	2.175,89	3.263,84	3.699,01	4.351,78
XI. 1,56	30 anos	2.218,56	3.327,83	3.771,54	4.437,11
XII. 1,59	33 anos	2.261,22	3.391,83	3.844,07	4.522,44

APOIO OPERACIONAL.					
CLASSE	Tempo Serviço	A	B	C	
NÍVEL		1.00	1.25	C/PROFISSIONALIZAÇÃO	
		Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	Vencimento/R\$	
I. 1,00	00 anos	2.238,17	2.797,71	4.014,72	
II. 1,04	03 anos	2.327,70	2.909,62	4.175,31	
III. 1,08	06 anos	2.439,60	3.049,50	4.376,05	
IV. 1,13	09 anos	2.551,51	3.189,39	4.576,78	
V. 1,19	12 anos	2.663,42	3.329,27	4.777,51	
VI. 1,25	15 anos	2.797,71	3.497,15	5.018,40	
VII. 1,32	18 anos	2.954,38	3.692,98	5.299,43	
VIII. 1,41	21 anos	3.155,82	3.944,78	5.660,76	
IX. 1,50	24 anos	3.357,26	4.196,57	6.022,08	
X. 1,53	27 anos	3.424,41	4.280,50	6.142,52	
XI. 1,56	30 anos	3.491,55	4.364,43	6.262,96	
XII. 1,59	33 anos	3.558,69	4.448,36	6.383,40	

ANEXO IV

Lei Complementar n.º 115/2023

LEI COMPLEMENTAR N.º 064/2016

CARGO DE PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CARGOS	QUANTIDADE	VENCIMENTO/SUBSÍDIO/R\$
AUXILIAR DE SALA	20	1.260,61

ANEXO V

Lei Complementar n.º 115/2022

CARGOS DE PROVIMENTO ELETIVO

LEI N.º 1.088/2019

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO	VENCIMENTO/SUBSÍDIO/R\$
CONSELHEIRO TUTELAR	1.986,75
PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR + 20%	2.379,86

ANEXO VI

Lei Complementar n.º 115/2023

ANEXO II

LEI N.º 104/2022

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	LOTAÇÃO	VENCIMENTO/R\$
DAS/ESP-14	Assessor Jurídico do Gabinete	GAB	R\$ 10.241,45
DAS/ESP-13	Superintendente de Obras e Terraplanagem	GAB	R\$ 9.271,80
DAS/ESP-12	Assistente Jurídico da APMG	PGM	R\$ 5.477,58
DAS/ESP-11	Assessor Pedagógico	SMEC	R\$ 5.666,10
DAS/ESP-10	Diretor Escolar	SMEC	R\$ 5.666,10
DAS/ESP-9	Coordenador Pedagógico SMEC	SMEC	R\$ 5.460,06
DAS/ESP-8	Coordenador Escolar	SMEC	R\$ 5.460,06
DAS/ESP-7	Coordenador Hospitalar e SAMU	SMS	R\$ 4.774,98
DAS/ESP - 6	Gerente da Unidade Básica de Saúde - Nova União	SMS	R\$ 3.832,34
DAS/ESP-5	Responsável Técnico de Enfermagem Hospital e SAMU	SMS	R\$ 3.832,34
DAS/ESP-4	Administrador de Licitações e Contratos	SMAP	R\$ 3.502,68
DAS/ESP-4	Gestor de Tesouraria	SMF	R\$ 3.502,68
DAS/ESP-3	Coordenador do CRAS	SMAS	R\$ 3.090,60
DAS/ESP-2	Secretária Executiva dos Conselhos	SMAS	R\$ 2.472,48
DAS/ESP-1	Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN MUNICIPAL	SMU	R\$ 1.699,83
DAS - 6	Superintendente de Infraestrutura	SMDNU	R\$ 4.981,02
DAS - 6	Superintendente de Oficina e Mecânica	SMDNU	R\$ 4.981,02
DAS-5	Assessor de Planejamento e Assuntos Estratégicos	SMAP	R\$ 4.105,35
DAS-5	Assessor Técnico de Educação	SMEC	R\$ 4.105,35
DAS-5	Assessor Administrativo de Infraestrutura e Obras	SMIO	R\$ 4.105,35
DAS-5	Assessor Técnico de Saúde	SMS	R\$ 4.105,35
DAS-5	Assessor Administrativo de Gabinete	GAB	R\$ 4.105,35
DAS - 5	Assessor de Projetos e Engenharia	SMIO	R\$ 4.105,35
DAS - 4	Supervisor de Esportes, Lazer e Turismo	SMU	R\$ 2.266,44

DAS - 4	Supervisor Distrital de Urbanismo, Água e Esgoto	SMDNU	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor Administrativo Distrital	SMDNU	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Manutenção de Rodovias	SMIO	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Recursos Humanos	SMAP	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Compras e Suprimentos	SMAP	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Contabilidade	SMF	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Arrecadação	SMF	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Expediente	SMAP	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor do Transporte Escolar	SMEC	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Agricultura, Pecuária e Assuntos Fundiários	SMAPA	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Assistência Social	SMAS	R\$ 2.266,44
DAS-4	Supervisor de Gestão e Suporte de Informática	SMAP	R\$ 2.266,44
DAS-3	Coordenador de Vigilância em Saúde	SMS	R\$ 1.844,06
DAS-3	Coordenador de Regulação	SMS	R\$ 1.844,06
DAS-3	Coordenador de Atenção Básica	SMS	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento Central de Compras e Suprimentos	SMAP	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento Central de Licitações e Contratos	SMAP	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Administração e Suprimentos	SMEC	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Assuntos Fundiários	SMAPA	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Captação de Recursos e Prestação de Contas	SMAP	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Compras, Logística e Suprimentos	SMS	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Coordenação Administrativa	SMAPA	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Cultura e Biblioteca	SMEC	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento Distrital de Cultura, Esporte e Lazer	SMDNU	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento Financeiro	SMF	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Gestão do Trabalho	SMS	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Licenciamento e Fiscalização Ambiental	SMMAD	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Patrimônio e Frotas	SMAP	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Saneamento Básico	SMU	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Urbanismo	SMU	R\$ 1.844,06
DAS-2	Diretor do Departamento de Contabilidade	SMF	R\$ 1.844,06
DAS-1	Chefe de Divisão de Colaboração	SMDNU	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Gestão, Administração e Compras	SMAS	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Limpeza Urbana	SMU	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Manutenção de Veículos	SMIO	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Sistema de Informática	SMAP	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Sistema de Informação em Saúde	SMS	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Suporte e Gestão	SMAPA	R\$ 1.699,83
DAS - 1	Chefe de Divisão de Processos e Pagamentos	SMAP	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de divisão de Informações Previdenciárias	ASGAB	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão Setor do CadÚnico	SMAS	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão Seção do CadÚnico - Distrito de Nova União	SMAS	R\$ 1.699,83
DAS-1	Chefe de Divisão de Setor Identificação	SMDNU	R\$ 1.699,83

ANEXO VII

Lei Complementar n.º 115/2023

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

(Inciso I, do art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

Este relatório foi elaborado com base no disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal de 1988, considerando as Metas e Prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nas informações de Projeções dos Índices Financeiros, resultando nos valores monetários atualizados anualmente.

DESCRIÇÃO DO EVENTO: Impacto Orçamentário referente a Reajuste Salarial		
criação:	expansão:	aperfeiçoamento: X

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO	
Montante da despesa orçada na Lei Orçamentária Anual 1.206/2022	
Descrição por elemento de despesa	Valor orçado
3190.11	R\$ 17.035.824,94
3190.13	R\$ 1.266.000,00
3190.16	R\$ 810.800,00
3190.91	R\$ 49.500,00
3190.92	R\$ 29.500,00
3191.13	R\$ 2.167.500,00
TOTAL ORÇADO	R\$ 21.359.124,94

DESPESA TOTAL COM PESSOAL ATUALIZADA	
Descrição por elemento de despesa	Valor total da despesa atualizado
3190.07	R\$ 1.191,30
3190.11	R\$ 20.967.416,45
3190.13	R\$ 1.576.337,28
3190.16	R\$ 974.892,11
31.90.92	R\$ 1.231,26
3191.13	R\$ 2.562.710,33

TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL R\$ 26.083.778,73

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS			
Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa	2023	2024	2025
3190.11	R\$ 20.967.416,45	R\$ 21.117.090,61	R\$ 21.328.261,51
3190.13	R\$ 1.576.337,28	R\$ 1.592.100,65	R\$ 1.608.021,66
3190.16	R\$ 974.892,11	R\$ 984.641,03	R\$ 994.487,44
3190.91	R\$ 0,00	R\$ 26.612,13	R\$ 27.676,61
3190.92	R\$ 1.231,26	R\$ 1.243,57	R\$ 1.256,00
3191.13	R\$ 2.562.710,33	R\$ 2.588.337,43	R\$ 2.614.220,80
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 26.083.778,73	R\$ 26.310.025,42	R\$ 26.573.924,02

Para o exercício atual (2024) e nos dois anos subsequentes, com a projeção de um aumento anual médio de 4,00%, temos os seguintes valores de Gasto com Pessoal, Receita Corrente Líquida e Percentual gasto com pessoal:

Ano	Gasto em Pessoal	Projeção da RCL	Percentual Gasto
2024	R\$ 25.754.793,00	R\$ 58.724.311,44	43,86%
2025	R\$ 26.759.229,93	R\$ 61.012.478,27	43,86%
2026	R\$ 27.829.599,12	R\$ 63.456.988,60	43,86%

Considerando que os números encontrados no orçamento são provenientes de projeções e estimativas, tanto orçamentária quanto financeiras, que podem sofrer alterações no ato da sua consolidação devido, principalmente, ao cenário econômico e financeiro que afetam a RCL- Receita Corrente Líquida para mais ou menos, podendo apresentar divergências entre orçado e realizado.

Com base no gasto com pessoal realizado no exercício corrente, bem como a receita corrente líquida realizada no mesmo período, temos o seguinte Custo atual com pessoal e seu percentual da RCL:

GASTO COM PESSOAL REALIZADO NO EXERCÍCIO (janeiro a novembro 2023)	
Receita Corrente Líquida no período	R\$ 60.412.903,72
(X) 54% - Limite Máximo para Gasto com Pessoal	R\$ 32.622.968,00
Gasto com pessoal no período	R\$ 26.133.151,29
Percentual da RCL Gasto com Pessoal no Período	43,26%

GASTO COM PESSOAL REALIZADO NO EXERCÍCIO (janeiro a novembro de 2023)	
Receita Corrente Líquida no período	R\$ 60.412.903,72
(X) 54% - Limite Máximo para Gasto com Pessoal	R\$ 32.622.968,00
Gasto com pessoal no período	R\$ 26.133.151,29
Percentual da RCL Gasto com Pessoal no Período	43,26%
Valor do Aumento De Gasto (Reajuste 1%)	R\$ 261.331,51
Gasto estimado (Realizado + Reajuste)	R\$ 26.394.482,80
Percentual da RCL Gasto com Pessoal Após Reajuste Proposto	43,69 %

Portanto, o valor proposto:

ATENDE ao exigido pelo Artigo 71 da Lei Complementar n° 101/2000 (aumento de até 10% da RCL atual para a RCL projetada).

ATENDE ao exigido pelo art. 20 incisos III, da Lei Complementar n° 101/ 2000 (não ultrapassar 54% e 6% da RCL com gasto c/ pessoal no Executivo/ Legislativo).

ATENDE ao exigido pelo art. 22, parágrafo único da Lei Complementar n° 101/2000 (não ultrapassar 95% do limite, sendo 51,3% e 5,7% p/ Executivo/ Legislativo).

Considerando ainda que os Cálculos foram realizados através de uma projeção, sendo utilizado como base receitas e despesas até o mês de novembro de 2023, o Gestor estará atento aos Limites Constituições estabelecidos de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tomando todas as providências necessárias para o enquadramento dos Gastos com Pessoal, observando sempre o comportamento da Receita Corrente Líquida.

É o relatório.

Cotriguaçu-MT 06 de dezembro de 2023

William Luis Sulzbach João Francisco Pereira Neto

Secretário Municipal de Finanças Contador

ANEXO VIII

Lei Complementar n.º 115/2023

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Inciso II, do art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

OBJETIVO DA DESPESA:

REVISÃO GERAL ANUAL DOS CARGOS DE PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, VEREADORES, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO, DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

EU, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício, de Cotriguaçu-MT, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações art. 16, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2020 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO existir adequação orçamentária e financeira para atender o objeto da Despesa mencionada acima, e caso aprovado o presente Projeto de Lei Complementar, serão incluídas as despesas nas peças orçamentárias referentes aos exercícios financeiros vigentes e subsequente.

Sem mais para o momento, firmo a presente Declaração por corresponder com a inteira realidade dos fatos.

Cotriguaçu-MT, 14 de dezembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E QUANTIDADE DO CONTRATO Nº 049/2021

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato nº 049/2021, de origem da PROCESSO DE COMPRA Nº 086/2021, na modalidade de INEXIGIBILIDADE Nº 004/2021, do objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO GRATUITA, CONVERSÃO E MIGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, REFERENTE AO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS – E-SOCIAL, COM A RESPECTIVA LOCAÇÃO DO REFERIDO SISTEMA INFORMATIZADO, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS INDEPENDENTES E AUTÔNOMOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO".

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67, localizada na Av. 20 de Dezembro, Nº 725, Bairro Centro, Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº: **VALDIVINO MENDES DOS SANTOS**, doravante denominado "**CONTRATANTE**" e a empresa: **STAF SISTEMAS LTDA**, CNPJ: 07.941.056/0001-90, endereçada em Av. Antônio J M Andrade, nº 1042, CEP: 79750-000, Bairro: Centro, Nova Andradina-MS, denominado "**CONTRATADO**", conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de **29 de dezembro de 2023 até 29 de dezembro de 2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO - VALOR: O valor total global do contrato passa de R\$ 46.110,12 (quarenta e seis mil, cento e dez reais e doze centavos) para R\$ 65.296,60 (sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA

CNPJ: 07.941.056/0001-90

CONTRATADO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso das atribuições e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente PROCESSO Nº 095/2023 ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

a) Processo Nr.: 095/2023

b) Modalidade:

c) Data Homologação: 19/12/2023

d) Objeto da Licitação: "ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023 GERENCIADO PELA PREFEITURA DE BARÃO DE MELGAÇO-MT PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, TOTALMENTE WEB (SISTEMA EM NUVEM), DISPENSANDO A INSTALAÇÃO DE QUALQUER PROGRAMA, PLUG-IN, EMULADOR OU QUALQUER OUTRO RECURSO TECNOLÓGICO QUE SEJA REQUISITO PARA INICIALIZAR O SISTEMA, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, E SUPORTE TÉCNICO, OPERANDO COM BANCO DE DADOS RELACIONAL, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT. TOTALMENTE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NBCASP - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E SIAFIC - SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE".

EXTRATO DO CONTRATO 137/2023

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro Centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Srº: **VALDIVINO MENDES DOS SANTOS**, Portador de C.I. RG nº **** SSP/MT e do CPF/MF nº *****, que doravante passa a ser identificado e chamado de "**CONTRATANTE**", e a empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA** inscrita sob CNPJ 26.804.377/0001-97. denominado "**CONTRATADO**".

Objeto: "ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023 GERENCIADO PELA PREFEITURA DE BARÃO DE MELGAÇO-MT PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, TOTALMENTE WEB (SISTEMA EM NUVEM), DISPENSANDO A INSTALAÇÃO DE QUALQUER PROGRAMA, PLUG-IN, EMULADOR OU QUALQUER OUTRO RECURSO TECNOLÓGICO QUE SEJA REQUISITO PARA INICIALIZAR O SISTEMA, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, E SUPORTE TÉCNICO, OPERANDO COM BANCO DE DADOS RELACIONAL, INCLUSIVE COM A PRES-

TAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT. TOTALMENTE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NBCASP - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E SIAFIC - SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE".

VALOR: O presente contrato Administrativo tem o valor global de R\$ 417.750,00 (quatrocentos e dezessete mil setecentos e cinquenta reais) que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

VIGÊNCIA: O presente Contrato Administrativo tem vigência de 19 de dezembro de 2023 até 19 de dezembro de 2024 podendo ser prorrogado.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO CARTA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO DE REAVER O VALOR PAGO EM DUPLICIDADE									
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICANTE									
NOME:			MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT				CNPJ/MF:		37.465.309/0001-67
ENDEREÇO:			Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro		MUNICÍPIO:		COTRIGUAÇU/UF.:		MT
IDENTIFICAÇÃO DA NOTIFICADA									
RAZÃO SOCIAL/NOME:			CENTENA E GUNSCH GESTÃO HOTELEIRA LTDA						
NOME DE FANTASIA			PLAZA HOTEL SINOP						
CNPJ/CPF/MF:			52.081.958/0001-58		E-MAIL:		kleber@boozoperadora.com.br		
Inscrição Municipal:			58033		Fone		(66) 996856067		
ENDEREÇO:			Av. Dos Tarumas, N.º 534, Setor Residencial Sul		MUNICÍPIO:		SINOP		UF.: MT
REPRESENTANTE LEGAL:			KLEBER BETTIO GUNSCH						
CPF/MF:					E-MAIL:				
ENDEREÇO: Avenida das Acácias, 1481, - de 1397 a 1655					MUNICÍPIO:		SINOP		UF.: MT
REPRESENTANTE LEGAL:			JULIANA CENTENA MARTINEZ GUNSCH						
CPF/MF:					E-MAIL:				
ENDEREÇO:					MUNICÍPIO:				
IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU CONGÊNERE									
MODALIDADE/FORMA LICITATÓRIA:					DISPENSA ART. 24, INCISO II, COMPRA DIRETA N.º 199/2023				
NÚMERO DA NFE					202300000000020				
OBJETO:					SERVIÇOS DE 30 (TRINTA) DIÁRIAS DE HOTEL				
CONTEÚDO/FUNDAMENTO DA NOTIFICAÇÃO									
<p>Pela presente, o NOTIFICANTE acima qualificado, na qualidade de ÓRGÃO PÚBLICO, NOTIFICA, inicialmente, a NOTIFICADA, na qualidade de DE- TENTORA da compra direta caracterizada acima.</p> <p>De início a Notificante por erro no Departamento Financeiro acabou pagando duplicadamente a Nota Fiscal Eletrônica N.º 202300000000020 referente ao serviço contratado de 30 (trinta) diárias de hotel, sendo o primeiro pagamento feito por TED no dia 16 de novembro de 2023 para Instituição do Banco Cooperativo do Brasil S.A., conta corrente da NOTIFICADA Centena e Gunsch Gestão Hoteleira Ltda, num valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil, e oitocentos reais). Já na data de 04 de dezembro de 2023 o Departamento Financeiro fez outro pagamento de R\$ 5.800,00 (cinco mil, e oitocentos re- ais) da mesma Nota Fiscal Eletrônica N.º 202300000000020 na forma TED em uma conta 18.292-3 do Banco Sicoob S.A.</p> <p>Mediante o acontecido a Secretaria Municipal de Saúde e o Departamento Financeiro entrou várias vezes em contato com a NOTIFICADA para reaver o valor duplicado, entretanto a NOTIFICADA não fez a devolução do valor duplicado, configurando a má-fé e enriquecimento ilícito, conforme elenca o artigo 884 do Código Civil.</p> <p>Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos va- lores monetários.</p> <p>Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.</p> <p>Na mesma linha, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal reconhece a restituição. Vejamos:</p> <p>CIVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. DESVIO DE RECURSOS. AUDITO- RIA INTERNA. PAGAMENTOS REALIZADOS EM FAVOR DA PARTE RE. COMPROVAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. ENRIQUECIMENTO ILI- CITO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA VEROSSIMILHANÇA PREPONDERANTE. RESTITUIÇÃO DEVIDA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SENTENÇA REFORMADA. 1. O art. 884 do Código Civil preconiza que aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários. A previsão legal está baseada no princípio da eticidade e da boa-fé, visando o equilíbrio patrimonial e à pacificação social, evitando-se, portanto, conduta baseada no locupletamento sem razão. 2. Consoante o art. 373 do CPC/ 2015, cabe ao autor comprovar o fato constitutivo do seu direito, e, ao réu, demonstrar fato modificativo, impeditivo e extintivo do direito do autor. 3. A ausência de prestação de serviço pela ré constitui fato negativo, de modo que compete a ela demonstrar, nos autos, que efetivamente foi contratada e que prestou o serviço em favor da autora, fazendo jus ao numerário comprovadamente recebido. 4. Constatado que a ré auferiu valores ilícitamente, diante da ausência de comprovação da prestação de serviço supostamente contratado, é devida a restituição do numerário em favor da autora, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa. 5. Tendo em vista que a indenização decorre de relação extracontratual decorrente de ato ilícito, os juros de mora devem incidir a partir da data do evento danoso, nos termos do art. 398 do Código Civil e do enunciado da Súmula 54 do col. STJ. 6. Conside- rando que o fato jurídico que embasa a pretensão indenizatória é a ausência de prestação de serviços pela ré, o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito reclamado não há de ser exigido de forma cabal e incontroversa - levando em consideração a limitação das provas constantes dos autos - analisado segundo o chamado princípio da verossimilhança preponderante. 7. Recurso provido.</p> <p>(TJ-DF 00174606920168070001 DF 0017460-69.2016.8.07.0001, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 09/10/2019, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 16/10/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)</p> <p>Por conseguinte, preconiza que aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários. A previsão legal está baseada no princípio da eticidade e da boa-fé, visando o equilíbrio patrimonial e à paci- ficação social, evitando-se, portanto, conduta baseada no locupletamento sem razão.</p> <p>Cabe, por fim, enfatizar que a NOTIFICADA, em não realizando a restituição dos valores no prazo de cinco (05) dias a contar do recebimento da pre- sente Notificação, serão adotadas medidas administrativas e judiciais.</p> <p>A cópia integral da presente Notificação será nesta data encaminhada no endereço de e-mail já informado pela empresa Notificada e publicado o seu extrato resumido no Diário Oficial da Associação Mato Grossense dos Municípios – AMM, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.</p>									
LOCAL DATA E ASSINATURA									
LOCAL: COTRIGUAÇU-MT			DIA: 19		MÊS: dezembro		ANO: 2023		
WILLIAM LUIS SULZBACH Secretário de Fazenda Poder Executivo – Cotriguaçu-MT					DE ACORDO: VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal				

CENTENA E GUNSCH GESTÃO HOTELEIRA LTDA
CNPJ/MF n.º 52.081.958/0001-58
NOTIFICADA
KLEBER BETTIO GUNSCH
CPF/MF n.º 027.492.311-40
Representante Legal
CIENTE EM: _____/12/2023.

RETIFICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 097/2022

ONDE LE-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante

transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 10 de novembro

de 2023 até 10 de novembro de 2024.

LEIA-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO E VALOR - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 10 de novembro de 2023 até 10 de novembro de 2024. Passando o valor total global do contrato de R\$ 780.358,16 (setecentos e oitenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) para R\$ 1.560.716,32 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO DECRETO N.º 1.660, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

□

Fica suspenso por tempo indeterminado o sorteio da premiação do “Programa Contribuinte Premiado”, em razão de problemas técnicos do sistema informatizado do Departamento de Tributação da Municipalidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO, que com base no Parágrafo Único, do art. 3.º, da Lei Complementar Municipal n.º 113/2023, os prêmios do “Programa Contribuinte Premiado” estavam designados para serem sorteados na data de 20 de dezembro de 2023, conforme disposto na referida Lei Complementar;

CONSIDERANDO que desde a última semana que antecedeu a data de 20 de dezembro de 2023 que estava designada para o sorteio da premiação, foi detectado pelos técnicos erros e falhas no sistema informatizado do Departamento de Tributação da Municipalidade, com a geração de lista/relação insubsistente quanto aos contribuintes habilitados que efetivamente deveriam constar da referida lista/relação;

CONSIDERANDO que até a presente data tanto os Agentes e técnicos da Municipalidade quanto da empresa especializada contratada para prestar suporte técnico ao mencionado sistema informatizado não lograram êxito em sanar as falhas e inconsistências no sistema, fato que poderá causar danos, prejuízos e transtornos para os contribuintes habilitados que tem o direito de participar do sorteio da premiação,

DECRETA:

Art. 1.º Fica suspenso, por tempo indeterminado, o sorteio da premiação do “Programa Contribuinte Premiado” que estava designado para a data de 20 de dezembro de 2023, em razão de problemas e inconsistências de ordem técnica, consubstanciada em erros e falhas no sistema informatizado do Departamento de Tributação da Municipalidade.

Art. 2.º O sorteio da premiação do “Programa Contribuinte Premiado” deverá ser realizado posteriormente, após sanados os problemas mencionados no artigo anterior, do presente Decreto, com ampla divulgação a nível local e territorial municipal da nova data a ser designada, pelos meios próprios e adequados.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 048/2023

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato n° 048/2023, de origem da PROCESSO DE COMPRA N° 081/2022 na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2022, do objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE SUPERIOR AOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT”.

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o n° 37.465.309/0001-67, localizada na Av. 20 de Dezembro, n° 725, Centro, Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº: **VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, doravante denominado “CONTRATANTE” e a empresa: LABORSAN - ANALISES LABORATORIAIS LIMITADA**, CNPJ: 36.931.111/0001-69, localizada na Av. Alzira Santana (Lot N V Grande), Número 586, Cep 78.135-626, Bairro/Distrito Centro-Sul, Município Várzea Grande-MT, denominado “**CONTRATADO**”, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 01 de janeiro de 2024 até 01 de julho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

CONTRATANTE

LABORSAN - ANALISES LABORATORIAIS LIMITADA

CNPJ: 36.931.111/0001-69

CONTRATADO

CARTA DE NOTIFICAÇÃO NOTIFICAÇÃO DE INEXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE INEXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO			
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICANTE			
NOME:	MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT	CNPJ/MF:	37.465.309/0001-67
ENDEREÇO:	Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro	MUNICÍPIO:	COTRIGUAÇU UF.: MT
IDENTIFICAÇÃO DA NOTIFICADA			
RAZÃO SOCIAL/NOME:	P. R. EMBALAGENS LTDA		
CNPJ/CPF/MF:	07.043.02/0001-28	E-MAIL:	
ENDEREÇO:	R I, S/N – QUADRA 64	MUNICÍPIO:	CUIABÁ UF.: MT
REPRESENTANTE LEGAL:	PRISCILA CONSANI DAS MERCES OLIVEIRA		
CPF/MF:	***.082.869-**	E-MAIL:	prembalagens.prembalagens@gmail.com
ENDEREÇO:		MUNICÍPIO:	UF.:
IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU CONGÊNERE			
INSTRUMENTO:	ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 061/2022		
MODALIDADE/FORMA LICITATÓRIA:	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/2022		
OBJETO:	"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - MT".		
CONTEÚDO/FUNDAMENTO DA NOTIFICAÇÃO			
<p>Pela presente, o NOTIFICANTE acima qualificado, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, NOTIFICA, inicialmente, a NOTIFICADA, na qualidade de DETENTORA da Ata de Registro de Preço caracterizada acima, que se encontra inadimplente com a Administração Pública Municipal, em razão da empresa não entregar a mercadoria completa da Autorização de Fornecimento n.º 4059/2023, desde já salienta-se que em contato com a empresa a mesma se recusa o fornecimento alegando que enviou todos os itens solicitados, o que configura inexecução da Ata, tendo em vista que vem cumprindo parcialmente o ajuste, em desacordo com as disposições normativas vigentes, constantes da legislação pertinente, deixando de entregar o produto registrado em Ata, em especial:</p> <p>Item - 4 ÁGUA SANITÁRIA - SOLUÇÃO AQUOSA, PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, PLÁSTICA CONTENDO 1.000 ML. UNI FLORA 2.000.000 2.1000 4. 200,00 PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, HIPOCLORITO DE SÓDIO, HÍDROXIDO DE SÓDIO E ÁGUA, TEOR ATIVO ENTRE 2% E 2,5% P/P PERFUMADA - QUALIDADE EQUIVALENTE A MARCAS COMO QBOA E YPÊ.</p> <p>Item - 9 DESODORIZADOR AMBIENTAL - EM AEROSOL, COM FRAGRÂNCIAS VARIADAS, CONTENDO EM SEU ROTULO: UNI ULTRAFRESH 400.000 8.2100 3. 284,00 COMPOSIÇÃO, COMPONENTE ATIVO, SEM CLOROFLUOROCARBONO, COM PERFUME, SEM CFC (PREJUDICIAL A CAMADA DE OZÔNIO), BUTANO / PROPANO, ÁGUA, EMBALAGEM COM 400 ML / 277 MG, CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE FABRICANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE OU ANVISA E FICHA TÉCNICA INDICANDO COMPOSIÇÃO, MÉTODO DE UTILIZAÇÃO, PRINCÍPIO ATIVO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO E PRECAUCOES DE USO</p> <p>8.1. Fornece o objeto nas especificações contidas neste contrato;</p> <p>8.2. A contratada deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita fornecimento do material.</p> <p>Por essas razões, a NOTIFICADA, em tese, está incurso nos incisos II, VII e VIII, do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, e, via de consequência, sujeita ao cancelamento da Ata, nos termos do subitem 6.1.1 alínea "c" da Ata de Registro de Preço 061/2022, bem como as sanções administrativas de advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos; e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preço n.º 061/2022 e nos incisos do art. 87, do mesmo Diploma Legal citado acima, por caracterizar inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento.</p> <p>Com efeito, fica a empresa NOTIFICADA, para que no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da presente Notificação, regularize a execução da Ata de Registro de Preço n.º 061/2022, cumprindo com a Autorização de Fornecimento n.º 4059/2023, de acordo com as previsões das cláusulas contidas, bem como com as normativas federais, estaduais e municipais constantes da legislação pertinente, não sanando as inexecuções e imperfeições registradas nas linhas acima, sob pena de decretação de cancelamento da Ata de Registro de Preço e da aplicação de multas previstas no Termo de Referência, na Lei Federal n.º 8.666/93 e, em especial, nas alíneas, do subitem 11.1 ao 11.4., da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – "DAS PENALIDADES E DAS MULTAS", da referida Ata de Registro de Preço, conforme segue:</p> <p>a) advertência, por escrito, nas falta leves;</p> <p>b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;</p> <p>c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;</p> <p>d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.</p> <p>As multas acima descritas não impedem que a Administração cancele unilateralmente a Ata de Registro de Preço e aplique as outras sanções previstas, conforme dispõe o art. 86 e seguintes, da Lei Federal n.º 8.666/93.</p> <p>NOTIFICADO, ainda, Vossa Senhoria, para que, querendo - dentro do prazo consignado nas linhas acima (5 (cinco) dias, a contar do recebimento da presente Notificação), em cumprimento do Parágrafo Único, do art. 78, c/c o § 2.º, do art. 87, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 - apresente as suas razões de defesa e, uma vez expirado o citado prazo, sem o cumprimento da Autorização de Fornecimento n.º 4059/2023, com a apresentação ou não das razões de defesa, o presente caso de inexecução será julgado administrativamente, no sentido da aplicação ou não das sanções administrativas previstas na Ata de Registro de Preço n.º 061/2022 e na Lei de Licitações Públicas, ou ainda, cumulativamente ou não, com a decretação do cancelamento da Ata.</p> <p>Caso aplicadas as multas, os Boletins Bancários, Documentos de Arrecadação Municipal – DAMS e/ou Faturas, com os respectivos valores a serem recolhidos aos cofres municipais serão encaminhados posteriormente, via endereço eletrônico (e-mail), possibilitado, em todos os casos, a retenção de valores de eventuais créditos que a empresa tenha junto a Administração Municipal para efeitos do pagamento das multas e de eventuais danos constatados. Ato contínuo, uma vez não recolhidos os valores, na data do vencimento, os mesmos serão inscritos em dívida ativa para, posteriormente, embasar competente Ação de Execução Fiscal, bem como Protesto Extrajudicial, caso previsto no Código Tributário Municipal.</p> <p>A cópia integral da presente Notificação será nesta data encaminhada no endereço de e-mail já informado pela empresa Notificada, no ensejo da contratação, e publicado o seu extrato resumido no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT e no Diário Oficial da Associação Mato Grossense dos Municípios – AMM, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.</p>			
LOCAL DATA E ASSINATURA			
LOCAL: COTRIGUAÇU-MT	DIA: 19	MÊS: dezembro	ANO: 2023
Samara Terezinha Belini Dos Santos Fiscal de Contratos Suplente Portaria 167/2023 Secretaria Municipal de Saúde Poder Executivo – Cotriguaçu-MT		DE ACORDO: VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal	

PRISCILA CONSANI
DAS MERCES
OLIVEIRA:***0828

CIENTE EM: _____/12/2023

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 048/2023

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato nº 048/2023, de origem da PROCESSO DE COMPRA Nº 081/2022 na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022, do objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE SUPERIOR AOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT”.

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67, localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº: **VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, doravante denominado “CONTRATANTE”** e a empresa: **LABORSAN - ANALISES LABORATORIAIS LIMITADA**, CNPJ: 36.931.111/0001-69, localizada na Av. Alzira Santana (Lot N V Grande), Número 586, Cep 78.135-626, Bairro/Distrito Centro-Sul, Município Várzea Grande-MT, denominado “**CONTRATADO**”, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 01 de janeiro de 2024 até 01 de julho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

CONTRATANTE

LABORSAN - ANALISES LABORATORIAIS LIMITADA

CNPJ: 36.931.111/0001-69

CONTRATADO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024 RPPS PREVI COTRI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS COTRIGUAÇU-MT

Política de Investimentos

2024

RPPS PREVI COTRI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Cotriguaçu-MT

Sumário

- 1 Introdução. 2
- 2 Definições. 2
- 3 Diretrizes Gerais. 2
- 4 Gestão Previdenciária (Pró Gestão) 3
- 5 Comitê de Investimentos. 4
- 6 Consultoria de Investimentos. 5
- 7 Modelo de Gestão. 6
- 8 Meta de Retorno Esperado. 6
- 9 Aderência das Metas de Rentabilidade. 11
- 10 Carteira Atual 12
- 11 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. 12
- 12 Cenário. 13
- 13 Alocação Objetivo. 14
- 14 Apreçamento de ativos financeiros. 0
- 15 Gestão de Risco. 1
 - 15.1 Risco de Mercado. 1
 - 15.1.1 VaR. 2
 - 15.2 Risco de Crédito. 2
 - 15.2.1 Abordagem Qualitativa. 2
 - 15.3 Risco de Liquidez. 4
 - 15.4 Risco Operacional 5
 - 15.5 Risco de Terceirização. 6
 - 15.6 Risco Legal 6
 - 15.7 Risco Sistêmico. 7
 - 15.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento. 7

16 Considerações Finais. 7

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Cotriguaçu, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu- PREVI COTRI, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 692 de 02 de maio de 2011 e a Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social de Cotriguaçu. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho curador do Instituto de Previdência Social de Cotriguaçu- PREVI COTRI, na 6ª reunião ordinária, que ocorreu em 08 de dezembro de 2023.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Cotriguaçu – PREVI COTRI

CNPJ: 05.070.835.0001.31

Meta de Retorno Esperada: IPCA +4,99%}

Categoria do Investidor: GERAL

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto de Previdência Social do município de Cotriguaçu- PREVI COTRI, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2024. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2024.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apuração dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência de Cotriguaçu, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto de Previdência – PREVI COTRI deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social MPS.

4 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.4/22, tem por objetivo incentivar o Instituto de Previdência de Cotriguaçu – RPPS PREVI COTRI a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pre-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de curador do PREVI COTRI, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste instituto, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

O Instituto Municipal de Previdência PREVI COTRI, ainda não possui certificação pró-gestão.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a lei municipal 692 de 02 de maio de 2011, o Comitê de Investimento do PREVI COTRI é formado por membros indicados pelo poder executivo, possuindo caráter consultivo e deliberativo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Curador. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 04 (quatro) membros. A maioria dos membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

TIPO DE CERTIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE MEMBROS	VENCIMENTO DAS CERTIFICAÇÕES
CPA - 10	02	26/05/2024 E 17/09/2024
CPA - 20	01	20/09/2026
CP RPPS CGINV II	01	30/08/2026

6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o instituto de previdência no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado em face o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, e normas estabelecidas pela resolução CMN 4.963/2021,

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021: Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que:

a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço;

b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

Adicionalmente a legislação, o PREVI-COTRI, na hipótese de contratação de prestação de serviços de consultoria, exigirá que a responsabilidade técnica dos pareceres e relatórios emitidos pela consultoria de investimentos, recaia sobre pessoa física, com registro junto a CVM e, no mínimo, certificada como Especialista em Investimentos - CEA ANBIMA ou outra certificação semelhante e de mesmo nível ou de nível acima.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência – PREVI COTRI, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o RPPS PREVI COTRI realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

O Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu PREVI COTRI não possui segregação de massa do seu plano de benefícios, ocorrendo que, não sendo os recursos do plano financeiro, suficiente ao pagamento dos benefícios, a responsabilidade do déficit atuarial recai sobre o ente.

8 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2024 o Instituto Municipal de Previdência Social – RPPS PREVI COTRI prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA 3,91 % acrescido de uma taxa de juros de 4,99 %.

A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, calculará um índice (pontos), que servirá como parâmetro para a definição da Taxa de Juros Parâmetro definida em uma escala entre 2,72% a 5,10%, conforme o artigo 1º, da Portaria MTP nº 3.289 de 23 de agosto de 2023.

Pontos da duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para as avaliações atuariais dos RPPS dos seguintes exercícios:	
	2023	2024
1,00	2,09	2,72
1,50	2,48	3,04
2,00	2,86	3,32
2,50	3,17	3,54
3,00	3,41	3,71
3,50	3,60	3,85
4,00	3,75	3,97
4,50	3,87	4,07
5,00	3,96	4,15
5,50	4,05	4,22
6,00	4,12	4,29
6,50	4,18	4,34
7,00	4,23	4,39
7,50	4,28	4,44
8,00	4,33	4,48
8,50	4,36	4,52
9,00	4,40	4,55
9,50	4,43	4,58
10,00	4,46	4,61
10,50	4,49	4,64
11,00	4,51	4,66
11,50	4,53	4,68
12,00	4,56	4,71
12,50	4,58	4,73
13,00	4,59	4,75
13,50	4,61	4,76
14,00	4,63	4,78
14,50	4,64	4,79
15,00	4,66	4,81
15,50	4,67	4,82

16,00	4,68	4,84
16,50	4,70	4,85
17,00	4,71	4,86
17,50	4,72	4,87
18,00	4,73	4,88
18,50	4,74	4,89
19,00	4,75	4,90
19,50	4,76	4,91
20,00	4,76	4,92
20,50	4,77	4,93
21,00	4,78	4,93
21,50	4,79	4,94
22,00	4,79	4,95
22,50	4,80	4,96
23,00	4,81	4,96
23,50	4,81	4,97
24,00	4,82	4,97
24,50	4,82	4,98
25,00	4,83	4,99
25,50	4,83	4,99
26,00	4,84	5,00
26,50	4,84	5,00
27,00	4,85	5,00
27,50	4,85	5,01
28,00	4,86	5,01
28,50	4,86	5,02
29,00	4,86	5,02
29,50	4,87	5,02
30,00	4,87	5,03
30,50	4,87	5,03
31,00	4,88	5,04
31,50	4,88	5,04
32,00	4,88	5,04
32,50	4,89	5,04
33,00	4,89	5,04
33,50	4,86	5,04
34,00 ou mais	4,90	5,10

Conforme resultado de reavaliação atuarial 2023, o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial/2023 - data focal 31/12/2022, a duração do passivo do PREVI-COTRI é de 15,97 anos.

Para o cálculo da duração do passivo, o atuário responsável pela avaliação atuarial 2023, utilizou os valores da taxa de juros, informado no anexo da Portaria nº 12.223, de 14 de maio de 2020.

Fonte: Avaliação Atuarial 2023.

8.1 RENTABILIDADE DA CARTEIRA NOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ANO	RENTABILIDADE DA CARTEIRA	TAXA DE JUROS (a.a.)	META ATUARIAL	RPPS SUPEROU A META ATUARIAL?
2018	9,63%	6,00%	9,95%	NÃO
2019	12,39%	6,00%	10,54%	SIM
2020	6,68%	5,88%	10,64%	NÃO
2021	0,46%	5,41%	15,97%	NÃO
2022	8,73	4,93%	10,24%	NÃO

Fonte: Relatório Anual de Investimentos 2022

Conforme o quadro acima, o PREVI-COTRI, superou a Meta Atuarial em 01 ano, podendo acrescentar mais 0,15% à Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2024, conforme o artigo 1º, da Portaria MTP nº 3.289 de 23 de agosto de 2023.

8.2 PROJEÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL PARA 2024

Meta Atuarial	2019	2020	2021	2022	2023	2024*	2025*
IPCA (final do ano)	4,31%	4,52%	10,06%	5,78%	4,82%	3,91%	3,50 %
Taxa de Juros Atuarial	6,00%	5,88%	5,41%	4,93%	5,07%	4,99%	4,99%
Meta Atuarial	10,54%	10,64%	15,97%	10,81%	10,89%	8,90%4	8,49%

*FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 23 de novembro de 2023.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2023, 2024 e 2025 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 23 de novembro de 2023.

A escolha do índice de inflação IPCA, justifica-se por ser o índice oficial de inflação utilizado pelo governo federal, assim como índice utilizado para conceder reajuste anual dos servidores.

A escolha da taxa de Juros Real (Meta Atuarial) na Política de Investimento do exercício de 2024 deverá ser definida através de cálculos da Duração do Passivo Previdenciário, conforme metodologia utilizada pelo atuário responsável pela avaliação atuarial 2023, e ainda metodologia adotada pelo atuário

para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS PREVI COTRI.

9 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano previdenciário.

No ano de 2023, o PREVI-COTRI adotou o PERFIL 5 – MODERADO, conseguindo até 30/11/2023, uma rentabilidade de 9,68%, contra uma Meta Atuarial de 10,89%, ainda buscando o objetivo de cumprir a Meta Atuarial.

Como os indicadores econômicos, projetam uma inflação menor para o ano seguinte (2024 – 3,91% ; 2023 – 4,82%) e uma Taxa Selic com projeção de continuar a baixar, projetada para fechar o ano de 2024 em 9,25% conforme boletim focus na data de 23/11/2023, o PREVI-COTRI adotará um tipo de perfil de investidor, na maior parte do exercício financeiro, podendo oscilar em períodos curtos, para um perfil 1 ponto abaixo e 1 ponto acima do perfil escolhido.

PERFIL DE INVESTIDOR

LIMITE INFERIOR DO PERFIL	LIMITE ALVO DO PERFIL	LIMITE SUPERIOR DO PERFIL
5 - MODERADO	6 - MODERADO com tendência a ser ARROJADA	7 - ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA

Apesar de termos uma Meta Atuarial menor, e já alcançada em 2023, a possibilidade de queda da Taxa de Juros poderá trazer oscilações sobre os investimentos pós -fixados.

Mesmo que o perfil adotado exponha menos a carteira de investimentos a riscos de mercado, se a inflação se mantiver controlada e no patamar projetado, o PREVI-COTRI conseguirá cumprir a Meta Atuarial sem maiores dificuldades.

Verificamos que as rentabilidades da carteira de investimentos do Instituto Municipal de Previdência RPPS PREVI COTRI, não conseguiu rentabilizar conforme esperado para cumprimento de suas obrigações futuras nos últimos 05 anos.

RENTABILIDADE DA CARTEIRA NOS ÚLTIMOS 05 ANOS

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE / PASSIVO
2019	12,39 %	10,54 %
2020	6,68 %	10,64 %
2021	0,46 %	15,97 %
2022	8,73 %	10,24 %
2023	9,68%	10,89%

10 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 30/11/2023.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENTA FIXA	100%	93,51 %
RENTA VARIÁVEL	30%	3,94%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0,37 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	2,19 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	0 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0%

11 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Instituto municipal de previdência de Cotriguaçu e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

ü A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12); ü Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento; ü A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos; ü Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20). **12 Cenário**

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 23/11/2023, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

13 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Art. 18 (% RPPS)	Art. 19 (% Fundo)
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos	100%	100%	0%	42,14%	39,65	100%					-	-
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Títulos Públicos		100%	0%	24,89%	24,89%	100%					-	-
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos		100%	0%	0%	0%	100%					-	-
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%	0%	0%	5%					20%	15%
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa		60%	0%	26,89	26,89%	60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%	0%	0%	60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%	0%	1%	20%					20%	15%
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%	0%	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%	0%	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%	0%	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	3,94%	3,94%	30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%	0%	0%	30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	10%	10%	0%	0%	0%	10%					20%	15%
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior		10%	0%	0%	0%	10%					20%	15%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I		10%	0%	0,37%	0,37%	10%					20%	15%
Art. 10, I	Fundos Multimercados	15%	10%	0%	2,19%	2,19%	10%			15%	15%	20%	15%
Art. 10, II	Fundo de Participação		5%	0%	0%	0%	5%			10%	15%	20%	15%
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%	0%	0%	5%			10%	15%	20%	15%
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%	0%	0%	5%		10%	15%	20%	20%	15%
Art. 12, I	Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão		5%	0%	0%	0%	5%					20%	15%
Art. 12, II	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão		10%	0%	0%	0%	10%					20%	15%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes. Para investimento na compra de títulos públicos federais com vencimentos para 2023, 2035, 2040 e 2045, foi levado em consideração estudo de ALM elaborado em outubro de 2022 para definição da proteção do passivo. A carteira está bem posicionada diante do cenário atual, fato que até a presente data vem atingindo a meta atuarial, gerando reservas financeiras para custeio do plano previdenciário.

O último cálculo atuarial 2023 apresentou um déficit atuarial elevado, para pulverizar risco de descasamento das aplicações com fluxo de caixa do RPPS o comitê de investimentos optou por aplicação em títulos com vencimento em curto prazo, na tomada de decisões foi levado em consideração também orientação da assessoria de investimentos do previ cotri.

Considerando que estamos em fase de finalização de um novo direcionamento atuarial, tão logo finalizado, procederemos com o novo estudo de ALM para balizar as novas sugestões de investimentos, diante disso é provável que o objetivo alvo seja alterado.

14 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Instituto Municipal de Previdência Social – PREVI COTRI aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo Instituto são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federal, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA. Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do Instituto de Previdência, no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e também o critério contábil que este título será registrado. Se o Instituto tiver efetuado o Estudo de ALM, é recomendável que estes títulos sejam marcados na curva.

Para os títulos públicos federais adquiridos pelo Instituto Municipal de Previdência Social do Servidores Públicos de Cotriguaçu, foram utilizados como base estudo de ALM, embora a mudança de situação referente ao déficit atuarial após o estudo atuarial 2023, o comitê procurou adquirir títulos com vencimento mais próximos, considerando que o cenário atual foi propício para formação de reserva com taxa definida, com fim de alcançar a meta atuarial.

15 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

15.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

15.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do instituto de previdência municipal PREVI COTRI controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENTA FIXA	5%
RENTA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

15.2 Risco de Crédito 15.2.1 Abordagem Qualitativa

No caso de aplicação em títulos e valores mobiliários, o PREVI COTRI utilizará para avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

O Art. 7, § 3º, I da Resolução CMN 4.963/2021, determina que as aplicações dos RPPS em fundos de investimentos que necessitem de classificação de risco, sejam no mínimo classificadas como BAIXO RISCO DE CRÉDITO, pelas agências classificadoras de risco, registrada ou reconhecida pela CVM.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

ü Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;

ü Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;

ü No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;

ü O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

15.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);

B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

Em outubro de 2022 o PREVI COTRI realizou estudo de ALM, levando em consideração o estudo para as aplicações durante o ano de 2023.

Conforme Plano Anual de Contratações 2024, a previsão para contratação do novo estudo está prevista para fevereiro de 2024.

O PREVI-COTRI se encontra em situação confortável no curto e médio prazo. Analisando as RECEITAS e DESPESAS do exercício, descritas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA/2023, o RPPS não apresenta risco de liquidez, com relação as obrigações previdenciárias. Segundo o DRAA/2023, o Total de Receitas Estimadas para o Exercício é no valor de R\$ 3.539.692,55, enquanto o Total de Despesas Estimadas é no valor de R\$ 2.526.524,20 resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 1.013.168,35, minimizando risco de liquidez no curto e médio prazo.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	50,58%
De 31 dias a 365 dias	3,20%
Acima de 365 dias	46,22%

Fonte: Relatório de Investimento outubro 2023

15.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ü A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ü O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ü Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ü Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.
- ü O PREVI COTRI não possui nenhum nível de PRÓ GESTÃO portanto é considerado investidor comum. Os profissionais envolvidos no processo de decisão, Conselho Curador, Comitê de Investimentos possuem certificação CP RPPS e Certificação CPA 10 e CPA 20.
- ü O PREVI COTRI usa como base os relatórios de análise de investimentos emitidos pela empresa assessora de investimentos, para auxiliar na tomada de decisões.

15.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

O processo de credenciamento de instituições, administradores e fundos de investimentos é realizado conforme regulamento estabelecido pelo instituto, dentro dos parâmetros legais conforme resolução 4.963/2021 e portaria 1.467/2021, devidamente aprovado pelo conselho curador do PREVI COTRI.

15.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ü Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos Curador e Fiscal com participação do Comitê de Investimentos;
- ü Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

15.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

15.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência – PREVI COTRI, se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do Instituto.

16 Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado por meio eletrônico através da publicação no diário oficial dos municípios, portal de acesso a informações do PREVI COTRI e site oficial da prefeitura do município de Cotriguaçu a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho Curador do PREVI COTRI.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

Cotriguaçu, 01 de dezembro de 2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 022/2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 022/2023;

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico n.º 011/2023;

OBJETO: Reajuste de valor e troca de marca dos itens 10 – ARROZ AGUILHINHA TIPO 1, 100 - MACA VERMELHA GRANDE NACIONAL.

CONTRATADA: COTRIGUACU ALIMENTOS E COMERCIO LTDA;

FUNDAMENTO LEGAL DA DECISÃO: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93, nas disposições do Decreto Federal nº 7.892/13 e no art. 13, do Decreto Municipal n.º 796/2013;

RESUMO DA PARTE DISPOSITIVA: Constitui objeto do presente Primeiro Termo de Aditamento a Ata de Registro de Preço n.º 022/2023, a revisão de preço e troca de marca dos itens 10 – ARROZ AGUILHINHA TIPO 1, com a majoração do valor do item, passando o valor do item registrado de R\$ 22,29 (vinte e dois reais e vinte e nove centavos) para R\$ 34,32 (trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) e trocando a marca de Engenho para Masson. ITEM 100 - MACA VERMELHA GRANDE NACIONAL, com a majoração do valor do item, passando o valor do item registrado de R\$ 10,39 (dez reais e trinta e nove centavos) para R\$ 14,90 (catorze reais e noventa centavos).

Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 120/2023

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato nº 120/2023, de origem da PROCESSO DE COMPRA Nº 177/2022 na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022, do objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO - DO TIPO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL".

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67 localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Srº: VALDIVINO MENDES DOS SANTOS**, doravante denominado **“CONTRATANTE”** e a empresa: **VIACAO COTRIGUACU**, CNPJ: 19.724.975/0001-90, endereçada Logradouro Nuc Nova Esperanca Número Sn Cep 78.330-000 Bairro/Distrito Nova Esperanca Município Cotriguacu UF MT., denominado **“CONTRATADO”**, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 01 de janeiro de 2024 até 29 de junho de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu-MT, 15 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

CONTRATANTE

VIACAO COTRIGUACU

CNPJ: 19.724.975/0001-90

CONTRATADO

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N° 045/2022

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), referente ao Contrato nº 045/2022, de origem da PROCESSO DE COMPRA Nº 053/2022, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022, do objeto: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM ÁREAS ESPECIFICAS DO TIPO MANUTENÇÃO URBANA – APP’s E PROFISSIONAL TEMPORÁRIO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO”.

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67, localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725, Bairro Centro, Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Srº: VALDIVINO MENDES DOS SANTOS**, doravante denominado **“CONTRATANTE”** e a empresa: **VILMAR NARESSI 00614237181**, CNPJ: 36.065.136/0001-27, endereçada em Rua Rosa Gilioli, S/Nº, Complemento ***** Cep 78.330-000, Bairro/Distrito Planalto, Município Cotriguaçu-MT, denominado **“CONTRATADO”**, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando a partir de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO - VALOR: O valor total global do contrato passa de R\$ 44.820,00 (quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais) para R\$ 74.700,00 (setenta e quatro mil e setecentos).

CLÁUSULA TERCEIRA DO ADITIVO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente.

Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU
VALDIVINO MENDES DOS SANTOS
CONTRATANTE

VILMAR NARESSI 00614237181
CNPJ: 36.065.136/0001-27
CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SMATED neste ato representada pela Pregoeira designada através da Portaria SMGE nº 361/2023 torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO** da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 040/2023/PMC**, processo administrativo nº 091.169/2023, que tem por objeto “**CONCESSÃO ONEROSA DE USO, A TÍTULO DE BENS PÚBLICOS IMÓVEIS, REFERENTE AOS ESPAÇOS: 08 (OITO) QUIOSQUES, LOCALIZADOS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO BAIRRO TERRA NOVA – PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TIPO LANCHONETES/RESTAURANTES NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT**” para responder as Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos, conforme solicitação da SMATED.

A nova data para reabertura do certame será divulgada oportunamente.

CONTATO: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAE/SC/SMGe, Tel. (65) 3645-6156 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá, 19 de dezembro de 2023.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 110 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre a suspensão do Expediente Externo nas Repartições Públicas Municipais no período que menciona e dá outras providências”

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO, a necessidade de encerramento das atividades administrativas, contábil, financeira e orçamentária de 2023, nos moldes a que determina a legislação, **bem como as festividades de final de ano;**

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os gastos administrativos em diversos níveis, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de atender ao Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, especialmente os serviços essenciais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o atendimento ao público externo nas unidades dos Órgãos da Administração Pública do Município de Curvelândia, a partir de **26/12/2023 a 02/01/2024;**

§ 1º - No período mencionado, funcionarão, exclusivamente, os serviços administrativos internos, necessários para o encerramento das atividades do exercício.

§ 2º - Na Secretaria Municipal de Finanças será mantido o atendimento ao público somente o Setor de Tributos, devendo o restante dos trabalhos serem mantidos na forma do § 1º.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às Secretarias Municipais que forneçam atendimentos considerados essenciais e indispensáveis, tais como a ESF - Estratégia de Saúde da Família, Unidade Básica de Saúde, Laboratório, Farmácia Básica, Vigilância Sanitária, Abastecimento de Água, Limpeza Urbana e Coleta de Lixo.

Art. 2º - Fica Decretado Recesso Administrativo entre os dias 26 de Dezembro de 2023, com diminuição ou suspensão das atividades e dos expedientes, com retorno das atividades de atendimento ao público externo à partir do dia 03/01/2024.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica às Secretarias Municipais que forneçam atendimentos considerados essenciais e indispensáveis.

Art. 3º - Fica determinado que será de responsabilidade dos(as) secretários(as) municipais em suas respectivas áreas de competência a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 4º - Os servidores lotados no **Indea, Sefaz, Correios**, deverão seguir o calendário estabelecido por seus órgãos superiores;

Art. 5º - Fica determinado que os membros do Conselho Tutelar deverão cumprir o estabelecido em seus horários de trabalho;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia, 19 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 111 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Fixa a carga horária e o horário de expediente para servidores do Poder Executivo do Município e dá outras providências”.

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 077 de 29 de setembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º - A carga horária dos servidores dos setores administrativos do Município de Curvelândia-MT voltará a ser de 08 (oito) horas diárias, ou seja, 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o expediente será das 07:00 às 11:00 h e 13:00 às 17:00 h, a partir do dia 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 077 de 29 de setembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 19 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE**DECRETO MUNICIPAL Nº 113 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Corrige o valor da Unidade Fiscal de Curvelândia (UFC) nos limites da lei e dá outras providências”.

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a atualização da UFC - Unidade Fiscal de Curvelândia deverá responder exclusivamente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 150, quando a fixação da base de cálculo;

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo 2º do artigo 97, do Código Tributário Nacional, dispositivo responsável por regular a obrigatoriedade aplicação normativa da reserva de lei para tratar de assuntos tributário, em especial quanto a fixação da base de cálculo;

CONSIDERANDO que para o exercício de 2023 o valor da UPF para era de R\$ 16,17 (dezesseis reais e dezessete centavos), e;

CONSIDERANDO que para o período de 1º de dezembro de 2022 a 1º de dezembro de 2023 o índice de correção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) foi de 3,851380 %.

DECRETA:

Art. 1º A atualização monetária da UFC - Unidade Fiscal Curvelândia, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 149/2021, será fixada com base no percentual de 3,851380 %, aplicado sobre o valor fixado exercício de 2023.

Parágrafo único. O valor da UFC para o município de Curvelândia - MT, já atualizado, na forma deste Artigo, será de R\$ 16,79 (dezesseis reais e setenta e nove centavos), a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 2º Os índices de correção aplicados a UFC deverão ser utilizados junto a Planta Genérica de Valores municipal, bem como aos anexos do Código Tributário municipal e demais dispositivos normativos da municipalidade que possuam indicadores de valores em moeda corrente nos termos do presente de Decreto.

Art. 3º Aplica-se a correção monetária das dívidas tributárias e não tributárias os índices descritos no anexo do presente decreto, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 149/2021.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 19 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO**RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023**

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 25 inciso III, caput do art. 26 e art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 076/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 006/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO CÊNICO DO GRUPO CHALANA: AUTO DE NATAL “JESUS LUZ PARA O MUNDO” A SER REALIZADO NO DIA 23 DE DEZEMBRO, CONFORME CONVÊNIO Nº 2183/2023, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMEN-

TO ECONÔMICO - SEDEC E O MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: GRUPO ARTÍSTICO CULTURAL E AMBIENTALISTA CHALANA, inscrita no CNPJ nº 03.402.957/0001-52, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Curvelândia/MT, 19 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE**DECRETO MUNICIPAL Nº 112 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Curvelândia - CURVELÂNDIA-PREV, e dá outras providências”.

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e considerando o Art. 91º-A da Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, e;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do **CURVELÂNDIA-PREV** previsto na Lei Complementar Municipal nº 116 de 07 de maio de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Comitê de Investimento com função de auxiliar o processo decisório quanto à execução da política de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de CURVELÂNDIA/MT, o **CURVELÂNDIA-PREV**, atendendo o disposto na Portaria MTP nº 1.467 de 02 junho de 2022, a Sr.ª. **SIMONE GAIO DOS SANTOS** - matrícula nº 1544, o Sr.º. **FELIPE DE SOUZA PACHECO** - matrícula nº 002923 e a Sr.ª. **JÉSSICA FRANCISQUINI LADEIRA** - matrícula nº. 003201.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

§ 2º - O presidente do Comitê será escolhido entre os membros, e, exercerá durante o período de validade do Comitê.

§ 3º - A maioria do Comitê de Investimentos, previamente a sua nomeação, necessariamente, deverá estar aprovada em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme as regras e prazos estabelecidos.

§ 4º Havendo mais de três interessados a escolha será feita por voto secreto pelos Conselheiros Previdenciários.

Art. 3º O Comitê de Investimentos se reunirá, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar os Conselhos Deliberativos na execução da política de investimentos.

§1º As decisões referentes a destinação da aplicação dos recursos previdenciários deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Deliberativo.

§2º Os membros do Comitê de Investimentos, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 19 de dezembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**DECRETO N. 190, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.023.**

Dispõe sobre a situação de emergência nas áreas do município de Diamantino – MT, afetadas pela falta de chuvas, e dá outras providências.

Manoel Loureiro Neto, Prefeito do município de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e Lei Orgânica Municipal,

Considerando que neste segundo semestre de 2023, o Município de Diamantino - MT sofre com a ocorrência de grave seca, devido ao esgotamento hídrico causado pelo regime irregular de chuvas em todo seu território;

Considerando que a garantia da saúde e manutenção da qualidade de vida da população depende da preservação da água, enquanto recurso natural, finito e escasso;

Considerando que a situação climatológica que assola este Município, com chuvas irregulares, vem provocando um regime hídrico abaixo da média mensal, estimando-se danos no setor da agricultura, agricultura familiar, agropecuária, bem como nas propriedades rurais, de acordo com relatórios técnicos oriundos dos órgãos públicos competentes e das entidades que são organismos de cooperação técnica do poder público;

Considerando que a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município é favorável a declaração de situação de emergência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência no Município de Diamantino - MT, decorrente da existência de situação anormal em virtude de estiagem climatológica, classificado e codificado como SECA – COBRADE 1.4.1.2.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a direção da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - DIAMANTINO - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, de 05 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
PEDRO COELHO	384.642.841-87	9069 /00035/2023
PEDRO COELHO	384.642.841-87	9069 /00036/2023
POMPILO ARI SEVERO	188.575.660-72	9069 /00037/2023
POMPILO ARI SEVERO	188.575.660-72	9069 /00038/2023
SERGIO LUIS SELLA	371.930.580-53	9069 /00063/2023
SERGIO LUIS SELLA	371.930.580-53	9069 /00064/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	Matrícula: 00000006
Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6	Assinatura:

Data de afixação: 05/12/2023

Data de desafixação: 20/12/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2023**

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO E DO OUTRO LADO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE DOM AQUINO-SOCIBEN, VISANDO O DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica do direito público, estabelecido na Av. Cuiabá, 143, na cidade de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo Sr. **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, Prefeito Municipal, brasileiro, Casado, produtor rural, portador da Cédula de Identidade RG nº 820789 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 537.212.171-87, doravante denominado abreviadamente **MUNICÍPIO** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE DOM AQUINO – SOCIBEN**, entidade mantenedora do Hospital Bom Jesus, inscrita no CNPJ sob o nº 03.400.991/0001-98, estabelecido à Rua Marechal Deodoro, s/nº, Centro, Dom Aquino – MT, neste ato representado por **LUCIANO PORTUGUÊS**, inscrito no CPF sob o nº. 603.742.501-97, doravante denominada abreviadamente **CONVENIENTE**, considerando a necessidade de implementar um Sistema de Saúde que priorize uma assistência humanizada e valorize a atenção integral à saúde da população, resolvem celebrar o **presente aditivo ao termo de convênio 003/2023**, conforme dispositivo em **Lei Municipal nº 1.784/2023 de 18 de outubro de 2023**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo os repasses dos valores recebidos através das Portarias do Ministério da Saúde relacionados à transferência de recursos para a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento dos pisos salariais nacionais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem no exercício de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Constitui ainda objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo no valor do convênio nos valores repassados pelos Governo Federal, nos valores de **R\$ 22.702,61 (vinte e dois mil setecentos e dois reais e sessenta e um centavos)**, até o presente mês, devendo ser efetivados novos aditivos conforme o Governo Federal for efetuando os repasses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio original firmado em 18 de abril de 2023.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o FORO da Comarca de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Convênio.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no setor de Convênios e Prestação de Contas do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 19 de dezembro de 2023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Concedente

LUCIANO PORTUGUÊS

Presidente da SOCIBEN

Conveniente

TESTEMUNHAS:

FRANCISCO GUEDES NETO

RG – 1282031-8 SSP/MT

CPF – 181.278.271-34

LUIZ CASTRO DE SOUZA

RG – 480.101 SSP/MT

CPF – 405.166.791-04

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2022**

CONTRATADA: VINICIUS HIDEKI MATSUMOTO SANTANA & CIA LTDA, CNPJ: 18.314.099/0001-61

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **expansão** de doze (12) meses do prazo de vigência, constante da **Cláusula Sétima** do Contrato de Fornecimento nº **043/2022**, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 044/2022**

CONTRATADA: VANESSA ALVES ROCHA COMERCIO ME, inscrita no CNPJ: 10.624.673/0001-76

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de doze (12) meses do prazo de vigência, constante da **Cláusula Sétima** do Contrato de Fornecimento nº 044/2022, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 041/2023**

CONTRATADA: RUAN & LEANDRO EVENTOS ARTISTICOS LTDA, CNPJ: 29.927.108/0001-06

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação da empresa, para Apresentação do show com a dupla de renome nacional, RUAN & LEANDRO, no dia 31/12/2023, neste município de Dom Aquino-MT.

VALOR: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

VIGÊNCIA: 90 DIAS

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 043/2023**

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 043/2023

CONTRATADA: SILVA REPRESENTAÇÃO ARTISTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 50.267.377/0001-80

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação da empresa, para Apresentação do show com a dupla de renome nacional, FERNANDA LEITE, no dia 31/12/2023, neste município de Dom Aquino-MT.

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

VIGÊNCIA: 90 DIAS

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 042/2023**

CONTRATADA: MAURIVANIO SOARES DA SILVA, inscrita no CNPJ: 39.921.308/0001-05

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação da empresa, para Apresentação do show com a dupla de renome nacional, MAURO E GABRIEL, no dia 30/12/2023, neste município de Dom Aquino-MT.

VALOR: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

VIGÊNCIA: 90 DIAS

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E
FINANCEIRO
AVISO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESAO 015/2023**

AVISO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESAO 015/2023

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, torna Público, que **ADERIU** a Ata de Registro de Preços nº 240/2022, originada do Pregão Presencial SRP nº 024/2022, realizado pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT, onde sagrou se VENCEDORA a empresa R. BARROS RIBEIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.127.109/0001-06, com o objetivo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção de poços tubular profundo para uso de água subterrânea para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, deste Município de Dom Aquino-MT.

RESOLVE:

Resolve, HOMOLOGAR e em consonância ADJUDICAR a Empresa, empresa R. BARROS RIBEIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.127.109/0001-06, com um valor de até de R\$ 3.129.680,00 (três milhões, cento e vinte nove mil, seiscentos e oitenta reais), destinado a atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, deste Município de Dom Aquino-MT, na condição "CARONA".

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa R. BARROS RIBEIRO EIRELI.

Dom Aquino-MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**JURÍDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 076/2023**

DATA: 05 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na Lei Municipal 861/2022 e em consonância com a Lei Federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) nos termos do §1º, do Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

09.001.09.272.0003.2044-3.3.90.47.00.00 18020000000 R\$ 10.000,00

Total da Suplementação: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

09.001.09.272.0003.2044-3.3.90.40.00.00 18020000000 R\$ 10.000,00

Total da Redução: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

jose antonio dubiella

PREFEITO MUNICIPAL

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

EMANUEL LIMA COSTA

Secretário Municipal de Administração,

Planejamento e Finanças.

**DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 397/2023**

DATA: 13 DE DEZEMBRO DE 2023

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA**, durante o período 01/12/2023 a o dia 29/05/2024, à servidora **ELIZABETH DE SOUZA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 1º - A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2º - A servidora readaptada temporariamente deverá exercer neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com suas limitações, exercidas em sua própria unidade de trabalho e definidas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL
EMANUEL LIMA COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 396/2023

DATA: 13 DE DEZEMBRO DE 2023

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar **READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA**, até o dia 28/05/2024, à servidora **MARLEI RITA WEISS**, inscrita nas matrículas nº 0343 e 1484, ocupante do cargo efetivo de **PROF. CLASSE C LICEN. PLENA C/ ESPECIAL. 15 HS**, lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes.

§ 1º - A Readaptação Funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico Pericial emitido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.

§ 2º - A servidora readaptada temporariamente deverá exercer neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com suas limitações, exercidas em sua própria unidade de trabalho e definidas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA
PREFEITO MUNICIPAL
EMANUEL LIMA COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 0105/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 0105/2023

DATA ASSINATURA: 19/12/2023

CREDOR: CENTRO AMÉRICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA

VIGÊNCIA: 19/12/2024

LICITAÇÃO: ADESÃO Nº. 005/2023, à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 356/2023, vinculada ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 071/2023, Órgão Gerenciador – MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE - MT,

VALOR: R\$ 3.750.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS COM ABASTECIMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ENGLOBANDO PEÇAS E SERVIÇOS DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 075/2023

DATA ASSINATURA: 15/12/2023

CREDOR: FALCAO COMERCIO DE ROLAMENTOS E PEÇAS EIRELI

VIGÊNCIA: 14/12/2024

VALOR REGISTRADO:

14 - LOTE 14

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
27	848601	LOTE 14 - PECAS - (BASE DE PRECOS PESQUISA DE MERCADO) - FORNECIMENTO DE PECAS GENUINAS, E PECAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE MAQUINAS DA MARCA KOMATSU - DO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL - MT.	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000

15 - LOTE 15

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
28	848602	LOTE 15 - PECAS - (BASE DE PRECOS PESQUISA DE MERCADO) - FORNECIMENTO DE PECAS GENUINAS, E PECAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE MAQUINAS DA MARCA VOLVO - DO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL - MT.	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2023, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM RETÍFICA DE MOTORES, CÂMBIO, DIFERENCIAL, TRANSMISSÃO E OUTROS.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 0104/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 0104/2023

DATA ASSINATURA: 15/12/2023

CREDOR: CENTRO AMÉRICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA

VIGÊNCIA: 15/12/2024

LICITAÇÃO: DESAÑO Nº. 004/2023, à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 206/2023, vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2023, Órgão Gerenciador – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT

VALOR: R\$ 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE SEGURO VEICULAR DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 0103/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 0103/2023

DATA ASSINATURA: 15/12/2023

CREDOR: FVM SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

VIGÊNCIA: 09/12/2024

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº. 002/2023

VALOR: R\$ 3.006.673,32 (três milhões e seis mil e seiscentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA RURAL ESTRADA RIO FERRO NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 940313/2022/ MAPA/CAIXA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 076/2023

DATA ASSINATURA: 15/12/2023

CREDOR: V. G. DE OLIVEIRA MECANICA - ME

VIGÊNCIA: 14/12/2024

VALOR REGISTRADO:

1 - LOTE 1

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
1	37238	LOTE 01 – LINHA PESADA 6 CILINDROS – DIESEL- PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA.	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000
2	847079	LOTE 01- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	250.000,00	11,0000

2 - LOTE 2

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
3	847078	LOTE 02 – LINHA PESADA 4 CILINDROS – DIESEL- PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA.	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000
4	847080	LOTE 02- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

3 - LOTE 3

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
6	847081	LOTE 03- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	50.000,00	11,0000
5	847092	LOTE 03 – LINHA MEDIA 4 CILINDROS – DIESEL - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA.	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

4 - LOTE 4

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
8	847082	LOTE 04- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000
7	847093	LOTE 04 –LINHA MEDIA, PESADA E EXTRA PESADA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA.	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

5 - LOTE 5

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
------	--------	-----------	-------	------------	---------

10	847083	LOTE 05- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	150.000,00	11,0000
9	847094	LOTE 05 –LINHA PESADA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	50.000,00	11,0000

6 - LOTE 6

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
12	847084	LOTE 06- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000
11	847095	LOTE 06 – LINHA MEDIA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

7 - LOTE 7

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
14	847085	LOTE 07- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000
13	847096	LOTE 07 – LINHA PESADA E EXTRA PESADA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

8 - LOTE 8

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
16	847086	LOTE 08- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000
15	847097	LOTE 08 – LINHA PESADA E EXTRA PESADA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

12 - LOTE 12

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
24	847090	LOTE 12- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	200.000,00	11,0000
23	847101	LOTE 12 – CAMINHOS, MAQUINAS PESADAS E AGRICOLAS - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

13 - LOTE 13

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
26	847091	LOTE 13- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000
25	847102	LOTE 13 – VANS, MICRO ONIBUS E ONIBUS - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	50.000,00	11,0000

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N°. 033/2023, REGISTRO DE PREÇOS N°. 033/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM RETÍFICA DE MOTORES, CÂMBIO, DIFERENCIAL, TRANSMISSÃO E OUTROS.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO N° 0102/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT**CONTRATO:** N° 0102/2023**DATA ASSINATURA:** 11/12/2023**CREDOR:** SANDRA MARIZA HANSEN - ME**VIGÊNCIA:** 31/12/2023**LICITAÇÃO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 034/2023**VALOR:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE BANDA E SONORIZAÇÃO COM SHOW DE LUGA E LUAN ARAUJO, PARA O EVENTO NATAL MÁGICO DE FELIZ NATAL - MT

CONTRATO: N° 0101/2023**DATA ASSINATURA:** 11/12/2023**CREDOR:** GILMAR LAZARO GOMES 58066403100**VIGÊNCIA:** 11/12/2024.**LICITAÇÃO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 032/2023

VALOR: R\$ 56.940,80 (CINQUENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E QUARENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÃES DO TIPO CASEIRO PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA RURAL MALVINA EVARISTO PESCHINELLI, LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO ENA NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 90.2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT**CONTRATO:** N° 090.2021 N°. 2°. TERMO ADITIVO

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO N° 0101/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATADO: SPLENDOR COMÉRCIO, SERVIÇO E INOVAÇÃO EIRELI

DATA ASSINATURA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO FICA PRORROGADO EM 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A VIGORAR DE 03 DE DEZEMBRO DE 2023 A 03 DE DEZEMBRO DE 2024.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, ALTERANDO A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 090/2021

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 077/2023

DATA ASSINATURA: 15/12/2023

CREDOR: KLEBER APARECIDO DE SOUSA

VIGÊNCIA: 14/12/2024

VALOR REGISTRADO:

10 - LOTE 10

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
20	847088	LOTE 10- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	150.000,00	11,0000
19	847099	LOTE 10 – LINHA PESADA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	100.000,00	11,0000

11 - LOTE 11

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
22	847089	LOTE 11- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	125.000,00	11,0000
21	847100	LOTE 11 – MAQUINAS PESADAS E AGRICOLAS - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	50.000,00	11,0000

9 - LOTE 9

SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VL. ESTIM.	% DESC.
18	847087	LOTE 09- MAO DE OBRA PARA A PRESTACAO DO SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEICULOS E MAQUINAS DESCRITOS. HORA TRABALHADA	UN - UNIDADE	150.000,00	11,0000
17	847098	LOTE 09 – LINHA MEDIA - PECAS- FORNECIMENTO DE PECAS/ACESSORIOS GENUINAS, E PECAS/ACESSORIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA	UN - UNIDADE	125.000,00	11,0000

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2023, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM RETÍFICA DE MOTORES, CÂMBIO, DIFERENCIAL, TRANSMISSÃO E OUTROS.

JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 920/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL “VIVER MELHOR” LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado a via pública na Quadra 77-E do loteamento residencial “Viver Melhor”, que se encontra designada no mapa em anexo, que é parte integrante desta Lei, da seguinte maneira:

I – Travessa “Rio Arraias”, via pública projetada que se inicia na confluência com a Rua Campos Novos e termina na confluência com a Rua Laguna, com área de 1.058,50m², tendo ao oeste o Espaço Livre de Uso Públi-

co - ELUP 01, com área de 1.73,64m² e ao leste o Espaço Livre de Uso Público – ELUP 02, com área de 188,79m².

Art. 2º - As áreas dos lotes/terrenos urbanos desmembrados e/ou unificados da Quadra 77-E não poderão ficar com metragem inferior a 180m² (cento e oitenta metros quadrados) e com testada mínima inferior a 9,00 m (nove metros) lineares.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a colocação de placas de identificação necessárias, bem como efetuar a comunicação destas denominações às empresas fornecedoras dos serviços de distribuição de água e energia elétrica, como também à Empresa de Correios e Telégrafos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 919/2023****DATA:** 19 DE DEZEMBRO DE 2023**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO VALOR DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:****Art. 1º** - Fica concedido aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, o adicional de insalubridade a ser calculado sobre o valor do salário mínimo vigente, não acumulável com outro adicional por atividade especial, conforme preconiza a Emenda Constitucional nº 120/2022.**Parágrafo Único.** O percentual do adicional de insalubridade a ser concedido, será fixado em conformidade com apontamento do laudo técnico a ser realizado por profissional habilitado, médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.****JOSE ANTONIO DUBIELLA**

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 918/2023****DATA:** 19 DE DEZEMBRO DE 2023**SÚMULA:** ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 30, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:****Art. 1º** - Altera o artigo 1º da Lei 30, de 12 de novembro de 1997, passando a vigorar com as seguintes alterações:*Art. 1º - Fica definido o Perímetro Urbano do Município de Feliz Natal – MT, com 9.933.548m² (nove milhões, novecentos e trinta e três mil e quinhentos e quarenta e oito metros quadrados), pelo caminharmento da área, com base nas coordenadas que se segue:**P-01 12°24'0.13"S 54°56'46.95"O**P-02 12°22'39.71"S 54°57'0.94"O**P-03 12°22'44.71"S 54°57'33.27"O**P-04 12°21'41.03"S 54°57'42.19"O**P-05 12°22'6.73"S 54°56'31.42"O**P-06 12°21'15.54"S 54°56'41.40"O**P-07 12°21'14.11"S 54°56'18.08"O**P-08 12°22'16.50"S 54°56'6.69"O**P-09 12°22'27.81"S 54°55'38.50"O**P-10 12°22'40.04"S 54°55'36.21"O**P-11 12°22'42.61"S 54°55'53.10"O**P-12 12°23'50.17"S 54°55'42.30"O***Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário, em especial as Leis 30/1997 e 118/2006.**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.****JOSE ANTONIO DUBIELLA**

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 917/2023****DATA:** 19 DE DEZEMBRO DE 2023**SÚMULA:** ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 901, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:****Art. 1º** - Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 901, de 21 de setembro de 2023, que passará a ter a seguinte redação:*Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, cuja aplicabilidade será obrigatória a partir 1º de julho de 2024, quando então, será revogada a Lei nº 853/2022 e disposições em sentido contrário.***Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.****JOSE ANTONIO DUBIELLA**

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 916/2023****DATA:** 19 DE DEZEMBRO DE 2023**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE FELIZ NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:****Art. 1º** - Fica concedida a recomposição no percentual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, nos termos do artigo 37, incisos X e XI da Constituição Federal.**Parágrafo Único.** O percentual de recomposição descrito no caput deste artigo é concedido a título de revisão geral (reposição inflacionária), apurado pelo Índices de Preços Ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 915/2023**

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Reajuste Salarial aos Professores da Rede Pública da Educação Básica, regidos pela Lei Complementar nº 009/2008 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - O percentual de reajuste a ser concedido será de 7% (sete por cento).

Art. 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação específica para pessoal civil, prevista no orçamento vigente e encontram-se previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disciplina a Lei Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Em cumprimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, esta Lei é precedida de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, bem como de adequação aos parâmetros financeiros da Administração.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI MUNICIPAL Nº 914/2023**

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Reajuste Salarial aos Servidores Públicos Municipais, regidos pela Lei Complementar nº 037/2015 e alterações posteriores.

Art. 2º - O percentual de reajuste a ser concedido é de 6% (seis por cento), correspondente ao índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, acrescido de ganho real.

Parágrafo Único. O reajuste ora concedido abrange os servidores públicos municipais efetivos, comissionados, contratados por tempo determinado, excetuando-se os Professores, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

Art. 3º - O percentual de reajuste a ser concedido aos Conselheiros Tutelares será de 7% (sete por cento).

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação específica para pessoal civil, prevista no orçamento vigente e encontram-se previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disciplina a Lei Federal 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Complementar nº 003/2007.

Art. 5º - Em cumprimento aos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000, esta Lei é precedida de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, bem como de adequação aos parâmetros financeiros da Administração.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVES DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2023**

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Acrescenta-se os artigos 221-A ao 221-J na Lei Complementar nº 002, de 12 de dezembro de 2006, vigorando a partir de agora da seguinte forma:

TÍTULO V

DAS TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÍVEIS, PRESTADOS AOS CONTRIBUINTEIS OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO

CAPÍTULO III

DA TAXA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 221-A – Fica instituída a Taxa de Licenciamento e Fiscalização Ambiental do Município de Feliz Natal – MT – TLFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para concessão de licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos naturais.

§ 1º - É sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo Único da Resolução do CONSEMA nº 041/2021 ou outra que sucedê-la.

§ 2º - A taxa é devida por atividade licenciável pelo Município no ato do protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são fixados nos anexos I ao X desta Lei.

§ 3º - Em caso de não recolhimento da taxa no prazo de 05 (cinco) dias, após o protocolo, o requerimento do licenciamento será arquivado.

Art. 221-B - As taxas de licenciamento ambiental, classificam-se em:

I - Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI).

Art. 221-C – Ficam isentas do pagamento de taxas de licenciamento ambiental todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Público Municipal e Entidades Filantrópicas.

Art. 221-D – O recolhimento da taxa de serviços será efetuado em conta bancária vinculada à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, por intermédio de documento próprio de arrecadação.

Art. 221-E – A classificação dos níveis poluidores em função do impacto ambiental é constante no Anexo Único da Resolução do CONSEMA nº 041/2021.

Seção II

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 221-F - A taxa de licenciamento ambiental, fundada no exercício do poder de polícia do Município, tem como fato gerador a implantação e funcionamento das atividades que utilizem recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, em observância à legislação que regulamenta a matéria.

Seção III

Da Base de Cálculo

Art. 221-G - A taxa será calculada de acordo com a área construída (m²), nível de poluição e porte do empreendimento da respectiva atividade.

Seção IV

Do Lançamento

Art. 221-H - O lançamento da taxa de licenciamento ambiental será efetuado de ofício ou quando da apresentação do projeto de licenciamento.

Art. 221-I - O pedido da licença ambiental será promovido mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo.

Art. 221-J - A receita oriunda das taxas de licenciamento ambiental integrará o Fundo Municipal do Meio Ambiente, que se reverterá em ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º - Ficam inclusos os Anexos I ao V, que passam a ser integrantes da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário, em especial a Lei Complementar nº 042/2017.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO**PORTE DO EMPREENDIMENTO: I A V**

Porte do Empreendimento	I Até 200 m²			II 201 - 400 m²			III 401 - 600 m²			IV 601 - 800 m²			V 801 - 1.000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	1,5	2,25	3	2,1	3,15	4,2	2,7	4,05	5,4	3,45	5,17	6,9	4,2	6,3	8,4
Licença De Instalação (LI)	3	4,5	6	4,2	6,3	8,4	5,4	8,1	10,8	6,9	10,35	13,8	8,4	12,6	16,8
Licença De Operação (LO)	2,25	3,37	4,5	3,15	4,72	6,3	4,05	6,07	8,1	5,17	7,76	10,35	6,3	9,45	12,6

ANEXO II**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO****PORTE DO EMPREENDIMENTO: VI A X**

Porte do Empreendimento	VI 1.001 – 1.200 m²			VII 1.201 – 1.400 m²			VIII 1.401 – 1.600 m²			IX 1.601 – 1.800 m²			X 1.801 – 2.000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	4,87	7,31	9,75	5,55	8,33	11,10	6,30	9,45	12,60	7,20	10,80	14,40	7,95	11,93	15,90
Licença de Instalação (LI)	9,75	14,63	19,50	11,10	16,65	22,20	12,60	18,90	25,20	14,40	21,60	28,80	15,90	23,85	31,80
Licença de Operação (LO)	7,31	10,97	14,63	8,33	12,49	16,65	9,45	14,18	18,90	10,80	16,20	21,60	11,93	17,89	23,85

ANEXO III**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO****PORTE DO EMPREENDIMENTO: XI A XV**

Porte do Empreendimento	XI 2.001 – 2.500 m²			XII 2.501 – 3.000 m²			XIII 3.001 – 3.500 m²			XIV 3.501 – 4.000 m²			XV 4.001 - 4.500 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	9,75	14,62	19,5	12	18	24	14,25	21,37	28,5	16,5	24,75	33	18,75	28,12	37,5
Licença de Instalação (LI)	19,5	29,25	39	24	36	48	28,5	42,75	57	33	49,5	66	37,5	56,25	75
Licença de Operação (LO)	14,63	21,93	29,25	18	27	36	21,37	32,06	42,75	24,75	37,12	49,5	28,12	42,19	56,25

ANEXO IV**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO****PORTE DO EMPREENDIMENTO: XVI A XX**

Porte do Empreendimento	XVI 4.501 – 5.000 m²			XVII 5.001 – 5.500 m²			XVIII 5.501 – 6.000 m²			XIX 6.001 – 6.500 m²			XX 6.501-7.000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	21	31,5	42	23,25	34,88	46,5	25,5	38,25	51	27,75	41,63	55,5	30	45	60
Licença de Instalação (LI)	42	63	84	46,5	69,75	93	51	76,5	102	55,5	83,25	111	60	90	120
Licença de Operação (LO)	31,5	47,25	63	34,88	52,31	69,75	38,25	57,38	76,5	41,63	62,44	83,25	45	67,5	90

ANEXO V**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO****PORTE DO EMPREENDIMENTO: XXI A XXV**

Porte do Empreendimento	XXI 7.001 – 7.500 m²			XXII 7.501 – 8.000 m²			XXIII 8.001 – 8.500 m²			XXIV 8.501 – 9.000 m²			XXV 9.001- 9.500 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	32,25	48,37	64,5	34,5	51,75	69	36,75	55,12	73,5	39	58,5	78	41,25	61,87	82,5
Licença de Instalação (LI)	64,5	96,75	129	69	103,5	138	73,5	110,25	147	78	117	156	82,5	123,75	165
Licença de Operação (LO)	48,37	72,56	96,75	51,75	77,62	103,5	55,12	82,69	110,25	58,5	87,75	117	61,87	92,81	123,75

ANEXO VI**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO****PORTE DO EMPREENDIMENTO: XXVI A XXX**

Porte do Empreendimento	XXVI 9.501 – 10.000 m²			XXVII 10.001 – 15.000 m²			XXVIII 15.001 – 20.000 m²			XXIX 20.001 – 25.000 m²			XXX Acima de 25.000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	43,5	65,25	87	52,5	78,75	105	63	94,5	126	75	112,5	150	90	135	180

Licença de Instalação (LI)	87	130,5	174	105	157,5	210	126	189	252	150	225	300	180	270	360
Licença de Operação (LO)	65,25	97,87	130,5	78,75	118,12	157,5	94,5	141,75	189	112,5	168,75	225	135	202,5	270

ANEXO VII**ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS****ENQUADRAMENTO DO PORTE DO EMPREENDIMENTO PARA ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS****PORTE DO EMPREENDIMENTO: A1 A A6**

Atividade	Unidade	Porte do Empreendimento					
		A1	A2	A3	A4	A5	A6
Criação de suínos - unidade de produção de leitões (regime de confinamento)	Nº de matrizes	Até 100	101 - 150	151 - 200	201-250	251 - 300	Acima de 300
Criação de suínos - terminação (regime de confinamento)	Nº de cabeças	Até 350	351 - 450	451 - 550	551 - 650	651 - 750	Acima de 750
Criação de suínos – ciclo completo (regime de confinamento)	Nº de cabeças	Até 100	101 - 125	126 - 150	151 - 175	176 - 200	Acima de 200
Criação de frangos para corte (regime de confinamento)	Nº de cabeças	Até 20.000	20.001 - 50.000	50.001 - 80.000	80.001 - 110.000	110.001 - 140.000	Acima de 140.000
Criação de pintos de um dia (incubatório)	Nº de pinto/mês	Até 200.000	200.001 - 300.000	300.001 - 400.000	400.001 - 500.000	500.001 - 600.000	Acima de 600.000
Granja para produção de ovos	Nº de matrizes	Até 3.000	3.001 - 3.500	3.501 - 4.000	4.001 - 4.500	4.501 - 5.000	Acima de 5.000
Criação de outras aves (regime de confinamento)	Nº de cabeças	Até 30.000	30.001-50.000	50.001-70.000	70.001-90.000	90.001-110.000	Acima de 110.000
Criação de bovinos confinados e outros animais de grande porte	Nº de cabeças	Até 300	301 - 350	351 - 400	401 - 450	451 - 500	Acima de 500
Atividade de silvicultura	Área total (ha)	Até 20	20,01 - 40	40,01 - 60	60,01 - 80	80,01 - 100	Acima de 100
Piscicultura em tanque escavado ou represa	Área inundada (ha)	Até 5	5,01 - 10	10,1 - 15	Acima de 15	-	-
Piscicultura em tanque rede	Volume do tanque (m³)	Até 10.000	10.001 - 30.000	Acima de 30.000	-	-	-
Piscicultura tipo pesque & pague ou pesque & solte	Área inundada (ha)	Até 5	Acima de 5	-	-	-	-
Criação de peixes ornamentais e camarões de água doce	Área inundada (ha)	Todas	-	-	-	-	-
Ranicultura	Área total (ha)	Todas	-	-	-	-	-
Apicultura	Nº de colmeias	Todas	-	-	-	-	-

ANEXO VIII**PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (UR)****CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PORTE DO EMPREENDIMENTO - (ANEXO VII) E POTENCIAL POLUIDOR****PORTE DO EMPREENDIMENTO: A1 A A6**

Porte do Empreendimento	A1			A2			A3			A4			A5			A6		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	2,4	3,6	4,8	3,12	4,68	6,24	3,84	5,76	7,68	4,56	6,84	9,12	5,28	7,92	10,56	6	9	12
Licença de Instalação (LI)	4,8	7,2	9,6	6,24	9,36	12,48	7,68	11,52	15,36	9,12	13,68	18,24	10,56	15,84	21,12	12	18	24
Licença de Operação (LO)	3,6	5,4	7,2	4,68	7,02	9,36	5,76	8,64	11,52	6,84	10,26	13,68	7,92	11,88	15,84	9	13,5	18

ANEXO IX**CLASSIFICAÇÃO ESPECÍFICA****SEÇÃO A****ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO CIVIL E****PARCELAMENTO DO SOLO****A1. Loteamentos para fim residencial, comercial, industrial e conjunto habitacional:**

LP (UR) = [6,2 + (1,9 x Área)]
LI (UR) = [12,4 + (3,8 x Área)]
LO (UR) = [9,3 + (2,85 x Área)]
Área = Área total a ser loteada em hectare

A2. Loteamentos rurais e sítios de lazer:

LP (UR) = [7,4 + (0,2 x Área)]
LI (UR) = [14,8 + (0,4 x Área)]
LO (UR) = [11,1 + (0,3 x Área)]
Área = Área total a ser loteada em hectare

A3. Condomínio vertical plurifamiliar (apartamentos):

LP (UR) = [3,7 + (0,12 x NrApto)]
LI (UR) = [7,4 + (0,24 x NrApto)]

$$LO (UR) = [5,55 + (0,18 \times NrApto)]$$

$$NrApto = \text{Número de apartamentos}$$

A4. Condomínio vertical comercial (escritórios):

$$LP (UR) = [4 + (0,0025 \times \text{Área})]$$

$$LI (UR) = [8 + (0,005 \times \text{Área})]$$

$$LO (UR) = [6 + (0,0038 \times \text{Área})]$$

$$\text{Área} = \text{Área construída (m}^2\text{)}$$

A5. Autódromos, Kartódromos, Pista de Motocross e Heliportos:

$$LP (UR) = [3,8 + (1,1 \times \text{Área})]$$

$$LI (UR) = [7,6 + (2,2 \times \text{Área})]$$

$$LO (UR) = [5,7 + (1,65 \times \text{Área})]$$

$$\text{Área} = \text{Área total em hectares}$$

A6. Pista de pouso civil:

$$LP (UR) = [3,7 + (0,4 \times \text{Área})]$$

$$LI (UR) = [7,4 + (0,8 \times \text{Área})]$$

$$LO (UR) = [5,5 + (0,6 \times \text{Área})]$$

$$\text{Área} = \text{Área total em hectares}$$

A.7 - Autorização Municipal de Exploração Mineral para fins de processo de registro de licença junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM:

$$\text{Taxa (UR)} = [2,5 + (0,15 \times \text{Área})]$$

$$\text{Área} = \text{Área Requerida}$$

ANEXO X**DOCUMENTOS DIVERSOS****SEÇÃO A****CADASTROS, VISTORIAS, DECLARAÇÕES E CERTIDÕES****A.1 - Cadastro de Responsável Técnico:**

$$\text{Taxa (UR)} = 1,6$$

A.2 - Vistoria Técnica na Área Urbana:

$$\text{Taxa (UR)} = 0,8$$

A.3 - Vistoria Técnica na Área Rural:

$$\text{Taxa (UR)} = 1,2$$

A.4 - Certidões Diversas:

$$\text{Taxa (UR)} = 0,8$$

A.5 - Expedição de Segunda Via de licenças ou de autorizações ambientais:

$$\text{Taxa (UR)} = 0,8$$

A.6 - Alteração da Razão Social de processos de licenciamento ambiental e de licenças ambientais emitidas:

$$\text{Taxa (UR)} = 1,6$$

A.7 - Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental:

$$\text{Taxa (UR)} = 1,2$$

JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 083/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023**SÚMULA:** ALTERA OS ANEXOS I E VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER****QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:****Art. 1º** - Ficam alterados os Anexo I e VI da Lei Complementar nº 40, de 10 de novembro de 2015, os quais serão substituídos pelos Anexos integrantes desta Lei, respectivamente.**Parágrafo Único.** As alterações dos anexos consistem em:

I – Anexo I:

a) Atualizar os vencimentos dos Cargos Efetivos do Quadro Permanente;

b) Criar o cargo de Analista Previdenciário e Financeiro com 01 (uma) vaga e com o vencimento inicial de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

II – Anexo VI:

a) Inserir o Perfil Profissional do cargo de Analista Previdenciário e Financeiro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGOS EFETIVOS DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: Serviços Gerais			
Vencimento Inicial	Título do Cargo	HS/ Sem	Nº de Vagas
R\$ 1.320,00	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	01

CLASSES			
A	B	C	D
Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.	Requisito da Classe A, mais 40 (quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.	Requisito da Classe B, mais Ensino Médio Completo.	Requisito da Classe C, mais curso tecnológico em nível superior ou graduação de nível superior.

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO OCUPACIONAL:

Compreende os cargos de pouca escolaridade formal (Ensino Fundamental, Elementar ou anos Iniciais do Ensino Fundamental), os quais se destinam a executar serviços de limpeza, arrumação e de zeladoria.

GRUPO OCUPACIONAL: Apoio Administrativo de Nível Médio			
Vencimento Inicial	Título do Cargo	HS/ Sem	Nº de Vagas
R\$ 2.405,52	Assistente Previdenciário	40 horas	01

CLASSES			
A	B	C	D
Habilitação em Ensino Médio ou Técnico de Ensino Médio	Requisito da Classe A, mais 80 (oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.	Requisito da Classe B, mais Graduação em Nível Superior.	Requisito da Classe C, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO OCUPACIONAL:

Compreende os cargos que se destinam a executar e coordenar tarefas de apoio técnico-administrativo desenvolvendo atividades que requeiram certo grau de autonomia, caracterizados pelas ações desenvolvidas em campo de conhecimento específico.

GRUPO OCUPACIONAL: Técnico de Nível Superior			
Vencimento Inicial	Título do Cargo	HS/ Sem	Nº de Vagas
R\$ 5.800,00	Analista Previdenciário e Financeiro	40 horas	01
R\$ 5.647,48	Contador	30 horas	01
R\$ 6.563,28	Gestor de Investimentos	40 horas	01

CLASSES			
A	B	C	D
Habilitação em Curso de Nível Superior, inclusive licenciatura, correlacionada com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.	Requisito da Classe A, mais 160 (cento e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.	Requisito da Classe B, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (duzentas) horas.	Requisito da Classe C, mais curso de mestrado ou doutorado.

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO OCUPACIONAL:

Compreende as atribuições que exigem pleno conhecimento das técnicas da especialidade profissional. Os problemas surgidos são de natureza complexa e demandam busca de novas soluções. As atribuições, de significativa abrangência, são desempenhadas com grande grau de autonomia. A orientação prévia, quando ocorre, se restringe a aspectos controvertidos, aplicação de novas tecnologias e casos semelhantes. Compreende ainda, as atribuições da mais elevada complexidade e responsabilidade na área profissional, caracterizando-se pela orientação, coordenação e supervisão de trabalhos de equipes, treinamento de profissionais e incumbências análogas. O nível das atribuições, de abrangência ampla e diversificada, exige profundos conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos do campo profissional. A autonomia no desempenho das atribuições só é limitada pela potencialidade profissional do ocupante, pelas diretrizes de políticas da instituição e pelas normas da comunidade profissional.

ANEXO VI

PERFIL PROFISSIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: Serviços Gerais			
TÍTULO DO CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais			
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:			
Instrução – Ensino Fundamental Completo.			
Atribuições Típicas:			
I) Tarefas de copa e cozinha:			
a) preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor;			
b) lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha;			
c) arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;			
d) lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas; manter limpo os utensílios de copa e cozinha;			
II) Tarefas de limpeza e zeladoria:			
a) percorrer as dependências do Feliz Previ, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;			
b) limpar e arrumar as dependências e instalações do prédio, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;			
c) realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências do Feliz Previ;			
d) esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios; aplicar cera e lustrar chão e móveis;			
e) conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;			
f) auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidros e outros.			

GRUPO OCUPACIONAL: Apoio Administrativo de Nível Médio			
TÍTULO DO CARGO: Assistente Previdenciário			
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:			
Instrução – Ensino Médio Completo.			
Outros requisitos - Conhecimentos básicos de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.			
ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:			
Atendimento ao público; Atendimento telefônico; Encaminhamento de pessoas para os departamentos específicos; Distribuição de documentos aos setores correspondentes; Organizar os balancetes mensais e quadrimensais e encaminhamento aos órgãos competentes; Secretariar atas das reuniões do Conselho Curador e Fiscal; Arquivamento de documentos; Lançamento de almoxarifado, frota, patrimônio, diárias, licitações, reuniões e conselhos; Levantamento e conferência do patrimônio; Expedição de Ofícios; Arquivamento dos empenhos mensais; Encaminhamento do balancete financeiro para ser fixado em murais e demais locais determinados; Relatórios em geral; No atendimento aos processos de benefícios, orientar, acompanhar, verificar a veracidade dos documentos junto aos órgãos de revisão, simulação de concessão de benefícios; Solicitação dos documentos da vida funcional aos Recursos Humanos dos órgãos nos quais os servidores são vinculados, organizar os documentos dos autos processuais de acordo com as normativas do Tribunal de Contas do Estado e todos os demais atos necessários para os trâmites de concessão dos benefícios; Elaboração da Folha de pagamento e arquivamento dos relatórios referentes à folha; Acompanhamento e conferência dos dados da RAIS e DIRF; Quanto aos segurados: cadastramento de novos segurados e manutenção da atualização dos dados cadastrais; Emissão de Guias de Recolhimento e encaminhamento aos órgãos de competência, lançamento das contribuições mensais dos Segurados, requerimento de Compensação Previdenciária junto ao INSS, conferência e concessão ou não da Compensação Previdenciária aos requerimentos do INSS; Publicação de documentos necessários no Diário Oficial; Serviço de banco e escritórios.			

GRUPO OCUPACIONAL: Técnico de Nível Superior			
TÍTULO DO CARGO: Analista Previdenciário e Financeiro			
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:			
Instrução – Ensino Superior Completo em Administração, Ciências Contábeis ou Economia.			

Outros requisitos - Possuir Certificação Profissional SPREV, conforme Portaria MTP 1.467, de 02 de junho de 2022 e suas alterações posteriores.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Participar de processo de elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico realizando atividades pertinentes às rotinas executadas nas áreas administrativas e financeiras; Participar da elaboração e análise do Plano Plurianual da Previdência, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual; Promover estudos de racionalização e otimização das atividades; Implementar procedimentos e executar as demais atividades definidas em normas do FELIZ PREVI; Executar atividades referentes à elaboração, revisão e acompanhamento da programação orçamentária e financeira anual e plurianual; Elaborar critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, para a correta administração do sistema de materiais; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Redigir ofícios, exposições de motivos, atas e outros expedientes; Organizar e manter atualizado o sistema de informações legais e regulamentares de interesse do instituto; Coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para elaboração de informações estatísticas nas áreas administrativa e financeira; Realizar trabalhos de protocolização, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários; Elaborar e analisar processos e cálculos previdenciários, de manutenção e de revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários; Proceder a orientação previdenciária e ao atendimento aos usuários; Comunicar tramitação de concessão de benefício previdenciário do servidor à secretaria e ao RH do órgão de origem; Efetuar os pagamentos dos aposentados e pensionistas mensalmente, através do aplicativo bancário; Realizar as reuniões mensais dos Conselhos deliberativos do FELIZ PREVI; Realizar simulações de aposentadoria dos servidores; Auxiliar na atualização da base cadastral dos segurados; Realizar o cadastramento e prova de vida dos inativos e pensionistas; Coordenar a realização do Censo Previdenciário; Atuar no atendimento ao público, executando atividades de orientação e informação aos segurados e usuários do FELIZ PREVI. Operacionalizar os sistemas Previdenciário e Administrativo do FELIZ PREVI.

GRUPO OCUPACIONAL: Técnico de Nível Superior

TÍTULO DO CARGO: Contador

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Instrução – Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino oficial ou reconhecido pelo Ministério da Educação e registro ATIVO no respectivo Órgão de Classe.

Outros requisitos - Conhecimentos avançado de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet. Experiência profissional comprovada de no mínimo 02 (dois) anos de exercício de atividades compatíveis com as respectivas atribuições funcionais.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com a área de contabilidade e sistema de processamento de dados; Executar a previsão, programação, aplicação, registros e controle dos recursos financeiros, desenvolvendo as atividades da área econômica-financeira, que envolvam atribuições de orçamento, custos, contabilização, finanças e administração patrimonial; Planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil-financeiro; Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar cumprimento do plano de contas adotado; Proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos serviços; Elaborar e organizar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais de situação patrimonial, econômica e financeira do Feliz Previ; Participar da elaboração do orçamento-programa, fornecendo os dados contábeis, para servirem de base à montagem do mesmo; Efetuar, classificar e codificar contabilmente, os documentos recebidos; Planejar e executar auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações e exames, apurações e exames, para assegurar cumprimento às exigências legais e administrativas; Elaborar e analisar balancetes e demais documentos contábeis, gerando relatórios e pareceres técnicos; Elaborar anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos comparativos e pareceres técnicos; Acompanhar a execução orçamentária, analisando as projeções de receitas e despesas, emitir notas de empenho e de lançamentos, classificar e orientar as despesas, administrar a liquidação de despesas e acompanhar os custos; Assessorar a direção em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação no referido setor; Efetuar estudos e pesquisas aplicáveis em assuntos de interesse da Administração pública na sua área de atuação; Utilizar ferramentas de informática adequadas a sua área de atuação; Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços técnicos contábil, inerentes a sua área de atuação; Planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil; Analisar, conferir, elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle; Controlar execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos; Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável; Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar medidas de aperfeiçoamento de controle interno; Planejar, programar,

coordenar bem como orientar a organização de rotinas e procedimentos que envolvem o setor de contabilidade; Proceder, pelos métodos de partida-dobrada, ao registro de atos e fatos administrativos, de conformidade com o plano de contas; Preparar os balancetes mensais e balanço geral do exercício; Emitir empenho de despesa e sua anulação, quando for o caso, e proceder aos registros de controle; Proceder à liquidação de processos de despesa, observados os trâmites regulamentares; Emitir guia de recolhimento de encargos tributários e sociais; Colaborar nos trabalhos de tomada de contas; Proceder ao controle de credores por empenho através de fichas próprias; Verificar a regularidade de arrecadação e recolhimento de receita; Realizar o controle prévio da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Feliz Previ; Assessorar tecnicamente as chefias da área com relação às contas do Feliz Previ, em anos anteriores e da utilização como fonte de consulta; Instrumentalizar e conferir processos a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas; Preparar balancetes com impacto da folha de pagamento; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Elaboração de relatórios e demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; Elaboração de relatórios e demonstrativos contábeis diversos (STN, TC, etc.); Inscrição de restos a pagar; Fiscalização da abertura dos saldos orçamentários lançados no sistema com a LOA; Encerramento de Balancetes e Balanços, abertura dos saldos financeiros e patrimoniais; Elaboração de roteiros, normas e manuais de instruções contábeis; Alertar gestores sobre a iminência da prática de atos ou ocorrência de fatos que possam caracterizar improbidade ou irregularidade na gestão de recursos públicos, subsidiando informações para o Sistema de Controle Interno; Dar suporte aos trabalhos realizados nas Unidades de Auditoria Interna e nas Inspeções; Apoio às atividades de controle externo de competência do Tribunal de Contas do Estado; Avaliar a execução orçamentária e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Supervisionar o registro dos créditos orçamentários, inclusive os adicionais e suplementares; Emitir relatórios, nota Técnica e informações sobre assuntos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais; Desenvolver e desempenhar outras tarefas de execução qualificada, de trabalhos relativos às atividades de administração financeira e contábil.

GRUPO OCUPACIONAL: Técnico de Nível Superior

TÍTULO DO CARGO: Gestor de Investimentos

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Instrução - Possuir a Certificação Profissional CGRPPS – Certificado de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social ou Certificado ANBIMA Série 10 (CPA - 10), e Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área, fornecido por instituição de ensino oficial ou reconhecido pelo Ministério da Educação com o registro no respectivo Órgão de Classe, quando for o caso.

Outros requisitos - Conhecimentos avançados em economia, finanças, mercado financeiro, informática, em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet. Experiência profissional comprovada de no mínimo 02 (dois) anos de exercício de atividades compatíveis com as respectivas atribuições funcionais.

ATIVIDADES TÍPICAS:

Dentre as competências: Comprovar a elaboração da Política Anual de Investimentos de que trata a resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, mediante o envio à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Demonstrativo de Investimentos - DPIN; Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando, de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória; Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo RPPS, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações; Elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a realidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle; Assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviços e ou consultoria ao RPPS nas operações de aplicação dos recursos do RPPS; Disponibilizar aos seus segurados e pensionistas as informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de 30 dias, contados da data de sua aprovação; Na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio cadastramento; Consultar assessorar e auxiliar na organização e executar os processos de aposentadoria e pensões dos servidores; Montar relatórios dos investimentos para Prestação Sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado do MT; Auxiliar e promover as revisões dos proventos dos servidores aposentados e pensionista, anualmente ou quando se fizer necessário; Promover o cadastramento anual dos servidores aposentados e Pensionistas; Acompanhar os Relatórios Mensais das Informações da Folha de Pagamento e Despesas que se fizerem necessários a fim de monitorar as Despesas e suas Projeções Atuariais; Realizar Movimentação das Aplicações Através do Preenchimento das APRs - Autorização de Aplicação e Resgate, conforme art. 3º-B da Portaria MPS Nº 519/2011, incluído pelo art. 2º da Portaria MPS Nº 170, de 25/04/2012, DOU de 26/04/2012, Preenchimentos do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR; (Incluído Pela Portaria MPS Nº 307, de 20/06/2013), também efetuar o preenchimento do Demonstrativo De Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR; (Incluído Pela Portaria MPS Nº 307, de 20/06/2013), e o Preenchimento dos Modelos de Credenciamento (Instituição Financeira, Fundos De Investimentos e Prestadores de Serviço), conforme exigido pela Portaria MPS Nº 440/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AVISO DE RESULTADO PP 068-2023****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL N° 068/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR LOCAL COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, COM PISCINA PRÓPRIA, PARA MINISTRAR AULAS PARA UMGRUPO DE 60 ALUNOS, DUAS VEZES POR SEMANA, COM NO MÍNIMO UMA HORA DE DURAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** Conforme anexo X do termo de referência, e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 01 – MP NATAÇÃO LTDA inscrito no CNPJ sob o nº 52.975.314/0001-03, com o valor total de **R\$ 49.323,60** (quarenta e nove mil e trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R\$ 49.323,60 (quarenta e nove mil e trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 19 de dezembro de 2023.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL N° 068/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR LOCAL COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, COM PISCINA PRÓPRIA, PARA MINISTRAR AULAS PARA UMGRUPO DE 60 ALUNOS, DUAS VEZES POR SEMANA, COM NO MÍNIMO UMA HORA DE DURAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** Conforme anexo X do termo de referência, e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 01 – MP NATAÇÃO LTDA inscrito no CNPJ sob o nº 52.975.314/0001-03, com o valor total de **R\$ 49.323,60** (quarenta e nove mil e trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R\$ 49.323,60 (quarenta e nove mil e trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 19 de dezembro de 2023.

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do departamento de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AVISO DE RESULTADO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **PREGÃO ELETRÔNICO** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GUIRATINGA** Conforme anexo X do termo de referência, e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 02; 04; 06; 07; 08; 10; 11; 12; 13; 17; 18; 20; 26; 27; 28; 29; 30; 33; 36; 37; 47; 48; 49; 51; 52; 57; 59; 60; 62; 65; 71; 72; 73; 74; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 92; 97; 98; 99; 102; 106; 107; 108; 110; 116; 117; 118; 119; 123; 124; 125; 126; 127; 128; 129; 130; 131; 134 e 137 – ARAUJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 40.626.136/0001-26, com o valor total de **R\$ 86.106,99** (oitenta e seis mil e cento e seis reais e noventa e nove centavos).

ITENS: 31; 32 e 120 – PANIFICADORA PÃES DO CERRADO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 50.623.253/0001-90, com o valor total de **R\$ 14.575,40** (quatorze mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

ITENS: 54; 58; 66 e 75 – COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33, com o valor total de **R\$ 1.403,69** (um mil e quatrocentos e três reais e sessenta e nove reais).

ITENS: 35 – DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 33.174.960/0001-27, com o valor total de **R\$ 35.316,00** (trinta e cinco mil e trezentos e dezesseis reais).

ITENS: 01; 03; 05; 09; 14; 15; 16; 19; 21; 22; 23; 24; 25; 34; 38; 39; 40; 42; 43; 44; 45; 46; 50; 53; 55; 56; 61; 63; 64; 67; 68; 69; 70; 76; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 89; 90; 91; 93; 94; 95; 96; 100; 101; 103; 104; 105; 109; 113; 114; 121; 122; 132; 133; 135; 136 e 138 – MYB COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 34.134.598/0001-23, com o valor total de **R\$ 91.074,39** (noventa e um mil e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R\$ 228.476,47 (duzentos e vinte e oito reais e quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 41; 111; 112 e 115.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 19 de dezembro de 2023.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **PREGÃO ELETRÔNICO** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRE-**

TARIAS DO MUNICÍPIO DE GUIRATINGA Conforme anexo X do termo de referência, e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 02; 04; 06; 07; 08; 10; 11; 12; 13; 17; 18; 20; 26; 27; 28; 29; 30; 33; 36; 37; 47; 48; 49; 51; 52; 57; 59; 60; 62; 65; 71; 72; 73; 74; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 92; 97; 98; 99; 102; 106; 107; 108; 110; 116; 117; 118; 119; 123; 124; 125; 126; 127; 128; 129; 130; 131; 134 e 137 – ARAUJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 40.626.136/0001-26, com o valor total de R\$ 86.106,99 (oitenta e seis mil e cento e seis reais e noventa e nove centavos).

ITENS: 31; 32 e 120 – PANIFICADORA PÃES DO CERRADO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 50.623.253/0001-90, com o valor total de R\$ 14.575,40 (quatorze mil e quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

ITENS: 54; 58; 66 e 75 – COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33, com o valor total de R\$ 1.403,69 (um mil e quatrocentos e três reais e sessenta e nove reais).

ITENS: 35 – DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 33.174.960/0001-27, com o valor total de R\$ 35.316,00 (trinta e cinco mil e trezentos e dezesseis reais).

ITENS: 01; 03; 05; 09; 14; 15; 16; 19; 21; 22; 23; 24; 25; 34; 38; 39; 40; 42; 43; 44; 45; 46; 50; 53; 55; 56; 61; 63; 64; 67; 68; 69; 70; 76; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 89; 90; 91; 93; 94; 95; 96; 100; 101; 103; 104; 105; 109; 113; 114; 121; 122; 132; 133; 135; 136 e 138 – MYB COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 34.134.598/0001-23, com o valor total de R\$ 91.074,39 (noventa e um mil e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R\$ 228.476,47 (duzentos e vinte e oito reais e quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 41; 111; 112 e 115.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 19 de dezembro de 2023

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035-2023

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006-2023– REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente termo a **Prefeitura Municipal de Indavaí-MT**, com sede em Indavaí-MT, estado de Mato Grosso e CEP: 78.295-000, localizada na Rua Getúlio Vargas, 650, s/n, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.239.027/0001/20, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Sidnei Marques Lopes, portador do RG nº 05...20 SSP/MT e CPF: n. 559...72, nomeado por meio de eleições diretas, no uso da atribuição que lhe são conferidas por lei, neste ato denominado simplesmente **CONSIGNANTE**, resolve registrar o preço da empresa **RC HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.188.925/0001-92, com sede na rua Av. Rio Claro, esquina com a Rua M. Agostinho, s/n, qd.09, It02, setor Bela Vista, CEP:76255000, Montes Claros de Goiás, neste ato representado pelo REAN CARLOS ALVES RODRIGUES, inscrito no RG. n.º 59...59 e CPF nº 049...12 - MT, doravante denominada **CONSIGNATÁRIA**, decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023 da Prefeitura Municipal de Indavaí**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de equipamentos fisioterapêuticos em atendimento ao setor de fisioterapia da unidade básica de saúde, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional**

às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** Aquisição de equipamentos fisioterapêuticos em atendimento ao setor de fisioterapia da unidade básica de saúde, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **menor preço por item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Item 4 do edital, no valor global de R\$ 300,00 (trezentos reais).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e.

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda des-

ta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quan-

tidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O objeto deste processo deverá ser entregues na Sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Av. Jaime Campos, s/n, centro, Indavaí-MT, conforme Autorização de Fornecimento.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 08(oito) dias corridos a partir da data do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30(trinta) dias

úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Caberá ao CONTRATADO (A) apresentar, quando do encaminhamento da nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas neste Edital;

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento) em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas

constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

Ficha 700 Fonte 621

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções administrativas previstas na Lei 8666/93.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araputanga-MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Indiavaí-MT, 17 de outubro de 2023.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

CONSIGNANTE

RC HOSPITALAR LTDA

CNPJ n° 35.188.925/0001-92

CONSIGNATÁRIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036-2023

O **Município de INDIAVAÍ**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Rua Getúlio Vargas, n.º 650, Bairro Centro – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.239.027/0001-20, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. SIDNEI MARQUES LOPES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado a rua José Moro, S/N, Centro da cidade de Indiavaí – MT, portador da cédula de identidade RG n.º 05...20 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 559...72, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2023** e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA-ME**, CNPJ 10.676.722/0003-86, tendo como

representante legal o Sr.º Antônio Agnaldo da Silva, CPF: 483...34, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis ns. 8.666/1993 e 10.520/2002, e em conformidade com as disposições a seguir:



1.1 - Contratação de pessoa jurídica especializada para Locação de software em ambiente “web” sob forma de licença de uso, com treinamento de servidores para fiscalização e operacionalização do ITR, com vistas ao cumprimento das obrigações estipuladas nas INs/RFB/1640/2016, 1877/2019, assim como serviços técnicos de assessoria e consultoria tributária referente ao ITR-Imposto Territorial Rural, promovendo orientações no sentido de propiciar aumento dos repasses constitucionais deste tributo e garantindo a permanência do município no convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência **ANEXO I**.



2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial Registro de Preço 024/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta da contratada.

B

3.1. Fica registrado o valor da empresa:

EMPRESA	Alternativa Assessoria Contábil, Administrativa e tributaria LTDA-ME
CNPJ	10.676.722/0003-86
ENDEREÇO	localizada a Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº. 2000, bosque da Súde, Cuiabá-MT
REPRESENTANTE	Srº. Antonio Agnaldo da Silva
TELEFONE DE CONTATO	(65) 99...23
E-MAIL	agnaldo@alternativaconsultoriamt.com.br

3.2. Descrição, Quantidade e Preço Registrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VL.R. UNI-TÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica especializada para Locação de software em ambiente "web" sob forma de licença de uso, com treinamento de servidores para fiscalização e operacionalização do ITR, com vistas ao cumprimento das obrigações estipuladas nas INs/RFB/1640/2016, 1877/2019, assim como serviços técnicos de assessoria e consultoria tributária referente ao ITR-Imposto Territorial Rural, promovendo orientações no sentido de propiciar aumento dos repasses constitucionais deste tributo e garantindo a permanência do município no convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal.	MÊS	12	R\$ 10.400,00	R\$ 124.800,00

R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

3.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimo) nas seguintes hipóteses: **a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93; **b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93. **3.4.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado; **3.5.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, etc.) **3.6.** Demais situações elencadas no edital de onde deriva a presente ata. **4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 4.1** - A empresa deverá executar em conformidade com o Termo de Referência, devendo ainda: a) Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a expedição da ordem de serviços; b) Realizar, por seus próprios meios, todos os procedimentos e gestões necessárias ao cumprimento do objeto a ser contratado; c) Comunicar a Prefeitura por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários; d) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura; e) Manter-se, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as condições de habilitação de segurança social na licitação; f) Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal referente aos serviços a serem contratados; g) Manter todos os aplicativos do sistema objeto desta licitação permanentemente atualizados, nos termos da legislação correlata bem como a legislação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; h) Arcar com todas as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação de seus técnicos, que se fizerem necessárias à plena execução do presente contrato; i) Executar os serviços dentro dos melhores padrões, apenas com técnicos capacitados, com experiência compatível a atividade exercida; j) Atender às solicitações de serviço de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos, cronograma físicos que venham ser estabelecidos neste Termo; k) Refazer os serviços nos prazos estabelecidos, quando eles apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para a Contratante; l) Manter os sistemas em constante funcionamento, sem interrupções que afetem o desempenho das atividades funcionais; m) Manter todos os aplicativos do sistema objeto desta licitação permanentemente atualizados, nos termos da legislação correlata, bem como a legislação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; n) Disponibilizar aos usuários dos módulos, equipes de atendimento com técnicos especializados, sendo que o Suporte Técnico poderá ser via on-line, via telefone, acesso remoto e "in loco" conforme a necessidade da Contratante. **5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 5.1.** A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do presente documento, mediante assinatura e publicação na imprensa oficial do Município. **5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal da Prefeitura Municipal; **a)** – Durante a vigência da ARP, toda aquisição será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor Alcides Domingos, inscrito no CPF nº 050.165.231-00, residente e domiciliado na Avenida Jaime Campos, Centro, Indaiavá-MT. **b)** – O gestor (a) desta ARP terá, entre outras, as seguintes atribuições: proceder o acompanhamento técnico da execução dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada, comunicar à CONTRATADA o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução dos serviços contratados. **7. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a)** - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador MUNICIPIO DE INDIÁVAÍ - MT, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com o Decreto Estadual nº 4733/2002 de 02 de Agosto de 2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços do MUNICIPIO DE INDIÁVAÍ / MT. **b)** - Para utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidades da Administração Pública que não tenha participado do certame, utiliza-se dos valores constantes registrados nesse procedimento. **c)** - Caberá ao prestador/fornecedor de Serviços/materiais/itens beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame, desde que os serviços não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas. **8. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8.1** - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ, competindo-lhe: a) monitorar os preços dos serviços de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de sua variação; b) notificar o fornecedor registrado via fax ou telefone, para retirada da Nota de Empenho, bem como expedir e enviar as Requisições de Fornecimento; c) observar, durante a vigência da presente ata que nas

contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos; d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades; e) consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em fornecer os serviços a outro órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata; f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

Parágrafo primeiro - As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

Parágrafo segundo - O Departamento de Compras, junto com a Secretaria de Finanças atuaram em conjunto na pesquisa de preços dos serviços registrado, de forma a avaliar o preço a ser contratado, bem como o cronograma de contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS **9.1** – Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos, recursos humanos, determinados no termo de referência; **9.2** – Disponibilizar o(s) software(s), e prestar os serviços de assessoria e consultoria tributária na área do ITR, na forma descrita no Termo de Referência, com visitas técnicas na sede da Prefeitura Municipal, resguardando a possibilidade de convocação pela Administração conforme a necessidade, bem como através consultas telefônicas, e-mail, fax ou programas de troca de mensagens, e ainda **9.3** - Indicar um representante responsável pela execução dos serviços, que será a pessoa de contato para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato fornecendo número de telefone, fax, endereço eletrônico; **9.4** - Substituir qualquer empregado que não esteja executando os serviços a contento, ou eu a juízo da Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ-MT, não esteja se portando de forma adequada, devido à conduta prejudicial ou inconveniente; **9.5** – Preparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte os serviços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, após comunicado; **9.6** - Comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações do contrato e da ata de registro de preços, que deverá ser solucionado no período 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado; **9.7** - Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **9.8** - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Administração, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas; **9.9** - Manter sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso, durante a execução dos serviços; **9.10** - Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ-MT; **9.11** – A empresa contratada devesse trabalhar com equipamento próprio (notebooks) e todo material necessário para o desenvolvimento de assessoria e consultoria, arcando com todas as despesas de mão de obra, acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, deslocamento, passagens, hospedagem, alimentação, materiais, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e demais despesas pertinentes, relacionadas a prestação dos serviços; **9.12** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, bem como em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos nas dependências desta Prefeitura, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade de haver fiscalização ou acompanhamento da Contratante; **9.13** - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a prefeitura; **9.14** - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do objeto, nos termos da Legislação vigente; **9.15** - Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93; **9.16** - Comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgáveis necessários para recebimento de informações e correspondências; **9.17** - Não realizar subcontratação total ou parcial da execução dos serviços sem anuência da Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas; **9.18** – Atender todas obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002 e demais legislações pertinentes, bem como, do presente Edital. **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** **10.1** - Fornecer a empresa contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitadas para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações. **10.2** - Convocar oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital. **10.3** - Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência; **10.4** - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal; **10.5** - Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização das obrigações contratuais pela contratada objeto deste Instrumento, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/93. **10.6** - Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de possíveis irregularidades observadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção. **10.7** - Observar, no desenvolvimento dos trabalhos, as leis, os regulamentos, e as melhores normas técnicas específicas aplicáveis na execução dos serviços, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos empregados e o treinamento dos recursos humanos necessários ao seu bom desenvolvimento. **10.8** - Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir para fins de ajuste ou suspensão, inclusive rejeitando, no todo ou em parte, desde que executados fora das especificações. **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

11.1. - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios, alocados no orçamento do Município, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do §2º, art. 7º do decreto federal nº 7.892/13.

ORGÃO 08 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO. UNIDADE 001 – GERENCIA TRIBUTARIA E PLANEJAMENTO.

04.122.0002.2047. - MANUT. E ENC. COM SEC. DE FINAN. E PLANEJAMENTO.

3.3.9.0.39.00.0 – OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA. CODIGO REDUZIDO: 613

FONTE 500

12. DO PAGAMENTO **12.1.** A Prefeitura efetuará o pagamento à contratada, através de crédito em conta corrente, até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor designado pelo Município e a com-

provação das regularidades junto ao INSS, FGTS e CNDT, da licitante vencedora. **12.2.** A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, a descrição dos serviços, além do número da conta, agência e banco onde deverá ser efetuado o pagamento; **12.2.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais. **12.2.2.** Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, nem isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados. **12.3.** A Prefeitura efetuará os pagamentos através do Banco do Brasil. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada. **12.4.** A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".



13.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, podendo este ser com base nos índices do IPCA- Índice De Preços Do Consumidor Amplo. **13.1.1.** A Contratada obrigará-se a aceitar os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, atualizado, nos termos do art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/93. **13.1.2.** Com fulcro no art. 65, §2º da Lei 8.666/93, as supressões e reajustes não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes. **14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** **14.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações: **14.1.1.** Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços; **14.1.2.** Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93; **14.1.3.** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro; **14.1.4.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; **14.1.5.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas. **14.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços. **14.2.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação. **14.2.2.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital. **14.3.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas à execução dos serviços. **15. DA FISCALIZAÇÃO** **15.1.** A fiscalização desta ata terá sua execução acompanhada e fiscalizada, por representante da Contratante, com atribuições específicas, devidamente designadas pela autoridade competente, conforme determina o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93. **15.2.** A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93). **15.3.** Todas as instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. **15.4.** As decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. **16. DAS PENALIDADES** **16.1** - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital, da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a seguir discriminadas. **16.2** - Quanto ao atraso para assinatura da Ata: **16.2.1** - No caso de atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante; **16.2.2** - A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso. **16.3** - Quanto ao atraso para assinatura do contrato: **16.3.1** - No caso de atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato; **16.3.2** - A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso. **16.4** - Por atraso injustificado na execução dos serviços: **16.4.1** - Para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais; **16.4.2** - Para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais; **16.4.3** - No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso. **16.5** - Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste Edital, a Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções: **16.5.1** - Advertência, **16.5.2** - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ-MT; **16.5.3** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município por prazo não superior a 02 (dois) anos; **16.6** - As multas serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente; **16.7** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a licitante, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de INDIÁVAÍ-MT; **16.8** - Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente: **16.8.1** - Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento; **16.8.2** - Cancelamento da Ata e/ou Contrato, se estes já estiver assinado, procedendo-se a paralisação da execução dos serviços; **16.9** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedor do Município, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais. **17. DA PUBLICAÇÃO** **17.1.** Incumbirá ao município providenciar a publicação do extrato desta Ata e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial do município, que é condição indispensável para sua eficácia, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** **18.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **18.1.1.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preço; **18.1.2.** A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar; **18.1.3.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial SRP nº 024/2023, seus anexos e a proposta da contratada;

18.1.4. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ-MT. **19. DO FORO 19.1.** As partes elegem o foro da comarca de Araputanga-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **19.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Indiavaí-MT, 18 de outubro de 2023.

SIDNEI MARQUES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL CONSIGNANTE

ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMIN. E TRIBUTARIA LTDA-ME
CPNJ 10.676.722/0003-86
CONSIGNATÁRIA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 042/2023

1º ADITIVO – Adição de Prazo Contratual

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

CONTRATADO: Ampla Construções e Empreendimentos LTDA

CNPJ: 06.936.513/0001-95.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Reforma da Escola Estadual Paulino Modesto de Indiavaí-MT.

Prazo: 19/10/2023 – 19/05/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 311/2023

PORTARIA Nº311/2023

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Especial de Avaliação prévia para fins de alienação de imóveis públicos de propriedade do Município de Itanhanga/MT.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município especificamente o seu art. 72, II.

CONSIDERANDO, as disposições contidas no art. 3º da Lei nº 690/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial de Avaliação prévia para fins do processo de alienação de imóveis públicos de propriedade do Município de Itanhanga/MT.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Membros	Orgãos Representativos	CPF
Jamerson Ferreira Menezes	Secretaria Municipal de Finanças	031.***.***-43
Ana Paula Oliveira Nunes	Secretaria Municipal de Finanças	045.***.***-00
Fábio Silva de Azevedo	Corretor Autônomo	616.***.***-04

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.
Itanhanga-MT, 01 de dezembro de 2023.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em ____/____/2023

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL PORTARIA LEGISLATIVA Nº 128/2023

Dispõe sobre a **DESIGNAÇÃO** de Fiscal do Contrato nº 022/2023 firmado entre a Câmara Municipal de Itiquira-MT e a Empresa Vetur Energia Ltda, e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando o disposto nas Portarias 018/2015 e a 071/2023;

Considerando ainda o disposto no Decreto Legislativo nº 014/2022, implementado pelo sistema de controle interno desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor **MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS**, matrícula 425, efetivo no cargo de Agente de Segurança, para executar as funções de **FISCAL DE CONTRATO**, fiscalizando o Instrumento Contratual nº 022/2023. firmado entre a Câmara Municipal de Itiquira-MT e a **Empresa Vetur Energia Ltda**, na data de 06 de dezembro de 2023.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal de contratos:

Ler minuciosamente o contrato a fim de conhecer o objeto detalhadamente, assim como todas as demais cláusulas, para melhor apreciação e emissão do parecer de acompanhamento mensal;

Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

Realizar ou acompanhar a medição ou registro fotográfico, quando o serviço se tratar de obras;

Acompanhar o processo anterior ao pagamento, observando se a nota fiscal esta compatível com as cláusulas avençadas no contrato;

Emitir o relatório de acompanhamento mensal ou conforme liquidações, observando:

1.A descrição do objeto na nota fiscal;

2.O valor e data nota fiscal x valores do contrato;

3. Vigências e número de controle das certidões de habilitação da empresa;

4. Descontos realizados e seu respectivos pagamentos;

5. Dados bancários (banco, agência, conta, favorecido, valor, data e hora da transação bancária);

6. Relatório de serviços desenvolvido, quando for prerrogativa do contrato;

Observar a vigência do contrato e alertar por escrito a Secretaria de Administração sobre data de término, para que, quando for o caso, o aditivo, seja emitido antes do término do contrato;

Protocolar cópia do relatório de acompanhamento, até o dia 10 do mês subsequente, a Secretaria de Finanças e ao Controle Interno.

Parágrafo Único: Havendo necessidade, o servidor poderá requerer Parecer Jurídico ou suporte técnico da Unidade de Controle Interno, Assessoria Contábil ou outras que julgar necessário.

Art. 3º - O servidor ora designado, desenvolverá essa função em seu horário de expediente normal.

Art. 4º - As demais diretrizes constam na Portaria Legislativa nº 018/2015, Lei Municipal 1.056/2019 e Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993.

Art. 5º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Itiquira-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS BATISTA

Presidente

(Gestão 2023-2024)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E N M FERREIRA EDIFICAÇÕES - EPP, CNPJ nº 10.720.593/0001-14

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a SUPRESSÃO ao valor do Contrato nº 030/2022, assinado em 16/09/2022, no importe de R\$ 296.583,65 (duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), no valor inicial firmado entre as partes

Data de Assinatura: 11/12/2023.

CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA LEGISLATIVA Nº 129/2023

Dispõe sobre a DESIGNAÇÃO de Fiscal do Contrato nº 023/2023 firmado entre a Câmara Municipal de Itiquira-MT e a Empresa C.E. Gonçalves Poletto Ltda, e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando o disposto nas Portarias 018/2015 e a 071/2023;

Considerando ainda o disposto no Decreto Legislativo nº 014/2022, implementado pelo sistema de controle interno desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor **MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS**, matrícula 425, efetivo no cargo de Agente de Segurança, para executar as funções de **FISCAL DE CONTRATO**, fiscalizando o Instrumento Contratual nº 023/2023. firmado entre a Câmara Municipal de Itiquira-MT e a

Empresa C.E. Gonçalves Poletto Ltda, na data de 18 de dezembro de 2023.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal de contratos:

Ler minuciosamente o contrato a fim de conhecer o objeto detalhadamente, assim como todas as demais cláusulas, para melhor apreciação e emissão do parecer de acompanhamento mensal;

Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

Realizar ou acompanhar a medição ou registro fotográfico, quando o serviço se tratar de obras;

Acompanhar o processo anterior ao pagamento, observando se a nota fiscal esta compatível com as cláusulas avençadas no contrato;

Emitir o relatório de acompanhamento mensal ou conforme liquidações, observando:

1.A descrição do objeto na nota fiscal;

2.O valor e data nota fiscal x valores do contrato;

3.Vigências e número de controle das certidões de habilitação da empresa;

4.Descontos realizados e seu respectivos pagamentos;

5.Dados bancários (banco, agência, conta, favorecido, valor, data e hora da transação bancária);

6.Relatório de serviços desenvolvido, quando for prerrogativa do contrato;

Observar a vigência do contrato e alertar por escrito a Secretaria de Administração sobre data de término, para que, quando for o caso, o aditivo, seja emitido antes do término do contrato;

Protocolar cópia do relatório de acompanhamento, até o dia 10 do mês subsequente, a Secretaria de Finanças e ao Controle Interno.

Parágrafo Único: Havendo necessidade, o servidor poderá requerer Parecer Jurídico ou suporte técnico da Unidade de Controle Interno, Assessoria Contábil ou outras que julgar necessário.

Art.3º - O servidor ora designado, desenvolverá essa função em seu horário de expediente normal.

Art.4º - As demais diretrizes constam na Portaria Legislativa nº 018/2015, Lei Municipal 1.056/2019 e Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993.

Art. 5º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Itiquira-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS BATISTA

Presidente

(Gestão 2023-2024)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 013/2023

O Município de Itiquira, neste ato representado por sua Secretária o qual subscreve, por determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL PARA ATENDER A RE-**

DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, obteve o seguinte resultado: **GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 75.104.422/0008-82, com o **VALOR TOTAL** de **R\$ 1.735.330,40** (um milhão e setecentos e trinta e cinco mil e trezentos e trinta reais e quarenta centavos).

Itiquira/MT, em 19 de dezembro de 2023.

ROSÂNGELA DE CARVALHO FREDERICO

Secretária Municipal de Educação

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2023

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº 481/2023

Pregão Presencial nº 130/2023

Processo Licitatório de Campo Verde/MT

O Prefeito do Município Itiquira/MT, o qual subscreve, juntamente com a Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 481/2023, Pregão Presencial nº 130/2023, Processo Licitatório do Município de Campo Verde/MT, contratando a empresa **VICKYTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 08.257.978/0001-45, para **AQUISIÇÃO DE SANDÁLIA PAPETE ESCOLAR TIPO CROCS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no valor total de **R\$ 90.300,00 (noventa mil e trezentos reais)**, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Itiquira/MT, 19 de dezembro de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ROSÂNGELA DE CARVALHO FREDERICO

Secretária Municipal de Educação

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 038/2023**

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 038/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: AQUISIÇÃO DE SANDÁLIA PAPETE ESCOLAR TIPO CROCS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

Valor Global: R\$ 90.300,00 (noventa mil e trezentos reais)

Vigência: 19/12/2023 à 30/05/2024

Adesão 006/2023 - Ata de Registro de Preços nº 481/2023, Pregão Presencial nº 130/2023, Processo Licitatório do Município de Campo Verde/MT

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 037/2023**

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 037/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LIVROS (MÉTODO INTRAACT) PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor Global: R\$ 100.147,00 (cem mil e cento e quarenta e sete reais)

Vigência: 19/12/2023 à 31/12/2024

Inexigibilidade nº 014/2023

**PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 511, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

PORTARIA Nº 511, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, a partir de **12/12/2023** como segue:

1 – MARCIARA BORGES DE OLIVEIRA DALLA VALLE

CPF: 013***.***-43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– SMAS

Art. 2º Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 12/12/2023 e revogando-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 19 de dezembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 036/2023**

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 036/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor Global: R\$ 1.735.330,40 (um milhão e setecentos e trinta e cinco mil e trezentos e trinta reais e quarenta centavos)

Vigência: 19/12/2023 à 31/12/2024

Inexigibilidade nº 013/2023

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023**

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E N M FERREIRA EDIFICAÇÕES - EPP, CNPJ nº 10.720.593/0001-14

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a ACRÉSCIMO ao valor do Contrato nº 030/2022, assinado em 16/09/2022, no importe de R\$ 609,771,18 (seiscentos e nove reais, secentos e setenta e um reais e dezoito centavos).

Data de Assinatura: 11/12/2023.

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 007/2023**

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 007/2023

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ITIQUIRA/MT - ASPLI, *DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 04.436.326/0001-17*.

OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio a concessão de auxílio financeiro à CONVENIENTE para a instalação de Energia Solar (sistema solar fotovoltaico conectado à rede) na sede da Associação, ora CONVENIENTE, conforme autorização e condições previstas na **Lei Municipal nº 1.278 de 11 de dezembro de 2023**.

Data de Assinatura: 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS.

**PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 512, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

PORTARIA Nº 512, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Exonera, a pedido, a servidora efetiva **DENISE PASTERNAK MENDONÇA DOS SANTOS**, e dá outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 33, da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999, segundo o qual a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e;

CONSIDERANDO que foi solicitado, pelo servidor sua exoneração do cargo efetivo de Professora II – área Pedagogia que ocupa neste Município de Itiquira/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir do **dia 19 de dezembro de 2023**, a servidora efetiva abaixo relacionada:

1- DENISE PASTERNAK MENDONÇA DOS SANTOS CPF: 048.***-22 PROFESSOR II – ÁREA PEDAGOGIA.

Art. 2º - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira - MT, 19 de dezembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA GERAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2023**

Divulga a Lista Preliminar de Famílias Beneficiárias

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO o encerramento da análise da documentação dos inscritos, que foi realizada pela Comissão Municipal do Programa Ser Família Habitação, devidamente nomeada pela Portaria nº 505 de 06 de dezembro de 2023, e visando atender os princípios norteadores da Administração Pública em especial o da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

CONSIDERANDO a inexistência de denúncias realizadas nos moldes do Edital e devidamente protocolizadas junto a Administração Pública;

CONSIDERANDO ainda que as informações que chegaram à Comissão mesmo que de modo informal relatando inconsistências e/ou inverdades praticadas no ato das inscrições foram alvos de diligências para a busca da verdade real.

RESOLVE:

I – Divulgar a Lista Preliminar de Famílias Beneficiárias da concessão de direito real de uso a título gratuito de unidades habitacionais do Programa Estadual de Habitação – Ser Família Habitação, que serão destinadas às famílias em situações de vulnerabilidade social do Município de Itiquira/MT.

II – Divulgar a lista de desclassificados do Programa Estadual de Habitação – Ser Família Habitação

III- Abrir o prazo para interposição de recurso nos dias 18 à 20 de dezembro de 2023 contra as listas apresentadas;

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, 18 de dezembro de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ANEXO 01

LISTA PRELIMINAR DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS ITIQUIRA (SEDE)

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	MENOR RENDA			SITUAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO			TOTAL	SITUAÇÃO
			De R\$: 0,00 à R\$: 100,00	De R\$: 100,01 à R\$: 218,00	Acima R\$: 218,00		Acima de 10 anos	5 a 10 anos	Menos de 5 anos		
						Monoparental feminina com mais de um dependente Monoparental feminina com um dependente Monoparental masculina com mais de um dependente Monoparental masculina com um dependente Casal com dependente Casal sem dependente					

						Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos Família composta por pessoas com deficiência Família unipessoal					
1º	NELMA STUTZ ALVES PEREIRA	051. *** ***-84	X			Monoparental feminina com mais de um dependente	X			90	Aprovado
2º	IRENE TAUANA QUEIROZ	059. *** ***-35	X			Monoparental feminina com mais de um dependente	X			90	Aprovado
3º	KARINE GABRIELLI FERREIRA ENGRACIA	082. *** ***-55	X			Monoparental feminina com um dependente	X			85	Aprovado
4º	TELMA LOMES DA SILVA	003. *** ***-10	X			Monoparental feminina com um dependente	X			85	Aprovado
5º	ANY GABRIELY DA SILVA OLIVEIRA	062. *** ***-09		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
6º	CARINA AUGUSTO DOS SANTOS	028. *** ***-86		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
7º	JHEICE KELEN ENGRACIA FERREIRA	063. *** ***-65		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
8º	ANDREIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	022. *** ***-65	X			Monoparental feminina com mais de um dependente		X		80	Aprovado
9º	ADRIELI ALMEIDA DOS SANTOS	054. *** ***-79		X		Monoparental feminina com um dependente	X			75	Aprovado
10.	GUILHERME CARVALHO	070. *** ***-20	X			Casal com dependente	X			75	Aprovado
11.	LUCICLEIDE DE SOUZA OLIVEIRA	443. *** ***-25	X			Família unipessoal Família composta por pessoas com deficiência	X			75	Aprovado
12.	RAIMUNDA BORBA NUNES	022. *** ***-75		X		Casal com dependente Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos	X			75	Aprovado
13.	IZADORA RODRIGUES SOUZA	062. *** ***-60		X		Monoparental feminina com um dependente	X			75	Aprovado
14.	ROSE JANY DE SOUZA ALMEIDA	767. *** ***-68	X			Casal com dependente	X			70	Aprovado
15.	FRANCISCA MARIA FIGUEREDO VIEIRA	058. *** ***-80		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
16.	ROSINEIDE ANTONIA FERREIRA	040. *** ***-74		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
17.	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	075. *** ***-02		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
18.	ELIANE DA SILVA FREITAS	334. *** ***-38		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
19.	ATAIDES SOARES	352. *** ***-00	X			Família unipessoal	X			65	Aprovado
20.	MARIA LUIZA FERREIRA	002. *** ***-07		X		Família unipessoal Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos	X			65	Aprovado
21.	SIRLENE RODRIGUES DOS SANTOS	802. *** ***-87	X			Família unipessoal	X			65	Aprovado
22.	VALERIA VICENTE BRANCO	040. *** ***-10		X		Casal com dependente	X			65	Aprovado
23.	EURIPEDES GARCIA CARMO	836. *** ***-15	X			Família unipessoal	X			65	Aprovado
24.	REGI TEREZINHA DURANTI	927. *** ***-20	X			Família unipessoal	X			65	Aprovado
25.	IVETE FOSSA	831. *** ***-91		X		Casal com dependente	X			65	Aprovado
26.	CRISLAINE SILVA QUEIROZ DE CARVALHO	028. *** ***-41		X		Casal com dependente	X			65	Aprovado
27.	CREUSA DA SILVA VIEIRA	086. *** ***-89	X			Família unipessoal Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos		X		65	Aprovado

28.	ALCINO ALVES BARBOSA	023. *** ***-09		X		Família unipessoal	X		55	Aprovado
29.	JOSE CARLOS REGINALDO	654. *** ***-00		X		Família unipessoal	X		55	Classificado
30.	MARIA ALICE DA SILVA SANTOS	055. *** ***-14		X		Casal com dependente		X	55	Classificado
31.	WALDESON BORGES ANICESIO	415. *** ***-20		X		Família unipessoal Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos		X	55	Classificado
32.	VANUZA MASCARENHAS DOS SANTOS	001. *** ***-60	X			Família unipessoal		X	55	Classificado
33.	MAURA CAROLINA NOGUEIRA DA SILVA	020. *** ***-93		X		Casal com dependente		X	55	Classificado
34.	AMANDA DA SILVA	065. *** ***-55		X		Casal com dependente		X	55	Classificado

LISTA PRELIMINAR DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (IDOSO) ITIQUIRA SEDE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	MENOR RENDA			SITUAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO			TOTAL	SITUAÇÃO
			De R\$: 0,00 à R\$: 100,00	De R\$: 100,01 à R\$: 218,00	Acima R\$: 218,00		Acima de 10 anos	5 a 10 anos	Menos de 5 anos		
1º	Margarete Hugues da Silva	017. *** ***-05	X			Casal com dependente Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos	X			80	Aprovada

LISTA PRELIMINAR DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (PCD) ITIQUIRA SEDE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	MENOR RENDA			SITUAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO			TOTAL	SITUAÇÃO
			De R\$: 0,00 à R\$: 100,00	De R\$: 100,01 à R\$: 218,00	Acima R\$: 218,00		Acima de 10 anos	5 a 10 anos	Menos de 5 anos		
1º	Marilene Dolores dos Santos	095. *** ***-94		X		Casal com dependente Família composta por pessoas com deficiência	X			75	Aprovada

LISTA PRELIMINAR DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS OURO BRANCO DO SUL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	MENOR RENDA			SITUAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO			TOTAL	SITUAÇÃO
			De R\$: 0,00 à R\$: 100,00	De R\$: 100,01 à R\$: 218,00	Acima R\$: 218,00		Acima de 10 anos	5 a 10 anos	Menos de 5 anos		
1º	Aparecida Silva Ferreira	969. *** ***-53		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado

2º	Tauany Vitoria da Silva Garcia	092. *** ***-41		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
3º	Maria Edilene da Conceição Chagas	073. *** ***-47		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
4º	Laryssa Sousa dos Santos	058. *** ***-46		X		Monoparental feminina com mais de um dependente	X			80	Aprovado
5º	Luciana Souza Gama	041. *** ***-38	X			Monoparental feminina com mais de um dependente		X		80	Aprovado
6º	Ivo Ribeiro Moya	109. *** ***-15	X			Monoparental feminina com mais de um dependente		X		80	Aprovado
7º	Ornilton Nonato Queiroz	321. *** ***-34	X			Família unipessoal Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos	X			75	Aprovado
8º	Ludmilla Alves Gonçalves	067. *** ***-63		X		Monoparental feminina com um dependente	X			75	Aprovado
9º	Dalvani de Souza Silva	005. *** ***-03		X		Casal sem dependente	X			70	Aprovado
10.	Antonia Auricelia de Araujo Silva	030. *** ***-18		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
11.	Cristiane Rodrigues Martins	054. *** ***-75		X		Monoparental feminina com mais de um dependente		X		70	Aprovado
12.	Firmina Batista de Besso	912. *** ***-34		X		Casal com dependente	X			65	Aprovado
13.	Alcione Serafim Barbosa	094. *** ***-03		X		Casal com dependente	X			65	Aprovado
14.	Katia Maria de Oliveira	475. *** ***-72		X		Casal sem dependente	X			60	Aprovado
15.	Marili Teixeira da Silva	079. *** ***-79	X			Casal sem dependente		X		60	Aprovado
16.	Ivanilde Andrade de Souza	772. *** ***-44		X		Casal sem dependente		X		60	Aprovado
17.	Crislayne Francisca de Oliveira Calado	073. *** ***-18		X		Casal com dependente		X		55	Aprovado
18.	Clea Maria Ramos	040. *** ***-66		X		Casal com dependente		X		55	Aprovado
19.	Ivete Jardim de Brito	466. *** ***-25	X			Família unipessoal		X		55	Aprovado
20.	Lais Ferreira Barbosa Pereira	332. *** ***-40		X		Casal com dependente		X		55	Aprovado

ANEXO 02**LISTA DE FAMÍLIAS DESCLASSIFICADAS ITIQUIRA (SEDE)**

RELAÇÃO DE DESCLASSIFICADOS DO PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO-SER FAMÍLIA HABITAÇÃO		
NOME DO CANDIDATO	CPF	LOCAL
1 Adineide Santos de Souza	581.***-20	Itiquira
2 Adrieli Castro de Souza Ferraz de Oliveira	059.***-77	Itiquira
3 Allana Carla Pereira Oliveira	036.***-76	Itiquira
4 Almeriza Silva Santos	005.***-22	Itiquira
5 Ana Carolina Alves de Oliveira	106.***-27	Itiquira
6 Ana Clara Belmiro Silva	078.***-08	Itiquira
7 Ana Cristina Rodrigues Reginaldo	038.***-90	Itiquira
8 Andreane dos Santos Marques Souza	068.***-14	Itiquira
9 Andressa Garcia dos Santos	059.***-32	Itiquira
10 Beatriz Pereira dos Santos	058.***-52	Itiquira
11 Bruna Cristina da Silva Barcelo	069.***-08	Itiquira
12 Bruna Menezes Soares	062.***-94	Itiquira
13 Camila Silva Schiavão	061.***-08	Itiquira
14 Carolinny Vitoria Gonçalves Santos	061.***-06	Itiquira
15 Cinthia Carla Aquino Coelho	058.***-77	Itiquira
16 Creunice Olimpio Santana da Silva	005.***-90	Itiquira
17 Cristina de Araújo Ciriaco	058.***-36	Itiquira
18 Daniela da Silva Oliveira	120.***-84	Itiquira
19 Edileuza Paulo de Souza	080.***-45	Itiquira
20 Eduarda Vitoria Borges Campos	090.***-14	Itiquira
21 Elza Moreira dos Santos	592.***-72	Itiquira

22	Eulania Rodrigues da Silva	018. *** -71	Itiquira
23	Francieli Novaes da Silva	067. *** -48	Itiquira
24	Gabriela da Silva Oliveira	063. *** -73	Itiquira
25	Geovanna Soares Rodrigues	062. *** -51	Itiquira
26	Gislaine Aquino dos Santos	017. *** -60	Itiquira
27	Gonçala Alves Rocha	673. *** -20	Itiquira
28	Grazieli da Silva	113. *** -02	Itiquira
29	Huiara Daiane Oliveira Santos	063. *** -58	Itiquira
30	Ivanilde Rodrigues da Silva	030. *** -77	Itiquira
31	Izabel de Souza Bernardino	059. *** -03	Itiquira
32	Jhenifer Fernanda Ferreira de Souza	062. *** -05	Itiquira
33	Joana Darc Priscilla Ribeiro Rosa Dias	039. *** -04	Itiquira
34	Jucileide Almeida Nascimento	040. *** -26	Itiquira
35	Juliamar de Jesus Oliveira	019. *** -32	Itiquira
36	Laís Ketelin de Souza Almeida	053. *** -47	Itiquira
37	Leiliane da Silva Levino	080. *** -01	Itiquira
38	Leslie Alves de Oliveira	411. *** -00	Itiquira
39	Leticia dos Santos Braga	062. *** -18	Itiquira
40	Leticia Martins de Souza	064. *** -50	Itiquira
41	Leticia Souza do Rosario	073. *** -02	Itiquira
42	Liliete Marques Tunes da Silva	017. *** -07	Itiquira
43	Luciene Aparecida Barbosa de Souza	046. *** -60	Itiquira
44	Maria Cicera Barbosa dos Santos	077. *** -07	Itiquira
45	Maria da Luz da Rocha	061. *** -62	Itiquira
46	Maria Eduarda de Souza	077. *** -50	Itiquira
47	Maria Eduarda de Souza Delgado	102. *** -21	Itiquira
48	Maria Fernanda Inocência dos Santos	073. *** -22	Itiquira
49	Maria Gilvane do Nascimento	084. *** -74	Itiquira
50	Maria Keyla da Silva Santos	053. *** -84	Itiquira
51	Mariele Alves de Moraes	057. *** -89	Itiquira
52	Michele Barbosa da Silva	132. *** -73	Itiquira
53	Nayara Aquino da Silva	066. *** -81	Itiquira
54	Nell Kawany Almeida Lins	054. *** -75	Itiquira
55	Orrayne Sousa de Oliveira	042. *** -98	Itiquira
56	Paula Gabriely Rodrigues	077. *** -18	Itiquira
57	Poliana Olimpio Santana	057. *** -82	Itiquira
58	Quitéria da Silva Oliveira	094. *** -75	Itiquira
59	Richele de Souza da Silva	607. *** -06	Itiquira
60	Rosana Ferreira Pires	839. *** -49	Itiquira
61	Rosangela Lopes da Silva	132. *** -92	Itiquira
62	Sandra Maria de Paiva	023. *** -64	Itiquira
63	Tatiane Cristina Moreira da Silva	035. *** -33	Itiquira
64	Vanessa Maiara Lima Santana	036. *** -69	Itiquira

LISTA DE FAMÍLIAS DESCLASSIFICADAS OURO BRANCO DO SUL

RELAÇÃO DE DESCLASSIFICADOS DO PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO-SER FAMILIA HABITAÇÃO		
NOME DO CANDIDATO	CPF	LOCAL
1 Claudia Tais Rodrigues Lima	070. *** -37	Ouro Branco do Sul
2 Jheiny Lorrane Horacio Vieira	064. *** -55	Ouro Branco do Sul
3 Livia Vitoria de Lamare da Silva	082. *** -79	Ouro Branco do Sul
4 Luciana Lopes de Souza	036. *** -86	Ouro Branco do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA**LEI Nº 2.220 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023****LEI Nº 2.220 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

"Altera a Lei nº 1.269 de 16 de Julho de 2010, que dispõe sobre a isenção de IPTU e Taxa de Iluminação Pública aos portadores de doenças graves e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1º. A lei Municipal Nº 1269, de 16 de Julho de 2010, que dispõe sobre a isenção de IPTU e Taxa de iluminação pública à portadores de doenças graves no âmbito do município de Jaciara, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º (...)

Parágrafo único. O contribuinte terá que comprovar não ter condições de arcar com os respectivos tributos.

Art. 2º (...)

Parágrafo único. Estão incluídos os portadores de insuficiência renal crônica em hemodiálise.

Art. 3º. *Para pleitear a isenção total do IPTU, o imóvel deverá estar em nome do titular, cônjuge ou ascendentes, e para isenção total da taxa de iluminação pública, deverá o solicitante comprovar que reside no local mencionado na conta de energia elétrica."*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

LEI Nº 2.221 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**LEI Nº 2.221 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dá a denominação à Farmácia Municipal localizada na Praça Melvin Jones, de “Pedro Soares Neto”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1º. A Farmácia municipal localizada na Praça Melvin Jones, centro de Jaciara, passa a denominar-se “**Pedro Soares Neto**”, como justa homenagem dos poderes, Legislativo e Executivo de Jaciara, aos serviços prestados em vida por esse honroso cidadão.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

LEI Nº 2.223 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**LEI Nº 2.223 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre a inserção no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal de informações sobre a destinação dos valores referentes às Emendas Impositivas votadas pelos Vereadores ao final de cada exercício financeiro, e dá outras providências.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal responsável a criar um subitem relacionado à demonstração da destinação e aplicação dos valores referentes às “emendas impositivas” no Portal da Transparência, no ícone da “prestação de contas”, no item “emendas parlamentares”.

Art. 2º. A demonstração poderá ser denominada de “emendas municipais do orçamento impositivo”, para se diferenciar das emendas oriundas de deputados e senadores.

§1º. Na tabela, gráfico, relatório, ou outro meio por qual será demonstrado, deverá ser informado o valor e a destinação da alocação orçamentária e de que forma o numerário foi utilizado.

§2º. No documento informado no parágrafo anterior, deverão constar as emendas formuladas por todos os vereadores que se utilizaram deste instrumento por ocasião da apreciação das leis orçamentárias ao final de cada ano.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

LEI Nº 2.222 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**LEI Nº 2.222 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dispõe sobre a autorização de instalação de câmeras de monitoramento nas Creches Públicas do Município de Jaciara/MT, e dá outras providências.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1º. Fica autorizada a instalação de câmeras de monitoramento em todas as creches públicas localizadas no Município de Jaciara/MT, com o objetivo de garantir a segurança das crianças e prevenir possíveis casos de violência ou negligência.

Art. 2º. As câmeras de monitoramento deverão ser instaladas em locais estratégicos, que permitam a vigilância de todas as áreas das creches, incluindo salas de aula, refeitórios, pátios, áreas de recreação, banheiros, corredores e entradas.

Parágrafo único. A instalação das câmeras deverá ser planejada de forma a preservar a privacidade das crianças e dos funcionários, não sendo permitida a captação de áudio ou a utilização de câmeras em vestiários ou banheiros.

Art. 3º. As imagens captadas pelas câmeras de monitoramento deverão ser armazenadas em local seguro e ficarão sob a responsabilidade da direção da creche.

I – As imagens deverão ficar armazenadas pelo prazo de 30 dias;

II – Após o prazo referido no inciso anterior o acesso às imagens só poderá ser realizado pelos responsáveis pela gestão da creche, autoridades competentes em caso de investigação de crimes ou violações ocorridas nas dependências da creche e pelos pais ou responsáveis legais das crianças, mediante solicitação formal com justificativa;

III – Caberá a administração da Creche liberar as imagens aos pais responsáveis conforme disposto no inciso II.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

LEI Nº 2.224 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**LEI Nº 2.224 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

“Dá a denominação de “Regina Rosa Dos Reis” o mirante da Praça Jardim Ana Vitória Hermann Gollub Machado, localizado na Avenida Coroados, esquina com as ruas Caiçara e Jurucê, no centro de Jaciara/MT.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei,

Art. 1. O Mirante da Praça Jardim Ana Vitória Hermann Gollub Machado, localizado na Avenida Coroados, esquina as ruas Caiçara e Jurucê, no centro de Jaciara/MT, passa a denominar-se de “**REGINA ROSA DOS REIS**”, como justa homenagem dos Poderes Legislativo e Executivo de Jaciara, a esta honrosa senhora.

Art. 2. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.113, de 13 de julho de 2022.

Gabinete da Prefeita, em 19 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

LEI ORDINÁRIA Nº. 1039 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1039 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO / ALTERAÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE NA LEI MUNICIPAL Nº 930/2021 DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE JAURU - MT PARA O QUADRIÊNIO 2022/2025.

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU EM REDAÇÃO FINAL E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º - Fica alterado o Anexo IV – Programas, Metas e Ações da Lei Municipal nº 930/2021 do Plano Plurianual do Município de Jauru -MT para o quadriênio 2022/2025, conforme o anexo desta Lei.

Parágrafo Único - Faz parte integrante desta lei o Anexo IV – Programas, Metas e Ações.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “José Peres” em Jauru-MT, aos 19 de Dezembro de 2023.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

LEI ORDINÁRIA Nº. 1038 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1038 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE PROJETOS/ATIVIDADES NA LEI MUNICIPAL Nº. 1017/2023, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE JAURU - MT PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU EM REDAÇÃO FINAL E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º - Fica alterado os anexos abaixo relacionados da Lei 1017/2023 – LDO/2024, que passa a fazer parte integrante desta lei, para o exercício financeiro de 2024.

Ø Anexo II A – Programas metas e Ações

Ø Anexo III – Metas Anuais

Ø Anexo IV – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Ø Anexo V – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “José Peres” em Jauru-MT, aos 19 de Dezembro de 2023.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

PORTARIA Nº319/2023, DE 18 DE DEZEMBRO 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, no período de 03 de dezembro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor **ROBERTO ANTÔNIO SERPA**, Mat. 02605, cadastrado sob CPF Nº 829.xxx.xxx-49, conforme laudo médico concedido pelo médico perito Dr. **RENATO CÉSAR SILVA ELOY-CRM/MT 2296**, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição.

Em conformidade com art. 145 da Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 18 de dezembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº320/2023, DE 18 DE DEZEMBRO 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, no período de 06 de dezembro de 2023 a 20 de dezembro de 2023, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, à servidora **EUNICE PAVINE EUFRAZIO**, Mat. 0334, cadastrada sob CPF Nº 395.xxx.xxx.881-00, conforme laudo médico concedido pelo médico perito Dr. **RENATO CÉSAR SILVA ELOY-CRM/MT 2296**, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição.

Em conformidade com art. 099 da Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 18 de dezembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE ADITIVOS DE CONTRATOS - PROC.SELETIVO 001/2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SILVANA VERISSIMO VIEIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 001/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ R\$ 1.958,95 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: FERNANDA DE CARVALHO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 002/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ R\$ 1.958,95 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: MARCIA MEIRE AQUINO MARTINS

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 003/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: DAUVIMAR RODRIGUES DA HORA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 004/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ELIZABETH MARINGUES DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 005/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VANDERLEIA GUILHERME

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 006/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SIDNEIA DA SILVA ROMERO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 007/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LUCIANA FERNANDES DO NASCIMENTO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 008/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ R\$ 1.958,95 (um mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VINDILINA MARIA DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 009/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: MARCIA ALVES TAVEIRA DIAS

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 010/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **EDIMARCIA MAGALI DE LIMA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 012/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **MARILENE DE SOUZA ALMADA PEREIRA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 013/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: RAQUEL LUIZA FERREIRA DUTRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 014/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: CLAIR ROSA DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 015/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LARISSA BARBOSA DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 016/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SIMONI PEREIRA DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 017/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: REGIANE TÉFILO DE MIRANDA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 018/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JESSICA PEREIRA DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 020/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ADRIANA ALMEIDA CALISTO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 021/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: FABIOLA ROBERTA DE SOUZA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 022/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: RENATA DA SILVA RODRIGUES

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 023/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SELMA FERREIRA SIQUEIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 026/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.958,95(Um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LARISSA STEFFANI FERREIRA DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 027/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **MAYARA DE OLIVEIRA RAMOS**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 030/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **ROSANA PINTO DE MONTE**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 031/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **CLAUDIMAR MOREIRA DA SILVA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 033/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **NEIRIVAN MOREIRA FIGUEIREDO DE CARVALHO**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 034/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **RHITIELE JANUÁRIO FERREIRA BORTOLOTTTO**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 035/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **LARISSA VIEIRA DA SILVA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 036/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: **SILVANO BARBOSA SOARES**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 037/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **TALITA MATOS DE OLIVEIRA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 038/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **UYARA LEAL RAMOS ZORZAL**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 039/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.629,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais) mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2023 a 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **LUZIA DE SOUZA SERPA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 040/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **ANA PAULA DE FREITAS FERREIRA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 041/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VANDA MARIA PEREIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 042/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **RENATA GONÇALVES DE ALMEIDA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 043/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **EDILAINE RIBEIRO DA SILVA.**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 044/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.958,95(Um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **LUCIANA DE PAULA DA SILVA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 045/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VANDERLEIA DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 046/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LILIANE MARIA DE FREITAS LOURENÇO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 047/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: APARECIDA DO CARMO CARDOSO MACHADO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 048/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: FRANCISCO BRUNO DE CARVALHO NETO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 049/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **LENILDA SOUZA MATOS**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 050/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 2.695,80 (Dois mil , seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **LUCIMAR MARCELINA GONSALVES**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 051/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **APOLIANA CRISTINA DE OLIVEIRA**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 052/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.958,95 Um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **JUSCILENE BARBOZA BEARIZ**

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 053/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.976,90(Um mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2023 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LOANA GRACIELI DA SILVA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 054/2023, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.582,91 (quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JAIANE RODRIGUES PEREIRA

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 009/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 4.629,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e nove) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024.

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: WANDERLEY NUNES

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 001/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jauru/MT.

VALOR: R\$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 A 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: WANDERLÚCIO PAULO RODRIGUES

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 005/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT

VALOR: R\$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: WESLEN MIQUILIAR GOMES DE ARAÚJO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 006/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT

VALOR: R\$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: IUNES COELHO FURTADO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 007/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT

VALOR: R\$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: VALDEIR JOSÉ BORO

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato administrativo de serviço temporário nº. 016/2022, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Jauru/MT

VALOR: R\$ 1.893,66 (um mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 21/12/2023 a 13/12/2024

PORTARIA Nº318/2023, DE 18 DE DEZEMBRO 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR a Portaria nº317/2023, de 15 de dezembro de 2023. Onde se lê: no período de 30 de novembro 2023 a 27 de janeiro de 2024, leia-se no período de 30 de novembro de 2023 a 27 de fevereiro de 2024.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru – MT, 18 de dezembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1037 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1037 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JAURU - MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU EM REDAÇÃO FINAL E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2024, estima a Receita e Fixa a Despesa até a modalidade de aplicação em R\$ 62.860.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos e sessenta mil reais), sendo R\$ 45.748.186,00 (quarenta e cinco milhões e setecentos e quarenta e oito mil e cento e oitenta e seis reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 17.111.814,00 (dezessete milhões e cento e onze mil e oitocentos e quatorze reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS: PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município de Jauru - MT para o Exercício de 2024 estima a Receita em R\$ R\$ 62.860.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos e sessenta mil reais), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), para o Fundo Municipal de Previdência Social em R\$ 6.350.900,00 (seis milhões e trezentos e cinquenta mil e novecentos reais) e para a Prefeitura Municipal em R\$ 54.309.100,00 (cinquenta e quatro milhões e trezentos e nove mil e cem reais).

§ 1º - A Receita Geral do Município de Jauru - MT será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de Outras Esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital e Receitas intra-orçamentárias, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos.

RECEITAS	VALOR
1 RECEITAS CORRENTES	56.493.600,00
1.1 Receitas Tributárias	4.397.000,00
1.2 Receitas De Contribuições	3.284.500,00
1.3 Receita Patrimonial	116.100,00
1.6 Receitas de Serviços	126.500,00
1.7 Transferências Correntes	48.342.500,00
1.9 Outras Receitas Correntes	227.000,00
2 RECEITA DE CAPITAL	8.382.000,00
2.4 Transferências de Capital	8.382.000,00
7 RECEITA DE CONTR. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.561.400,00
7.2 Receita de Contribuições	2.961.400,00
7.6 Receita de Serviços	600.000,00
SOMA	68.437.000,00
9 DEDUÇÃO DA RECEITA	5.577.000,00
9.1 Dedução de Receitas	5.577.000,00
TOTAL	62.860.000,00

§ 2º - A despesa do Município de Jauru - MT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza até modalidade de aplicação, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO	VALOR
01 Câmara Municipal	2.200.000,00
02 Gabinete do Prefeito	1.588.000,00
03 Secretaria de Administração e Planejamento	10.720.745,00
04 Secretaria de Assistência de Desenvolvimento Social	2.220.712,00
05 Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural	9.978.125.00

06	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	18.471.280,00
07	Secretaria Municipal de Finanças	3.567.402,00
08	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Rural	4.005.634,00
10	Secretaria Municipal de Saúde	10.108.102,00
TOTAL		62.860.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
01	Legislativa	2.200.000,00
04	Administração	12.985.655,00
08	Assistência Social	2.220.712,00
09	Previdência	4.783.000,00
10	Saúde	10.108.102,00
12	Educação	16.188.280,00
13	Cultura	620.000,00
15	Urbanismo	2.562.000,00
18	Gestão Ambiental	1.442.000,00
20	Agricultura	3.540.634,00
25	Energia	750.500,00
26	Transporte	2.948.515,00
27	Desporto e Lazer	686.000,00
99	Reserva de Contingência	1.824.602,00
TOTAL		62.860.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Processo Legislativo	2.200.000,00
0007	Administração	13.242.357,00
0010	Gestão da Saúde com Qualidade	3.022.700,00
0018	Promoção e Extensão Rural	4.005.634,00
0020	Gerir com qualidade a Atenção Básica	3.905.102,00
0030	Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	2.664.300,00
0040	Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	238.800,00
0041	Educação da Criança de 0 a 6 anos	4.122.562,00
0042	Ensino Fundamental	11.956.718,00
0044	Ensino Superior	109.000,00
0046	Educação Física e Desporto	686.000,00
0050	Ampliação e Qualidade na Vigilância Sanitária	277.200,00
0051	Energia Elétrica	750.500,00
0055	Difusão Cultural	620.000,00
0058	Urbanismo	2.668.000,00
0077	Turismo	977.000,00
0081	Assistência	2.220.712,00
0082	Previdência	6.350.900,00
0088	Transporte Rodoviário	2.842.515,00
TOTAL		62.860.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		51.804.849,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	31.851.973,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	7.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.945.876,00
DESPESAS DE CAPITAL		9.230.549,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	8.871.549,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	359.000,00
RESERVAS		1.824.602,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	1.824.602,00
TOTAL		62.860.000,00

§ 3º - A despesa da Câmara Municipal de Jauru - MT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.200.000,00
TOTAL		2.200.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.075.000,00
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1.265.500,00
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes	809.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	125.000,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	125.000,00
TOTAL	2.200.000,00

§ 4º - O Orçamento da Seguridade Social do Município de Jauru - MT abrangendo todas as entidades da administração direta é de R\$ 17.111.814,00 (dezesete milhões e seiscentos e oitenta e um mil e oitocentos e quatorze reais).

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
08 Assistência Social	R\$ 2.220.712,00
09 Previdência Social	R\$ 4.783.000,00
10 Saúde	R\$ 10.108.102,00
TOTAL	R\$ 17.111.814,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social de Jauru - MT para o Exercício de 2024 estima a receita em R\$ 6.350.900,00 (seis milhões e trezentos e cinquenta mil e novecentos reais) e fixa a despesa em R\$ R\$ 6.350.900,00 (seis milhões e trezentos e cinquenta mil e novecentos reais).

§ 1º - A receita será realizada mediante arrecadação de rendas, Transferência de outras esferas do Governo, outras receitas correntes e de capital e Receitas Intra-Orçamentárias, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS	VALOR
1 RECEITAS CORRENTES	2.789.500,00
1.2 Receitas de Contribuições	2.534.500,00
1.3 Receita Patrimonial	105.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	150.000,00
7 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.561.400,00
7.2 Receitas de Contribuições	2.961.400,00
7.9 Outras Receitas Correntes	600.000,00
TOTAL	6.350.900,00

§ 2º - A despesa do Fundo Municipal de Previdência Social de Jauru - MT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 Previdência Social	4.783.000,00
99 Reserva de Contingência	1.567.900,00
SOMA	6.350.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	4.777.500,00
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	4.251.600,00
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes	525.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.500,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	5.500,00
RESERVAS	1.567.900,00
9.7.7.7.99.00.00 Res. Regime Próprio Prev. Social	1.567.900,00
SOMA	6.350.900,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, o superávit financeiro do exercício de 2023, os recursos provenientes do excesso de arrecadação em 2024 e o produto de operações de crédito (art. 43, § 1º, I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 1964).

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no artigo 1º, utilizando, como fonte de cobertura, a anula-

ção parcial ou total de dotações orçamentárias (inciso III do art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964).

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º - Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados para o exercício financeiro de 2024, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal “José Peres” em Jauru-MT, aos 19 de Dezembro de 2023.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

ANEXOS

Os Anexos estão publicados no link

<http://179.125.13.248:5656/transparencia/?AcessoIn...>

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**DEPARTAMENTO DE LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2023****PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT****AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2023**

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO, ONIBUS E CARRETA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme especificações e condições em anexos, a contratada **INSTITUTO NACIONAL ESPECIALIZADO EM PESQUISA E APOIO AOS MUNICIPIOS**, inscrita no CNPJ n. 47.825.555/0001-36, localizada na Rua Carlos Trecenti, nº 340 Sala 02, Bairro Vila Santa Cecília- Lençóis Paulista/SP CEP 18.683-214

Valor Global: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

Juara - MT 19 de dezembro de 2023.

Juliany Mara Gouveia de Oliveira Carlos Amadeu Sirena

Presidente Comissão Licitação Prefeito do Município

Portaria 056/2023

**DEPARTAMENTO DE LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.**

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 022/2023.

Assunto: INEXIGIBILIDADE - CONTRATAÇÃO DO ARTISTA PLÁSTICO MATHEUS TEIXEIRA BONFIM PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTÁTUA DE CRISTO DE 08 METROS DE ALTURA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

Interessada: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Contratada: **M. T. BONFIM**, inscrito com o CNPJ sob o nº 42.466.665/0001-35, residente na Rua JB 11, nº794, Bairro Jd. Bougainville, CEP:78.555-885 no Município de Sinop/MT.

Valor Global: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 022/2023, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para o termo do objeto supracitado.

Juara/MT, em 19 de dezembro de 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 22/
2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

**AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 22/
2023**

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DO ARTISTA PLÁSTICO MATHEUS TEIXEIRA BONFIM PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTÁTUA DE CRISTO DE 08 METROS DE ALTURA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a Contratada: M. T. BONFIM, inscrito com o CNPJ sob o n.º 42.466.665/0001-35, residente na Rua JB 11, n.º 794, Bairro Jd. Bougainville, CEP: 78.555-885 no Município de Sinop/MT.

Valor Global: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

Juara - MT 19 de dezembro de 2023.

Juliany Mara Gouveia de Oliveira Carlos Amadeu Sirena

Presidente Comissão Licitação Prefeito do Município

**SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO N°.
092/2023 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR
LOTE**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP n.º 057/2023, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP n.º 057/2023, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão n.º 092/2023, cuja abertura ocorreu às 08h30 - Local, do dia 13/12/2023, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL, EM CONFORMIDADE COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB E CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, EQUIPADO COM MONITORAMENTO E RASTREAMENTO – GPS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS VIA WEB, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT**, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 04.527.699/0001-01, sendo vencedora para o Lote 01 com valor global de R\$ 1.940.268,00 (um milhão novecentos e quarenta mil e duzentos e sessenta e oito reais), - **R. G. R CENTRAL DE AGRONEGOCIOS EIRELI**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 40.869.581/0001-17, sendo vencedora para o Lote 01 com valor global de **R\$ 646.800,00 (seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais)**.

Juara –MT, 19 de dezembro de 2023.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

**GABINETE
EXTRATO CONTRATOS DE RATEIO FIRMADOS COM O CINDVALE**

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 272/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso n.º 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.143,16

VIGÊNCIA: 08/05/2023 a 30/07/2023.

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 306/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso n.º 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 68.341,44

VIGÊNCIA: 13/06/2023 a 30/08/2023.

DATA DA ASSINATURA: 13/06/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 352/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso n.º 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte

do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 33.704,80;

VIGÊNCIA: 11/09/2023 a 30/11/2023.

DATA DA ASSINATURA: 11/09/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 404/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso nº 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 175.000,00;

VIGÊNCIA: 30/10/2023 a 30/12/2023.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 341/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso nº 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.898,00;

VIGÊNCIA: 25/08/2023 a 30/09/2023.

DATA DA ASSINATURA: 25/08/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO N.º 345/2023

PROCESSO: TERMO DE CONTRATO DE RATEIO;

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor, referente aos serviços de manutenção e funcionamento das máquinas cedidas através do Termo de Cessão de Uso nº 002/2021, para realização das atividades de recuperação de estradas vicinais do Estado de Mato Grosso, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT, referente a revisão e manutenção das máquinas cedidas ao município consorciado.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento do Vale do Rio Arinos – Cindvale;

CONTRATADA: Município de Juara - MT;

VALOR DO CONTRATO: R\$ 66.600,00;

VIGÊNCIA: 31/08/2023 a 31/10/2023.

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2023.

ANTONIO JOSÉ SANTANA

Fiscal do Contrato

Portaria n.º 18/2023

Juara-MT

DEPARTAMENTO RH PORTARIA 560 E 561

PORTARIA Nº 560/2023.

NOMEIA FISCAL RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, O Processo SAD nº 19.362 de 12 de Dezembro de 2023.

Considerando, o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Engenheiro Civil **Meritawara Nibetad Baganha**, brasileiro, maior, servidor público, portador do CAU nº A32813-8, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização na execução da obra para **construção e revitalização de piso granilite e construção de piso cerâmico nas escolas municipais Presidente Costa e Silva, Maria das Graças Calmon Requena e na Creche Municipal Madre Paulina**, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme contrato nº 328/2022 formalizado através do processo licitatório Tomada de Preço 021/2022.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 12 de Dezembro de 2023.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	CARLOS AMADEU SIRENA Prefeito do Município
---	--

PORTARIA Nº 561/2023.

NOMEIA FISCAL RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, O Processo SAD nº 19.363 de 12 de Dezembro de 2023.

Considerando, o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Engenheiro Civil **Meritawara Nibetad Baganha**, brasileiro, maior, servidor público, portador do CAU nº A32813-8, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização na execução da obra para a **construção de uma unidade básica de saúde tipo 1 no bairro Porto Seguro**, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme contrato nº 262/2022 formalizado através do processo licitatório Tomada de Preço 013/2022.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 12 de Dezembro de 2023.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	CARLOS AMADEU SIRENA Prefeito do Município
---	--

ADMINISTRAÇÃO**CONTRATOS, ADITIVOS E DISTRATOS NOVEMBRO E DEZEMBRO/2023**

Contrato nº405/2023 Daniela Aparecida da Silva Pereira Vernier Apoio Administrativo-Auxiliar de Professor 01/11/2023 a 20/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Contrato nº406/2023 Wally Vitória Santana Lima de Oliveira Apoio Administrativo Educacional-Auxiliar de Professor 01/11/2023 a 20/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Contrato nº408/2023 Bruna Mariano Shimitz Apoio administrativo Educacional- Auxiliar de professor 01/11/2023 a 20/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Contrato nº409/2023 Rosilene Brumati Técnico de Radiologia 06/11/2023 a 06/11/2024 Secretaria Municipal de Saúde
Contrato nº410/2023 Thiago Pistore Especialista saúde/Odontólogo 07/11/2023 a 07/11/2024 Secretaria Municipal de Saúde	Contrato nº412/2023 Thamires Cavalcante de Araújo Peixoto Apoio administrativo Educacional-auxiliar de Professor 08/11/2023 a 20/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Contrato nº415/2023 Francis da Silva Valenzuela Especialista saúde/Fonoaudiólogo 13/11/2023 a 13/11/2024 Secretaria Municipal de Saúde	Contrato nº416/2023 Francisca Raniele de Souza Técnico em Enfermagem 16/11/2023 a 16/11/2024 Secretaria Municipal de saúde
Contrato nº418/2023 Josilene Vicente de Oliveira Técnico em enfermagem 17/11/2023 a 17/11/2024 Secretaria Municipal de Saúde	Contrato nº421/2023 Daniela Pereira Mazutti Enfermeiro 01/12/2023 a 01/12/2024 Secretaria Municipal de Saúde	Contrato nº422/2023 Kelly Leandro Cordeiro Especialista Saúde /Biomédico 05/12/2023 a 05/12/2024 Secretaria Municipal de saúde	Contrato nº418/2023 Josilene Vicente de Oliveira Técnico em enfermagem 17/11/2023 a 17/11/2024 Secretaria Municipal de Saúde
Contrato nº425/2023	Contrato nº426/2023		

Camila da Silva Gottardi Especialista saúde/Farmacêutico 13/12/2023 a 13/12/2024 Secretaria Municipal de Saúde	Erica Ubaldo de Brito Técnico em enfermagem 13/12/2023 a 13/12/2024 Secretaria Municipal de Saúde		
Termo Aditivo nº169/2023 Antônio Augusto Faria da Silva Enfermeiro 17/11/2023 a 10/12/2023 Secretaria Municipal de Saúde	Termo Aditivo nº013/2023 Ana Cristina Wiellbellling de Oliveira Professor Nível superior/Pedagogia 21/12/2023 a 15/10/2024 Secretaria Municipal de Educação	Termo Aditivo nº175/2023 Deise Aparecida de Souza Apoio Administrativo Educacional-Auxiliar de professor 21/12/2023 a 15/06/2024 Secretaria Municipal de Educação	Termo Aditivo nº176/2023 Julia Smith Ianke Apoio administrativo Educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023 a 06/02/2024 Secretaria Municipal de Educação
Termo Aditivo nº177/2023 Leila Cristina Moraes Apoio administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição 21/12/2023 a 30/11/2024 Secretaria Municipal de Educação	Termo Aditivo nº178/2023 Maria Jacqueline da Silva Batista Zampar Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 a 15/07/2024 Secretaria Municipal de Educação	Termo Aditivo nº179/2023 Uliani Cris Belarmino do Prado Apoio administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição 21/12/2023 a 15/09/2024 Secretaria Municipal de Educação	
Distrato nº092/2023 Valeria Grein Apoio Administrativo Educacional-Auxiliar de Professor 01/11/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº093/2023 Fabiana Almeida dos Santos Apoio Educacional – Auxiliar de Professor 06/11/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº094/2023 Francis da Silva Valenzuela Especialista Saúde/Fonoaudiólogo 13/11/2023 Secretaria Municipal de Saúde	Distrato nº095/2023 Aline Rubia Pinheiro de Assis 16/11/2023 Especialista Saúde/Biomédico Secretaria Municipal de Saúde
Distrato nº096/2023 Marciane Goveia Técnico saúde/Técnico de Enfermagem 20/11/2023 Secretaria Municipal de Saúde	Distrato nº097/2023 Alcione dos Santos Oliveira Apoio administrativo Educacional- Infraestrutura ou Nutrição 23/11/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº098/2023 Danielle Dias Oliveira Crispim Professor Nível superior/pedagogia 01/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº099/2023 Antônio Augusto Farias da Silva Enfermeiro 11/12/2023 Secretaria Municipal de Saúde
Distrato nº100/2023 Patrícia Aparecida Moranti Técnico em Enfermagem 18/12/2023 Secretaria Municipal de Saúde	Distrato nº101/2023 Adeliane Tomaz da Silva Professor Nível Superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº102/2023 Aly Kelly Alice dos Santos Carvalho Professor Nível superior/Pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº103/2023 Ana Claudia Dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de educação
Distrato nº104/2023 Ana Paula Pieretti dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº105/2023 Andressa Franciele de Souza Lima Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº106/2023 Anny Caroline Belleze Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº107/2023 Arianne Rossete Gonçalves Professor nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº108/2023 Beatriz de Fatima Bartolomeu da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº109/2023 Bruna Celestina Pereira de Alencar Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº110/2023 Carolina Barbosa de Souza Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº111/2023 Celina da Silva Reis Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação

Distrato nº112/2023 Claudia Oliveira da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº113/2023 Claudiane da Silva Bueno Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº114/2023 Dileusa Magalhães Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº115/2023 Divina dos Santos Carvalho Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação	
Distrato nº116/2023 Edileuza Barbosa de Souza Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº117/2023 Eduardo da Silva Professor 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº118/2023 Elaine de Pólio Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº119/2023 Elen Daiane da Silva Carvalho Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº152/2023 Michele Fernanda Govea Camara Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº153/2023 Monica Regina da Costa Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº154/2023 Nadia Maria de Sousa Mileski Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº151/2023 Maria Edirlene de Almeida Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº120/2023 Elesandra Camargo da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº121/2023 Eliane Terezinha Klein Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº122/2023 Elisa Maria Rodrigues Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº123/2023 Elisiane Nunes do Nascimento Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº156/2023 Nilcineia Cavalcante da Silva Professor 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº157/2023 Regiane de Matos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº158/2023 Reginaldo de Oliveira Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº159/2023 Rejane Figueiredo Professor 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº124/2023 Emily Duarte Ramos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº125/2023 Eni Aparecida Pereira Araujo Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº126/2023 Ester Rodrigues da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº127/2023 Fabiana Aparecida Machado Guimaraes Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº160/2023 Rita de Cassia Bisca Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº161/2023 Rosângela Aparecida Martins Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº162/2023 Roseli Lima de Oliveira da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº163/2023 Rozi Marcia Pereira da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº128/2023 Fernanda Maria Volpato Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº129/2023 Gessica Fernanda de Oliveira Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº130/2023 Giovana da Silva Reis Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº131/2023 Graci Aparecida Ignacio Soares Professor 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº164/2023 Sandra Aparecida da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº165/2023 Silvestre Cavalcante Zau Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº166/2023 Silvia Juraci Gatti Novacowski Andrade Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº167/2023 Simoni Correia da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº132/2023 Iraci Luiz da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº133/2023 Irani Soares Martins de Souza Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº134/2023 Ivani Ambrósio Gomes Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº135/2023 Janete Aparecida dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº168/2023 Sonia Lima Fernandes Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº169/2023 Tatiane Silva do Carmo Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº170/2023 Valdiza Alencar Araujo Martins Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº171/2023 Verinalda de Queiroz Lima Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação
Distrato nº136/2023 Joelma Cortes dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº137/2023 Jose Roberto Pereira da Silva Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº138/2023 Juliana Ferreira Verge Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº139/2023 Kariny Ananias Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº172/2023 Wilma Gomes da Silva Souza Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº173/2023 Zelia Gomes Pereira Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº174/2023 Aldenice Fernandes Gomes dos Santos Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº175/2023 Alexia Harrote Rech Apoio administrativo educacional- Auxiliar de professor 21/12/2023
Distrato nº140/2023 Lais Nara Costa da Silva Professor 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº141/2023 Leidylyne da Silva Clemente Barros Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº142/2023 Leticia Aparecida da Figueira Pellegrini Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº143/2023 Leticia Dahiane Berton Oliveira Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº176/2023 Alzira Almeida de Assunção Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº177/2023 Ana Paula Bertasso Mattos Apoio administrativo educacional- Auxiliares de Professor 21/12/2023	Distrato nº178/2023 Andrezi Rodrigues de Souza Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº179/2023 Andreia Marques Ricardo Apoio administrativo educacional- Auxiliar de professor 21/12/2023
Distrato nº144/2023 Leticia Ferreira dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023	Distrato nº145/2023 Lucinete Aparecida dos Santos Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023	Distrato nº146/2023 Lurdes Soares Contini Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023	Distrato nº147/2023 Marceli Venancio Pinheiro Professor Nível superior/pedagogia 21/12/2023 Secretaria Municipal de Educação	Distrato nº180/2023 Angela Cristina Gonçalves Apoio administrativo educacional-	Distrato nº181/2023 Angelica Alves da Silva Apoio administrativo educacional-	Distrato nº182/2023 Bruna Mariano Shimitz Apoio administrativo educacional-	Distrato nº183/2023 Carolina Santos de Souza Apoio administrativo educacional-

auxiliar de Professor 21/12/2023	nal- Auxiliar de Professor 21/12/2023	onal- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº224/2023 Jayne Loislaine Gobi Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº225/2023 Jessica Lorrayne da Silva Santos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº226/2023 Jocelia Aparecida da Cruz Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº227/2023 Juliana Candido Anselmo Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº184/2023 Cecilia Gomes da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº185/2023 Celeusia Miranda Souza Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº186/2023 Clarice Perreira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº187/2023 Cleide de Freitas Moraes Souza Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº228/2023 Karina Benedito de Oliveira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº229/2023 Ketli Floriano da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº230/2023 Lara Katiucia Ribeiro Marcelino Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº231/2023 Laudiane Fonseca da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº188/2023 Clemilda Lopes dos Santos de Castro Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº189/2023 Cristiana Aparecida da Costa Bezerra Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº190/2023 Cristiane de Souza Drick Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº191/2023 Cristiane Ferreira de Souza Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº232/2023 Laura Janaina Inácio Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº233/2023 Luana Ezidio Bento da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº234/2023 Luciane de Sousa Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº235/2023 Lucilene Ferreira Ramos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº192/2023 Cristiele Moraes dos santos Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº193/2023 Cristiele Postai Zarochinski Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº194/2023 Cristilene Ferreira Ramos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº195/2023 Dalcly Feliciano de Souza Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº236/2023 Lucineia dos Santos Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº237/2023 Lucineide Pereira Queiroz Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº238/2023 Lucivania de Lima Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº239/2023 Ludimila Breves da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº196/2023 Damaris Gesabel de Paula Santos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº197/2023 Daniela Aparecida da Silva pereira Vernier Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº198/2023 Daniele Fernanda da Noronha da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº199/2023 Danielli Helena de Souza Oliveira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº240/2023 Maria Amélia Ferreira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº241/2023 Maria Celestina Pereira Gois Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº242/2023 Maria Jaqueline Moraes Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº243/2023 Maria Jose de Jesus Santos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº200/2023 Daniely Vivian Bezerra da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº201/2023 Dayane Cristina Simões Moraes Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº202/2023 Denildes Silva Oliveira Laurindo Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº203/2023 Denilze Narciso de Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº244/2023 Maria Regina de Aguiar Pereira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº245/2023 Mariana Pinto Alves Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº246/2023 Marcelia do Nascimento Ferreira de Almeida Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº247/2023 Marlene Bento da Silva Farias Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº204/2023 Dineia Seibert Ferreira Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº205/2023 Edinea Magalhães dos Santos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº206/2023 Elaine Cristiane de Oliveira Costa Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº207/2023 Elaine de Fatima Gonçalves Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº248/2023 Mellyane Cristina Pereira Amstalden Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº249/2023 Michele da Silva Rodrigues Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº250/2023 Naiani Belarmino Freitas Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº251/2023 Nathalia Chagas Estevam Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº208/2023 Eliandra Bento da Silva Lima Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº209/2023 Eliza de Souza Rezende Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº210/2023 Elyana Rosa de Oliveira Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº211/2023 Estefane Gomes da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº252/2023 Nayane Iasmyn Magalhães Alves Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº253/2023 Nazirene Sousa da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº254/2023 Noemia Barbosa da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº255/2023 Odaiza Thaiz Boschetti dos Santos Lopes Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº212/2023 Fernanda da Silva Catelan Apoio Administrativo Educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº213/2023 Franciele Lucia de Jesus Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº214/2023 Franciele Francisca de Oliveira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº215/2023 Gabriela Aparecida Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº256/2023 Pamela da Silva Keller Coelho Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº257/2023 Paola da Silva Keller Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº258/2023 Patricia Cristina Pinheiro da Silva Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº259/2023 Patricia Maria De Queiroz Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023
Distrato nº216/2023 Geneva Inácio da Silva Colinsque Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº217/2023 Iasmim Rodrigo da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de professor 21/12/2023	Distrato nº218/2023 Isabela Massim Moraes da Silva Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº219/2023 Ivani Caires Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº260/2023 Poliana Siqueira dos Anjos Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº261/2023 Quiteria Felix dos Santos Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº262/2023 Rosa Maria Barbosa da Silva Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº263/2023 Rosângela Cristina Iakabe Oliveira Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023
Distrato nº220/2023 Ivonete Caetano Liana Apoio administrativo educacional- Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Distrato nº221/2023 Izabel Caires Santinoni Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº222/2023 Izabela Morima de Oliveira Apoio administrativo educacional- Auxiliar de professor 21/12/2023	Distrato nº223/2023 Janete Aparecida de Medeiros Campeão Apoio administrativo educacional- Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº264/2023	Distrato nº265/2023 Silvani Vieira	Distrato nº266/2023	Distrato nº267/2023 Sirlete Moreira de Araújo

Rosicleia Aparecida Pedroso Apoio administrativo educacional-Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Apoio administrativo educacional-Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Silvia Lourdes Castão Apoio administrativo educacional-Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023	Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº268/2023 Talitha Cristini Costa dos Santos Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº269/2023 Tatiane Aparecida Costa de Melo Apoio administrativo educacional-Infraestrutura ou Nutrição 21/12/2023	Distrato nº270/2023 Tatiane Ferreira Ramos Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº271/2023 Tayla Fernanda Miranda da Silva Apoio administrativo educacional-Infraestrutura ou nutrição 21/12/2023
Distrato nº272/2023 Thamiris Cavalcante de Araujo Peixoto Administrativo Educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº273/2023 Thamiris da Silva Falcão Apoio Administrativo Educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº274/2023 Valdirene Lima Faim Kayabi Alves de Oliveira Apoio Administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº275/2023 Valnice Carvalho Santos Apoio Administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023
Distrato nº276/2023 Vandelice da Silva Gobi Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº277/2023 Vania Ezidio da Silva Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº278/2023 Wally Vitória Santana Lima de Oliveira Apoio administrativo educacional-Auxiliar de Professor 21/12/2023	Distrato nº279/2023 Maria de Fatima Nunes de Assis Técnico administrativo educacional 21/12/2023
Distrato nº280/2023 Rosilene Soares Girardi Técnico Administrativo Educacional 21/12/2023	Distrato nº281/2023 Renata Dilenburg Delgado Professor Nivel superior/pedagogia 21/12/2023	Distrato nº282/2023 Geciane Kniphoff Herrmann Gonçalves da Silva Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura ou Nutrição 21/12/2023	Distrato nº283/2023 Alzirene Aparecida Martins Assistente Social 29/12/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE
PREÇO Nº 001/2023.

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE
PREÇO Nº 001/2023.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve Homologar, o resultado da Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 001/2023, cuja abertura ocorreu às 14:00 horas local, do dia 13 de dezembro de 2023, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro. Do Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos de Instalação ou Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de: Som, Controle de ponto Eletrônico Web e Relógio ponto biométrico, CFTV, rede de telefonia composta de uma central de comutação telefônica tipo Pabx Híbrida, controle e manutenção das linhas de telefonia fixa e móvel, 0800, telefonia IP, Rede local estruturada, Informática, servidor de rede, servidores de dados, desktop, CPUs, notebooks, scanners, nobreaks, monitores, roteadores, apoio técnico nos sites institucionais, com suporte Local, para Atender as necessidades deste Poder Legislativo, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. O processo Licitatório teve como vencedor a empresa: Vanderlei Antonio Botton - ME, inscrita no CNPJ nº 02.266.700/0001-58, com valor global de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) mensais, divididos em 12 parcelas fixas, o valor apresentado está de acordo o com valor máximo exigido no Edital.

Juara, 19 de dezembro de 2023.

Vera. Sandy de Paula Alves Mainardes

Pres. Câmara Municipal de Juara-MT

DEPARTAMENTO DE LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 075/2023.

Assunto: DISPENSA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO, ONIBUS E CARRETA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Interessada: Secretaria Municipal de Administração

Contratada: INSTITUTO NACIONAL ESPECIALIZADO EM PESQUISA E APOIO AOS MUNICIPIOS, inscrita no CNPJ n. 47.825.555/0001-36, localizada na Rua Carlos Trecenti, nº 340 Sala 02, Bairro Vila Santa Cecília-Lençóis Paulista/SP CEP 18.683-214

Valor Global: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 075/2023, com fundamento no Art. 24, Inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 19 de dezembro de 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE
PREÇO Nº 002/2023.

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE
PREÇO Nº 002/2023.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve Homologar, o resultado da Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 002/2023, cuja abertura ocorreu às 15:30 horas local, do dia 13 de dezembro de 2023, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro. Do Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do Projeto Estrutural Metálico da Cobertura (telhado) com Telha Isotérmica, Projeto de Águas Pluviais e Contrapiso referente ao Prédio da Câmara Municipal de Juara-MT, localizado na Av. Vitória, 74-E, Centro, neste município, em atendimento a Presidência da Câmara Municipal Juara-MT, conforme projeto básico, memorial, projeto executivo, planilhas, e condições técnicas constantes no edital e em seus anexos. O processo Licitatório teve como vencedor a empresa: Construtora ZM Mendes Ltda, inscrita no CNPJ nº 40.528.355/0001-72, com valor global de R\$ 447.324,14 (quatrocentos e quarenta e sete mil e trezentos e vinte quatro reais e quatorze centavos), o valor apresentado está de acordo o com valor máximo exigido no Edital.

Juara, 19 de dezembro de 2023.

Vera. Sandy de Paula Alves Mainardes

Pres. Câmara Municipal de Juara-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA Nº 001/2023/GS/ SME - JURUENA/MT**

A PREFEITURA DE JURUENA, MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis, para contratação temporária e formação de cadastro de reserva **RESOLVEM TORNAR PÚBLICO**, por meio deste EDITAL de SELEÇÃO, as normas e instruções para a realização de Processo Seletivo Simplificado - PSS/2024, destinado à seleção, formação de cadastro de reserva para contratação temporária de profissionais para exercerem os cargos de Professor, Apoio Administrativo Educacional, Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar nas funções respectivas de cada cargo, conforme cargos e/ou funções disponíveis para cada unidade escolar do município.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado será regido conforme as regras contidas neste Edital, seus Anexos, eventuais retificações, Editais Complementares e convocações, a serem divulgadas no mural da Secretaria Municipal de Educação, no mural da Prefeitura Municipal de Juruena MT, e no site <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

1.2 – O Processo Seletivo Simplificado será coordenado e executado por comissão organizadora constituída especialmente para esse fim.

1.3 - As etapas avaliativas do Processo Seletivo Simplificado consistirá de:

- a) Prova Prática (PP)—exclusivamente para o cargo de Motorista de Transporte Escolar, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Prova de Títulos (inscrição) – para todos os cargos previsto neste edital, de caráter classificatório.

1.4 - As vagas abertas para inscrição dos interessados a contrato temporário para o ano de 2024 serão para provimento de pessoal para suprir a existência de vagas e/ou substituições em cargos de:

I – Professor, 20 e 25 horas semanal: vagas de acordo com o número de turmas/aulas livres e/ou substituições;

II – Auxiliar de Turma, 20, 25 ou 40 horas semanal ou carga horária proporcional, necessária a contratação: vagas conforme necessidade das escolas e de acordo com as matrículas realizadas;

III – Motorista de Transporte Escolar, 40 horas semanal: conforme necessidade da SME.

IV – Apoio Administrativo Educacional (AAE), 40 horas semanal ou proporcional, de acordo com a necessidade: vagas conforme necessidade das escolas ou SME;

1.5 - Para a contratação temporária em substituição, deverão ser considerados os afastamentos e Licenças dos Profissionais da Educação Básica efetivos previstos na Lei nº 847, de 09/08/2010 e na Lei nº. 1021, além de outros eventos legalmente previstos que desloquem tais servidores do exercício de suas funções típicas sem, contudo, gerar desligamento definitivo e vacância do cargo, tais como:

a) Exercício de quaisquer das 4 (quatro) funções de dedicação exclusiva dos Profissionais da Educação Básica, conforme Art. 3º, II, da Lei nº 847, de 09/08/2010 e na Lei nº. 1021;

b) Designação para atuação na Secretaria Municipal de Educação;

c) Readaptação temporária de função;

1.6 – O candidato a contrato temporário que assumir vaga livre ou em substituição, quando em qualquer tempo do período letivo, ocorrer o retorno, enquadramento ou lotação de um profissional concursado em vaga que vier a escolher/assumir, seu contrato será rescindido automaticamente.

1.7 - O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser rescindido antecipadamente desde que cessadas as situações excepcionais e de interesse público que justificaram a contratação.

1.8 - O contrato por prazo determinado poderá ser rescindido a qualquer tempo da vigência do mesmo, quando não atender as necessidades da função, mediante pedido fundamentado pela Direção Escolar e Conselho Escolar (CDCE), assegurado o direito de defesa.

1.9- O Regime Jurídico para as funções de que trata este Edital será de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com início e fim de vigência estabelecidos, sendo que as contribuições previdenciárias pertinentes serão realizadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

2 – DAS INSCRIÇÕES/PROVAS:

2.1- A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento.

2.2 – As inscrições aos cargos de Professor, Auxiliar de Turma, Motorista de Transporte Escolar, Fonoaudiólogo e Apoio Administrativo Educacional, serão realizadas em fichas próprias para o cargo a que concorrer, conforme anexos I, II, III, IV, V e VI deste Edital, em dias úteis.

a) **Local para inscrição e atribuição da jornada de trabalho:** Secretaria Municipal de Educação, Rua das Cerejeiras, nº 190, Bairro Centro, Juruena MT.

b) **Local da Prova prática ao cargo de Motorista de Transporte Escolar:** Secretaria Municipal de Educação.

2.3 – O Processo Seletivo será composto de:

I. Duas etapas para os cargos de Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional (AAE) e Fonoaudiólogo:

a) - **1ª Etapa:** Inscrição/Contagem de Pontos – dias: **09 a 11 de janeiro de 2024 das 08h00min às 12h00min.**

b) - 2ª Etapa: 1ª chamada para Atribuição de Aulas e/ou Jornada de Trabalho:

-Para Apoio Administrativo Educacional (AAE): **dia 16/01/2024, às 07h30min.**

- Para Professor: **dia 16/01/2024, às 9h30min.**

- Para Auxiliar de Turma: **dia 17/01/2024, às 07h30min.**

II.Três etapas para o cargo de Motorista de Transporte Escolar:

a) - 1ª Etapa: Inscrição/Contagem de Pontos – dias: **09 a 11 de janeiro de 2024 das 08h00min às 12h00min.**

b) - 2ª Etapa: Prova Prática – dia **19/01/2024, das 7h30min às 11h00min.**

c) - 3ª Etapa: 1ª chamada para Atribuição da Jornada de Trabalho **25/01/2024, às 08h30min.**

2.4 - O candidato deverá comparecer no local, dia e hora marcados, munidos de documentos originais e cópias da documentação pessoal, exigidos neste Edital, para o cargo a que concorrer:

I. Após conclusão do período de contagem de pontos, não será permitido alterações nas fichas de contagem de pontos ficando a atribuição vinculada ao critério de opção do interessado;

II. O resultado classificatório das inscrições/contagem de pontos aos contratos temporários à Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional (AAE), Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar, será disponibilizado no mural da Secretaria Municipal de Educação, no <https://diariomunicipal.org/mt/amm/> no dia **12/01/2024, a partir das 13h00min.;**

III. O resultado classificatório da Prova Prática aos contratos temporários Motorista de Transporte Escolar será disponibilizado no mural da Secretaria Municipal de Educação, e no diariomunicipal.org/mt/amm no dia **23/01/2024, a partir das 13h00min.;**

IV. O resultado classificatório será feito em listas, de acordo com os cargos pretendidos, e a divulgação será em ordem decrescente de pontuação;

V. Ao candidato que se sentir prejudicado, quanto ao processo de Contagem de Pontos/Provas ou Atribuição caberá recurso à Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho, correspondente ao processo em questão, devendo ser interposto, impreterivelmente, até 24 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho, o mesmo prazo para emissão do parecer:

VI. Os candidatos que não atribuírem, ficarão no CADASTRO RESERVA, de acordo com a opção de atribuição constante na Ficha de Inscrição.

2.5 - O não comparecimento do candidato no dia da Prova Prática (PP) e Atribuição da jornada de trabalho implicará na sua eliminação do certame, não cabendo recurso.

3 – DA COMISSÃO PARA CONTAGEM DE PONTOS/SELEÇÃO/ATRIBUIÇÃO:

3.1 - A Comissão Organizadora de Seleção e Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos candidatos a contrato temporário que ficará encarregada do processo de análise dos documentos, contagem de pontos e inscrição dos candidatos, realização do processo seletivo e responder a possíveis recursos interpostos será assim constituída:

I – Secretária Municipal de Educação;

II - Assessoria pedagógica;

III – Um representante de Professores;

IV – Um representante de Apoio Administrativo Educacional;

V – Um representante de Motoristas do Transporte Escolar;

VI – Representante jurídico da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora de Seleção e Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho deverá ser constituída até a data de 08/01/2024.

3.2 – A Comissão Organizadora de Seleção e Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho, responsável pelo processo de seleção e atribuição aos servidores a serem contratados deverá adotar os seguintes procedimentos:

I. Divulgar, por ordem de classificação, o nome dos profissionais da educação candidatos às vagas para contrato temporário, nos termos deste Edital;

II. Divulgar quadro de vagas, classes, aulas e/ou jornada de trabalho a serem atribuídas, na data da 1ª chamada;

III. Divulgar as informações necessárias para o cumprimento do presente Edital;

IV. Proceder à atribuição de vagas/aulas livres e/ou em substituição e atribuição da jornada de trabalho aos profissionais da educação a serem contratados temporariamente por ordem rigorosa de classificação, e em sessão pública, conforme item 6 deste Edital;

V. Encaminhar os Profissionais da Educação à unidade escolar para lotação;

VI. O contrato temporário deverá ser impresso em 02 vias, assinadas pelas partes interessadas, sendo que a 1ª enviada ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Juruena e a 2ª ficará sob a guarda do contratado.

4– DA 1ª CHAMADA:

4.1 - A 1ª chamada para atribuições de classes, aulas e/ou regime/jornada de trabalho para os candidatos a contrato temporário de Professor, Auxiliar de Turmas, Apoio Administrativo Educacional (AAE), Fonoaudióloga e Motorista de Transporte Escolar deverá contar com a presença de TODOS OS INSCRITOS CLASSIFICADOS, conforme local, data e horários especificados neste Edital.

Local: Secretaria Municipal de Educação.

Datas e horários:

-Para Apoio Administrativo Educacional (AAE): **dia 16/01/2024, às 07h30min.**

- Para Professor: **dia 16/01/2024, às 9h30min.**

- Para Auxiliar de Turma: **dia 17/01/2024, às 07h30min.**

- Para Motorista de Transporte Escolar **25/01/2024, às 08h30min.**

Parágrafo único: O não comparecimento na 1ª chamada do candidato classificado à vaga nas datas e horários especificados neste Edital significará **desistência da mesma** e a Comissão chamará imediatamente o próximo candidato da lista classificatória, presente no local, para assumir o cargo.

5- DA DISPONIBILIDADE DE VAGA:

5.1 - Quando ocorrer a disponibilidade de vaga referente a algum dos cargos constantes neste Edital durante o ano de 2024, o candidato deverá assumir imediatamente ao chamado conforme necessidade da SME, ou assinar o termo de desistência para que a SME possa chamar o próximo candidato da lista de espera.

Parágrafo único: o não comparecimento imediato ao chamado **acarretará perda da vaga**, independentemente de ter assinado ou não o termo de desistência e, a Secretaria Municipal de Educação fica autorizada a chamar o próximo candidato da lista de espera.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1 - A classificação aos cargos de Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional (AAE) e Fonoaudiólogo seguirá rigorosamente a pontuação total obtida na ficha de Classificação Final dos candidatos a contrato temporário. Havendo empate, será considerado:

- a) Maior escolaridade;
- b) Maior idade.

6.2 - A classificação ao cargo de Motorista de Transporte Escolar seguirá rigorosamente a pontuação total obtida na ficha de Classificação Final dos candidatos a contrato temporário. Havendo empate, será considerado:

- a) Maior pontuação na Prova Prática;
- b) Maior escolaridade;
- c) Maior idade.

7 – DA DIVULGAÇÃO:

A divulgação da classificação será no mural da Secretaria Municipal de Educação de Juruena MT, e no <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>.

8 -DOS DOCUMENTOS E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

8.1 - Para início das atividades o candidato à vaga deverá apresentar os seguintes documentos originais e entregar duas cópias legíveis, na secretaria Municipal de Educação:

- a) Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
- b) Comprovante de quitação com as obrigações militares (se homem);
- c) RG;
- d) CPF;
- e) Título de Eleitor;
- f) Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;
- g) Carteira de Trabalho;
- h) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
- k) Atestado Médico de capacidade Física (emitido por profissional habilitado);
- l) Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado, não infringindo o Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;
- m) Comprovante de residência;
- n) Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);
- o) Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal relativa ao último exercício fiscal ou declaração de bens, se isento;
- p) Não ter sido demitido por justa causa do serviço público;
- q) Declaração de próprio punho, do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público (apresentar no ato da contratação);
- r) Não ter sido penalizado com advertência escrita no serviço público municipal de Juruena MT;
- s) Comprovante de escolaridade que o cargo exige;

t) Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

9 – DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES:

9.1 - Principais funções/atribuições – conforme o artigo 6º da Lei Municipal nº 847/2010:

- I. participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica;
- II. elaborar planos, planejamento, programas e projetos educacionais no âmbito de sua atuação;
- III. participar da elaboração do Plano Político-Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Escolar;
- IV. desenvolver a regência efetiva;
- V. controlar e avaliar o rendimento escolar;
- VI. executar tarefa de recuperação de alunos;
- VII. participar de reunião de trabalho;
- VIII. desenvolver pesquisa educacional;
- IX. participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;
- X. buscar formação continuada no sentido de focar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;
- XI. cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;
- XII. analisar e discutir os resultados das avaliações oficiais do MEC e propor estratégias para melhoria;
- XIII. desenvolver as funções de professor formador ou tutoria dos cursos de formação continuada e/ou de especialização ofertados em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

9.2 - Do Processo Seletivo para CONTAGEM DE PONTOS/TÍTULOS/ CLASSIFICAÇÃO do Professor candidato a contrato temporário, a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho, deverá considerar os critérios constantes no Anexo I, deste Edital;

9.3 - Para contagem de pontos referente à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO deve-se considerar o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído;

10 - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

I – Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme Anexo I deste Edital;

II. Idade mínima de 18 anos completos;

III - Formação Exigida:

a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior;

b) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Curta;

c) curso de Magistério em nível médio;

d) Licenciatura Plena ou Curta nas habilitações específicas.

IV. Apresentar o Diploma emitido por IES com curso autorizado ou, na falta deste, Atestado de Conclusão de Curso Superior, caso seja habilitado em nível superior ou Apresentar o Diploma de Conclusão do Magistério, no caso de possuir nível médio Magistério.

a) Ambos diplomas devem vir acompanhados do Histórico Escolar, constando data de colação de grau, caso seja do nível superior – observando que o prazo de validade para os Atestados de Conclusão de Curso será no máximo de 2 anos;

V. Conhecer e estar de acordo com as exigências no presente Edital;

VI. Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional – onde o número de profissionais habilitados não for suficiente e para atender as especificidades da Zona Rural, poderão participar deste Processo Seletivo candidatos não habilitados, com escolaridade mínima de Ensino Médio, preferencialmente, os que comprovarem (com declaração da universidade) estar cursando Licenciatura Plena e esteja frequentando o curso ativamente. Da seleção para Contagem de Pontos/Classificação do candidato não habilitado, deverá considerar os critérios constantes no Anexo IV deste Edital.

11 – DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DO AUXILIAR DE TURMA:

11.1 – Principais Funções/Atribuições do cargo de responsabilidade do auxiliar:

I. Ao aluno portador de necessidades especiais ou, aos alunos nas turmas de creche:

- a) Atuar junto ao(s) aluno(s) auxiliando o(s) professor(es) no(s) cuidado(s) básico(s) de vida diária da(s) criança(s) nas diversas turmas caso haja necessidade;
- b) Cuidar e acompanhar a locomoção do aluno pelas dependências da escola;
- c) Auxiliar no aprendizado ao copiar e/ou ler a matéria, caso o aluno não tenha autonomia motora ou intelectual para tanto;
- d) Auxiliar na higiene do aluno e nas idas ao banheiro, garantindo que ele esteja sempre limpo e asseado;
- e) Oferecer acompanhamento individualizado, de forma a viabilizar a mobilidade em todo o ambiente escolar, no atendimento de necessidades pessoais e na realização de outras tarefas que auxiliem o professor;

- f) Cuidar do conforto e alimentação da criança observando possíveis alterações no seu estado geral, zelando pela integridade física, prestando primeiros socorros (se necessário) e promovendo atividades lúdicas e de entretenimento;
- g) Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e escola;
- h) Acompanhar as crianças, junto aos professores e demais funcionários, em atividades extraclasse;
- i) Auxiliar nas refeições, alimentando as crianças (quando necessário), visando à autonomia dos mesmos;
- j) Participar ativamente, no processo de adaptação e permanência da(s) criança(s) na Unidade Escolar, atendendo a(s) sua(s) necessidade(s);
- k) Auxiliar no processo de inclusão escolar dos alunos PCD;
- l) Atender o(s) educando(s), respeitando, as suas dificuldades de locomoção, permanente ou transitórias;
- m) Incentivar a(s) criança(s) a conviver com seus pares;
- n) Participar de todas as atividades desenvolvidas pelo professor;
- o) Participar de capacitações de formação continuada propostas pela Gestão Escolar, pela SME e/ou buscar formação relacionada a temas da Educação Especial e atendimento a creches;
- p) Participar das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, na Unidade Escolar;
- q) Conhecer o Projeto Político Pedagógico da Escola e zelar pelo cumprimento de suas responsabilidades.

11.2 - Do Processo Seletivo para CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO do candidato a Auxiliar de Turmas deverá considerar os critérios constantes no Anexo II deste Edital.

Parágrafo Único – Em caso de falta do aluno PCD na escola sob responsabilidade do auxiliar, fica o Gestor Escolar, livre para atribuir outra função no âmbito escolar como apoio e auxílio em atividades pedagógicas da mesma ou de outra turma durante o período de expediente, e/ou, ficará a disposição da SME.

12 - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

- a. Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme Anexo II deste Edital;
- b. Ser maior de 18 anos;
- c. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- d. Formação de Ensino Médio;
- e. Apresentar Histórico Escolar ou Atestado de Conclusão do Ensino Médio emitido por Instituição de Ensino autorizada;
- f. Conhecer e estar de acordo com as exigências no presente Edital;
- g. Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento.

13 - DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DO MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR:

13.1 – Principais Funções/Atribuições do cargo:

- I. Estar habilitado para dirigir veículos destinados ao transporte de passageiros (escolares);
- II. Recolher os veículos à garagem ou local definido pela SME, quando não estiver em serviço;
- III. Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- IV. Fazer reparos de emergência;
- V. Zelar pela conservação e limpeza dos veículos que lhes forem confiados;
- VI. Providenciar o abastecimento do combustível, água e lubrificante;
- VII. Comunicar imediatamente, o Coordenador de Transporte Escolar e ao setor de manutenção (mecânico) da SME, qualquer defeito ou dano percebido no funcionamento do veículo sob sua responsabilidade;
- VIII. Executar outras tarefas correlatas;
- IX. Participar de reuniões tanto do próprio setor como da Secretaria Municipal de Educação;
- X. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente.

Parágrafo único: É expressamente proibido o uso do Transporte Escolar para fins de interesse particular. O Motorista de Transporte Escolar poderá ser demitido por justa causa se retirar o veículo quando este estiver em manutenção, sem a prévia autorização do mecânico e/ou do coordenador de Transporte Escolar.

14 - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- a. Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme Anexo III deste Edital;
- a. Ser maior de 21 anos;
- b. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c. Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente Edital;
- d. Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento;
- e. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – categoria “AD” ou “AE”.

15 – DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DA ZELADORA:**15.1 – Principais Funções/Atribuições do cargo:**

- a) Cumprir a jornada de trabalho definida em contrato;
- b) Manter a higiene e limpeza das áreas internas e externas da Unidade Escolar ou SME, executando, inclusive, serviços de jardinagem quando necessário;
- c) Manter organizado e em local seguro os materiais de limpeza da escola;
- d) Comparecer aos compromissos assumidos nos horários programados e comunicar impedimentos justificados com antecedência;
- e) Fazer uso adequado dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva) sob sua responsabilidade mantendo-os conservados;
- f) Executar as tarefas sem necessidade de intervenção do superior imediato, colocando-se a disposição, caso seja necessário refazer um trabalho.
- g) Colaborar com os colegas de trabalho, para que a equipe e a instituição alcancem os resultados planejados;
- h) Relaciona-se com as pessoas de forma empática, com total atenção e respeito, mantendo o comportamento sob controle, mesmo diante de situações conflitantes;
- i) Auxiliar no planejamento do trabalho e estabelecimento de escalas, visando a regularidade do funcionamento da escola;
- j) Executar pequenos reparos evitando a depreciação da estrutura física e a necessidade de reformas;
- k) Agir com imparcialidade e sigilo na execução de suas atribuições, na solução de problemas e conflitos, evitando discriminação e pré-conceitos;
- l) Exercer suas atribuições respeitando os princípios, valores da organização, normas, procedimentos, padrões estabelecidos e hierarquia;
- m) Zelar pelo patrimônio público e o interesse do cidadão, utilizando devidamente os recursos públicos disponíveis para a execução de sua função;
- n) Propor e desenvolver ações com o objetivo de melhoria da rotina de trabalho;
- o) Realizar todas as atividades sob sua responsabilidade, mantendo a qualidade do trabalho e o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos;
- p) Colaborar na organização e participar das atividades promovidas pela instituição;
- q) Participar de formações e/ou reuniões pedagógicas, na Unidade Escolar, quando solicitadas pelo Gestor Escolar, em cursos e outras situações de aprendizagem, aplicar na sua prática profissional e socializar com seus pares os conhecimentos adquiridos;
- r) Adotar postura profissional, evitando comportamentos e vestimenta inadequados que interferem nas relações pessoais, de trabalho e a imagem da instituição;
- s) Conhecer a Proposta Política Pedagógica da Escola.

16 – DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DA MERENDEIRA:**16.1 – Principais Funções/Atribuições do cargo:**

- a) Cumprir a jornada de trabalho definida em lei;
- b) Manter a higiene, limpeza e organização da cozinha, do refeitório, seus utensílios e seguir corretamente os procedimentos de higienização pessoal;
- c) Receber do nutricionista e da direção da escola as instruções necessárias;
- d) Receber os alimentos e demais materiais destinados à alimentação escolar;
- e) Controlar a qualidade, a quantidade e o armazenamento da alimentação servida aos alunos, desde o recebimento até a preparação dos alimentos;
- f) Manter a higiene pessoal, adequada ao desempenho da função, bem como, uso de equipamentos de proteção individual EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva).
- g) Preparar as refeições destinadas ao aluno durante o período em que permanecer na escola, de acordo com a receita padronizada, de acordo com o cardápio do dia;
- h) Colaborar com os colegas de trabalho, para que a equipe e a instituição alcancem os resultados planejados;
- i) Relacionar-se com as pessoas de forma empática, com total atenção e respeito, mantendo o comportamento sob controle, mesmo diante de situações conflitantes.
- j) Participar da construção do cardápio juntamente com o profissional especializado e o executa após homologado conforme o planejamento;
- k) Orientar os alunos quanto aos cuidados com os utensílios utilizados no momento da alimentação;
- l) Agir com imparcialidade e sigilo na execução de suas atribuições, na solução de problemas e conflitos, evitando discriminação e pré-conceitos;
- m) Exercer suas atribuições respeitando os princípios, valores da organização, normas, procedimentos, padrões estabelecidos e hierarquia;
- n) Zelar pelo patrimônio público e o interesse do cidadão, utilizando devidamente os recursos públicos disponíveis para a execução de sua função;
- o) Propor e desenvolver ações com o objetivo de melhoria da rotina de trabalho;
- p) Realizar todas as atividades sob sua responsabilidade, mantendo a qualidade do trabalho e o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos;
- q) Colaborar na organização e participar das atividades promovidas pela instituição;
- r) Participar dos programas de formação, cursos e outras situações de aprendizagem, aplicar na sua prática profissional e socializar com seus pares os conhecimentos adquiridos;

- s) Adotar postura profissional, evitando comportamentos e vestimenta inadequados que interferem nas relações pessoais, de trabalho e a imagem da instituição;
- t) Manter-se atualizado de maneira que consiga acompanhar o desenvolvimento tecnológico e os avanços científicos;
- u) Participar de Formações e/ou reuniões pedagógicas, na Unidade Escolar, quando solicitadas pelo Gestor Escolar;
- v) Conhecer a Proposta Política Pedagógica (PPP) da Escola.

17 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO AO CARGO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AEE):

- a. Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme especificação do cargo constantes dos Anexo V deste Edital;
- b. Ser maior de 18 anos;
- c. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- d. Formação de Ensino Fundamental incompleto;
- e. Apresentar Histórico Escolar por Instituição de Ensino autorizada;
- f. Conhecer e estar de acordo com as exigências no presente Edital;
- g. Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento.

18 – DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DO FONOAUDIÓLOGO:

18.1 – Principais Funções/Atribuições do cargo:

Promover o desenvolvimento intelectual, social e educacional de crianças nas escolas, estabelecendo programas e consultas, efetuando pesquisas, treinando professores e tratando de crianças e jovens com problemas.

a) Atender alunos da instituição de ensino; b) Diagnosticar deficiências relativas à comunicação oral e escuta, voz e audição mediante a realização de exames fonéticos de linguagem, audiométricos e outras técnicas próprias; c) Elaborar e desenvolver programas de treinamento ou tratamento para pacientes com distúrbios de voz, fala, linguagem, expressão do pensamento, verbalização e audição, conforme diagnóstico; d) Emitir pareceres quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica; e) Participar de equipes multiprofissionais na identificação de distúrbios de audição e de linguagem em suas formas de expressão; f) Fiscalizar serviços de fonoaudiologia e atendimento prestado por entidades contratadas pela Prefeitura; g) Executar outras tarefas referentes ao cargo; h) Executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função. i) Difundir e discutir temas no âmbito escolar, relacionados aos conhecimentos da *fonoaudiologia*, que possam melhorar o processo educacional. j) Realizar intervenção prática no cotidiano escolar, com o objetivo de promover e prevenir as dificuldades vividas no processo de escolarização. k) Avaliar possíveis dificuldades de aprendizagem ou problemas que possam surgir no processo de escolarização, orientando familiares e professores sobre qual é a melhor maneira de lidar com os mesmos e encaminhar o caso quando necessário; l) Desenvolver ações esclarecedoras junto com o corpo docente para as famílias sobre o desenvolvimento acadêmico dos alunos; m) Participar com toda equipe da escola da construção de seu projeto político pedagógico.

19 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

I – Ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme Anexo VI deste Edital;

II. Idade mínima de 18 anos completos;

III - Formação Exigida:

a) Habilitação em grau superior específica que o cargo exige.

IV. Apresentar o Diploma emitido por IES com curso autorizado ou, na falta deste, Atestado de Conclusão de Curso Superior.

a) Ambos diplomas devem vir acompanhados do Histórico Escolar, constando data de colação de grau – observando que o prazo de validade para os Atestados de Conclusão de Curso será no máximo de 2 anos;

V. Conhecer e estar de acordo com as exigências no presente Edital;

VI. Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento.

20 – DA SELEÇÃO/CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR, AUXILIAR DE TURMA, APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AEE), FONOAUDIÓLOGO E MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

20.1 - A seleção para contratação de Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional (AEE), Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar a contrato temporário será regida por este Edital, seus Anexos e posteriores retificações e/ou complementações, caso existam, e sua execução caberá à Prefeitura Municipal de Juarena/Secretaria Municipal de Educação.

20.2 - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, para os cargos de Professor, Auxiliar de Turma, Fonoaudiólogo e Apoio Administrativo Educacional (AEE) consistirá de Contagem de Pontos/Inscrição do candidato de caráter **classificatório**.

20.3 - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, para o cargo de Motorista de Transporte Escolar, consistirá de Contagem de Pontos/Inscrição do candidato, e exame de habilidades aferidos por meio de aplicação de Prova Prática (PP) de caráter **eliminatório e classificatório**.

20.4 - As provas serão aplicadas somente na cidade de Juarena/MT.

20.5 - Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da Capital do Estado de Mato Grosso.

20.6 - As Provas Prática serão aplicadas em local e horários conforme especificado no item 2 deste Edital.

20.7 - O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a Prova Prática, **meia hora antes do início da prova**, munido de documento oficial de identidade, contendo fotografia e assinatura.

20.8 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada de prova. O não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará eliminação automática do candidato.

20.9 - A divulgação dos resultados da Prova Prática será feita até 24 (vinte e quatro) horas após sua aplicação, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Juarena e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

20.10 - A Prova Prática (PP) ao Motorista de Transporte Escolar será em forma de percurso e este será estipulado pela Comissão do Processo e os candidatos deverão comparecer impreterivelmente na data, horário e local conforme especificado no item 2 deste Edital, para dar início ao percurso.

20.11 - Ao realizar o percurso da Prova Prática, o candidato a motorista será avaliado no decorrer do trajeto, de acordo com a Ficha Avaliativa para o cargo, cuja NOTA vai de 0 (zero) a 10,0 (dez).

20.12 - Ao final do percurso o candidato a Motorista de Transporte Escolar deverá **assinar a Ficha Avaliativa**, juntamente com o Fiscal de Prova e Membro da Comissão designados para as funções, para que a prova tenha validade.

20.13 - O não comparecimento no dia e horário especificados por este Edital, qualquer que seja a alegação, acarretará eliminação automática do candidato.

20.14 - A divulgação do resultado classificatório de cada Etapa será feita na data especificada neste Edital.

Parágrafo único: Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que obter NOTA MENOR que 3,0 (três) na Prova Prática (PP).

21 - DA CLASSIFICAÇÃO/ATRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO:

21.1 - A Comissão fará análise dos documentos apresentados pelos candidatos e procederá ao registro da pontuação na Ficha de Contagem de Pontos, **de acordo com os cargos pretendidos**, pertencentes aos Anexos deste Edital.

21.2 - Para contagem de pontos, considerar apenas os certificados dos cursos realizados nos últimos 3 (três) anos e que constem, obrigatoriamente, os conteúdos trabalhados, registro do órgão competente e que a carga horária não exceda as 8 horas diárias (a contar da data de início e término do curso).

22 - DA CONTRATAÇÃO

22.1 - A classificação final no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de contratação segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada ao interesse, à necessidade e possibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Juarena/Secretaria Municipal de Educação.

22.2 - Os candidatos classificados, excedentes às vagas atualmente existentes, **SERÃO MANTIDOS EM CADASTRO RESERVA** durante o prazo de validade da seleção e poderão ser convocados para contratação em função da disponibilidade de vagas futuras, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Juarena/Secretaria Municipal de Educação.

22.3 - Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade a partir da data da assinatura do contrato até onze meses, podendo ser prorrogados por igual período caso haja interesse da Prefeitura Municipal de Juarena/Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: É de responsabilidade exclusiva dos candidatos o acompanhamento das contratações, ocorridas durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

23 - DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS:

23.1 - Os contratos temporários de Professor em aulas livres, substituição e/ou adicionais, os contratos temporários de servidores para Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional, Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar, serão rescindidos no decorrer do ano nas seguintes situações:

I - no caso de nomeação de concursados;

II - a pedido do interessado;

III - quando do retorno de profissional concursado em condições de assumir a função do cargo efetivo;

IV - apresentar no bimestre 10 % (dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;

V - descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

VI - desempenho nas atribuições de forma insatisfatória;

VII - prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da escola;

VIII - a título de penalidade, nos termos da legislação pertinente;

IX - geração de subemprego;

X - em caso de junção de turmas;

XI - em caso de remoção do profissional da educação efetivo/estabilizado, fora do período de férias, amparada por lei;

XII - interesse da administração pública;

XIII - quando o professor efetivo ou estabilizado, detentor de aulas adicionais, se afastar por motivo diverso, exceto no caso de licença gestacional e para tratamento de sua própria saúde;

XIV - confirmada a prática de NEPOTISMO, por parte da equipe gestora da unidade escolar e Assessoria Pedagógica/SME.

23.2 - O Professor, o Auxiliar de Turma, o Apoio Administrativo Educacional e o Motorista de Transporte Escolar que no ano de 2021, infringiram os incisos dos Artigos 88 e 89 da Lei Municipal nº 847/2010, com registro e comprovação da Equipe Gestora, estarão impossibilitados de se inscreverem neste processo de atribuição de aula/turma e jornada de trabalho.

23.3 – As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas pelo **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**, é assegurado o direito de participação no presente processo seletivo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, ficando reservado às mesmas, 5% (cinco por cento) das vagas.

23.4 – No ato da inscrição o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá instruir sua inscrição com Laudo Médico (original ou cópia autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças-CID, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF, assinatura e o carimbo indicando o número do CRM do médico responsável por sua emissão.

23.5– Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas condições estabelecidas no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça-STJ (pessoas com visão monocular).

23.6 – Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas para candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação final.

24. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

24.1 - Caberá recurso à Comissão do Processo Seletivo:

- a) indeferimento ou não confirmação de inscrição;
- b) desempenho na Prova Prática.

24.2 - O recurso deverá ser assinado e interposto pelo próprio candidato e protocolado na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 08h00min. às 11h00min. no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após a etapa em questão:

- a) a divulgação da relação das inscrições indeferidas/deferidas, se recurso contra indeferimento ou não confirmação de inscrição;
- b) a divulgação preliminar da Prova Prática, se recurso contra formulação ou conteúdo de questão da Prova Prática.

24.3 - O recurso deverá ser apresentado em formulário específico, disponível na Secretaria Municipal de Educação, preenchido de forma legível e conter:

- a) nome e número de protocolo/inscrição do candidato;
- b) argumentação lógica, consistente e material bibliográfico que comprove a argumentação pelo recurso, quando for o caso.

24.4 - Será indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

24.5 - Da decisão final da Comissão do Processo Simplificado de Seleção não caberá recurso administrativo, não existindo, desta forma, recurso contra resultado de recurso.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo simplificado.

25.2 - Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação.

25.3 - Todas as informações relativas ao processo simplificado de seleção, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação de Juarena MT.

25.4 - O candidato, se classificado no Processo Simplificado de Seleção, deverá manter atualizado o seu contato e endereço na Secretaria Municipal de Educação. A comunicação de atualização de endereço deverá ser feita por meio de documento que deverá conter: nome completo do candidato, número do documento de identidade, número do CPF, cargo/área a que concorreu, endereço completo e telefone. O documento deverá ser assinado pelo candidato e protocolado na Secretaria Municipal de Educação de Juarena/MT – Rua das Cerejeiras, nº 190, Bairro Centro. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

25.5 - As linhas pelas quais o transporte escolar trafegará fazem parte do Anexo VIII do presente edital.

25.6 - A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em lista contendo a pontuação de todos os candidatos, em ordem decrescente de aprovação/classificação.

25.7 - Candidatos apenas CLASSIFICADOS, não convocados, comporão CADASTRO RESERVA da SME.

25.8 - Os candidatos aprovados e convocados, para o cargo de Motorista, estarão regidos pela Lei nº 679 de 7 de dezembro de 2006 e Edital de seleção nos quais constará suas principais funções como Motorista do Transporte Escolar e poderão ser demitidos caso não cumpram as atribuições nelas contidas.

25.9 - Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

- a. Não comparecer à convocação nos prazos determinados, observado os requisitos.
- b. Não apresentar a documentação exigida no prazo especificado.

25.10 - O provimento do candidato no cargo fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios exigidos por este Edital.

26 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

26.1- A sessão pública para atribuição ao Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional e Motorista de Transporte Escolar a contrato temporário obedecerá ao cronograma do Anexo VII deste Edital.

26.2- A atribuição de classes e/ou aulas dos professores candidatos a contrato temporário, nas etapas, nas modalidades e ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á com observância à sua formação na forma que se segue:

§ 1º - Para atuar nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º Anos) – dar-se-á rigorosamente pela seguinte ordem de prioridade:

- a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior;
- b) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Curta;
- c) curso de Magistério em nível médio;

d) em caráter excepcional – onde o número de profissionais habilitados não for suficiente para atender as especificidades da Zona Rural, poderão, mediante Processo Seletivo, ser contratados profissionais não habilitados, com escolaridade mínima de Ensino Médio, preferencialmente os que estiverem cursando Licenciatura Plena e estejam frequentando o curso ativamente (mediante declaração da Universidade), desde que autorizados pelo CDCE e Assessoria Pedagógica/SME.

26.3- Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data de:

- a) Para Motorista de Transporte Escolar – início das atividades/início do ano letivo;
- b) Para Professor - dia **01/02/2024** início das atividades na unidade escolar em que for lotado - destinada ao planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2024, e demais atividades pertinentes;
- c) Para Auxiliar de Turma – início das atividades/início do ano letivo;
- d) Apoio Administrativo Educacional – início das atividades/início do ano letivo.

26.4 - O Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional e Motorista de Transporte Escolar após o processo de atribuição, deverá apresentar-se na unidade escolar ou Secretaria Municipal de Educação para a qual foi atribuído, **até o dia anterior ao prazo do efetivo exercício conforme data especificada neste Edital** e apresentar a documentação exigida para contratação, sob pena das aulas ou função serem atribuídas a outro candidato.

26.5 – O professor contratado temporariamente com a habilitação prevista na Lei Municipal nº 847/2010, perceberão subsídios iguais a:

I. 100% (cem por cento) do subsídio dos níveis I, II ou III do cargo de professor, de acordo com sua habilitação, calculada por hora de trabalho, tendo por base a classe e o nível inicial;

II. Conforme níveis I, II ou III do subsídio do cargo de professor, calculada por hora de trabalho, tendo por base o nível inicial, na hipótese dos contratados não preencherem os requisitos exigidos para enquadramento na habilitação exigida na LDB.

26.6 – O Auxiliar de Turma contratado temporariamente com a habilitação mínima prevista na Lei Municipal nº 847/2010, Artigo 7º, perceberá subsídio igual a 100% (cem por cento) do subsídio do nível III do cargo de Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado – 40 horas semanal, conforme Anexo XII desta mesma Lei, ou proporcional, de acordo com a necessidade, calculada por hora de trabalho, tendo por base a classe e o nível inicial.

26.7 – O Motorista de Transporte Escolar contratado temporariamente com a habilitação mínima prevista na Lei complementar Nº 679/2006, Anexo V-10 e Carteira Nacional de Habilitação – CNH, perceberá subsídio igual a 100% (cem por cento) do cargo de motorista previsto no Anexo I-A da Lei Complementar Nº 679/2006-Juruena/MT.

26.7 – O Fonoaudiólogo contratado temporariamente com a habilitação mínima prevista na Lei complementar Nº 679/2006, perceberá subsídio igual a 100% (cem por cento) do cargo de Fonoaudiólogo previsto no Anexo I-A da Lei Complementar Nº 679/2006-Juruena/MT.

26.8 – Para efeito de contrato temporário na função de Auxiliar de Turma **será considerada a escolaridade de Nível Médio**, mesmo que o contratado tenha nível superior diverso.

26.9 – Para efeito de contrato temporário na função de Motorista de Transporte Escolar **será considerada a escolaridade de Nível Fundamental Incompleto**, mesmo que o contratado tenha nível médio ou superior diverso.

26.10– Para efeito de contrato temporário na função de Apoio Administrativo Educacional será considerada a escolaridade na Ficha de Inscrição, mesmo que o contratado tenha nível superior diverso.

Parágrafo único: Em caso do Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional, Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar contratado temporariamente ter concluído escolaridade de grau diverso, ao decorrer do contrato, **não acarretará em distrato e novo contrato, nem de alteração salarial.**

27 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho e Assessoria Pedagógica/Secretário Municipal de Educação.

28- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, para organização do processo seletivo de candidatos a contrato temporário/2024, para os cargos de Professor, Auxiliar de Turma, Apoio Administrativo Educacional, Fonoaudiólogo e Motorista de Transporte Escolar, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Juruena, 18 de dezembro de 2023.

_____ Original assinada _____

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena MT

_____ Original assinada _____

Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal

Secretária Municipal de Educação - Portaria nº 097/2021

ANEXO I			
FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO AO CARGO DE PROFESSOR – para o ano de 2024			
Inscrição Nº: _____			
1. Dados Pessoais			
Nome do Servidor (a): _____			
Data de Nascimento: ____/____/____			
End.: _____ nº _____			
Bairro: _____ CEP: _____			
Telef. Res: _____ Cel.: _____ Outro telef.p/contato: _____			
e-mail: _____			
RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Data Exp.: ____/____/____ CPF: _____			
2. Inscrição por Procuração: () sim () não			
Tipo de Procuração: _____			
Nome do Procurador: _____			
Nº do RG: _____ Nº do CPF: _____			
3. Atribuição/Ano: 2024 () Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais do ensino fundamenta (1º ao 5º Anos)			
() Professor de Área			
Habilitação: _____			
Situação Funcional: A CONTRATO TEMPORARIO			
4. Localidade Pretendida: Marque a opção da localidade pretendida por primeiro, caso a mesma já tenha sido preenchida, poderá ser atribuída na próxima localidade.			
() Zona Urbana () Zona Rural			
CRITERIOS	INDICADORES	COMPUTO/ PONTOS	
5. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)			
Pós Graduação	Doutorado	12,0 (doze) pontos	
	Mestrado	10,0 (dez) pontos	
	Especialização	7,0 (sete) pontos	
	Licenciatura	Licenciatura Plena	4,0 (quatro) pontos
Ensino Médio	Magistério/Normal	1,0 (um) ponto	
6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos			
a.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos curriculares e de políticas educacionais com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos.	1,0 (um) ponto a cada 40 horas	
7. PRODUÇÃO ACADÊMICA/PESQUISA- considerar apenas os últimos 3 (três) anos			
a.	Publicação de artigos que possuam mérito técnico científico ou de apoio às atividades de ensino aprendizagem, em livros e/ou revistas/periódicos relacionados à área da educação, que possuam Conselho Editorial, com limite máximo de 6,0 (seis) pontos.	Livros (completo e/ou capítulo);	2,0 pontos p/cada publicação
		Artigo completo publicado em periódicos ou revistas impressas;	1,0 ponto p/cada publicação
b.	Publicação de trabalhos desenvolvidos nas escolas e apresentado em Seminários de Educação ou outros eventos relacionados à área da educação, como pôster, comunicação oral, mesa redonda ou outros. Limite máximo de 3,0 (três) pontos.		1,0 (um) ponto para cada certificação
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS: _____			
9. EM CASO DE EMPATE:			
a. () Maior Escolaridade			
b. () Maior idade			
Classificação: _____			
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Data: ____/____/2024.

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO II	
FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO AO CARGO DE AUXILIAR DE TURMA – para o ano de 2024	
Inscrição Nº: _____	
1. Dados Pessoais:	
Nome do Servidor (a): _____	

Data de Nascimento: ____/____/____
 Endereço Completo: _____ Nº _____
 Bairro: _____ CEP: _____
 Telef. Res: _____ Cel.: _____ Outro telef. p/contato: _____
 e-mail: _____
 RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Dt Exp.: ____/____/____ CPF: _____

2. POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO? Preenchimento de caráter obrigatório
 a. () NÃO
 b. () SIM TIPO: () PÚBLICO () PRIVADO - JORNADA DE TRABALHO: _____ Horas / semanais

3. Inscrição por Procuração: () Sim () Não
 Tipo de procuração -
 Nome do Procurador: _____
 RG nº _____ CPF: _____

4. Atribuição/Ano: 2022
Localidade Pretendida: () Zona Urbana () Zona Rural

Crítérios	Indicadores	Computo/Pontos
5. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)		
a. Licenciatura Plena	4,0 (quatro) pontos	
b. Magistério	2,0 (dois) pontos	
c. Ensino Médio	1,0 (um) ponto	
6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos:		
a. Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 (três) pontos.	1,0 (um) ponto para cada 40 horas.	
b. Cursos de formação na área específica (Auxiliar de Turma), com limite máximo de 3,0 (três) pontos.	1,0 (um) ponto para cada 40 horas.	
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
8. EM CASO DE EMPATE:		
a. () Maior Escolaridade		
b. () Maior idade		

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Data: ____/____/2024.

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO III
FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO AO CARGO DE MOTORISTA de TRANSPORTE ESCOLAR – para o ano 2024
 Nº: _____

1. Dados Pessoais: Inscrição
 Nome (a): _____
 Data de Nascimento: ____/____/____
 Endereço Completo: _____ nº _____
 Bairro: _____
 Telef. Res: _____ Cel.: _____ Outro telef. p/contato: _____
 e-mail: _____
 RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Dt Exp.: ____/____/____ CPF: _____

POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO? Preenchimento de caráter obrigatório
 a. () NÃO
 b. () SIM TIPO: () PÚBLICO () PRIVADO JORNADA DE TRABALHO: _____ Horas / semanais

2. Inscrição por Procuração: () Sim () Não
 Tipo de procuração -
 Nome do Procurador: _____
 RG nº _____ CPF: _____

3. Tipo de Carteira (CNH) Apresentada: _____ () AD () AE () D () E

Crítérios	Indicadores	Cômputo/Pontos
4. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)		
a. Ensino Fundamental	Ensino Fundamental Completo	2,0 (dois) pontos.
	Ensino Fundamental Incompleto	1,0 (um) ponto
5. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos:		
a. Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 (três) pontos.	1,0 (um) ponto para cada 40 horas.	
b. Cursos de formação na área específica (Motorista), com limite máximo de 3,0 (três) pontos.	1,0 (um) ponto para cada 40 horas.	
c. Para cada ano trabalhado, com experiência comprovada na área.	1,0 (um) ponto por ano.	
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
8. EM CASO DE EMPATE:		

a. <input type="checkbox"/> Maior pontuação na Prática	
b. <input type="checkbox"/> Maior idade	
9. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.	

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Data: ____ / ____ / 2024.

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO IV			
FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO AO CARGO DE PROFESSOR NÃO HABILITADO – para o ano de 2024			
Inscrição N°: _____			
1. Dados Pessoais			
Nome do Servidor (a): _____			
Data de Nascimento: ____ / ____ / ____			
End. _____ n° _____			
Bairro: _____ CEP: _____			
Telef. Res: _____ Cel.: _____ Outro telef. p/contato: _____			
e-mail: _____			
RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Data Exp.: ____ / ____ / ____ CPF: _____			
2. Inscrição por Procuração: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Tipo de Procuração: _____			
Nome do Procurador: _____			
N° do RG: _____ N° do CPF: _____			
3. Opção para Atribuição/Ano: 2022			
<input type="checkbox"/> Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais do ensino fundamenta (1° ao 5° Anos)			
Habilitação: _____			
Situação Funcional: Contrato temporário			
4. Localidade Pretendida: <input type="checkbox"/> Zona Rural			
CRITÉRIOS		INDICADORES	Cômputo Pontos
5. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO			
a. Ensino Médio		1,0 (um) ponto	
6. DO TEMPO DE SERVIÇO			
a. Para cada ano trabalhado, experiência em sala de aula como professor		0,5 (meio) por ano letivo completo	
7 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos			
a. Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didáticos curriculares e de políticas educacionais com limite máximo de 6,0 (seis) pontos.		1,0 (um) ponto a cada 40 horas	
b. Cursando Pedagogia (com declaração da Universidade)		1,0 (um) ponto	
9. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:			
10. EM CASO DE EMPATE:			
a. <input type="checkbox"/> Maior escolaridade			
b. <input type="checkbox"/> Maior idade			
Classificação: _____			
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Data: ____ / ____ / 2024.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO PARA APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AAE) para o ano de 2024

Inscrição N°: _____

1. Dados Pessoais:

Nome (a): _____

Data de Nasc.: ____/____/____

Endereço Completo: _____ Bairro: _____

Telef. Res.: _____ Cel.: _____ Outro telef. p/contato: _____

e-mail: _____

RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Dt. Exp.: ____/____/____ CPF: _____

POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO? Preenchimento de caráter obrigatório

a () NÃO

b () SIM TIPO: () PÚBLICO () PRIVADO JORNADA DE TRABALHO: _____ Horas / semanais

2. Inscrição por Procuração: () Sim () Não

Tipo de procuração - _____

Nome do Procurador: _____

RGn° _____ CPF: _____

3. Atribuição/Ano: 2024

Localidade Pretendida: () Zona Urbana () Zona Rural

Marque a opção da função pretendida por primeiro, caso a mesma já tenha sido preenchida, poderá ser atribuída nas próximas opções.

Função: () Merendeira Função: () Zeladora Função: () Monitor(a) de pátio

Critérios	Indicadores	Computo	Pontos
4.	DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)		
a.	Ensino Médio	3,0 (três) pontos	
	Ensino Fundamental Completo	2,0 (dois) pontos.	
	Ensino Fundamental Incompleto	1,0 (um) ponto	
5. CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO (considerar apenas os últimos 3 (três) anos)			
a.	Certificado na área com limite máximo de 3,0 pontos.	1,0 (um) ponto para cada 40 horas.	
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
7. EM CASO DE EMPATE:			
a.	() Maior Escolaridade		
b.	() Maior idade		
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE			
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			

Observação: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Data: ____/____/____

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

**ANEXO VI
FICHA DE INSCRIÇÃO A CONTRATO TEMPORÁRIO AO CARGO DE FONOAUDIÓLOGO – para o ano de 2024**

Inscrição N°: _____

1. Dados Pessoais

Nome do Servidor (a): _____

Data de Nascimento: ____/____/____

End. _____ CEP: _____ n° _____

Bairro: _____

Telef. Res.: _____ Cel.: _____ Outro telef. p/contato: _____

e-mail: _____

RG: _____ Exp: _____ UF: _____ Data Exp.: ____/____/____ CPF: _____

2. Inscrição por Procuração: () sim () não

Tipo de Procuração: _____

Nome do Procurador: _____

N° do RG: _____ N° do CPF: _____

3. Opção para Atribuição/Ano: 2023

Habilitação: _____

Situação Funcional: Contrato temporário

CRITÉRIOS	INDICADORES	Cômputo/Pontos
4. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO		
a. Pós graduação	Doutorado	
	12,0 (doze) pontos	
	Mestrado	
	10,0 (dez) pontos	
b. Graduação	Especialização	
	7,0 (sete) pontos	
	4,0 (quatro) pontos	

5. DO TEMPO DE SERVIÇO

a. Para cada ano trabalhado, com experiência comprovada na área. 1,0 (um) ponto por ano.

6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR – considerar apenas os últimos 3 (três) anos

a. Cursos de formação na área com limite máximo de 6,0 (seis) pontos. 1,0 (um) ponto a cada 40 horas (podendo ser fracionado).

7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:**8. EM CASO DE EMPATE:**

a. () Maior escolaridade

b. () Maior idade

Classificação:**Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.****Observação:** Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

A atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública.

Data: ____ / ____ /2024.

Assinatura do (a) Candidato(a)

Comissão de trabalho:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO VII

CRONOGRAMA DE ATRIBUIÇÃO			
CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR	16/01/2024	09h:30m	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SALA 1)
AUXILIAR DE TURMA	17/01/2024	07h:30m	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	16/01/2024	07h:30m	
FONOAUDIÓLOGO	20/01/2023	08h:30m	
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	25/01/2024	08h:30m	

ANEXO VIII**LINHAS DO TRANSPORTE ESCOLAR - (PERCURSO 2022)**

Gleba Somapar (núcleo);

Gleba Somapar (núcleo);

Gleba Somapar (núcleo);

Somapar BR Aripuanã;

Linha Santo Antônio;

Assentamento Vale do Amanhecer;

Assentamento Vale do Amanhecer;

Assentamento Vale do Amanhecer até a cidade;

Chácara próximas à cidade de Juruena;

Assentamento 13 de Maio, Travessão 2 e BR;

Assentamento 13 de Maio, Travessão 3;

Assentamento 13 de Maio, Travessão 4, 5A e 5B;

Linha Sorriso / Ferradura / Crozetta / São Cristóvão;

Purunga/Vila Nova;

Sapucaia;

Chácara aeroporto / Porto Velho (mat.) e Olaria / Porunga Sul / Madeireira América (vesp.)

Porunga / Vila Nova (mat.) e Chácara Porungasul (vesp.);

Cidade alunos especiais / Fazenda Fanta.

Obs.: Se necessário, as Linhas do Transporte Escolar para a zona rural, serão readequadas de acordo com os endereços e/ou matrículas/turnos dos alunos para o ano letivo de 2021.**ANEXO IX**

TABELA DE CARGOS, ESCOLARIDADE e REMUNERAÇÃO

CARGOS/FUNÇÕES TEMPORÁRIAS	CARGA HORÁRIA Semanal	ESCOLARIDADE		REMUNERAÇÃO R\$
Professor	20h	Pós Graduação	Doutorado	3.650,11
			Mestrado	3.351,46
			Especialização	2.903,49
Professor	20h	Graduação		2.488,71
Professor	20h	Magistério		1.659,14
Professor Não habilitado	20h	Ensino Médio		1.435,20
Auxiliar de Turma	40h	Ensino Médio		1.726,72
Fonoaudiólogo	40h	Superior		2.359,82
Motorista de Transporte Escolar	40h	Ensino Fundamental Incompleto		2.116,75
Apoio Administrativo Educacional	40h	Ensino Médio		1.726,72

DECRETO Nº. 3379 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Nº. 1.481/2022, de 06 de dezembro de 2022;

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para cobertura da seguinte dotação orçamentária:

0001 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0128 - PREVIDÊNCIA

1.800.1111 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO

2.203 – ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONSITAS

3.1.90.86.00.00 – COMPENSAÇÃO A REGIMES DE PREVIDÊNCIA.....
.....R\$ 6.000,00

TOTAL.....R\$ 6.000,00

Artigo 2º. A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0001 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPSPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0128 - PREVIDÊNCIA

1.800.1111 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO

9.999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....
.....R\$ 6.000,00

TOTAL.....R\$ 6.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena- MT, 19 de Dezembro de 2023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 197/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº197/2023

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 197/2023, Processo Administrativo nº 170/2023** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE USO HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Amparado pela **Lei 14.133/2021** dispõe sobre as licitações e contrato, de termino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 19 de Dezembro de 2023.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 165/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO 165/2023					
Modalidade:	Adesão/Carona em registro de preço				
Número/Ano:	31/2023	Data de abertura:	19/12/2023		
Data adjudicação:	19/12/2023	Data homologação:	19/12/2023		
Tipo de avaliação:	Por item	Critério de avaliação:	Menor preço		
Modo de disputa:		Condição de pagamento:	30 DIAS		
Credenciamento:	Não	Chamamento:	Não	Registro de preço:	Não
Objeto da licitação:					
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 021/2023 PREGÃO ELETRONICO 001/2023 - DO MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.					

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante		CNPJ/CPF	Total do vencedor		
DELTRONIX EQUIPAMENTOS LTDA		56.014.475/0001-91	R\$ 19.949,00		
Total:			R\$ 19.949,00		
DELTRONIX EQUIPAMENTOS LTDA - Não Exclusivo					
Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
47139	<p>BISTURI ELETRONICO DIGITAL PARA TODOS OS TIPOS DE CIRURGIA (ATENDER DEMANDA DE CENTRO CIRURGICO) DEVE POSSUIR SAIDA MONOPOLAR PARA UTILIZACAO DE 2 CANETAS EM USO SIMULTANEO SAIDA BIPOLAR DE ALTA FREQUENCIA PARA DIVERSOS TIPO DE PINCAS ACIONAMENTO DE CORTE OU COAGULACAO PODENDO SER FEITO PELO PEDAL DUPLO OU PELA CANETA DE COMANDO MANUAL COM SISTEMA DE CONTROLE MOCRIPROCESSADO REALIZA TODOS OS TIPOS DE CIRURGIAS:CIRURGIA GERAL, UROCIRURGIA, GASTRO CIRURGIA, CIRURGIA VASCULAR, CIRURGIA DE PAREDES TORACICAS, CIRURGIA PULMONARES, CIRURGIA CARDIACA CONTROLE DE POTENCIA: SUAVE, LINEAR E INDEPENDENTE PARA CORTE E COAGULACAO SINALIZACAO AUDI-VISUAL, ALARME DE SEGURANCA QUE BLOQUEIA OS CIRCUITOS CASO DE ROMPIMENTO DO FIO DA PLACA NEUTRA O CORTE E COAGULACAO DEVE SER ATIVADOS TANTO PELO PEDAL QUANTO PELA CANETA AUTOCLAVAVEL COM COMANDO MANUAL TACTIL SAIDA BIPOLAR ISOLADA SAIDAS ATIVAS MONOPOLARES FACILITANDO A UTILIZACAO DE 2 CANETAS SIMULTANEAMENTE SAIDA BIPOLAR PARA DIVERSOS TIPOS DE PINCA FORMAS DE ONDA COM ALTA EFICIENCIA E ESPECIFICAS PARA AS CINCO APLICACOES (CORTE, BLEND 1, BLEND 2, BLEND 3, COAG E BIPOLAR) PRODUTO DEVE SER EQUIPADO COM 1 CARRO MOVEL PARA TRANSPORTE MANUAL DO USUARIO VOLTAGEM 110/220 VOLTS OU BIVOLT AUTOMATICO 50/60HZ POTENCIA MONOPOLAR CORTE 300W OHMS BLEND 2:200W CARGA 300 OHMS - BLEND 3:150W CARGA 300</p> <p>OHMS-COAGULACAO STANDARD 120W CARGA 300 OHMS COAGULACAO SPRAY 120W CARGA 300 OHMS POTENCIA BIPOLAR CORTE 70W CARGA 100 OHMS BIPOLAR COAG 70W CARGA 100 OHMS TENSÃO EM ABERTO CORTE 3000 VPP BLEND 1 : 3500 VPP BLEND 2: 3700 VPP BLEND 3 : 400 VPP COAGULACAO STANDARD 6000 VPP COAGULACAO SPRAY 8000 VPP BIPOLAR 1200 VPP BIPOLAR CORTE 850VPP FREQUENCIA CORTE 442 KHZ SENOIAL</p>	un	1,0000	R\$ 19.949,0000	R\$ 19.949,00

JURUENA, 19 de dezembro de 2023
 MANOEL GONTIJO DE CARVALHO
 PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 177/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO 177/2023					
Modalidade:	Adesão/Carona em registro de preço				
Número/Ano:	32/2023	Data de abertura:	19/12/2023		
Data adjudicação:	19/12/2023	Data homologação:	19/12/2023		
Tipo de avaliação:	Por item	Critério de avaliação:	Menor preço		
Modo de disputa:		Condição de pagamento:	30 DIAS		
Credenciamento:	Não	Chamamento:	Não	Registro de preço:	Não
Objeto da licitação:	Aquisição de equipamentos e material permanente através de Adesão de Ata de Registro de Preços nº 212/2023 – Pregão Eletrônico 27/2023, do município de Alto Taquari - MT, conforme as condições constantes neste Termo de Referência.				

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante		CNPJ/CPF	Total do vencedor		
DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA		07.897.039/0001-00	R\$ 4.100,00		
Total:			R\$ 4.100,00		
DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA - Não Exclusivo					
Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
47258	COMPRESSOR ODONTOLOGICO ISENTA DE OLEO TENSÃO 220V DESLOCAMENTO TEORIC 12PCM 340L/MIM PRESSÃO DE OPERAÇÃO MÁXIMA 120LBF/POL 8.3 BAR MÍNIMA 80LBF/POL - 5 BAR UNIDADE COMPRESSORA NÚMERO DE ESTÁGIOS 1 NÚMERO DE PISTÕES 2X2-V POTÊNCIA DO MOTOR	un	1,0000	R\$ 4.100,0000	R\$ 4.100,00
Valor Total: R\$ 4.100,00					
JURUENA, 19 de dezembro de 2023					
		MANOEL GONTIJO DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL			

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 170/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2023.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/ MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 185/2023, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 75 Inc.

II da Lei 14.133/2021, realiza a Dispensa de Licitação nº 170/2023, Processo Administrativo nº 197/2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE USO HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 60 (SESENTA) DIAS.

Fornecedor:

HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MEDICO- HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 13.994.852/0001-93

VALOR DO FORNECEDOR: R\$ 15.429,24 (quinze mil quatrocentos e vinte nove e vinte quatro centavos)

Juruena – MT, 19 de Dezembro de 2023.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 036/2021

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Instituto Social De Saúde São Lucas

OBJETO: “Contrato De Gestão Que Visa o Gerenciamento Técnico e Administrativo, Operacionalização e Execução Das Atividades e Serviços De Saúde a Serem Desenvolvidas No Hospital Municipal De Juscimeira”

VALOR: R\$ 189.273,60

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Instituto Social De Saúde São Lucas – CNPJ: 96.295.654/0001-69

PORTARIA Nº 406/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre a retificação da Portaria nº. 374, de 21 de novembro de 2.023, e dá outras providências, bem como revoga a Portaria nº. 404, de 18 de dezembro de 2.023”

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços essenciais prestados por este ente municipal;

CONSIDERANDO a continuidade da prestação de serviços médico-hospitalar;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa;

CONSIDERANDO os trâmites inerentes ao processo administrativo, por advento da Lei Municipal nº. 1.483, de 23 de novembro de 2.023;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração dos membros da comissão e a melhor técnica legislativa.

Resolve:

Art. 1º. Altera a redação do Art. 2º, da Portaria nº. 374/2023, que passará a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 2º. Ficam designados para compor a comissão os servidores Daihane Xavier Marques – Matrícula nº. 2942-1 (na condição de **Presidente**), Natiele Caroline Baglioni da Silva – Matrícula nº. 3050-1 (na condição de **Secretária**) e Raimundo Carlos Correa – Matrícula nº. 341-1 (na condição de **Membro**).”.

Art. 2º. Altera a redação do Art. 3º, da Portaria nº. 374/2023, que passará a vigorar com o seguinte teor:

“Art.3º. Fica fixado o prazo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a conclusão dos trabalhos objetos da comissão, contados a partir da data de publicação desta Portaria”.

Art. 3º. Inclui o parágrafo único, no artigo 3º, da Portaria nº. 374/2023, com o seguinte teor:

“Parágrafo único. A contagem do prazo previsto no *caput* terá início a partir da publicação desta Portaria e ficará suspenso na eventualidade de decretação de recesso administrativo no âmbito do Município, pelo período em que perdurar.”

Art. 4º. Revoga o artigo 4º, da Portaria nº. 374/2023.

Art. 5º. Fica revogada *in totum* a Portaria nº. 404/2023.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Juscimeira-MT, de 19 de dezembro de 2.023.

Moisés dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

PORTARIA Nº 232/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 232/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Prorroga por tempo determinado a Portaria nº 213/2023, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

CONSIDERANDO que a servidora já não possui mais Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família para serem tiradas. Baseado nos direitos da pessoa com Deficiência Física, fica concedido a licença com remuneração para que possa acompanhar sua filha no tratamento.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar por tempo determinado a Portaria nº 213/2023, que concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora **IONICE CANDIDA DE SOUZA SILVA**, pelo período de 01/12/2023 a 30/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia primeiro de dezembro de 2023. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 233/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

“Altera a Portaria nº 255/2023, que concede Licença-Maternidade a Servidora **Renata Ventura**, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, Art. 72, inciso III e, Art. 88 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006, e Lei Municipal 682 de 19 de novembro de 2020.

Considerando que houve um erro de digitação do número da Portaria, corrigimos através desta.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

RENATA VENTURA, FISIOTERAPEUTA, Lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) dias a contar de 27/11/2023 a 24/05/2024, conforme consta em Atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 234/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

“Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMبارI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

Considerando que o servidor já possui um atestado em andamento, conceda-se o restante dos dias que não há duplicidade de data, conforme atestado médico.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

EUCLIDES ARAGAO PRIMCKA, MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, Nível “08”, Classe “C”, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 71 (SETENTA E UM) dias, do dia 18/12/2023 a 26/02/2024, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos no dia onze de julho de 2023. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, em cumprimento à **RATIFICAÇÃO** procedida pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, faz publicar o extrato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº13/2023, que objetiva a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO**

DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR MATHEUZINHO SUCESSINHO, A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMبارI D'OESTE/MT”. Favorecida: SUCESSINHO PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.193.065/0001-76, com sede na Avenida Deputado Jamel Cecilion, nº 2690, Quadra B-6, Lote 16/17, Edifício Tokyo, Sala 2112, Bairro JD Goiás, CEP 74.810-100, Goiânia/GO. Valor da Contratação: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SE-CEL. Fundamento Legal: Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DECRETO N.º 127/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

DECRETO N.º 127/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Regulamenta o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133/2021 para dispor sobre o Plano de Contratações Anual – PCA no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Lambari D'Oeste

O Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 6º, incisos I, II, IX e XI e artigo 62, VI, IX e XXV da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 12, *caput* e inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e, ainda:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual - PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Lambari D'Oeste/MT.

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - autoridade competente - agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizados no âmbito do órgão ou da entidade, ou, ainda, por encaminhar os processos de contratação para a Central de Compras da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - requisitante - agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

III - área técnica - agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

V - plano de contratações anual - documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

VI - setor de contratações - unidade responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações, no âmbito de cada órgão que integra o Poder Executivo Municipal; e

VII – Central de Compras – unidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, responsável pelo processamento final dos pedidos de compras, licitações e contratações.

§1º. Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III do *caput*.

§2º. A definição dos requisitantes e das áreas técnicas não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

Art. 3º. O Plano de Contratações Anual – PCA será elaborado e coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, observados as diretrizes estabelecidas na legislação vigente e aplicável à matéria.

Art. 4º. A Secretaria de Administração e Planejamento, deverá garantir os meios necessários para a capacitação continuada dos servidores das áreas meio e finalísticas, quanto aos aspectos de planejamento, elaboração, aplicação e execução do Plano de Contratações Anual – PCA.

CAPÍTULO II

DO FUNDAMENTO

Art. 5º. A elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA pelos órgãos e pelas entidades, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, tem como objetivos:

I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;

III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV - evitar o fracionamento de despesas; e

V - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

CAPÍTULO III

DA ELABORAÇÃO

Art. 6º. Até a primeira quinzena de maio de cada exercício, os órgãos e as entidades elaborarão os seus Planos de Contratações Anual Prévio - PCAP, os quais conterão todas as contratações e fornecimentos que pretendem realizar no exercício subsequente, incluídas:

I - as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - as contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou de doação, oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o País seja parte;

III - as contratações de fornecimento de bens e serviços contínuos; e

IV - as contratações programadas para atender o Plano de Governo, metas orçamentárias, investimentos programados e manutenções de funcionamento.

§1º. Os órgãos e as entidades com Fundo Municipal e personalidade jurídica próprias, poderão elaborar seu Plano de Contratações Anual – PCA separadamente, preservada sua coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, e, sempre que possível, sua consolidação em documento único para os objetos de mesma natureza, com o intuito de resguardar a economia em escalas nos processos de geração de despesa.

§ 2º. O período de que trata o *caput* compreenderá a elaboração, a consolidação e a aprovação do plano de contratações anual pelos órgãos e pelas entidades.

Art. 7º. Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual – PCA:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

II - as contratações realizadas por meio de concessão de suprimento de fundos, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964, ou a legislação que vier a regulamentá-la ou substituí-la;

III - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do *caput* do art. 75 da Lei nº 14.133/2021; e

IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Na hipótese de classificação parcial das informações de que trata o inciso I do *caput*, as partes não classificadas como sigilosas serão contempladas no Plano de Contratações Anual - PCA.

Art. 8º. Para elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA, o requisitante preencherá formulário próprio, direcionando à Central de Compras por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, contendo minimamente as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações da Secretaria de Administração e Planejamento;

V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e

VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no *caput*, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o Catálogo de Obras e Materiais e Serviços; a Classificação de Bens de Uso Comum e Luxo; os critérios dos Serviços em Geral com base no melhor preço; os critérios para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia; as diretrizes para as Contratações Sustentáveis e o estímulo, sempre que possível, para a Produção Nacional.

Art. 9º. O documento de formalização de demanda poderá, se houver necessidade, ser remetido pelo requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.

Art. 10. As informações de que trata o art. 8º serão enviadas para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, até a primeira quinzena de maio de cada ano, buscando a consolidação do Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício seguinte.

Art. 11. Encerrado o prazo previsto no art. 10, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio de sua Central de Compras, consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes e adotará as medidas necessárias para:

I - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - Adequar e consolidar o Plano de Contratações Anual - PCA, observado o disposto no art. 5º; e

III - elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§1º. O prazo para tramitação do processo de contratação ao setor de contratações constará do calendário de que trata o inciso III do *caput*.

§2º. O processo de contratação de que trata o § 1º será acompanhado de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Anteprojeto e/ou Projeto Básico, considerado o tempo necessário para realizar o procedimento ante a disponibilidade da força de trabalho na instrução do processo.

§3º. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, concluirá a consolidação do Plano de Contratações Anual até a primeira quinzena de junho do ano de sua elaboração e o encaminhará para aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal e posterior publicação eletrônica no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP do Governo Federal, em atendimento ao disposto nos artigos 12, §1º e 174, §2º, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CAPÍTULO IV

DA APROVAÇÃO

Art. 12. Até a primeira quinzena de julho do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas, por meio de Decreto Municipal.

§1º. A autoridade competente poderá reprovar itens do Plano de Contratações Anual – PCA ou devolvê-lo a Central de Compras, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes ou técnicas, observado o prazo previsto no *caput*.

Art. 13. A aprovação do Plano de Contratações Anual - PCA que contenham as demandas dos órgãos ou entidades com Fundo e personalidade jurídica própria ou descentralizadas, deverá estar acompanhado da aprovação conjunta das respectivas autoridades gestoras.

CAPÍTULO V

DA PUBLICAÇÃO

Art. 14. O Plano de Contratações Anual – PCA dos órgãos e das entidades será disponibilizado automaticamente no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste e no Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal.

Parágrafo único. A publicação de que trata o *caput*, deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o ato de aprovação do Plano de Contratações Anual - PCA.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO

Art. 15. Durante o ano de sua elaboração, o Plano de Contratações Anual – PCA poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento até 20 de dezembro, especialmente para adequações à legislação orçamentária aplicável ao exercício financeiro subsequente, oportunidade em que as alterações passarão por nova aprovação até 31 de dezembro.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, a versão alterada ou revisada do Plano de Contratações Anual – PCA, será enviada para os meios de publicidade eletrônica no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até 10 (dez) dias úteis após o ato de aprovação.

Art. 16. Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser alterado a qualquer momento, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente, devendo suas novas versões serem aprovadas e disponibilizadas no Site Oficial da Prefeitura Municipal

de Lambari D'Oeste/MT e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até 10 (dez) dias úteis após o ato de aprovação.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO

Art. 17. A Central de Compras verificará se as demandas encaminhadas constam do Plano de Contratações Anual – PCA anteriormente à sua execução.

Parágrafo único. As demandas que não constarem do Plano de Contratações Anual - PCA ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observado o disposto no art. 16.

Art. 18. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual – PCA serão utilizadas para dimensionamento do planejamento e comprometimento da execução orçamentária e limites fiscais, podendo ser suspensas ou sobrestadas por verificação da frustração da receita, nos termos dos artigos 1º, §1º e artigo 9º da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19. Os órgãos ou entidades demandantes, deverão informar à Central de Compras, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, quanto a desistência de contratação de qualquer item constante do Plano de Contratações Anual – PCA, indicando os seus motivos e eventuais riscos dessa medida.

§1º. O relatório de gestão de riscos pelos órgãos ou entidades demandantes, especialmente quanto as condições de execução e cumprimento do Plano de Contratações Anual – PCA, terá frequência mínima bimestral e sua apresentação à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deverá ocorrer nos meses de março, maio, julho, setembro e novembro de cada ano.

§2º. O relatório de que trata o § 1º será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para adoção das medidas de correção pertinentes.

§3º. Ao final do ano de vigência do plano de contratações anual, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos de sua não consecução, e, se permanecerem necessárias, serão incorporadas ao plano de contratações referente ao ano subsequente.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A Central de Compras vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, poderá, desde que devidamente justificado, dispensar a aplicação do disposto neste Decreto ao que for incompatível com a sua forma de atuação, observados os princípios gerais de licitação e a legislação pertinente.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio da sua autoridade máxima titular, poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 235/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARÍ D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidora: OZIMEIRE PEREIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 05/07/2020 a 05/07/2021

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SILVANA PEREIRA DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 29/03/2022 a 29/03/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SOELI LIMA DA SILVA

Órgão/Unidade: SEMPAS

Período aquisitivo: 01/02/2021 a 01/02/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2023, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR MATHEUZINHO SUCESSINHO, A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE/MT.”**

Favorecida: SUCESSINHO PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.193.065/0001-76, com sede na Avenida Deputado Jamel Cecilion, nº 2690, Quadra B-6, Lote 16/17, Edifício Tokyo, Sala 2112, Bairro JD Goiás, CEP 74.810-100, Goiânia/GO.

Valor Global da Contratação: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL

Lambari D'Oeste – MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através do Presidente da CPL, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a **“INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023”**, cujo objeto consiste na **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA RAFA & JUNIOR, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE/MT”**, foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa ROTEIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.655.248/0001-91, com sede na Rua Sidrolândia, nº 206, Bairro Monte Castelo, CEP 79.011-240, Campo Grande/MS. **Valor da Contratação:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, em cumprimento à **RATIFICAÇÃO** procedida pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, faz publicar o extrato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2023, que objetiva a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA ERRE SOM, A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 30 E 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE/MT”**. Favorecida: RONALDO SOARES DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 30.372.904/0001-09, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 13, Bairro Doutor Fabio Leite, CEP 78.052-120, Cuiabá/MT. **Valor Unitário:** R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). **Valor Global da Contratação:** R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL. **Fundamento Legal:** Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2023, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM DUPLA FABRICIO & FERNANDO, A SER REALIZADO NO DIA 30/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE/MT”**.

Favorecida: ROBERTO APARECIDO GOMES DE SOUSA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.410.158/0001-06, com sede na Avenida das Palmeiras, nº 20, Casa 39, Condomínio Rio Manso, Bairro Jardim Imperial, CEP 78.075.902. Cuiabá/MT.

Valor da Contratação: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL

Lambari D'Oeste – MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2023

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através do Presidente da CPL, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a “**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 13/2023**”, cujo objeto consiste na “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR MATHEUZINHO SUCESSINHO, A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT**”, foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa SUCESSINHO PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.193.065/0001-76, com sede na Avenida Deputado Jamel Cecilion, nº 2690, Quadra B-6, Lote 16/17, Edifício Tokyo, Sala 2112, Bairro JD Goiás, CEP 74.810-100, Goiânia/GO. **Valor da contratação:** R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, em cumprimento à **RATIFICAÇÃO** procedida pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, faz publicar o extrato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº17/2023, que objetiva a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM DUPLA FABRICIO & FERNANDO, A SER REALIZADO NO DIA 30/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT**”. Favorecida: ROBERTO APARECIDO GOMES DE SOUSA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.410.158/0001-06, com sede na Avenida das Palmeiras, nº 20, Casa 39, Condomínio Rio Manso, Bairro Jardim Imperial, CEP 78.075.902. Cuiabá/MT. **Valor da Contratação:** R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL. **Fundamento Legal:** Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, em cumprimento à **RATIFICAÇÃO** procedida pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, faz publicar o ex-

trato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº16/2023, que objetiva a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA RAFA & JUNIOR, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT**”. Favorecida: ROTELIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.655.248/0001-91, com sede na Rua Sidrolândia, nº 206, Bairro Monte Castelo, CEP 79.011-240, Campo Grande/MS. **Valor da Contratação:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL. **Fundamento Legal:** Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023, vem **RATIFICAR** a declaração de inexigibilidade de licitação para a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA RAFA & JUNIOR, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT**”.

Favorecida: ROTELIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.655.248/0001-91, com sede na Rua Sidrolândia, nº 206, Bairro Monte Castelo, CEP 79.011-240, Campo Grande/MS.

Valor da Contratação: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2023

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através do Presidente da CPL, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a “**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 15/2023**”, cujo objeto consiste na “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM O CANTOR THIAGUINHO DO ESQUENTA, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT**”, foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.367.271/0001-29, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 1130, Centro, Cáceres/MT, CEP 78.210-130. **Valor da Contratação:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, em cumprimento à **RATIFICAÇÃO** procedida pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, faz publicar o extrato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº15/2023, que objetiva a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM O CANTOR THIAGUINHO DO ESQUENTA, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT”**. Favorecida: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.367.271/0001-29, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 1130, Centro, Cáceres/MT, CEP 78.210-130. **Valor da Contratação:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL. **Fundamento Legal:** Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2023**

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através do Presidente da CPL, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a **“INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2023”**, cujo objeto consiste na **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA ERRE SOM, A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 30 E 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT”**, foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa RONALDO SOARES DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 30.372.904/0001-09, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 13, Bairro Doutor Fabio Leite, CEP 78.052-120, Cuiabá/MT. **Valor Unitário:** R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). **Valor Global da Contratação:** R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2023, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM O CANTOR THIAGUINHO DO ESQUENTA, A SER REALIZADO NO DIA 29/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT”**.

Favorecida: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.367.271/0001-29, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 1130, Centro, Cáceres/MT, CEP 78.210-130.

Valor da Contratação: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL

Lambari D'Oeste – MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2023, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA ERRE SOM, A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 30 E 31/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT”**.

Favorecida: RONALDO SOARES DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 30.372.904/0001-09, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 13, Bairro Doutor Fabio Leite, CEP 78.052-120, Cuiabá/MT.

Valor Unitário: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Valor Global da Contratação: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Fonte de Recurso: Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL

Lambari D'Oeste – MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2023**

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através do Presidente da CPL, em uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a **“INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2023”**, cujo objeto consiste na **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM DUPLA FABRICIO & FERNANDO, A SER REALIZADO NO DIA 30/12/2023, NO 3º CIRCUITO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT”**, foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi em favor da empresa ROBERTO APARECIDO GOMES DE SOUSA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.410.158/0001-06, com sede na Avenida das Palmeiras, nº 20, Casa 39, Condomínio Rio Manso, Bairro Jardim Imperial, CEP 78.075.902. Cuiabá/MT. **Valor da Contratação:** R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **Fonte de Recurso:** Convênio Estadual nº: 1878/2023/SECEL.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 230/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**PORTARIA Nº 230/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: CLEILTON TIAGO DE QUEIROZ

Órgão/Unidade: SEMPAS

Período aquisitivo: 11/03/2022 a 11/03/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: DIRCE DE OLIVEIRA ARAUJO MARTINS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2022 a 01/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: DONIZETE GONÇALVES MENDES

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 24/24/2021 a 23/04/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: EDILEUZA ANDRADE AMARAL

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2022 a 01/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ELAINE RAMOS DA CRUZ

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2022 a 01/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ELIZEU FERREIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 05/12/2022 a 04/12/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: EMERSON GONÇALVES MENDES

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 05/07/2022 a 05/07/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 21/01/2024

Dias: 20 (vinte)

Abono Pecuniário: 10 (dez)

Servidora: FATIMA GONÇALVES CARDOSO FARIAS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 04/01/2023 a 03/01/2024

Período de gozo: 04/01/2024 a 02/02/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: IRENE VITTORAZZI DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/01/2023 a 03/01/2024

Período de gozo: 03/01/2024 a 01/02/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: JOSEFA MATIAS PORANGABA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2022 a 02/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARCIA VICENSSOTI

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2023 a 01/01/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARILUCI FERREIRA FRANÇA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/03/2021 a 11/03/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 04/07/2020 a 03/07/2021

Período de gozo: 01/01/2024 a 30/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARIA LINDINALVA DE ASSIS RIBEIRO

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 22/01/2021 a 22/01/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARIA ROSÁRIA SOARES

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/04/2022 a 10/04/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ROSILENE ANASTACIO DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2023 a 02/01/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SOLAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/11/2021 a 02/11/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SUZIANE FELIPE DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 01/02/2022 a 31/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: VALDEMIR FERREIRA BARBOSA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2023 a 01/01/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024**Dias: 30 (trinta)****Servidora: VALDENY ALVES DOS REIS****Órgão/Unidade: SMS****Período aquisitivo: 15/06/2021 a 15/06/2022****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidora: VALERIA TARGA DUTRA****Órgão/Unidade: SMS****Período aquisitivo: 03/07/2022 a 02/07/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidora: ZENILDA VICENTE BELCHIOR****Órgão/Unidade: SMS****Período aquisitivo: 07/03/2022 a 06/03/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)**

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE**MARCELO VIEIRA VITORAZZI****Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 231/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023****PORTARIA Nº 231/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais que se encontram lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: ALINE SAVOINE**Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: BENEDITO LAUDELINO DA SILVA SENABIO****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: CELMA DA SILVA GOMES****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 09/03/2023 a 08/03/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: CICERO JOSÉ DOS SANTOS****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 17/03/2021 À 16/03/2022****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: CLAUDENICE DA SILVA CANDIDO****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 17/03/2022 a 16/03/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: CLEIBER TOMAZ DE SENE****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 24/04/2022 a 23/04/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: CLEUDINEIA MEDEIROS DOS SANTOS****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: DARLENE RODRIGUES PERES DE OLIVEIRA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2022 a 18/02/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: DEUSIANE JOCELE ARTIAGA DA SILVA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 25/02/2023 a 24/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: EDINEIA BENTO GONÇALVES****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2022 a 18/02/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: ELDA VASNI TAVARES CAMARA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: ELENIR DE PAULA OLIVEIRA**

Órgão/Unidade: SMEC**Período aquisitivo: 06/08/2022 a 05/08/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: ELIAS DA SILVA ANDRADE****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: ELOISE CRISTINE OLIVEIRA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: EMERSON ORTEGA BARBOSA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 14/04/2020 a 14/04/2021****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: FATIMA PEREIRA MATOS BARBOSA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 26/03/2022 a 25/03/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: FERNANDES GIL DOS SANTOS****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 08/04/2022 a 07/04/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: FRANCISCO DE JESUS BUENO****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 01/10/2020 a 30/09/2021****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: GEISIANE DE MOURA VETTORAZZI****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: GILMAR ALVES DE PAULA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 01/10/2023 a 30/09/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: GILMAR DOS SANTOS****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 01/03/2022 a 28/02/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: GISELE CARVALHO ALVES DA SILVA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2021 a 18/02/2022****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: JAQUELINE ASSIS DE PAULA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 À 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: JOSÉ RUBENS CORTEZ****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 03/08/2021 a 02/08/2022****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: JOSUE FERREIRA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 05/10/2022 a 04/10/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: KAREN VANESSA LEAL ARAGÃO RODRIGUES CHUINA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 02/02/2023 a 01/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: KELLY CRISTINE MARIANO DA SILVA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: KESIA PAULA SANTOS COSTA DA SILVA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 15/10/2022 a 14/10/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: LADISLAU GARCIA GOMES****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 03/03/2023 a 02/03/2024****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: LEILIANE SILVA DE SOUZA****Órgão/Unidade: SMEC****Período aquisitivo: 01/08/2022 a 31/07/2023****Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024****Dias: 30 (trinta)****Servidor: LIDIA DE SOUZA GODINHO DA SILVA****Órgão/Unidade: SMEC**

Período aquisitivo: 01/09/2022 a 31/08/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUCIENE GIL DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 01/09/2023 a 31/08/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUIZ CARLOS GONÇALVES DA CRUZ

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 04/07/2022 a 03/07/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUIZ ELIAS GONCALVES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 03/03/2023 a 02/03/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUZIA TARGA DUTRA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 08/05/2022 a 07/05/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA APARECIDA NOVAES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 15/07/2022 a 14/07/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA CLAUDIA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA DA CONCEICAO DA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)]

Servidor: MARIA ROSA VENANCIO SIQUEIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 18/07/2021 a 17/07/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARLI VENANCIO DA SILVA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MEIRE DE SOUZA CAMPOS

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 25/02/2023 a 24/02/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: NAIR VITOR MODESTO

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 09/09/2022 a 08/09/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: NELITON DA SILVA MOTA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 05/07/2021 a 04/07/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ROBERTO FIDELIS DE OLIVEIRA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 02/02/2022 a 01/02/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ROSANGELA TARGA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 17/01/2022 a 16/01/2023

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: SANDRA DE SOUZA MENEZES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 19/02/2023 a 18/02/2024

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Servidor: SIMONE GARCIA MOREIRA

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 01/09/2021 a 31/08/2022

Período de gozo: 02/01/2024 a 31/01/2024

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 128/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

DECRETO N.º 128/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Regulamenta as regras de transição para a Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT

O Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 6º, incisos I, II, IX e XI e artigo 62, VI, IX e XXV da Lei Orgânica do Município de Lambari D'Oeste/MT, e tendo em vista a necessidade de regulamentação dos parâmetros de transição para a Lei Federal n.º 14.133/2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto Municipal, em face do disposto no art. 191 da Lei n.º 14.133, de 2021, regulamenta, no âmbito do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT, o regime de transição das Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Lei Federal n.º 12.462/2023, para obrigatoriedade de aplicação integral das disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 2º Permanece regida pela Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Lei Federal n.º 12.462/2011, conforme o caso:

I - a licitação na modalidade concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão (presencial ou eletrônico) que, em 30 de dezembro de 2023, esteja formalmente autorizada pela autoridade superior ou competente;

II - a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação que, até 30 de dezembro de 2023, não tiver sido deflagrada com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, e que já tenha o aviso ou ato de autorização e/ou ratificação de contratação publicado na imprensa oficial ou divulgado no site oficial do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT;

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto Municipal, considera-se formalmente autorizada a licitação em que os procedimentos da fase interna já atendam, em 30 de dezembro de 2023, o disposto no caput art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/1993, e cujo planejamento específico tenha se dado com fundamento nas disposições das leis revogadas.

Art. 3º. Aplica-se ao credenciamento, no que couber, o disposto no art. 2º deste Decreto Municipal.

Art. 4º O edital da licitação ou de chamamento público ou o aviso de contratação direta deverá informar expressamente a opção da Administração.

Art. 5º A ata de registro de preços assinada até 30 de dezembro de 2023 ou que, após esta data, tenha por origem licitação autorizada na forma do art. 2º deste Decreto Municipal, será regida pelas mesmas leis que regeram o procedimento de licitação.

Parágrafo único. Rege-se ainda, pelas mesmas leis, o contrato derivado da ata de registro de preços formalizada nos termos do caput deste artigo, inclusive os seus aditamentos necessários.

Art. 6º. O procedimento de licitação autorizado na forma do art. 2º deste Decreto Municipal deve ter seu edital publicado em até 120 (cento e vinte) dias a contar de 30 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. A não publicação do edital no prazo de que trata o caput obrigará a Administração a adotar, no caso, a Lei Federal n.º 14.133/2021, inclusive devendo refazer o planejamento da contratação sob os fundamentos desta Lei.

Art. 7º O contrato assinado até 30 de dezembro de 2023 (instrumento de contrato, nota de empenho e outros substitutivos legais), ou que tenha origem em qualquer procedimento formalizado conforme o art. 2º deste Decreto Municipal, continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada, extensíveis, as mesmas regras, aos seus aditamentos, conforme preconiza o parágrafo único do art. 191 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Parágrafo único. Não se aplica as regras do caput deste artigo ao contrato cujo processo de licitação ou o procedimento de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade que lhe deu origem já tenha sido formalizado sob a regência da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 8º No que couber e conforme o caso, aplica-se às hipóteses previstas em normas regulamentares de qualquer espécie (Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, etc), não revogadas tácita ou expressamente e que façam referência à Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002, as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 9º. É vedada a aplicação combinada da Lei Federal n.º 14.133/2021, com a Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Lei Federal n.º 12.462/2011.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo impede a realização do planejamento parcial ou total da fase interna com fundamento nas normas revogadas e o prosseguimento da etapa externa com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo ser considerado para tal, o marco limite estabelecido no art. 2º deste Decreto Municipal.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos por Portaria da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 010/2023

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público o RESULTADO do Credenciamento nº 010/2023, **que tem como objeto Credenciamento de empresa para prestar serviços médicos de especialidades conforme as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Marcelândia/MT.**Neste ato foi credenciada a empresa:

EMPRESA	Itens de nº	Quantidade Plantões	VLR. TOTAL
CMO – CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA CNPJ Nº 42.480.390/0001-94	11	400	R\$ 60.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 60.000,00

Marcelândia/MT, 19 Dezembro de 2023.

Gisele Aparecida da Silva Pires

Presidente da CPL

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de criação manutenção e hospedagem da carta de serviços da Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT Dispensa de licitação de nº 05/2022.

CONTRATADA: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA ASSINATURA: 18/12/2023

**CÂMARA/SECRETARIA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023**

A Câmara Municipal de Marcelândia/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 001/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de Licenças de uso de software, visando atender a demanda da Câmara Municipal de Marcelândia/MT para atender as necessidades da Câmara Municipal de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora a empresa: **Ágili Software Brasil LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.804.377/0001-97, vencedora do lote nº 01, com o valor total de **R\$72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais)**.

Marcelândia/MT, 19 de dezembro de 2023.

Paulo José Maciel Nogueira

Pregoeiro Oficial

**CÂMARA/SECRETARIA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023**

A Câmara Municipal de Marcelândia/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 002/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para futura contratação de empresa para licença de uso, reformulação, desenvolvimento, modernização, reformulação, implantação, capacitação, hospedagem e manutenção preventiva, corretiva e adaptativa de website, carta de serviços ao usuário – lei 13.460/2017, ouvidoria on-line com geração de protocolos e estatísticas gráficas, software para as transmissões ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões e licitações com acessos ilimitados, adequações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados nos serviços na internet, contas de e-mails institucionais para até 50 (cinquenta) contas, com até 05 (cinco) gigabytes de espaço cada para a câmara municipal de Marcelândia-MT, visando atender a demanda da Câmara Municipal de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora a empresa: **MPX Brasil Soluções Web Eireli**, inscrita no CNPJ nº 14.728.004/0001-03, vencedora do lote nº 01, com o valor total de **R\$98.775,00 (noventa e oito mil e setecentos e setenta e cinco reais)**.

Marcelândia/MT, 19 de dezembro de 2023.

Paulo José Maciel Nogueira

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 232/
2023**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: “DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 40.000 KM RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DA AMBULANCIA SPRINTER PLACA-SCD0B56 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”, de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva Dispensa de Licitação 071/2023.

CONTRATADA: RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.

Valor/Global: O preço global para aquisições ora contratados, será de **R\$ 3.384,83 (Três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**.

Assinatura: 09/12/2023.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 1426 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REGULAMENTAR E ALIENAR LOTES URBANOS LOCALIZADOS NA RUA 1 DO SETOR INDUSTRIAL 2ª ETAPA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito do Município de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanctiono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO, a necessidade de organização territorial nos aspectos de urbanização, registro de unidades imobiliárias e entrega de infraestrutura urbana;

CONSIDERANDO, a competência do Município, nos termos do art. 30 da Constituição Federal nos assuntos relacionados ao ordenamento territorial e ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO, as disposições da Lei Nacional nº 13.465 de 11 de julho de 2017, que Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, regulamentada pelo Decreto Nacional nº 9.310, de 15 de março de 2018 e alterado pelo Decreto Nacional nº 9.597, de 4 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO, a necessidade de estabelecer as normas e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana – REURB;

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar o disposto nos artigos 11, VI e VII, 15, I e XI, 23 e 33 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que confere ao ente administrativo a prerrogativa de definir os parâmetros para o cálculo do justo valor para aquisição, por particular, da unidade imobiliária de sua titularidade objeto de regularização fundiária.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar e alienar áreas públicas (lotes urbanos), especificamente com relação a RUA 1 DO SETOR INDUSTRIAL – 2ª Etapa com vistas a proceder à titulação e regularização das ocupações habitacionais nessa região.

§1º. A 2ª ETAPA do Setor Industrial compreende a paralela da BR – 163 a Avenida B Oeste até o bairro Bom jardim, conforme anexo.

§2º. A autorização a que alude o caput, somente se aplica às áreas passíveis de individuação e parcelamento do solo, nos moldes definidos e aprovados pela Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá, atendidas as exigências da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e legislações municipais correlatas.

Art. 2º. A alienação e titulação das áreas serão realizadas em conformidade com o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social indicando os ocupantes de lotes nas áreas em foco, cuja identificação foi registrada e cadastrada pelo Poder Executivo Municipal e aprovada pela Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá.

Art. 3º. Os ocupantes da área regularizada devem apresentar a seguinte documentação a Assistência Social:

I – Cópia de documentos pessoais com foto;

II – Certidão de nascimento;

III – Certidão de casamento;

IV – Comprovantes de renda;

V – Declaração de bens;

VI – Comprovante de residência;

VII – Contrato que comprove a posse do imóvel;

VIII – Demais documentos requeridos pela assistência social, caso necessário;

IV – Indicação de testemunhas para comprovar suas alegações, caso necessário.

§1º. Caso o ocupante não apresente elementos para fins de comprovação do alegado, ou haja indícios que esteja omitindo informações, a classificação será feita de acordo com os elementos apurados pela Assistência Social.

§2º. Caso seja comprovada a omissão de informações para classificação do ocupante o Poder Executivo de imediato retomará a área sendo destinada a posse do Poder público Municipal.

Art. 4º. O valor da alienação será definido pela metragem dos lotes, que será identificada por meio de medição e identificação de cada lote, obedecendo ainda, aos limites de ocupação e preservação das áreas identificadas como de preservação ambiental.

Art. 5º. Os pagamentos dos imóveis dispostos na presente Lei deverão ser feitos diretamente ao Executivo Municipal, com o seguinte parcelamento:

I – de até 24 (vinte e quatro) vezes, sem juros e sem desconto no pagamento à vista para o QUALIFICADO (art. 6º II, c). Exceto o qualificado que não possuir outros imóveis.

II – de até 48 (quarenta e oito) vezes, sem juros para o restante dos níveis de classificação.

§2º. Todos os ocupantes classificados nesta Lei, exceto o classificado como qualificado, terão direito ao desconto de 10% no pagamento a vista.

§3º. As áreas aqui enfocadas serão devidamente individualizadas e registradas no cadastro imobiliário municipal, para os fins de incidência tributária e de controle das construções e edificações, nos moldes do que estabelece a legislação municipal.

§4º. As condições de pagamento ficarão expressamente consignadas na titulação do direito real aos ocupantes, de forma que as transmissões serão SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA expressa, sendo que em caso de não pagamento é facultado ao município utilizar de todos os meios legais para realizar a cobrança dos valores em atraso, inclusive encaminhando para protesto, ou optar pela retomada da posse do imóvel, independentemente de qualquer indenização por quaisquer benfeitorias realizadas após a titulação.

§5º. A forma de execução dos pagamentos, de desocupação das áreas de preservação, de alocação dos beneficiários nas novas áreas regularizadas, de expedição dos documentos concernentes ao negócio jurídico e sua escrituração registral bem como, as demais questões de natureza operacional da medida aqui definida, serão tratadas e regulamentadas por meio de decreto.

Art. 6º. O valor de alienação dos imóveis acima de 1.000m² (mil metros quadrados) objeto da regularização fundiária a que versa esta Lei, serão escalonados de acordo com a classificação socioeconômica do ocupante, estratificados em REURB de Interesse Social e REURB de Interesse Específico, assim definidos:

I – Ocupantes classificados em **REURB S - de Interesse Social** – consiste em população de baixa renda, ocupantes cuja renda familiar não ultrapasse 05 (cinco) salários mínimos nacionais assim declaradas pela Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá, seguindo os seguintes critérios de classificação:

a) MORADIA E PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR – que tem como atividade principal a subsistência na área, com o valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por m²; **b) MORADIA** – não tendo como atividade principal a subsistência na área, com o valor de R\$ 1,00 (um real) por m².

II – Ocupantes classificados em **REURB E - de Interesse Específico** – consiste em população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo, assim declaradas pela Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá, seguindo os seguintes critérios de classificação:

a) MORADIA E PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR – sendo comprovada atividade rural na área, com o valor de R\$ 1,00 (um real) por m²; **b) MORADIA** – quando não houver nenhum tipo de atividade rural e apenas utiliza-

do para moradia, com o valor R\$ 2,00 (dois reais) por m²; **c) QUALIFICADO** – quando se enquadrarem nos subitens abaixo, com R\$ 5,00 (cinco reais) por m², sendo acrescido R\$ 5,00 (cinco reais) por cada item em que se enquadrem: **c.1.** Tenha adquirido, construído ou comercializado sobre área irregular após a vigência do Decreto Municipal nº 3.497, de 01 de março de 2021, sendo que este item incidirá e acrescentará R\$ 5,00 (cinco reais) a cada imóvel; **c.2.** Seja proprietário ou possuidor de outro imóvel (lote), sendo que este item incidirá e acrescentará R\$ 5,00 (cinco reais) a cada imóvel; **c.3.** Já tenha sido beneficiado em outros programas de regularização ou habitação, sendo que este item incidirá e acrescentará R\$ 5,00 (cinco reais) a cada imóvel; **c.4.** Seja possuidor de casa alugada ou cedida dentro do setor a ser regularizado, sendo que este item incidirá e acrescentará R\$ 5,00 (cinco reais) a cada imóvel; **c.5.** Renda familiar acima de 5 (cinco) salários mínimos, sendo que este item incidirá e acrescentará R\$ 5,00 (cinco reais) a cada 05 (cinco) salário mínimo, salvo na hipótese da alínea **a** e **b**. **c.6.** Não residir no município.

Art. 7º. As áreas regularizadas pela presente Lei, só poderão serem desmembradas com área mínima de 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados) e testada de 30,00 m (trinta metros), sempre com prévia autorização do Poder Executivo Municipal de acordo com as leis vigentes.

Art. 8º. Fica expressamente proibida edificação de habitação multifamiliar na área de regularização fundiária a que se trata a presente Lei, sob pena retomada do imóvel regularizado conforme disposto na cláusula resolutiva do título definitivo de propriedade.

Art. 9º. O Poder Executivo Municipal poderá realizar a retomada do imóvel regularizado, nos casos em que ocorrer:

I. Construção sem previa autorização Municipal;

II. Desmembramento do imóvel sem previa autorização Municipal;

III. Construção de edificação de habitação multifamiliar;

IV. Não conservação da Área de Preservação Permanente - APP determinada no Título Definitivo de Propriedade.

Parágrafo Único. Caso o proprietário do imóvel regularizado infrinja o disposto nos incisos do art. 8º sofrerá as sanções determinadas na legislação Municipal Vigente.

Art. 10º. O valor de alienação dos imóveis abaixo de 1.000m² (mil metros quadrados) objeto da regularização fundiária a que versa esta lei, serão escalonados de acordo com a classificação socioeconômica e patrimonial do ocupante, estratificados em 03 (três) faixas habitacionais, definidas pela Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá, como sendo:

I – Classe 01;

II – Classe 02;

III – Classe 03.

Para fins desta Lei serão classificados como:

§ 1º. Classe 01 – famílias com renda familiar até 05 salários-mínimos – **R\$ 22,59 (vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos)** o metro quadrado do imóvel, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da base de cálculo de R\$ 45,19 (quarenta e cinco reais e dezenove centavos);

§ 2º. Classe 02 – renda familiar entre 06 e 07 salários-mínimos ou ser possuidor de 01 imóvel além do regularizado na Reurb – **R\$ 33,89 (trinta e três reais e oitenta e nove centavos)** o metro quadrado do imóvel, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da base de cálculo de R\$ 45,19 (quarenta e cinco reais e dezenove centavos); e

§ 3º. Classe 03 – renda familiar acima de 07 (sete) salários-mínimos ou ser possuidor de 02 (dois) ou mais imóveis além do regularizado – **R\$ 45,19 (quarenta e cinco reais e dezenove centavos)** o metro quadrado dos imóveis, correspondente a 100% (cem por cento) da base de cálculo e ainda seguindo o disposto no art. 6º, II, c.

Art. 11º. Na hipótese de algum lote localizado dentro da RUA 1 DO SETOR INDUSTRIAL – 2ª Etapa não ser regularizado em favor do ocupante por desídia deste, passado um ano, poderá o município acrescentar o percentual de 50% no valor de alienação dos imóveis objeto da regularização fundiária já fixados nesta Lei, bem como, retomar a posse e dar outra destinação.

Art. 12º. Os ocupantes de lotes que tenham necessidade de remanejamento em razão de problemas ambientais ou urbanísticos poderão ser realocados conforme legislação vigente.

Art. 13º. Os valores a serem arrecadados com a regras dispostas nesta Lei se destinam aos custos de elaboração do projeto de regularização fundiária, as compensações urbanísticas e ambientais e aos investimentos em infraestrutura que forem necessários no setor e adjacências, nos termos do artigo 33 da Lei 13.465/2017.

Art. 14º. Todos os imóveis objeto de regularização deverão se submeter as normas e critérios impostos pela municipalidade, especialmente quanto os quesitos referentes a normas urbanísticas, jurídicas, tributárias e ambientais bem como, quanto ao uso, unificação, subdivisão, construções, entre outras definições impostas no município, independente de ocupante se negar a regularizar sua posse.

Art. 15º. Será publicado edital contendo a relação dos ocupantes, informações da situação dos imóveis e classificação dos mesmos para custeio das despesas do projeto e demais investimentos necessários a RUA 1 DO SETOR INDUSTRIAL – 2ª Etapa.

Art. 16º. Os ocupantes de lotes que não se enquadrarem na presente lei serão submetidos às decisões da Comissão de Regularização Fundiária da Comarca de Matupá no que couber.

Art. 17º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá – MT

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 1425, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“INSTITUI NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ A SEMANA DA JUVENTUDE, A SER REALIZADA, ANUALMENTE, A PARTIR DO DIA 12 DE AGOSTO.”

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito do Município de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições leais;

FAÇO SABER, *que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanção a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica instituída, no município de Matupá, a Semana Municipal da Juventude com o objetivo de debater e dar visibilidade a temas de interesse dos jovens.

Parágrafo Único. A Semana Municipal da Juventude será realizada, anualmente, a partir do dia 12 de agosto, passando a integrar o calendário de eventos do município e da Câmara Municipal de Matupá – MT.

Art. 2º. São objetivos da Semana Municipal da Juventude:

I. divulgar informações sobre os direitos dos jovens e o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013);

II. promover a conscientização da juventude sobre o seu papel cidadão e sobre a sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

III. promover a formação dos jovens nas dimensões social, política e cultural;

IV. informar os jovens sobre problemas de saúde causados pelo uso de drogas, álcool e cigarro;

V. divulgar informações sobre doenças sexualmente transmissíveis;

VI. implementar o “Prêmio de Inovação em Políticas para a Juventude Municipal” para fomentar a elaboração de políticas públicas efetivas.

Parágrafo Único. Outros objetivos poderão ser fixados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Os estabelecimentos da forma e do conteúdo da Semana Municipal da Juventude ficarão a critério dos órgãos municipais competentes e será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal poderá constituir parcerias com a iniciativa privada para desenvolver em conjunto as ações e os serviços correspondentes à Semana Municipal da Juventude.

Art. 4º. A sociedade será envolvida com a participação de igrejas, associações, entidades filantrópicas e principalmente do próprio segmento jovem durante a Semana Municipal da Juventude.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

BRUNO SANTOS MENA Prefeito de Matupá – MT

**PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/
2023**

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ – PREVI-MUNI, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.717.851/0001-48, com sede na Rua Dois, nº 1.203, Bairro ZC1-001, Cep: 78.525-000, na Cidade de Matupá/MT

CONTRATADO: I F CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.541.510/0001-20, com sede na Avenida José Monteiro de Figueiredo, nº 212, sala 401, Bairro Duque de Caxias, Cuiabá/MT, CEP: 78.043-300.

OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada para realização da reavaliação atuarial com data focal de 31 de dezembro de 2023 para o ano calendário de 2024, abrangendo a execução do cálculo atuarial, relatório de análise crítica da base de dados, nota explicativa atuarial, estudo de viabilidade orçamentária e financeira, palestra convencional de exposição dos resultados.

VIGÊNCIA: 180 dias.

VALOR: R\$ 13.850,29 (Treze mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos).

Matupá MT 19 de dezembro de 2023

**PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2023**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE 10 (DEZ) CASAS PADRÃO POPULAR EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante: J. M. S. CONS-

TRUTORA EIRELI COM VALOR TOTAL DE R\$ 1.033.744,00. Matupá – MT, 19 de dezembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da CPL

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 4848 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.**

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE EXPEDIENTE NOS DIAS 26 DE DEZEMBRO DE 2023 E 02 DE JANEIRO DE 2024 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM DECORRÊNCIA DAS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica designado o expediente no dia **26 de dezembro (terça-feira) das 13h às 17h e no dia 02 de janeiro de 2024 (terça-feira) como ponto facultativo** nos órgãos da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo Único. Os serviços públicos essenciais terão suas escalas definidas, objetivando o atendimento ao público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se,

Publique-se,

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - MT

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 1427, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

"AUTORIZA A EMPRESA COMERCIAL CARAPA DE SECOS E MOLHADOS LTDA., A REALIZAR READEQUAÇÃO NA RUA 07 I1, RUA 03 I1 E RUA 08 I1, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito do Município de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanctiono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a empresa COMERCIAL CARAPA DE SECOS E MOLHADOS LTDA. (Machadão Atacadista), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 03.790.904/0004-07, situada na Avenida Vitor Fidelis Donine, nº. 802, Bairro ZC1-004, Município de Matupá/MT, Cep: 78.78525-000, a realizar readequação as suas expensas na Rua 07 I1, Rua 03 I1 e Rua 08 I1, conforme planta de situação e localização anexo II, da seguinte forma:

§ 1º. Realizar a supressão da Rua 08 I1.

§ 2º. Realizar o aumento da extensão da Rua 03 I1 até a Avenida Sebastiao Alves Junior.

I. Fica autorizada a empresa Carapa de Secos e Molhados LTDA. a realizar a mudança de lugar da Rua 03 I1, a sentido nordeste da localização atual, sendo que atualmente o início desta rua se localiza na coordenada 10°9'53,50" S / 54°56'9,72" e fim 10°9'54,83" S / 54°56'7,10" O, e posteriormente passará a se localizar nas coordenadas 10°9'52,42" S / 54°56'9,32"O e 10°9'54,88"S / 54°56'3,08"O.

§3º. Readequar a quadra 07 para que aproximadamente 16.986,02 m² da quadra 08 passe a pertencer a quadra 07.

§ 4º. Realizar o aumento da extensão da Rua 07 I1 até a Avenida B.

§ 5º. Realizar o projeto junto a Energisa com a aprovação do mesmo e posterior execução do deslocamento da rede de alta e baixa tensão da área a ser reurbanizada.

Art. 2º. Ficará a encargo da empresa Comercial Carapa de Secos e Molhados LTDA., realizar as suas expensas e ao final doará ao Município de Matupá/MT, o projeto básico e executivo de engenharia, seja ele elétrico, hidráulico, sanitário entre outros que venham ser necessários para realização da reurbanização e readequação das vias mencionados no artigo anterior.

I. O projeto de que trata o *caput* deste artigo abrangerá a Rua 07 I1 iniciando-se da Rua 04 I1 até a Rua 06 I1 findando-se até a Rua 02 I1.

Art. 3º. Ficará a encargo da empresa Comercial Carapa de Secos e Molhados LTDA., todas as despesas para a execução das obras mencionadas no Art. 1º, não podendo reivindicar agora e/ou no futuro indenização, reembolso o outro ressarcimento a qualquer título.

§ 1º. As despesas para execução de que se trata o Art. 1º. abrangerá terraplanagem, pavimentação asfáltica, meio-fio, drenagem, rede de água e esgoto, calçamento, bueiros, iluminação pública, sinalização, alvarás, licenças ambientais e qualquer outro que venha ser necessário para o fiel cumprimento da readequação na Rua 03 I1 e Rua 08 I1.

§ 2º. O desembolso de que se trata o *caput* será doado ao Município de Matupá/MT, o qual incorporará ao seu patrimônio.

§ 3º. A empresa Comercial Carapa de Secos e Molhados LTDA., deverá observar as leis ambientais, federal, estadual e municipal, em especial o código de postura e obras do Município de Matupá/MT.

I. Fica a empresa Comercial Carapa de Secos e Molhados LTDA., obrigada antes do início das obras, encaminhar o projeto de engenharia ao Poder Executivo para aprovação deste, que iniciará a execução somente após autorização formal.

Art. 4º. Fazem parte desta lei os Anexos I e II.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

ANEXO I

MAPA ATUAL

ANEXO II

MAPA PROPOSTO

**PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 057/2023**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 04 de janeiro de 2024 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA PISCINA SEMIOLÍMPICA LOCALIZADA NO CENTRO AQUÁTICO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 0144/2023, que está disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 19 de dezembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTINUA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, onde se contratou a Empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., INSCRITA NO CNPJ 03.467.321/0001-99 com um valor total estimado de R\$ 753.167,00. O processo tem Fundamentos Legais nos Art. 25, Inciso I e Art. 24, Inciso XXII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 18 de dezembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Decreto Legislativo Nº 5/2023 de 19 de dezembro de 2023

CONCEDE LICENÇA PARA GOZO DE FÉRIAS, AO EXMO. SR. HÉCTOR ALVAREZ BEZERRA, PREFEITO MUNICIPAL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS 02 DE JANEIRO A 22 DE JANEIRO DE 2024.

Fransuelo Ferrai dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, de acordo com o inciso II do artigo 80, do Regimento Interno desta Casa de Leis; FAZ SABER, Que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal, APROVOU e eu PROMULGO o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art 1º Fica concedido licença para gozo de férias, ao Exmo. Sr. Héctor Alvarez Bezerra.

Art 2º A licença de que trata o Artigo anterior compreenderá do dia 02 de janeiro a 22 de janeiro de 2024.

Art 3º Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, em 18 de dezembro de 2023.

Fransuelo Ferrai dos Santos
PRESIDENTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 904 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO FISCAL SUPLENTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 091/2023, NOMEADO PELA PORTARIA 845/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ROSILENE MENANDES DA SILVA**, CPF nº 626.XXX.XXX-XX, matrícula 5529, como fiscal suplente para atuar nos impedimentos do fiscal titular do Contrato Administrativo 091/2023, em substituição a Servidora **MORGANIA RODRIGUES OLIVERA**.

Art. 2º - Permanece inalterada demais composição da Portaria 845/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI Nº 1.899 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2023, a seguinte Lei:

Suplementação (+)228.472,71

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

1052 10.301.0028.2198.0000 ATENCAO BASICA A SAUDE 148.872,71

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 12711

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

990 04.122.0002.2045.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO 79.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 12500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL

Art.2º. O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

819 04.122.0002.2005.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -60.132,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 2711

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

947 25.752.0017.2047.0000 ENERGIA ELETRICA -79.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 2500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

821 04.123.0023.2052.0000 ADMINISTRAÇÃO CONTABEL, TRIBUTARIA E FINANCEIRA -59.272,59

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 2711

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

833 04.122.0002.2052.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO
-29.468,12

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 2711

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110 000 GERAL

-228.472,71

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.776/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DA ATRIBUIÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR EDITAL Nº
046/2023 DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA
DESIGNAÇÃO DE DIRETORES**

RESULTADO DA ATRIBUIÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

EDITAL Nº 046/2023 do Processo de Gestão Democrática para Designação de Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Mirassol d'Oeste-MT para o Biênio 2024/2025.

ORD.	NOME	UNIDADE ESCOLAR
1	MARIA ROSA CATARUCCI FRANCISCO	PRÉ ESCOLA COMECINHO VIDA
2	ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS	CEI FRANCISCO CRUZ
3	ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	ESCOLA MUNICIPAL INEDI FONTES CASTILHO QUEIROZ
4	THÁIS CRISTINA GUERRA SILVA	DESISTIU DA VAGA
5	MIRIAM DA SILVA FARIA	CEI CHAPEUZINHO VERMELHO
6	LUCIO MOREIRA NUNES	C.E.M. VER. EDSON ATHIER ALMEIDA TAMDARÉ
7	VERA LÚCIA DE CARVALHO SILVA	CEI PEQUENO POLEGAR

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Gestão Democrática para designação de Diretores das Unidades Escolares da Rede Pú-

blica Municipal de Ensino do Município de Mirassol d'Oeste-MT, no exercício de suas atribuições legais, e no dever de fazer cumprir o Anexo I – Cronograma do Processo de Gestão Democrática para designação de Servidor à função de Diretor, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, a **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ATRIBUIÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR pelos candidatos aprovados** conforme ordem de classificação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mirassol d'Oeste-MT, 19 de Dezembro de 2023

PAULA M. S. PÁDUA**Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Gestão Democrática para seleção de diretores****PMSP/pmsp**

**CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
LEI ORDINÁRIA Nº 1900/2023**

Lei Ordinária Nº 1900/2023**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ÁREAS DE UTILIDADE PÚBLICA DO BAIRRO JARDIM RIVIERA DE MIRASSOL D'OESTE-MT.**

Fransuelo Ferrai dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2023, a seguinte Lei:

Art. 1º As áreas de utilidade do Bairro Jardim Riviera do município de Mirassol D'Oeste-MT, abaixo relacionadas ficam denominadas com a seguinte redação:

- Área de utilidade pública 04 passa a denominar-se: Praça Pastor Cido e Talita.

- Área de utilidade pública 05 passa a denominar-se: Praça Yohanan e Gabriela de Paula .

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2023.

*Assinado eletronicamente***Fransuelo Ferrai dos Santos - REP**

Vereador

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL
PREFEITURA DE MIRASSOL d'OESTE-MT
ANO 2024 Á 2025

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	SECRETARIA DEMANDANTE	PRIORIDADE (Baixa Média ou Alta)	VINCULADO OU NÃO VINCULADO	MÊS PREVISTO PARA O CERTAME OU CONTRATAÇÃO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO (menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance se for leilão ou maior retorno econômico, etc.).	MODALIDADE DE LICITAÇÃO, (pregão, concorrência, concurso, leilão ou diálogo competitivo) OU PROCESSO ADMINISTRATIVO. (dispensa inexigibilidade, credenciamento, etc.).	CONTRATO - ADITIVO, EMPENHO OU SRP	OBSERVAÇÃO
Contratação de Empresa Especializada para Capacitação e treinamento	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Janeiro á Dezembro		Inexigibilidade	Contrato/Empenho	
Aquisição de Materiais Permanentes, mobiliários em geral.	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Complementos Alimentares e Fraldas	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Janeiro e Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contrato de Rateio Consórcio Intermunicipal 01 de Saúde e PAICI	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro			Contrato de Rateio	
Aquisição de Venenos, adubos e sementes.	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculador	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA.
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lbwdocs.com.br:2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Troféus, medalhas para Premiações Esportivas.	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contrato de Rateio CISO/MT profissionais Caps.	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro			Contrato de Rateio	
Aquisição de Matérias de Informática	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Oficineiros CAPS	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro	Preço fixo	Chamamento Público	Contrato	
Contrato de Rateio Consórcio Intermunicipal I de saúde Ressonância Magnética	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro			Contrato de Rateio	
Contrato de Rateio Consórcio Intermunicipal I de saúde para aquisição de Serviços médicos, demanda reprimida.	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro			Contrato de Rateio	
Contrato de Rateio CISO/MT profissionais - fila zero	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Janeiro			Contrato de Rateio	
Contratação de Serviços de Topografia, Ensaio de Solo, Sondagem e Estudos Geotécnicos.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa de Engenharia Especializada na Prestação de Consultoria, Fiscalização de Contratos e Fiscalização de Obras, em diversas áreas.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA.
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Materiais Pedagógicos	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preço (SRP)	
Aquisição de Materiais Permanentes Pedagógicos	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preço (SRP)	
Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preço (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Serviços Bens Patrimoniais com app - Software	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculante	Janeiro	Menor Preço Global	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preço (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Elaboração de Projeto Elétrico e sua Execução na Escola Benedito Cesário da Cruz	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Janeiro	Menor Preço	Dispensa	Contrato	
Construção de Nova Guarita	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	
Serviços de locação de equipamentos do tipo videomonitoramento com manutenção preventiva e corretiva'	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato/Aditivo	
Fornecimento de link dedicado internet para Margarida Alves	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato-Aditivo	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Rateio para fornecimento de marmiteix para os pacientes que realizam hemodiálise em Cáceres	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Fevereiro			Contrato-Aditivo	
Contratação de Serviços de Engenharia para pequenos reparos, Serviços divisória, qualquer tipo de forro, aplicação de gesso, aquisição vidros, cortinas persiana e as instalações e afins.	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Link de Internet para Rua 05 Bairro Cidade Tamandaré	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Construção de cozinha no Paço Municipal	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	
Contratação de Empresa para fornecimento de Energia	Todas as Secretarias	Alta	Vinculado	Fevereiro	Gasto Estimado	Inexigibilidade	Contrato - Aditivo	
Contratação de Empresa para Gestão de Frotas (combustível e manutenção)	Gestão de Frotas	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Maior Desconto	Pregão Eletrônico	Aditivo	
Contrato de Empresa para fornecimento de Água	Todas as Secretarias	Alta	Vinculado	Fevereiro	Gasto Estimado	Inexigibilidade	Contrato - Aditivo	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lovdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Serviços Telefonia fixa	Todas as Secretarias	Média	Vinculado	Fevereiro	Gasto Estimado	Inexigibilidade	Contrato/Aditivo	
Aquisição de materiais para oficina	Secretaria de Desenvolvimento Social	Alta	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Profissional de Engenharia Elétrica para elaboração de Projetos de reforma da rede elétrica do CRAS e do CCI	Secretaria de Desenvolvimento Social	Alta	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Aquisição de materiais elétricos para manutenção corretiva	Todas as Secretarias	Alta	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Brindes e lembrancinhas	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Serviços Jurídicos em Consultoria e Assessoria.	Gabinete do Prefeito	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Dispensa	Contrato	
Locação de Máquinas e Implementos Agrícolas de Grande e Médio Porte	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação De Empresa Para Execução Imprimação De Base De Pavimentação Com Emulsão C-M30 E Construção De Pavimento Com Tratamento Superficial Duplo Com Banho Diluído E Capa Selante	Secretaria de Infraestrutura	ALTA	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Concorrência	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de motores elétricos e motobombas com fornecimento de peças	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Presencial	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Credenciamento de Pessoas Jurídicas para fins de prestação de pequenos serviços de Pintura (Pintor), Alvenaria (Pedreiro), Manutenção de telhado (Telhadista), Carpintaria (Carpinteiro), Montagem de móveis(Marceneiro/Montador de Móveis), Aplicação de revestimentos (Azulejista), Jardinagem (Jardineiro), Roçada (Roçador), Varrição de calçadas, pátios, praças, ruas e afins (Varredor), Instalação e Manutenção Elétrica Predial (Eletricista); Manutenção de instalações hidráulicas e sanitárias (Encanador), Manutenção de aparelhos de refrigeração e climatização (Técnico de refrigeração) e Metalúrgico soldador (Soldador).	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Preço fixo	Credenciamento	Contrato	
Contratação de empresa para manutenção e fornecimento de internet para Câmeras de vídeo do programa Vigia Mais	Secretaria de Administração	Alta	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Contratação de empresa para instalação de Câmeras de Vídeo do programa VIGIA MAIS	Secretaria de Administração	Alta	Não Vinculador	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Motores Elétricos e motobombas'	Secretaria de Infraestrutura	Baixa	Não vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.ltdadocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de SHOW - MIRAFOLIA	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Dependente	Fevereiro	Conteúdo artístico	Inexigibilidade	Contratação	
Aquisição de Materiais Esportivos	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Material para instalação das Câmeras de vídeo do programa Vigia Mais	Secretaria de Administração	Alta	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Aquisição de firewall para o CPD	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Fevereiro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) / Contrato	
Aquisição de Insumos e Materiais hospitalares para Unidades de Saúde, Odontológico, Fisioterapia, Laboratório e Vigilância.	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Março e Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Leiloeiro Oficial	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Março	Maior Desconto	Pregão Eletrônico	Contrato	
Aquisição de Caminhão Equipado com Caçamba Basculante	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Aquisição de 01 veículo com carroceria	Secretaria de Desenvolvimento Social	Médio	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.loveidocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Chamamento Público para credenciamento de empresas interessadas na utilização dos espaços da Rodoviária.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Março	Pontuação	Chamamento Pública	Contrato	
Chamamento Público para credenciamento de empresas interessadas na concessão dos Cemitérios municipais.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Março	Pontuação	Chamamento Público	Contrato	
Chamamento Público para seleção de empresas do ramo da construção civil para o desenvolvimento e a produção de empreendimento(s) habitacional (is) em área(s) pública(s) de propriedade do município, na forma da legislação federal incidente no Programa Minha Casa, Minha Vida, ou outro que o venha a substituir, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, executados dentro de o Programa SER Família Habitação – Modalidade Entrada Facilitada, instituído pela Lei Estadual nº 11.587/2021 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 371/2023.	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não Vinculado	Março	Pontuação	Chamamento Público	Contrato	
Aquisição de Gêneros Alimentícios, utensílios e materiais de limpeza.	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada para atender Projeto AMM - PORTAL DA CIDADE	Secretaria de Infraestrutura	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de serviços em Dedetização, Descupinização, desratização e afins.	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Matérias de Construção	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Consultoria na Área da Saúde	Secretaria de Saúde	Média	Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato/Aditivo	
Fornecimento de Oxigênio Medicinal	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato-Aditivo	
Chamamento Público contratação de oficinheiros para serviços socioassistenciais	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Março	Menor Preço	Credenciamento	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Artefatos e Concreto e Material Betuminoso	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de equipamentos para oficina, borracharia e lavador.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Iluminação em Campos de Futebol	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Reforma dos Banheiros no Ginásio José Amauri de Brito	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa para reforma prédio da contabilidade e tesouraria	Secretaria de Fazenda	Alta	Não vinculado	Março	Maior Desconto	Concorrência Eletrônica	Contratação	
Contratação de empresa para aplicação de Micro Revestimento	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Março	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Auditoria, Consultoria para Recuperação de Créditos Tributários e ITR.	Secretaria de Fazenda	Média	Não Vinculado	Março	Maior Desconto	Concorrência Eletrônica	Contratação	
Leilão de Lotes, sucatas, maquinários e veículos.	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Abril	Maior Lance	Leilão	Alienação	
Serviços de locação de equipamento de monitoramento e segurança eletrônica na vigilância sanitária e caps.	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato/Aditivo	
Contratação de Empresa Especializada na confecção de letreiros, banners, placas e cartazes bem como pintura de fachada dos Prédios Públicos Municipais.	Secretaria de Infraestrutura	Baixa	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Fornecimento de Internet Roseli Nunes e Santa Helena	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato-Aditivo	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Materiais Elétricos e ferramentas	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Materiais Hidráulicos	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa de Engenharia para reforma e ampliação do barracão da oficina e almoxarifado	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Aquisição de Madeiras para construção e reforma de pontes	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Medicamentos para distribuição gratuita	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Abril e Setembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Manutenção de eletrodoméstico e de gás encanado	Secretaria de Educação	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos Advocáticos Tributários para realizar Auditoria, Assessoria e Consultoria visando levantamento técnico jurídico legal para recuperação de receitas do imposto sobre serviço de qualquer natureza ISSQN.	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Abril		Pregão Presencial Nº 03/2020	Aditivo	
Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar e produtores rurais	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Março/Abril	Preço fixo	Chamamento Público	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de controle de acesso para servidores ao paço municipal por controle de biométrica, com serviços de alvenaria, corrimão, portão câmeras de monitoramento e equipamentos inclusos.	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contratação	
Aquisição de Climatizadores para atender a Feira Municipal	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	Média	Não Vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva para o sistema tag de acesso veicular ao paço municipal.	Secretaria de Administração	Média	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contratação	
Contratação de Empresa Especializada para reforma na Escola Benedito Cesário da Cruz (BCC).	Secretaria de Educação	Alta	Não Vinculado	Abril	Menor Preço	Concorrência	Contratação	
Aquisição itens de higiene para montagem de kits para gestantes	Secretaria de Saúde	Média	Não Vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Reforma para atender O CLUBE BANDEIRANTE	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não Vinculado	Maio	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	
Contratação de Empresa Especializada em Buffet para 31º Encontro da Mulher Rural	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada para Iluminação nos Campos Agnaldo de Freitas e Vereador Edson At. Tamandaré	Gerência de Esporte, Cultura e Lazer.	Média	Não Vinculado	Maio	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de Empresa Especializada em decoração para 31º Encontro da Mulher Rural	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aluguel de Salão de eventos para a realização do 31º Encontro da Mulher Rural	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Inexigibilidade	Contrato/Empenho	
Contratação de Show artístico para 31º Encontro da Mulher Rural	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Maio	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contrato/Empenho	
Aquisição de materiais e equipamentos para iluminação Pública	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada na Locação de Máquinas e Caminhões inclusive articulados	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Maio	Maior Desconto	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de empresa para realização de Reforma do Barracão no Assentamento Roseli Nunes	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica de alta e baixa tensão	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Show para Evento 14 de Maio.	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Maio	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contratação	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.loveidocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de Show para Evento Feirart.	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Maio	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contratação	
Aquisição de Veículo para Gerência de Esporte	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Maio	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada em Consultoria em caráter suplementar, na execução orçamentária.	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Maio		Adesão a ARP nº07/2023	Aditivo	
Contratação de empresa para construção de Casas populares em Área Rural	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Aquisição de Serviços de Consultoria e Assessoria na Área Tributária.	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Maio		Pregão Eletrônico Nº 17/2021	Aditivo	
Aquisição de produtos, locação e serviços de eventos.	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Materiais de Expediente	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Serviços de licenciamento de software gestão de saúde	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Junho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato/Aditivo	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA.
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Locação de Imóvel para funcionamento da UBS Jardim das Flores	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Junho		Inexigibilidade	Contrato/Aditivo	
Aquisição de Veículo de passeio 04 portas, ar condicionado, direção e vidro elétrico.	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	Média	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Hospedagens dentro do Município.	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa de Engenharia para Pavimentação Asfáltica e Drenagem	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Junho	Maior Desconto	Concorrência Eletrônica	Contratação	
Contratação de Empresa Especializada para Reforma do Prédio da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve-HSG	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Junho	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Locação de Barracas/Praça de Alimentação	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Junho	Menor Preço	Chamamento Público (Credenciamento)	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Locação de imóvel para funcionamento da Coordenadoria de Contabilidade e Tesouraria	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Junho		Inexigibilidade	Aditivo	
Contratação de Empresa Especializada para Construção de Arquibancada e Vestiário no Campo Sintético (Ditão).	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Julho	Menor Preço Global	Concorrência	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de Show Gospel para Evento da Família	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Julho	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contratação	
Aquisição de Marmiteix e Self Service	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Julho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Show Artístico Local ou Nacional para festival do Folclore	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Agosto	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contrato	
Contratação de Empresa para Construção de UBS-Interlagos	Secretaria de Saúde	Média	Vinculado	Agosto	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Aquisição de Serviços de Manutenção e Instalação de Ar Condicionado	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Julho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa para Gestão de Frotas (combustível e manutenção)	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Julho			Aditivo/encerramento	
Aquisição de servidor com licença Windows Server 2019 ou superior e licenças para 100 usuários call	Secretaria de Administração	Média	Não vinculado	Julho	Menor Preço	Pregão eletrônico	Contrato	
Aquisição de brinquedos para doação no Dia das Crianças e Natal	Secretaria de Desenvolvimento Social	Média	Não vinculado	Julho	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Borracha Sintética para Campo Society (Ditão)	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Agosto	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Serviço de fornecimento de link dedicado de internet toda Zona Urbana e Sonho Azul	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Agosto	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato-Aditivo	
Contratação de Empresa para Reforma da Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Média	Vinculado	Agosto	Menor Preço	Concorrência	Contrato	
Aquisição de Materiais para Sinalização Viária	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Agosto	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Máquinas, equipamentos de grande porte, caminhões e outros veículos.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Agosto	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Seguro para veículos	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Agosto		Pregão Eletrônico nº 32/2023	Aditivo	
Aquisição de Materiais Permanentes hospitalares, Fisioterapia e Laboratório.	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Setembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Serviços na realização de coleta de resíduos hospitalares	Secretaria de Saúde	Média	Vinculado	Setembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Leilão de Sucatas	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Setembro	Maior Lance	Pregão Eletrônico	Alienação	
Aquisição de Materiais de Limpeza Hospitalar	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Uniformes, lençóis e afins.	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Serviços de Manutenção corretiva e preventiva de impressora	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de salgados, bolos e lanches para eventos.	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Tonners, Fotocondutor e afins.	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Serviço de exames laboratoriais	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato	
Contratação de Empresa Especializada em venda de pneus novos, acessórios e insumos para reparos e na prestação de serviços de rolagem e vulcanização pneus.	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de equipamentos/ferramentas portáteis a combustão	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção de equipamentos ferramentas portáteis á combustão com fornecimento de peças	Secretaria de Infraestrutura	Média	Não vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Show para Evento de Aniversário de Mirassol d'Oeste	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Média	Não Vinculado	Outubro	Conteúdo Artístico	Inexigibilidade	Contratação	
Contratação de Empresa para fornecimento de Artigos Natalinos	Gerência de Cultura, Esporte e Lazer.	Alta	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Prestação de Serviços de Inscrição de devedores do Município no cadastro do serviço de proteção ao crédito *SPC	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Outubro		Inexigibilidade	Aditivo	
Contratação de Sinal de Internet (aumento da velocidade de sinal)	Secretaria de Educação	Média	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) Contrato	
Contratação de Serviços de Vídeo monitoramento (novas unidades)	Secretaria de Educação	Média	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) Contrato	
Contratação de Empresa para agenciamento de passagens aéreas e terrestres	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Outubro	Maior desconto	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lovdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Extintores/recargas, placas e afins.	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Outubro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Terceirizados	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Materiais e Serviços Gráficos	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Serviços de Divulgação de Campanhas	Todas as Secretarias	Média	Não Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de água mineral, gás de cozinha e afins.	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Serviço na confecção de próteses dentária	Secretaria de Saúde	Média	Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato	
Serviço de Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares.	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato-Aditivo	
Locação de Imóvel para funcionamento da Farmácia Municipal	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Novembro	Menor Preço	Dispensa de Licitação	Contrato	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Aquisição de Salgados, bolos, pães, lanches e serviço de Buffet.	Todas as Secretarias	Média	Não vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de licença de software antivírus para 100 usuários	Secretaria de Administração						Aditivo	
Aquisição de Materiais de Informática	Todas as Secretarias	Alta	Não Vinculado	Novembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Aquisição de Reagentes para aparelhos de hematologia e analisador bioquímico e aparelho comodato	Secretaria de Saúde	Alta	Não Vinculado	Dezembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP)	
Serviço de hospedagem em casa de apoio (Cáceres e Cuiabá)	Secretaria de Saúde	Média	Não Vinculado	Dezembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Sistema de Registro de Preços (SRP) - Contrato/Aditivo	
Serviço de Gestão Técnica e Administrativa, Operacional Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.	Secretaria de Saúde	Alta	Vinculado	Dezembro			Contrato-Aditivo	
Contratação de Empresa para fornecimento de Internet	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	Alta	Não Vinculado	Dezembro	Menor Preço	Pregão Eletrônico	Contrato	
Licença de uso do Sistema Informatizado - SIAFIC	Secretaria de Fazenda	Alta	Vinculado	Dezembro	Menor Preço (licitação da época)	Pregão Eletrônico	Aditivo	

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassol Oeste. Iowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE
Secretaria de Administração, Planejamento e Coordenação Geral.

Contratação de Sinal de Internet para as Unidades desta Secretaria	Secretaria de Educação	Baixa	Vinculado				Aditivo	
Contratação de Sistema de Gestão Educacional	Secretaria de Educação	Alta	Vinculado				Aditivo	
Contratação de Serviço de Vídeo monitoramento nas Unidades da Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Baixa	Vinculado				Aditivo	

Mirassol D'Oeste, 12 de Dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: HECTOR ALVARES BEZERRA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://mirassoldoeste.lodocdocs.com.br/2053/public/assinaturas/129E65FE>

**MUNICÍPIO DE MIRASSOL D OESTE**

RUA ANTÔNIO TAVARES, Nº 3310 - CENTRO - CNPJ: 03.755.477/0001-75

MIRASSOL D OESTE/MT - CEP 78.280-000

FONE: (65) 3241-5152



CÓDIGO DE ACESSO

129E65F59350483EB2050D20B208D0F7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: HECTOR ALVARES BEZERRA em 15/12/2023 13:18:26

CPF:***.***-.931-01

Unidade certificadora: ICP-BRASIL - AC SERASA RFB V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://mirassoldoeste.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/129E65F59350483EB2050D20B208D0F7>**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 908 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.****DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO DE RATEIO 098/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e,

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a comunicação interna de número 17294/2023, proveniente da Seção de Contratos, datada em 19 de dezembro de 2023, a qual solicita a nomeação do Fiscal Titular e Suplente do Contrato de Rateio nº 098/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **FÁBIO HENRIQUE DA SILVA**, CPF nº 045. XXX.XXX-XX, matrícula 28440, como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato de Rateio nº 098/2023**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL d'OESTE/MT**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CI-SOMT**, inscrito no CNPJ nº 01.XXX.XXX/XXXX-XX. Objeto: O presente termo tem por objeto repasse de recursos financeiros para repassar valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022, Portaria GM/MS n.º 1.135/2023 e Lei Municipal n.º 1.882/2023.

Art. 2º Fica designada como fiscal suplente nos impedimentos do titular, a servidora **DANIELA MARIA DE JESUS MOREIRA**, CPF nº 002.XXX.XXX-XX, matrícula 28419.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato em 11/12/2023.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Pref

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 909 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 096/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e,

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a comunicação interna de número 17293/2023, proveniente da Seção de Contratos, datada em 19 de dezembro de 2023, a qual solicita a nomeação do Fiscal Titular e Suplente do Contrato Administrativo 096/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **GERALDO VIEIRA**, CPF nº 956.XXX.XXX-XX, matrícula 26464, como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato Administrativo 096/2023**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE/MT**, e a Empresa **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.XXX.XXX/XXXX-XX. Objeto: Aquisição de materiais esportivos.

Art. 2º Fica designada como fiscal suplente nos impedimentos do titular, a servidora **ROSILENE MENANDES DA SILVA**, CPF nº 626.XXX.XXX-XX, matrícula 5529.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato em 18/12/2023.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

**COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI Nº 1.901 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2023, a seguinte Lei:

Art.1º. Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$219.553,97 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)R\$ 219.553,97.

02 10 01 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

754 17.512.0040.2136.0000 SERVIÇOS OPERACIONAIS 84.553,97

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 11500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

767 17.512.0041.2171.0000 CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA 70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 11500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

774 17.512.0043.2088.0000 COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS E RECICL 50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 11500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

775 17.512.0043.2169.0000 COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS E RECICL 15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 11500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Art. 2º. O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação:

02 10 01 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

726 04.122.0002.1053.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -2.380,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

729 04.122.0002.2069.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -70.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 10 01 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

731 04.122.0002.2069.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -2.343,73

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

742 04.122.0002.2166.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

749 17.512.0040.2136.0000 SERVIÇOS OPERACIONAIS -85.448,88

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

755 17.512.0040.2139.0000 SERVIÇOS OPERACIONAIS -3.452,36

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

756 17.512.0040.2139.0000 SERVIÇOS OPERACIONAIS -5.874,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

761 17.512.0041.1109.0000 CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA -25.055,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

776 17.512.0043.2169.0000 COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLA -15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1500

1 Recursos do Exercício Corrente

110000 GERAL

-219.553,97

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.776/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE LEI ORDINÁRIA Nº 1898/2023

Lei Ordinária Nº 1898/2023

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA DO BAIRRO RESIDENCIAL ALTO DA BOA VISTA DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

Fransuelo Ferrai dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2023, a seguinte Lei:

Art. 1º A Área de utilidade pública do Bairro Residencial Alto da Boa Vista do município de Mirassol D'Oeste-MT, abaixo relacionada fica denominada com a seguinte redação:

- Área de utilidade Pública 21 passa a denominar-se: PRAÇA ALAUDI DA CRUZ PRATES;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2023.

Assinado eletronicamente

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Presidente

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA PORTARIA Nº 907 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO DE RATEIO 097/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e,

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a comunicação interna de número 17294/2023, proveniente da Seção de Contratos, datada em 19 de dezembro de 2023, a qual solicita a nomeação do Fiscal Titular e Suplente do Contrato de Rateio nº 097/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **FÁBIO HENRIQUE DA SILVA**, CPF nº 045.XXX.XXX-XX, matrícula 28440, como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato de Rateio nº 097/2023**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE/MT**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CISO-SOMT**, inscrito no CNPJ nº 01.XXX.XXX/XXXX-XX. Objeto: O presente termo tem por objeto repasse de recursos financeiros para repassar valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022, Portaria GM/MS nº 1.135/2023 e Lei Municipal nº 1.882/2023.

Art. 2º Fica designada como fiscal suplente nos impedimentos do titular, a servidora **DANIELA MARIA DE JESUS MOREIRA**, CPF nº 002.XXX.XXX-XX, matrícula 28419.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato em 11/12/2023.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 905 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 095/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e,

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a comunicação interna de número 17267/2023, proveniente da Seção de Contratos, datada em 18 de dezembro de 2023, a qual solicita a nomeação do Fiscal Titular e Suplente do Contrato Administrativo 095/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **GERALDO VIEIRA**, CPF nº 956.XXX.XXX-XX, matrícula 26464, como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo 095/2023, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL d'OESTE/MT**, e a Empresa **TITULAR COMÉRCIO MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.XXX.XXX/XXXX-XX, objeto: Aquisição de materiais esportivos

Art. 2º Fica designada como fiscal suplente nos impedimentos do titular, a servidora **ROSILENE MENANDES DA SILVA**, CPF nº 626.XXX.XXX-XX, matrícula 5529.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato em 18/12/2023.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 906 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL TITULAR E SUPLENTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 094/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e,

Considerando a imperatividade de observância das disposições estabelecidas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014;

Considerando a comunicação interna de número 17293/2023, proveniente da Seção de Contratos, datada em 19 de dezembro de 2023, a qual so-

licita a nomeação do Fiscal Titular e Suplente do Contrato Administrativo 094/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **GERALDO VIEIRA**, CPF nº 956.XXX.XXX-XX, matrícula 26464, como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato Administrativo 094/2023**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL d'OESTE/MT**, e a Empresa **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.XXX.XXX/XXXX-XX. Objeto: Aquisição de materiais esportivos.

Art. 2º Fica designada como fiscal suplente nos impedimentos do titular, a servidora **ROSILENE MENANDES DA SILVA**, CPF nº 626.XXX.XXX-XX, matrícula 5529.

Art. 3º Compete o fiscal ora designado as atribuições especificadas no Art. 117 da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal 4.623/2023 e na Instrução Normativa 050/2014, no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato em 18/12/2023.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de dezembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 075/2023 – Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Empresa **VALERIA FERNANDA SANTOS PINHO CARVALHO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.870.562/0001-00. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA LAGOA DE DETENÇÃO DE DRENAGEM.** Valor Global R\$ 18.250,00 (dezoito mil e duzentos e cinquenta reais). **Data:** 28/11/2023. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **VALERIA FERNANDA SANTOS PINHO CARVALHO** contratado.

**CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE EDITAL Nº 29/2023
CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES –
EDITAL Nº.01/2022**

CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE EDITAL Nº 29/2023

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES –
EDITAL Nº.01/2022**

A Prefeitura Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público realizado no dia 16 de outubro de 2022, para comparecer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, no Departamento de Recursos Humanos, Sede da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, para apresentar documentos de habilitação conforme anexo, bem como apresentar atestado de aptidão mental (expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física e o resultado dos seguintes exames necessários para a emissão do exame médico pericial para tomar posse em seu respectivo cargo:

- a) Hemograma Completo;
- b) VDRL;

() Entrada em exercício – () FG: _____

() CD: _____

() Término de gestão ou mandato

() Exoneração, renúncia ou afastamento definitivo.

DECLARO, de acordo com o disposto no artigo 13, parágrafo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, conforme estabelecido na Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993 e Legislação complementar, que:

POSSUO bens e valores, e/ou dívidas e ônus reais, abaixo relacionados até a presente data, discriminando em folhas anexa: () SIM () NÃO

MEU(S) DEPENDENTE(S) POSSUE(M) bens e valores até a presente data:

() SIM () NÃO

TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(no país e/ou exterior)

CÓD.	BENS/DIREITOS	CÓD.	BENS/DIREITOS
01	Prédio residencial	46	Ouro, ativo financeiro
02	Prédio comercial	47	Mercados futuros, de opções e a termo
03	Galpão	49	Outras aplicações e investimentos
11	Apartamento	51	Crédito decorrente de empréstimos
12	Casa	52	Crédito decorrente de alienação
13	Terreno	53	Planos PAIT e caderneta pecúlio
14	Terra nua	54	Poupança p/const. ou aquisição de bem imóvel
15	Sala ou conjunto	59	Outros créditos e poupança vinculados
16	Construção	61	Depósito bancário em conta corrente no país
17	Benfeitorias	62	Depósito bancário em conta corrente no exterior
18	Loja	63	Dinheiro em espécie – moeda nacional
19	Outros bens imóveis	64	Dinheiro em espécie – moeda estrangeira
21	Veículo automotor terrestre: automóvel, moto etc.	69	Outros depósitos a vista e numerário
22	Aeronave	71	Fundo de investimento financeiro – FIF
23	Embarcação	72	Fundo de aplic. quotas de fundos de investimento
24	Bem relacionado com exercício da atividade autônoma	73	Fundo de capitalização
25	Jóias, quadros, objetos de arte, de coleção, etc.	74	Fundo de ações, incluído cart. livre e fundo de invest.
26	Linha telefônica	79	Outros fundos
29	Outros bens móveis	91	Licença e concessão especial
31	Ações (inclusive as provenientes de linha telefônica)	92	Título de clube e assemelhado
32	Quotas ou quinhões de capital	93	Direito de autor, de inventor e patente.
39	Outras participações societárias	94	Direito de larva e assemelhado
41	Caderneta de poupança	95	Consórcio não contemplado
45	Aplicação de renda fixa (CDB, RDB e outros)	99	Outros bens e direitos – outras informações

Código	Discriminação do Bem ou Direito	Valor Venal atualizado

TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(no País e/ou exterior)

Cód.	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS	Cód.	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS
11	Estabelecimento bancário comercial	17	Pessoas físicas
12	Sociedade de crédito, financeiro e investimento	18	Empréstimo contraído no exterior
16	Outras pessoas jurídicas	18	Outras dívidas e ônus reais

Código	Discriminação do Bem ou Direito

Relação de Funções e/ou Cargos de Direção que eventualmente exerça ou tenha exercido, nos dois anos anteriores em Órgão colegiados ou em Empresas ou Instituições Públicas ou Privadas, no Brasil ou no Exterior.

DECLARO, sob as penas da lei, que as informações constantes das 02 (duas) vias que formam parte da presente Declaração são verdadeiras.

Nobres/MT, ____/____/____

Assinatura

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

NOME:**CARGO:****NUMERO RG:****NUMERO CPF:****PERÍCIA MÉDICA (DIAGNÓSTICO)**

Nobres/MT, ____/____/____.

Sec. Mun. Administração e Gestão Ass. Do Médico c/CRM

LEI MUNICIPAL Nº. 1.792/2023**LEI MUNICIPAL Nº. 1.792/2023**

"Dispõe sobre o Código Ambiental do Município de Nobres/MT, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Dispõe sobre o Código Ambiental do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nobres, Sr. Leocir Hanel, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Nobres aprova, pelo que faz sancionar a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de do Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização e licenciamento ambiental do Município de Nobres.

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL****SEÇÃO I****DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS:**

Art. 2º. Esse código regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município de Nobres, integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Art. 3º. A Política Municipal de Proteção Ambiental de Nobres tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o equilíbrio ecológico do meio ambiente, considerado bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade, o dever de promover a sua preservação, proteção, utilização racional, recuperação e conservação para as presentes e futuras gerações.

Art. 4º. A Política Municipal de Proteção Ambiental de Nobres será norteada pelos seguintes princípios:

- I – Multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- II – Participação comunitária na defesa do meio ambiente;
- III – Integração com as demais políticas e ações de governo em níveis nacional, estadual, regional e setorial;
- IV – Promoção do equilíbrio ecológico;
- V – Racionalização do uso dos recursos naturais;
- VI – Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VII – Proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;
- VIII – Educação ambiental a todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade;
- IX – Incentivo à pesquisa e ao estudo científico e tecnológico, direcionados para o uso e a proteção dos recursos ambientais;
- X – Prevalência do interesse público;
- XI – Reparação do dano ambiental.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NOBRES – INTERESSE LOCAL:

Art. 5º. O Município de Nobres, no exercício de sua competência constitucional, artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á as seguintes ações como interesse local e deverá:

- I – Incentivar a adoção de hábitos, costumes, posturas, atividades, ações econômicas, práticas sociais, impor o equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais;
- II – Planejar e desenvolver ações visando a promoção, proteção, conservação, preservação, restauração, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;
- III – Adotar, no processo de planejamento do Município, normas relativas ao desenvolvimento urbano e rural integrado, que levem em conta a proteção ambiental e a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos e minerais, mediante criteriosa definição de uso e ocupação do solo, de acordo com suas potencialidades e condicionantes ecológicas e ambientais;
- IV – Defender e proteger as nascentes da Região de Nobres em acordo, convênio e em consórcio com os demais municípios, tendo em vista o valor ecológico e turístico que poderá representar para a comunidade regional;
- V – Controlar os níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes;
- VI – Criar e dar manutenção aos parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, e demais classificações de unidades de conservação;
- VII – Fiscalizar a flora e da fauna no Município;
- VIII – Garantir níveis crescentes de saúde ambiental da coletividade e dos indivíduos, através de provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

IX – Proteger o patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

X – Incentivar a educação ambiental em todos os níveis, visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

XI – Fazer cumprir leis e normas de segurança no tocante à armazenagem, ao transporte e à manipulação de produtos, materiais e rejeitos perigosos ou tóxicos, incluindo os defensivos agrícolas, seus componentes e afins.

Parágrafo único. As diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em instruções normativas do órgão municipal ambiental, resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e em planos administrativos, destinados a orientar a ação do governo municipal.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

Art. 6º. O Sistema Municipal do Meio Ambiente é composto por órgãos e entidades do Município, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim estruturado:

I – órgão consultivo e deliberativo: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONSEMMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

II – órgão executor: Departamento Ambiental ou outro órgão com a atribuição de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, fiscalizar e executar a Política Municipal do Meio Ambiente e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

III – órgãos auxiliares: todas as secretarias, autarquias, fundações e outros órgãos municipais, nas suas respectivas áreas de atuação, responsáveis pela execução, controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

Parágrafo Único - O CONSEMMA manterá com os órgãos das administrações municipal, estadual e federal, bem como os não governamentais, intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do meio ambiente.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:

Art. 7º. São Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I – O Conselho Municipal de meio Ambiente – CONSEMMA
- II – O Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- III – A educação ambiental;
- IV – O Sistema de Informações Municipais, nos termos da Lei do Plano Diretor;
- V – O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- VI – A celebração de convênios e termos de cooperação técnica;
- VII – A avaliação de impacto ambiental;
- VIII – O licenciamento, a rescisão e a revogação de atividades efetiva e potencialmente poluidoras;
- IX – A fiscalização e aplicação de penalidades;
- X – O Sistema Municipal de Unidades de Conservação;
- XI – A criação e implantação de projetos e programas ambientais;

XII - As auditorias realizadas pelo órgão ambiental municipal ou com a sua autorização expressa;

XIII - cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental;

XIV - o zoneamento ambiental;

XV – Os incentivos à criação ou à absorção de tecnologias voltadas para melhoria de qualidade ambiental.

XVI – a cobrança de taxas de conservação, limpeza e contemplação pela utilização de parques, praças, espaços públicos e de relevante interesse turístico e ambiental;

Art. 8º. As atividades a serem licenciadas pelo município de Nobres obedecerão às normas vigentes legais, ao Termo de Cooperação entre município e Estado de Mato Grosso, Resoluções CONSEMA-MT, e outras.

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

Art. 9º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, recursal e de assessoramento municipal, com a finalidade precípua de contribuir com a implementação da Política Ambiental, desenvolvimento rural e urbano e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, criado pela Lei Municipal nº 1.003 de 04 de agosto de 2006 e suas competências nela firmadas.

SEÇÃO II

DOS CONVÊNIOS:

Art. 10. O Município de Nobres poderá celebrar convênios com órgãos dos governos federal e estadual com vistas ao planejamento, à execução e fiscalização de serviços, na forma da legislação vigente.

§1º. Poderá formalizar apoio e cooperação técnica e institucional com órgãos públicos e privados visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

§2º. Poderá integrar Consórcio Público na forma da legislação vigente visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

SEÇÃO III

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS:

Art. 11. O Município de Nobres, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 12. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo único. Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

Art. 13. O Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, criado pela Lei Municipal n. 1.592/2020, tem por objetivo financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem ao uso racional e sustentado dos recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas ao controle, e a fiscalização, a defesa e a recuperação do meio ambiente, observadas as diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 14. O FMMA será constituído:

I - Dotações orçamentárias próprias do Município;

II - Transferências feitas pelos Governos Federal e Estadual e outras entidades públicas;

III - Recursos financeiros oriundos de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privados, nacionais e internacionais;

IV - Taxas provenientes de multas por infrações às normas ambientais;

V - Taxas provenientes de licenciamento ambiental;

VI - Recolhimentos feitos por pessoa física ou jurídica correspondente ao pagamento de fornecimento de mudas e prestação de serviços de assessoria e treinamento;

VII - Doações e quaisquer outros repasses efetivados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

VIII - Operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos ambientais;

IX - Outros recursos, créditos e rendas que lhes possam ser destinados.

Art. 15. Compete ao órgão municipal ambiental, a aplicação dos recursos provenientes do FMMA, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE:

Art. 16. Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, além das atividades que lhe são atribuídas por lei, implementar os objetivos e instrumentos da política do meio ambiente do Município, fazendo cumprir a presente Lei, devendo:

I - Propor, executar, fiscalizar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Município de Nobres, em consonância com os órgãos federais e estaduais constituídos;

II - Coordenar ações e executar planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental;

III - estabelecer, de acordo com a legislação federal e estadual, as normas de proteção ambiental no tocante às atividades que interfiram ou possam interferir na qualidade do meio ambiente;

IV - Assessorar os órgãos da administração municipal na elaboração e na revisão do planejamento local quanto aos aspectos ambientais, ao controle da poluição, à expansão urbana e à proposta para criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas;

V - Estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual e à contaminação do solo;

VI - Incentivar a realização de estudos e planos de ação de interesse ambiental, através de ações comuns, convênios ou consórcios entre órgãos dos diversos níveis de Governo, participando de sua execução;

VII - fixar limitações administrativas relativas ao meio ambiente;

VIII - participar da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas, do zoneamento e de outras atividades de uso e ocupação do solo, de iniciativa de outros organismos que estejam inseridas no município de Nobres/MT;

IX - Participar da programação de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

X - Exercer a vigilância ambiental e sanitária bem como o poder de fiscalização;

XI – conceder, salvo as ressalvas da Resolução 237/1997 do CONAMA, licenciamento ambiental das atividades utilizador as dos recursos ambien-

tais, efetiva ou potencialmente poluidoras, mediante convênio com os órgãos competentes;

XII - fiscalizar conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, o cumprimento das normas de monitoramento, condições de lançamento e padrões de emissão para resíduos e efluentes de qualquer natureza;

XIII - normatizar, em consonância com os órgãos federais e estaduais, o uso e o manejo de recursos naturais;

XIV - promover medidas adequadas à implementação, preservação e manutenção de arborização urbana, de árvores isoladas e de maciços vegetais significativos;

XV - Administrar as unidades de conservação e outras áreas protegidas do município, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens de interesse ecológico, estabelecendo normas a serem nelas observadas;

XVI - promover a conscientização pública para a proteção do meio ambiente, criando os instrumentos necessários para a educação ambiental como processo permanente;

XVII - estimular a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, à recuperação ou à melhoria da qualidade ambiental;

XVIII - incentivar o desenvolvimento e a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XIX - implantar cadastro e sistemas de informações ambientais do Município;

XX - Garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e aos dados sobre as questões ambientais do Município.

CAPÍTULO IV

DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO:

SEÇÃO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO:

Art. 17. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I - Impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II - Inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 18. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades que, de qualquer modo, possam degradar o meio ambiente.

Parágrafo único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 19. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental competente, seja municipal, estadual ou federal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 20. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I

DA POLUIÇÃO DO SOLO:

Art. 21. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 22. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao Conselho de Classe, inclusive para a atividade de transporte destes resíduos, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

§ 1º. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

§ 2º. Toda e qualquer disposição de resíduo no solo deverá possuir sistema de monitoramento das águas subterrâneas.

Art. 23. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada a destinação final.

Art. 24. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (01) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 25. O tratamento, quando for o caso, o transporte e a disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º. A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não exime de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º. A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 26. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º. Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º. Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

SUBSEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS:

Art. 27. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 28. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâ-

metros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 29. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 30. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotadas de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 31. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 32. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 33. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 34. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas, observados o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 35. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SUBSEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR:

Art. 36. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exautora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o "caput" do artigo.

Art. 37. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 38. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de con-

trole de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 39. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível em período proibitivo ou sem licença dos órgãos competentes.

Art. 40. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 41. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SUBSEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA:

Art. 42. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 43. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 44. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, devendo ser obedecidos os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 45. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º. A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará a cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º. O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamento sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, sendo obrigada à realização de consulta à população da área nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 46. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 47. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 48. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 49. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento às normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 49. As medições deverão ser efetuadas com aparelho medidor de nível de som que atenda às recomendações da ABNT.

SUBSEÇÃO V

DA POLUIÇÃO RURAL:

Art. 50. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente, decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - Contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação ilegal na forma da lei de agrotóxicos;

II - Disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - Disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual, observando as devidas competências e exigindo, quando obrigatório por lei, as licenças ambientais obrigatórias.

Art. 51. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 52. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinquenta) metros das habitações.

Art. 53. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - A limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

II - As práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 54. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

SUBSEÇÃO VI

DO USO DE AGROTÓXICOS:

Art. 55. É vedada a utilização indiscriminada de agrotóxicos, seus componentes e afins de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes.

§ 1º. A comercialização de substâncias agrotóxicas, seus componentes e afins far-se-á mediante receituário agrônomo.

§ 2º. É proibida a aplicação ou pulverização de agrotóxicos, seus componentes e afins:

I - Em toda a zona urbana do Município, salvo quando se tratar de propriedade agrícola inserida no perímetro urbano;

II - Em todas as propriedades localizadas na zona rural, limítrofes ao perímetro das zonas urbanas e em uma faixa não inferior a 90m (noventa metros) de distância em torno deste perímetro;

III - em área situada a uma distância mínima de 90m (noventa metros) adjacente aos mananciais hídricos.

§ 3º. Nas áreas de que trata o inciso I e II do parágrafo anterior será permitida a aplicação de agrotóxicos e biocidas nas lavouras de forma controlada, sob orientação de técnico devidamente habilitado em conselho de classe, com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, desde que:

I - Seja mantida uma distância mínima de segurança estabelecida por esse profissional, nunca inferior a 90m (noventa metros) dos imóveis urbanos residenciais;

II - Em área rural seja mantida uma distância mínima de 90m (noventa metros) de imóvel rural com uso residencial

III - em área rural, a aplicação seja efetuada por aparelhos costais, tratorizados de barra, autopropelidos, aviação agrícola ou outro meio adequado à legislação estadual e federal;

IV - Em área urbana somente será permitida aplicação com uso de aparelhos costais, tratorizados sem uso de barra, com jato manual ou autopropelidos;

V - Sejam utilizados preferencialmente agrotóxicos de baixa toxicidade.

§ 4º. Em todos os casos, as aplicações somente poderão ser feitas de acordo com orientações técnicas.

Art. 56. A aviação agrícola, com fins de controle fitossanitário, será permitida mediante a observação dos seguintes parâmetros e requisitos:

a) aplicação de qualquer substância atóxica será permitida, devendo, porém, ocorrer sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agrônomo, respondendo solidariamente por eventuais danos causados o profissional responsável pela referida ART, a empresa de aplicação, o contratante do serviço e o proprietário da aeronave utilizada para tal fim;

b) é proibida aplicação por aviação, de agrotóxicos de classificação toxicológica I;

c) Agrotóxicos de classificação toxicológica II, III e IV poderão ser aplicados, mediante orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agrônomo e desde que sejam supervisionados por técnico responsável, devendo ainda observar disposto na alínea "d" deste artigo;

d) a aplicação de agrotóxicos de qualquer classificação só poderá ser feita na ausência de ventos e desde que a temperatura seja inferior a 30° C;

e) a responsabilidade residual por quaisquer malefícios oriundos da aplicação de produtos por aviação, será da empresa aplicadora, não excluindo a responsabilidade solidária do contratante, do profissional responsável pela ART, e do proprietário da aeronave utilizada.

Parágrafo único. Para fins de classificação toxicológica a que se refere este artigo, serão considerados os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 4.074 de 04 janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 7.802 de 11 de julho de 1989.

Art. 57. É vedado sob qualquer hipótese o sobrevoio de aeronaves de aviação agrícola por uma distância não inferior a 500 (quinhentos) metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população.

§ 1º. Qualquer pessoa física ou jurídica responsável pela execução de serviços de pulverização agrícola, com o uso de aeronave, fica obrigada, além de sujeita às penalidades previstas nesta Lei, a ressarcir todos os prejuízos causados a terceiros, no caso de pulverizar, por acidente ou intencionalmente, qualquer propriedade alheia ou área de preservação.

§ 2º. O pagamento das indenizações e multas previstas no parágrafo anterior não exime o infrator de eventuais responsabilidades civis e criminais.

Art. 58. É proibida a reutilização de qualquer tipo de vasilhame de agrotóxico, seus componentes e afins, assim como sua disposição final junto aos recursos hídricos.

Art. 59. A limpeza dos equipamentos de aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins deverá ser feita em local apropriado, que deverá possuir sistema de tratamento de águas residuais.

SUBSEÇÃO VII

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS:

Art. 60. Todo aquele que determinar o uso ou utilizar substâncias, produtos, objetos ou resíduos perigosos, deverá tomar precauções para que não apresentem perigo e risco à saúde pública e não afetem o meio ambiente, observadas as instruções técnicas pertinentes.

Parágrafo único. Ao CONSEMMA caberá, relativamente ao disposto neste artigo:

I - Fiscalizar o cumprimento das normas técnicas de armazenagem e transporte;

II - Auxiliar na divulgação de listas de substâncias, produtos, resíduos perigosos ou de uso proibido no Município;

III - fiscalizar a coleta e destinação final das substâncias e resíduos mencionados no inciso anterior.

SEÇÃO II

DO USO DO SOLO:

Art. 61. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - Exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis;

II - Necessitem da construção ou manutenção de estradas e carregadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III - tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§ 1º. Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º. As propriedades adjacentes não poderão se utilizar do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º. Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 62. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibiliza-

dos às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 63. A conservação do solo e dos recursos naturais, gradativamente, será incluída no currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 64. Nas estradas rurais e de acesso às propriedades deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES:

Art. 65. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 66. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, os projetos de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I - Manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II - Atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;

III - indústrias de qualquer natureza;

IV - Espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 67. Os proprietários e/ou usuários de edificações ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 68. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e sanitárias aprovadas pelo município e pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado, no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO III

DO SANEAMENTO BÁSICO:

Art. 69. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 70. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesanais, deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 71. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pelas Secretarias Estadual e Municipal da Saúde e pelo CONSEMA.

Art. 72. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 73. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 74. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos das esferas estadual e federal.

Art. 75. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminações de qualquer natureza.

Art. 76. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 77. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora.

§ 1º. Quando não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, federais ou estaduais, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º. Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano à coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º. Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 78. A coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao meio ambiente.

Art. 79. Fica expressamente proibido:

- I - Deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;
- II - A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;
- III - o lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

SEÇÃO IV

DO ZONEAMENTO AMBIENTAL:

Art. 80. O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividades e definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Art. 81. O Zoneamento Ambiental será definido pelo Plano Diretor do Município a partir das informações levantadas pelo Zoneamento Ecológico

Econômico do Governo do Estado, devendo ser detalhado de forma participativa com a comunidade.

SUBSEÇÃO I

ÁREAS DE USO REGULAMENTADO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

Art. 82. Na regulamentação desta Lei serão observadas, além das normas estabelecidas na legislação correlata ao Plano Diretor e demais disposições estabelecidas em legislação federal, estadual e municipal, o disposto nesta seção, a fim de assegurar o atendimento às peculiaridades locais.

Art. 83. Se necessário, em razão da ausência de legislação estadual e federal, serão objeto de regulamentação para definição de critérios específicos, visando à sua própria proteção ou a do patrimônio ambiental municipal, os seguintes recursos e atividades:

- I - Os rios;
- II - Os córregos e lagos naturais;
- III - os ecossistemas no meio rural;
- IV - As áreas verdes, públicas ou privadas, os parques, as praças já existentes e as criadas pelo Poder Público e por projetos de loteamento;
- V - A utilização do solo rural e urbano;
- VI - As áreas de declive e as com afloramento de rocha;
- VII - as áreas alagadiças;
- VIII - a atividade industrial;
- IX - A atividade agrícola;
- X - A coleta e o destino final do lixo;
- XI - o esgotamento sanitário e a drenagem.

Art. 84. O Poder Público Municipal poderá criar ou autorizar a criação de unidades de conservação, tais como: Área de Proteção Ambiental (APA), Parques Municipais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos e para turismo ecológico (ecoturismo), após estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

Parágrafo único. O uso e ocupação dos recursos naturais das unidades de conservação serão definidos nos respectivos Planos de Manejo.

SEÇÃO V

DA PROTEÇÃO DA FLORA:

Art. 85. As florestas e as demais formas de vegetação existentes no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 86. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, situadas nas faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de acordo com a federal vigente.

Art. 87. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 88. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a man-

ter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 89. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 90. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 91. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação do órgão competente estadual, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 92. O comércio de plantas vivas, nativas das florestas naturais, dependerá de licença específica, expedida pelo Município.

Art. 93. As empresas de beneficiamento de madeiras, deverão apresentar o registro do seu cadastramento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e os respectivos projetos.

Art. 94. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de motosserras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 95. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 96. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo, viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I

DA ARBORIZAÇÃO URBANA:

Art. 97. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 98. A fiscalização da arborização urbana será exercida por fiscal do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 99. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º. Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I - Nome do Funcionário;

II - Número de sua matrícula;

III - Número do Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF;

IV - Prazo de validade da credencial;

V - Título da função exercida;

VI - Assinatura do Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 2º. A credencial será válida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 100. A autorização para corte de árvores, deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento modelo, a ser fornecido pelo órgão municipal competente, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel;

b) nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;

c) endereço completo do imóvel;

d) "croqui" de localização;

e) número de árvores ou área a serem derrubadas;

f) motivo da derrubada;

g) assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 101. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 102. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I - Nome do proprietário;

II - Endereço do imóvel;

III - número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis;

IV - Especificações das árvores cujo abate é autorizado;

V - Número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 103. É expressamente proibido pintar, cairar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação e propaganda.

Art. 104. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 105. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

Art. 106. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º. A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º. A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º. Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO VI

DA PROTEÇÃO DA FAUNA:

Art. 107. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 108. É proibida a prática de maus-tratos em animais, considerando-se como tal:

I - Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;

III - adestrar animais com maus-tratos físicos;

IV - Transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 109. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art. 16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

SUBSEÇÃO I

DA ATIVIDADE PESQUEIRA:

Art. 110. Para os efeitos desta Lei Complementar define-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 111. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caníço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizada por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 112. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 113. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão competente da administração pública, em regime de Acordo.

§ 1º. A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do SISNAMA.

§ 2º. A pesca pode ser proibida transitória ou permanentemente, em águas de domínio público ou privado.

§ 3º. Nas águas de domínio privado, a pesca requer o consentimento expresso ou tácito dos proprietários.

Art. 114. É proibida a importação ou exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização do órgão competente.

Art. 115. É proibido pescar:

I - Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente;

II - Em locais onde o exercício da pesca cause embaraço à navegação;

III - com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - Com substâncias tóxicas;

V - A menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos;

VI - Em águas poluídas;

VII - em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 116. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 117. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

SEÇÃO VII

DOS FUNDOS DO VALE E FAIXA DE DRENAGEM:

Art. 118. São considerados fundos de vale, para os efeitos desta Lei, as áreas críticas nas faixas de preservação permanente nas nascentes, córregos, rios e lagoas, de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Art. 119. São consideradas faixas de drenagem as faixas de terrenos compreendendo os cursos de água, córregos ou fundos de vale, dimensionados de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas.

Art. 120. As faixas de drenagem deverão apresentar uma largura mínima de forma a acomodar satisfatoriamente um canal aberto cuja seção transversal seja capaz de escoar as águas pluviais da bacia hidrográfica a montante do ponto considerado.

§ 1º. Para a determinação da seção de vazão, deverá a bacia hidrográfica ser interpretada como totalmente urbanizada e ocupada.

§ 2º. Os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico, como intensidade de chuvas, coeficiente de escoamento rum-off, tempos de concentração, coeficiente de distribuição das chuvas, tempos de recorrência e outros, serão definidos por órgão técnico competente, levando em consideração as condições mais críticas.

Art. 121. As áreas de fundos de vale obedecerão às faixas de preservação permanente e às disposições legais.

Art. 122. As diretrizes para loteamento de áreas que apresentarem cursos de água de qualquer porte ou fundos de vale observarão, além dos preceitos contidos na legislação sobre parcelamento do solo urbano, o disposto nesta Lei.

Art. 123. No tocante ao uso do solo, os fundos de vale serão destinados, prioritariamente:

I - À proteção das matas nativas;

II - À implantação de parques lineares para a prática de atividades educativas, recreativas e de lazer;

III - à preservação de áreas críticas.

Art. 124. Compete ao CONSEMMA:

I - Examinar e decidir sobre outros usos que não estejam enquadrados no artigo anterior;

II - Propor normas para regulamentação dos usos adequados aos fundos de vale.

Art. 125. Os imóveis a serem loteados e que apresentarem cursos d'água de qualquer porte ou contiverem áreas especiais de preservação de fundo de vale, deverão receber as diretrizes de arruamento vinculadas às faixas de proteção de que trata a presente Lei.

§ 1º Dependendo da categoria do curso d'água, ou mesmo em função da topografia, o Município poderá exigir aterros, respeitadas sempre as faixas mínimas de drenagem.

§ 2º A critério do órgão competente, poderá o proprietário do loteamento promover a execução das tubulações necessárias à drenagem e aos cursos d'água, obedecidos os projetos de drenagem do Município.

Art. 126. As construções existentes nas áreas especiais de preservação de fundos de vale e que, quanto ao uso ou ocupação de solo, se apresentem em desconformidade com o disposto nesta Lei, serão mantidas enquanto perdurarem os efeitos dos respectivos alvarás.

Parágrafo único. As reformas e/ou alterações das construções referidas neste artigo, somente serão autorizadas se atendidos os dispositivos desta Lei.

SEÇÃO VIII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

Art. 127. O Município, no exercício de sua competência local, poderá expedir as seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I - Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação - LO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

IV - Licença de Operação Provisória - LOP: é concedida, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes;

V - Licença por Adesão e Compromisso - LAC: licença que autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento considerado de reduzido impacto ambiental, mediante apresentação de projeto com anotação de responsabilidade técnica ou equivalente, ou ainda projeto elaborado por entidades públicas de pesquisa e fomento, e adesão e compromisso do empreendedor aos requisitos pré-estabelecidos pela autoridade licenciadora;

VI - Licença Ambiental Simplificada - LAS: licença que avalia de forma simplificada a localização, autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, aprova as ações de controle e monitoramento ambiental e estabelece condicionantes ambientais para a sua instalação e operação, na forma do regulamento;

VII- Autorização para Corte de Árvores Isoladas.

§ 1º. O Município estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de acordo com a legislação estadual vigente:

I - Licença Prévia - LP: 5 (cinco) anos;

II - Licença de Instalação - LI: 6 (seis) anos;

III - Licença de Operação - LO: 10 (dez) anos;

IV - Licença de Operação Provisória - LOP: 2 (dois) anos;

V - Licença por Adesão e Compromisso - LAC: 6 (seis) anos;

§ 2º. Ficam dispensados de renovação de licença ambiental, as obras e atividades de infraestrutura, cujos impactos são restritos à fase da implantação do empreendimento, na forma do regulamento.

§ 3º. Poderá ser concedida autorização para teste, previamente à concessão da licença de operação, em caráter excepcional e devidamente fundamentada pelo órgão ambiental, que será estabelecida em razão do período necessário para avaliar a eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º. A renovação da licença ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do setor técnico competente da SEMA.

§ 5º. A emissão de licença ou autorização dependerá da avaliação dos documentos e projetos, conforme a natureza da licença, e da realização de vistorias técnicas, quando necessárias; podendo ser promovida a substituição da vistoria por imagem atualizada e de alta resolução.

§ 6º. O órgão ambiental municipal poderá, mediante decisão motivada, modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação, inadequação ou não cumprimento de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e à saúde; ou

IV - Ocorrência de acidentes ou impactos negativos imprevistos.

Art. 128. Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no Diário Oficial do Estado e na imprensa local ou regional.

Art. 129. O Município terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes exploradoras de recursos naturais.

SEÇÃO IX**DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**

Art. 130. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 131. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 132. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades/Faculdades.

Art. 133. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I - Campanhas de esclarecimento;

II - Palestras;

III - debates;

IV - Cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V - Desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI - Comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo;

VII - qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 134. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 135. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 136. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação e Cultura do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades/Faculdades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 137. A Educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte à pesquisa socioambiental em nível científico.

Art. 138. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO X

DA PROCURADORIA AMBIENTAL:

Art. 139. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129 da Constituição Federal.

SEÇÃO XI

DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E PENALIDADES:

SUBSEÇÃO I

DA FISCALIZAÇÃO:

Art. 140. Para a realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 141. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I - Realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - Efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - Lavrar notificação e auto de infração.

Parágrafo único. No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

Art. 142. Nos casos de embarço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS:

Art. 143. Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções bem como das Leis Estaduais e Federais,

Resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais que se destinem à promoção, recuperação, proteção da qualidade e saúde ambientais.

Art. 144. A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante processo administrativo próprio, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. A autoridade ambiental encaminhará cópia do auto de infração ao Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como "gravíssima" e a seu critério, nos demais casos.

Art. 145. O infrator, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

§ 1º. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º. A infração é imputável a quem lhe deu causa, a quem para ela concorreu ou dela se beneficiou, inclusive aos gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários, locatários, arrendatários, parceiros, posseiros, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III

DAS PENALIDADES:

Art. 146. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - Multa no valor de 50 (cinquenta) até 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais Municipais de Nobres;

III - apreensão do produto;

IV - Inutilização do produto;

V - Suspensão da venda do produto;

VI - Suspensão da fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade, até a correção das irregularidades, salvo os casos reservados à competência do Estado e da União;

VIII - interdição, parcial ou total, de estabelecimento ou atividades, mediante lacração de prédios ou máquinas, ou da melhor forma que for estabelecida;

IX - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

§ 1º. Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido.

Art. 147. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Parágrafo único. Independentemente das sanções previstas neste artigo, os infratores estarão obrigados a reparar o dano às suas expensas.

Art. 148. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I - Nas infrações leves, 50 até 500 UFM's;

II - Nas infrações graves, 500 até 1.000 UFM's;

III - nas infrações muito graves, 1.000 até 2.000 UFM's;

IV - Nas infrações gravíssimas, 2.000 até 5.000 UFM's.

§ 1º. Atendido o disposto neste artigo, a autoridade levará em conta, na fixação do valor da multa, a capacidade econômica do infrator.

§ 2º. As penalidades pecuniárias poderão ser transformadas ou reduzidas, conforme critérios estabelecidos em regulamento, em obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.

Art. 149. Quanto às circunstâncias atenuantes e agravantes as infrações classificam-se em:

I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III - muito graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;

IV - Gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 150. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental observará:

I - O dano causado ao meio ambiente;

II - As circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 151. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I - a escala e a intensidade do dano;

II - O dano à saúde e à segurança pública;

III - se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irreversível;

IV - O local da infração;

V - As circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Art. 152. São circunstâncias atenuantes:

I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada;

III - comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

IV - Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V - Ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

VI - Comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 153. São circunstâncias agravantes:

I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - Ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII - não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente;

VIII - a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX - A infração atingir áreas sob proteção legal;

X - O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI - decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º. A reincidência ocorrerá quando o infrator cometer nova infração, prevista no mesmo ou nos mesmos dispositivos da que anteriormente comete.

§ 2º. No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou do flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 154. São infrações ambientais:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

II - Praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

III - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas. Pena: Incisos I e II do art. 146 desta Lei;

IV - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental. Pena: Incisos I e II do art. 146 desta Lei;

V - Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes. Pena: Incisos I e II do art. 146 desta Lei;

VI - Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

VII - descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais. Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

VIII - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

IX - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

X - Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

XI - emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

XII - exercer atividades potencialmente degradantes do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 146 desta Lei;

XIII - causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades. Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XIV - causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XV - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XVI - desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XVII - causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XVIII - causar poluição de qualquer natureza que possa trazer danos à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XIX - desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XX - Desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XXI - obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XXII - descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XXIII - transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XXIV - Praticar maus tratos em animais. Pena: Incisos I, II, III e IX do art.146 desta Lei;

XXV - Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

XXVI - Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.146 desta Lei;

Art. 155. Os servidores do órgão ambiental municipal e legalmente incumbidos para tal fim, têm a competência e o dever de apurar as infrações ambientais descritas neste Código e aplicar as sanções previstas.

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infrações ambientais, podendo fazer a denúncia por escrito ou de forma oral, devendo o servidor, neste caso, passá-la integralmente à forma escrita, fornecendo, em qualquer dos casos, o protocolo do recebimento da denúncia.

Art. 156. Recebida a denúncia referida no parágrafo único do artigo anterior, será esta imediatamente encaminhada ao órgão ou servidor público municipal competente, devendo ser instaurado procedimento administrativo para apuração da infração.

Art. 157. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I - Auto de notificação;

II - Auto de infração;

III - termo de embargo e/ou interdição;

IV - Termo de apreensão e notificação.

Art. 158. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo que poderá ter início através de ato administrativo baixado pelo Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou por servidor competente, ou através de auto de notificação.

Parágrafo único. O auto de notificação é o ato administrativo em que o servidor constata, no local, a ocorrência de infração ambiental, no exercício de inspeção de rotina, casual ou expressamente determinada.

Art. 159. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I - O nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II - Local, data e hora da infração;

III - descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV - Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V - Assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VI - Nome do agente fiscal e assinatura;

VII - no caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º. Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º. O infrator será notificado para ciência da infração:

I - Pessoalmente;

II - Pelo correio, com aviso de recebimento;

III - por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido;

IV - Por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3º. Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 4º. O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco (cinco) dias após a publicação.

Art. 160. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 161. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º. A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º. O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º. A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º. À apresentação da defesa prévia, deverá ser juntado comprovante de pagamento de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor da multa aplicada para conta específica do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.

Art. 162. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º. Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º. Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º. A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 163. Qualquer pessoa poderá ter acesso ao procedimento administrativo, permitindo-lhes manuseá-lo e consultá-lo, na presença de servidor municipal, salvo casos determinados pela justiça de tramitação em segredo.

Art. 164. Terminada a produção das provas, o servidor competente ou o Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos.

§ 1º. Sendo julgado procedente o pedido, caberá ao autuado o direito a devolução do depósito de 10% (dez por cento) do valor da multa que foi depositado em conta específica do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, cabendo ao mesmo requerer a devolução do valor depositado, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de ciência do julgamento final.

§ 2º. O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 3º. Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 165. Da decisão proferida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA.

§ 1º. O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao CONSEMMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir do julgamento pelo colegiado.

§ 2º. Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 166. Sendo o recurso julgado improcedente, e não cabendo mais recurso administrativo da decisão do CONSEMMA, será a mesma executada.

Parágrafo único. Nos casos de infração ao ajustado em convênios firmados entre o Município e os demais integrantes do SISNAMA, serão aplicadas as penalidades previstas nos respectivos instrumentos ou as desta Lei, a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 167. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos federais e estaduais.

Art. 168. O Município em parceria com a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas de pequeno e médio potencial poluidor, nos termos do Anexo único do Decreto Estadual nº 7007/2006.

Art. 169. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 170. No que couber, o Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

Art. 171. O município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 171. As atividades econômicas em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Lei, sujeitas ao Licenciamento Ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas à legislação ambiental.

Parágrafo único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do caput deste artigo.

Art. 173. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 174. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que compõem seu corpo organizacional e administrativo.

Art. 175. Este Código entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 19 de dezembro de 2023.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/MT
EXTRATO DE CONTRATO 07/2023**

CONTRATO Nº 07/2023 – Celebrado Entre A Câmara Municipal De Nobres e a Empresa **JEAN PAULO (SSP ENGENHARIA)**, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 35.833.792/0001-60. **Objeto: ELABORAÇÃO DE PLANTA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, CONECTADA À REDE, DO TIPO ON-GRID, COM POTÊNCIA MÍNIMA DO SISTEMA DE 42,56 KWP, GERAÇÃO DE 4.507 KWH/MÊS, PARA O PAÇO MUNICIPAL DA CÂMARA DE NOBRES/MT.** Valor: R\$ 113.225,80 (cento e treze mil, duzentos e vinte e cinco reais com oitenta centavos). **Data Assinatura:** 15/12/2023. **Assinam** – Sra. Zilmai Ferreira de Jesus – Presidente Câmara Municipal De Nobres e **JEAN PAULO (SSP ENGENHARIA)** - contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 466 DE 19/12/2023. - APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA Nº 466 DE 19/12/2023.

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE Implantação e Pavimentação do trecho LT 03 – Acesso Nossa Senhora do Livramento, localizada na comunidade Ribeirão dos Cocais, NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SILMAR DE SOUZA GONCALVEZ, PREFEITO MUNICIPAL, DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT**, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO de Implantação e Pavimentação do trecho LT 03 – Acesso Nossa Senhora do Livramento, localizada na comunidade Ribeirão dos Cocais, **NO MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 4,50 km**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	Implantação e Pavimentação do trecho LT 03 – Acesso Nossa Senhora do Livramento, localizada na comunidade Ribeirão dos Cocais. META FÍSICA: 4,50 km	Thiago Antonio Lavrati Engenheiro Civil CREA 31348/MT

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): **Luis Matheus Akerley**

CREA 50276/MT

ARTIGO 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Nossa Senhora do Livramento, 19 de dezembro de 2023.

Luis Matheus Akerley Silmar de Souza Goncalves

Engenheiro (a) Civil Prefeito Municipal

CREA 50276/MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO - APOIO EDUCAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 24/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **24/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. José Gervasio da Silva Neto – Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 22/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **22/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Benilson Gumar Oliveira Silva– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 128/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **128/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Keila Gonçalves Guimarães– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 127/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **127/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Luciene Maria Pereira– Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 136/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **136/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Alessandra da Costa Oliveira– Apoio Administrativo Educacional

, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 149/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 149/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosenil Maria da Silva– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 11/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 11/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Luciana Campos Figueiredo– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 15/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 15/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Angela Ribeiro Dantas– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 99/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 99/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Daniele de Campos Santos– Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 37/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 37/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Orlando Campos Ferreira– Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 19/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 19/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Elizabeth Maria Nascimento– Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 155/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 155/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Katiane da Silva Lima– Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 156/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 156/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. – Katia Ferreira Mendes - Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 83/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 83/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Lucia Lemes da Silva– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 35/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **35/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Samuel de Jesus Xavier–Apoio Administrativo Educacional ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 98/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **98/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Juliane Evangelista de Lima – Apoio Administrativo Educacional,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 39/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **39/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Paula Cecília de Arruda– Apoio Administrativo Educacional,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 38/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **38/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Juliana de Campos–Apoio Administrativo Educacional ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 36/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **36/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**
Sra. Marciele Auxiliadora–Apoio Administrativo Educacional ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 86/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **86/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Valdete Raimunda da Silva–Apoio Administrativo Educacional ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 187/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **187/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sro. Clotildes Pinho Costa– Apoio Administrativo Educacional,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 135/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **135/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Adriana de Jesus Medeiros–Apoio Administrativo Educacional ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 138/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **138/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Ana Lucia de Campos– Apoio Administrativo Educacional,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 139/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **139/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Aracely Conceicao do Espirito Santo–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 146/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **146/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sra. Elisangela Aparecida Figueiredo de Souza–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 147/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **147/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.Bianca Cassia da Silva Cunha–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 12/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **12/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Allysson Felipe de Campos Silva –Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 164/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **164/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sra. Elisabete Karen de Almeida– Apoio Administrativo Educacional,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 137/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **137/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosana Maciel Ribeiro–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 14/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **14/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Aline Livina Moraes Santos–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 20/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **20/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Lais Laiane de Oliveira–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 148/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **148/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Edilene Carmo da Silva–Apoio Administrativo Educacional** ,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 165/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **165/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Ingridy Rafaely Ribeiro Lemes Costa–Apoio Administrativo Educacional ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 162/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **162/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Amauri Marques de Campos– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 30/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **30/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Jose de Almeida Prado– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 31/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **31/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Osmar Jose de Campos Curado – Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 33/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **33/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Denilson Reis Costa – Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 85/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **85/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Carlos Antunes de Campos– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 10/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **10/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Marcos Divino Caldas- Motorista Transporte Escolar ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 26/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **26/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr.Oswaldo Pinho– Motorista Transporte Escolar ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 06/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
 Contrato Temporário nº **06/2023**,
 celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**
Sr. Izaque Nunes Rondon– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 32/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **32/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Joao Batista de Campos–Motorista Transporte Escolar ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 189/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **189/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Cleber Antonio da Silva Campos–Motorista Transporte Escolar ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 21/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **21/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Matheus Felipe Gonzaga Marques–Motorista Transporte Escolar ,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 04/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **04/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Edson Gonçalo de Campos Curado– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 07/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **07/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sr. Fabio França Silva– Motorista Transporte Escolar,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 87/2023 ... EDUCAÇÃO PROF.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 87/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **87/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Jocira Maria da Cunha Miranda– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 93/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **93/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Emanuela Cristian da Conceição Amorim– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 70/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **70/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Luciana Pereira Leite– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 71/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **71/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Ana Karolyne de Campos Silva– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 72/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **72/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Inês Maria Rodrigues– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 88/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **88/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Elem Verediana de Arruda Silva– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 47/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **47/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Conceição Aparecida Neles Santos– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 176/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **176/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Joicy Suzana de Almeida Arruda– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 159/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **159/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Josiane Aparecida do Prado– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 124/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **124/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Marinil da Silva Rondon Amorim– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 101/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **101/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Erenice Paulina da Silva– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 40/2023**

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **40/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Arlete Pereira Leite– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 50/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 50/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosinalva Lina do Nascimento Silva– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 51/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 51/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Debora Cristina Ferraz de Campos Pereira– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 69/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 69/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Maria Nailza Moreira– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 54/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 54/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Fernanda Almeida Moraes– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 79/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 79/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Miriam Conceição Costa Gomes Monteiro– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 79/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 79/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Carla de Jesus Xavier– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 63/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 63/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosane de Moraes Pinto– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 64/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 64/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Luciane de Oliveira Honorato– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 49/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 49/2023,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sro. Luseu Alexandrino da Silva Filho– Professor,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 52/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **52/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Carolina de Almeida Figueirdo– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 46/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **46/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Eliane Soares de Bomdespacho– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 168/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **168/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Celina Gonçalves de Almeida– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 168/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **168/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sro. Joacil Luiz do Nascimento– Professor,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 159/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **159/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Josiane Aparecida do Prado– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 91/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **91/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.Elizelaide Kely Figueiredo Teixeira – Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 84/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **84/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.Ivete Clarinda da Guia Rosa – Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 129/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **129/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e o**

Sr. Arlindo Marques de Assunção– Professor,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 90/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **90/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Lucilene Maria da Silva Rufino– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 63/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **63/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Benedita de Campos Curado– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 89/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **89/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Ana Paula Metelo– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 125/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **125/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Dayanna Izabel Costa– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 66/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **66/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Maria Aparecida de Campos– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 74/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **74/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Saturnina da Silva Marques– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 97/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **97/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Patrícia Salomão de Andrade Figueiredo– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 118/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **118/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Raquel Pereira Guia Carvalho– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 117/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **117/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Selma Luzia de Barros– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 73/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **73/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Alessandra Camila Pereira Leite– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 43/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **43/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Claudineia Prado Monteiro da Silva– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 40/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **40/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 44/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº**44/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.Nelva Maria Freitas – Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 34/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **34/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra.Marize Campos Curado – Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 42/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **42/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosemeire dos Santos Ferraz– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 134/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **134/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Rosangela Leite de Araujo Costa– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 100/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **100/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Maria Luiza da Costa– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 150/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº **150/2023**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a**

Sra. Relinda Paes Novaes– Professora,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 57/2023 - A SOCIAL

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 57/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,

Contrato Temporário nº 57/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Benedita Conceição da Silva– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 80/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 80/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Elane Farias dos Santos– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 111/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 111/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Eliana Maria Figueiredo de Aquino– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 56/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 56/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Geiza Maria Gomes da Silva– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 59/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 59/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Jozenil Conceição dos Santos Costa– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 141/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 141/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Juliene Catarina do Prado Silva– Assistente Social**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 82/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 82/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Karla Fernanda Duarte Rodrigues– Educador Físico**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 133/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 133/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Nice Rufina de Assis Saucedo– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 180/2023

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2023,
Contrato Temporário nº 180/2023,
celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento e a Sra. Vitória Clara Silva de Magalhães– Apoio Municipal**,
ficando quitadas as parcelas até a presente data.
Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal
Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal
Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Dezembro de 2023.

PORTARIA Nº 463/2023

PORTARIA Nº 463/2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Heloan Maciel**, do Cargo em Comissão de Gerente na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 1, a partir do dia 20/12/2023, publicação desta portaria.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 18 de Dezembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 464/2023

PORTARIA N° 464/2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Vanyelle Aparecida de Arruda**, do Cargo em Comissão de Supervisora de Programas Sociais – DAS - 2, na Secretaria de Assistência Social a partir 20/12/2023, publicação desta portaria.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 18 de Dezembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 465/2023

PORTARIA N° 465/2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Nedir Cristina da Silva Matos**, do Cargo em Comissão de Supervisora de Programas Sociais – DAS – 2, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir 20/12/2023, publicação desta portaria.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 18 de Dezembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 462/2023

PORTARIA N° 462/2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Jesse Jesiel da Costa Santos**, do Cargo em Comissão de Gerente na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 1, a partir do dia 20/12/2023, publicação desta portaria.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 18 de Dezembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA N° 365/2023

EMENTA: “DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 DA PREDEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CÉSAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a necessidade de realização do Concurso Público;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoal para atender às necessidades de excepcional interesse público, mediante contrato de caráter público, sob o regime especial de direito administrativo, nos termos do que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade de promover as contratações necessárias à regular prestação dos serviços públicos municipais no âmbito desta Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público n° 001/2023, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes:

Nome: APARECIDO PORFIRIO, inscrito sob o CPF n° 345.213.801-15, como Presidente da Comissão, ocupante do Cargo efetivo de Professor, com a matrícula n° 174;

Nome: EDINEUDES RIBEIRO MARCOLINO, inscrito sob o CPF n° 922.916.861-00, como Secretário da Comissão, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Saúde com a matrícula n° 242;

Nome: MARISA DA SILVA RIBEIRO, inscrito sob o CPF n° 758.732.221-34, como Membro da Comissão, ocupante do Cargo efetivo de Agente Administrativo com a matrícula n° 93;

Nome: CRISTIANE MECABO SALMORIA, inscrito sob o CPF n° 025.494.429-97, como Membro da Comissão- Representante dos Profissionais da Educação Básica, ocupante do Cargo efetivo de Agente Administrativo com a matrícula n° 402;

Nome: RODRIGO MANFROI DA ROSA, inscrito sob o CPF n° 571.213.461-68, como Membro da Comissão Representante da OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, com o registro sob o n° OAB/MT 6338.

Parágrafo único: A Comissão Especial do Concurso Público é soberana e tem total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no edital de concurso público.

Art. 2º A Comissão Organizadora fica:

I. encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Concurso Público n° 001/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II. divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações da empresa contratada.

III. fiscalizar a aplicação das provas;

IV. fiscalizar a correção das provas;

V. acompanhar o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos, com o parecer dos profissionais da empresa contratada;

VI. velar pela preservação do sigilo das provas;

VII. analisar e referendar todos os editais do Concurso Público: principalmente em relação à homologação das inscrições e da lista de aprovados na Classificação final no Concurso Público.

Parágrafo único: O Presidente do Concurso Público, será responsável em coordenar a comissão, o secretário será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e os membros em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público.

Art. 3º Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 359/2023.

Nova Bandeirantes/MT, 19 de dezembro de 2023.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

CESAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 106/2022**

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº, 037.458.769-89, residente e domiciliado no Município de Nova Bandeirantes/MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.969.897/0001-03, estabelecida na Av. Miguel Sutil n.º 2998, bairro Pico do Amor, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pela Sra. Joziane Coutinho da Silva, portadora do CIRG n.º 1645257-7 SSP/PR e CIC n.º 024.989.301-08 doravante denominada **“CONTRATADA”**, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas modificações e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2022**, firmam o presente Instrumento Contratual, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

1.1 Pelo presente instrumento, com fulcro no art. 57, §1, II e §2 e §3 da Lei nº 8.666/93, na cláusula 5º do contrato nº 106/2022, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT e a empresa **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** da seguinte forma, resolvem:

ADITAR O CONTRATO Nº. 106/2022, DA SEGUINTE FORMA:**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES NA ESTRADA CLEVELÂNDIA (RUA RIO GRANDE DO SUL). COORDENADA INICIAL: 9°52'35.75”S; 57°48'17.99”O, COORDENADA FINAL: 9°51'32.75”S; 57°48'30.82”O, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 15.941,84 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT. CONFORME Nº DO CONVÊNIO (SINFRA) 1238/2022, e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da Secretaria de Infraestrutura e Transportes.”**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. Prorrogação do prazo de duração do Contrato original de execução da obra, por mais **210 (duzentos e dez)** dias, passando a vigorar do dia **23/12/2023** até a data de **20/07/2024**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 Manter durante toda a execução do Aditivo a compatibilidade com as obrigações assumidas conforme Edital da Concorrência Pública n.º. 003/2022.

CLÁUSULA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1- As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Bandeirantes - MT. Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes - MT. 19 de dezembro de 2023.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 36.969.897/0001-03

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 002/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Prefeito Municipal **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº, 037.458.769-89, residente e domiciliado no Município de Nova Bandeirantes/MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. **15.507.854/0001-36**, com sede na rua Itaúba, Nº s/n, Bairro Dr. Fabio Leite, no Município de Cuiabá/MT, CEP 78058-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. José Garcia Sombra Oliveira, brasileiro, inscrito do CPF sob o nº. 871.093.361-15, portador do RG sob nº 1269676-5 SSP/MT, têm entre si ajustado o presente contrato conforme descrição constante no objeto deste instrumento, Dispensa de licitação nº **048/2022**, processo licitatório nº **181/2022**, estando vinculado este contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

1.1 Pelo presente instrumento, com fulcro no Art. 57. inciso II e § 2 da Lei 8.666/93, entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT e a empresa **GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA**, resolvem:

- Aditar o contrato nº. **002/2023**, da seguinte forma:

DO PRAZO

- A vigência do presente aditivo será de **03/01/2024 á 03/01/2025**, referente a prorrogação de prazo do Contrato original assinado pelo período de 12 (doze) meses.

- Os serviços deverão ser fixados previamente pelo **CONTRATANTE** em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal Finanças.

- O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

- O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do **CONTRATANTE**, nos termos do item 6.11, no máximo até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do aditivo é R\$ 11.820,00 (onze mil oitocentos e vinte reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais), cada.

- O pagamento será efetuado mensalmente após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

– O pagamento será efetuado através de instituição Bancária a ser indicada pelo contratado, através de Ordem Bancária, até 10 (dez) dias após a apresentação das (s) nota(s) fiscal (is).

– A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

– As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

– O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Manter durante toda a execução do Aditivo a compatibilidade com as obrigações assumidas conforme Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº. 048/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

3.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT. Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes - MT. 18 de dezembro de 2023.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA

CNPJ Nº: 15.507.854/0001-36

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pitt

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 014/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Adesão nº 014/2023, Pregão Eletrônico n.º **071/2023**, cujo **OBJETO** é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS COM ABASTECIMENTO, RASTREAMENTO, SEGURO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ENGLOBALANDO PEÇAS E SERVIÇOS DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital, utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 356/2023**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 071/2023, autorizado pelo Município de Guarantã do Norte/MT.

FORNECEDOR: CENTRO AMERICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA, CNPJ nº: 09.179.444/0001-00

ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	UNID	QUANTID. POR 12 MESES	TAXA DE AD-MIN %	VALORTOTALANUAL	
1	60439	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM FORNECIMENTO DE PRESTADORAS DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA OU EMERGENCIAL COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT.	Reais	R\$ 8.133.000,00	-0,5 %	R\$ 8.092.335,00	
2	60441	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM, DIESEL S10 E ARLA) ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT.	Reais	R\$ 1.224.000,00	-0,5 %	R\$ 1.217.880,00	
VALOR: R\$ 9.310.215,00							
ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	Quant Veículos	Unid. De Med.	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor total
3	60652	SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E TELEMETRIA VEICULAR, COM	172	Mensal Por Veículos	R\$ 66,00	R\$ 11.352,00	R\$ 136.224,00

Fica convocada a proponente para assinatura do contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei 8.666/93, sob as penalidades da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 19 de dezembro de 2023.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 002/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com

sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Prefeito Municipal **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº, 037.458.769-89, residente e domiciliado no Município de Nova Bandeirantes/MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **GWS**

DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. **15.507.854/0001-36**, com sede na rua Itaúba, N° s/n, Bairro Dr. Fabio Leite, no Município de Cuiabá/MT, CEP 78058-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. José Garcia Sombra Oliveira, brasileiro, inscrito do CPF sob o n°. 871.093.361-15, portador do RG sob n° 1269676-5 SSP/MT, têm entre si ajustado o presente contrato conforme descrição constante no objeto deste instrumento, Dispensa de licitação n° **048/2022**, processo licitatório n° **181/2022**, estando vinculado este contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

1.1 Pelo presente instrumento, com fulcro no Art. 57. inciso II e § 2 da Lei 8.666/93, entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT e empresa **GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA**, resolvem:

- **Aditar o contrato n°. 002/2023, da seguinte forma:**

DO PRAZO

- **A vigência do presente aditivo será de 03/01/2024 á 03/01/2025**, referente a prorrogação de prazo do Contrato original assinado pelo período de 12 (doze) meses.

- Os serviços deverão ser fixados previamente pelo **CONTRATANTE** em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo **CONTRATANTE** por intermédio do Gabinete do Prefeito.

- O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei n° 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

- O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do **CONTRATANTE**, nos termos do item 6.11, no máximo até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do aditivo é R\$ 11.820,00 (onze mil oitocentos e vinte reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais), cada.

- O pagamento será efetuado mensalmente após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

– O pagamento será efetuado através de instituição Bancária a ser indicada pelo contratado, através de Ordem Bancária, até 10 (dez) dias após a apresentação das (s) nota(s) fiscal (is).

– A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

– As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

– O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Manter durante toda a execução do Aditivo a compatibilidade com as obrigações assumidas conforme Termo de Referência da Dispensa de Licitação n°. 048/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

3.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT. Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes - MT. 18 de dezembro de 2023.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA

CNPJ N°: 15.507.854/0001-36

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 107/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 159/2023 ADESÃO N° 014/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 356/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 071/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório referente à **ADESÃO N° 014/2023 - cujo OBJETO é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS COM ABASTECIMENTO, RASTREAMENTO, SEGURO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ENGBANDO PEÇAS E SERVIÇOS DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital, utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços n° 356/2023**, oriunda do Pregão Eletrônico n° 071/2023, autorizado pelo Município de Guarantã do Norte/MT.

FORNECEDOR: CENTRO AMERICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA, CNPJ n°: 09.179.444/0001-00

ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	UNID	QUANTID. POR 12 MESES	TAXA DE AD-MIN %	VALORTOTALANUAL
1	60439	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM FORNECIMENTO DE PRESTADORAS DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA OU EMERGENCIAL COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT.	Reais	R\$ 8.133.000,00	-0,5 %	R\$ 8.092.335,00
2	60441	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, DIESEL CO-	Reais	R\$ 1.224.000,00	-0,5 %	R\$ 1.217.880,00

		MUM, DIESEL S10 E ARLA) ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT.					
VALOR: R\$ 9.310.215,00							
ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	Quant Veículos	Unid. De Med.	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor total
3	60652	SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E TELEMETRIA VEICULAR, COM	172	Mensal Por Veículos	R\$ 66,00	R\$ 11.352,00	R\$ 136.224,00

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Nova Bandeirantes - MT, 19 de dezembro de 2023.

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira (Decreto nº 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 014/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 356/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2023

ÓRGÃO PARTICIPANTE: **CENTRO AMERICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.179.444/0001-00, situada na Avenida Prainha, nº 09, Bairro Loteamento Consil, CEP 78.048-436, Município de Cuiabá/MT.

ADERENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, na Cidade de Nova Bandeirantes, Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.822/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. CESAR AUGUSTO PERIGO**, brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº 037.458.769-89.

CONTRATADA: **CENTRO AMERICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **09.179.444/0001-00**, situada na Avenida Prainha nº 09, Bairro Loteamento Consil, CEP 78.048-436, Município de Cuiabá/MT, representante legal Sr. **Jânio Corrêa da Silva**, inscrito no CPF sob nº 965.048.891-04, portador do RG sob nº 1390328-4 SESP/MT.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS COM ABASTECIMENTO, RASTREAMENTO, SEGURO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ENLOBANDO PEÇAS E SERVIÇOS DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital, utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 356/2023**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 071/2023, autorizado pelo Município de Guarantã do Norte/MT.

ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	UNID	QUANTID. POR 12 MESES	TAXA DE ADMIN %	VALORTOTALANUAL	
1	60439	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DEFROTAS INFORMATIZADO COM FORNECIMENTO DE PRESTADORAS DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA OU EMERGENCIAL COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICIPIO DE GUARANTÁ DO NORTE-MT.	Reais	R\$ 8.133.000,00	-0,5 %	R\$ 8.092.335,00	
2	60441	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DEFROTAS INFORMATIZADO COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM, DIESEL S10 E ARLA) ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA PARA ATENDER A FROTA DO MUNICIPIO DE GUARANTÁ DO NORTE-MT.	Reais	R\$ 1.224.000,00	-0,5 %	R\$ 1.217.880,00	
VALOR: R\$ 9.310.215,00							
ITEM	CODIGOEXTEC	DETALHAMENTO	Quant Veículos	Unid. De Med.	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor total
3	60652	SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E TELEMETRIA VEICULAR COM	172	Mensal Por Veículos	R\$ 66,00	R\$ 11.352,00	R\$ 136.224,00

SETOR INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

GABINETE DO PREFEITO.

Adesão autorizada pelo Ofício nº 580/2023/GP do Município de Guarantã do Norte/MT, **Sr. Érico Stevan Gonçalves**.

Nova Bandeirantes - MT, 15 de dezembro de 2023.

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira (Decreto nº 045/2021)

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO**

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2023, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, E A EMPRESA **RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA**.

Pelo presente instrumento, o Município de NOVA BANDEIRANTES, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG n.º. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF n.º. 037.458.769-89, resolve celebrar, o presente Termo de Apostilamento, a Ata de Registro de Preços celebrada com a empresa **RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ.30.263.780/0001-23, situada na Av. Jose Francisco Otênio, n.º 1505, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, neste ato representado pelo Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA**, portador do RG n.º. 9.806.893-7 e inscrito sob o CPF n.º. 053.610.169-85, residente e domiciliada situada na Av. Mato Grosso, n.º. S/N, na cidade de Nova Bandeirantes-MT, considerando solicitação da empresa contratada no que tange ao reequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços; considerando o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do Termo de Apostilamento, a revisão do preço do combustível decorrente do desequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado através de notas fiscais. 1.2 A presente ata de registro teve alteração nos seguintes itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR REAJUSTADO
01	ALCOOL HIDRATADO UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP	R\$4,37	R\$4,06

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços inicial que não foram modificadas de modo expresso por esse instrumento.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RENATO MICHAEL ZANELLA LTDA
CNPJ: 30.263.780/0001-23
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023**

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA: **L R PIAZZA LTDA**.

CNPJ n.º **23.378.084/0001-05**.

OBJETO: O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADES INIBIDORAS/FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, Pregão Presencial/ Registro de Preços n.º 005/2023.

VALOR TOTAL R\$ 250.700,00 (Duzentos e Cinquenta Mil e Setecentos Reais).

ASSINATURA: **15 de dezembro de 2023**.

VIGÊNCIA: **15 de dezembro 2023 até 15 de dezembro de 2024**.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2023**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2023**

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA: **C. M PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**.

CNPJ n.º **51.921.126/0001-30**

OBJETO: O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADES INIBIDORAS/FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, Pregão Presencial/ Registro de Preços n.º 005/2023.

VALOR TOTAL R\$ 378.225,00 (Trezentos e Setenta e Oito Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais).

ASSINATURA: **15 de dezembro de 2023**.

VIGÊNCIA: **15 de dezembro 2023 até 15 de dezembro de 2024**.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

2º TERMO DE APOSTILAMENTO**2º TERMO DE APOSTILAMENTO**

CONTRATO: 051/2023.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial nº 011/2022.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o Apostilamento de remanejamento de saldo de itens do Contrato nº 051/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura para atender a Secretaria Municipal de Saúde, sendo a empresa **AROLDO JOSÉ BATISTA LEITE**, inscrita no CNPJ nº 14.384.413/0001-21.

REMANEJAR:**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE AUTO ELETRICA - LINHA LEVE	HORA	53	R\$ 160,00	R\$ 8.480,00
02	SERVICO DE MECANICA - LINHA LEVE	HORA	43	R\$ 175,00	R\$ 7.525,00
04	SERVICO DE FUNILARIA E PINTURA - LINHA LEVE	HORA	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL R\$ 25.505,00					

PARA:**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE AUTO ELETRICA - LINHA LEVE	HORA	53	R\$ 160,00	R\$ 8.480,00
02	SERVICO DE MECANICA - LINHA LEVE	HORA	43	R\$ 175,00	R\$ 7.525,00
04	SERVICO DE FUNILARIA E PINTURA - LINHA LEVE	HORA	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL R\$ 25.505,00					

ASSINATURA: 19 de dezembro de 2023.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2023**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2023**

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

FORNECEDORA REGISTRADA: **SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA.**

CNPJ nº 24.717.067/0001-00.

OBJETO: A presente ADESÃO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2023, visa a AQUISIÇÃO PARCIAL DO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MANUTENÇÃO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT, PARA ATENDER AS NECESSI-

DADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA NO ANEXO I, CUJO OBJETO SE FAZ NECESSÁRIO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT EM CONFORMIDADE A ADESÃO Nº 083/2023.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais).

ASSINATURA: 12 de dezembro de 2023.

VIGÊNCIA: 12 de dezembro 2023 até 14 de julho de 2024.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 8.666/93.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

1º TERMO DE APOSTILAMENTO**1º TERMO DE APOSTILAMENTO**

CONTRATO: 053/2023.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial nº 011/2022.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o Apostilamento de remanejamento de saldo de itens do Contrato nº 051/2023 do Gabinete da Prefeita para atender a Secretaria Municipal de Saúde, sendo a empresa **J. C. BARBOSA PIMENTA – BOMBAS INJETORAS**, inscrita no CNPJ nº 08.657.312/0001-84.

REMANEJAR:**GABINETE DA PREFEITA**

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	SERVICO DE BICO E BOMBA INJETORA - LINHA LEVE	HORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

PARA:**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	SERVICO DE BICO E BOMBA INJETORA - LINHA LEVE	HORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

ASSINATURA: 19 de dezembro de 2023.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

2º TERMO DE APOSTILAMENTO

2º TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO: 053/2023.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial nº 011/2022.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o Apostilamento de remanejamento de saldo de itens do Contrato nº 051/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social para atender a Secretaria Municipal de Saúde, sendo a empresa **J. C. BARBOSA PIMENTA – BOMBAS INJETORAS**, inscrita no CNPJ nº 08.657.312/0001-84.

REMANEJAR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	SERVICO DE BICO E BOMBA INJETORA - LINHA LEVE	HORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

PARA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	SERVICO DE BICO E BOMBA INJETORA - LINHA LEVE	HORA	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

ASSINATURA: 19 de dezembro de 2023.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2023

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2023

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

FORNECEDORA REGISTRADA: MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 29.956.581/0001-11.

OBJETO: O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO,

TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADES INIBIDORAS/FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT., Pregão Presencial/ Registro de Preços nº 005/2023.

VALOR TOTAL R\$ 1.343.896,00 (Um Milhão, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais).

ASSINATURA: 15 de dezembro de 2023.

VIGÊNCIA: 15 de dezembro 2023 até 15 de dezembro de 2024.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 8.666/93.

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

2º TERMO DE APOSTILAMENTO

2º TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO: 051/2023.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial nº 011/2022.

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, no uso de suas atribuições legais, determina o Apostilamento de remanejamento de saldo de itens do Contrato nº 051/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura para atender a Secretaria Municipal de Saúde, sendo a empresa **AROLD JOSÉ BATISTA LEITE**, inscrita no CNPJ nº 14.384.413/0001-21.

REMANEJAR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE AUTO ELETRICA - LINHA LEVE	HORA	53	R\$ 160,00	R\$ 8.480,00
02	SERVICO DE MECANICA - LINHA LEVE	HORA	43	R\$ 175,00	R\$ 7.525,00
04	SERVICO DE FUNILARIA E PINTURA - LINHA LEVE	HORA	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL R\$ 25.505,00					

PARA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE AUTO ELETRICA - LINHA LEVE	HORA	53	R\$ 160,00	R\$ 8.480,00
02	SERVICO DE MECANICA - LINHA LEVE	HORA	43	R\$ 175,00	R\$ 7.525,00
04	SERVICO DE FUNILARIA E PINTURA - LINHA LEVE	HORA	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL R\$ 25.505,00					

ASSINATURA: 19 de dezembro de 2023.

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2023

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2023

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

FORNECEDORA REGISTRADA: MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 29.956.581/0001-11.

OBJETO: O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADES INIBIDORAS/FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT., Pregão Presencial/ Registro de Preços nº 005/2023.

VALOR TOTAL R\$ 1.343.896,00 (Um Milhão, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais).

ASSINATURA: 15 de dezembro de 2023.

VIGÊNCIA: 15 de dezembro 2023 até 15 de dezembro de 2024.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 8.666/93.

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA DECRETO N.º 081/2023, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECRETO N.º 081/2023, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar.”

O Sr. Uilson José da Silva, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº. 980/2023, de 30 de Agosto de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), assim exposto:

01- PODER LEGISLATIVO

01- CAMARA MUNICIPAL

01- LEGISLATIVA

31- AÇÃO LEGISLATIVA

500 - Recursos não Vinculados de Impostos

2.000- Manutenção e Encargos da Camara Municipal

4.4.90.61.00.00 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS.....R\$ 160.000,00

TOTALR\$ 160.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01- PODER LEGISLATIVO

01- CAMARA MUNICIPAL

01- LEGISLATIVA

31- AÇÃO LEGISLATIVA

500 - Recursos não Vinculados de Impostos

1.070 – Ampliação/Reforma/Manutenção da Sede do Legislativo Municipal

4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R\$ 160.000,00

TOTALR\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, 12 de Dezembro de 2023.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 072/2023

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 072/2023

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 073/2023.

ABERTURA: 09 de janeiro de 2024 às 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:30 às 08:00 horas;

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde de Nova Lacerda /MT.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 19 de dezembro de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 68/2023

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 68/2023

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 68/2023.

ABERTURA: 08 de janeiro de 2024 às 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:10 às 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para aquisição para atende a demanda do município de Nova Lacerda.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 19 de dezembro de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 363/2023

PORTARIA Nº 363/2023

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a Elevação de Classe ao servidor concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 44, Inciso I, II e III, Parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação de Classe
1001	FRANCISCA LEANDRO DA SILVA	07/12/2023	E

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 18 dias do mês de dezembro de 2023.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DISPENSA LICITAÇÃO Nº 38/2023

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 38/2023

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa para aquisição de material de consumo radiológico e equipamentos de proteção individual (EPI) para o técnico de radiologia e pacientes que realizara exames de raio-x no Centro de Diagnostico de Nova Lacerda.

Favorecida: TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA

R\$ 13.453,00 (treze mil e quatrocentos e cinquenta e três reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 19 de dezembro de 2023.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DISPENSA LICITAÇÃO Nº 37/2023

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 37/2023

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada em fornecimento de insumos de plantas ornamentais a serem colocados na sede de prefeitura e centro de diagnostico, atendendo a Secretaria de Administração.

Favorecida: 50.514.386 LEANDRO PINHEIRO BARBOSA

R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 19 de dezembro de 2023.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 068/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 068/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.152.609 SINOEL FERREIRA DA SILVA inscrita no CNPJ nº 50.152.609/0001-54

FISCAL: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA.

LICITAÇÃO EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 050/2023. CREDENCIAMENTO 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 050/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 6.802,40. (seis mil, oitocentos dois reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.099.588 BRUNO FERNANDO KLEMP DO PRADO, inscrita no CNPJ nº 50.099.588/0001-50 **FISCAL DO CONTRATO: JEAN KERIB FERREIRA CASTRO**

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 7º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 086/2022****INEXIGIBILIDADE 010/2022 – CREDENCIAMENTO 005/2022**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, ODONTOLOGIA, ASSISTENTE SOCIAL E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 01 (um) mês o contrato nº. 086/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 01 de janeiro de 2024 e término em 02 de fevereiro de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 46.870,40 (quarenta e seis mil oitocentos e setenta reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: T A DA COSTA MEDICINA – ME – CNPJ: 44.063.549/0001-09

FISCAL: DIENE DE SOUZA SILVA CAMPOS

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 064/2023. CREDENCIAMENTO 002/2023.**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 064/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.213.015 JOAIS DA SILVA CARNEIRO , inscrita no CNPJ nº 50.213.015/0001-06

FISCAL DO CONTRATO: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 057/2023. CREDENCIAMENTO 002/2023.**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 064/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 19.096,00. (dezenove mil, noventa e seis reais),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.167.707 MARINO ALVES RIBEIRO, inscrita no CNPJ nº 50.167.707/0001-65

FISCAL DO CONTRATO: REGINALDO DA SILVA

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2022****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2022 – CREDENCIAMENTO 005/2022**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, ODONTOLOGIA, ASSISTENTE SOCIAL E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o contrato nº. 065/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 27 de dezembro de 2023 e término em 26 de janeiro de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 6.393,60 (seis mil trezentos e noventa e três reais e sessenta centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24

CONTRATADO: ALINE YARA ENFERMAGEM LTDA, CNPJ: 46.519.474/0001-45

FISCAL: MARILETE CRISTINA MOHR STEFFENS

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 3º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 043/2021. CARTA CONVITE 004/2021.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CANTEIROS, JARDINS, VIAS PÚBLICAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o contrato nº. 043/2021 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de dezembro de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: ADRIANA MELO DA SILVA 01462808140, Inscrita no CNPJ nº 20.137.115/0001-30.

FISCAL DO CONTRATO: SIDNEI DOS SANTOS COSTA.

LICITAÇÃO**EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 048/2023. CREDENCIAMENTO 002/2023.**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 048/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 26.250,40. (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ N° 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.140.958 JOELSON DA PAIXÃO SANTOS, inscrita no CNPJ n° 50.140.958/0001-56.

FISCAL DO CONTRATO: SEBASTIAO CEZAR PINTO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 071/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato n°. 071/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ N° 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.157.021/0001-93 inscrita no CNPJ n° 50.157.021/0001-93

FISCAL: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 079/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato n°. 079/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 15.729,67. (quinze mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ N° 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.122.341 GENILSON SANTOS DE JESUS SOUZA inscrita no CNPJ n° 50.122.341/0001-08

FISCAL: REGINALDO DA SILVA.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 077/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato n°. 077/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a

contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ N° 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.198.660 VILKER FERREIRA DA SILVA inscrita no CNPJ n° 50.198.660/0001-05

FISCAL: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 075/2023.
CREDENCIAMENTO 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato n°. 075/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 14.616,80 (quatorze mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ N° 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.127.434 JOSE CARLOS RIBEIRO LIMA LIMA.

Inscrita no CNPJ n° 50.127.434/0001-25.

FISCAL DO CONTRATO: REGINALDO DA SILVA.

LEI Nº 1.225 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Súmula: “Dispõe sobre a Criação de Cargos Comissionados da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT e alteração da Lei Municipal n°. 904/2017 de 22 de março de 2017 e dá outras providências”.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art.1º. Ficam criados os cargos comissionados de Chefe de Divisão de Fiscalização de Transporte Frota Pesada e Chefe de Divisão de Fiscalização de Transporte Frota Leve, ambos lotados na Secretaria de Governo, alterando-se o anexo I da Lei Municipal n° 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Quantidade	Cargo Comissionado	Carga Horária	Vencimentos
01	Chefe de Divisão de Fiscalização de Transporte Frota Pesada	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Fiscalização de Transporte Frota Leve	44hs	RS 1.700,11

Art.2º. Ficam criados os cargos comissionados de Chefe do Departamento de Limpeza e Manutenção, Chefe de Divisão de Limpeza e Manutenção, Chefe de Divisão de Licitações e Contratos, Chefe de Divisão de Distribuição de Materiais, Chefe de Divisão de Atendimento ao Cidadão, lotados na Secretaria de Administração, alterando-se o anexo I da Lei Municipal n° 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Quantidade	Cargo Comissionado	Carga Horária	Vencimentos
01	Chefe do Departamento de Limpeza e Manutenção	44hs	RS 3.051,45
01	Chefe de Divisão de Limpeza e Manutenção	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Licitações e Contratos	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Distribuição de Materiais	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Atendimento aos Cidadãos	44hs	RS 1.700,11

Art.3º. Ficam criados os cargos comissionados de Chefe de Divisão de Contabilidade, Chefe de Divisão de Tributação, Chefe de Divisão de Tesouraria, Chefe de Divisão do Patrimônio, todos, lotados na Secretaria de Finanças, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Quantidade	Cargo Comissionado	Carga Horária	Vencimentos
01	Chefe de Divisão de Contabilidade	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Tributação	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão de Tesouraria	44hs	RS 1.700,11
01	Chefe de Divisão do Patrimônio	44hs	RS 1.700,11

Art.4º. Fica criado o cargo comissionado de Chefe de Divisão de Convênios e Prestação de Contas, lotado na Secretaria de Planejamento, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Quantidade	Cargo Comissionado	Carga Horária	Vencimentos
01	Chefe de Divisão de Convênios e Prestação de Contas	44hs	R\$ 1.700,11

Art.5º. Fica criado o cargo comissionado de Chefe de Divisão de Programa do PSF/USB, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Quantidade	Cargo Comissionado	Carga Horária	Vencimentos
01	Chefe de Divisão de Programa do PSF/USB	44hs	R\$ 1.700,11

Art.6º. Ficam criados os cargos comissionados de Coordenador do Departamento de Serviços Urbanos e Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, lotado na Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

01	Coordenador do Departamento de Serviços Urbanos	44hs	R\$ 4.497,97
01	Chefe de Divisão de Serviços Urbanos	44hs	R\$ 1.700,11

Art.7º. Fica criado o cargo comissionados de Chefe de Divisão de Esportes, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

[01|Chefe de Divisão de Esportes|44hs|R\$ 1.700,11]

Art.8º. Ficam criados os cargos comissionados de Coordenador do Departamento de Água e Chefe de Divisão de Manutenção da Rede de Água, lotados na Secretaria de Meio Ambiente, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

01	Coordenador do Departamento de Água Serviços Urbanos	44hs	R\$ 4.497,97
----	--	------	--------------

01	Chefe de Divisão de Manutenção da Rede de Água	44hs	R\$ 1.700,11
----	--	------	--------------

Art.9º. Fica criado o cargo comissionados de Chefe de Divisão do Posto de Identificação, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, alterando-se o anexo I da Lei Municipal nº 904/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

[01|Chefe de Divisão do Posto de Identificação|44hs|R\$ 1.700,11]

Art. 10º- Os demais cargos, valores e itens da Lei Municipal 904/2017 permanecem inalterados.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT em 19 de dezembro de 2023.

Ana Maria Urquiza Casagrande

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO

EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 076/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT..

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 076/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.182.218 JOSE CICERO DA SILVA inscrita no CNPJ nº 50.182.218/0001-82

FISCAL: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA.

LICITAÇÃO

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2021 – CREDENCIAMENTO 003/2021

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS.

OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do prazo vigência do contrato original por mais 120 (cento e vinte) dias, iniciando no dia 31/12/2023 e encerrando em 30/04/2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 28.771,20 (vinte e oito mil setecentos e setenta e um reais e vinte centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: CAMILA CASSOL SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ: 42.747.809/0001-21.

FISCAL: ALEXSANDRO OLIVEIRA BUCHS

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 059/2023.
CREDENCIAMENTO 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 059/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 14.616,80. (quatorze mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.132.650 IURI SWINKA DE CASTRO, inscrita no CNPJ nº 50.132.650/0001-69

FISCAL DO CONTRATO: REGINALDO DA SILVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 047/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 047/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.340,00. (dez mil, trezentos e quarenta reais),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.104.543 DANIEL DA SILVA MARCELINO inscrita no CNPJ nº 50.104.543/0001-27

FISCAL DO CONTRATO: GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 – CREDENCIAMENTO 002/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do prazo vigência do contrato original por mais 04 (quatro) meses, iniciando no dia 02/01/2024 e encerrando em 01/05/2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 15.215,20 (Quinze mil duzentos e quinze reais e vinte centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: AGUINALDO PORTES DA FONSECA 83449841149, CNPJ: 24.889.881/0001-01

FISCAL: CRISTIANE MARIA DE JESUS

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 025/2022.

Dispensa de licitação nº 012/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, REDE DE DADOS E WIRELESS, INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES, SOFTWARES, APOIO TÉCNICO AOS FUNCIONÁRIOS, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE REDE PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 025/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 23 de Dezembro de 2023 e término em 22 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 16.000,00. (dezesseis mil reais),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: JONATHA W ROCA, CNPJ 31.461.241/0001-61, inscrita no CNPJ nº 31.461.241/0001-61

FISCAL DO CONTRATO: ALEX SANDRO DE PAZ TOMASI

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 69/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 69/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: 14.616,80 (quatorze mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.142.099 MARCONDES LEANDRO DA SILVA inscrita no CNPJ nº 50.142.099/0001-34

FISCAL: REGINALDO DA SILVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 065/2023.
CREDENCIAMENTO 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 065/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 14.616,80. (quatorze mil, seiscentos e dezesesseis reais e oitenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.195.621 WILLIAN FERNANDO EMILIANO DA SILVA Inscrito no CNPJ nº 50.195.651/0001-46.

FISCAL DO CONTRATO: REGINALDO DA SILVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 – CREDENCIAMENTO 002/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do prazo vigência do contrato original por mais 04 (quatro) meses, iniciando no dia 02/01/2024 e encerrando em 01/05/2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 16.830,34 (dezesesseis mil oitocentos e trinta reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: JOSE ADRIANO DOS SANTOS 73824445115, CNPJ: 29.953.844/0001-39

FISCAL: JEAN KERIB FERREIRA CASTRO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 052/2023.
CREDENCIAMENTO 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 052/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 8.404,00. (oito mil quatrocentos e quatro reais),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.090.225 APARECIDA DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 50.090.225.0001/54

FISCAL DO CONTRATO: SONIA MARIA ROSA LEITE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO - ADITIVO DO CONTRATO 066/2023.

Inexigibilidade 005/2023 – Credenciamento 002/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, CULTURA E ESPORTES, OBRAS CIVIS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o contrato nº. 066/2023 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o término do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 20 de Dezembro de 2023 e término em 19 de Abril de 2024.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R\$ 10.410,40. (dez mil quatrocentos e dez reais e quarenta centavos),

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24.

CONTRATADO: 50.141.731 CLEDISON MARCOS TAMBALO inscrita no CNPJ nº 50.141.731/0001-25

FISCAL: FERNANDO VIEIRA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.287, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEI Nº. 1.287, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 740.446,00 (Setecentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), destinados à Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos.

Art. 2º O Crédito preconizado no artigo 1º desta Lei destinar-se-á cobrir despesas da Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos, pela suplementação da seguinte classificação funcional-programáticas:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos		
Unidade: 003 – Departamento de Serviços Urbanos		
Função: 15 – Urbanismo		
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana		
Programa: 0038 – Manutenção da infraestrutura Urbana		
Projeto: 1016 – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares		
Fonte: 706.3110000 – Transferências Especial da União Decorrentes de Emenda Parlamentar Individual		
Natureza da Despesa:		
(596) 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	540.446,00
(597) 4490.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$	200.000,00
TOTAL DA AÇÃO	R\$	740.446,00

Art. 3º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior, serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, aqueles provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo Único: O excesso de arrecadação de que trata o caput do artigo 3º, serão aqueles provenientes dos repasses de recursos da emenda parlamentar individual nº 09032023-034761 e 0903203-034763 – Deputado Federal Neri Geller.

Art. 4º Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1137/2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 1226/2022 – LDO 2023 e Lei Municipal nº 1234/2022 – LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Monte Verde-MT, em 19 de dezembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023 SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO LIONS CLUBE DE NOVA MONTE VERDE – MT, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

LEI Nº 1.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO LIONS CLUBE DE NOVA MONTE VERDE – MT, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITO NO CNPJ N.º 08.896.842/0001-85, COM O OBJETIVO DE REFORMAR, AMPLIAR E MELHORAR O ESPAÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar o termo de cooperação com a Associação LIONS CLUBE DE NOVA MONTE VERDE – MT, entidade sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ n.º 08.896.842/0001-85, objetivando o repasse de recursos financeiros para reformar, ampliação e melhoramento do espaço público da delegacia de polícia civil do Município.

Art. 2º - A “Autorização para Transferência do Valor” citado no contrato do termo de cooperação, será realizada por meio de depósito bancário em conta corrente da Cooperativa Sicredi – nº 0821, Conta Corrente nº 95105-6, CNPJ n.º 08.896.842/0001-85.

Art. 3º - O valor do repasse será em parcela única no valor de **R\$ 15.500,00** (quinze mil e quinhentos reais).

Art. 4º - As despesas decorrentes do Projeto de Lei correrão por conta da dotação prevista na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, 19 de dezembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 1.289, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEI Nº. 1.289, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 40.393,38 (Quarenta Mil trezentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Oito Centavos), destinados a atender à CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT.

Art. 2º O Crédito preconizado no artigo 1º desta Lei destinar-se-á cobrir despesas da CÂMARA MUNICIPAL, pela suplementação das seguintes classificações funcional-programáticas:

01.001 – CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

Red.	Natureza de Despesa	Valor
02	31.90.11.00 - Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 15.610,23
05	31.91.13.00 - Obrigações Patronais	R\$ 6.770,83
15	33.90.93.00 - Indenizações e Restituições	R\$ 18.012,32
	TOTAL	R\$ 40.393,38

Artigo 3º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito nos artigos anteriores serão utilizados os recursos resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo descritas, nos termos do Inciso III do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964.

01.001 – CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

Red.	Natureza de Despesa	Valor
03	31.90.13.00 - Obrigações patronais	R\$ 9.500,00
06	33.90.08.00 – Outros benefícios assistenciais	R\$ 2.345,26
07	33.90.14.00 – Diária – Civil	R\$ 3.800,00
09	33.90.33.00 – Passagens e despesas com Locomoção	R\$ 3.816,98
10	33.90.35.00 – Serviço de consultoria	R\$ 1.000,00
11	33.90.36.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.775,00
12	33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.236,28
13	33.90.40.00 – Serviço de tecnologia da informação	R\$ 1.279,00
14	33.90.92.00 – Despesas de exercícios anteriores	R\$ 500,00
16	44.90.52.00 – Equipamentos e material permanente	R\$ 8.869,40
18	33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
19	44.90.51.00 – Obras e instalações	R\$ 771,46
	TOTAL	R\$ 40.393,38

Art. 4º Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1137/2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 1226/2022 – LDO 2023 e Lei Municipal nº 1234/2022 – LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Monte Verde, 19 de dezembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS.

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO ERRATA DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 76/2023

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 76/2023

O Município de Nova Monte Verde MT, torna público a errata de Publicação do Ata de Registro de Preços nº 65/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 76/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios (<https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/>), nº 4.383, página 411 a 419 do dia 19 de Dezembro de 2023, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.159.591/0001-68

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
12	CLORANFENICOL, HEMI-SUCCINATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1 G, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL	UNIDADE	BLAU	1000	R\$ 5,75	R\$ 5.750,00
26	LEVODOPA + BENSETRAZIDA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG + 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DISPERSIVEL, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	PRODUTOS ROCHE	20000	R\$ 1,29	R\$ 25.800,00
37	PREGABALINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	ADIUM	10000	R\$ 1,66	R\$ 16.600,00
39	PROXIMETACINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO OFTALMICA, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO OFTALMICA	UNIDADE	ALCON	200	R\$ 8,66	R\$ 1.732,00
53	VALPROATO DE SODIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BIOLAB	1000	R\$ 0,82	R\$ 820,00
					Total	R\$ 50.702,00

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
10	CIPROTERONA, ACETATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BERGAMO	200	R\$ 6,30	R\$ 1.260,00
18	ETORICOXIBE - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 90 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	GERMED	12000	R\$ 3,63	R\$ 43.560,00
30	NORETISTERONA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,35 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BIOLAB	100	R\$ 0,29	R\$ 29,00
					Total	R\$ 44.849,00

LEIA-SE:

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
12	CLORANFENICOL, HEMI-SUCCINATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1 G, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL	UNIDADE	BLAU	1000	R\$ 5,75	R\$ 5.750,00
26	LEVODOPA + BENSETRAZIDA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 200 MG + 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DISPERSIVEL, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	PRODUTOS ROCHE	20000	R\$ 1,29	R\$ 25.800,00
37	PREGABALINA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	ADIUM	10000	R\$ 1,66	R\$ 16.600,00
39	PROXIMETACINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO OFTALMICA, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO OFTALMICA	UNIDADE	ALCON	200	R\$ 8,66	R\$ 1.732,00
53	VALPROATO DE SODIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BIOLAB	1000	R\$ 0,82	R\$ 820,00
					Total	R\$ 50.702,00

PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.159.591/0001-68

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
10	CIPROTERONA, ACETATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BERGAMO	200	R\$ 6,30	R\$ 1.260,00
18	ETORICOXIBE - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 90 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	GERMED	12000	R\$ 3,63	R\$ 43.560,00
30	NORETISTERONA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,35 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	UNIDADE	BIOLAB	100	R\$ 0,29	R\$ 29,00
					Total	R\$ 44.849,00

ELIZA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

Decreto 115/2023

PUBLIQUE-SE.

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

Instrumento Contratual nº: 015/2023

Tomada de Preço: nº: 002/2023.

Tipo de Execução: () Direta (x) Indireta

Executor: **ALLIANCE ENERGIA SOLAR E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**

Município: Nova Monte Verde - MT

Endereço: **AV. MANOEL RODRIGUES DE SOUZA, MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CEP: 78.593-000.**

Natureza da Obra: **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

Detalhe da Natureza: **EXECUÇÃO DA OBRA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA.**

Data de Início Ordem de Serviço: 02/10/2023.

Data de Término: 07/12/2023

RECEBIMENTO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, plano de trabalho, projetos, memoriais e planilhas apresentadas, os serviços ficam PROVISÓRIAMENTE recebidos. As partes interessadas, por seus representantes abaixo assinado, firmam o presente para que se produzam os devidos efeitos legais.

Nova Monte Verde – MT, 14 de dezembro de 2023

MANOEL ZUFINO DA SILVA

CPF: 785.872.551-34

Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT

Repres. Legislativo

MOACIR VIGANICO JOAQUIM JUNIOR

Engenheiro Eletricista CREA PR 16332206

LICITACAO ERRATA DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 76/2023

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 76/2023

O Município de Nova Monte Verde MT, torna público a errata de Publicação do Aviso de Resultado Pregão Eletrônico 76/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios (<https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/>), n° 4.383, página 410 a 411 do dia 19 de Dezembro de 2023, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

Ø **PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA** inscrita no CNPJ n° **05.159.591/0001-68**, para um valor total de **R\$ 50.702,00** (cinquenta mil, setecentos e dois reais).

Ø **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ n° **81.706.251/0001-98**, para um valor total de **R\$ 44.849,00** (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais).

LEIA-SE:

Ø **PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA** inscrita no CNPJ n° **05.159.591/0001-68**, para um valor total de **R\$ 44.849,00** (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais).

Ø **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ n° **81.706.251/0001-98**, para um valor total de **R\$ 50.702,00** (cinquenta mil, setecentos e dois reais).

ELIZA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

Decreto 115/2023

PUBLIQUE-SE.

CAMARA MUNICIPAL TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Instrumento Contratual n°: 015/2023

Tomada de Preço: n°: 002/2023.

Tipo de Execução: () Direta (x) Indireta

Executor: **ALLIANCE ENERGIA SOLAR E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**

Município: Nova Monte Verde - MT

Endereço: **AV. MANOEL RODRIGUES DE SOUZA, MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CEP: 78.593-000.**

Natureza da Obra: **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

Detalhe da Natureza: **EXECUÇÃO DA OBRA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA.**

Data de Início Ordem de Serviço: 02/10/2023.

Data de Término: 07/12/2023

RECEBIMENTO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, plano de trabalho, projetos, memoriais e planilhas apresentadas, os serviços ficam DEFINITIVAMENTE recebidos. As partes interessadas, por seus representantes abaixo assinado, firmam o presente para que se produzam os devidos efeitos legais.

Nova Monte Verde – MT, 14 de dezembro de 2023

MANOEL ZUFINO DA SILVA

CPF: 785.872.551-34

Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT

Repres. Legislativo

MOACIR VIGANICO JOAQUIM JUNIOR

Engenheiro Eletricista CREA PR 16332206

GABINETE DO PREFEITO RESOLUÇÃO N° 002/2023/CME/NMV/MT. DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOM JOÃO VI PARA OFERTAR A EDUCAÇÃO BÁSICA.

RESOLUÇÃO N° 002/2023/CME/NMV/MT.

Dispõe sobre o Processo de Autorização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI para ofertar a Educação Básica, Etapas: Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano).

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA MONTE VERDE/MT, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei n° 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Municipal n° 082/1994; Lei Municipal n° 193/2001 e na Resolução Normativa 001/2014-CME/NMV/MT.

CONSIDERANDO o Processo via ofício n° 017/2023/EMEF DOM JOÃO VI protocolado no dia 21 de novembro de 2023 neste Conselho Municipal de Educação, objeto da proposta exarada no Parecer 002/2023 - CME/NMV/MT;

CONSIDERANDO a decisão dos Conselheiros em Reunião Ordinária datada em 07 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI para ofertar a Educação Básica, Etapas: Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano).

Parágrafo único – A Autorização conforme Art.14 da Resolução Normativa 001/2014-CME/NMV/MT terá vigência de cinco anos, compreendidos entre 07/12/2023 a 07/12/2028.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRASE

Nova Monte Verde/MT, 07 de dezembro de 2023.

JOSÉ JOAQUIM VIEIRA FILHO

Presidente do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGO:

ANDERSON CHRISTEN TENFEN

Secretário Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Decreto nº 069/2022

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº. 1.288, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI Nº. 1.288, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 600.000,00 (Seiscentos e mil reais), destinados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º O Crédito preconizado no artigo 1º desta Lei destinar-se-á cobrir despesas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pela suplementação da seguinte classificação funcional-programática:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade: 005 – Departamento de Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Subfunção: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0024 – Festas Tradicionais e Folclóricas	
Atividade: 2041 – Apoiar e Promover Eventos Culturais e Tradicionais	
Fonte: 701 – Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres dos Estados	
Natureza da Despesa:	
(242) 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 600.000,00
TOTAL DA AÇÃO	R\$ 600.000,00

Art. 3º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior, serão utilizados os recursos àqueles mencionados no Inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, aqueles provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo Único: O excesso de arrecadação de que trata o caput do artigo 3º, será aquele proveniente do repasse de recursos do **TERMO DE CONVÊNIO Nº 1986-2023 PROCESSO Nº SECEL-PRO-2023/07330**, firmado com o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 4º Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1137/2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 1226/2022 – LDO 2023 e Lei Municipal nº 1234/2022 – LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Monte Verde-MT, em 19 de dezembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA N.º 282, 19 DE DEZEMBRO 2023 SÚMULA: NOMEIA FISCALIS ADMINISTRATIVOS PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2023.

PORTARIA N.º 282, 19 de dezembro 2023

SÚMULA: Nomeia fiscais Administrativos para a Ata de Registro de Preços nº 65/2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo para da Ata de Registro de Preços nº 65/2023 celebrado entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE** e as empresas: **A G KIENEN & CIA LTDA CNPJ nº 82.225.947/0001-65, ALFA MED UNIPessoal LTDA CNPJ nº 45.594.333/0001-24, CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDACNPJ nº 40.274.2370001-85, CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 23.228.076/0001-74, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA CNPJ nº 25.279.552/0001-01, FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 37.714.493/0001-31, FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 40.724.582/0001-73, G2 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 47.647.493/0001-10, KATAYAMA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ nº 10.448.902/0001-49, LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 19.391.064/0001-99, MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 09.034.672/0001-92, NF FARMACEUTICA E LOGISTICA LTDA CNPJ nº 40.951.414/0001-10, PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA CNPJ nº 05.159.591/0001-68 e PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 81.706.251/0001-98.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 76/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8386/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS REMANESCENTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, EM UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FISCAL: ELAINE COSTA DA SILVA

RG Nº: 20042809

CPF Nº: 025.208.651-13

CARGO: FARMACEUTICO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE**MATRICULA:** 3840**SUPLENTE:** ADRIELI VALCARENGHI FIORI**RG Nº:** 21635676**CPF Nº:** 046.953.771-01**CARGO:** CHEFE DE DIVISÃO**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**MATRICULA:** 3864**Art. 2º** - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde / MT, 19 de dezembro de 2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscais para a Ata de Registro de Preços nº 65/2023 referente ao Processo Administrativo nº 83862023, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde / MT, 19 de dezembro de 2023.

ELAINE COSTA DA SILVA – SECRETARIA DE SAUDE

**GABINETE DO PREFEITO
PARECER 002/2023/CME/NMV/MT**

PARECER 002/2023/CME/NMV/MT

Interessado: Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI**Assunto:** Autorização**I – HISTÓRICO**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI está localizada na Avenida José Antônio Silveira Sobrinho s/n, na Comunidade São José do Apuí, CEP: 78593-000, no núcleo rural do município de Nova Monte Verde no extremo Norte de Mato Grosso na área denominada de Amazônia Legal, aproximadamente a 1000 km da Capital do Estado (Cuiabá). É mantida pela Rede Municipal de Ensino de Nova Monte Verde/MT, através da Secretaria Municipal de Educação, sendo criada a partir do Decreto nº 197/88. Devido a fusão das escolas das comunidades e implantação da proposta da Gestão única (Estado & Município) a Escola da Comunidade São José do Apuí, pertencia a rede Estadual, denominada Escola Estadual de Primeiro Grau Machado de Assis todos os alunos das escolas rurais utilizavam a mesma estrutura física, ambas passam a ter gerenciamento único. Nesta mesma década acontece a construção do prédio, onde se encontra hoje a Escola Municipal Dom João VI e devido a precariedade da estrutura da Escola Machado de Assis, ambas passam a utilizar as dependências da Escola Dom João VI. Embora funcionassem no mesmo prédio, cada escola oferecia suas respectivas turmas, A Escola Dom João VI ofertava a Pré-escola, 1ª, 4ª e 5ª série e as demais turmas do Ensino Fundamental e Ensino médio pertencia Escola Machado de Assis. A gestão única deixou de vigorar e a parceria no uso da mesma dependência permaneceu até a construção das novas instalações da Escola Estadual Machado de Assis em 2005. Com o término da construção do prédio da Escola Estadual Machado de Assis, ocorre o término da parceria na utilização da mesma estrutura e gerenciamento, cada unidade escolar passa a ter gerenciamento e gestão própria de acordo com sua entidade mantenedora. Com o desmembramento das duas escolas passou a chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI. E com o aumento da demanda de crianças, uma ala da Escola Dom João VI foi cedida para atender crianças de 4 meses a 3 anos de idade, concretizado a partir do ano de 2006 a implantação da creche, sendo feitas algumas adequações na infraestrutura.

Em trinta de agosto de dois mil e sete o Conselho Municipal de Educação de Nova Monte Verde autoriza o funcionamento e credenciamento com as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, desde o berçário a 2ª série como regimento de implantação imediata e séries finais com implantação gradativa conforme a demanda. Até o ano de 2022 a escola atendia apenas as modalidades de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 3º ano). Em 2023 com o processo de redimensionamento para municipalização do Ensino Fundamental houve um acordo entre as secretarias Estadual e Municipal e o prédio da Escola Estadual Machado de Assis foi cedido para o município, passando a Escola Dom João VI a ampliar as modalidades de atendimento, ofertando desde a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) até o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano). Ainda dentro do acordo feito entre estado e município, será feita a reforma do prédio, bem como a substituição de todo seu mobiliário melhorando de forma significativa os aspectos físicos e de mobiliário da escola. A Escola Municipal Dom João VI recebe alunos de diferentes escolas, sejam Estaduais, Municipais ou Privadas, de Nova Monte Verde, de outros municípios, estados ou países, classes sociais, credos, etnias e raças, assim como os professores e professoras que trazem e convivem com valores, concepções diferentes o que permite o exercício da tolerância e da cidadania. Dessa forma, a diversidade cultural é característica da unidade escolar. Pelo presente solicita a autorização da referida unidade escolar para o atendimento das modalidades Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano).

II – ANÁLISE

O processo apresentado ao Conselho Municipal de Educação - CME segue o prescrito na Resolução Normativa 001/2014/CME/NMV/MT e constam os seguintes documentos:

1. Relatório de Verificação de visita prévia;
2. Ofício requerendo a autorização da referida unidade escolar;
3. Decreto de Criação da unidade escolar;
4. Alvará de funcionamento;
5. Portaria de nomeação da direção;
6. Relação de mobiliário, equipamentos, materiais didáticos e do acervo bibliográfico;
7. Quadro do Corpo Técnico-Administrativo e Docente, com os devidos certificados de escolaridade;
8. Projeto Político Pedagógico;
9. Regimento Interno.

III – RELATÓRIO

1. A análise do processo, com base na legislação vigente, permite a este Conselho atender ao pedido de autorização de funcionamento, considerando que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI, apresenta condições em termos de prédio, instalações, equipamentos e quadro de recursos humanos para o atendimento da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano).
2. O relatório da Comissão deste Conselho refere que a Escola dispõe de condições físicas para atendimento do pedido, informando também que os equipamentos e recursos possibilitam o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como efetivam o Regimento Escolar.
3. Constatamos após a análise do processo e a verificação “in loco”, a necessidade das seguintes adequações com suas devidas providências:
 - a) Adequar as carteiras de acordo com a idade das crianças;
 - b) Descartar o lixo acumulado no pátio externo;
 - c) Providenciar o Laudo Técnico da Vigilância Sanitária;

d) Providenciar o Laudo Técnico expedido pelo setor municipal de urbanismo, ou equivalente do poder público, ou ainda de um engenheiro civil habilitado.

IV – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, a Comissão considerando a Resolução Normativa 001/2014/CME/NMV conclui por:

- a) Autorizar o funcionamento da Educação Básica, Etapas: Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 9º ano), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI;
- b) Aprovar o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar; e
- c) Determinar o cumprimento de providências nos termos do item III do subitem 3 deste Parecer.

V – Comissão de Verificação

Relator: José Joaquim Vieira Filho

Membro: Evilázio Maltezo

Membro: Francisco Antônio Sevallo

Membro: Zenaide Sanches Batista da Silva

Membro: Aparecido Marques da Costa Junior

VI – DECISÃO

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão do dia 07 de dezembro de 2023.

José Joaquim Vieira Filho

Presidente do CME/NMV/MT

Registre-se e publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

LEI Nº 2.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

LEI Nº 2.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), no orçamento do Município e dá outras providências”.

O Sr. **Leandro Félix Pereira**, Prefeito Municipal do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir aos Anexos da Lei Municipal nº 2.612, de 20 de dezembro de 2021 - Plano Plurianual, alterado pela Lei Municipal nº 2.753, de 16 de dezembro de 2022 e aos anexos da Lei Municipal nº 2.754, de 16 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023, no **Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação, Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação, Função: 12 - Educação, SubFunção: 364 - Ensino Superior, Programa: 0033 - Apoio a Entidades não Governamentais e outras esferas de Governo, Projeto Atividade 20158 - Convênio FAESP - Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos**, conforme consta nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º O Crédito Adicional Especial receberá classificação orçamentária a ser incluso na Lei Municipal nº 2.755/2021, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Orçamento Anual de 2023 do Município, conforme Art. 41, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. O crédito de que trata o *caput* deste Artigo receberá a seguinte classificação orçamentária:

DOTAÇÃO ESPECIAL

07. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001.12. Educação

07.001.12.364. Ensino Superior

07.001.12.364.0033. Apoio a Entidades não Governamentais e outras esferas de Governo

07.001.12.364.0033.20158 Convênio FAESP - Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos

3.3.50.41.00.00. Contribuições R\$ 120.000,00

Fonte: 250000000000 - Recursos Ordinários

TOTAL DE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL R\$ 120.000,00

Art. 3º Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado e apresentado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2022, deste Município, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada através de Decreto Municipal emitido pelo Poder Executivo no que diz respeito a abertura do Crédito Adicional Especial.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Leandro Félix Pereira

Prefeito

ANEXO I

LEI Nº 2.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

INCLUI NOS ANEXOS DE DESPESAS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.612, DE 20/12/2021 – PLANO PLURIANUAL, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.753/2022, DE 16/12/2022

MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
INFORMAÇÕES POR PROGRAMAS - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS								
ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Educação								
UNIDADE: 001 – Secretaria Municipal de Educação								
01. Programa: 0033 – Apoio a Entidades não Governamentais e outras esferas de Governo								
02. Objetivo: Parceria de custeio financeiro para implantação, oferta e execução do Curso de Bacharelado de Engenharia de Alimentos em Nova Mutum.								
03. Público Alvo: População Mutuense.								
Cód.	Proj / Atividade - Ação	Produto	Função	Subfunção	Unidade de Medida	Meta Física 2023	Desejado final PPA	Valor Proj / Ativ 2023
20158	Convênio FAESP - Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos	Unidade	12 Educação	364 Ensino Superior	Unidade	1	1	R\$ 120.000,00

ANEXO II

LEI Nº 2.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

INCLUI NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.754, de 16/12/2022 -

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
ANEXO I DA L.D.O - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2023										
Órgão	Unidade	Programa	Ação	Função	Subfunção	Tipo	Produto	Unidade/ Medida	Meta Física	Meta Financeira (R\$)
07 Secretaria Municipal de Educação	001 Secretaria Municipal de Educação	0033 Apoio a Entidades não Governamentais e outras esferas de Governo	20158 Convênio FAESP - Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos	12 Educação	364 Ensino Superior	A	Unidade	Unidade	01	R\$ 120.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2023/PMNO,

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023/PMNO, CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT, INSCRITO NO CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. CONTRATADA: JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.182.928/0001-84, VALOR: R\$ 526.515,52 (quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMO HOSPITALAR DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06060021030100192130339030000015001002000, 06060021030200202154339030000015001002000, 06060021030100191048449052000015001002000. VIGÊNCIA: 20/12/2023 ATÉ 20/12/2024.

Nova Olímpia – MT, de 20 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT.LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) Nº 120/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 097/2021/PMNO, ORIUNDO A ADESÃO Nº 017/2021/PMNO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2021/PMNO, SENDO A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2021 DO MUNICÍPIO ROSÁRIO OESTE. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. CONTRATADA: GESTÃO MT ASSESSORIA LTDA inscrita sob o CNPJ nº 12.015.532/0001-81. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL E PLANEJAMENTO EM CARÁTER COMPLEMENTAR AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO

DE NOVA OLÍMPIA-MT NA EXECUÇÃO DO E-SOCIAL, FUNDAMENTADO na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º. MOTIVO: Considerando a necessidade de aditar o prazo em conformidade com a vigência para mais 12 (doze) meses ao contrato Nº 097/2021/PMNO, para que seja mantida a continuação dos serviços prestado pela contratada, especialmente por se tratarem de serviços especiais de serviços de assessoria contábil para secretária de administração. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0303001041220003202133903900000100000000. VIGÊNCIA CONTRATUAL: 22/12/2023 ATÉ 22/12/2024.

NOVA OLÍMPIA/MT, 14 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPALSECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 103/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO, os artigos 1º e 2º do Decreto N.º 20.910, de 06 de janeiro de 1932, que regula a prescrição quinquenal e dá outras providências e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, o art. 206, § 5º, I. do Código Civil Brasileiro, Lei Federal N.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002;

CONSIDERANDO, o que dispõe as razões de voto do Acórdão n.º 861/2002, Resolução nº. 43/2013 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO, o que dispõe a Nota Técnica TCE-MT nº 02/2011, que em situações excepcionais, em que o objeto da obrigação deixa de existir ou é devolvido, abre-se a possibilidade de um estorno da obrigação, desde que devidamente comprovada.

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constante do Orçamento Fiscal, deverão cancelar, integralmente, os restos a pagar processados prescritos, inscritos nos exercícios de 2015 a 2018, que não tiverem sido pagos até esta data, conforme Anexo 01 do presente decreto.

§ 1º Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhas inscritas em restos a pagar processados identificados no presente Decreto deverão comprovar a interrupção do prazo prescricional até o prazo estipulado neste Decreto.

§ 2º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei N.º 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constante do Orçamento Fiscal, deverão cancelar, integralmente, os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios 2017 a 2022, referente a saldos de Empenhos não utilizados e/ou liquidados pelo município, constante do anexo a este ato normativo, que não tiverem sido pagos até esta data, conforme Anexo 02 do presente decreto.

Art. 3º Fica desde já notificado todos os credores constantes do rol do anexo, do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável até 29/12/2023, requerer junto a Secretaria Municipal de Finanças o direito ao pagamento, caso for necessário, munidos de comprovação de realização de ordem, entrega e realização dos serviços.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia – MT, 19 dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.novaolimpia.mt.gov.br

WEBER VIEIRA MARTINS

Secretário Municipal De Administração

LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) N.º 121/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 055/2022/PMNO, A TOMADA DE PREÇOS- PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 012/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2022/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. CONTRATADA: MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME, inscrita sob o CNPJ/MF nº 09.356.670/0001-10. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS DO BAIRRO JARDIM ITAMARATI NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT. FUNDAMENTADO na Lei 8.666/93, Art. 57 incisos II e §2º. MOTIVO: Aditar o prazo para conclusão da obra e prestação de conta de acordo com aditivo de prazo SigCon/MT. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

80800215451003622284490510000150000000000

08080021545100362228449051000017010000000

VIGÊNCIA: 23/12/2023 ATÉ 19/06/2023.

Nova Olímpia-MT, 15 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL PORTARIA MUNICIPAL Nº 437 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“QUE DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE LICENÇA CONCEDIDA A SERVIDOR”.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no dia 18 de dezembro de 2023, nesta Prefeitura pelo Servidor requerendo o retorno às atividades laborais a partir de 19 de dezembro de 2023, bem como a necessidade da Administração e o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria Municipal nº 181 de 02 de maio de 2023, que concedeu **Licença para Tratar de Interesse Particular**, nos termos do art. 100, da Lei Municipal nº 775/2008, ao servidor (a) público (a) deste município, Senhor (a) **ANDRÉ ALVES RODRIGUES**, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Leves, inscrito (a) no CPF sob o nº 700.***.***-49, **matrícula nº 639**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esportes e Lazer (SEMECETEL).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO PESSOAL EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3824/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ACENIL DE SOUZA DELFINO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3792/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ADINEIA SANTOS DE SOUZA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3854/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ADNAIR DE SOUZA FERREIRA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3866/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ALENICE GOMES CLARINDO COELHO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3838/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ALESSANDRA COSTA DE SOUZA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3847/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ALESSIA DOS SANTOS

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3798/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ANA PAULA DA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3812/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): CLARICE BARBOSA DA SILVA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3801/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): CLEIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3799/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): CLEONICE ROBERTO DE MELO**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3840/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): DESIREE SALES GALLEGOS SOUZA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3867/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): EDINEIA MARIA DA CUNHA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3835/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3830/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ELIZABETE LOURENÇO DE CRISTO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3870/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): EUCILENE DE SOUZA PEREIRA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3811/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): EVELLYN MARILAINE MASCARENHAS ALMEIDA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3826/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): FABIANA BERNARDO DOS SANTOS

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3855/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): FATIMA MARIA DA SILVA PINHEIRO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3843/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): FRANCISCA EMILIA OLIVEIRA SOARES

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

nado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3836/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3800/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3827/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): IVONETE DA COSTA DE LIMA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o

interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3810/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): JOANA DARK JUREMA OLIVEIRA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3791/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): JOANIZE CRISTINA CORREA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3846/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): JOSANE FRANCISCA DE LIMA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, po-

dendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3831/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): JOSCIMAR SILVA ARAUJO NUNES

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3849/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): JULIANA REIS FONSECA DOS SANTOS

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3795/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LEIDIANA NONATA PEREIRA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3802/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LEONICE ANDRADE SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3833/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LEONICE CAMPOS SOUZA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3797/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LISA DANIELLE DE SOUSA CARVALHO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3793/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LORANA DA SILVA ERMITA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3841/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): LUCIANA SIRLEIDE DO NASCIMENTO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3848/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MARIA ALLINY SILVA SANTOS

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3796/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MARIA ANGELA SATZINGER PINHO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3837/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MARIA DAS DORES ROMAO SOBRINHO DOS SANTOS

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3839/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MARIA JOSE DE JESUS SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3844/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MARIA SIDNEIDE ALVES DA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3809/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): MIRIAM SOUZA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3834/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ODILENE MARIA FERNANDES

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3845/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): RAQUEL LOPES DA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3803/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ROSANGELA SILVA MARANHÃO

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3805/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): ROSINETE LEMES DE MORAIS DO NASCIMENTO**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3813/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): SANDRA MARIA LIRA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3832/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): SILVANA BEZERRA DOS SANTOS**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3823/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): TATIANE DE SOUZA SILVA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3804/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): THAIANA FLAVIANA DUARTE**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:**Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3808/2023****Contratante:** Município de Nova Olímpia-MT**Contratado (a): WALESKA KAROLINY FARIAS DE LIMA**

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3794/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): ZILDA DE CASTILHO AGRA SILVA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO
ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3842/2023

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratado (a): NEIVA CARVALHO COSTA

Aditivo de prazo contratual: O prazo de validade deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste aditivo, podendo ser prorrogado até o limite definido na Lei Municipal nº 1.308/2023 e suas alterações posteriores, sempre de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, tendo como termo inicial em 19/12/2023 e o final em 13/12/2024, ficando o (a) contratado (a) vinculado (a) e subordinado (a) à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer (SEMECETEL), do município de Nova Olímpia/MT.

Cargo/ Função: Professor (a)

Nova Olímpia MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2023/PMNO,

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023/PMNO, CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT, INSCRITO NO CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: L.E. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.134.704/0001-22, **VALOR:**R\$ 461.613,80 (quatrocentos e sessenta e um reais, seiscentos e treze reais e oitenta centavos). **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMO HOSPITALAR DESTINADOS AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 06060021030100192130339030000015001002000,06060021030200202154339030000015001002000,

06060021030100191048449052000015001002000.**VIGÊNCIA: 20/12/2023 ATÉ 20/12/2024.**

Nova Olímpia – MT, de 20 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÚSULAS (LGPD) N.º 121/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 055/2022/PMNO, A TOMADA DE PREÇOS- PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 012/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2022/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ/MF nº 09.356.670/0001-10. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS DO BAIRRO JARDIM ITAMARATI NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. FUNDAMENTADO** na Lei 8.666/93, Art. 57 incisos II e §2º. **MOTIVO:** *Aditar o prazo para conclusão da obra e prestação de conta de acordo com aditivo de prazo SigCon/MT.* **DOTAÇÃO RÇAMENTARIA:**

80800215451003622284490510000150000000000

08080021545100362228449051000017010000000

VIGÊNCIA: 23/12/2023 ATÉ 19/06/2023.

Nova Olímpia-MT, 15 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2023/PMNO,

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023/PMNO, CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT, INSCRITO NO CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, **VALOR:**R\$ 259.497,77 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos). **OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMO HOSPITALAR DESTINADOS AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 06060021030100192130339030000015001002000,06060021030200202154339030000015001002000,06060021030100191048449052000015001002000.**VIGÊNCIA: 20/12/2023 ATÉ 20/12/2024.**

Nova Olímpia – MT, de 20 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200005/2023/PMNO,

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 005/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 104/2023/PMNO. ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, inscrito no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. FORNECEDORES REGISTRADOS: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38. VA-

LOR: R\$ 259.497,77 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos). **JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.182.928/0001-84, VALOR: R\$ 526.515,52 (quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos). **L.E. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.134.704/0001-22, VALOR: R\$ 461.613,80 (quatrocentos e sessenta e um reais, seiscentos e treze reais e oitenta centavos). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMO HOSPITALAR DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
06060021030100192130339030000015001002000,06060021030200202154339030000015001002000,06060021030100191048449052000015001002000. **VIGÊNCIA CONTRATUAL: 20/12/2023 À 20/12/2024.**

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT.

LICITAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N.º 438 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

RESOLVENDO

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 1200005/2023/PMNO, Contrato 207/2023/PMNO, Contrato 208/2023/PMNO e Contrato 209/2023/PMNO, Pregão Presencial Nº 005/2023/PMNO**, conforme despacho exarado no **Processo Administrativo Nº 104/2023/PMNO** do município de NOVA OLÍMPIA-MT.

Art. 1º - Designar a servidora, **HENRIQUE ROBERTO RIVELINO CORREIA DA SILVA**, CPF: 058.xxx.xxx-46, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da **Ata de Registro de Preços nº 1200005/2023/PMNO, Contrato 207/2023/PMNO, Contrato 208/2023/PMNO e Contrato 209/2023/PMNO**, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT e a empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, empresa **JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.182.928/0001-84 e a empresa **L.E. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.134.704/0001-22. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMO HOSPITALAR DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

Art. 2º - Designar a servidora **ANTÔNIO FERNANDO LEMES SOARES**, CPF: 110.xxx.xxx-68, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 20 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume.

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO EXTRATO

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) Nº 122/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 050/2019/PMNO, ORIUNDO AO PREGÃO PRESENCIAL 073/2019/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. CONTRATADA: EVENTUAL LIVE MARKTING LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.433.214/0001-02.OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALACAO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA REALIZACAO DE EVENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT. FUNDAMENTADO na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º. MOTIVO: Para que seja mantida a continuação dos serviços prestado pela contratada, especialmente por se tratar de empresa especializada em instalação e montagem de estruturas para realização de eventos e prestação de serviços de sonorização para evento da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT. Considerando o fato que existe a previsão ou indicação de recursos orçamentários levando em consideração a economia e os preços mantido praticados e demais condições do supracitado CONTRATO. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: ,06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.39.00.00.0146000000,06.060.0.1.10.122.0018.2123.3.3.90.39.00.00.0102000000,06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0146000000,07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000,07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.39.00.00.0129000000,09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.8.13.122.0016.2111.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.7.27.812.0017.2106.3.3.90.39.00.00.0100000000,03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.39.00.00.0100000000,02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.39.00.00.0100000000,04.040.0.2.04.123.0006.2034.3.3.90.39.00.00.0100000000.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 23/12/2023 ATÉ 23/12/2024.

NOVA OLÍMPIA/MT, 18 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO EXTRATO

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) Nº 123/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 051/2019/PMNO, ORIUNDO AO PREGÃO PRESENCIAL 073/2019/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. CONTRATADA: AMANDA TAYLYSY AUGUSTO CHIARELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.658.366/0001-09.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALACAO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA REALIZACAO DE EVENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS PARA O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.FUNDAMENTADO na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º. MOTIVO: Considerando a necessidade de aditar o prazo em conformidade com a vigência para mais 12 (doze) meses ao contrato Nº 051/2019/PMNO, para que seja mantida a continuação dos serviços prestado pela contratada, especialmente, por se tratarem de empresa especializada em instalação e montagem de estruturas para realização de eventos e prestação de serviços de sonorização, para evento da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT. Haja visto, as razões do interesse público e a preocupação em atender a população do município, bem como obter preços e condições que mais oferecem vantagem para administração. Considerando o fato que existe a previsão ou indicação de recursos orçamentários levando em consideração a economia e os preços mantido praticados e demais condições do supracitado **CONTRATO. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.39.00.00.0146000000,06.060.0.1.10.122.0018.2123.3.3.90.39.00.00.0102000000,06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0146000000,07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000,07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.39.00.00.0129000000,09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.8.13.122.0016.2111.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.7.27.812.0017.2106.3.3.90.39.00.00.0100000000,03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.39.00.00.0100000000,02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.39.00.00.0100000000,04.040.0.2.04.123.0006.2034.3.3.90.39.00.00.0100000000. **VIGÊNCIA CONTRATUAL: 23/12/2023 ATÉ 23/12/2024.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 18 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO EXTRATO DO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) Nº 119/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 098/2021/PMNO, ORIUNDO AO PREGÃO Eletrônico 003/2021/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: TWI TECNOLOGIA E GESTÃO DE SISTEMAS LTDA,** CNPJ Nº 11.601.924/0001-60. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL SENDO A ATENÇÃO BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO, CONTEMPLANDO NO MÍNIMO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO E MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, TESTES, TREINAMENTO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL, DOCUMENTAÇÃO, ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS NO SISTEMA, ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO SEMPRE QUE SOLICITADO CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL , FUNDAMENTADO na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º. MOTIVO:** Considerando a necessidade de aditar o prazo em conformidade com a vigência para mais 12 (doze) meses ao contrato Nº 098/2021/PMNO, para que seja mantida a continuação dos serviços prestado pela contratada, especialmente por se tratarem de serviços especiais para o desempenho das atividades dos servidores da secretária de saúde. A contratada desempenha um papel crucial na implementação de sistema de informações de saúde do município,

por se tratar de uma empresa especializada para locação de software integrado para gestão de saúde pública municipal, abrangendo desde a atenção básica até a complexidade, regulação e todos os elementos essenciais para a saúde da população. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.40.00.00.0160000000

06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0160000000

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 23/12/2023 ATÉ 23/12/2024.

NOVA OLÍMPIA/MT, 14 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO EXTRATO

EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO COM ACRÉSCIMO DE CLÁUSULAS (LGPD) Nº 124/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2023/PMNO, REF: AO CONTRATO Nº 052/2019/PMNO, ORIUNDO AO PREGÃO PRESENCIAL 073/2019/PMNO. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA: R. PIAZZA-ME** inscrita no CNPJ sob o nº 23.378.084/0001-05. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALACAO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA REALIZACAO DE EVENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS PARA O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.FUNDAMENTADO na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º. MOTIVO:** Considerando a necessidade de aditar o prazo em conformidade com a vigência para mais 12 (doze) meses ao contrato Nº 051/2019/PMNO, para que seja mantida a continuação dos serviços prestado pela contratada, especialmente, por se tratarem de empresa especializada em instalação e montagem de estruturas para realização de eventos e prestação de serviços de sonorização, para evento da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT. Haja visto, as razões do interesse público e a preocupação em atender a população do município, bem como obter preços e condições que mais oferecem vantagem para administração. Considerando o fato que existe a previsão ou indicação de recursos orçamentários levando em consideração a economia e os preços mantido praticados e demais condições do supracitado **CONTRATO. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.39.00.00.0146000000,06.060.0.1.10.122.0018.2123.3.3.90.39.00.00.0102000000,06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0146000000,07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.39.00.00.0100000000,07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.39.00.00.0129000000,07.070.0.2.08.244.0025.2191.3.3.90.39.00.00.0129000000,09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.8.13.122.0016.2111.3.3.90.39.00.00.0100000000,05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.39.00.00.0101000000,05.050.0.7.27.812.0017.2106.3.3.90.39.00.00.0100000000,03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.39.00.00.0100000000,02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.39.00.00.0100000000,04.040.0.2.04.123.0006.2034.3.3.90.39.00.00.0100000000. **VIGÊNCIA CONTRATUAL: 23/12/2023 ATÉ 23/12/2024.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 18 de dezembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 109/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

PAULINHO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte TERMO DE HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame, aberto pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, quanto aos atos praticados, verifica-se que foram realizados de conformidade com o Edital, reconhecendo-os como legais, legítimos e válidos;

II – Quanto as despesas oriundas do referido processo Licitatório, constata-se que os recursos estão consignados no Orçamento para o ano de 2024.

Diante do exposto e em cumprimento as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Eu **PAULINHO BORTOLINI**, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público municipal, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº 054/2023**, o qual tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Transporte Escolar dos Alunos da Educação Básica da Zona Rural Até a Sede do Município de Nova Santa Helena/MT, cujo certame teve como vencedora a empresa:

VICTOR INACIO DE GODOY – COM VALOR TOTAL DE R\$ 107.568,00.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 107.568,00 (Cento e Sete Mil Quinhentos e Sessenta e Oito Reais)

Determino que se tome as devidas providências para assinatura do contrato ou equivalente.

Nova Santa Helena/MT, 19 de dezembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL CONCURSO PÚBLICO 001-2023 1º
COLOCADO VIGIA STÊNIO MANUEL DOS SANTOS PARGA**

Nova Santa Helena/MT. 18 de dezembro de 2023.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do Concurso Público 001/2023 de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 02 de abril de 2023, vem à presença de V. Senhoria. nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de VIGIA, CONVOCA-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra do Concurso Público 001/2023, munido dos seguintes documentos, sob pena de ser considerado desistente:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;
2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;
3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;
5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...>

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

14. <https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...>

15. <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...>

16. <https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...>

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

19. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

20. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

21. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

22. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

23. 01 (uma) foto 3x4 recente;

24. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

25. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema E-SOCIAL do Governo Federal.

26. Emitida em: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...>

27. Apresentar no ato da entrega da documentação endereço de E-mail e Telefone pessoal atualizado e ativo.

Das declarações exigidas, os modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos (as) candidatos (as) para a efetiva posse através do e-mail pessoal do candidato, que poderá ser solicitado através do e-mail institucional rh@novasantahelena.mt.gov.br ou através do Whatsapp do Departamento de Recursos Humanos (66) 99658-8223.

O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

STÊNIO MANUEL DOS SANTOS PARGA CIENTE:.....

.....

EM ____/____/____.

Nova Santa Helena – MT.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 377/2023

DATA: 19 de dezembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o término do Afastamento de Vacância para Posse em Cargo Inacumulável da servidora MARIA DE FATIMA DE SOUZA, concedido pela Portaria nº 400/2020 de 08/12/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. RETORNAR a servidora MARIA DE FATIMA DE SOUZA, inscrita sob a matrícula de nº 180, do Afastamento de Vacância para Posse em Cargo Inacumulável para recebimento das Verbas Rescisórias de direito e Exonerar a mesma do cargo de ZELADORA, a partir de 08/12/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

19 de dezembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/12/2023 a 19/01/2024.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 375/2023

DATA: 18 de dezembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre a Concessão de Férias ao profissional que menciona e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção III, Capítulo III, art. 89 da Lei 1036 de 07 de junho de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias aos servidores abaixo mencionados, conforme programação e períodos abaixo relacionados.

Servidor Matrícula Período Aquisitivo Férias Período de gozo de Férias
Data de retorno

Erick Hendy Soares Figueira 1143 De: 02/03/2022 a 01/03/2023 De: 02/01/2024 a 31/01/2024 Dia: 01/02/2024

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso,

18 de dezembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 18/12/2023 a 18/01/2024.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376/2023

DATA: 19 de dezembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o término do Afastamento de Vacância para Posse em Cargo Inacumulável da servidora VALCLECI KOVALSKI CEBRIAN, concedido pela Portaria nº 372/2020 de 01/12/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. RETORNAR a servidora VALCLECI KOVALSKI CEBRIAN, inscrita sob a matrícula de nº 810, do Afastamento de Vacância para Posse em Cargo Inacumulável para recebimento das Verbas Rescisórias de direito e Exonerar a mesma do cargo de ZELADORA, a partir de 01/12/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

19 de dezembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/12/2023 a 19/01/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**SECRETARIA DE GABINETE**
LEI MUNICIPAL Nº 2.646, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**LEI MUNICIPAL Nº 2.646, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

*Altera dispositivos constantes na Lei Municipal nº 2.644/2023 que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar **Processo Seletivo Simplificado** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As alíneas “g” e “h” do inciso I do art. 1º da Lei Municipal nº 2.644, de 12 de dezembro de 2023 passam a vigorar com as seguintes redações:

“.....
.....

Art. 1º
.....

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:				
Cargo	Salário (R\$)	C/H Sem.	Exigências para o cargo	Vagas *
g) Médico Otorrinolaringologista	16.000,00	20	Ensino superior em Ciências Médicas mais residência em Otorrinolaringologista, mais registro no respectivo conselho de classe	CR
h) Médico Ginecologista/Obstetra	12.350,00	20	Ensino superior em Ciências Médicas mais especialização em Ginecologia Obstetra, mais	CR

		registro no respectivo conselho de classe	
--	--	---	--

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.646, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

ANEXO

Cargo: Médico Otorrinolaringologista

Salário: R\$ 16.000,00

Requisitos: Ensino Superior em Ciências Médicas mais Residência em Otorrinolaringologista, mais registro no respectivo conselho de classe.

Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais, dependendo da previsão do edital do concurso público, e ainda, o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados. Poderá ser exigido trabalho em regime especial, sob a forma de escalas, turnos de revezamento e correlatos, conforme a necessidade do serviço.

Síntese das Atividades: Realizar atendimento na área de otorrinolaringologia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, cirurgias, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado. Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, apa-

relhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; participar de conselhos, comissões, conferências e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

Cargo: Médico Ginecologista/Obstetra

Salário: R\$ 12.350,00

Requisitos: Ensino Superior em Ciências Médicas mais especialização em Ginecologia Obstetra, mais registro no respectivo conselho de classe.

Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais, dependendo da previsão do edital do concurso público, e ainda, o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados. Poderá ser exigido trabalho em regime especial, sob a forma de escalas, turnos de revezamento e correlatos, conforme a necessidade do serviço.

Competências pessoais para a Função: Manter sigilo; Trabalhar em equipe; Iniciativa; Manter imparcialidade; Manter neutralidade; Equilíbrio emocional; Bom senso; Saber ouvir; Contornar situações adversas; Capacidade de observação; Habilidade de questionar; Espírito crítico; Visão holística; Transmitir segurança.

Síntese das Atividades: Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão; Realizar exames ginecológicos que incluem exames de mamas e exame especular, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames; Realizar a coleta de material preventivo do câncer (coleta de citologia oncológica); Executar cauterizações de colo de útero com criocautério; Realizar o planejamento familiar, através de palestras e explicações a respeito dos métodos existentes na unidade de saúde e fornecendo o material quando solicitado; Realizar investigações de esterilidade conjugal através de exames; Participar de equipe multiprofissional, elaborando ou adequando programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas; Realizar exame pré-natal, diagnosticando a gravidez, solicitando os exames de rotina e verificando pressão, peso, altura uterina e batimentos cardíacos fetais; Avaliar a gestante mensalmente, até o 7º mês, quinzenalmente no 8º mês e semanalmente até o parto; Realizar diagnóstico precoce da gestação de alto risco; Executar avaliação de vitalidade fetal através de estímulo sonoro para ver se há desenvolvimento ideal do feto. realizar consulta pós parto indicando método contraceptivo, se necessário; Fornecer referência hospitalar para parto; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

SECRETARIA DE GABINETE PORTARIA Nº 1418/2023

PORTARIA Nº 1418/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 74/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **DVH Produções Artísticas Ltda**, que tem por objeto apre-

sentação artística da dupla Diego & Victor Hugo, a ser realizado no evento Exponova 2024, no dia 13 de abril de 2024, com início às 23:30 e com duração de 01 hora e 40 minutos – **Inexigibilidade 013/2023; resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 74/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543;

II – Sueli de Fátima Ribeiro Silva Oliveira, Atendente, matrícula funcional 1000;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, matrícula funcional 3650;

IV – Eliane Silveira Dias, Assistente Administrativo, matrícula funcional 3652;

V - Kariny Nara Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato 74/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE LEI MUNICIPAL Nº 2.647, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.647, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por transposição e remanejamento dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, Senhor **João Machado Neto**, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por transposição e remanejamento no orçamento do ano de 2.023, em conformidade ao disposto no inciso I, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.964.664,01 (um milhão e novecentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e um centavo) destinado a custear despesas com realização de obras no CMEI Ana Celia Moreira da Silva, E.M. Deus é amor e E.M. Professor José Rodrigues Silqueira, além da aquisição de tênis para os alunos da rede pública municipal de ensino e aquisição de papel A4, computadores, impressoras e SSD para atender as unidades escolares municipais pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Art. 2º O crédito adicional suplementar por transposição e remanejamento definido no artigo 1º, reforçará a seguinte dotação orçamentária:

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.361.0006.1008 – Construção/Ampliação/Reforma de Escolas da Educação Básica

4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 351.966,83

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.365.0007.1011 – Construção/Ampliação/Reforma de Escolas da Educação Infantil

4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 699.466,38

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.361.0006.2012 — Apoio Administrativo a Secretaria de Cidade

3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 557.763,80

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.365.0007.2016 — Apoio Administrativo a Educação Infantil

3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 249.467,00

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.361.0006.1007 — Apoio Administrativo a Educação Infantil

4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 106.000,00

Art. 3º O Crédito adicional suplementar por transposição e remanejamento de que trata o artigo 1º será coberto pela anulação das seguintes dotações orçamentárias em conformidade com o inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964:

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.306.0006.2013 — Apoio Administrativo a Alimentação Escolar – Educação Básica	
3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....	R\$ 139.522,59
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.361.0006.2059 — Apoio ao Proerd	
3.3.90.31.00.00.00.00 — Premiações Culturais, Artísticas e Outras.....	R\$ 11.862,58
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.365.0007.2016 — Apoio Administrativo a Educação Infantil	
3.3.90.14.00.00.00.00 — Diárias - Civil.....	R\$ 16.800,00
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.365.0007.2016 — Apoio Administrativo a Educação Infantil	
3.3.90.36.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	R\$ 170.835,50
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.365.0007.2016 — Apoio Administrativo a Educação Infantil	
3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 206,34
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.365.0007.2016 — Apoio Administrativo a Educação Infantil	
3.3.90.92.00.00.00.00 — Despesas de Exercícios Anteriores.....	R\$ 1.472,20
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.306.0007.2017 — Apoio Administrativo a Alimentação Escolar – Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....	R\$ 11.267,62
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.361.0006.2012 — Apoio Administrativo a Secretaria de Cidade	
3.3.90.14.00.00.00.00 — Diárias - Civil.....	R\$ 22.893,32
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.361.0006.2014 — Apoio Administrativo ao Transporte Escolar	
3.3.90.36.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	R\$ 1.000,00
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.361.0006.2014 — Apoio Administrativo ao Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 1.206,33
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.364.0008.1012 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Ensino Superior	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 10.000,00
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	
12.364.0008.2018 — Apoio Administrativo ao Ensino Superior	
3.1.90.11.00.00.00.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R\$ 38.510,29
05 — Secretaria Municipal de Educação	
05.001 — Educação	

12.364.0008.2018 — Apoio Administrativo ao Ensino Superior	
3.3.50.43.00.00.00.00 — Subvenções Sociais.....	R\$ 20.784,81
12 — Secretaria Municipal de Cidade	
12.001 — Cidade	
15.451.0043.1074 — Georreferenciamento	
4.4.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 281.240,49
12 — Secretaria Municipal de Cidade	
12.001 — Cidade	
04.451.0043.1035 — Pavimentação Asfáltica e Outras Infraestruturas Necessárias para Manutenção de Vias Públicas	
4.4.90.51.00.00.00.00 — Obras e Instalações.....	R\$ 100.454,71
02 — Secretaria de Gabinete e Assessorias	
02.001 — Gabinete do Prefeito e Assessorias	
04.122.0003.1003 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria de Gabinete	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 38.156,85
08 — Secretaria Municipal de Infraestrutura	
08.001 — Infraestrutura	
04.122.0024.2037 — Apoio Administrativo a Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 200.000,00
09 — Secretaria Municipal de Assistência Social	
09.001 — Assistência Social	
04.122.0027.2040 — Apoio Administrativo a Secretaria de Assistência Social	
3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 200.000,00
07 — Secretaria Municipal de Saúde	
07.001 — Saúde	
10.302.0015.2028 — Apoio Administrativo a Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....	R\$ 100.000,00
07 — Secretaria Municipal de Saúde	
07.001 — Saúde	
10.302.0015.2028 — Apoio Administrativo a Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R\$ 100.000,00
03 — Secretaria Municipal de Administração	
03.001 — Administração	
04.122.0004.1004 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria de Administração	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 51.148,32
07 — Secretaria Municipal de Saúde	
07.001 — Saúde	
10.301.0012.1019 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Gestão do SUS	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 59.106,00
07 — Secretaria Municipal de Saúde	
07.001 — Saúde	
10.302.0015.1022 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Atenção Básica	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 71.508,13
08 — Secretaria Municipal de Infraestrutura	
08.001 — Infraestrutura	
04.122.0024.1033 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.52.00.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 60.911,27
11 — Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
11.001 — Turismo e Cultura	

13.392.0033.2047 — Apoio Administrativo a Realização de Festas e Eventos

3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 68.099,13

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.301.0012.2025 — Apoio Administrativo a Gestão do SUS

3.3.90.40.00.00.00.00 — Serviços de Tecn. Da Informação e Comunicação – PJ.....R\$ 80.000,00

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.301.0014.2027 — Apoio Administrativo a Atenção Básica

3.3.90.30.00.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 50.000,00

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.301.0014.2027 — Apoio Administrativo a Atenção Básica

3.3.90.36.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$ 57.677,53

Art. 4º O Crédito adicional suplementar por transposição e remanejamento de que trata o artigo 1º, será detalhado pela seguinte fonte:

1.500.1001000 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....
.....R\$ 1.964.664,01

Art. 5º Fica atualizado o Demonstrativo “Quadro de Detalhamento da Despesa” anexo da Lei nº 2.481 de 23 de dezembro de 2022 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2023 atualizando os elementos de despesas na fonte de recurso conforme acima relacionado.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2023

João Machado Neto - João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE DECRETO Nº 5.619, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 5.619, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova o desdobramento de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria; considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79, e de acordo com o disposto na **Certidão 076/2023 – favorável ao desdobramento**, que integra o presente Decreto, da lavra de **Rhudyris A. Gonçalves** Engenheiro Civil – CREA-MT 49407; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de 2 (dois) lotes urbano**, correspondentes ao **lote 2 (dois) da quadra 37 (trinta e sete), Cadastro Municipal 001.24.037.02.001.1, bairro Industrial, setor Xavantina**, nesta cidade, que se encontra Matriculada sob nº 15.878 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Joelma Batista Rodrigues Ronsoni**, portador(a) do CI/RG nº 1586323-9-SSP-MT, inscrito(a) no CPF sob o nº 986.202.071-72, casado com Cleonir Ronsoni, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – Desdobramento 1 - 01 (um) lote de terras, com área de **1.342,3250m²**, **lote 2 (dois) da quadra 37 (trinta e sete), Cadastro Municipal 001.24.037.02.001.1, bairro Industrial, setor Xavantina**, nesta cidade, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Vereador Manoel de Brito, medindo 30,00 metros; lado direito para a Avenida Leonardo Vilas Boas, medindo 10,50 metros, é interrompido pelo lote 2A que ocupa 11,90 metros da testada e mais 27,60 metros de frente para a Avenida Leonardo Vilas Boas; lado esquerdo para o lote 4, medindo 50,00 metros e fundos para o lote 46, medindo 30,00 metros;

II – Desdobramento 2 - 01 (um) lote de terras, com área de **157,6750m²**, **lote 2-A (dois “A”) da quadra 37 (trinta e sete), Cadastro Municipal 001.24.037.02A.001.1, bairro Industrial, setor Xavantina**, nesta cidade, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Leonardo Vilas Boas, medindo 11,90 metros; lado direito para o lote 2, medindo 13,25 metros, esta testada está a 27,60 metros de distância da divisa do lote 2 e o lote 46; lado esquerdo para o lote 2, medindo 13,25 metros, esta testada está a 10,50 metros de distância da frente do lote 2 com a Rua Vereador Manoel de Brito e fundos para o lote 2, medindo 11,90 metros, este eixo está a 16,75 metros de distância da divisa do lote 2 e o lote 4.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART OBRA/SERVIÇO 12202302117307, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Melissa Trindade Quintilhan – RNP 1218890886.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Rhudyris A. Gonçalves

Engenheiro Civil – CREA-MT 49407

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.618, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 5.618, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a re/ratificação de área urbana e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; combinado com disposições contidas na Lei Federal 6.766/79; de acordo com o disposto na **Certidão nº 074/2023** – favorável a re/ratificação de área, que integra o presente Decreto, da lavra do servidor público municipal Rhudyeris Avelino Gonçalves – Técnico em Edificações – CREA-MT 49407, e de acordo com as demais legislação que trata da matéria; **Decreto:**

Art. 1º Re/ratificar um lote de terras, situada no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Nova Xavantina - MT, que está devidamente matriculada sob o nº 17.331, no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Almiro Pereira da Silva**, portador(a) do CI/RG nº 1667802-8-SSP/MT e inscrito(a) no CPF sob o nº 374.756.065-20, residente(s) e domiciliado(s) em Nova Xavantina - MT, **designado por lote 9 (nove) da quadra 31 (trinta e um), com 800,00m², Cadastro Municipal 001.15.031.09.001, no loteamento denominado Projeto Xavantina, setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: do vértice M-01 ao vértice M-03 limita-se por divisa com Estrada municipal, confrontando com AV. CARAZINHO; do vértice M-03 ao vértice M-04 limita-se por divisa com Muro, confrontando com LOTE 07; do vértice

ce M-04 ao vértice M-06 limita-se por divisa com Muro, confrontando com LOTE 09-A; Finalmente do vértice M-06 ao vértice M-01 limita-se por divisa com Estrada municipal, confrontando com RUA ALTO TAGUARI.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: TRT OBRA/SERVIÇO CFT2302889895, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Mauricio Santos Gomes Junior – Registro 04299824105.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá a retificação de que trata o art. 1º deste Decreto, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação da retificação de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Rhudyeris Avelino Gonçalves

Engenheiro Civil – CREA-MT 49407

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.648, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.648, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por remanejamento dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por remanejamento no orçamento do ano de 2.023, em conformidade ao disposto no inciso I, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias, no valor de R\$ 837.650,88 (oitocentos e trinta e sete mil e seiscentos e cinquenta mil reais e oitenta e oito centavos) destinado as despesas da Câmara Municipal de Nova Xavantina.

Art. 2º O crédito adicional suplementar por remanejamento definido no artigo 1º, reforçará a seguinte dotação orçamentária:

01 — Câmara Municipal

01.001 — Gabinete do Presidente

01.031.0001.2001 — Apoio Administrativo ao Gabinete do Presidente da Câmara

3.1.90.11.00.00.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 300.000,00

01 — Câmara Municipal

01.001 — Gabinete do Presidente

01.031.0001.2001 — Apoio Administrativo ao Gabinete do Presidente da Câmara

3.3.90.93.00.00.00 — Indenizações e Restituições.....R\$ 200.000,00

01 — Câmara Municipal

01.001 — Gabinete do Presidente

01.031.0001.2001 — Apoio Administrativo ao Gabinete do Presidente da Câmara

3.3.90.14.00.00.00 — Diárias - Civil.....R\$ 110.000,00

01 — Câmara Municipal

01.002 — Secretaria de Administração da Câmara

01.031.0002.2003 — Apoio Administrativo a Secretaria de Administração da Câmara

3.1.90.11.00.00.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 200.000,00

01 — Câmara Municipal

01.002 — Secretaria de Administração da Câmara

01.031.0002.2003 — Apoio Administrativo a Secretaria de Administração da Câmara

3.1.91.13.00.00.00 — Obrigações Patronais.....R\$ 27.650,88

Art. 3º O Crédito adicional suplementar por remanejamento de que trata o artigo 1º será coberto pela anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias em conformidade com o inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964:

03 — Secretaria Municipal de Administração

03.001 — Administração

04.122.0004.2007 — Apoio Administrativo a Secretaria de Administração

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 27.618,74

03 — Secretaria Municipal de Administração

03.001 — Administração

04.122.0004.2008 — Apoio Administrativo a Realização de Concurso Público/Processo Seletivo para o Município

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 28.800,00

04 — Secretaria Municipal de Finanças

04.001 — Finanças

04.123.0005.2009 — Apoio Administrativo a Secretaria de Finanças

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 35.000,00

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.364.0008.2018 — Apoio Administrativo ao Ensino Superior

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 72.454,77

05 — Secretaria Municipal de Educação

05.001 — Educação

12.364.0008.2018 — Apoio Administrativo ao Ensino Superior

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 19.301,92

06 — Secretaria Municipal de Esportes e Lazer / Esportes e Lazer

06.001 — Esportes e Lazer

27.812.0011.2023 — Apoio Administrativo a Secretaria de Esportes e Lazer

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 11.998,91

06 — Secretaria Municipal de Esportes e Lazer / Esportes e Lazer

06.001 — Esportes e Lazer

27.812.0011.2023 — Apoio Administrativo a Secretaria de Esportes e Lazer

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 17.953,86

06 — Secretaria Municipal de Esportes e Lazer / Esportes e Lazer

06.001 — Esportes e Lazer

27.812.0011.2024 — Apoio Administrativo a Realização de Eventos Esportivos

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 10.212,24

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.302.0017.1024 — Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Assistência Farmacêutica MAC

4.4.90.52.00.00.00 — Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 20.000,00

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.301.0012.2025 — Apoio Administrativo a Gestão do SUS

3.3.90.14.00.00.00 — Diárias – Civil.....R\$ 20.650,94

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.302.0015.2028 — Apoio Administrativo a Média e Alta Complexidade

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 80.000,00

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.304.0016.2029 — Apoio Administrativo a Vigilância em Saúde

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa 3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 28.712,53

07 — Secretaria Municipal de Saúde

07.001 — Saúde

10.304.0016.2029 — Apoio Administrativo a Vigilância em Saúde

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa 3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 41.276,26

08 — Secretaria Municipal de Infraestrutura

08.001 — Infraestrutura

26.782.0024.1036 — Construção de Pontes e Bueiros e de Manutenção de Estradas

4.4.90.51.00.00.00 — Obras e Instalações.....R\$ 19.642,22

08 — Secretaria Municipal de Infraestrutura

08.001 — Infraestrutura

04.122.0024.2037 — Apoio Administrativo a Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 9.937,92

09 — Secretaria Municipal de Assistência Social

09.001 — Assistência Social

04.122.0027.2040 — Apoio Administrativo a Secretaria de Assistência Social

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 110.000,00

10 — Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

10.001 — Meio Ambiente e Desenvolvimento

04.122.0031.2044 — Apoio Administrativo a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 22.625,62

11 — Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

11.001 — Turismo e Cultura

04.122.0033.2046 — Apoio Administrativo a Secretaria de Turismo e Cultura

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 26.464,95

12 — Secretaria Municipal de Cidade

12.001 — Cidade

04.451.0025.2038 — Apoio Administrativo a Limpeza Urbana

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 50.000,00

12 — Secretaria Municipal de Cidade

12.001 — Cidade

04.122.0043.2060 — Apoio Administrativo a Secretaria Municipal de Cidade

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....R\$ 35.000,00

12 — Secretaria Municipal de Cidade

12.001 — Cidade

04.122.0043.2060 — Apoio Administrativo a Secretaria Municipal de Cidade

3.3.90.39.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 150.000,00

Art. 4º O Crédito adicional suplementar por remanejamento de que trata o artigo 1º, será detalhado pela seguinte fonte:

1.500.0000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.....R\$ 837.650,88

Art. 5º Fica atualizado o Demonstrativo “Quadro de Detalhamento da Despesa” anexo da Lei nº 2.481 de 23 de dezembro de 2022 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2023 atualizando os elementos de despesas na fonte de recurso conforme acima relacionado.**Art. 6º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina—MT, 19 de dezembro de 2023

João Machado Neto – João Bang Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.621, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Página: 1 / 1

Decreto Nº 5621, de 19 de dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 503,68, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL PREVIX		
13.001 - DIRECAO EXECUTIVA DA PREVIX		
13.001.9.272.35.2049-3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	R\$503,68
1.802.0000000	BENEFÍCIOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	503,68

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL PREVIX		
13.001 - DIRECAO EXECUTIVA DA PREVIX		
13.001.99.997.35.2050-9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$503,68
1.800.1111000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PODER EXECUTIVO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (PLANO	503,68

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 19 de dezembro de 2023.

**SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1419/2023**

PORTARIA Nº 1419/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 75/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **MAA Produções Artísticas Ltda**, que tem por objeto *apresentação artística da dupla Humberto & Ronaldo, a ser realizado no evento Exponova 2024, no dia 12 de abril de 2024, com duração de 01 hora e 40 minutos – Inexigibilidade 014/2023*; **resolve**:

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 75/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543;

II – Sueli de Fátima Ribeiro Silva Oliveira, Atendente, matrícula funcional 1000;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, matrícula funcional 3650;

IV – Eliane Silveira Dias, Assistente Administrativo, matrícula funcional 3652;

V – Kariny Nara Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato 75/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.617, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DECRETO Nº 5.617, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre o reajuste da tarifa de água e esgoto sanitário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e demais legislação pertinente à matéria;

- Considerando o estabelecido no Contrato n.º 093/2002 e alterações posteriores, que tem por objeto a Concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários na cidade de Nova Xavantina;

- Considerando que em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada no dia 18/12/2021 – ATA Nº 03/CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO/2023, ficou decidido pelo reajuste de 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) sobre a tarifa de água e dos serviços de esgoto do município; **Decreta**:

Art. 1º Fica reajustado o valor da tarifa de água e dos serviços de esgoto do município em 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) a ser aplicado pela Concessionária – SETAE, no período de 01/2024 a 12/2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.649, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

LEI MUNICIPAL Nº 2.649, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por transposição dentro do orçamento vigente e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por transposição no orçamento do ano de 2.023, em conformidade ao disposto no inciso I, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964, com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias, no valor de R\$ 178.267,19 (cento e setenta e oito mil e duzentos e sessenta e sete mil reais e dezenove centavos) destinado a custear despesas relativas a aquisição de material de consumo em geral pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Art. 2º O crédito adicional suplementar por transposição definido no artigo 1º, reforçará a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Educação

05.001 – Educação

12.361.0006.2012 – Apoio Administrativo a Educação Básica

3.3.90.30.00.00.00 — Material de Consumo.....
.....R\$ 178.267,19

Art. 3º O Crédito adicional suplementar por transposição de que trata o artigo 1º será coberto pela anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias em conformidade com o inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964:

05 – Secretaria Municipal de Educação

05.001 – Educação

12.364.0008.2018 – Apoio Administrativo ao Ensino Superior

3.3.50.43.00.00.00 — Subvenções Sociais.....
.....R\$ 178.267,19

Art. 4º O Crédito adicional suplementar por transposição de que trata o artigo 1º, será detalhado pela seguinte fonte:

1.500.1001000 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....
.....R\$ 178.267,19

Art. 5º Fica atualizado o Demonstrativo “Quadro de Detalhamento da Despesa” anexo da Lei nº 2.481 de 23 de dezembro de 2022 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2023 atualizando os elementos de despesas na fonte de recurso conforme acima relacionado.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina—MT, 19 de dezembro de 2023

João Machado Neto – João Bang **Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1420/2023**

PORTARIA Nº 1420/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 76/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **B4 Produções Artísticas Ltda**, que tem por objeto *apresentação artística da dupla Matogrosso e Mathias, a ser realizado no evento Exponova 2024, no dia 11 de abril de 2024, com duração de 01 hora e 40 minutos – Inexigibilidade 015/2023*; **resolve**:

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 76/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543;

II – Sueli de Fátima Ribeiro Silva Oliveira, Atendente, matrícula funcional 1000;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, matrícula funcional 3650;

IV – Eliane Silveira Dias, Assistente Administrativo, matrícula funcional 3652;

V – Kariny Nara Duarte, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato 76/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE LEI MUNICIPAL Nº 2.650, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.650, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina/MT**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio no valor global de **R\$ 8.475,50 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)** com a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA**, localizado em Doverlândia/GO, devidamente inscrita no CNPJ n.º 31.473.131/0001-10, sem encargos financeiros.

Parágrafo único. O Convênio especificado nesta Lei, terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), devendo ser executado nos moldes previstos no Termo de Convênio em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão arcadas conforme consta no termo de convênio em anexo.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 0XX/2023.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT E SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA, LOCALIZADO EM DOVERLÂNDIA/GO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ N.º 31.473.131/0001-10.

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, **JOÃO MACHADO NETO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Nova Xavantina -MT, portador do RG nº 698.029 SSP/MT e CPF nº 581.980.241-15, nesta cidade, designados neste ato como sendo **CONCEDENTE** e do outro lado **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA**, com sede em Doverlândia, na Rua Joaquim Ramiro Vilela s/n, Qd.25, Lote D – 3, Setor Aeroporto, CEP 75.855-000, no Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 31.473.131/0001-10, neste ato representada por **ELIANE HANUM MACHADO**, portadora do CPF de nº 31.473.131/0001-10, residente e domiciliada na Rua: João Norberto Vilela, 260, Setor Alto Paraíso, CEP 75.855-000 na cidade de Doverlândia-Goiás, designado neste ato como sendo **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da **Lei Municipal de nº XXXX/2023** e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o **CONVENIENTE** E O **CONVENIADO** para a prestação de serviço em regime asilar, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em conformidade com que estabelece a Lei de nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, Estatuto Social e o Regimento Interno da conveniente e Processo no. 1002541-67.2023. 811.0012 que tramita da Comarca de Nova Xavantina/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE:

- a) A contratante se compromete a antes de efetivar a inclusão do idoso apresentar os exames laboratoriais como: Hemograma, EAS/urocultura, Perfil lipídico, perfil hepático, TSH, T4 total, Perfil renal, Teste rápido de Covid, Hanseníase, Eletrocardiograma, todos com laudo médico.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;
- c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;
- d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;
- e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento;
- f) Fazer o pagamento da parcela mensal todo dia 30 de mês, sendo o 1º no dia 30 de Dezembro de 2023.

II – DO CONVENIENTE:

- a) Manter padrões de habitação com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensável as normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da Lei, conforme estabelecido no §3º do artigo 37 inciso I do parágrafo único do artigo 48 da Lei de nº 10.741/2003.
- b) Oferecer atendimento de moradia digna adotando os princípios estabelecidos no artigo 49 primando pelo cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o art. 50 da Lei de nº 10.741/2003.

c) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio e na proposta de internação anexa, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;

d) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados;

e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

f) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;

g) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;

h) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;

i) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura e outros órgãos fiscalizadores, quando em missão de fiscalização e auditoria; e

j) Prestar atendimento aos idosos encaminhados pela conveniente, desde que não exista recomendação médica de internação hospitalar;

k) Manter as fichas individuais com os dados dos idosos atendidos comunicando qualquer fato importante relacionado a saúde do idoso;

l) Manter atualizado o cadastro da entidade junto a CONVENIENTE e demais órgãos legalmente competentes para este fim que possibilitem a identificação, individualização de atendimento e outras informações complementares que achar necessárias;

m) promover a autonomia do usuário e incentivar a sua integração à comunidade; e,

n) Promover ações que visem a desinstitucionalização do usuário e todas as outras referentes ao atendimento psicossocial, de atividades de lazer, cultural e outras de caráter lúdico, e;

o) Os seguintes serviços são considerados “extras”, ou seja, não são de obrigatoriedade da entidade: acompanhante hospitalar, medicamentos especializados, controlados e de alta complexidade, concessão de fraldas descartáveis, vestuário, convênios funerários, convênios médicos, embelezamento pessoal, dentre outros (com exceção da entidade pública).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global do presente termo é de **R\$ 8.425,00 (oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais)**, sendo pago o valor correspondente as parcelas mensais definidas em 50% do salário mínimo vigente que serão pagas durante o período de 1 (um) ano em 12 (doze) parcelas, pelo município de Nova Xavantina/MT.

Parágrafo único: Serão depositadas no Banco do Brasil ag. 3670-6 c/c 14.189 – 5 – ABESC.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à CONCEDENTE e a via original arquivada, por 05 anos, pela CONCEDENTE da seguinte forma;

a) A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio;

b) Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA**, devidamente inscrita no CNPJ n.º 31.473.131/0001-10;

c) A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no período de **XX/12/2023 a XX/12/2024**, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio.

Parágrafo único. O Convênio de que trata este artigo poderá ser prorrogado. Sendo que a não continuidade do convênio acarretará o compromisso da concedente de se responsabilizar pela pessoa idosa asilada.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, xx de Dezembro de 2023.

João Machado Neto – “João Bang”

Prefeito Municipal

Associação beneficente santinha campos – LAR ANTONIETA ROCHA

CNPJ n.º 31.473.131/0001-10

TESTEMUNHAS:

1 -

2-

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA

C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Município: NOVA XAVANTINA

Página: 1 / 4

Decreto Nº 5622, de 19 de dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2647/2023, de 19 de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.964.664,01, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$451.763,80
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		451.763,80
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$249.467,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		249.467,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$106.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		106.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.1008-4.4.90.51.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES		R\$351.966,83
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		351.966,83
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.7.1011-4.4.90.51.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES		R\$699.466,38
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		699.466,38
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.1007-4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		R\$106.000,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		106.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.364.8.2018-3.1.90.11.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R\$38.510,29
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		38.510,29
05.001.12.364.8.2018-3.3.50.43.00.00.00 - SUBVENCOES SOCIAIS		R\$20.784,81
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		20.784,81
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.14.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL		R\$16.800,00
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		16.800,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.14.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL		R\$22.893,32
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		22.893,32



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 2 / 4

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.306.7.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$150.790,21
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	139.522,59
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.267,62
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$100.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	100.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$50.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	50.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2059-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$11.862,58
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.862,58
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$170.835,50
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	170.835,50
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2014-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$1.000,00
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$1.677,53
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.677,53
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.301.14.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$56.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	56.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$206,34
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	206,34
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.6.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$1.206,33
1.500.1001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.206,33
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
08.001 - INFRAESTRUTURA		
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	R\$185.219,58
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	185.219,58
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
08.001 - INFRAESTRUTURA		
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	R\$14.780,42
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	14.780,42
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 3 / 4

09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$200.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	200.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - SAÚDE	
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$100.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	100.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
11.001 - TURISMO E CULTURA	
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$43.776,66
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	43.776,66
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
11.001 - TURISMO E CULTURA	
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$24.322,47
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	24.322,47
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - SAÚDE	
07.001.10.301.12.2025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$80.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	80.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001 - EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.7.2016-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$1.472,20
1.500.1001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.472,20
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE	
12.001 - CIDADE	
12.001.15.451.43.1074-4.4.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$281.240,49
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	281.240,49
12.001.4.451.43.1035-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES	R\$100.454,71
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	100.454,71
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001 - EDUCAÇÃO	
05.001.12.364.8.1012-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$10.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	10.000,00
02.000 - SECRETARIA DE GABINETE E ASSESSORIAS	
02.001 - GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS	
02.001.4.122.3.1003-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$38.156,85
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	38.156,85
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001 - ADMINISTRAÇÃO	
03.001.4.122.4.1004-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$36.983,38
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	36.983,38
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001 - ADMINISTRAÇÃO	
03.001.4.122.4.1004-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$14.164,94
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	14.164,94
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - SAÚDE	
07.001.10.302.15.1022-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$130.614,13
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	59.106,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	71.508,13

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 19/12/2023, às 17:11:28. Protocolo: a70346bf-8c79-47af-936d-c557a0ba88d3



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Página: 4 / 4

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.001 - INFRAESTRUTURA

08.001.4.122.24.1033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R\$60.911,27

1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
---------------	-------------------------------------

60.911,27

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 19 de dezembro de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 19/12/2023, às 17:11:28. Protocolo: a70346bf-8c79-47af-936d-c557a0ba88d3

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1421/2023

PORTARIA N° 1421/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando a **Ata 101/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **B4 Produções Artísticas Ltda**, que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, reparos e reforma em pontes de madeira, com fornecimento de mão de obra e respectivos equipamentos de proteção e fardamentos, incluindo transporte de equipamentos, no município de Nova Xavantina-MT – Pregão Eletrônico 034/2023*; **resolve**:

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da **Ata 101/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional 177;

II – Mauricio França da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional 4325;

III – Rhudyeris Avelino Gonçalves, Técnico em Edificações, matrícula funcional 4914.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata 101/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1422/2023**

PORTARIA Nº 1422/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 078/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **Guiaro Engenharia e Construção Ltda**, que tem por objeto *aquisição e instalação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica on grid, que produzam a média total anual de no mínimo 72000kwh/ano e com potência mínima de 47,09 kw. Com aproveitamento de 58 placas de potência de 445w e propriedade do município para atender necessidades da Secretaria de Cidades de Nova Xavantina-MT – Dispensa 021/2023*; **resolve**:

Art. 1º Nomear o servidor público municipal, abaixo relacionado, para atuar como fiscal do **Contrato 078/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Thiago Mattos Mantovani, Técnico em Edificação, matrícula funcional 5112.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato 078/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1423/2023**

PORTARIA Nº 1423/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 079/2023** firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a **VLX Distribuição Ltda**, que tem por objeto *contratação de empresa para fornecimento de papel de alto desempenho do tipo folha A4 para atender a Secretaria Municipal de Educação – Dispensa 022/2023*; **resolve**:

Art. 1º Nomear o(s) servidor(es) público(s) municipal(is), abaixo relacionado(s), para atuar(em) como fiscal(is) do **Contrato 079/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Géssica Rodrigues da Cruz, Direção de Gestão Administrativa da Educação, matrícula funcional 4067;

II – Vanderlene Maria de Oliveira, Gerência de Serviços e Conservação, matrícula funcional 1178.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato 079/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.623, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA

C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73

Município: NOVA XAVANTINA

Página: 1 / 3

Decreto Nº 5623, de 19 de dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2648/2023, de 19 de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 837.650,88, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01.000 - CÂMARA MUNICIPAL		
01.001 - GABINETE DO PRESIDENTE		
01.001.1.31.1.2001-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R\$300.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		300.000,00
01.000 - CÂMARA MUNICIPAL		
01.002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA		
01.002.1.31.2.2003-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R\$200.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		200.000,00
01.000 - CÂMARA MUNICIPAL		
01.002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA		
01.002.1.31.2.2003-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS		R\$27.650,88
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		27.650,88
01.000 - CÂMARA MUNICIPAL		
01.001 - GABINETE DO PRESIDENTE		
01.001.1.31.1.2001-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL		R\$110.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		110.000,00
01.000 - CÂMARA MUNICIPAL		
01.001 - GABINETE DO PRESIDENTE		
01.001.1.31.1.2001-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZACOES E RESTITUICOES		R\$200.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.301.12.2025-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL		R\$20.650,94
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		20.650,94
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05.001 - EDUCAÇÃO		
05.001.12.364.8.2018-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$19.301,92
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		19.301,92
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		
06.001 - ESPORTES E LAZER		
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$22.211,15
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		11.998,91
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		10.212,24
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		R\$28.712,53
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		28.712,53
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE		
12.001 - CIDADE		



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 2 / 3

12.001.4.122.43.2060-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$35.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	35.000,00
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.001 - INFRAESTRUTURA	
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$9.937,92
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	9.937,92
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001 - ADMINISTRAÇÃO	
03.001.4.122.4.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$56.418,74
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	27.618,74
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	28.800,00
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001 - FINANÇAS	
04.001.4.123.5.2009-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$35.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	35.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001 - EDUCAÇÃO	
05.001.12.364.8.2018-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$72.454,77
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	72.454,77
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	
06.001 - ESPORTES E LAZER	
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$17.953,86
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	17.953,86
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - SAÚDE	
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$36.008,62
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	36.008,62
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - SAÚDE	
07.001.10.304.16.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$85.267,64
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	43.991,38
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	41.276,26
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$66.377,61
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	66.377,61
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE	
12.001 - CIDADE	
12.001.4.451.25.2038-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$200.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	150.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	50.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$27.650,88
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	27.650,88
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$15.971,51
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	15.971,51



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 3 / 3

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO		
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO		
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.39.00.00.00.00	- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$22.625,62
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	22.625,62
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		
11.001 - TURISMO E CULTURA		
11.001.4.122.33.2046-3.3.90.39.00.00.00.00	- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$26.464,95
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	26.464,95
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
08.001 - INFRAESTRUTURA		
08.001.26.782.24.1036-4.4.90.51.00.00.00.00	- OBRAS E INSTALACOES	R\$19.642,22
1.500.0000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	19.642,22
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001 - SAÚDE		
07.001.10.302.17.1024-4.4.90.52.00.00.00.00	- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$20.000,00
1.500.1002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 19 de dezembro de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 19/12/2023, às 17:13:06. Protocolo: c51427cd-b6ce-4cec-bf40-8486221aa7d1

ASSESSORIA JURÍDICA
TERMO DE CONVÊNIO N° 007/2023.

TERMO DE CONVÊNIO N° 007/2023.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT E SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA, LOCALIZADO EM DOVERLÂNDIA/GO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ N.º 31.473.131/0001-10.

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.045/0001-73, com sede administrativa a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro do Setor Xavantina, representado pelo Prefeito Municipal, **JOÃO MACHADO NETO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Nova Xavantina -MT, portador do RG nº 698.029 SSP/MT e CPF nº 581.980.241-15, nesta cidade, designados neste ato como sendo **CONCEDENTE** e do outro lado **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA**, com sede em Doverlândia, na Rua Joaquim Ramiro Vilela s/n, Qd.25, Lote D – 3, Setor Aeroporto, CEP 75.855-000, no Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 31.473.131/0001-10, neste ato representada por **ELIANE HANUM MACHADO**, portadora do CPF de nº 31.473.131/0001-10, residente e domiciliada na Rua: João Norberto Vilela, 260, Setor Alto Paraíso, CEP 75.855-000 na cidade de Doverlândia-Goiás, designado neste ato como sendo **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio sob a égide da **Lei Municipal de nº 2.643/2023** e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o **CONVENENTE** E O **CONVENIADO** para a prestação de serviço em regime asilar, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em conformidade com que estabelece a Lei de nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, Estatuto Social e o Regimento Interno da conveniente - **IZIDIA CORREIA DA SILVA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste convênio, são obrigações das partes:

I – DA CONCEDENTE:

- a) A contratante se compromete a antes de efetivar a inclusão do idoso apresentar os exames laboratoriais como: Hemograma, EAS/urocultura, Perfil lipídico, perfil hepático, TSH, T4 total, Perfil renal, Teste rápido de Covid, Hanseníase, Eletrocardiograma, todos com laudo médico.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio;
- c) Analisar e aprovar o relatório de prestação de contas;
- d) Adotar e garantir as medidas necessárias à efetiva execução deste Convênio;
- e) Prestar contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, segundo suas normas e regimento;
- f) Fazer o pagamento da parcela mensal todo dia 30 de mês, sendo o 1º no dia 30 de Dezembro de 2023.

II – DO CONVENENTE:

- a) Manter padrões de habitação com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensável as normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da Lei, conforme estabelecido no §3º do artigo 37 inciso I do parágrafo único do artigo 48 da Lei de nº 10.741/2003.
- b) Oferecer atendimento de moradia digna adotando os princípios estabelecidos no artigo 49 primando pelo cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o art. 50 da Lei de nº 10.741/2003.
- c) Não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE** em finalidade diversa da estabelecida neste convênio e na proposta de internação anexa, notadamente, para despesas havidas antes de sua assinatura;
- d) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da cláusula quarta, fazendo juntar o relatório de pagamentos efetuados;
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos,

bem como, por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente convênio;

- f) Manter os recursos financeiros quando não utilizados em aplicação financeira, poupança ou fundo de renda fixa em instituição financeira oficial;
- g) Restituir o eventual saldo de recursos financeiros, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, ao Tesouro Municipal;
- h) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, por 05 anos, relativos ao presente convênio;
- i) Permitir livre acesso de Servidores do Controle Interno da Prefeitura e outros órgãos fiscalizadores, quando em missão de fiscalização e auditoria; e
- j) Prestar atendimento aos idosos encaminhados pela conveniente, desde que não exista recomendação médica de internação hospitalar;
- k) Manter as fichas individuais com os dados dos idosos atendidos comunicando qualquer fato importante relacionado a saúde do idoso;
- l) Manter atualizado o cadastro da entidade junto a **CONVENENTE** e demais órgãos legalmente competentes para este fim que possibilitem a identificação, individualização de atendimento e outras informações complementares que achar necessárias;
- m) promover a autonomia do usuário e incentivar a sua integração à comunidade; e,
- n) Promover ações que visem a desinstitucionalização do usuário e todas as outras referentes ao atendimento psicossocial, de atividades de lazer, cultural e outras de caráter lúdico, e;
- o) Os seguintes serviços são considerados “extras”, ou seja, não são de obrigatoriedade da entidade: acompanhante hospitalar, medicamentos especializados, controlados e de alta complexidade, concessão de fraldas descartáveis, vestuário, convênios funerários, convênios médicos, embelezamento pessoal, dentre outros (com exceção da entidade pública).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global do presente termo é de **R\$ 8.425,00 (oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais)**, sendo pago o valor correspondente as parcelas mensais definidas em 50% do salário mínimo vigente que serão pagas durante o período de 1 (um) ano em 12 (doze) parcelas, com o benefício da Sra. **IZIDIA CORREIA DA SILVA**.

Parágrafo único: Serão depositadas no Banco do Brasil ag. 3670-6 c/c 14.189 – 5 – ABESC.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser produzida em 02 (duas) vias, devendo uma delas, ser encaminhada à **CONCEDENTE** e a via original arquivada, por 05 anos, pela **CONCEDENTE** da seguinte forma;

- a) A prestação de contas deverá ser elaborada conforme Relação de Pagamentos Efetuados, acompanhada de cópia dos documentos fiscais e/ou outros e do extrato bancário da conta do convênio;
- b) Os documentos fiscais e/ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTINHA CAMPOS – LAR ANTONIETA ROCHA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.473.131/0001-10;
- c) A não apresentação da prestação de contas, com seus respectivos documentos, no prazo de até 30 dias, após o recebimento de cada parcela, acarretará a suspensão da liberação das parcelas vincendas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Com exceção de seu objeto, o presente Convênio poderá ser alterado através de Termo Aditivo, quando houver interesse e concordância das partes, sendo tal fato solicitado com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

A vigência do Convênio será no período de **19/12/2023 a 19/12/2024**, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio.

Parágrafo único. O Convênio de que trata este artigo poderá ser prorrogado. Sendo que a não continuidade do convênio acarretará o compromisso da concedente de se responsabilizar pela pessoa idosa asilada.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Este Convênio será rescindido, unilateralmente, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, ou, ainda, por acordo das partes ou pela superveniência de normas legais que impeçam a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina MT, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo com os termos pactuados, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Xavantina – MT, 19 de Dezembro de 2023.

João Machado Neto – “João Bang”

Prefeito Municipal

Associação beneficente santinha campos – LAR ANTONIETA ROCHA

CNPJ n.º 31.473.131/0001-10

TESTEMUNHAS:

1 -

2-

LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 024/2023 – LEI Nº 14.133/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público

aos interessados o **RESULTADO DA DISPENSA Nº 024/2023**, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS DO TIPO MULTIFUNCIONAL CONFORME DESCRITIVO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA:** 37.000.964 JOAO GLAZITO KELVIS LIMA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.000.964/0001-40, com o valor global de R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais). Outras informações poderão ser obtidas na Sala de Licitações, sito Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, Nova Xavantina-MT – CEP – 78.690-000.

Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2023

Luismar Bernardes da Silva

Chefe de Compras

Portaria nº 631/2023

LICITAÇÃO COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 079/2023

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **VLX DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ n.º **45.548.455/0001-84**. O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PAPEL DE ALTO DESEMPENHO DO TIPO FOLHA A4 PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R\$ 52.999,11 (cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e onze centavos).

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.624, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 1 / 1

Decreto Nº 5624, de 19 de dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2649/2023, de 19 de dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 178.267,19, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.001 - EDUCAÇÃO

05.001.12.361.6.2012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R\$178.267,19

1.500.1001000

IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

178.267,19

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.001 - EDUCAÇÃO

05.001.12.364.8.2018-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENCOES SOCIAIS

R\$178.267,19

1.500.0000000

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

178.267,19

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 19 de dezembro de 2023.

**PROCESSO SELETIVO
RESULTADO FINAL DA PROVA DE WORD**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2023

RESULTADO FINAL DA PROVA DE WORD

A Comissão Interna nomeada através Portaria nº. 822/2023, em cumprimento ao disposto no ANEXO V - Cronograma dos Trabalhos do Edital do Processo Seletivo Simplificado, torna público o **RESULTADO FINAL DA PROVA DE WORD**:

Nova Xavantina - MT, 19 de dezembro de 2023.

Daniella Sehnem

Presidente do certame

ANEXO I

RESULTADO FINAL			
101 - PROFESSOR - NOVA XAVANTINA			
INSCRIÇÃO	NOME	WORD	RESULTADO
10	ADRIANA DE OLIVEIRA AMORIM DA SILVA	90,00	Classificado
132	ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS	70,00	Classificado
160	ANA CAROLINA LUCIO REZENDE DE ASSUNCAO	96,00	Classificado
80	ANA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	72,00	Classificado
11	ANDRESSA LIMA DOS SANTOS	86,00	Classificado
186	CAMILA MORAIS SOARES	94,00	Classificado
124	CINTIA SOUZA DE PAULA	76,00	Classificado
51	CLEIDE OLIVEIRA DIAS SOUZA	66,00	Classificado
110	CRISTIANE RIBEIRO DE ARAUJO	80,00	Classificado
62	DEBORA THAIS ALVES DE ALMEIDA	76,00	Classificado
29	ELIDA CRISTHINA DUARTE E SILVA	94,00	Classificado
49	ELISVANIA SOARES DA SILVA	78,00	Classificado
3	EMMILY MIRANDA DA SILVA	96,00	Classificado
228	FLÁVIO DOS PASSOS OLIVEIRA	50,00	Classificado
114	FRANCIELE NOETZOLD	92,00	Classificado
74	GUILHERME OLIVEIRA ROCHA	60,00	Classificado
178	JÉSSICA ALEXANDRE DIAS	58,00	Classificado
286	JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS	74,00	Classificado
79	JOELMA DA SILVA MOTA	50,00	Classificado
214	JOICY SEVERINA BARBOSA DE OLIVEIRA	60,00	Classificado
23	KETLEN MAILA OLIVEIRA SOKOLOWSKI	74,00	Classificado
331	LARISSA TENORIO MIRANDA	56,00	Classificado
195	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	84,00	Classificado
266	LUSMAIA MARTINS NEGREIROS	64,00	Classificado
345	MARLY SOUZA PIMENTEL	80,00	Classificado
245	MARTA APARECIDA MENDES SANTOS	66,00	Classificado
185	MONICA CIBULSKI BREITENBACH	82,00	Classificado
21	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	68,00	Classificado
119	PAULO ISAAC BORGES	94,00	Classificado
294	ROGERIO DE SOUSA MIRANDA	86,00	Classificado
340	SANDIA DO NASCIMENTO SOUZA LIMA	84,00	Classificado
44	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	90,00	Classificado
237	VILMAIRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	90,00	Classificado
30	VIVIANE MATOS DA ROCHA	84,00	Classificado
346	WELISSANDRA NEGRÃO	78,00	Classificado
170	WHELLYKA FERREIRA ROSA	78,00	Classificado
247	MAIUZA SOKOLOSKI	44,00	Eliminado
296	MIRIELI LOPES DE SOUZA	46,00	Eliminado
205	JANAINA ELEANDRO DE SOUZA	44,00	Eliminado
301	LUCIMAR BORGES DA SILVA	40,00	Eliminado

341	RENATA DENISE ALVES SANTANA PEREIRA	40,00	Eliminado
118	ANA PAULA GONZAGA COSTA	40,00	Eliminado
163	CICERA MARIA DE SOUSA	38,00	Eliminado
8	BRENDA RIBEIRO BORGES NOGUEIRA	36,00	Eliminado
293	FRANCIELI SILVA GUIMARAES	34,00	Eliminado
176	ROSILEY GODOI DA SILVA SANTANA	30,00	Eliminado
239	JUCINEIA DA SILVA OLIVEIRA	32,00	Eliminado
371	CLEDINA SILVA DE LACERDA BAIROS	28,00	Eliminado
225	TATIANE APARECIDA DUQUE	24,00	Eliminado
306	MARIA PEREIRA DE LIMA	24,00	Eliminado
194	DOMINGAS FRANCISCA DE MORAES	20,00	Eliminado
192	MARIA APARECIDA FILIZARDO GALVÃO	20,00	Eliminado
307	SÔNIA REGINA ALVES DOS SANTOS SILVA	20,00	Eliminado
98	ABONIZIA MEDRADO FERREIRA	16,00	Eliminado
202	WERICA JUVENCIO DE SOUZA NOVAES	12,00	Eliminado
208	MARIA JOSELITA BARBOSA DA SILVA MOURA	4,00	Eliminado
117	RENATA ARAÚJO SANTANA	0,00	Eliminado
270	FRANCISCA IVONILDE DA SILVA COSTA	0,00	Eliminado
70	WALQUIRIA SOARES DA SILVA	0,00	Eliminado
1	ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO	0,00	Eliminado
252	ÉLIDA GORETH LOPES DE SOUZA	0,00	Eliminado
64	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	0,00	Eliminado
122	MARIA SANTOS FERREIRA	0,00	Eliminado
183	MARGARETE ROCHA CARDOSO	0,00	Eliminado
184	REJANNE SANTOS FIGUEIREDO	0,00	Eliminado
254	URSULA PATRÍCIA ALVES DIAS DE SOUZA	-	Ausente
319	NÁIRA SILVA PEIXOTO	-	Ausente
261	ANA CLARA SOARES DA SILVA ALBERNAZ	-	Ausente
381	FRANCIELI GASPERINI	-	Ausente
7	AGATHA CRISTY BARBOSA GOMES CINTRA	-	Ausente
272	IVONILDA MOURA FERRAZ	-	Ausente
375	FRANCIELCIO SILVA DA COSTA	-	Ausente
210	GERLAINE DE OLIVEIRA CAROLINO	-	Ausente
298	TAYSA PEREIRA ANGELONI	-	Ausente
273	DANIELY MUZZO ALVES GRASSIA	-	Ausente
329	ECLESIANI DA SILVA URIAS LUCIANO	-	Ausente
299	GEOVANA ARAÚJO BORGES ROCHA	-	Ausente
76	PATRÍCIA PEREIRA DA COSTA	-	Ausente
213	JUCIMEIRE SILVÉRIO BARROS	-	Ausente
374	MICHELE SILVA DA COSTA	-	Ausente
102 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NOVA XAVANTINA			
INSCRIÇÃO	NOME	WORD	RESULTADO
230	ORLAINE MENDONÇA DA PAIXÃO	84,00	Classificado
264	GABRIEL JUNIOR SANTOS DE OLIVEIRA	80,00	Classificado
292	FERNANDA ANA MARIA DOS SANTOS NETA	78,00	Classificado
373	SAMUEL VITOR ANTUNES MORAIS	68,00	Classificado
246	CRISTINA MARQUES DA ROCHA	58,00	Classificado
232	ROSÂNGELA MARQUES PINTO	46,00	Eliminado
390	RAFAEL DE SOUZA ALMEIDA	40,00	Eliminado
58	MATHEUS MURYEL BORGES NOVAES	36,00	Eliminado

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.625, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
 C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
 Município: NOVA XAVANTINA

Página: 1 / 1

Decreto Nº 5625, de 19 de dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.4.122.27.2040-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENCOES SOCIAIS

R\$12.000,00

1.500.0000000

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

12.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.4.122.27.2040-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

R\$1.000,00

1.500.0000000

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

1.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.4.122.27.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R\$12.000,00

1.500.0000000

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

12.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.4.122.27.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R\$1.000,00

1.500.0000000

RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

1.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 19 de dezembro de 2023.

**PROCESSO SELETIVO
PARECER Nº 05/2023****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2023****PARECER Nº 05/2023****REF: RECURSOS IMPETRADOS**

A Comissão Interna nomeada através Portaria nº. 822/2023, no uso de suas atribuições, após a verificação da regularidade, emite **PARECER** aos recursos impetrados, contra **RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE WORD**, conforme segue:

I - RECORRENTES:**CARGO: PROFESSOR**

NOME DO CANDIDATO: **ABONIZIA MEDRADO FERREIRA**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - Em relação a reclamação sobre o “*teclado ter apresentado falhas e teclas presas, e espaçamento irregular*”, foi informado a todos os candidatos diversas vezes antes do início da prova que caso algum dos computadores e seus periféricos apresentassem problemas o candidato se manifestasse no momento da prova para que fossem substituídos, e um novo tempo seria disponibilizado para esse candidato, porém a referida candidata não se manifestou durante a prova.

NOME DO CANDIDATO: **ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - Em relação a reclamação sobre o “*toda vez que digitava abriam outras várias janelas*”, os fiscais estavam observando cada candidato e os computadores, caso alguma página que não fosse do WORD ou PDF fossem abertas, o candidato seria advertido, pois não era permitido abrir nenhuma outra página, o candidato não se manifestou no ato da situação, nem após a execução da prova, quanto ao ocorrido. Foi informado a todos os candidatos diversas vezes antes do início da prova que caso algum dos computadores e seus periféricos apresentassem problemas o candidato se manifestasse no momento da prova para que fossem substituídos, e um novo tempo seria disponibilizado para esse candidato. Conforme questionado no ato da realização da prova de Word sobre a empresa Delphi informática ser a empresa aplicadora da prova, já havíamos esclarecido no dia, que não era a referida empresa, e foi apresentado a todas as turmas o responsável pela aplicação da mesma. Fica claro no item 7.21. que “*A prova prática (formatação e digitação) terá caráter eliminatório e será considerado APROVADO o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, os demais serão considerados REPROVADOS*”. Não sendo somatória de pontos.

NOME DO CANDIDATO: **JUCINEIA DA SILVA OLIVEIRA**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - Em relação a “*é incoerente prova prática de digitação paraprofessor, eu concordo plenamente que professor tem que dominar a informática digitação, Excel... mas velocidade, agilidade(...)*”, esclarecemos que houve prazo recursal para impugnação do edital de abertura, no qual a candidata não se manifestou quanto a não concordar com a prova de Word para o cargo de professor. Quanto ao questionamento sobre a questão dissertativa conforme anexo encaminhado pela candidata, o prazo pra recurso esta intempestivo. Quanto a indagação da “*imagem no gabarito não ser necessária, quando necessário colhe-se a digital*”, este questionamento é intempestivo.

NOME DO CANDIDATO: **MAIUZA SOKOLOSKI**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - Quanto a solicitação de “*revisão da prova de digitação de todos os candidatos, quanto a forma e critérios de correção*”, os critérios estão descritos no edital de abertura no item 7.12. **PROVA DE WORD**. Tanto o recurso quanto as correções são analisadas de forma individual. Os fiscais da sala de informática foram compostos por 4 membros da Comissão Interna, conforme

Portaria 822/2023, o responsável pela correção e aplicação que possui formação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas, e um Técnico de Informática. Quanto ao tempo de espera, foi necessário devido ao número de candidatos, os mesmos foram organizados e divididos por turma em ordem alfabética, de acordo com a quantidade de máquinas disponíveis e de acordo com a conveniência administrativa. Em relação a reclamação sobre o teclado duro, foi informado a todos os candidatos diversas vezes antes do início da prova que caso algum dos computadores e seus periféricos apresentassem problemas o candidato se manifestasse no momento da prova para que fossem substituídos, e um novo tempo seria disponibilizado para esse candidato, porém a referida candidata não se manifestou durante a prova.

NOME DO CANDIDATO: **RENATA ARAÚJO SANTANA**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - no item “*7.21. A prova prática (formatação e digitação) terá caráter eliminatório e será considerado APROVADO o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, os demais serão considerados REPROVADOS*”, a nota da prova de Word não é somatória com as demais provas do certame, de acordo com o item 11.1. Quanto ao tempo de espera, foi necessário devido ao número de candidatos, os mesmos foram organizados e divididos por turma em ordem alfabética, de acordo com a quantidade de máquinas disponíveis. Em relação a reclamação sobre o teclado ruim, foi informado a todos os candidatos diversas vezes antes do início da prova que caso algum dos computadores e seus periféricos apresentassem problemas o candidato se manifestasse no momento da prova para que fossem substituídos, e um novo tempo seria disponibilizado para esse candidato, porém o referido candidato não se manifestou durante a prova. De acordo com o item “*7.16. Cada erro cometido, incluindo a digitação, formatação do documento, salvar o documento e exportação em PDF, implicará na subtração de 02 (dois) pontos do total obtido (...)*”, portanto o ato de não salvar em WORD e PDF o arquivo, não é eliminatório, somente gerando 2 pontos a menos em cada caso. Os fiscais da sala de informática foram compostos por 4 membros da Comissão Interna, conforme Portaria 822/2023, o responsável pela correção e aplicação que possui formação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas, e um Técnico de Informática. Quanto ao tempo de espera, foi em razão a quantidade de candidatos, os mesmos foram organizados e divididos por turma em ordem alfabética, de acordo com a quantidade de máquinas disponíveis, e de acordo com a conveniência administrativa.

NOME DO CANDIDATO: **MARIA APARECIDA FILIZARDO GALVÃO**

CONSIDERAÇÕES: INDEFERIDO - De acordo com o item 7.16. “*Cada erro cometido, incluindo a digitação, formatação do documento, salvar o documento e exportação em PDF, implicará na subtração de 02 (dois) pontos do total obtido (...)*”, portanto o ato de não salvar o arquivo digitado em WORD e PDF não é eliminatório, somente gerando subtração de pontos, a nota da prova de Word não é somatória com as demais provas do certame, conforme item “*7.21. A prova prática (formatação e digitação) terá caráter eliminatório e será considerado APROVADO o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, os demais serão considerados REPROVADOS*”. Quanto ao tempo de espera, foi em razão a quantidade de candidatos, os mesmos foram organizados e divididos por turma em ordem alfabética, de acordo com a quantidade de máquinas disponíveis, e de acordo com a conveniência administrativa. Em relação a reclamação sobre o mau funcionamento do teclado, houve a troca do periférico, fora do tempo destinado à prova de digitação, sem reclamações quanto ao novo teclado. Durante o momento de transferência dos arquivos em PDF e WORD do computador para o pendrive da referida candidata, por uma falha o arquivo foi renomeado com nome de outra candidata, porém, quando o arquivo foi aberto para a impressão, foi percebido o equívoco, pois, dentro do documento continha a identificação correta da candidata, digitado pela mesma, e então foi efetuado no computador no-

va transferência dos arquivos para o pendrive, na presença das candidatas em questão, esclarecemos que o arquivo salvo no computador estava identificado com o nome das candidatas, demonstrando transparência e lisura. Os fiscais da sala de informática foram compostos por 4 membros da Comissão Interna, conforme Portaria 822/2023, o responsável pela correção e aplicação que possui formação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas, e um Técnico de Informática. Quanto ao “cancelamento da prova de Word”, esclarecemos que houve prazo recursal para impugnação do edital de abertura, no qual a candidata não se manifestou quanto a não concordar com a prova de Word para o cargo de professor.

NOME DO CANDIDATO: **MARIA JOSELITA BARBOSA DA SILVA MOURA**

CONSIDERAÇÕES: **INDEFERIDO** - Foi reavaliado a prova da candidata, não alterando a nota da mesma, em conformidade com as regras definidas no edital de abertura, item 7.12. **PROVA DE WORD**, e os parâmetros de formatação do título e do texto foram disponibilizados no ato da realização da prova, sendo oportunizado um tempo de 02 minutos para leitura, tempo extra; que estava fora dos 7 minutos da prova de Word.

NOME DO CANDIDATO: **TATIANE APARECIDA DUQUE**

CONSIDERAÇÕES: **INDEFERIDO** – Foi reavaliado a prova da candidata, não alterando a nota da mesma. Fica claro no item “7.21. A prova prática (formatação e digitação) terá caráter eliminatório e será considerado APROVADO o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, os demais serão considerados REPROVADOS”. Não ocorrendo somatória de pontos com a prova objetiva e dissertativa e os títulos, conforme está descrito item 11.1 do certame. A forma da organização das salas e distribuição dos candidatos nas mesmas é uma decisão interna da comissão do certame, não cabendo divulgação. Em relação “Os teclados estavam duros, dificultando a digitação(...)”, foi informado a todos os candidatos diversas vezes antes do início da prova que caso algum dos computadores e seus periféricos apresentassem problemas o candidato se manifestasse no momento da prova para que fossem substituídos, e um novo tempo seria disponibilizado para esse candidato, porém a referida candidata não se manifestou durante a prova. Outrossim, importante consignar que divisórias são utilizadas para isolar os candidatos e não para abafar o som. Os fiscais da sala de informática foram compostos por 4 membros da Comissão Interna, conforme Portaria 822/2023, o responsável pela correção e aplicação que possui formação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas, e um Técnico de Informática.

NOME DO CANDIDATO: **REJANNE SANTOS FIGUEIREDO**

CONSIDERAÇÕES: **INDEFERIDO** - Foi reavaliado a prova da candidata, não alterando a nota da mesma. Em relação ao questionamento da qualificação dos profissionais que fizeram a aplicação e correção da prova, o responsável pela aplicação e correção da prova de Word, possui formação em Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet. Quanto ao questionamento referente “cancelamento da prova de Word (...)” “(...) não sendo o único fazer do docente (...)” esclarecemos que houve prazo recursal para impugnação do edital de abertura, no qual a candidata não se manifestou quanto a não concordar com a prova de Word para o cargo de professor.

NOME DO CANDIDATO: **WALQUIRIA SOARES DA SILVA**

CONSIDERAÇÕES: **INDEFERIDO** – Foi reavaliado a prova da candidata, não alterando a nota da mesma. O candidato deveria digitar o texto de forma idêntica ao modelo a eles entregue, com a mesma formatação (o mesmo Tipo de fonte do texto: Tamanho da fonte do texto: Espaçamento entre parágrafos do texto: Espaçamento entre linhas do texto: Alinhamento do texto: Estilos de fonte: negrito, itálico e sublinhado, conforme apresentado no texto modelo). Fica claro no item “7.21. A prova prática (formatação e digitação) terá caráter eliminatório e será considerado APROVADO o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, os demais serão considerados REPROVADOS”. Não ocorrendo **SOMATÓRIA** de pontos com a prova objetiva e dissertativa e com os títulos, conforme está descrito item 11.1 do certame. Na prova em questão foram digitados 204 caracteres, pois o nome completo do candidato não entra na avaliação, sendo somente para identificação, e dentro desses caracteres, apresentou divergências com o texto original, não sendo digitado o texto completo, ocasionando subtração de pontos. Quanto ao tempo de espera, foi necessário devido ao número de candidatos, os mesmos foram organizados e divididos por turma em ordem alfabética, de acordo com a quantidade de máquinas disponíveis e de acordo com a conveniência administrativa.

Nova Xavantina-MT, 19 de dezembro de 2023.

A Comissão:

Daniella Sehnem Lisiane Berghahn

Presidente do certame Membro

Kelly Maria Bispo Campos Gêssica Rodrigues da Cruz

Membro Membro

Talita Antônia Zuchetto da Silva Martins

Membro

PROCESSO SELETIVO RESULTADO PRELIMINAR DE TÍTULOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2023

RESULTADO PRELIMINAR DE TÍTULOS

A Comissão Interna nomeada através Portaria nº. 822/2023, em cumprimento ao disposto no ANEXO V - Cronograma dos Trabalhos do Edital do Processo Seletivo Simplificado, torna público o que segue:

1. DIVULGA o Resultado Preliminar Títulos, conforme relação em anexo; **2. INFORMA** que o prazo para recurso contra o resultado preliminar de títulos, acontecerá nos dias **20 e 22/12/2023** das 8h do dia 20/12 às 8h do dia 22/12/2023 no endereço eletrônico <https://novaxavantina.selecao.net.br>. Os recursos devem obedecer as normas contidas no item 12. DOS RECURSOS do Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Nova Xavantina - MT, 19 de dezembro de 2023.

Daniella Sehnem

Presidente do certame

ANEXO I RESULTADO PRELIMINAR DE TÍTULO			
101 - PROFESSOR - NOVA XAVANTINA – AMPLA CONCORRÊNCIA			
ORD	INSCRIÇÃO	NOME	FORMAÇÃO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

1	79	JOELMA DA SILVA MOTA	8,00	5,00
2	30	VIVIANE MATOS DA ROCHA	8,00	5,00
3	214	JOICY SEVERINA BARBOSA DE OLIVEIRA	8,00	3,93
4	10	ADRIANA DE OLIVEIRA AMORIM DA SILVA	8,00	5,00
5	245	MARTA APARECIDA MENDES SANTOS	8,00	5,00
6	228	FLÁVIO DOS PASSOS OLIVEIRA	8,00	5,00
7	23	KETLEN MAILA OLIVEIRA SOKOLOWSKI	8,00	5,00
8	3	EMMILY MIRANDA DA SILVA	8,00	3,60
9	237	VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	8,00	5,00
10	49	ELISVANIA SOARES DA SILVA	8,00	5,00
11	51	CLEIDE OLIVEIRA DIAS SOUZA	8,00	5,00
12	195	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	8,00	5,00
13	114	FRANCIELE NOETZOLD	9,00	2,15
14	29	ELIDA CRISTHINA DUARTE E SILVA	8,00	2,38
15	11	ANDRESSA LIMA DOS SANTOS	8,00	3,10
16	124	CINTIA SOUZA DE PAULA	8,00	2,40
17	178	JÉSSICA ALEXANDRE DIAS	8,00	2,80
18	132	ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS	8,00	3,44
19	110	CRISTIANE RIBEIRO DE ARAUJO	8,00	2,11
20	340	SANDIA DO NASCIMENTO SOUZA LIMA	8,00	0,00
21	185	MONICA CIBULSKI BREITENBACH	8,00	0,00
22	345	MARLY SOUZA PIMENTEL	8,00	0,06
23	170	WHELLYKA FERREIRA ROSA	0,00	5,00
24	21	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	0,00	4,90
25	119	PAULO ISAAC BORGES	0,00	0,00
26	80	ANA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	0,00	0,00
27	160	ANA CAROLINA LUCIO REZENDE DE ASSUNCAO	0,00	0,00
28	286	JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS	0,00	0,00
29	331	LARISSA TENORIO MIRANDA	0,00	0,00
30	74	GUILHERME OLIVEIRA ROCHA	0,00	0,00
31	186	CAMILA MORAIS SOARES	0,00	0,30
32	346	WELISSANDRA NEGRÃO	0,00	0,00
33	44	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	0,00	0,00
34	294	ROGERIO DE SOUSA MIRANDA	0,00	0,00
		101 - PROFESSOR - NOVA XAVANTINA – PcD		
ORD	INSCRIÇÃO	NOME	FORMAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL
1	62	DEBORA THAIS ALVES DE ALMEIDA	8,00	5,00
2	266	LUSMAIA MARTINS NEGREIROS	8,00	5,00

□

LICITAÇÃO COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 073/2023

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **SANCRISTO COLETA DE RESÍDUOS LTDA**, inscrito no CNPJ n.º 14.147.098/0001-19. O presente contrato tem por objeto **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA, QUE TEM POR OBJETIVO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL COLETA E TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT.** Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)..

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 023/2023 – LEI Nº 14.133/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, em conformidade com Art. 75, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o **RESULTADO DA DISPENSA Nº 023/2023**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL DE MONITORAMENTO PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA:** INCORP CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ n° 41.424.498/0001-05, com o valor global de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais). Outras informações poderão ser obtidas na Sala de Licitações, sito Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, Nova Xavantina-MT – CEP – 78.690-000.

Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2.023

Luismar Bernardes da Silva

Chefe de Compras

Portaria nº 631/2023

SECRETARIA DE GABINETE DECRETO Nº 5.620, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 5.620, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova o desdobramento de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; e demais legislação que trata da matéria; considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79, e de acordo com o disposto na **Certidão 077/2023 – favorável a retificação**, que integra o presente Decreto, da lavra de **Rhudyris A. Gonçalves** Engenheiro Civil – CREA-MT 49407; **Decreta:**

Art. 1º Re/ratificar pontos e confrontações de um(a) área de terras, situada no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Nova Xavantina - MT, que está devidamente **matriculada sob o nº 12.022**, no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Xavantina - MT, de propriedade de **Gustavo Wilker Pazetto**, portador(a) do CI/RG nº 16062230-SEJSP/MT e inscrito(a) no CPF sob o nº 001.743.401-76, residente(s) e domiciliado(s) em Nova Xavantina - MT, **designada de 1 (uma) área de terras pastais e lavradias, situada no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Nova Xavantina/MT, loteamento de chácaras do Projeto Xavantina, com a superfície de 10,40ha (dez hectares e quarenta ares), Cadastro Municipal 001.17.117.02.001.0, setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-01**, de coordenadas **N 8.376.667,41m e E 347.305,47m**; situado no limite da ESTÂNCIA BEIRA RIO, propriedade de VALENTIM LAUDENIR MARCONI, e da CHÁCARA RIO MANSO, propriedade de ROSANA KLAUS; deste, segue confrontando com CHÁCARA RIO MANSO, propriedade de ROSANA KLAUS, com os seguintes azimutes e distâncias: 116°53' e 297,30 m até o vértice **M-02**, de coordenadas **N 8.376.534,65m e E 347.571,47m**; situado no limite do CHÁCARA RIO MANSO, propriedade de ROSANA KLAUS e da ESTRADA MUNICIPAL (NX 100-10-1); deste, segue confrontando com ESTRADA MUNICIPAL (NX 100-10-1), com os seguintes azimutes e distâncias: 195°47' e 149,77 m até o vértice **M-03**, de coordenadas **N 8.376.390,28m e E 347.531,60m**; 255°50' e 120,43 m até o vértice **M-04**, de coordenadas **N 8.376.360,13m e E 347.415,03m**; 165°56' e 7,50 m até o vértice **M-06**, de coordenadas **N 8.376.352,86m e E 347.416,88m**; 166°05' e 7,50 m até o vértice **M-08**, de coordenadas **N 8.376.345,60m e E 347.418,74m**; situado no limite da ESTRADA MUNICIPAL (NX 100-10-1) e do LOTEAMENTO CHÁCARAS; deste, segue confrontando com LOTEAMENTO CHÁCARAS, com os seguintes azimutes e distâncias: 166°02' e 143,71 m até o vértice **M-09**, de coordenadas **N 8.376.206,38m e E 347.454,24m**; situado no limite do LOTEAMENTO CHÁCARAS e do RIO DAS MORTES; deste, segue confrontando com RIO DAS MORTES, com os seguintes azimutes e distâncias: 256°49' e 50,00 m até o vértice **M-10**, de coordenadas **N 8.376.194,65m e E 347.405,64m**; 256°44' e 50,01 m até o vértice **M-11**, de coordenadas **N 8.376.182,91m e E 347.357,03m**; 256°47' e 45,21 m até o vértice **M-12**, de coordenadas **N 8.376.172,30m e E 347.313,10m**; 255°34' e 104,54 m até o vértice **M-13**, de coordenadas **N 8.376.145,63m e E 347.212,04m**; situado no limite do RIO DAS MORTES e da ESTÂNCIA BEIRA RIO, propriedade de VALENTIM LAUDENIR MARCONI; deste, segue confrontando com a ESTÂNCIA BEIRA RIO, propriedade de VALENTIM LAUDENIR MARCONI, com os seguintes azimutes e distâncias: 10°09'06" e 530,08 m até o vértice **M-01**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°00'**, fuso -22, tendo como *datum* o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: TRT OBRA/SERVIÇO CFT2302945728, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Mauricio Santos Gomes Junior – Registro 04299824105.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá a retificação de que trata o art. 1º deste Decreto, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação da retificação de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Gerência de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.534/2023.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de dezembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Rhudyeris A. Gonçalves

Engenheiro Civil – CREA-MT 49407

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.645, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.645, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal nº 2.572/2023 que autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, com fulcro na legislação federal das licitações e contratos vigente, os bens móveis de propriedade do Município.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo - bens móveis – ativo imobilizado constantes na Lei Municipal nº 2.572/2023 que autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, com fulcro na legislação federal das licitações e contratos vigente, os bens móveis de propriedade do Município passa a vigorar conforme Anexo Único que integra a presente lei.

Art. 2º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 19 de dezembro de 2023

João Machado Neto - João Bang

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.645, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

ANEXO ÚNICO

ITEM	UN	DESCRIÇÃO DO BEM	CHASSI/Nº SERIE	VALOR
LOTE 01	01	ONIBUS VW/15 190 EOD - PLACA OBE 3569	RENAVAM 00488061407 CHASSI 9532E82W3-CR259281	arrematado
LOTE 03	01	MICRO ONIBUS IVECO – PLACA OBM 1384	RENAVAM 00533847575 CHASSI 93ZL68C01D8446289	R\$ 20.000,00
LOTE 04	01	VEÍCULO FIAT MILLE WAY 1.0 FLEX 4P PLACA NJK 0393	RENAVAM 00199109060 CHASSI 9BD15844AA6348229	arrematado
LOTE 05	01	ÂMBULANCIA I MERCEDES BENS 415 MARIMAR A PLACA QBR 5741	RENAVAM 1107030177 CHASSI 8AC906633HE126488	R\$ 40.000,00
LOTE 06	01	ÂMBULANCIA FIAT DUCATO MAXICARGO PLACA QCQ 2347	RENAVAM 01163218674 CHASSI 3C6DFVDK0-JE119353	R\$ 38.000,00
LOTE 07	01	CAMINHAO TP CAVALINHO MEC US PER DE MAN CONS TR 4X2 MOTOR DIESEL PLACA DVT2170	RENAVAM 00987564838 - CHASSI 9BWYW82749R904149	arrematado
LOTE 08	01	DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS DA-800		arrematado
LOTE 09		MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RP 765740 MODELO RG 170B	CHASSI N9AF01765	R\$ 60.000,00
LOTE 10		MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RP 764741 MODELO RG 170B	CHASSI N9AF01771	R\$ 20.000,00
LOTE 11	01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NEW HOLLAND RP765739 MODELO E215B	CHASSI NAAA05627	R\$ 60.000,00
LOTE 12		PÁ – CARREGADEIRA KOMATSU RP765742 WA180	CHASSI B1942	arrematado
LOTE 13		ROLO COMPACTADOR DY-NAPAC CA 15 A SERIE 671B 830		arrematado

LOTE 14	01	ROLO COMPRESSOR LISO	Excluído do leilão
LOTE 15	01	RETRO ESCAVADEIRA RAN-DON RDV406AUVL0007851	R\$ 50.000,00
LOTE 17	01	PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 200,00
LOTE 18	01	CADEIRAS (SUCATA)	R\$ 100,00
LOTE 19	01	MESAS ESCOLARES (MODERNAS)	R\$ 100,00
LOTE 20	01	MESAS ESCOLARES (ANTIGAS)	R\$ 100,00
LOTE 21	01	CONDICIONADORES DE AR E VENTILADORES	arrematado
LOTE 22	01	UTENSILIOS DOMESTICOS	R\$ 100,00
LOTE 23	01	EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES	R\$ 100,00
LOTE 24	01	MESAS DE REFEITORIO	R\$ 100,00
LOTE 25	01	MOVEIS (SUCATA)	R\$ 100,00
LOTE 26	01	MOBILIARIO DE MADEIRA	R\$ 100,00
LOTE 27	01	MATERIAL ELETRICO (SUCATA)	arrematado
LOTE 28	01	COFRE	R\$ 100,00
LOTE 29	01	REFRIGERAÇÃO (BEBEDOUROS)	R\$ 100,00
LOTE 30	01	CAIXAS DE SOM	R\$ 200,00
LOTE 31	01	PORTOES	arrematado
LOTE 32	01	ARQUIVOS	arrematado
LOTE 33	01	CADEIRAS ESCOLARES	R\$ 100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº310/2023

PORTARIA Nº310/2023

Concede Férias à servidora lotada na área da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora **Carla Paloma de Almeida**, brasileira, maior, portadora da matrícula nº1222, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, no cargo de **Secretária Adjunta de Saúde**, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir do dia 18/12/2023 à 16/01/2024, com retorno aos trabalhos no dia 17/01/2024.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de dezembro de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº309/2023

PORTARIA Nº309/2023

Concede Férias à servidora lotada na área da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora **Karina Freitas de Souza**, brasileira, maior, portadora da matrícula nº1199, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, no cargo de **Técnica de Enfermagem**, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir do dia 17/12/2023 à 31/12/2023, com retorno aos trabalhos no dia 01/01/2024.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 17 de dezembro de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP 029/2023

Processo Licitatório 039/2023

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 092/2023, de acordo com a **Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93**, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial** do tipo **Menor Preço por Item**, cujo **Objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, fluidos e reagentes automotivos**, conforme especificações e condições do edital e seus anexos. **Início da sessão dia 16/01/2024, às 08h00min**, horário local, na sala de licitações desta prefeitura. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão solicitar informações no fone (66) 98128 9575 ou endereços de e-mail licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br, disponível também no site oficial deste município, www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 19 de dezembro de 2023.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 051/2023

Em análise a todo o processo administrativo, e aos documentos a ele juntados, Dispensou do processo Licitatório, com fundamento no inciso II do artigo 24, da Lei Nº 8.666/93, em favor do Fornecedor **GABALDO E DALMUT ADVOGADOS ASSOCIADOS**, relativo à Contratação de Profissional habilitado para o fornecimento de "Prestação de serviços de assessoria jurídica para a Comissão Processante 001/2023, visando auxiliar e acompanhar os atos necessários a conclusão da primeira fase do processo, constituindo a análise dos documentos probatórios juntados, a defesa do acusado e posterior confecção do relatório preliminar", no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), a ser pago conforme a realização do trabalho, tendo presente o constante dos autos.

De forma que para maior validade, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e posterior publicação nos meios legais.

Novo Mundo MT, 11 de Dezembro de 2023.

Maira Cardoso de Almeida

Presidente da CPL

Portaria Nº 004/2023

**CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2023**

Extrato do Contrato Nº 011/2023

Processo de dispensa: 051/2023

Partes: Objeto “Prestação de serviços de assessoria jurídica para a Comissão Processante 001/2023, visando auxiliar e acompanhar os atos necessários a conclusão da primeira fase do processo, constituindo a análise dos documentos probatórios juntados, a defesa do acusado e posterior confecção do relatório preliminar”.

Dotação Orçamentária: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09 – 01.001.01.031.0001.2001.339036.00.00.00 Serviço de pessoa física – SERVIÇOS TECNICOS

Valor Global: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Amparo Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Vigência: POR EMPREITADA

Data da Assinatura: 11/12/2023

EDEMAR SQUENA

Presidente biênio 2023-2024

**CAMARA MUNICIPAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2023**

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em análise de todo o auto administrativo 051/2023, Ratifico o ato da Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou a licitação, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Nº 8.666/93, em favor do **GABALDO E DALMUT ADVOGADOS ASSOCIADOS**, relativo à Contratação de Profissional habilitado para o fornecimento de “Prestação de serviços de assessoria jurídica para a Comissão Processante 001/2023, visando auxiliar e acompanhar os atos necessários a conclusão da primeira fase do processo, constituindo a análise dos documentos probatórios juntados, a defesa do acusado e posterior confecção do relatório preliminar”, no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), a ser pago conforme a realização do trabalho, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Novo Mundo MT, em 11 de dezembro de 2023.

EDEMAR SQUENA

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2023

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso, **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e com base nos documentos acostados ao Processo Administrativo nº 108/2023, resolve: **RATIFICAR** o Processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2023**, nos seguintes termos:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONFEÇÃO DE UMA BASE DE RESERVATÓRIO METÁLICO, IÇAMENTO, INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO

FUNDO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DAE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

CONTRATADA: MB MONTAGENS INDUSTRIAIS E LOCAÇÃO LTDA

CNPJ: 45.669.969/0001-98

VALOR: R\$ 82.000,00 (Oitenta e Dois Mil Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, I, da Lei nº 14.133/202 e Decreto Municipal nº 43/2022.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Novo Santo Antônio - MT, 19 de Dezembro de 2023.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023

PROCESSO Nº 107/2023

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **“MENOR PREÇO”**. O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM (VAN DE NO MÍNIMO 15 LUGARES) ATÉ A UNIDADE DE TRATAMENTO E EXAMES (BOM JESUS DO ARAGUAIA E ÁGUA BOA-MT) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**, em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 08h: 30min até às 09h: 00 min do dia **10 de Janeiro de 2024**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. “A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local”. O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site www.novosantoantonio.mt.gov.br ou através do e-mail licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 20 de Dezembro de 2023.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 12/2023

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 12/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2023

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE-MT

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

CONTRATADA: OMEGA GESTÃO EDUCACIONAL LTDA

CNPJ: 09.113.823/0001-06

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE - DE SOLUÇÃO EDUCACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMBIENTE ESCOLAR INCLUINDO SOFTWARE, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO COM MANU-

TENÇÃO CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da ARP nº 021/2023.

VALOR R\$: 82.200,00 (Oitenta e Dois Mil e Duzentos Reais).

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Novo Santo Antônio – MT, 19 de Dezembro de 2023.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antônio - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2023.

Processo: Adesão à ARP nº 13/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA CNPJ 01.016.616/0001-13.

Objeto: **O presente termo tem como objeto Adesão a Ata de Registro de Preços Nº. 038/2023**, correspondente ao **PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2023**, realizado pelo órgão Gestor PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, Registro de preços para eventual aquisição de **Veículo Modelo PICK - UP Cabine Dupla, com motorização Mínima de 1.3, capacidade mínima para 04 pessoas, Potência Mínima de 85 CV, Câmbio Manual, Direção Hidráulica, Ar Condicionado de Fábrica, Kit Multimídia, Cor Branca, com Primeiro emplacamento em nome do Município**, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga/MT.

Do valor total R\$ 121.400,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos reais).

Do prazo do contrato: 06/12/2023 até o dia 06/06/2024.

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Espec.
1	999306	VEÍCULO MODELO PICK - UP CABINE DUPLA, COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.3, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 4 PESSOAS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA 600 KG E VOLUME MÍNIMO DE 800 LITROS, SUSPENSÃO CONFORME MONTADORA, FREIOS CONFORME A MONTADORA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 85 CV, CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, KIT MULTIMÍDIA, COR BRANCA COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO	Un	1	R\$ 121.400,00	R\$ 121.400,00	FIAT – STRADA CD 1.3

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 450 de 14 de novembro de 2023**, os servidores **Valquíria Rodrigues de Almeida** – Matrícula nº 2241, e **Ângela Maria dos Santos Dias** – Matrícula nº 5713, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal de Trabalho de Assistência Social.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 06 de dezembro de 2023.

LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2023.

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24, através do Pregoeiro Devenilson da Silva, nomeado pela portaria nº 025/2020, torna público para o conhecimento dos interessados a Homologação do Processo de Pregão Presencial nº **66/2023**. Regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº 1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Tendo por **Objeto:** Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços Mecânicos**, em atendimento ao Gabinete do Prefeito e demais secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

FORNECEDOR: LEANDRO NOGUEIRA PEREIRA MEI - CNPJ: 26.925.269/0001-72.

Valor Total do Fornecedor: R\$ 619.691,00 (seiscentos e dezenove mil, seiscentos e noventa e um reais).

FORNECEDOR: LUCIANO NOGUEIRA PEREIRA - ME - CNPJ: 21.144.270/0001-46.

Valor Total do Fornecedor: R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 19 de dezembro de 2023.

PARANATINGAPREV RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Investimentos do ParanatingaPrev - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelo Decreto n. 2087/2022, e,

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 4963, de 25 de novembro de 2021 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1º O Comitê de Investimentos do Paranatinga_Prev - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga - Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paranatinga, MT, 19 de Dezembro de 2023.

MÁRCIA PEREIRA DE LIMA SHUENQUENER

Presidente do Comitê de Investimentos

MEMBROS:

Viviane

Fassícolo

Duração

**PARANATINGAPREV
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho Curador do Paranatinga-Prev - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.º 181, de 21 de junho de 2006, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2023;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1º O PARANATINGA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 19 de dezembro de 2023.

MARCELLY SILVA MOREIRA

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

Marcelos			Fernandes
Fernanda	Cristina	de	Me-
lo			
Valderes			Peruchini

**OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2353 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DECRETO Nº 2353 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“PRORROGAR O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

RESOLVE:

I – Prorrogar o Processo Seletivo Simplificado 004/2022, que foi autorizado pela Lei de nº 1686/2019 e que foi homologado no dia 23 de dezembro de 2022 pela Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, através do Decreto n. 2191/2022, com fulcro no artigo 2º da referida Lei, conforme relação dos candidatos aprovados já devidamente divulgada e publicada que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

II – Este Decreto entra em vigor a partir do dia 20 dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga-MT, 19 de dezembro de 2022

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

LEI Nº 1.595, DE 2023 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 561/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre alteração do Art. 7º da Lei Municipal nº 561/2009 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Acrescenta o Parágrafo único ao Art. 7º da Lei Municipal nº 561/2009 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Para os projetos executados por intermédio da obtenção de crédito imobiliário modalidade “aquisição de terreno e construção” junto às instituições financeiras que tenham, comprovadamente, como exigência para celebração do contrato a emissão de alvará de construção em nome do adquirente, será admitido a emissão do alvará de construção em nome do adquirente mediante termo de anuência do proprietário e declaração de crédito pré-aprovado emitida pela instituição financeira, cuja validade fica condicionada a apresentação no prazo de 90 (noventa) dias da transferência junto ao CRI.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 153/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: VANESSA C BAZAN FRANCESCHINI – CNPJ Nº 25.159.509/0001-02.	
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022	DATA: 18/12/2023
OBJETO: Constitui objeto do presente termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da Secretaria Municipal de Saúde , relativas ao Contrato Nº 153/2022, tendo como objeto “CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE – TIPO DE CONSULTA MÉDICA DE PSIQUIATRIA”.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Código Reduzido: 404 11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.39.00.00. FONTE: 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Código Reduzido: 635 11.001.10.301.0006.2.053.3.3.90.34.00.00. FONTE: 72 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO.	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 238, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022**, sob pena de

ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

CONTÍNUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0008420	NEIDE DE OLIVEIRA SILVA	29º

Justificativa: 01 vaga para o cargo de continua/merendeira para o paço municipal, considerando a solicitação de licença prêmio da servidora Dirce Candida da Silva.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004, de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 404/2023/MSPP

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023 realizada por meio do Decreto nº 161/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO – LOCALIDADE SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
7	GUSTAVO DURAN PORTO	8º

Justificativa: 1 vaga devido o funcionário Daniel Quirino de Souza, ter sido convocado e assumiu o novo seletivo, convocada anteriormente desistiu da vaga.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 577, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR CARLOS INÁCIO BALLIN SCHUSTER.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Concede férias regulares ao servidor Carlos Inácio Ballin Schuster.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 1/2/2021 à 1/2/2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Carlos Inácio Ballin Schuster**, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, concursado no cargo de encanador, a serem usufruídas no período de 3/1/2024 a 2/2/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

DECRETO Nº 325, DE 2023 - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Conceder progressão funcional horizontal a servidora pública.

CONSIDERANDO o art.32 da Lei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal a servidora:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
01	5266	Milian Cristiane Heck Camargo	15/9/2016	Auxiliar Administrativo	B/8	C/8

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

GABARITO OFICIAL - EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

AGENTE ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO GERAL

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: C	12: C	13: A	14: B	15: A	16: A	17: D	18: C	19: B	20: A

AGENTE ADMINISTRATIVO - LOCALIDADE SÃO JOSÉ DO PLANALTO									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: C	12: C	13: A	14: B	15: A	16: A	17: D	18: C	19: B	20: A

AGENTE ADMINISTRATIVO - LOCALIDADE VILA GARÇA BRANCA									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: C	12: C	13: A	14: B	15: A	16: A	17: D	18: C	19: B	20: A

AGENTE DE VIGILÂNCIA - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

AGENTE DE VIGILÂNCIA - LOCALIDADE VILA GARÇA BRANCA									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

ALMOXARIFE - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: C	12: C	13: A	14: B	15: A	16: A	17: D	18: C	19: B	20: A

ASSISTENTE SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - LOCALIDADE: SEDE									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: C	13: A	14: A	15: B	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: C	13: A	14: A	15: B	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

BIOQUÍMICO / FARMACÊUTICO 40 HORAS - LOCALIDADE: SEDE									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: B	12: D	13: A	14: D	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

CONTÍNUA/MERENDEIRA - A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO VALE DO PRATA – SALA ANEXA (ZONA RURAL)									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

CONTÍNUA/MERENDEIRA - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

CONTÍNUA/MERENDEIRA - ADMINISTRAÇÃO GERAL - LOCALIDADE SÃO JOSÉ DO PLANALTO									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

CONTÍNUA/MERENDEIRA - LOCALIDADE VILA GARÇA BRANCA									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

CONTÍNUA/MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO MONTE AZUL (ZONA RURAL)									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

CONTÍNUA/MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO (CAMBAUVA- ESCOLA JOSE MARIA PEREIRA-ZONA RURAL)									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: C	12: D	13: B	14: D	15: C	16: C	17: C	18: B	19: C	20: B

ENFERMEIRO LOCALIDADE: SEDE									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: B	13: D	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

ENFERMEIRO LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: B	13: D	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

ENGENHEIRO CIVIL - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: D	13: A	14: A	15: C	16: C	17: A	18: D	19: B	20: A

FISIOTERAPEUTA LOCALIDADE: SEDE									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: C	13: A	14: B	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: B	12: D	13: B	14: B	15: C	16: D	17: B	18: D	19: C	20: C

MÉDICO DE HOSPITAL E/OU DE UNIDADE (S) DE SAÚDE MUNICIPAL- OBS: REGIME DE ESCALA DE PLANTÃO									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: C	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MÉDICO DE PSFS (URBANO OU RURAL) OU UNIDADE DE SAÚDE - LOCALIDADE: SEDE									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: C	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MÉDICO DE PSFS (URBANO OU RURAL) OU UNIDADE DE SAÚDE LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: C	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MÉDICO DE PSFS (URBANO OU RURAL) OU UNIDADE DE SAÚDE*(7) LOCALIDADE: ASSENTAMENTOS E DEMAIS COMUNIDADES RURAIS									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: C	13: B	14: D	15: C	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MÉDICO VETERINÁRIO - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: A	13: C	14: D	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

MONITOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDNA NA VILA GARÇA BRANCA – SERRA (ZONA RURAL) E SALA ANEXA/CRECHE									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: A	13: A	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: B

MONITOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDNA NO ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO (CAMBAUVA- ESCOLA JOSÉ MARIA PEREIRA-ZONA RURAL									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: A	13: A	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: B

MONITOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDNA NO ASSENTAMENTO MONTE AZUL (ZONA RURAL)									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: A	13: A	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: B

MONITOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDNA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PLANALTO – BAIRRO (ZONA RURAL)- ESCOLA FRANCISCO									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: A	13: A	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: B

MONITOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/UNIDADES ESCOLARES ESTABELECIDAS NA SEDE DO MUNICÍPIO									
01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: A	13: A	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: B

MOTORISTA (CAMINHÃO CAÇAMBA) - S LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA (CARRETA PRANCHA) - S LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA - ADMINISTRAÇÃO GERAL - LOCALIDADE SÃO JOSÉ DO PLANALTO									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA - ADMINISTRAÇÃO GERAL – LOCALIDADE VILA GARÇA BRANCA									
01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO (CAMBAUVA- ESCOLA JOSE MARIA PEREIRA-ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO MONTE AZUL (ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

MOTORISTA LOCALIDADE: SEDE

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

NUTRICIONISTA - ADMINISTRAÇÃO GERAL

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: C	12: A	13: D	14: A	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

ODONTÓLOGO LOCALIDADE: SEDE

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: D	13: C	14: B	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

ODONTÓLOGO LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: A	12: D	13: C	14: B	15: B	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS / PC - LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA - LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/MOTONIVELADOR - LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/RETROESCAVADEIRA - LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS E/OU SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01: B	02: C	03: A	04: D	05: A	06: D	07: C	08: D	09: A	10: B
11: D	12: D	13: C	14: C	15: D	16: C	17: D	18: B	19: B	20: D

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NA VILA GARÇA BRANCA – SERRA (ZONA RURAL) E SALA ANEXA/CRECHE

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/UNIDADES ESCOLARES ESTABELECIDAS NA SEDE DO MUNICÍPIO

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO (CAMBAUVA- ESCOLA JOSE MARIA PEREIRA-ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO ASSENTAMENTO MONTE AZUL (ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PLANALTO – BAIRRO (ZONA RURAL)- ESCOLA FRANCISCO

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDADA NO VALE DO PRATA – SALA ANEXA (ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PROFESSOR INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5º ANO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDO NO VALE DO PRATA – SALA ANEXA (ZONA RURAL)

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: D	12: A	13: A	14: C	15: A	16: C	17: C	18: D	19: A	20: A

PSICÓLOGO - ADMINISTRAÇÃO GERAL

01: B	02: C	03: D	04: A	05: D	06: D	07: C	08: B	09: D	10: C
11: C	12: D	13: C	14: A	15: A	16: D	17: A	18: A	19: D	20: A

TÉCNICO DE LABORATÓRIO LOCALIDADE: SEDE

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: D	13: A	14: D	15: B	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

TÉCNICO EM ENFERMAGEM LOCALIDADE: SÃO JOSÉ DO PLANALTO

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: B	13: B	14: C	15: C	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

TÉCNICO EM ENFERMAGEM LOCALIDADE: SEDE

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: B	13: B	14: C	15: C	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

TÉCNICO EM ENFERMAGEM LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: B	13: B	14: C	15: C	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

TÉCNICO EM RADIOLOGIA LOCALIDADE: SEDE

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: B	12: D	13: A	14: A	15: A	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL LOCALIDADE: SEDE

01: C	02: D	03: A	04: C	05: D	06: D	07: B	08: C	09: A	10: B
11: A	12: C	13: B	14: B	15: A	16: A	17: D	18: B	19: C	20: A

I - TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DO CREDENCIAMENTO Nº 05/2023.

A Prefeita Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, juntamente com sua equipe técnica e Comissão de Contratação a vista do Termo de Retificação DO EDITAL E DA DATA DO CREDENCIAMENTO Nº 05/2023 que tem como objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS EM PEDIATRIA, por motivo de alterações no edital.

Portanto Administração podendo exercer o controle da legalidade de seus atos, decide RETIFICAR e PUBLICAR EDITAL RETIFICADO e DATA do CREDENCIAMENTO 05/2023.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

RITHYENE GOMES DA SILVA (Portaria 186/2023) Agente de Contratação

PORTARIA Nº 578, DE 2023 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA LUCI APARECIDA TEIXEIRA.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Conceder férias regulares a servidora Luci Aparecida Teixeira.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de 15/3/2021 à 15/3/2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Luci Aparecida Teixeira**, lotada Secretaria Municipal de Educação, concursada no cargo de professora, a serem usufruídas no período de **3/1/2024 a 22/1/2024**, e pagamento de abono pecuniário referente a dez (10) dias de férias conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075 de março 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 239, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO ofício nº 214/2023/SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL**

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo a Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE DE VIGILÂNCIA– ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0012380	EDUARDO SALES RODRIGUES	30º
0012820	EDNÉIA MARQUES CORREIA	31º

Justificativa: 01 vaga para atender a demanda do Parque da Lagoa, para atendimento a segurança, no período noturno.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

CONTRATO Nº 130/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: A REBOUÇAS COMERCIO LTDA, CNPJ nº 44. 647.598/0001-80	
MODALIDADE: ADESÃO Nº 10/2023 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2023	DATA: 19/12/2023
OBJETO: O objeto do presente contrato é Contratação de empresa para prestação de serviços de segurança, brigadista e elaboração de projeto de combate a incêndio, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.	
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) dias;	
3.2 O prazo de execução do Contrato iniciará no dia 30 de Dezembro e término no dia 01 de Janeiro de 2024.	
Parágrafo único. A prorrogação do prazo de execução, mesmo devidamente justificada, somente será autorizada mediante concordância do CONTRATADO e da Autoridade CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo.	

PORTARIA Nº 579, DE 2023 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA LUIZINHA MENDES DOS SANTOS SOUSA.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Conceder férias regulares a servidora Luízinha Mendes dos Santos Sousa.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de 1/8/2021 à 1/8/2022.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Luízinha Mendes dos Santos**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de agente comunitária de saúde, a serem usufruídas no período de 8/1/2024 a 6/2/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 2023 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 017/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera a Lei Complementar 017/2014, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o caput do Art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 017/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º As contratações temporárias realizadas com fundamento na presente lei complementar serão efetuadas pelo prazo de até 12 (doze) meses.

Art. 2º Altera o caput do Art. 13 da Lei Complementar Municipal nº 017/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante procedimento especial sumaríssimo, a ser instaurado por ato da Chefia Imediata e conduzido no âmbito da própria Secretaria, que elaborará relatório conclusivo direcionado à autoridade superior, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O contratado terá assegurado o direito a apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da notificação e o relatório conclusivo a que alude o caput será elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 3º Altera o Art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 017/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 O contrato firmado com fundamento nesta Lei Complementar extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa do contratado;

III – Por abandono do contratado, caracterizado pela falta não justificada ao serviço por período igual ou superior ao prazo estabelecido no parágrafo primeiro do Art. 14 da presente lei.

IV – Por falta disciplinar cometida pelo contratado, apurada na forma do Art. 13;

V – Por insuficiência de desempenho do contratado, apurada na forma do Art. 13.

§1º – A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 1 (um) mês do salário ajustado no contrato.

§2º – O contratado por força desta Lei fará jus a férias acrescidas de um terço e ao décimo terceiro salário integral ou proporcional ao tempo de serviço, conforme for o caso.

§3º – O prazo para quitação das verbas rescisórias será de até de 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único: Aplica-se as alterações efetuadas por esta lei aos processos de contratação autorizados pela lei municipal nº 1.567, de 2023.

Pedra Preta/MT, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 580, DE 2023 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA NEUZA CABRAL DA SILVA

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Conceder férias regulares a servidora Neuza Cabral da Silva

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **5/1/2021 à 5/1/2022**.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Neuza Cabral da Silva**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de agente de endemias, a serem usufruídas no período de **4/1/2024 a 2/2/2024**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N° 158/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUÇÕES – EIRELI, CNPJ N°. 27.927.653/0001-77	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 026/2022	DATA: 21/11/2023
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato n° 158/2022 , previsto na Cláusula Décima Primeira da Vigência, será de 12 (doze) meses , iniciando em 25/11/2023 estendendo-se até o dia 25/11/2024 . 1.2 O presente aditivo contratual fará parte integrante ao Contrato original. 1.3 Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato n° 158/2022 de 25 de Novembro de 2022, celebrado entre as partes.	
DA JUSTIFICATIVAS: 3.1 – O presente termo aditivo encontra embasamento legal no art. 57, §1º e art. 65, § 1º da Lei n° 8.666/93. 4.1 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o presente termo aditivo levando em consideração a importância de garantir a continuidade da Prestação de serviços, conforme Termo de Autorização e justificativa apresentada por meio do Ofício n° 172/2023/GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, ao qual solicita. 3.1.3 – Termo de Autorização.	

PORTARIA N° 581, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA.

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Concede férias regulares ao servidor Marcelo José de Oliveira.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **3/4/2022 à 3/4/2023**.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Marcelo José de Oliveira**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, concursado no cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **3/1/2024 a 1/2/2024**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de dezembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 006/2023

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da sua Comissão de contratação, Instituída pela Portaria n° 247/2023, torna público que fará realizar o Credenciamento a seguir caracterizado:

Modalidade: Chamada Pública/Credenciamento n° **006/2023**.

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para contratação de Médicos Especialistas na área de: **Psiquiatria**.

A entrega do envelope contendo os documentos para o Credenciamento será do dia 22/12/2023 a 22/12/2024, de segunda a sexta-feira no horário de expediente vigente. O prazo de vigência do Credenciamento será por 12 (doze) meses,

Local de Entrega do Envelope com o Credenciamento: de 2ª a 6ª feira, das **07h00min às 11h00min** e das **13h00min às 17h00min**, na **Prefeitura Municipal de Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, Cep: 78.795-000, Bairro: Centro – **Setor de Licitações**.

O procedimento licitatório de Credenciamento obedecerá ao disposto na Lei Federal n° 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br.

Pedra Preta - MT, 19 de dezembro de 2023.

RITHYENE GOMES DA SILVA

(Portaria 186/2023)

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 042/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 042/2023

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação n° 042/2023, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO COMERCIAL LIVRE DE BALANÇA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**. No valor total de **R\$15.235,00 (quinze mil, duzentos e trinta e cinco reais)**, com a empresa **G H M PASSANELI & CIA LTDA – CPNJ 03.696.005/0001-99**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal n° 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de dezembro 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 2389, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 2389, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 67, §4º da Lei complementar n° 03, de 26 de agosto de 2005;

Considerando o NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062, de 17 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam incluídos a Portaria nº 2162, de 01 de novembro de 2023, qual concede adicional de insalubridade, aos servidores pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vinculados a Lei Complementar nº 19, de 05 de abril de 2012, nos termos do disposto no artigo 67, §4º da Lei Complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005 e **NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do** Decreto nº 062/2023, no percentual de 20%, conforme a seguir:

MF	Nome	Cargo
7196.1	Alzerina Martins da Mota	Agente Comunitária de Saúde
7162.1	Ana Patrícia Arruda Pelegrine	Agente Comunitária de Saúde
8244.1	Edson Correa Coelho	Agente Comunitária de Saúde
4714.1	Julio Pecci da Cruz	Agente Comunitária de Saúde
7184.1	Maria Lene Tiburski	Agente Comunitária de Saúde
7047.1	Rosalina Carvalho Alves da Silva	Agente Comunitária de Saúde
7179.1	Viviane Harka	Agente comunitária de Saúde
8752.1	Haary Gabriela Silvestricourt	TS Assistente Téc. Administrativo
7840.1	William John Lima dos Santos	Assistente Téc. Administrativo
410.1	Sebastião Neudson Brilhante Silva	ASS Motorista

8928.1	Simone Cristina Vieira Santos	ES Psicóloga 40 Horas
324.1	Antônio Augusto Brilhante Silva	TS Técnico em Enfermagem
5406.1	Elsira Langue	TS Técnico em Enfermagem
6827.1	Taciane Rodrigues Garrido Campos	TS Técnico em Enfermagem
1613.1	Maria de Fátima da Silva Sousa	ASS Vigia

Art.2º. Conceder adicional de insalubridade, ao servidor pertencente a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vinculados a Lei Complementar nº 19, de 05 de abril de 2012, nos termos do disposto no artigo 67, §4º da Lei Complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005 e NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062/2023, no percentual de 40%, conforme a seguir:

6844.1 | Laurinda Azevedo Guedes | TS Técnico em Raio X

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 08 de Dezembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PROCESSO DE SELEÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR - 2024/2025 ANEXO I RESULTADO FINAL

Centro Educacional Paulo Freire						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
004	WELLINGTON ALVES	3807252 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	84	3,50	87,50
003	VANDA MARIA CARDOSO DOS SANTOS	0599021-1 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	76	3,50	79,50
002	CARLEYBE AMORIM DA SILVA	848930 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	65	6,75	71,75
001	ANA JAYRA DA SILVA	1577548-8 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	59	5,75	64,75
021	SIMONE ORTEGA BIANCHI	967743 SSP/MT	DIRETOR	82	6,00	88,00
019	CAROLINA RAFAELA VIEIRA DOS	35466146-1 SSP/SP	DIRETOR	66	9,25	75,25
020	CLEIDE APARECIDA DE SOUZA LIMA	29373566-9 SSP/MT	DIRETOR	60	5,50	65,50
033	LENILDA BRITO GONÇALVES	0799381-1 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	82	4,75	86,75
Creche Antônio Francisco dos Santos						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
005	AMANDA LOESIA SANTOS	07843410 SEJSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	72	4,00	76,00
Creche Criança Feliz						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
006	QUELI GRACIELA POMMER	1034882-4 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	53	4,50	57,50
023	DELIANA MURIEL RODRIGUES DOS SANTOS	17069211 SSP/MT	DIRETOR	78	7,50	85,50
022	ANGÉLICA MARIA DE JESUS	1525016-4 SSP/MT	DIRETOR	73	7,00	80,00
034	ANA PAULA TELES DOS REIS	1577602-6 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	84	6,00	90,00
Creche Escola Irmã Dulce						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
009	LISIANE VERGUES	1431234-4 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	79	7,00	86,00
007	CLAUDINEIA APARECIDA BOLONKEZI	1558776-2 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	72	6,00	78,00
008	IRMÃS SIMAS ASSUNÇÃO AFFONSO	1232723-9 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	66	5,50	71,50
024	MARLENE FAGUNDES DE JESUS JUNGLAUS	6700113-3 SSP/MT	DIRETOR	69	8,50	77,50
035	VANIA CONCEIÇÃO DE SOUZA CHAMBO	1157445-3 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	63	3,75	66,75
Creche Lucy Agner Gallo						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
011	LEIA LINHARES DE ANDRADE	2280463-3 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	61	3,75	64,75
025	LUCI CONCEIÇÃO PEREIRA FLORENCIO	1598217-3 SSP/MT	DIRETOR	53	6,25	59,25
Escola Municipal Dom Hélder Câmara						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
013	AMÉLIA VITORIA PARREIRA	04802063 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	83	5,00	88,00
015	MAYARA JOICE DA SILVA PAIXAO	2009756-5 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	79	8,00	87,00
012	ADRIANA GONÇALVES PINHEIRO	122624-0 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	75	5,50	80,50
014	GEDALIAS SANTIAGO DE CASTRO	12143790 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	69	6,50	75,50
027	CLEONICE ABREU GUIMARAES	1123151-3 SSP/MT	DIRETOR	85	4,00	89,00
037	ANTONIA EVA RODRIGUES DA SILVA	3436635-0 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	93	4,75	97,75

Escola Municipal Elza Koller Heller						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
016	DAIANE COLARES DAMACENA DE OLIVEIRA	2248648-8 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	79	6,00	85,00
029	LUZENILDE LOPES DE CARVALHO	0927479-0 SSP/MT	DIRETOR	77	3,50	80,50
028	KELLY TYNAIARA REVERSI	2654408-3 SSP/MT	DIRETOR	39	4,25	43,25
040	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS DA SILVA	1822239-0 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	76	4,00	80,00
Escola Municipal São Pedro						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
017	ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA	1267990-9 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	94	5,00	99,00
031	LAZINHA RODRIGUES SOARES	453359 SSP/MT	DIRETOR	53	0,00	53,00
Escola Municipal Vida e Esperança						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
018	SÉRGIO MARTINS CARNEIRO	1143890-8 SSP/MT	COORDENADOR PEDAGÓGICO	75	6,00	81,00
032	MARCOS HENRIQUE GAMBA DA CONCEIÇÃO	3444636-2 SSP/MT	DIRETOR	67	9,00	76,00
039	MARCIA ANDREIA PEREIRA	1214363-4 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	89	5,50	94,50
041	JOAQUIM CAMPOS DA SILVA	27169094-1 SSP/MA	SECRETÁRIA ESCOLAR	47	3,75	50,75
Escola Municipal Cecília Meireles						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
26	AMAURI OLÍMPIO DA SILVA	1215388 SSP/MS	DIRETOR	72	6,00	78,00
036	LUCINEIDE JOSE PEREIRA BONAZZA	1350936-5 SSP/MT	SECRETÁRIA ESCOLAR	90	1,00	91,00
Escola Municipal Jardim das Flores						
INSCRIÇÃO	NOME	RG	FUNÇÃO	P. OBJ.	P. RED.	TOTAL
030	GENILDE EVANGELISTA OLIVEIRA BRANDÃO	78981697-0 SSP/MT	DIRETOR	39	9,00	48,00

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2023

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 040/2023, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a “**AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA 220V 60HZ 2.2KW/3HP, DESTINADO PARA A VILA VIDA NOVA II, DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**”. No valor total de **R\$ 3.590,00** (três mil, quinhentos e noventa reais), com a empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – CPNJ 08.887.033/0001-07**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de dezembro 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO ADMINISTRATIVO RETIFICADOR**DESPACHO ADMINISTRATIVO RETIFICADOR**

- Considerando o Ofício nº234/2023, oriundo da Câmara do Município de Peixoto de Azevedo-MT, que encaminha cópia da comunicação de retificação, datada de 13 de dezembro de 2023, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, ano XVIII, edição n.4.380;
- Considerando que a referida comunicação retifica a numeração do Pregão Presencial n.007 – SRP n.005, Processo n.º 010, passando-se a numeração do referido procedimento licitatório a ser Pregão Presencial n. 006– SRP n.005, Processo n.º010;
- Decido **RETIFICAR** o Despacho de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 005/2023, oriunda do Pregão Presencial nº 006/2023 da Câmara do Município de Peixoto de Azevedo-MT, nos seguintes termos:
- Onde se lia:

“

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

ADESÃO 018/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a **Ata de Registro de Preço nº 010/2023**, oriunda do **Pregão Presencial nº 007/2023** realizado pela Câmara do Município de Peixoto de Azevedo- MT, cujo objeto é “**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2023, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, PARA LICENÇA DE USO, REFORMULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO, REFORMULAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, HOSPEDAGEM, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ADAPTATIVA DE WEBSITE, CARTA DE SERVIÇO DO USUÁRIO – LEI 13.460/17, OUVIDORIA ONLINE COM GERAÇÃO DE PROTOCOLOS E ESTATÍSTICAS GRÁFICAS, SOFTWARE PARA AS TRANSMISSÕES AO VIVO EM ÁUDIO E VÍDEO VIA INTERNET DAS SESSÕES E LICITAÇÕES COM ACESSOS ILIMITADOS, - SOFTWARE DE GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, ADEQUAÇÕES DA LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NOS SERVIÇOS NA INTERNET, SERVIDOR DE CONTAS DE E-MAILS INSTITUCIONAIS PARA ATÉ 50 (CINQUENTA) CONTAS, COM ATÉ 10 (DEZ) GIGAS DE ESPAÇO CADA, LINK PARA INTEGRAÇÃO COM OS SERVIÇOS ONLINE DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTERNA E O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**”. Conforme proposta e contrato firmado com a empresa **MPX BRASIL SOLUÇÕES**, CNPJ: 14.728.004/0001-03, no valor total de **R\$ 71.712,00** (setenta e um mil, setecentos e doze reais).

Peixoto de Azevedo – MT, 04 de dezembro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL ”

Leia-se:

“ **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT**

ADESÃO 018/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a **Ata de Registro de Preço nº 005/2023**, oriunda do **Pregão Presencial nº 006/2023** realizado pela Câmara do Município de Peixoto de Azevedo- MT, cujo objeto é “**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023 DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, PARA LICENÇA DE USO, REFORMULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO, REFORMULAÇÃO, IMPLANTA-**

ÇÃO, CAPACITAÇÃO, HOSPEDAGEM, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ADAPTATIVA DE WEBSITE, CARTA DE SERVIÇO DO USUÁRIO – LEI 13.460/17, OUVIDORIA ONLINE COM GERAÇÃO DE PROTOCOLOS E ESTATÍSTICAS GRÁFICAS, SOFTWARE PARA AS TRANSMISSÕES AO VIVO EM ÁUDIO E VÍDEO VIA INTERNET DAS SESSÕES E LICITAÇÕES COM ACESSOS ILIMITADOS, - SOFTWARE DE GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, ADEQUAÇÕES DA LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NOS SERVIÇOS NA INTERNET, SERVIDOR DE CONTAS DE E-MAILS INSTITUCIONAIS PARA ATÉ 50 (CINQUENTA) CONTAS, COM ATÉ 10 (DEZ) GIGAS DE ESPAÇO CADA, LINK PARA INTEGRAÇÃO COM OS SERVIÇOS ONLINE DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTERNA E O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT”. Conforme proposta e contrato firmado com a empresa MPX BRASIL SOLUÇÕES, CNPJ: 14.728.004/0001-03, no valor total de R\$ 71.712,00 (setenta e um mil, setecentos e doze reais).

Peixoto de Azevedo MT, 11 de dezembro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL ”

5. As demais disposições do processo originário ficam devidamente ratificadas.

Peixoto de Azevedo MT, 18 de dezembro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2375, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 2375, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 67, §1º e §2º da Lei complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005;

Considerando o NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062, de 17 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder adicional de insalubridade, aos servidores pertencentes a Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário, vinculados a Lei Complementar nº 02, de 26 de agosto de 2005, nos termos do disposto no artigo 67, 4º da Lei Complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005 e NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062/2023, no percentual de 20%, abaixo a seguir:

MF	NOME	CARGO
4550.1	Francisco Nitão Ribeiro Da Silva	Operador Pá Carregadeira

4653.1	Geremias Cardoso	Operador de Motoniveladora
4713.1	Vanderlei Dos Santos	Operador de Motoniveladora
375.1	Edjane Ribeiro Chagas	Operador de Maquinas
374.1	José Bernardino da Costa	Operador de Maquinas
7661.1	Marcelo Mauri Santos	Operador de Maquinas
1460.1	Albari José do Nascimento	Motorista
268.1	Géliton Pereira Camelo	Motorista
1718.1	Isaías Reinaldo Bezerra	Motorista
5521.1	Leonardo Machado de Oliveira	Motorista
7636.1	Marco Aurélio Lúcio de Souza	Motorista
6892.1	Moisés Borqueti	Motorista
409.1	Vilson Moreira da Silva	Motorista

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 06 de Dezembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 051/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 2178 de 06 de novembro de 2023, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 051/2023, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 096/2022, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item**, objetivando: **“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS/PSFS, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 151/2022, PORTARIA Nº 155/2022/GBSES E EMENDA PARLAMENTAR Nº 127/2022 E TERMO DE REFERÊNCIA”**. Início da Sessão será dia **15/01/2024 - Horário: 13:30 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00h do dia 26/12/2023 às 12:00h do dia 15/01/2024 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone: (66) 3575-5100 ou na Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 19 de dezembro de 2023.

Thiago Pereira da Silva

Pregoeiro Oficial

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2023 AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 046/2023

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu PREGOEIRO OFICIAL, designado pela Portaria Municipal nº 2178 de 06 de novembro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada alteração no Edital de Licitação Pregão Eletrônico - SRP nº 046/2023, com base no que dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 096, de 03/11/2022, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO:

2.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTO DE LIMPEZA E HIGIENE HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

3. DA RETIFICAÇÃO:

3.1. Fica alterado o **Item 6 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital, corrigindo-se a unidade de fornecimento, conforme segue:

Seq.	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	312828	DETERGENTE MULTI-USO CONCENTRADO, COM CLORO ATIVO PARA, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL. DILUIÇÃO 1/100.	GALÃO 5 LITROS	72	R\$ 213,68	R\$ 15.384,96
2	312829	DESINFETANTE PERFUMADO FRAGÂNCIA FRESH PARA, PISOS SANITÁRIOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL, 1/30.	GALÃO 5 LITROS	72	R\$ 134,46	R\$ 9.681,12
3	312830	DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO DE ALTO PODER DESENGORDURANTE PARA LAVAGEM DE LOUÇAS, UTENSÍLIOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL, 1 A 4%.	GALÃO 5 LITROS	48	R\$ 181,84	R\$ 8.728,32
4	312831	DESINFETANTE PARA AGUA DE CONSUMO HUMANO E GERMICIDA BACTERICIDA PARA PISOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL. (HIPOCLORITO DE SÓDIO).	GALÃO 5 LITROS	48	R\$ 57,17	R\$ 2.744,16
5	312832	DETERGENTE OLIZENZIMÁTICO COM 6 ENZIMAS PARA LIMPEZA E REMOÇÃO MANUAL OU AUTOMATIZADA, DE MATÉRIA ORGÂNICA E BIOFILMES INCRUSTADOS EM INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS E UTENSÍLIOS/EQUIPAMENTOS LABOTATORIAIS, INCLUSIVE DE DIFÍCIL ACESSO, COMO MATERIAIS CANULADOS, ENDOSCÓPIOS, FIBROSCÓPIOS, INALATÓRIOS E VIDRARIAS.	FRASCO 1 LITRO	48	R\$ 360,19	R\$ 17.289,12
TOTAL GERAL						R\$ 53.827,68

3.2. Fica alterada a tabela do **ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS** do Edital, corrigindo-se a unidade de fornecimento, conforme segue:

Lote	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	312828	DETERGENTE MULTI-USO CONCENTRADO, COM CLORO ATIVO PARA, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL. DILUIÇÃO 1/100.	GALÃO 5 LITROS	72			
2	312829	DESINFETANTE PERFUMADO FRAGÂNCIA FRESH PARA, PISOS SANITÁRIOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL, 1/30.	GALÃO 5 LITROS	72			
3	312830	DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO DE ALTO PODER DESENGORDURANTE PARA LAVAGEM DE LOUÇAS, UTENSÍLIOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL, 1 A 4%.	GALÃO 5 LITROS	48			
4	312831	DESINFETANTE PARA AGUA DE CONSUMO HUMANO E GERMICIDA BACTERICIDA PARA PISOS E SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL. (HIPOCLORITO DE SÓDIO).	GALÃO 5 LITROS	48			
5	312832	DETERGENTE OLIZENZIMÁTICO COM 6 ENZIMAS PARA LIMPEZA E REMOÇÃO MANUAL OU AUTOMATIZADA, DE MATÉRIA ORGÂNICA E BIOFILMES INCRUSTADOS EM INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS E UTENSÍLIOS/EQUIPAMENTOS LABOTATORIAIS, INCLUSIVE DE DIFÍCIL ACESSO, COMO MATERIAIS CANULADOS, ENDOSCÓPIOS, FIBROSCÓPIOS, INALATÓRIOS E VIDRARIAS.	FRASCO 1 LITRO	48			
TOTAL GERAL							

4. DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA

4.1. Fica alterada data e hora do certame, sendo o início da sessão pública as **13:30 horas** (Horário de Brasília) do dia **12/01/2024**. Período de acolhimento das propostas eletrônicas fica estendido até as **12:00 horas** (Horário de Brasília) do dia **12/01/2024**. O Edital completo poderá ser adquirido gratuitamente nos seguintes endereços eletrônicos: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, www.bll.org.br ou solicitado através do e-mail licitacao@peixotodeazevedo.mt.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira, das 12hs às 18hs, ou pelo fone (66) 3575-5100

5. DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas as demais disposições originárias.

Peixoto de Azevedo MT, 19 de dezembro de 2023.

THIAGO PEREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2023

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 041/2023, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a “**AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA 220V 60HZ 2.2KW/3HP, DESTINADO A COMUNIDADE DO TRAVESSÃO III DA SÃO JOSE UNIAO - PA CACHIMBO II, DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**”. No valor total de **R\$ 3.590,00 (três mil, quinhentos e noventa reais)**, com a empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – CPNJ 08.887.033/0001-07**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de dezembro 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2423, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 2423, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 67, §4º da Lei complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005;

Considerando o NR 16 Laudo de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062, de 17 de julho de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º. Ficam excluídos da Portaria nº 2162, de 01 de novembro de 2023, qual concede adicional de insalubridade, aos servidores pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vinculados a Lei Complementar nº 19, de 05 de abril de 2012, nos termos do disposto no artigo 67, §4º da Lei Complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005 e **NR 16 Laudo**

de Insalubridade homologado através do Decreto nº 062/2023, no percentual de 20%, conforme a seguir:

MF	Nome	Cargo
7201.1	Maria Genecy de Oliveira Rodrigues	Agente Comunitária de Saúde
4649.1	Arinelda Alves dos Santos	Agente de Saúde Ambiental
6169.1	Ana Maria de Jesus Almeida	ASS Auxiliar Serviços Gerais
379.1	Jovina Esperidião da Costa	ASS Auxiliar Serviços Gerais
1415.1	Marlene Martins da Silva	ASS Auxiliar Serviços Gerais
5430.1	Silvania Saath	ASS Auxiliar Serviços Gerais
1423.1	Vilma Moscardo da Silva	ASS Auxiliar Serviços Gerais

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Dezembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 025/2022.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 106, da Lei nº 14.133/2021 e na CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**, constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **25/12/2023**, para mais **12 (doze) meses**, passando a estabelecer o fim da vigência em **25/12/2024**. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT. **CONTRATADA:** LAVANDERIA ALBA LTDA, CNPJ nº 03.481.736/0001-17. Data de assinatura do termo **18/12/2023**.

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 053-2022.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO, PRORROGAÇÃO, REAJUSTAMENTO DO PREÇO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**, subitem 3.1 constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **31/12/2023**, para mais **12 (doze) meses**, passando a estabelecer o fim da vigência do contrato em **31/12/2024**. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA:** GILBERTO SILVA SIQUEIRA, CNPJ nº 03.869.015/0001-89. Data de assinatura do termo: **19/12/2023**.

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 056/2022.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**, subitem 4.1 constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **31/12/2023** para mais **12 (doze) meses**, passando a estabelecer o fim da vigência em **31/12/2024**. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA:** DIOGO SOUZA DE LARA BRUM, CNPJ nº 28.827.094/0001-96. Data de assinatura do termo: **19/12/2023**.

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 039/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA QUINTA–DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**, constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **31/12/2023**, para mais **12 (doze) meses**, passando a estabelecer o fim da vigência em **31/12/2024**. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA:** STA ASSESSORIA E SERVIÇOS -LTDA, CNPJ nº 39.742.550/0001-11. **DATA DE ASSINATURA DO TERMO:** 18/12/2023.

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº024/2023 - PROCESSO Nº 075/2023.

O Município de P. da Serra- MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação **PR Presencial nº 024/2023**, aberta no dia **18/12/2023** às **08:00** horas (Horário de Mato Grosso). sagrou-se vencedora e habilitada no certame a empresa, **SEBBA MOTORS LTDA**, CNPJ Nº 02.050.048/0001-30, valor total de R\$ 139.700,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO:** R\$ 139.700,00. **ANNIELY OLIVEIRA DOS SANTOS MARQUES-PREGOEIRA.**

EXTRATO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050-2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR **ISRAEL SALAZAR**, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT. **CONTRATADA:** AGENDA **PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**. CNPJ: 21.591.950/0001-08. **VIGÊNCIA:** 18/12/2023 à 18/03/2024. **VALOR GLOBAL:** R\$ 60.000,00. **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – PREFEITO DE PLANALTO DA SERRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 102/2023

Ata de Registro de Preço Nº 102/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: JUCYLMA APARECIDA LOURENÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SALGADOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Gabinete do Prefeito	02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Finanças	04.001.04.123.0004.2013.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2019.3.3.90.30.1.660.0000000 05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.30.1.500.0000000 05.001.08.122.0005.2021.3.3.90.30.1.661.0000000 05.002.08.244.0006.2036.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0006.2038.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0007.2051.3.3.90.30.1.660.0000000 05.002.08.244.0007.2052.3.3.90.30.1.500.0000000 05.002.08.244.0007.2054.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Educação	06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.30.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.30.1.500.1002000
Secretaria Municipal de Turismo	09.001.23.695.0023.2120.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de esporte e Lazer	10.001.27.122.0017.2107.3.3.90.30.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.04.122.0021.2115.3.3.90.30.0.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.002.15.452.0024.2125.3.3.90.30.0.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico	13.001.04.122.0015.2104.3.3.90.30.0.1.500.0000000
Secretaria Municipal de Cultura	14.001.13.122.0026.2132.3.3.90.30.1.500.0000000

Valor Registrado: **R\$ 279.200,00 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos reais)**

Período: 12 meses

FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

SERVIDOR	LOTAÇÃO
LUCYANA APARECIDA DOS SANTOS	Gabinete do Prefeito
FABIOLA CRISTINA CORREIA DO CARMO	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração
FABRÍCIA BENEDITA DE MATOS	Secretaria Municipal de Finanças
LUCINETE ALVES DE LIMA	Secretaria Municipal de Assistência Social
CLAUDIA CRISTINA RIBEIRO S GONÇALVES	Secretaria Municipal de Educação
LUCIA ALVES NEVES	Secretaria Municipal de Saúde
EDSON CAMPOS OLIVEIRA	Secretaria Municipal de Turismo
HIGOR MATEUS DA SILVA BASTOS	Secretaria Municipal de esporte e Lazer
LAURO PEREIRA LEITE	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NAUDSON LUIS BASTOS DE ARRUDA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
ANTONIO VAZ GUIMARÃES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico
MARILEIDE GOMES DA SILVA	Secretaria Municipal de Cultura

Poconé/MT, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2023**

CONTRATO N.º 052/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 20/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: SUCESSINHO PRODUÇÕES LTDA

Objeto: contratação de "Produção de Show artístico musical com a BANDA TOME AÍ no dia 10 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONÉ – MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024" na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2023**

CONTRATO N.º 048/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 16/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: E. P. EVENTOS LTDA

Objeto: contratação de Produção de Show artístico musical com a Banda Novo Som no dia 10 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONÉ – MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 53/2023**

CONTRATO N.º 053/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 21/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA

Objeto: contratação de "Produção de Show artístico musical com o musico Cesinha Mello no dia 11 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONE – MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024" na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 45/2023**

CONTRATO N.º 045/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 13/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: SUCESSINHO PRODUÇÕES LTDA

Objeto: contratação de “Produção de Show artístico musical do Cantor Matheuzinho Sucessinho no dia 19/01/2024, por ocasião do evento do ANIVERSARIO DE 243 ANO DE POCONÉ” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 47/2023**

CONTRATO N.º 047/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 15/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

Objeto: contratação de “Produção de Show artístico musical da Dupla JADS E JADSON no dia 20/01/2024, por ocasião do evento do ANIVERSARIO DE 243 ANOS DE POCONÉ” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2023**

CONTRATO N.º 051/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 19/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: ERRE SOM PRODUÇÕES E EVENTOS

Objeto: contratação de “Produção de Show artístico musical com a Banda Erre Som no dia 12 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONÉ – MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 46/2023**

CONTRATO N.º 046/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 14/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: E. P. EVENTOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE “Produção de Show artístico musical da BANDA NOVO SOM no dia 21/01/2024, por ocasião do evento do ANIVERSARIO DE 243 ANO DE POCONÉ” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 50/2023**

CONTRATO N.º 050/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 18/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: B. M. NOVAIS PRODUÇÕES

Objeto: contratação de Produção de Show artístico musical com a Banda Luxuria no dia 11 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONÉ – MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2023**

CONTRATO N.º 049/2023 – INEXIGIBILIDADE N° 17/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: E. M. PAINS MARTINS ENTRETENIMENTO

Objeto: contratação de “Produção de Show artístico musical com a Banda Paladium no dia 12 DE FEVEREIRO DE 2024, na cidade de POCONÉ –

MT, por ocasião do evento do CARNAVAL DE POCONÉ 2024” na cidade de Poconé.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.001.13.392.0026.21.31.3.3.90.39.1.701.0000000

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Período: 19/12/2023 a 01/06/2024

FISCAL DO CONTRATO: MARILEIDE GOMES DA SILVA

Poconé, 19 de dezembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO N° 2615/2023

DECRETO N° 2615/2023 De 19 de dezembro de 2023.

Dispõe sobre Homologação do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **Sr. ADELINO FRANCISCO LOPO**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto no artigo 76 da Lei Orgânica Municipal; e

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o PAAI 2024 - Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024, elaborado pela Unidade de Controle Interno do Município de Pontal do Araguaia, Conforme Resolução n°. 033/2012, alterada pela Resolução Normativa n.º 26/2014, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, 19 de Dezembro de 2023.

ADELINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA N° 348/GP/2023

PORTARIA N° 348/GP/2023

De 19 de Dezembro de 2023.

“Designa Comissão Organizadora e Coordenadora para a realização do Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista 001/2023, e dá outras providências.”

ADELINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n° 1186/2023 de 17 de novembro de 2023 e sua alteração através da Lei Municipal n° 1199/2023 de 12 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar nos termos previstos na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município, os membros abaixo especificadas para comporem a Comissão Organizadora e Coordenadora que terá como objetivo a realização do Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista a ser promovido pela Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Educação:

Lais Gomes, Assessora Pedagógica, Matrícula: 2204 - Presidente da Comissão

Rejane Evangelista Galvão, Coordenadora Municipal do PBF na Educação, Matrícula 1029 - Membro da Comissão;

Silvinha da Silva Santos, Diretora de Escola Municipal, Matrícula 104, Membro da Comissão.

Silvana Alves da Cunha Gehm, Psicóloga – Membro da Comissão responsável pela Entrevista.

Art. 2º - São competências da Comissão Organizadora e Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista, a confecção do Edital, acompanhar, analisar os currículos e entrevista no decorrer do Processo seletivo, recebimento de recursos e divulgação.

Art. 3º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação.

Pontal do Araguaia, 19 de Dezembro de 2023.

ADELINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 229/2023

DISPENSA N° 018/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 113/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CNPJ: 33.000670/0001-67

CONTRATADA: TOCA SPORT BEACH SPORT E LAZER LTDA

CNPJ: 33.626.452/0001-32

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT, QUE SERÁ DESTINADO PARA A REALIZAÇÃO DO CFA- CIRCUITO DE FUTEBOL DE AREIA, NA QUAL SERÁ REALIZADO NO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 14 DE DEZEMBRO DE 2023

VIGÊNCIA: 31/12/2023

ADELINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO CONTRATO N° 212/2023

ONDE SE LÊ:

CREDENCIAMENTO DE ENGENHEIRO: N° 017/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 017/2023

LEIA-SE:

TOMADA DE PREÇO N° 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: LEVE ENGENHARIA

CNPJ: 33.448.704/0001-80

ONDE SE LÊ:

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO A CONTRATAÇÃO DO CREDENCIADO, NA CONDIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA ATUAR COMO ENGENHEIRO(A) CIVIL E ARQUITETO(A), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT.

LEIA-SE:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DA REDE DE AGUA DO BAIRRO NOVA ESPERANÇA.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 231.382,43 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 01 DE DEZEMBRO DE 2023

ONDE SE LÊ:

VIGÊNCIA: 31/12/2023

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 30/11/2024

ADELINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO N° 228/2023

CREDENCIAMENTO N° 007/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 007 2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CNPJ: 33.000670/0001-67

CONTRATADA:DEMILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA

CNPJ: 35.435.264/0001-52

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO A CONTRATAÇÃO DO CREDENCIADO, NA CONDIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA ATUAR COMO PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, GESSEIRO, VIDRACEIRO, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, CARPINTEIRO, JARDINEIRO, CALHEIRO, MARCENEIRO, ENCANADOR E SERRALHEIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 25.236,84 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 15 DE DEZEMBRO DE 2023

VIGÊNCIA: 31/12/2023

ADELINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

**RECURSOS HUMANOS
PORTARIA FERIAS**

PORTARIA N° 097/RH/2023

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ADRIELE MARTINS PINHEIRO**, SERVIÇOS GERAIS, Matrícula Funcional 902 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 23/06/2022 a 25/06/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 21/12/2023 a 19/01/2024.

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS FERIAS**

PORTARIA N° 080/RH/2023

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal **FABIANA RIBEIRO DOS SANTOS**, SERVIÇOS GERAIS, Matrícula Funcional 920, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/03/2017 a 16/03/2022.

Parágrafo único. A Licença de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 06/12/2023 a 06/03/2023.

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Esta Portaria retroage seus efeitos a 06 de dezembro de 2023.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

PORTARIA N° 081/RH/2023

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a(o) servidor(a) público(a) municipal **LUIS ALVES DA CUNHA**, VIGIA, Matrícula Funcional 196, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 16/05/2022.

Parágrafo único. A Licença de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 17/12/2023 a 15/03/2023.

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Esta Portaria retroage seus efeitos a 17 de dezembro de 2023.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

PORTARIA Nº 082/RH/2023**EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ZAINÉ MARTINS DA SILVA SOUSA**, GARI, Matrícula Funcional 905, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 16/03/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 18/12/2023 a 16/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 083/RH/2023****EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **MARCUS VINICIUS PARREIRA AMARAL**, COORDENADOR (A) DE COMUNICACAO SOCIAL, Matrícula Funcional 1073, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Comunicação Social e Cultura, referente ao período aquisitivo de 21/01/2022 a 20/01/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 18/12/2023 a 16/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 084/RH/2023****EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal abaixo discriminados lotados junto a Secretaria Municipal de Educação.

ADÃO PEREIRA DE OLIVEIRA	07/02/2022 A 06/02/2023
AGLIMAR CARVALHO DE MORAES;	17/03/2022 A 16/03/2023
ALICE PEREIRA CAMPOS CUNHA;	02/05/2022 A 01/05/2023
ANGELA DOMINGOS DA SILVA OJEDA;	02/05/2022 A 01/05/2023

CARLOS PEREIRA PLACIDO;	01/04/2022 A 31/03/2023
CARMEM XAVIER DO NASCIMENTO NASCIMENTO	02/05/2022 A 01/05/2023
CLAYTONS ALVES FIGUEIREDO;	17/03/2022 A 16/03/2023
DALVINA CANDIDA DE RESENDE;	02/05/2022 A 01/05/2023
GLADSTON CLEY NOGUEIRA;	02/05/2022 A 01/05/2023
IVANIR PROCOPIO BENTO;	02/05/2022 A 01/05/2023
JANIO PEREIRA DA SILVA;	17/03/2022 A 16/03/2023
LUCIA MOREIRA NOGUEIRA PISSOLATO;	03/03/2022 A 02/03/2023
LUENI SEVERINO PEREIRA MENDES;	11/02/2022 A 10/02/2023
MARIA ANTONIA DUTRA RIBEIRO;	02/05/2022 A 01/05/2023
MARINE REGINA CORREA DA SILVA;	17/03/2022 A 16/03/2023
NEOMAR BENTO DE RESENDE;	02/05/2022 A 01/05/2023
NIVALDO MARIANO CANEDO;	02/05/2022 A 01/05/2023
ODAIZIA NAZARÉ DE PAULA;	17/02/2023 A 17/02/2024
ROSIRENE GOULART DE OLIVEIRA;	11/02/2022 A 10/02/2023
SILMA JOSÉ DA CRUZ;	11/02/2022 A 10/02/2023
SIMONE BENTE DE RESENDE;	02/05/2022 A 01/05/2023
THAMARA SOARES ALVES;	17/03/2022 A 16/03/2023
VAGNO ANDRADE DA SILVA;	17/03/2022 A 16/03/2023
ZILDA BORGES DA SILVA	02/05/2022 A 01/05/2023

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 21/12/2023 a 19/01/2024

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 085/RH/2023****EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ELIANE ROMA DE OLIVEIRA**, VIGIA, Matrícula Funcional 909, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/02/2022 a 10/02/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 25/12/2023 a 23/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal**

PORTARIA Nº 086/RH/2023**EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **SANDOVAL MARTINS LOURA**, GARI, Matrícula Funcional 434, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 16/03/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 26/12/2023 a 24/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 087/RH/2023****EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ERILENE ROCHA DE JESUS**, GARI, Matrícula Funcional 938, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, referente ao período aquisitivo de 07/05/2022 a 06/05/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 27/12/2023 a 26/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 088/RH/2023****EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **KELCI MACHADO ASSUNÇÃO**, TECNICO EM ENFERMAGEM, Matrícula Funcional 870, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saude, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 16/03/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 01/01/2024 a 30/01/2024

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 089/RH/2023****EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **VALDIR DOMINGUES FERREIRA**, VIGIA, Matrícula Funcional 918, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, referente ao período aquisitivo de 18/04/2022 a 17/04/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 01/01/2024 a 30/01/2024

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 090/RH/2023****EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ADRIELLY RODRIGUES PEREIRA**, COORDENADOR DE AGROPECUARIA, Matrícula Funcional 1093, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 01/12/2022 a 30/11/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 02/01/2024 a 17/01/2024

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA**Prefeito Municipal****PORTARIA Nº 091/RH/2023****EMENTA:** *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **ESCARLIT DA SILVA BORGES**, GARI Matrícula Funcional 914 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Viação e Transporte, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 16/03/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/RH/2023

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **GISSELLE LUBIA MARTINS HONORIO**, FISCAL SANITARIO Matrícula Funcional 777 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saude, referente ao período aquisitivo de 01/08/2022 a 31/07/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 08/01/2024 a 06/02/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/RH/2023

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **DENISE AIELLE DA SILVA**, FISCAL SANITARIO Matrícula Funcional 226 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 13/03/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 08/01/2024 a 06/02/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/RH/2023

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **EURLETE NOGUEIRA MARTINS**, CONTROLADOR INTERNO, Matrícula Funcional 608 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 17/03/2022 a 13/03/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 10/01/2024 a 08/02/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/RH/2023

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **SUZANA SOUSA BRITO**, SERVIÇOS GERAIS, Matrícula Funcional 902 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação referente ao período aquisitivo de 23/10/2022 a 22/10/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 21/12/2023 a 19/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/RH/2023

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **SUYLLA DE OLIVEIRA BORGES**, SERVIÇOS GERAIS, Matrícula Funcional 902 lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 23/10/2022 a 22/10/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, compreenderá ao período de 21/12/2023 a 19/01/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de dezembro 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 854/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	0.000.000			32.514.033,39
1100.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0.000.000		1.177.830,00	
1110.00.0.0	IMPOSTOS	0.000.000		1.115.130,00	
1112.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	0.000.000	390.740,00		
1112.50.0.0	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	0.000.000	140.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	1.1.500	79.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	2.1.500	29.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	3.1.500	19.500,00		
1112.50.0.2	IPTU-MULTAS JUROS	1.1.500	1.000,00		
1112.50.0.3	IPTU-DÍVIDA ATIVA	1.1.500	8.000,00		
1112.50.0.4	IPTU-MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	3.000,00		
1112.53.0.0	ITBI	0.000.000	250.240,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	1.1.500	200.000,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	2.1.500	20.150,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	3.1.500	30.090,00		
1113.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0.000.000	374.700,00		
1113.03.0.0	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	0.000.000	374.700,00		
1113.03.1.0	IRRF-TRABALHO	0.000.000	208.200,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	1.1.500	163.200,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	2.1.500	25.000,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	3.1.500	20.000,00		
1113.03.4.0	IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	0.000.000	166.500,00		
1113.03.4.1	IRRF-OUTROS RENDIMENTOS-PRINCIPAL	1.1.500	166.500,00		
1114.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERV	0.000.000	311.790,00		
1114.51.0.0	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	0.000.000	311.790,00		
1114.51.1.0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	0.000.000	311.790,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	1.1.500	220.500,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	2.1.500	52.500,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	3.1.500	32.290,00		
1114.51.1.2	ISSQN-MULTAS JUROS	1.1.500	500,00		
1114.51.1.3	ISSQN-DÍVIDA ATIVA	1.1.500	5.000,00		
1114.51.1.4	ISSQN-MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1119.00.0.0	OUTROS IMPOSTOS	0.000.000	37.900,00		
1119.99.0.0	OUTROS IMPOSTOS	0.000.000	37.900,00		
1119.99.0.1	OUTROS IMPOSTOS - PRINCIPAL	1.1.500	32.600,00		
1119.99.0.2	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS JUROS	1.1.500	500,00		
1119.99.0.3	OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA	1.1.500	3.800,00		
1119.99.0.4	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1120.00.0.0	TAXAS	0.000.000		56.700,00	
1121.00.0.0	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0.000.000	18.500,00		
1121.01.0.0	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	0.000.000	18.500,00		
1121.01.0.1	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL - PRINCIPAL	1.1.500	15.000,00		
1121.01.0.2	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL - MULTAS JUROS	1.1.500	1.000,00		
1121.01.0.3	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL - DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.500,00		
1121.01.0.4	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL - MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1122.00.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0.000.000	38.200,00		
1122.01.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	0.000.000	38.200,00		
1122.01.0.1	TAXAS PRESTAÇÃO SERV. GERAL-PRINCIPAL	1.1.500	38.200,00		
1130.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0.000.000		6.000,00	
1131.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0.000.000	6.000,00		
1131.99.0.0	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0.000.000	6.000,00		
1131.99.0.1	OUTRAS CONTRIB. MELHORIA-PRINCIPAL	1.1.500	6.000,00		
1200.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	0.000.000		619.589,00	
1210.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
		0.000.000		527.200,00	
1215.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES RPPS	0.000.000	527.200,00		
1215.01.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	0.000.000	522.900,00		
1215.01.1.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	0.000.000	522.900,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	4.900,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	18.000,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	500.000,00		
1215.02.0.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	0.000.000	4.300,00		
1215.02.1.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	0.000.000	4.300,00		
1215.02.1.1	CONTRIB.PATRONAL-SERV.CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	3.700,00		
1215.02.1.1	CONTRIB.PATRONAL-SERV.CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.802	600,00		
1240.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000		92.389,00	
1241.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000	92.389,00		
1241.50.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000	92.389,00		
1241.50.0.1	CONTRIB.SERV.ILUM.PÚBLICA-PRINCIPAL	9.1.751	92.389,00		
1300.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0.000.000		139.900,00	
1320.00.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	0.000.000		139.900,00	
1321.00.0.0	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0.000.000	139.900,00		
1321.01.0.0	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.000.000	82.900,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.1.500	51.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.1.700	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.500	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.540	7.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.550	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.552	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.553	200,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.570	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.571	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.571	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.759	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.500	3.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.600	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.621	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.631	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.632	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	4.1.660	1.500,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	4.1.661	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.700	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.701	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.750	200,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.751	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.759	1.000,00		
1321.02.0.0	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	0.000.000	1.000,00		
1321.02.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.1.500	1.000,00		
1321.04.0.0	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	0.000.000	56.000,00		
1321.04.0.1	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS- PRINCIPAL	7.1.800	55.000,00		
1321.04.0.1	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS- PRINCIPAL	7.1.802	1.000,00		
1600.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0.000.000		439.500,00	
1610.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000		389.500,00	
1611.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000	389.500,00		
1611.01.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000	389.500,00		
1611.01.0.1	SERV.ADMINIST.COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	1.1.500	389.500,00		
1690.00.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000		50.000,00	
1699.00.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000	50.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1699.99.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000	50.000,00		
1699.99.0.1	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.1.500	50.000,00		
1700.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0.000.000		29.651.914,39	
1710.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000		16.158.941,00	
1711.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNI	0.000.000	14.153.988,00		
1711.51.0.0	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	0.000.000	13.914.988,00		
1711.51.1.0	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	0.000.000	12.474.988,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	1.1.500	7.838.300,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	2.1.500	1.948.500,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	3.1.500	2.688.188,00		
1711.51.2.0	COTA-PARTE FPM- COTAS EXTRAORDINÁRIA	0.000.000	1.440.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	1.1.500	950.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	2.1.500	150.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	3.1.500	100.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	3.1.500	240.000,00		
1711.52.0.0	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	0.000.000	239.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	1.1.500	152.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	2.1.500	55.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	3.1.500	32.000,00		
1712.00.0.0	TRANSF.COMPENS.FINANC.EXPL.RECURSOS NATURAIS	0.000.000	210.484,00		
1712.52.0.0	COTA-PARTE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PRODUÇÃO PETRÓLEO	0.000.000	210.484,00		
1712.52.4.0	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	0.000.000	210.484,00		
1712.52.4.1	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	1.1.500	210.484,00		
1713.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS SISTEMA ÚNICO SAÚDE SUS	0.000.000	1.110.016,00		
1713.50.0.0	TRANSF.SUS-FUNDO A FUNDO-BLOCO MANUTENÇÃO	0.000.000	1.110.016,00		
1713.50.1.0	TRANSF.SUS-FUNDO A FUNDO-BLOCO MANUTENÇÃO	0.000.000	797.408,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.600	158.950,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.600	520.422,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.604	118.036,00		
1713.50.3.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0.000.000	80.742,98		
1713.50.3.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	3.1.600	4.000,00		
1713.50.3.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	3.1.600	76.742,98		
1713.50.4.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0.000.000	66.733,84		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.600	1.000,00		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.600	10.733,84		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.602	55.000,00		
1713.50.5.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- GESTÃO DO SUS	0.000.000	120.554,96		
1713.50.5.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- GESTÃO DO SUS-PRINCIPAL	3.1.600	120.554,96		
1713.50.9.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- OUTROS PROGRAMAS	0.000.000	44.576,22		
1713.50.9.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- OUTROS PROGRAMAS-PRINCIPAL	3.1.600	44.576,22		
1714.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NAC.DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO-FNDE	0.000.000	117.500,00		
1714.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0.000.000	77.900,00		
1714.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	2.1.550	77.900,00		
1714.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS FNDE- PROGR.DINH.DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0.000.000	1.000,00		
1714.51.0.1	TRANSF.FNDE-PROGR.DINH.DIRETO	2.1.551	1.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1714.52.0.0	ESCOLA-PDDE-PRINCIPAL	0.000.000	22.400,00		
1714.52.0.1	TRANSF.PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLA-PNAE	2.1.552	22.400,00		
1714.53.0.0	TRANSF.PROG.NACIONAL APOIOTRANSORTE DO ESCOLAR - PNATE	0.000.000	11.200,00		
1714.53.0.1	TRANSF.PROG.NACIONAL APOIOTRANSF.ESCOLAR-PNATE-PRINCIPAL	2.1.553	11.200,00		
1714.99.0.0	OUTRAS TRANSF.DIRETAS FUNDO NACIONAL DESENV.EDUCAÇÃO-FNDE	0.000.000	5.000,00		
1714.99.0.1	OUTRAS TRANSF.DIRET.FUNDO NAC. DESENV.ED.-FNDE-PRINCIPAL	2.1.569	5.000,00		
1716.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0.000.000	204.596,00		
1716.50.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0.000.000	204.596,00		
1716.50.0.1	TRANSF.RECUR.FUNDO NAC.ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIPAL	4.1.660	139.824,00		
1716.50.0.1	TRANSF.RECUR.FUNDO NAC.ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIPAL	4.1.660	64.772,00		
1717.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	5.000,00		
1717.99.0.0	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS UNIÃO ENTIDADES	0.000.000	5.000,00		
1717.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS UNIÃO ENTIDADES-PRINCIPAL	1.1.700	5.000,00		
1719.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO	0.000.000	357.357,00		
1719.58.0.0	TRANSF.OBRIG.LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	0.000.000	181.857,00		
1719.58.0.1	TRANSF.OBRIG.LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020-PRINCIPAL	1.1.500	181.857,00		
1719.99.0.0	OUTRAS TRANSF.RECURSOS UNIÃO ENTIDADES	0.000.000	175.500,00		
1719.99.0.1	OUTRAS TRANSF.RECURSOS UNIÃO ENTIDADES-PRINCIPAL	9.1.500	175.500,00		
1720.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	0.000.000		11.557.300,00	
1721.00.0.0	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0.000.000	9.418.342,00		
1721.50.0.0	COTA-PARTE DO ICMS	0.000.000	9.262.886,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	1.1.500	5.366.380,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.1.500	1.756.886,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	3.1.500	2.139.620,00		
1721.51.0.0	COTA-PARTE DO IPVA	0.000.000	153.656,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.1.500	94.000,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.1.500	38.414,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	3.1.500	21.242,00		
1721.53.0.0	COTA-PARTE CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DOMÍNIO ECONÔMICO	0.000.000	1.800,00		
1721.53.0.1	COTA-PARTE CONTRIB.INTERV.DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	1.1.750	1.800,00		
1723.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	0.000.000	5.500,00		
1723.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	0.000.000	5.500,00		
1723.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS SISTEMA ÚNICO SAÚDE SUS-PRINCIPAL	3.1.621	5.500,00		
1724.00.0.0	TRANSF.CONVÊNIOS ESTADOS E DF ENTIDADES	0.000.000	773.510,00		
1724.51.0.0	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO	0.000.000	773.510,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	1.1.701	10.000,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	2.1.571	480.000,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	3.1.621	283.510,00		
1729.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0.000.000	1.359.948,00		
1729.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0.000.000	53.000,00		
1729.51.0.1	TRANS.ESTADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL PRINCIPAL	4.1.661	1.000,00		
1729.51.0.1	TRANS.ESTADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL PRINCIPAL	4.1.661	52.000,00		
1729.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	0.000.000	1.306.948,00		
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	1.1.500	158.948,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	2.1.759	199.000,00	392.173,39	304.000,00
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	9.1.759	949.000,00		
1730.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000			
1732.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	392.173,39		
1732.50.0.0	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	132.000,00		
1732.50.0.1	TRANSF.CONV.MUNIC.SISTEMA ÚNICO SAÚDE-SUS-PRINCIPAL	3.1.633	132.000,00		
1732.51.0.0	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO	0.000.000	260.173,39		
1732.51.0.1	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	1.1.500	255.173,39		
1732.51.0.1	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	2.1.572	5.000,00		
1750.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0.000.000		1.543.500,00	
1751.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO MANUTENÇÃO DESENVOL.EDUCAÇÃO-FUNDEB	0.000.000	1.543.500,00		
1751.50.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO MANUTENÇÃO DESENVOL.EDUCAÇÃO-FUNDEB	0.000.000	1.543.500,00		
1751.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB-PRINCIPAL	2.1.540	1.518.000,00		
1751.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB-PRINCIPAL	2.1.543	25.500,00		
1900.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.000.000		485.300,00	
1920.00.0.0	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0.000.000		324.300,00	
1921.00.0.0	INDENIZAÇÕES	0.000.000	152.300,00		
1921.99.0.0	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0.000.000	152.300,00		
1921.99.0.1	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.1.500	152.300,00		
1922.00.0.0	RESTITUIÇÕES	0.000.000	172.000,00		
1922.99.0.0	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0.000.000	172.000,00		
1922.99.0.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	1.1.500	170.000,00		
1922.99.0.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	7.1.800	2.000,00		
1990.00.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0.000.000		161.000,00	
1999.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.000.000	161.000,00		
1999.03.0.0	COMPENS.FINAN. ENTRE RGPS E OS RPPS	0.000.000	161.000,00		
1999.03.0.1	COMPENS.FINAN. ENTRE RGPS E OS RPPS-PRINCIPAL	7.1.800	161.000,00		
2000.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	0.000.000			
2400.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0.000.000		304.000,00	
2410.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000		236.000,00	
2411.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	146.000,00		
2411.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	146.000,00		
2411.50.5.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES	0.000.000	146.000,00		
2411.50.5.1	TRANSF.REC.BLOCO MANUTENÇÃO DAS AÇÕES-GESTÃO SUS-PR	3.1.601	146.000,00		
2414.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	89.000,00		
2414.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS	0.000.000	40.000,00		
2414.51.0.1	TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA PROG.EDUCAÇÃO-PR	2.1.570	40.000,00		
2414.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDA	0.000.000	49.000,00		
2414.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD-PR	3.1.631	49.000,00		
2419.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD	0.000.000	1.000,00		
2419.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0.000.000	1.000,00		
2419.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	1.1.700	1.000,00		
2420.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	0.000.000		68.000,00	
2422.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTID	0.000.000	68.000,00		
2422.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO	0.000.000	49.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 6

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
2422.50.0.1	TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTADOS P/O SISTEMA ÚNICO SUS-PR	3.1.632	49.000,00		
2422.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUA	0.000.000	19.000,00		
2422.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTAD/DF E DE SUA ENTID.-PR	1.1.700	15.000,00		
2422.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTAD/DF E DE SUA ENTID.-PR	9.1.701	4.000,00		
9000.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	0.000.000			-4.426.106,00
9500.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-4.426.106,00	
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000	-4.426.106,00		
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-4.426.106,00	
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	1.1.500	-4.426.106,00		
Total das Receitas (exceto Intra-Orçamentárias)					28.391.927,39

7000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS	0.000.000			983.800,00
7200.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS	0.000.000		983.800,00	
7210.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS	0.000.000		983.800,00	
7215.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE	0.000.000	983.800,00		
7215.02.0.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - IN	0.000.000	983.800,00		
7215.02.1.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	0.000.000	983.800,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	3.800,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	22.000,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	860.000,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.802	92.000,00		
7215.02.1.2	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	6.000,00		
Total das Receitas (Intra-Orçamentárias)					983.800,00

TOTALIZAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA

RECEITA CORRENTE

29.071.727,39

RECEITA DE CAPITAL

304.000,00

Total Geral das Receitas

29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	0.000.000			32.514.033,39
1100.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0.000.000		1.177.830,00	
1110.00.0.0	IMPOSTOS	0.000.000		1.115.130,00	
1112.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	0.000.000	390.740,00		
1112.50.0.0	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	0.000.000	140.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	1.1.500	79.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	2.1.500	29.500,00		
1112.50.0.1	IPTU-PRINCIPAL	3.1.500	19.500,00		
1112.50.0.2	IPTU-MULTAS JUROS	1.1.500	1.000,00		
1112.50.0.3	IPTU-DÍVIDA ATIVA	1.1.500	8.000,00		
1112.50.0.4	IPTU-MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	3.000,00		
1112.53.0.0	ITBI	0.000.000	250.240,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	1.1.500	200.000,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	2.1.500	20.150,00		
1112.53.0.1	ITBI-PRINCIPAL	3.1.500	30.090,00		
1113.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0.000.000	374.700,00		
1113.03.0.0	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	0.000.000	374.700,00		
1113.03.1.0	IRRF-TRABALHO	0.000.000	208.200,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	1.1.500	163.200,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	2.1.500	25.000,00		
1113.03.1.1	IRRF-TRABALHO-PRINCIPAL	3.1.500	20.000,00		
1113.03.4.0	IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	0.000.000	166.500,00		
1113.03.4.1	IRRF-OUTROS RENDIMENTOS-PRINCIPAL	1.1.500	166.500,00		
1114.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERV	0.000.000	311.790,00		
1114.51.0.0	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	0.000.000	311.790,00		
1114.51.1.0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	0.000.000	311.790,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	1.1.500	220.500,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	2.1.500	52.500,00		
1114.51.1.1	ISSQN-PRINCIPAL	3.1.500	32.290,00		
1114.51.1.2	ISSQN-MULTAS JUROS	1.1.500	500,00		
1114.51.1.3	ISSQN-DÍVIDA ATIVA	1.1.500	5.000,00		
1114.51.1.4	ISSQN-MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1119.00.0.0	OUTROS IMPOSTOS	0.000.000	37.900,00		
1119.99.0.0	OUTROS IMPOSTOS	0.000.000	37.900,00		
1119.99.0.1	OUTROS IMPOSTOS - PRINCIPAL	1.1.500	32.600,00		
1119.99.0.2	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS JUROS	1.1.500	500,00		
1119.99.0.3	OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA	1.1.500	3.800,00		
1119.99.0.4	OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1120.00.0.0	TAXAS	0.000.000		56.700,00	
1121.00.0.0	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0.000.000	18.500,00		
1121.01.0.0	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	0.000.000	18.500,00		
1121.01.0.1	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.-PRINCIPAL	1.1.500	15.000,00		
1121.01.0.2	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.-MULTAS JUROS	1.1.500	1.000,00		
1121.01.0.3	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.-DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.500,00		
1121.01.0.4	TAXAS INSPEÇÃO, CONTR. FISCAL.-MULTAS JUROS DÍVIDA ATIVA	1.1.500	1.000,00		
1122.00.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0.000.000	38.200,00		
1122.01.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	0.000.000	38.200,00		
1122.01.0.1	TAXAS PRESTAÇÃO SERV. GERAL-PRINCIPAL	1.1.500	38.200,00		
1130.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0.000.000		6.000,00	
1131.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0.000.000	6.000,00		
1131.99.0.0	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0.000.000	6.000,00		
1131.99.0.1	OUTRAS CONTRIB. MELHORIA-PRINCIPAL	1.1.500	6.000,00		
1200.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	0.000.000		619.589,00	
1210.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
		0.000.000		527.200,00	
1215.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES RPPS	0.000.000	527.200,00		
1215.01.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	0.000.000	522.900,00		
1215.01.1.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	0.000.000	522.900,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	4.900,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	18.000,00		
1215.01.1.1	CONTRIB.SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	500.000,00		
1215.02.0.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	0.000.000	4.300,00		
1215.02.1.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	0.000.000	4.300,00		
1215.02.1.1	CONTRIB.PATRONAL-SERV.CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.800	3.700,00		
1215.02.1.1	CONTRIB.PATRONAL-SERV.CIVIL ATIVO-PRINCIPAL	7.1.802	600,00		
1240.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000		92.389,00	
1241.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000	92.389,00		
1241.50.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.000.000	92.389,00		
1241.50.0.1	CONTRIB.SERV.ILUM.PÚBLICA-PRINCIPAL	9.1.751	92.389,00		
1300.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0.000.000		139.900,00	
1320.00.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	0.000.000		139.900,00	
1321.00.0.0	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0.000.000	139.900,00		
1321.01.0.0	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.000.000	82.900,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.1.500	51.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.1.700	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.500	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.540	7.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.550	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.552	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.553	200,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.570	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.571	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.571	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	2.1.759	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.500	3.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.600	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.621	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.631	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	3.1.632	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	4.1.660	1.500,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	4.1.661	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.700	2.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.701	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.750	200,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.751	1.000,00		
1321.01.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	9.1.759	1.000,00		
1321.02.0.0	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	0.000.000	1.000,00		
1321.02.0.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.1.500	1.000,00		
1321.04.0.0	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO	0.000.000	56.000,00		
1321.04.0.1	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS- PRINCIPAL	7.1.800	55.000,00		
1321.04.0.1	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS- PRINCIPAL	7.1.802	1.000,00		
1600.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0.000.000		439.500,00	
1610.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000		389.500,00	
1611.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000	389.500,00		
1611.01.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0.000.000	389.500,00		
1611.01.0.1	SERV.ADMINIST.COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	1.1.500	389.500,00		
1690.00.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000		50.000,00	
1699.00.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000	50.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1699.99.0.0	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000	50.000,00		
1699.99.0.1	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.1.500	50.000,00		
1700.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0.000.000		29.651.914,39	
1710.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000		16.158.941,00	
1711.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNI	0.000.000	14.153.988,00		
1711.51.0.0	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	0.000.000	13.914.988,00		
1711.51.1.0	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	0.000.000	12.474.988,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	1.1.500	7.838.300,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	2.1.500	1.948.500,00		
1711.51.1.1	COTA-PARTE DO FPM-COTA MENSAL-PRINCIPAL	3.1.500	2.688.188,00		
1711.51.2.0	COTA-PARTE FPM- COTAS EXTRAORDINÁRIA	0.000.000	1.440.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	1.1.500	950.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	2.1.500	150.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	3.1.500	100.000,00		
1711.51.2.1	COTA-PARTE DO FPM-COTAS EXTRAORDINARIAS-PRINCIPAL	3.1.500	240.000,00		
1711.52.0.0	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	0.000.000	239.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	1.1.500	152.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	2.1.500	55.000,00		
1711.52.0.1	COTA-PARTE ITR- PRINCIPAL	3.1.500	32.000,00		
1712.00.0.0	TRANSF.COMPENS.FINANC.EXPL.RECURSOS NATURAIS	0.000.000	210.484,00		
1712.52.0.0	COTA-PARTE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PRODUÇÃO PETRÓLEO	0.000.000	210.484,00		
1712.52.4.0	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	0.000.000	210.484,00		
1712.52.4.1	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	1.1.500	210.484,00		
1713.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS SISTEMA ÚNICO SAÚDE SUS	0.000.000	1.110.016,00		
1713.50.0.0	TRANSF.SUS-FUNDO A FUNDO-BLOCO MANUTENÇÃO	0.000.000	1.110.016,00		
1713.50.1.0	TRANSF.SUS-FUNDO A FUNDO-BLOCO MANUTENÇÃO	0.000.000	797.408,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.600	158.950,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.600	520.422,00		
1713.50.1.1	TRANSF.SUS-BLOCO MANUTENÇÃO-ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	3.1.604	118.036,00		
1713.50.3.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0.000.000	80.742,98		
1713.50.3.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	3.1.600	4.000,00		
1713.50.3.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	3.1.600	76.742,98		
1713.50.4.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0.000.000	66.733,84		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.600	1.000,00		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.600	10.733,84		
1713.50.4.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUT.-ASSIST.FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	3.1.602	55.000,00		
1713.50.5.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- GESTÃO DO SUS	0.000.000	120.554,96		
1713.50.5.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- GESTÃO DO SUS-PRINCIPAL	3.1.600	120.554,96		
1713.50.9.0	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- OUTROS PROGRAMAS	0.000.000	44.576,22		
1713.50.9.1	TRANSF.SUS- BLOCO MANUTENÇÃO- OUTROS PROGRAMAS-PRINCIPAL	3.1.600	44.576,22		
1714.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NAC.DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO-FNDE	0.000.000	117.500,00		
1714.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0.000.000	77.900,00		
1714.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	2.1.550	77.900,00		
1714.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS FNDE- PROGR.DINH.DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0.000.000	1.000,00		
1714.51.0.1	TRANSF.FNDE-PROGR.DINH.DIRETO	2.1.551	1.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1714.52.0.0	ESCOLA-PDDE-PRINCIPAL	0.000.000	22.400,00		
1714.52.0.1	TRANSF.PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLA-PNAE	2.1.552	22.400,00		
1714.53.0.0	TRANSF.PROG.NACIONAL APOIOTRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	0.000.000	11.200,00		
1714.53.0.1	TRANSF.PROG.NACIONAL APOIOTRANSP.ESCOLAR-PNATE-PRINCIPAL	2.1.553	11.200,00		
1714.99.0.0	OUTRAS TRANSF.DIRETAS FUNDO NACIONAL DESENV.EDUCAÇÃO-FNDE	0.000.000	5.000,00		
1714.99.0.1	OUTRAS TRANSF.DIRET.FUNDO NAC. DESENV.ED.-FNDE-PRINCIPAL	2.1.569	5.000,00		
1716.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0.000.000	204.596,00		
1716.50.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0.000.000	204.596,00		
1716.50.0.1	TRANSF.RECUR.FUNDO NAC.ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIPAL	4.1.660	139.824,00		
1716.50.0.1	TRANSF.RECUR.FUNDO NAC.ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIPAL	4.1.660	64.772,00		
1717.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	5.000,00		
1717.99.0.0	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS UNIÃO ENTIDADES	0.000.000	5.000,00		
1717.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS UNIÃO ENTIDADES-PRINCIPAL	1.1.700	5.000,00		
1719.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO	0.000.000	357.357,00		
1719.58.0.0	TRANSF.OBRIG.LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	0.000.000	181.857,00		
1719.58.0.1	TRANSF.OBRIG.LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020-PRINCIPAL	1.1.500	181.857,00		
1719.99.0.0	OUTRAS TRANSF.RECURSOS UNIÃO ENTIDADES	0.000.000	175.500,00		
1719.99.0.1	OUTRAS TRANSF.RECURSOS UNIÃO ENTIDADES-PRINCIPAL	9.1.500	175.500,00		
1720.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	0.000.000		11.557.300,00	
1721.00.0.0	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0.000.000	9.418.342,00		
1721.50.0.0	COTA-PARTE DO ICMS	0.000.000	9.262.886,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	1.1.500	5.366.380,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.1.500	1.756.886,00		
1721.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	3.1.500	2.139.620,00		
1721.51.0.0	COTA-PARTE DO IPVA	0.000.000	153.656,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.1.500	94.000,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.1.500	38.414,00		
1721.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	3.1.500	21.242,00		
1721.53.0.0	COTA-PARTE CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DOMÍNIO ECONÔMICO	0.000.000	1.800,00		
1721.53.0.1	COTA-PARTE CONTRIB.INTERV.DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	1.1.750	1.800,00		
1723.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	0.000.000	5.500,00		
1723.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	0.000.000	5.500,00		
1723.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS SISTEMA ÚNICO SAÚDE SUS-PRINCIPAL	3.1.621	5.500,00		
1724.00.0.0	TRANSF.CONVÊNIOS ESTADOS E DF ENTIDADES	0.000.000	773.510,00		
1724.51.0.0	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO	0.000.000	773.510,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	1.1.701	10.000,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	2.1.571	480.000,00		
1724.51.0.1	TRANSF. CONVÊNIOS ESTADOS PROGRAMA EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	3.1.621	283.510,00		
1729.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	0.000.000	1.359.948,00		
1729.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0.000.000	53.000,00		
1729.51.0.1	TRANS.ESTADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL PRINCIPAL	4.1.661	1.000,00		
1729.51.0.1	TRANS.ESTADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL PRINCIPAL	4.1.661	52.000,00		
1729.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	0.000.000	1.306.948,00		
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	1.1.500	158.948,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	2.1.759	199.000,00	392.173,39	304.000,00
1729.99.0.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	9.1.759	949.000,00		
1730.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000			
1732.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	392.173,39		
1732.50.0.0	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	132.000,00		
1732.50.0.1	TRANSF.CONV.MUNIC.SISTEMA ÚNICO SAÚDE-SUS-PRINCIPAL	3.1.633	132.000,00		
1732.51.0.0	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO	0.000.000	260.173,39		
1732.51.0.1	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	1.1.500	255.173,39		
1732.51.0.1	TRANSF.CONV.MUNICÍPIOS PROG.EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	2.1.572	5.000,00		
1750.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0.000.000			
1751.00.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO MANUTENÇÃO DESENVOL.EDUCAÇÃO-FUNDEB	0.000.000	1.543.500,00	1.543.500,00	
1751.50.0.0	TRANSF.RECURSOS FUNDO MANUTENÇÃO DESENVOL.EDUCAÇÃO-FUNDEB	0.000.000	1.543.500,00		
1751.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB-PRINCIPAL	2.1.540	1.518.000,00		
1751.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB-PRINCIPAL	2.1.543	25.500,00		
1900.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.000.000		485.300,00	
1920.00.0.0	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0.000.000		324.300,00	
1921.00.0.0	INDENIZAÇÕES	0.000.000	152.300,00		
1921.99.0.0	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0.000.000	152.300,00		
1921.99.0.1	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.1.500	152.300,00		
1922.00.0.0	RESTITUIÇÕES	0.000.000	172.000,00		
1922.99.0.0	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0.000.000	172.000,00		
1922.99.0.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	1.1.500	170.000,00		
1922.99.0.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	7.1.800	2.000,00		
1990.00.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0.000.000		161.000,00	
1999.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.000.000	161.000,00		
1999.03.0.0	COMPENS.FINAN. ENTRE RGPS E OS RPPS	0.000.000	161.000,00		
1999.03.0.1	COMPENS.FINAN. ENTRE RGPS E OS RPPS-PRINCIPAL	7.1.800	161.000,00		
2000.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	0.000.000			
2400.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0.000.000		304.000,00	
2410.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000		236.000,00	
2411.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	146.000,00		
2411.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0.000.000	146.000,00		
2411.50.5.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES	0.000.000	146.000,00		
2411.50.5.1	TRANSF.REC.BLOCO MANUTENÇÃO DAS AÇÕES-GESTÃO SUS-PR	3.1.601	146.000,00		
2414.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0.000.000	89.000,00		
2414.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS	0.000.000	40.000,00		
2414.51.0.1	TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA PROG.EDUCAÇÃO-PR	2.1.570	40.000,00		
2414.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDA	0.000.000	49.000,00		
2414.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD-PR	3.1.631	49.000,00		
2419.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD	0.000.000	1.000,00		
2419.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0.000.000	1.000,00		
2419.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	1.1.700	1.000,00		
2420.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	0.000.000		68.000,00	
2422.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTID	0.000.000	68.000,00		
2422.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO	0.000.000	49.000,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Anexo 02

Página 6

Orçamento Programa - Exercício de 2024

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
2422.50.0.1	TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTADOS P/O SISTEMA ÚNICO SUS-PR	3.1.632	49.000,00		
2422.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUA	0.000.000	19.000,00		
2422.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTAD/DF E DE SUA ENTID.-PR	1.1.700	15.000,00		
2422.99.0.1	OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS DOS ESTAD/DF E DE SUA ENTID.-PR	9.1.701	4.000,00		
9000.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	0.000.000			-4.426.106,00
9500.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-4.426.106,00	
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000	-4.426.106,00		
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-4.426.106,00	
9510.00.0.0	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	1.1.500	-4.426.106,00		
Total das Receitas (exceto Intra-Orçamentárias)					28.391.927,39

7000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS	0.000.000			983.800,00
7200.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS	0.000.000		983.800,00	
7210.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS	0.000.000		983.800,00	
7215.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE	0.000.000	983.800,00		
7215.02.0.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - IN	0.000.000	983.800,00		
7215.02.1.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	0.000.000	983.800,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	3.800,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	22.000,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	860.000,00		
7215.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.802	92.000,00		
7215.02.1.2	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT	7.1.800	6.000,00		
Total das Receitas (Intra-Orçamentárias)					983.800,00

TOTALIZAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA

RECEITA CORRENTE

29.071.727,39

RECEITA DE CAPITAL

304.000,00

Total Geral das Receitas

29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 1

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
01	Legislativa	0,00	95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01	031 Ação Legislativa	0,00	95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01	031 1010 PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01.031.1010.1001.0000	ADQUIRIR VEICULO PARA O LEGISLATIVO	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
01.031.1010.1002.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
01.031.1010.1003.0000	AMPLIAR O PRÉDIO DA CÂMARA	0,00	63.000,00	0,00	63.000,00
01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DO PRESIDENTE	0,00	0,00	876.069,39	876.069,39
01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CÂMARA	0,00	0,00	279.000,00	279.000,00
01.031.1010.2003.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
01.031.1010.2004.0000	MANTER O PRÉDIO DA CÂMARA	0,00	0,00	3.700,00	3.700,00
01.031.1010.2125.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
04	Administração	0,00	671.803,00	6.076.364,00	6.748.167,00
04	122 Administração Geral	0,00	547.600,00	5.065.164,00	5.612.764,00
04	122 2010 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	0,00	350.000,00	611.564,00	961.564,00
04.122.2010.1004.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
04.122.2010.2005.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE	0,00	0,00	575.564,00	575.564,00
04.122.2010.2006.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE OFICI	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
04	122 3010 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	98.000,00	0,00	98.000,00
04.122.3010.1005.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00
04.122.3010.1006.0000	DESAPROPRIAR E ADQUIRIR IMÓVEIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04	122 3030 GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	1.718.800,00	1.718.800,00
04.122.3030.2009.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	1.679.200,00	1.679.200,00
04.122.3030.2045.0000	MANUTENÇÃO E ENC COM OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA GOV	0,00	0,00	37.200,00	37.200,00
04.122.3030.2107.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
04.122.3030.2130.0000	REALIZAR CONCURSO PÚBLICO	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
04	122 3050 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
04.122.3050.1007.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-DAE	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
04	122 3100 CONTROLE FINANCEIRO	0,00	0,00	550.000,00	550.000,00
04.122.3100.2008.0000	ENCARGOS COM PRECATÓRIOS	0,00	0,00	550.000,00	550.000,00
04	122 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	84.000,00	1.727.400,00	1.811.400,00
04.122.4050.1014.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00
04.122.4050.2015.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	0,00	0,00	1.641.800,00	1.641.800,00
04.122.4050.2016.0000	REFORMAR O PACO MUNICIPAL	0,00	0,00	54.000,00	54.000,00
04.122.4050.2105.0000	CONSERVAR O CEMITÉRIO MUNICIPAL	0,00	0,00	31.600,00	31.600,00
04	122 5010 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	3.600,00	304.400,00	308.000,00
04.122.5010.1015.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
04.122.5010.2022.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E TURISMO	0,00	0,00	304.400,00	304.400,00
04	122 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	0,00	153.000,00	153.000,00
04.122.9300.2042.0000	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS E GERENCIAMENTO DO IMPBRAN	0,00	0,00	153.000,00	153.000,00
04	123 Administração Financeira	0,00	0,00	88.400,00	88.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 2

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração	0,00	671.803,00	6.076.364,00	6.748.167,00
04	123 Administração Financeira	0,00	0,00	88.400,00	88.400,00
04	123 3100 CONTROLE FINANCEIRO	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04.123.3100.2010.0000	ENCARGOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04	123 3110 FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	38.400,00	38.400,00
04.123.3110.2085.0000	CONTRIBUIR CONS. INTER. DE DES. ECON. SOC. E AMB.	0,00	0,00	38.400,00	38.400,00
04	124 Controle Interno	0,00	0,00	300.800,00	300.800,00
04	124 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	0,00	100.800,00	100.800,00
04.124.3060.2046.0000	MANUT.E ENCARGOS COM UNID DE CONTROLE INTERNO	0,00	0,00	100.800,00	100.800,00
04	124 3110 FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04.124.3110.2011.0000	MANTER ENCARGOS COM A A.M.M E C.N.M.	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04	125 Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
04	125 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
04.125.3060.2031.0000	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
04	129 Administração de Receitas	0,00	118.203,00	450.600,00	568.803,00
04	129 3100 CONTROLE FINANCEIRO	0,00	118.203,00	450.600,00	568.803,00
04.129.3100.1039.0000	ADQUIRIR PRÊMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU	0,00	118.203,00	0,00	118.203,00
04.129.3100.2071.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	0,00	450.600,00	450.600,00
04	131 Comunicação Social	0,00	6.000,00	166.600,00	172.600,00
04	131 6060 GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	6.000,00	166.600,00	172.600,00
04.131.6060.1057.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
04.131.6060.2096.0000	MANTER ENC. COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE OFICIAL	0,00	0,00	8.400,00	8.400,00
04.131.6060.2097.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	158.200,00	158.200,00
08	Assistência Social	0,00	27.600,00	1.277.096,00	1.304.696,00
08	243 Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	311.600,00	311.600,00
08	243 8010 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00	311.600,00	311.600,00
08.243.8010.2031.0000	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00
08.243.8010.2049.0000	MANTER O CONSELHO TUTELAR DO MENOR E ADOLESCENTE	0,00	0,00	278.600,00	278.600,00
08	244 Assistência Comunitária	0,00	27.600,00	965.496,00	993.096,00
08	244 8050 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	27.600,00	702.900,00	730.500,00
08.244.8050.1030.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	21.600,00	0,00	21.600,00
08.244.8050.1046.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
08.244.8050.2051.0000	MANTER AS ATIV. ADM DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	227.200,00	227.200,00
08.244.8050.2065.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	441.600,00	441.600,00
08.244.8050.2074.0000	MANTER PROGRAMA DA GESTÃO DO IGD-SUAS	0,00	0,00	34.100,00	34.100,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 3

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
08	Assistência Social	0,00	27.600,00	1.277.096,00	1.304.696,00
08	244 Assistência Comunitária	0,00	27.600,00	965.496,00	993.096,00
08	244 8080 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA	0,00	0,00	205.096,00	205.096,00
08.244.8080.2113.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA/VARIÁVEL PSB	0,00	0,00	205.096,00	205.096,00
08	244 8090 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00	32.500,00	32.500,00
08.244.8090.2066.0000	MANTER GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00	32.500,00	32.500,00
08	244 8100 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCUL	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.244.8100.2128.0000	MANTER GESTÃO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMILIA	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
09	Previdência Social	0,00	5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09	272 Previdência do Regime Estatutário	0,00	5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09	272 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09.272.9300.1027.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09.272.9300.2044.0000	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS AOS SEGURADOS	0,00	0,00	1.539.000,00	1.539.000,00
10	Saúde	0,00	835.630,00	6.175.326,00	7.010.956,00
10	122 Administração Geral	0,00	50.000,00	644.000,00	694.000,00
10	122 7050 GESTÃO DOS SUS	0,00	50.000,00	644.000,00	694.000,00
10.122.7050.1037.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.122.7050.2052.0000	MANTER AS AÇÕES ADM DA SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	638.000,00	638.000,00
10.122.7050.2084.0000	MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
10.122.7050.2111.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
10	128 Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	9.600,00	9.600,00
10	128 7050 GESTÃO DOS SUS	0,00	0,00	9.600,00	9.600,00
10.128.7050.2083.0000	MANTER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	0,00	0,00	9.600,00	9.600,00
10	301 Atenção Básica	0,00	537.630,00	1.461.726,00	1.999.356,00
10	301 7010 ATENÇÃO PRIMÁRIA	0,00	465.630,00	1.449.226,00	1.914.856,00
10.301.7010.1053.0000	AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA CAMINHONETE A DIESEL	0,00	72.430,00	0,00	72.430,00
10.301.7010.1067.0000	DOTAR DE EQUIPAMENTOS A UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DR. EMANUEL DE SOUZA MELO	0,00	159.000,00	0,00	159.000,00
10.301.7010.1088.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADE BÁSICA EM SAÚDE	0,00	161.000,00	0,00	161.000,00
10.301.7010.2053.0000	CONSERVAR UNIDADES BÁSICAS EM SAÚDE	0,00	0,00	132.000,00	132.000,00
10.301.7010.2054.0000	MANTER O PISO DE ATENÇÃO BASICA-PAB FIXO	0,00	0,00	13.200,00	13.200,00
10.301.7010.2055.0000	MANTER O PROG. DE AGEN. COMUNITÁRIOS DE SAUDE-PACS	0,00	0,00	223.536,00	223.536,00
10.301.7010.2057.0000	MANTER A SAÚDE DA FAMILIA-PSF	0,00	0,00	887.990,00	887.990,00
10.301.7010.2076.0000	MANTER A SAÚDE BUCAL	0,00	0,00	157.200,00	157.200,00
10.301.7010.2104.0000	MANUT. PISO INCENTIVO PARA ÇÕES ESTRATÉGICAS	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00
10.301.7010.2133.0000	MANUT. PISO INCENTIVO FINANCEIRO DA APS DESEMPENHO	0,00	0,00	27.800,00	27.800,00
10.301.7010.2173.0000	INFORMATIZAÇÃO DAS APS	0,00	27.600,00	0,00	27.600,00
10.301.7010.2174.0000	AÇÕES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - 19	0,00	45.600,00	0,00	45.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 4

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
10	Saúde	0,00	835.630,00	6.175.326,00	7.010.956,00
10	301 Atenção Básica	0,00	537.630,00	1.461.726,00	1.999.356,00
10	301 7050 GESTÃO DOS SUS	0,00	17.000,00	12.500,00	29.500,00
10.301.7050.1049.0000	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAUDE EM PONTE BRANCA-MT	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
10.301.7050.2172.0000	ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00
10	301 8181 COVID 19 - ENFRENTAMENTO E COMBATE AO CORONAVIRUS	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00
10.301.8181.2092.0000	CUSTEIO PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS	0,00	55.000,00	0,00	55.000,00
10	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	242.000,00	3.697.300,00	3.939.300,00
10	302 7020 ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSP	0,00	242.000,00	3.432.100,00	3.674.100,00
10.302.7020.1070.0000	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	242.000,00	0,00	242.000,00
10.302.7020.2077.0000	MANTER O HOSPITAL MUNICIPAL	0,00	0,00	3.242.900,00	3.242.900,00
10.302.7020.2078.0000	MANTER OS SERVIÇOS DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	0,00	0,00	189.200,00	189.200,00
10	302 7050 GESTÃO DOS SUS	0,00	0,00	265.200,00	265.200,00
10.302.7050.2088.0000	REALIZAR TRATAMENTO MEDICO FORA DO DOMICILIO-TFD	0,00	0,00	109.400,00	109.400,00
10.302.7050.2090.0000	MANUTENÇÃO DO CISRGA	0,00	0,00	155.800,00	155.800,00
10	304 Vigilância Sanitária	0,00	0,00	110.700,00	110.700,00
10	304 7010 ATENÇÃO PRIMÁRIA	0,00	0,00	6.300,00	6.300,00
10.304.7010.2053.0000	CONSERVAR UNIDADES BÁSICAS EM SAÚDE	0,00	0,00	6.300,00	6.300,00
10	304 7040 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	104.400,00	104.400,00
10.304.7040.2062.0000	MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00	104.400,00	104.400,00
10	305 Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
10	305 7040 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
10.305.7040.2063.0000	MANTER AS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS EM SAÚDE (CUSTEIO)	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
10	512 Saneamento Básico Urbano	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
10	512 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
10.512.4050.1044.0000	REDE DE DISTRIBUIÇÃO PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
11	Trabalho	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
11	331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
11	331 3120 ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
11.331.3120.2012.0000	ENCARGOS COM PASEP	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
12	Educação	0,00	1.238.350,00	5.410.200,00	6.648.550,00
12	122 Administração Geral	0,00	0,00	342.400,00	342.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 5

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
12	Educação	0,00	1.238.350,00	5.410.200,00	6.648.550,00
12	122 Administração Geral	0,00	0,00	342.400,00	342.400,00
12	122 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	0,00	13.200,00	13.200,00
12.122.3060.2030.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONSELHOS MUN. DE EDUC	0,00	0,00	13.200,00	13.200,00
12	122 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	329.200,00	329.200,00
12.122.6040.2041.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	329.200,00	329.200,00
12	306 Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	23.400,00	23.400,00
12	306 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	23.400,00	23.400,00
12.306.6040.2026.0000	EXECUTAR O PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE	0,00	0,00	23.400,00	23.400,00
12	361 Ensino Fundamental	0,00	632.750,00	3.959.825,00	4.592.575,00
12	361 6010 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	527.750,00	1.846.600,00	2.374.350,00
12.361.6010.1017.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES	0,00	285.000,00	0,00	285.000,00
12.361.6010.1026.0000	AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR P/ ENSINO FUND	0,00	154.950,00	0,00	154.950,00
12.361.6010.1100.0000	REFORMAR ESCOLA SÃO DOMINGOS SAVIO	0,00	22.800,00	0,00	22.800,00
12.361.6010.1200.0000	CONSTRUIR, AMPLIAR E REF. DA ESCOLA 7 DE SETEMBRO	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
12.361.6010.2032.0000	MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	1.846.600,00	1.846.600,00
12	361 6030 APOIO EDUCACIONAL	0,00	0,00	697.300,00	697.300,00
12.361.6030.2033.0000	MANTER PROG. NAC. DE TRANSP. ESCOLAR- PNATE	0,00	0,00	11.400,00	11.400,00
12.361.6030.2034.0000	MANTER O PROG. DINHEIRO DIR. DA ESCOLA-PDDE	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
12.361.6030.2035.0000	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	606.000,00	606.000,00
12.361.6030.2036.0000	MANTER O PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	78.900,00	78.900,00
12	361 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	105.000,00	200.000,00	305.000,00
12.361.6040.1022.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
12.361.6040.2023.0000	MANTER TRANSPORTE ESCOLAR FETHAB SEDUC	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
12	361 6070 MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	0,00	1.215.925,00	1.215.925,00
12.361.6070.2068.0000	MANTER REMUN DOS PROF. DA EDUC. BAS. FUND. 70%	0,00	0,00	1.215.925,00	1.215.925,00
12	364 Ensino Superior	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
12	364 6030 APOIO EDUCACIONAL	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
12.364.6030.2037.0000	APOIAR O ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
12	365 Educação Infantil	0,00	605.600,00	1.074.575,00	1.680.175,00
12	365 6020 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0,00	605.600,00	730.600,00	1.336.200,00
12.365.6020.1021.0000	ADQUIRIR VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
12.365.6020.1025.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	32.400,00	0,00	32.400,00
12.365.6020.1095.0000	ADQUIRI EQUIPS.E MATERIAL PERMANENTE P/CRECHE	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00
12.365.6020.1096.0000	CONSTRUIR CRECHES	0,00	311.200,00	0,00	311.200,00
12.365.6020.2039.0000	MANTER O ENSINO INFANTIL	0,00	0,00	730.600,00	730.600,00
12	365 6070 MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	0,00	343.975,00	343.975,00
12.365.6070.2069.0000	MANTER A REMUN. DOS PROF. DA EDUC. BAS. INF. 70%	0,00	0,00	343.975,00	343.975,00
13	Cultura	0,00	2.400,00	106.800,00	109.200,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 6

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
13	Cultura	0,00	2.400,00	106.800,00	109.200,00
13	392 Difusão Cultural	0,00	2.400,00	106.800,00	109.200,00
13	392 6050 DIFUSÃO CULTURAL	0,00	2.400,00	106.800,00	109.200,00
13.392.6050.1058.0000	ADQUIRIR EQUIP. E MAT PERM E ACERVO P BIBLIOTECA	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00
13.392.6050.2098.0000	REALIZAR ALUSIVAS A DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS	0,00	0,00	81.600,00	81.600,00
13.392.6050.2099.0000	MANTER A BIBLIOTECA MUNICIPAL	0,00	0,00	25.200,00	25.200,00
15	Urbanismo	0,00	330.600,00	1.058.800,00	1.389.400,00
15	451 Infra-Estrutura Urbana	0,00	330.600,00	0,00	330.600,00
15	451 4020 CIDADE BONITA	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
15.451.4020.1009.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
15	451 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA	0,00	111.600,00	0,00	111.600,00
15.451.4030.1010.0000	PAVIMENTAR VIAS PUBLICAS	0,00	63.600,00	0,00	63.600,00
15.451.4030.1999.0000	AQUISIÇÃO DE CAMINHAO 3/4	0,00	0,00	0,00	0,00
15.451.4030.2170.0000	AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00
15	451 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	49.000,00	0,00	49.000,00
15.451.4050.1050.0000	CONSTRUIR GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
15.451.4050.1097.0000	CONSTRUIR CASA MORTUÁRIA	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
15.451.4050.1201.0000	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO P/ CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
15	452 Serviços Urbanos	0,00	0,00	1.058.800,00	1.058.800,00
15	452 4010 CIDADE LIMPA	0,00	0,00	865.600,00	865.600,00
15.452.4010.2047.0000	MANTER SERV. PÚBLICOS DE LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO	0,00	0,00	865.600,00	865.600,00
15	452 4020 CIDADE BONITA	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
15.452.4020.2017.0000	MANTER PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
15	452 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA	0,00	0,00	73.200,00	73.200,00
15.452.4030.2018.0000	CONSERVAR AS VIAS PUBLICAS	0,00	0,00	73.200,00	73.200,00
17	Saneamento	0,00	12.000,00	499.800,00	511.800,00
17	512 Saneamento Básico Urbano	0,00	12.000,00	499.800,00	511.800,00
17	512 3050 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	12.000,00	499.800,00	511.800,00
17.512.3050.1008.0000	AMPLIAR A REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA-DAE	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
17.512.3050.2013.0000	CONSERVAR A REDE DE ÁGUA	0,00	0,00	499.800,00	499.800,00
18	Gestão Ambiental	0,00	12.000,00	99.400,00	111.400,00
18	451 Infra-Estrutura Urbana	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18	451 5030 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18.451.5030.1062.0000	IMPLANTAR O ATERRO SANITÁRIO	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 7

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
18	Gestão Ambiental	0,00	12.000,00	99.400,00	111.400,00
18	541 Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	99.400,00	99.400,00
18	541 5030 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	99.400,00	99.400,00
18.541.5030.2091.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	87.400,00	87.400,00
18.541.5030.2122.0000	REALIZAR A CAVALGADA ECOLÓGICA	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
20	Agricultura	0,00	15.400,00	0,00	15.400,00
20	605 Abastecimento	0,00	15.400,00	0,00	15.400,00
20	605 5010 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	15.400,00	0,00	15.400,00
20.605.5010.1019.1019	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS. EQUIP PATRULHA MEC, IMPLEMENT AGRIC	0,00	15.400,00	0,00	15.400,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
23	695 Turismo	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
23	695 5020 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
23.695.5020.2025.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO TURISMO	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
25	Energia	0,00	36.600,00	198.189,00	234.789,00
25	751 Conservação de Energia	0,00	4.000,00	198.189,00	202.189,00
25	751 4020 CIDADE BONITA	0,00	4.000,00	198.189,00	202.189,00
25.751.4020.1048.0000	IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, BRAÇOS E RELES NO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA-MT	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
25.751.4020.2019.0000	MANTER A REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	0,00	0,00	198.189,00	198.189,00
25	752 Energia Elétrica	0,00	32.600,00	0,00	32.600,00
25	752 4020 CIDADE BONITA	0,00	32.600,00	0,00	32.600,00
25.752.4020.1011.0000	AMPLIAR A REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	0,00	32.600,00	0,00	32.600,00
26	Transporte	0,00	82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 Transporte Rodoviário	0,00	82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
26.782.4030.1013.0000	CONSTRUIR PONTES, BUEIROS, MATA-BURROS E SERV. COMP	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
26	782 4040 MALHA VIÁRIA RURAL	0,00	49.000,00	66.000,00	115.000,00
26.782.4040.1013.0000	CONSTRUIR PONTES, BUEIROS, MATA-BURROS E SERV. COMP	0,00	49.000,00	0,00	49.000,00
26.782.4040.2020.0000	CONSERVAR E RECUPERAR ESTRADAS VICINAIS	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
26.782.4040.2021.0000	CONSERVAR PONTES, BUEIROS E MATA-BURROS	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 07

Página 8

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
26	Transporte	0,00	82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 Transporte Rodoviário	0,00	82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	32.000,00	940.000,00	972.000,00
26.782.4050.1010.0000	PAVIMENTAR VIAS PUBLICAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
26.782.4050.1012.0000	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
26.782.4050.1018.0000	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÁQUINA RODOVIÁRIOS	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
26.782.4050.2029.0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
27	Desporto e Lazer	0,00	39.400,00	419.200,00	458.600,00
27	812 Desporto Comunitário	0,00	39.400,00	419.200,00	458.600,00
27	812 9010 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0,00	31.000,00	71.600,00	102.600,00
27.812.9010.1055.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR QDAS, PCAS ESP. E MINI CAMPOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
27.812.9010.1085.0000	AMPLIAR A PRAÇA DA JUVENTUDE	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
27.812.9010.2101.0000	CONSERVAR UNIDADES ESPORTIVAS	0,00	0,00	10.800,00	10.800,00
27.812.9010.2102.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO ESPORTE	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00
27.812.9010.2110.0000	REALIZAR PREMIAÇÕES CUL. ART. CIENT. DESP. E OUTRA	0,00	0,00	53.600,00	53.600,00
27	812 9020 GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	0,00	8.400,00	347.600,00	356.000,00
27.812.9020.1056.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	8.400,00	0,00	8.400,00
27.812.9020.2095.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	0,00	347.600,00	347.600,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00
28	843 Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00
28	843 3120 ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00
28.843.3120.2014.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DIVIDA INTERNA	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00
99	Reserva de Contingência	400.000,00	0,00	33.000,00	433.000,00
99	999 Reserva de Contingência	400.000,00	0,00	33.000,00	433.000,00
99	999 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00
99.999.9300.2043.0000	MANTER A RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00
99	999 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
99.999.9999.9999.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
TOTAL		400.000,00	3.403.783,00	25.571.944,39	29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 1

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

01 PODER LEGISLATIVO**01 CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
01	Legislativa		95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01	031 Ação Legislativa		95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01	031 1010 PROCESSO LEGISLATIVO		95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39
01.031.1010.1001.0000	ADQUIRIR VEICULO PARA O LEGISLATIVO		2.000,00		2.000,00
01.031.1010.1002.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		30.000,00		30.000,00
01.031.1010.1003.0000	AMPLIAR O PRÉDIO DA CÂMARA		63.000,00		63.000,00
01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DO PRESIDENTE			876.069,39	876.069,39
01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CÂMARA			279.000,00	279.000,00
01.031.1010.2003.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE			2.000,00	2.000,00
01.031.1010.2004.0000	MANTER O PRÉDIO DA CÂMARA			3.700,00	3.700,00
01.031.1010.2125.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DÍVIDA INTERNA			12.000,00	12.000,00
TOTAL		0,00	95.000,00	1.172.769,39	1.267.769,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 2

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**02 GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		350.000,00	611.564,00	961.564,00
04	122 Administração Geral		350.000,00	611.564,00	961.564,00
04	122 2010 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		350.000,00	611.564,00	961.564,00
04.122.2010.1004.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		350.000,00		350.000,00
04.122.2010.2005.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE			575.564,00	575.564,00
04.122.2010.2006.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE OFICIAL			36.000,00	36.000,00
TOTAL		0,00	350.000,00	611.564,00	961.564,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 3

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
08	Assistência Social		27.600,00	1.277.096,00	1.304.696,00
08	243 Assistência à Criança e ao Adolescente			311.600,00	311.600,00
08	243 8010 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			311.600,00	311.600,00
08.243.8010.2031.0000	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS			33.000,00	33.000,00
08.243.8010.2049.0000	MANTER O CONSELHO TUTELAR DO MENOR E ADOLESCENTE			278.600,00	278.600,00
08	244 Assistência Comunitária		27.600,00	965.496,00	993.096,00
08	244 8050 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.600,00	702.900,00	730.500,00
08.244.8050.1030.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		21.600,00		21.600,00
08.244.8050.1046.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.000,00		6.000,00
08.244.8050.2051.0000	MANTER AS ATIV. ADM DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			227.200,00	227.200,00
08.244.8050.2065.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			441.600,00	441.600,00
08.244.8050.2074.0000	MANTER PROGRAMA DA GESTÃO DO IGD-SUAS			34.100,00	34.100,00
08	244 8080 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA			205.096,00	205.096,00
08.244.8080.2113.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/VARIÁVEL PSB			205.096,00	205.096,00
08	244 8090 BENEFÍCIOS EVENTUAIS			32.500,00	32.500,00
08.244.8090.2066.0000	MANTER GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			32.500,00	32.500,00
08	244 8100 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO			25.000,00	25.000,00
08.244.8100.2128.0000	MANTER GESTÃO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			25.000,00	25.000,00
TOTAL		0,00	27.600,00	1.277.096,00	1.304.696,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 4

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
10	Saúde		835.630,00	6.175.326,00	7.010.956,00
10	122 Administração Geral		50.000,00	644.000,00	694.000,00
10	122 7050 GESTÃO DOS SUS		50.000,00	644.000,00	694.000,00
10.122.7050.1037.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		50.000,00		50.000,00
10.122.7050.2052.0000	MANTER AS AÇÕES ADM DA SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE			638.000,00	638.000,00
10.122.7050.2084.0000	MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			4.800,00	4.800,00
10.122.7050.2111.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.200,00	1.200,00
10	128 Formação de Recursos Humanos			9.600,00	9.600,00
10	128 7050 GESTÃO DOS SUS			9.600,00	9.600,00
10.128.7050.2083.0000	MANTER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE			9.600,00	9.600,00
10	301 Atenção Básica		537.630,00	1.461.726,00	1.999.356,00
10	301 7010 ATENÇÃO PRIMÁRIA		465.630,00	1.449.226,00	1.914.856,00
10.301.7010.1053.0000	AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA CAMINHONETE A DIESEL		72.430,00		72.430,00
10.301.7010.1067.0000	DOTAR DE EQUIPAMENTOS A UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DR. EMANUEL DE SOUZA MELO		159.000,00		159.000,00
10.301.7010.1088.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADE BÁSICA EM SAÚDE		161.000,00		161.000,00
10.301.7010.2053.0000	CONSERVAR UNIDADES BÁSICAS EM SAÚDE			132.000,00	132.000,00
10.301.7010.2054.0000	MANTER O PISO DE ATENÇÃO BASICA-PAB FIXO			13.200,00	13.200,00
10.301.7010.2055.0000	MANTER O PROG. DE AGEN. COMUNITÁRIOS DE SAUDE-PACS			223.536,00	223.536,00
10.301.7010.2057.0000	MANTER A SAÚDE DA FAMILIA-PSF			887.990,00	887.990,00
10.301.7010.2076.0000	MANTER A SAÚDE BUCAL			157.200,00	157.200,00
10.301.7010.2104.0000	MANUT. PISO INCENTIVO PARA ÇÕES ESTRATÉGICAS			7.500,00	7.500,00
10.301.7010.2133.0000	MANUT. PISO INCENTIVO FINANCEIRO DA APS DESEMPENHO			27.800,00	27.800,00
10.301.7010.2173.0000	INFORMATIZAÇÃO DAS APS		27.600,00		27.600,00
10.301.7010.2174.0000	AÇÕES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - 19		45.600,00		45.600,00
10	301 7050 GESTÃO DOS SUS		17.000,00	12.500,00	29.500,00
10.301.7050.1049.0000	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAUDE EM PONTE BRANCA-MT		17.000,00		17.000,00
10.301.7050.2172.0000	ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA			12.500,00	12.500,00
10	301 8181 COVID 19 - ENFRENTAMENTO E COMBATE AO CORONAVIRUS		55.000,00		55.000,00
10.301.8181.2092.0000	CUSTEIO PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS		55.000,00		55.000,00
10	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		242.000,00	3.697.300,00	3.939.300,00
10	302 7020 ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSP		242.000,00	3.432.100,00	3.674.100,00
10.302.7020.1070.0000	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		242.000,00		242.000,00
10.302.7020.2077.0000	MANTER O HOSPITAL MUNICIPAL			3.242.900,00	3.242.900,00
10.302.7020.2078.0000	MANTER OS SERVIÇOS DO CENTRO DE REABILITAÇÃO			189.200,00	189.200,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 5

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
10 302 7050	GESTÃO DOS SUS			265.200,00	265.200,00
10.302.7050.2088.0000	REALIZAR TRATAMENTO MEDICO FORA DO DOMICILIO-TFD			109.400,00	109.400,00
10.302.7050.2090.0000	MANUTENÇÃO DO CISRGA			155.800,00	155.800,00
10 304	Vigilância Sanitária			110.700,00	110.700,00
10 304 7010	ATENÇÃO PRIMÁRIA			6.300,00	6.300,00
10.304.7010.2053.0000	CONSERVAR UNIDADES BÁSICAS EM SAÚDE			6.300,00	6.300,00
10 304 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			104.400,00	104.400,00
10.304.7040.2062.0000	MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			104.400,00	104.400,00
10 305	Vigilância Epidemiológica			252.000,00	252.000,00
10 305 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			252.000,00	252.000,00
10.305.7040.2063.0000	MANTER AS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS EM SAÚDE (CUSTEIO)			252.000,00	252.000,00
10 512	Saneamento Básico Urbano		6.000,00		6.000,00
10 512 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		6.000,00		6.000,00
10.512.4050.1044.0000	REDE DE DISTRIBUIÇÃO PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO		6.000,00		6.000,00
TOTAL		0,00	835.630,00	6.175.326,00	7.010.956,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 6

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
12	Educação		1.238.350,00	5.410.200,00	6.648.550,00
12	122 Administração Geral			342.400,00	342.400,00
12	122 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO			13.200,00	13.200,00
12.122.3060.2030.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONSELHOS MUN. DE EDUC			13.200,00	13.200,00
12	122 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO			329.200,00	329.200,00
12.122.6040.2041.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			329.200,00	329.200,00
12	306 Alimentação e Nutrição			23.400,00	23.400,00
12	306 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO			23.400,00	23.400,00
12.306.6040.2026.0000	EXECUTAR O PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE			23.400,00	23.400,00
12	361 Ensino Fundamental		632.750,00	3.959.825,00	4.592.575,00
12	361 6010 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		527.750,00	1.846.600,00	2.374.350,00
12.361.6010.1017.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES		285.000,00		285.000,00
12.361.6010.1026.0000	AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR P/ ENSINO FUND		154.950,00		154.950,00
12.361.6010.1100.0000	REFORMAR ESCOLA SÃO DOMINGOS SAVIO		22.800,00		22.800,00
12.361.6010.1200.0000	CONSTRUIR, AMPLIAR E REF. DA ESCOLA 7 DE SETEMBRO		65.000,00		65.000,00
12.361.6010.2032.0000	MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL			1.846.600,00	1.846.600,00
12	361 6030 APOIO EDUCACIONAL			697.300,00	697.300,00
12.361.6030.2033.0000	MANTER PROG. NAC. DE TRANSP. ESCOLAR- PNATE			11.400,00	11.400,00
12.361.6030.2034.0000	MANTER O PROG. DINHEIRO DIR. DA ESCOLA-PDDE			1.000,00	1.000,00
12.361.6030.2035.0000	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR			606.000,00	606.000,00
12.361.6030.2036.0000	MANTER O PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO			78.900,00	78.900,00
12	361 6040 GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO		105.000,00	200.000,00	305.000,00
12.361.6040.1022.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		105.000,00		105.000,00
12.361.6040.2023.0000	MANTER TRANSPORTE ESCOLAR FETHAB SEDUC			200.000,00	200.000,00
12	361 6070 MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO			1.215.925,00	1.215.925,00
12.361.6070.2068.0000	MANTER REMUN DOS PROF. DA EDUC. BAS. FUND. 70%			1.215.925,00	1.215.925,00
12	364 Ensino Superior			10.000,00	10.000,00
12	364 6030 APOIO EDUCACIONAL			10.000,00	10.000,00
12.364.6030.2037.0000	APOIAR O ENSINO SUPERIOR			10.000,00	10.000,00
12	365 Educação Infantil		605.600,00	1.074.575,00	1.680.175,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 7

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
12 365 6020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL		605.600,00	730.600,00	1.336.200,00
12.365.6020.1021.0000	ADQUIRIR VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR		160.000,00		160.000,00
12.365.6020.1025.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		32.400,00		32.400,00
12.365.6020.1095.0000	ADQUIRI EQUIPS.E MATERIAL PERMANENTE P/CRECHE		102.000,00		102.000,00
12.365.6020.1096.0000	CONSTRUIR CRECHES		311.200,00		311.200,00
12.365.6020.2039.0000	MANTER O ENSINO INFANTIL			730.600,00	730.600,00
12 365 6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO			343.975,00	343.975,00
12.365.6070.2069.0000	MANTER A REMUN. DOS PROF. DA EDUC. BAS. INF. 70%			343.975,00	343.975,00
TOTAL		0,00	1.238.350,00	5.410.200,00	6.648.550,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 8

Lei: 817, Data: 05/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		110.000,00	1.824.400,00	1.934.400,00
04	122 Administração Geral		110.000,00	1.718.800,00	1.828.800,00
04	122 3010 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		98.000,00		98.000,00
04.122.3010.1005.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		48.000,00		48.000,00
04.122.3010.1006.0000	DESAPROPRIAR E ADQUIRIR IMÓVEIS		50.000,00		50.000,00
04	122 3030 GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO			1.718.800,00	1.718.800,00
04.122.3030.2009.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			1.679.200,00	1.679.200,00
04.122.3030.2045.0000	MANUTENÇÃO E ENC COM OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA GOV			37.200,00	37.200,00
04.122.3030.2107.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.200,00	1.200,00
04.122.3030.2130.0000	REALIZAR CONCURSO PUBLICO			1.200,00	1.200,00
04	122 3050 ABASTECIMENTO DE ÁGUA		12.000,00		12.000,00
04.122.3050.1007.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-DAE		12.000,00		12.000,00
04	124 Controle Interno			100.800,00	100.800,00
04	124 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO			100.800,00	100.800,00
04.124.3060.2046.0000	MANUT.E ENCARGOS COM UNID DE CONTROLE INTERNO			100.800,00	100.800,00
04	125 Normatização e Fiscalização			4.800,00	4.800,00
04	125 3060 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO			4.800,00	4.800,00
04.125.3060.2031.0000	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS			4.800,00	4.800,00
17	Saneamento		12.000,00	499.800,00	511.800,00
17	512 Saneamento Básico Urbano		12.000,00	499.800,00	511.800,00
17	512 3050 ABASTECIMENTO DE ÁGUA		12.000,00	499.800,00	511.800,00
17.512.3050.1008.0000	AMPLIAR A REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA-DAE		12.000,00		12.000,00
17.512.3050.2013.0000	CONSERVAR A REDE DE ÁGUA			499.800,00	499.800,00
TOTAL		0,00	122.000,00	2.324.200,00	2.446.200,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 9

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**07 FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração			153.000,00	153.000,00
04	122 Administração Geral			153.000,00	153.000,00
04	122 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS			153.000,00	153.000,00
04.122.9300.2042.0000	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS E GERENCIAMENTO DO IMPBRAN			153.000,00	153.000,00
09	Previdência Social		5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09	272 Previdência do Regime Estatutário		5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09	272 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS		5.000,00	1.539.000,00	1.544.000,00
09.272.9300.1027.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.000,00		5.000,00
09.272.9300.2044.0000	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS AOS SEGURADOS			1.539.000,00	1.539.000,00
99	Reserva de Contingência			33.000,00	33.000,00
99	999 Reserva de Contingência			33.000,00	33.000,00
99	999 9300 GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS			33.000,00	33.000,00
99.999.9300.2043.0000	MANTER A RESERVA DO RPPS			33.000,00	33.000,00
TOTAL		0,00	5.000,00	1.725.000,00	1.730.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 10

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**08 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		118.203,00	1.289.000,00	1.407.203,00
04	122 Administração Geral			550.000,00	550.000,00
04	122 3100 CONTROLE FINANCEIRO			550.000,00	550.000,00
04.122.3100.2008.0000	ENCARGOS COM PRECATÓRIOS			550.000,00	550.000,00
04	123 Administração Financeira			88.400,00	88.400,00
04	123 3100 CONTROLE FINANCEIRO			50.000,00	50.000,00
04.123.3100.2010.0000	ENCARGOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			50.000,00	50.000,00
04	123 3110 FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO			38.400,00	38.400,00
04.123.3110.2085.0000	CONTRIBUIR CONS. INTER. DE DES. ECON. SOC. E AMB.			38.400,00	38.400,00
04	124 Controle Interno			200.000,00	200.000,00
04	124 3110 FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO			200.000,00	200.000,00
04.124.3110.2011.0000	MANTER ENCARGOS COM A A.M.M E C.N.M.			200.000,00	200.000,00
04	129 Administração de Receitas		118.203,00	450.600,00	568.803,00
04	129 3100 CONTROLE FINANCEIRO		118.203,00	450.600,00	568.803,00
04.129.3100.1039.0000	ADQUIRIR PRÊMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU		118.203,00		118.203,00
04.129.3100.2071.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			450.600,00	450.600,00
11	Trabalho			250.000,00	250.000,00
11	331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador			250.000,00	250.000,00
11	331 3120 ENCARGOS ESPECIAIS			250.000,00	250.000,00
11.331.3120.2012.0000	ENCARGOS COM PASEP			250.000,00	250.000,00
28	Encargos Especiais			190.000,00	190.000,00
28	843 Serviço da Dívida Interna			190.000,00	190.000,00
28	843 3120 ENCARGOS ESPECIAIS			190.000,00	190.000,00
28.843.3120.2014.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DÍVIDA INTERNA			190.000,00	190.000,00
TOTAL		0,00	118.203,00	1.729.000,00	1.847.203,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 11

Lei: 817, Data: 05/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		84.000,00	1.727.400,00	1.811.400,00
04	122 Administração Geral		84.000,00	1.727.400,00	1.811.400,00
04	122 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		84.000,00	1.727.400,00	1.811.400,00
04.122.4050.1014.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		84.000,00		84.000,00
04.122.4050.2015.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES			1.641.800,00	1.641.800,00
04.122.4050.2016.0000	REFORMAR O PACO MUNICIPAL			54.000,00	54.000,00
04.122.4050.2105.0000	CONSERVAR O CEMITÉRIO MUNICIPAL			31.600,00	31.600,00
15	Urbanismo		330.600,00	1.058.800,00	1.389.400,00
15	451 Infra-Estrutura Urbana		330.600,00		330.600,00
15	451 4020 CIDADE BONITA		170.000,00		170.000,00
15.451.4020.1009.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		170.000,00		170.000,00
15	451 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA		111.600,00		111.600,00
15.451.4030.1010.0000	PAVIMENTAR VIAS PUBLICAS		63.600,00		63.600,00
15.451.4030.1999.0000	AQUISIÇÃO DE CAMINHAO 3/4				0,00
15.451.4030.2170.0000	AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL		48.000,00		48.000,00
15	451 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		49.000,00		49.000,00
15.451.4050.1050.0000	CONSTRUIR GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS		24.000,00		24.000,00
15.451.4050.1097.0000	CONSTRUIR CASA MORTUÁRIA		24.000,00		24.000,00
15.451.4050.1201.0000	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO P/ CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		1.000,00		1.000,00
15	452 Serviços Urbanos			1.058.800,00	1.058.800,00
15	452 4010 CIDADE LIMPA			865.600,00	865.600,00
15.452.4010.2047.0000	MANTER SERV. PÚBLICOS DE LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO			865.600,00	865.600,00
15	452 4020 CIDADE BONITA			120.000,00	120.000,00
15.452.4020.2017.0000	MANTER PRAÇAS, PARQUES E JARDINS			120.000,00	120.000,00
15	452 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA			73.200,00	73.200,00
15.452.4030.2018.0000	CONSERVAR AS VIAS PUBLICAS			73.200,00	73.200,00
25	Energia		36.600,00	198.189,00	234.789,00
25	751 Conservação de Energia		4.000,00	198.189,00	202.189,00
25	751 4020 CIDADE BONITA		4.000,00	198.189,00	202.189,00
25.751.4020.1048.0000	IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, BRAÇOS E RELES NO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA-MT		4.000,00		4.000,00
25.751.4020.2019.0000	MANTER A REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA			198.189,00	198.189,00
25	752 Energia Elétrica		32.600,00		32.600,00
25	752 4020 CIDADE BONITA		32.600,00		32.600,00
25.752.4020.1011.0000	AMPLIAR A REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA		32.600,00		32.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 12

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
26	Transporte		82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 Transporte Rodoviário		82.000,00	1.006.000,00	1.088.000,00
26	782 4030 MALHA DE VIÁRIA URBANA		1.000,00		1.000,00
26.782.4030.1013.0000	CONSTRUIR PONTES, BUEIROS, MATA-BURROS E SERV. COMP		1.000,00		1.000,00
26	782 4040 MALHA VIÁRIA RURAL		49.000,00	66.000,00	115.000,00
26.782.4040.1013.0000	CONSTRUIR PONTES, BUEIROS, MATA-BURROS E SERV. COMP		49.000,00		49.000,00
26.782.4040.2020.0000	CONSERVAR E RECUPERAR ESTRADAS VICINAIS			36.000,00	36.000,00
26.782.4040.2021.0000	CONSERVAR PONTES, BUEIROS E MATA-BURROS			30.000,00	30.000,00
26	782 4050 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		32.000,00	940.000,00	972.000,00
26.782.4050.1010.0000	PAVIMENTAR VIAS PUBLICAS		5.000,00		5.000,00
26.782.4050.1012.0000	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS		10.000,00		10.000,00
26.782.4050.1018.0000	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÁQUINA RODOVIÁRIOS		17.000,00		17.000,00
26.782.4050.2029.0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS			940.000,00	940.000,00
TOTAL		0,00	533.200,00	3.990.389,00	4.523.589,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 13

PROGRAMA DE TRABALHO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**11 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		3.600,00	304.400,00	308.000,00
04	122 Administração Geral		3.600,00	304.400,00	308.000,00
04	122 5010 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA		3.600,00	304.400,00	308.000,00
04.122.5010.1015.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.600,00		3.600,00
04.122.5010.2022.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E TURISMO			304.400,00	304.400,00
20	Agricultura		15.400,00		15.400,00
20	605 Abastecimento		15.400,00		15.400,00
20	605 5010 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA		15.400,00		15.400,00
20.605.5010.1019.1019	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS. EQUIP PATRULHA MEC, IMPLEMENT AGRIC		15.400,00		15.400,00
23	Comércio e Serviços			60.000,00	60.000,00
23	695 Turismo			60.000,00	60.000,00
23	695 5020 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			60.000,00	60.000,00
23.695.5020.2025.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO TURISMO			60.000,00	60.000,00
TOTAL		0,00	19.000,00	364.400,00	383.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 14

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022**02 PODER EXECUTIVO****12 SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
04	Administração		6.000,00	166.600,00	172.600,00
04	131 Comunicação Social		6.000,00	166.600,00	172.600,00
04	131 6060 GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		6.000,00	166.600,00	172.600,00
04.131.6060.1057.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.000,00		6.000,00
04.131.6060.2096.0000	MANTER ENC. COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE OFICIAL			8.400,00	8.400,00
04.131.6060.2097.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA			158.200,00	158.200,00
13	Cultura		2.400,00	106.800,00	109.200,00
13	392 Difusão Cultural		2.400,00	106.800,00	109.200,00
13	392 6050 DIFUSÃO CULTURAL		2.400,00	106.800,00	109.200,00
13.392.6050.1058.0000	ADQUIRIR EQUIP. E MAT PERM E ACERVO P BIBLIOTECA		2.400,00		2.400,00
13.392.6050.2098.0000	REALIZAR ALUSIVAS A DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS			81.600,00	81.600,00
13.392.6050.2099.0000	MANTER A BIBLIOTECA MUNICIPAL			25.200,00	25.200,00
TOTAL		0,00	8.400,00	273.400,00	281.800,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 15

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022**02 PODER EXECUTIVO****13 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
27	Desporto e Lazer		39.400,00	419.200,00	458.600,00
27	812 Desporto Comunitário		39.400,00	419.200,00	458.600,00
27	812 9010 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE		31.000,00	71.600,00	102.600,00
27.812.9010.1055.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR QDAS, PCAS ESP. E MINI CAMPOS		25.000,00		25.000,00
27.812.9010.1085.0000	AMPLIAR A PRAÇA DA JUVENTUDE		6.000,00		6.000,00
27.812.9010.2101.0000	CONSERVAR UNIDADES ESPORTIVAS			10.800,00	10.800,00
27.812.9010.2102.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO ESPORTE			7.200,00	7.200,00
27.812.9010.2110.0000	REALIZAR PREMIAÇÕES CUL. ART. CIENT. DESP. E OUTRA			53.600,00	53.600,00
27	812 9020 GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER		8.400,00	347.600,00	356.000,00
27.812.9020.1056.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		8.400,00		8.400,00
27.812.9020.2095.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER			347.600,00	347.600,00
TOTAL		0,00	39.400,00	419.200,00	458.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 16

Lei: 817, Data: 05/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
18	Gestão Ambiental		12.000,00	99.400,00	111.400,00
18	451 Infra-Estrutura Urbana		12.000,00		12.000,00
18	451 5030 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE		12.000,00		12.000,00
18.451.5030.1062.0000	IMPLANTAR O ATERRO SANITÁRIO		12.000,00		12.000,00
18	541 Preservação e Conservação Ambiental			99.400,00	99.400,00
18	541 5030 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE			99.400,00	99.400,00
18.541.5030.2091.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			87.400,00	87.400,00
18.541.5030.2122.0000	REALIZAR A CAVALGADA ECOLÓGICA			12.000,00	12.000,00
TOTAL		0,00	12.000,00	99.400,00	111.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 06

Página 17

Lei: 817, Data: 05/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

02 PODER EXECUTIVO**99 RESERVA DE CONTINGENCIA**

Código	Especificação	Operação Especial	Projetos	Atividades	T o t a l
99	Reserva de Contingência	400.000,00			400.000,00
99	999 Reserva de Contingência	400.000,00			400.000,00
99	999 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00			400.000,00
99.999.9999.9999.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00			400.000,00
TOTAL		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
TOTAL GERAL		400.000,00	3.403.783,00	25.571.944,39	29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 10

ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS

Página 1

(Inc. I, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022

1 FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**RECEITA**

Classif.	Discriminação	Valor R\$
		0,00
	Recursos Próprios do Município	1.727.400,00
	TOTAL	1.727.400,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R\$
12.365.6070.2069.000	MANTER A REMUN. DOS PROF. DA EDUC. BAS. INF. 70%	324.400,00
12.361.6070.2068.000	MANTER REMUN DOS PROF. DA EDUC. BAS. FUND. 70%	1.198.000,00
12.361.6030.2035.000	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR	205.000,00
	TOTAL	1.727.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS

(Inc. I, § 2º, Art.2º)

Anexo 10

Página 2

Lei: 817, Data: 05/12/2022

2 FMS-Fundo Municipal de Saúde**RECEITA**

Classif.	Discriminação	Valor R\$
		0,00
	Recursos Próprios do Município	761.180,00
	TOTAL	761.180,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R\$
10.301.7010.2054.000	MANTER O PISO DE ATENÇÃO BASICA-PAB FIXO	13.200,00
10.301.7010.2076.000	MANTER A SAÚDE BUCAL	135.800,00
10.301.7010.2057.000	MANTER A SAÚDE DA FAMILIA-PSF	442.980,00
10.301.7010.2055.000	MANTER O PROG. DE AGEN. COMUNITÁRIOS DE SAUDE-PACS	73.000,00
10.301.8181.2092.000	CUSTEIO PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS	50.000,00
10.128.7050.2083.000	MANTER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	9.600,00
10.304.7040.2062.000	MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	11.800,00
10.305.7040.2063.000	MANTER AS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS EM SAÚDE (CUSTEIO)	24.800,00
	TOTAL	761.180,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS

(Inc. I, § 2º, Art.2º)

Anexo 10

Página 3

Lei: 817, Data: 05/12/2022

3 FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social**RECEITA**

Classif.	Discriminação	Valor R\$
		0,00
	Recursos Próprios do Município	304.300,00
	TOTAL	304.300,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R\$
08.244.8100.2128.000	MANTER GESTÃO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMILIA	15.000,00
08.244.8080.2113.000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA/VARIAVEL PSB	130.000,00
08.244.8050.2074.000	MANTER PROGRAMA DA GESTÃO DO IGD-SUAS	34.100,00
08.244.8050.2051.000	MANTER AS ATIV. ADM DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	125.200,00
	TOTAL	304.300,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS

(Inc. I, § 2º, Art.2º)

Anexo 10

Página 4

Lei: 817, Data: 05/12/2022

4 IMPBRAN-Instituto de Previdência Municipal de Ponte Branca**RECEITA**

Classif.	Discriminação	Valor R\$
		0,00
	Recursos Próprios do Município	1.788.000,00
	TOTAL	1.788.000,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R\$
04.122.9300.2042.000	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS E GERENCIAMENTO DO IMPBRAN	153.000,00
08.244.8050.2051.000	MANTER AS ATIV. ADM DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00
09.272.9300.1027.000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.272.9300.2044.000	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS AOS SEGURADOS	1.529.000,00
99.999.9300.2043.000	MANTER A RESERVA DO RPPS	1.000,00
	TOTAL	1.788.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 1

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		01 PODER LEGISLATIVO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				1.160.769,39
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			742.000,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		698.000,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	605.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	93.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		44.000,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	44.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			418.769,39	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		418.769,39		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	35.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	73.700,00			
3. 3. 90 . 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.1.500	2.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	12.500,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	82.769,39			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 41	CONTRIBUIÇÕES	1.1.500	35.800,00			
3. 3. 90 . 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.1.500	171.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				107.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			95.000,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		95.000,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.500	63.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	32.000,00			
4. 6. 00 . 00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0.000.000			12.000,00	
4. 6. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		12.000,00		
4. 6. 90 . 71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.1.500	12.000,00			
TOTAL						1.267.769,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 2

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 02 GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				611.564,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			264.764,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		263.564,00		
3. 1. 90 . 03	PENSÕES	1.1.500	18.000,00			
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.1.500	564,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	200.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	45.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		1.200,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			346.800,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		346.800,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	80.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	90.000,00			
3. 3. 90 . 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	96.000,00			
3. 3. 90 . 41	CONTRIBUIÇÕES	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.1.500	10.000,00			
3. 3. 90 . 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.1.500	2.400,00			
3. 3. 90 . 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.1.500	60.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				350.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			350.000,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		350.000,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	350.000,00			
TOTAL						961.564,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 3

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				1.238.100,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			491.000,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		469.000,00		
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	4.1.500	24.000,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.1.500	390.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.1.500	55.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		22.000,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.1.500	22.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			747.100,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		747.100,00		
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.1.500	4.200,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	4.1.500	31.200,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	4.1.660	4.500,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	4.1.661	3.500,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	4.1.500	178.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	4.1.660	48.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	4.1.661	25.500,00			
3. 3. 90 . 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.1.500	18.000,00			
3. 3. 90 . 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.1.661	10.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.1.500	70.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.1.660	10.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.1.661	4.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.1.500	161.400,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.1.660	114.600,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.1.661	9.000,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 41	CONTRIBUIÇÕES	4.1.500	48.000,00			
3. 3. 90 . 48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.1.500	1.200,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				66.596,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			66.596,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		66.596,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.1.500	35.600,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.1.660	28.996,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.1.661	2.000,00			
TOTAL						1.304.696,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 4

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				6.286.546,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			2.582.736,00	
3. 1. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		30.000,00		
3. 1. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.1.500	30.000,00			
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		2.321.036,00		
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.1.500	1.000,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.1.500	1.678.900,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.1.600	32.500,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.1.600	303.200,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.1.604	94.536,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.1.621	3.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.500	149.200,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.600	5.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.600	35.200,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.604	18.500,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		231.700,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.500	171.900,00			
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.600	5.000,00			
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.600	49.800,00			
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.1.604	5.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			3.703.810,00	
3. 3. 70 . 00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAIS	0.000.000		12.000,00		
3. 3. 70 . 41	CONTRIBUIÇÕES	3.1.500	12.000,00			
3. 3. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		125.800,00		
3. 3. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.1.500	100.000,00			
3. 3. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.1.621	25.800,00			
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		3.566.010,00		
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.1.500	600,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	3.1.500	117.200,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	3.1.600	6.600,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.1.500	1.178.300,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.1.600	203.800,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.1.602	50.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.1.621	89.910,00			
3. 3. 90 . 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.1.500	2.000,00			
3. 3. 90 . 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.1.500	2.400,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.1.500	53.400,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.1.600	54.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.1.621	18.000,00			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 5

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.1.500	1.333.400,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.1.600	225.700,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.1.602	5.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.1.621	141.300,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	3.1.500	3.000,00			
3. 3. 90 . 48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	3.1.500	80.000,00			
3. 3. 90 . 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.1.500	1.200,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				724.410,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			724.410,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		724.410,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.500	150.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.601	44.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.631	50.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.632	50.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.633	72.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.700	5.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.1.701	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.1.500	161.430,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.1.600	16.980,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.1.601	102.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.1.621	12.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.1.633	60.000,00			
TOTAL						7.010.956,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 6

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				5.318.375,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			3.002.800,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		2.618.600,00		
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.1.500	7.200,00			
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.1.500	10.000,00			
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.1.540	6.000,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.1.500	1.206.200,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.1.540	1.230.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.500	27.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.540	131.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.550	200,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.759	1.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		384.200,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.500	234.200,00			
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.1.540	150.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			2.315.575,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		2.315.575,00		
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.1.500	2.400,00			
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.1.540	1.000,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	2.1.500	19.400,00			
3. 3. 90 . 18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.1.500	10.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.500	658.600,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.540	2.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.543	11.375,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.550	2.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.551	400,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.552	23.400,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.553	1.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.571	200.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	2.1.759	18.000,00			
3. 3. 90 . 34	OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	2.1.500	2.400,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.1.500	30.600,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.1.550	500,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.1.571	1.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.1.759	1.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.500	841.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.540	2.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.543	10.300,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.550	75.200,00			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 7

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.551	600,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.553	10.400,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.571	200.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.572	5.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.1.759	180.000,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	2.1.500	6.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				1.330.175,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			1.330.175,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		1.330.175,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.1.500	60.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.1.500	532.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.1.570	40.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.1.571	52.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.500	602.350,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.540	3.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.543	3.825,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.550	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.569	5.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.570	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.1.571	30.000,00			
TOTAL						6.648.550,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 8

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				2.312.200,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			758.200,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		671.600,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	633.200,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	38.400,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDO	0.000.000		86.600,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	86.600,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			1.554.000,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		1.554.000,00		
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.1.500	600,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	34.800,00			
3. 3. 90 . 27	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARE	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	228.400,00			
3. 3. 90 . 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 34	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	32.200,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	1.217.200,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.1.500	36.000,00			
3. 3. 90 . 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.1.500	1.200,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				134.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			134.000,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		134.000,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.500	6.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.700	5.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.701	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	72.000,00			
4. 4. 90 . 61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.1.500	50.000,00			
TOTAL						2.446.200,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 9

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 07 FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				1.691.000,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			1.510.000,00	
3. 1. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		1.000,00		
3. 1. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.1.802	1.000,00			
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		1.509.000,00		
3. 1. 90 . 01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.1.800	40.000,00			
3. 1. 90 . 01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.1.800	1.000.000,00			
3. 1. 90 . 03	PENSÕES	7.1.800	35.000,00			
3. 1. 90 . 03	PENSÕES	7.1.800	418.000,00			
3. 1. 90 . 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	7.1.800	10.000,00			
3. 1. 90 . 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.1.800	6.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			181.000,00	
3. 3. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		1.000,00		
3. 3. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.1.802	1.000,00			
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		180.000,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	7.1.802	20.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	7.1.802	5.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.1.802	5.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.1.802	80.000,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	7.1.802	40.000,00			
3. 3. 90 . 86	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	7.1.800	30.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				6.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			6.000,00	
4. 4. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		1.000,00		
4. 4. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.1.802	1.000,00			
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		5.000,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.1.802	5.000,00			
9. 0. 00 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000				33.000,00
9. 9. 00 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000			33.000,00	
9. 9. 99 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000		33.000,00		
9. 9. 99 . 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.1.800	1.000,00			
9. 9. 99 . 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.1.800	29.000,00			
9. 9. 99 . 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.1.802	3.000,00			
TOTAL						1.730.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 10

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				1.645.400,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			624.000,00	
3. 1. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		2.400,00		
3. 1. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.1.500	2.400,00			
3. 1. 90 . 00	APLICAções DIRETAS	0.000.000		609.600,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	144.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	15.600,00			
3. 1. 90 . 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.1.500	450.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAção DIRETA DECORRENTE DE OPERAção ENTRE ÓRGãos, FUNDOS	0.000.000		12.000,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	12.000,00			
3. 2. 00 . 00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0.000.000			80.000,00	
3. 2. 90 . 00	APLICAções DIRETAS	0.000.000		80.000,00		
3. 2. 90 . 21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.1.500	80.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			941.400,00	
3. 3. 70 . 00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIções MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAIS	0.000.000		200.000,00		
3. 3. 70 . 41	CONTRIBUIÇÕES	1.1.500	200.000,00			
3. 3. 71 . 00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	0.000.000		36.000,00		
3. 3. 71 . 70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.1.500	36.000,00			
3. 3. 90 . 00	APLICAções DIRETAS	0.000.000		705.400,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	33.600,00			
3. 3. 90 . 31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	1.1.500	3.600,00			
3. 3. 90 . 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 34	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	40.000,00			
3. 3. 90 . 40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.1.500	200.000,00			
3. 3. 90 . 41	CONTRIBUIÇÕES	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.1.500	250.000,00			
3. 3. 90 . 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.1.500	105.000,00			
3. 3. 90 . 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.1.500	5.000,00			
3. 3. 90 . 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.1.500	55.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				201.803,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			91.803,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAções DIRETAS	0.000.000		91.803,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	91.803,00			
4. 6. 00 . 00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0.000.000			110.000,00	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 11

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO	02 PODER EXECUTIVO 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
4. 6. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		110.000,00		
4. 6. 90 . 71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.1.500	110.000,00			
T O T A L						1.847.203,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 12

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				3.990.989,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			820.600,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		724.000,00		
3. 1. 90 . 04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.1.500	1.200,00			
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	700.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	22.800,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		96.600,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	96.600,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			3.170.389,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		3.170.389,00		
3. 3. 90 . 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.1.500	600,00			
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	37.200,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	867.200,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.700	2.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.750	1.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.751	45.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.2.500				
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	9.1.701	2.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	9.1.759	630.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	57.400,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.1.759	5.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	1.223.600,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.750	1.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.751	48.389,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.1.759	250.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				532.600,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			532.600,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		532.600,00		
4. 4. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	60.000,00			
4. 4. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	50.000,00			
4. 4. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.1.759	5.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.500	214.600,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.700	6.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.701	3.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.2.500				
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.1.700	5.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.1.759	55.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	127.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.700	1.000,00			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 13

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO	02 PODER EXECUTIVO 10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES					
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.701	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.2.500				
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.1.759	5.000,00			
T O T A L						4.523.589,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 14

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 11 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				364.400,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			146.000,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		143.000,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	122.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	21.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDO	0.000.000		3.000,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	3.000,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			218.400,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		218.400,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	12.600,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	98.400,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	6.200,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	101.200,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				19.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			19.000,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		19.000,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	18.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.700	1.000,00			
TOTAL						383.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 15

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 12 SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				273.400,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			153.400,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		148.800,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	95.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	54.800,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDO	0.000.000		3.600,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	3.600,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			120.000,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		120.000,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	2.400,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.701	1.000,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	43.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.701	1.000,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	62.400,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.701	4.000,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				8.400,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			8.400,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		8.400,00		
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	8.400,00			
TOTAL						281.800,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 16

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 13 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				395.600,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			115.200,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		114.000,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	90.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	24.000,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDO	0.000.000		1.200,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			280.400,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		280.400,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	6.000,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	87.200,00			
3. 3. 90 . 31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	1.1.500	30.000,00			
3. 3. 90 . 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.1.500	1.200,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	26.400,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	129.600,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				63.000,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			63.000,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		63.000,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.500	30.000,00			
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.2.701	1.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	32.000,00			
TOTAL						458.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 17

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO		02 PODER EXECUTIVO 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
3. 0. 00 . 00	DESPESAS CORRENTES	0.000.000				98.200,00
3. 1. 00 . 00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0.000.000			83.800,00	
3. 1. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		83.200,00		
3. 1. 90 . 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.1.500	70.000,00			
3. 1. 90 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	13.200,00			
3. 1. 91 . 00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	0.000.000		600,00		
3. 1. 91 . 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.1.500	600,00			
3. 3. 00 . 00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.000.000			14.400,00	
3. 3. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		14.400,00		
3. 3. 90 . 14	DIÁRIAS - CIVIL	1.1.500	600,00			
3. 3. 90 . 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.1.500	4.800,00			
3. 3. 90 . 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.1.500	1.800,00			
3. 3. 90 . 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.1.500	7.200,00			
4. 0. 00 . 00	DESPESAS DE CAPITAL	0.000.000				13.200,00
4. 4. 00 . 00	INVESTIMENTOS	0.000.000			13.200,00	
4. 4. 90 . 00	APLICAÇÕES DIRETAS	0.000.000		13.200,00		
4. 4. 90 . 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.1.500	12.000,00			
4. 4. 90 . 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.1.500	1.200,00			
TOTAL						111.400,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 18

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

PODER ORGÃO	02 PODER EXECUTIVO 99 RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	F.R.	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
9. 0. 00 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000				400.000,00
9. 9. 00 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000			400.000,00	
9. 9. 99 . 00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0.000.000		400.000,00		
9. 9. 99 . 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.1.500	400.000,00			
TOTAL						400.000,00
TOTAL GERAL						29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 1

NATUREZA DA DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL**Lei: 817, Data: 05/12/2022**

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
30.00.00	DESPESAS CORRENTES				25.386.543,39
31.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			11.294.500,00	
31.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra		33.400,00		
31.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	33.400,00			
31.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS		10.374.400,00		
31.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.040.000,00			
31.90.03	PENSÕES	471.000,00			
31.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	49.964,00			
31.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.597.536,00			
31.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	749.900,00			
31.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	460.000,00			
31.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.000,00			
31.91.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS		886.700,00		
31.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	886.700,00			
32.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			80.000,00	
32.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS		80.000,00		
32.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	80.000,00			
33.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			14.012.043,39	
33.70.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAIS		212.000,00		
33.70.41	CONTRIBUIÇÕES	212.000,00			
33.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra		162.800,00		
33.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	162.800,00			
33.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS		13.637.243,39		
33.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	9.400,00			
33.90.14	DIÁRIAS - CIVIL	417.000,00			
33.90.18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10.000,00			
33.90.27	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARE	1.200,00			
33.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	4.865.585,00			
33.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	33.600,00			
33.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	31.200,00			
33.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.000,00			
33.90.34	OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	4.800,00			
33.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.200,00			
33.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	440.600,00			
33.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.200,00			
33.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.658.258,39			
33.90.40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	297.000,00			
33.90.41	CONTRIBUIÇÕES	86.200,00			
33.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	250.000,00			
33.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	81.200,00			
33.90.86	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	30.000,00			
33.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS	115.000,00			
33.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.800,00			
33.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	286.000,00			
40.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				3.556.184,00
44.00.00	INVESTIMENTOS			3.434.184,00	
44.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra		1.000,00		
44.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.000,00			
44.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS		3.433.184,00		
44.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00			
44.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.000,00			
44.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.457.600,00			
44.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.810.584,00			
44.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	50.000,00			
46.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			122.000,00	
46.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS		122.000,00		
46.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	122.000,00			
90.00.00					433.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 02

Página 2

NATUREZA DA DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria Econômica
99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			433.000,00	
99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		433.000,00		
99.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	433.000,00			
TOTAL				29.375.727,39	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 08

Página 1

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
01	Legislativa	1.267.769,39			1.267.769,39
01 031	Ação Legislativa	1.267.769,39			1.267.769,39
01 031 1010	PROCESSO LEGISLATIVO	1.267.769,39			1.267.769,39
04	Administração	6.593.167,00	155.000,00		6.748.167,00
04 122	Administração Geral	5.457.764,00	155.000,00		5.612.764,00
04 122 2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	961.564,00			961.564,00
04 122 3010	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	98.000,00			98.000,00
04 122 3030	GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	1.718.800,00			1.718.800,00
04 122 3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	12.000,00			12.000,00
04 122 3100	CONTROLE FINANCEIRO	550.000,00			550.000,00
04 122 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.809.400,00	2.000,00		1.811.400,00
04 122 5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	308.000,00			308.000,00
04 122 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS		153.000,00		153.000,00
04 123	Administração Financeira	88.400,00			88.400,00
04 123 3100	CONTROLE FINANCEIRO	50.000,00			50.000,00
04 123 3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	38.400,00			38.400,00
04 124	Controle Interno	300.800,00			300.800,00
04 124 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	100.800,00			100.800,00
04 124 3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	200.000,00			200.000,00
04 125	Normatização e Fiscalização	4.800,00			4.800,00
04 125 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	4.800,00			4.800,00
04 129	Administração de Receitas	568.803,00			568.803,00
04 129 3100	CONTROLE FINANCEIRO	568.803,00			568.803,00
04 131	Comunicação Social	172.600,00			172.600,00
04 131 6060	GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	172.600,00			172.600,00
08	Assistência Social	1.044.600,00	260.096,00		1.304.696,00
08 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	287.600,00	24.000,00		311.600,00
08 243 8010	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	287.600,00	24.000,00		311.600,00
08 244	Assistência Comunitária	757.000,00	236.096,00		993.096,00
08 244 8050	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	696.400,00	34.100,00		730.500,00
08 244 8080	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA	41.600,00	163.496,00		205.096,00
08 244 8090	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	19.000,00	13.500,00		32.500,00
08 244 8100	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCUL		25.000,00		25.000,00
09	Previdência Social		1.544.000,00		1.544.000,00
09 272	Previdência do Regime Estatutário		1.544.000,00		1.544.000,00
09 272 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS		1.544.000,00		1.544.000,00
10	Saúde	5.273.430,00	1.737.526,00		7.010.956,00
10 122	Administração Geral	694.000,00			694.000,00
10 122 7050	GESTÃO DOS SUS	694.000,00			694.000,00
10 128	Formação de Recursos Humanos		9.600,00		9.600,00
10 128 7050	GESTÃO DOS SUS		9.600,00		9.600,00
10 301	Atenção Básica	833.630,00	1.165.726,00		1.999.356,00
10 301 7010	ATENÇÃO PRIMÁRIA	816.130,00	1.098.726,00		1.914.856,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 08

Página 2

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS****Lei: 817, Data: 05/12/2022**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
10 301 7050	GESTÃO DOS SUS	17.500,00	12.000,00		29.500,00
10 301 8181	COVID 19 - ENFRENTAMENTO E COMBATE AO CORONAVIRUS		55.000,00		55.000,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.439.200,00	500.100,00		3.939.300,00
10 302 7020	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSP	3.199.800,00	474.300,00		3.674.100,00
10 302 7050	GESTÃO DOS SUS	239.400,00	25.800,00		265.200,00
10 304	Vigilância Sanitária	86.600,00	24.100,00		110.700,00
10 304 7010	ATENÇÃO PRIMÁRIA		6.300,00		6.300,00
10 304 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	86.600,00	17.800,00		104.400,00
10 305	Vigilância Epidemiológica	220.000,00	32.000,00		252.000,00
10 305 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	220.000,00	32.000,00		252.000,00
10 512	Saneamento Básico Urbano		6.000,00		6.000,00
10 512 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		6.000,00		6.000,00
11	Trabalho	250.000,00			250.000,00
11 331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.000,00			250.000,00
11 331 3120	ENCARGOS ESPECIAIS	250.000,00			250.000,00
12	Educação	4.249.350,00	2.399.200,00		6.648.550,00
12 122	Administração Geral	342.400,00			342.400,00
12 122 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	13.200,00			13.200,00
12 122 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	329.200,00			329.200,00
12 306	Alimentação e Nutrição		23.400,00		23.400,00
12 306 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO		23.400,00		23.400,00
12 361	Ensino Fundamental	2.609.550,00	1.983.025,00		4.592.575,00
12 361 6010	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.302.550,00	71.800,00		2.374.350,00
12 361 6030	APOIO EDUCACIONAL	200.000,00	497.300,00		697.300,00
12 361 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	100.000,00	205.000,00		305.000,00
12 361 6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	7.000,00	1.208.925,00		1.215.925,00
12 364	Ensino Superior	10.000,00			10.000,00
12 364 6030	APOIO EDUCACIONAL	10.000,00			10.000,00
12 365	Educação Infantil	1.287.400,00	392.775,00		1.680.175,00
12 365 6020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	1.285.000,00	51.200,00		1.336.200,00
12 365 6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	2.400,00	341.575,00		343.975,00
13	Cultura	103.200,00	6.000,00		109.200,00
13 392	Difusão Cultural	103.200,00	6.000,00		109.200,00
13 392 6050	DIFUSÃO CULTURAL	103.200,00	6.000,00		109.200,00
15	Urbanismo	1.382.400,00	7.000,00		1.389.400,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana	323.600,00	7.000,00		330.600,00
15 451 4020	CIDADE BONITA	170.000,00			170.000,00
15 451 4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA	105.600,00	6.000,00		111.600,00
15 451 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	48.000,00	1.000,00		49.000,00
15 452	Serviços Urbanos	1.058.800,00			1.058.800,00
15 452 4010	CIDADE LIMPA	865.600,00			865.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Anexo 08

Página 3

Lei: 817, Data: 05/12/2022

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
15 452 4020	CIDADE BONITA	120.000,00			120.000,00
15 452 4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA	73.200,00			73.200,00
17	Saneamento	505.800,00	6.000,00		511.800,00
17 512	Saneamento Básico Urbano	505.800,00	6.000,00		511.800,00
17 512 3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	505.800,00	6.000,00		511.800,00
18	Gestão Ambiental	111.400,00			111.400,00
18 451	Infra-Estrutura Urbana	12.000,00			12.000,00
18 451 5030	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	12.000,00			12.000,00
18 541	Preservação e Conservação Ambiental	99.400,00			99.400,00
18 541 5030	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	99.400,00			99.400,00
20	Agricultura	14.400,00	1.000,00		15.400,00
20 605	Abastecimento	14.400,00	1.000,00		15.400,00
20 605 5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	14.400,00	1.000,00		15.400,00
23	Comércio e Serviços	60.000,00			60.000,00
23 695	Turismo	60.000,00			60.000,00
23 695 5020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	60.000,00			60.000,00
25	Energia	134.400,00	100.389,00		234.789,00
25 751	Conservação de Energia	104.800,00	97.389,00		202.189,00
25 751 4020	CIDADE BONITA	104.800,00	97.389,00		202.189,00
25 752	Energia Elétrica	29.600,00	3.000,00		32.600,00
25 752 4020	CIDADE BONITA	29.600,00	3.000,00		32.600,00
26	Transporte	132.000,00	956.000,00		1.088.000,00
26 782	Transporte Rodoviário	132.000,00	956.000,00		1.088.000,00
26 782 4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA		1.000,00		1.000,00
26 782 4040	MALHA VIÁRIA RURAL	115.000,00			115.000,00
26 782 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	17.000,00	955.000,00		972.000,00
27	Desporto e Lazer	457.600,00	1.000,00		458.600,00
27 812	Desporto Comunitário	457.600,00	1.000,00		458.600,00
27 812 9010	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	101.600,00	1.000,00		102.600,00
27 812 9020	GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	356.000,00			356.000,00
28	Encargos Especiais	190.000,00			190.000,00
28 843	Serviço da Dívida Interna	190.000,00			190.000,00
28 843 3120	ENCARGOS ESPECIAIS	190.000,00			190.000,00
99	Reserva de Contingência	400.000,00	33.000,00		433.000,00
99 999	Reserva de Contingência	400.000,00	33.000,00		433.000,00
99 999 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS		33.000,00		33.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00			400.000,00
TOTAL		22.169.516,39	7.206.211,00	0,00	29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024
Anexo 09
Página 1**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Orgão:	01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA	Valor
Função	01	Legislativa	1.267.769,39
Orgão:	02 02	GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO	Valor
Função	04	Administração	961.564,00
Orgão:	02 03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL	Valor
Função	08	Assistência Social	1.304.696,00
Orgão:	02 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Valor
Função	10	Saúde	7.010.956,00
Orgão:	02 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Valor
Função	12	Educação	6.648.550,00
Orgão:	02 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Valor
Função	04	Administração	1.934.400,00
Função	17	Saneamento	511.800,00
Orgão:	02 07	FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL	Valor
Função	04	Administração	153.000,00
Função	09	Previdência Social	1.544.000,00
Função	99	Reserva de Contingência	33.000,00
Orgão:	02 08	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Valor
Função	04	Administração	1.407.203,00
Função	11	Trabalho	250.000,00
Função	28	Encargos Especiais	190.000,00
Orgão:	02 10	SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	Valor
Função	04	Administração	1.811.400,00
Função	15	Urbanismo	1.389.400,00
Função	25	Energia	234.789,00
Função	26	Transporte	1.088.000,00
Orgão:	02 11	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO	Valor
Função	04	Administração	308.000,00
Função	20	Agricultura	15.400,00
Função	23	Comércio e Serviços	60.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024
Anexo 09
Página 2**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022

Orgão:	02 12	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA	Valor
Função	04	Administração	172.600,00
Função	13	Cultura	109.200,00
Orgão:	02 13	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER	Valor
Função	27	Desporto e Lazer	458.600,00
Orgão:	02 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Valor
Função	18	Gestão Ambiental	111.400,00
Orgão:	02 99	RESERVA DE CONTINGENCIA	Valor
Função	99	Reserva de Contingência	400.000,00
TOTAL GERAL			29.375.727,39

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO

01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA	1.267.769,39
02 02	GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO	961.564,00
02 03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL	1.304.696,00
02 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	7.010.956,00
02 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6.648.550,00
02 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.446.200,00
02 07	FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.730.000,00
02 08	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.847.203,00
02 10	SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	4.523.589,00
02 11	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO	383.400,00
02 12	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA	281.800,00
02 13	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER	458.600,00
02 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	111.400,00
02 99	RESERVA DE CONTINGENCIA	400.000,00
TOTAL		29.375.727,39

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	1.267.769,39
04	Administração	6.748.167,00
08	Assistência Social	1.304.696,00
09	Previdência Social	1.544.000,00
10	Saúde	7.010.956,00
11	Trabalho	250.000,00
12	Educação	6.648.550,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**

RUA - CNPJ:03503638/0001-33

Orçamento Programa - Exercício de 2024
Anexo 09
Página 3**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Lei: 817, Data: 05/12/2022

13	Cultura	109.200,00
15	Urbanismo	1.389.400,00
17	Saneamento	511.800,00
18	Gestão Ambiental	111.400,00
20	Agricultura	15.400,00
23	Comércio e Serviços	60.000,00
25	Energia	234.789,00
26	Transporte	1.088.000,00
27	Desporto e Lazer	458.600,00
28	Encargos Especiais	190.000,00
99	Reserva de Contingência	433.000,00
TOTAL		29.375.727,39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**RUA - CNPJ:03503638/0001-33
Orçamento Programa - Exercício de 2024**DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS**
(Inc.II, §1º, Art.2º)

Anexo 01

Página 1

Lei: 817, Data: 05/12/2022

RECEITA	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.177.830,00	
CONTRIBUIÇÕES	619.589,00	
RECEITA PATRIMONIAL	139.900,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	439.500,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.651.914,39	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	485.300,00	
CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS	983.800,00	
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-4.426.106,00	
SUB TOTAL		29.071.727,39
TOTAL		29.071.727,39
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		3.685.184,00
RECEITAS DE CAPITAL		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	304.000,00	
SUB TOTAL		304.000,00
TOTAL		3.989.184,00
RESUMO		
RECEITAS CORRENTES	32.514.033,39	
RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS	983.800,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.426.106,00	
RECEITAS DE CAPITAL	304.000,00	
TOTAL DE RECEITAS		29.375.727,39
TOTAL		29.375.727,39

DESPESA	R\$	R\$
DESPESAS CORRENTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.294.500,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.012.043,39	
SUB TOTAL		25.386.543,39
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		3.685.184,00
TOTAL		29.071.727,39
DESPESAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	3.434.184,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	122.000,00	
SUB TOTAL		3.556.184,00
RESERVA DO RPPS		33.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA		400.000,00
TOTAL		3.989.184,00
RESUMO		
DESPESAS CORRENTES	25.386.543,39	
DESPESAS DE CAPITAL	3.556.184,00	
RESERVA DE CONTINGENCIA	433.000,00	
TOTAL DE DESPESA		29.375.727,39
TOTAL		29.375.727,39

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
LEI MUNICIPAL Nº 854/2023**LEI MUNICIPAL Nº 854, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023****“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ponte Branca – MT para o Exercício de 2024, e dá outras providências.”**

O Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA** usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de PONTE BRANCA– MT, para o Exercício de 2024, estima a Receita Líquida em R\$ 29.375.727,39 (Vinte e Nove Milhões e Trezentos e Setenta e Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Sete Reais e Trinta e Nove Centavos), e fixa a Despesa em R\$ 29.375.727,39 (Vinte e Nove Milhões e Trezentos e Setenta e Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Sete Reais e Trinta e Nove Centavos), sendo R\$ 14.411.525,39 (Quatorze Milhões, Quatrocentos e Onze Mil, Quinhentos e Vinte e Cinco Reais e Trinta e Nove Centavos) **do Orçamento Fiscal** e R\$ 14.964.202,00 (Quatorze Milhões, Novecentos e Sessenta e Quatro Mil, Duzentos e Dois Reais), **do Orçamento da Seguridade Social**, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante as fontes arrecadação de tributos, rendas e receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 RECEITAS CORRENTES	R\$ 29.375.727,39
------------------------------	--------------------------

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 1.177.830,00
Receitas de Contribuição	R\$ 619.589,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 139.900,00
Receitas de Serviços	R\$ 439.500,00
Transferências Correntes	R\$ 29.651.914,39
Outras Receitas Correntes	R\$ 485.300,00
02 RECEITAS CORRENTES - INTRA OFFSS	R\$ 983.800,00
Contribuições - Intra OFSS	R\$ 983.800,00

Deduções do FUNDEB -R\$ 4.426.106,00

03 RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 304.000,00
Transferência de Capital	R\$ 304.000,00
Total	R\$ 29.375.727,39

Artigo 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei.

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
01 Legislativa	R\$ 1.267.769,39
04 Administração	R\$ 6.748.167,00
08 Assistência Social	R\$ 1.304.696,00
09 Previdência Social	R\$ 1.544.000,00
10 Saúde	R\$ 7.010.956,00
11 Trabalho	R\$ 250.000,00
12 Educação	R\$ 6.648.550,00
13 Cultura	R\$ 109.200,00
15 Urbanismo	R\$ 1.389.400,00
17 Saneamento	R\$ 511.800,00
18 Gestão Ambiental	R\$ 111.400,00

20 Agricultura	R\$ 15.400,00
23 Comercio e Serviços	R\$ 60.000,00
25 Energia	R\$ 234.789,00
26 Transporte	R\$ 1.088.000,00
27 Desporto e Lazer	R\$ 458.600,00
28 Encargos Especiais	R\$ 190.000,00
99 Reserva de Contingência	R\$ 433.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$ 29.375.727,39

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

TOTAL ORÇADO POR ÓRGÃO		Valor
01 01	Câmara Municipal de Ponte Branca	R\$ 1.267.769,39
02 02	Gabinete do Prefeito Administração	R\$ 961.564,00
02 03	Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 1.304.696,00
02 04	Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 7.010.956,00
02 05	Secretaria Municipal de Educação	R\$ 6.648.550,00
02 06	Secretaria Mun. de Administração	R\$ 2.446.200,00
02 07	Fundo Mun Prev Social IMPBRAN Previdência Social	R\$ 1.730.000,00
02 08	Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 1.847.203,00
02 10	Secretaria Mun. de Viação e Transportes	R\$ 4.523.589,00
02 11	Secretaria Mun. de Agricultura e Turismo	R\$ 383.400,00
02 12	Secretaria Mun. de Comunicação e Cultura	R\$ 281.800,00
02 13	Secretaria Mun. de Esporte e Lazer	R\$ 458.600,00
02 14	Secretaria Mun. de Meio Ambiente	R\$ 111.400,00
90 99	Reserva Contingência	R\$ 400.000,00
TOTAL		R\$ 29.375.727,39

POR PROGRAMA DE GOVERNO

Código	PROGRAMA	Valor
1010	Processo Legislativo	R\$ 1.267.769,39
2010	Administração Superior	R\$ 961.564,00
3010	Administração e Planejamento	R\$ 98.000,00
3030	Gestão do Sistema de Administração	R\$ 1.718.800,00
3050	Abastecimento de Água	R\$ 523.800,00
3060	Acompanhamento e Fiscalização	R\$ 118.800,00
3100	Controle Financeiro	R\$ 1.168.803,00
3110	Fortalecimento do Município	R\$ 238.400,00
3120	Encargos Especiais	R\$ 440.000,00
4010	Cidade Limpa	R\$ 865.600,00
4020	Cidade Bonita	R\$ 524.789,00
4030	Malha de Viária Urbana	R\$ 185.800,00
4040	Malha de Viária Rural	R\$ 115.000,00
4050	Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana	R\$ 2.838.400,00
5010	Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	R\$ 323.400,00
5020	Desenvolvimento do Turismo	R\$ 60.000,00
5030	Preservação do Meio Ambiente	R\$ 111.400,00
6010	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	R\$ 2.374.350,00
6020	Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil	R\$ 1.336.200,00
6030	Apoio Educacional	R\$ 707.300,00
6040	Gestão do Sistema de Educação	R\$ 657.600,00
6050	Difusão Cultural	R\$ 109.200,00
6060	Gestão do Sistema de Comunicação Social	R\$ 172.600,00
6070	Manutenção do Ensino Básico	R\$ 1.559.900,00
7010	Atenção Primária	R\$ 1.921.156,00
7020	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hosp	R\$ 3.674.100,00
7040	Vigilância em Saúde	R\$ 356.400,00
7050	Gestão do Sus	R\$ 998.300,00
8010	Atenção à Criança e ao Adolescente	R\$ 311.600,00

8050	Gestão do Sistema de Assistência Social	R\$ 730.500,00
8080	Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família	R\$ 205.096,00
8090	Benefícios Eventuais	R\$ 32.500,00
8100	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	R\$ 25.000,00
8181	COVID 19 – Enfrentamento e Combate ao Coronavírus	R\$ 55.000,00
9010	Desenvolvimento do Esporte	R\$ 102.600,00
9020	Gestão do Sistema de Desporto e Lazer	R\$ 356.000,00
9300	Gestão do Sistema Previdência - RPPS	R\$ 1.730.000,00
9999	Reserva de Contingência	R\$ 400.000,00
TOTAL		R\$ 29.375.727,39

Artigo 4º - A Despesa fixada observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.386.543,39
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 3.556.184,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 433.000,00
TOTAL	R\$ 29.375.727,39

Artigo 5º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, ficam assim distribuídos:

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.304.696,00
10 SAÚDE	R\$ 7.010.956,00
12 EDUCAÇÃO	R\$ 6.648.550,00
TOTAL	R\$ 14.964.202,00

RESUMO DO ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 14.411.525,39
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 14.964.202,00
TOTAL	R\$ 29.375.727,39

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

1. Abrir créditos suplementares até o limite de **15% (quinze por cento)** do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1.964. 2. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento quando apurados, conforme artigo 43, Inciso I e II da Lei Federal nº 4.320/64: I. Por Superávit Financeiro apurado em Balanço patrimonial do exercício anterior; II. Os provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias e recursos vinculados.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 janeiro de 2024.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca-MT, aos dezenove dias de Dezembro de 2023.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1090/2023 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE
DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSAGENS E TRANSPORTE PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE EM CIDADES CONTIGUAS/LONGÍNQUAS

LEI Nº 1090/2023

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSAGENS E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM CIDADES CONTIGUAS/LONGÍNQUAS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

PREFEITO MUNICIPAL de Porto Alegre do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a adquirir e disponibilizar passagens de ônibus e avião, bem como transportar munícipes para cidades contíguas/longínquas para fins de tratamento de saúde particulares (exames clínicos laboratoriais e imagens, consultas e cirurgias médicas e afins) para atender a comunidade deste município.

Art. 2º O executivo poderá realizar parceria e convênios com empresas que disponibilizam o transporte e a venda de passagens.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei por meio de decreto municipal.

Art. 4º Para atender às finalidades desta Lei, o Município aplicará os recursos orçamentários específicos de arrecadação de tributos municipais, bem como os previstos na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficando autorizado a realizar as suplementações orçamentárias necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 5º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 15 DE DEZEMBRO DE 2023

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 031/2023. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 1085/2023**

EDITAL Nº 031/2023.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORÇÂNICA MUNICIPAL.

TORNA-SE PÚBLICO:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte **TORNA-SE PÚBLICO A LEI 1085/2023. SUMULA: ““ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 652/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A **LEI 10845/2023**, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

CUMPRASE

REGISTRESE

PUBLIQUESE

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1091/2023 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE PORTO ALEGRE – AEPA**

LEI Nº 1091/2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE PORTO ALEGRE – AEPA, INSCRITA NO CNPJ Nº 48.791.055/0001-93.

Daniel Rosa do Lago, prefeito municipal de Porto Alegre do Norte-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE PORTO ALEGRE – AEPA, inscrita no CNPJ Nº 48.791.055/0001-93**, situada na Rua Pires de Campo, 40, Setor Buritis na cidade de Porto Alegre do Norte/MT.

Art. 2º - A Associação Esportiva de Porto Alegre – AEPA, e uma sociedade civil, sem fins econômicos ou religiosos, constituída por pessoas idôneas, sendo pessoas físicas ou jurídicas, sem cunho político ou partidária, constituída para desenvolver e estimular o gosto pelo esporte entre crianças e adolescentes, promovendo a mais ampla inclusão social destas crianças e adolescentes, através da pratica esportivas, bem como administrar programas e equipes esportivas, em comum acordo com a rede educacional do município e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, dando ênfase ao trabalho com menores carentes em situação de risco, mediante o levantamento e discussão de problemas, encaminhamento de soluções e divulgação dessas atividades, se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, sua atuação no município de Porto Alegre do Norte/MT.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 15 DE DEZEMBRO DE 2023

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1092/2023 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM PEDRO CASALDALIGA-CDHDPC**

LEI Nº 1092/2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM PEDRO CASALDALIGA-CDHDPC, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.467.167/0001-86.

Daniel Rosa do Lago, prefeito municipal de Porto Alegre do Norte-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública ao **CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM PEDRO CASALDALIGA-CDHDPC, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.467.167/0001-86**, situada na Avenida JK, 226, Setor Tapirapé na cidade de Porto Alegre do Norte/MT.

Art. 2º - O Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga – CDHDPC, é uma entidade civil, macro ecumênico, sem fins lucrativos, nem vínculos partidários, com sede em Porto Alegre do Norte - MT, atuando através de seus Núcleos de Direitos Humanos nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia, Luciara, Canabrava do Norte, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e Santa Terezinha todas no estado de Mato Grosso, que integram o território da Prelazia de São Félix do Araguaia.

Art. 3º - Os núcleos municipais de defensores e defensoras de Direitos Humanos apresentam com frequência demandas de violações de DH ao CDHDPC. Recentemente foi realizada uma pesquisa nos municípios da região, e foi concluído que os maiores problemas de violação dos Direitos Humanos na Região são: Exploração Sexual e infantil; violência patrimonial contra a pessoa idosa, Violência contra a Mulher (violência doméstica e obstétrica); Feminicídio e homicídios.

Art.4º - O CDHDPC é fruto do compromisso da Prelazia de São Félix do Araguaia, desde a sua origem (1969), na defesa e promoção dos Direitos Humanos e embora tenha autonomia própria, a partir de seus objetivos, ele tem por finalidade a continuidade da luta na promoção e defesa dos Direitos Humanos e assume o processo de formação em geral, como meio eficaz na consecução de seus objetivos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 15 DE DEZEMBRO DE 2023

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1085/2023 “ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 652/2012**LEI Nº 1085/2023****“ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 652/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 652/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam criados no Quadro de pessoal dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Porto Alegre do Norte – MT, estabelecido pela Lei Municipal nº 617/2010 os seguintes cargos públicos de provimento efetivo:

a) No grupo Técnico Administrativo Educacional:

Nº de cargos	Denominação da categoria funcional	Níveis	Classes
22	Técnico em Administração Escolar	1 à 12	A B C D
09	Técnico Operacional de Mídias	1 à 12	A B C D
60	Técnico de Desenvolvimento Infantil	1 à 12	A B C D

b) No grupo de Apoio Administrativo Educacional:

Nº de Cargos	Denominação da Categoria Funcional	Níveis	Classes
20	Auxiliar de Nutrição Escolar	1 à 12	A B
26	Auxiliar de Serviços Gerais	1 à 12	A B
25	Motorista	1 à 12	A B
48	Vigilante	1 à 12	A B
06	Segurança	1 à 12	A B

Parágrafo único – As atribuições dos cargos ora criados constam da Lei nº 617/2010, sendo:

- I) Técnico em Administração Escolar: Art. 7º, I, “a”;
 II) Técnico Operacional de Mídias: Art. 7º, I, “b”;
 III) Técnico de Desenvolvimento infantil: Art. 7º, I, “c”;
 IV) Auxiliar de Nutrição Escolar: Art. 7º, II, “a”;
 V) Auxiliar de serviços gerais: Art. 7º, II, “b”;
 VI) Motorista: Art. 7º, II, “c”;
 VII) Vigilante: Art. 7º, II, “d”;
 VIII) Segurança: Art. 7º, II, “e”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte, 07 de Dezembro de 2023.

DANIEL ROSA DO LAGO**PREFEITO MUNICIPAL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
EDITAL Nº 034/2023. TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 1090, 1091, E 1092/2023.**EDITAL Nº 034/2023.****PORTO ALEGRE DO NORTE, 15 DE DEZEMBRO DE 2023.****O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONS-****TITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.****TORNA-SE PÚBLICO:**

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte **TORNA-SE PÚBLICO AS LEIS 1090, 1091, E 1092/2023. LEI 1090 SUMULA: “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSAGENS E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM CIDADES CONTIGUAS/ LONGÍNQUAS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT,”**, **LEI 1091 SUMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE PORTO ALEGRE – AEPA, INSCRITA NO CNPJ Nº 48.791.055/0001-93, E LEI 1092 SUMULA: “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM PEDRO CASALDALIGA-CDHDPC, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.467.167/0001-86”.**

AS LEIS 1090, 1091, E 1092/2023, ficarão a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

CUMPRASE**REGISTRE-SE****PUBLIQUE-SE****DANIEL ROSA DO LAGO****PREFEITO MUNICIPAL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.**AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.**

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que realizará licitação para **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO – AUDIOVISUAL**. Para agentes culturais do MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Objeto: SELEÇÃO DE PROJETOS COM FINALIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL, DESTINADOS A PESSOAS FÍSICAS, PESSOAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS E PESSOAS JURÍDICAS SEM FINS LUCRATIVOS, COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), NO DECRETO 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E NO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) atendendo aos Art.6, I, e III . Para se inscrever no Edital, o agente cultural deve encaminhar toda documentação obrigatória, entre os dias 20 de Dezembro de 2023 à 16 de Fevereiro de 2024, por meio do e-mail: cultura@portoalegredonorte.mt.gov.br ou presencial no dep. De Cultura Situado AV. Betumarcos nº 790 Biblioteca municipal Fernanda Macruz das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30. Horário de Brasília. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT e encontram-se disponíveis no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br ou através do e-mail: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br ; Maiores informações pelo Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
LEI Nº 935/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO / MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei.

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento geral do Município de Porto Esperidião/ MT, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o Exercício Financeiro de 2024, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, Estima a Receita e Fixa a Despesa bruta em R\$ 75.536.836,96 (Setenta e Cinco Milhões, Quinhentos e Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos), assim distribuídos por esfera - FISCAL R\$ 49.201.000,00 (Quarenta e Nove Milhões e Duzentos e Um Mil Reais) e SEGURIDADE SOCIAL R\$ 26.335.836,96 (Vinte e Seis Milhões, Trezentos e Trinta e Cinco Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos), conforme discriminação a seguir:

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS – PREFEITURA, CÂMARA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PORTO ESPERIDIÃO.

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município de Porto Esperidião / MT, para o Exercício de 2024, estima a receita total em 75.536.836,96 (Setenta e Cinco Milhões, Quinhentos e Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.600.000,00 (Três Milhões e Seiscentos Mil Reais), para o Fundo Municipal de Previdência Social em R\$ 8.549.882,00 (Oito Milhões, Quinhentos e Quarenta e Nove Mil e Oitocentos e Trinta e Dois Reais) e para Prefeitura Municipal em R\$ 63.386.954,96 (Sessenta e Três Milhões, Trezentos e Oitenta e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos).

§ 1º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital e Receitas Intra-Orçamentárias, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos.

RECEITAS	VALOR
1 RECEITAS CORRENTES	76.134.464,96
1.1 Receitas Tributárias	6.058.500,00
1.2 Receitas De Contribuições	3.081.444,00
1.3 Receita Patrimonial	2.684.830,00
1.6 Receitas de Serviços	41.000,00
1.7 Transferências Correntes	64.247.954,96
1.9 Outras Receitas Correntes	20.736,00
2 RECEITA DE CAPITAL	3.485.000,00
2.2 Alienação de Bens	19.000,00
2.4 Transferências de Capital	3.466.000,00
7 RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	4.237.372,00
7.2 Contribuições	4.237.372,00
9 DEDUÇÃO DA RECEITA	-8.320.000,00
9.7 Deduções da Receita Corrente	-8.320.000,00
TOTAL	75.536.836,96

§ 2º- A despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ORÇAMENTO FISCAL

ÓRGÃO	ORÇAMENTO
01 CAMARA MUNICIPAL	3.600.000,00
02 PREFEITURA MUNICIPAL	1.465.000,00
03 SECRETARIA DE EDUCACAO	19.210.500,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	5.195.000,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	13.528.500,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	111.000,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	450.000,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	3.605.000,00
10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	1.175.000,00
11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	581.000,00
12 SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO	116.000,00
13 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	164.000,00
TOTAL	49.201.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO	ORÇAMENTO
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	15.585.354,96
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.200.600,00
14 PREVIPOORTO – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL	8.549.882,00
TOTAL	26.335.836,96

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENTO
01	Legislativa	3.600.000,00
04	Administração	14.890.000,00
11	Trabalho	707.000,00
12	Educação	19.210.500,00
13	Cultura	750.000,00
15	Urbanismo	1.340.000,00
16	Habitação	111.000,00
17	Saneamento	616.000,00
18	Gestão Ambiental	164.000,00
20	Agricultura	450.000,00
23	Comércio e Serviços	59.000,00
25	Energia	1.265.000,00
26	Transporte	3.662.500,00
27	Desporto e Lazer	976.000,00
28	Encargos Especiais	700.000,00
99	Reserva de Contingência	700.000,00
	TOTAL	49.201.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENTO
8	Assistência Social	2.200.600,00
9	Previdência Social	8.549.882,00
10	Saúde	15.585.354,96
	TOTAL	26.335.836,96

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ORÇAMENTO FISCAL

COD	PROGRAMA	VALOR
0001	Processo Legislativo	3.600.000,00
0003	Administração e Gerenciamento	17.741.000,00
0013	Regularização Fundiária	40.000,00
0025	Edificações Públicas	320.000,00
0040	Desenvolvimento do Ensino Superior	350.000,00
0041	Desenvolvimento da Educação Básica	18.289.500,00
0046	Programa Difusão Cultural	710.000,00
0047	Desenvolvimento do Desporto e Lazer	1.071.000,00
0076	Saneamento Básico	616.000,00
0091	Infraestrutura Urbana e Rural	5.927.500,00
0104	Conservação e Proteção Ambiental	164.000,00
0111	Apoio aos Produtores Rurais	145.000,00
0334	Fomento ao Trabalho	116.000,00
0487	Descentralização das Ações de Assistência Social	111.000,00
	TOTAL GERAL	49.201.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

COD	PROGRAMA	VALOR
0003	Administração e Gerenciamento	587.000,00
0010	Gestão do SUS	1.717.000,00
0020	Atenção Básica	11.451.878,50
0025	Edificações Públicas	10.000,00
0026	Previdência Municipal	8.549.882,00
0030	Média e Alta Complexidade	1.345.202,84
0039	Assistência Farmacêutica	323.028,78
0050	Vigilância em Saúde	748.244,84
0487	Descentralização das Ações de Assistência Social	1.603.600,00
TOTAL GERAL		26.335.836,96

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ORÇAMENTO FISCAL

DESPESAS CORRENTES	42.493.500,00
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	18.032.000,00
3.2.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida	400.000,00
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes	24.061.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.007.500,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	5.707.500,00
4.6.00.00.00.00 Amortização da Dívida	300.000,00
RESERVAS	700.000,00
9.9.99.99.00.00 Reserva de Contingência	700.000,00
TOTAL	49.201.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS CORRENTES	21.989.954,96
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	10.590.062,57
3.3.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida	6.058.533,52
DESPESAS DE CAPITAL	488.170,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	308.450,88
4.6.00.00.00.00 Amortização da Dívida	0,00
RESERVAS	3.857.712,00
9.9.99.99.00.00 Reserva de Contingência	2.966.069,12
TOTAL	26.335.836,96

Art. 3º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor à:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 4º - Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 5º - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á até a Modalidade de Aplicação, conforme art. 6º da Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA 14/2023

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **RETIFICAÇÃO** DA HOMOLOGAÇÃO DO

ADESÃO A ATA 14/2023. DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE GRÁFICA E SERIGRAFIA. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO, Nº 4.378, 12 DE DEZEMBRO DE 2023. PÁG. 702**

ONDE SE LÊ: R\$: 655.000,50 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais e cinquenta centavos).

LEIA-SE: R\$ 614.090,75 (seiscentos e quatorze mil e noventa reais e setenta e cinco centavos).

Porto Esperidião-MT, 19 de dezembro de 2023- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

GABINETE LEI Nº 933/2023, 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DISPOE SOBRE: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA O ROTARY CLUB DE PORTO ESPERIDIÃO/MT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas legais atribuições, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU e SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública municipal o Rotary Club de Porto Esperidião/MT, associação sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Parágrafo único: A sede da entidade mencionada no caput deste artigo, com ampla atuação neste Município de Porto Esperidião/MT, localiza-se na Rua Joaquim Borges de Freitas, Bairro Beira Rio, Porto Esperidião/MT – CEP 78240-000, inscrita sob o CNPJ de nº 23.647.005/0001-06, com Estatuto devidamente registrado.

Art. 2º - Com a declaração mencionada no artigo anterior, a entidade passará a gozar de todos os direitos permitidos em Lei junto aos Poderes Públicos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião, 19 de dezembro de 2023

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

GABINETE LEI N.º 934/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER O DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores **APROVOU e SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a particular, a título gratuito, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, o uso de imóvel constituído de área de 25m2, localizada no Lote 01, da Quadra 17A, do loteamento Vila Picada, neste município.

Parágrafo Único - A critério da administração pública, o prazo constante do *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior, deverá ser cedido a particular para fins de instalação de unidade difusora de sinal de internet, sendo vedado o uso para atividade distinta à telecomunicação.

Art. 3º - O município fiscalizará o concessionário no que concerne à aplicação da legislação pertinente à atividade desenvolvida

Art. 4º O Município não terá obrigação de investimento ou pagamento na instalação de equipamento e infraestrutura para o funcionamento da unidade.

Art. 5º - A concessão de uso, objeto desta Lei, será instrumentalizada por intermédio de contrato de concessão de uso.

Art. 6º - Findo o prazo de concessão permitido nesta Lei, a renovação ficará a critério da administração municipal, e estando atendido o interesse público, fica dispensada nova Lei para renovação da autorização.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, de 19 de dezembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2023

PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2023

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, torna público o **CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2023**, DO OBJETO: **PREGÃO PRESENCIAL Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO ZERO KM TIPO A.**

Porto Esperidião-MT, 19 DE Dezembro de 2023 -

RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

LEI Nº 1148/2023

De: 19 de Dezembro de 2023

“Altera a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT e dá outras providências.”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera a Estrutura Administrativa do Município de Porto dos Gaúchos/MT, modificando a Unidade Administrativa existente e instituindo alterações na Lei nº 271/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de nosso Município, conforme segue:

Art. 2º. Cria a **DIRETORIA DE LICITAÇÃO**, com o objetivo de supervisionar e coordenar os serviços, tomar decisões quantos aos processos licitatórios, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quais quer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º. Ficacriado e incluído nesta lei o cargo de **Diretor de Licitação** de provimento em comissão com remuneração de R\$ 6.547,50 (Seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) que ficará vinculado a **Secretaria Municipal de Planejamento, Tecnologia e Informática**, ficando

do a vaga e vencimento do cargo criado integrado ao quadro de cargos conforme Anexo I desta lei.

§ 2º. São competências e atribuições do Diretor de Licitação:

I - Coordenar, orientar e supervisionar todas as atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios;

II - Elaborar, formalizar e finalizar os processos administrativos destinados a licitação, dispensa e inexigibilidade;

III - Receber, instruir e encaminhar processos para o andamento dos procedimentos licitatórios;

IV – Providenciar a ratificação da autoridade competente nos processos de licitação, bem como a publicação nos Diários Oficiais;

V – Assessorar e supervisionar a execução de editais de licitação e outras publicações, além da divulgação dos Processos de Licitação e assuntos afins;

§3º. A dotação orçamentária correrá pela seguinte rubrica: 13.002.04.121.0124.2631.319011.00.00.00

Art. 2º Transforma a **COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**, para **COORDENADORIA DE COMPRAS**, com o objetivo de garantir o bom funcionamento na aquisição de bens e serviços, para atender a todas as Secretarias Municipais.

§ 1º. Ficatransformado cargo de Coordenador de Licitação passando a ser por esta lei o cargo de **Coordenador de Compras** de provimento em comissão com remuneração de R\$ 5.227,50 (cinco mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) ficará vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, ficando a vaga e vencimento do cargo criado integrado ao quadro de cargos conforme Anexo I desta lei.

§ 2º. São competências e atribuições do **Coordenador Compras**; o profissional é responsável por todo o processo de compras de bens e serviços para atender a demanda da Prefeitura Municipal, que possuem um processo de compras mais definido e estruturado. Sua missão é atender à todas as solicitações internas de compras diretas e indiretas com o objetivo da redução de custos para a organização.

§3º. A dotação orçamentária correrá pela seguinte rubrica: 04.003.04.122.0008.2060.319011.00.00.00.

Art. 6º. Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargos	Vagas	Valor
Prefeito Municipal	01	R\$ 20.106,96
Vice-Prefeito	01	R\$ 9.080,56
Secretário Municipal	11	R\$ 6.486,11
Assessor Jurídico	01	R\$ 6.966,38
Chefe de Gabinete	01	R\$ 6.966,38
Gerente da Atenção Primária a Saúde	01	R\$ 6.876,61
Diretor de Licitação	01	R\$ 6.547,50
Coordenador de Vigilância em Saúde e Atenção Básica	01	R\$ 6.500,25
Coordenador Técnico	01	R\$ 5.227,50
Coordenador de Transporte Escolar	01	R\$ 5.227,50
Coordenador de Compras	01	R\$ 5.227,50
Representante Município Cuiabá	01	R\$ 5.133,13
Coordenador Administrativo	01	R\$ 4.749,75
Ouvidor Geral	01	R\$ 3.241,71
Chefe de Departamento	29	R\$ 3.241,71
Assistente Gabinete	01	R\$ 2.269,21
Chefe de Setor	17	R\$ 2.269,21

Chefe de Seção	02	R\$ 2.269,21
Encarregado	04	R\$ 2.269,21
Total	77	

CARGOS DE PROVIMENTO ELETIVO

Cargo	Vagas	Valor
Membro do Conselho Tutelar	05	R\$ 2.361,23

CARGOS DE PROVIMENTO CELETISTA

Cargo	Vagas	Valor
Agente Comunitário de Saúde – ACS	19	R\$ 2.640,00

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1150/2023**DE 19 de Dezembro de 2023**

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fonte de recursos, por decreto até o valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.....
..... 08

UNIDADE: Departamento de Viação e Obras.....
..... 002

FUNÇÃO: Administração.....
..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral.....
..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo secr. de Obras e Trânsito.....
..... 0033

PROJ/ATIV: Reforma e Manutenção de Veículos e Maquinários
..... 2636

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serviços de Terc. - Pessoa Jurídica - 3390.39.00.00.00 Red: 493 ..
..... **R\$ 60.000,00**

Fonte de Recurso:1.502.000000 - Recursos não Vinculados da compensação de Impostos.....

..... R\$ 60.000,00

TOTAL ADICIONADO.....
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1142/2023**DE 19 de Dezembro de 2023**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE “PROGRAMA DE INCENTIVOS A PROJETOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL”, VINCULADO AOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA E ESTADUAL SER FAMÍLIA HABITAÇÃO OU MUNICIPAL.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Porto dos Gaúchos/MT o “Programa de Incentivos a Projetos Habitacionais de Interesse Social” vinculado aos Programas Habitacionais do Governo Federal - Minha Casa Minha Vida, Estadual – SER Família Habitação e/ou Municipal, com o objetivo de conceder os incentivos definidos nesta Lei para pessoas jurídicas que promoverem ou patrocinarem a construção de habitações de interesse social, destinados a população com renda familiar de até R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo o empreendimento enquadrado nos limites do Minha Casa Minha Vida - MCV, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 2º - Os empreendimentos de interesse social enquadrados no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV do Governo Federal, ou outro que vier a substituí-lo, destinados à produção de unidades habitacionais, receberão os seguintes incentivos:

§ 1º - Isenção tributária relativa à incidência dos seguintes tributos:

I – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso “intervivos” (ITBI), especificamente e exclusivamente, sobre primeira transmissão de imóveis que vierem a integrar o Programa habitacional;

II - Imposto sobre Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU a partir da aprovação do licenciamento do projeto do empreendimento até a emissão do HABITE-SE, qualquer que seja a modalidade de desenvolvimento imobiliário;

III – Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a execução por administração, empreitada e/ou subempreitada de obras de construção civil, infraestrutura, hidráulica ou elétrica e de quaisquer outras obras semelhantes desde que relacionadas ao empreendimento, prestados para implantação de parcelamento do solo e/ou execução de unidades residenciais unifamiliares ou multifamiliares, inclusive no contexto da incorporação imobiliária, desde que realizados no próprio local da obra ou com estas diretamente relacionados;

a) Com exceção ao inciso I, do parágrafo acima, as isenções previstas nesta Lei abrangem o período compreendido entre a data da aprovação do licenciamento do projeto do empreendimento imobiliário até a data da expedição do HABITE-SE. **b) § 2º** - Isenção do pagamento das taxas, protocolos e emolumentos relativos à: **I** - Aprovação do projeto do loteamento e/ou incorporação imobiliária, inclusive de condomínio horizontal ou vertical;

II - Expedição de alvarás;

III - Expedição do “habite-se”;

IV - Aprovação dos projetos pelas Secretarias e demais departamentos municipais competentes, especificadamente e exclusivamente, sobre os empreendimentos enquadrados nesta Lei.

Art. 3º - O disposto nesta Lei não gera direito de restituição, caso os impostos, taxas ou emolumentos tenham sido regularmente pagos em momento anterior à publicação desta Lei.

Art. 4º - Os empreendimentos de interesse social enquadrados no Programa Federal – Minha Casa Minha Vida, Estadual – Ser Família Habitação e/ou Municipal poderão oferecer, como garantia para as obras de infraestrutura urbana não incidente, seguro garantia emitida por seguradora filiada à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplando o valor correspondente a totalidade das obras e serviços e o prazo do cronograma de obra aprovado, assim como aporte financeiro.

Art. 5º - O processo de aprovação dos empreendimentos de interesse social vinculados a esta lei, inclusive licenciamentos ambientais no âmbito municipal, terão tramitação preferencial neste município.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1153/2023

De: 19 de Dezembro de 2023

Altera dispositivos da Lei nº. 928 de 09 de novembro de 2021, e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, faço saber a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera os Arts. 1º e 2º da Lei nº 928 de 09 de novembro de 2021 que passam vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 1º. Fica delimitado o novo perímetro urbano da cidade de Porto dos Gaúchos, em uma área total de 1.314 (mil trezentos e quatorze hectares).

Art. 2º As novas áreas adicionadas ao perímetro urbano são:

I – Zona de Expansão Urbana Sul – ZEUS de 140ha (cento e quarenta hectares);

II – Zona de Expansão Industrial Leste – ZEIL de 143ha (cento e quarenta e três hectares);

III – Porto de Areia – PAR de 11ha (onze hectares);

IV – Distrito de Novo Paraná de 120ha (cento e vinte hectares).

V – Distrito de São João de 123ha (cento e vinte e três hectares).

Art. 2º Fazem parte integrante desta lei o Anexo I - MAPA TEMÁTICO - NOVO PERÍMETRO URBANO - PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto dos Gaúchos/MT, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1154/2023

DE: 19 de dezembro de 2023

SÚMULA: "Altera a Lei Municipal nº 853/2020, a título de Revisão Geral Anual dos subsídios dos Vereadores conforme previsto no inciso X do Art.

37, da CF que trata da revisão geral a todos funcionários municipais, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, por seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Antonio de Abreu, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Concede Revisão Geral Anual aos Subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, com fulcro no Art. 37, X, da Constituição Federal e Art. 6º da Lei Municipal nº 853/2020.

Parágrafo único. Fica estabelecido o índice de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento), para compor a revisão geral anual a ser pago correspondente às perdas inflacionárias aplicáveis sobre os vencimentos dos subsídios dos vereadores da Câmara Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária existentes na Lei Orçamentária em execução.

Art. 3º. Esta Lei altera os artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 853 de 23 de novembro de 2020.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro 2024.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 506/2023 EXONERA VANESSA SANTONI DE CARGO COMISSIONADO

PORTARIA Nº 506/2023

De: 19 de Dezembro de 2023

"Exonera Vanessa Santoni de cargo comissionado e da outras providências".

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso I do Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **Vanessa Santoni** inscrita no CPF nº 033.226.811-06 matrícula nº 1547 do cargo comissionado de **Chefe de Departamento de Compras**, a partir de 31/12/2023, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 147/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2023

Objeto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2023 **PREGÃO PRESENCIAL: Nº 042/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 066/2023 para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO.**

ÇÃO, TENDAS, GRADES INIBIDORAS / FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

Repartição interessada:----- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA;

Modalidade de licitação:----- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:----- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:----- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:----- INDIRETA;

‘Senhor Vanderlei Antonio de Abreu, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 4º - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 485/2022 de 12 de setembro de 2022.

Empresa vencedora:

MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA

CNPJ Sob nº 29.956.581/0001-11.

Valor Lotes: **R\$: 62.392,00 (Sessenta e Dois Mil Trezentos e Noventa e Dois Reais)**

Homologo o resultado proferido pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

Porto dos Gaúchos – MT, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1143/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR INSTRUMENTO E ALIENAR ÁREAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA E ESTADUAL SER FAMÍLIA HABITAÇÃO.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar instrumento de parceria com a MT Participações e Projetos S.A - MTPAR e com as empresas por ela contratadas ou conveniadas conforme art. 3º desta lei, para viabilizar a construção de unidades habitacionais de interesse social **na seguinte** área urbana deste município:

I – A fração de 19.519 m² pertencente ao imóvel matrícula 11.363, situado a Rua Walter Erbach na Zona de Expansão Residência no município de Porto dos Gaúchos/MT, croqui de localização/situação e matrícula do imóvel no Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o lote ou frações ideais, resultante **do imóvel descrito** no art. 1º, diretamente aos beneficiários selecionados e aprovados por meio de contratos firmados **junto aos agentes financeiros** de tais programas.

§ 1º Os beneficiários do caput serão selecionados, de acordo com o disposto no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e Programa Ser Família Habitação.

§ 2º Após o término da obra, caso ainda existam unidades não alienadas à beneficiários que cumpriram os requisitos deste artigo, a construtora selecionada, será responsável pelos custos de manutenção das unidades até a efetiva vendas.

Art. 3º Fica autorizada a MTPAR ou a Prefeitura Municipal a efetuar a seleção de empresa do ramo da construção civil, por meio de Chamamento Público, observando-se a Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, interessada em produzir, **na área relacionada** no art. 1º, empreendimento habitacional de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, em projeto a ser aprovado por este município, com recursos de quaisquer das linhas do referido Programa, bem como do Programa Ser Família Habitação.

Art. 4º A empresa vencedora do chamamento público deverá cumprir integralmente os prazos e especificações previstas no edital, que será publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta lei.

Art. 5º Fica o chefe do Poder Executivo, desde já, autorizado a conceder, por ato próprio ou mediante delegação, Direito Real de Uso sobre a área indicada no inciso I do art. 1º à empresa vencedora do Edital de Chamamento citado no art. 3º.

§ 1º Tal concessão de direito real de uso será outorgado à empresa vencedora do Chamamento Público, exclusivamente para fins de implantação do respectivo empreendimento habitacional, autorizando-a a constituir hipoteca sobre os direitos concedidos a favor de agente financeiro da operação.

§ 2º Para tanto, o Prefeito, por ato próprio ou mediante delegação ora autorizada, poderá representar o Município de Porto dos Gaúchos/MT assinando todos os atos, instrumentos de contrato ou escrituras públicas necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso objeto deste decreto, conforme solicitado pela empresa vencedora do Chamamento Público, devendo ser resguardada a finalidade prevista no parágrafo anterior.

Art. 6º Ao empreendimento habitacional de que trata esta lei, conceder-se-á:

I - Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta;

II - Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel ao adquirente, para a primeira transmissão dos compradores dos imóveis, podendo ocorrer outra antes dessa;

III - Isenção temporária do IPTU – Imposto **Territorial** e Predial Urbano – sobre o(s) imóvel(is) onde o empreendimento habitacional será implantado; e

IV - Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base nas disposições desta lei.

§ 1º As isenções temporárias previstas nos incisos I a IV abrangem o período compreendido entre a aprovação do empreendimento, até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender aos Programas especificados nesta lei.

§ 2º O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, objeto da isenção de que trata o inciso I do *caput*, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar obras ou aporte financeiro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas de que trata esta lei, nas áreas destinadas à construção das unidades habitacionais, sendo ve-

dada, em qualquer hipótese, a inclusão no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Art. 8º Os lotes urbanos municipais destinados para a realização do **empreendimento**, serão precedidos de avaliação realizada pelo Poder Executivo Municipal e pelo agente financeiro responsável pelo empreendimento.

§ 1º Os valores atribuídos aos lotes, serão computados como contrapartida do município ao empreendimento e integrarão a operação de financiamento do beneficiário, observada a ordem de prioridade abaixo estabelecida:

I - Será atribuído ao lote o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal sempre que estiver inserido nos valores, mínimo e máximo, atribuídos na avaliação do Agente Financeiro.

II - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal esteja fora do intervalo de valores, mínimo e máximo, atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor mínimo indicado pelo Agente Financeiro.

III - Verificada a hipótese que o valor venal informado pelo Poder Executivo Municipal seja superior ao valor máximo atribuídos pela Avaliação do Agente Financeiro, prevalecerá o valor máximo indicado pelo Agente Financeiro.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal utilizará o Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT) para selecionar e destinar as unidades habitacionais produzidas nos termos desta lei, nos seguintes termos:

I – Exclusivamente interessados que serão beneficiados com operações de financiamento; ou

II - As famílias integrantes da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, em caso de produção habitacional com recursos do Orçamento-Geral da União.

Parágrafo único: Para efeito do disposto no *caput*, os beneficiários deverão se enquadrar nas exigências da legislação da respectiva modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como observar os requisitos e condições estabelecidas pela legislação do Programa Estadual SER Família Habitação e do agente financeiro da operação.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ANEXO I – MATRÍCULA DO IMÓVEL

ANEXO II – PROJETO URBANÍSTICO

(Sugestão da área para desmembramento ou área desmembrada)

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº. 247/2023.

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº. 247/2023.

Processo Licitatório Nº. 111/2023.

Dispensa Licitação Nº. 048/2023.

Contrato Nº. 247/2023.

Fundamento Legal: art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa localizada na Praça Leopoldina Wilke, nº. 19, Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, Cep: 78.560-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. VANDER-**

LEI ANTONIO DE ABREU, portador do RG nº. 1173531-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 893.514.361-87, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, nº. 578, Quadra 65, Lote 15, Bairro: Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, e a Empresa **DELAIDE MARINES DE SOUZA**, inscrita no C.N.P.J sob nº. 11.786.754/0003-05, Endereço: Avenida Ayrton Senna, nº. 1162 S, Bairro: Portal Dos Bunitis, Município De Juara - MT, Cep: 78575-000, de ora diante chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem por este instrumento **ENCERRAR** o Contrato em referência, fazendo com amparo legal no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o ENCERRAMENTO do Contrato nº. 247/2023, a partir de 19/12/2023, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

2.1. As partes acima qualificadas resolvem ENCERRAR o contrato nº. 247/2023, sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. O motivo do encerramento deve-se a conclusão dos serviços prestados. Sendo assim, não há vantagens para ambas as partes manter o contrato nº. 247/2023 vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Considera-se por interesse de ambas as partes o Contrato nº. 247/2023 **ENCERRADO** de forma automática, contrato este que tinha como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE 02 (DOIS) PERGOLADOS UM PARA ESCOLA DO NOVO PARANÁ E OUTRO PARA A PRAÇA LEOPOLDINA WILKE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT**. E assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1144/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Autoriza o Município de Porto dos Gaúchos/MT a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os novos loteamentos regularmente aprovados e localizados na área urbana, e dá outras providências”.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos novos loteamentos regularmente aprovados pela Prefeitura de Porto dos Gaúchos/MT.

§ 1º. A isenção será de 100% até que haja a comercialização ou transmissão da propriedade de lote do loteamento a terceiro, inclusive mediante o recolhimento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI) ou por averbação de titularidade no Cadastro Imobiliário do Município, cessarão os

efeitos da concessão do benefício fiscal, e retornará a incidência do IPTU a partir do exercício subsequente.

§ 2º. Caso não haja a comercialização ou transmissão da propriedade de lote do loteamento a terceiro no prazo de 05 (cinco) anos, ficará automaticamente revogada a isenção, bem com impossibilitada nova concessão para o mesmo loteamento a qualquer tempo, devendo-se, o Poder Público Municipal adotar as medidas necessárias para o lançamento do tributo a partir do 6º (sexto) ano subsequente a concessão.

§ 3º. A isenção de que trata esta Lei poderá ser concedida a loteamentos já aprovados pelo Poder Público Municipal nos últimos 05 (cinco) anos, porém, apenas no que se refere aos lotes ainda não comercializados.

Art. 2º O proprietário do imóvel somente poderá requerer a isenção prevista nesta Lei após o registro do loteamento.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se proprietário aquele que constar como tendo a legítima propriedade do imóvel no Registro de Imóveis nas seguintes situações:

I - proprietário(s) originário(s) da área da gleba antes do parcelamento do solo para fins de loteamento; e

II - empreendedor, urbanizador ou executor das obras do loteamento.

Art. 4º Para obtenção da isenção do IPTU, o proprietário deverá protocolar requerimento, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato social consolidado ou contrato social acompanhado de suas alterações;

II - procuração, com poderes para o pleito, se for o caso;

III - documento de identificação, com foto, do signatário do requerimento;

IV - matrícula atualizada do imóvel emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data do protocolo do pedido; e

V – comprovante de aprovação do registro do loteamento.

Art. 5º A concessão do benefício não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o proprietário beneficiário deixar de satisfazer as condições determinadas na legislação ou deixar de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, o que acarretará o lançamento e a cobrança do IPTU atingido pela isenção desde a sua concessão, nos termos estabelecidos no Código Tributário do Município.

Art. 6º A isenção será revogada desde sua origem caso o proprietário desista do empreendimento.

Parágrafo único. Revogado o benefício, será realizada a cobrança retroativa dos valores correspondentes ao IPTU do período em que esteve vigente a isenção, com as devidas correções, sem prejuízo das demais medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Art. 7º Na hipótese de revogação do benefício, conforme estabelecido nos Arts. 5º e 6º desta Lei Complementar, o contribuinte será notificado para que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva intimação.

Art. 8º Para fins desta Lei, consideram-se novos loteamentos os que foram aprovados pela Prefeitura de Porto dos Gaúchos/MT e ainda não emita a licença de instalação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1151/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar com inclusão de fonte de recursos por decreto até o valor total de R\$ 29.909,87 (Vinte e nove mil, novecentos e nove reais e oitenta e sete centavos), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Finanças..... 04

UNIDADE: Departamento de tesouraria e Contabilidade..... 003

FUNÇÃO: Administração..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo departamento de Contabilidade..... 0008

PROJ/ATIV: Devolução de recursos de convênios 1062

ELEMENTO DE DESPESA:

Indenizações e Restituições - 3330.93.00.00.00..... R\$ 29.909,87

Fonte de Recurso: 2.571.000000 Outras transferências de convênio dos Estados..... R\$ 23.389,34

Fonte de Recurso: 2.575.000000 Outras transferências de convênio dos Estados..... R\$ 6.520,53

TOTAL ADICIONADO..... R\$ 29.909,87

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que ora se cria será utilizado recursos conforme artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, inciso I – o Superávit Financeiro apurado em Balaço Patrimonial.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1149/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que

dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fonte de recursos, por decreto até o valor total de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão da Saúde 0023

PROJ/ATIV: Rateio de valores recebidos, entre os profissionais da enfermagem..... 3635

ELEMENTO DE DESPESA:

Indenizações e Restituições: 3390.93.00.00.00..red 925..... R\$ 7.000,00

Fonte de Recurso: 1.605.000000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem..... R\$ 7.000,00

TOTAL ADICIONADO..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica..... 301

PROGRAMA: Gestão da Saúde Humanizada 0023

PROJ/ATIV: Promoção da Saúde em Porto dos Gaúchos..... 2091

ELEMENTO DE DESPESA:

Obrigações Patronais: 3190.13.00.00.00..red 202..... R\$ 7.000,00

Fonte de Recurso: 1.500.100200 Recursos não Vinculados de Impostos... R\$ 7.000,00

TOTAL ANULADO..... R\$ 7.000,00

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022,

que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1145/2023

DE: 19 DE DEZEMBRO 2023

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, A ADERIR AO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO BRASILEIRO ASSOCIANDO-SE À INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DO PORTAL DO AGRONEGÓCIO - ATPAGRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS APROVOU E ELE **SANCIONA** A PRESENTE LEI.

Art. 1º Fica o Município de Porto dos Gaúchos – MT, autorizado a aderir ao Mapa do Turismo Brasileiro através do plano Regionalização do Turismo, associando-se à Instância de Governança Regional do Portal do Agronegócio - Atpagro, inscrita no CNPJ nº 35.617.149/0001-07, com sede na Av. das Itaúbas, Setor Comercial, CEP 78550.194 em Sinop MT, cujo o escopo e fomentar através de parcerias pública e privada o desenvolvimento regional através do turismo na região Turística do Portal do Agronegócio, composta pelas Cidades de Cláudia, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Porto dos Gaúchos, Santa Carmem, Sinop, Sorriso e Tapurah.

Art. 2º Fica o Município de Porto dos Gaúchos – MT, autorizado a efetuar o pagamento de uma contribuição regular anual para a Instância de Governança Regional Portal do Agronegócio, o valor de 36 (trinta e seis Unidade Fiscal Municipal de Porto dos Gaúchos (UFMPG), a partir da data de adesão.

§ 1º O valor mencionado no Caput deste artigo deverá estar em conformidade com o determinado no Regimento interno e aprovado em assembleia Geral da Instância de Governança Regional do Portal do Agronegócio.

§ 2º O valor da Contribuição regular anual poderá ser atualizado desde que acordado entre a IGR, Instância de Governança Regional Portal do Agronegócio e o Município de Porto dos Gaúchos/MT.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de recursos próprios constante no orçamento vigente, suplementados se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

LEI Nº 1152/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

Altera dispositivos da Lei nº. 927 de 09 de novembro de 2021, e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, faço saber a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera os Arts. 21, 22, 26, 27 e 31 da Lei n°. 927 de 09 de novembro de 2021 que passam vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 21 - Na área urbana da sede do Município de Porto dos Gaúchos, configurando a Macrozona Urbana Consolidada, os parâmetros urbanísticos ou construtivos e os usos funcionais admitidos serão os constantes das Tabelas I e II integrantes desta Lei, relacionados aos setores territoriais urbanos demarcados graficamente no mapa de que trata o inciso I do artigo 4º desta Lei, com a seguinte denominação:

I - Zona Residencial - ZR; **II** - Zona de Comércio e Serviço 01 – ZCS 01; **III** - Zona de Comércio e Serviço 02 – ZCS 02; **IV** - Zonas de Ocupação Institucional – ZOI; **V** - Zona Industrial - ZI; **VI** - Parque Municipal do Horto-Florestal - PMH; **VII** - Área de Preservação Ambiental - APA **VIII** - Área de Proteção Permanente - APP; **IX** - Área de Chácaras Urbana – ACU; **X** - Zona de Expansão Urbana – ZEU 01; **XI** - Zona de Expansão Urbana – ZEU 02; **XII** - Zona de Expansão Industrial – ZEI; **XIII** - Pista de Pouso Municipal – PPM; **XIV** - Zona de Feira Agropecuária – ZFA; **XV** - Zona de Expansão Urbana Sul – ZEUS; **XVI** - Zona de Expansão Industrial Leste – ZEIL; **XVII** - Porto de Areia – PAR; **XVIII** - Perímetro Urbano – Distrito de Novo Paraná; **XIX** - Perímetro Urbano – Distrito de São João; **Parágrafo único.** Parágrafo único. Os critérios de uso e ocupação do solo nos lotes nas diversas zonas são os contidos nas Tabelas I e II, parte integrante desta Lei.

Art. 22 - A Zona Residencial - ZR corresponde à área predominantemente residencial unifamiliar ou multifamiliar:

I - Perímetro Urbano – Distrito de Novo Paraná delimita o perímetro urbano do distrito de Novo Paraná, à área já consolidada com características urbanísticas provida de sistema de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e vias urbanas, predominantemente residencial unifamiliar, multifamiliar ou comércio. **II** - Perímetro Urbano – Distrito de São João delimita o perímetro urbano do distrito de Novo Paraná, à área já consolidada com características urbanísticas provida de sistema de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e vias urbanas, predominantemente residencial unifamiliar, multifamiliar ou comércio". (...)

Art. 26 - A Zona Industrial – ZI – subdividida em: **I** - ZI-01 - Será ocupada predominantemente por estabelecimentos industriais cujo funcionamento possa causar prejuízo a saúde, a segurança, ao bem estar público e ao meio ambiente - empresas com gases poluentes, derivados de petróleo, indústria química, galvanoplastia, corrosiva, de metais pesados e tóxicos. **II** - ZI-02 - Será ocupada por agroindústrias diversificadas, onde apresentem tratamento de efluentes, principalmente líquidos e gasosos, indústria alimentícia, mecânica, metalúrgica (sem uso de metais pesados - ex: galvanoplastia, etc.). **III** - ZI 03 - Será ocupada por indústrias não incômodas e que possam necessitar de alguns cuidados como retenção de líquidos e resíduos sólidos (marmoraria, metalurgia e mecânica leve, pré-moldados, etc.). **IV** - ZEIL – Zona de Expansão Industrial Leste, será ocupada por agroindústrias diversificadas, onde apresentam tratamento de efluentes, principalmente líquidos e gasosos, indústria alimentícia, mecânica, metalúrgica (sem uso de metais pesados - ex: galvanoplastia, etc.). **Art. 27** - Área de Proteção Ambiental - APA é uma área com um certo grau de ocupação humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais: **I** - PAR - Porto de Areia, Local ocupado por empresa extratora de minerais na beira do Rio Arinos. (...) **Art. 31** - Zona de Expansão Urbana – ZEU – área destinada ao crescimento ordenado da cidade, contígua ou não ao perímetro urbano - subdividida em: **I** - ZEU-01 – área já pertencente ao perímetro urbano; **II** - ZEU-02 – área a ser incluída no perímetro urbano, contígua ao perímetro; **III** - ZEUS – Zona de Expansão Urbana Sul, área a ser incluída no perímetro urbano, contígua ao perímetro.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto dos Gaúchos/MT, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 139/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1149/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fonte de recursos, até o valor total de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão da Saúde 0023

PROJ/ATIV: Rateio de valores recebidos, entre os profissionais da enfermagem..... 3635

ELEMENTO DE DESPESA:

Indenizações e Restituições: 3390.93.00.00.00..red 925..... R\$ 7.000,00

Fonte de Recurso: 1.605.000000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem..... R\$ 7.000,00

TOTAL ADICIONADO..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Atenção Básica..... 301

PROGRAMA: Gestão da Saúde Humanizada 0023

PROJ/ATIV: Promoção da Saúde em Porto dos Gaúchos..... 2091

ELEMENTO DE DESPESA:

Obrigações Patronais: 3190.13.00.00.00..red 202..... R\$ 7.000,00

Fonte de Recurso: 1.500.100200 Recursos não Vinculados de Impostos... R\$ 7.000,00

TOTAL ANULADO..... R\$ 7.000,00

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 505/2023 EXONERA ALESSANDRO ISERNHAGEN HYDALGO DE CARGO COMISSIONADO

PORTARIA Nº 505/2023

De: 19 de Dezembro de 2023

“Exonera Alessandro Isernhagen Hydalgo de cargo comissionado e da outras providências”.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso I do Art. 55 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **Alessandro Isernhagen Hydalgo**, matrícula nº 1738, inscrito no CPF nº 039.367.331-63 do cargo comissionado de **Coordenador de Licitação**, a partir de 31/12/2023, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Tecnologia e Informática.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 147/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2023

Objeto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2023 PREGÃO PRESENCIAL: Nº 042/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 066/2023 para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, GRADES INIBIDORAS / FECHAMENTO, GERADOR DE

ENERGIA E JOGOS DE MESAS PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

Repartição interessada:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA;

Senhor Vanderlei Antonio de Abreu, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 4º - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **ADJUDICA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 485/2022 de 12 de setembro de 2022.

Empresa vencedora:

MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA

CNPJ Sob nº 29.956.581/0001-11.

Valor Lotes: **R\$: 62.392,00 (Sessenta e Dois Mil Trezentos e Noventa e Dois Reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1147/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, com inclusão de fonte de recursos, por decreto até o valor total de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração..... 03

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração..... 001

FUNÇÃO: Administração..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Administração..... 0003

PROJ/ATIV: Serviços de Dedetização em Prédios Públicos..... 3638

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: 3390.39.00.00.00.....
..... R\$ 300.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 300.00,00

TOTAL ADICIONADO..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Esportes.....
..... 14

UNIDADE: Departamento de Esporte e Lazer.....
..... 002

FUNÇÃO: Desporto e Lazer.....
..... 27

SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário.....
..... 812

PROGRAMA: Promover Esportes e Lazer.....
..... 2012

PROJ/ATIV: Construção de Quadra de Areia – São João.....
..... 3625

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00.....
..... R\$ 240.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 240.000,00

ORGÃO: Secretaria Municipal de Esportes.....
..... 14

UNIDADE: Departamento de Esporte e Lazer.....
..... 002

FUNÇÃO: Desporto e Lazer.....
..... 27

SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário.....
..... 812

PROGRAMA: Promover Esportes e Lazer.....
..... 2012

PROJ/ATIV: Construção de Campo Society Sintético – São João.....
..... 3626

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00.....
..... R\$ 60.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 60.000,00

TOTAL ANULADO..... R\$ 300.000,00

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1156/2023

DE: 19 de Dezembro de 2023

SÚMULA: "Autoriza concessão de Revisão Geral Anual a título reposição salarial e reajusta o salário dos servidores do Poder Legislativo de Porto dos Gaúchos, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, por seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Antonio de Abreu, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Concede Revisão Geral Anual na remuneração dos servidores públicos efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, com fulcro no Art. 37, X, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica estabelecido o índice de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), para compor a revisão geral anual a ser pago correspondente às perdas inflacionárias aplicáveis sobre os vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo, a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Concede Reajuste Salarial de 3,02% (três inteiros e dois centésimos por cento) aos servidores públicos do Poder Legislativo.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária existentes na Lei Orçamentária em execução.

Art. 4º. Fica estendido o disposto no Artigo 1º desta Lei, aos inativos e pensionistas, com direito a paridade.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro 2024.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1146/2023

De: 19 de Dezembro de 2023

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado conceder a Revisão Geral Anual (RGA) salarial, assegurado pelo inciso X do Art. 37 da Constituição Federal aos servidores públicos do município de Porto dos Gaúchos/MT.

Parágrafo Único – Estabelece o índice de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do indicador do IPCA para compor a revisão geral anual a ser pago aplicáveis sobre os vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais.

Art. 2º - Concede Reajuste Salarial de 3,02% (três inteiros e dois centésimos por cento) aos servidores públicos municipais.

Art. 3º - Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) terão seus vencimentos fixados em 02 (dois) salários mínimo, conforme estabelece a Portaria GM/MS nº 576, de 05 de maio de 2023 e o Art.1º da Lei Municipal nº 1090/2023.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária existentes na Lei Orçamentária em execução.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 138/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1147/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial, com inclusão de fonte de recursos, até o valor total de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração..... 03

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração..... 001

FUNÇÃO: Administração..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Administração..... 0003

PROJ/ATIV: Serviços de Dedetização em Prédios Públicos..... 3638

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: 3390.39.00.00.00..... R\$ 300.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 300.00,00

TOTAL ADICIONADO..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações a baixo.

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Esportes..... 14

UNIDADE: Departamento de Esporte e Lazer..... 002

FUNÇÃO: Desporto e Lazer..... 27

SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário..... 812

PROGRAMA: Promover Esportes e Lazer..... 2012

PROJ/ATIV: Construção de Quadra de Areia – São João..... 3625

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00..... R\$ 240.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 240.000,00

ORGÃO: Secretaria Municipal de Esportes..... 14

UNIDADE: Departamento de Esporte e Lazer..... 002

FUNÇÃO: Desporto e Lazer..... 27

SUB FUNÇÃO: Desporto Comunitário..... 812

PROGRAMA: Promover Esportes e Lazer..... 2012

PROJ/ATIV: Construção de Campo Society Sintético – São João..... 3626

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00..... R\$ 60.000,00

Fonte de Recurso: 2.500.000000 Recursos não Vinculados de Impostos..... R\$ 60.000,00

TOTAL ANULADO..... R\$ 300.000,00

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 140/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1150/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fonte de recursos, até o valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura.....
..... 08

UNIDADE: Departamento de Viação e Obras.....
..... 002

FUNÇÃO: Administração.....
..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral.....
..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo secr. de Obras e Trânsito.....
..... 0033

PROJ/ATIV: Reforma e Manutenção de Veículos e Maquinários
..... 2636

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serviços de Terc. - Pessoa Jurídica - 3390.39.00.00.00 Red: 493 ..
..... **R\$ 60.000,00**

Fonte de Recurso:1.502.000000 - Recursos não Vinculados da compensação de Impostos.....

..... R\$ 60.000,00

TOTAL ADICIONADO.....
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO DE ATA

1. Visto. **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2023 PREGÃO PRESENCIAL: Nº 042/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 066/2023 para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, GRADES INIBIDORAS / FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESA PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.**

2. Observou-se a necessidade apresentada pelas Secretarias Municipais; para **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2023 PREGÃO PRESENCIAL: Nº 042/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 066/2023 para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO,**

TENDAS, GRADES INIBIDORAS / FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESA PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

3. Verificou-se ainda, que a Secretaria solicitante pleiteia que seja aderido a ata, sendo a adesão de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS, CAMARINS, BOX TRUSS, PAINEL DE LED, EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E DE SONORIZAÇÃO, TENDAS, GRADES INIBIDORAS / FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA E JOGOS DE MESA PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.**

4. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, à Administração autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência.

5. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer favorável à Adesão.

6. Desse modo **AUTORIZO a ADESÃO**, da Ata de Registro de Preços n. 140/2023p/ **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT.**

7. Publica-se e cumpre-se.

8. Empenhem-se os recursos necessários.

Porto dos Gaúchos/MT, em 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 141/2023

DE 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 1151/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar com inclusão de fonte de recursos até o valor total de R\$ 29.909,87 (Vinte e nove mil, novecentos e nove reais e oitenta e sete centavos), conforme as dotações a seguir, e passam a integrar o Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2023.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Finanças.....
..... 04

UNIDADE: Departamento de tesouraria e Contabilidade.....
..... 003

FUNÇÃO: Administração.....
..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral.....
..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo departamento de Contabilidade.....
..... 0008

PROJ/ATIV: Devolução de recursos de convênios
..... 1062

ELEMENTO DE DESPESA:

Indenizações e Restituições - 3330.93.00.00.00.....
..... R\$ 29.909,87

Fonte de Recurso: 2.571.000000 Outras transferências de convênio dos Estados..... R\$ 23.389,34

Fonte de Recurso: 2.575.000000 Outras transferências de convênio dos Estados..... R\$ 6.520,53

**TOTAL ADICIONADO.....
..... R\$ 29.909,87**

Art. 2º - E para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que ora se cria será utilizado recursos conforme artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, inciso I – o Superávit Financeiro apurado em Balaço Patrimonial.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1042/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 19 de dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1155/2023

DE: 19 de Dezembro de 2023

SÚMULA: "Altera a Lei Municipal nº 854/2020, a título de Revisão Geral Anual dos subsídios do Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, conforme previsto no inciso X do Art. 37, da CF que trata da revisão geral a todos funcionários municipais, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, por seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Antonio de Abreu, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Concede Revisão Geral Anual nos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, com fulcro no Art. 37, X, da Constituição Federal e Art. 5º da Lei Municipal nº 854/2020.

Parágrafo único. Fica estabelecido o índice de 4,68% (quatro virgula sessenta e oito por cento), para compor a revisão geral anual a ser pago correspondente às perdas inflacionárias aplicáveis sobre os vencimentos dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária existentes na Lei Orçamentária em execução.

Art. 3º. Esta Lei altera os artigos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 854 de 23 de novembro de 2020.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro 2024.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de Dezembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDCA 53-2023:

RESOLUÇÃO Nº. 053/2023: Homologa Deliberações de reunião ordinária do CMDCA de 18/12/2023 e dá outras providências

POXORÉU – MT , 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Homologa Deliberações de reunião ordinária do CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. nº. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. Nº. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do CMDCA datada de 18/12/2023 e as deliberações lavradas na Ata nº. 128, folhas 2 e 3 do livro 04/CMDCA/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologadas as deliberações da reunião ordinária do dia 18/12/2023, conforme segue:

I – Aprovação da Prestação de Contas Final dos projetos “ATILIO GIORANI: UM CORAÇÃO SEM FRONTEIRAS”, 3ª edição, do Centro Juvenil São João Batista; “FLORESCER”, 2ª edição, da Associação Partilhar; “TALENTOS DO ESPORTES: UMA PRÁTICA SEM FRONTEIRA, 2ª EDIÇÃO”, da Escolinha Diamante Verde e “ORATÓRIO: planta e colhe”, do Centro Técnico Juvenil de Jarudore.

II – Aprovação do Plano de Trabalho e Orçamento do CMDCA para o exercício de 2024.

III – Aprovação dos parâmetros, critérios e condições para registro de Entidades governamentais e Não Governamentais e respectivos Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA de Poxoréu - MT.

IV – Aprovação da aquisição de 01 (um) computador para o Conselho Tutelar, em observância da necessidade emergencial e do princípio da prioridade absoluta de que trata o ECA, com recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

V – Aprovação da solicitação a Secretaria Municipal de Assistência Social para aquisição de Chip para aparelho Celular do Conselho Tutelar, a ser constituído em referência de contato e canal de comunicação da população com o órgão.

VI – Comunicação de curso de capacitação *on line* aos Conselheiros Tutelares recém eleitos nos dias 08 e 09/12/2023, a realizar-se no salão da ASSEMP, a cargo do Ministério Público

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023.

Daniele da Cruz Talon Pacheco

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 51-2023:

RESOLUÇÃO Nº. 51/2023

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE TRABALHO DO CMDCA PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. nº. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei

1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017 e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poxoréu - MT;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I e III do art. 10 do Regimento Interno do CMDCA, homologado pelo Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a proposta de Plano de Trabalho apresentado por Comissão bipartite (Governo e sociedade) e deliberada na reunião ordinária de 18/12/2023, lavrada na Ata nº. 128, folhas 2 e 3 do livro 04/CMDCA/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a Aprovação do Plano de Trabalho e Orçamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para o exercício de 2024, na forma do anexo único desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023.

DANIELE DA CRUZ TALON PACHECO

Presidente do CMDCA

ANEXO – ÚNICO – RESOLUÇÃO CMDCA N°. 51/2023 – de 19/12/2023.

PLANO DE AÇÃO e orçamento DO cmdca

poxoréu – mt

2024

IDENTIFICAÇÃO DO CMDCA

Presidente: Daniele da Cruz Talon Pacheco

Gestão: 2022 - 2024

Período de vigência do Plano: 2024

Lei de Criação: 1.217/2008, de 23 de junho de 2008

1. Identificação do FMDCA

Presidente: Lúcia Voltan Ribeiro

Lei de Criação: 1.217/2008, de 23 de junho de 2008

CNPJ: 27.276.714/0001-83

Prazo: 01/01/2024 a 31/12/2024

MEMBROS DO CMDCA

SEGMENTO GOVERNO

ÓRGÃO	Titular	Suplente
Secretaria Mul. de Saúde	Tainá Maria dos Santos Ramos	Simone Galvão de Carvalho
Secretaria de Assistência Social	Daniele da Cruz Talon Pacheco	Franciele Layne B. Amâncio
Secretaria de Educação	Anny Sofia Sol da Silva	Girlane Rosa C. Macêdo*
Secretaria de Agricultura	Wilma Neres da Silva Campos	Maurício Ribeiro Vilela Pereira
Secretaria de Turismo e Cultura	Mayana Christina Cursino Souza	Suizi Ana Fernandes

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

ÓRGÃO	Titular	Suplente
Centro Juvenil	Lucia Voltan Ribeiro	Cesar Ribeiro da Silva
Associação Partilhar	Claudete Primon	Lindalva Barbosa da Silva
Externato São José	Maria Hiohana Lopes de Arruda	Zélia Barros Rodrigues
Centro Técnico	Jurandir Rosa de Araújo	Acábias Marques Luiz

Escolinha de Futebol Diamante Verde	Ana Rita Soares de Oliveira	Lucas Vinícios Oliveira Costa
--	-----------------------------	-------------------------------

2. APRESENTAÇÃO

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 8.069/1990 com base no disposto na Constituição Federal (arts. 1º, parágrafo único, 227, § 7º c/c 204, CF/88), é um órgão de participação popular, fruto da democracia participativa, que assegura a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 227, caput, dispõe que:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e é o marco regulatório específico dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. O art. 88 do ECA estabelece dentre as diretrizes da política de atendimento:

- a municipalização do atendimento;
- a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- a criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Em atendimento ao ECA, em 12/12/1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) através da Lei Nº 8.242, com a competência de elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais, e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, dentre outras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Poxoréu – MT, foi criado pela Lei Municipal nº 529/1990, modificada pela Lei Municipal nº 1.217/2008 (que estabelece novos parâmetros relativos à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), com base em Resoluções expedidas pelo Conanda. É um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. Atua como órgão deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente com a atribuição de zelar pela promoção, proteção e defesa de seus direitos.

Conforme disposto no art. 10 da Lei Municipal 1.217/2008, compete ao CMDCA:

I- Formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fixando as prioridades para a consecução das adoções, a captação e a aplicação de recursos.

II- Zelar pela execução dessa política, atendidas as particularidades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros ou zona urbana ou rural em que se localizem;

III – Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município em tudo que refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV – Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar as suas deliberações.

V – Registrar, conforme dispõe a lei federal nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), as entidades – não governamentais, de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

A - orientação e apoio sócio-familiar

B - apoio sócio-educativo em meio aberto.

C - Colocação familiar.

D - Acolhimento institucional

E - Prestação de Serviço a Comunidade

F - Liberdade assistida

G - Sensibilidade

H - Internação

VI – Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto.

VII – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho do Município.

VIII – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o Posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

No exercício de suas atribuições o CMDCA-POXORÉU - MT apresenta a seguir as ações a serem priorizadas no ano de 2024, considerando as características e necessidades da realidade local e objetivando criar, ampliar, implementar projetos/programas/ações que atendam às diversas políticas de proteção à criança e ao adolescente, com a finalidade de fortalecer as políticas sociais básicas, bem como implantar e/ou implementar as políticas de proteção e garantia de direitos através da integração entre ações governamentais e não governamentais.

O presente Plano de Ação tem como diretrizes:

I. Articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente;

II. Incentivo às ações de prevenção tais como: gravidez precoce, drogadição, violência contra crianças e adolescentes, dando ênfase à violência sexual e ao trabalho infantil, dentre outras;

III. Deliberação de políticas de atendimento a crianças e adolescentes;

IV. Integração com outros conselhos/órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

V. Financiamento de programas, projetos ou serviços na área da infância e adolescência;

VI. Mobilização da sociedade civil, empresas de iniciativa privada e poder público em torno dos direitos da infância e adolescência.

3. PLANO DE AÇÃO DO CMDCA DE POXORÉU - MT, 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA GARANTIAS DE DIREITOS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES			
Meta 1. Fortalecer ações que almejam prevenir violações de direitos de Crianças e de adolescentes de Poxoréu			
Ação	Período	Responsável	Parceria
Estimular e apoiar ações culturais através de gincanas, passeio ciclístico, rua de lazer, Recitais de Poesias, teatro, danças, cinema itinerante, eventos musicais, festivais, entre outras ações.	Fev a Dez	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção

Apoiar as escolas municipais referente a continuidade do projeto SUPER AUTOR Estante Mágica.	-	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Estimular e regulamentar a Inclusão de crianças e adolescentes com deficiência em eventos sociais, em destaque esportivos e culturais promovidos por escolas, entidades e outras	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção

Realizar reunião entre o CMDCA, o CT e as escolas do município para debater protocolos e fluxogramas da Rede de Proteção	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Apoiar a articulação de ações para a implantação de CAPS que atenda a demanda de drogadição e transtornos psicológicos entre crianças e adolescentes.	Anual	CMDCA	Secretaria da Saúde e demais integrantes da Rede de proteção
Mobilizar e articular trabalhos preventivo nas escolas e entidades com temáticas sobre gravidez e sexualidade na adolescência, drogas entre outros.	Fev a Nov	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Realizar atividades de prevenção e campanhas educativas sobre o tema da violência doméstica e exploração sexual infanto-juvenil.	Fev a Nov	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Apoiar, mobilizar e realizar capacitação para os atores do Sistema de Garantia de Direitos de forma continuada.	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Apoiar e articular ações para fortalecer os vínculos familiares e promover reflexões com os pais e famílias sobre a educação sem violência e a cultura da paz.	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Capacitar profissionais que prestam atendimento na proteção social especial de média complexidade, em especial as medidas socioeducativas de PSC e LA. SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei 12.594, de 18/01/2012).	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Fomentar e incentivar os empresários da indústria e do comércio local na adesão ao Programa Jovem Aprendiz.	Anual	CMDCA	Sindicatos de comércio, Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Estimular estudos e ações que identifiquem o fenômeno da violência sexual no município	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção
Mobilizar a rede socioassistencial, a partir da intersetorialidade, e a sociedade em geral à participação de campanhas de prevenção contra o trabalho infantil, Exploração Sexual, inclusão social, entre outras de crianças jovens e adolescentes	Anual	CMDCA	Secretarias intersetoriais e demais integrantes da Rede de Proteção

Promover campanhas informativas e educativas sobre os direitos da Criança e do Adolescente e atribuições do conselho tutelar e do CMDCA.	Anual	CMDCA, CT	Secretarias intersetoriais e Rede de Proteção
Aprimorar o fortalecimento do vínculo entre Conselho Tutelar e CMDCA a fim de organizar um trabalho estruturado e em conjunto, de modo a identificar demandas prioritárias para intervenção.	Anual	CMDCA	Conselho Tutelar e SMAS

ATRIBUIÇÕES INTERNAS DO CMDCA			
Meta 2. FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA			
Ação	Período	Responsável	Parceria
Esboçar proposta de Edital e contratar assessoria para realizar diagnósticos, a cada 2 anos, sobre a situação das crianças e adolescentes no município de Poxoréu - MT	Março	CMDCA	SMAS
Organizar, monitorar, avaliar a execução do Plano de Aplicação do FIA	-	CMDCA	SMAS
Organizar, monitorar, avaliar a execução do Plano de Ação do CMDCA	-	CMDCA	-
Solicitar ao Município o esboço da proposta do Plano Plurianual (PPA) e analisar se a mesma contempla o disposto no Plano de Ação e Plano de	Janeiro	CMDCA	SMAS

Aplicação, solicitando e assegurando os ajustes se necessário, anteriormente ao envio para votação na Câmara Mun de Poxoréu.			
Solicitar ao Município o esboço da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), analisar se as mesmas atendem ao cumprimento do disposto no Plano de Ação e Plano de Aplicação do FIA, solicitando e assegurando os ajustes se necessário, anteriormente ao envio para votação na Câmara de Poxoréu.	Janeiro	CMDCA	SMAS
Reunir, acompanhar, fiscalizar e avaliar permanentemente a atuação dos Conselheiros Tutelares, respeitada a autonomia funcional do órgão.	Anual	CMDCA	SMAS
Elaborar o Mapa da Política de atendimento à Criança e Adolescente no Município de Poxoréu – MT, com cadastro de Serviços, Programas e Projetos junto ao CMDCA	Anual	CMDCA	SMAS
Meta 2: Gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA			
Ação	Prazo	Responsável	Parceria
Publicar e conduzir Chamamento Público para concessão de CAC (Concessão do certificado de registro a entidades civis) a entidades como forma de fortalecer o SGDC e a qualidade do atendimento às crianças e adolescentes.	Fev	CMDCA	SMAS - FMDCA
Publicar e conduzir Chamamento Público para recebimento de projetos por demanda espontânea de entidades que pretendam apresentá-los para outras fontes destinatárias de recursos através do FIA que possuem editais e metodologia própria de seleção.	Fev	CMDCA	SMAS - FMDCA
Apurar, controlar e documentar anualmente as destinações realizadas ao FIA.	Anual	CMDCA	SMAS - FMDCA
Assegurar o repasse para o CMDCA de 20% dos valores retidos das captações Edital de Chancela.	Anual	CMDCA	SMAS - FMDCA
Provisionar, no plano de trabalho, 20% dos valores arrecadados para manutenção e desenvolvimento do CMDCA	Anual	CMDCA	SMAS - FMDCA
Controlar e acompanhar junto aos órgãos municipais o repasse do recurso do FIA às entidades através dos termos de colaboração ou fomento, para agilização da aplicação de recursos do fundo.	Anual	CMDCA	SMAS - FMDCA
Acompanhar a aplicação dos recursos e dos projetos financiados pelo FMDCA.	Fev a deze	CMDCA	SMAS - FMDCA
Elaborar proposta e criar sistema informatizado de doação e emissão de recibos aos destinatários diretos do FIA, com acesso através do site da Prefeitura de Poxoréu – MT.	fev	CMDCA	SMAS - FMDCA
Solicitar, monitorar e apresentar extratos de entrada e saída de valores nas agências bancárias para acompanhamento da movimentação de recursos e identificação de doações através de declaração de imposto de renda.	Anual	CMDCA	SMAS - FMDCA
Elaborar anualmente o relatório de pessoas físicas e jurídicas doadoras diretas ao FIA, contendo nome, CNPJ/CPF, data e valor, para realização da Declaração de Benefício Fiscal (DBF) junto à Receita Federal.	-	CMDCA	SMAS - FMDCA
Criar e implantar um plano e uma campanha permanente de captação de recursos para o FIA, com divulgação, incentivo, esclarecimento, sensibilização e transparência para mobilizar parceiros/doadores, pessoas físicas e jurídicas	Mar	CMDCA	SMAS - FMDCA
Meta 3: Normativa de Regularização e Funcionamento.			
Ação	Período	Responsável	Parceria
Elaboração e adequação da lei municipal de criação do CMDCA/ FIA, especialmente com as adequações da Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023.	2024	CMDCA	SMAS
Adequação da resolução sobre a inscrição de entidades e programas na área da criança e adolescência.	Janeiro	CMDCA	SMAS / OSC
Monitorar e solicitar a atualização cadastral das entidades e programas registrados no CMDCA	Anual	CMDCA	SMAS – OSC

Promover o processo de posse e trabalho de Conselheiros Tutelares Municipais	Permanente	CMDCA	SMAS - CT
Realizar o Fórum das entidades da sociedade civil, para composição do CMDCA para o biênio 2024-2026	fev		
Monitorar a vigência das Comissões do CMDCA, assegurando encaminhamentos para que se mantenham completas e atualizadas	Anual	CMDCA	SMAS
Atualizar Regimento Interno do CMDCA-POXOREU - MT	Fevereiro	CMDCA	SMAS
Solicitar e apoiar a Sala dos conselho com sede própria	Ago	CMDCA	SMAS
Assegurar as deliberações do CMDCA-POXOREU, na forma de Resoluções publicadas em D.O dos Municípios – Site: www.amm.mt.org.br	Anual	CMDCA	SMAS

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2024

Valor Disponível para previsão orçamentário até o dia 08/12/2023
R\$433.893,27

Ordem	DESCRIÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	%	VALOR PREVISTO
01	Manutenção do CMDCA(Campanhas, despesas com conselheiros CMDCA, materiais e outros necessidade emergenciais)	20%	R\$ 86.778,65
02	Capacitações da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes	10%	R\$ 43.389,33
03	Chamamento Público de Projetos e ações pontuais que atendam criança e adolescentes	65%	R\$ 282.030,63
04	Serviço de acolhimento institucional	5%	R\$ 21.694,66
06	Valor total das despesas previstas	100%	R\$ 433.893,27

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023.

DANIELE DA CRUZ TALON PACHECO

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA 52-2023: DEFINE OS PARÂMETROS, CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA REGISTRO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS NO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 52/2023

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023

Define os parâmetros, critérios e condições para registro de Entidades governamentais e Não Governamentais e respectivos Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA de Poxoréu - MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. nº. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. Nº. 034/217, datado de 20 de abril de 2017 e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poxoréu - MT;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos V e VI do art. 10 do Regimento Interno do CMDCA, homologado pelo Dec. Nº. 034/217, **datado de 20 de abril de 2017;**

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que, consoante o **caput** do art. 91 da Lei Federal nº. 8.069/1990, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o

art. 90, **caput** e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

CONSIDERANDO o estabelecido pela Resolução CONANDA n.º 71/2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 164 de 09/04/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que "dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e dá outras providências";

CONSIDERANDO a proposta a Minuta de Resolução para os parâmetros, critérios e condições para registro de Entidades governamentais e Não Governamentais e respectivos Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA apresentada por Comissão bipartite (Governo e sociedade) e deliberada na reunião ordinária de 18/12/2023, lavrada na Ata n.º. 128, folhas 2 e 3 do livro 04/CMDCA/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a Aprovação dos parâmetros, critérios e condições para registro de Entidades governamentais e Não Governamentais e respectivos Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA de Poxoréu - MT, na forma do anexo único desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 19 de dezembro de 2023.

DANIELE DA CRUZ TALON PACHECO

Presidente do CMDCA

ANEXO ÚNICO – RESOLUÇÃO Nº. 52/CMDCA, 19/12/2023.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O registro de entidades da sociedade civil e a inscrição de programas governamentais e não governamentais de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da criança e do adolescente no CMDCA/ Poxoréu-MT são considerados essenciais para o estabelecimento formal da rede articulada de ações do Município, na perspectiva de dar cumprimento à política de atendimento, nos termos do que estabelece a Lei Federal 8.069/1990, em seu Artigo 86.

§ 1º As entidades não governamentais somente poderão dar início em suas atividades fins na base territorial do município de Poxoréu _MT, depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Será concedido registro no CMDCA/Poxoréu às Entidades da Sociedade Civil, legalmente constituídas, sediadas no município ou com registro no CMDCA onde a entidade possuem sede.

§ 3º Sejam responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a criança e adolescente, em regime de: orientação e apoio sociofamiliar; apoio socioeducativo em meio aberto; acolhimento

institucional; colocação familiar; prestação de serviço à comunidade; de liberdade assistida; semiliberdade; internação.

Capítulo II

Dos Objetivos Gerais

Art. 2º São objetivos gerais do Registro de Entidades da Sociedade Civil e a Inscrição dos Programas Governamentais e não-governamentais:

I – Subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na deliberação, no monitoramento e na avaliação das políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

II – Atualizar as informações sobre a rede de atenção à criança e ao adolescente no município, identificando os serviços oferecidos e as lacunas no atendimento;

III – Apontar as necessidades de investimento para o reordenamento das entidades da sociedade civil e dos órgãos da administração pública, de forma a atender os princípios expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo III

Do Registro de Entidades

Art. 3º Registro é o ato administrativo de credenciamento das entidades para o seu regular funcionamento e integração à rede municipal de políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA.

§ 1º A concessão de registro a uma entidade não-governamental, garante o reconhecimento pelo CMDCA da sua capacidade de executar programas de promoção, atendimento, defesa e de vigilância dos direitos da criança e do adolescente, compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e, a autoriza a pleitear a inscrição de programas que se propõe executar.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 17 das Resoluções Conanda 105/ 2005 e 116/2006, não concederá registros para funcionamento, nem inscrição de programas para entidades que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 3º Caso alguma entidade esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro e inscrição de programa no CMDCA, o fato será levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8.069/90.

Art. 4º Para solicitar o registro o requerente deverá atender ao disposto no art. 90 da Lei Federal 8.069/90 e preencher os seguintes requisitos:

I – Comprovar, por meio de sua documentação e do trabalho desenvolvido, que presta atendimento fundamentado nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – Ter nas unidades de atendimento, instalações físicas em condições de habitabilidade, acessibilidade, higiene, salubridade e segurança;

III – Não possuir pessoas inidôneas em seus quadros;

Dos documentos para registro:

Art. 5º São documentos obrigatórios para registro no CMDCA

- Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho, solicitando o registro;
- Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica;
- Ata da eleição e posse da atual diretoria, devidamente autenticada e Cartório
- Comprovante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) Plano de trabalho anual, detalhando as atividades, os recursos físicos, humanos e financeiros;

f) Alvará de localização e funcionamento;

g) Alvará Sanitário;

h) CPF e Identidade do representante legal.

Art. 6º. Para o deferimento do pedido de registro, o CMDCA providenciará visita técnica, análise da documentação e das informações obtidas sobre o atendimento prestado pela entidade e/ou unidade.

§ 1º O registro terá **validade máxima de 4 (quatro) anos**, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar sua renovação, observado o disposto no § 1º do art. 91 do ECA.

§ 2º A entidade e/ou unidade que tiver o deferimento do pedido de registro deverá atualizar sempre que necessário as informações oferecidas quando do requerimento inicial comunicando, as eventuais alterações de endereço, mudanças na diretoria e reforma nos estatutos, sob pena de ter o registro cassado.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, ainda, realizar periodicamente, **a cada 02 (dois) anos**, no máximo, o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º Na renovação de registro das entidades não-governamentais, deverão ser apresentadas os seguintes documentos:

I- requerimento dirigido ao Presidente do Conselho, solicitando a renovação do registro;

II- ata da eleição e posse da diretoria atual, caso haja alteração;

III – declaração de que não houve alteração estatutária na entidade e, se houver, estatuto alterado, registrado em Cartório de Registro de Pessoa Jurídica;

IV – Plano de trabalho binário, detalhando as atividades, os recursos físicos, humanos e financeiros;

V- relatório quantitativo e qualitativo das atividades do ano anterior;

VI – Alvará de localização e funcionamento;

VII- Alvará sanitário.

VIII- CPF e identidade do representante legal

§ 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar,

Art. 7º. Em caso de indeferimento do pedido de registro, o CMDCA encaminhará o processo para o Conselho Tutelar, onde a entidade e/ou unidade encontra-se instalada, para fiscalização e providências cabíveis.

Capítulo IV

Da Inscrição de Programas

Art. 8º. Inscrição é o ato administrativo expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, autorizando a entidade não-governamental previamente registrada, ou órgão governamental, a executar um ou mais **programas de promoção, atendimento, defesa e de vigilância** dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º Considera-se inscrito o programa aprovado pelo CMDCA, desenvolvido por entidades da sociedade civil ou por órgãos da administração pública, devendo ser especificado o regime de atendimento, o detalhamento por área e conter o seu orçamento, indicando as fontes de financiamento.

§ 2º Para solicitar a inscrição do programa, o requerente deverá preencher formulário fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º do ECA.

Dos documentos para inscrições:

I- Para as entidades não governamentais de atendimento à infância e adolescência:

a) requerimento dirigido ao Presidente do Conselho solicitando a inscrição do programa;

b) Comprovante de registro no CMDCA de Poxoréu MT

c) plano de trabalho anual explicitando as atividades, os recursos físicos, humanos e financeiros disponíveis para a execução dos programas;

d) relatório quantitativo e qualitativo das atividades do ano anterior;

e) proposta político- pedagógica.

II- Para órgãos governamentais:

a) Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho solicitando a inscrição do programa;

b) Regimento interno do órgão executor do programa/serviço;

c) Ato de nomeação do dirigente do órgão responsável pela execução do programa/serviço;

d) Plano de trabalho anual, explicitando as atividades, os recursos físicos, humanos e financeiros disponíveis para a execução do programa/serviço;

e) Relatório quantitativo e qualitativo das atividades do ano anterior;

g) Proposta político-pedagógica do programa/serviço;

h) Alvará de funcionamento;

i) Alvará Sanitário.

Art.9º. Os programas/serviço deverão observar os princípios, pressupostos e exigências contidas no capítulo II, título I da Lei Federal 8.069/90 com a redação dada pela Lei Federal 12.010/09, observando os parâmetros do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Art. 10. Os programas/serviços de acolhimento institucional e familiar, referenciados nos artigos 90, §3º, III, 92, 93 e 101, da Lei 8.069/90, serão desenvolvidos observando os princípios, orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento estabelecidos no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA e CNAS nº 1, de 18 de junho de 2009.

Art.11. A extinção de programas deverá ser comunicada, imediatamente, ao CMDCA.

Capítulo V

Do Processo de Registro de Entidades e Inscrição de Programas

Art. 12. Os pedidos de Registro de Entidade e os pedidos de Inscrição de Programas serão autuados em sistema de processo administrativo adotado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poxoréu – MT.

§1º Os requerimentos de registro e de inscrição de programas, dirigidos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão registrados em ordem cronológica e numerados na Secretaria de Assistência Social, para a tramitação burocrática, em comissão do CMDCA.

§ 2º Recebido o processo na Comissão de que trata o parágrafo anterior, será designado o Relator do processo, que terá prazo de até 20 (Vinte) dias para apresentação do relatório-voto.

§ 3º Esgotado o prazo de permanência do processo com o Relator, este deverá solicitar à Mesa Diretora a inclusão na pauta da sessão subsequente ou poderá solicitar, motivadamente, a dilação do prazo para conclusão, sendo deferido a critério do Colegiado;

§ 4º Esgotados todos os prazos sem a conclusão do processo, o Presidente do Conselho deverá designar outro Relator para a sua conclusão e em data acordada pela Plenária;

Art. 13. Aprovada a concessão de registro da entidade ou a inscrição de programa, pelo Conselho, este fará publicar o ato no Diário Oficial, obedecendo as leis vigentes e a Lei Orgânica de Poxoréu, sob a forma de Deliberação.

§ 1º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá Certificado de registro e de inscrição de programa onde constarão, necessariamente:

I – designação, endereço e CNPJ da entidade;

II – prazo de validade do registro ou de inscrição do programa;

III – número do processo de concessão;

IV – data e assinatura do Presidente do Conselho.

§ 2º Os atos de concessão de registro ou de inscrição de programas deferidos pelo CMDCA, deverão ser comunicados à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

Capítulo VI

Do Indeferimento, da Suspensão e do Cancelamento de Registro.

Art. 14. Será indeferido o registro à entidade não-governamental que não atenda aos requisitos dos I, II, III do artigo 4º desta deliberação.

Art. 15. Será suspenso o registro da entidade não-governamental que:

I- apresentar irregularidades técnicas, administrativas ou ações incompatíveis com os princípios definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA;

II – interromper suas atividades sem motivo justificado;

III- deixar de cumprir com as normas de execução do programa.

Art. 16. Será cancelado o registro da entidade não-governamental que:

I- deixar de atender os requisitos necessários à concessão de registro;

II- não estiver em funcionamento;

III- não sanar as irregularidades que deram causa a suspensão do registro no prazo assinalado.

Parágrafo único. Os atos de suspensão e de cancelamento de registro deverão ser comunicados à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

Capítulo VII

Do indeferimento, da Suspensão e do Cancelamento de Inscrição de Programa.

Art. 17. Será indeferido o pedido de inscrição de programa que:

I- não oferecer instalações físicas em condições adequadas;

II- não apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – não cumprir com outros requisitos estabelecidos pelo CMDCA;

IV- não manter atualizados os dados referentes à constituição e administração;

V- manter em seus quadros pessoas inidôneas;

VI- apresentar irregularidade técnica ou administrativa que afete o atendimento aos direitos da criança e do adolescente, estando incompatível com o plano de trabalho e os princípios do ECA.

Art. 18. Será suspensa a inscrição do programa que:

I- apresentar irregularidade na sua execução, incompatível com os princípios definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

II- ficar paralisado por mais de seis meses, em prejuízo das crianças e adolescentes atendidos;

III – não estiver de acordo com o plano de trabalho apresentado para sua execução;

IV- não se enquadrar nos critérios definidos pelo CMDCA;

V- não manter suas instalações físicas em condições adequadas **de habitabilidade, acessibilidade, higiene, salubridade e segurança.**

§ 1º A suspensão da inscrição de programa terá prazo certo e determinado de no máximo seis meses.

§ 2º O programa que não sanar as irregularidades no prazo estabelecido por decisão do Conselho terá a sua inscrição cancelada.

§ 3º Os atos de suspensão e de cancelamento de programas deverão ser comunicados à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

Capítulo VIII

Do Pedido de Revisão

Art. 19. Caberá revisão do ato que indeferir a concessão de registro de entidade não-governamental ou de inscrição de programas de proteção e socioeducativo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do ato no Diário Oficial dos municípios de Mato Grosso – AMM/MT.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo no indeferimento de renovação de inscrição ou de registro de programa.

Art. 20. O pedido de revisão deverá ser dirigido ao Presidente do CMDCA, que encaminhará para a Comissão de Inscrição e Análise de Programa, criada para tal fim.

Parágrafo único. Se o pedido de revisão não preencher os requisitos necessários a sua admissibilidade ou for manifestamente intempestivo, será imediatamente indeferido por ato do Presidente do Conselho.

Art. 21. O pedido de reconsideração deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias e incluído na pauta da primeira sessão subsequente para discussão e votação.

Art. 22. Se houver necessidade de emenda ao pedido inicial, o requerente terá 30 (trinta) dias úteis para tomar as providências solicitadas, a partir da data da intimação.

Parágrafo único. Caso a entidade manifeste a necessidade de extensão do prazo para providenciar a documentação pendente, deverá solicitar formalmente ao CMDCA no prazo de 2 (dois) a 12 (doze) meses.

a) nesse caso, a entidade receberá um registro provisório, com validade de 12 (doze) meses, a fim de proporcionar tempo hábil para que a mesma obtenha os documentos definitivos exigidos no art. 5º desta Deliberação.

b) os documentos pendentes deverão ser apresentados até 01 (um) mês antes de expirar o registro provisório, para viabilizar a emissão do registro definitivo.

c) a entidade que não cumprir o inciso anterior ao final de 12 (doze) meses, terá seu registro provisório cancelado.

Art. 23. Os pedidos que não forem da competência do CMDCA serão devolvidos ao requerente no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Capítulo IX

Da Decisão

Art. 24. Concluída a visita técnica, o processo, devidamente instruído com todos os pareceres técnicos, será encaminhado ao presidente do CMDCA para apreciação plenária.

Parágrafo único. A decisão, que será sempre fundamentada, deverá ser dada em até 30 (trinta) dias úteis.

Art. 25. A decisão concessiva ou negativa do registro será fundamentada e deverá ser proferida em até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento dos Autos pela Mesa Diretora do CMDCA.

Art. 26. O teor da decisão a que se refere este artigo será publicado no Diário Oficial dos Municípios/AMM/MT.

Capítulo X

Dos Recursos

Art. 27. Caberá recurso ao plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poxoréu - MT, das decisões referentes ao Registro de Entidades e a Inscrição de Programas, no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 28. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poxoréu - MT reavaliará os programas desenvolvidos pelas entidades da Sociedade Civil e pelos Órgãos da Administração Pública, obrigatória e **ordinariamente de dois em dois anos** e, extraordinariamente a qualquer tempo, segundo seus critérios e os critérios previstos em leis e normas regulamentares vigentes.

Art. 29. As entidades e os órgãos abrangidos pelo artigo anterior deverão sanar em 60 (sessenta) dias, os déficits quantitativos e qualitativos, detectados nas avaliações, sob pena de suspensão de seu registro.

Art. 30. As Entidades já registradas no CMDCA/ Poxoréu - MT terão 180 (cento e oitenta) dias corridos para adaptarem-se às normas da presente Resolução.

Art. 31 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, revoga-se a Deliberação n° 01/2022 de 07 de junho de 2022.

Poxoréu - MT, 19 de dezembro de 2023.

DANIELE DA CRUZ TALON PACHECO

Presidente do CMDCA

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2023

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 088/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2023 REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2023 ONDE SE LÊ:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CONTRATADA: BARCELLOS COMERCIO, inscrita no CNPJ: 15.100.601/0001-43

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 272/2023

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R\$: 1.106.000,00.

PASSA-SE A LER:

CONTRATADA: BARCELLOS COMERCIO, inscrita no CNPJ: 15.100.601/0001-43

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 330/2023

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R\$: 1.106.000,00.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ACABAMENTO A FIM DE ATENDER AS SECRETARIAS.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2023;

VALIDADE: 12 DE MESES.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO DE POXORÉU

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°9 do contrato n° 1/2021, objetivando a 3° (TERCEIRA) ETAPA DA AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA, decorrente de Concorrência n° 1/2020, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a K C CARDOSO CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELLI inscrita no CNPJ sob n°. 07.872.022/0001-90. Aditivam o contrato com término em 30/04/2024. As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações n° 8.666/93.

POXOREU 19 de dezembro de 2023.

Nelson Antônio Paim

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DECRETO N° 2442/2023 DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1038/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL N° 4320/6

DECRETO N° 2442/2023

DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1038/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL n° 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R\$ 291.504,14 (DUZENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Cód.Reduzido	996	
001.10.301.0101.10505	ACÕES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)	
265900000000	OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	241.504,14
Cód.Reduzido	992	
003.10.301.0119.20025	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAÚDE	

260000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

Cód. Reduzido 998

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAÚDE

260000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20.000,00

SUBTOTAL 291.504,14**TOTAL 291.504,14**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

TOTAL 0,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 23 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 2435/2023 DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2023 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 4320

DECRETO Nº 2435/2023**DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o permissivo da Lei Orçamentaria para 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 117.080,00 (CENTO E DEZESSETE MIL E OITENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Cód. Reduzido 907**

002.12.361.0145.20037 MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 4.980,00

SUBTOTAL 4.980,00**09SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA****Cód. Reduzido 935**

001.26.451.0261.10486 PAVIMENTACAO ASFALTICA EM VIAS PUBLICAS URBANAS

150000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 112.100,00

SUBTOTAL 112.100,00**TOTAL 117.080,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Cód. Reduzido	593	
008.12.364.0145.20888	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO SUPERIOR	
150000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	4.980,00

	SUBTOTAL	4.980,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Cód. Reduzido	936	
001.26.451.0261.10486	PAVIMENTACAO ASFALTICA EM VIAS PUBLICAS URBANAS	
170000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES 112.100,00	

SUBTOTAL 112.100,00**TOTAL 117.080,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 01 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL****LICITAÇÃO****SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 149/2021**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 149/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9º ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES EM SALA COM ALUNOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ONLINE COM CORREÇÃO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, de um lado a MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772113/0001-73, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. Luzia Nunes Brandão, brasileira, casada, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira - MT, doravante denominado simplesmente de "CONTRATANTE", e do outro lado a empresa WESGLY DE M SALES ME, inscrita no CNPJ/MF n.º 27.612.207/0001-73, estabelecida na Rua Dr Hermogenes Pedra Branca -CE, CEP 63.630-000, neste ato representado pelo seu proprietário senhor Wesgly de Matos Sales, portador do RG sob o n.º 2002014015612 SSPDC CE e CPF sob o n.º 020.840.773-11 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLAUSULA TERCEIRA

Em decorrência deste Termo Aditivo, o contrato será prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, inicia em 16 de dezembro de 2023 até 16 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

E, por estarem em absoluta e total concordância, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual valor e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas a seguir, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Ribeirão Cascalheira – MT, 16 de Dezembro de 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

PREFEITA MUNICIPAL CONTRATANTE

WESGLY DE M SALES ME

CNPJ nº 27.612.207/0001-73

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assessor Jurídico:

DECRETO Nº 2437/2023 DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1050/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 4320/64

DECRETO Nº 2437/2023

DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1050/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R\$ 100.000,00 (CEM MILREAIS), nas dotações orçamentárias:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	
Cód. Reduzido	994	
002.27.812.0272.30011	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO	
17100000000	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
Cód. Reduzido	995	
002.27.812.0272.30011	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO	
17100000000	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT	20.000,00
Cód. Reduzido	993	
002.27.812.0272.30011	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO	
17100000000	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

TOTAL 0,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 22 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL**

RESOLUÇÃO Nº 004/2023/CMDCA DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E/OU INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO Nº 004/2023/CMDCA

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E/OU INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Muni-

cipal nº 648 de 07 de Maio de 2013 e suas alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 12.010/2009;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE;

CONSIDERANDO que, consoante ao caput do art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990, cabe ao Conselho proceder ao registro das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho manter a inscrição dos programas de proteção e socioeducativos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, bem como suas alterações, e deles dar ciência ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções CONANDA nº 71 de 2001 e da 164 de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os procedimentos de solicitação de registro para Entidades Não-Governamentais e a inscrição dos Programas, Projetos e Serviços Governamentais e Não-Governamentais que executem ações de promoção, proteção e defesa e atendimento, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 90 e o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concede registro para funcionamento de Entidades ou inscrição de Programas àquelas que desenvolvem apenas atendimento em modalidades educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução nº 71/2021 do CONANDA.

Capítulo I – Do Registro das Entidades Não Governamentais

Art. 2º - As entidades não-governamentais, já existentes no Município de Ribeirão Cascalheira, deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, solicitar seu registro e inscrever seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - A solicitação de registro, pela entidade não-governamental, deverá ser feita através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em formulário preenchido pelo Conselho, conforme Anexo II, desta Resolução.

Parágrafo Único – O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, de acordo com o Artigo 91, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - A entidade não-governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como para a realização de convênios através de recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência:

I – Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrado no órgão competente onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento da criança e/ou adolescente;

II – Cópia da ata da última eleição da diretoria;

III – Declaração de idoneidade, expedida pelo Presidente da Entidade, de todos os integrantes do quadro de pessoal da mesma, conforme preconiza o art. 91, Parágrafo 1º, alínea “d” do Estatuto da Criança e do Adolescente (Anexo I);

IV – Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência e do Alvará Sanitário válidos, expedidos pelos órgãos competentes;

V – CNPJ atualizado;

VI – Plano de trabalho compatível com princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Sugestão de modelo – Anexo VI ou conforme modelo já existente na Entidade);

VII – Formulário Cadastral específico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente; (Anexo III)

VIII – Cópia da Certidão Negativa de débitos Municipal e/ou município procedente.

Art. 5º - Após a análise e aprovação da documentação apresentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitará, de cada órgão gestor responsável pela política setorial um parecer técnico que discorrerá sobre as instalações físicas da Entidade bem como a sua capacidade de desenvolver o programa apresentado no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – O órgão gestor terá prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação especificada no “caput” do artigo 5º, para expedir o parecer.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de posse do processo de registro, devidamente instruído, apreciará a solicitação da Entidade emitindo, em caso de deferimento o “Atestado de Registro”.

Capítulo II – Da inscrição dos Programas e Serviços de Proteção e Socioeducativos das Entidades Governamentais e Não Governamentais

Art. 7º - As entidades governamentais e não-governamentais deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, proceder à inscrição de seus Programas, Projetos e Serviços, bem como deverão apresentar os seguintes documentos:

I – requerimento solicitando a inscrição do Programa, assinado pelo responsável da Entidade (ANEXO IV);

II – Formulário cadastral de Programas (Anexo V);

III – Plano de trabalho compatível com princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, que explicita os regimes de atendimento, os dados do Programa ou serviço, o responsável legal e o planejamento contendo informações sobre a elaboração, implementação, realização e recursos, inclusive financeiros.

IV – Regimento interno;

Parágrafo Único – Toda e qualquer alteração ocorrida nos Programas, Projetos e Serviços inscritos deverá ser comunicada por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente.

Art. 8º - Após análise dos Programas, Projetos e Serviços apresentados pelas entidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá comunicar à Autoridade Judiciária e ao Conselho Tutelar o registro das Entidades e a inscrição dos Programas, Projetos e Serviços apresentados.

Art. 9º - Indeferido o pedido de registro e/ou inscrição a entidade poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do indeferimento, interpor recurso que será julgado pela Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento dele.

Art. 10º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Ministério Público da Infância e da Juventude, o nome e endereço das entidades governamentais e não-governamentais que executam programas, projetos e serviços na defesa e proteção aos direitos de crianças e adolescentes que não solicitarem suas inscrições e/ou registros nos prazos estabelecidos nesta Resolução, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 11 – Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar qualquer irregularidade que tenha conhecimento quanto aos Programas, projetos e serviços desenvolvidos pelas entidades governamentais e não-governamentais.

Parágrafo Único – Após a verificação, por parte do órgão responsável, da irregularidade comunicada, se for o caso, a suspensão ou cassação do registro da entidade, assegurando-se à mesma o devido processo legal e o amplo direito de defesa. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a Entidade manifeste sua defesa junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente emitirá um certificado com aprovação.

Art. 13 – A qualquer tempo e independente de notificação prévia a entidade poderá ser fiscalizada e/ou auditada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, visando assegurar o cumprimento da legislação em vigor.

Art. 14 – Os relatórios das atividades desempenhadas deverão ser elaboradas de acordo com o modelo constante no ANEXO VII, podendo ser acrescido de informações complementares pelas entidades.

Art. 15 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Cascalheira – MT, 15 de Dezembro de 2023.

Deusita Ferreira dos Santos

Presidente do CMDCA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ilustríssima Senhora

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Ribeirão Cascalheira – MT

Eu,

_____,
 Brasileiro(a), portador do documento de identidade nº _____,
 expedida pelo _____,
 e inscrito no CPF, sob o nº _____,
 residente e domiciliado à _____, Bairro _____,
 _____, Cidade _____, Estado _____.

Exercendo o cargo de _____ da Entidade denominada _____

DECLARO, para efeito de que dispõe a alínea D, do Parágrafo §1, do Artigo 91, da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é de meu conhecimento que exista nos quadros desta Entidade nenhuma pessoa, inclusive eu, cuja conduta desabone a integridade moral ou que tenha, contra si, sentença condenatória criminal transitada em julgado.

Fico ciente que a falsidade dessa declaração importa no cancelamento automático do Registro da mencionada Entidade no CMDCA, nos termos da legislação supracitada, além das penalidades civis, criminais e administrativas previstas na Legislação vigente.

necessária, declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação pertinente.

_____, _____ de _____

(Representante Legal)

ANEXO II**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ENTIDADE****Ilustríssima Senhora****Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA****Ribeirão Cascalheira – MT**

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedida pelo _____

e inscrito no CPF, sob o nº _____, representante legal da Entidade denominada _____

_____, localizada no Endereço _____

_____, requer à Vossa Senhoria, que se digne conceder REGISTRO nesse Conselho, de acordo com o disposto no Artigo 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, anexa documentação necessária, declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação pertinente.

_____, _____ de _____ de _____

(Representante Legal)

ANEXO III**FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO**

Denominação:
Sigla:
Endereço: Nº:
Bairro:
Complemento: CEP:
Telefone(s):
E-mail:
Nome do Responsável:
Função do Responsável:
CNPJ:
Nome dos Projetos apresentados pela Instituição:
Do Estatuto da Instituição
Comarca do Estado:
Cartório do Estado:
Nº de Registro do Estado:
Dt. De Registro:
Dos Títulos de Utilidade Pública (caso a Instituição possua)
Decreto / Lei Federal:
Data de Publicação do Decreto / Lei Federal:
Decreto / Lei Estadual:
Data de Publicação do Decreto / Lei Estadual:
Decreto / Lei Municipal:
Data de Publicação do Decreto / Lei Municipal:
() Governamental () Não Governamental
Objetivos Gerais (Breve resumo dos objetivos / missão da Entidade, constantes do Estatuto da Entidade)
Objetivos Específicos (também retirados do Estatuto da Entidade)

ANEXO IV**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADE****Ilustríssima Senhora****Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA****Ribeirão Cascalheira – MT**

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedida pelo _____

e inscrito no CPF, sob o nº _____, representante legal da Entidade denominada _____

_____, localizada no Endereço _____

_____, venho requerer à Vossa Senhoria, que se digne a conceder INSCRIÇÃO nesse Conselho, do Programa denominado _____

Localizado _____ à _____

Em funcionamento de acordo com o(s) regime(s) de atendimento _____

_____, de acordo com o disposto no Artigo 90, parágrafo 1º, da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, anexa documentação necessária, declarando satisfazer as condições estipuladas na Legislação pertinente.

_____, _____ de _____ de _____

(Representante Legal)

ANEXO V**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA**

Nome:
Endereço: Nº:
Bairro:
Complemento: CEP:
Telefone(s):
E-mail:
Data de início: Data de término:
Público Alvo – Idade de: _____ anos até _____ anos
Sexo: M () F ()
Objetivos Gerais (Breve resumo, retirados do Programa / Projeto, pois estas informações devem constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho apresentado pela Instituição.)
Objetivos Específicos (Breve resumo, retirados do Programa / Projeto, pois estas informações devem constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho apresentado pela Instituição.)

ANEXO VI**MODELO DE PLANO DE TRABALHO****I – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

1.1 – Nome da Entidade; 1.2 – Endereço da Entidade; 1.3 – Bairro; 1.4 – CEP; 1.5 – Telefone; 1.6 – E-mail; 1.7 – CNPJ; 1.8 – Data da Fundação; 1.9 – Técnico Responsável.

II – TÍTULO DO PROJETO**III – SUMÁRIO DA PROPOSTA****IV – CONTEXTO DO PROJETO****V – PÚBLICO ALVO (Número, faixa etária)**

VI – OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)

VII – JUSTIFICATIVA

VIII – METODOLOGIA

IX – EQUIPE

X – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

XI – SISTEMA DE AVALIAÇÃO

ANEXO VII

MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.10 – Nome da Entidade; 1.11 – Endereço da Entidade; 1.12 – Bairro; 1.13 – CEP; 1.14 – Telefone; 1.15 – E-mail; 1.16 – CNPJ; 1.17 – Data da Fundação; 1.18 – Técnico Responsável.

II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR, EVIDENCIADAS ATRAVÉS DE FOTOS E/OU VÍDEOS, DOCUMENTOS, ARQUIVOS ETC., AS QUAIS DEVERÃO CONTER DETALHES DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES E UMA AVALIAÇÃO QUANTO A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES.

III – PÚBLICO ATENDIDO EM QUANTIDADE E

IV – ORIGEM DOS RECURSOS

V – INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL – Espaço físico, materiais permanentes e de consumo, equipe.

DECRETO N° 23762023 DATA: 02 DE OUTUBRO DE 2023 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1007/2022 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL N° 4320/6

DECRETO N° 23762023

DATA: 02 DE OUTUBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1007/2022 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL n° 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o permissivo da Lei Orçamentaria para 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 1.434.905,30 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS), nas

dotações orçamentárias:

02	GABINETE DO PREFEITO	
Cód. Reduzido	16	
001.04.122.0003.20004	MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO	
150000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	6.375,00
	SUBTOTAL	6.375,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Cód. Reduzido	39	
001.04.122.0003.20009	MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA	
150000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	88.000,00

	SUBTOTAL	88.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Cód. Reduzido	467	

002.12.361.0145.20037 MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 406.000,00

Cód. Reduzido 558

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 123.500,00

Cód. Reduzido 559

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 195.100,00

Cód. Reduzido 561

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 29.300,00

Cód. Reduzido 568

006.12.361.0020.20035 MANUT.E ENC.COM REMUNERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PRO

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 6.600,00

Cód. Reduzido 569

006.12.361.0020.20035 MANUT.E ENC.COM REMUNERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PRO

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 301.100,00

Cód. Reduzido 571

006.12.361.0020.20035 MANUT.E ENC.COM REMUNERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PRO

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 14.100,00

Cód. Reduzido 572

006.12.361.0020.20035 MANUT.E ENC.COM REMUNERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PRO

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 57.500,00

Cód. Reduzido 573

006.12.361.0020.20036 MANUT/ ENCARGOS COM DESEN. DO ENSINO FUNDAMENTAL 40%

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 17.700,00

Cód. Reduzido 914

006.12.361.0020.21074 MANUT. E ENC.COM REMUNERAÇÃO COM A DIVISÃO DE CRECHE 70

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 29.500,00

SUBTOTAL 1.180.400,00**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE****Cód. Reduzido 523**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 400,00

SUBTOTAL 400,00**09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA****Cód. Reduzido 323**

001.15.452.0059.20273 MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 37.000,00

Cód. Reduzido 326

001.15.452.0059.20273 MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 3.730,00

Cód. Reduzido 329

001.15.452.0059.20273 MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS

15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
Cód. Reduzido 767		
001.26.782.0044.20044	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TRANSPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	39.000,00
Cód. Reduzido 413		
001.26.782.0260.20051	MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,30
	SUBTOTAL	159.730,30
	TOTAL	1.434.905,30

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Cód. Reduzido 48		
001.04.122.0003.20009	MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	110.730,00
	SUBTOTAL	110.730,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Cód. Reduzido 521		
003.10.301.0119.20025	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE	
15001002000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	400,30
	SUBTOTAL	400,30
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Cód. Reduzido 906		

001.04.122.0066.15010 CONSTRUÇÃO DE 50 CASAS HABITACIONAIS
17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTAD

4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Cód. Reduzido 629		
001.04.451.0059.15005	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	500.000,00
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00
Cód. Reduzido 936		
001.26.451.0261.10486	PAVIMENTACAO ASFALTICA EM VIAS PÚBLICAS URBANAS	

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 680.400,00

Cód. Reduzido 419

001.26.782.0260.20051 MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 57.000,00

SUBTOTAL 1.317.400,00

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
Cód. Reduzido 731		
001.13.392.0027.21035	FESTIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.375,00
	SUBTOTAL	6.375,00
	TOTAL	1.434.905,30

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 02 de outubro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 2438/2023 DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1051/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 4320/6

DECRETO Nº 2438/2023

DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1051/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Cód.Reduzido	997	
001.20.601.0037.21027	APOIO AO EXTRATIVISMO DO PEQUI	
17100000000	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

TOTAL 0,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afiação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 22 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 2439/2023 DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 432

DECRETO Nº 2439/2023**DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2023**

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 72.947,43

(SETENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA E TRES CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

02	GABINETE DO PREFEITO	
Cód.Reduzido	21	
001.04.122.0003.20004	MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.560,46
	SUBTOTAL	9.560,46
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	
Cód.Reduzido	91	
001.04.123.0056.20014	MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	63.386,97
	SUBTOTAL	63.386,97
	TOTAL	72.947,43

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

06SECRETARIAMUNICIPALDESAUDE**Cód.Reduzido515**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE
15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	36.693,49
	SUBTOTAL	36.693,49
08	SECRETARIAMUNICIPALDEAGRICULTURA	
Cód.Reduzido	366	
001.20.122.0210.20250	MANUT/ENCARGOS COM O SERV. DE AGRICULTURA	

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
36.253,94

SUBTOTAL36.253,94**TOTAL72.947,43**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afiação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 22 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO**PREFEITA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 2441/2023 DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 432

DECRETO Nº 2441/2023**DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023**

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 515.034,02 (QUINHENTOS E QUINZE MIL E TRINTA E QUATRO REAIS E DOIS CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Cód. Reduzido 558**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 2.032,17

Cód. Reduzido 559

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 169.516,36

Cód. Reduzido 561

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 17.877,11

Cód. Reduzido 568

006.12.361.0020.20035 MANUT.E ENC.COM REMUNERAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PRO

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 28.777,53

Cód. Reduzido 573

006.12.361.0020.20036 MANUT/ ENCARGOS COM DESEN. DO ENSINO FUNDAMENTAL 40%

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 17.596,75

Cód. Reduzido 594

008.12.364.0145.20888 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO SUPERIOR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 1.693,27

SUBTOTAL 237.493,19 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Cód. Reduzido 782

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 34.049,77

Cód. Reduzido 186

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 135.081,34

Cód. Reduzido 513

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 93.533,72

Cód. Reduzido 521

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 14.876,00

SUBTOTAL 277.540,83

TOTAL 515.034,02

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	GABINETE DO PREFEITO	
Cód. Reduzido 21		
001.04.122.0003.20004	MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.662,70
	SUBTOTAL	7.662,70
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	
Cód. Reduzido 93		
001.04.122.0056.20014	MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.397,52
	SUBTOTAL	2.397,52
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Cód. Reduzido 76		
001.04.122.0145.20034	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB. SEC. DE EDUCAÇÃO	
15001001000	IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DO ENSINO
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	291,66
Cód. Reduzido 944		
002.12.361.0020.20040	MANUT/ ENCARGOS COM O PNATE - UNIAO	

15530000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	607,15
Cód. Reduzido 795		
002.12.361.0020.21051	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FETHAB (TRANSPORTE ESCOLAR	
17590000000	RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15,00

Cód. Reduzido 566

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.604,16

Cód. Reduzido 581

006.12.361.0020.20036 MANUT/ ENCARGOS COM DESEN. DO ENSINO FUNDAMENTAL 40%

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 14.934,87

Cód. Reduzido 589

007.12.361.0145.20213	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SALARIO EDUCAÇÃO	
15500000000	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.200,00

06	SUBTOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	27. 652,84
----	---	---------------

Cód. Reduzido 267

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-
16000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.000,00

Cód. Reduzido 268

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-
16210000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.053,06

Cód. Reduzido 930

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-
16000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 13.460,00

Cód. Reduzido 269

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-
16010000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.876,00

Cód. Reduzido 931

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-
16000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.111,22

Cód. Reduzido 190

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

16000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.423,00

Cód. Reduzido 192

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

16000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 23.981,23

Cód. Reduzido 924

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

16210000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1. 335,75
	SUBTOTAL	75. 240,26
07 Cód. Reduzido	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 822	

001.08.243.0262.21061 MANUTENÇÃO/ENCARGOS DO CONSELHO TUTELAR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 373,00

Cód. Reduzido 870

001.08.244.0262.20019	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.GAB. SEC.BEM ESTAR	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10. 083,24
Cód. Reduzido	454	
002.08.243.0100.20018	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
Cód. Reduzido	799	
003.08.244.0262.21052	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.132,38
Cód. Reduzido	882	
003.08.244.0262.21069	MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.892,24
Cód. Reduzido	895	
003.08.244.0274.21071	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SCFV - CRIANÇA FELIZ	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.760,05
	SUBTOTAL	25.240,91
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Cód. Reduzido	373	
001.20.122.0210.20250	MANUT/ENCARGOS COM O SERV. DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.002,26
	SUBTOTAL	3.002,26
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Cód. Reduzido	329	

001.15.452.0059.20273 MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2,42

Cód. Reduzido 332

001.15.452.0059.20273	MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	95. 837,66
Cód. Reduzido	938	
001.26.782.0044.20044	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TRANSPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1. 082,00
Cód. Reduzido	419	
001.26.782.0260.20051	MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	237.425,46
Cód. Reduzido	493	
002.17.605.0200.20045	MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DE AGUA E ESGOTO/ DMAE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.854,34
	SUBTOTAL	369.201,88
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Cód. Reduzido	832	
001.18.541.0003.21063	MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.635,65
	SUBTOTAL	4.635,65
	TOTAL	515.034,02

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afiação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 23 de novembro de 2023

LUZIANUNESBRANDAO
PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2023

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa CKS VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 30.330.883/0001-69.

OBJETO:

CONTRATO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUSIVE ADAPTADOS, ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE, QUE SERÁ UTILIZADO PELA SECRETÁRIA DE SAÚDE.

ASSINAM: LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física JONATAS MATOS CRUZ, inscrito no CPF sob n.º 955.298.025-91.

VALOR: R\$ 304.000,00 (trezentos e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2023

Ribeirão Cascalheira – MT, 19 de dezembro de 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO
PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº1054/2023 DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023 “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI Nº1054/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Créditos Adicionais conforme art. 41, inciso I e II da lei 4.320/64, por Excesso de Arrecadação até o limite de R\$ 201.183,04 (Duzentos e um mil e oitenta e três reais e quatro centavos) do valor total do Orçamento da Despesa autorizado pela Lei Municipal nº 1007/2022, observado o objeto de sua vinculação (fontes de recursos).

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	003	Divisão de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa		Piso Salarial Enfermagem – Port 1135/2023	
Atividade		Manutenção e Encargos Piso Salarial dos Prof da Enfermagem – Portaria 1135	
Elemento Despesa	Descrição	Fonte/Detalhamento	Valor
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	1.605.000000	201.183,04
3.1.90.11.00	Vencimentos Pessoal Civil		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.94.00	Indenizações Trabalhistas		
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais - Operações Intra-Orçamentárias		
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiro – Pessoa Jurídica		
Total			201.183,04

Art. 2º. Os créditos adicionais tratados na presente Lei, serão incorporados no orçamento vigente, no projeto atividade, elemento de despesa, na respectiva unidade orçamentária, conforme disposto no art. 1º desta lei.

Parágrafo Único – O Crédito Adicional aberto no artigo anterior será suplementado por excesso de arrecadação, conforme decreto executivo, conforme demonstrado no Anexo 10 DCASP.

Art. 3º. A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso II, artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

A presente Lei também tem suporte no Acórdão n. 3.145/2006 do TCE/MT, a saber:

“Para abertura de crédito adicional, poderá ser indicado como fonte de recursos o excesso de arrecadação proveniente de recursos adicionais de transferências recebidas, com destinação vinculados, não previstos ou subestimados no orçamento. Isso pode ser realizado ainda que o excesso não se reflita na receita total arrecadada, desde que atenda ao objeto da vinculação e se adotem as providências para a garantia do equilíbrio financeiro.”

Art. 4º. Fica ainda autorizado à inclusão das despesas constantes nas programações orçamentárias citadas nos artigos anteriores, na Lei Municipal nº 1007/2022 Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, Lei Municipal nº 996/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2023 e Lei Municipal nº 904/2021 - Plano Plurianual - PPA, período de 2022 a 2025.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA 357/2023

Portaria nº 357/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCIANA LIMA DE SOUZA RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 03/05/2022 a 03/05/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 322/2023

Portaria nº 321/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre o fim do contrato”

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o fim do contrato, rescindir o supramencionado da servidora **ELZA FERREIRA DE BRITO FIDELIS DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 321/2023

Portaria nº 321/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre o fim do contrato”

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o fim do contrato, rescindir o supramencionado da servidora **ELZA FERREIRA DE BRITO FIDELIS DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 323/2023

Portaria nº 323/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Exoneração a pedido de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art.1º Desligar do quadro de servidores a pedido a Sro. **GIUZELIA DA SILVA FERREIRA**, servidora efetiva no cargo de **AGENTE SERVIÇO GERAIS**, junto a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 356/2023

Portaria nº 356/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias a servidora efetiva **LEILA CHAGA**, referente ao período aquisitivo de 19/09/2022 a 19/09/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 324/2023

Portaria Nº. 324/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar Nº027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, a servidora **CLEIDIANY SILVA DOS SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Fomento, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 325/2023

Portaria Nº. 325/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar Nº027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, a servidora **KEILA LARISSA FAVARO**, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 355/2023

Portaria nº 355/GP/23 Em, 19 Dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **JOSISLEIA AMELIA CARNEIRO REZENDE**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2023

Adesão na Ata de Registro de Preços ao Pregão n.º 05/2023.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023 – Prefeitura Mun. de Porto Esperidião-MT.

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA/FISCAL

Considerando o aceite de adesão da **Prefeitura Municipal de Porto Esperidião -MT**, órgão gerenciador da ata a apoio e do parecer jurídico favorável à adesão do referido pregão presencial n.º 005/2023, cujo objeto é o Registro de Preços **para FUTURA E EVENTUAL** Contratação de consultoria e auditoria tributária/fiscal para, em apoio a Administração, executar os serviços técnicos para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado, a União e ou terceiros nos limites do Município, e ainda, a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, bem como a recuperação demais tributos municipais (impostos, taxas etc.), desde que aja demanda; podendo ainda, dar continuidade em processos executivos judicializados em andamento. Que eventualmente demandem desta prestação de serviços, juntamente com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializado para coordenação e efetivação dos serviços mediante a execução das atividades descritas no termo de referência anexo 1, Conforme Especificações Contidas No Termo De Referência, Anexo I, Do Edital, da **Ata de Registro de Preços nº 05/2023 e Edital do Pregão Presencial nº 05/2023**, sendo vencedora a **ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 04.176.501/0001-84**.

Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.

Ribeirãozinho/MT, 18 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 327/2023

Portaria nº 327/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre o fim do contrato”

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o fim do contrato, rescindir o supramencionado da servidora **NARIA PEREIRA LOPES**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 328/2023

Portaria nº 328/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **MAZOREQUES GOMES RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2020 a 18/10/2021. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 329/2023

Portaria nº 328/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **MAZOREQUES GOMES RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2020 a 18/10/2021. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 330/2023

Portaria nº 330/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **GUTEMBERGUE DIAS GOMES**, referente ao período aquisitivo de 14/06/2022 a 14/06/2023. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 353/2023

Portaria nº 353/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **IVANI NASCIMENTO DE OLIVEIRA RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 16/01/2023 a 16/01/2024. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 331/2023

Portaria nº 331/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar N° 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar N° 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **CELESTINO DALCIN FILHO**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2021 a 18/10/2022. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 352/2023

Portaria nº 352/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **IRACEMA MARIA DA SILVA LOPES**, referente ao período aquisitivo de 04/04/2022 a 04/04/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 332/2023

Portaria nº 332/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CLEOMARIA CARRIJO DE FREITAS SOUZA** referente ao período aquisitivo de 16/11/2022 a 13/12/2023. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 359/2023

Portaria nº 359/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MARLENE FRANCISCA DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2022 a 02/02/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 333/2023

Portaria nº 333/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **JAQUELAINE REZENDE DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2022 a 18/10/2023. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 334/2023

Portaria nº 334/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LEILIANE MENDONCA DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 26/01/2020 a 26/01/2021. A partir de 01/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 360/2023**Portaria nº 359/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MARLENE FRANCISCA DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2022 a 02/02/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 361/2023**Portaria nº 361/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **REILA MARA DA SILVA FERREIRA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 362/2023**Portaria nº 362/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **SANDRA CARRIJO DE FREITAS**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 363/2023**Portaria nº 363GP/23 E m, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **SILESIA CRISTINA SOARES CATULE**, referente ao período aquisitivo de 11/02/2023 a 11/02/2024. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 335/2023**Portaria nº 335/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **SEBASTIAO TAVARES DO NASCIMENTO**, referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 01/02/2023. A partir de 31/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 364/2023**Portaria nº 363GP/23 E m, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **SILESIA CRISTINA SOARES CATULE**, referente ao período aquisitivo de 11/02/2023 a 11/02/2024. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 365/2023

Portaria nº 365/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **VALDIRENE MARIA LOPES**, referente ao período aquisitivo de 17/10/2022 a 17/10/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 336/2023

Portaria nº 336/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **KEILA LARISSA FAVARO**, referente ao período aquisitivo de 08/12/2022 a 08/12/2023. A partir de 15/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 337/2023

Portaria nº 336/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **KEILA LARISSA FAVARO**, referente ao período aquisitivo de 08/12/2022 a 08/12/2023. A partir de 15/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 366/2023

Portaria nº 366/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **WALDINEY RIBEIRO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 15/08/2022 a 15/08/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 338/2023

Portaria nº 338/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **KAMYL PERES RODRIGUES**, referente ao período aquisitivo de 08/11/2022 a 08/11/2023. A partir de 08/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 339/2023**Portaria nº 339/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora **ELIANA MARIA SIMOES DE MOURA**, referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023. A partir de 01/11/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 340/2023**Portaria Nº. 340/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Progressão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar Nº027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 08, a servidora **SANDRA CARRIJO DE FREITAS**, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 341/2023**Portaria Nº. 340/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Progressão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar Nº027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 08, a servidora **SANDRA CARRIJO DE FREITAS**, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 342/2023**Portaria nº 342/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **ADEMILSON RODRIGUES BORGES**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2022 a 18/10/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 343/2023**Portaria nº 343/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ALCILENE NAVES DOS SANTOS**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 344/2023**Portaria nº 344/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ANGELA NEVES DE JESUS**, referente ao período aquisitivo de 04/04/2022 a 04/04/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 345/2023**Portaria nº 345/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **ANTONIO VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 01/02/2024. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 346/2023**Portaria nº 346/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CARMELITA GOULART DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 347/2023**Portaria nº 347/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **CLAUDIONOR ARANTE FIGUEIREDO**, referente ao período aquisitivo de 03/08/2022 a 03/08/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 348/2023**Portaria nº 348/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CLEONEIR CASTRO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 04/04/2022 a 04/04/2023. A partir de 02/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 349/2023**Portaria nº 349/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.**

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **CLEUDIMAR ROSA DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 16/01/2021 a 16/01/2022. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 350/2023

Portaria nº 350/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ELIANE SANTANA DA SILVA BORGES**, referente ao período aquisitivo de 07/08/2022 a 07/08/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 351/2023

Portaria nº 351/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GISLENE DE OLIVEIRA BORGES**, referente ao período aquisitivo de 04/04/2022 a 04/04/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 354/2023

Portaria nº 354/GP/23 E m, 19 de dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **JOANA DARC MOREIRA VASCONCELOS**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 03/09/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA 358/2023

Portaria nº358/GP/23 Em, 19 de Dezembro de 2023.

“Dispõe sobre Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCIANA RIBEIRO BENTO**, referente ao período aquisitivo de 05/12/2022 a 04/12/2023. A partir de 02/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 010/2023****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****INEXIGIBILIDADE Nº 010/2023****Processo Administrativo nº 033/2023.**

Objeto: Contratação da empresa, para a realização de **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM BANDA NOVO SOM**, no dia **31 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCON a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Tipo: Menor Preço Global.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Respaldo no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação nº 010/2023, para contratação da empresa **E. P. EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.558.892/0001-41, localizada a Rua Juscelino Reinners (lot núcleo III), nº 0, Qua-

dra 03, Bairro Ponte Nova, no município de Várzea Grande – MT para o **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM A BANDA NOVO SOM**, no dia **31 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, DETERMINO a publicação da presente ratificação no jornal contratado para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco – MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDECI ALVES DE FREITAS

Prefeito Municipal Interino

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 009/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 009/2023

Processo Administrativo nº 032/2023.

Objeto: Contratação da empresa, para a realização de **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM A BANDA TOME AI**, no dia **30 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Tipo: Menor Preço Global.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Respaldo no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação nº 009/2023, para contratação da empresa **SUCESINHO PRODUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.193.065/0001-76, localizada a Avenida Jamel Cecilio, nº 2690, Quadra b – 26 – Lote 16/17 Edif Tokyo, Sala 2112, Bairro Jardim Goiás, no município de Goiânia – GO para o **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM A BANDA TOME AI**, no dia **30 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, DETERMINO a publicação da presente ratificação no jornal contratado para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco – MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDECI ALVES DE FREITAS

Prefeito Municipal Interino

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023

Processo Administrativo nº 031/2023.

Objeto: Contratação da empresa, para a realização de **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM O CANTOR THIAGUINHO DO ESQUENTA**, nos dias **30 e 31 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Tipo: Menor Preço Global.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Respaldo no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação nº 008/2023, para contratação da empresa **PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**, inscrita no CNPJ nº 07.367.271/0001-29, localizada a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº1115, Centro, no município de Cáceres – MT para o **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM O CANTOR THIAGUINHO DO ESQUENTA**, nos dias **30 e 31 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, DETERMINO a publicação da presente ratificação no jornal contratado para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco – MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDECI ALVES DE FREITAS

Prefeito Municipal Interino

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023

Processo Administrativo nº 030/2023.

Objeto: Contratação da empresa, para a realização de **SHOW ARTISTICO NACIONAL COM A BANDA LAMBASAIA**, no dia **29 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Tipo: Menor Preço Global.

Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

Respaldo no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação nº 007/2023, para contratação da empresa **B. M. NOVAIS PRODUÇÕES**, inscrita no CNPJ nº 37.035.988/0001-34, com sede localizada na Rua Juracy Magalhães, nº 560 – Andar 1 – Ponto Central -, no município de Feira de Santana – BA para o **SHOW ARTISTICO NACIONAL COM A BANDA LAMBASAIA**, no dia **29 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, DETERMINO a publicação da presente ratificação no jornal contratado para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco – MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDECI ALVES DE FREITAS

Prefeito Municipal Interino

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 006/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2023

Processo Administrativo nº 029/2023.

Objeto: Contratação da empresa, para a realização de **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM O CANTOR CESINHA MELLO**, no dia **29 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCon a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Tipo: Menor Preço Global.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Respalado no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação nº 006/2023, para contratação da empresa **PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA**, inscrita no CNPJ nº 07.367.271/0001-29, localizada a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº1115, Centro, no município de Cáceres – MT para o **SHOW ARTISTICO REGIONAL COM O CANTOR CESINHA MELLO**, no dia **29 de dezembro** na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do Realização do Reveillon proposta nº 1800/2023, cadastrada no SIGCON a ser executado no município de Rio Branco, no dia 29/12/2023 a 31/12/2023.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no jornal contratado para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco – MT, 19 de dezembro de 2023.

VALDECI ALVES DE FREITAS

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 29/2023

TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO”.

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 22 de janeiro de 2024, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: “Construção remanescente do complexo educacional na EMEB Princesa Isabel, localizada na Rodovia MT-130 lote 1a/1b, bairro Jardim das Flores, neste município, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação anexo ao edital” Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através dos e-mails licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br. Rondonópolis-MT, 18 de dezembro de 2023.

Fabício Pinheiro

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL LEI MUNICIPAL 1.741 - 2023

LEI Nº 1.741/2023,

de 19 de Dezembro de 2023.

“**DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT**”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e **ELE** sanciona a seguinte lei:

Art.1o. Fica estabelecido o perímetro total de extensão do Município de Rosário Oeste de 17.159,00 km² passará a ser delimitado conforme segue abaixo:

ÁREA de 17.159,00 km² Inicia-se em P01, conforme Sistema de Coordenadas UTM, SIRGAS 2000 Fuso 21 Sul; iniciasse o ponto P01(56° 24' 58,500" O, 14° 48' 12,252" S); deste ponto em linha segue sentido leste dentro de propriedade particular por 102,42 metros até encontrar o ponto P02 (56° 24' 55,224" O,14° 48' 13,230" S); deste ponto, segue sentido nordeste com 131,38 metros até alcançar o ponto P03 (56° 24' 50,924" O,14° 48' 12,341" S); deste ponto, segue sentido leste com 142,91 metros até alcançar o ponto P04 (56° 24' 46,144" O,14° 48' 12,432" S); deste ponto, segue sentido leste com 196,95 metros até alcançar o ponto P05 (56° 24' 39,978" O,14° 48' 14,689" S); deste segue em linha retapor 795,63 metros cruzando a BR-364/163 até o ponto P06 (56° 24' 17,898" O,14° 48' 29,152" S); destes segue em linha reta sentido norte a 366,19 metros até o ponto P07 (56° 24' 10,329" O,14° 48' 19,780" S); deste segue em linha reta sentido leste 378,49 metros até o ponto P08 (56° 24' 01,065" O,14° 48' 28,178" S); deste segue em linha reta sentido sul 694,99 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P09 (56° 24' 15,967" O,14° 48' 45,541" S); deste segue em linha reta sentido sul 112,89 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P10 (56° 24' 18,267" O,14° 48' 48,456" S); deste segue em linha reta sentido sul 99,32 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P11 (56° 24' 20,518" O,14° 48' 50,834" S); deste segue em linha reta sentido sul 304,66 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P12 (56° 24' 27,823" O,14° 48' 57,750" S); deste segue em linha reta sentido sul 53,47 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P13 (56° 24' 29,022" O,14° 48' 59,041" S); deste segue sentido sul 136,58 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P14 (56° 24' 32,678" O,14° 49' 01,709" S); deste segue sentido sul 57,54 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P15 (56° 24' 34,140" O,14° 49' 02,927" S); deste segue sentido sul 1800,99 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P16 (56° 24' 56,498" O,14° 49' 57,360" S); deste segue sentido sudoeste 253,16 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P17 (56° 25' 01,451" O,14° 50' 04,045" S); deste segue sentido sudoeste 602,19 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P18 (56° 25' 16,751" O,14° 50' 16,798" S); deste segue sentido sudoeste 569,74 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P19 (56° 25' 32,086" O,14° 50' 27,815" S); deste segue sentido sudoeste 387,37 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P20 (56° 25' 40,894" O,14° 50' 37,064" S); deste segue sentido sul 180,34 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P21 (56° 25' 41,650" O,14° 50' 42,887" S); deste segue sentido sul 81,27 metros paralelo ao rio Cuiabá até o ponto P22 (56° 25' 41,254" O,14° 50' 45,504" S); deste segue sentido sudoeste 157,71 metros até o ponto P23 (56° 25' 46,018" O,14° 50' 47,713" S); deste segue sentido sul 120,47 metros até o ponto P24 (56° 25' 47,261" O,14° 50' 51,443" S); deste segue sentido noroeste 418,16 metros até o ponto P25 (56° 25' 58,392" O,14° 50' 43,197" S); deste segue sentido sul 2185,46 metros até o ponto P26 (56° 26' 34,990" O,14° 51' 44,780" S); deste segue sentido sudeste 332,12 metros até o ponto P27 (56° 26' 30,920" O,14° 51' 54,839" S); deste segue sentido sudoeste 171,65 metros até o ponto P28 (56° 26' 35,578" O,14° 51' 58,107" S); deste segue sentido sudoeste 341,80 metros até o ponto P29 (56° 26' 46,004" O,14° 52' 02,683" S); deste segue sentido noroeste 1227,45 metros até o ponto P30 (56° 27' 21,586" O,14° 51' 42,724" S); deste segue sentido norte 1657,10 metros paralelo à BR-364/163 até o ponto P31 (56° 26' 54,453" O,14° 50' 55,688" S); deste segue sentido noroeste 661,6 metros até o ponto P32 (56° 27' 08,246" O,14° 50' 38,842" S); deste segue sentido norte 1277,32 metros até o ponto P33 (56° 27' 09,679" O,14° 49' 57,291" S); deste segue sentido nordeste 1385,31 metros até o ponto P34 (56° 26' 34,293" O,14° 49' 28,171" S); deste segue sentido nordeste 635,81 metros até o ponto P35 (56° 26' 19,288" O,14° 49' 13,502" S); deste segue sentido nordeste 829,16 metros até o ponto P36 (56° 25' 59,722" O,14° 48' 54,371" S); deste segue sentido nordeste 790,68

metros até o pontoP37 (56° 25' 41,747" O, 14° 48' 35,490" S); deste segue sentido nordeste 1353,92 metros até o pontoP38 (56° 25' 02,097" O, 14° 48' 14,186" S); deste segue sentido nordeste 122,85 metros até o P01, perfazendo a área total da primeira parte do perímetro urbano de 17.159,00 km² (dezessete mil cento e cinquenta e nove quilômetros quadrados).

Art.2o. Fica estabelecido que o Perímetro urbano do Município de Rosário Oeste que conta com 2.878,00 km² passará a ser delimitado conforme segue abaixo:

ÁREA de 2.878,00 km² Inicia-se em P40, conforme Sistema de Coordenadas UTM, SIRGAS 2000Fuso 21 Sul;tendo o ponto P40como inicial (56° 24' 11,990" O, 14° 50' 07,548" S); deste segue em linha reta sentido leste384,14 metros paralelo à MT-010 até o pontoP41 (56° 23' 59,193" O, 14° 50' 08,720" S); deste segue sentido leste 132,55 metros paralelo à MT-010 até o pontoP42 (56° 23' 54,965" O, 14° 50' 07,417" S); deste segue sentido leste 235,04 metrosparalelo à MT-010 até o pontoP43 (56° 23' 48,888" O, 14° 50' 02,561" S); deste segue sentido leste 129,18 metros paralelo à MT-010 até o pontoP44 (56° 23' 44,802" O, 14° 50' 01,190" S); deste segue em linha reta sentido leste 406,95 metros paralelo à MT-010 até o pontoP45 (56° 23' 31,203" O, 14° 50' 01,843" S); deste segue sentido leste 110,23 metros paralelo à MT-010 até o pontoP46 (56° 23' 27,600" O, 14° 50' 02,614" S); deste segue sentido leste 581,39 metros paralelo à MT-010 até o pontoP47 (56° 23' 10,254" O, 14° 50' 11,180" S); deste segue sentido sul 341,02 metros paralelo à MT-010 até o pontoP48 (56° 23' 08,276" O, 14° 50' 22,111" S); deste segue sentido sul333,93 metros paralelo à MT-010 até o pontoP49 (56° 23' 03,645" O, 14° 50' 32,002" S); deste segue sentido sul227,18 metros paralelo à MT-010 até o pontoP50 (56° 23' 01,677" O, 14° 50' 39,144" S); deste segue sentido oeste 523,63 metros até o pontoP51 (56° 23' 18,663" O, 14° 50' 43,323" S); deste segue sentido oeste 424,80 metros até o pontoP52 (56° 23' 31,305" O, 14° 50' 49,643" S); deste segue sentido oeste 139,67 metros até o pontoP53 (56° 23' 35,282" O, 14° 50' 52,030" S); deste segue sentido sudoeste 147,26 metros até o pontoP54 (56° 23' 38,566" O, 14° 50' 55,604" S); deste segue sentido sudoeste 166,08 metros até o pontoP55 (56° 23' 43,072" O, 14° 50' 58,768" S); deste segue sentido sul129,44 metros até o pontoP56 (56° 23' 45,453" O, 14° 51' 02,287" S); deste segue sentido sul91,26 metros até o pontoP57 (56° 23' 46,135" O, 14° 51' 05,183" S); deste segue sentido sul112,45 metros até o pontoP58 (56° 23' 48,624" O, 14° 51' 07,928" S); deste segue sentido noroeste 392,34 metros até o pontoP59 (56° 23' 58,422" O, 14° 50' 59,428" S); deste segue sentido noroeste 82,87 metros até o pontoP60 (56° 24' 01,027" O, 14° 50' 58,505" S); deste segue sentido noroeste 75,88 metros até o pontoP61 (56° 24' 03,050" O, 14° 50' 57,012" S); deste segue sentido norte 167,89 metros até o pontoP62 (56° 24' 05,846" O, 14° 50' 52,272" S); deste segue sentido norte 179,50 metros até o pontoP63 (56° 24' 09,401" O, 14° 50' 47,562" S); deste segue sentido norte 299,31 metros até o pontoP64 (56° 24' 11,171" O, 14° 50' 37,974" S); deste segue sentido norte 147,35 metros até o pontoP65 (56° 24' 11,583" O, 14° 50' 33,195" S); deste segue sentido norte 118,34 metros até o pontoP66 (56° 24' 11,115" O, 14° 50' 29,371" S); deste segue sentido norte 190,45 metros até o pontoP67 (56° 24' 12,764" O, 14° 50' 23,383" S); deste segue sentido noroeste 344,85 metros até o pontoP68 (56° 24' 22,677" O, 14° 50' 17,639" S); deste segue sentido nordeste 418,93 metros até o pontoP69 (56° 24' 12,295" O, 14° 50' 08,478" S); deste segue sentido norte 29,98 metros até o P40, perfazendo a área total da segunda parte do projeto de perímetro urbano de 2.878,00 km² (dois mil oitocentos e setenta e oito quilômetros quadrados).

Parágrafo único. Considera-se área de expansão urbana, todas as áreas contidas dentro do perímetro urbano, não urbanizadas, propícias a receber novos loteamento e infraestrutura de urbanização

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste, em 19 de Dezembro de 2023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL DECRETO 078 - 2023

DECRETO Nº. 078/2023

de 19 de Dezembro de 2023

"Dispõe sobre recesso no período natalino e festejos de final de ano, no âmbito da administração pública municipal, e da outras providencias".

O PREFEITO DE ROSARIO OESTE - MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando os termos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece a Administração Pública uma gestão fiscal com ações planejadas;

Considerando a necessidade de firmar medidas de efetiva economia ao erário municipal visando o equilíbrio financeiro;

Considerando a necessidade de fechamento, de avaliação do Balanço Financeiro, Contábil e Administrativo do presente exercício;

Considerando a premente obrigação de fixar novas metas para o ano vindouro;

Considerando, ainda, as festividades alusivas às congratulações natalinas e de final de ano.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido recesso no âmbito da Administração Pública Municipal entre os dias **22 (vinte e dois) de Dezembro de 2023 à 01 (primeiro) de Fevereiro de 2024.**

Art. 2º. Ficam excluídos do recesso previsto no artigo 1º do presente Decreto as seguintes Secretarias Municipais, seus Departamentos e Setores:

- Secretaria Municipal de Saúde que deverá se organizar internamente, via Portaria Interna afim de que proporcione regularidade no atendimento de saúde à população;
- Casas de Assistência Social (Abrigo dos Idosos e Casa Transitória) ligadas a Secretaria de Desenvolvimento Social também deverão se organizar em regime de escala sem prejuízos aos seus serviços em caso de funcionamento;
- Departamentos e Setores que prestem serviços considerados essenciais da mesma forma devem ficar excluídos da medida acima, tais, como coleta de lixo, limpeza de vias pública e equipe de reparos a iluminação pública, etc;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 19 de Dezembro de 2023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL PORTARIA 212 - 2023

PORTARIA Nº 212/2023

de 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe sobre nomeação de pessoa em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração pública, e dá outras providências”.

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada para o cargo em comissão de comissão de livre nomeação e exoneração de Chefe de Divisão de Combate a Endemias – DAS 06, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a pessoa de **MADALENA BESSA DE ALMEIDA**;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 19 de Dezembro de 2.023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 211- 2023**

PORTARIA N.º 211/2023

de 19 de Dezembro de 2023

“Dispõe enquadramento na grade funcional da Secretaria de Educação do Município de Rosário Oeste, nos termos da Lei Municipal 1.243/2011, e dá outras providências”.

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando previsão legal contida no artigo 72, inciso I da Lei Municipal 1.243/2011 e demais dispositivos legais que regulamentam o tema;

Considerando os termos contidos na comunicação interna 133/SEMED/2023 que atestam as informações que ora se apresentam;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam enquadradas em suas respectivas categorias, conforme abaixo segue, nos termos do artigo 72, inciso I da Lei Municipal 1.243/2011 as servidoras abaixo relacionadas:

Nome	Cargo de Enquadramento
LINDAMAR LEOCARDIA PEDROSO ALMEIDA	Técnico Administrativo Educacional não Profissionalizado
MARA DE ASSIS	Técnico Administrativo Educacional não Profissionalizado

Artigo 2º - Fica a Secretaria de Administração e Planejamento e Educação responsável pela conferência e lançamento dos enquadramentos previstos no artigo 1º.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 19 de Dezembro de 2.023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL 1.740 - 2023**

LEI N.º 1.740/2023

de 19 de Dezembro de 2.023

“Dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos servidores comissionados do Poder Executivo de Rosário Oeste – MT, na forma do inciso X do artigo

37 da Constituição Federal/88, com aplicação de índice oficial acumulado entre os anos de 2021 e 2022 e da outras providências”

ALEX STEVES BERTO, Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição geral anual dos vencimentos **aos servidores públicos efetivos ativos e inativos**

e aos servidores comissionados do Poder Executivo de Rosário Oeste – MT.

Parágrafo Primeiro – a recomposição outorgado pelo “caput” deste artigo será através da aplicação do Índice Nacional Preços ao Consumidor – INPC, no percentual de 16%, sendo relativa aos anos de 2021 e 2022, que serão incorporados aos rendimentos de seus beneficiários em 16% a serem inseridos em folha diretamente aos servidores beneficiários em 04 (quatro) parcelas da forma que abaixo segue:

a) a primeira parcela que será incorporada na folha de pagamento referente ao mês de Março de 2024 tendo acréscimo de 3% na remuneração dos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos comissionados do Poder Executivo Municipal;

b) a segunda parcela que será incorporada na folha de pagamento referente ao mês de Junho de 2024 tendo acréscimo de 4% na remuneração dos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos comissionados do Poder Executivo Municipal;

c) a terceira parcela que será incorporada na folha de pagamento referente ao mês de Outubro de 2024 tendo acréscimo de 3% na remuneração dos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos comissionados do Poder Executivo Municipal;

d) a quarta e última parcela que será incorporada na folha de pagamento referente ao mês de Dezembro de 2024 tendo acréscimo de 6% na remuneração dos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos comissionados do Poder Executivo Municipal;

Parágrafo Segundo – A recomposição geral anual dos vencimentos deverá ser aplicada aos servidores públicos efetivos ativos e inativos e aos servidores comissionados do Poder Executivo de Rosário Oeste – MT.

Art. 2º - Considera-se para efeitos dessa lei, a defasagem salarial ocorrida, calculando-se e adotando como critério a inflação acumulada nos anos de 2021 e 2022 e respeitando-se acordo legalmente firmado entre o Poder Executivo e representantes da categoria, não sendo considerado como concessão de aumento ou ajuste salarial, e apenas recomposição do índice de perda concorrente da inflação.

Art. 3º - Autoriza o Poder Executivo reformular as tabelas de vencimentos e salários a serem recompostos com o percentual citado no caput do artigo 2º, conforme os termos da presente Lei.

Art. 4º - As remunerações dos servidores públicos após a recomposição, serão objeto de tabelas publicadas por ato administrativo do poder executivo.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 6º - Os valores remuneratórios acrescidos da recomposição autorizada no artigo 1º, § 1º desta Lei, não poderão ultrapassar o montante percebido como subsídio, em espécie pelo Prefeito, conforme teor do artigo 89 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste/MT, em 19 de Dezembro de 2.023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL 1.739 - 2023****LEI 1.739/2023****de 19 de dezembro de 2023**

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT A ASSOCIAR-SE À AMIG - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS E DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE - MT, Sr. ALEX STES BERTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a integrar como associado, o município de Rosário Oeste - MT à AMIG - Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a AMIG - Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil, em periodicidade mensal e no valor, em moeda corrente, correspondente a R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 001 04.122.0003.20030 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO E UN 3.3.90.39.00.00 1.500.0000000 - RECURSO PRÓPRIO

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 19 de Dezembro de 2023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 220/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023****PORTARIA N.º 220/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

REMOVE A ELISABETE DE SOUZA SILVA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA PRESTAR SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 069/93, art.43.

RESOLVE:

Art. 1º. Remove a servidora; **ELISABETE DE SOUZA SILVA**, Cargo de Auxiliar De Serviços Gerais, Órgão Unidade: **Secretaria Municipal De Assistência Social**, para prestar os mesmos serviços na **Secretaria Municipal De Saúde E Saneamento**.

Art. 2º. Ficam assegurados os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo Servidor de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 19 de Dezembro de 2023.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**PREFEITO****RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 218/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023****PORTARIA N.º 218/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

EXONERA A Sra. CIDNEIA RODRIGUES BATISTA, DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, POR MOTIVO DE FALECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: O disposto no Art. 40, IX, da Lei Municipal 069/1993 de 28 de Maio de 1993;

CONSIDERANDO: A Certidão de Óbito cuja Matrícula é a de nº 063735 01 55 2023 4 00011 117 0004340 90, registro de óbito lavrado em 18 de Dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 14 de Dezembro de 2023 por motivo de Falecimento a Sra. **CIDNEIA RODRIGUES BATISTA**, Cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 15 de Dezembro de 2023.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA -PREFEITO-**RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO Nº014/2023 - CONTRATO Nº 043/2023-SELETIVO 01/2023****Termo de Rescisão Nº014/2023 -****Contrato Nº 043/2023- Seletivo 01/2023**

Objeto: TERMO DE RESCISÃO Contrato de Prestação de Serviços por prazo determinado – nº 043/2023, no cargo de: **ZELADORA**, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 702, de 24 de Janeiro de 2022, Art. 8º, Inciso II da Lei Municipal.

Contratado(a) IVONETE MANASSES DE SOUZA**CPF:** 018.***.***-06**Período** 09/05/2023 a 31/12/2023**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA****PREFEITO MUNICIPAL****PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2023 – CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2023 – CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM- MT**, senhor **RODRIGO AUDREY FRANTZ**, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA**, o candidato listado abaixo, classificado no Concurso Público 001/2022, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, situado na Avenida Santos Dumont 491, no horário das 07: 00 h às 13:00h, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar com a data da publicação deste, para ADMISSÃO e POSSE no serviço público.

Enfatizamos que o candidato deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópia para autenticação dos documentos:

- a) Cópia: RG E CPF autenticado ou cópia e original para ser autenticado pelo funcionário público;
- b) Cópia: Título de Eleitor e documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade;
- c) Cópia: Cartão PIS/PASEP;
- d) Cópia: Comprovante de residência (autenticado);
- e) Cópia: Comprovante de escolaridade (autenticado) comprovando a exigência disposta no Edital do Concurso;
- f) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Cópia: CPF do cônjuge;
- h) Cópia: Certidão de nascimento de filhos; menores de 18 anos;
- i) Cópia: CPF dos dependentes
- j) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;
- k) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos entre 5 anos até 14 anos;
- l) Declaração de não acúmulo de Cargo;
- m) Declaração de Bens e Comprovante;
- n) Cópia: CNH; se for o caso
- o) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado);
- p) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada (autenticado);
- q) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência específica de determinados cargos;
- r) Certidão de Antecedentes Criminais <https://sec.tjmt.jus.br/primeiro-grau> e <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...>

Para efeito de posse, o candidato convocado **ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, que será realizado por médico ou junta médica do Município de Santa Carmem (SUS), que comprovará sua aptidão física, e se necessário mental, ficando sob a responsabilidade da Prefeitura de fazer os agendamentos, informando o dia, horário e local.**

Para que o candidato seja avaliado nos termos do item anterior, o mesmo deverá apresentar, **com custos e despesas sob sua responsabilidade**, atestado de aptidão mental (expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física e resultado dos exames exigidos no Anexo II - exames obrigatórios para posse, deste Edital.

Os dispêndios com a realização dos exames dispostos no Anexo II serão por conta do candidato classificado e convocado para posse, os exames deverão ser realizados com antecedência de, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para a sua apresentação.

Poderá não tomar posse a pessoa com deficiência, classificada e convocada, caso seja comprovado via perícia médica, a incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo.

O candidato classificado e convocado para posse, quando na apresentação dos exames exigidos no Anexo II, poderá não tomar posse quando constatado a presença de doenças, sinais ou sintomas que inabilitem o

candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

Além dos exames relacionados no Anexo II, poderão ser solicitados outros exames ou pareceres especializados necessários à avaliação para possibilitar a verificação da capacidade ou incapacidade do candidato para o exercício do cargo.

A presença de doenças, sinais ou sintomas, deficiência física, ou outra patologia constatada na apresentação dos exames exigidos no Anexo II, na ocasião de não impedimento da posse, ficarão condicionados à legislação do Regime Especial de Previdência Social, e outras que tratam das regras dos benefícios de licença médica e aposentadoria por invalidez.

ANEXO II

EXAMES OBRIGATÓRIOS PARA POSSE

- 001. Hemograma completo em jejum, plaquetas, creatinina;
- 002. Glicemia em jejum;
- 003. Perfil lipídico (colesterol L.D.L, colesterol, H.D.L e triglicerídeos);
- 004. Eletrocardiograma (E.C.G.);
- 005. RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;
- 006. E.A.S. (exame de urina tipo I);
- 007. Exame de acuidade visual e fundo de olho;
- 008. HEP B;
- 009. Pesquisa de BK no escarro;
- 0010. Exame médico admissional com a discriminação de todos os exames exigidos pelo edital;
- 0011. Atestado médico – Aptidão física e mental.

AGENTE DE VIGILANCIA E MANUTENÇÃO	
Posição	Nome
8º	MARCOS MULLER
9º	EDIELSON ALMEIDA LEAL
10º	VIVIANE GIANANTE

AGENTE DE APOIO E NUTRIÇÃO (COZINHEIRA)	
Posição	Nome
3º	ALICE MELISSA CUNHA DA SILVA

FARMACEUTICO	
Posição	Nome
4º	DAIANE CAROLINE ENDERLE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Santa Carmem/MT, 20 de dezembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2023

PORTARIA Nº 317/2023

DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: Nomeação que faz.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art.1º - Designar as Servidoras: Marcella Salette Tafariel Geovana Barbosa Castanho e Julia Maria Bortolas, para comporem a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado 003/2023, para preenchimento de vagas e cadastro reserva de Cargos Contratados na Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT.

Art.2º - A referida Comissão terá a responsabilidade de observar e de cumprir as determinações do Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2023.

Art.3º- A Comissão terá a seguinte composição:

NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	MATRICULA	CARGO	ESCOLARIDADE
Marceli Salete Tafarel	Presidente	174	Assistente Administrativo	Ensino Superior
Geovana Barbosa Castanho	Membro	1917	Chefe Depto. de Obras Urbanas	Ensino Médio
Julia Maria Bortolas	Membro	2000	Chefe de Depto. de Tesouraria	Ensino Médio

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2023

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2023

RODRIGO AUDREY FRANTZ, Prefeito do Município de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL** para supervisionar e acompanhar a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, nomeada pela Portaria Nº 317/2023 mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2023, destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas da Estrutura Administrativa a qual destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos aos cargos descritos, mediante as condições estabelecidas neste edital, por prazo determinado.**

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. O **PROCESSO SELETIVO** a que se refere o presente edital será organizado e executado Prefeitura Municipal, com supervisão dos membros da Comissão de Organização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, nomeada pela Portaria nº 317/2023, que ficará instalada na sede da Prefeitura Municipal de Santa Carmem. 1.2. O presente **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos para o preenchimento de vagas temporárias para a **Prefeitura Municipal de Santa Carmem**, verificando o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura.

2. DOS CARGOS – CADASTRO DE RESERVA

Item	Cargo	Escolaridade/Pré –Requisitos	C H	Nº de vagas	Vagas PNE	Remuneração
1.	Agente de Manutenção Urbanística	I Grau Incompleto	40 H	1	-	R\$ 1.329,54
2.	Agente de Limpeza Pública	I Grau Incompleto	40 H	1	-	R\$ 1.329,54
3.	Agente de Serviços Gerais	I Grau Incompleto	40 H	CR	-	R\$ 1.329,54
4.	Apoio Educacional e Nutrição Merendeira Escola	I Grau Incompleto	30 H	CR	-	R\$ 1.320,00
5.	Motorista de Veículo de Transporte de Cargas e Passageiros	I Grau Completo CNH Categoria D	40 H	1	-	R\$ 2.055,79
6.	Operador de Máquinas Pesadas	I Grau Completo CNH Categoria D	40 H	CR	-	R\$ 2.055,79
7.	Operador de Máquinas Pesadas Nova Geração	I Grau Completo CNH Categoria D	40 H	CR	-	R\$ 3.587,74
8.	Auxiliar de Sala	II Grau Completo	30 H	5	-	R\$ 1.320,00
9.	Auxiliar de Sala	II Grau Completo	40 H	5	-	R\$ 1.600,00
10.	Técnico Em Higiene Dental	II Grau Completo e registro no devido Conselho.	40 h	1	-	R\$ 2.582,40
11.	Farmacêutico	Ensino Superior Completo + Reg. Conselho de Classe	20 H	CR	-	R\$ 2.513,90

2.1. As atribuições de cada cargo encontram-se descritas no **Anexo I** deste Edital;

2.2. A Prefeitura Municipal de Santa Carmem, se reserva ao direito de convocar os candidatos classificados, de acordo com a referida necessidade.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições ficarão abertas entre o dia **02 de janeiro de 2024 até o dia 12 de janeiro de 2024**, no horário das 07:00 as 13:00 horas.

3.1.2. As inscrições e entrega de títulos serão realizadas somente presencialmente na **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM**. a) Ler atentamente este Edital e seus anexos, certificando-se que possui todos os requisitos exigidos para investidura no cargo.

3.1.3. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

3.1.4. Ao inscrever-se no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** é recomendável ao candidato observar atentamente as informações.

3.1.5. As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.1.6. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo.

3.1.7. O candidato poderá realizar apenas uma inscrição.

3.1.8. A INSCRIÇÃO SERÁ GRATUITA, TRAZER CÓPIA DE DOCUMENTOS PESSOAIS (RG E CPF)

4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1. O candidato Aprovado e Classificado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** de que trata este edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

4.2. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º da Constituição Federal; 4.3. Estar em gozo de direitos políticos; 4.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral; 4.5. Apresentar Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; 4.6. Ter idade mínima de 18 anos, à época da posse; 4.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por médico ou Junta Médica do Município de Santa Carmem - SUS. 4.8. Não estar afastado junto ao INSS, na data limite para admissão, por motivo de doença ou acidente de trabalho; 4.9. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos; 4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor; 4.11. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado; 4.12. Não receber remuneração de cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal.

5. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

5.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultados no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras. 5.1.1. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo. **a)** Se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas com necessidades especiais; **b)** Se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), este será arredondado, de modo que o número de vagas destinadas a pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subsequente. 5.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais classificados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, com estrita observância na ordem classificatória. 5.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99; 5.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente no seu artigo 40, participarão do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere à avaliação e aos Critérios de aprovação, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através da ficha de inscrição especial; 5.1.5. As pessoas portadoras de necessidades especiais, após a realização da sua inscrição, deverão anexar o laudo médico recente (não superior a 12 meses), até a data da publicação do edital, informando a espécie e o grau ou nível de deficiência da qual é portador, **até 12 de janeiro de 2024**.

5.1.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial PNE dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente edital e no respectivo laudo médico.

5.1.7. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como PNE e não terão as condições especiais garantidas por lei, sejam quais forem os motivos alegados;

5.1.8. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

5.1.9. A publicação do resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

6. DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS

6.1. O PROCESSO SELETIVO será de ANÁLISE DE TÍTULOS. **6.2.** A prova de títulos, será feita exclusivamente na Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, no período **de 02 de janeiro de 2024 até 12 de janeiro de 2024**, no horário das 07:00 as 13:00 horas. **6.3.** Caso seja constatada qualquer fraude documental na análise da prova de títulos, o candidato será submetido às penalidades previstas em legislação vigente e desclassificação automática do Processo Seletivo. **6.4.** Serão aceitos como documentos, os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por instituições reconhecidas pelo MEC – Ministério de Educação ou em conformidade com a legislação educacional, em papel timbrado e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento. **6.5.** Os documentos e títulos que forem representados por declarações, certidões, atestados, e outros documentos que não tenham o cunho definitivo de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação ou em conformidade com a legislação educacional, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento. **6.6.** Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes. **6.7.** É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de títulos. **6.8.** Não serão aceitas entregas ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste capítulo. **6.9.** Serão considerados títulos somente os constantes nas tabelas a seguir:

TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	COMPROVANTE
Doutorado e Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada a área do cargo pretendido.	10 pontos (pontuação máxima 5,0)	Cópia do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação – MEC, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia do respectivo histórico escolar.
Pós-Graduação "latu sensu" (especialização), concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada a área do cargo pretendido	8 pontos (pontuação máxima 4,0)	Cópia do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação – MEC, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia do respectivo histórico escolar.
Curso de Graduação na área do cargo pretendido (somente para os cargos de nível fundamental e médio)	10 pontos (pontuação máxima 2,0)	Cópia do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação – MEC, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia autenticada do respectivo histórico escolar.

Ensino Médio (somente para os cargos de nível fundamental)	10 pontos (pontuação máxima 2,0)	Cópia do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia autenticada do respectivo histórico escolar.
Ensino Fundamental (somente para os cargos de nível fundamental incompleto)	10 pontos (pontuação máxima 1,0)	Cópia do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, ou declaração de conclusão de curso, acompanhada da cópia autenticada do respectivo histórico escolar.
Cursos, Seminários, Palestras, Formação Continuada.	1,5 pontos Para cada 40 horas (pontuação máxima 400 horas)	Cópia do certificado/ Declaração/ Atestados, devidamente assinados pela instituição fornecedora, devendo constar os referidos conteúdos. Data de emissão dos últimos três anos.
Experiência na área	2 pontos Somatória de período trabalhado na área, a cada ano pontuará 2 pontos	Cópia de atestado/declaração de experiência na área pretendida (o documento deverá estar em papel timbrado, carimbado e assinado). Data de emissão dos últimos cinco anos

Obs: Será contabilizado apenas 01 título no caso de **Doutorado, Mestrado ou Pós-graduação**, não sendo cumulativos, considerando-se apenas o de maior valor.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Na classificação final entre candidatos, com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes: **a)** Candidato que obtiver maior pontuação na somatória dos títulos, conforme descrito no quadro do item **6.10**, referente a **Seminários, Palestras, Formação Continuada**. **b)** Candidato com idade superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2004, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência aos de idade mais elevada; terá preferência o candidato que tiver mais idade considerado o horário de nascimento.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

8.1. O RESULTADO preliminar da pontuação dos aprovados e classificados será divulgado no dia 19/01/2024 a partir das 12h, mediante Edital afixado na sede da Prefeitura Municipal, disponibilizado nos endereços eletrônicos, www.santacarmem.mt.gov.br e www.amm.org.br

9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso à Comissão Examinadora do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** contra: **a)** Omissões ou erros materiais significativos e prejudiciais ao candidato, verificado nas etapas de publicação de Edital de abertura; **b)** Divulgação das listas de candidatos inscritos, deferidos e indeferidos; **c)** Divulgação do resultado preliminar do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**. 9.2. O prazo para interpor recurso é de 2 dias úteis, a contar do dia subsequente à publicação da respectiva etapa. 9.3. O pedido de recurso deverá ser feito na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT ou por email departamentopessoal@santacarmem.mt.gov.br contendo os dados dos candidatos e o recurso referente ao resultado preliminar. **a)** Certificado/Diploma não computados ou computados de forma errônea. **b)** Não utilização ou de forma errônea do critério de desempate. 9.4. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento e mérito. A banca examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo. 9.5. Os resultados dos recursos interpostos serão publicados nos endereços eletrônicos, www.santacarmem.mt.gov.br e www.amm.org.br

10. RESULTADO FINAL

10.1 O resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** está previsto para ser divulgado 24 de janeiro de 2024, a partir das 12h, mediante Edital, publicados nos endereços eletrônicos: www.santacarmem.mt.gov.br e www.amm.org.br

11. DA NOMEAÇÃO E POSSE 11.1. O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** será realizado, observando-se os dispositivos da legislação vigente, devendo ser apresentado pelo candidato no momento da posse os seguintes documentos: **a)** Cópia: RG E CPF (autenticado); **b)** Cópia: Título de Eleitor (autenticado); **c)** Cópia: Documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade; **d)** Cópia: Cartão PIS/PASEP; **e)** Cópia: Comprovante de residência (autenticado); **f)** Cópia: Comprovante de escolaridade (autenticado) comprovando a exigência disposta no Anexo I deste Edital; **g)** Cópia: Certidão de nascimento ou casamento; **h)** Cópia: CPF do cônjuge; **i)** Cópia: Certidão de nascimento de filhos; **j)** Cópia: CPF dos dependentes **k)** Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos; **l)** Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos entre 5 anos até 14 anos; **m)** Declaração de não acúmulo de Cargo (autenticado); **n)** Declaração de Bens e Comprovante; **o)** Cópia: CNH; se for o caso **p)** Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado); **q)** Cópia: CPF dos Pais; **r)** Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (autenticado); **s)** Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público; **t)** Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência específica de determinados cargos; **u)** Certidão de Antecedentes Criminais; 11.2. Para efeito de posse, o candidato convocado ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, que será realizado por médico ou junta médica do Município de Santa Carmem (SUS), que comprovará sua aptidão física, e se necessário mental. **12. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

12.1. As contratações dos candidatos aprovados neste **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** terão regime jurídico estatutário e ficarão vinculadas ao **Regime Geral de Previdência Social**.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis a falsidade da declaração; 13.2. O órgão realizador do presente certame, não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**. 13.3. Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, os certificados e diplomas serão incinerados e mantidas em arquivos eletrônicos, com cópia de segurança pelo prazo de 05 anos; 13.4. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, telefone de contato e e-mail, junto ao órgão realizador, após o resultado final; 13.5. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito a nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as demandas e necessidades locais, a critério da Administração; 13.6. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por

médico especialmente designado pela Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, anexo II; 13.7. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos neste edital, serão resolvidos em comum pela comissão organizadora do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**; 13.8. Os vencimentos constantes no presente Edital, são referentes ao da data do presente Edital; 13.9. O Cronograma da execução do presente **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, encontra-se no anexo III; 13.10. O período de validade do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, será de 1 (um) anos, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da autoridade competente. 13.11. **A aprovação a classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para qual se habilitou, estando sua contratação condicionada à necessidade da Administração Pública.** 13.12. Durante a vigência do processo seletivo, devido à hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, ficam considerados como CADASTRO RESERVA os candidatos relacionados no Resultado Final (pós-recurso) deste processo, que excederem a quantidade de vagas oferecidas para cada cargo neste Edital, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. O candidato poderá ser convocado para nomeação na medida em que surgirem novas vagas, por cargo, observando-se o exclusivo interesse da Prefeitura Santa Carmem - MT. 13.13. Entende-se como cadastro reserva a inscrição dos candidatos aprovados com direito garantido à nomeação quando **houver** o surgimento de novas vagas, desde que dentro das necessidades, regras e do prazo de validade do presente concurso.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Santa Carmem/MT, de 20 dezembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

Agente de Manutenção Urbanística:

Conduzir equipamentos técnicos e ao local de trabalho, executar tarefas auxiliares, tais como: colocação de cabos em ferramentas, preparo de materiais a serem utilizados na execução dos serviços. Reparar buracos e imperfeições nas vias públicas que estejam impedindo o fluxo dos veículos. Realizar serviços de poda de árvores em logradouros públicos, assim como da remoção de árvores desde que previamente autorizada pela autoridade competente. Realizar o plantio de mudas de árvores em lugares previamente determinados pela autoridade responsável. Atuar em todos os trabalhos relativos a manutenção do patrimônio urbanístico do Município, inclusive reparos em monumentos históricos, sua limpeza e conservação. Capinar logradouros, praças e jardins públicos retirando pragas e demais plantas que venham a comprometer o aspecto paisagístico das mesmas. Regar e podar plantas em praças e jardins. Fazer a manutenção dos principais acessos ao município, inclusive margens de rodovias e estradas vicinais no perímetro do Município, roçando, capinando, tapando buracos, plantando árvores e realizando demais serviços previamente requisitados pelo órgão competente. Zelar pelo funcionamento e pela limpeza dos equipamentos utilizados em seus serviços. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

Agente de Limpeza Pública:

Varrer ruas, parques e jardins do município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito; recolher o lixo, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, cestas, carrinhos de tração manual e outros depósitos apropriados, para a coleta e transporte. Percorrer as ruas e logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para coletar lixo. Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados no trabalho de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos;

Executar outras atribuições afins.

Agente de Serviços Gerais (ZONA URBANA):

Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas. Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas. Percorrer as dependências da unidade administrativa em que exerce suas funções, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos. Dispor adequadamente os restos de comida e demais dejetos em latão de lixo, de forma a evitar a proliferação de insetos. Verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso. Zelar pela higiene dos sanitários; caixa de água, mobiliário, instalações diversas, cortinados. Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência. Zelar pelo material e equipamentos sob sua guarda, mantendo-os arrumados em local apropriado ao final do expediente. Executar outras tarefas afins.

Apoio Educacional e Nutrição Merendeira Escola

Atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da merenda escolar.

Motorista de Veículo de Transporte de Cargas e Passageiros

Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes. Comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia no funcionamento dos veículos. Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa e em dia com o DETRAN-MT, devolvendo-a à chefia imediata quando do término da tarefa. Fazer pequenos reparos de urgência. Manter o veículo limpo, interno e externamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário. Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo;

Anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, viagens realizadas, objetos e pessoas transportados, itinerários e outras ocorrências. Recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado. Dirigir defensivamente, observando as sinalizações de trânsito, prestando socorro no caso de sinistro, conforme determina o Código Nacional de Trânsito e demais legislação em vigor. Zelar pela segurança dos pas-

sageiros, vitrificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança. Zelar pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho sob sua responsabilidade. Executar outras atribuições afins.

Operador de Máquinas Pesadas

Operar máquinas rodoviárias, e tratores. Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes. Operar máquinas rodoviárias em escavações, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes. Operar com máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.. Comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento. Auxiliar na manutenção das máquinas. Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade. Zelar pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho sob sua responsabilidade. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

Operador de Máquinas Pesadas Nova Geração

Operar máquinas rodoviárias eletrônicas. Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes.

Auxiliar de Sala

Colaborar com o professor regente na aplicação das atividades. Auxiliar na elaboração de atividades para os alunos. Substituir o professor regente em pequenas ausências. Desenvolver atividades diversas relacionadas à Educação Infantil.

Técnico em Higiene Dental

Efetuar o controle da agenda de consultas, verificando-o horários disponíveis e registrando as marcações realizadas, para mantê-las organizadas e atualizadas; Atender os pacientes, procurando identificá-los, averiguando as necessidades e o histórico clínico dos mesmos, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los ao cirurgião dentista; Controlar o fichário e/ou arquivo de documentos relativos ao histórico do paciente, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao cirurgião-dentista consultá-los quando necessário; Atender as ligações telefônicas, marcar horários, dar retorno a pacientes sobre horários e tratamentos realizados ou a realizar; Realizar os serviços de fax, leitura recebimento e encaminhamento de e-mails, correspondências e demais serviços administrativos sob sua responsabilidade; Colaborar nos programas educativos de saúde bucal; Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos como coordenador, monitor e anotador; Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais; Fazer a demonstração de técnicas de escovação; Fazer a tomada e revelação de radiografias intra-orais; Realizar teste de vitalidade pulpar; Realizar a remoção de indultos, placas e cálculos supra gengivais; Executar a aplicação de substâncias para a prevenção da cárie dental; Inserir e condensar substâncias restauradoras; Polir restaurações, vedando-se a escultura; Proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após os atos cirúrgicos; Remover suturas; Confeccionar modelos; Preparar moldeiras; Manter equipamentos e instrumental específico de consultório dentário em perfeito estado de higiene e esterilização; Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atribuições afins.

Farmacêutico

Desenvolver e interpretar a rotina de todos os setores laboratoriais (bioquímica, imunologia, microbiologia, hematologia e urinálise clínicas, parasitologia, bacteriologia, virologia, mitologia e outros, valendo-se de técnicas Específicas para complementar o diagnóstico de doenças); Manter controle de qualidade no setor laboratorial; Preparar boletins informativos com a finalidade de fornecer subsídios para a classe média; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres sobre a compra de materiais e equipamentos laboratoriais, fornecendo as especificações técnicas necessárias; Preparar reagentes, soluções, vacinas, meios de cultura e outros para aplicação em análise clínica; Efetuar controle de qualidade de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados, realizando análise de laboratório, para assegurar-se de que os mesmos atendem as especificações propostas; Supervisionar o trabalho de auxiliares de manipulação e controle de produtos farmacêuticos e laboratórios de análises clínicas e saúde pública; Assessorar e assumir a responsabilidade técnica de órgão ou laboratórios de análises clínicas ou de saúde pública; Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados do âmbito das atribuições respectivas; Assumir a responsabilidade técnica das farmácias de hospitais, ambulatorios e dispensários; Realizar pesquisas microbiológicas e imunológicas, químicas, físico-químicas e físicas relativas a quaisquer substâncias ou produtos que interesse à saúde pública; Examinar e controlar composição e atividade de qualquer produto de uso parenteral, vacinas, anatoxinas, antitoxinas, antibióticos, fermentos, alimentos, saneamento, produtos de uso cirúrgico, plástico e quaisquer outro de interesse da saúde pública; Supervisionar a organização e controle de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos; Participar dos exames e controle de qualidade de drogas e medicamentos, produtos biológicos, químicos, odontológicos e outros que interessem à saúde humana; Orientar e supervisionar a manipulação farmacêutica e o aviamento de receitas médicas; Promover o controle de receitas, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

ANEXO III CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2023

Data	Eventos
20/12/2023	Publicação Edital do Processo Seletivo
21/12/2023 a 22/12/2023	Prazo para impugnação ao Edital
27/12/2023	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
02/01/2024 a 12/01/2024	Período das inscrições e envio dos títulos
15/01/2024	Publicação da relação dos inscritos
16/01/2024 a 17/01/2024	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
18/01/2024	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
19/01/2024	Publicação do resultado preliminar dos classificados do Processo Seletivo
22/01/2024 a 23/01/2024	Prazo de recurso contra resultado preliminar dos classificados do Processo Seletivo
24/01/2024	Divulgação da decisão dos recursos contra resultado preliminar dos classificados do Processo Seletivo; Publicação do resultado final dos classificados do Processo Seletivo;
25/01/2024	Homologação do Resultado Final do Certame

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da **Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT**.

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão objeto de publicação por editais afixados na **Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT**, publicado na internet, no diário oficial da AMM e no site da prefeitura de Santa Carmem

DECRETO Nº 78/2023

DECRETO Nº 78/2023

DATA: 20 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 002/2023 realizado pela Prefeitura de Santa Carmem/MT e dá outras providências.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, concernente ao Edital nº. 002/2023, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial do Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Administração Municipal, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens

publicadas nos endereços eletrônicos: [//www.santacarmem.mt.gov.br](http://www.santacarmem.mt.gov.br) e <https://diariomunicipal.org.mt.amm/>

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da Administração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 028/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)

EDITAL Nº 028/2023.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSE, AULA, ATIVIDADE, FUNÇÃO E JORNADA DE TRABALHO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2024 EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 009/2023 (11 de setembro de 2023), INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2023 (16 de outubro de 2023) e EDITAL Nº 026/2023 (04 de dezembro de 2023), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME), em sintonia direta com a COMISSÃO DE TRABALHO DA UNIDADE EDUCACIONAL E COMISSÃO CENTRAL DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSE, AULA, ATRIBUIÇÃO DE ATIVIDADE, FUNÇÃO E JORNADA DE TRABALHO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2024, no uso das atribuições legais e fundamentos estabelecidos em conformidade com a PORTARIA Nº 009/2023 (CALENDÁRIO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS E ATRIBUIÇÃO DE AULA/CLASSE, FUNÇÕES E JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO), INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2023 (CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO) e EDITAL Nº 026/2023 (COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE ATRIBUIÇÃO), RESOLVE tornar público a VALIDAÇÃO DOS PONTOS através da análise de Documentos, Certificados e Títulos originais ou autenticados de acordo com o Formulário de Inscrição, como seguem por Unidade Educacional:

• CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - AGENTE DE INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL - ZELADOR/A – 211 ALUNOS:

1. SHIRLENE DO NASCIMENTO DA SILVA - 32,2 PONTOS.

• CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL – AGENTE DE PÁTIO • Para o desempenho de funções na Agente de Manutenção nas UE:

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 451 a 700 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 1.001 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 201 a 300 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 401 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário

• ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - AGENTE DE INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL - ZELADOR/A – 158 ALUNOS:

• Para o desempenho de funções na Agente de Manutenção nas UE:

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 451 a 700 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 1.001 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 201 a 300 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 401 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVOBRO - AGENTE DE INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL - ZELADORA/A – 554 ALUNOS:**

• **Para o desempenho de funções na Agente de Manutenção nas UE:**

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 451 a 700 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 1.001 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	04 (quatro) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		De 201 a 300 estudantes	05 (Cinco) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) no período matutino, 2 (dois) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	06 (seis) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período
		Acima de 401 estudantes	07 (sete) Agente de Manutenção ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 3 (três) por período e 1 (um) no período intermediário

• **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - TÉCNICOS/AS EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL:** A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios mínimos para abertura e o máximo para contratação de profissional ou divisão de turma.

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Berçário "I"	06 até 15 meses	Mínimo 4 a 6 alunos/profissional
Berçário "II"	16 até 24 meses	Mínimo 6 a 8 alunos/profissional
Maternal "I"	02 até 03 anos	Mínimo 8 a 10 alunos/profissional
Maternal "II"	03 até 04 anos	Mínimo 10 a 12 alunos/profissional
Pré "I"	04 até 05 anos	Mínimo 12 a 18 alunos/profissional
Pré "II"	05 até 06 anos	Mínimo 18 a 22 alunos/profissional

ENSINO FUNDAMENTAL:

1ª Fase do 1º Ciclo	1º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
2ª Fase do 1º Ciclo	2º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
3ª Fase do 1º Ciclo	3º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
1ª Fase do 2º Ciclo	4º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
2ª Fase do 2º Ciclo	5º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
3ª Fase do 2º Ciclo	6º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
1ª Fase do 3º Ciclo	7º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
2ª Fase do 3º Ciclo	8º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
3ª Fase do 3º Ciclo	9º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos

Art. 37 – A formação de turmas e o ensalamento a ser realizado nas UE de Educação Infantil ocorrerão de acordo com a idade e proporção estudantes/profissional, relacionando-se as salas de aula com metragem padrão, conforme segue a exemplificação:

Período Integral:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino

			01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

Período Parcial:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

§ 1º - A quantidade de Professores para a UE com período integral relaciona-se a disponibilidade de 01 (um) professor no turno matutino e 01 (um) no turno vespertino.

§ 2º - Os Auxiliares Educacionais exercerão suas atividades conforme a organização da UE, observando sempre a **necessidade e melhor atendimento da criança**.

§ 3º - Para salas de aula com dimensões fora do padrão usar-se-á o limite de 1,50 m²/criança para a formação de turmas de Creches (06 meses a 03 anos) e de 1,20 m²/criança para formação de turmas de Pré-Escola (04 a 05 anos e 11 meses).

§ 4º - Na UE localizada no **campo**, a quantidade de estudantes por sala será **de acordo com a demanda apresentada**.

1. CAROLINE ROCHA GOMES - 79,0 PONTOS; 2. ELIANE DE FRANÇA BARBOSA - 60,2 PONTOS; e, 3. APARECIDA FRANÇA BARBOSA - 48,0 PONTOS.

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	MONITOR/A
BERÇÁRIO I – A	***	
BERÇÁRIO I - B	***	
BERÇÁRIO II – A	20	
BERÇÁRIO II - B	20	
MATERNAL I – A	19	CAROLINE ROCHA GOMES
MATERNAL I – B	20	
MATERNAL II – A	25	APARECIDA FRANÇA BARBOSA
MATERNAL II – B	22	
PRÉ I – A	20	ELIANE DE FRANÇA BARBOSA
PRÉ I – B	20	
PRÉ I – C	19	
PRÉ I – D	21	
PRÉ II – A	23	
PRÉ II - B	27	
PRÉ II – C	26	

• CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - PROFESSOR/A:

1. ÂNGELA MARIA SOARES - 192,9 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

2. CAROLINA CORASSA VIEIRA - 170, 4 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

3. VERA LUCIA MORAES - 110,8 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

4. SANDRA REGINA HAUBRICHT - 94,6 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	PROFESSOR/A
BERÇÁRIO I – A	***	
BERÇÁRIO I - B	***	
BERÇÁRIO II – A	20	ÂNGELA MARIA SOARES
BERÇÁRIO II - B	20	
MATERNAL I – A	19	VERA LUCIA MORAES
MATERNAL I – B	20	

MATERNAL II – A	25	CAROLINA CORASSA VIEIRA
MATERNAL II – B	22	
PRÉ I – A	20	SANDRA REGINA HAUBRICKT
PRÉ I – B	20	
PRÉ I – C	19	
PRÉ I – D	21	
PRÉ II – A	23	
PRÉ II – B	27	
PRÉ II – C	26	

• **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - TÉCNICOS/AS EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL:** A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios mínimos para abertura e o máximo para contratação de profissional ou divisão de turma.

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Berçário "I"	06 até 15 meses	Mínimo 4 a 6 alunos/profissional
Berçário "II"	16 até 24 meses	Mínimo 6 a 8 alunos/profissional
Maternal "I"	02 até 03 anos	Mínimo 8 a 10 alunos/profissional
Maternal "II"	03 até 04 anos	Mínimo 10 a 12 alunos/profissional
Pré "I"	04 até 05 anos	Mínimo 12 a 18 alunos/profissional
Pré "II"	05 até 06 anos	Mínimo 18 a 22 alunos/profissional

ENSINO FUNDAMENTAL:

1ª Fase do 1º Ciclo	1º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
2ª Fase do 1º Ciclo	2º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
3ª Fase do 1º Ciclo	3º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
1ª Fase do 2º Ciclo	4º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
2ª Fase do 2º Ciclo	5º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
3ª Fase do 2º Ciclo	6º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
1ª Fase do 3º Ciclo	7º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
2ª Fase do 3º Ciclo	8º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
3ª Fase do 3º Ciclo	9º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos

Art. 37 – A formação de turmas e o ensalamento a ser realizado nas UE de **Educação Infantil** ocorrerão de acordo com a idade e proporção estudantes/profissional, relacionando-se as salas de aula com metragem padrão, conforme segue a exemplificação:

Período Integral:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

Período Parcial:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

§ 1º - A quantidade de Professores para a UE com período integral relaciona-se a disponibilidade de 01 (um) professor no turno matutino e 01 (um) no turno vespertino.

§ 2º - Os Auxiliares Educacionais exercerão suas atividades conforme a organização da UE, observando sempre a **necessidade e melhor atendimento da criança**.

§ 3º - Para salas de aula com dimensões fora do padrão usar-se-á o limite de 1,50 m²/criança para a formação de turmas de Creches (06 meses a 03 anos) e de 1,20 m²/criança para formação de turmas de Pré-Escola (04 a 05 anos e 11 meses).

§ 4º- Na UE localizada no **campo**, a quantidade de estudantes por sala será **de acordo com a demanda apresentada**.

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	MONITOR/A
BERÇÁRIO I – A	***	
BERÇÁRIO II – A	2	
MATERNAL I – A	11	
MATERNAL II – B	13	
PRÉ I – A	11	
PRÉ II – A	12	

• **ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - PROFESSOR/A - EDUCAÇÃO INFANTIL:** A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios mínimos para abertura e o máximo para contratação de profissional ou divisão de turma.

I. EDUCAÇÃO INFANTIL:

Berçário "I"	06 até 15 meses	Mínimo 4 a 6 alunos/profissional
Berçário "II"	16 até 24 meses	Mínimo 6 a 8 alunos/profissional
Maternal "I"	02 até 03 anos	Mínimo 8 a 10 alunos/profissional
Maternal "II"	03 até 04 anos	Mínimo 10 a 12 alunos/profissional
Pré "I"	04 até 05 anos	Mínimo 12 a 18 alunos/profissional
Pré "II"	05 até 06 anos	Mínimo 18 a 22 alunos/profissional

II. ENSINO FUNDAMENTAL:

1ª Fase do 1º Ciclo	1º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
2ª Fase do 1º Ciclo	2º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
3ª Fase do 1º Ciclo	3º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 23 a 25 alunos
1ª Fase do 2º Ciclo	4º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
2ª Fase do 2º Ciclo	5º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
3ª Fase do 2º Ciclo	6º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 25 a 27 alunos
1ª Fase do 3º Ciclo	7º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
2ª Fase do 3º Ciclo	8º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos
3ª Fase do 3º Ciclo	9º Ano do Ensino Fundamental	Mínimo 27 a 30 alunos

Art. 37 – A formação de turmas e o ensalamento a ser realizado nas UE de Educação Infantil ocorrerão de acordo com a idade e proporção estudantes/profissional, relacionando-se as salas de aula com metragem padrão, conforme segue a exemplificação:

Período Integral:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

Período Parcial:

Turma	Idade	Proporção	Proporção profissional (30 Horas/Semanais)
Berçário I	06 meses a 11 meses	15 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Berçário II	01 ano	18 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal I	02 anos	20 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária
Maternal II	03 anos	23 crianças	02 Professores (01 Matutino e 01 Vespertino) 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Matutino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Vespertino 01 Téc. de Desenvolvimento Educacional - Intermediária

§ 1º - A quantidade de Professores para a UE com período integral relaciona-se a disponibilidade de 01 (um) professor no turno matutino e 01 (um) no turno vespertino.

§ 2º - Os Auxiliares Educacionais exercerão suas atividades conforme a organização da UE, observando sempre a **necessidade e melhor atendimento da criança**.

§ 3º - Para salas de aula com dimensões fora do padrão usar-se-á o limite de 1,50 m²/criança para a formação de turmas de Creches (06 meses a 03 anos) e de 1,20 m²/criança para formação de turmas de Pré-Escola (04 a 05 anos e 11 meses).

§ 4º - Na UE localizada no **campo**, a quantidade de estudantes por sala será **de acordo com a demanda apresentada**.

1. FRANCISLENE ALMEIDA DA SILVA - 138,5 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

2. PATRÍCIA VIEIRA DOS SANTOS CUNHA - 117,1 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

3. ELIANA LEAL MENDES - 104,6 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	PROFESSOR/A
BERÇÁRIO I – A	***	
BERÇÁRIO II – A	2	PATRÍCIA VIEIRA DOS SANTOS CUNHA
MATERNAL I – A	11	
MATERNAL II – A	13	FRANCISLENE ALMEIDA DA SILVA
PRÉ I – A	11	
PRÉ II – A	12	ELIANA LEAL MENDES

ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - PROFESSOR/A - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A formação de turmas e o ensalamento a ser realizado nas UE de **Ensino Fundamental** ocorrerão de acordo com a idade do estudante, relacionando-se as salas de aula com metragem padrão, conforme segue:

I. Do Ensino Fundamental

Quantidade de estudantes por turma
De 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) estudantes

§ 1º - Para salas de aula com dimensões fora do padrão, usar-se-á o limite de 1,30 m²/estudante, para formação de turmas.

§ 2º - Na UE que possui sala de aulas com espaço físico que comporte estudantes acima do máximo permitido, havendo demanda e após comprovada a não existência de vagas em outras UE, as matrículas deverão ser realizadas, não ultrapassando 10% (dez por cento) do limite máximo de vagas nas turmas.

§ 3º - Na UE localizada no campo, a quantidade de estudantes por sala será de **acordo com a demanda**.

Art. 39- A turma que possuir estudante com deficiência, devidamente comprovada por laudo médico e analisada pelo NAMEI terá a redução de 03 (três) estudantes no número de matrículas da turma **ou**, poderá manter o número de estudantes na turma com o acompanhamento de Cuidador.

Parágrafo Único. Em qualquer uma das situações citadas no *caput*, a turma poderá ter **no máximo 02 (dois) estudantes com deficiência**.

1. FABIANA CARPANEZI - 165,1 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

2. MARCIA SABKA CASTAGNA - 139,1 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

3. ÉDNA DA COSTA - 138,7 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

4. ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA - 127,1 PONTOS:

• REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	MONITOR/A
1º ANO – A	13	FABIANA CARPANEZI
2º ANO – A	28	MARCIA SABKA CASTAGNA
3º ANO – A	22	ÉDNA DA COSTA
4º ANO – A	13	ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA
5º ANO – A	19	

ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE						
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	1 ANO	6 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	13	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
13	A	1 ANO	VESPERTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	2 ANO	7 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	28	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
28	A	2 ANO	VESPERTINO			

	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	3 ANO	8 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	22	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
22	A	3 ANO	VESPERTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	4 ANO	9 ANOS	27 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	13	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
13	A	4 ANO	VESPERTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	5 ANO	10 ANOS	27 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	19	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
19	A	5 ANO	VESPERTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	ARTICULAÇÃO	6 A 10 ANOS		TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	95	
MÉDIA/TURMA	ANOS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES		
95	1 E 2	ARTICULAÇÃO	MATUTINO			
	3, 4 E 5		VESPERTINO			

ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	TURMAS	MÉDIA/TURMA	PROFESSOR
1 ANO	A	13	
2 ANO	A	28	
3 ANO	A	22	
4 ANO	A	13	
5 ANO	A	19	
ARTICULAÇÃO		95	

• CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO:

Para o desempenho de funções de Agente de Alimentação nas UE:

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 400 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1(um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 220 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 221 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Cozinheiro/a ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO:

Para o desempenho de funções de Agente de Alimentação nas UE:

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 400 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1(um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 220 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 221 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Cozinheiro/a ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO:

1. ANADIR DE SOUZA HORST - 46,1 PONTOS:

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO – SEDE;**

2. JOSELI SILVA VIANA CRUZ - 42,4 PONTOS:

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO – SEDE;**

3. ROSE CLEA CAMARGO DE OLIVEIRA - 16,9 PONTOS:

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO – SALA ANEXA; Para o desempenho de funções de Agente de Alimentação nas UE:**

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 400 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1(um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 220 estudantes	02 (dois) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 221 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período matutino, 1(um) no período vespertino e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Alimentação ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Cozinheiro/a ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADOR DE PATRIMÔNIO:**

• **Para o desempenho de funções na Agente de Vigilância Educacional nas UE (Diurno):**

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 201 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• **ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADOR DE PATRIMÔNIO:**

1. ARIVERTON CUNHA DA SILVA - 24,2 PONTOS,

• **Para o desempenho de funções na Agente de Vigilância Educacional nas UE (Diurno):**

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 201 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO - AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADOR DE PATRIMÔNIO:**

2. ARIVERTON CUNHA DA SILVA - 24,2 PONTOS,

• **Para o desempenho de funções na Agente de Vigilância Educacional nas UE (Diurno):**

Unidades Escolares	Período	Quantidade de estudantes	Quantidade de Profissional
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Parcial	Até 450 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 451 a 700 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 701 a 1.000 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período

		Acima de 1.001 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário
Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental	Integral	Até 200 estudantes	02 (um) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) por período
		De 201 a 300 estudantes	03 (três) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 1 (um) no período e 1 (um) no período intermediário
		De 301 a 400 estudantes	04 (quatro) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período
		Acima de 401 estudantes	05 (cinco) Agente de Vigilância ou Auxiliar de Serviços Gerais sendo 2 (dois) por período e 1 (um) no período intermediário

• **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL:**

• **Para desempenho de funções na Secretaria Escolar ou Técnico Administrativo:**

Unidades Escolares	Período	Quantidade	Profissional
Educação Infantil	Parcial e/ou integral	Até 400 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		Acima de 401 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
Ensino Fundamental	Parcial e/ou integral	Até 350 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		De 351 a 1.000 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
		Acima de 1.001 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 02 (dois) Técnicos Administrativos ou 03 (Três) Técnico Administrativo.

• **ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL:**

• **Para desempenho de funções na Secretaria Escolar ou Técnico Administrativo:**

Unidades Escolares	Período	Quantidade	Profissional
Educação Infantil	Parcial e/ou integral	Até 400 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		Acima de 401 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
Ensino Fundamental	Parcial e/ou integral	Até 350 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		De 351 a 1.000 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
		Acima de 1.001 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 02 (dois) Técnicos Administrativos ou 03 (Três) Técnico Administrativo.

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL:**

1. **LUCIENE DE SOUZA PIRES - 51,3 PONTOS (ADAPTAÇÃO):**

• **ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO – SEDE;** • **SOLICITAÇÃO DE FÉRIAS EM JULHO/2024;** • **Para desempenho de funções na Secretaria Escolar ou Técnico Administrativo:**

Unidades Escolares	Período	Quantidade	Profissional
Educação Infantil	Parcial e/ou integral	Até 400 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		Acima de 401 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
Ensino Fundamental	Parcial e/ou integral	Até 350 estudantes	01 (um) Secretário Escolar ou 01 (um) Técnico Administrativo
		De 351 a 1.000 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 01 (um) Técnico Administrativo ou 02 (dois) Técnico Administrativo.
		Acima de 1.001 estudantes	01 (um) Secretário Escolar e 02 (dois) Técnicos Administrativos ou 03 (Três) Técnico Administrativo.

ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO - PROFESSOR/A - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A formação de turmas e o ensaamento a ser realizado nas UE de **Ensino Fundamental** ocorrerão de acordo com a idade do estudante, relacionando-se as salas de aula com metragem padrão, conforme segue:

I. Do Ensino Fundamental

Quantidade de estudantes por turma
De 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) estudantes

§ 1º- Para salas de aula com dimensões fora do padrão, usar-se-á o limite de 1,30 m²/estudante, para formação de turmas.

§ 2º - Na UE que possui sala de aulas com espaço físico que comporte estudantes acima do máximo permitido, havendo demanda e após comprovada a não existência de vagas em outras UE, as matrículas deverão ser realizadas, não ultrapassando 10% (dez por cento) do limite máximo de vagas nas turmas.

§ 3º - Na UE localizada no campo, a quantidade de estudantes por sala será de **acordo com a demanda**.

Art. 39- A turma que possuir estudante com deficiência, devidamente comprovada por laudo médico e analisada pelo NAMEI terá a redução de 03 (três) estudantes no número de matrículas da turma **ou**, poderá manter o número de estudantes na turma com o acompanhamento de Cuidador.

Parágrafo Único. Em qualquer uma das situações citadas no *caput*, a turma poderá ter **no máximo 02 (dois) estudantes com deficiência**.

1. **PAULO MADSON VIEIRA DA SILVA - 317,8 PONTOS:**

• **5º ANO “A”;** • **PROJETOS;** • **REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM;** • **HORAS COMPLEMENTARES;**

2. ZAINÉ KELLY MACHADO DE CASTRO SILVA - 307,3 PONTOS:

• 4º ANO "A"; • PROJETOS; • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • HORAS COMPLEMENTARES;

3. VANDERLEIA COELHO COSTA - 172,4 PONTOS:

• 2º ANO "A" (PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT); • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

4. PATRÍCIA DE OLIVEIRA BITENCOURT - 113,2 PONTOS:

• 2º ANO "B" (PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT); • PROJETOS; • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • HORAS COMPLEMENTARES;

5. EURIDES BENEDITA MAGALHÃES - 97,2 PONTOS:

• 3º ANO "B"; • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • PROJETOS; • HORAS COMPLEMENTARES;

6. GENILDA VILHALVA - 96,4 PONTOS:

• 4º ANO "B"; • 4º ANO "C" (CASO SEJA DIVIDIDA); • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • HORAS COMPLEMENTARES;

7. DENIZE MARTINELLI – 72,3 PONTOS:

• 3º ANO "A"; • REFORÇO/RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM; • AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO; OBSERVAÇÃO: DESVIO DE FUNÇÃO ATÉ MARÇO/2024; SERVIÇO SOCIAL;

TURMAS	PREVISÃO - ALUNOS	PROFESSOR/A
1º ANO – A	24	
1º ANO – B	22	
2º ANO – A	29	VANDERLEIA COELHO COSTA
2º ANO – B	20	PATRÍCIA DE OLIVEIRA BITENCOURT
2º ANO – C	20	
3º ANO – A	25	DENIZE MARTINELLI
3º ANO – B	21	EURIDES BENEDITA MAGALHÃES
3º ANO – C	19	
4º ANO – A	29	ZAINÉ KELLY MACHADO DE CASTRO SILVA
4º ANO – B	30	GENILDA VILHALVA
5º ANO – A	24	PAULO MADSON VIEIRA DA SILVA
5º ANO – B	23	

ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO						
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	1 ANO	6 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	46	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
23	A	1 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	2 ANO	7 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	63	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
21	A	2 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	3 ANO	8 ANOS	25 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	65	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
21,7	A	3 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	4 ANO	9 ANOS	27 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	59	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
29,5	A	4 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	5 ANO	10 ANOS	27 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	53	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
26,5	A	5 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	ARTICULAÇÃO	6 A 10 ANOS		TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	286	
MÉDIA/TURMA	ANOS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES		
143	1 E 2	ARTICULAÇÃO	MATUTINO			
	3, 4 E 5		VESPERTINO			

ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	TURMAS	MÉDIA/TURMA	PROFESSOR
1 ANO	A	23	
1 ANO	B	23	
1 ANO	C	23	

2 ANO	A	21	
2 ANO	B	21	
2 ANO	C	21	
3 ANO	A	21,7	
3 ANO	B	21,7	
4 ANO	A	29,5	
4 ANO	B	29,5	
4 ANO	C	29,5	
5 ANO	A	29,5	
5 ANO	B	26,5	
ARTICULAÇÃO	1 E 2	143	
ARTICULAÇÃO	3, 4 E 5	143	

• ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO - PROFESSOR/A - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

1. CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS - 180,4 PONTOS:

• GEOGRAFIA: 6º AO 9º ANO;

2. SAULO BONFIM DE OLIVEIRA - 110,0 PONTOS:

• EDUCAÇÃO FÍSICA: 1º AO 5º ANO;

3. JAILTO FRANCISCO DE BOMFIM - 100,6 PONTOS:

• 6º ANO “B”; 7ª AO 9º ANOS – INTERESSE NO 6º ANO “A”

4. GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO - 92,2 PONTOS:

• 1º AO 5º ANOS; • ARTICULAÇÃO; • LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA; • OFICINA DE APRENDIZAGEM;

5. SIMONE CARNEIRO DA SILVA - 87,0 PONTOS:

• HISTÓRIA: 6º AO 9º ANO (HORÁRIO ESPECIAL); • PROJETO A UNIÃO FAZ A VIDA; • ARTICULAÇÃO;

6. GISELLE CORREIA CARNELOCCI LARGURA - 83,9 PONTOS:

• CIÊNCIAS: 6º AO 9º ANO (HORÁRIO ESPECIAL);

7. WELTON ORMOND DA SILVA - 66,8 PONTOS:

• EDUCAÇÃO FÍSICA: 6º AO 9º ANO; • OFICINAS DE APRENDIZAGEM;

8. LUCIENE SBIZERO - 59,2 PONTOS:

• PROJETOS;

9. GISELE ZANOTELLI – 00,00 PONTOS – GOZO DE ATESTADO MÉDICO NO PERÍODO DA CONTAGEM DE PONTOS:

• LINGUA INGLESA: 1º AO 9º ANOS; • PROJETOS;

ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVENBRO						
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	6 ANO	47				
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
23,5	A	6 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	7 ANO	7 ANOS	30 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	74	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
24,7	A	7 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	8 ANO	8 ANOS	30 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	66	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
33,0	A	8 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	9 ANO	9 ANOS	30 ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	62	
MÉDIA/TURMA	TURMAS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES	MONITORES	MONITORES
31,0	A	9 ANO	MATUTINO			
	B		VESPERTINO			
	C		VESPERTINO			
ATRIBUIÇÃO DE CLASSE	ARTICULAÇÃO	6 A 10 ANOS		TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	249	
MÉDIA/TURMA	ANOS	MODALIDADES	PERÍODO	PROFESSORES		
124,5	6 E 7	ARTICULAÇÃO	MATUTINO			
	8 E 9		VESPERTINO			

CÓDIGO	DISCIPLINAS/HABILIDADES/COMPETÊNCIAS					
ATRIBUIÇÃO DE AULAS	6 ANO - A	6 ANO - B	6 ANO - C	TOTAL	PROFESSOR	
MATEMÁTICA	4	4	4	12		
HISTÓRIA	2	2	2	6		
LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	12		
GEOGRAFIA	2	2	2	6		
CIÊNCIAS	3	3	3	9		
ARTES	1	1	1	3		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	6		
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1	1	3		
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	2	2	2	6		
TOTAL	21	21	21	63		
ATRIBUIÇÃO DE AULAS	7 ANO - A	7 ANO - B	7 ANO - C	TOTAL	PROFESSOR	
MATEMÁTICA	4	4	4	12		
HISTÓRIA	2	2	2	6		
LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	12		
GEOGRAFIA	2	2	2	6		
CIÊNCIAS	3	3	3	9		
ARTES	1	1	1	3		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	6		
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1	1	3		
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	2	2	2	6		
TOTAL	21	21	21	63		
ATRIBUIÇÃO DE AULAS	8 ANO - A	8 ANO - B	8 ANO - C	TOTAL	PROFESSOR	
MATEMÁTICA	4	4		8		
HISTÓRIA	3	3		6		
LÍNGUA PORTUGUESA	4	4		8		
GEOGRAFIA	3	3		6		
CIÊNCIAS	2	2		4		
ARTES	1	1		2		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2		4		
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1		2		
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	1	1		2		
TOTAL	21	21		42		
ATRIBUIÇÃO DE AULAS	9 ANO - A	9 ANO - B	9 ANO - C	TOTAL	PROFESSOR	
MATEMÁTICA	4	4		8		
HISTÓRIA	3	3		6		
LÍNGUA PORTUGUESA	4	4		8		
GEOGRAFIA	2	2		4		
CIÊNCIAS	3	3		6		
ARTES	1	1		2		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2		4		
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1		2		
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	1	1		2		
TOTAL	21	21		42		
ATRIBUIÇÃO DE AULAS	TOTAL	PROFESSORES			AULAS ATRIBUÍDAS	AULAS NÃO ATRIBUÍDAS
MATEMÁTICA	40					40
HISTÓRIA	20					20
LÍNGUA PORTUGUESA	40					40
GEOGRAFIA	20					20
CIÊNCIAS	30					30
ARTES	10					10
EDUCAÇÃO FÍSICA	20					20
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	10					10
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	10					10
TOTAL	200					200

Ressaltando que havendo Comum Acordo entre os Profissionais e Equipe Gestora das Unidades Educacionais a Atribuição poderá ser realizada por análise do Perfil Profissional e Autoavaliação, desde que, os procedimentos sejam devidamente registrados pela Comissão de Atribuição através de Atas Oficiais.

O presente Edital entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Atribuição, observados os princípios e as normas que regem a Administração Pública.

Sem mais para o momento agradecemos.

Atenciosamente,

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de dezembro de 2023.

Prof. (Ms) Paulo Madson Vieira da Silva

Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO CENTRAL DE ATRIBUIÇÃO - CCA:

- **Marcus Vinicius Cavalcante da Silva** – CPF N° 053.***.*** – 90
- **Marcia Sabka Castagna** – CPF N° 033.***.*** -12
- **Celma Regina Mendes dos Santos** – CPF N° 028.***.*** - 33
- **Luciene de Souza Pires Silva** – CPF N° 796.***.*** - 15
- **Geneci Zaharko** – CPF N° 727.***.*** - 87
- **Andrea Elizabete Pereira** – CPF N° 649.***.*** – 10
- **Carolina Corassa Vieira** – CPF N° 704.***.*** - 68
- **Vania Aparecida Areco Coronel** – CPF N° 036.***.*** - 18
- **Edna da Costa** – CPF N° 055.***.*** - 90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 628/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 628/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 137/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **MARCUS VINICIUS SALES**, inscrito no CPF nº 011.***.***-48 (titular) e **CAROLINA ANDRADE SILVA RIBEIRO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 33.***.***-43 (suplente), ambos como fiscal do **CONTRATO 137/2023 – FORNECEDOR - THERMMO SYSTEM LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.314.978/0001-96; **VALOR TOTAL: R\$ 12.500,00**; **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA CENTRAL DE AR CONDICIONADO, PROJETO GLP, PROJETOS GAZES MEDICINAIS, PROJETO DE CABINE DE SELETTIVIDADE, DO EMPREENDIMENTO DO NOVO PRONTO ATENDIMENTO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme processo de Dispensa de Licitação nº 055-2023, VIGÊNCIA: 13/12/2023 ATÉ 12/03/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0627/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARIA ISABEL RODRIGUES SANTOS PORTILHO DO CARGO EFETIVO DE

TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITORE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar (a pedido) a servidora **MARIA ISABEL RODRIGUES SANTOS PORTILHO**, portadora do RG nº 33****3-5 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 05.***.***-17, do cargo efetivo de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL N°
031/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, PARA ATENDER AS UNIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no **dia 08 de janeiro de 2024 às 09h00min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT)**, estará recebendo propostas, para abertura às, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 19 de dezembro de 2023.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA**LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2023****EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2023****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT**CNPJ Nº** 15.031.669/0001-18**CONTRATADA:** D & S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS ENTRETENIMENTO LTDA – ME**CNPJ:**03.945.121/0001-02**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA DANIEL & SAMUEL PARA APRESENTAÇÃO DURANTE COMEMORAÇÃO DO FESTIVAL DE NATAL 2023, SENDO ESSA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2023, AS 22H (HORÁRIO BRASÍLIA), show com duração de 02:00 horas (duas) horas, no município de Santa Terezinha – MT.**VIGÊNCIA:** 19/12/2023 a 31/12/2023**VALOR TOTAL:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Santa Terezinha – MT, 19 de dezembro de 2023.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 005/2023 SMEC/STZ/MT****EDITAL Nº 005/2023 SMEC/STZ/MT**

Processo de contagem de Pontos dos profissionais Efetivos da Rede Pública Municipal de Educação de Santa Terezinha-MT, para o ano Letivo 2024.

O presidente da comissão organizadora do processo de contagem de ponto, do quadro de profissionais efetivos, no uso das atribuições conferida pela portaria 004/2023 Torna-se se público o resultado parcial do processo de contagem de pontos de análise curricular.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE 2023/2024

Nº	Nome	Formação	Escola	Pontos
CLASSIFICAÇÃO POR CONCURSO				
ENSINO SUPERIOR				
001	Erika Aguiar Alves	Pedagoga/Especialista	Creche	20,75
002	Ivanelza N. S. Lopes	Pedagoga/Especialista	Creche	20,40
003	Léia Trindade Costa	Pedagoga/Especialista	Creche	20,37
004	Janinha Maria Mariotti	Pedagoga/Especialista	Creche	19,95
005	Adenilda da S Santos Luz	Pedagogia/Especialista	Creche	19,72
006	Laila T. B. Pimentel	Pedagoga/Especialista	Creche	14,95
007	José Anízio Neto	Pedagogo/Especialista	Creche	14,67
008	Elza da Silva	Pedagoga/Especialista	Creche	14,37
ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO				
009	Messias Santos de Sousa	Pedagogia/Especialista	Creche	24,6
010	Silvia Maria P. Veras Sandes	Pedagoga/Especialista	Creche	22,0
011	Maria da Glória Oliveira	Pedagoga/Especialista	Creche	21,22
012	Florinalva F da Silva	Pedagoga/Especialista	Creche	23,22
013	Déusa Pereira Silva	Pedagoga/Especialista	Creche	23,0
014	Marivone V de Oliveira	Pedagoga/Especialista	Creche	22,47
015	José Rainor Pires da Silva	Pedagogo/Especialista	Creche	22,45
016	Zilma Lima Alves	Pedagoga/Especialista	Creche	19,25
017	Deusirene Alves de Oliveira	Pedagogo/Especialista	Creche	14,55
018	Francisco Wagner P da Silva	Pedagogo/Especialista	Creche	8,0
TAE- TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL				
TDI – EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL				
001	Alessandra Silva da Conceição	Pedagogia/Especialista	Creche	19,15
002	Sandra Dias da Cruz	Pedagogia/Especialista	Creche	18,80
003	Suelândia Araújo Rodrigues	Pedagogia/Especialista	Creche	17,97
004	Cleide Reis da Silva Souza	Pedagogia/Especialista	Creche	11,54
EDUCACIONAL				
005	Deuseri Alves de Oliveira Costa	Pedagoga	Creche	9,87
AAE – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL				
EM NUTRIÇÃO ESCOLAR				
001	Maria Raimunda R. F. Barros	Pro funcionário	Creche	19,25
002	Odila Neta Costa A. trindade	Pro funcionário	Creche	19,02
003	Dorca dos Santos Gomes	Pro funcionário	Creche	15,92
004	Eva da C. Santos Vasconcelos	Pro funcionário	Creche	8,67
005	Wilma da Silva Tavares	Propedêutico	Creche	2,0
INFRAESTRUTURA – LIMPEZA				
006	Kelli Regina Pinto A. Santos	Pro funcionário	Creche	21,02
007	Gilene Alves Aguiar	Pro funcionário	Creche	20,02
008	Osair Pereira da Silva	Pro funcionário	Creche	15,55
009	Terezinha de Jesus Trindade	Pro funcionário	Creche	14,52
010	Sebastiana Costa Reis (Secret.)	Pro funcionário	Creche	14,27
011	Luiz Gonzaga Noletto Silva	Pro funcionário	Creche	8,27
012	Eudete Costa Almeida	Pro funcionário	Creche	5,75
VIGIA				
013	Elioman Noletto Silva	Pro funcionário	Creche	8,37
014	Carlos Roberto S. Arruda (Secret.)	E. F. incompleto	Creche	10,75

ESCOLA DAGMAR BASTOS DE SEIXAS 2023/2024

Nº	Nome	Formação	Escola	Pontos
EFETIVO DO MAGISTÉRIO				
001	Cleriane Amorim Moraes	Letras/Especialista	Dagmar Bastos	22,45
002	Lucenilde Sousa Lima	Pedagogo /Especialista	Dagmar Bastos	20,37
003	Meyre R Carvalho	Pedagoga/Especialista	Dagmar Bastos	19,97
004	Raimundo Alves da Costa	Pedagogo/Especialista	Dagmar Bastos	16,47
005	Ana Paula Rodrigues	Geografia/Especialista	Dagmar Bastos	16,47
006	João Ferreira Dorta	Matemática/ Especialista	Dagmar Bastos	13,25
007	Antenor Bolduino Costa	Pedagogia	Dagmar Bastos	16,47
AAE (APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL)				
MOTORISTA				
008	Sebastião Pereira dos Santos	Pro funcionário	Dagmar Bastos	13,0
009	Júlio Gonçalves Nunes (Secret.)	Propedêutico	Dagmar Bastos	9,62
VIGIA				
010	Natanael Rosa Gonçalves	Pro funcionário	Dagmar Bastos	5,55
011	Edimilson José Carlos Junior	Propedêutico	Dagmar Bastos	11,55

ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS 2023/2024

Nº	Nome	Formação	Escola	Pontos
CLASSIFICAÇÃO CONCURSO				
EFETIVO DO MAGISTÉRIO				
001	Cosme Ribeiro dos Santos	Pedagoga/Especialista	Bom Jesus	21,5
002	Eliete Aguiar Alves	História/Especialista	Bom Jesus	20,8
003	Edinéis Teixeira Reis	Pedagogo/Especialista	Bom Jesus	20,75
004	Iraneide Campo Santos	Pedagoga/Especialista	Bom Jesus	18,5
005	Elismar F da Conceição	Pedagogia/Especialista	Bom Jesus	18,0
006	Eliandro Noletto Silva	Matemática/Especialista	Bom Jesus	17,22
007	Darlene Dias Cruz Ferreira	Pedagoga	Bom Jesus	15,67
008	Jovane Lima Silva	Magistério	Bom Jesus	2,0
TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.				
009	Rosimeire Francisca Pereira	Pedagogia	Bom Jesus	5,0
AAE - APOIO ADOINISTRATIVO EDUCACIONAL				
NUTRIÇÃO ESCOLAR.				
010	Neusilia Pereira dos Santos	Pro funcionário	Bom Jesus	18,0
011	Anatalice Pereira Silva Leal	Pro funcionário	Bom Jesus	13,52
INFRAESTRUTURA – LIMPEZA				
012	Divina Martins dos Santos	Pro funcionário	Bom Jesus	10,27
AAE – MOTORISTA				
013	Odilon Carlos Pereira Filho	Pro funcionário	Bom Jesus	12,25
014	Zacarias Pinto Araújo	Ensino Médio	Bom Jesus	3,45
015	Antônio Cesar Ribeiro	Ensino Fundamental	Bom Jesus	4,02
VIGILÂNCIA				
016	Raimundo N. R. Amorim	Pro funcionário	Bom Jesus	14,50
017	Elismar Ferreira Leal	Pro funcionário	Bom Jesus	9,25
018	Gledson Moraes Rodrigues	Pro funcionário	Bom Jesus	3,0

ESCOLA MUNIPAL ANTONIO ROSA 2023/2024

Nº	Nome	Formação Concurso	Escola	Pontos
EFETIVO EM MAGISTÉRIO COM GRADUAÇÃO				
001	Raimundo Campelo da Silva	Pedagogo	Antônio Rosa	9,47
002	Ronivon Costa da Silva	Magistério	Antônio Rosa	
NUTRIÇÃO ESCOLAR				
003	Marly Cardoso Costa	Pro funcionário	Antônio Rosa	10,0
INFRAESTRUTURA – LIMPEZA				
004	Edineusa Nunes Dourado	Pro funcionário	Antônio Rosa	8,5
MOTORISTA				
005	Roberto da Silva Aguiar	Pro funcionário	Antônio Rosa	10,95

ESCOLA MUNICIPAL LAGO GRANDE 2023/2024

Nº	Nome	Formação	Escola	Pontos
CLASSIFICAÇÃO POR CONCURSO.				
001	Jerson Cirqueira Vieira	Magistério	Lago Grande	0,0
AAE-ADMINISTRATIVO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR				
002	Maria Aparecida R. Sirqueira	Pro funcionário	Lago Grande	13,07

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO 2023/2024

Nº	Nome	Formação	Escola	Pontos
CLASSIFICAÇÃO POR CONCURSO.				

001	Paulo Henrique Alves Silva	Pedagogia/Especialista	São João	22,17
002	Valdovan Santos Costa	História/Especialista	São João	22,17
003	Josias de Jesus Gomes	Pedagogo/Especialista	São João	20,87
004	Rosimar Lima Freitas	Matemática/Especialista	São João	15,77
AAE- APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL				
NUTRIÇÃO ESCOLAR				
005	Nilza Helena Barreto da Cruz	Propedêutico	São João	12,65
INFRAESTRUTURA – LIMPEZA				
006	Claudia Oliveira Rodrigues	Pro funcionário	São João	18,47
MOTORISTA				
007	Aldeson Gonçalves Cavalcante	Pro funcionário	São João	9,02
008	Demilto Cesar Alves de Melo	Pro funcionário	São João	0,0
VIGIA				
009	Felipe Oliveira Lacerda	Pro funcionário	São João	8,32
010	James Pereira Costa	Propedêutico	São João	6,82
SMEC MOTORISTA				
001	Roberto Clayton Silva Pereira (Secret./Educação)	Pro funcionário		9,0
002	Murilo Soares Sousa (Secret./Esporte)	Pro funcionário		5,37
003	José Maria Pereira de Barros	Pro funcionário		0,0
004	Tharles Lima Strutz	Pro funcionário		0,0
005	Raimundo Nonato P. dos Santos (Secret./Educação)	Pro funcionário		0,0
006	Josenilson de Souza Moraes	Propedêutico		0,0
007	Jailton Costa Reis (Secret./Saúde)	Propedêutico		0,0
TAE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL				
008	Nilza Alves dos Santos Rodrigues (Secret./Educação)	Pedagogia/Especialista		5,0
009	Renato Volgango Silveira Rocha (Secret./Educação)	Químico		5,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT****EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 007/2023**

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Inexigibilidade n.º 007/2023, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso II, art. 74, da Lei 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA BRUNO E BARRETO, PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DE 32 ANOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.** Autorizando assim a contratação da empresa **BRUTO MEMO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ nº 43.998.179/0001-20, pelo valor de 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).**

Santo Afonso - MT, 19 de dezembro de 2023.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL RESUMIDO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N.º 006/2023.

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO 006/2023, POR MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 23/01/2024, ÀS 09H00M (HORÁRIO LOCAL)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155-Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DA GLEBA UNIÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2280-2023 – SECEL.** Conforme solicitação da **Sec. Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.** Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais cláusulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 11h00 e das 13h00min às 17h00min(horário local), ou pelo site do município, <https://santoafonsomt.com.br/>

Santo Afonso – MT, em 19 de dezembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER**EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 102/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2023

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2023 PARA O SEGUINTE OBJETO: “A Contratação de empresa para, **“REALIZAÇÃO DO EVENTO: ALEGRIA DO NATAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER – MT - APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO ESPETÁCULO CÊNICO DO GRUPO CHALANA: AUTO DE NATAL”**

Item	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	Valor Unitário	Valor Total
01	“REALIZAÇÃO DO EVENTO: ALEGRIA DO NATAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER – MT - APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO ESPETÁCULO CÊNICO DO GRUPO CHALANA: AUTO DE NATAL.”	Apresentação	02 DIAS	300.000,00	600.000,00

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, CGC/MF sob o n.º 03.507.555/0001-12.

CONTRATADA: GRUPO ARTISTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA CHALANA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 03.402.957/0001-52.

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2023

DATA DE VIGÊNCIA: Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura.

Santo Antônio de Leverger–MT, 19 de Dezembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 243/GP/2023

PORTARIA 243/GP/2023

DESIGNAR O FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2023

A PREFEITA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Edimara Verônica da Silva, CPF Nº 014.609.041-17**, designado pela Secretaria Municipal de Gestão, para exercer o encargo de **Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 065/2023**, firmado pelo Município de Santo Antônio de Leverger - MT.

OBJETO: “O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, MESA, CADEIRA E CAIXA TÉRMICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO.”.

L.CARLESSO - MUNDIAL TENDAS & TOALETES, inscrita no CNPJ sob o nº **11.717.868/0001-23**, sagrou vencedora do item 1 com valor de R\$ 260,000, item 2 com valor de R\$ 369,00, item 3 com valor de R\$ 390,00, item 4 com valor de R\$ 1.300,00, item 5 com valor de R\$ 4,70, item 6 com valor de R\$ 9,70, item 7 com valor de R\$ 142,00, item 8 com valor de R\$ 150,00, item 09 com valor de R\$ 239,00, item 10 com valor de R\$ 2.980,00.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger–MT, 19 de dezembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal.

PORTARIA 240/GP/2023

DESIGNAR O FISCAL DO CONTRATO Nº 118/2023

A PREFEITA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CLAUDETE FERREIRA DE CASTRO, CPF: 794.669.401-63**, designada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato nº 118/2023, firmado pelo Município de Santo Antônio de Leverger-MT.

1.1. **OBJETO: “REALIZAÇÃO DO EVENTO: ALEGRIA DO NATAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER–MT - APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO ESPTÁCULO CÊNICO DO GRUPO CHALANA: AUITO DE NATAL”**

CONTRATADA: GRUPO ARTISTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA CHALANA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 03.402.957/0001-52.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger-MT, 19 de Dezembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2023

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 097/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2023 PARA O SEGUINTE:

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, MESA, CADEIRA E CAIXA TÉRMICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, OBSERVADO AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2023 - L.CARLESSO - MUNDIAL TENDAS & TOALETES, inscrita no CNPJ sob o nº **11.717.868/0001-23**, sagrou vencedora do item 1 com valor de R\$ 260,000, item 2 com valor de R\$ 369,00, item 3 com valor de R\$ 390,00, item 4 com valor de R\$ 1.300,00, item 5 com valor de R\$ 4,70, item 6 com valor de R\$ 9,70, item 7 com valor de R\$ 142,00, item 8 com valor de R\$ 150,00, item 09 com valor de R\$ 239,00, item 10 com valor de R\$ 2.980,00.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2023

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses.

Santo Antônio de Leverger–MT, 19 de dezembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
LEI Nº 974/2023

LEI Nº 974/2023

DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera a redação e inclui anexos na Lei Municipal nº 647/2017, que disciplina a cobrança de taxas pelos sexijos de atividades potencialmente poluidoras ou uilizadoras de recursos ambientais no ambito do municipio de Santo Antônio do Leste, e dá outras providencias.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito

Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Acrescenta o Paragrafo único ao Art. 6º da Lei Municipal nº 647/2017, de 20 de abril de 2017:

Art. 6º

Parágrafo único. Para a definição do valor das taxas mencionadas no caput, serão observados os parâmetros definidos nos Anexos desta.

Artigo 2º - Inclui os Anexo I, II, III, IV, V, VI VII,VIII, IX, X, XI na Lei Municipal nº 647/2017, de 20 de abril de 2017, que acompanha o presente Projeto de Lei.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO EM: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ATIVIDADES QUE SE ENQUADRAM NA MODALIDADE DE REGISTRO:

Aquicultura de lâmina d'água até 5ha; (registro no INDEIA)

Barragem somente para dessedentação animal e uso doméstico – área inundada de até 10ha;

Comércio de materiais de construção,

Comércio/consumo de madeira; (CECE/SEMA);

Serraria;

Transportes de cargas secas e inertes;

Viveiro de plantas;

Panificadoras, lanchonetes, pizzarias, supermercados, câmaras frias, quando as mesmas não forem caracterizadas como microempresa;

Outras atividades de baixo potencial poluidor, passivas de licenciamento, mas que não possuem porte nem qualificação para serem enquadradas como micro empresa.

ANEXO II

ATIVIDADES QUE SE ENQUADRAM NA MODALIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA(LAS)

Comércio varejista de gás de cozinha;

Depósito e comércio de materiais recicláveis não perigosos;

Outras atividades consideradas de baixo potencial ofensivo ao meio ambiente por sua natureza, porte e localização que são enquadradas como micro empresa.

ANEXO III

ATIVIDADES QUE SE ENQUADRAM NA MODALIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Feiras e exposições temporárias;

Recuperação de áreas degradadas;

Movimentação de terra (corte e aterro);

Poda, remoção e corte de árvores;

Instalação de canteiros de alojamento,

Outras atividades com tempo determinado com baixo potencial poluidor conforme análise do órgão ambiental competente.

ANEXO IV

VALORES DAS TAXAS DE LICENCIAMENTO PARA EMPREENDIMENTOS OU ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORES.

(Incidente 60% sobre o valor Unidade Fiscal do Estado MT)

Taxa das Licenças Previas (LP)

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÍNIMO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LP	Pequeno	22,00 UPFM
	Médio	63,00 UPFM
	Grande	110,00 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **PEQUENO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LP	Pequeno	154,00 UPFM
	Médio	330,00 UPFM
	Grande	638,33 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÉDIO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LP	Pequeno	1.056,54 UPFM
	Médio	1.364,70 UPFM
	Grande	2.201,00 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **GRANDE**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LP	Pequeno	2.817,46 UPFM
	Médio	3.103,61 UPFM
	Grande	3.962,00 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **EXCEPCIONAL**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LP	Pequeno	4.512,34 UPFM
	Médio	5.612,91 UPFM
	Grande	7.109,69 UPFM

Taxa de Licença de Instalação(LI)

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÍNIMO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LI	Pequeno	198,10 UPFM
	Médio	242,12 UPFM
	Grande	286,14 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **PEQUENO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LI	Pequeno	528,27 UPFM
	Médio	880,45 UPFM
	Grande	1.474,76 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÉDIO**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LI	Pequeno	2.091,00 UPFM
	Médio	2.927,52 UPFM
	Grande	4.622,40 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **GRANDE**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LI	Pequeno	5.855,00 UPFM
	Médio	6.449,34 UPFM
	Grande	8.122,21 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **EXCEPCIONAL**

	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
LI	Pequeno	9.244,80 UPFM
	Médio	11.423,93 UPFM
	Grande	14.439,49 UPFM

Taxa da Licença de Operação(LO)

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÍNIMO**

LO	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
	Pequeno	110,00 UPFM
	Médio	154,00 UPFM
	Grande	198,10 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **PEQUENO**

LO	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
	Pequeno	264,13 UPFM
	Médio	440,22 UPFM
	Grande	748,38 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **MÉDIO**

LO	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
	Pequeno	1.056,54 UPFM
	Médio	1.474,76 UPFM
	Grande	2.311,20 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **GRANDE**

LO	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
	Pequeno	2.927,52 UPFM
	Médio	3.213,66 UPFM
	Grande	4.072,11 UPFM

Porte do Empreendimento/Atividade: **EXCEPCIONAL**

LO	Nível de Poluição e/ou Degradação	QUANTIDADE DE UPFM
	Pequeno	4.622,40 UPFM
	Médio	5.722,97 UPFM
	Grande	7.219,74 UPFM

ANEXO V

CLASSIFICAÇÃO ESPECÍFICA

ANÁLISE DE PROJETOS, VISTORIAS TÉCNICAS E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA)

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

Custo Total da Análise

$$CT = ST + VT + CE + CA$$

Serviços Técnicos

$$ST = T \times H \times Ch$$

Vistoria Técnica

$$VT = (T \times D \times Cd) + (V \times R \times Ck) + (Hv \times Cv)$$

Consultoria Externa

$$CE = Cc \times H$$

Custo Administrativo

$$CA = 0,10 \times (ST + VT + CE)$$

ONDE:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

Ch = Custo da hora técnico (5 UPFM/hora)

Cd = Custos de diária (40 UPFM/dia)

Ck = Custo do quilometro rodado (0,50 UPFM/km)

Cc = Custo da hora consultoria (35 UPFM/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Hv = Horas de voo

Cv = Custo da hora de voo (UPFM)

UPFM= Unidade Padrão Fiscal Municipal.

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS

Autorização Ambiental:

$$Pr (UPFM) = 142,72 + VT(VT=Vistoria Técnica)$$

(Concedidas aos empreendimentos e atividades dispensadas de licenciamento pelo porte, ou para intervenções ou operação de curta duração e para cadastramento).

ANEXO VII

CERTIDÕES

Certidões Diversas emitidas pelo SEMAM

CD = 13 UPFM

ANEXO VIII

EXPEDIÇÃO DE SEGUNDA VIA

Expedição de segunda via de licenças ou de autorizações ambientais:

Cexped. = 7 UPFM

ANEXO IX

CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL

Pr = 13 UPFM

ANEXO X

-Taxa de Registro conforme anexo I desta Lei será correspondente a 71(Setenta e Uma) UPFM.

ANEXO XI

-Taxa da licença ambiental simplificada (LAS) conforme anexo III esta Lei será correspondente a 105(Cento e Cinco) UPFM.

Obs: A vistoria no perímetro urbano terá um desconto de 20% sobre o valor.

LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 011/2023

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

Processo Administrativo Nº 057/2023

Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: ERIKS MATOS DA SILVA

Data de Publicação: 04/09/2023 16:39:20

		TOTAL DO PROCESSO: 1.510.098,96
AMMO INFORMATICA LTDA		07.300.151/0001-04 68.069,85
LOTE 1 Quant.: 1	Num: 050	Lance: 129,99 Total: 1.949,85

Item: 1 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: TS3110

Descrição: TELEFONE SEM FIO ? REFERÊNCIA TS3110 ? MODELO TS 3110 COM AGENDA PARA 70 CONTATOS,

DISCAGEM RÁPIDA PARA ATÉ 10 NÚMEROS, REGISTRO DE 15 CHAMADAS ATENDIDAS, 20 NÃO ATENDIDAS

E 15 ORIGINADAS, 7 TIPOS DE TOQUE COM 5 OPÇÕES DE VOLUME, FUNÇÕES FLASH, REDISCAR E MUDO,

MENU TRILÍNGUE EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS, BLOQUEIO DE CHAMADAS ORIGINADAS,

COMUNICAÇÃO INTERNA, CONFERÊNCIA A TRÊS E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS

Quantidade: 15	Val. Ref.: 147,12	Valor Unit.: 129,99	Total Item: 1.949,85
LOTE 41 Quant.: 1	Num: 108	Lance: 199,00	Total: 5.970,00

Item: 41 Unidade: UNID Marca: ONE POWER Modelo: MP500W3-I

Descrição: FONTE GAMER ATX 450W ? MODELO CV450 80PLUS BRONZE - TIPO: ATX 12V POTÊNCIA MÁXIMA: 450W CERTIFICAÇÃO: 80 PLUS BRONZE ? EFICIÊNCIA DE ATÉ 88% DE EFICIÊNCIA - TENSÃO DE ENTRADA:

100 - 240V (AUTOMÁTICO)

Quantidade: 30	Val. Ref.: 349,91	Valor Unit.: 199,00	Total Item: 5.970,00
LOTE 69 Quant.: 1	Num: 143	Lance: 2.270,00	Total: 56.750,00

Item: 69 Unidade: UNID Marca: EPSON Modelo: L6270

Descrição: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK ? MODELO L6970 TANQUE DE TINTA COLORIDA, MULTIFUNCIONAL 3 EM 1: IMPRIME, COPIA E DIGITALIZA. BAIXO CUSTO DE IMPRESSÃO: IMPRIME ATÉ 7.500 PÁGINAS EM PRETO OU 6.000 PÁGINAS COLORIDAS COM UM KIT DE GARRAFAS DE TINTA DE REPOSIÇÃO.

MAIOR PRODUTIVIDADE: IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO E ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE

FOLHAS PARA ATÉ 30 PÁGINAS, PROPORCIONANDO ECONOMIA DE PAPEL E TEMPO. CONECTIVIDADE AVANÇADA: COM CABO USB, CONEXÕES WI-FI, WI-FI DIRECT2 E REDE ETHERNET PARA GRUPOS DE TRABALHO

Quantidade: 25	Val. Ref.: 2.270,36	Valor Unit.: 2.270,00	Total Item: 56.750,00
LOTE 105 Quant.: 1	Num: 061	Lance: 170,00	Total: 3.400,00

Item: 105 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: AC1200 ARCHER C50

Descrição: ROTEADOR WIRELESS DUAL BAND GIGABIT 4 ANTENAS ESCRIÇÃO:ROTEADOR WIRELESS

DUAL BAND GIGABIT 4 ANTENAS WI-FI AC 1200DUALBAND - VELOCIDADE DE ATÉ 300MBPS NA BANDA DE 2,4

GZ E 867 MPBS NA BANDA DE 5GHZ, PORTAS FULL GIGABIT ? CONEXÕES RÁPIDAS PARA DISPOSITIVOCOM

FIO , INCLUINDO CONSOLES DE JOGOS , DESKTOPS, SMART TVS E MUITO MAIS COMPARTILHE COM ATÉ 60 DISPOSITIVOS -ACESSO Á INTERNET PARA VARIOS ATREAMING SIMULTANEAMENTE, 4 ANTENAS

EXTERNAS DE ALTO GANHO PODEROSA , COBERTURA SEM FIO EM TODA A SUA CASA , INSTALAÇÃO FACIL A PAGINA DA WEB INTUITIVA GUIA VOCE PELO PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO EM MINUTOS.

Quantidade: 20 Val. Ref.: 331,67 **Valor Unit.: 170,00** Total Item: 3.400,00

MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	50.247.672/0001-74	358.910,00
LOTE 2 Quant.: 1 Num: 023 Lance: 60,00		Total: 1.200,00

Item: 2 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: DDR3 1600 MHZ 4GB

Descrição: MEMÓRIA RAM KVR16N11/8 1600MHZ DESKTOP 8GB DDR3.

Quantidade: 20	Val. Ref.: 72,40	Valor Unit.: 60,00	Total Item: 1.200,00
LOTE 3 Quant.: 1	Num: 114	Lance: 10.900,00	Total: 43.600,00

Item: 3 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: POWERED R250

Descrição: SERVIDOR RACK 1U ? MODELO POWEREDGE R250, XEON E-2324G, 16GB RAM, 4TB HD, FONTE 450W. GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 4	Val. Ref.: 10.993,90	Valor Unit.: 10.900,00	Total Item: 43.600,00
LOTE 4 Quant.: 1	Num: 009	Lance: 11.300,00	Total: 45.200,00

Item: 4 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: POWERED T350

Descrição: SERVIDOR TORRE ? MODELO POWEREDGE T350 MP1 3ª GERAÇÃO INTEL XEON E-2324G, 16GB RAM, 960GB SSD SATA. GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 4	Val. Ref.: 11.399,00	Valor Unit.: 11.300,00	Total Item: 45.200,00
LOTE 9 Quant.: 1	Num: 085	Lance: 200,00	Total: 2.000,00

Item: 9 Unidade: UNID Marca: MIKROTIK Modelo: RB940-2ND BR

Descrição: ROUTER BOARD- RB 941-2ND ? ESPECIFICAÇÕES DETALHES, RB941-2ND, ARQUITETURA SMIPS,

CPU QCA9533, CONTAGEM DO NÚCLEO DA CPU 1, FREQUÊNCIA NOMINAL DO CPU 650 MHZ, NÍVEL DE

LICENÇA 4, SISTEMA OPERACIONAL ROUTEROS, TAMANHO DA RAM 32 MB, TAMANHO DE ARMAZENAMENTO

16 MB, TIPO DE ARMAZENAMENTO INSTANTÂNEO, TEMPERATURA AMBIENTE TESTADA -20 A 60 ° C,

ALIMENTANDO, DETALHES TENSÃO DE ENTRADA MICROUSB 5-5 V - NÚMERO DE ENTRADAS DC 1

(MICROUSB) - CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA 3,5 W - SEM FIO ? DETALHES GANHO DE ANTENA DBI PARA

2,4 GHZ 1,5 - PADRÕES SEM FIO DE 2.4 GHZ 802.11B / G / N - GERAÇÃO DE WI-FI 4 - TAXA DE DADOS MÁXIMA

SEM FIO DE 2,4 GHZ 300 MBIT / S - NÚMERO SEM FIO DE 2,4 GHZ DE CADEIAS 2 - MODELO DE CHIP SEM FIO DE 2,4 GHZ QCA9533 ? ETHERNET - DETALHES

Quantidade: 10 Val. Ref.: 459,57 **Valor Unit.: 200,00** Total Item: 2.000,00

LOTE 15 Quant.: 1	Num: 054 Lance: 48,00	Total: 480,00
Item: 15 Unidade: UNID Marca: EXBOM	Descrição: CASE GAVETA HD EXTERNO SATA 2,5 USB 3.0 ? FAST 5GBPS	Modelo: CASE HD USB 3.0
Quantidade: 10 Val. Ref.: 48,83	Valor Unit.: 48,00	Total Item: 480,00
LOTE 17 Quant.: 1	Num: 118 Lance: 220,00	Total: 1.760,00

Item: 17 Unidade: UNID Marca: KNUP Modelo: KP 917

Descrição: MICROFONE DE MESA ? MODELO GK59 USB C, PLUG & PLAY COM CONDENSADOR PARA GRAVAÇÃO EM HD.

Quantidade: 8 Val. Ref.: 222,87 **Valor Unit.: 220,00** Total Item: 1.760,00

LOTE 18 Quant.: 1	Num: 009 Lance: 140,00	Total: 420,00
Item: 18 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: RJ 45 RJ 11	Descrição: KIT LOCALIZADOR(ZUMBIDOR) E TESTADOR DE CABOS REDE RJ45 E RJ11.	Total Item: 420,00
Quantidade: 3 Val. Ref.: 144,30	Valor Unit.: 140,00	
LOTE 27 Quant.: 1	Num: 069 Lance: 70,00	Total: 700,00

Item: 27 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: 10A 12V

Descrição: FONTE CHAVEADA 12V 10A IDEAL P/ CFTV CÂMERA DE SEGURANÇA ETC FONTE CHAVEADA 12V

10A LIGA ATÉ 32 MINI CÂMERAS DE SEGURANÇA OU 10 CÂMERAS COM INFRAVERMELHO IDEAL PARA

CÂMERAS DE SEGURANÇA CFTV OU 10 CÂMERAS COM INFRAVERMELHO IDEAL PARA CÂMERAS DE SEGURANÇA CFTV

Quantidade: 10	Val. Ref.: 70,57	Valor Unit.: 70,00	Total Item: 700,00
LOTE 28 Quant.: 1	Num: 140	Lance: 139,00	Total: 417,00

Item: 28 Unidade: JG Marca: BRASFORT Modelo: MAGNETIZADA 18 PEÇAS

Descrição: JOGO CHAVE FENDA, PHILIPS, PRECISÃO MAGNETIZADA 18PÇS FENDA 6 X 38 MM, FENDA 5 X 75

MM FENDA 6 X 100 MM FENDA 8 X 150 MM PHILLIPS 2 X 38 MM PHILLIPS 1 X 75 MM PHILLIPS 2 X 100 MM

PHILLIPS 3 X 150 MM FENDA 2,5 X 50 MM FENDA 3,0 X 50 MM PHILLIPS 00 X 50 MM PHILLIPS 0 X 50 MM TORX 6 TORX 7 TORX 8 TORX 9 TORX 10 TORX 15

Quantidade: 3	Val. Ref.: 139,99	Valor Unit.: 139,00	Total Item: 417,00
LOTE 29 Quant.: 1	Num: 059	Lance: 400,00	Total: 800,00

Item: 29 Unidade: UNID Marca: YIHUA Modelo: 850

Descrição: ESTAÇÃO DE SOLDA E DESSOLDA RETRABALHO REMOVEDOR DE SOLDA DE JATO QUENTE ANTI-

ESTÁTICO E ELÉTRICO. AJUSTE DO AR QUENTE PERMITE A SOLDA E DESSOLDA. CONSUMO MÉDIO DE

20~270 WATTS. FLUXO 23L / MINUTO (FLUXO MÁXIMO). ATINGE O AR QUENTE - TEMPERATURA DE 100°C 450°C ACOMPANHA 3 BOCAIS: 4MM; 8MM; 10MM. NÃO É BIVOLT EM 110 VOLTS).

Quantidade: 2 Val. Ref.: 401,90 **Valor Unit.: 400,00** Total Item: 800,00

LOTE 34 Quant.: 1	Num: 124	Lance: 16,00	Total: 800,00
Item: 34 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: 16GB	Total Item: 800,00		
Descrição: PEN DRIVE 16GB ? COR PRETO			
Quantidade: 50 Val. Ref.: 21,61 Valor Unit.: 16,00			
LOTE 35 Quant.: 1	Num: 124	Lance: 320,00	Total: 8.000,00

Item: 35 Unidade: UNID Marca: WESTERN DIGITAL Modelo: 1TB EXTERNO

Descrição: HD EXTERNO 1TB ? MODELO EXPANSION PORTABLE ? VERSÃO STEA1000400 ? CAPACIDADE 1 TB - MODELO DETALHADOS TEA1000400 - TECNOLOGIA DE ARMAZENAMENTO HDD - INTERFACES USB 3.0 ?

APLICAÇÕES PC, NOTEBOOK LOCALIZAÇÃO DO DISCO EXTERNO - TIPO DE DISCO EXTERNO PORTÁTIL - FATOR DE FORMA 2.5 IN - QUANTIDADE DE COMPARTIMENTOS PARA DISCOS - ACESSÓRIOS INCLuíDOS

CABO USB - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 5.4 RPM - VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA 125 MB/S - LATÊNCIA

MÉDIA 5.6 MS - SISTEMAS DE ARQUIVOS SUPORTADOS WINDOWS VISTA / 7 / 8. MICROSOFT WINDOWS XP

Quantidade: 25	Val. Ref.: 329,00	Valor Unit.: 320,00	Total Item: 8.000,00
LOTE 36 Quant.: 1	Num: 003	Lance: 370,00	Total: 9.250,00

Item: 36 Unidade: UNID Marca: WESTERN DIGITAL Modelo: 2TB EXTERNO

Descrição: HD EXTERNO 2TB ? MODELO EXPANSION ? CAPACIDADE 2 TB ? MODELO- DETALHADO

EXPANSION - TECNOLOGIA DE ARMAZENAMENTO HDD ? INTERFACES USB 3.0 APLICAÇÕES CONSOLE DE

JOGOS - LOCALIZAÇÃO DO DISCO EXTERNO - TIPO DE DISCO EXTERNO HDD - DADOS DO CACHE 64 MB -

ACESSÓRIOS INCLuíDOS CABO USB VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA 100 MB/S

Quantidade: 25	Val. Ref.: 372,00	Valor Unit.: 370,00	Total Item: 9.250,00
LOTE 37 Quant.: 1	Num: 054	Lance: 50,00	Total: 1.000,00

Item: 37 Unidade: UNID Marca: SANDISK Modelo: SDSDQUNR-032G-GN3MA

Descrição: CARTÃO MEMÓRIA SDXC 128GB 100MB/S CLASSE 10, U1 ? MODELO MICRO SD CLASSE 10

SDSDQUNR ? 032G-GN3MA 100MB/S

Quantidade: 20 Val. Ref.: 57,40

LOTE 38 Quant.: 1	Num: 087	Lance: 100,00	Total: 5.500,00
Item: 38	Unidade: UNID	Marca: MULTILASER	Modelo: PH049

Valor Unit.: 50,00 Total Item: 1.000,00 Descrição: FONE DE OUVIDO - TAMANHO DO DRIVER: DINÂMICO DE 30 MM - TIPO DE DOME - RESPOSTA DE

FREQUÊNCIA: (HZ) 12?22.000HZ - SENSIBILIDADES: (DB/MW) 98 DB/MW - IMPEDÂNCIA: (OHM) 24 OHM (1KHZ) -

TIPO DE CABO: FORMA DE Y - COMPRIMENTO DO CABO: 1,2 M - TOMADA: MINIESTÉREO EM FORMA DE L

DOURADO - CONTROLE DE RESPOSTA DE TOQUE: SUPRA-AURICULAR, FAIXA PARA A CABEÇA - PESO: 120 G

Quantidade: 55	Val. Ref.: 107,05	Valor Unit.: 100,00	Total Item: 5.500,00
LOTE 42 Quant.: 1	Num: 092	Lance: 900,00	Total: 900,00

Item: 42 Unidade: UNID Marca: MONTECH Modelo: BETA BRONZE 550W 80

PLUS

Descrição: PODCAST HOME STUDIO PC RADIO ÁUDIO USB MICROFONE CONDENSADOR ? MODELO 922B FATOR DE FORMA 1 - TIPO DE MICROFONE CONDENSADOR - PADRÃO POLAR1 - QUANTIDADE DE MICROFONES 1 - COMPRIMENTO DO CABO 1.5 M - USOS RECOMENDADOS ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO.

Quantidade: 1	Val. Ref.: 010,00	Valor Unit.: 900,00	Total Item: 900,00
LOTE 43 Quant.: 1	Num: 105	Lance: 1.200,00	Total: 14.400,00

Item: 43 Unidade: UNID Marca: PHILCO Modelo: PTV39N87D

Descrição: TV LED 39 POLEGADAS - RESOLUÇÃO: HD (1366 X 768) - TEMPO DE RESPOSTA: 8.0MS - ÂNGULO DE VISÃO: 176°(H) X 176°(V) - BRILHO: 300 CD/M² - CONTRASTE DINÂMICO: 3.000.000:1 - FREQUÊNCIA DA TELA: 60HZ - POTÊNCIA DO ALTO-FALANTE: 10-WRMS X 2 - FORMATO DA TELA: 16:9 - SISTEMA DE CORES: PAL-M, PAL-N, NTSC FURAÇÃO VESA: 200X100MM

Quantidade: 12 Val. Ref.: 1.506,04 **Valor Unit.: 1.200,00** Total Item: 14.400,00

LOTE 46 Quant.: 1	Num: 080	Lance: 25,00	Total: 3.750,00
Item: 46 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: BPC 8160	Total Item: 3.750,00		
Descrição: TECLADO SLIM STANDARD USB PRETO ?			
Modelo: TC065			
Quantidade: 150 Val. Ref.: 49,96 Valor Unit.: 25,00			

LOTE 50 Quant.: 1 Num: 126 Lance: 1.430,00 **Total: 28.600,00**

Item: 50 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: CORPORATE I5 8400 16GB
SSD 240GB

Descrição: COMPUTADOR ? PROCESSADOR I5, 16GB DE MEMÓRIA RAM DDR4, SSD DE 240GB.(MINIMO PROCESSADOR DE OITAVA GERAÇÃO OU SUPERIOR)

Quantidade: 20 Val. Ref.: 1.660,92 **Valor Unit.: 1.430,00** Total Item: 28.600,00

LOTE 51 Quant.: 1 Num: 082 Lance: 2.300,00 **Total: 46.000,00**

Item: 51 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: CORPORATE I7 3770 16GB
SSD 480GB

Descrição: COMPUTADOR ? PROCESSADOR I7 3770, PLACA MÃE H61, 16GB DE MEMÓRIA RAM(DDR3), SSD DE 480GB, PLACA DE VIDEO GEFORCE GTX 1050 TI 4GB, FONTE 500W REAL COM SELO 80 PLUS BRONZE, GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 20	Val. Ref.: 2.345,72	Valor Unit.: 2.300,00	Total Item: 46.000,00
LOTE 53 Quant.: 1	Num: 087	Lance: 3.200,00	Total: 48.000,00

Item: 53 Unidade: UNID Marca: CANON Modelo: CR C240

Descrição: SCANNER DE MESA ? MODELO ADS-4700W.DIGITALIZE ATÉ 40 PÁGINAS POR

MINUTODIGITALIZAÇÃO DUPLEX DE ATÉ 80 IMAGENS POR MINUTO E PROCESSAMENTO DE IMAGENS

AVANÇADOALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE 80 FOLHAS (ADF)TELA SENSÍVEL AO TOQUE DE

10,9CMINTERFACE DE USUÁRIO DEDICADA CONEXÃO DE REDE CABEADA E SEM FIODIGITALIZE

DIRETAMENTE PARA PENDRIVE COM CONEXÃO USB3.0 SUPER-SPEED

Quantidade: 15	Val. Ref.: 3.235,42	Valor Unit.: 3.200,00	Total Item: 48.000,00
LOTE 62 Quant.: 1	Num: 120	Lance: 160,00	Total: 640,00

Item: 62 Unidade: UNID Marca: KNUP Modelo: KP M0023

Descrição: DOCK STATION HD ALL IN 1 HDD DOCKING USB 2,0 / 3.0 SATA BACKUP INTERFACES INTERNAS SATA/ IDE - TAMANHOS COMPATÍVEIS SATA / IDE SUPORTE PARA 2 HD SATA DOCKING, COMPATÍVEL COM HD SATA 2,5? OU 3,5?

Quantidade: 4	Val. Ref.: 167,33	Valor Unit.: 160,00	Total Item: 640,00
LOTE 65 Quant.: 1	Num: 021	Lance: 115,00	Total: 2.300,00

Item: 65 Unidade: UNID Marca: MERCUSYS Modelo: MS108G

Descrição: SWITCH GIGABIT DE MESA LS1008G ? MODELO ZP1000CM3A001 COM 8 PORTAS 10/100/1000. TAXA

DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS: 16 GBPS PORTAS COMPATÍVEIS AUTO-MDI/MDIX

Quantidade: 20	Val. Ref.: 170,04	Valor Unit.: 115,00	Total Item: 2.300,00
LOTE 67 Quant.: 1	Num: 061	Lance: 100,00	Total: 1.700,00

Item: 67 Unidade: UNID Marca: DEX Modelo: 10 100 1000

Descrição: ADAPTADOR USB MINI WIRELESS MU-MIMO AC1300 ALIA DUAS CARACTERÍSTICAS QUE VÃO

FACILITAR O SEU DIA-A-DIA: PEQUENO TAMANHO, GRANDE PERFORMANCE. O ARCHER T3U OFERECE

PORTABILIDADE CONVENIENTE, CONEXÃO SEM FIO ALTAMENTE EFICIENTE E RÁPIDA, CONECTIVIDADE

FLEXÍVEL ATRAVÉS DA DUAL BAND WIRELESS 2.4 GHZ, 5 GHZ E UMA PORTA USB3.0 ATÉ 3X MAIS RÁPIDA

QUE USB 2.0. DESIGN EM MINIATURA, USB 3.0 PARA VELOCIDADES DE TRANSFERÊNCIA SUPERIORES, TAXA DE TRANSFERÊNCIA AUMENTADA COM O MU-MIMO. DIMENSÕES (LX PXA) 4.05 CM X 1.972 CM X 1.029 CM.

Quantidade: 17	Val. Ref.: 110,21	Valor Unit.: 100,00	Total Item: 1.700,00
LOTE 70 Quant.: 1	Num: 135	Lance: 32,00	Total: 640,00

Item: 70 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: HUM USB 3.0

Descrição: HUB USB 3.0 4 PORTAS COM SWITCH E LED INDICADOR USB 3.0 HUB DE 4 PORTAS COM SWITCH É UM CABO CONECTOR QUE TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO MULTIPLICAR AS ENTRADAS USB DO SEU COMPUTADOR OU NOTEBOOK.

Quantidade: 20 Val. Ref.: 32,40 **Valor Unit.: 32,00** Total Item: 640,00

LOTE 74 Quant.: 1	Num: 072	Lance: 40,00	Total: 1.400,00
Item: 74 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: BPC D02L	Descrição: CAIXA DE SOM PARA MULTIMIDIA - PARA COMPUTADOR, COM 3W DE POTENCIA		
Quantidade: 35	Val. Ref.: 1.341,55	Valor Unit.: 40,00	Total Item: 1.400,00
LOTE 81 Quant.: 1	Num: 078	Lance: 81,00	Total: 8.100,00

Item: 81 Unidade: UNID Marca: AFOX Modelo: SSD 240GB SATA III

Descrição: HARD DISK SSD 240 GB ? MODELO SA400S37/240G SATA3, 2.5 POL ESPECIFICAÇÕES: INTERFACE:

SATA REV. 3.0 (6GB/S) ? COMPATÍVEL COM A VERSÃO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE

REFERÊNCIA - ATÉ 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO TEMPERATURA DE

ARMAZENAMENTO: -40 °C A 85 °C TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 °C A 70 °C VIBRAÇÃO QUANDO EM

OPERAÇÃO: 2,17G PICO (7 ? 800 HZ) VIBRAÇÃO QUANDO NÃO ESTÁ EM OPERAÇÃO: 20G PICO (10 ? 2000 HZ)

EXPECTATIVA DE VIDA ÚTIL: 1 MILHÃO DE HORAS MTB GARANTIA: 36 MESES

Quantidade: 100	Val. Ref.: 156,59	Valor Unit.: 81,00	Total Item: 8.100,00
LOTE 82 Quant.: 1	Num: 011	Lance: 170,00	Total: 10.200,00

Item: 82 Unidade: UNID Marca: PNY Modelo: SSD 480GB CS900

Descrição: HARD DISK SSD 480 GB ? MODELO SA400S37/480G SATA 3, 2.5 POL.

ESPECIFICAÇÕES:CAPACIDADE 480GB CAPACIDADE DE LEITURA SEQUENCIA: 520MBS CAPACIDADE DE

GRAVAÇÃO SEQUENCIAL: 450MBS GARANTIA FABRICANTE: 3 ANOS INTERFACE: SATA III (6GBS)

TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40°C A 85°C TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 70°C DIMENSÕES DO PRODUTO SEM EMBALAGEM: 100 X 69 X 7 DIMENSÕES DO PRODUTO COM EMBALAGEM: 140MM X 100MM X 21MM

Quantidade: 60	Val. Ref.: 193,51	Valor Unit.: 170,00	Total Item: 10.200,00
LOTE 84 Quant.: 1	Num: 034	Lance: 160,00	Total: 3.200,00

Item: 84 Unidade: UNID Marca: PCYES Modelo: G210 1GB

Descrição: PLACA DE VIDEO ? MODELO GEFORCE G 210, 1GB 64 BITS, COM ESPECIFICACOES: INTERFACE: PCI EXPRESS X 16, CHIPSET: GT 210, CUDA CORE: 16. VELOCIDADE DA MEMORIA: 1000 MHZ, TAMANHO DA MEMORIA: 1024, TIPO DE MEMÓRIA: DDR3.

Quantidade: 20	Val. Ref.: 173,21	Valor Unit.: 160,00	Total Item: 3.200,00
LOTE 85 Quant.: 1	Num: 088	Lance: 180,00	Total: 2.700,00

Item: 85 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: OFFICE 230W

Descrição: GABINETE + FONTE 230W + CABO DE FONTE DESCRIÇÃO: GABINETE + FONTE + CABO DE FONTE

POSIÇÃO DA FONTE DE ALIMENTAÇÃO: PARTE SUPERIOR USB I/O: USB + AUDIO; USB 3.0 (OPCIONAL) HDD / SSD: 2 * HDD + 2 * SSD SUPORTE PARA PLACA-MÃE: ATX / MICRO-ATX MATERIAL E ESPESURA: 0,40 MM SPCC

Quantidade: 15	Val. Ref.: 188,17	Valor Unit.: 180,00	Total Item: 2.700,00
LOTE 88 Quant.: 1	Num: 036	Lance: 1.300,00	Total: 39.000,00

Item: 88 Unidade: UNID Marca: N COMPUTING Modelo: L300

Descrição: THIN CLIENT IGUAL OU SUPERIOR AO THIN CLIENT WYSE 3040. PECIFICAÇÕES: DISPONIBILIDADE:

AUTOMÁTICA EXPERIÊNCIA DE USO INTERATIVO: EXPERIÊNCIA DE "PC PRÓPRIO", COM NAVEGAÇÃO SUAVE E ATUALIZAÇÕES DE TELA RÁPIDAS. DESEMPENHO DE VÍDEO: VÍDEOS DE TELA INTEIRA COM PROGRAMAS DE MÍDIA E VÍDEO INTEGRADO AO NAVEGADOR (INCLUSIVE FLASH). CONECTIVIDADE A PERIFÉRICOS: USB 2.0 (2 PORTAS) SUPORTE DE TECLADO E MOUSE: USB RESOLUÇÃO MÁXIMA DA TELA: 1920X1080 OU 1600X1200 EM COR DE 24 BITS. PORTA DE ALTO-FALANTES: SAÍDA STÉREO. PORTA DE

MICROFONE: SIM FONTE DE ALIMENTAÇÃO NECESSÁRIA: SIM, 12 VDC INCLUÍDOS CONSUMO NOMINAL: 3-5

WATTS TAMANHO DISPOSITIVO DE ACESSO: 115X115X30MM GARANTIA DO FABRICANTE: 3 ANOS

Quantidade: 30	Val. Ref.: 1.365,17	Valor Unit.: 1.300,00	Total Item: 39.000,00
LOTE 91 Quant.: 1	Num: 006	Lance: 24,00	Total: 1.464,00

Item: 91 Unidade: UNID Marca: SANDISK Modelo: Z33 16GB

Descrição: PEN DRIVE 16 GB NANO CARACTERÍSTICAS: - CAPACIDADE: 16 GB - TRANSFERÊNCIA: 3 MB/S

GRAVAÇÃO AT-E 10 MBS LEITURA - CONEXÃO USB 2.0: DC 5 V

Quantidade: 61	Val. Ref.: 25,35	Valor Unit.: 24,00	Total Item: 1.464,00
LOTE 92 Quant.: 1	Num: 044	Lance: 29,00	Total: 1.769,00

Item: 92 Unidade: UNID Marca: SANDISK Modelo: Z430 16GB

Descrição: PEN DRIVE 16 GB ULTRA FIT USB 3.1 DESCRIÇÃO: - ESTA UNIDADE ULTRA PEQUENA DE PERFIL BAIXO PERMANECE INSE- RIDA PARA ARMAZENAMENTO EXTRA OU MOVIMENTAÇÃO SUPER RÁPIDA DE MÍDIA ENTRE DISPOSITIVOS.

Quantidade: 61	Val. Ref.: 29,88	Valor Unit.: 29,00	Total Item: 1.769,00
LOTE 93 Quant.: 1	Num: 050	Lance: 39,00	Total: 3.120,00

Item: 93 Unidade: UNID Marca: C3TEHC Modelo: SC20BK

Descrição: SUPORTE PARA GABINETE COM RODINHAS PRETO ESPECIFICAÇÕES: UTILIZAÇÃO VERSÁTIL - COMPATÍVEL COM GABINETES AT E ATX BASE PLÁSTICA COM RODÍZIOS - ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL DE

15,5 À 22,5CM - FACILITA INSTALAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DA CPU - PLÁSTICO RESISTENTE - FÁCIL

INSTALAÇÃO - COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO E METAIS

Quantidade: 80	Val. Ref.: 39,17	Valor Unit.: 39,00	Total Item: 3.120,00
LOTE 109 Quant.: 1	Num: 034	Lance: 2.000,00	Total: 16.000,00

Item: 109 Unidade: UNID Marca: TP LINK Modelo: TL-SL1226P

Descrição: SWITCH 24 PORTAS ? MODELO CBS250-24T-4G-BR, GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT MAIS 4

PORTAS SFP TECNOLOGIA DE REDE: 24 PORTAS 10/100/1000 + 4X GIGABIT SFP PROCESSADOR: X ARM DE

800 MHZ RAM: 512MB MEMÓRIA FLASH: 256 MB INDICADORES DE STATUS: STATUS,

LINK/ATIVIDADE/VELOCIDADE ALGORITMO DE CRIPTOGRAFIA: SSL

Quantidade: 8	Val. Ref.: 2.373,81	Valor Unit.: 2.000,00	Total Item: 16.000,00
LOTE 120 Quant.: 1	Num: 006	Lance: 130,00	Total: 3.900,00

Item: 120 Unidade: UNID Marca: ADATA Modelo: SSD M.2 SU650 240GB

Descrição: HARD DISK SSD M2-NVME 240GB DESCRIÇÃO: RESISTENTE A CHOQUES CONSUMO DE POTÊNCIA

ULTRA BAIXA DISPONÍVEL NOS FORMATOS DE CAIXA DE 2,5 ?/ 7MM E M.2 2280PCS E LAPTOPS DE ALTO

DESEMPENHO COMPUTAÇÃO PESSOAL- ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 240GB INTERFACE: SATA

6GB/SFATOR DE FORMA: M.2 2280 PERFORMANCE: LEITURA SEQUENCIAL ATÉ: 545MB/S- ENERGIAMÁX LEITURA DE OPERAÇÃO: 2,200MW MÁX ESCRITA

Quantidade: 30 Val. Ref.: 151,19 Valor Unit.: 130,00 Total Item: 3.900,00

M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 51.995.377/0002-40	33.735,29
LOTE 5 Quant.: 1 Num: 043 Lance: 44,99	Total: 134,97
Item: 5 Unidade: UNID Marca: HOOPSON Modelo: AL-001 Descrição: ALICATE DE CLIPAR RJ11/RJ45 C/CATRACA	Total Item: 134,97
Quantidade: 3 Val. Ref.: 51,77 Valor Unit.: 44,99	
LOTE 8 Quant.: 1 Num: 043 Lance: 6,47	Total: 64,70
Item: 8 Unidade: UNID Marca: ADERE Modelo: ADERE Descrição: FITA ISOLANTE - ANTICHAMA, 19MM X 20M	Total Item: 64,70
Quantidade: 10 Val. Ref.: 6,50 Valor Unit.: 6,47	
LOTE 10 Quant.: 1 Num: 142 Lance: 1,99	Total: 59,70
Item: 10 Unidade: UNID Marca: ELGIN Modelo: ELGIN Descrição: BATERIA CR 2032 PILHA 3V BIOS RELOGIO BALANÇA BIOS	Total Item: 59,70
Quantidade: 30 Val. Ref.: 9,32 Valor Unit.: 1,99	
LOTE 13 Quant.: 1 Num: 086 Lance: 29,99	Total: 599,80
Item: 13 Unidade: UNID Marca: CAT5 Modelo: CAT5 Descrição: CONECTOR RJ45 ? PACOTE COM 50 UN CAT5E CABO REDE PLUG	Total Item: 599,80
Quantidade: 20 Val. Ref.: 52,91 Valor Unit.: 29,99	
LOTE 16 Quant.: 1 Num: 015 Lance: 15,38	Total: 153,80
Item: 16 Unidade: UNID Marca: TEKBOND Modelo: TEKBOND Descrição: LIMPA CONTATO M500 300ML AEROSSOL	Total Item: 153,80
Quantidade: 10 Val. Ref.: 15,38 Valor Unit.: 15,38	

LOTE 24 Quant.: 1 Num: 035 Lance: 7,07 Total: 212,10

Item: 24 Unidade: UNID Marca: GP Modelo: GP 9VOLT Descrição: BATERIA PILHA ALCALINA 9V	Total Item: 212,10
Quantidade: 30 Val. Ref.: 11,45 Valor Unit.: 7,07	
LOTE 25 Quant.: 1 Num: 010 Lance: 129,00	Total: 1.032,00
Item: 25 Unidade: UNID Marca: YINS Modelo: SL01004 Descrição: MOCHILA PARA NOTEBOOK 15.6 16 17 POLEGADAS	Total Item: 1.032,00
Quantidade: 8 Val. Ref.: 133,26 Valor Unit.: 129,00	
LOTE 39 Quant.: 1 Num: 143 Lance: 28,24	Total: 508,32

Item: 39 Unidade: UNID Marca: PROELETRONIC Modelo: 5M

Descrição: CABO HDMI 5M - O CABO HDMI® TRANSMITE IMAGENS EM 3D COM INCRÍVEL VELOCIDADE DE ATÉ

10,2 GBPS E UMA RESOLUÇÃO EXTREMAMENTE ALTA DE 4K (4096P DE LARGURA POR 2160P DE ALTURA)

GARANTINDO UMA EMPOLGANTE E REALISTA EXPERIÊNCIA EM FILMES E JOGOS 3D. TECNOLOGIA HDMI 2.0

Quantidade: 18 Val. Ref.: 28,33 **Valor Unit.: 28,24** Total Item: 508,32

LOTE 47	Quant.: 1	Num: 051 Lance: 8,49	Total: 1.315,95
Item: 47 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: MO300			
Descrição: MOUSE ÓPTICO USB CLASSIC BOX PRETO ? MODELO MQ179 1200 DPI			
Quantidade: 155 Val. Ref.: 31,97 Valor Unit.: 8,49			
LOTE 72	Quant.: 1	Num: 045 Lance: 15,63	Total: 500,16

Item: 72 Unidade: UNID Marca: CABO Modelo: USB

Descrição: CABO PARA IMPRESSORA - PARA CONEXAO MICRO/IMPRESSORA, PADRAO USB, MEDINDO 1,8M

Quantidade: 32	Val. Ref.: 15,63	Valor Unit.: 15,63	Total Item: 500,16
LOTE 83	Quant.: 1	Num: 095 Lance: 2.368,99	Total: 11.844,95

Item: 83 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PJ004

Descrição: PROJETOR ? MODELO X1123HP DLP SVGA (800X600) 4000 LUMENS SPEA

ESPECIFICAÇÕES: RESOLUÇÃO MÁXIMA 1920 X 1200 BRILHO DO MODO PADRÃO 4000 LM PROPORÇÃO

NATIVA 4:3 PROPORÇÃO COMPATÍVEL 16:9 RELAÇÃO DE CONTRASTE 20.000:1 PROPORÇÃO DE

ARREMESSO 1,96 A 2,15 (1270 MM @ 2000 MM) ZOOM DIGITAL 2X CORREÇÃO KEYSTONE VERTICAL -40/+40

SINCRONIZAÇÃO VERTICAL MÁXIMA 120HZ SINCRONIZAÇÃO HORIZONTAL MÁXIMA 100 KHZ

SINCRONIZAÇÃO VERTICAL MÍNIMA 24HZ SINCRONIZAÇÃO HORIZONTAL MÍNIMA 15 KHZ COMPATÍVEL COM

CORES 1,07 BILHÃO DE CORES (30 BITS) LENTE DE PROJEÇÃO ABERTURA MÍNIMA DA LENTE F/2.56

ABERTURA MÁXIMA DA LENTE F/2.68 DISTÂNCIA FOCAL MÍNIMA 22 MILÍMETROS DISTÂNCIA FOCAL MÁXIMA

24,10 MILÍMETROS TAMANHO MÍNIMO DA IMAGEM DIAGONAL 584,20 MILÍMETROS TAMANHO MÁXIMO DA

IMAGEM DIAGONAL 7,62 M (300") DISTÂNCIA MÍNIMA DE PROJEÇÃO 1M DISTÂNCIA MÁXIMA DE PROJEÇÃO 12

M ZOOM ÓTICO 1,1X LÂMPADA 210 W VIDA ÚTIL DA LÂMPADA DO MODO NORMAL 5.000 HORAS VIDA ÚTIL DA

LÂMPADA DO MODO ECONÔMICO 10.000 HORAS VIDA ÚTIL DA LÂMPADA NO MODO EXTREMEECO 1

Quantidade: 5	Val. Ref.: 3.784,86	Valor Unit.: 2.368,99	Total Item: 11.844,95
LOTE 87	Quant.: 1	Num: 022 Lance: 46,42	Total: 928,40

Item: 87 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: MO212

Descrição: MOUSE SEM FIO ? MODELO M170 ALCANCE SEM FIO DE 10 METROS PILHA INCLUSA COM

Quantidade: 20	Val. Ref.: 48,93	Valor Unit.: 46,42	Total Item: 928,40
	Num: 103	Lance: 1.644,67	Total: 13.157,36

DURAÇÃO DE ATÉ 12 MESES INSTALAÇÃO FÁCIL - PLUG-AND-PLAY

LOTE 89	Quant.: 1		
Item: 89	Unidade: UNID	Marca: MULTILASER	Modelo: PJ002

Descrição: PROJETOR SMART DLP 4K 1500 LUMENS PRETO COM ANDROID, WI-FI, BLUETOOTH, BATERIA

INTEGRADA, USB, HDMI, VGA.ESPECIFICAÇÕES: TECNOLOGIA DISPLAY: DLP - BRILHO: 1500 LUMENS - RESOLUÇÃO NATIVA: 1280 X 800 (DECODIFICAÇÃO 2K / 4K) - TAMANHO DA PROJEÇÃO: 33" ~ 200" (1M ~ 5M) -

CONTRASTE: (ON / OFF): < 5000:1 - AJUSTE DE LENTES: FOCO MANUAL - SISTEMA ANDROID 5.1.1 - CPU &

GPU: QUAD CORE ARM CORTEX- A5 CPU ATÉ 1,5GHZ (DVFS) E QUAD CORE ARM MALI-450 GPU ATÉ 600MHZ

(DVFS) - RAM: 1GB DDR3 - MEMÓRIA INTERNA: 8GB - WI-FI: 2.4G BLUETOOTH: 4.0 - ALTO-FALANTE

EMBUTIDO: 2W (2X) - BATERIA INTERNA: 4000MAH - SUPORTA OS FORMATOS DE VÍDEO: MPEG1 / MPEG2 /

MPEG4 / RM / RMVB / MOV / MJPEG / VOB - SUPORTA OS FORMATOS DE ÁUDIO: WMA / MP3 / M4A (AAC) - SUPORTA OS FORMATOS DE IMAGENS: JPEG / BMP / PNG PORTAS: HDMI, VGA, USB X2, MICRO SD(TF), RJ45,

ÁUDIO / AV - TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: DC 12V / 6A; AC 100W~240V - DIMENSÕES APROXIMADAS DO

PRODUTO (A X L X P): 4,3 X 19 X 17,4 CM - COMPRIMENTO APROXIMADO DO TRIPÉ: 16 CM (FECHADO); 30 CM

Quantidade: 8	Val. Ref.: 1.644,67	Valor Unit.: 1.644,67	Total Item: 13.157,36
LOTE 90	Quant.: 1	Num: 145 Lance: 23,99	Total: 1.703,29

Item: 90 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PD589

Descrição: PEN DRIVE 32 GB NANO PRETO DESCRIÇÃO - PEN DRIVE NANO 32GB LEVE PARA QUALQUER

LUGAR - SALVE FOTOS, MÚSICAS E VÍDEOS ESPECIFICAÇÕES: - TRANSFERÊNCIA: 3MB/S GRAVAÇÃO ATÉ

10 MB/S LEITURA CONEXÃO USB 2.0: DC 5 V - CAPACIDADE: 32 GB - COMPATÍVEL MAC OS 9.0 E

SUPERIORES/WINDOWS 98 E SUPERIORES CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 PEN DRIVE NANO 32GB

Quantidade: 71	Val. Ref.: 25,00	Valor Unit.: 23,99	Total Item: 1.703,29
LOTE 95	Quant.: 1	Num: 101 Lance: 57,99	Total: 637,89

Item: 95 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: WC045

Descrição: WEBCAM 480K 16.0MP COM MICROFONE PRETO - WEBCAM PLUG E PLAY 480K E 16MP VIA

SOFTWARE NIGHTVISION MICROFONE USB PRETO - WC045 MICROFONE INTERNO- LENTE DE VIDRO DE 2 CAMADAS - BOTÃO SNAPSHOT LED NOTURNO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: 16MP DE RESOLUÇÃO (INTERPOLADO)

Quantidade: 11	Val. Ref.: 60,00	Valor Unit.: 57,99	Total Item: 637,89
LOTE 140	Quant.: 1	Num: 073 Lance: 88,19	Total: 881,90

Item: 140 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PH041

Descrição: FONE DE OUVIDO ? HEADSET INFORMAÇÕES TÉCNICAS: - CABEAMENTO E CONECTIVIDADE

PERFEITOS. EARPADS GRANDES COM TAMANHO DE 10,5 CENTÍMETOS, SEM COSTURAS DESAGRADÁVEIS

ENCOSTANDO NA SUA PELE, ALMOFADAS AURICULARES QUE ISOLAM O AMBIENTE EXTERNO

PARCIALMENTE POR ENCAIXAR TODA A REGIÃO DA ORELHA NA PARTE INTERNA. INCRIVELMENTE

CONFORTÁVEIS, NÃO CAUSAM SENSIBILIDADE E PRESSÃO SOBRE AS ORELHAS MESMO APÓS HORAS DE

USO. HASTE DA CABEÇA ANATÔMICA COM ACOLCHOAMENTO, QUE DEIXA A SUA EXPERIÊNCIA DE USO

MUITO CONFORTÁVEL. OFERECE 24 VARIAÇÕES NO AJUSTE DO TAMANHO (12 AJUSTES DO LADO DIREITO E 12 AJUSTES DO LADO

Quantidade: 10 Val. Ref.: 88,19	Valor Unit.: 88,19	Total Item: 881,90
JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA	06.128.710/0001-88	121.059,00
LOTE 6 Quant.: 1 Num: 095	Lance: 213,00	Total: 639,00

Item: 6 Unidade: UNID Marca: Importway Modelo: IWSA-110

Descrição: SOPRADOR DE AR ASPIRADOR PÓ 500W COMPUTADOR NOTEBOOK, VOLTAGEM: 110V.

Quantidade: 3	Val. Ref.: 213,56	Valor Unit.: 213,00	Total Item: 639,00
LOTE 11	Quant.: 1 Num: 139	Lance: 80,00	Total: 160,00

Item: 11 Unidade: UNID Marca: IMPLASTEC Modelo: 100G

PASTA TÉRMICA SILVER 100G P/ PROCESSADORES, TRANSISTOR, COOLER

Quantidade: 2 Val. Ref.: 89,33 Valor Unit.: 80,00 Total Item: 160,00

LOTE 14	Quant.: 1 Num: 096 Lance: 33,00	Total: 660,00
Item: 14 Unidade: UNID Marca: exbom Modelo: capa	Descrição: CAPA PROTETORA BORRACHA CONECTOR RJ45 CAT5E CAT6 C/ 100 UN	
Quantidade: 20 Val. Ref.: 33,27	Valor Unit.: 33,00	Total Item: 660,00
LOTE 21	Quant.: 1 Num: 130 Lance: 490,00	Total: 19.600,00

Item: 21 Unidade: RL Marca: lifedata Modelo: 1051-j

Descrição: CABO DE REDE CAT5E 305 METROS 8 VIAS AZULCONDU- TOR DE COBRE NU ? DIÂMETRO DE

0,48MMISOLAMENTO: POLIPROPILENO DIÂMETRO ? 0,95 + 0,05MM8 VIAS TRANÇADOS, 100% COBRE.CAIXA COM 305 METROS

Quantidade: 40	Val. Ref.: 758,74	Valor Unit.: 490,00	Total Item: 19.600,00
LOTE 52	Quant.: 1 Num: 104	Lance: 4.000,00	Total: 100.000,00

Item: 52 Unidade: UNID Marca: CANON Modelo: IR1643IF

Descrição: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA MULTIFUNCIONAL ? MODELO MFC L5902DW, MULTIFUNCIONAL

LASER COM IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA. IMPRESSÃO E CÓPIA

COM VELOCIDADE DE ATÉ 40 PPM A4. CONEXÕES WIRELESS, ETHERNET, UBS E MÓVEL VIDRO DE

DOCUMENTOS COM TAMANHO ATÉ OFÍCIO BANDEJA COM CAPACI- DADE PARA ATÉ 50 FOLHAS ADF COM

CAPACIDADE PARA ATÉ 70 FOLHAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS IMPRESSÃO E CÓPIA RÁPIDAS DE ALTA

QUALIDADE AUMENTE A PRODUTIVIDADE COM IMPRESSÕES E CÓ- PIAS EM PRETO ATÉ 42/40 PÁGINAS POR

MINUTO (CARTA/A4). IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA IMPRIMA DOCUMENTOS FRENTE E VERSO (DUPLEX) NO ALIMEN- TADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS E ECONOMIZE PAPEL. DIS- PLAY

TOUCHSCREEN COLORIDO 3,7 FÁCIL NAVEGAÇÃO NOS MENUS E CRIAÇÃO DE ATÉ 48 ATALHOS PERSONALIZADOS ATRÁVES DO DIS- PLAY TOUCHSCREEN. ALÉM DISSO, OFERECE DIGITALIZAÇÃO PA- RA SERVIÇOS DE NUVEM POPULARES, COMO DROPBOX, GOOGLE DRIVE, ONENOTE, ENTRE OUTROS. MANUSEIO FLEXÍVEL DE PAPEL BANDEJA AJUSTÁVEL PARA TAMANHO CARTA OU OFÍCIO, COM CA- PACIDADE PARA 250 FOL

Quantidade: 25	Val. Ref.: 5.345,50	Valor Unit.: 4.000,00	Total Item: 100.000,00
VIVA TECNOLOGIA LTDA		23.172.296/0001-23	44.257,40
LOTE 7	Quant.: 1 Num: 018	Lance: 95,00	Total: 1.425,00

Item: 7 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CBO-603

Descrição: CABO DE ENGATE RÁPIDO PARA NOBREAKS - APLICÁVEL A TODOS OS NOBREAK SMS QUE PERMITEM EXPANSÃO DA AUTO- NOMIA POR BATERIA EXTERNA

Quantidade: 15 Val. Ref.: 107,07 Valor Unit.: 95,00 Total Item: 1.425,00

LOTE 12 Quant.: 1 Num: 118 Lance: 380,80 Total: 9.520,00

Item: 12 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Modelo: AT12 40AH

Descrição: BATERIA PARA NO-BREAK ? MODELO DF500 ESTACIONA- RIA 12V 40AH

LOTE 19	Quant.: 1	Num: 060 Lance: 17,99		Total: 359,80
Item: 19	Unidade: UNID	Marca: XFULL	Modelo: PT-80	

Quantidade: 25 Val. Ref.: 380,85 Valor Unit.: 380,80 Total Item: 9.520,00

FITA ROTULADOR BROTHER PT-80 PT80 PT-70 M231 M-K231 ? T 12M 0.47? DESCRIÇÃO DO

PRODUTO: A FITA ROTULADORA POSSUI 12 METROS DE COMPRI- MENTO E OS CARTUCHOS SÃO PRÁTICOS

E FÁCEIS DE TROCAR. IDEAL PARA IMPRIMIR ETIQUETAS E RÓTU- LOS COM LETRAS EM PRETO

NROTEADORO FUNDO BRANCO PARA ORGANIZAÇÃO DO ESCRITÓ- RIO, DO MATERIAL ESCOLAR OU DE CASA

Quantidade: 20	Val. Ref.: 21,13	Valor Unit.: 17,99	Total Item: 359,80
LOTE 20	Quant.: 1 Num: 080	Lance: 54,00	Total: 2.430,00

Item: 20 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CSI60

Descrição: KIT TECLADO E MOUSE S/ FIO 2.4GHZ WIRELESS MULTI- MÍDIA ? MODELO MK325 PLUG & PLAY CONEXÃO AUTOMÁTICA.

Quantidade: 45	Val. Ref.: 131,34	Valor Unit.: 54,00	Total Item: 2.430,00
LOTE 22	Quant.: 1 Num: 004	Lance: 105,00	Total: 7.875,00

Item: 22 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Modelo: AT12-7AH

Descrição: BATERIA SELADA NOBREAK 12V 7AH ? MODELO XB1270, QUANTIDADE DE CÉLULAS: 6TENSÃO

TOTAL DA BATERIA: 12 V, CAPACIDADE: 7,0 AH @ 20H ATÉ 1,75 V (TENSÃO FINAL) POR CÉLULA A 25 °C, CORRENTE MÁXIMA DE DES- CARGA: 70 A (5 SEGUNDOS)

Quantidade: 75 Val. Ref.: 151,46 Valor Unit.: 105,00 Total Item: 7.875,00

LOTE 23	Quant.: 1 Num: 090 Lance: 167,00	Total: 1.670,00
Item: 23 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Mo- delo: AT12-5AH	Descrição: BATERIA SELADA NOBREAK 12V 5AH ? MODELO 12MVA-5	
Quantidade: 10 Val. Ref.: 167,70	Valor Unit.: 167,00	Total Item: 1.670,00
LOTE 56	Quant.: 1 Num: 106 Lance: 3.613,00	Total: 14.452,00

Item: 56 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: SG 5204MR

Descrição: SWITCH 48 PORTAS ? MODELO CBS250-48T-4G BR 4X1G SFP 48 PORTAS 10/100/1000 DIMENSÃO DA EMBALAGEM A / P / L : 44.0MM / 445.0MM / 288.0MM MONTÁVEL EM RACK : SIM NUMERO DE PORTAS DE UPLINK : 4 X 10G SFP NUMERO DE PORTAS GIGABIT ETHERNET : 48X GARANTIA COM O FABRICANTE : VITALÍCIA GARANTIA COM O SELLER: 1 ANO

Quantidade: 4	Val. Ref.: 5.102,19	Valor Unit.: 3.613,00	Total Item: 14.452,00
LOTE 57	Quant.: 1	Num: 103	Lance: 28,00
		Total: 924,00	

Item: 57 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: EPE 205 PT

Descrição: FILTRO DE LINHA (RÉGUA) - MODELO: 5 TOMADAS ABS: PRETO- BIVOLT: PODE SER UTILIZADO EM 110/127 E 220 VOLTS - TIPO DE TOMADA: NBR14136 10A

Quantidade: 33 Val. Ref.: 49,68 **Valor Unit.: 28,00** Total Item: 924,00

LOTE 64	Quant.: 1	Num: 134 Lance: 248,30	Total: 2.234,70
Item: 64 Unidade: UNID Marca: FURUKAWA Modelo: SOHOPL		US	
Descrição: PATCH PAINEL RÉGUA DE PASSAGEM RJ45 X RJ45 24 POSIÇÕES		Total Item: 2.234,70	
Quantidade: 9 Val. Ref.: 248,33		Valor Unit.: 248,30	
LOTE 104	Quant.: 1	Num: 015 Lance: 89,50	Total: 1.521,50

Item: 104 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: EPR212

REGUA PARA RACK 19?? 12 TOMADAS 10A COM CHAVE LIGA/DES-LIGA CABO 1.10 MTS

DESCRIÇÃO: - RÉGUA PARA RACK 19" - 12 TOMADAS - ESTRUTURA METÁLICA COM PINTURA

ELETRÓSTÁTICA - VENDIDO UNITÁRIO SPECIFICAÇÕES: - CONJUNTO COM 12 TOMADAS - CABO DE 1,10M - CERTIFICADO PELO IMETRO - FUSÍVEL DE 12A - FREQUÊNCIA: 50-60HZ BIVOLT: 127/220 V - PINTURA ELETRÓSTÁTICA

Quantidade: 17	Val. Ref.: 89,67	Valor Unit.: 89,50	Total Item: 1.521,50
LOTE 107	Quant.: 1	Num: 144	Lance: 184,54
		Total: 1.845,40	

Item: 107 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CHF 2020

Descrição: CABO HDMI 20 METROS ? CABO DE ALTA BLINDAGEM AFIM DE EVITAR QUALQUER

INTERFERÊNCIA, COMPATÍVEL COM ROPORÇÃO 21:9. TRANSMITE IMAGENS EM 3D COM INCRÍVEL

VELOCIDADE DE ATÉ 16 GBPS E UMA RESOLUÇÃO EXTREMAMENTE ALTA DE 4K (4096P DE LARGURA POR 2160P DE ALTURA

Quantidade: 10	Val. Ref.: 168,26	Valor Unit.: 184,54	Total Item: 1.845,40
KAI COMERCIAL LTDA		51.940,295/0001-17	110.785,00
LOTE 26	Quant.: 1	Num: 051	Lance: 1.570,00
		Total: 47.100,00	

Item: 26 Unidade: UNID Marca: POSITIVO Modelo: VAIO TL10

Descrição: TABLET ? MODELO TL10 TECLADO MAGNÉTICO, TELA DE 10.4 POL. TELA COM RESOLUÇÃO DE 2K,

PROCESSADOR OCTA CORE 2.0 GHZ, 8GB DE MEMORIA RAM LPDDR4X, 128GB DE ARMAZENAMENTO UFS,

BATERIA DE 2 CÉLULAS QUE SOMADAS CONTAM COM 7.000 MAH, CAMERA DE 8MP COM FLASH, CAMERA

FRONTAL DE 5MP, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 13, COM GARANTIA DE 12 MESES

Quantidade: 30	Val. Ref.: 1.864,12	Valor Unit.: 1.570,00	Total Item: 47.100,00
LOTE 31	Quant.: 1	Num: 017	Lance: 192,00
		Total: 5.760,00	

Item: 31 Unidade: UNID Marca: HUAWEI Modelo: WS7000AX2S / WI-FI 6 /

1500MBPS

Descrição: ROTEADOR WIFI 6 ? MODELO RX 1500, ROTEADOR DE 4 ANTENAS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

PADRÃO 802.11AX, TECNOLOGIA WI-FI 6, DUAL BAND, ÁREA DE COBERTURA WI-FI DE ATÉ 140M², ATÉ 128

DISPOSITIVOS CONECTADOS, PORTAS GIGABIT, IDEAL PARA PLANOS DE INTERNET DE ATÉ 600 MEGA,

GARANTIA DE 5 ANOS. PADRÕES: 2.4GHZ - IEEE 802.11 B/G/N

Quantidade: 30	Val. Ref.: 251,63	Valor Unit.: 192,00	Total Item: 5.760,00
LOTE 40	Quant.: 1	Num: 083	Lance: 95,00
		Total: 4.750,00	

Item: 40 Unidade: UNID Marca: MTEK Modelo: ATX MK-500WF

Descrição: FONTE ATX SATA 500W NOMINAL BIVOLT - ALIMENTAÇÃO ENERGIA: 110V/220V (BIVOLT

CHAVEADA) 4 CONECTORES: SATA - CONECTOR PRINCIPAL: 24 PINOS - CONECTOR 12V: 4 PINOS

Quantidade: 50	Val. Ref.: 170,77	Valor Unit.: 95,00	Total Item: 4.750,00
LOTE 45	Quant.: 1	Num: 023	Lance: 390,00
		Total: 9.750,00	

Item: 45 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: TL-SG1016D

Descrição: SWITCH 16 PORTAS - MODELO TL-SG1016D 10/100/1000 MBPS PADRÕES E PROTOCOLOS IEEE

802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3XINTERFACE 16 PORTAS RJ45 10/100/1000MBPS (AUTO NEGOCIAÇÃO/AUTO MDI/MDIX) MÍDIA DE REDE 10BASE-T: UTP CABO CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100M)100BASE-TX/1000BASE-T: UTP CABO CATEGORIA 5, 5E CABO (MÁXIMO 100M)QUANTIDADE DE

VENTOINHAS SEM VENTOINHAS - FONTE DE ALIMENTAÇÃO 100-240VAC, 50/60HZ - CONSUMO DE ENERGIA

MÁXIMO: 9.26W (220V/50HZ) DIMENSÕES (L X C X A) 11.6*7.1*1.7 POL. (294*180*44 MM)

Quantidade: 25	Val. Ref.: 592,63	Valor Unit.: 390,00	Total Item: 9.750,00
LOTE 55	Quant.: 1	Num: 111	Lance: 400,00
		Total: 30.000,00	

Item: 55 Unidade: UNID Marca: NHS Modelo: MINI 4 600VA

NOBREAK 600VA MODELO 29300 COM 6 TOMADAS.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:TENSÃO

NOMINAL: 115 (AUTOMÁTICO)VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO EM MODO REDE: 89 A 140 (REDE 115V~) 175 A

260 (REDE 220V~)FREQUÊNCIA DE REDE: 60 4 PLUGUE DO CABO DE FORÇA: PADRÃO NBR14136 (10A)

POTÊNCIA MÁXIMA [VA]: 600 FATOR DE POTÊNCIA: 0,5 REGULAÇÃO: 5% (PARA OPERAÇÃO BATERIA) +/- 10%

(PARA OPERAÇÃO REDE) FREQUÊNCIA: 60HZ 1% (PARA OPERAÇÃO BATERIA) FORMA DE ONDA DO

INVERSOR: SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO (RETANGULAR PWM CONTROLE DE LARGURA E AMPLITUDE)

NÚMERO DE TOMADAS: 6 TOMADAS PADRÃO NBR14136 (10A)

Quantidade: 75	Val. Ref.: 541,28	Valor Unit.: 400,00	Total Item: 30.000,00
LOTE 58	Quant.: 1	Num: 079	Lance: 660,00
		Total: 6.600,00	

Item: 58 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: ARCHER AX73 AX5400
 Descrição: ROTEADOR WIFI 6 ? MODELO AX73 AX5400 GIGABIT DUAL BAND WI-FI 6 COM RECURSOS

COMPLETOS - EQUIPA-SE COM A ESTRUTURA SUPERIOR DE 4T4R E HT160 NA BANDA DE 5 GHZ PARA

PERMITIR UMA CONEXÃO ULTRARRÁPIDA DE 4,8 GBPS.CONECTE MAIS DE 200 DISPOSITIVOS SUPORTA MU-

MIMO E OFDMA PARA REDUZIR O CONGESTIONAMENTO E QUADRUPLICAR A TAXA DE TRANSFERÊNCIA

MÉDIA.COBERTURA EXTENSA - ANTENAS 6 E BEAMFORMING GARANTEM AMPLA COBERTURA.HOMESHIELD

- OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PREMIUM DA TP-LINK MANTÊM SUA REDE DOMÉSTICA SEGURA COM

RECURSOS DE PONTA PARA PROTEÇÃO DE REDE E IOT.MAIS ABERTURAS, MENOS CALOR - A ÁREA DE

ABERTURAS MELHORADA LIBERA TODA A POTÊNCIA DE TODA A MÁQUINA.COMPARTILHAMENTO DE USB - 1

PORTA USB 3.0 PERMITE FÁCIL COMPARTILHAMENTO DE MÍDIA E CONSTRUÇÃO DE NUVEM

PRIVADA.CONFIGURAÇÃO FÁCIL -DEFINIRSE ROTEADOR EM MINUTOS COM TETHER

APLICATIVO.PADRÕES:WI-FI 6 IEEE 802.11AX / AC / N / A 5 GHZ IEEE 802.11AX / N / B / G 2,4 GHZ

VELOCIDADES DE WIFI:AX54005 GHZ: 4804 MBPS (802.11AX) 2,4 GHZ: 574 MBPS (802.11AX)

Quantidade: 10	Val. Ref.: 921,24	Valor Unit.: 660,00	Total Item: 6.600,00
LOTE 118 Quant.: 1	Num: 134	Lance: 455,00	Total: 6.825,00

Item: 118 Unidade: UNID Marca: BIOSTAR H610MX-E Modelo: BIOSTAR H610MX-E

Descrição: PLACA MÃE INTEL H610M DDR4 LGA 1700 (COMPATÍVEL COM ROCESSADORES DA 13ª GERAÇÃO E SUPORTE PCIE M.2 SSD/ NVME).

Quantidade: 15	Val. Ref.: 629,90	Valor Unit.: 455,00	Total Item: 6.825,00
ERICA DE FATIMA GENTIL		36.656.877/0001-82	441.757,00
LOTE 32 Quant.: 1	Num: 144	Lance: 3.270,00	Total: 98.100,00

Item: 32 Unidade: UNID Marca: VAIO / FE15 Modelo: VAIO / FE15

Descrição: NOTEBOOK ? MODELO LATITUDE 3520, TELA DE 15.6" PROCESSADOR I5-1135G7(4-CORE, CACHE

DE 8MB, ATÉ 4.2 GHZ TURBO) SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME (PORTUGUÊS), MEMÓRIA DE 8GB

DDR4(1X8GB) 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64GB (2 SLOTS). SSD 256GB PCIE NVME M2 (CLASSE 35) GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE (INCLUSO GARANTIA VIA CORREIOS E ASSISTÊNCIA BÁSICA NO LOCAL).

Quantidade: 30	Val. Ref.: 3.699,00	Valor Unit.: 3.270,00	Total Item: 98.100,00
LOTE 33 Quant.: 1	Num: 113	Lance: 4.249,00	Total: 89.229,00

Item: 33 Unidade: UNID Marca: VAIO / FE15 Modelo: VAIO / FE15

Descrição: NOTEBOOK ? MODELO LATITUDE 3520, TELA DE 15.6" PROCESSADOR I7 1165G7 (4-CORE, CACHE

DE 12MB, TURBO ATÉ 4.7GHZ) 16GB DE MEMÓRIA RAM(1X16GB) 3200MHZ, ARMAZENAMENTO SSD DE 256GB PCIE NVME M.2, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME(PORTUGUÊS). GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE (INCLUSO GARANTIA VIA CORREIOS E ASSISTÊNCIA BÁSICA NO LOCAL).

Quantidade: 21	Val. Ref.: 4.250,00	Valor Unit.: 4.249,00	Total Item: 89.229,00
LOTE 44 Quant.: 1	Num: 068	Lance: 3.626,00	Total: 112.406,00

Item: 44 Unidade: KIT Marca: DELL / VOSTRO SMALL + Modelo: DELL / VOSTRO SMALL +

SE2222H SE2222H

KIT COMPUTADOR VOSTRO SMALL DESKTOP ? MODELO VOSTRO 3710, PROCESSADOR I5-12400

(6-CORE, 12-THREAD, CACHE DE 18MB, 2,5 GHZ ATÉ 4,4 GHZ), 8GB DE MEMÓRIA RAM DDR4(1X8GB)

3200MHZ, EXPANSÍVEL ATÉ 64GB, ARMAZENAMENTO DE 256GB PCIE NVME M.2, SISTEMA OPERACIONAL UBUNTU LINUX 20.04, TECLADO DELL KB 216 PRETO COM FIO, MOUSE DELL MS116 PRETO COM FIO, MONITOR DELL SE2222H 21.5 POL?. GARANTIA DELL DE 1 ANO.

Quantidade: 31	Val. Ref.: 3.627,00	Valor Unit.: 3.626,00	Total Item: 112.406,00
LOTE 49 Quant.: 1	Num: 098	Lance: 3.997,00	Total: 119.910,00

Item: 49 Unidade: UNID Marca: DELL / OPTIPLEX MICRO Modelo: DELL / OPTIPLEX MICRO +

+ P2222H P2222H

Descrição: KIT MICRO COMPUTADOR ? MODELO NOVO OPTIPLEX MICRO, PROCESSADOR I3-13700T (4

NÚCLEOS, 12MB, TURBO 2.5 GHZ PARA 4.2GHZ) SISTEMA OPERACIONAL UBUNTU LINUX, MEMÓRIA DE 16GB

DDR4(1X16GB) 3200MHZ, ARMAZENAMENTO DE 256GB PCIE NVME M.2(CLASSE 35), PLACA DE REDE LOCAL SEM FIO(WLAN) INTEL AX211, COM TODOS OS ACESSÓRIOS: MONITOR DE 21.5 POL? DELL P2222H, TECLADO COM FIO DELL KB216, MOUSE COM FIO DELL MS116. GARANTIA DELL DE 1 ANO.

Quantidade: 30	Val. Ref.: 3.997,00	Valor Unit.: 3.997,00	Total Item: 119.910,00
LOTE 54 Quant.: 1	Num: 142	Lance: 384,00	Total: 20.352,00

Item: 54 Unidade: UNID Marca: BLUECASE / BM22D3HVW Modelo: BLUECASE / BM22D3HVW

Descrição: MONITOR ? MODELO SE2222H DE 21.5 POL? FULL HD (1080P) 1920X1080 A 60 HZ, PORTAS HDMI (HDCP 1.4) E VGA.

Quantidade: 53	Val. Ref.: 648,00	Valor Unit.: 384,00	Total Item: 20.352,00
LOTE 99 Quant.: 1	Num: 002	Lance: 220,00	Total: 1.760,00

Item: 99 Unidade: UNID Marca: SECCON / WT-2029A-110 Modelo: SECCON / WT-2029A-110

Descrição: PATCH PANEL 24 PORTAS 19 POLEGADAS CARACTERÍSTICAS:COM 24 PORTAS PARA RACK DE

19"OCUPA 1U COR: PRETO- CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1X PATCH PANEL 1X KIT ABRAÇADEIRAS DE

NYLON 1X KIT PORCA GAIOLA 1X KIT DE ETIQUETA ADESIVA

Quantidade: 8	Val. Ref.: 488,01	Valor Unit.: 220,00	Total Item: 1.760,00
---------------	-------------------	---------------------	----------------------

VM COMÉRCIO LT-DA		47.136.740/0001-13	159.700,00
LOTE 48 Quant.: 1	Num: 066	Lance: 4.600,00	Total: 124.200,00

Item: 48 Unidade: UNID Marca: BROTHER Modelo: MFC-L6902DW

Descrição: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA MULTIFUNCIONAL ? MODELO MFC-L6902DW ESPECIFICAÇÕES:

IMPRESSÃO: RESOLUÇÃO DA CÓPIA (MÁXIMA EM DPI): ATÉ 1200 X 600 DPI - CÓPIAS MÚLTIPLAS - DISCAGEM

ABREVIADA (N DE LOCAIS): 300 - ACESSO REMOTO -RELATÓRIO DE ATIVIDADES/RELATÓRIOS PERIÓDICOS -

FUNÇÕES PRINCIPAIS: IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO, CÓPIA E FAX - CÓPIA DUPLEX (FRENTE E VERSO) -

TEMPO DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA PÁGINA: 7,5 SEGUNDOS - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER ELETROFOTOGRAFICO - MEMÓRIA PADRÃO: 1 GB - VELOCIDADE MÁX. DE IMPRESSÃO EM PRETO (PPM):

52/50 PPM (CARTA/A4) - RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO (MÁXIMA EM DPI): ATÉ 1200 X 1200 DPI - CAPACIDADE

DA BANDEJA DE PAPEL: 520 FOLHAS - CAPACIDADE DE PAPEL NA BANDEJA OPCIONAL (FOLHAS): 4 X 520

FOLHAS - BANDEJA MULTIUSO: 50 FOLHAS - CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX (FRENTE E VERSO) -

INTERFACE DE REDE EMBUTIDA: WIRELESS 802.11B/G/N, GIGABIT ETHERNET, HI-SPEED USB 2.0 -

COMPATIBILIDADE COM O DRIVER DE IMPRESSORA: WINDOWS®, MAC OS®, LINUX - EMULAÇÕES: PCL6, BRSCRIPT3, IBM PROPRINTER, EPSON FX, PD

Quantidade: 27	Val. Ref.: 5.649,00	Valor Unit.: 4.600,00	Total Item: 124.200,00
LOTE 71 Quant.: 1	Num: 077	Lance: 7.100,00	Total: 35.500,00

Item: 71 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: G15

NOTEBOOK GAMER ? MODELO G15 G5530W005W TELA DE 15.6 POL? FULL HD, PROCESSADOR I713650HX (14-CORE, CACHE DE 24MB, ATÉ 4.9GHZ), PLACA DE VIDEO RTX 3050 6GB, MEMORIA RAM DE 16GB (2X8GB) 4800MHZ, ARMAZENAMENTO PCIE NVME M2 DE 512GB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME, (GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE).

Quantidade: 5 Val. Ref.: 7.399,00 **Valor Unit.: 7.100,00** Total Item: 35.500,00

ALL PRINT SUPRIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	51.891.027/0001-52	37.746,00
LOTE 73 Quant.: 1 Num: 039 Lance: 307,00		Total: 30.700,00

Item: 73 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: UNIDADE DE IMAGEM - DR3440 DR-3440, COMPATIVEL COM OS MODELOS DE IMPRESSORAS HLL6402DW MFC-L6902DW DCPL5902DW MFCL5702DW HLL5102DW, REDIMENTO MEDIO DE 50.000

PAGINAS",,,,,,86, INFORMATICA,8611, IMPRESSORAS,17258,"UNIDADE DE IMAGENS

Quantidade: 100	Val. Ref.: 307,67	Valor Unit.: 307,00	Total Item: 30.700,00
LOTE 122 Quant.: 1	Num: 024	Lance: 20,40	Total: 816,00

Item: 122 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: TONER HP CF 217A UTILIZADO NOS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS LASERJET M 130,

M 102, M 130FW, M 130A, M 130FN, M 130NW, M 102A, M 102W. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS

CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 40 Val. Ref.: 86,50 **Valor Unit.: 20,40** Total Item: 816,00

LOTE 123 Quant.: 1	Num: 117 Lance: 22,50	Total: 900,00
Item: 123 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo: Descrição: KIT CILINDRO DR1060 BROTHER PARA IMPRESSORES LASER. Quantidade: 40 Val. Ref.: 49,04 Valor Unit.: 22,50		Total Item: 900,00
LOTE 124 Quant.: 1	Num: 060 Lance: 30,00	Total: 810,00

Item: 124 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: T664

Descrição: TINTA DE RECARGA DE CARTUCHOS COLORIDOS EPSON KIT COM 4 REFIS: L120 ? LL355 ? L555 ?

L395-L396

Quantidade: 27 Val. Ref.: 110,40 **Valor Unit.: 30,00** Total Item: 810,00

LOTE 127 Quant.: 1	Num: 023 Lance: 7,80	Total: 780,00
Item: 127 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504120AL T504 COR: PRETO Quantidade: 100 Val. Ref.: 82,00 Valor Unit.: 7,80		Total Item: 780,00
LOTE 128 Quant.: 1	Num: 100 Lance: 5,50	Total: 550,00
Item: 128 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504220AL T504 COR: CIANO Quantidade: 100 Val. Ref.: 76,00 Valor Unit.: 5,50		Total Item: 550,00
LOTE 129 Quant.: 1	Num: 044 Lance: 5,90	Total: 590,00
Item: 129 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504320AL T504 COR: MAGENTA Quantidade: 100 Val. Ref.: 78,00 Valor Unit.: 5,90		Total Item: 590,00
LOTE 130 Quant.: 1	Num: 103 Lance: 6,00	Total: 600,00

Item: 130 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo:

Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504420AL T504 COR: AMARELO

Quantidade: 100	Val. Ref.: 73,00	Valor Unit.: 6,00	Total Item: 600,00
LOTE 138 Quant.: 1	Num: 037	Lance: 50,00	Total: 2.000,00

Item: 138 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: CARTUCHO DE TONER PB211 PARA UTILIZAÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELGIN P-2500W, M-6550NW,

M-6600N. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 40	Val. Ref.: 166,51	Valor Unit.: 50,00	Total Item: 2.000,00
AUGUSTO & COIMBRA LTDA	30.747.960/0001-80	9.783,42	
LOTE 106 Quant.: 1	Num: 096	Lance: 480,67	Total: 2.884,02

Item: 106 Unidade: UNID Marca: MIKROTIK (HEX SERIES) Modelo: RB 750GR3

Descrição: ROTEADOR ROUTERBOARD RB 750GR3 (HEX 880MHZ 256MB L4) DESCRIÇÃO: O HEX É UM

ROTEADOR GIGABIT ETHERNET DE CINCO PORTAS PARA LOCAIS ONDE A CONECTIVIDADE SEM FIO NÃO É

NECESSÁRIA. O DISPOSITIVO POSSUI UMA PORTA USB DE TAMANHO COMPLETO. ESTA NOVA REVISÃO

ATUALIZADA DO HEX TRAZ VÁRIAS MELHORIAS NO DESEMPENHO. É ACESSÍVEL, PEQUENO E FÁCIL DE USAR, MAS AO MESMO TEMPO VEM COM UMA CPU DE NÚCLEO DUPLO DE 880MHZ MUITO PODE-ROSA E 256 MB DE RAM, CAPAZ DE TODAS AS CONFIGURAÇÕES AVANÇADAS QUE O ROUTEROS SUPORTA.

Quantidade: 6	Val. Ref.: 480,67	Valor Unit.: 480,67	Total Item: 2.884,02
LOTE 125	Quant.: 1	Num: 132	Lance: 114,99
			Total: 6.899,40

Item: 125 Unidade: UNID Marca: CRUCIAL Modelo: CB8GU2666

Descrição: MEMORIA 8GB DDR4 2666MHZ ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 8GB TIPO: DD4 U-DIMM

VELOCIDADE: 2666 MHZ CL: 18 VOLTAGEM: 1.2V

Quantidade: 60	Val. Ref.: 120,00	Valor Unit.: 114,99	Total Item: 6.899,40
V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	05.808.979/0001-42	124.296,00	
LOTE 110 Quant.: 1	Num: 095	Lance: 380,00	Total: 57.000,00

Item: 110 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: DR3440

Descrição: CILINDRO DR3440 COM REDIMENTO DE ATE 50.000 PAGINAS. ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 150	Val. Ref.: 424,81	Valor Unit.: 380,00	Total Item: 57.000,00
LOTE 111 Quant.: 1	Num: 123	Lance: 400,00	Total: 32.000,00

Item: 111 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TN3492

Descrição: TONER TN 3492 PRETO PARA REDIMENTO DE ATE 20.000 PAGINAS. ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 80	Val. Ref.: 469,00	Valor Unit.: 400,00	Total Item: 32.000,00
LOTE 112 Quant.: 1	Num: 027	Lance: 400,00	Total: 32.000,00

Item: 112 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TN3472

Descrição: TONER TN 3472 PRETO COM REDIMENTO DE ATE 12.000 PAGINAS ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 80	Val. Ref.: 468,00	Valor Unit.: 400,00	Total Item: 32.000,00
LOTE 113 Quant.: 1	Num: 044	Lance: 55,00	Total: 880,00

Item: 113 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TK5232BK

Descrição: TONER PARA IMPRESSORA KYOCERA TK-5232 BLACK

Quantidade: 16 Val. Ref.: 87,77 Valor Unit.: 55,00 Total Item: 880,00

LOTE 114 Quant.: 1	Num: 050	Lance: 55,00	Total: 880,00
Item: 114 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TK5232Y			Total Item: 880,00
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA KYOCERA TK-5232 AMARELO			
Quantidade: 16 Val. Ref.: 94,43	Valor Unit.: 55,00		
LOTE 115 Quant.: 1	Num: 054	Lance: 54,00	Total: 864,00
Item: 115 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TK5232C			Total Item: 864,00
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA LASER KYOCERA TK-5232 CIANO			
Quantidade: 16 Val. Ref.: 54,27	Valor Unit.: 54,00		
LOTE 116 Quant.: 1	Num: 058	Lance: 42,00	Total: 672,00
Item: 116 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TK5232M			Total Item: 672,00
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA LASER KYOCERA TK-5232 MAGENTA			
Quantidade: 16 Val. Ref.: 101,67	Valor Unit.: 42,00		

AUTORIDADE: JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

LICITAÇÃO ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 011/2023

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

Processo Administrativo Nº 057/2023

Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: ERIKS MATOS DA SILVA

Data de Publicação: 04/09/2023 16:39:20

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:17 Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: TS3110

Descrição: TELEFONE SEM FIO ? REFERÊNCIA TS3110 ? MODELO TS 3110 COM AGENDA PARA 70 CONTATOS, DISCAGEM

RÁPIDA PARA ATÉ 10 NÚMEROS, REGISTRO DE 15 CHAMADAS ATENDIDAS, 20 NÃO ATENDIDAS E 15 ORIGINADAS, 7

TIPOS DE TOQUE COM 5 OPÇÕES DE VOLUME, FUNÇÕES FLASH, REDISCAR E MUDO, MENU TRILÍNGUE EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS, BLOQUEIO DE CHAMADAS ORIGINADAS, COMUNICAÇÃO INTERNA, CONFERÊNCIA A TRÊS E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS

Quantidade: 15 Valor Unit.: 129,99 Valor Total: 1.949,85

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA	147,00	129,99		Sim
2 WEB TECNOLOGIA	147,00	130,00	0,01	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	147,00	134,00	3,08	Sim
4 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	147,12	134,59	0,44	Sim
5 VM COMÉRCIO LTDA	147,12	134,70	0,08	Sim
6 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	145,00	135,00	0,22	Sim
7 VIVA TECNOLOGIA LTDA	147,12	143,89	6,59	Sim
8 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	147,12	147,12	2,24	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 2 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:18 Lote 2				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 2 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Descrição: MEMÓRIA RAM KVR16N11/8 1600MHZ DESKTOP 8GB DDR3. Quantidade: 20 Valor Unit.: 60,00			Modelo: DDR3 1600 MHZ 4GB Valor Total: 1.2	00,00
CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 70,00			60,00	Sim
2 AUGUSTO & COIMBRA LTDA 72,40			69,98 16,63	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA 72,40			69,99 0,01	Sim
4 JVM COPIADORAS E INFORMATICA 72,40			72,40 3,44	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 3 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:18 Lote 3					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 3 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: POWERED R250

Descrição: SERVIDOR RACK 1U ? MODELO POWEREDGE R250, XEON E-2324G, 16GB RAM, 4TB HD, FONTE 450W. GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 4 Valor Unit.: 10.900,00 Valor Total: 43.600,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	114 50.247.672/0001-74	10.900,00	10.900,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	132 06.128.710/0001-88	10.990,00	10.990,00	0,83	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 4 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:19 Lote 4					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 4 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: POWERED T350

Descrição: SERVIDOR TORRE ? MODELO POWEREDGE T350 MP1 3ª GERAÇÃO INTEL XEON E-2324G, 16GB RAM, 960GB SSD SATA. GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 4 Valor Unit.: 11.300,00 Valor Total: 45.200,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	009 50.247.672/0001-74	11.300,00	11.300,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	046 06.128.710/0001-88	113.900,00	113.900,00	907,96	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 5 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:19 Lote 5					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 5 Unidade: UNID Marca: HOOPSON Descrição: ALICATE DE CLIPAR RJ11/RJ45 C/CATRACA Quantidade: 3 Valor Unit.: 44,99			Modelo: AL-001	Valor Total:	134,97
CLASSIFICAÇÃO					

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME

1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	043 51.995.377/0002-40	100,00	44,99		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	044 50.247.672/0001-74	50,00	45,00	0,02	Sim
3 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	51,77		51,77	15,04	Sim
4 VIVA TECNOLOGIA LTDA	101,29		101,29	95,65	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 6 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:20 Lote 6					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 6 Unidade: UNID Marca: Importway Modelo: IWSA-110

Descrição: SOPRADOR DE AR ASPIRADOR PÓ 500W COMPUTADOR NOTEBOOK, VOLTAGEM: 110V.

Quantidade: 3 Valor Unit.: 213,00 Valor Total: 639,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	095 06.128.710/0001-88	213,00	213,00		Sim

DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 7 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:20 Lote 7				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 7 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CBO-603

Descrição: CABO DE ENGATE RÁPIDO PARA NOBREAKS - APLICÁVEL A TODOS OS NOBREAK SMS QUE PERMITEM EXPANSÃO DA AUTONOMIA POR BATERIA EXTERNA

Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 95,00 **Valor Total:** 1.425,00

		CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	018 23.172.296/0001-23	107,07	95,00		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	113 50.247.672/0001-74	105,00	99,00	4,21	Sim
3 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	024 06.128.710/0001-88	107,05	107,05	8,13	Sim
		DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
		INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 8 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:20 Lote 8					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 8 Unidade: UNID Marca: ADERE			Modelo: ADERE	Valor Total: 64,70	
Descrição: FITA ISOLANTE - ANTICHAMA, 19MM X 20M					
Quantidade: 10 Valor Unit.: 6,47					
		CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	043 51.995.377/0002-40	100,00	6,47		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	146 50.247.672/0001-74	6,50	6,48	0,15	Sim
		DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
		INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 9 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:20 Lote 9					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 9 Unidade: UNID Marca: MIKROTIK Modelo: RB940-2ND BR

Descrição: ROUTER BOARD- RB 941-2ND ? ESPECIFICAÇÕES DETALHES, RB941-2ND, ARQUITETURA SMIPS, CPU QCA9533, CONTAGEM DO NÚCLEO DA CPU 1, FREQUÊNCIA NOMINAL DO CPU 650 MHZ, NÍVEL DE LICENÇA 4, SISTEMA OPERACIONAL ROUTEROS, TAMANHO DA RAM 32 MB, TAMANHO DE ARMAZENAMENTO 16 MB, TIPO DE ARMAZENAMENTO INSTANTÂNEO, TEMPERATURA AMBIENTE TESTADA -20 A 60 ° C, ALIMENTANDO, DETALHES TENSÃO DE ENTRADA MICROUSB 5-5 V - NÚMERO DE ENTRADAS DC 1 (MICROUSB) - CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA 3,5 W - SEM FIO ? DETALHES GANHO DE ANTENA DBI PARA 2,4 GHZ 1,5 - PADRÕES SEM FIO DE 2.4 GHZ 802.11B / G / N - GERAÇÃO DE WI-FI 4 - TAXA DE DADOS MÁXIMA SEM FIO DE 2,4 GHZ 300 MBIT / S - NÚMERO SEM FIO DE 2,4 GHZ DE CADEIAS 2 - MODELO DE CHIP SEM FIO DE 2,4 GHZ QCA9533 ? ETHERNET - DETALHES

Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 200,00 **Valor Total:** 2.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		450,00	200,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA		459,00	229,99	15,00	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL		459,00	240,00	4,35	Sim
4 AGUSTO & COIMBRA LTDA		459,57	279,99	16,66	Sim
5 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	001 06.128.710/0001-88	459,00	459,00	63,93	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 10 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:20 Lote 10					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 10 Unidade: UNID Marca: ELGIN Modelo: ELGIN				Valor Total: 59,70	
Descrição: BATERIA CR 2032 PILHA 3V BIOS RELOGIO BALANÇA BIOS.					
Quantidade: 30 Valor Unit.: 1,99					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	142 51.995.377/0002-40	100,00	1,99		Sim

2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 008 50.247.672/0001-74 9,00 2,00 0,50 Sim

3 VIVA TECNOLOGIA LTDA 130 23.172.296/0001-23 9,32 8,00	300,00	Sim
4 JVM COPIADORAS E INFORMATICA 100 06.128.710/0001-88 9,32 9,32	16,50	Sim
DECLASSIFICADOS		
Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS		
Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 11 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21 Lote 11 VALORES UNITÁRIOS FINAIS		
Item: 11 Unidade: UNJD Marca: IMPLASTEC Descrição: PASTA TERMICA SILVER 100G P/ PROCESSADORES, TRANSISTOR, COOLER Quantidade: 2 Valor Unit.: 80,00	Modelo: 100G	Valor Total: 160,00
CLASSIFICAÇÃO		
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
1 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	139 06.128.710/0001-88 80,00	80,00 Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	116 50.247.672/0001-74 89,00	82,00 2,50 Sim
DECLASSIFICADOS		
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
INABILITADOS		
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
LOTE 12 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21 Lote 12 VALORES UNITÁRIOS FINAIS		

Item: 12 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Modelo: AT12 40AH

Descrição: BATERIA PARA NO-BREAK ? MODELO DF500 ESTACIONARIA 12V 40AH

Quantidade: 25 Valor Unit.: 380,80 Valor Total: 9.520,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA 118 23.172.296/0001-23 380,80		380,80		Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 13 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21 Lote 13 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				
Item: 13 Unidade: UNID Marca: CAT5 Modelo: CAT5 Descrição: CONECTOR RJ45 ? PACOTE COM 50 UN CAT5E CABO REDE PLUG Quantidade: 20 Valor Unit.: 29,99			or Total: 599,80	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 086 51.995.377/0002-40		52,91	29,99		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 100 50.247.672/0001-74		50,00	30,00	0,03	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA		45,00	45,00	50,00	Sim
4 JVM COPIADORAS E INFORMATICA		50,00	50,00	11,11	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
LOTE 14 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21 Lote 14 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 14 Unidade: UNID Descrição: CAPA PROTETORA BORRACHA CO Quantidade: 20 Valor Unit.: 33,00	Marca: exbom Mo NECTOR RJ45 CAT5E CAT6 C/ 100 UN	delo: capa	Valor Total: 660,00		
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
1 JVM COPIADORAS E INFORMATICA 096 06.128.710/0001-88 33,00		33,00		Sim	
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA 049 23.172.296/0001-23 66,96		66,96	102,91	Sim	
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
LOTE 15 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21 Lote 15 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 15 Unidade: UNID Descrição: CASE GAVETA HD EXT Quantidade: 10	ERNO SATA Valor Unit.: 48,00	Marca: EXBOM 2,5 USB 3.0 ? FAST 5GBPS	Modelo: CASE HD USB 3.0	Valor Total: 480,00	
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 054 50.247.672/0001-74 48,00		48,00		Sim	
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA 108 06.128.710/0001-88 48,80		48,80	1,67	Sim	
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	

LOTE 16 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:21**Lote 16****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 16 Unidade: UNID Marca: TEKBOND Descrição: LIMPA CONTATO M500 300ML AEROSSOL Quantidade: 10 Valor Unit.: 15,38		Modelo: TEKBOND	Valor Total: 153,80	
CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 015 51.995.377/0002-40 100,00		15,38		Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 17 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:22 Lote 17				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 17 Unidade: UNID Marca: KNUP Modelo: KP 917

Descrição: MICROFONE DE MESA ? MODELO GK59 USB C, PLUG & PLAY COM CONDENSADOR PARA GRAVAÇÃO EM HD.

Quantidade: 8 Valor Unit.: 220,00 Valor Total: 1.760,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	118 50.247.672/0001-74 220,00	220,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	088 06.128.710/0001-88 222,80	222,80	1,27	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 18 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:22 Lote 18**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 18 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: RJ 45 RJ 11

Descrição: KIT LOCALIZADOR(ZUMBIDOR) E TESTADOR DE CABOS REDE RJ45 E RJ11.

Quantidade: 3 Valor Unit.: 140,00 Valor Total: 420,00

	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	009 50.247.672/0001-74 140,00	140,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	115 06.128.710/0001-88 144,30	144,30	3,07	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA	050 23.172.296/0001-23 196,49	196,49	36,17	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 19 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:22 Lote 19**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 19 Unidade: UNID Marca: XFULL Modelo: PT-80

Descrição: FITA ROTULADOR BROTHER PT-80 PT80 PT-70 M231 M-K231 ? T 12M 0.47? DESCRIÇÃO DO PRODUTO: A FITA ROTULADORA POSSUI 12 METROS DE COMPRIMENTO E OS CARTUCHOS SÃO PRÁTICOS E FÁCEIS DE TROCAR. IDEAL PARA IMPRIMIR ETIQUETAS E RÓTULOS COM LETRAS EM PRETO NROTEADORO FUNDO BRANCO PARA ORGANIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO, DO MATERIAL ESCOLAR OU DE CASA

Quantidade: 20 Valor Unit.: 17,99 Valor Total: 359,80

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	060 23.172.296/0001-23	21,13	17,99		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	014 50.247.672/0001-74	20,00	18,00	0,06	Sim
3 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	078 06.128.710/0001-88	21,00	21,00	16,67	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 20 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:23 Lote 20					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 20 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CSI60

Descrição: KIT TECLADO E MOUSE S/ FIO 2.4GHZ WIRELESS MULTIMÍDIA ? MODELO MK325 PLUG & PLAY CONEXÃO AUTOMÁTICA.

Quantidade: 45 **Valor Unit.:** 54,00 **Valor Total:** 2.430,00

CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	131,34		54,00	Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	130,00		55,00	1,85 Sim
3 KAI COMERCIAL LTDA	80,00		80,00	45,45 Sim
4 AMMO INFORMATICA LTDA	131,00		120,00	50,00 Sim
5 ERICA DE FATIMA GENTIL	131,00		131,00	9,17 Sim
6 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	131,30		131,30	0,23 Sim
7 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	042 51.995.377/0002-40	131,34	131,34	0,03 Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 21 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:23 Lote 21				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 21 Unidade: RL Marca: lifedata Modelo: 1051-j

Descrição: CABO DE REDE CAT5E 305 METROS 8 VIAS AZULCONDUTOR DE COBRE NU ? DIÂMETRO DE

0,48MMISOLAMENTO: POLIPROPILENO DIÂMETRO ? 0,95 + 0,05MM8 VIAS TRANÇADOS, 100% COBRE.CAIXA COM 305 METROS

Quantidade: 40 **Valor Unit.:** 490,00 **Valor Total:** 19.600,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	130 06.128.710/0001-88	490,00	490,00		Sim
2 LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA	087 34.770.156/0001-73	757,00	629,99	28,57	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA	750,00		630,00	0,00	Sim
4 AMMO INFORMATICA LTDA	758,00		639,00	1,43	Sim
5 VM COMÉRCIO LTDA	758,74		699,00	9,39	Sim
6 ERICA DE FATIMA GENTIL	758,00		758,00	8,44	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 22 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:23 Lote 22					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 22 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Modelo: AT12-7AH

Descrição: BATERIA SELADA NOBREAK 12V 7AH ? MODELO XB1270, QUANTIDADE DE CÉLULAS: 6TENSÃO TOTAL DA

BATERIA: 12 V, CAPACIDADE: 7,0 AH @ 20H ATÉ 1,75 V (TENSÃO FINAL) POR CÉLULA A 25 °C, CORRENTE MÁXIMA DE DESCARGA: 70 A (5 SEGUNDOS)

Quantidade: 75 **Valor Unit.:** 105,00 **Valor Total:** 7.875,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA		150,00	105,00		Sim
2 VM COMÉRCIO LTDA		151,46	106,00	0,95	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA		151,00	115,00	8,49	Sim
4 JVM COPIADORAS E INFORMATICA		151,00	151,00	31,30	Sim
5 PLENITUDE ATACADISTA E VAREJISTA	039 36.838.236/0001-49	216,33	216,33	43,26	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 23 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:24 Lote 23					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 23 Unidade: UNID Marca: PIONEIRA Modelo: AT12-5AH				Valor Total:	1.670,00
Descrição: BATERIA SELADA NOBREAK 12V 5AH ? MODELO 12MVA-5					
Quantidade: 10 Valor Unit.: 167,00					

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME

1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	090 23.172.296/0001-23	167,00	167,00	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS				

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME					
LOTE 24	- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:24 Lote 24 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 24 Unidade: UNID Descrição: BATERIA PILHA ALCALINA 9V Quantidade: 30 Valor Unit.:	7,07	Marca: GP		Modelo: GP 9VOLT	Valor Total: 212,10	
	CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	035	51.995.377/0002-40	11,45	7,07		Sim
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA	085	23.172.296/0001-23	11,30	7,08	0,14	Sim
3 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	008	50.247.672/0001-74	11,00	11,00	55,37	Sim
	DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final		Dif.(%)	ME
	INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final		Dif.(%)	ME
LOTE 25 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:25 Lote 25 VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 25 Unidade: UNID Marca: YINS Modelo: SL01004 Descrição: MOCHILA PARA NOTEBOOK 15.6 16 17 POLEGADAS Quantidade: 8 Valor Unit.: 129,00 Valor					Total: 1.0	32,00
	CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final		Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	010 51.995.377/0002-40 133,26		129,00			Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	014 50.247.672/0001-74 130,00		130,00		0,78	Sim
3 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	094 06.128.710/0001-88 133,00		133,00		2,31	Sim
	DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final		Dif.(%)	ME
	INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final		Dif.(%)	ME
LOTE 26 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:25 Lote 26 VALORES UNITÁRIOS FINAIS						

Item: 26 Unidade: UNID Marca: POSITIVO Modelo: VAO TL10

Descrição: TABLET ? MODELO TL10 TECLADO MAGNÉTICO, TELA DE 10.4 POL. TELA COM RESOLUÇÃO DE 2K,

PROCESSADOR OCTA CORE 2.0 GHZ, 8GB DE MEMORIA RAM LPDDR4X, 128GB DE ARMAZENAMENTO UFS, BATERIA DE 2

CÉLULAS QUE SOMADAS CONTAM COM 7.000 MAH, CAMERA DE 8MP COM FLASH, CAMERA FRONTAL DE 5MP, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 13, COM GARANTIA DE 12 MESES

Quantidade: 30 Valor Unit.: 1.570,00 Valor Total: 47.100,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA	051	51.940.295/0001-17	1.615,00	1.570,00		Sim
2 EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO	052	41.087.715/0001-00	1.864,12	1.574,99	0,32	Sim
3 VM COMÉRCIO LTDA	071	47.136.740/0001-13	1.864,12	1.599,00	1,52	Sim
4 IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	057	23.106.657/0001-33	1.864,00	1.694,00	5,94	Sim
5 ERICA DE FATIMA GENTIL			1.864,00	1.704,00	0,59	Sim
6 WEB TECNOLOGIA			1.864,00	1.750,00	2,70	Sim
7 ASYS TECNOLOGIA LTDA	009	49.354.820/0001-70	1.864,00	1.799,00	2,80	Sim
8 POLLIANA IOLANDA ASSUNCAO SILVA	077	29.520.946/0001-60	1.864,12	1.859,99	3,39	Sim
9 F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA	061	39.935.346/0002-06	1.864,12	1.864,12	0,22	Sim
10 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	081	51.995.377/0002-40	2.000,00	2.000,00	7,29	Sim
	DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 27 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:26 Lote 27 VALORES UNITÁRIOS FINAIS						

Item: 27 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: 10A 12V

Descrição: FONTE CHAVEADA 12V 10A IDEAL P/ CFTV CÂMERA DE SEGURANÇA ETC FONTE CHAVEADA 12V 10A LIGA ATÉ

32 MINI CÂMERAS DE SEGURANÇA OU 10 CÂMERAS COM INFRAVERMELHO IDEAL PARA CÂMERAS DE SEGURANÇA CFTV OU 10 CÂMERAS COM INFRAVERMELHO IDEAL PARA CÂMERAS DE SEGURANÇA CFTV

Quantidade: 10	Valor Unit.: 70,00		Valor Total: 700,00		
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 069 50.247.672/0001-74	70,00	70,00		Sim	
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA	124 23.172.296/0001-23 112,15	112,15	60,21	Sim	
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	

	LOTE 28 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:27 Lote 28			
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 28 Unidade: JG Marca: BRASFORT Modelo: MAGNETIZADA 18 PEÇAS

Descrição: JOGO CHAVE FENDA, PHILIPS, PRECISÃO MAGNETIZADA 18PÇS FENDA 6 X 38 MM,FENDA 5 X 75 MM FENDA 6 X

100 MM FENDA 8 X 150 MM PHILLIPS 2 X 38 MM PHILLIPS 1 X 75 MM PHILLIPS 2 X 100 MM PHILLIPS 3 X 150 MM FENDA 2,5 X 50 MM FENDA 3,0 X 50 MM PHILLIPS 00 X 50 MM PHILLIPS 0 X 50 MM TORX 6 TORX 7 TORX 8 TORX 9 TORX 10 TORX 15

Quantidade: 3	Valor Unit.: 139,00		Valor Total: 417,00
	CLASSIFICAÇÃO		
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 140 50.247.672/0001-74	139,00	139,00	Sim
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 29 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:27 Lote 29			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 29 Unidade: UNID Marca: YIHUA Modelo: 850

Descrição: ESTAÇÃO DE SOLDA E DESSOLDA RETRABALHO REMOVEDOR DE SOLDA DE JATO QUENTE ANTI-ESTÁTICO E

ELÉTRICO.AJUSTE DO AR QUENTE PERMITE A SOLDA E DESSOLDA.CONSUMO MÉDIO DE 20~270 WATTS.FLUXO 23L / MINUTO (FLUXO MÁXIMO).ATINGE O AR QUENTE - TEMPERATURA DE 100°C 450°CACOMPANHA 3 BOCAIS: 4MM; 8MM; 10MM.NÃO É BIVOLT EM 110 VOLTS).

Quantidade: 2	Valor Unit.: 400,00		Valor Total: 800,00
	CLASSIFICAÇÃO		
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 059 50.247.672/0001-74	400,00	400,00	Sim
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 31 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:28 Lote 31			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 31 Unidade: UNID Marca: HUAWEI Modelo: WS7000AX2S / WI-FI 6 /

1500MBPS

Descrição: ROTEADOR WIFI 6 ? MODELO RX 1500, ROTEADOR DE 4 ANTENAS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PADRÃO 802.11AX, TECNOLOGIA WI-FI 6, DUAL BAND, ÁREA DE COBERTURA WI-FI DE ATÉ 140M², ATÉ 128 DISPOSITIVOS CONECTADOS, PORTAS GIGABIT, IDEAL PARA PLANOS DE INTERNET DE ATÉ 600 MEGA, GARANTIA DE 5 ANOS. PADRÕES: 2.4GHZ - IEEE 802.11 B/G/N

Quantidade: 30	Valor Unit.: 192,00		Valor Total: 5.760,00
	CLASSIFICAÇÃO		
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
1 KAI COMERCIAL LTDA		192,00	192,00
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA		251,00	234,00 21,88
3 ERICA DE FATIMA GENTIL		251,00	235,00 0,43
4 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		250,00	239,00 1,70
5 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	003 30.747.960/0001-80	251,63	244,99 2,51
6 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	095 06.128.710/0001-88	251,60	251,60 2,70
7 VM COMÉRCIO LTDA	062 47.136.740/0001-13	251,63	251,63 0,01
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 32 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:28 Lote 32			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 32 Unidade: UNID Marca: VAIO / FE15 Modelo: VAIO / FE15

Descrição: NOTEBOOK ? MODELO LATITUDE 3520, TELA DE 15.6? PROCESSADOR I5-1135G7(4-CORE, CACHE DE 8MB, ATÉ

4.2 GHZ TURBO) SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME (PORTUGUÊS), MEMÓRIA DE 8GB DDR4(1X8GB) 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64GB (2 SLOTS). SSD 256GB PCIE NVME M2 (CLASSE 35) GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE (INCLUSO GARANTIA VIA CORREIOS E ASSISTÊNCIA BÁSICA NO LOCAL).

Quantidade: 30 Valor Unit.: 3.270,00 Valor Total: 98.100,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ERICA DE FATIMA GENTIL		3.699,00	3.270,00		Sim
2 PRIME SOLUCOES EM TECNOLOGIA		3.699,00	3.272,50	0,08	Sim

4 F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA	3.699,00	3.398,00	2,97	Sim
5 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	3.690,00	3.650,00	7,42	Sim
6 WEB TECNOLOGIA	3.699,00	3.699,00	1,34	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 33 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:28 Lote 33				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

3 GUILHERME HENRIQUE QUEIROZ 3.699,00 3.300,00 0,84 Sim

Item: 33 Unidade: UNID Marca: VAIO / FE15 Modelo: VAIO / FE15

Descrição: NOTEBOOK ? MODELO LATITUDE 3520, TELA DE 15.6? PROCESSADOR I7 1165G7 (4-CORE, CACHE DE 12MB,

TURBO ATÉ 4.7GHZ) 16GB DE MEMÓRIA RAM(1X16GB) 3200MHZ, ARMAZENAMENTO SSD DE 256GB PCIE NVME M.2, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME(PORTUGUÊS). GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE (INCLUSO GARANTIA VIA CORREIOS E ASSISTÊNCIA BÁSICA NO LOCAL).

Quantidade: 21 Valor Unit.: 4.249,00 Valor Total: 89.229,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ERICA DE FATIMA GENTIL		4.250,00	4.249,00		Sim
2 F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA		4.250,00	4.250,00	0,02	Sim
3 PRIME SOLUCOES EM TECNOLOGIA		4.250,00	4.250,00	0,00	Sim
4 GUILHERME HENRIQUE QUEIROZ		4.250,00	4.250,00	0,00	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final				Dif.(%) ME	
LOTE 34	- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:30 Lote 34 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				
Item: 34 Unidade: UNID Descrição: PEN DRIVE 16GB ? COR PRETO Quantidade: 50 Valor Unit.:	Marca: MULTILASER 16,00		Modelo: 16GB	Valor Total: 800,00	
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	124 50.247.672/0001-74	20,00	16,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	015 07.300.151/0001-04	21,50	19,99	24,94	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	085 51.995.377/0002-40	21,61	21,61	8,10	Sim
	DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 35 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:31 Lote 35 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 35 Unidade: UNID Marca: WESTERN DIGITAL Modelo: 1TB EXTERNO

Descrição: HD EXTERNO 1TB ? MODELO EXPANSION PORTABLE ? VERSÃO STEA1000400 ? CAPACIDADE 1 TB - MODELO

DETALHADOS TEA1000400 - TECNOLOGIA DE ARMAZENAMENTO HDD - INTERFACES USB 3.0 ? APLICAÇÕES PC,

NOTEBOOK LOCALIZAÇÃO DO DISCO EXTERNO - TIPO DE DISCO EXTERNO PORTÁTIL - FATOR DE FORMA 2.5 IN - QUANTIDADE DE COMPARTIMENTOS PARA DISCOS - ACESSÓRIOS INCLuíDOS CABO USB - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 5.4

RPM - VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA 125 MB/S - LATÊNCIA MÉDIA 5.6 MS - SISTEMAS DE ARQUIVOS SUPORTADOS WINDOWS VISTA / 7 / 8. MICROSOFT WINDOWS XP

Quantidade: 25 Valor Unit.: 320,00 Valor Total: 8.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	124 50.247.672/0001-74	320,00	320,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	075 06.128.710/0001-88	329,00	329,00	2,81	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	024 36.656.877/0001-82	500,00	500,00	51,98	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 36 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:32 Lote 36					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 36 Unidade: UNID Marca: WESTERN DIGITAL Modelo: 2TB EXTERNO

Descrição: HD EXTERNO 2TB ? MODELO EXPANSION ? CAPACIDADE 2 TB ? MODELO- DETALHADO EXPANSION - TECNOLOGIA DE ARMAZENAMENTO HDD ? INTERFACES USB 3.0 APLICAÇÕES CONSOLE DE JOGOS - LOCALIZAÇÃO DO DISCO EXTERNO - TIPO DE DISCO EXTERNO HDD - DADOS DO CACHE 64 MB - ACESSÓRIOS INCLUIDOS CABO USB VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA 100 MB/S

Quantidade: 25 **Valor Unit.:** 370,00 **Valor Total:** 9.250,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	003 50.247.672/0001-74	370,00	370,00		Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 37 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:32 Lote 37 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 37 Unidade: UNID Marca: SANDISK Modelo: SDSQUNR-032G-GN3MA

Descrição: CARTÃO MEMORIA SDXC 128GB 100MB/S CLASSE 10, U1 ? MODELO MICRO SD CLASSE 10 SDSQUNR ? 032GGN3MA 100MB/S

Quantidade: 20 **Valor Unit.:** 50,00 **Valor Total:** 1.000,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	054 50.247.672/0001-74	55,00	50,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	012 06.128.710/0001-88	57,40	57,40	14,80	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA	011 23.172.296/0001-23	164,15	164,15	185,98	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
AMMO INFORMATICA LTDA	036 07.300.151/0001-04	57,00	49,00		Sim
LOTE 38 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:32 Lote 38 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 38 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PH049

Descrição: FONE DE OUVIDO - TAMANHO DO DRIVER: DINÂMICO DE 30 MM - TIPO DE DOME - RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: (HZ)12?22.000HZ - SENSIBILIDADES: (DB/MW)98 DB/MW - IMPEDÂNCIA: (OHM)24 OHM (1KHZ) - TIPO DE CABO: FORMA DE Y

- COMPRIMENTO DO CABO: 1,2 M - TOMADA: MINIESTÉREO EM FORMA DE L DOURADO - CONTROLE DE RESPOSTA DE TOQUE: SUPRA-AURICULAR, FAIXA PARA A CABEÇA - PESO:120 G

Quantidade: 55 **Valor Unit.:** 100,00 **Valor Total:** 5.500,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	087 50.247.672/0001-74	100,00	100,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	040 06.128.710/0001-88	107,00	107,00	7,00	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	076 51.995.377/0002-40	200,00	107,05	0,05	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 39 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:33 Lote 39 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 39 Unidade: UNID Marca: PROELETRONIC Modelo: 5M

Descrição: CABO HDMI 5M - O CABO HDMI® TRANSMITE IMAGENS EM 3D COM INCRÍVEL VELOCIDADE DE ATÉ 10,2 GBPS E

UMA RESOLUÇÃO EXTREMAMENTE ALTA DE 4K (4096P DE LARGURA POR 2160P DE ALTURA) GARANTINDO UMA EMPOLGANTE E REALISTA EXPERIÊNCIA EM FILMES E JOGOS 3D. TECNOLOGIA HDMI 2.0

Quantidade: 18 **Valor Unit.:** 28,24 **Valor Total:** 508,32

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	143 51.995.377/0002-40	28,33	28,24		Sim
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA	075 23.172.296/0001-23	30,37	28,25	0,04	Sim
3 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	144 50.247.672/0001-74	30,00	30,00	6,19	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

	LOTE 40	- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:33 Lote 40			
		VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 40 Unidade: UNID	W NOMINAL	Marca: MTEK Modelo: ATX MK-500WF			
Descrição: FONTE ATX SATA 500	R PRINCIPA	BIVOLT - ALIMENTAÇÃO ENERGIA: 110V/220V (BIVOLT CHAVEADA) 4			
CONECTORES: SATA - CONECTO	Valor Unit.:	L: 24 PINOS - CONECTOR 12V: 4 PINOS			
Quantidade: 50		95,00 Valor Total: 4.7			50,00
		CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social		Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA		95,00	95,00		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		170,00	99,00	4,21	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL		170,00	169,00	70,71	Sim
4 JVM COPIADORAS E INFORMATICA		170,00	170,00	0,59	Sim
		DECLASSIFICADOS			
Razão Social		Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
		INABILITADOS			
Razão Social		Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 41 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 41					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 41 Unidade: UNID Marca: ONE POWER Modelo: MP500W3-I

Descrição: FONTE GAMER ATX 450W ? MODELO CV450 80PLUS BRONZE - TIPO: ATX 12V POTÊNCIA MÁXIMA: 450W CERTIFICAÇÃO: 80 PLUS BRONZE ? EFICIÊNCIA DE ATÉ 88% DE EFICIÊNCIA - TENSÃO DE ENTRADA: 100 - 240V (AUTOMÁTICO)

Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 199,00 **Valor Total:** 5.970,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA		349,00	199,00		Sim
2 KAI COMERCIAL LTDA		215,00	200,00	0,50	Sim
3 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		340,00	211,00	5,50	Sim
4 ERICA DE FATIMA GENTIL		349,00	349,00	65,40	Sim
5 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	111 06.128.710/0001-88	349,90	349,90	0,26	Sim
		DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
		INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
LOTE 42 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 42					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 42 Unidade: UNID Marca: MONTECH Modelo: BETA BRONZE 550W 80

PLUS

Descrição: PODCAST HOME STUDIO PC RADIO ÁUDIO USB MICROFONE CONDENSADOR ? MODELO 922B FATOR DE FORMA1 - TIPO DE MICROFONE CONDENSADOR - PADRÃO POLAR1 - QUANTIDADE DE MICROFONES1 - COMPRIMENTO DO CABO1.5 M - USOS RECOMENDADOS ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO.

Quantidade: 1	Valor Unit.: 900,00		Valor Total: 900,00	
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	092 50.247.672/0001-74 900,00	900,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	059 06.128.710/0001-88 1.005,00	1.005,00	11,67	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 43 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 43				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 43 Unidade: UNID Marca: PHILCO Modelo: PTV39N87D

Descrição: TV LED 39 POLEGADAS - RESOLUÇÃO: HD (1366 X 768) - TEMPO DE RESPOSTA: 8.0MS - ÂNGULO DE VISÃO: 176°(H) X 176°(V) - BRILHO: 300 CD/M² - CONTRASTE DINÂMICO: 3.000.000:1 - FREQUÊNCIA DA TELA: 60HZ - POTÊNCIA DO ALTO-FALANTE: 10WRMS X 2 - FORMATO DA TELA: 16:9 - SISTEMA DE CORES: PAL-M, PAL-N, NTSC FURAÇÃO VESA: 200X100MM

Quantidade: 12	Valor Unit.: 1.200,00			Valor Total: 14.400,00		
	CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final Dif.(%) ME		
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 105	50.247.672/0001-74	1.500,00		1.200,00	Sim	
2 AGUSTO & COIMBRA LTDA	069	30.747.960/0001-80	1.506,04	1.299,99	8,33	Sim
3 IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	117	23.106.657/0001-33	1.506,00	1.379,89	6,15	Sim
4 POLLIANA IOLANDA ASSUNCAO SILVA	071	29.520.946/0001-60	1.506,04	1.389,89	0,72	Sim
5 EMBALAGENS VIDA LTDA	030	07.443.848/0001-34	1.506,00	1.506,00	8,35	Sim
6 GUILHERME HENRIQUE QUEIROZ	102	45.468.921/0001-11	1.506,00	1.506,00	0,00	Sim
	DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%) ME	

	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 44 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 44				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 44 Unidade: KIT Marca: DELL / VOSTRO SMALL + Modelo: DELL / VOSTRO SMALL +

SE2222H SE2222H

Descrição: KIT COMPUTADOR VOSTRO SMALL DESKTOP ? MODELO VOSTRO 3710, PROCESSADOR I5-12400 (6-CORE, 12THREAD, CACHE DE 18MB, 2,5 GHZ ATÉ 4,4 GHZ), 8GB DE MEMÓRIA RAM DDR4(1X8GB) 3200MHZ, EXPANSÍVEL ATÉ 64GB, ARMAZENAMENTO DE 256GB PCIE NVME M.2, SISTEMA OPERACIONAL UBUNTU LINUX 20.04, TECLADO DELL KB 216 PRETO COM FIO, MOUSE DELL MS116 PRETO COM FIO, MONITOR DELL SE2222H 21.5 POL?. GARANTIA DELL DE 1 ANO.

Quantidade: 31	Valor Unit.: 3.626,00	Valor Total: 112.406,00		
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ERICA DE FATIMA GENTIL	068 36.656.877/0001-82 10.000,00	3.626,00		Sim
2 WEB TECNOLOGIA	013 47.400.801/0001-08 3.627,00	3.627,00	0,03	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 45 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 45 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 45 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: TL-SG1016D

Descrição: SWITCH 16 PORTAS - MODELO TL-SG1016D 10/100/1000 MBPS PADRÕES E PROTOCOLOS IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3XINTERFACE 16 PORTAS RJ45 10/100/1000MBPS (AUTO NEGOCIAÇÃO/AUTO MDI/MDIX) MÍDIA DE REDE 10BASE-T: UTP CABO CATEGORIA 3, 4, 5 (MÁXIMO 100M)100BASE-TX/1000BASE-T: UTP CABO CATEGORIA 5, 5E CABO (MÁXIMO 100M)QUANTIDADE DE VENTONHAS SEM VENTONHAS - FONTE DE ALIMENTAÇÃO 100-240VAC, 50/60HZ - CONSUMO DE ENERGIA MÁXIMO: 9.26W (220V/50HZ) DIMENSÕES (L X C X A) 11.6*7.1*1.7 POL. (294*180*44 MM)

Quantidade: 25 Valor Unit.: 390,00				Valor Total: 9.750,00	
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA		390,00	390,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA		592,00	402,00	3,08	Sim
3 AUGUSTO & COIMBRA LTDA		592,63	439,99	9,45	Sim
4 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		590,00	442,00	0,46	Sim
5 VIVA TECNOLOGIA LTDA	123 23.172.296/0001-23	635,88	588,99	33,26	Sim
6 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	059 51.995.377/0002-40	1.000,00	589,00	0,00	Sim

7 LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA 057 34.770.156/0001-73 591,00 591,00 0,34 Sim

8 ERICA DE FATIMA GENTIL	054 36.656.877/0001-82 592,00 592,00	0,17	Sim
DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 46 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 46			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 46 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: BPC 8160

Descrição: TECLADO SLIM STANDARD USB PRETO ? MODELO TC065

Quantidade: 150 Valor Unit.: 25,00 Valor Total: 3.750,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	080 50.247.672/0001-74	49,00	25,00		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	013 51.995.377/0002-40	49,96	39,98	59,92	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA		49,96	39,99	0,03	Sim
4 VM COMÉRCIO LTDA		49,96	49,96	24,93	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
LOTE 47		- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:34 Lote 47			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 47 Unidade: UNID	LASSIC BO	Marca: MULTILASER	Modelo: MO300		
Descrição: MOUSE OPTICO USB C	Valor Unit.:	X PRETO ? MODELO MO179 1200 DPI	Valor Total: 1.315,95		
Quantidade: 155		8,49			

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	051	51.995.377/0002-40	31,97	8,49		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	142	50.247.672/0001-74	30,00	8,50	0,12	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA			31,00	9,99	17,53	Sim
4 VIVA TECNOLOGIA LTDA			31,50	15,89	59,06	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 48 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:35 Lote 48**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 48 Unidade: UNID Marca: BROTHER Modelo: MFC-L6902DW

Descrição: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA MULTIFUNCIONAL ? MODELO MFC-L6902DW ESPECIFICAÇÕES: IMPRESSÃO: RESOLUÇÃO DA CÓPIA (MÁXIMA EM DPI): ATÉ 1200 X 600 DPI - CÓPIAS MÚLTIPLAS - DISCAGEM ABREVIADA (N DE LOCAIS): 300 - ACESSO REMOTO - RELATÓRIO DE ATIVIDADES/RELATÓRIOS PERIÓDICOS - FUNÇÕES PRINCIPAIS:

IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO, CÓPIA E FAX - CÓPIA DUPLEX (FRENTE E VERSO) - TEMPO DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA

PÁGINA: 7,5 SEGUNDOS - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER ELETROFOTOGRAFICO - MEMÓRIA PADRÃO: 1 GB - VELOCIDADE MÁX. DE IMPRESSÃO EM PRETO (PPM): 52/50 PPM (CARTA/A4) - RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO (MÁXIMA EM

DPI): ATÉ 1200 X 1200 DPI - CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: 520 FOLHAS - CAPACIDADE DE PAPEL NA BANDEJA

OPCIONAL (FOLHAS): 4 X 520 FOLHAS - BANDEJA MULTIUSO: 50 FOLHAS - CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX (FRENTE E VERSO) - INTERFACE DE REDE EMBUTIDA: WIRELESS 802.11B/G/N, GIGABIT ETHERNET, HI-SPEED USB 2.0 -

COMPATIBILIDADE COM O DRIVER DE IMPRESSORA: WINDOWS®, MAC OS®, LINUX - EMULAÇÕES: PCL6, BR-SCRIPT3, IBM PROPRINTER, EPSON FX, PD

Quantidade: 27 **Valor Unit.:** 4.600,00 **Valor Total:** 124.200,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VM COMÉRCIO LTDA	066	47.136.740/0001-13	5.649,00	4.600,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	039	51.995.377/0002-40	6.000,00	4.199,99		Sim
REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	052	65.149.197/0002-51	7.000,00	4.200,00	0,0002	Não
INABILITADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	046	10.639.199/0001-56	5.645,00	4.885,50		Sim

LOTE 49 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:35 Lote 49

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 49 Unidade: UNID Marca: DELL / OPTIPLEX MICRO + Modelo: DELL / OPTIPLEX MICRO +

P2222H P2222H

Descrição: KIT MICRO COMPUTADOR ? MODELO NOVO OPTIPLEX MICRO, PROCESSADOR I3-13700T (4 NÚCLEOS, 12MB,

TURBO 2.5 GHZ PARA 4.2GHZ) SISTEMA OPERACIONAL UBUNTU LINUX, MEMÓRIA DE 16GB DDR4(1X16GB) 3200MHZ,

ARMAZENAMENTO DE 256GB PCIE NVME M.2(CLASSE 35), PLACA DE REDE LOCAL SEM FIO(WLAN) INTEL AX211, COM TODOS OS ACESSÓRIOS: MONITOR DE 21.5 POL? DELL P2222H, TECLADO COM FIO DELL KB216, MOUSE COM FIO DELL MS116. GARANTIA DELL DE 1 ANO.

Quantidade: 30	Valor Unit.: 3.997,00	Valor Total: 119.910,00
CLASSIFICAÇÃO		
Razão Social	Num	Documento
1 ERICA DE FATIMA GENTIL	098	36.656.877/0001-82
DESCLASSIFICADOS		
Razão Social	Num	Documento
INABILITADOS		
Razão Social	Num	Documento
LOTE 50 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:36 Lote 50		
VALORES UNITÁRIOS FINAIS		

Item: 50 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: CORPORATE I5 8400 16GB

SSD 240GB

Descrição: COMPUTADOR ? PROCESSADOR I5, 16GB DE MEMÓRIA RAM DDR4, SSD DE 240GB.(MINIMO PROCESSADOR DE OITAVA GERAÇÃO OU SUPERIOR)

Quantidade: 20 **Valor Unit.:** 1.430,00 **Valor Total:** 28.600,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		1.650,00	1.430,00		Sim
2 KAI COMERCIAL LTDA		1.550,00	1.550,00	8,39	Sim
3 WEB TECNOLOGIA		1.660,00	1.660,00	7,10	Sim
4 SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA		1.660,92	1.660,92	0,06	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 51 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:36 Lote 51					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 51 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: CORPORATE I7 3770 16GB

SSD 480GB

Descrição: COMPUTADOR ? PROCESSADOR I7 3770, PLACA MÃE H61, 16GB DE MEMÓRIA RAM(DDR3), SSD DE 480GB, PLACA DE VIDEO GE-FORCE GTX 1050 TI 4GB, FONTE 500W REAL COM SELO 80 PLUS BRONZE, GARANTIA DE 1 ANO.

Quantidade: 20 **Valor Unit.:** 2.300,00 **Valor Total:** 46.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		2.300,00	2.300,00		Sim
2 WEB TECNOLOGIA		2.345,00	2.345,00	1,96	Sim
3 SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA		2.345,72	2.345,72	0,03	Sim
4 KAI COMERCIAL LTDA		2.520,00	2.520,00	7,43	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 52 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:36 Lote 52					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 52 Unidade: UNID Marca: CANON Modelo: IR1643IF

Descrição: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA MULTIFUNCIONAL ? MODELO MFC L5902DW, MULTIFUNCIONAL LASER COM IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA. IMPRESSÃO E CÓPIA COM VELOCIDADE DE ATÉ 40 PPM A4. CONEXÕES WIRELESS, ETHERNET, UBS E MÓVEL VIDRO DE DOCUMENTOS COM TAMANHO ATÉ OFÍCIO BANDEJA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 50 FOLHAS ADF COM CAPACIDADE PARA ATÉ 70 FOLHAS PRINCIPAIS

CARACTERÍSTICAS IMPRESSÃO E CÓPIA RÁPIDAS DE ALTA QUALIDADE AUMENTE A PRODUTIVIDADE COM IMPRESSÕES E CÓPIAS EM PRETO ATÉ 42/40 PÁGINAS POR MINUTO (CARTA/A4). IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA IMPRIMA DOCUMENTOS FRENTE E VERSO (DUPLEX) NO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS E ECONOMIZE PAPEL.

DISPLAY TOUCHSCREEN COLORIDO 3,7 FÁCIL NAVEGAÇÃO NOS MENUS E CRIAÇÃO DE ATÉ 48 ATALHOS

PERSONALIZADOS ATRÁVES DO DISPLAY TOUCHSCREEN. ALÉM DISSO, OFERECE DIGITALIZAÇÃO PARA SERVIÇOS DE

NUVEM POPULARES, COMO DROPBOX, GOOGLE DRIVE, ONENOTE, ENTRE OUTROS. MANUSEIO FLEXÍVEL DE PAPEL BANDEJA AJUSTÁVEL PARA TAMANHO CARTA OU OFÍCIO, COM CAPACIDADE PARA 250 FOL

Quantidade: 25 **Valor Unit.:** 4.000,00 **Valor Total:** 100.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	104 06.128.710/0001-88	4.000,00	4.000,00		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	044 51.995.377/0002-40	5.345,50	5.189,99	29,75	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA		5.345,00	5.198,00	0,15	Sim
4 GUILHERME HENRIQUE QUEIROZ		5.345,00	5.345,00	2,83	Sim
5 VM COMÉRCIO LTDA		5.345,50	5.345,50	0,01	Sim
6 ERICA DE FATIMA GENTIL		10.000,00	6.999,00	30,93	Sim
7 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	132 65.149.197/0002-51	7.000,00	7.000,00	0,01	Não
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	146 10.639.199/0001-56	5.345,00	5.190,00		Sim
LOTE 53 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:37 Lote 53					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 53 Unidade: UNID Marca: CANON Modelo: CR C240

Descrição: SCANNER DE MESA ? MODELO ADS-4700W.DIGITALIZE ATÉ 40 PÁGINAS POR MINUTODIGITALIZAÇÃO DUPLEX DE ATÉ 80 IMAGENS POR MINUTO E PROCESSAMENTO DE IMAGENS AVANÇADOALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE 80

FOLHAS (ADF)TELA SENSÍVEL AO TOQUE DE 10,9CMINTERFACE DE USUÁRIO DEDICADA CONEXÃO DE REDE CABEADA E SEM FIO DIGITALLIZE DIRETAMENTE PARA PENDRIVE COM CONEXÃO USB3.0 SUPERSPEED

Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 3.200,00 **Valor Total:** 48.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		3.200,00	3.200,00		Sim
2 JVM COPIADORAS E INFORMATICA		3.245,42	3.245,42	1,42	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL		10.000,00	5.999,00	84,85	Sim
4 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E		6.000,00	6.000,00	0,02	Não
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 54 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:38 Lote 54

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 54 Unidade: UNID Marca: BLUECASE / BM22D3HVW Modelo: BLUECASE / BM22D3HVW

Descrição: MONITOR ? MODELO SE2222H DE 21.5 POL? FULL HD (1080P) 1920X1080 A 60 HZ, PORTAS HDMI (HDCP 1.4) E VGA.

Quantidade: 53 **Valor Unit.:** 384,00 **Valor Total:** 20.352,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ERICA DE FATIMA GENTIL	648,00		384,00		Sim
2 KAI COMERCIAL LTDA	395,00		385,00	0,26	Sim
3 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	900,00		411,00	6,75	Não
4 WEB TECNOLOGIA	648,00		412,50	0,37	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 55 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:08:18 Lote 55

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 55 Unidade: UNID Marca: NHS Modelo: MINI 4 600VA

Descrição: NOBREAK 600VA MODELO 29300 COM 6 TOMADAS.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:TENSÃO NOMINAL: 115

(AUTOMÁTICO)VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO EM MODO REDE: 89 A 140 (REDE 115V~) 175 A 260 (REDE

220V~)FREQUÊNCIA DE REDE: 60 4 PLUGUE DO CABO DE FORÇA: PADRÃO NBR14136 (10A) POTÊNCIA MÁXIMA [VA]: 600 FATOR DE POTÊNCIA: 0,5 REGULAÇÃO: 5% (PARA OPERAÇÃO BATERIA) +/- 10% (PARA OPERAÇÃO REDE) FREQUÊNCIA:

60HZ 1% (PARA OPERAÇÃO BATERIA) FORMA DE ONDA DO INVERSOR: SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO (RETANGULAR

PWM CONTROLE DE LARGURA E AMPLITUDE) NÚMERO DE TOMADAS: 6 TOMADAS PADRÃO NBR14136 (10A)

Quantidade: 75 **Valor Unit.:** 400,00 **Valor Total:** 30.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA		410,00	400,00		Sim
2 ERICA DE FATIMA GENTIL		541,00	409,00	2,25	Sim
3 IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE		540,00	454,99	11,24	Sim
4 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		540,00	455,00	0,00	Sim
6 VIVA TECNOLOGIA LTDA	540,00		540,00	0,19	Sim
7 JVM COPIADORAS E INFORMATICA	084 06.128.710/0001-88 541,20		541,20	0,22	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 56 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:08:18 Lote 56

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

5 AMMO INFORMATICA LTDA 541,00 539,00 18,46 Sim **Item:** 56 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: SG 5204MR

Descrição: SWITCH 48 PORTAS ? MODELO CBS250-48T-4G BR 4X1G SFP 48 PORTAS 10/100/1000 DIMENSÃO DA

EMBALAGEM A / P / L : 44.0MM / 445.0MM / 288.0MM MONTÁVEL EM RACK : SIM NUMERO DE PORTAS DE UPLINK : 4 X 10G SFP NUMERO DE PORTAS GIGABIT ETHERNET : 48X GARANTIA COM O FABRICANTE : VITALÍCIA GARANTIA COM O SELLER: 1 ANO

Quantidade: 4 **Valor Unit.:** 3.613,00 **Valor Total:** 14.452,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA 5.100,00	3.613,00		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 5.100,00	3.614,00	0,03	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA 141 07.300.151/0001-04 5.102,00	3.995,00	10,54	Sim
4 LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA 053 34.770.156/0001-73 5.101,00	5.101,00	27,68	Sim
DECLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 57 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:08:18 Lote 57			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 57 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: EPE 205 PT

Descrição: FILTRO DE LINHA (RÉGUA) - MODELO: 5 TOMADAS ABS: PRETO- BIVOLT: PODE SER UTILIZADO EM 110/127 E 220 VOLTS - TIPO DE TOMADA: NBR14136 10A

Quantidade: 33 **Valor Unit.:** 28,00 **Valor Total:** 924,00

CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	49,50	28,00		Sim
2 VM COMÉRCIO LTDA	49,68	28,50	1,79	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 098 51.995.377/0002-40	49,68	35,99	26,28	Sim
4 WEB TECNOLOGIA 073 47.400.801/0001-08	49,00	40,00	11,14	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 58 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:08:18 Lote 58				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 58 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: ARCHER AX73 AX5400

Descrição: ROTEADOR WIFI 6 ? MODELO AX73 AX5400 GIGABIT DUAL BAND WI-FI 6 COM RECURSOS COMPLETOS - EQUIPA-SE COM A ESTRUTURA SUPERIOR DE 4T4R E HT160 NA BANDA DE 5 GHZ PARA PERMITIR UMA CONEXÃO

ULTRARRÁPIDA DE 4,8 GBPS.CONECTE MAIS DE 200 DISPOSITIVOS SUPORTA MU-MIMO E OFDMA PARA REDUZIR O CONGESTIONAMENTO E QUADRUPLICAR A TAXA DE TRANSFERÊNCIA MÉDIA.COBERTURA EXTENSA - ANTENAS 6 E BEAMFORMING GARANTEM AMPLA COBERTURA.HOMESHIELD - OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PREMIUM DA TP-LINK MANTÊM SUA REDE DOMÉSTICA SEGURA COM RECURSOS DE PONTA PARA PROTEÇÃO DE REDE E IOT.MAIS ABERTURAS, MENOS CALOR - A ÁREA DE ABERTURAS MELHORADA LIBERA TODA A POTÊNCIA DE TODA A MÁQUINA.COMPARTILHAMENTO DE USB - 1 PORTA USB 3.0 PERMITE FÁCIL COMPARTILHAMENTO DE MÍDIA E CONSTRUÇÃO DE NUVEM PRIVADA.CONFIGURAÇÃO FÁCIL -DEFINIRSEO ROTEADOR EM MINUTOS COM TETHER

APLICATIVO.PADRÕES:WI-FI 6 IEEE 802.11AX / AC / N / A 5 GHZ IEEE 802.11AX / N / B / G 2,4 GHZ VELOCIDADES DE WIFI:AX54005 GHZ: 4804 MBPS (802.11AX) 2,4 GHZ: 574 MBPS (802.11AX)

Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 660,00 **Valor Total:** 6.600,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA		660,00	660,00		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E		920,00	670,00	1,52	Sim
3 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	921,24		749,99	11,94	Sim
4 ERICA DE FATIMA GENTIL	2.000,00		750,00	0,00	Sim
5 VIVA TECNOLOGIA LTDA	037 23.172.296/0001-23 921,20		914,00	21,87	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 62 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:08:19 Lote 62					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 62 Unidade: UNID Marca: KNUP Modelo: KP M0023

Descrição: DOCK STATION HD ALL IN 1 HDD DOCKING USB 2,0 / 3.0 SATA BACKUP INTERFACES INTERNAS SATA/ IDE - TAMANHOS COMPATÍVEIS SATA / IDE SUPORTE PARA 2 HD SATA DOCKING, COMPATÍVEL COM HD SATA 2,5? OU 3,5?

Quantidade: 4	Valor Unit.: 160,00			Valor Total: 640,00	
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento		Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 120 50.247.672/0001-74			160,00		ME
DECLASSIFICADOS					Sim

Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 64 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:40 Lote 64			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 64 Unidade: UNID Marca: FURUKAWA Descrição: PATCH PAINEL RÉGUA DE PASSAGEM RJ45 X RJ45 24 POSIÇÕES Quantidade: 9 Valor Unit.: 248,30	Modelo: SOHOPLUS	Valor Total:	2.234,70
CLASSIFICAÇÃO			

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME

1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	134 23.172.296/0001-23 248,30 248,30		Sim
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 65 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:42 Lote 65			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 65 Unidade: UNID Marca: MERCUSYS Modelo: MS108G

Descrição: SWITCH GIGABIT DE MESA LS1008G ? MODELO ZP1000CM3A001 COM 8 PORTAS 10/100/1000. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS: 16 GBPS PORTAS COMPATÍVEIS AUTO-MDI/MDIX

Quantidade: 20 Valor Unit.: 115,00 Valor Total: 2.300,00

CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	170,00	115,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	170,00	129,00	12,17	Sim
3 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	170,04	144,99	12,40	Sim
4 ERICA DE FATIMA GENTIL	170,00	145,00	0,01	Sim
5 VIVA TECNOLOGIA LTDA	126 23.172.296/0001-23 183,18	180,00	24,14	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 67 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:44 Lote 67				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 67 Unidade: UNID Marca: DEX Modelo: 10 100 1000

Descrição: ADAPTADOR USB MINI WIRELESS MU-MIMO AC1300 ALIA DUAS CARACTERÍSTICAS QUE VÃO FACILITAR O SEU DIA-A-DIA: PEQUENO TAMANHO, GRANDE PERFORMANCE. O ARCHER T3U OFERECE PORTABILIDADE CONVENIENTE, CONEXÃO SEM FIO ALTAMENTE EFICIENTE E RÁPIDA, CONECTIVIDADE FLEXÍVEL ATRAVÉS DA DUAL BAND WIRELESS 2.4 GHZ, 5 GHZ E UMA PORTA USB3.0 ATÉ 3X MAIS RÁPIDA QUE USB 2.0. DESIGN EM MINIATURA, USB 3.0 PARA VELOCIDADES DE TRANSFERÊNCIA SUPERIORES, TAXA DE TRANSFERÊNCIA AUMENTADA COM O MU-MIMO. DIMENSÕES (LX PXA) 4.05 CM X 1.972 CM X 1.029 CM.

Quantidade: 17 Valor Unit.: 100,00 Valor Total: 1.700,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	061 50.247.672/0001-74 110,00	100,00		Sim
2 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	067 30.747.960/0001-80 110,21	109,99	9,99	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 69 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:47 Lote 69**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 69 Unidade: UNID Marca: EPSON Modelo: L6270

Descrição: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK ? MODELO L6970 TANQUE DE TINTA COLORIDA, MULTIFUNCIONAL 3 EM 1: IMPRIME, COPIA E DIGITALIZA. BAIXO CUSTO DE IMPRESSÃO: IMPRIME ATÉ 7.500 PÁGINAS EM PRETO OU 6.000 PÁGINAS COLORIDAS COM UM KIT DE GARRAFAS DE TINTA DE REPOSIÇÃO. MAIOR PRODUTIVIDADE: IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO E ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE FOLHAS PARA ATÉ 30 PÁGINAS, PROPORCIONANDO ECONOMIA DE PAPEL E TEMPO. CONECTIVIDADE AVANÇADA: COM CABO USB, CONEXÕES WI-FI, WI-FI DIRECT2 E REDE ETHERNET PARA GRUPOS DE TRABALHO

Quantidade: 25 **Valor Unit.:** 2.270,00 **Valor Total:** 56.750,00**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA	143 07.300.151/0001-04 2.270,00	2.270,00		Sim
2 ERICA DE FATIMA GENTIL	029 36.656.877/0001-82 5.000,00	2.999,00	32,11	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	044 51.995.377/0002-40 3.000,00	3.000,00	0,03	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 70 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:50 Lote 70 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 70 Unidade: UNID Marca: EXBOM Modelo: HUM USB 3.0

Descrição: HUB USB 3.0 4 PORTAS COM SWITCH E LED INDICADOR USB 3.0 HUB DE 4 PORTAS COM SWITCH É UM CABO CONECTOR QUE TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO MULTIPLICAR AS ENTRADAS USB DO SEU COMPUTADOR OU NOTEBOOK.

Quantidade: 20	Valor Unit.: 32,00		Valor Total: 640,00	
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 135 50.247.672/0001-74 32,00		32,00		Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 71 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:52 Lote 71 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 71 Unidade: UNID Marca: DELL Modelo: G15

Descrição: NOTEBOOK GAMER ? MODELO G15 G5530W005W TELA DE 15.6 POL? FULL HD, PROCESSADOR I7-13650HX (14CORE, CACHE DE 24MB, ATÉ 4.9GHZ), PLACA DE VIDEO RTX 3050 6GB, MEMORIA RAM DE 16GB (2X8GB) 4800MHZ, ARMAZENAMENTO PCIE NVME M2 DE 512GB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME, (GARANTIA DE 1 ANO DO FABRICANTE).

Quantidade: 5	Valor Unit.: 7.100,00	Valor Total: 35.500,00
CLASSIFICAÇÃO		

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME

1 VM COMÉRCIO LTDA 077 47.136.740/0001-13 7.399,00	7.100,00		Sim
2 GUILHERME HENRIQUE QUEIROZ 087 45.468.921/0001-11 7.399,00	7.399,00	4,21	Sim
DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
KAI COMERCIAL LTDA 038 51.940.295/0001-17 7.170,00		7.090,00	Sim
INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 72 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:54 Lote 72 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 72 Unidade: UNID Marca: CABO Modelo: USB

Descrição: CABO PARA IMPRESSORA - PARA CONEXAO MICRO/IMPRESSORA, PADRAO USB, MEDINDO 1,8M

Quantidade: 32 **Valor Unit.:** 15,63 **Valor Total:** 500,16

CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 045 51.995.377/0002-40 15,63		15,63	Sim
DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 73 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:55 Lote 73 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 73 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: UNIDADE DE IMAGEM - DR3440 DR-3440, COMPATIVEL COM OS MODELOS DE IMPRESSORAS HL-L6402DW MFCL6902DW DC-PL5902DW MFCL5702DW HLL5102DW, REDIMENTO MEDIO DE 50.000 PAGINAS",,,,,,86, INFORMATICA,8611, IMPRESSORAS,17258,"UNIDADE DE IMAGENS

Quantidade: 100	Valor Unit.: 307,00	Valor Total: 30.700,00		
CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	039 51.891.027/0001-52 307,00	307,00		Sim

2 MARCOS S BIUDES - ME	116 08.257.279/0001-03 307,67	307,67	0,22	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 74 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:57 Lote 74			
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 74 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: BPC D02L

Descrição: CAIXA DE SOM PARA MULTIMIDIA - PARA COMPUTADOR, COM 3W DE POTENCIA

Quantidade: 35 **Valor Unit.:** 40,00 **Valor Total:** 1.400,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	072 50.247.672/0001-74 50,00	40,00		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	034 51.995.377/0002-40 1.341,55	49,99	24,98	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 81 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:11:58 Lote 81			
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 81 Unidade: UNID Marca: AFOX Modelo: SSD 240GB SATA III

Descrição: HARD DISK SSD 240 GB ? MODELO SA400S37/240G SATA3, 2.5 POL ESPECIFICAÇÕES: INTERFACE: SATA REV.

3.0 (6GB/S) ? COMPATÍVEL COM A VERSÃO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERÊNCIA - ATÉ 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40 °C A 85 °C

TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 °C A 70 °C VIBRAÇÃO QUANDO EM OPERAÇÃO: 2,17G PICO (7 ? 800 HZ) VIBRAÇÃO

QUANDO NÃO ESTÁ EM OPERAÇÃO: 20G PICO (10 ? 2000 HZ) EXPECTATIVA DE VIDA ÚTIL: 1 MILHÃO DE HORAS MTB GARANTIA: 36 MESES

Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 81,00 **Valor Total:** 8.100,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	078 50.247.672/0001-74 150,00	81,00		Sim
2 IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	120 23.106.657/0001-33 156,00	95,00	17,28	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	156,00	129,00	35,79	Sim
4 AMMO INFORMATICA LTDA	156,00	138,00	6,98	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 82 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:02 Lote 82			
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 82 Unidade: UNID Marca: PNY Modelo: SSD 480GB CS900

Descrição: HARD DISK SSD 480 GB ? MODELO SA400S37/480G SATA 3, 2.5 POL. ESPECIFICAÇÕES:CAPACIDADE 480GB

CAPACIDADE DE LEITURA SEQUENCIA: 520MBS CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO SEQUENCIAL: 450MBS GARANTIA

FABRICANTE: 3 ANOS INTERFACE: SATA III (6GBS) TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40°C A 85°C TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 70°C DIMENSÕES DO PRODUTO SEM EMBALAGEM: 100 X 69 X 7 DIMENSÕES DO PRODUTO COM EMBALAGEM: 140MM X 100MM X 21MM

Quantidade: 60	Valor Unit.: 170,00	Valor Total: 10.200,00
	CLASSIFICAÇÃO	
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	011 50.247.672/0001-74 190,00	170,00 Sim
2 IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	093 23.106.657/0001-33 193,00	180,00 5,88 Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	116 36.656.877/0001-82 193,00	193,00 7,22 Sim
	DECLASSIFICADOS	
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
	INABILITADOS	
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final Dif.(%) ME
	LOTE 83 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:04 Lote 83	
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS	

Item: 83 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PJ004

Descrição: PROJETO R ? MODELO X1123HP DLP SVGA (800X600) 4000 LUMENS SPEA ESPECIFICAÇÕES:RESOLUÇÃO

MÁXIMA 1920 X 1200 BRILHO DO MODO PADRÃO 4000 LM PROPORÇÃO NATIVA 4:3 PROPORÇÃO COMPATÍVEL 16:9

RELAÇÃO DE CONTRASTE 20.000:1 PROPORÇÃO DE ARREMESSO 1,96 A 2,15 (1270 MM @ 2000 MM) ZOOM DIGITAL 2X

CORREÇÃO KEYSTONE VERTICAL -40/+40 SINCRONIZAÇÃO VERTICAL MÁXIMA 120HZ SINCRONIZAÇÃO HORIZONTAL MÁXIMA 100 KHZ SINCRONIZAÇÃO VERTICAL MÍNIMA 24HZ SINCRONIZAÇÃO HORIZONTAL MÍNIMA 15 KHZ COMPATÍVEL COM CORES 1,07 BILHÃO DE CORES (30 BITS) LENTE DE PROJEÇÃO ABERTURA MÍNIMA DA LENTE F/2.56 ABERTURA MÁXIMA DA LENTE F/2.68 DISTÂNCIA FOCAL MÍNIMA 22 MILÍMETROS DISTÂNCIA FOCAL MÁXIMA 24,10 MILÍMETROS TAMANHO MÍNIMO DA IMAGEM DIAGONAL 584,20 MILÍMETROS TAMANHO MÁXIMO DA IMAGEM DIAGONAL 7,62 M (300") DISTÂNCIA MÍNIMA DE PROJEÇÃO 1M DISTÂNCIA MÁXIMA DE PROJEÇÃO 12 M ZOOM ÓTICO 1,1X LÂMPADA 210 W VIDA ÚTIL DA LÂMPADA DO MODO NORMAL 5.000 HORAS VIDA ÚTIL DA LÂMPADA DO MODO ECONÔMICO 10.000 HORAS VIDA ÚTIL DA LÂMPADA NO MODO EXTREMEECO 1

Quantidade: 5 **Valor Unit.:** 2.368,99 **Valor Total:** 11.844,95

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	095 51.995.377/0002-40 3.784,86	2.368,99		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	064 07.300.151/0001-04 3.784,00	2.369,00	0,00	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	3.784,00	2.770,00	16,93	Sim
4 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	3.700,00	2.829,00	2,13	Sim
5 SJS EQUIPAMENTOS LTDA	3.784,00	3.784,00	33,76	Sim
6 VM COMÉRCIO LTDA	3.784,86	3.784,86	0,02	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 84 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:06 Lote 84 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 84 Unidade: UNID Marca: PCYES Modelo: G210 1GB

Descrição: PLACA DE VIDEO ? MODELO GEFORCE G 210, 1GB 64 BITS, COM ESPECIFICACOES: INTERFACE: PCI EXPRESS X 16, CHIPSET: GT 210, CUDA CORE: 16. VELOCIDADE DA MEMORIA: 1000 MHZ, TAMANHO DA MEMORIA: 1024, TIPO DE MEMÓRIA: DDR3.

Quantidade: 20	Valor Unit.: 160,00	Valor Total: 3.200,00		
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	034 50.247.672/0001-74 170,00	160,00		Sim
2 AMMO INFORMATICA LTDA	117 07.300.151/0001-04 173,00	163,00	1,88	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 85 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:06 Lote 85 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 85 Unidade: UNID Marca: BRAZIL PC Modelo: OFFICE 230W

Descrição: GABINETE + FONTE 230W + CABO DE FONTE DESCRIÇÃO: GABINETE + FONTE + CABO DE FONTE POSIÇÃO DA

FONTE DE ALIMENTAÇÃO: PARTE SUPERIOR USB I/O: USB + AUDIO; USB 3.0 (OPCIONAL) HDD / SSD:2 * HDD + 2 * SDD SUPORTE PARA PLACA-MÃE: ATX / MICRO-ATX MATERIAL E ESPESSURA: 0,40 MM SPCC

Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 180,00 **Valor Total:** 2.700,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	088 50.247.672/0001-74	180,00	180,00		Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 87 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:06 Lote 87 VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 87 Unidade: UNID Marca: MULTILASER			Modelo: MO212	Valor Total: 9	28,40
Descrição: MOUSE SEM FIO ? MODELO M170 ALCANCE SEM FIO DE 10 METROS PILHA INCLUSA COM DURAÇÃO DE ATÉ 12 MESES INSTALAÇÃO FÁCIL - PLUG-AND- PLAY					
Quantidade: 20 Valor Unit.: 46,42					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	022 51.995.377/0002-40	48,93	46,42		Sim
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA	002 23.172.296/0001-23	48,90	46,43	0,02	Sim
3 AMMO INFORMATICA LTDA	094 07.300.151/0001-04	48,90	47,00	1,23	Sim
DESCCLASSIFICADOS					

Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 88 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:06 Lote 88 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 88 Unidade: UNID Marca: N COMPUTING Modelo: L300

Descrição: THIN CLIENT IGUAL OU SUPERIOR AO THIN CLIENT WYSE 3040. PECIFICAÇÕES: DISPONIBILIDADE: AUTOMÁTICA EXPERIÊNCIA DE USO INTERATIVO: EXPERIÊNCIA DE "PC PRÓPRIO", COM NAVEGAÇÃO SUAVE E ATUALIZAÇÕES DE TELA RÁPIDAS. DESEMPENHO DE VÍDEO: VÍDEOS DE TELA INTEIRA COM PROGRAMAS DE MÍDIA E VÍDEO INTEGRADO AO NAVEGADOR (INCLUSIVE FLASH). CONECTIVIDADE A PERIFÉRICOS: USB 2.0 (2 PORTAS) SUPORTE DE TECLADO E MOUSE: USB RESOLUÇÃO MÁXIMA DA TELA: 1920X1080 OU 1600X1200 EM COR DE 24 BITS. PORTA DE ALTO-FALANTES: SAÍDA STÉREO. PORTA DE MICROFONE: SIM FONTE DE ALIMENTAÇÃO NECESSÁRIA: SIM, 12 VDC INCLUIDOS CONSUMO NOMINAL: 3-5 WATTS TAMANHO DISPOSITIVO DE ACESSO: 115X115X30MM GARANTIA DO FABRICANTE: 3 ANOS

Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 1.300,00 **Valor Total:** 39.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 036 50.247.672/0001-74 1.300,00	1.300,00		Sim
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 89 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:07 Lote 89 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 89 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PJ002

Descrição: PROJETOR SMART DLP 4K 1500 LUMENS PRETO COM ANDROID, WI-FI, BLUETOOTH, BATERIA INTEGRADA, USB, HDMI, VGA.ESPECIFICAÇÕES: TECNOLOGIA DISPLAY: DLP - BRILHO: 1500 LUMENS - RESOLUÇÃO NATIVA: 1280 X 800 (DECODIFICAÇÃO 2K / 4K) - TAMANHO DA PROJEÇÃO: 33" ~ 200" (1M ~ 5M) - CONTRASTE: (ON / OFF): < 5000:1 - AJUSTE DE



LENTES: FOCO MANUAL - SISTEMA ANDROID 5.1.1 - CPU & GPU: QUAD CORE ARM CORTEX- A5 CPU ATÉ 1,5GHZ (DVFS) E QUAD CORE ARM MALI-450 GPU ATÉ 600MHZ (DVFS) - RAM: 1GB DDR3 - MEMÓRIA INTERNA: 8GB - WI-FI: 2.4G BLUETOOTH: 4.0 - ALTO-FALANTE EMBUTIDO: 2W (2X) - BATERIA INTERNA: 4000MAH - SUPORTA OS FORMATOS DE VÍDEO: MPEG1 / MPEG2 / MPEG4 / RM / RMVB / MOV / MJPEG / VOB - SUPORTA OS FORMATOS DE ÁUDIO: WMA / MP3 / M4A (AAC) - SUPORTA OS FORMATOS DE IMAGENS: JPEG / BMP / PNG PORTAS: HDMI, VGA, USB X2, MICRO SD(TF), RJ45, ÁUDIO / AV - TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: DC 12V / 6A; AC 100W~240V - DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (A X L X P): 4,3 X 19 X 17,4 CM - COMPRIMENTO APROXIMADO DO TRIPE: 16 CM (FECHADO); 30 CM

Quantidade: 8 **Valor Unit.:** 1.644,67 **Valor Total:** 13.157,36

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 103 51.995.377/0002-40 1.644,67	1.644,67		Sim
2 SJS EQUIPAMENTOS LTDA 007 48.462.984/0001-59 4.990,00	4.990,00	203,40	Sim
DESCCLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 90 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:07 Lote 90 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 90 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PD589

Descrição: PEN DRIVE 32 GB NANO PRETO DESCRIÇÃO - PEN DRIVE NANO 32GB LEVE PARA QUALQUER LUGAR - SALVE FOTOS, MÚSICAS E VÍDEOS ESPECIFICAÇÕES: - TRANSFERÊNCIA: 3MB/S GRAVAÇÃO ATÉ 10 MB/S LEITURA CONEXÃO USB 2.0: DC 5 V - CAPACIDADE: 32 GB - COMPATÍVEL MAC OS 9.0 E SUPERIORES/WINDOWS 98 E SUPERIORES CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 PEN DRIVE NANO 32GB

Quantidade: 71 **Valor Unit.:** 23,99 **Valor Total:** 1.703,29

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	145 51.995.377/0002-40	25,00	23,99		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	122 50.247.672/0001-74	25,00	24,00	0,04	Sim
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 91 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:08 Lote 91					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 91 Unidade: UNID Marca: SANDISK Modelo: Z33 16GB

Descrição: PEN DRIVE 16 GB NANO CARACTERÍSTICAS: - CAPACIDADE: 16 GB - TRANSFERÊNCIA: 3 MB/S GRAVAÇÃO AT-E 10 MBS LEITURA - CONEXÃO USB 2.0: DC 5 V

Quantidade: 61 **Valor Unit.:** 24,00 **Valor Total:** 1.464,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	006 50.247.672/0001-74	25,00	24,00		Sim
2 WEB TECNOLOGIA	034 47.400.801/0001-08	25,00	25,00	4,17	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	121 51.995.377/0002-40	25,35	25,35	1,40	Sim
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 92				
	- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:08 Lote 92				
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS				
Item: 92 Unidade: UNID	RA FIT USB	Marca: SANDISK Modelo: Z430 16GB			
Descrição: PEN DRIVE 16 GB ULT PERMANE-	MAZENAME	3.1 DESCRIÇÃO: - ESTA UNIDADE ULTRA PEQUENA DE PERFIL BAIXO NTO			
CE INSERIDA PARA AR DISPOSITIVOS.	Valor Unit.:	EXTRA OU MOVIMENTAÇÃO SUPER RÁPIDA DE MÍDIA ENTRE			
Quantidade: 61		29,00 Valor Total: 1.7			69,00
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	044 50.247.672/0001-74	29,00	29,00		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	130 51.995.377/0002-40	29,88	29,88	3,03	Sim
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

93 19/12/2023 09:12:08 Lote 93

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 93 Unidade: UNID Marca: C3TEHC Modelo: SC20BK

Descrição: SUPORTE PARA GABINETE COM RODINHAS PRETO ESPECIFICAÇÕES: UTILIZAÇÃO VERSÁTIL - COMPATÍVEL COM GABINETES AT E ATX BASE PLÁSTICA COM RODÍZIOS - ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL DE 15,5 À 22,5CM - FACILITA INSTALAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DA CPU - PLÁSTICO RESISTENTE - FÁCIL INSTALAÇÃO - COMPOSIÇÃO: TERMOPLÁSTICO E METAIS

Quantidade: 80 **Valor Unit.:** 39,00 **Valor Total:** 3.120,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	050 50.247.672/0001-74	39,00	39,00		Sim
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 95 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:09 Lote 95				
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 95 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: WC045

Descrição: WEBCAM 480K 16.0MP COM MICROFONE PRETO - WEBCAM PLUG E PLAY 480K E 16MP VIA SOFTWARE NIGHTVISION MICROFONE USB PRETO - WC045 MICROFONE INTERNO- LENTE DE VIDRO DE 2 CAMADAS - BOTÃO SNAPSHOT LED NOTURNO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: 16MP DE RESOLUÇÃO (INTERPOLADO)

Quantidade: 11 **Valor Unit.:** 57,99 **Valor Total:** 637,89

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	101 51.995.377/0002-40	60,00	57,99		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	021 50.247.672/0001-74	60,00	58,00	0,02	Sim
	DECLASSIFICADOS				

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 99 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:09 Lote 99				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 99 Unidade: UNID Marca: SECCON / WT-2029A-110 Modelo: SECCON / WT-2029A-110

Descrição: PATCH PANEL 24 PORTAS 19 POLEGADAS CARACTERÍSTICAS:COM 24 PORTAS PARA RACK DE 19"OCUPA 1U
COR: PRETO- CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1X PATCH PANEL 1X KIT ABRAÇADEIRAS DE NYLON 1X KIT PORCA GAIOLA 1X
KIT DE ETIQUETA ADESIVA

Quantidade: 8 Valor Unit.: 220,00		Valor Total: 1.760,00		
CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ERICA DE FATIMA GENTIL 002 36.656.877/0001-82 488,00		220,00		Sim
2 LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA 056 34.770.156/0001-73 487,00		249,99	13,63	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA 081 23.172.296/0001-23 488,01		325,00	30,01	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 104 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:09 Lote 104 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 104 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: EPR212

Descrição: REGUA PARA RACK 19?? 12 TOMADAS 10A COM CHAVE LIGA/DESLIGA CABO 1.10 MTS DESCRIÇÃO: - RÉGUA
PARA RACK 19" - 12 TOMADAS - ESTRUTURA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTÁTICA - VENDIDO UNITÁRIO
SPECIFICAÇÕES: - CONJUNTO COM 12 TOMADAS - CABO DE 1,10M - CERTIFICADO PELO IMETRO - FUSÍVEL DE 12A - FREQUÊNCIA: 50-60HZ
BIVOLT: 127/220 V - PINTURA ELETROSTÁTICA

Quantidade: 17	Valor Unit.: 89,50	Valor Total: 1.521,50		
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	015 23.172.296/0001-23 89,50	89,50		Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 105 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:10 Lote 105			
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 105 Unidade: UNID Marca: TP-LINK Modelo: AC1200 ARCHER C50

Descrição: ROTEADOR WIRELESS DUAL BAND GIGABIT 4 ANTENAS ESCRIÇÃO:ROTEADOR WIRELESS DUAL BAND GIGABIT 4 ANTENAS
WI-FI AC 1200DUALBAND -VELOCIDADE DE ATÉ 300MBPS NA BANDA DE 2,4 GZ E 867 MPBS NA
BANDA DE 5GHZ, PORTAS FULL GIGABIT ? CONEXÕES RÁPIDAS PARA DISPOSITIVOCOM FIO , INCLUINDO CONSOLES DE
JOGOS , DESKTOPS, SMART TVS E MUITO MAIS COMPARTILHE COM ATÉ 60 DISPOSITIVOS -ACESSO Á INTERNET PARA
VARIOS ATREAMING SIMULTANEAMENTE, 4 ANTENAS EXTERNAS DE ALTO GANHO PODEROSA , COBERTURA SEM FIO EM TODA A SUA
CASA , INSTALAÇÃO FACIL A PAGINA DA WEB INTUITIVA GUIA VOCE PELO PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO EM MINUTOS.

Quantidade: 20	Valor Unit.: 170,00	Valor Total: 3.400,00		
	CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AMMO INFORMATICA LTDA	061 07.300.151/0001-04 331,00	170,00		Sim
2 ERICA DE FATIMA GENTIL	068 36.656.877/0001-82 331,00	179,00	5,29	Sim
3 VIVA TECNOLOGIA LTDA	133 23.172.296/0001-23 331,50	205,00	14,53	Sim
	DECLASSIFICADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	INABILITADOS			
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

106 19/12/2023 09:12:10 Lote 106

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 106 Unidade: UNID Marca: MIKROTIK (HEX SERIES) Modelo: RB 750GR3

Descrição: ROTEADOR ROUTERBOARD RB 750GR3 (HEX 880MHZ 256MB L4) DESCRIÇÃO: O HEX É UM ROTEADOR GIGABIT
ETHERNET DE CINCO PORTAS PARA LOCAIS ONDE A CONECTIVIDADE SEM FIO NÃO É NECESSÁRIA. O DISPOSITIVO
POSSUI UMA PORTA USB DE TAMANHO COMPLETO. ESTA NOVA REVISÃO ATUALIZADA DO HEX TRAZ VÁRIAS MELHORIAS

NO DESEMPENHO.É ACESSÍVEL, PEQUENO E FÁCIL DE USAR, MAS AO MESMO TEMPO VEM COM UMA CPU DE NÚCLEO DUPLO DE 880MHZ MUITO PODEROSA E 256 MB DE RAM, CAPAZ DE TODAS AS CONFIGURAÇÕES AVANÇADAS QUE O ROUTEROS SUPORTA.

Quantidade: 6 **Valor Unit.:** 480,67 **Valor Total:** 2.884,02

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AUGUSTO & COIMBRA LTDA	096 30.747.960/0001-80 480,67	480,67		Sim
2 VIVA TECNOLOGIA LTDA	107 23.172.296/0001-23 629,00	629,00	30,86	Sim
DESCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 107 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:10 Lote 107 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 107 Unidade: UNID Marca: INTELBRAS Modelo: CHF 2020

Descrição: CABO HDMI 20 METROS ? CABO DE ALTA BLINDAGEM AFIM DE EVITAR QUALQUER INTERFERÊNCIA, COMPATÍVEL COM ROPORÇÃO 21:9. TRANSMITE IMAGENS EM 3D COM INCRÍVEL VELOCIDADE DE ATÉ 16 GBPS E UMA RESOLUÇÃO EXTREMAMENTE ALTA DE 4K (4096P DE LARGURA POR 2160P DE ALTURA

Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 184,54 **Valor Total:** 1.845,40

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 VIVA TECNOLOGIA LTDA	144 23.172.296/0001-23 184,54	184,54		Sim
DESCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 109 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:11 Lote 109 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 109 Unidade: UNID Marca: TP LINK Modelo: TL-SL1226P

Descrição: SWITCH 24 PORTAS ? MODELO CBS250-24T-4G-BR, GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT MAIS 4 PORTAS SFP TECNOLOGIA DE REDE: 24 PORTAS 10/100/1000 + 4X GIGABIT SFP PROCESSADOR: X ARM DE 800 MHZ RAM: 512MB MEMÓRIA FLASH: 256 MB INDICADORES DE STATUS: STATUS, LINK/ATIVIDADE/VELOCIDADE ALGORITMO DE CRIPTOGRAFIA: SSL

Quantidade: 8	Valor Unit.: 2.000,00	Valor Total: 16.000,00
CLASSIFICAÇÃO		

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final Dif.(%) ME

1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E 034 50.247.672/0001-74 2.300,00	2.000,00		Sim
2 LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA 082 34.770.156/0001-73 2.372,00	2.372,00	18,60	Sim
DESCLASSIFICADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS			
Razão Social Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 110 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:12 Lote 110 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 110 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: DR3440			
Descrição: CILINDRO DR3440 COM REDIMENTO DE ATE 50.000 PAGINAS. ORIGINAL DO FABRICANTE			
Quantidade: 150 Valor Unit.: 380,00 Valor			
			Total: 57.0 00,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	095 05.808.979/0001-42 424,00	380,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	093 08.257.279/0001-03 424,81	389,00	2,37	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	123 51.995.377/0002-40 1.000,00	1.000,00	157,07	Sim
DESCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	044 10.639.199/0001-56 424,00	420,00		Sim
LOTE 111 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:12 Lote 111 VALORES UNITÁRIOS FINAIS				
Item: 111 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TN3492				
Descrição: TONER TN 3492 PRETO PARA REDIMENTO DE ATE 20.000 PAGINAS. ORIGINAL DO FABRICANTE				
Quantidade: 80 Valor Unit.: 400,00 Valor				
				Total: 32.0 00,00
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	123 05.808.979/0001-42 469,00	400,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	091 08.257.279/0001-03 469,00	459,00	14,75	Sim

3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	052 51.995.377/0002-40 1.000,00	1.000,00	117,86	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	072 10.639.199/0001-56 469,00	390,00		Sim

112 19/12/2023 09:12:12 Lote 112**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 112 Unidade: UNID Marca: DSI Modelo: TN3472

Descrição: TONER TN 3472 PRETO COM REDIMENTO DE ATE 12.000 PAGINAS ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 80 Valor Unit.: 400,00 Valor Total: 32.000,00

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	027 05.808.979/0001-42 468,00		400,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	047 08.257.279/0001-03 468,00		449,00	12,25	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	007 10.639.199/0001-56 468,00		390,00		Sim
LOTE 113 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:13 Lote 113					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 113 Unidade: UNID Marca: DSI Mo					
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA KYOCERA TK-5232 BLACK			delo: TK5232BK		Valor Total: 880,00
Quantidade: 16 Valor Unit.: 55,00					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	044 05.808.979/0001-42	87,00	55,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	060 08.257.279/0001-03	87,77	59,00	7,27	Sim
3 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	119 51.891.027/0001-52	87,00	67,50	14,41	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	LOTE 114				
	- HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:13 Lote 114				
	VALORES UNITÁRIOS FINAIS				
Item: 114 Unidade: UNID					
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA KYOCERA TK-5232 AMARELO					Valor Total: 880,00
Quantidade: 16 Valor Unit.: 55,00					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	050 05.808.979/0001-42	94,00	55,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	067 08.257.279/0001-03	94,43	59,00	7,27	Sim
3 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	122 51.891.027/0001-52	94,00	67,50	14,41	Sim

**DESCCLASSIFICADOS**

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 115 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:13 Lote 115					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 115 Unidade: UNID Marca: DSI					
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA LASER KYOCERA TK-5232 CIANO			Modelo: TK5232C		Valor Total: 864,00
Quantidade: 16 Valor Unit.: 54,00					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	054 05.808.979/0001-42	54,00	54,00		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	104 08.257.279/0001-03	54,27	54,27	0,50	Sim
3 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	084 51.891.027/0001-52	67,50	67,50	24,38	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 116 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:13 Lote 116					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 116 Unidade: UNID Marca: DSI Mo					
Descrição: TONER PARA IMPRESSORA LASER KYOCERA TK-5232 MAGENTA			delo: TK5232M		Valor Total: 672,00
Quantidade: 16 Valor Unit.: 42,00					
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	058 05.808.979/0001-42 101,00		42,00		Sim

2 MARCOS S BIUDES - ME	056 08.257.279/0001-03 101,67	59,00	40,48	Sim
3 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	001 51.891.027/0001-52 101,00	67,50	14,41	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 118 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:14 Lote 118				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 118 Unidade: UNID Marca: BIOSTAR H610MX-E Modelo: BIOSTAR H610MX-E

Descrição: PLACA MÃE INTEL H610M DDR4 LGA 1700 (COMPATÍVEL COM ROCESSADORES DA 13ª GERAÇÃO E SUPORTE PCIE M.2 SSD/ NVME).

Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 455,00 **Valor Total:** 6.825,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAI COMERCIAL LTDA	134 51.940.295/0001-17 455,00	455,00		Sim
2 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	095 50.247.672/0001-74 620,00	480,00	5,49	Sim
3 ERICA DE FATIMA GENTIL	019 36.656.877/0001-82 629,00	629,00	31,04	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 120 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:14 Lote 120				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 120 Unidade: UNID Marca: ADATA Modelo: SSD M.2 SU650 240GB

Descrição: HARD DISK SSD M2-NVME 240GB DESCRIÇÃO:RESISTENTE A CHOQUES CONSUMO DE POTÊNCIA ULTRA BAIXADISPONÍVEL NOS FORMATOS DE CAIXA DE 2,5 ?/ 7MM E M.2 2280PCS E LAPTOPS DE ALTO DESEMPENHO COMPUTAÇÃO PESSOAL- ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 240GBINTERFACE: SATA 6GB/SFATOR DE FORMA: M.2 2280PERFORMANCE: LEITURA SEQUENCIAL ATÉ: 545MB/S- ENERGIAMÁX LEITURA DE OPERAÇÃO: 2,200MWMÁX ESCRITA

Quantidade: 30 **Valor Unit.:** 130,00 **Valor Total:** 3.900,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MAB COMERCIO DE PRODUTOS E	006 50.247.672/0001-74 150,00	130,00		Sim
2 ERICA DE FATIMA GENTIL	037 36.656.877/0001-82 151,00	149,00	14,62	Sim
DESCCLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 122 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:16 Lote 122				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 122 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: TONER HP CF 217A UTILIZADO NOS SEGUINTE MODELOS DE EQUIPAMENTOS LASERJET M 130, M 102, M 130FW, M 130A, M 130FN, M 130NW, M 102A, M 102W. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 40 Valor Unit.: 20,40				Valor Total: 816,00	
CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	024 51.891.027/0001-52	86,00	20,40		Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	053 08.257.279/0001-03	86,50	27,00	32,35	Sim
3 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	111 05.808.979/0001-42	86,00	35,00	29,63	Sim
DESCCLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 123 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:17 Lote 123

CLASSIFICAÇÃO					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
AUGUSTO & COIMBRA LTDA	30.747.960/0001-80	120,00	114,99	Sim	

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 123 Unidade: UNID Marca: ALLTONER	Modelo:	Valor Total: 900,00
--	---------	----------------------------

Descrição: KIT CILINDRO DR1060 BROTHER PARA IMPRESSÕES LASER. Quantidade: 40 Valor Unit.: 22,50				
CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E 117 51.891.027/0001-52	49,00	22,50		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 068 51.995.377/0002-40	49,04	31,99	42,18	Sim
3 MARCOS S BIUDES - ME	49,04	32,00	0,03	Sim
4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	49,00	38,00	18,75	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 124 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:18 Lote 124				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 124 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: T664

Descrição: TINTA DE RECARGA DE CARTUCHOS COLORIDOS EPSON KIT COM 4 REFIS: L120 ? LL355 ? L555 ? L395-L396

Quantidade: 27 **Valor Unit.:** 30,00 **Valor Total:** 810,00

CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E	110,00		30,00	Sim
2 MARCOS S BIUDES - ME	110,40		34,00	13,33 Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 066 51.995.377/0002-40	110,40	41,98	23,47	Sim
4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA 043 05.808.979/0001-42	110,00	42,00	0,05	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%) ME
LOTE 125 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:20 Lote 125				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

Item: 125 Unidade: UNID Marca: CRUCIAL Modelo: CB8GU2666

Descrição: MEMORIA 8GB DDR4 2666MHZ ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 8GB TIPO: DD4 U-DIMM VELOCIDADE: 2666 MHZ CL: 18 VOLTA-GEM: 1.2V

Quantidade: 60 **Valor Unit.:** 114,99 **Valor Total:** 6.899,40 2 ERICA DE FATIMA GENTIL 117 36.656.877/0001-82 300,00 115,00 0,01 Sim

DECLASSIFICADOS					
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final			Dif.(%) ME	
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial Oferta Final			Dif.(%) ME	
LOTE 127 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:20 Lote 127					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 127 Unidade: UNID Marca: ARES Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504120AL T504 COR: PRETO Quantidade: 100 Valor Unit.: 7,80				Modelo:	Valor Total: 780,00
		CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E 023	51.891.027/0001-52	82,00	7,80		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 143	51.995.377/0002-40	82,00	7,89	1,15	Sim
3 MARCOS S BIUDES - ME		82,00	9,00	14,07	Sim
4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA		82,00	14,00	55,56	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 128 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:21 Lote 128					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 128 Unidade: UNID Marca: ARES Mo Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504220AL T504 COR: CIANO Quantidade: 100 Valor Unit.: 5,50				delo:	Valor Total: 550,00
		CLASSIFICAÇÃO			
Razão Social Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E 100	51.891.027/0001-52	76,00	5,50		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 133	51.995.377/0002-40	76,00	5,99	8,91	Sim
3 MARCOS S BIUDES - ME		76,00	9,00	50,25	Sim
4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA		76,00	14,00	55,56	Sim
DECLASSIFICADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial			Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 129 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:21 Lote 129					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 129 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo:

Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504320AL T504 COR: MAGENTA

Quantidade: 100 Valor Unit.: 5,90 Valor Total: 590,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E 044 51.891.027/0001-52	78,00	5,90		Sim	
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 096 51.995.377/0002-40	78,00	6,00	1,69	Sim	
3 MARCOS S BIUDES - ME	78,00	9,00	50,00	Sim	
4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	78,00	14,00	55,56	Sim	
DECLASSIFICADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME	
INABILITADOS					
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME	
LOTE 130 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:21 Lote 130					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					
Item: 130 Unidade: UNID Marca: ARES Modelo: Descrição: REFIL DE TINTA PARA EPSON L6270 ? MODELO T504420AL T504 COR: AMARELO Quantidade: 100 Valor Unit.: 6,00			Valor Total: 6	00,00	
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E 103	51.891.027/0001-52	73,00	6,00		Sim
2 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA 019	51.995.377/0002-40	73,00	6,39	6,50	Sim

4 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA	73,00	14,00	55,56	Sim
DECLASSIFICADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS				
Razão Social Num Documento Oferta Inicial		Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 138 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:21 Lote 138				
VALORES UNITÁRIOS FINAIS				

3 MARCOS S BIUDES - ME 73,00 9,00 40,85 Sim

Item: 138 Unidade: UNID Marca: ALLTONER Modelo:

Descrição: CARTUCHO DE TONER PB211 PARA UTILIZAÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELGIN P-2500W, M-6550NW, M-6600N. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5% DE COBERTURA NO PAPEL A4. ORIGINAL DO FABRICANTE

Quantidade: 40 Valor Unit.: 50,00 Valor Total: 2.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ALL PRINT SUPRIMENTOS E		166,00	50,00		Sim
2 V.C DA ROCHA DISTRIBUIDORA		166,00	54,00	8,00	Sim
3 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	050 51.995.377/0002-40	300,00	137,99	155,54	Sim
4 MARCOS S BIUDES - ME	108 08.257.279/0001-03	166,51	149,00	7,98	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LOTE 140 - HOMOLOGADO - 19/12/2023 09:12:21 Lote 140					
VALORES UNITÁRIOS FINAIS					

Item: 140 Unidade: UNID Marca: MULTILASER Modelo: PH041

Descrição: FONE DE OUVIDO ? HEADSET INFORMAÇÕES TÉCNICAS: - CABEAMENTO E CONECTIVIDADE PERFEITOS. EARPADS GRANDES COM TAMANHO DE 10,5 CENTÍMETOS, SEM COSTURAS DESAGRADÁVEIS ENCOSTANDO NA SUA PELE, ALMOFADAS AURICULARES QUE ISOLAM O AMBIENTE EXTERNO PARCIALMENTE POR ENCAIXAR TODA A REGIÃO DA ORELHA NA PARTE INTERNA. INCRIVELMENTE CONFORTÁVEIS, NÃO CAUSAM SENSIBILIDADE E PRESSÃO SOBRE AS ORELHAS MESMO APÓS HORAS DE USO. HASTE DA CABEÇA ANATÔMICA COM ACOLCHOAMENTO, QUE DEIXA A SUA EXPERIÊNCIA DE USO MUITO CONFORTÁVEL. OFERECE 24 VARIAÇÕES NO AJUSTE DO TAMANHO (12 AJUSTES DO LADO DIREITO E 12 AJUSTES DO LADO

Quantidade: 10	Valor Unit.: 88,19		Valor Total: 881,90		
	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
1 M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	073 51.995.377/0002-40 88,19	88,19		Sim	
	DECLASSIFICADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	
	INABILITADOS				
Razão Social	Num Documento Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME	

AUTORIDADE: JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 003/2023

HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 003/2023

No uso de minhas atribuições, levo ao conhecimento dos interessados que homologo o processo licitatório levado a efeito através do edital de Credenciamento nº 003/2023, destinado a **Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços ambulatoriais e Hospitalares na área da saúde (Unidades Hospitalares 24h), para realização de Consultas, exames e procedimentos clínicos e cirúrgicos (internações)**, para atender as necessidades dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a favor da empresa **C. E. DE OLIVEIRA LIMA LTDA, CNPJ No. 44.615.972/0001-66**, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto na Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de dezembro de 2023

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**PREFEITO MUNICIPAL**

JURÍDICO
LEI Nº 976/2023

LEI Nº 976/2023**DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2024 e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2024, compreende:

I – O Orçamento Fiscal referente aos poderes do município, seus fundos especiais e entidades da administração direta;

II – O orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta.

Art. 2º - O Orçamento do Município de Santo Antônio do Leste –MT para o exercício Financeiro de 2024, discriminados pelos anexos integrante desta lei, estima a Receita bruta em R\$ 79.215.150,77 (setenta e nove milhões, duzentos e quinze mil, cento e cinquenta reais e setenta e sete centavos), e após a dedução para contribuição para o FUNDEB no valor de R\$ 8.035.398,80 (oito milhões, trinta e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), uma receita líquida de R\$ 71.179.751,97 (setenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), e fixa a despesa em igual importância.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receita corrente e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento.

01. RECEITAS CORRENTES

1.1	Receitas Tributárias	11.174.187,18
1.2	Receitas de Contribuição	1.916.672,00
1.3	Receitas Patrimonial	1.152.036,13
1.4	Receitas de Serviços	129.728,00
1.5	Transferências Correntes	60.936.996,52
1.6	Outras Receitas Correntes	601.169,00
1.7	Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	2.313.640,00
1.8	Dedução de Transferências Correntes	-8.035.398,80

TOTAL DA RECEITA CORRENTES	70.189.030,03
-----------------------------------	----------------------

02. RECEITAS DE CAPITAL

2.1	Alienações de Bens	37.932,00
2.2	Transferência de Capital	952.789,94
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL		990.721,94

TOTAL GERAL	71.179.751,97
--------------------	----------------------

Art. 4º-A Despesa ora fixada na forma dos anexos constantes desta lei é fixada R\$ 71.179.751,97 (setenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), será realizada segundo a discriminação dos quadros anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional programática, dos quadros de programas de Trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos: **01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

01	Legislativa	3.003.468,54
04	Administração	8.761.539,82
08	Assistência Social	2.816.720,00
09	Previdência Social	2.295.100,00
10	Saúde	16.733.798,84
12	Educação	19.429.499,35
13	Cultura	592.000,00
14	Direitos Da Cidadania	155.00,00
15	Urbanismo	9.287.891,79
17	Saneamento	683.500,00
18	Gestão Ambiental	1.000,00
20	Agricultura	2.154.500,00
22	Industria	1.200,00
23	Comércio E Serviços	1.000,00
25	Energia	2.000,00
26	Transporte	123.962,38
27	Desporto E Lazer	1.976.100,00
28	Encargos Especiais	1.601.512,07
99	Reserva De Contingencia	1.559.959,18
TOTAL FUNÇÃO DE GOVERNO		71.179.751,97

02 - POR SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

031	Ação Legislativa	3.003.468,54
122	Administração Geral	9.727.453,17
123	Administração Financeira	2.364.600,00
124	Controle Interno	366.500,00
131	Comunicação Social	9.500,00
241	Assistência Ao Idoso	2.000,00
243	Assistência A Criança E Ao Adolescente	243.500,00
244	Assistência Comunitária	2.726.220,00
272	Previdência Do Regime Estatutário	2.295.100,00
301	Atenção Básica	3.327.150,00
302	Assistência Hospitalar E Ambulatorial	10.706.448,84
303	Suporte Profilático E Terapêutico	437.100,00
304	Vigilância Sanitária	141.500,00
305	Vigilância Epidemiológica	234.200,00
306	Alimentação E Nutrição	1.156.000,00
361	Ensino Fundamental	12.652.186,00
363	Ensino Profissional	500,00
364	Ensino Superior	21.000,00
365	Educação Infantil	3.750.700,00
366	Educação De Jovens E Adultos	21.500,00
367	Educação Especial	8.500,00
392	Difusão Cultural	592.000,00
452	Serviços Urbanos	9.296.891,79
482	Habitação Urbana	1.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	594.500,00
541	Preservação E Conservação Ambiental	1.000,00
601	Promoção Da Produção Vegetal	2.153.500,00
605	Abastecimento	80.000,00
661	Promoção Industrial	1.200,00
695	Turismo	1.000,00
752	Energia Elétrica	2.000,00

782	Transporte Rodoviário	123.962,38
812	Desporto Comunitário	1.876.100,00
813	Lazer	100.000,00
843	Serviço Da Dívida Interna	446.000,00
846	Outros Encargos Especiais	1.155.512,07
999	Reserva De Contingencia	1.559.959,18
TOTAL POR SUB-FUNÇÃO DE GOVERNO		71.179.751,97

03 – POR PROGRAMAS

5001	Gestão Do Poder Legislativo Municipal	3.003.468,54
5002	Gestão Do Poder Executivo Central	2.001.100,00
5004	Gestão De Apoio Administrativo	4.395.839,82
5005	Gestão Financeira E Tributária	2.860.600,00
5007	Gestão Da Educação E Cultura	14.935.113,35
5008	Gestão Das Atividades Do Fundeb	5.086.386,00
5009	Gestão De Assistência Social	2.963.720,00
5010	Gestão De Prog/ Ativ. Da Sec. De Ind. E Com.	1.200,00
5011	Gestão De Viação, Obras E Serv. Urbanos	8.555.972,13
5012	Gestão Da Ag., Turismo E Meio Ambiente	2.156.500,00
5013	Gestão Do Desporto E Lazer	1.976.100,00
5014	Gestão Do Reg. Próprio De Prev. Municipal	3.740.200,00
5015	Manutenção Do Fethab	1.541.382,04
5016	Gestão De Saúde Com Qualidade	1.885.600,00
5017	Gerir Com Qualidade A Atenção Básica	3.327.150,00
5018	Ampliação E Qualidade Na Média E Alta Complexidade	10.706.448,84
5019	Ampliação E Qualidade Na Assistência Farmacêutica	437.100,00
5020	Ampliação E Qualidade Na Vigilância Sanitária	141.500,00
5021	Ampliação E Qualidade Na Vigilância Epidemiológica E Ambiental	234.200,00
5022	Coronavírus-Covid-19	9.800,00
5023	Emenda Impositiva	1.105.512,07
9999	Reserva De Contingencia	114.859,18
TOTAL PROGRAMAS DE GOVERNO		71.179.751,97

04 – POR CATEGORIA ECONOMICA

03	Despesas Correntes	64.825.271,25
04	Despesas De Capital	4.794.521,54
09	Reserva De Contingência/Rpps	1.559.959,18
TOTAL CATEGORIA ECONÔMICA		71.179.751,97

05 - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01	Câmara Municipal	3.003.468,54
02	Gabinete Do Prefeito	2.001.100,00
03	Secretaria M. De Adm. E Planejamento	8.136.039,82
04	Secretaria M. De Economia E Finanças	3.966.112,07
05	Secretaria Municipal De Saúde	16.733.798,84
06	Secretaria M. De Educação E Cultura	20.021.499,35
07	Secretaria Municipal De Assistência Social	2.971.720,00
08	Secretaria M. De Industria E Comercio	1.200,00
09	Secretaria M. De Viação E Obras E Serviços	10.097.354,17
10	Secretaria M. De Ag., Turismo E M. Ambiente	2.156.500,00
11	Secretaria Municipal De Desporto E Lazer	1.976.100,00
99	Reserva De Contingencia	114.859,18
TOTAL ÓRGÃO		71.179.751,97

Art. 5º O orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades da administração direta é de R\$ 21.845.618,84 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos), e o Orçamento Fiscal do Município no valor de R\$ 49.334.133,13 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, cento e trinta e três reais e treze centavos).

08	Assistência Social	2.816.720,00
09	Previdência Social	2.295.100,00
10	Saúde	16.733.798,84
TOTAL DA SEGURIDADE SOCIAL		21.845.618,84

Orçamento Fiscal	49.334.133,13
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL	49.334.133,13

Art. 6º - Fica o executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis de conformidade com os ditames previstos nos Art. 42 e 43 de seus incisos da Lei 4.320/64, bem como o Art. 167, inciso VI da constituição Federal.

Art. 7º- Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.024, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO**EM: 19 DE DEZEMBRO DE 2023****JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL****LICITAÇÃO****TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2023****TERMO DE RATIFICAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2023**

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimatéia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 75 inciso II da Lei 14.133/21, no valor total de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**. Tendo como objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de caminhão munck por hora trabalhada, para atender as necessidades do Município de Santo Antônio do Leste**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **ADONIAS RODRIGUES COIMBRA ME**, CNPJ – 47.282.057/0001-94, com sede na Rua das Garças, n.º 644, Novo Campo, Santo Antônio do Leste – MT, CEP: 78.628-000 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII Parágrafo único da Lei 14.133/21.

Santo Antônio do Leste-MT, 19 de dezembro de 2023.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

**JURÍDICO
LEI N 975/2023****LEI N° 975/2023****DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei do Orçamento para o Exercício 2024, e dá outra providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte Lei.

Art. 1º - O Orçamento do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso para o Exercício de 2024 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a prorrogação da vigência da **Portaria STN nº 1,447, de 14 de Junho de 2022, que Altera a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF**, e terá seus efeitos aplicados para o exercício 2024.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do **MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA Portaria STN nº 924, de 8 de Julho de 2021**, 12ª Edição válida para 2024.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- I - Anexo de Riscos Fiscais;
- II - Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providências;
- III - Anexo de Metas Fiscais;
- IV - Metas Anuais;
- V - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- VI - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- VII - Evolução do Patrimônio Líquido;
- VIII - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- IX - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- X - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2024 e para os dois seguintes (2025 e 2026).

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025 e 2026 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâme-

tro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 553/2017 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário quando houver.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, quando houver.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios.

O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria MPS nº 403/2008, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS quando houver.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 637/2014-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022/2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 2%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, **até o limite de 4%** da Receita Corrente Líquida.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem no decorrer 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnicas e voltadas para o for-

talecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal). Sendo prevista na ordem de até 35% (trinta e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 20% da Receita Corrente Líquida apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal e da Legislação Eleitoral).

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2024, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - As metas e prioridades desta Lei poderão ser revistas no momento de elaboração do plano plurianual, o PPA 2022-2025.

Parágrafo Único - Por ação de governo, as mudanças de que trata o caput serão descritas em anexo que acompanhará o plano plurianual 2022-2025.

Art. 58 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N°. 013/2023

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal n°. 14.133 de 01 de abril de 2021 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia Vieira Alves brasileiro, casado, portador do RG n.º 14428342 – SSP/MT e do CPF n.º 867.715.741-72 residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: SAMARA MARTINS AZANKI, CPF – 052.004.471-19, residente na Rua Passo Fundo, nº 548, Centro, Santo Antônio do Leste/MT, CEP: 78628-000

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n° 013/2023 de 14/03/2023 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo do Contrato original de nº 013/2023, a CLAUSULA QUINTA DO TERMO DE REFERÊNCIA ante os motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUINTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 90(noventa) dias com término em 08 de abril de 2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade de contratação deste profissional para suprir a demanda do município visto que não tem efetivo para toda a demanda. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 105 e 107 da Lei 8.14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigorando concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 08 de dezembro de 2023.

PELA CONTRATANTE:

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

SAMARA MARTINS AZANKI

CPF – 052.004.471-19

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2023****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2023**

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 390/2022 de 14 de outubro de 2022, torna público que encontra-se instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 015/2023**, por **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com o Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, o que determina a Lei complementar nº 123/2006, **147/2014** e suas alterações demais exigências deste Edital.

OBJETO: Aquisição de um veículo FORD F – 4000 usado, ano mínimo 2010/2011 para atender as necessidades da secretaria municipal de viação obras e serviços públicos

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 19 de dezembro de 2023.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 15 de janeiro de 2024, às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/129, e-mail: licitacao@santoantoniодоleste.mt.gov.br ou pelo portal transparência (www.santoantoniодоleste.mt.gov.br).

Santo Antônio do Leste/MT, 18 de dezembro de 2023.

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

**JURÍDICO
LEI Nº 973/2023****LEI Nº 973/2023****DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipais, por prazo determinado, para o exercício de 2024 e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito

Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Salário da Prefeitura Municipal para o exercício de 2024, os servidores constantes no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente aos Vencimentos previstos nos Planos de Cargos e Carreiras e demais legislações correlatas aos respectivos cargos.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses.

§ 1º – As contratações a que se refere este Projeto de Lei deverão ser realizadas em caráter temporário, através de realização de processo seletivo, ou convocação de Processos Seletivos que estejam vigentes.

Artigo 4º - Os contratados por esta lei ficarão sujeitos a regime próprio do contrato e ou processo seletivo.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual do Município.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT.
01	AGENTE ADMINISTRATIVO	04

02	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	01
03	AGENTE DE SAÚDE	05
04	AGENTE TRIBUTÁRIO	01
05	ASSISTENTE SOCIAL	01
06	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01
07	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO	01
08	AUXILIAR DE TURMA	09
09	ENFERMEIRO PADRÃO	03
10	ENGENHEIRO CIVIL	01
11	FISCAL SANITÁRIO	01
12	FISIOTERAPEUTA	01
13	MECÂNICO	02
14	MÉDICO	02
15	MOTORISTA	02
16	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	01
17	ODONTÓLOGO	01
18	PROCURADOR JURIDICO	01
19	PROFESSOR CLASSE A	06
20	PROFESSOR CLASSE B	35
21	PSICÓLOGO	01
22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	05

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins definidos no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000, que o aumento da despesa com a contratação temporária de servidores públicos municipais, por prazo determinado, para o exercício de 2024 de Santo Antônio do Leste, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. DECLARA ainda, que o aumento da despesa com pessoal não ultrapassa os limites legais definidos pelo artigo 20, inciso III, da Lei Complementar 101/2000. E para constar, expediu-se a presente. GABINETE DO PREFEITO EM: 19 DE DEZEMBRO JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

**CONTRATO N.º 109/2023 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 017/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 081/2023**

CONTRATO N.º 109/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 017/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 081/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, com sede na Av. Goiás, 367 Jardim Santa Inês – SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, neste ato legalmente representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, denominada como **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **M2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - CNPJ: 30.984.692/0001-10**, com sede na Rua Ataulfo Alves, nº. 392 bairro Jardim TV Morena, Campo Grande – MS, CEP: 79.050-130, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório nº 081/2023, realizado na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº. 017/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

1.1. Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas Lei nº 14.133/21, com suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para realização de Show Nacional com a dupla Munhoz e Mariano, para atender ao evento da festa de emancipação do Município de Santo Antônio do Leste em 27 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO

3.1. O show deverá ser realizado neste município no dia 27 de janeiro de 2024.

3.2. O show deverá ter uma duração mínima de 01h30min (uma hora e trinta minutos), visando entretenimento ao público, deverá ser apresentado os maiores sucessos da dupla consagrada ao show nacional, dentro do estilo musical a que ele pertence.

3.3. A contratação terá vigência de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período.

3.4. A contratada deverá indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) Preposto qualificado para representá-la perante o Município e para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato;

3.5. O Preposto deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessários para responder pela **CONTRATADA**, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados;

3.6. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da **CONTRATADA** com terceiros, sem autorização prévia do Município, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual;

3.7. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejarão a rescisão do contrato;

3.8. Observado o disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21, a solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos serviços objeto do contrato serão realizados pela Secretaria Municipal Educação e Cultura;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor global e total para a execução do presente contrato é de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**.

4.2. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com os serviços executados as notas fiscais correspondentes, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante.

4.3. A Administração realizará o pagamento da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato, e os demais 50% (cinquenta por cento) até 48 (quarenta e oito horas) antes do evento.

4.4. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas e certidões negativas (Certidão negativa conjunta federal, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidões negativas de débitos estaduais, certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa municipal).

4.5. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à **CONTRATADA** para retificação e reapresentação, da mesma.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.7. O **Contratante** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1. Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados do Orçamento Do Município de SANTO ANTÔNIO DO LESTE do exercício de 2023 na seguinte rubrica orçamentária:

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	13.392.5007.2133	Realização de Festa Alusiva a Datas Comemorativas
Ficha	492	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. DA CONTRATADA

- a)** Executar os serviços do objeto deste instrumento, especialmente os previstos nas especificações técnicas;
- b)** Encaminhar a Nota Fiscal dos serviços para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;
- c)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;
- d)** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- e)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;
- f)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- h)** Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.
- i)** Arcar com os custos de transporte aéreo, terrestre, traslado até o evento, hotel e alimentação.

6.2. DA CONTRATANTE

Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

- a)** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;
- b)** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;
- c)** Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;
- d)** Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;
- e)** Acompanhar o serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão do serviço; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.
- f)** Sera de inteira responsabilidade do contratante a instalação de estrutura para realização do show: palco, som, iluminação e gerador, bem como a reserva de manutenção do camarim e ECAD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1. A parte que der motivo para cancelamento deste contrato pagará a outra parte **100% (cem por cento)** do valor do mesmo, salvo em caso de calamidade pública, luto oficial, decreto por autoridade competente, atraso de avião, acidente em trânsito, doença artística devidamente comprovada por médico, ou fenômeno catastrófico de quaisquer naturezas, é que a multa não terá validade, ficando o evento transferido para outra ocasião, , que será combinado em comum acordo entre as Partes e de acordo com a disponibilidade de agenda dos Artistas, entre as partes, ficando desde já valendo o presente contrato, ficando a CONTRATADA isenta de quaisquer penalidade/multa ou despesas extras, devendo a CONTRATANTE ter que arcar com as despesas para que os Artistas e sua equipe possam efetuar novamente o **Show**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos do TÍTULO III CAPÍTULO VIII da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o TÍTULO IV CAPÍTULO I da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. É vedada a venda de qualquer artigo dentro do recinto ao espetáculo, com alusão a "CONTRATADA", salvo com prévia e expressa anuência da CONTRATADA.

10.2. O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido para terceiros, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

10.3. A paralisação do espetáculo em decorrência de perturbação da ordem, desrespeito físico ou moral a qualquer integrante da CONTRATADA é exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE, a qual caberá a manutenção da ordem e segurança no local da apresentação da CONTRATADA.

10.4. A CONTRATANTE nomeará um representante com autonomia e poder de decisão, durante a estadia da CONTRATADA, para dirimir todas e cumprimento das cláusulas contratuais ora acordadas.

10.5. Fica terminantemente proibido qualquer tipo de evento, tal como apresentação de outros artistas, no palco durante a apresentação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de PRIMAVERA DO LESTE - MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.

Santo Antônio do Leste – MT, 18 de dezembro de 2023.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

M2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CONTRATADO

LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 67/2022.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia Vieira Alves brasileiro casado portador do RG,nº 14428342-SSP/MT e inscrito no CPF nº 867.715.741-72 residente e domiciliado na rua Salgado Filho nº 137 , centro na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 22.618.893/0001-76, com sede a Rua Manoel Pereira Brito, s/n, quadra 37 lote 12, Setor Cristino Cortes, município de Barra do Garças – MT, Cep: 78.600-000, denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2022 de 01/07/2022 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o aditamento de valor e a prorrogação de prazo do Contrato original de nº 067/2022 à CLÁUSULA SEXTA ante os motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica acrescentado à CLÁUSULA SEXTA – Do valor – Fica acrescentado o valor de R\$ 25.370,70(vinte cinco mil trezentos e setenta reais e setenta centavos) ao contrato original de acordo com a planilha apresentada pelo setor de engenharia.

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA -De Prazo – Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 80(oitenta) dias com término no dia 21 de maio de 2024.

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 100(cem) dias com término em 06 de maio de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se para informar que adicionará os serviços de pergolados e a pintura de alambrados, que decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de novembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigorando concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 11 de dezembro de 2023.

PELA CONTRATANTE:

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

A S CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 22.618.893/0001-76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 237/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 237/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP,

CNPJ: 22.228.679/0001-03, Avenida das Mangueiras, Qd. 51, Lt. 16, Sala 01, Bairro Vila Alzira, **CEP:** 74.913-360 – Aparecida de Goiânia – GO, **TEL.:** (62) 3085-6368, **E-MAIL.:** comercial.lbdistribuidora@hotmail.com

VALOR DO CONTRATO R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA -
LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023
DISPÕE SOBRE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA
CONTRATAÇÃO DOS SHOWS ARTÍSTICOS QUE MENCIONA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre Inexigibilidade de Licitação para contratação dos shows artísticos que menciona e dá outras providências.

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, a singularidade dos serviços a serem prestados;

CONSIDERANDO, que os artistas: **GUSTAVO MOURA E RAFAEL** é profissional de notório reconhecimento no estilo em todo o Brasil, atestando assim, renome e sucesso;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 Art. 25, inciso III;

CONSIDERANDO, que a empresa: **ASTRO MUSIC PRODUÇÃO LTDA**, CNPJ Nº 08.760.500/0001-33, especializada em produção e promoção de eventos, e detentor de exclusividade para shows com os artistas supracitados;

CONSIDERANDO, que com a contratação dos artistas, estará sendo respeitados e concretizados os objetivos da Constituição Federal, Estadual e do Município de São Félix do Araguaia - MT, incentivando o turismo e a cultura tradicional e trazendo alegria e diversão à população do Município e da Região do Vale do Araguaia;

DECRETA:

Art. 1º- Fica Declarada Inexigibilidade de Licitação para a contratação de shows com os artistas: **GUSTAVO MOURA E RAFAEL** por meio da empresa: **ASTRO MUSIC PRODUÇÃO LTDA**, CNPJ Nº CNPJ Nº 08.760.

500/0001-33, para realização do RÉVEILLON da cidade de São Félix do Araguaia/MT.

Art. 2º- Fica Determinado a Secretaria Municipal de Turismo a adoção, no que couber das providências necessárias à formalização do contrato e o respectivo empenho prévio.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

São Félix do Araguaia – MT, em 19 de dezembro de 2023.

JANAILZA TAVEIRA LEITE.

Prefeita Municipal.

PMSFA/MT.

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 348/2023**

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 348/2023, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: GESSICA RODRIGUES FERRAZ, Brasileira, Solteira, Atendente de Loja, inscrita no CPF sob o nº 054.815.161-01 e Identidade RG nº 2.432.188-5 - SESP-MT, 2ª Via expedida em 27/11/2019, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua 2, nº 201 - Qd 9, Lt 10 - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 348/2023

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 19/12/2023

VIGÊNCIA: De 01/12/2023 a 26/12/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 25 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.479,24 (mil quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SAÚDE – Unidade Básica de Saúde II (UBS-II) - Centro

DOTAÇÃO: 05 - Secretaria Municipal de Saúde / 02 - Fundo Municipal de Saúde / 2.086 - Manutenção e Encargos com Saúde da Família - PSF / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

INT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI,

Sede Rua Juvenal Farias, 199, Sala 01, Santa Monica Florianópolis, SC, CEP 88035040,

E-MAIL: **ATENDIMENTO@INTSOLUCOES.COM.** TELEFONE **(48) 3304-1116**

VALOR DO CONTRATO R\$72.772,00 setenta e dois mil e setecentos e setenta e dois reais

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

THIAGO AMARANTE GOMES LTDA

Sede na Rua Carlos Santana, 174, Loja 05 - Bairro São Judas Tadeu, Guarapari/ES,

CEP: 29.200-640, registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo,

CNPJ sob o nº 07.641.168/0001-25,

E-MAIL: **TAGAMARANTE@GMAIL.COM.** TELEFONE Nº **(27) 9507-1527**

VALOR DO CONTRATO R\$2.090,00 (dois mil e noventa reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

EXEBR INFORMÁTICA LTDA. ENDEREÇO: RUA ARTHUR LOURENÇO 255ª CEP: 30.640-550, BARREIRO, BH – MG. **TELEFONE:** 31 – 97163-5953. **CNPJ:** 29.520.946/0001-60. **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 003117244.00-18,

ENDEREÇO ELETRÔNICO: EXEBR.LICITACAO@GMAIL.COM, **TELEFONE (31) 7163-5953, VALOR DO CONTRATO:** R\$18.108,56 (dezoito mil e cento e oito reais e cinquenta e seis centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMS

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

I.L. MENDES JUNIOR EIRELI ME, inscrita no CNPJ 17.184.211/0001-24

Localizada a Av 25 de Janeiro, 2460 Cs 05 Bairro Jardim Menino Deus– Cidade: Quatro Barras-PR CEP 83.420-000, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Inácio Lindolfo Mendes Junior, portador da carteira de identidade (RG) 2.059.975-8/PR e do CPF 343.195.811-72,

E - mail(s) leticia@finktecnologia.com.br/ inacio@finktecnologia.com.br , **Telefone(s) :** (41) 3045-0112 (41) 99705 5305

VALOR DO CONTRATO: R\$25.355,00 (vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

SBM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA,

CNPJ sob o nº. 24.508.179/ 0001-50,

Sede a com sede à Rua 25-A nº. 628, Quadra 61-A, Lote 29, Casa 01, Setor Aeroporto, Goiânia/GO, Cep. 74.070-150,

E-MAIL: COMERCIAL@DIBENTOTECNOLOGIA.COM.BR, TELEFONE Nº (62) 9650-2622 VALOR DO CONTRATO: R\$35.980,00 (trinta e cinco mil e novecentos e oitenta reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

XLAN LTDA,

Com sede Rua Santo Antonio, 1460, Sala:505, Barreiros São José, SC, CEP 88117351,

E-MAIL: XLAN@XLAN.COM.BR , TELEFONE Nº (48) 9131-6522

VALOR DO CONTRATO: R\$52.250,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP,

CNPJ: 26.877.656/0001-80, Avenida Alzira Santana (Res. S. Gonçalves), s/nº, Qd. 17, Lt. 02, Bairro Ikaray, **CEP:** 78.130-634 – Várzea Grande – Mato Grosso,

TEL.: (65) 3686-1330, **E-MAIL.:** hedilsonrafael@hotmail.com.

VALOR DO CONTRATO R\$1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 238/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 238/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA,

CNPJ Nº 42.753.718/0001-07,

Sediada na RUA DAS PAPOULAS, Nº. 348, QUADRA 21, SALA A, BAIRRO: JARDIM CUIABÁ - CEP: 78043-138, CUIABÁ-MT,

E-MAIL: acomercio4@gmail.com, **TELEFONE Nº (65) 4042-0502,**

VALOR DO CONTRATO R\$25.785,98 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 236/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 236/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

INFANTARIA COMERCIAL LTDA. INSCRITA SOB O CNPJ: 20.795.155/0001-79, LOCALIZADA NA Rua Fritz Spornau 1000 – Fundos Galpão 2 Terreo – Itoupava Norte – CEP 89.055-200, Blumenau / SC, ATRAVÉS

DO SEU REPRESENTANTE LEGAL MARCOS PETER NUNES – CPF: 722.369.069-00 – RG: 2.610.719-SSP/SC, E-MAIL **INFANTARIA@INFANTARIACOMERCIAL.COM.BR**, TELEFONE: **(47) 3037-1021**

VALOR DO CONTRATO: R\$14.923,72 (quatorze mil e novecentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI,

CNPJ Nº 14.805.780/0001-51, INSC. ESTADUAL: 10.525.096-1,

Endereço rua Jacinto Leão da Silva, nº 1.464, Qd. 02, Lt. 03, Sala A bairro Vila Ceará. **CEP:** 76.240-000 – Aragarças – Goiás.

Tel.: (64) 3638-3218 **E-mail:** comercial@s3mconsultorias.com.br,

VALOR DO CONTRATO R\$161.604,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e quatro reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 234/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 234/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

TGT CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA,

Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.491.006/0001-59,

Domiciliada no Endereço na rua Dr. Plínio de Moraes, 710 casa frente no bairro Cidade Nova em Belo Horizonte/MG, Telefone (fax) (31) 2514-7499, e-mail compras@targetinfor.com.br

VALOR DO CONTRATO R\$37.776,48 (trinta e sete mil e setecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

LCA COMERCIAL E SISTEMATIZACAO EIRELI, CNPJ Nº 29.495.115/0001-86, ENDEREÇO:R LUIZA DE CAMARGO MONTEIRO 64 / VILA TAQUARI / ITAPEVA / SP /18408-510, **E-MAIL: ECETAPA@OUTLOOK.COM**, **TELEFONE Nº (15) 3521- 3760**

VALOR DO CONTRATO: R\$16.431,00 (dezesesseis mil e quatrocentos e trinta e um reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

ERICA DE FATIMA GENTIL, CNPJ Nº 36.656.877/0001-82 situada à **AV MATO GROSSO, Nº 92N, Bairro: MODULO 02, MUNICIPIO DE JUINA-MT**, Cep. 78.320-000. E-MAIL: omieleetro@gmail.com. Telefone nº (66) 3566-1240

VALOR DO CONTRATO R\$404.540,00 (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 231/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 231/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

MOBILHE MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA, Rua: JP 01 Quadra 3 Lote 12, Jardim Primavera I Etapa, Anápolis, GO, **Telefone:** (62) 98444-5352/(62) 3313-2828, **CNPJ:** 15011572000143 **IE:** 10.726.823-0 **IM:** 75950, **Email:** amf.licita@gmail.com

VALOR DO CONTRATO R\$32.003,58 (trinta e dois mil e três reais e cinquenta e oito centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 230/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 230/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

FISIOLIFE SOLUÇÕES MEDICAS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ Nº 51.097.433/0001-48 – I.E Nº 004643389.00-67 Av. RAJA GABAGLIA, Nº 2000 – SALA 201 – PTO 2 – BLOCO 2 – ALPES – BELO HORIZONTE/MG – CEP:30.494-170 **TELEFONE: (31) 99795-0166 / (31) 99731-4611** **EMAIL: FISIOLIFESOLUCOES@GMAIL.COM**

VALOR DO CONTRATO: R\$23.847,86 (vinte e três mil e oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

CL MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., inscrita no **CNPJ/MF Nº 51.594.613/0001-35**. Com sede na AVENIDA TENENTE CORONEL DUARTE, 1290, FUNDOS SALA 02, DOM AQUINO, CUIABÁ – MT, CEP 78015-500, **E-MAIL: CLEBER@DISMEQ.COM.BR**

VALOR DO CONTRATO R\$90.266,00 (noventa mil e duzentos e sessenta e seis reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

OPORTUNO DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 24.067.409/0001-93**, **Inscrição Estadual 90921045-30**, com sede na AV. MINISTRO CIRNE LIMA, 1601, SALA 01, VILA BECKER – Toledo – PR – CEP 85902-400, FONE (45) 2032-3781, por intermédio de seu SÓCIO ADMINISTRADOR, o Sr. JUSCILEI MARCELO MUMBACH, portador da Cédula de Identidade nº 8.514.020-5 e inscrito no CPF sob o nº 057.934.449-55, **E-MAIL: MARCELOMUMBACH@YAHOO.COM.BR**, **TELEFONE(45) 9923-4946**

VALOR DO CONTRATO R\$17.425,76 (dezessete mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos)

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

BENZER TECNOLOGIA LTDA. CNPJ nº 50.158.608/0001-17, situada à Rua Santa Albertina, 487 – G. 04 – Bairro Santa Rosa Ipês – CEP 13414-316 – Piracicaba/SP prestou a empresa Luis Roberto Boscarol Eireli., CNPJ nº 03.796.347/0001-80, sediada à Rua Mário Capeletti, 250 - Piracicaba/SP - CEP: 13.413-108, **E-MAIL: FISCAL@BENZER.COM.BR**, **TELEFONE(19) 2105-3116**

VALOR DO CONTRATO R\$90.952,47 (noventa mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

VETRE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI-EPP, CNPJ sob nº: 35.652.184/0001-59, sediada na Rua Trajano, 182 – Sl. 405 – Lapa – CEP: 05050-110– São Paulo – SP, **E-MAIL: FINANCEIRO@VETRE.COM.BR**, **TELEFONE Nº (11) 3881-8404**

VALOR DO CONTRATO: R\$42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2023****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

LUCAS ANTÔNIO FRANKLIN REIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.579.214/0001-46, sediada na Rua Goiás, nº 2787, Jd. Colégio de Passos, Passos - MG, CEP: 37.900-226, **por seu intermédio de seu representante legal, o Sr. Lucas Antônio Franklin Reis**, portador da Carteira de Identidade Nº MG11.175.283 e do CPF Nº 053.754.776-29, E-MAIL: **COMERCIAL.ML@HOTMAIL.COM**, TELEFONE(35) 3522-2740

VALOR DO CONTRATO: R\$81.329,00 (oitenta e um mil e trezentos e vinte e nove reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE**Prefeita Municipal****PMSFA/MT**

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2023****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

LUCAS ANTÔNIO FRANKLIN REIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.579.214/0001-46, sediada na Rua Goiás, nº 2787, Jd. Colégio de Passos, Passos - MG, CEP: 37.900-226, **por seu intermédio de seu representante legal, o Sr. Lucas Antônio Franklin Reis**, portador da Carteira de Identidade Nº MG11.175.283 e do CPF Nº 053.754.776-29, E-MAIL: **COMERCIAL.ML@HOTMAIL.COM**, TELEFONE(35) 3522-2740

VALOR DO CONTRATO: R\$81.329,00 (oitenta e um mil e trezentos e vinte e nove reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE**Prefeita Municipal****PMSFA/MT**

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2023****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 12.313.826/0001-90,

INSC. ESTADUAL: 10.478.537-3, Avenida Antonio Fidelis, nº 1158, Bairro Parque Amazonas, **CEP:** 74.840-090 – Goiânia – GO,

TEL.: (62) 3086-6453, **E-MAIL.:** antonio@retfarma.com, denominada

VALOR DO CONTRATO: R\$290.083,12 (duzentos e noventa mil e oitenta e três reais e doze centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE**Prefeita Municipal****PMSFA/MT**

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2023****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:**BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA,**

Inscrita no CNPJ 49.849.767/0001-16, com sede na Rua Carlos Milano, 131, CEP: 83.040-620,

Bairro Aguas Belas, na cidade Sao José dos Pinhais/PR,

E-MAIL: **PREGAO01@BXDISTRIBUIDORA.COM.BR**

VALOR DO CONTRATO: R\$147.690,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos e noventa reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE**Prefeita Municipal****PMSFA/MT**

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 220/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 220/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA,

Estabelecida na cidade de CUIABA, Estado do MATO GROSSO, sito a AVENIDA JOÃO GOMES MONTEIRO SOBRINHO Nº 346, BAIRRO LIXEIRA,

Inscrita no CNPJ sob nº 22.025.872/0001-47, E-MAIL: **(65) 8433-1488**

VALOR DO CONTRATO: R\$24.933,80 (vinte e quatro mil e novecentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

TECHX INFORMÁTICA, CNPJ 48.411.373/0001-81

Localizada na Avenida República Argentina, 452 - Sala 205 - Água Verde - Curitiba - PR,

E-MAIL: **TECHX@TECHXINFO.COM.BR**, TELEFONE Nº **(41) 4042-240**

VALOR DO CONTRATO: R\$7.719,96 (sete mil e setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 218/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 218/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA,

CNPJ sob o nº 07.897.039/0001-00, **Inscrição Estadual** nº 001.005.921-0010

Situada à Rua Antônio Gravatá, nº 136, **Bairro** Betânia, Belo Horizonte / MG, CEP: 30.570-040, **E-mail:** **DENTEMED@DENTEMED.COM.BR**

VALOR DO CONTRATO: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E **MATERIAIS PERMANENTES** MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ,

Inscrita na JUCEG sob nº **5220600406-3** em sessão de **10/04/2023.**,

Inscrita no CNPJ nº **50.247.672/0001-74.**,

Com sede e domicílio na **Rua Ex. Prefeito João da Silva, nº 595, Quadra-03 Lote-19 Sala-2, Setor Central, cidade de Mossâmedes - Go, CEP 76.150-000.**

VALOR DO CONTRATO R\$25.094,96 (vinte e cinco mil e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº
077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

EMPRESA:

ALPHA TECNOLOGIA E INOVAÇÕES LTDA

CNPJ Nº 50.418.269/0001-60

ENDEREÇO: SÍTIO ALTOS, 164 A, ENCRUZILHADA, BOM JARDIM-PE

CONTATOS Nº (81) 9 33009289

E-MAIL: ADMINISTRACAO@APLHATECNOVE.COM

VALOR DO CONTRATO R\$161.604,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e quatro reais).

São Félix do Araguaia - MT, 12 de DEZEMBRO de 2023

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PMSFA/MT

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO -
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA
CAVALCANTE**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº
027/2023 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2023, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, A Exma. **Prefeita Municipal Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE** inscrita no CPF nº. 049.351.084-28, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 9 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, e, ainda, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 027/2023**, por deliberação da servidora Thayane Ramos Botelho, designada como Pregoeira Municipal, bem como da Equipe de Apoio., que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia – MT. RESOLVE registrar os preços conforme especificação contida no Edital e seus Anexos, do Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cuja proposta foi classificada no certame acima numerado,

Sendo detentora da Ata as **EMPRESAS:**

MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA (50247672000174. com os lotes: 11 e 40 no valor total de R\$25.094,96 (vinte e cinco mil e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (07897039000100) com o lote: 27 no valor total de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

TECHX INFORMATICA LTDA (48411373000181) com o lote: 56 no valor total de R\$7.719,96 (sete mil e setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS (22025872000147) com os lotes: 45 e 46 no valor total de R\$24.933,80 (vinte e quatro mil e novecentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA (48849767000116) com os lotes: 63, 64 e 65 no valor total de R\$147.690,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos e noventa reais).

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELE ME (12313826000190) com os lotes: 4, 7, 13, 17, 18, 19, 25, 26, 30, 35, 52, 61, 73 e 81 no valor total de R\$290.083,12 (duzentos e noventa mil e oitenta e três reais e doze centavos).

J E DA SILVA (16582315000124) com os lotes: 14, 15, 32, 54 e 66 no valor total de R\$51.522,15 (cinquenta e um mil e quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos).

LUCAS ANTÔNIO FRANKLIN REIS LTDA (29579214000146) com os lotes: 3, 5, 8, 9, 10 e 42 no valor total de R\$81.329,00 (oitenta e um mil e trezentos e vinte e nove reais).

VETRE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI ME (35652184000159) com o lote: 78 no valor total de R\$42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

BENZER TECNOLOGIA LTDA (50158608000117) com os lotes: 74 e 75 no valor total de R\$90.952,47 (noventa mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

THIAGO AMARANTE GOMES LTDA (07641168000125) com o lote: 77 no valor total de R\$2.090,00 (dois mil e noventa reais). SERA O CONTRATO 227

OPORTUNO DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (24067409000193) com o lote: 76 no valor total de R\$17.425,76 (dezesete mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos)

CL MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA (51594613000135) com os lotes: 12, 39, 57, 59, 60, 88 e 90 no valor total de R\$90.266,00 (noventa mil e duzentos e sessenta e seis reais).

FISIOLIFE SOLUÇÕES MEDICAS E HOSPITALARES LTDA (51097433000148) com o lote: 20 no valor total de R\$23.847,86 (vinte e três mil e oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

MOBILHE MOVEIS (15011572000143) com os lotes: 21 e 24 no valor total de R\$32.003,58 (trinta e dois mil e três reais e cinquenta e oito centavos).

ERICA DE FATIMA GENTIL (36656877000182) com os lotes: 37, 38, 47, 50, 51, 71, 72, 79, 80 e 84 no valor total de R\$404.540,00 (quatrocentos e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

LCA COMERCIAL & SISTEMATIZAÇÃO EIRELI (29495115000186) com os lotes: 43, 49 e 67 no valor total de R\$16.431,00 (dezesseis mil e quatrocentos e trinta e um reais).

TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA (42491006000159) com o lote: 68 no valor total de R\$37.776,48 (trinta e sete mil e setecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)

S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI (14805780000151) com os lotes: 6, 16, 29, 36, 41, 53, 58 e 62 no valor total de R\$106.663,55 (cento e seis mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

INFANTARIA COMERCIAL LTDA (20795155000179) com os lotes: 48, 82 e 89 no valor total de R\$14.923,72 (quatorze mil e novecentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos).

OP QUIRINO DISTRIBUIDORAEIRELI-EPP (22228679000103) com o lote: 2 no valor total de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA (42753718000107) com os lotes: 22 e 23 no valor total de R\$25.785,98 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP (26877656000180) com o lote: 28 no valor total de R\$1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais).

ALPHA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA (50418269000160) com o lote: 69 no valor total de R\$161.604,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e quatro reais).

XLAN LTDA (44818547000174) com o lote: 83 no valor total de R\$52.250,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

SBM COMERCIO E SERVICOS LTDA (24508179000150) com o lote: 87 no valor total de R\$35.980,00 (trinta e cinco mil e novecentos e oitenta reais).

REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MG LTDA (65149197000251) com o lote: 55 no valor total de R\$73.220,00 (setenta e três mil e duzentos e vinte reais).

I.L.MENDES JUNIOR EIRELI ME (17184211000124) com os lotes: 1 e 70 no valor total de R\$25.355,00 (vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais).

EXEBR INFORMÁTICA LTDA (29520946000160) com os lotes: 85 e 86 no valor total de R\$18.108,56 (dezoito mil e cento e oito reais e cinquenta e seis centavos).

INT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI com o lote: 55 no valor total de R\$72.772,00 setenta e dois mil e setecentos e setenta e dois reais

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES MOVEIS EM GERAL DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

DO PREÇO

O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor **Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

VIGÊNCIA: 12/12/2023 a 12/12/2024

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº.

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Projeto Atividade: 1007 - AQUISICAO DE EQUIPTO E MAT.PERMANENTE P/ GABINETE DO PREFEITO

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 017

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN, PLANEJ.DE FAZENDA

Projeto Atividade: 2028 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA COORD. ADM E PLANEJAMENTO

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 116

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

Projeto Atividade: 2075 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE OBRAS

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 136

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade: 1067 - AQUISICAO DE EQUIPTO E MAT PERMANENTE

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 193

Ficha: 194

Ficha: 195

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ACAO SOCIAL

Projeto Atividade: 1067 - AQUISICAO DE EQUIPTO E MAT PERMANENTE

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 346

Ficha: 365

Ficha: 396

Ficha: 402

Ficha: 403

Ficha: 421

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto Atividade: 2046 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 464

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto Atividade: 2046 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 464

Ficha: 493

Ficha: 522

Ficha: 523

Ficha: 566**Ficha:** 588**Órgão:** 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia**Unidade:** 02 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**Projeto Atividade:** 2072 - MANUT.E ENCARGOS C/ A SECRETARIA DE TURISMO**Elementos de Despesas:** 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**Ficha:** 603**Órgão:** 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia**Unidade:** 02 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**Projeto Atividade:** 2082 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC.DE ESPORTES E LAZER**Elementos de Despesas:** 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**Ficha:** 646**Órgão:** 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia**Unidade:** 02 10 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA**Projeto Atividade:** 0021 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC DE AGRICULTURA**Elementos de Despesas:** 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**Ficha:** 662**Ficha:** 678**Órgão:** 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia**Unidade:** 02 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**Projeto Atividade:** 2096 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ A SEC.DE MEIO AMBIENTE**Elementos de Despesas:** 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**Ficha:** 727**Ficha:** 728**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pela empresa vencedora do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.**São Félix do Araguaia – MT, 12 de dezembro de 2023****JANAILZA TAVEIRA LEITE****PREFEITA MUNICIPAL****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº193/2023 TOMADA DE PREÇO Nº03/2023****CONTRATO (A)-** KB CONSTRUTORA LTDA, cadastrada no CNPJ sob n.º 36.573.565/0001-05**OBJETO –** O PRESENTE INSTRUMENTO DE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME EXPOSTO NO PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO E HIDROSSANITÁRIO, DE 20 (VINTE) CASAS POPULARES, EM SÃO JOSE DO POVO - MT, DENTRO DO PROGRAMA SER FAMÍLIA HABITAÇÃO, CONFORME TERMODE CONVENIO Nº 2313/2022 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E LOGÍSTICA – SINFRACONFORME EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO E PROPOSTA VENCEDORA DA **TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023, PROCESSO Nº116/2023.****VALOR TOTAL-** A Contratante pagará à Contratada, pela execução da obra objeto deste Contrato, o valor global de R\$ 672.596,80 (seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos.)**DA VIGÊNCIA-** O prazo para a execução do objeto do presente contrato, não poderá ser superior a 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos a contar da celebração do contrato.**PORTARIA Nº. 002/2023***“Dispõe sobre a revisão ex-officio dos benefícios previdenciários com direito à paridade em razão do plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação pública básica municipal, e dá outras providências.”*

O Secretário Municipal de Administração do Município de São José do Povo, gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº. 563/2013, e;

Considerando o disposto na Lei nº. 924/2023, que *“dispõe sobre plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação pública básica municipal, e dá outras providências.”* e;

Considerando o teor do parecer jurídico nº. 147/2023 emitido pelo escritório de advocacia, denominada BE&J - BARCELOS, ESTEVES & JERÔNIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS que presta serviço de assessoria jurídica ao FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT,

RESOLVE:**Art. 1º** Ficam reenquadrados, no respectivo plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação pública básica do município de São José do Povo, os servidores inativos vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV, com direito ao instituto da paridade, abaixo transcritos:

N.º	Nome	Benefício	Cargo	Classe/Nível
01	CERISLEIDE TAVARES CERQUEIRA	APTC	PROFESSOR	B – 08
02	GENESI CAMILO CARDOSO	APTC	PROFESSOR	B - 08
03	GLÓRIA DA SILVA OLIVEIRA	APTC	PROFESSOR	B - 09
04	INÊS CRISTINA MEDEIROS DA SILVA	APIN	PROFESSOR	B - 07
05	JOÃO BATISTA CARDOSO	APTC	PROFESSOR	B - 08
06	MARIA DE MOURA LEME	APTC	PROFESSOR	B - 07
07	MARIA GALDINO DA SILVA	APTC	PROFESSOR	B - 08
08	MARIA TEREZINHA CAVALHEIRO RODRIGUES	APIN	PROFESSOR	B - 03
09	OSVALDO APARECIDO DE SOUZA	APTC	PROFESSOR	B - 09
10	ROSANGELA MATEUS COSTA	APTC	PROFESSOR	B - 07
11	SANDRA REGINA LONGHI DUARTE	APTC	PROFESSOR	B - 06
12	VERA LUCIA GUIMARÃES RODRIGUES	APIN	PROFESSOR	B - 07
13	IRENE QUEIROZ DE SOUZA	APTC	PROFESSOR	B - 09
14	MARIA DO SOCORRO SILVA SANTOS	APTC	PROFESSOR	B - 08
15	APARECIDA MEDEIROS BRUNO	APIN	SERVIÇOS GERAIS	A - 05
16	IRACEMA FERREIRA DE SOUZA	APIN	SERVIÇOS GERAIS	A - 05
17	NAIR FERREIRA PARMEGIANI	APIN	SERVIÇOS GERAIS	A - 08
18	LENIRA PEREIRA DOS SANTOS	APTC	SERVIÇOS GERAIS	A - 10
19	SEBASTIANA SIQUEIRA CAVALHEIRO	APIN	SUPERVISOR PEDAGÓGICO	A - 07

20	ARNALDO FRANCISCO DUARTE	APTC	SUPERVISOR PEDAGÓGICO	A - 07
----	--------------------------	------	-----------------------	--------

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se:

I – APIN: Aposentadoria por Invalidez;

II – APTC: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;

Art. 2º Ficam reenquadrados, no respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Administração Geral da Prefeitura Municipal de São José do Povo, os segurados inativos que geraram o benefício de pensão por morte vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV, cujos proventos da pensão por morte são reajustados com direito ao instituto da paridade:

N.º	Nome	Benefício	Cargo	Classe/Nível
01	Instituidor: ENEDINO RODRIGUES NEVES Beneficiária: ETELVINA LEONES NEVES	PM	SUPERVISOR PEDAGÓGICO	A - 04

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se PM como Pensão por Morte.

Art. 3º. Esta Portaria produz efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023, considerando os efeitos a data da publicação da Lei Municipal nº 924/2023, revogando-se as disposições em contrário.

São José do Povo/MT, 19 de dezembro de 2023.

José Lucas Cadidê Lellis

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº190/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº18/2023

CONTRATO (A)- CONSTRUFORTE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, cadastrada no CNPJ sob n.º 48.245.709/0001-83

OBJETO – O presente contrato decorre do processo de nº98/2023 do pregão presencial SRP Nº18/2023, O objeto do presente Pregão Presencial, e o Registro de Preço para Futura e eventuais Contratação de Empresas

para o Fornecimento de materiais de construção para 20 (vinte) unidades habitacionais para atender grupos familiares de interesse social, dentro do programa ser família habitação, Conforme termo de convenio nº 2313/2022 firmado entre o município e a secretaria de promoção social e logística – SINFRA, conforme informações constantes no Termo de Referência Anexo I.

VALOR TOTAL- O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R\$ 938.651,22 (novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos).**

DA VIGÊNCIA- O presente contrato terá sua vigência de 12 meses iniciando 12 de dezembro de 2023 até 12 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme faculta o artigo 57, §1º da Lei n.º 8.666/93.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº192/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº18/2023

CONTRATO (A)- RONIVAN ROSSONI LTDA, cadastrada no CNPJ sob n.º 19.909.006/0001-04

OBJETO – O presente contrato decorre do processo de nº98/2023 do pregão presencial SRP Nº18/2023, O objeto do presente Pregão Presencial, e o Registro de Preço para Futura e eventuais Contratação de Empresas para o Fornecimento de materiais de construção para 20 (vinte) unidades habitacionais para atender grupos familiares de interesse social, dentro do programa ser família habitação, conforme termo de convenio nº 2313/2022 firmado entre o município e a secretaria de promoção social e logística – SINFRA, conforme informações constantes no Termo de Referência Anexo I.

VALOR TOTAL- O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R\$ 119.595,80 (cento e dezenove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).**

DA VIGÊNCIA- O presente contrato terá sua vigência de 12 meses iniciando 12 de dezembro de 2023 até 12 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme faculta o artigo 57, §1º da Lei n.º 8.666/93.

PORTARIA Nº. 001/2023

“Dispõe sobre a revisão ex-officio dos benefícios previdenciários com direito à paridade em razão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José do Povo/MT, estabelecendo Normas Gerais de enquadramento, e dá outras providências.”

O Secretário Municipal de Administração do Município de São José do Povo, gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº. 563/2013, e;

Considerando o disposto na Lei nº. 921/2023, que *“dispõe sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos da Secretaria Municipal de saúde do município de São José do Povo/MT, estabelecendo Normas Gerais de enquadramento, e dá outras providências.”* e;

Considerando o teor do parecer jurídico nº. 148/2023 emitido pelo escritório de advocacia, denominada BE&J - BARCELOS, ESTEVES & JERÔNIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS que presta serviço de assessoria jurídica ao FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reenquadrados, no respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José do Povo, os servidores inativos vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV, com direito ao instituto da paridade, abaixo transcritos:

N.º	Nome	Benefício	Carreira	Cargo	Classe/Nível
01	GLÓRIHA BATISTA DA SILVA	APTC	Agente Técnico	Auxiliar de Laboratório	A - 09
02	MARIA APARECIDA AZEVEDO DOS SANTOS	APIN	Agente de Apoio dos Serviços	Agente de Serviços Gerais	A - 05
03	MARIA EDILEM PEREIRA DOS SANTOS	APTC	Agente de Saúde	Auxiliar Administrativo	B - 10
04	RUBENS DO ROSÁRIO MARQUES	APTC	Profissional de Nível Superior	Bioquímico – 20 horas	B - 08
05	EUNICE FLORES FARIAS	APIN	Agente Técnico	Técnico de Enfermagem	B - 08

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se:

I – APIN: Aposentadoria por Invalidez;

II – APTC: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;

Art. 2º Esta Portaria produz os efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

São José do Povo/MT, 19 de dezembro de 2023.

José Lucas Cadidé Lellis

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº187/2023 ADESÃO Nº15/2023

CONTRATO (A)-ACM COMUNICAÇÃO VISUAL & ASSESORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 33.846.702/0001-40

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA ÓRGÃO PÚBLICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA: LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA CONTABILIDADE PÚBLICA E EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL (PPA/LDO/LOA) COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES E ALMOXARIFADO COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO, COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS MUNICIPAL

COM ACESSO WEB/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA GERAÇÃO E ENVIO DO APLIC/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS/LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA RECEITA MUNICIPAL/ LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE IS-SQN E NOTA FISCAL ELETRÔNICA/ LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA LEITURA E EMISSÃO SIMULTÂNEA DE FATURA DE AGUA/ LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA CONTROLE INTERNO/ LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PARA SECRETARIA DE PROTOCOLO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, TENDO EM VISTA O RESULTADO DO PROCESSO Nº124/2023, ADESÃO Nº15/2023 E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R\$ 275.160,00 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil, Cento e Sessenta Reais)**.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência é de 12 (doze) meses, a contar a partir do dia 07 de dezembro de 2023 a 07 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93 por ser considerado como serviço contínuo.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2023 VALIDADE: 12/12/2023 À 12/12/2024

A **Prefeitura Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmen Hanze, 924 – Centro, São José do Povo-MT – CEP: 78773-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr.º **Ivanildo Vilela da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº **2992037 SSP/MG**, inscrito no CPF nº **491.256.216-53**, residente e domiciliado nesta cidade de São José do Povo-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, as empresas **CONSTRUFORTE TERCEIRIZAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.245.709/0001-83**, com sede na Rua Jose Barriga, nº 2849, Bairro Vila Carvalho, CEP: 78.714-188, na cidade de Rondonópolis-MT, neste ato representada pelo seu representante Legal, Sr.º **Jean Mateus Pereira Bispo**, Brasileiro, portador do RG nº **2563466-6 SSP-MT**, inscrito no CPF nº **053.508.761-63**, residente e domiciliado na Rua; **Ananias Martins de Souza**, nº **332**, **João Bosco Bunier** CEP **78714-188 Rondonópolis-MT**, doravante denominada simplesmente com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações posteriores, juntamente com as demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de diversos “materiais de construção” para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do “Programa Ser Família Habitação”, conforme Termo de Convênio nº 2313/2022 firmado entre o Município e a Secretaria de Promoção Social e Logística – SINFRA, conforme informações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital.

FORNECEDOR: empresas CONSTRUFORTE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.245.709/0001-83

LOTE 01 - AREIA				
1.1	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	19,23 R\$ 129,94 R\$ 2.498,75
1.2	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	0,76 R\$ 131,64 R\$100,04

LOTE 02 - ARGAMASSA				
2.1	1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS - 20kg	SC	305,19 R\$ 1,00 R\$ 305,00

LOTE 03 - CIMENTO				
1379		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 - sc	SC	6.386,62 R\$ 0,94 R\$ 6.003,42

LOTE 04 - CAL HIDRATADA				
1106		CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS - 20kg	SC	1.408,28 R\$ 0,95 R\$ 1.323,78

LOTE 05 - LOUÇAS SANITÁRIAS

5.1	10422	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	1,00	R\$ 390,66	R\$ 390,66
5.2	11690	TANQUE SIMPLES EM MARMORE SINTETICO DE FIXAR NA PAREDE, CAPACIDADE *22* L, *60 X 46* CM	UN	1,00	R\$ 235,10	R\$ 235,10
5.3	10425	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, SUSPENSO (SEM COLUNA), DIMENSOES *40 X 30* CM	UN	1,00	R\$ 94,61	R\$ 94,61

LOTE 06 - RESERVATÓRIO DE ÁGUA

6.1	34636	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	R\$ 459,00	R\$ 458,99
-----	-------	--	----	------	------------	------------

LOTE 10 - MADEIRAS

10.1	6189	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	207,07	R\$ 25,83	R\$ 5.348,62
10.2	4425	VIGA NAO APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	89,99	R\$ 26,49	R\$ 2.384,84
10.3	4430	CAIBRO NAO APARELHADO *5 X 6* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	117,20	R\$ 12,53	R\$ 1.468,52
10.4	4491	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	105,63	R\$ 11,67	R\$ 1.232,70
10.5	3993	TABUA APARELHADA *2,5 X 15* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	m²	4,90	R\$ 114,45	R\$ 560,81
10.6	4408	RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	197,26	R\$ 2,38	R\$ 469,48
10.7	6193	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	18,06	R\$ 17,70	R\$ 319,66
10.8	4433	CAIBRO NAO APARELHADO *7,5 X 7,5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	10,85	R\$ 24,50	R\$ 265,83
10.9	1358	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 17 MM	m²	3,38	R\$ 72,14	R\$ 243,83
10.10	4400	CAIBRO NAO APARELHADO, *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	9,10	R\$ 19,94	R\$ 181,45
10.11	10567	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	14,47	R\$ 13,19	R\$ 190,86
10.12	43677	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 20 MM	m²	1,46	R\$ 89,51	R\$ 130,68
10.13	4517	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	192,82	R\$ 4,08	R\$ 786,71

10.14	4417	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	19,58	R\$ 6,82	R\$ 133,54
10.15	4509	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 10* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	3,22	R\$ 5,92	R\$ 19,06
10.16	43682	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 6 MM	m²	0,54	R\$ 89,51	R\$ 130,68

LOTE 11 - MARMORE

541	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 120 X *60* CM	UN	1,00	R\$ 239,90	R\$ 239,90
-----	--	----	------	------------	------------

LOTE 15 - MATERIAIS DE PINTURA

7356	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO - 18 L	L	54,49	R\$ 25,00	R\$ 1.362,25
6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR - 18 L	UN	31,13	R\$ 5,90	R\$ 183,67
7288	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO - 3,6 L	L8570	1,31	R\$ 36,6130	R\$ 47,96
7319	TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS	L	0,33	R\$ 27,41	R\$ 8,91
5318	DILUENTE AGUARRAS	L	0,13	R\$ 17,00	R\$ 2,21

LOTE 16 - PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA

PADRÃO BIFÁSICO B2 7M CABO 10, DISJ 50A (AEREO)	un	1,00	R\$ 813,20	R\$ 813,20
---	----	------	------------	------------

LOTE 17 - PEDRA BRITA

17.1	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE - -	m³	7,29	R\$ 111,08	R\$ 809,77
17.2	4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 a 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM	m³	3,35	R\$ 128,25	R\$ 429,64

LOTE 19 - ABERTURAS

19.1	4917	PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA - 0,80X2,10	UN	5,04	R\$ 371,15	R\$ 1.870,60
19.2	34364	JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 100 X 150 CM (A X L), 4 FLS, BANDEIRA COM BASCULA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR.	UN	2,84	R\$ 668,72	R\$ 1.899,16
19.4	10555	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	2,00	R\$ 268,58	R\$ 537,16
19.5	184	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG	2,00	R\$ 122,62	R\$ 245,24
19.6	34377	JANELA BASCULANTE, EM ALUMINIO PERFIL 20, 80 X 60 CM (A X L), 4 FLS (1 FIXA E 3 MOVEIS), ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 3 A 4 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO	UN	1,00	R\$ 203,80	R\$ 203,80
19.7	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	2,00	R\$ 82,1507	R\$ 164,30

19.8	20007	GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA, PARA PORTA, E = *1* CM, L = *5* CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	23,26	R\$ 4,2901	R\$ 99,79
------	-------	--	---	-------	------------	-----------

LOTE 21 - TELHAS

7175	TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO ROMANA, AMERICANA, PORTUGUESA, FRANCESA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *16* TELHAS/M2	UN	1.063,52	R\$ 2,37	R\$ 2.520,54
7181	CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *3* TELHAS/M	UN	25,50	R\$ 5,3905	R\$ 138,46

LOTE 22 - TIJOLOS CERÂMICOS

22.1	38783	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, FUROS NA HORIZONTAL, 11,5 X 19 X 19 CM (NBR 15270)	UN	2.282,64	R\$ 1,44	R\$ 3.287,00
22.2	7258	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN	131,82	R\$ 0,8815	R\$ 116,20

LOTE 23 - ARTEFATOS DE CONCRETO

23.1	12551	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE VISITA, POCOS DE INSPECAO, FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 1,20 M E ALTURA DE 0,50 M	UN	8,00	R\$ 299,92	R\$ 2.399,36
------	-------	--	----	------	------------	--------------

23.2	43446	ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 2,00 M E ALTURA DE 0,50 M	UN	4,00	R\$ 550,84	R\$ 2.203,36
23.3	12532	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE INSPECAO, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 0,60 M E ALTURA DE 0,50 M	UN	1,00	R\$ 125,19	R\$ 125,19
23.4	650	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO, 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	26,04	R\$ 3,25	R\$ 84,63

LOTE 25 PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA

24.1	PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA	UN	R\$ 1,00	R\$ 1.980,50
------	---------------------------------------	----	----------	--------------

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para contratação do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS OBJETOS:

2.1. A prestação dos serviços deverá ser conforme as especificações e quantidades contratadas e de acordo com o termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital, termo de referência e seus anexos;

3.2. Cumprir o objeto da contratação, tomando todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta Ata, adotando medidas para a execução do objeto licitado, observando todas as condições e especificações contidas no termo de referência, no edital e de acordo com a legislação pertinente ao objeto licitado.

3.3. Promover a prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

3.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

3.5. Assumir inteiramente a responsabilidade e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

3.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais as supressões que se fizerem necessárias no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, previsão fundamentada no Art. 12, parágrafo primeiro do Decreto Federal n.º 7.892/13.

3.7. Responder perante o **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à sua execução;

3.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;

3.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da empresa contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da **CONTRATANTE**;

3.10. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.11. Comunicar à **Prefeitura Municipal de São José do Povo** qualquer alteração às condições em que se encontrava no momento da contratação da execução, como endereço, telefone, conta bancária, responsável pela empresa, etc.;

3.12. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55 inciso XIII Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

“XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”.

3.13. A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos fiscais e contábeis que digam respeito aos objetos fornecidos à **CONTRATANTE**;

- 3.14.** Executar a contratação dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação do objeto, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;
- 3.15.** Cumprir impreterivelmente, com todos os prazos e condições exigidas e observar as datas e horários e locais de realização de cada evento estipulado pela CONTRATANTE;
- 3.16.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como, oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência desta Ata, propiciando o acesso a toda documentação pertinente (s) a contratação do objeto licitado, atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;
- 3.17.** Proceder a prestação dos serviços do objeto licitado sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos;
- 3.18.** Em relação ao prazo, observar tal prazo para prestação dos serviços, responsabilizando-se, durante todo período por aqueles objetos que não estiverem aptos ao uso ou considerados defeituosos, isentando a Prefeitura Municipal de São José do Povo de quaisquer ônus financeiros adicionais, conforme descrito no termo de referência;
- 3.19.** Todos os custos conforme termo no anexo VII, referente a contratação serão por conta da contratada, ou seja, não sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal;
- 3.20.** A contratação não poderá ser interrompida em dias úteis, sábados, domingos e feriados, e ainda em eventuais greves da categoria;
- 3.21.** A Licitante Contratada se comprometerá a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços e efetuar a substituição de acordo com o termo de referência, sob pena de aplicação das penalidades prevista neste edital; totalmente às suas expensas, do objeto comprovadamente impróprio ao uso ou diferente das especificações;
- 3.22.** A contratada deverá obrigatoriamente enviar todas as notas fiscais para o e-mail: tributossjpovo25@hotmail.com, sob pena de não pagamento;
- 3.23.** Proceder a prestação dos serviços sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

- 4.1.** O prazo de vigência da ATA será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei;
- 4.2.** A solicitação da execução do objeto licitado será feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, após a assinatura desta ATA, mediante Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente;
- 4.3.** O objeto licitado deverá ser executado de acordo com as regras específicas fixadas no presente edital e seus anexos na Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente emitido pela Companhia;
- 4.4.** Forma de realização da contratação: o serviço deverá ser realizado de acordo com as regras específicas do edital e no termo de referência;
- 4.5.** As requisições do Órgão Licitante deverão ser atendidas pela Licitante Vencedora, independentemente da existência de greves deflagradas por quaisquer categorias profissionais relacionadas com a contratação;
- 4.6.** Observar e seguir, rigorosamente, a legislação referente ao objeto da licitação emanada pelos Órgãos competentes;
- 4.7.** Atentar-se para as normas adequadas relativas viabilidade da execução;
- 4.8.** Segundo a Lei n.º 8.078/90, art. 20 do Código de Defesa do Consumidor: “O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao uso ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:”
- 4.8.1.** “Inciso I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;”
- 4.8.2.** “Inciso II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;”
- 4.8.3.** “Inciso III - o abatimento proporcional do preço.”
- 4.8.4.** “§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.”
- 4.8.5.** “§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.”
- 4.9.** Todos os custos com relação à contratação serão por conta da contratada, conforme especificações no termo de referência.
- 4.10.** A contratada deverá fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual, (EPI's) (se for o caso) e coletiva e demais objetos exigidos para a segurança dos mesmos, adequado ao fornecimento de e acordo com as normas de segurança vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1.** Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas nesta Ata:
- 5.2.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada, efetuando os pagamentos de acordo com as Cláusulas desta Ata.
- 5.3.** Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado.
- 5.4.** Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do objeto.
- 5.5.** Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.6. Acompanhar, controlar e avaliar a execução, observando os padrões de qualidade e segurança exigidos, através da unidade responsável pela fiscalização, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do objeto.

5.7. Fiscalizar a execução objeto licitado por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.8. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

5.10. Rejeitar, no todo ou em parte a contratação em desacordo com a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas oriundas da presente ata correrão por conta de contratos firmados com a Prefeitura Municipal de São José do Povo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O valor total dos itens da **CONSTRUFORTE TERCEIRIZAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **48.245.709/0001-83** valor total é de **R\$ 938.651,22** (Novecentos e Trinta e Oito Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Dois Centavos); de acordo com a Proposta Comercial das Contratadas, a serem pagos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**.

7.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, entrega, execução, frete e etc.).

7.2.1. Face ao disposto no Art. 12, § 1º, do Decreto Federal n.º 7.892/13, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços.

7.2.2. Os preços ofertados são fixos e irredutíveis no período de vigência da proposta durante a vigência da ATA, salvo previsão no subitem 7.7 desta Ata.

7.2.3. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites da contratação dos registrados em Ata.

7.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após o recebimento definitivo dos itens, após 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 198-A-5-2, inciso I, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto, da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da empresa vencedora da licitação, sendo o pagamento intransferível para outra conta.

7.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

“XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”

7.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 7.3 fluirá a partir da respectiva data de regularização.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.5. As notas fiscais deverão estar devidamente atestadas (s) pelo responsável competente da Prefeitura Municipal de São José do Povo.

7.6. Prefeitura Municipal de São José do Povo; só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante do objeto e do respectivo fiscal designado, o necessário ATESTO da entrega pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

7.7. Os preços permanecerão fixos nos termos de legislação em vigor durante o período de vigência do presente instrumento, exceto nos casos que este comprova a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com a previsão do Art. 17 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência da Ata SRP será de 12 (doze) meses contados do dia 12/12/2023 à 12/12/2024, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. Terá seu registro cancelado se a contratada sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

9.2. O cancelamento, ocorrido por algum dos motivos previstos, não dará à **CONTRATADA** o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **CONTRATANTE** e, comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas na presente ATA.

9.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **CONTRATANTE** decidir pela continuidade do presente.

9.5. O fornecedor terá o seu contrato cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, a pedido quando:

9.6. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior;

9.6.1. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do item;

9.6.2. Por iniciativa do Órgão, quando comprovada qualquer infração prevista no edital e em sua respectiva ATA; não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.6.3 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.6.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

9.6.5. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.6 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.7. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

9.6.8. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a **Prefeitura Municipal** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os Proponentes a nova ordem de registro.

9.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A empresa **Contratada** ficará sujeita as seguintes penalidades caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas:

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal;

10.2.4. Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. A penalidade de advertência será aplicada pela administração (autoridade superior) do órgão recebedor do produto, de ofício ou mediante relatório do responsável pelo acompanhamento da execução da ATA.

10.4. A multa prevista será aplicada pela autoridade superior e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

10.4.1. O atraso na execução do objeto sujeitará o contratado à multa de mora de 0,5% (meio) por cento do valor da ATA, por dia de atraso;

10.4.2. A inexecução total da ata sujeitará o contratado à multa de 10% (dez) por cento do valor total da ata;

10.4.3. A execução parcial no que tange os quantitativos solicitados do objeto sujeitará o contratado à multa de 5% (cinco) por cento do valor da ata.

10.4.4. A execução do objeto em níveis de qualidade inferior ou diverso ao exigido no Anexo Termo de referência, sujeitará o contratado à multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.

10.4.5. Multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata caso a execução dos objetos pela Contratada não seja feita no local e prazo especificados neste Edital.

10.5. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade é de competência da autoridade superior da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, facultada a defesa da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da abertura de vista.

10.6. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

10.7. As multas são excludentes e independentes e não eximem a Contratada da plena execução da contratação dos itens contratados.

10.8. O valor das multas aplicadas será sempre deduzido do pagamento da Nota Fiscal, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

10.9. As ocorrências relacionadas com a execução da contratação serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei n.º 8.666/93.

10.10. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

11.1. No tocante os recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverão ser observados o disposto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Dos fundamentos legais e da sujeição às normas legais e contratuais:

12.1.1. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas da presente Ata serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis;

12.1.2. Após a assinatura desta ATA, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada;

12.1.3. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas nesta ATA deverá ser feita de acordo com o que versa a Lei Federal n.º 8.666/1993, Decreto Federal n.º 7.892/2013 e Lei n.º 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES:

13.1. A presente minuta da ATA poderá ser alterada pela autoridade superior, para ajustes de condições supervenientes que impliquem modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

14.1. A presente ATA ficará vinculada aos termos do Edital e seus anexos do **Pregão SRP n.º 18/2023** e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1. As questões decorrentes da execução do presente instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da cidade de Rondonópolis-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

São José do Povo, 12 de dezembro de 2023.

IVANILDO VILELA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONSTRUFORTE TERCEIRIZAÇÕES LTDA,

inscrita no CNPJ sob o n.º **48.245.709/0001-83**

FORNECEDOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2023 VALIDADE: 12/12/2023 À 12/12/2024

A **Prefeitura Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmen Hanze, 924 – Centro, São José do Povo-MT – CEP: 78773-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr.º **Ivanildo Vilela da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º **2992037 SSP/MG**, inscrito no CPF n.º **491.256.216-53**, residente e domiciliado nesta cidade de São José do Povo-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, as empresas **RONIVAN ROSONI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **19.909.006/0001-04**, com sede na Av. DOS JATOBAS n.º 2101, Jardim Joelma Tapurah/MT, CEP: 78.573-000, neste ato representada pelo seu representante Legal, Sr.º **Marcos Aurelio da Silva**, Brasileiro, casado, Profissão licitador portador do RG n.º **1505695-3, SSP-MT, inscrito no CPF n.º 011.551.101-61, residente e domiciliado na cidade de, Tapurah-MT, doravante denominada simplesmente com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Decreto Federal n.º 7.892/2013 e alterações posteriores, juntamente com as demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de diversos “materiais de construção” para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do “Programa Ser Família Habitação”, conforme Termo de Convênio n.º 2313/2022 firmado entre o Município e a Secretaria de Promoção Social e Logística – SINFRA, conforme informações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital.

FORNECEDOR: **RONIVAN ROSONI LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.909.006/0001-04**

LOTE 08 - FORRO EM PVC					
36238	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	M²	25,37	R\$ 26,75	R\$ 971,16
36246	ACABAMENTO SIMPLES/CONVENCIONAL PARA FORRO PVC, TIPO "U" OU "C", COR BRANCA, COMPRIMENTO 6 M	M	50,13	R\$ 4,48	R\$ 224,63

LOTE 09 - IMPERMEABILIZAÇÃO					
626	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	KG	48,15	R\$ 42,68	R\$ 2.055,00

LOTE 14 - MATERIAIS HIDRÁULICOS					
14.1	6015	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN	3,00	R\$ 115,00 R\$ 345,00
14.2	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	15,30	R\$ 17,00 R\$ 260,10

14.3	9875	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648)	M	11,56	R\$ 17,50	R\$ 202,30
14.4	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	25,04	R\$ 5,00	R\$ 125,20
14.5	11772	TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJA-DOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	1,00	R\$ 117,00	R\$ 117,00
14.6	11882	CAIXA PARA HIDROMETRO CONCRETO PRE MOLDADO, *0,24 M X 0,45 M X 0,30* M (L X C X A)	UN	1,00	R\$ 117,00	R\$ 117,00
14.7	3729	KIT CAVALETE, PVC, COM REGISTRO, PARA HIDROMETRO, BITOLAS 1/2" OU 3/4" - COMPLETO	UN	1,00	R\$ 170,00	R\$ 170,00
14.8	9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	7,08	R\$ 13,00	R\$ 92,04
14.9	122	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,61	R\$ 70,00	R\$ 42,70
14.10	11714	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA	UN	1,00	R\$ 81,00	R\$ 81,00
14.11	13415	TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	UN	1,00	R\$ 68,00	R\$ 68,00
14.12	6024	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	UN	1,00	R\$ 66,00	R\$ 66,00
14.13	3540	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	7,00	R\$ 5,00	R\$ 35,00
14.14	68	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 32 MM X 1", PARA CAIXA D' AGUA	UN	2,00	R\$ 24,00	R\$ 48,00
14.15	9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	2,72	R\$ 16,00	R\$ 43,52
14.16	7604	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA TANQUE / JARDIM, SEM BICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1126)	UN	1,00	R\$ 47,00	R\$ 47,00
14.17	3659	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 23,00	R\$ 46,00
14.18	6146	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN	2,00	R\$ 24,00	R\$ 48,00
14.19	11677	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,00	R\$ 53,00	R\$ 53,00
14.20	11830	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	1,00	R\$ 37,60	R\$ 37,60
14.21	112	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	6,00	R\$ 5,70	R\$ 34,20

14.22	9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	3,11	R\$ 11,00	R\$ 34,21
14.23	99	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	1,00	R\$ 33,00	R\$ 33,00
14.24	1966	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 28,00	R\$ 28,00
14.25	11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,00	R\$ 38,00	R\$ 38,00
14.26	3524	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3,00	R\$ 10,00	R\$ 30,00
14.27	3526	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	8,00	R\$ 3,70	R\$ 29,60
14.28	1871	CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	7,00	R\$ 4,40	R\$ 30,80
14.29	7142	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2,00	R\$ 12,00	R\$ 24,00
14.30	296	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5688)	UN	23,00	R\$ 2,50	R\$ 57,50
14.31	87	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, LONGO, COM FLANGE LIVRE, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 23,00	R\$ 23,00
14.32	3519	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 9,70	R\$ 19,40
14.33	11674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,00	R\$ 24,10	R\$ 24,10
14.34	3661	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 18,54	R\$ 18,54
14.35	9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	2,24	R\$ 8,00	R\$ 17,92
14.36	114	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 16,65	R\$ 16,65
14.37	813	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3,00	R\$ 5,43	R\$ 16,29
14.38	20147	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2,00	R\$ 6,86	R\$ 13,72
14.39	6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	1,00	R\$ 13,63	R\$ 13,63
14.40	6153	VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA TANQUE OU LAVATORIO 1 ", SEM UNHO E SEM LADRAO	UN	3,00	R\$ 7,35	R\$ 22,05
14.42	1933	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 6,18	R\$ 12,36
14.43	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN	2,00	R\$ 7,56	R\$ 15,12
14.44	301	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	UN	4,00	R\$ 4,50	R\$ 18,00
14.45	3517	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 2,60	R\$ 5,20
14.46	7097	TE SANITARIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 9,24	R\$ 9,24

14.47	39319	TERMINAL DE VENTILACAO, 50 MM, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 11,22	R\$ 11,22
14.48	11681	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	UN	1,00	R\$ 9,50	R\$ 9,50
14.49	3518	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 4,66	R\$ 9,32
14.50	3529	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	9,00	R\$ 0,93	R\$ 8,37
14.51	297	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM (NBR 5688)	UN	4,00	R\$ 3,74	R\$ 14,96
14.52	7139	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	4,00	R\$ 1,54	R\$ 6,16
14.53	3536	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2,00	R\$ 3,11	R\$ 6,22
14.54	7140	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 3,70	R\$ 3,70
14.55	20085	ANEL BORRACHA, DN 50 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	2,00	R\$ 3,34	R\$ 6,68
14.56	3516	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3,00	R\$ 2,88	R\$ 8,64
14.57	1956	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 3,82	R\$ 3,82
14.58	3531	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 4,82	R\$ 4,82
14.59	3906	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,94	R\$ 1,94
14.60	3500	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,92	R\$ 1,92
14.61	1185	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,60	R\$ 1,60
14.62	65	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 1,14	R\$ 1,14

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para contratação do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS OBJETOS:

2.1. A prestação dos serviços deverá ser conforme as especificações e quantidades contratadas e de acordo com o termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital, termo de referência e seus anexos;

3.2. Cumprir o objeto da contratação, tomando todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta Ata, adotando medidas para a execução do objeto licitado, observando todas as condições e especificações contidas no termo de referência, no edital e de acordo com a legislação pertinente ao objeto licitado.

3.3. Promover a prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

3.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

3.5. Assumir inteiramente a responsabilidade e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

3.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais as supressões que se fizerem necessárias no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, previsão fundamentada no Art. 12, parágrafo primeiro do Decreto Federal n.º 7.892/13.

3.7. Responder perante o **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à sua execução;

3.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;

3.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da empresa contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da **CONTRATANTE**;

3.10. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.11. Comunicar à **Prefeitura Municipal de São José do Povo** qualquer alteração às condições em que se encontrava no momento da contratação da execução, como endereço, telefone, conta bancária, responsável pela empresa, etc.;

3.12. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55 inciso XIII Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

"XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

3.13. A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos fiscais e contábeis que digam respeito aos objetos fornecidos à **CONTRATANTE**;

3.14. Executar a contratação dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação do objeto, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

3.15. Cumprir impreterivelmente, com todos os prazos e condições exigidas e observar as datas e horários e locais de realização de cada evento estipulado pela **CONTRATANTE**;

3.16. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como, oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência desta Ata, propiciando o acesso a toda documentação pertinente (s) a contratação do objeto licitado, atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.17. Proceder a prestação dos serviços do objeto licitado sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos;

3.18. Em relação ao prazo, observar tal prazo para prestação dos serviços, responsabilizando-se, durante todo período por aqueles objetos que não estiverem aptos ao uso ou considerados defeituosos, isentando a Prefeitura Municipal de São José do Povo de quaisquer ônus financeiros adicionais, conforme descrito no termo de referência;

3.19. Todos os custos conforme termo no anexo VII, referente a contratação serão por conta da contratada, ou seja, não sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal;

3.20. A contratação não poderá ser interrompida em dias úteis, sábados, domingos e feriados, e ainda em eventuais greves da categoria;

3.21. A Licitante Contratada se comprometerá a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços e efetuar a substituição de acordo com o termo de referência, sob pena de aplicação das penalidades prevista neste edital; totalmente às suas expensas, do objeto comprovadamente impróprio ao uso ou diferente das especificações;

3.22. A contratada deverá obrigatoriamente enviar todas as notas fiscais para o e-mail:

tributossjpovo25@hotmail.com, sob pena de não pagamento;

3.23. Proceder a prestação dos serviços sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. O prazo de vigência da ATA será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei;

4.2. A solicitação da execução do objeto licitado será feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, após a assinatura desta ATA, mediante Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente;

4.3. O objeto licitado deverá ser executado de acordo com as regras específicas fixadas no presente edital e seus anexos na Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente emitido pela Companhia;

4.4. Forma de realização da contratação: o serviço deverá ser realizado de acordo com as regras específicas do edital e no termo de referência;

4.5. As requisições do Órgão Licitante deverão ser atendidas pela Licitante Vencedora, independentemente da existência de greves deflagradas por quaisquer categorias profissionais relacionadas com a contratação;

4.6. Observar e seguir, rigorosamente, a legislação referente ao objeto da licitação emanada pelos Órgãos competentes;

4.7. Atentar-se para as normas adequadas relativas viabilidade da execução;

4.8. Segundo a Lei n.º 8.078/90, art. 20 do Código de Defesa do Consumidor: “O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao uso ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:”

4.8.1. “Inciso I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;”

4.8.2. “Inciso II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;”

4.8.3. “Inciso III - o abatimento proporcional do preço.”

4.8.4. “§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.”

4.8.5. “§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.”

4.9. Todos os custos com relação à contratação serão por conta da contratada, conforme especificações no termo de referência.

4.10. A contratada deverá fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual, (EPI's) (se for o caso) e coletiva e demais objetos exigidos para a segurança dos mesmos, adequado ao fornecimento de e acordo com as normas de segurança vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas nesta Ata:

5.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada, efetuando os pagamentos de acordo com as Cláusulas desta Ata.

5.3. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado.

5.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do objeto.

5.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.6. Acompanhar, controlar e avaliar a execução, observando os padrões de qualidade e segurança exigidos, através da unidade responsável pela fiscalização, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do objeto.

5.7. Fiscalizar a execução objeto licitado por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.8. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

5.10. Rejeitar, no todo ou em parte a contratação em desacordo com a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas oriundas da presente ata correrão por conta de contratos firmados com a Prefeitura Municipal de São José do Povo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O valor total dos itens da empresa **RONIVAN ROSONI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **19.909.006/0001-04** valor total é de **R\$ 119.595,80** (Cento e Dezenove Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Oitenta Centavos); de acordo com a Proposta Comercial das Contratadas, a serem pagos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**.

7.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, entrega, execução, frete e etc.).

7.2.1. Face ao disposto no Art. 12, § 1º, do Decreto Federal n.º 7.892/13, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços.

7.2.2. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis no período de vigência da proposta durante a vigência da ATA, salvo previsão no subitem **7.7** desta Ata.

7.2.3. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites da contratação dos registrados em Ata.

7.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após o recebimento definitivo dos itens, após 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 198-A-5-2, inciso I, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto, da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da empresa vencedora da licitação, sendo o pagamento intransferível para outra conta.

7.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

“XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”

7.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item **7.3** fluirá a partir da respectiva data de regularização.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.5. As notas fiscais deverão estar devidamente atestadas (s) pelo responsável competente da Prefeitura Municipal de São José do Povo.

7.6. Prefeitura Municipal de São José do Povo; só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante do objeto e do respectivo fiscal designado, o necessário ATESTO da entrega pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

7.7. Os preços permanecerão fixos nos termos de legislação em vigor durante o período de vigência do presente instrumento, exceto nos casos que este comprova a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com a previsão do Art. 17 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência da Ata SRP será de 12 (doze) meses contados do dia 12/12/2023 à 12/12/2024, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. Terá seu registro cancelado se a contratada sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

9.2. O cancelamento, ocorrido por algum dos motivos previstos, não dará à **CONTRATADA** o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **CONTRATANTE** e, comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas na presente ATA.

9.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **CONTRATANTE** decidir pela continuidade do presente.

9.5. O fornecedor terá o seu contrato cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, a pedido quando:

9.6. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior;

9.6.1. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do item;

9.6.2. Por iniciativa do Órgão, quando comprovada qualquer infração prevista no edital e em sua respectiva ATA; não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.6.3 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.6.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

9.6.5. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.6 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.7. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

9.6.8. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a **Prefeitura Municipal** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os Proponentes a nova ordem de registro.

9.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A empresa **Contratada** ficará sujeita as seguintes penalidades caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas:

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal;

10.2.4. Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. A penalidade de advertência será aplicada pela administração (autoridade superior) do órgão recebedor do produto, de ofício ou mediante relatório do responsável pelo acompanhamento da execução da ATA.

10.4. A multa prevista será aplicada pela autoridade superior e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

10.4.1. O atraso na execução do objeto sujeitará o contratado à multa de mora de 0,5% (meio) por cento do valor da ATA, por dia de atraso;

10.4.2. A inexecução total da ata sujeitará o contratado à multa de 10% (dez) por cento do valor total da ata;

10.4.3. A execução parcial no que tange os quantitativos solicitados do objeto sujeitará o contratado à multa de 5% (cinco) por cento do valor da ata.

10.4.4. A execução do objeto em níveis de qualidade inferior ou diverso ao exigido no Anexo Termo de referência, sujeitará o contratado à multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.

10.4.5. Multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata caso a execução dos objetos pela Contratada não seja feita no local e prazo especificados neste Edital.

10.5. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade é de competência da autoridade superior da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, facultada a defesa da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da abertura de vista.

10.6. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

10.7. As multas são excludentes e independentes e não eximem a Contratada da plena execução da contratação dos itens contratados.

10.8. O valor das multas aplicadas será sempre deduzido do pagamento da Nota Fiscal, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

10.9. As ocorrências relacionadas com a execução da contratação serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei n.º 8.666/93.

10.10. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

11.1. No tocante os recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverão ser observados o disposto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Dos fundamentos legais e da sujeição às normas legais e contratuais:

12.1.1. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas da presente Ata serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis;

12.1.2. Após a assinatura desta ATA, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada;

12.1.3. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas nesta ATA deverá ser feita de acordo com o que versa a Lei Federal n.º 8.666/1993, Decreto Federal n.º 7.892/2013 e Lei n.º 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES:

13.1. A presente minuta da ATA poderá ser alterada pela autoridade superior, para ajustes de condições supervenientes que impliquem modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

14.1. A presente ATA ficará vinculada aos termos do Edital e seus anexos do **Pregão SRP n.º 18/2023** e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1. As questões decorrentes da execução do presente instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da cidade de Rondonópolis-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

São José do Povo, 12 de dezembro de 2023.

IVANILDO VILELA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RONIVAN ROSONI LTDA,

inscrita no CNPJ sob o n.º **19.909.006/0001-04**

FORNECEDOR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT**; contratante, resolve rescindir com a Contratada **GEYSE MARQUES MORAIS BRA-**

GA, portadora do CPF nº048.489.221-51, o Contrato nº41/2023, do processo seletivo 01/2023, no dia 18 de dezembro de 2023, sem indenização, considerando o disposto na cláusula Sétima do referido contrato.

São José do Povo – MT, 18 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 19/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2023 VALIDADE: 12/12/2023 À 12/12/2024

A **Prefeitura Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmen Hanze, 924 – Centro, São José do Povo-MT – CEP: 78773-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr.º **Ivanildo Vilela da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º **2992037 SSP/MG**, inscrito no CPF n.º **491.256.216-53**, residente e domiciliado nesta cidade de São José do Povo-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, as empresas **PLANOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º **15.096.019/0001-50**, com sede na Rua 06, nº 146 Lote Costa do Sol, Bairro Jardim Shangri-lá cidade de Cuiabá, CEP: 78.070-450, neste ato representada pelo o seu representante Legal, Sr.º **Bartolomeu Alonso de Arruda, Brasileiro, casado, portador do RG n.º 283835, SSP-MT**, inscrito no CPF n.º **207.414.561-68, residente e domiciliado na Rua Paraná, Quadra 49, casa 09, - Bairro: CPA II, Cuiabá-MT**, doravante denominada simplesmente com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Decreto Federal n.º 7.892/2013 e alterações posteriores, juntamente com as demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de diversos “materiais de construção” para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais para grupos familiares de interesse social dentro do “Programa Ser Família Habitação”, conforme Termo de Convênio nº 2313/2022 firmado entre o Município e a Secretaria de Promoção Social e Logística – SINPRA, conforme informações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital.

FORNECEDOR: **empresas PLANOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º **15.096.019/0001-50**

LOTE 07 - AÇOS						
7.1	33	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	164,39	R\$ 9,49	R\$ 1.560,06
7.2	43059	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	KG	140,21	R\$ 9,49	R\$ 1.330,59
7.3	34	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	156,18	R\$ 9,49	R\$ 1.482,15
7.4	32	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	53,09	R\$ 9,89	R\$ 525,06
7.5	37411	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,24 MM, MALHA 25 X 25 MM	M²	11,76	R\$ 23,00	R\$ 270,48
7.6	43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	11,48	R\$ 22,00	R\$ 252,56

7.7	39427	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M	89,03	R\$ 5,99	R\$ 533,29
7.8	34558	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 10,5* CM	M	33,86	R\$ 3,99	R\$ 135,10
7.9	43131	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	KG	2,64	R\$ 22,99	R\$ 60,69

LOTE 12 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS

12.1	39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	7,65	R\$ 24,50	R\$ 187,43
12.2	40552	PARAFUSO, AUTO ATARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	CENTO	4,58	R\$ 50,50	R\$ 231,29
12.3	20083	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	1,06	R\$ 83,00	R\$ 87,98
12.4	2432	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	6,00	R\$ 22,00	R\$ 132,00
12.5	43657	CONTRAMARCO DE ALUMINIO (PERFIL 25) PARA ESQUADRIAS, TIPO CONVENCIONAL / CADEIRINHA, 60 MM (CM-060), INCLUSO CONEXOES, GRAPAS E TRAVAMENTOS	M	21,00	R\$ 7,25	R\$ 152,25
12.6	39017	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	UN	564,08	R\$ 0,22	R\$ 124,10
12.7	4351	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN	6,00	R\$ 17,50	R\$ 105,00
12.8	392	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	42,62	R\$ 2,10	R\$ 89,50
12.9	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	15,01	R\$ 5,50	R\$ 82,55
12.10	21142	ESTRIBO COM PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35 CM, SECAO "U", PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO	UN	2,00	R\$ 31,00	R\$ 62,00
12.11	37591	SUORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN	2,00	R\$ 27,00	R\$ 54,00
12.12	4384	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	2,00	R\$ 24,00	R\$ 48,00
12.13	123	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMA-CAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	4,34	R\$ 7,50	R\$ 32,55

12.14	37395	PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	UN	0,81	R\$ 39,50	R\$ 32,00
12.15	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,26	R\$ 120,00	R\$ 31,20
12.16	5103	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA, BRANCA	UN	1,00	R\$ 26,00	R\$ 26,00
12.17	20080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	1,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00
12.18	COMP. ELE. 35	ISOLADOR PINO POLIMÉRICO 15 KV	UN	1,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00
12.19	38099	SUORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUORTE)	UN	18,00	R\$ 1,40	R\$ 25,20
12.20	38383	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	4,20	R\$ 2,50	R\$ 10,50
12.21	40547	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	0,82	R\$ 30,00	R\$ 24,60
12.22	20078	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	1,02	R\$ 30,00	R\$ 30,60
12.23	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	2,23	R\$ 7,00	R\$ 15,61
12.24	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	56,60	R\$ 0,22	R\$ 12,45
12.25	21114	ADESIVO PARA TUBOS CPVC, *75* G	UN	0,48	R\$ 38,00	R\$ 18,24
12.26	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	2,94	R\$ 4,32	R\$ 12,70
12.27	4377	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO *32* MM	UN	48,94	R\$ 0,20	R\$ 9,79
12.28	39443	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	25,40	R\$ 0,25	R\$ 6,35
12.29	1570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRES-SAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	6,00	R\$ 0,95	R\$ 5,70
12.30	4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,07	R\$ 55,00	R\$ 3,85
12.31	1575	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRES-SAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	2,00	R\$ 1,90	R\$ 3,80
12.32	11055	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1 ")	UN	39,60	R\$ 0,08	R\$ 3,17
12.33	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4,00	R\$ 0,67	R\$ 2,68
12.34	1571	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRES-SAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	2,00	R\$ 1,25	R\$ 2,50
12.35	3146	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	0,36	R\$ 4,88	R\$ 1,76

12.36	3148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,07	R\$ 17,00	R\$ 1,19
12.37	119	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	UN	0,03	R\$ 10,00	R\$ 0,30
12.38	44329	DETERGENTE NEUTRO USO GERAL, CONCENTRADO	L	0,22	R\$ 11,00	R\$ 2,42

LOTE 13 - MATERIAIS ELÉTRICOS

13.1	1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	349,66	R\$ 2,04	R\$ 713,31
13.2	13393	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	R\$ 412,00	R\$ 412,00
13.3	39471	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	3,00	R\$ 113,00	R\$ 339,00
13.4	980	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	22,95	R\$ 9,75	R\$ 222,61
13.5	39457	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	UN	1,00	R\$ 187,00	R\$ 187,00
13.6	2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	107,62	R\$ 2,55	R\$ 274,43
13.7	38769	LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO FOSCO *30 X 15* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	2,00	R\$ 66,00	R\$ 132,00
13.8	34616	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	2,00	R\$ 35,00	R\$ 70,00
13.9	1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	1,00	R\$ 87,00	R\$ 87,00
13.10	38101	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	11,00	R\$ 7,00	R\$ 77,00
13.11	34623	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A	UN	1,00	R\$ 35,00	R\$ 35,00
13.12	38773	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	6,00	R\$ 6,50	R\$ 39,00
13.13	38112	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	8,00	R\$ 6,50	R\$ 52,00
13.14	38094	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	18,00	R\$ 2,50	R\$ 45,00
13.15	8570	CABO BIFÁSICO TIPO TRIPLEX 2x1x10mm ² +10mm ² ALUMINIO CMR	m	8,42	R\$ 5,20	R\$ 43,78
13.16	38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	6,00	R\$ 6,50	R\$ 39,00
13.17	1872	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	20,00	R\$ 2,47	R\$ 49,40
13.18	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	4,00	R\$ 9,92	R\$ 36,00
13.19	981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	9,67	R\$ 3,55	R\$ 34,353
13.20	38102	TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	UN	3,00	R\$ 9,35	R\$ 28,05

13.21	38193	LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	2,00	R\$ 6,00	R\$ 12,00
13.22	8571	CONECTOR DE DERIVAÇÃO TIPO CUNHA CDCR IV AZUL	un	3,00	R\$ 3,70	R\$ 11,10

LOTE 18 - PISOS E REVESTIMENTOS

1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	m ²	46,08	R\$ 32,90	R\$ 1.516,03
536	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	m ²	11,71	R\$ 30,64	R\$ 358,79

LOTE 20 - PREGOS

5068	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	KG	8,20	R\$ 22,90	R\$ 187,78
39027	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	6,70	R\$ 22,90	R\$ 153,43
20247	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	6,03	R\$ 23,88	R\$ 144,00
40304	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	4,65	R\$ 23,90	R\$ 111,14
5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	2,50	R\$ 23,90	R\$ 59,75
40568	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	KG	1,80	R\$ 23,90	R\$ 43,02
5073	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	KG	1,41	R\$ 23,90	R\$ 33,70
5074	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	KG	0,14	R\$ 23,90	R\$ 3,56
39026	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	0,12	R\$ 23,90	R\$ 2,87
5066	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	0,02	R\$ 23,90	R\$ 0,48
5069	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,02	R\$ 23,90	R\$ 0,48

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para contratação do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS OBJETOS:

2.1. A prestação dos serviços deverá ser conforme as especificações e quantidades contratadas e de acordo com o termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital, termo de referência e seus anexos;

3.2. Cumprir o objeto da contratação, tomando todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta Ata, adotando medidas para a execução do objeto licitado, observando todas as condições e especificações contidas no termo de referência, no edital e de acordo com a legislação pertinente ao objeto licitado.

3.3. Promover a prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

3.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

3.5. Assumir inteiramente a responsabilidade e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

3.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais as supressões que se fizerem necessárias no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93, previsão fundamentada no Art. 12, parágrafo primeiro do Decreto Federal n.º 7.892/13.

3.7. Responder perante o **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à sua execução;

3.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação;

3.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da empresa contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da **CONTRATANTE**;

3.10. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.11. Comunicar à **Prefeitura Municipal de São José do Povo** qualquer alteração às condições em que se encontrava no momento da contratação da execução, como endereço, telefone, conta bancária, responsável pela empresa, etc.;

3.12. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55 inciso XIII Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

“XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”.

3.13. A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos fiscais e contábeis que digam respeito aos objetos fornecidos à **CONTRATANTE**;

3.14. Executar a contratação dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação do objeto, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

3.15. Cumprir impreterivelmente, com todos os prazos e condições exigidas e observar as datas e horários e locais de realização de cada evento estipulado pela **CONTRATANTE**;

3.16. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como, oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência desta Ata, propiciando o acesso a toda documentação pertinente (s) a contratação do objeto licitado, atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.17. Proceder a prestação dos serviços do objeto licitado sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos;

3.18. Em relação ao prazo, observar tal prazo para prestação dos serviços, responsabilizando-se, durante todo período por aqueles objetos que não estiverem aptos ao uso ou considerados defeituosos, isentando a Prefeitura Municipal de São José do Povo de quaisquer ônus financeiros adicionais, conforme descrito no termo de referência;

3.19. Todos os custos conforme termo no anexo VII, referente a contratação serão por conta da contratada, ou seja, não sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal;

3.20. A contratação não poderá ser interrompida em dias úteis, sábados, domingos e feriados, e ainda em eventuais greves da categoria;

3.21. A Licitante Contratada se comprometerá a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços e efetuar a substituição de acordo com o termo de referência, sob pena de aplicação das penalidades prevista neste edital; totalmente às suas expensas, do objeto comprovadamente impróprio ao uso ou diferente das especificações;

3.22. A contratada deverá obrigatoriamente enviar todas as notas fiscais para o e-mail:

tributossjpovo25@hotmail.com, sob pena de não pagamento;

3.23. Proceder a prestação dos serviços sempre que for solicitado pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, dentro das condições, preços ajustados em sua proposta, no prazo e local previstos no termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. O prazo de vigência da ATA será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei;

4.2. A solicitação da execução do objeto licitado será feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, após a assinatura desta ATA, mediante Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente;

4.3. O objeto licitado deverá ser executado de acordo com as regras específicas fixadas no presente edital e seus anexos na Ordem de Solicitação ou instrumento equivalente emitido pela Companhia;

4.4. Forma de realização da contratação: o serviço deverá ser realizado de acordo com as regras específicas do edital e no termo de referência;

4.5. As requisições do Órgão Licitante deverão ser atendidas pela Licitante Vencedora, independentemente da existência de greves deflagradas por quaisquer categorias profissionais relacionadas com a contratação;

4.6. Observar e seguir, rigorosamente, a legislação referente ao objeto da licitação emanada pelos Órgãos competentes;

4.7. Atentar-se para as normas adequadas relativas viabilidade da execução;

4.8. Segundo a Lei n.º 8.078/90, art. 20 do Código de Defesa do Consumidor: "O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao uso ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:"

4.8.1. "Inciso I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;"

4.8.2. "Inciso II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;"

4.8.3. "Inciso III - o abatimento proporcional do preço."

4.8.4. "§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor."

4.8.5. "§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade."

4.9. Todos os custos com relação à contratação serão por conta da contratada, conforme especificações no termo de referência.

4.10. A contratada deverá fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual, (EPI's) (se for o caso) e coletiva e demais objetos exigidos para a segurança dos mesmos, adequado ao fornecimento de e acordo com as normas de segurança vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas nesta Ata:

5.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada, efetuando os pagamentos de acordo com as Cláusulas desta Ata.

5.3. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado.

5.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do objeto.

5.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.6. Acompanhar, controlar e avaliar a execução, observando os padrões de qualidade e segurança exigidos, através da unidade responsável pela fiscalização, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do objeto.

5.7. Fiscalizar a execução objeto licitado por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.8. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

5.10. Rejeitar, no todo ou em parte a contratação em desacordo com a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas oriundas da presente ata correrão por conta de contratos firmados com a Prefeitura Municipal de São José do Povo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O valor total dos itens da empresa **PLANOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º **15.096.019/0001-50º** **valor total é de R\$ 268.600,00** (Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Quatrocentos e oitenta e Um Real e Vinte Centavos); **de acordo com a Proposta Comercial das Contratadas**, a serem pagos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**.

7.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, entrega, execução, frete e etc.).

7.2.1. Face ao disposto no Art. 12, § 1º, do Decreto Federal n.º 7.892/13, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços.

7.2.2. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis no período de vigência da proposta durante a vigência da ATA, salvo previsão no subitem 7.7 desta Ata.

7.2.3. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites da contratação dos registrados em Ata.

7.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após o recebimento definitivo dos itens, após 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 198-A-5-2, inciso I, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto, da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da empresa vencedora da licitação, sendo o pagamento intransferível para outra conta.

7.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

"XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

7.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item **7.3** fluirá a partir da respectiva data de regularização.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.5. As notas fiscais deverão estar devidamente atestadas (s) pelo responsável competente da Prefeitura Municipal de São José do Povo.

7.6. Prefeitura Municipal de São José do Povo; só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante do objeto e do respectivo fiscal designado, o necessário ATESTO da entrega pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

7.7. Os preços permanecerão fixos nos termos de legislação em vigor durante o período de vigência do presente instrumento, exceto nos casos que este comprova a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com a previsão do Art. 17 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência da Ata SRP será de 12 (doze) meses contados do dia 12/12/2023 à 12/02/2024, não podendo ser prorrogada, conforme previsto em Lei.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. Terá seu registro cancelado se a contratada sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

9.2. O cancelamento, ocorrido por algum dos motivos previstos, não dará à **CONTRATADA** o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **CONTRATANTE** e, comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas na presente ATA.

9.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **CONTRATANTE** decidir pela continuidade do presente.

9.5. O fornecedor terá o seu contrato cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, a pedido quando:

9.6. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior;

9.6.1. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do item;

9.6.2. Por iniciativa do Órgão, quando comprovada qualquer infração prevista no edital e em sua respectiva ATA; não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.6.3 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.6.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

9.6.5. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.6 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.6.7. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

9.6.8. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a **Prefeitura Municipal** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará os Proponentes a nova ordem de registro.

9.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A empresa **Contratada** ficará sujeita as seguintes penalidades caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas:

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal;

10.2.4. Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. A penalidade de advertência será aplicada pela administração (autoridade superior) do órgão recebedor do produto, de ofício ou mediante relatório do responsável pelo acompanhamento da execução da ATA.

10.4. A multa prevista será aplicada pela autoridade superior e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

10.4.1. O atraso na execução do objeto sujeitará o contratado à multa de mora de 0,5% (meio) por cento do valor da ATA, por dia de atraso;

10.4.2. A inexecução total da ata sujeitará o contratado à multa de 10% (dez) por cento do valor total da ata;

- 10.4.3.** A execução parcial no que tange os quantitativos solicitados do objeto sujeitará o contratado à multa de 5% (cinco) por cento do valor da ata.
- 10.4.4.** A execução do objeto em níveis de qualidade inferior ou diverso ao exigido no Anexo Termo de referência, sujeitará o contratado à multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.
- 10.4.5.** Multa de 0,5% (meio) por cento do valor total da ata caso a execução dos objetos pela Contratada não seja feita no local e prazo especificados neste Edital.
- 10.5.** A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade é de competência da autoridade superior da **Prefeitura Municipal de São José do Povo**, facultada a defesa da Contratada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da abertura de vista.
- 10.6.** Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.
- 10.7.** As multas são excludentes e independentes e não eximem a Contratada da plena execução da contratação dos itens contratados.
- 10.8.** O valor das multas aplicadas será sempre deduzido do pagamento da Nota Fiscal, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.
- 10.9.** As ocorrências relacionadas com a execução da contratação serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei n.º 8.666/93.
- 10.10.** As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

- 11.1.** No tocante os recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverão ser observados o disposto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1.** Dos fundamentos legais e da sujeição às normas legais e contratuais:
- 12.1.1.** Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas da presente Ata serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis;
- 12.1.2.** Após a assinatura desta ATA, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada;
- 12.1.3.** Qualquer alteração nas condições ora estipuladas nesta ATA deverá ser feita de acordo com o que versa a Lei Federal n.º 8.666/1993, Decreto Federal n.º 7.892/2013 e Lei n.º 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES:

- 13.1.** A presente minuta da ATA poderá ser alterada pela autoridade superior, para ajustes de condições supervenientes que impliquem modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

- 14.1.** A presente ATA ficará vinculada aos termos do Edital e seus anexos do **Pregão SRP n.º 18/2023** e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

- 15.1.** As questões decorrentes da execução do presente instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da cidade de Rondonópolis-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 15.2.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.
- São José do Povo, 12 de dezembro de 2023.

IVANILDO VILELA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.096.019/0001-50

PORTARIA Nº. 003/2023

“Dispõe sobre a revisão ex-officio dos benefícios previdenciários com direito à paridade em razão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Administração Geral da Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT, estabelecendo Normas Gerais de enquadramento, e dá outras providências.”

O Secretário Municipal de Administração do Município de São José do Povo, gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de

São José do Povo/MT – FUNPREV no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº. 563/2013, e;

Considerando o disposto na Lei nº. 922/2023, que “*dispõe sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos dos Servidores da Administração Geral da Prefeitura Municipal de São José do Povo, estabelece normas de enquadramento e dá outras providências.*” e;

Considerando o teor do parecer jurídico nº. 146/2023 emitido pelo escritório de advocacia, denominada BE&J - BARCELOS, ESTEVES & JERÔNIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS que presta serviço de assessoria jurídica

ca ao FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT,

RESOLVE:

Art. 1º Reenquadrar, no respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Administração Geral da Prefeitura Municipal de São José do Povo, os servidores inativos vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV, com direito ao instituto da paridade, abaixo transcritos:

N.º	Nome	Benefício	Cargo Atual	Classe/Nível
01	CLAUDENOR TAVARES CERQUEIRA	APTC	Fiscal de Obras e Posturas – 30 horas	B - 10
02	DILMA FLORES FARIAS	APTC	Assistente Administrativo	B - 08
03	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA SOBRINHO	APIN	Auxiliar Administrativo – 40 horas	A - 09
04	MARIA DE FÁTIMA BORGES COSTA	APTC	Auxiliar Administrativo – 40 horas	C - 08
05	MARIA HELENA DA SILVA COSTA PEREIRA	APTC	Agente de Serviços Gerais – 40 horas	C - 08
06	MARIA LUIZA CORREA CARDOSO	APTC	Assistente Administrativo	B - 09
07	MARIA SAMPAIO DA SILVA	APTC	Agente de Serviços Gerais – 40 horas	A - 09
08	MAURA DE PAULA	APTC	Agente de Serviços Gerais – 40 horas	C - 10
09	RAÚCEA DE SOUSA FREITAS NATES	APIN	Assistente Administrativo	B - 08
10	CLEBER DA SILVA RODRIGUES	APIN	Técnico em Contabilidade	A - 06
11	SEBASTIÃO APARECIDO TRINDADE	APTC	Técnico em Contabilidade	A - 08

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se:

I – APIN: Aposentadoria por Invalidez;

II – APTC: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;

Art. 2º Ficam reenquadrados, no respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da Administração Geral da Prefeitura Municipal de São José do Povo, os segurados inativos que geraram o benefício de pensão por morte vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo/MT – FUNPREV, cujos proventos da pensão por morte são reajustados com direito ao instituto da paridade

01	Instituidor: ANTÔNIO LUIZ MIRANDA Beneficiária: ELZA ANGELA MEDEIROS MIRANDA	PM	Motorista – 40 horas	A - 05
02	Instituidor: BENJAMIM DOMINGOS DE LACERDA Beneficiária: CARMEM VITALINA LACERDA	PM	Vigia – 40 horas	A - 03
03	Instituidor: NIVALDO BELIZÁRIO DE ANDRADE Beneficiária: MIRIAM EMILIANA MENDES	PM	Motorista – 40 horas	A - 03

Parágrafo único. Para efeito desta portaria considera-se PM como Pensão por Morte.

Art. 3º. Esta Portaria produz efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023, considerando os efeitos da Lei Municipal nº 922/2023, revogando-se as disposições em contrário.

São José do Povo/MT, 19 de dezembro de 2023.

José Lucas Cadidê Lellis

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº188/2023

ADESÃO Nº16/2023

CONTRATO (A)-Q. I. ASSESSORIA, CONSULTORIA, SERVIÇOS E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ Nº 10.587.479/0001-68

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, CORRESPONDENTE FISCAL, REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAL, FEDERAL INSTALADOS EM CUIABA - MT E BRASÍLIA DF, APOIO NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E TRANSMISSÃO DA DCTF, SIOPS - SAÚDE, SIOPE - FNDE, SINCOFI, APLIC-TCE, MONITORAMENTO DA ADIMPLÊNCIA DO MUNICÍPIO JUNTO AO TCE-MT, SISTEMA CAUC E SISTEMA SIGCON-MT E AINDA SERVIÇOS DE ASSESSORIA NO ACOMPANHAMENTO DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NOS ÓRGÃOS ESTADUAL E FEDERAL.BEM COMO SERVIÇO FR GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, CATALOGAÇÃO, ETIQUETAMENTO COM FORNECIMENTOS DE ETIQUETAS PELA CONTRATANTE. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, INCLUSIVE DE INSERVÍVEIS, DE TODOS OS BENS MÓVEIS (MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS E DEMAIS ITENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO), DEVIDAMENTE ACRESCIDOS DE SUAS RESPECTIVAS DEPRECIAÇÕES E AVALIAÇÕES ATUALIZADAS. JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, TENDO EM VISTA O RESULTADO DO PROCESSO Nº125/2023, ADESÃO Nº16/2023 E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R\$ 223.537,26 (Duzentos e Vinte e Três Mil, Quinhentos e Trinta e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos).**

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência é de 12 (doze) meses, a contar a partir do dia 07 de dezembro de 2023 a 07 de dezembro de 2024.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº191/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº18/2023

CONTRATO (A)- PLANOS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, cadastrada no CNPJ sob n.º 15.096.019/0001-50

OBJETO – O presente contrato decorre do processo de nº98/2023 do pregão presencial SRP Nº18/2023, O objeto do presente Pregão Presencial, e o Registro de Preço para Futura e eventuais Contratação de Empresas para o Fornecimento de materiais de construção para 20 (vinte) unidades habitacionais para atender grupos familiares de interesse social, dentro do programa ser família habitação, Conforme termo de convenio nº 2313/2022 firmado entre o município e a secretaria de promoção social e logística – SINFRA , conforme informações constantes no Termo de Referência Anexo I.

VALOR TOTAL- O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R\$ R\$ 268.600,00 (Duzentos e sessenta e oito mil e seiscentos reais).**

DA VIGÊNCIA- O presente contrato terá sua vigência de 12 meses iniciando 12 de dezembro de 2023 até 12 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme faculta o artigo 57, §1º da Lei n.º 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.454, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023**

SÚMULA: ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 103, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 963, DE 27 DE JUNHO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 103, da Lei Municipal nº 963, de 27 de junho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 12 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 105 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de

publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 12 desta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro - MT, 19 de dezembro de 2023.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 042/2023.**

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE PARA AS CONTAS DE REPASSE FEDERAIS ANTES DE 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 172/2020 e Lei Complementar nº 181, de 6 de maio de 2021, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente; altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016;

Considerando a Portaria GM/MS nº 96, de 7 de fevereiro de 2023 que estabelece os parâmetros para a definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, decorrentes da transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

Considerando que o recurso em conta está disponível para utilização em qualquer na ação, sendo assim os saldos financeiros com seus rendimentos até a data da destinação, serão para as seguintes finalidades:

AG	CONTA Nº	OBJETO	SALDO R\$	AÇÃO 2023
1 3628-5	11.585-1 FEDERAL ANO 2010	Educação Permanente - CAPACITACAO	6.322,93	Folha de Pagamento 62
2 3628-5	18.320-2 FEDERAL ANO 2014	Equipamentos relacionado Nutrição	39,71	Folha de Pagamento 31
3 3628-5	19.088-8 FEDERAL ANO 2015	EMENDA PARLAMENTAR EQUIPAMENTO– PSF I ao V - Eliene José de Lima	4,18	Folha de Pagamento 31
4 3628-5	19.091-8 FEDERAL ANO 2015	EMENDA PARLAMENTAR EQUIPAMENTO– PSF I ao V – Nilson Leitão	35,82	Folha de Pagamento 31
5 3628-5	20.314-9 FEDERAL ANO 2016	EMENDA PARLAMENTAR EQUIPAMENTO– Hospital – Sâguas Moraes	5,66	Folha de Pagamento 31
6 3628-5	20.585-0 FEDERAL ANO 2017	EMENDA PARLAMENTAR EQUIPAMENTO – PSF II ao Rural – Fabio Garcia	5,78	Folha de Pagamento 31
7 3628-5	20.459-5 FEDERAL ANO 2017	Recurso Ampliação do PSF 5	2.602,04	Folha de Pagamento 31
8 3628-5	20.460-9 FEDERAL ANO 2017	Ampliação do PSF 3	447,33	Folha de Pagamento 31
9 3628-5	17.990-6 FEDERAL ANO 2013	Construção do PSF Jardim Rio Claro	29.565,68 16.162,51	Folha de Pagamento 24 Folha de

			13.403,17	Pagamento 31
TOTAL			R\$ 39.029,13	

CONSIDERANDO o plenário do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro – MT, instância máxima de controle social de saúde do município, em reunião ordinária número dezenove realizada na data de 18 de dezembro de 2023, que acompanhou a descrição dos recursos a serem utilizados até final de dezembro 2023, e por unanimidade o plenário concorda e;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o plano de ação para **utilização do saldo remanescente e seus rendimentos para as contas de repasse federais antes de 2018** do município de São José do Rio Claro – MT.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Claro-MT, 18 de dezembro de 2023.

GEDEÃO CARVALHO DA SILVA

Presidente CMS

Homologo: **CLEIDE MARIA ANZIL**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 440/2023/SECAD DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal 14.133/2021, considerando o Decreto 56/2022,

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Processo	140/2023	
Ata	111/2023 LIMPA TUDO LTDA	
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIMPEZA DE FOSSAS, PIAS, CAIXAS DE GORDURA, CANO DE ESGOTO, VASO SANITÁRIO.	
Vigência	11/09/2023 A 10/09/2024	
Fiscais	Titular	Suplente
	DIANA ARAUJO PESSOA	SOLANGE GOMES DA SILVA BARBIERI
Cargo/Função	COORDENADOR	COORDENADOR
Secretaria	SECRET. MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	SECRET. MUN DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
Matricula	2748	2611

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;
2. Emitir relatórios/medições;
3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 01 de dezembro 2023, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 19 de dezembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário de Administração

Portaria Nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVOS-RETIFICAÇÃO

ONDE SE-LÊ:

ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO C. Nº. 085/2023

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS

CNPJ: 96.295.654/0001-69

Tipo do Aditivo: VALOR

Valor: 110.000,00

Vigência: 10/07/2024

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

ONDE SE-LÊ:

ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO C. Nº. 086/2023

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS

CNPJ: 96.295.654/0001-69

Tipo do Aditivo: VALOR

Valor: 129.445,66

Vigência: 10/07/2024

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

LEIA-SE

ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO C. Nº. 085/2023

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS

CNPJ: 96.295.654/0001-69

Tipo do Aditivo: VALOR

Valor: 61.516,10

Vigência: 10/07/2024

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

LEIA-SE

ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO C. Nº. 086/2023

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS

CNPJ: 96.295.654/0001-69

Tipo do Aditivo: VALOR

Valor: 56.886,30

Vigência: 10/07/2024

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 441/2023/SECAD DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal 14.133/2021, considerando o Decreto 56/2022,

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Processo	120/2023	
Ata	124/2023 COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL	
Objeto	SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DE COFFEE BREAK, PARA ATENDER AO PAÇO MUNICIPAL E AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO EM FESTIVIDADES QUE OCORRERÃO, COM ESTIMATIVA DE 1 ANO.	
Vigência	13/10/2023 A 12/10/2024	
Fiscais	Titular	Suplente
	LETICIA OLIVEIRA SANTOS	PALLOMA MURAD DA SILVA
Cargo/Função	ASSESSOR DE SECRETARIA	COORDENADOR ADMINISTRATIVO
Secretaria	SECRETARIA MUN DE FINANÇAS	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENADOR
Matricula	2598	2690

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;
2. Emitir relatórios/medições;
3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 01 de dezembro 2023, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 19 de dezembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário de Administração

Portaria Nº 101/2023

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.455, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS POUSO ALEGRE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA”.

LEVI RIBEIRO, Prefeito de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica nos termos da Legislação pertinente em vigor, para todos os fins a que abrange o direito, **DECLARADA** como **ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA** a **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS POUSO ALEGRE**, CNPJ Nº **05.540.534/0001-97**

Art. 2º A entidade mencionada no artigo anterior, será subsidiada com todos os benefícios que a Declaração de utilidade Pública pode trazer às entidades declaradas como tais, e em contrapartida estará subordinada à legislação que a estas entidades são aplicadas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

São José do Rio Claro – MT, 19 de dezembro de 2023.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 445/2023/SECAD DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal 14.133/2021, considerando o Decreto 56/2022,

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Processo	120/2023	
Ata	124/2023 COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL	
Objeto	SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DE COFFEE BREAK, PARA ATENDER AO PAÇO MUNICIPAL E AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO EM FESTIVIDADES QUE OCORRERÃO, COM ESTIMATIVA DE 1 ANO.	
Vigência	13/10/2023 A 12/10/2024	
Fiscais	Titular	Suplente
	ELIANE ALVES PEREIRA	KELJA SILVA DE ASSIS
Cargo/Função	SERVIDOR BRACAL	RECEPCIONISTA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BASICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BASICO
Matricula	2019	1204

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;
2. Emitir relatórios/medições;
3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 01 de dezembro 2023, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 19 de dezembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário de Administração

Portaria Nº 101/2023

**GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 041/2023.****DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL
REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2023 DO MUNICÍ-
PIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 2.135, de 25 de Setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único – SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Permanente de Planejamento e Gestão e a Comissão de Finanças e Orçamentos realizada na data de 27.06.2023 no período matutino na sala de reunião na Secretaria Municipal de Saúde e emissão do relatório apresentado favorável à aprovação do 1º Relatório Quadrimestral referente aos meses de janeiro a abril de 2023, por lapso não emitido a referida Resolução;

CONSIDERANDO que foi realizado a apresentação do 1º RQDA 2023 a população através de audiência pública cumprindo o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, na data de 29 de junho de 2023 às 8 horas na Câmara Municipal e transmitida ao vivo através da página do facebook da Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **1º Relatório Quadrimestral referente aos meses de Janeiro a Abril de 2023** do município de São José do Rio Claro – MT, e deliberar a inserção no DIGISUS em conformidade com a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e suas recomendações.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

São José do Rio Claro-MT, 15 de dezembro de 2023.

GEDEÃO CARVALHO DA SILVA

Presidente CMS

Homologo: **CLEIDE MARIA ANZIL**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 314, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.****DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBRO PARA O CONSELHO MU-
NICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - COMDIPI.**

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **DIANA ARAÚJO PESSOA**, como Membro Suplente do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

- **COMDIPI, Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social**, em substituição à senhora Cielito Torga Roca.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 295/2023 de 02 de agosto de 2023 e disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 19 de dezembro de 2023.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023
-PROCESSO ADM: Nº 169/2023**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO AMBULÂNCIA – TIPO D, UTI MÓVEL EQUIPADA – NOVO ZERO KM.

Empresa vencedora valor total: R\$ 417.900,00 (quatrocentos e dezessete mil e novecentos reais): **INOVATTO VEICULOS LTDA** (37115386000197) com o lote: 1 no valor total de R\$ 417.900,00 (quatrocentos e dezessete mil e novecentos reais).SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT, 19 de dezembro de 2023.**TATIANE ILMA GROLI BAGGIO**. PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 09/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU – MT

EMPRESA CONTRATADA: V M DE FREITAS EPP,PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.

INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. **00.964.074/0001-48**

DO OBJETO: PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO CANTOR GEOVANE DO ACORDEON EM SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, EVENTO DA FESTA DA EXPOAGRO, PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 20 DE DEZEMBRO 2023 – DURAÇÃO DE 2h00.

VALOR: O Valor Global estimado para aquisição do objeto contratado, soma a Importância Global de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

DATA: São José do Xingu/MT, 19 de dezembro de 2023.

Denilson Antônio P.M.Silva

Presidente da CPL

Portaria nº Nº 127/2023

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT

EMPRESA CONTRATADO: L G REIS ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA

CNPJ/MF sob o nº. 35.332.750/0001- 45

INEXIGIBILIDADE Nº 08/2023

DO OBJETO: PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA DUPLA GUILHERME E SANTIAGO, EM SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, EVENTO DA FESTA DA EXPOAGRO, PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 19 DE NOVEMBRO 2023 – DURAÇÃO DE 1h30.

VALOR: O Valor Global estimado para aquisição do objeto contratado, soma a Importância Global de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais).

DATA: São José do Xingu/MT, 19 de dezembro de 2023.

Denilson Antônio P.M.Siva

Presidente da CPL

Portaria nº 127/2023

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Retifica-se as publicações “TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 002/2023” circuladas no dia 18 de dezembro de 2023 nos jornais Diário Oficial de Contas de Mato Grosso pág 315 e Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso pág 971, onde lê-se Processo Licitatório nº 43/2023 leia-se Processo Licitatório nº 58/2023.

Dayane Costa de Brito/Pregoeira

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2023**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU – MT

EMPRESA CONTRATADA: SOARES PRODUCOES LTDA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO,

INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 09.158.609/0001-68

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2023

DO OBJETO: PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO CANTOR GUILHERME SILVA EM SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, EVENTO FESTA DA EXPOAGRO, PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 22 DE DEZEMBRO 2023 – DURAÇÃO DE 1h45.

VALOR: O Valor Global estimado para aquisição do objeto contratado, soma a Importância Global de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais).

DATA: São José do Xingu/MT, 19 de dezembro de 2023.

Denilson Antônio P.M.SILVA

Presidente da CPL

Portaria nº 127/2023

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2023**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU – MT

EMPRESA CONTRATADA: V M DE FREITAS EPP, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 00.964.074/0001-48

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2023

DO OBJETO: PROCESSO LICITATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA CANTORA CAMILA OLIVEIRA CARDOSO EM SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, EVENTO DA FESTA DA EXPOAGRO, PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 23 DE DEZEMBRO 2023 – DURAÇÃO DE 2h00.

VALOR: O Valor Global estimado para aquisição do objeto contratado, soma a Importância Global de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais).

DATA: São José do Xingu/MT, 19 de dezembro de 2023.

Denilson Antônio P.M.Siva

Presidente da CPL

Portaria nº 127/2023

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Retifica-se as publicações “AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS” circuladas no dia 18 de dezembro de 2023 nos jornais Diário Oficial de Contas de Mato Grosso pág 314 e Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso pág 971, onde lê-se Processo Licitatório nº 53/2023 leia-se Processo Licitatório nº 57/2023.

Dayane Costa de Brito

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**OUIVORIA
LEI 1995-2023 -TRANSFERENCIA RECURSO EDUCAÇÃO PREMIO
ALFABETIZA**

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE 60% DO RECURSO RECEBIDO ATRAVÉS DO PREMIO AFALBETIZA/MT, PARA O CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR EVILÁSIO VASCONCELOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **JAMIS SILVA BOLANDIN**, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, APROVOU em Sessão Ordinária e eu Prefeito SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a destinar recurso recebido através do Prêmio Alfabetiza/MT, no montante de 60%, totalizando o valor de R\$ 24.141,84 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), para o CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR da Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos – CDCE

Art. 2º O recurso será transferido na conta do CDCE, sendo: Ag: 2505-4, Cc: 26.750-3, Banco do Brasil, em nome de CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR, da Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos.

Art. 3º O recurso será utilizado exclusivamente de acordo com o plano de ação elaborado pela equipe escolar e aprovado na sua extensão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos - MT, 19 de Dezembro de 2023.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

Processo Licitatório nº 200/2022. Pregão Eletrônico nº 53/2022. Saldo da Ata de Registro de Preço nº 53/2022. Contrato nº 94/2023.

Contratante: Município de São José dos Quatro Marcos – MT. **CNPJ/MF:** 15.024.029/0001-80.

Contratada: ART FINAL COMUNICACAO VISUAL LTDA. CNPJ: 05.292.804/0001-25

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de confecção de materiais gráficos e serigrafia.

Valor Global: R\$ 6.183,00 (seis mil cento e oitenta e três reais)

Vigência: 13/12/2023 à 28/02/2024

Data de Assinatura: 13/12/2023

Fiscal do Contrato: Ana Flavia Borges Alves.

Jamis Silva Bolandin – Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 49.2023 – Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário

OBJETO: " AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DE CARGA PEQUENO PORTE CONFORME CONVENIO PROPOSTA 0574/2020"

Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL.

Início da sessão de disputa de preços: 15/01/2024 às 09h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

Local: www.licitanet.com.br

Obtenção do edital pelos sites: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

Pregoeiro Jefferson Pereira Oliveira – Portaria 439/2023

PMSJQM, 19/12/2023

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

Processo Licitatório nº 200/2022. Pregão Eletrônico nº 53/2022. Saldo da Ata de Registro de Preço nº 53/2022. Contrato nº 93/2023.

Contratante: Município de São José dos Quatro Marcos – MT. **CNPJ/MF:** 15.024.029/0001-80.

Contratada: MACIEL DA SILVA & CIA LTDA. CNPJ: 00.822.126/0001-41

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de confecção de materiais gráficos e serigrafia.

Valor Global: R\$ 41.484,00 (quarenta e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 13/12/2023 à 28/02/2024

Data de Assinatura: 13/12/2023

Fiscal do Contrato: Ana Flavia Borges Alves. Amanda Barbosa Sicoti.

Jamis Silva Bolandin – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA**DECRETO Nº. 043/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.**

“DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ELSON FARIAS DE SOUSA, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado recesso administrativo nas repartições públicas municipais no período de **18 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024.**

§ 1º – Os Secretários Municipais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos da administração pública municipal.

§ 2º – Os servidores continuarão à disposição da administração, o recesso Administrativo não pode ser entendido como férias e que neste período poderão ser convocados para trabalhar, quando necessário para o fiel cumprimento das obrigações de prestação de serviços públicos de qualidade.

Art. 2º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como: saúde, educação, coleta de lixo urbano e distribuição de água.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada, 29 de novembro de 2023.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 002 DO RESULTADO DOS RECURSOS DO EDITAL DO
PROCESSO SELETIVO 004/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.076/001-62

Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso

**EDITAL Nº 002 DO RESULTADO DOS RECURSOS DO EDITAL DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**

O Prefeito Municipal de Sorriso - MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.639/2023, torna público a divulgação do resultado quanto a análise de interposição de recursos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023.

A Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado julgou **PROCEDENTE O RECURSO**, quanto a Escolaridade exigida para o cargo de PRODUTOR DE CONTEÚDOS – 40 HORAS.

Sorriso/MT, 18 de dezembro de 2023.

DANIELE MACIEL DOS SANTOS BONALDO Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 2.639/2023

**ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2023**

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2023- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **AFA INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, que se encontra aberto PROCESSO ADMINISTRATIVO tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do instrumento ATA 284/2023, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, VESTUÁRIOS E ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISETAS UTILIZADAS EM CAMPANHAS, PRO-**

JETOS, EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SORRISO – MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS ELABORADOS PELA SECRETARIA SOLICITANTE. Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARI-CELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 2.900, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais Setoriais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como equipe de fiscalização do Contrato nº 337/2023, originado do processo dispensa de licitação nº 064/2023, com a finalidade de “Contratação de prestadora de serviços de mão de obra de apoio as atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da prefeitura municipal de Sorriso-MT”, os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Maricelia de Oliveira Costa – Portaria nº 1115/2023.

Fiscal Técnico:

Silvio Pereira Duarte – Matrícula nº 13105.

Zélia dos Anjos Batista Gustavo - Matrícula nº 10451.

Fiscal Administrativo:

Valquiria Gehlen – Portaria nº 2031/2023.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
6144	Keyla Cristina D'A-gostin	Dpto. de Meio Ambien-te	Canil
9556	Diogo Martins da Sil-va	Dpto. de Meio Ambien-te	Educação Ambiental
6095	Marluci Pereira Hoff-mann	Gabinete do Secretário	Manutenção da Se-cretaria
1578	João Roberto Jahn	Dpto. de Meio Ambien-te	Horto Municipal
1190	Adelso Aguiar	Dpto. de Meio Ambien-te	Frutifica
8475	Rosilene Reginato	Manutenção das Se-cretarias	Distrito de Primavera-nha
8448	Itamar Porto	Manutenção das Se-cretarias	Distrito de Boa Espe-rança

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC nº 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria 2.866 de 18 de dezembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a de 1º de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.895, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Transfere para a inatividade a Servidora Shirley Teixeira da Cunha Palmeira, do quadro de servidores ativos do município de Sorriso, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o teor da Portaria nº 081/2023, editada pelo Previsão - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Sorriso, a qual concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição;

RESOLVE:

Art. 1º Transferir para a inatividade a partir de 19 de dezembro de 2023, Shirley Teixeira da Cunha Palmeira, matrícula nº 298, empossada no cargo de Enfermeiro, Classe C, Nível VII, em 09 de agosto de 2004, sob o regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamen-to.

Art. 2º Declarar vago o cargo de Enfermeiro, que se encontrava preenchido pela servidora ora aposentada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

ADMINISTRAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 031/2023

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO 031/2023- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **JOÃO E MARIA ATELIE LTDA**, que se encontra aberto PROCESSO ADMINISTRATIVO tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do instrumento ATA **528/2022**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL E BRINQUEDOS PARA AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELAS SECRETARIAS SOLICITANTES**. Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.899, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera adicional de insalubridade da servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

Considerando o Laudo do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, e o Laudo de Insalubridade emitido pela empresa especializada Bioseg;

Considerando o teor do Inciso II do artigo 92 da Lei Complementar 140/2011, Decreto N° 336/2020 e análise do Setor de Saúde e Segurança do Departamento de Assistência ao Servidor;

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o percentual do adicional de insalubridade para 40% sobre o salário mínimo da servidora Cirlene Lelis dos Santos Silva, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem – PCCV 138-2011, matrícula 6502, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 2.898, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Jenifer Vigolo Penhalver, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de Salário Maternidade em favor da Servidora Jenifer Vigolo Penhalver, matrícula n° 8826, contratada no cargo de Supervisor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal da Cidade, com a totalidade da remuneração de contribuição a partir de 15 de dezembro de 2023 e término em 11 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 19 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 2.897, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Maiele da Gama Andrade Gomes, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de Salário Maternidade em favor da Servidora Maiele da Gama Andrade Gomes, matrícula n° 10725, efetiva no cargo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade da remuneração de contribuição a partir de 12 de dezembro de 2023 e término em 08 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 19 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 2.896, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede adicional de periculosidade ao servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

Considerando o Laudo do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, e o Laudo de Periculosidade emitido pela empresa especializada Bioseg;

Considerando o teor do Inciso II do artigo 92 da Lei Complementar 140/2011, Decreto N° 336/2020 e análise do Setor de Saúde e Segurança do Departamento de Assistência ao Servidor;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o salário base, ao servidor Jorge Marcos Gund, Mecânico de Veículos e Maquinas Pesadas, matrícula 4956, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIA Nº 2.894, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Concede Abono de Permanência a servidora que menciona, nos termos do § 19 do artigo 40 da Constituição Federal, artigo 98-B da Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011, § 8º do artigo 12 da Lei Complementar 170, de 08 de maio de 2013, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando que a servidora Claudimara Aparecida Chaves Fernandes, completou as exigências para aposentadoria voluntária nos termos da legislação vigente;

Considerando a manifestação jurídica do PREVISÓ – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Sorriso – MT emitido em 29 de novembro de 2023;

Considerando o Parecer Jurídico nº 108/2023 emitido pela Procuradoria Geral do Município;

Considerando que a servidora optou expressamente pela permanência em atividade;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Abono de Permanência a servidora Claudimara Aparecida Chaves Fernandes, matrícula nº 399, nos termos do § 19 do artigo 40 da Constituição Federal, artigo 98-B da Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011, § 8º do artigo 12 da Lei Complementar 170, de 08 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

**ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2023**

AVISO PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2023- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **DANIEL DA SILVA JUNIOR CONFECÇÕES ME**, que se encontra aberto PROCESSO ADMINISTRATIVO tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do instrumento ATA 521/2022, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL E BRINQUEDOS PARA AS DE-MANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELAS SECRETARIAS SOLICITANTES**. Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através

do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 003 RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001 DO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO**ESTADO DE MATO GROSSO**

CNPJ 03.239.076/001-62

Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso

EDITAL Nº 003 RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001**DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.639/2023, torna público a retificação a seguir elencada do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação, ficando o restante inalterado:

Onde se lê:

1.9.1. Vagas para provimento de cargos temporários na SEMCULTJ para a **SEDE DO MUNICÍPIO**

ESTIMATIVA DO Nº DE VAGAS	CARGO	VENCIMENTO	C. H. SEMANAL	ESCOLARIDADE
1	Produtor de Conteúdos	R\$ 5.883,33	40h	Ensino Superior em letras ou Museologia

Leia-se:

1.9.1. Vagas para provimento de cargos temporários na SEMCULTJ para a **SEDE DO MUNICÍPIO**

ESTIMATIVA DO Nº DE VAGAS	CARGO	VENCIMENTO	C. H. SEMANAL	ESCOLARIDADE
1	Produtor de Conteúdos	R\$ 5.883,33	40h	Ensino Superior na área da Comunicação (Jornalismo, Publicidade, Marketing, Relações Públicas)

Sorriso/MT, 19 de dezembro de 2023.

DANIELE MACIEL DOS SANTOS

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 2.639/2023

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRA
PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 323/2021 – EXECUÇÃO E VIGÊNCIA - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: THAÍS SALTON GNOATO. DATA: 18/12/2023. NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO – 180 DIAS – SENDO ATÉ 05.07.2024 - NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA – 180 DIAS – SENDO ATÉ 18.02.2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ROTA DO SOL. SORRISO - MT, 18 DE DEZEMBRO 2023. **PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE** ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRA
PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 329/2022 – EXECUÇÃO E VIGÊNCIA - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: UM CONSTRUTORA DRYWALL E STELL

FRAME. DATA: 18/12/2023. NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO – 90 DIAS – SENDO ATÉ 14.04.2024 NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA – 90 DIAS – SENDO ATÉ 26.05.2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PSF NOVA ALIANÇA. SORRISO - MT, 18 DE DEZEMBRO 2.023. **PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE** - ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRA
PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO**

SEXO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 242/2022 – EXECUÇÃO E VIGÊNCIA - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: CONSTRUTORA MASO LTDA. DATA: 11/12/2023. NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO – 90 DIAS – SENDO ATÉ 11.03.2024 NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA – 90 DIAS – SENDO ATÉ 01.05.2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PSF JARDIM AURORA. SORRISO - MT, 18 DE DEZEMBRO 2.023. **PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE** - ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 21/2023, FORMALIZADA ATRAVÉS DO - PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE – MT.

1. Visto. 2. Observou-se a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, oriunda do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. 18/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE – MT, objeto: “REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS E UNIFICADOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SUAS ESCOLAS NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVA, ESTATÍSTICA, PEDAGÓGICA, INTERAÇÃO EM TEMPO REAL COM OS SISTEMAS DO INEP/MEC E RECEITA FEDERAL, DIÁRIO ELETRÔNICO, B.I. (INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS), COM SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA, De acordo Com As Descrições E Especificações Do Termo De Referência – (Anexo I).”.

2. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantagem e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, à Administração autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência. 3. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer favorável à Adesão. 4. Desse modo AUTORIZO a ADESÃO, da Ata de Registro de Preços n. 21/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE – MT. onde a Contratada é a empresa OMEGA GESTÃO EDUCACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ Sob nº 09.113.823/0001-06. 5. Publica-se e cumpra-se. 6. Empenhem-se os recursos necessários.

Tabaporã/MT, em 19 de Dezembro de 2023.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

**CONTROLADORIA
DECRETO N.º 5.069/2023 - DECRETA FERIADOS E PONTOS
FACULTATIVOS DE 2024**

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. **SIRINEU MOLETA**, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO os feriados declarados em legislação federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, para se obter êxito no planejamento das atividades municipais, há de se ter definido antecipadamente um calendário de feriados e pontos facultativos.

DECRETA:

Artigo 1º. – Os feriados declarados pela Legislação Federal, Estadual e Municipal serão comemorados, no âmbito municipal, nas seguintes datas do ano de 2024:

I – 1º de Janeiro (Segunda-Feira) – Dia da Fraternidade Universal, Dia da Paz Mundial – Feriado Nacional;

II – 2 de Janeiro (Terça-Feira) – Ponto Facultativo;

II – 12 de Fevereiro e 13 de Fevereiro (Segunda – Feira e Terça – Feira) – Carnaval – Ponto Facultativo;

III – 14 de Fevereiro (Quarta-Feira de Cinzas) – Ponto Facultativo no turno matutino (a partir das 12:00, expediente normal);

IV – 29 de Março (Sexta-Feira) – Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo – Feriado Nacional (Religioso);

V – 21 de Abril (Domingo) – Dia de Tiradentes – Feriado Nacional;

VI – 1º de Maio (Quarta-Feira) – Dia do Trabalho – Feriado Nacional;

VII – 30 de Maio (Quinta – Feira) – Corpus Christi – Feriado Municipal (Religioso);

VIII – 31 de Maio (Sexta-feira) – Ponto Facultativo;

IX – 13 de Junho (Quinta – Feira) – Dia de Santo Antônio, Padroeiro do Município – Feriado Municipal (Religioso);

X – 14 de Junho (Sexta-Feira) – Ponto Facultativo;

XI – 07 de Setembro (Sábado) – Dia da Independência do Brasil – Feriado Nacional;

XII – 20 de Setembro (Sexta-Feira) – Fundação do Município de Tabaporã – Feriado Municipal;

XIII – 12 de Outubro (Sábado) – Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil – Feriado Nacional;

XIV – 28 de Outubro (Segunda-Feira) – Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo;

XV – 02 de Novembro (Sábado) – Dia de Finados;

XVI – 15 de Novembro (Sexta-Feira) – Proclamação da República – Feriado Nacional;

XVII – 20 de Novembro (Quarta-Feira) – Homenagem ao Líder Negro Brasileiro “Zumbi dos Palmares” – Feriado Estadual;

XVIII – 25 de Dezembro (Quarta-Feira) – Natal – Feriado Nacional.

Artigo 2º. – Não geram direitos, nem descanso remunerado, as datas que por Lei Municipal forem declaradas apenas comemorativas.

Artigo 3º. – O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos e servidores que prestam serviços considerados essenciais, como os de segurança, coleta de lixo e os prestados pelo Hospital Municipal, pois, por sua natureza, esses serviços não podem sofrer descontinuidade.

§ 1º. É de responsabilidade dos Secretários Municipais garantir a continuidade dos serviços essenciais afetos às suas respectivas áreas de competência.

§ 2º. Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer repartição pública municipal.

Artigo 4º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã - MT, em 20 de dezembro de 2023.

SIRINEU MOLETA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 074/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2023

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e classificados, conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2023, publicado em 05/06/2023 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVIII nº. 4248 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/06/2023 ano 12 nº. 2993, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário do Município de Tangará da Serra-MT.

1. Convocaos candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração**, situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação no dia 21/12/2023 as 08h00**. Após atribuição do local de trabalho deverão comparecer nas datas previstas no **item 2**, para entrega dos documentos necessários descritos no mesmo item, para que ocorra a contratação:

1151 – AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS									
Colocação	Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	Data de Nascimento	Nº de Acertos Português	Pontos Português	Nº de acertos Específico	Pontos Específicos	Total de Pontos	Classificação
72	1725	Nubia De Sousa Barboza	15/12/1992	7	21	13	65	86	Classificado
73	131	Marlene Santos De Souza	31/5/1968	10	30	11	55	85	Classificado

2. Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **21 e 22/12/2023** das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente. Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista – zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

- k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);
- l) Comprovante de residência;
- m) Certidão de nascimento dos filhos;
- n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
- o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
- p) CPF dos filhos;
- q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;
- r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra - MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);
- s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);
- t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangaradaserra.mt.gov.br;
- u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2023/Ano - Calendário 2022 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site www.receita.fazenda.gov.br;
- v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;
- w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;
- x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;
- y) Foto 3X4;

2.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

2.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

2.3 O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital**, nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

2.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

- a) não comparecer na data estipulada;
- b) não apresentar a documentação exigida no **item 2** do presente Edital;
- c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 19 de Dezembro de 2023.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 093/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar n.º 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII n.º. 4061 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 n.º. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convocaos candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração**, situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil n° 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação no dia 21/12/2023 as 08h00**. Após atribuição do local de trabalho deverão comparecer nas datas previstas no **item 2**, para entrega dos documentos necessários descritos no mesmo item, para que ocorra a contratação:

0959 – AGENTE ADMINISTRATIVO II						
Qtd.	Nº Inscrição	Nome Do Inscrito	Doc.	Dt. Nascimento	Nº De Acertos	Total De Pontos
Classificação						

34	1501	Jackeline Osti	16157923	05/09/1986	18	72	Classificado
35	1480	Renato Santos Da Rosa	16955986	14/10/1987	18	72	Classificado

0879 – ENTREVISTADOR SOCIAL							
Qtd.	Nº Inscrição	Nome Do Inscrito	Doc.	Dt. Nascimento	Nº De Acertos	Total De Pontos	Classificação
20	1551	Fernanda Fermio Lopes	16333144	06/05/1985	13	52	Classificado

2. Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **21 e 22/12/2023** das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente. Documentos a serem entregues:**

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista – zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangaradaserra.mt.gov.br;

- u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site www.receita.fazenda.gov.br/;
- v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;
- w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;
- x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;
- y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.20 candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital**, nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

- não comparecer na data estipulada;
- não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;
- for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 19 de Dezembro de 2023.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 685 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS Da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o teor do Memorando de n.º 42.116/23;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36, c/c o Parágrafo Único do art. 92, ambos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os seguintes empenhos da Secretaria Municipal de Educação:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
14953 PEDIDO 07414121	13/09/ 2021	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 820,00
1976 PEDIDO 01007/22	09/02/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 6. 160,00
1983 PEDIDO 01010/22	09/02/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 6. 000,00
2000 PEDIDO 01008/22	09/02/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 8. 619,00
2008 PEDIDO 00979/22	09/02/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 8. 690,00
2009 PEDIDO 00980/22	09/02/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 5. 962,00
17350	05/09/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 3. 280,00

PEDIDO 08675/22			
17365 PEDIDO 08682/22	05/09/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 2. 120,00
22973 PEDIDO 11973/22	23/11/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 1. 911,30
22975 PEDIDO 11976/22	30/11/ 2022	ETW SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI ME	R\$ 1. 742,42
			R\$ 45. 304,72

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** ano de **dois mil e vinte e três, 46º** aniversário de Emancipação Política – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 686 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS Da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o teor do Memorando de n.º 42.821/23;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36, c/c o Parágrafo Único do art. 92, ambos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os seguintes empenhos da Secretaria Municipal de Educação:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
14487	01/09/2021	JRM CONSTRUÇÕES EIRELI	R\$ 18.884,74
16937	19/10/2021	DRR AULAS ONLINE SOCIEDADE	R\$ 13.900,00
16941	05/10/2021	DRR AULAS ONLINE SOCIEDADE	R\$ 15.600,00
17031	05/10/2021	RPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 13.634,00
10537	22/06/2022	GENÉSIO JOSÉ ROEGELIN & CIA LTDA	R\$ 28.548,00
			R\$ 90.566,74

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e vinte e três**, **46º** aniversário de Emancipação Política – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 687 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS Da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o teor do Memorando de n.º 42.135/23;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36, c/c o Parágrafo Único do art. 92, ambos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os seguintes empenhos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
20156	30/11/2021	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI	R\$ 133,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e vinte e três**, **46º** aniversário de Emancipação Política – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 688 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS Da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o teor do Memorando de n.º 42.968/23;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36, c/c o Parágrafo Único do art. 92, ambos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os seguintes empenhos da Secretaria Municipal de Educação:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
21013 PREGÃO 064/21	15/12/2021	DATA MANAGER- PRESTADORA DE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 33.999,96
3278 PREGÃO 002/21	25/02/2022	O. AZEVEDO MENDES	R\$ 20.541,83
			R\$ 54.541,79

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e vinte e três**, **46º** aniversário de Emancipação Política – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2023

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 135/2023, do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALOCÇÃO DE 23 POSTES COM REDE DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA EM 13,8KV E SECUNDÁRIA DE 220/127V DE 850M DE EXTENSÃO, LOCALIZADA NA AMPLIAÇÃO DA RUA CELSO ROSA DE LIMA E AVENIDA INÁCIO BITTENCOURT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 19.12.2023. Márcio de Oliveira Lopes – pregoeiro - Portaria nº 1968/GP/2023.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO – 008/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO – 008/2023– PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 10.312/2023 – Ata de Registro de Preço nº 001/2023 do Pregão Eletrônico nº001/2023/SEDEC-MT. O Município de Tangará da Serra – MT, torna público que o Secretário Municipal de Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Procedimento Administrativo, homologa o presente procedimento, para que produza os desejados efeitos legais.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de CAMINHÃO TRUCK: ZERO KM, ANO DE MODELO CORRENTE, CABINE FRONTAL, COM BASCULAMENTO PARA MANUTENÇÃO, TRAÇÃO 6X4, MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 277 CV, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 20.000 KG, COM MÍNIMO DE 6 MARCHAS À FRENTE E 1 A RÉ, AR-CONDICIONADO NA CABINE, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 LITROS, FREIOS A AR, DIREÇÃO HIDRÁULICA, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE DE NO MÍNIMO 10M³, TAMPA TRASEIRA, SUPORTE P/ ESTEPE, COM TOMADA DE FORÇA E BOMBA. ADESIVAMENTO INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO CONFORME INSTRUÇÕES DE PADRONIZAÇÃO VISUAL. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA GARANTIDA. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO NO MOMENTO DA ENTREGA, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através da empresa M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.811.058/0001-64.. VALOR de R\$ 1.950.000,00 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil reais).Tangará da Serra – MT, 19.12.2023 – Secretário Municipal de Infraestrutura – **MAGNO CÉSAR FERREIRA.**

DECRETO Nº 684, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI, DEFININDO AS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL A SEREM REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2024.

PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral Municipal – CGM é a unidade interna que tem a missão constitucional de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos e à avaliação dos resultados obtidos pela administração;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI é uma programação das ações a serem realizadas pelo sistema de controle interno, no decorrer do ano, visando concretizar essa missão institucional;

CONSIDERANDO que o Sistema de Controle Interno do Executivo Municipal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria e pareceres;

CONSIDERANDO que a CGM tem autonomia para elaborar o PAAI, conforme estabelecido pela Resolução Normativa n.º 026/2014, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como pela Lei 4220/2014 e Decreto 245/GP/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Executivo Municipal, o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, que segue anexo fazendo parte integrante deste, no qual constam as atividades institucionais da Controladoria Geral Municipal a serem realizadas no Exercício 2024.

Art. 2º Em observância ao modelo de referência de estrutura integrada de controle interno publicado pelo COSO, as Auditorias serão realizadas pelo método de amostragem de documentos, os quais deverão ser disponibilizados pelos responsáveis das unidades auditadas.

§1º Os trabalhos serão exercidos pela equipe de controladores internos municipais, podendo ser auxiliados pelo administrativo.

§2º É de responsabilidade do Controlador Geral Municipal o visto dos Relatórios Finais.

Art. 3º Os sistemas a serem auditados no exercício 2024 foram selecionados observando-se a necessidade no atendimento de fluxos consideráveis, bem como, poderão ser realizadas outras auditorias, caso requisitado pelo TCE/MT, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ou necessidade avaliada pelo Controlador Geral do Município.

Art. 4º O Gestor Municipal poderá requisitar, em qualquer instante, a instauração de auditoria interna diversa da estipulada no Plano Anual de Auditorias Internas de 2024.

Parágrafo único. Os Diretores das Autarquias: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV, poderão sugerir a instauração de auditorias internas dentro das unidades de sua competência, que somente serão realizadas após anuência do Controlador Geral do Município.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e vinte e três**, 47º aniversário de Emancipação Política – Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

**SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PGE Nº 059/2023/SAMAE**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso, através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 059/2023/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE**, as empresas: **CLORO MATO GROSSO LTDA EPP, CNPJ: 33.687.278/0001-38**, para os itens: 01, 02 e 05; **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45**, para o item 03; **RENOVA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E ASFALTÍCO LTDA, CNPJ: 49.149.027/0001-30**, para o item: 04.

Tangará da Serra/MT, 19 de Dezembro de 2023.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

**SAMAE
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/
SAMAE**

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023/ SAMAE**, cujo teor e objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO E LICENCIAMENTO DE POÇOS PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**, pelo valor global de **R\$ 439.218,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE MIL, DUZENTOS E DEZOITO REAIS)**, para o **SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de**

Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **BONINI POÇOS ARTESIANOS EIRELI, CNPJ: 40.955.076/0001-95**. Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação, do Procurador Municipal e demais anexos, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 19 de Dezembro de 2023.

MARCOS SCOLARI

DIRETOR GERAL DO SAMAE

**SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 041/2023/SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 041/2023/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 041/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 054/2023/SAMAE
CONTRATANTE	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral MARCOS SCOLARI .
CONTRATADA	B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA , CNPJ n. 41.967.974/0001-26, estabelecida na Av. Marechal Mário Guedes, n. 02, Jaguaré, São Paulo - SP, representada por BRUNO GOMES LEGUIZAMON BERTONI .
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE ESTUDOS E SERVIÇOS TÉCNICOS REFERENTES AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ÁREAS DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA-MT . Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. R\$ 55.555,00 (Cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).
PRAZO	Tangará da Serra/MT, 19 de dezembro de 2023, prazo até 19 de dezembro de 2024 .

SAMAE

AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso, através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou Vencedor do Procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE PASSEIO PÚBLICO (CALÇADA) NA LOCALIDADE DO NOVO PRÉDIO DO SETOR OPERACIONAL DO SAMAE NA VILA PORTUGUESA - TANGARÁ DA SERRA/MT**, a empresa: **URUGUAI – ESTRUTURAS, CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ: 21.358.149/0001-17.

Tangará da Serra/MT, 19 de Dezembro de 2023.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

**SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-01/2023/SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-01/2023/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 042-01/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 054/2023/SAMAE
CONTRATANTE	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral MARCOS SCOLARI .
CONTRATADA	CLORO MATO GROSSO LTDA EPP , inscrita no CNPJ: 33.687.278/0001-38, localizada na Rua Corsino Francisco de Assis, 297, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande – MT, CEP: 78115-660, representada por LUCAS RODRIGUES ALVES REAL .
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE . Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. R\$ 46.330,00 (Quarenta e seis mil, trezentos e trinta reais).
PRAZO	Tangará da Serra/MT, 19 de dezembro de 2023, prazo até 19 de dezembro de 2024 .

**SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-02/2023/SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-02/2023/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 042-02/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 054/2023/SAMAE
CONTRATANTE	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral MARCOS SCOLARI .
CONTRATADA	INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA , inscrita no CNPJ: 10.717.170/0001-45, localizada na Av. Júlio Domingos de Campos, Loteamento Cidade de Deus – Jardim Santa Isabel, n. 6969 – Galpão 2 CEP 78.150-538, Várzea Grande – MT, representada pelo Sr. RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL .
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE . Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. R\$ 238.800,00 (Duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).
PRAZO	Tangará da Serra/MT, 19 de dezembro de 2023, prazo até 19 de dezembro de 2024 .

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2023-029 PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2023-029 PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023, REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, parte Integrante do edital, O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Dept. de Licitações, torna público que, tendo em vista o pedido de desistência da ata de registro de preços da primeira colocada a **CMH- CIENTÍFICA MEDICA HOSPITALAR**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.847.837/0001-10**, promoveu a alteração de Fornecedor, conforme Termo de Aditivo firmado entre as partes, que também poderá ser acessado na íntegra, através do https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra- MT, 19 de Dezembro de 2023. Márcio de Oliveira Lopes - Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

FORNECEDOR: CRISMED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ-11.606.767/0001-85

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
99	1850	CX	LUVA DE PROCEDIMENTOS - TAMANHO GRANDE. LUVA PARA PROCEDIMENTOS CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, ISENTA DE TALCO, ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, FORMATO ANATÔMICO, PUNHO LONGO COM BAINHA CONSTANDO NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E C.A - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS. EMBALADAS EM CAIXAS COM 100 (CEM) UNIDADES,	INOVEN	R\$ 13,23

	CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	
--	--	--

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023.

AVISO DE REVOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitações e Contratos, atendendo determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO** do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 082/2023, nos termos do Artigo 49 caput, da Lei 8.666/93, tendo como princípio, o interesse público e a moralidade administrativa, conforme decisão constante no referido processo. Tangará da Serra-MT, 19 de dezembro de 2023. Márcio de Oliveira Lopes – pregoeiro – Portaria nº1968/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023 -TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE UTENSÍLIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CUMPRIMENTO DECISÃO JUDICIAL LIMINARES Nº 101004- 08.2022.8.11.0055 E 1014024-96.2022.8.11.005**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT, através do Departamento de Licitação, torna público aos interessados que, considerando alterações necessárias a serem feitas no edital, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme consta nos autos, constatou-se a necessidade de readequações no instrumento convocatório. Assim, o certame acima, cuja data da sessão de abertura das Propostas Comerciais e documentos habilitatórios, que estava marcada para o dia **27 de Dezembro de 2023**, às 09:00 horas, **plataforma – LICITANET– www.licitanet.com.br**, foi **SUSPENSO**, “SINE DIE”. Após as devidas adequações, o edital será republicado na forma legal. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=... ou telefone 65-3311-4809. Tangará da Serra-MT, 19 de Dezembro de 2023. Marlon Diego Alves de Sousa – pregoeiro - Portaria 1527/2023.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-03/2023/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 042-03/2023/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 042-03/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 054/2023/SAMAE
CONTRATANTE	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral MARCOS SCOLARI .
CONTRATADA	RENOVA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E ASFÁLTICOS LTDA , inscrita no CNPJ: 49.149.027/0001-30, localizada na à Av. Historiador Rubens de Mendonça, n. 4359, bairro Morada da Serra, Cuiabá/MT, CEP 78.055-000, representada pelo Sr. ANTONIO DE LIMA FERNANDES NETO .

OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE . Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) .
PRAZO	Tangará da Serra/MT, 19 de dezembro de 2023, prazo até 19 de dezembro de 2024 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 279/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SUMULA: REMOVE A PROFESSORA JAQUELINE CAMINSKI DE SOUZA, PARA A ESCOLA MUNICIPAL 5 DE JULHO.

O Sr. PASCOAL ALBERTON PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128 DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Remover **JAQUELINE CAMINSKI DE SOUZA**, portadora do CPF Nº 594.994.601.44, com matrícula Nº 3356, data de admissão no cargo de Professora em 13/03/2015, efetiva na Rede Pública Municipal de Ensino, lotada atualmente na Escola Municipal Vista Alegre para a **Escola Municipal 5 de Julho**.

ART. 2º - A remoção de que trata o Artigo 1º destina-se aos professores efetivos em função de docência, para atuar na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE E AFIXA-SE,

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, através da Comissão de Concurso Público nomeada pela Portaria nº 253/2023 ao qual compete à fiscalizar, organizar e proferir decisões em todas as fases do Concurso Público, o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

I- Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.

II- Divulgar a relação de candidatos inscritos – deferidas (Anexo I).

III- Divulgar a relação de candidatos inscritos – indeferidas – item 3.1 do Edital de Processo Seletivo – realização de mais de uma inscrição (Anexo II).

IV- Divulgar o Mapa de Inscritos (Vagas x Candidatos inscritos).

V- O candidato poderá apresentar recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br. Os recursos deverão ser apresentados por meio da internet, em formulário eletrônico pré-

prio disponível no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, onde o candidato deverá acessar o PORTAL DO CANDIDATO.

VI- O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: <https://www.terranovadonorte.mt.gov.br> e www.w2consultores.com.br e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: <https://diariomunicipal.org/mt/amm/>, ocorrida durante o prazo de validade do concurso público.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Terra Nova do Norte/MT, 18 de Dezembro de 2023.

- **RAQUEL ARBO SPINELLI** - Presidente da Comissão

- **MARIA GIOVANA RODRIGUES KUHN** - Secretário da Comissão

- **TANIA DA SILVA CARDOSO** - Membro da Comissão

- **RICARDO MARTINS DOS SANTOS** - Suplente da Comissão

- **JOÃO CARLOS VIDIGAL SANTOS** - Representando a Ordem dos Advogados do Brasil

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10/2023

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO E A ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO.

DE UM LADO, o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº 101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. PASCOAL ALBERTON**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, doravante denominada de **CONVENIENTE/CEDENTE**, DE OUTRO LADO, **ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO**, associação privada, devidamente inscrita no CNPJ sob **41.867.574/0001-49**, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 274, Centro, Setor Leste, Sala 04, em Colider/MT, CEP 78.500-000, neste ato representada pelo Sr. **PAULO JEZUEL DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 602.193.279-04 e RG nº 4383895-4 SESP/PR, doravante denominado **CONVENIADO/CESSIONÁRIO/ASSOCIAÇÃO**, resolvem firmar o presente Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, aprovado pela Lei Municipal nº 1.789, de 13 de dezembro de 2023, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

1.1 As partes, de comum acordo, estabelecem como objetivo do presente termo a cedência da área a seguir descrita a CESSIONÁRIA:

I - IMÓVEL RURAL, denominado como Canteiro "A", localizado na Comunidade 8ª Agrovila, com área total de 11.599,08m², sendo que a Associação realizará o uso de aproximadamente 1.068,37m² dos bens imóveis lá constantes, localizado no município e comarca de Terra Nova do Norte/MT, com os seguintes limites e confrontações: Frente: com a Avenida Principal, com 122,25 metros; Fundo: com a Avenida Principal, com 122,25 metros; Lado Esquerdo: com o Canteiro Central, com 94,88 metros; Lado Direito: com o Canteiro "A", com 94,88 metros. **1.2** A área referente a quadra poliesportiva ficará sob domínio e responsabilidade da CEDENTE, sendo que a CESSIONÁRIO somente poderá utilizar o local mediante requerimento apresentado junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 A ASSOCIAÇÃO utilizará o local exclusivamente para a realização de atividades voltadas a causas sociais, devendo apresentar ao Poder Executivo anualmente, até Dezembro de cada ano, a comprovação do desenvolvimento de tais atividades, com o fito de comprovar o objetivo do termo de cessão de uso do local a Associação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente Termo é firmado pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da data de assinatura do ajuste, podendo ser prorrogado por igual período caso haja manifestação do Cessionário e anuência expressa do Cedente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A execução da presente Cessão não importará na realização de quaisquer despesas entre as partes.

4.2 A Cessionária ficará responsável pela manutenção e conservação do local, bem como todos os investimentos a serem realizados.

4.3 A Cessionária, caso não conserve ou deprede o local, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de ação judicial cabível.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – COMPETE AO CEDENTE:

a. Publicar o extrato deste termo de colaboração no meio Oficial de Publicidade da Administração Pública. b. O levantamento dos bens móveis, decorativos ou não, existentes no imóvel ora cedido, com o respectivo arrolamento de bens; c. Pela designação de servidor do Setor de Engenharia do CEDENTE para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, o qual deverá registrar em livro próprio as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, bem como comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CESSIONÁRIO, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das falhas; d. Pela autorização de eventuais benfeitorias necessárias ou voluptuárias no bem imóvel, objeto deste instrumento; e. Pela prestação ao CESSIONÁRIO de informações e esclarecimentos que este vier a solicitar por ocasião de atividades inerentes a presente cessão.

II – DA ASSOCIAÇÃO:

a. Utilizar o imóvel em conformidade com o prazo e condições estipulados neste instrumento; b. Restituir o imóvel ocupado desimpedido e em perfeitas condições de uso, quando da extinção da Cessão de Uso; c. Responsabilizar-se por danos decorrentes de culpa ou dolo causados durante o período de Cessão; d. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do bem imóvel objeto desta Cessão cujo uso lhe é permitido, tais como: vigilância, conservação, limpeza, jardinagem, manutenção predial, entre outros, mantendo-o permanentemente em perfeito estado de conservação; e. Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos e/ou despesas decorrentes de sua fruição; f. Responsabilizar-se, em caso de avarias ou defeitos decorrentes do uso no imóvel objeto desta Cessão, por todos os reparos necessários, a fim de devolver o imóvel objeto deste Termo em perfeito estado ao CEDENTE, findo o seu prazo de utilização; g. Responsabilizar-se pelas instalações e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento da atividade, correndo às suas expensas as despesas correspondentes; h. Zelar pela conservação de uso do imóvel; i. Prestar contas anualmente, até Dezembro de todo ano, o desenvolvimento das atividades de cunho social, objetivo da presente cessão a ASSOCIAÇÃO; j. Comunicar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ASSOCIAÇÃO, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DA CESSÃO

6.1 A execução do presente Termo não importará na realização de quaisquer despesas entre as partes contratantes, a não ser as decorrentes da utilização do bem objeto deste instrumento, as quais correrão à conta da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

7.1 O CEDENTE não se responsabiliza por obrigações porventura contraídas pela CESSIONÁRIA com relação ao uso do bem, assim como por danos causados a terceiros por esta.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1 Constituem formas de extinção do presente Termo o decurso do prazo sem a renovação, a rescisão ou a denúncia:

a. Este Termo poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne formal ou materialmente inexecutável; b. Pela deliberação de qualquer dos partícipes, em qualquer momento, desde que manifestada com antecedência de 30 (trinta) dias e de forma fundamentada; c. Pela inadimplência de qualquer de suas cláusulas, a critério do partícipe não inadimplente, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias; d. Superveniência de norma legal ou evento que o torne formal ou materialmente inexecutável; e. Nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior que venham a impedir, total ou parcialmente o uso do bem para as finalidades a que se destina. **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS** 9.1 os casos omissos serão decididos conjuntamente entre as partes. **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte/MT, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução desta parceria.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Terra Nova do Norte/MT, 13 de dezembro de 2023.

PASCOAL ALBERTON Prefeito Municipal ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	PAULO JEZUEL DE SOUZA Presidente ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 000065/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor PASCOAL ALBERTON, Prefeito Municipal de TERRA NOVA DO NORTE, estado do Mato Grosso

atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01744/2023**, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Inclui crédito adicional Suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de R\$ 123.607,03 conforme lei municipal nº 1744/2023.

▢

04.003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

04.003.12.361.0016.2021.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 2599000000-Outros Recursos Vinculados à Educação	82.962,16
04.003.12.361.0016.2021.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 2569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	22.296,87
08.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Sub-Total: 105.259,03
08.002.08.244.0009.2116.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo 2660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	18.348,00
Sub-Total:	18.348,00
Total Parcial Suplementado:	123.607,03

Art. 2º -Para utilização do superávit financeiro nas fontes citadas no art. 1º, suplementa até o limite das fontes citadas, nas dotações orçamentárias do Orçamento do município para o exercício de 2023, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64).

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal.

TERRA NOVA DO NORTE, 26, Outubro de 2023

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA GP Nº 282/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SUMULA: REMOVE O PROFESSOR MARCOS DUESSMANN ROHDEN, PARA A ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ.

O Sr. PASCOAL ALBERTON PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGANICA Nº 128 DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Remover **MARCOS DUESSMANN ROHDEN**, portador do CPF Nº 535.503.661.91, com matrícula Nº 115 e data de admissão no cargo de Professor em 01/01/1993, efetivo na Rede Pública Municipal de Ensino, lotado atualmente na Escola Municipal Miraguaí para a **Escola Municipal Xanxerê**.

ART. 2º - A remoção de que trata o Artigo 1º destina-se aos professores efetivos em função de docência, para atuar na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE E AFIXA-SE,

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA GP Nº 281/2023

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SUMULA: REMOVE A PROFESSORA SANDRA VIEIRA DE SOUZA MOÇO, PARA A ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ.

O Sr. PASCOAL ALBERTON PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGANICA Nº 128 DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Remover **SANDRA VIEIRA DE SOUZA MOÇO**, portadora do CPF Nº 014. 932.461-86, com matrícula Nº 3308 e data de admissão no cargo de Professora em 19/02/2015, efetiva na Rede Pública Municipal de Ensino, lotada atualmente na Escola Municipal Minuano para a **Escola Municipal Xanxerê**.

ART. 2º - A remoção de que trata o Artigo 1º destina-se aos professores efetivos em função de docência, para atuar na Educação Básica, nas eta-

pas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE E AFIXA-SE,

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2023

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **CONCREART CONCRETO E ARGAMASSA LTDA**

CNPJ:27.588.233/0001-03

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato nº 87/2023 até 31/12/2023.

PREFEITO MUNICIPAL- PASCOAL ALBERTON.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 280/2023**

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SUMULA: REMOVE O PROFESSOR PAULO SERGIO LEITE, PARA A ESCOLA MUNICIPAL XANXERÊ.

O Sr. PASCOAL ALBERTON PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGANICA Nº 128 DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Remover **PAULO SERGIO LEITE**, portador do CPF Nº 655.744.511-15, com matrícula Nº136 e data de admissão no cargo de Professor em 01/07/1994, efetivo na Rede Pública Municipal de Ensino, lotado atualmente na Escola Municipal Minuano para a **Escola Municipal Xanxerê**.

ART. 2º - A remoção de que trata o Artigo 1º destina-se aos professores efetivos em função de docência, para atuar na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE E AFIXA-SE,

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 278/2023**

DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2023

SÚMULA: REMOVE A PROFESSORA LUCIENE LÉCIA LUCCHETTI, PARA A ESCOLA MUNICIPAL 5 DE JULHO.

O Sr. PASCOAL ALBERTON PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGANICA Nº 128 DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1º - Remover **Luciene Lécia Lucchetti**, portadora do CPF Nº 971.824.861-72, com matrícula Nº 4059, data de admissão no cargo de Professora em 01/08/2017, efetiva na Rede Pública Municipal de Ensino, lotada atualmente na Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho para a **Escola Municipal 5 de Julho**.

ART. 2º - A remoção de que trata o Artigo 1º, destina-se aos professores efetivos em função de docência, para atuar na Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

REGISTRA-SE E AFIXA-SE,

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2023

Data: 19/12/2023.

Dispõe sobre convocação de candidatas aprovadas no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2023 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

O Prefeito Municipal em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, Sr. ITACIR JOSÉ BIOLCHI; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2023, realizado em 17 de agosto de 2023 e homologado pelo Decreto nº 1.475 em 04 de setembro de 2023;

Considerando o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023;

1. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADAS as candidatas aprovadas, para preenchimento de vagas existentes no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: Zeladora (PCCR do Quadro Geral).

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LEDIANE OLIVEIRA DE JESUS DA SILVA	101	4ª Aprovada

CARGO: Fiscal de Vigilância Sanitária (PCCR do Quadro Geral).

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ÂNGELA DE SOUZA CUNHA	131	1ª Aprovada

2. As candidatas convocadas por este Edital terão prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de afixação/divulgação deste Edital, para serem contratadas e assumirem os respectivos cargos.

3. As candidatas deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munidas dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS:

3.1 Carteira de Identidade (RG);

3.2 Cadastro de Pessoa física - CPF;

3.3 Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;

3.4 Carteira de Trabalho (CTPS);

3.5 Comprovante de Escolaridade, conforme exigência do cargo;

3.6 Carteira Nacional de Habilitação - CNH (para os cargos que a exijam Compatível com o Porte do Veículo);

3.7 Comprovante de residência;

- 3.8 Certidão de Casamento (se houver);
- 3.9 Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);
- 3.10 CPF dos filhos;
- 3.11 Registro junto ao Conselho respectivo (para os cargos de profissão regulamentada).
- 3.12 Conta bancária;
- 3.13 Qualificação Cadastral (correta) emitida no endereço:

<http://portal.esocial.gov.br/institucional/consult...>

ORIGINAL:

3.14 Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

3.15 Atestado Médico Admissional, considerado APTO, expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho;

3.16 - Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública, assinado pelo contratado;

Obs.: Todos os exames correrão a expensas do candidato.

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 19 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023 - SRP PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2022 de 03 de janeiro de 2022, e alteração posterior, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei 11.947 de 16 de janeiro de 2009, bem como os Decretos Municipais nºs. 593 de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, nº 1.415 de 13 de outubro de 2022, nº 1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar nº 198, de 28 de junho de 2023, torna público que, conforme a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob Nº 046/2023, emitido em 05 de dezembro de 2023, devidamente publicado, aberto e julgado em 18 de dezembro de 2023, finalizado em 19 de dezembro de 2023, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Materiais de Construção diversos, para a realização de pequenos reparos e manutenção dos prédios e repartições públicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do pregão, sagraram-se vencedoras deste certame e registrou seus preços a empresa: **MARGARETE ZILIO VIECELLI**, inscrita no CNPJ sob Nº 01.888.465/0001-93, estabelecida na cidade de União do Sul/MT sagrou-se vencedora de 351 (trezentos e cinquenta e um) itens deste certame com o valor total de R\$ **1.668.754,67** (um milhão seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e sete centavos), sob o critério de menor preço por item. Itens Desertos: 29820, e 30919.

Publique-se – Afixe-se. União do Sul/MT, 19 de dezembro de 2023.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro Portaria nº 002/2022

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL Nº 002/2023 – AUDIOVISUAL - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2023 - RESULTADO FINAL

Proposta ID	Nome do (a) Proponente (Pessoa Física ou Jurídica)	Proposta	Reserva de Recurso	Situação
01	----	----	----	----

Art. 1º. Não houve inscrição para habilitação no item 14, 14.1.1 para pessoa física e 14.1.2 para pessoa jurídica conforme Edital nº 002/2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

EDITAL Nº 001/2023 – ARTE E CULTURA / PRÊMIO - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2023 - RESULTADO FINAL

Proposta ID	Nome do (a) Proponente (Pessoa Física ou Jurídica)	Proposta	Reserva de Recurso	Situação
01	ADRIANO FERNANDES ALVES	MÚSICA COMO ARTE	NÃO	HABILITADO
02	ELIANE APARECIDA MANGALHÃES	ARTESANATO	NÃO	HABILITADO
03	JORGE RODRIGUES DA SILVA FILHO	MÚSICA	NÃO	HABILITADO
04	KELBIA VIEIRA	DANÇA	NÃO	HABILITADO
05	OTÁVIO DANIEL BRANDÃO CÉSAR	DANÇA	NÃO	HABILITADO

Art. 1º. Os proponentes habilitados deverão ir até a Secretaria de Cultura e Esportes no horário: 07h às 10h30min e das 13h às 16h30min no período de 19 a 20 de dezembro para apresentar a documentação solicitada para habilitação no item 10, 10.1.1 para pessoa física e 10.1.2 para pessoa jurídica, conforme Edital nº 001/2023 – Arte e Cultura.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 048/2023

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTRO ÓRGÃO PÚBLICO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2022 de 03 de janeiro de 2022, e alterações posteriores, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93, Decreto 7892/2013 e Lei Complementar nº 198, de 28 de junho de 2023 e decretos Municipais nº 1.415/2023 e nº 1.453/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que obteve a devida autorização do Órgão Gerenciador (**CONSÓRCIO PÚBLICO DO EXTREMO SUL - COPES**), e que fará ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2023, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023, que teve como vencedora a empresa: **MFSUL COMÉRCIO DE MÓVEIS CORPORATIVO E ESCOLARES LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 35.173.456/0001-38, estabelecida à Rua Rubio Brasileiro nº 84, bairro José Bonifácio, Cidade de Erechim - RS, cujo objeto é o **Registro de Preços através de Adesão (Carona) para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Mobiliários Escolar**, visando atender as demandas do Município de União do Sul, a serem adquiridas com recursos provenientes de repasse do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), nos termos em que faculta a legislação vigente.

Publique-se – Afixe-se. União do Sul/MT, 19 de dezembro de 2023.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro Portaria nº 002/2022

ITACIR JOSÉ BIOLCHI**Prefeito Municipal em Exercício****PORTARIA Nº 266/2023**

Data: 18/12/2023.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

ITACIR JOSE BIOLCHI, Prefeito em Exercício, de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais);

Considerando o teor do documento médico apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora Sra. SABRINA DA SILVA BUGANÇA, ocupante temporária do cargo de *Enfermeira*, portadora da Matrícula nº 1861, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido desde a data de 18 de dezembro de 2023 até 14 de junho de 2024, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 18 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSE BIOLCHI

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 1.498, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Inclui *parágrafo único* ao artigo 5º do Decreto nº 1.409, de 30 de agosto de 2022, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º. Por força deste decreto, o **artigo 5º**, do **Decreto nº 1.409 de 30 de agosto de 2022**, fica acrescido de *parágrafo único* com a seguinte redação:

“Art. 5º.”

“I.” “II.

.....” “III.

.....” “IV.

.....”

“V.” “**Parágrafo único. Não havendo interesse de professor que atenda o requisito do inciso IV, poderá ser aceito professor efetivo com estágio probatório em curso.**”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 19 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 269/2023

Data: 19/12/2023

Designa servidora para assinar e responder, conjuntamente com o Prefeito Municipal ou substituto legal, pelas contas bancárias e demais documentos contábeis, financeiros e orçamentários do Fundo Municipal de Educação – FMEUS, do Município de União do Sul e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 685 de 05 de junho de 2018, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Educação de União do sul – FMEUS;

Considerando a necessidade de promover a continuidade das ações patrocinadas pelo Fundo Municipal de Educação de União do sul;

Considerando também a Portaria conjunta STN/FNDE nº 2, de 15 de janeiro de 2018;

Considerando ainda o interesse público e as metas da Administração Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a Sra. RAISA PEREIRA VIANA – Secretária Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 2803295-0 SSP/MT e do CPF nº 066.949.531.00, como co-responsável pelo Fundo Municipal de Educação – FMEUS, do Município de União do Sul – MT, podendo atuar como ordenadora de despesas e gerir as necessidades do fundo conforme estabelece a Lei Municipal nº 685, de 05 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 159/2021 de 19 de agosto de 2021 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 19 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 268/2023

Data: 19/12/2023

Nomeia servidora para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, o observando o disposto na Lei Municipal nº 723, de 25/09/2019 (Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de União do Sul);

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a servidora RAISA PEREIRA VIANA, portadora do RG nº 2803295-0 SSP/MT e do CPF nº 066.949.531.00, para exercer, a partir desta data, em caráter interino, o cargo de provimento em comissão de *Secretária Municipal de Educação e Cultura - símbolo DAS*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e subordinada ao Prefeito Municipal, percebendo para tanto o subsídio fixado pela Lei nº 624 de 20 de setembro de 2016, atualizado pela Lei nº 831 de 16 de maio de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 267/2023

Data: 19/12/2023

Dispensa a servidora Bruna de Miranda Zampieri da designação ao cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando a Lei nº 723 de 25 de setembro de 2019;

R E S O L V E:

Art. 1º. Dispensar nesta data, a Professora Pedagoga Sra. BRUNA DE MIRANDA ZAMPIERI, portadora do RG nº 1561810-2 SSP/MT e do CPF nº 015.124.611.48, da designação ao cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 158/2021 de 19 de agosto de 2021 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de dezembro de 2023.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: III Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra, no Regime de Empreitada Por Preço Global de Construção do Núcleo de Polícia Militar e Condomínio Residencial da PM-MT de União do Sul na Cidade de União do Sul/MT sob Nº 033/2022, Assinado entre o Município de União

do Sul e a empresa Campos Engenharia e Construções LDTA, Assinado Em 01/06/2022.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: CAMPOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 06.033.132/0001-04.

DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução da construção do **Condomínio Residencial da PMMT**, passa de 570 (quinhentos e setenta) dias para 660 (seiscentos e sessenta) dias, até **22 de março de 2024**.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e dispositivos do Contrato de Execução de Obra, no Regime de Empreitada por Preço Global de Construção do Núcleo de Polícia Militar e Condomínio Residencial da PMMT de União do Sul na cidade de União do Sul/MT nº 033/2022, assinado em 01 de junho de 2022 e II Termo Aditivo, assinado em 16 de junho de 2023, que não conflitem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do III Termo Aditivo: 19 de dezembro de 2023.

Signatários:

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito Municipal em Exercício

AÉCIO DE CAMPOS JARDIM FILHO

Pela Contratada.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023 - SRP - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. ITACIR JOSÉ BIOLCHI, brasileiro, maior, empresário, inscrito no CPF nº 310.879.309-87, residente e domiciliado neste município, e a EMPRESA **MARGARETE ZILIO VIECELLI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.888.465/0001-93, estabelecida à Av. Florianópolis, nº 220, bairro Centro, Cidade de União do Sul - MT, neste ato representada pela Sr.^a MARGARETE ZILIO VIECELLI, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 706.631.069-15, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 046/2023, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para eventuais e futuras Aquisições de Materiais de Construção diversos, para uso das Secretarias Municipais de Administração; Fazenda e Planejamento; Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social Trabalho e Cidadania; Obras Viação Urbanismo e Saneamento; Agricultura e Meio Ambiente, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, para eventuais e futuras aquisições de Materiais de Construções diversos, para a realização de pequenos reparos e manutenção dos prédios e repartições públicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o prazo de vigência desta Ata, observadas as quantidades, especificações dos produtos e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo anexado, no final desta Ata Registro de Preços, e de conformidade com o Anexo I do Edital do Pregão acima mencionado:

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R\$ 1.668.754,67 (um milhão seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e sete centavos)**.

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irredutíveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser aditivada quanto ao saldo remanescente através de contrato, caso haja interesse da administração.
2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 03 (três) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.
3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.
4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.
2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.
3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.
5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;
3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.
4. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em no máximo até 03 (três) dias úteis após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;
5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
6. A detentora da Ata deverá fazer constar nos documentos fiscais emitidos, da alíquota e valor para retenção do Imposto de Renda I. R. ou, em caso de isenção, informar o enquadramento legal do benefício, conforme Anexo Único do Decreto Municipal nº 1.478/2023 de 05 de setembro de 2023, e Instrução Normativa RFB 1.243/2012.
7. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;
8. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;
10. Fornecer produtos de qualidade, devidamente embalados e sem avarias;
11. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;
2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;
3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.
4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

- a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurado ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;
- b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:
 - 1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (materiais de construção diversos) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, bem como os Decretos Municipais nºs. 593 de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, nº 1.415 de 13 de outubro de 2022, nº 1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar nº 198, de 28 de junho de 2023 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XII - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL e a(o) CONTRATADA(O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º, 11º e/ou 14º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) durante a execução do objeto desta Ata Registro de Preços, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO(A) pelo ato;

2. Eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

a) as partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

b) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

c) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

e) o CONTRATADO(A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

f) serão adotadas pelo CONTRATADO(A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

3. A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

5. Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;

6. A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

7. Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLAUSULA XIII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000 – Fone: 66 3540-1283 - União do Sul/MT - E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

UNIÃO DO SUL/MT, 19 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/M

ITACIR JOSÉ BIOLCHI - Prefeito Municipal em Exercício

MARGARETE ZILIO VIECELLI

CNPJ: 01.888.465/0001-93

(Empresa Detentora da Ata)

ATA REGISTRO DE PREÇOS 025-2023

ANEXO ÚNICO

ORD.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	26225	ADAPTADOR FLANGE 20MM X 1/2	DURIN	UN	40,0000	R\$12,5500	R\$ 502,00
2	26226	ADAPTADOR FLANGE 25MM X 3/4"	DURIN	UN	40,0000	R\$14,4000	R\$ 576,00
3	26227	ADAPTADOR FLANGE 32MM X 1"	DURIN	UN	40,0000	R\$24,1800	R\$ 967,20
4	26228	ADAPTADOR FLANGE 50MM X 1.1/2	DURIN	UN	40,0000	R\$25,9500	R\$ 1.038,00
5	30915	ADAPTADOR INTERNO 1"	DURIN	UN	40,0000	R\$3,5300	R\$ 141,20
6	30916	ADAPTADOR INTERNO 1/2"	DURIN	UN	40,0000	R\$1,4000	R\$ 56,00
7	30917	ADAPTADOR INTERNO 3/4"	DURIN	UN	40,0000	R\$1,9000	R\$ 76,00
8	30918	ADAPTADOR INTERNO REDUCAO 3/4" X 1/2"	DURIN	UN	40,0000	R\$2,6000	R\$ 104,00
9	4139	ADAPTADOR SOLDAVEL 25 X 3/4	KRONA	UN	40,0000	R\$1,1700	R\$ 46,80
10	26258	ADAPTADOR SOLDAVEL 32 X 1	KRONA	UN	50,0000	R\$2,9700	R\$ 148,50
11	26259	ADAPTADOR SOLDAVEL 50 X 1.1/2	KRONA	UN	50,0000	R\$7,7000	R\$ 385,00
12	3043	ADESIVO ARALDITE PROFISSIONAL 90 MIN - EMBALAGEM MIN 16 GR	TEK BOND	UN	30,0000	R\$21,8600	R\$ 655,80
13	27134	ADESIVO ARALDITE PROFISSIONAL 90 MIN 23 GR	BRASCOLA	UN	40,0000	R\$30,2200	R\$ 1.208,80
14	17867	ADESIVO PVC INCOLOR 17GR BISNAGA	AMANCO	UN	50,0000	R\$3,7200	R\$ 186,00
15	17868	ADESIVO PVC INCOLOR 75GR BISNAGA	AMANCO	UN	50,0000	R\$8,3700	R\$ 418,50
16	17869	ADESIVO SILICONE TRANSPARENTE TUBO 280GRAMAS - PARA APLICADOR	SILOC	UN	80,0000	R\$33,4800	R\$ 2.678,40
17	17871	AGUA RAZ 5 LITROS - GALAO	EUCATEX	LATA5LT	80,0000	R\$108,8100	R\$ 8.704,80
18	13931	AGUA RAZ 900 ML - LATA	EUCATEX	UN	100,0000	R\$20,9200	R\$ 2.092,00
19	5126	ALICATE DE PRESSAO 10"	GEDORE	UN	15,0000	R\$86,4900	R\$ 1.297,35
20	24593	ALICATE UNIVERSAL 8 POLEGADAS ACO CROMO RESISTENTE	WORKER	UN	15,0000	R\$32,0000	R\$ 480,00
21	26260	ALVENARIT 1 LITRO	OTTO BAUN-GART	L	80,0000	R\$15,3400	R\$ 1.227,20
22	30920	ANEL VEDACAO P/VASO SANITARIO C/GUIA	DURIN	UN	40,0000	R\$12,5500	R\$ 502,00
23	30921	APLICADOR DE SILICONE TIPO PISTOLA PARA TUBO DE 280 GR	VONDER	UN	30,0000	R\$46,0000	R\$ 1.380,00
24	22703	ARAME RECOZIDO	STK	KG	200,0000	R\$22,7100	R\$ 4.542,00
25	30989	ARCO DE SERRA NO TAMANHO DE 12" REGULAVEL COM CABO FECHADO E EMBORRACHADO	RAIO	UN	30,0000	R\$43,7100	R\$ 1.311,30
26	10158	AREIA LAVADA GROSSA	CAIABI	M³	1500,0000	R\$170,0000	R\$ 255.000,00
27	30922	ARGAMASSA CERAMICA 20 KG – EXTERNA AC-II	VOTOMASSA	UN	100,0000	R\$38,6800	R\$ 3.868,00
28	30923	ARGAMASSA CERAMICA 20 KG – INTERNA AC-I	VOTOMASSA	SACO 20 KG	100,0000	R\$24,1800	R\$ 2.418,00
29	9968	ARRUELA LISA 1/2	CISER	UN	500,0000	R\$0,4600	R\$ 230,00

30	10199	ARRUELA LISA 3/8	CISER	UN	500,0000	R\$0,3200	R\$ 160,00
31	30924	ARRUELA LISA 5/16 - POLIDA	CISER	UN	500,0000	R\$0,3000	R\$ 150,00
32	9970	ARRUELA LISA 5/8	CISER	UN	500,0000	R\$0,5500	R\$ 275,00
33	9967	ARRUELA LISA 7/16	CISER	UN	500,0000	R\$0,3700	R\$ 185,00
34	3917	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO	DURIN	UN	12,0000	R\$88,9000	R\$ 1.066,80
35	30925	ASSENTO SANITARIO SOFT TPJ/AS	ASTRA	UN	30,0000	R\$43,7100	R\$ 1.311,30
36	30926	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL TAMANHO GRANDE	ICASA	UN	10,0000	R\$241,8000	R\$ 2.418,00
37	27136	BALDE PLASTICO PARA CONCRETO 12 LITROS	VONDER	UN	20,0000	R\$18,4100	R\$ 368,20
38	21677	BARRA ROSCADA UNC 1/2 X 1000 POLIDA	CISER	UN	150,0000	R\$20,1800	R\$ 3.027,00
39	21676	BARRA ROSCADA UNC 3/8 X 1000MM POLIDA	CISER	UN	150,0000	R\$9,1100	R\$ 1.366,50
40	23547	BARRA ROSCADA UNC 5/16 X 1000MM POLIDA	CISER	UN	150,0000	R\$8,2800	R\$ 1.242,00
41	17888	BARRA ROSCADA UNC 5/8X1000 POLIDA	CISER	UN	150,0000	R\$32,3600	R\$ 4.854,00
42	26262	BARRA ROSCADA UNC 7/16 X 1000MM POLIDA	CISER	UN	150,0000	R\$16,2700	R\$ 2.440,50
43	30927	BOLSA ESPUDE 1.1/2/40 MM X 2 OU ANEIS	DURIN	UN	30,0000	R\$5,3900	R\$ 161,70
44	27139	BOTINA SEGURANCA EM COURO COM BIQUEIRA	VALENT	PAR	40,0000	R\$88,3500	R\$ 3.534,00
45	23550	BROCA ACO RAPIDO 10,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$41,8500	R\$ 1.674,00
46	30929	BROCA ACO RAPIDO 12,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$57,1900	R\$ 2.287,60
47	30928	BROCA ACO RAPIDO 3,0MM A 7,00MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$10,6900	R\$ 427,60
48	23549	BROCA ACO RAPIDO 8,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$22,7800	R\$ 911,20
49	23553	BROCA CONCRETO 10,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$22,7800	R\$ 911,20
50	26232	BROCA CONCRETO 12,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$57,1900	R\$ 2.287,60
51	17899	BROCA CONCRETO 6,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$11,6200	R\$ 464,80
52	23552	BROCA CONCRETO 8,0MM	IRWIN	UN	40,0000	R\$15,8100	R\$ 632,40
53	25394	BROCHA RETANGULAR MEDIDAS APROXIMADA 19X7,6CM BASE DE PLASTICO	CONDOR	UN	30,0000	R\$11,1600	R\$ 334,80
54	30930	BUCHA PLASTICA DE FIXACAO C/ANEL 06 A 12 MM	USAF	UN	2000,0000	R\$0,1900	R\$ 380,00
55	27137	BUCHA REDUCAO ESGOTO 50 X 40	KRONA	UN	30,0000	R\$3,0000	R\$ 90,00
56	27138	BUCHA REDUCAO EXCENTRICA ESGOTO 100 X 50	KRONA	UN	30,0000	R\$10,2300	R\$ 306,90
57	30931	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL CURTA 25X20 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,0800	R\$ 54,00
58	30932	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL CURTA 32X25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,4400	R\$ 72,00
59	30933	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 50X40 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$6,0400	R\$ 302,00
60	30934	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 40X25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$7,3400	R\$ 367,00
61	30935	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50X25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$4,9200	R\$ 246,00
62	26240	CABO ALUMINIO MULTIPLEX 3 X 10,0 MM	CORDEIRO	M	500,0000	R\$7,2500	R\$ 3.625,00
63	26241	CABO ALUMINIO MULTIPLEX 3 X 16,0 MM	CORDEIRO	M	500,0000	R\$10,7900	R\$ 5.395,00
64	26242	CABO ALUMINIO MULTIPLEX DUPLEX 2 X 10 MM	CORDEIRO	M	500,0000	R\$6,2300	R\$ 3.115,00
65	30936	CABO DE ACO AF POLIDO 1/2 - 6X25	VONDER	M	120,0000	R\$33,4800	R\$ 4.017,60
66	30937	CABO DE ACO AF POLIDO 15,9 - 5/8 - 6 X 25	VONDER	M	120,0000	R\$64,6300	R\$ 7.755,60
67	30938	CABO DE ACO AF POLIDO 3/8 - 6X36	VONDER	M	250,0000	R\$29,7600	R\$ 7.440,00
68	21444	CABO FLEXIVEL 750 V 6 MM	CORFIO	M	800,0000	R\$6,4600	R\$ 5.168,00
69	23554	CABO FLEXIVEL 750V 10,0 MM	CORFIO	M	800,0000	R\$11,6200	R\$ 9.296,00
70	17915	CABO FLEXIVEL 750V 2,5 MM	CORFIO	M	800,0000	R\$2,6400	R\$ 2.112,00
71	17916	CABO FLEXIVEL 750V 4,0 MM	CORFIO	M	800,0000	R\$4,3800	R\$ 3.504,00
72	26243	CABO PP 2 X 2,5 MM PRETO	CORFIO	M	500,0000	R\$7,8100	R\$ 3.905,00

73	26244	CABO PP 2 X 4.0 MM PRETO	CORFIO	M	500,0000	R\$12,7400	R\$ 6.370,00
74	23701	CABO PP 3X2,5	CORFIO	M	500,0000	R\$11,0600	R\$ 5.530,00
75	11470	CABO PP 3X4 MM	CORFIO	M	500,0000	R\$16,9200	R\$ 8.460,00
76	27140	CADEADO 20 AO 25 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES	PADO	UN	50,0000	R\$22,7800	R\$ 1.139,00
77	27141	CADEADO 35 AO 40 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES	PADO	UN	50,0000	R\$36,7300	R\$ 1.836,50
78	30939	CADEADO 50 MM - HASTE EM ACO INOXIDAVEL COM DUAS CHAVES	PADO	UN	30,0000	R\$55,3300	R\$ 1.659,90
79	30940	CAIXA ÁGUA POLIETILENO COM TAMPA 1000 LT	FORTLEV	UN	15,0000	R\$538,4700	R\$ 8.077,05
80	30941	CAIXA ÁGUA POLIETILENO COM TAMPA 2000 LT	FORTLEV	UN	10,0000	R\$1.367,0000	R\$ 13.670,00
81	30942	CAIXA ÁGUA POLIETILENO COM TAMPA 500 LT	FORTLEV	UN	15,0000	R\$324,5700	R\$ 4.868,55
82	17929	CAIXA DESCARGA EXTERNA 09 LITROS - CONTROLE VAZAO	ASTRA	UN	50,0000	R\$50,2200	R\$ 2.511,00
83	30943	CAIXA LUZ ELETRODUTO 4X2 PVC	TRAMONTINA	UN	50,0000	R\$1,8600	R\$ 93,00
84	30944	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100 X 100 X 50 MM	ASTRA	UN	30,0000	R\$19,9900	R\$ 599,70
85	17933	CAL HIDRATADA 20 KG	USICAL	SACO 20 KG	900,0000	R\$25,8400	R\$ 23.256,00
86	17934	CAL PINTURA 8KG	USICAL	UN	600,0000	R\$17,5800	R\$ 10.548,00
87	30945	CANALETA PARA FIOS COM DIVISORIA 2 MTS	DURIN	UN	100,0000	R\$12,5500	R\$ 1.255,00
88	27145	CANTONEIRA MAO FRANCESA REFORCADA 40 X 30 CM	PRAT-K	UN	70,0000	R\$24,1800	R\$ 1.692,60
89	10235	CAP ESGOTO 100 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$10,2300	R\$ 409,20
90	17940	CAP ESGOTO 150 MM	KRONA	UN	12,0000	R\$49,2900	R\$ 591,48
91	10237	CAP ESGOTO 40 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$4,4600	R\$ 178,40
92	23556	CAP ESGOTO 50 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$7,8100	R\$ 312,40
93	23557	CAP SOLDAVEL 20 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,5800	R\$ 79,00
94	17941	CAP SOLDAVEL 25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,7700	R\$ 88,50
95	23558	CAP SOLDAVEL 32 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$2,5500	R\$ 127,50
96	23560	CAP SOLDAVEL 50 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$10,7900	R\$ 431,60
97	30946	CARRINHO MAO COM CHASSI, CACAMBA GALVANIZADA ARREDONDADA PNEU 3,25 X 8 CAPACIDADE MINIMA DE 50 LT	MAESTRO	UN	30,0000	R\$199,9500	R\$ 5.998,50
98	30947	CAVADEIRA ARTICULADA AÇO TEMPERADO REFORÇADA CABO MADEIRA MINIMO DE 180 CM	TRAMONTINA	UN	15,0000	R\$212,0400	R\$ 3.180,60
99	24447	CHAPEU PALHA ARTESANAL TAMANHOS VARIADOS ABA COM MIN. 13CM	MARCATO	UN	50,0000	R\$28,8300	R\$ 1.441,50
100	23411	CHAPEU PALHA DUPLA 33002 - TTEXAS	TEXAS	UN	50,0000	R\$29,7600	R\$ 1.488,00
101	10230	CHAVE COMBINADA 10 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$14,8800	R\$ 297,60
102	10232	CHAVE COMBINADA 11 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$15,3400	R\$ 306,80
103	4993	CHAVE COMBINADA 12 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$15,8100	R\$ 316,20
104	23564	CHAVE COMBINADA 13 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$17,2000	R\$ 344,00
105	17948	CHAVE COMBINADA 14MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$18,4100	R\$ 368,20
106	17337	CHAVE COMBINADA 17 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$22,1300	R\$ 442,60
107	17949	CHAVE COMBINADA 19 MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$20,9200	R\$ 418,40
108	17951	CHAVE COMBINADA 24MM	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$35,9900	R\$ 719,80
109	23569	CHAVE FENDA 1/4 X 6" REFORCADA	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$16,2700	R\$ 325,40
110	26248	CHAVE PHILIPS 3/16 X 5" REFORCADA	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$12,9300	R\$ 387,90
111	17964	CIMENTO CP II-Z-32-50KG	ITAU	UN	4000,0000	R\$58,1300	R\$ 232.520,00
112	26267	COLHER PEDREIRO 9 POLEGADAS CANTO RETO	PACETTA	UN	15,0000	R\$53,9400	R\$ 809,10
113	30948	CONJUNTO 1 TOMADA 20A 2P EMBUTIR	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$9,1200	R\$ 273,60
114	30949	CONJUNTO 2 INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P 10 AMP. EMBUTIR	PLUZIE	UN	30,0000	R\$21,9500	R\$ 658,50
115	30950	CONJUNTO 2 TOMADA 2P + T 10A EMBUTIR	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$20,9300	R\$ 627,90

116	30951	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA 10A EMBUTIR	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$19,5300	R\$ 585,90
117	17973	CORANTE EM PO XADREZ 500G VERDE	XADREZ	G	40,0000	R\$25,1100	R\$ 1.004,40
118	26250	CORANTE LIQUIDO XADREZ 50 ML - CORES VARIADAS	XADREZ	UN	50,0000	R\$6,4200	R\$ 321,00
119	23576	CORDA MULTIFILAMENTO 10,0 MM BRANCA	JOPER	UN	500,0000	R\$2,2800	R\$ 1.140,00
120	17988	CORRENTE ZINCADA ELO LONGO 4,8MM 3/16"	ACEROSIDE	M	100,0000	R\$21,8600	R\$ 2.186,00
121	26275	CURVA SOLDAVEL 90° 25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$5,2100	R\$ 260,50
122	26276	CURVA SOLDAVEL 90° 32 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$12,5600	R\$ 628,00
123	27148	CURVA SOLDAVEL 90° 40 AO 50 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$26,9700	R\$ 1.348,50
124	27150	DESEMPENADEIRA ACO DENTADA 35 X 12	CORTAG	UN	20,0000	R\$23,0600	R\$ 461,20
125	24611	DESEMPENADEIRA EM POLIETILENO 17X30CM PARA ALISAR RE-BOCO	GALO	UN	20,0000	R\$23,7100	R\$ 474,20
126	26253	DISCO DE CORTE FINO 115X1,0X22,2	STARETT	UN	150,0000	R\$4,0000	R\$ 600,00
127	26254	DISCO DE CORTE FINO ACO 7"X1,6X22	STARETT	UN	100,0000	R\$9,4900	R\$ 949,00
128	27151	DISCO DESBASTE 7"	ITAMBE	UN	30,0000	R\$17,5800	R\$ 527,40
129	27152	DISCO LIXA GRAO 24 AO 80 7"	3M	UN	100,0000	R\$14,4100	R\$ 1.441,00
130	27154	DISCO SERRA CIRCULAR 4 3/8 24 DENTES	PROFIELD	UN	20,0000	R\$20,9200	R\$ 418,40
131	27153	DISCO SERRA CIRCULAR VIDEA 110 MM	KAEF	UN	20,0000	R\$37,1100	R\$ 742,20
132	27155	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA C 20 A 50 AMPERES	SOPRANO	UN	20,0000	R\$43,7100	R\$ 874,20
133	27156	DISJUNTOR TRIPOLAR 32 AMP	SOPRANO	UN	20,0000	R\$66,9600	R\$ 1.339,20
134	27157	DISJUNTOR TRIPOLAR 50 AMP	SOPRANO	UN	20,0000	R\$68,8200	R\$ 1.376,40
135	27158	DISJUNTOR TRIPOLAR 70 AMP	SOPRANO	UN	10,0000	R\$117,1800	R\$ 1.171,80
136	26287	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 16A	SOPRANO	UN	30,0000	R\$14,4200	R\$ 432,60
137	30952	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN CURVA C 25 A 32A	SOPRANO	UN	30,0000	R\$14,8800	R\$ 446,40
138	27160	DOBRADICA ACO ZINCADA 2"	SILVANA	UN	100,0000	R\$1,6300	R\$ 163,00
139	30953	DOBRADICA ACO ZINCADA 3"	SILVANA	UN	100,0000	R\$3,0700	R\$ 307,00
140	27159	DOBRADICA FERRADURA N2 PORTOES RURAIS	INKA	UN	50,0000	R\$33,4800	R\$ 1.674,00
141	30954	ELETRODO PARA SOLDA ELETRICA – KG 3,25 (45)	MAXWELD	KG	60,0000	R\$46,0400	R\$ 2.762,40
142	17997	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4 AMARELO	KRONA	M	100,0000	R\$1,9600	R\$ 196,00
143	18000	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL 50CM X 1/2	KRONA	UN	50,0000	R\$8,3700	R\$ 418,50
144	24615	ENXADA LARGA ACO CARBONO ALTA QUALIDADE COM CABO MADEIRA	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$88,3500	R\$ 2.650,50
145	18001	ENXADA SUL 1,5 COM CABO 130CM	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$66,9600	R\$ 2.008,80
146	30955	ENXADAO LARGO EM ACO CARBONO 3.0 COM CABO	TRAMONTINA	UN	12,0000	R\$91,1400	R\$ 1.093,68
147	30956	ESPUMA EXPANSIVA POLIURETANO 480ML/500GR	USE	UN	40,0000	R\$32,5500	R\$ 1.302,00
148	4756	ESQUADRO CONSTRUCAO 30CM CABO ALUMINIO	THONPSOM	UN	10,0000	R\$30,2300	R\$ 302,30
149	18010	FACAO MATO 18" CABO ANATOMICO PLASTICO	TRAMONTINA	UN	20,0000	R\$40,9200	R\$ 818,40
150	30957	FECHADURA INOX BANHEIRO	ALIANCA	UN	20,0000	R\$53,4800	R\$ 1.069,60
151	30958	FECHADURA INOX INTERNA/EXTERNA	ALIANCA	UN	20,0000	R\$53,4800	R\$ 1.069,60
152	30959	FILTRO LINHA REGUA EXTENSÃO ELÉTRICA 5 TOMADA COM FUSIVEL, CHAVE LIGA/DESLIGA BIVOLT 10A/20A	MEGATRON	UN	20,0000	R\$44,1700	R\$ 883,40
153	30960	FIO PARALELO 300V 2 X 1.5 MM	CORDEIRO	M	400,0000	R\$4,1000	R\$ 1.640,00
154	30961	FIO PARALELO 300V 2 X 2.5 MM	CORDEIRO	M	500,0000	R\$5,4500	R\$ 2.725,00
155	30962	FIO PARALELO 300V 2 X 4.0 MM	CORDEIRO	M	400,0000	R\$8,6500	R\$ 3.460,00
156	26293	FITA CREPE USO GERAL 25MM X 50M	ADERE	UN	150,0000	R\$12,5600	R\$ 1.884,00
157	26291	FITA CREPE USO GERAL 48MM X 50M	ADERE	UN	150,0000	R\$24,1800	R\$ 3.627,00
158	24620	FITA ISOLANTE 19MM X 20M	3M	UN	80,0000	R\$12,0000	R\$ 960,00

159	18048	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	KRONA	UN	50,0000	R\$7,4400	R\$ 372,00
160	5345	FIXADOR PARA CAL 150 ML	JUNTALIDER	UN	500,0000	R\$1,9600	R\$ 980,00
161	30963	FOICE - MANUAL TIPO ROCADEIRA, COM CABO EM MADEIRA	TRAMONTINA	UN	30,0000	R\$82,7700	R\$ 2.483,10
162	24623	FORRO PVC NA COR BRANCA FRISADO 08 MM	FORTEPALST	M²	600,0000	R\$30,2300	R\$ 18.138,00
163	18055	GARFO ROLO CB SEM ROSCA 23 CM	ATLAS	UN	30,0000	R\$14,4100	R\$ 432,30
164	24624	GARRAFA TERMICA 5 LITROS REVESTIDA EM PLASTICO TAMPA E ALCA	TERMOLAR	UN	20,0000	R\$49,2900	R\$ 985,80
165	18065	INTERRUPTOR SOBREPOR SIMPLES	MEC TRONIC	UN	30,0000	R\$7,4400	R\$ 223,20
166	18066	ISOLADOR ROLDANA C/PREGO 36 X 36	COLLINS	UN	150,0000	R\$0,5300	R\$ 79,50
167	26297	JOELHO ESGOTO 45° 40 MM	KRONA	UN	30,0000	R\$2,7900	R\$ 83,70
168	26298	JOELHO ESGOTO 45° 50 MM	KRONA	UN	30,0000	R\$6,4200	R\$ 192,60
169	26299	JOELHO ESGOTO 90° 100 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$7,3500	R\$ 294,00
170	26300	JOELHO ESGOTO 90° 150 MM	KRONA	UN	15,0000	R\$73,4700	R\$ 1.102,05
171	26301	JOELHO ESGOTO 90° 40 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$1,9600	R\$ 78,40
172	26302	JOELHO ESGOTO 90° 50 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$2,8200	R\$ 112,80
173	23586	JOELHO INTERNO 1" COM ROSCA 1"	DURIN	UN	50,0000	R\$5,4000	R\$ 270,00
174	23585	JOELHO INTERNO 1" DUPLO	DURIN	UN	30,0000	R\$5,3000	R\$ 159,00
175	23587	JOELHO INTERNO 1/2 - DUPLO	DURIN	UN	30,0000	R\$1,4400	R\$ 43,20
176	23588	JOELHO INTERNO 1/2 COM ROSCA 1/2	DURIN	UN	50,0000	R\$1,6000	R\$ 80,00
177	23589	JOELHO INTERNO 3/4 - DUPLO	DURIN	UN	50,0000	R\$2,3800	R\$ 119,00
178	23590	JOELHO INTERNO 3/4 COM ROSCA 3/4	DURIN	UN	50,0000	R\$2,0000	R\$ 100,00
179	30968	JOELHO SOLDABEL 90° LR 25 MM X 1/2"	KRONA	UN	50,0000	R\$4,3800	R\$ 219,00
180	18067	JOELHO SOLDABEL 90° 20MM	KRONA	UN	50,0000	R\$0,7400	R\$ 37,00
181	23591	JOELHO SOLDABEL 90° 25MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,1200	R\$ 56,00
182	23592	JOELHO SOLDABEL 90° 32 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$2,4200	R\$ 121,00
183	27162	JOELHO SOLDABEL 90° 40 AO 50 MM	KRONA	UN	30,0000	R\$4,1900	R\$ 125,70
184	30969	JOELHO SOLDABEL 90° LR 20 MM X 1/2"	KRONA	UN	50,0000	R\$3,2600	R\$ 163,00
185	27163	JOELHO SOLDABEL 90° LR 25 MM X 1/2" OU 3/4	KRONA	UN	50,0000	R\$4,3800	R\$ 219,00
186	30965	JOELHO SOLDABEL LR 90° B. LATAO 20 X 1/2	KRONA	UN	20,0000	R\$5,5800	R\$ 111,60
187	30966	JOELHO SOLDABEL LR 90° B. LATAO 25 X 1/2	KRONA	UN	20,0000	R\$6,0500	R\$ 121,00
188	30967	JOELHO SOLDABEL LR 90° B. LATAO 25 X 3/4	KRONA	UN	20,0000	R\$6,9800	R\$ 139,60
189	30970	LÂMINA DE SERRA TIPO MANUAL, DE ACO RAPIDO, MEDINDO 12 X 1/2 X 0,25", COM 24 DENTES	STARETT	UN	100,0000	R\$13,4800	R\$ 1.348,00
190	30971	LAMPADA LED 15W BIVOLT 6500K	AVANT	UN	80,0000	R\$8,8400	R\$ 707,20
191	27167	LAMPADA LED 40W BIVOLT 6500K	AVANT	UN	80,0000	R\$26,5100	R\$ 2.120,80
192	27168	LAMPADA LED BULBO 6500K 30W	AVANT	UN	60,0000	R\$21,8600	R\$ 1.311,60
193	27169	LAVATORIO COM COLUNA EM LOUCA - COR A ESCOLHER	ICASA	UN	6,0000	R\$228,7800	R\$ 1.372,68
194	30972	LIMA CHATA ENXADA 8" 200 MM	K&F	UN	40,0000	R\$21,9500	R\$ 878,00
195	26308	LINHA PEDREIRO LISA 100M - 0,80MM	TREVO	UN	30,0000	R\$13,8600	R\$ 415,80
196	27170	LIXA ÁGUA EM FOLHA N° 80 A 150	3M	UN	600,0000	R\$2,7000	R\$ 1.620,00
197	27171	LIXA FERRO EM FOLHA N° 036 A 120	3M	UN	600,0000	R\$3,9600	R\$ 2.376,00
198	26324	LIXA MASSA EM FOLHA N° 60 A 120	3M	UN	600,0000	R\$1,8600	R\$ 1.116,00
199	30973	LONA PRETA 04,06, E 08 MTS 150 MICRAS	LONAX	M	500,0000	R\$14,7000	R\$ 7.350,00
200	30974	LONA PRETA/BRANCA 04, 06, E 08 MTS 150 MICRAS	LONAX	M	600,0000	R\$19,5300	R\$ 11.718,00
201	26330	LUBRIFICANTE DESINGRIPANTE SPRAY 300ML	CAR LUB	UN	100,0000	R\$13,5800	R\$ 1.358,00

202	26331	LUVA CONFORTEX T. 09-GRANDE	KALIPSO	PAR	50,0000	R\$15,3500	R\$ 767,50
203	26332	LUVA ESGOTO SIMPLES 100 MM	KRONA	UN	30,0000	R\$6,9800	R\$ 209,40
204	26333	LUVA ESGOTO SIMPLES 150 MM	KRONA	UN	15,0000	R\$26,7000	R\$ 400,50
205	26334	LUVA ESGOTO SIMPLES 40 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$1,7000	R\$ 68,00
206	26335	LUVA ESGOTO SIMPLES 50 MM	KRONA	UN	40,0000	R\$4,4700	R\$ 178,80
207	30976	LUVA NEOPREX TAMANHO P M G	KALIPSO	PAR	50,0000	R\$10,8800	R\$ 544,00
208	24461	LUVA RASPA CANO CURTO COM REFORCO	ZANEL	PAR	50,0000	R\$13,8600	R\$ 693,00
209	30978	LUVA SOLDABEL 20 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$0,9300	R\$ 46,50
210	10282	LUVA SOLDABEL 25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,0300	R\$ 51,50
211	26341	LUVA SOLDABEL 25 X 20 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$2,4700	R\$ 123,50
212	26342	LUVA SOLDABEL 32 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$3,6300	R\$ 181,50
213	26343	LUVA SOLDABEL 50 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$3,7200	R\$ 186,00
214	27174	LUVA SOLDABEL 50 X 25 MM	KRONA	UN	15,0000	R\$8,5700	R\$ 128,55
215	30980	LUVA SOLDABEL LR - 20MM X 1/2"	KRONA	UN	50,0000	R\$1,8600	R\$ 93,00
216	26345	LUVA SOLDABEL LR 25MM X 1/2"	KRONA	UN	50,0000	R\$2,7000	R\$ 135,00
217	27176	LUVA SOLDABEL LR 25MM X 3/4 OU 1/2" - B. LATAO	KRONA	UN	50,0000	R\$7,9000	R\$ 395,00
218	26346	LUVA SOLDABEL LR 25MM X 3/4"	KRONA	UN	50,0000	R\$2,4200	R\$ 121,00
219	25894	MANGUEIRA JARDIN REFORCADA 3/4	DURIN	M	800,0000	R\$9,4900	R\$ 7.592,00
220	23601	MANGUEIRA POLIETILENO 1" X 2,0MM	AMAFLEX	M	800,0000	R\$3,9100	R\$ 3.128,00
221	23602	MANGUEIRA POLIETILENO 1/2 X 1,5MM	AMAFLEX	M	800,0000	R\$1,4900	R\$ 1.192,00
222	18109	MANGUEIRA POLIETILENO 3/4 X 2,0MM	AMAFLEX	M	800,0000	R\$2,2800	R\$ 1.824,00
223	27178	MARTELO UNHA DO 25 AO 29 MM	TRAMONTINA	UN	15,0000	R\$60,4500	R\$ 906,75
224	30983	MASSA ACRILICA PVA 20 KG	MAXVINIL	UN	100,0000	R\$116,2500	R\$ 11.625,00
225	30984	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	MAXVINIL	UN	100,0000	R\$52,0800	R\$ 5.208,00
226	26356	NIVEL ALUMINIO 35CM 14"	FAMASTIL	UN	10,0000	R\$41,8500	R\$ 418,50
227	23603	OCULOS PROTECAO/SEGURANCA FUME PROTECAO UVA	SUPER SAFETY	UN	40,0000	R\$12,7500	R\$ 510,00
228	23604	OCULOS PROTECAO/SEGURANCA INCOLOR PROTECAO UVA	KALIPSO	UN	40,0000	R\$7,4400	R\$ 297,60
229	30988	PA DE BICO COM CABO DE 71 CM	TRAMONTINA	UN	50,0000	R\$51,1500	R\$ 2.557,50
230	18142	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 40	CISER	UN	1000,0000	R\$0,2600	R\$ 260,00
231	18146	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 45	CISER	UN	1000,0000	R\$0,3300	R\$ 330,00
232	27179	PARAFUSO FIXER PHILLIPS DO 3.0 X 20 AO 3,5 X 35	CISER	UN	1000,0000	R\$0,1700	R\$ 170,00
233	27180	PARAFUSO FIXER PHILLIPS DO 3.5 X 40 AO 4.0 X 25	CISER	UN	1000,0000	R\$0,2000	R\$ 200,00
234	30990	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 1/2" A 8" - C/PORCA	CISER	UN	400,0000	R\$11,5400	R\$ 4.616,00
235	30991	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 1/2" A 8" - C/PORCA	CISER	UN	1000,0000	R\$0,9800	R\$ 980,00
236	30992	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 1/2 A 8" - C/PORCA	CISER	UN	1000,0000	R\$2,5100	R\$ 2.510,00
237	30993	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 1/2" A 8" - C/PORCA	CISER	UN	1000,0000	R\$1,1700	R\$ 1.170,00
238	18162	PARAFUSO SANITARIO ARRUELA CROMADA BUCHA 10,0 MM	LEIGE	UN	80,0000	R\$3,2600	R\$ 260,80
239	10154	PEDRA BRITA N 1 - TONELADA	INDUCAL	T	400,0000	R\$241,8000	R\$ 96.720,00
240	18163	PEDRISCO - PEDRA BRITA N 00	INDUCAL	T	400,0000	R\$246,4500	R\$ 98.580,00
241	27183	PIA COZINHA 1,4 X 0,54	AJ RORATO	UN	12,0000	R\$225,0600	R\$ 2.700,72
242	30994	PISO CERAMICO 50 X 50 - M2 PEI 4 COR A ESCOLHER	FORMIGRES	M	500,0000	R\$40,4600	R\$ 20.230,00
243	18179	PLAFON PVC COM SOQUETE LOUÇA E-27	ILUMI	UN	50,0000	R\$7,2700	R\$ 363,50
244	30995	PORTA LAMPADA PORCELANA FIXO TETO E-27	DECORLUX	UN	60,0000	R\$7,8000	R\$ 468,00

245	27184	PREGO 12 X 12 OU 13 X 15 COM CABECA	GERDAU	KG	100,0000	R\$7,8000	R\$ 780,00
246	27185	PREGO 14 X 18 AO 17 X 27 COM CABECA	GERDAU	KG	300,0000	R\$21,9500	R\$ 6.585,00
247	27186	PREGO 19 X 36 AO 22 X 48 COM CABECA	GERDAU	KG	300,0000	R\$25,1100	R\$ 7.533,00
248	27187	PREGO 24 X 60 AO 25 X 72 COM CABECA	GERDAU	KG	300,0000	R\$26,9700	R\$ 8.091,00
249	27189	PREGO ARDOX 17 X 27 AO 18 X 36	GERDAU	KG	300,0000	R\$40,9200	R\$ 12.276,00
250	30996	PREGO ARDOX 19X36	GERDAU	KG	300,0000	R\$32,5500	R\$ 9.765,00
251	24445	PROTETOR AURICULAR DE SILICONE 15DB, COM CORDAO CAIXA PVC - UNIDADE	KALIPSO	UN	40,0000	R\$4,1900	R\$ 167,60
252	26370	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA FORMATO U	KALIPSO	UN	30,0000	R\$17,2000	R\$ 516,00
253	26373	PULVERIZADOR PLASTICO COSTAL MANUAL 20L	WORKER	UN	10,0000	R\$274,3500	R\$ 2.743,50
254	30997	RASTELO PLASTICO 23 DENTES COM CABO	TRAPP	UN	30,0000	R\$26,9700	R\$ 809,10
255	3397	REGISTRO ESFERA BORBOLETA 3/4	DURIN	UN	20,0000	R\$15,6200	R\$ 312,40
256	30998	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 20 OU 25MM	DURIN	UN	20,0000	R\$12,5600	R\$ 251,20
257	30999	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 32MM	DURIN	UN	20,0000	R\$23,2500	R\$ 465,00
258	31000	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 40 OU 50MM	DURIN	UN	40,0000	R\$34,8800	R\$ 1.395,20
259	31001	REGISTRO PRESSÃO 3/4 EM LIGA DE COBRE	PROFIELD	UN	15,0000	R\$26,5000	R\$ 397,50
260	26379	REGISTRO PRESSAO SOLDAVEL 25MM	LEKAT	UN	20,0000	R\$33,4800	R\$ 669,60
261	31002	REGULADOR GAS BLINDADO	ALIANCA	UN	20,0000	R\$37,0100	R\$ 740,20
262	31003	REJUNTE FLEXIVEL PARA PISO CERAMICO, AZULEIJO 1KG - CORES VARIADAS	VOTOMASSA	KG	200,0000	R\$5,5800	R\$ 1.116,00
263	14244	RELE FOTOELETRONICO BIVOLT	QUALITRONIX	UN	400,0000	R\$32,5500	R\$ 13.020,00
264	31004	RESINA BASE ÁGUA INCOLOR 18 L	MAXVINIL	LT 18 L	20,0000	R\$278,0700	R\$ 5.561,40
265	31005	RESINA BASE ÁGUA INCOLOR 3,6 L	MAXVINIL	GL 3,6 L	20,0000	R\$73,0000	R\$ 1.460,00
266	31006	ROLO DE LA 10CM COM GARFO	WORKER	UN	30,0000	R\$3,0000	R\$ 90,00
267	31007	ROLO DE LA 15CM COM GARFO	WORKER	UN	30,0000	R\$16,7400	R\$ 502,20
268	31008	ROLO DE LA 5CM COM GARFO	PAG	UN	30,0000	R\$8,3700	R\$ 251,10
269	31009	ROLO DE LA SINTETICA ANTI-GOTAS 23CM	CONDOR	UN	30,0000	R\$25,1100	R\$ 753,30
270	31010	ROLO LA 23CM 25MM	CONDOR	UN	30,0000	R\$43,6200	R\$ 1.308,60
271	26386	ROLO PELE CARNEIRO EXTRA 23 CM	ATLAS	UN	30,0000	R\$85,5600	R\$ 2.566,80
272	27190	ROLO TEXTURA RUSTICA 23 CM	ATLAS	UN	12,0000	R\$53,4800	R\$ 641,76
273	4547	SELADOR ACRILICO 18L	MAXVINIL	LT 18 L	40,0000	R\$114,8500	R\$ 4.594,00
274	31011	SELADOR ACRILICO 3,6L	MAXVINIL	GL 3,6 L	40,0000	R\$39,0600	R\$ 1.562,40
275	31012	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL BRANCO 1,5 M	DURIN	UN	60,0000	R\$17,3000	R\$ 1.038,00
276	28204	SOQUETE PORCELANA E27	FOXLUX	UN	60,0000	R\$9,1100	R\$ 546,60
277	27191	TANQUE DUPLO 1,40 X 0,63 EM FIBRA	AJ RORATO	UN	5,0000	R\$434,3100	R\$ 2.171,55
278	10254	TE CURTO PARA ESGOTO 100X100	KRONA	UN	20,0000	R\$47,4300	R\$ 948,60
279	10255	TE CURTO PARA ESGOTO 100X50	KRONA	UN	20,0000	R\$21,8600	R\$ 437,20
280	26390	TE CURTO PARA ESGOTO 40 X 40	KRONA	UN	30,0000	R\$4,7500	R\$ 142,50
281	26391	TE CURTO PARA ESGOTO 50 X 50	KRONA	UN	30,0000	R\$9,1200	R\$ 273,60
282	27194	TE INTERNO COM ROSCA 1"	DURIN	UN	40,0000	R\$6,9700	R\$ 278,80
283	27195	TE INTERNO COM ROSCA 1/2	DURIN	UN	50,0000	R\$3,6300	R\$ 181,50
284	27193	TE INTERNO COM ROSCA 3/4	DURIN	UN	50,0000	R\$4,9300	R\$ 246,50
285	27196	TE INTERNO TRIPLO 1"	DURIN	UN	40,0000	R\$5,2100	R\$ 208,40
286	31013	TE INTERNO TRIPLO 1/2"	DURIN	UN	50,0000	R\$3,8200	R\$ 191,00
287	31014	TE INTERNO TRIPLO 3/4"	DURIN	UN	50,0000	R\$3,6300	R\$ 181,50

288	18231	TE SOLDAVEL 20MM	KRONA	UN	50,0000	R\$0,8400	R\$ 42,00
289	18232	TE SOLDAVEL 25MM	KRONA	UN	50,0000	R\$1,5900	R\$ 79,50
290	23644	TE SOLDAVEL 32MM	KRONA	UN	50,0000	R\$7,7200	R\$ 386,00
291	23646	TE SOLDAVEL 50MM	KRONA	UN	50,0000	R\$11,9000	R\$ 595,00
292	27199	TE SOLDAVEL 90° LR 20 MM X 1/2	KRONA	UN	50,0000	R\$5,4900	R\$ 274,50
293	31015	TE SOLDAVEL 90° LR 25 MM X 3/4 OU 1/2	KRONA	UN	50,0000	R\$4,3800	R\$ 219,00
294	27197	TE SOLDAVEL COM REDUCAO DE 32 X 25	KRONA	UN	50,0000	R\$6,2600	R\$ 313,00
295	27198	TE SOLDAVEL COM REDUCAO DE 40 X 25	KRONA	UN	50,0000	R\$7,6300	R\$ 381,50
296	26392	TE SOLDAVEL REDUCAO 90° 50 X 25 MM	KRONA	UN	50,0000	R\$9,1200	R\$ 456,00
297	23647	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA 4MM 2,44X0,50M S/AMIANTO	INFIBRA	UN	500,0000	R\$33,0200	R\$ 16.510,00
298	23648	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA 5MM 2,44X1,10M S/AMIANTO	INFIBRA	UN	500,0000	R\$79,9800	R\$ 39.990,00
299	10173	THINNER 5 LITROS MULTI USO	EUCATEX	GL 5 L	80,0000	R\$107,4200	R\$ 8.593,60
300	10172	THINNER 900 ML MULTI USO	EUCATEX	LT 900 ML	100,0000	R\$20,0000	R\$ 2.000,00
301	18240	TIJOLO DE BARRO 06 FURO	MANITO	UN	80000,0000	R\$1,3000	R\$ 104.000,00
302	10226	TIJOLO MACICO	MANITO	UN	10000,0000	R\$1,4900	R\$ 14.900,00
303	31016	TINTA ACRILICA FOSCA PREMIUM 18 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	LT 18 L	100,0000	R\$344,1000	R\$ 34.410,00
304	31017	TINTA ACRILICA FOSCO PREMIUM 3,6 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	GL 3,6 L	80,0000	R\$86,4900	R\$ 6.919,20
305	31018	TINTA ACRILICA PISO PREMIUM 18 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	LT 18 L	100,0000	R\$358,9800	R\$ 35.898,00
306	31019	TINTA ACRILICA PISO PREMIUM 3,6 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	GL 3,6 L	70,0000	R\$91,1400	R\$ 6.379,80
307	31020	TINTA ACRILICA PREMIUM SEMI BRILHO 18 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	LT 18 L	80,0000	R\$576,6000	R\$ 46.128,00
308	31021	TINTA ACRILICA PREMIUM SEMI BRILHO 3,6 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	GL 3,6 L	50,0000	R\$144,1500	R\$ 7.207,50
309	31022	TINTA ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL EXTRA RAPIDO 3,6 L COR A ESCOLHER	MAXVINIL	GL 3,6 L	150,0000	R\$132,9900	R\$ 19.948,50
310	31023	TINTA ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL EXTRA RAPIDO 900 ML COR A ESCOLHER	MAXVINIL	LT 900 ML	80,0000	R\$39,5200	R\$ 3.161,60
311	18251	TINTA SPRAY 400ML ALTA TEMPERATURA	USE	UN	200,0000	R\$26,0400	R\$ 5.208,00
312	23655	TINTA SPRAY USO GERAL 400ML - CORES VARIADAS	USE	UN	200,0000	R\$22,7900	R\$ 4.558,00
313	31024	TOMADA SOBREPOR DUPLA 10A QUADRADA	ILUMI	UN	50,0000	R\$13,7600	R\$ 688,00
314	18265	TOMADA SOBREPOR RED. 2P+T 10A BR -	ILUMI	UN	50,0000	R\$8,1000	R\$ 405,00
315	26395	TORNEIRA BOIA 1/2 E 3/4 HASTE ALUMINIO	VIQUA	UN	20,0000	R\$12,5600	R\$ 251,20
316	13936	TORNEIRA COZINHA PARECE BICA LONGA	DURIN	UN	20,0000	R\$34,8800	R\$ 697,60
317	18270	TORNEIRA JARDIM COM BUCHA RED. 1/2 - 3/4	DURIN	UN	50,0000	R\$5,2100	R\$ 260,50
318	26396	TORNEIRA PARA FILTRO 5/8 COM REGISTRO BRANCA/PRETA	HERC	UN	40,0000	R\$9,7700	R\$ 390,80
319	10189	TORNEIRA PLASTICA LAVATORIO 1/2	HERC	UN	50,0000	R\$17,2100	R\$ 860,50
320	10190	TORNEIRA PLASTICA TANQUE 15 CM 3/4	HERC	UN	20,0000	R\$8,3700	R\$ 167,40
321	17297	TRELICA 12 CM 6 X4,2MM 12 METROS	GERDAU	UN	300,0000	R\$51,1500	R\$ 15.345,00
322	26398	TRENA COM TRAVA 3M ANTI IMPACTO	LUFKIN	UN	20,0000	R\$15,8100	R\$ 316,20
323	26397	TRENA COM TRAVA 5M ANTI IMPACTO	LUFKIN	UN	20,0000	R\$26,9700	R\$ 539,40
324	30975	TRINCHA 1" A 3"	ROMA	UN	130,0000	R\$13,0200	R\$ 1.692,60
325	26404	TUBO CAIXA DESCARGA LONGO COM CURVA	KRONA	UN	20,0000	R\$21,8600	R\$ 437,20
326	23668	TUBO ESGOTO DN 100MM SN BR 6.0M	FORTEPLAST	VARA6METRO	100,0000	R\$91,1400	R\$ 9.114,00
327	18277	TUBO ESGOTO DN 150MM SN BR 6.0M	FORTEPLAST	VARA6METRO	20,0000	R\$267,8400	R\$ 5.356,80
328	23669	TUBO ESGOTO DN 40MM SN BR 6.0M	FORTEPLAST	UN	50,0000	R\$41,8500	R\$ 2.092,50
329	23670	TUBO ESGOTO DN 50MM SN BR 6.0M	FORTEPLAST	VARA6METRO	50,0000	R\$62,3100	R\$ 3.115,50
330	27201	TUBO ESGOTO DN 75MM SN BR 6.0M	FORTEPLAST	VARA6METRO	30,0000	R\$88,3500	R\$ 2.650,50

331	30977	TUBO SOLDAVEL 6 MT 20MM	FORTEPLAST	UN	30,0000	R\$21,3900	R\$ 641,70
332	30979	TUBO SOLDAVEL 6MT 25MM	FORTEPLAST	UN	100,0000	R\$23,2500	R\$ 2.325,00
333	30981	TUBO SOLDAVEL 6MT 32MM	FORTEPLAST	UN	30,0000	R\$60,4500	R\$ 1.813,50
334	30982	TUBO SOLDAVEL 6MT 50MM	FORTEPLAST	UN	50,0000	R\$96,2600	R\$ 4.813,00
335	27203	UNIAO INTERNA 1 X 3/4	DURIN	UN	20,0000	R\$3,9900	R\$ 79,80
336	23671	UNIAO INTERNA 1"	DURIN	UN	40,0000	R\$3,0200	R\$ 120,80
337	23672	UNIAO INTERNA 1/2"	DURIN	UN	40,0000	R\$1,4300	R\$ 57,20
338	18284	UNIAO INTERNA 3/4	DURIN	UN	40,0000	R\$1,8600	R\$ 74,40
339	27202	UNIAO INTERNA 3/4 X 1/2	DURIN	UN	40,0000	R\$2,3300	R\$ 93,20
340	23447	UNIAO SOLDAVEL 32 MM.	KRONA	UN	30,0000	R\$23,2500	R\$ 697,50
341	26405	UNIAO SOLDAVEL 40MM	KRONA	UN	30,0000	R\$44,6400	R\$ 1.339,20
342	10192	VASO SANITARIO BRANCO	ICASA	UN	15,0000	R\$241,8000	R\$ 3.627,00
343	30985	VASSOURA GRAMA ANCINHO PLASTICA VERDE COM CABO	TRAPP	UN	40,0000	R\$28,2800	R\$ 1.131,20
344	26408	VASSOURA JARDIM METAL COM REGULAGEM 22 DENTES E CABO	TRAMONTINA	UN	40,0000	R\$27,7200	R\$ 1.108,80
345	30986	VASSOURAO GARI PLASTICO COM CABO	ODIM	UN	40,0000	R\$53,7600	R\$ 2.150,40
346	18288	VEDA CALHA ALUMINIO 280 G	MUNDIAL PRIME	UN	60,0000	R\$22,7900	R\$ 1.367,40
347	29819	VERGALHAO CONSTRUCAO 1/2" BARRA 12 METROS	GERDAU	VARAO12MT	150,0000	R\$125,5500	R\$ 18.832,50
348	23673	VERGALHAO CONSTRUCAO 3/8" BARRA 12 METROS	GERDAU	UN	150,0000	R\$73,0000	R\$ 10.950,00
349	2883	VERGALHAO CONSTRUCAO 4.2MM X 12 MTS	GERDAU	BARRA	150,0000	R\$16,2800	R\$ 2.442,00
350	23676	VERGALHAO CONSTRUCAO 5/16" BARRA 12 METROS	GERDAU	UN	150,0000	R\$55,4300	R\$ 8.314,50
351	30987	ZARCAO 3,6 LT	MAXVINIL	UN	40,0000	R\$81,3800	R\$ 3.255,20

Valor Total: R\$ 1.668.754,67

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição de Mobiliário Escolar.

Nº do Contrato: 054/2023.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: MFSUL COMÉRCIO DE MÓVEIS CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA.

CNPJ: 35.173.456/0001-38.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição por parte do CONTRATANTE e o fornecimento por parte da CONTRATADA, de Mobiliário Escolar, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de conformidade com a descrição detalhada.

Valor Total: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil, quinhentos reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(122) 05.001.12.365.0005.2017 – 3390.39.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 1.569.0000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE.

Data de assinatura: 19/12/2023.

Signatários:

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito Municipal em Exercício

RODRIGO MORASTICA

Pela Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 57/2023

Processo nº 930945/2023. O Município de Várzea Grande, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da autoridade competente o Senhor Osvaldo Botelho de Campos Neto, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS** com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado (tipo Split /pisoteto) e cortina de ar, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, a ser realizada no dia **10 de janeiro de 2024**, às **10:30** horas (horário de Brasília), através do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br) que será conduzido neste processo pelo pregoeiro oficial, Sr. Zaqueu G. e Silva designado pela Portaria nº 332/2023. O Edital completo está à disposição dos interessados gratuitamente nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande/MT, 18 de dezembro de 2023. **Osvaldo Botelho de Campos Neto – Secretário Municipal de Administração.**

LEI Nº5.182/2023

Dispõe sobre alteração do nome da Rua Minas Gerais para Rua Norberto Lopes da Silva, localizada no Loteamento Industrial III, no bairro Mapim,

de acordo com a lei nº 3.625/2011, que regulamenta arruamento e dá nome às vias públicas do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Norberto Lopes da Silva, a atual Rua Minas Gerais, localizada no **Loteamento Industrial III, no bairro Mapim**, de acordo com a lei nº 3.625/2011.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 22 de novembro de 2023.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Carlos Martins de Figueiredo

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA

PORTARIA Nº294/2023

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, criado pela Lei nº1733/1997 e alterado pela Lei nº1866/1998 no desempenho de suas atribuições legais, e conforme Parecer Jurídico do Procurador Chefe Nº203/2023/JUR/DAEVG,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento por 24 (vinte e quatro) meses não remunerados a partir de 08/12/2023 a 08/12/2025, em favor do(a) Ser-

vidor(a) **JOÃO VICTOR MENDES BERNARDES – matrícula 703, exercendo o cargo de Agente de Saneamento/Cadastrador, conforme previsto em Lei n. 1.164/91 art. 101 do Estatuto do Servidor Público Municipal.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 19 de dezembro de 2023.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA CONTINUIDADE DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2023 - MENOR PREÇO GLOBAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo nº 916389/2023. O Município de Várzea Grande - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pela Pregoeira, a Senhora Aline Arantes Correa, convoca todas as empresas participantes no **PRE-GÃO PRESENCIAL nº 25/2023**, cujo objeto é **Contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços de implantação e manutenção de um sistema de sinalização semafórica moderno e eficiente para o Município de Várzea Grande/MT**, para a continuidade da sessão pública, intenção recursal e demais atos do presente certame, que se dará no dia **22 de dezembro de 2023, às 08h30min (horário local)**, endereço: **Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, localizada na Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700.** O presente documento encontra-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, no campo Licitações. Várzea Grande-MT, 19 de dezembro de 2023. **Aline Arantes Correa –Pregoeira**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 50/2023

Processo nº922181/2023- Objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição de Produtos de Panificação - pães, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Saúde do Município Várzea Grande/MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 291/2023

Empresa: PANIFICADORA SUPREMO LIMITADA - CNPJ n.º 49.910.405/0001-56

ITEM	CÓD. TCE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID. MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	255531-0	PÃO CARECA – TIPO HOT DOG , COM NO MÍNIMO 50 GRAMAS FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 CNPNA. ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO FINO TRANSPARENTE, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNPNA.	PRÓPRIA	UND. Cod. 1	444.000	R\$ 0,72	R\$ 319.680,00
2	181825-2	PÃO DOCE , COM NO MÍNIMO 50 G, NÃO DEVE APRESENTAR TAMANHO IRREGULAR E NÃO INTEGRIDADE DA MASSA (ESFARELANDO AO TOQUE DOS DEDOS) E AMASSAMENTO DO PRODUTO. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA PARTE INFERIOR DO PÃO, (EVIDÊNCIA DE FORMAS SUJAS). ACONDICIONADA EM PACOTE DE POLIETILENO FINO E TRANSPARENTE, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNPNA.	PRÓPRIA	UND. Cod. 1	637.000	R\$ 0,75	R\$ 477.750,00
3	00377494	PÃO MANDI – COM 50 G, FARINHA DE TRIGO, SAL, ÓLEO, COR DO MIOLO LEVEMENTE CREME, CASCA COR DOURADA BRILHANTE. ACONDICIONADA EM PACOTE DE POLIETILENO FINO E TRANSPARENTE. ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	PRÓPRIA	UND. Cod. 1	1.069.000	R\$ 0,74	R\$ 791.060,00
4	168348-9	PÃO FRANCÊS – COM 50 G UNIDADE CONTENDO 50G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES. BEM ACONDICIONADO, ASSADO AO PONTO, SEM AMASSO.	PRÓPRIA	UND. Cod. 1	199.000	R\$ 0,81	R\$ 161.190,00
Valor total R\$ 1.749.680,00 (Um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais)							

12 (doze) meses Várzea Grande/MT, 19 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Órgão Registrante

Silvio Aparecido Fidelis
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

A autoridade fiscal abaixo relacionada, nos termos do artigo 315, III da Lei Complementar nº 1.178/91, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) a comparecer na Central de ISSQN - Coordenadoria de Fiscalização da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, localizada na Av. Castelo Branco, nº 2500, Paço Municipal, Bairro Centro Sul, neste município, em dia útil no horário normal de atendimento das 8h às 17h, para tomar ciência das Notificações Fiscais a seguir identificadas.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou do seu representante legal, presumir-se-á feita a intimação no termo do prazo de 30 dias contados da data desta publicação.

Razão Social	CNPJ	Notificações
LUIZ M. DE A. SOARES - MANUTENÇÃO	33.236.279/0001-66	09/2023 e 1339/2023
ERLEI CARDOSO DA SILVA - WG CONSTRUÇÃO	34.518.820/0001-91	10/2023 e 1340/2023

Autoridade Fiscal da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Nome: Adriana Schlitter

Matrícula: 86790

Cargo: Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 17, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

A autoridade fiscal abaixo relacionada, nos termos do artigo 322, III da Lei Complementar nº 1.178/91, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) a comparecer na Central de ISSQN - Coordenadoria de Fiscalização da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, localizada na Av. Castelo Branco, nº 2500, Paço Municipal, Bairro Centro Sul, neste município, em dia útil no horário normal de atendimento das 8h às 17h, para tomar ciência da Notificação a seguir identificada.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou do seu representante legal, presumir-se-á feita a intimação no termo do prazo de 30 dias contados da data desta publicação.

Razão Social	CNPJ	Notificação
CARLOS EDUARDO ZOLOIZORE PARECIS DE JESUS	21.342.890/0001-90	AIIM 1996/2023
FLAMA COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	43.618.704/0001-35	AIIM 1998/2023
A C P DA SILVA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	33.433.261/0001-54	AIIM 2001/2023

Autoridade Fiscal da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Nome: Adriana Schlitter

Matrícula: 86790

Cargo: Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2023- MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo nº 929184/2023. O Município de Várzea Grande - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Viação e Obras, o Senhor Luiz Celso Moraes de Oliveira, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA**, modo de disputa **ABERTO**,

cujo objeto é a **Contratação de empresa capacitada em prestação de serviços técnicos para executar as ações e atividades previstas no Projeto de Trabalho Social nos bairros: A-10 São Jorge, Jardim Costa Verde e Santa Maria, A-11 Parte do São José, Vitória Régia e A-12 Parte do São José, Vitória Régia e Primavera (Monte Castelo) no Município de Várzea Grande/MT, através do Programa Saneamento Básico - Apoio a Esgotamento Sanitário-PAC Sub Bacia 02 e 05, conforme Termo de Compromisso nº 0408724-88/2013 CAIXA/PMVG e a Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades.** Com realização prevista para o dia 20 de dezembro de 2023, às 09h00min (horário Brasília - DF), **foi prorrogada para o dia 26 de dezembro de 2023, às 15h00min (horário Brasília - DF)** através do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br). Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a indisponibilidade da Pregoeira na data marcada. O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria de Viação e Obras sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado gratuitamente através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou, em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 19 de dezembro 2023. **Luiz Celso Moraes de Oliveira** - Secretário Municipal de Viação e Obras.

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO E RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2023

Processo nº 912646/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS COM RETIRADAS DE DETRITOS, SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO E HIDROJATEAMENTO EM FOSSAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE. De acordo com o Parágrafo 4º do Art. 109 da Lei n. 8.666/63, e com base nas análises efetuadas, pela Pregoeira responsável pela condução do processo, **RATIFICO** a decisão proferida que: **RECEBER** o recurso da licitante **V. M. PEREIRA ME**, eis que tempestivos, e no mérito, **JULGA-O IMPROCEDENTE**, motivo suficiente para o **INDEFERIMENTO. RECEBER** a contrarrazão da licitante **JOSINELSON PEREIRA DA SILVA CRUZ LTDA**, eis que tempestivos, e no mérito, **JULGA-O PROCEDENTE**, motivo suficiente para o **DEFERIMENTO. DECLARA HABILITADA e VENCEDORA** a empresa **JOSINELSON PEREIRA DA SILVA CRUZ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 20.874.268/0001-60, no valor total **R\$ 2.010.000,00** (dois milhões e dez mil reais), por atendimento a todas as exigências edilícias, e; **INABILITADAS** as empresas **VITORIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.280.697/0001-40, e **V. M. PEREIRA ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.144.719/0001-70, por desatendimento aos Instrumentos Convocatórios. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 19 de dezembro de 2023. **Oswaldo Botelho de Campos Neto** - Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 1221/2023

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1º da Portaria nº 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 935050/2023,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular Sem Ônus (**06/02/2023 a 04/02/2025**) concedido aos servidores **CLEIA ANDREIA DOS SANTOS**, matrícula 130724, exercendo o cargo de **Técnico De Desenvolvimento Educacional - Técnico De Desenvolvimento Especial**

lizado - TDEE, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, retornando às atividades, partir de 19/12/2023.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de dezembro 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1222/2023

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1º da Portaria nº 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 935049/2023,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular Sem Ônus (**01/03/2023 a 27/02/2025**) concedido ao servidor **VANTUIR MARTINHO DA SILVA**, matrícula 138854, exercendo o cargo de **Técnico De Desenvolvimento Educacional - Técnico De Desenvolvimento Infantil - TDI**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, retornando às atividades, partir de 18/12/2023.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de dezembro 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA N.º 226/2023

“Retifica a Portaria n.º 193/2023, que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **MARIA APARECIDA PEIXOTO LOPES**”.

O **Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2023.04.33435P;

Art. 1º - Retificar a Portaria n.º 193/2023, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. a Sra. **MARIA APARECIDA PEIXOTO LOPES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 1824457-6454917 SSP/GO e inscrita no CPF n.º 319.167.831-04, efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Merendeira, Classe D, Nível 07, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, matriculada sob o n.º 31736, contando com 30 (trinta) anos, 08(oito) meses e 16 (dezesseis) dias de contribuição, conforme apurado no Parecer Jurídico n.º 145/2023/ PROC/PREVIVAG:

Onde se Lê: (...) Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a Sra. **MARIA APARECIDA PIXOTO LOPES** (...)

Leia-se: (...) Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a Sra. **MARIA APARECIDA PEIXOTO LOPES** (...)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03/10/2023

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de dezembro de 2023.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

ATO Nº331/2023

KALIL SARAT BARACATDE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº933706 /23;

RESOLVE:

EXONERAR a pedido Ana Victoria de Almeida Elias, matrícula nº138.856do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo a partir de 03 de julho de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Dezembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1219/2023

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1º da Portaria Interna nº 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 819/2023**, somente com relação a servidor, **ROSALINA LEMES DE ALMEIDA**, matrícula nº **40767**, exercendo o cargo de **Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu 90 (noventa) dias de Licença Prêmio no quinquênio **01.07.2018/2023, no período 01.09.2023 a 29.11.2023**.

Onde se lê: **01.07.2018/2023**

Leia-se: 15.02.2018/2023.

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT. 18 de dezembro de 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ADESÃO Nº 45/2023

Processo nº. 923168/2023. Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 007/2023 referente ao Pregão Presencial nº 005/2023- REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MOBILIÁRIO URBANO – ARTEFATOS RECREATIVOS E ATIVIDADES SAUDÁVEIS PARA ATENDER AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-JEQUITINHONHA, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana. Empresa **JPL METALÚRGICA IND E COM LTDA**, CNPJ n.º 33.890.604/0001-00, valor de R\$ 7.310.858,02 (sete milhões, trezentos e dez reais, oitocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), o prazo de vigência vigorará por 12 (doze) meses. O presente documento encontra-se disponível no site <http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/3965>. Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2023. **Silvio Aparecido Fidelis- Secretário de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.**

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 435/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa CONSÓRCIO VÁRZEA GRANDE

- MT, consórcio de sociedade, inscrita no CNPJ n. 48.700.605/0001-11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra fundamento no art. 57, II, §2º, da Lei n. 8.666/1993, e suas alterações, nas condições do Contrato n. 435/2022, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO N. 930237/2023. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico, através de equipamentos de controle de velocidade, restrição veicular e de vídeo captura, no município de Várzea Grande para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana de Várzea Grande/MT. VALOR: Fica mantido para esta contratação o valor de R\$ 14.528.882,24 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: Fiscal: CIDOMAR DE ARRUDA VELO, matrícula n. 143314 e Suplente: EMILLY FERREIRA SANTOS, matrícula n. 151367.

DATA DE ASSINATURA: 28.11.2023

BRENO GOMES

Secretaria De Serviços Públicos E Mobilidade Urbana

Contratante

SERGET MOBILIDADE VIÁRIA LTDA (EMPRESA LÍDER)

CONSÓRCIO VÁRZEA GRANDE MT

Contratada

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 399/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.710.871/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 21/2023, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 875663/2023, e no Termo de Referência n. 13/2023 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 928947/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R\$ 194.400,00 (Cento e noventa e quatro mil, quatrocentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621/01710311. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, o servidor SÉRGIO FREITAS DA SILVA, inscrita no CPF n. 722.679.762-34 e Fiscal Suplente o Servidor Marcelo de Souza Fernandes, inscrito no CPF sob o n. 050.302.621-21.

DATA DE ASSINATURA: 11.12.2023.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria De Saúde

Contratante

STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI

Contratada

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 412/2023

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.548/0001-10, e de outro lado, empresa TECNOMAPAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 01.544.328/0001-31. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da adesão do PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2023/PMC da Prefeitura Municipal de Cuiabá – MT, realizado Regido pela Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.011/2011 e Decreto Municipal 5.456, de 24 de fevereiro de 2014, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal 192 de 05 de outubro de 2009. O Pregão Presencial/SRP n. 02/2023/PMC da Prefeitura Municipal de Cuiabá – MT obedeceu ao tipo de MENOR PREÇO LOTE ÚNICO, conforme Artigo 45, §1º, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho/1993. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas pertinentes. OBJETO Contratação de empresa da área de Tecnologia de Informação para a prestação de serviços de fornecimento, implantação e atualização de solução de geoinformação, imagens em alta resolução, apoio a geração de base, registro contínuo urbano das unidades imobiliárias por meio de câmeras embarcadas em sistema de varredura, estrutura ideal para gestão de documentos, carga e consulta de dados, com levantamento de campo para atualização do cadastro imobiliário, customização e evolução de sistemas, suporte ao usuário, disponibilização e gestão de central de atendimento ao cidadão, conforme necessidades da secretaria municipal de fazenda e outras quanto a garantia da receita pública e modernização, conforme especificações descritas no edital da referida concorrência em anexo e demais itens do Termo de Referência n. 005/2023 da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária de Várzea Grande/MT. VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 4.728.869,29 (quatro milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos). UO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA FONTE: 01500. VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e sua duração poderá ser prorrogada, por igual e sucessivos períodos, desde de que devidamente justificado, respeitando o limite máximo de 60 (sessenta) meses previsto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8666/93, contados a partir do recebimento da Nota de empenho e/ou ordem de serviço emitida pela Secretaria Municipal Fazenda. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato, os servidores abaixo: FISCAL TITULAR: VICENTE GOMES DE LACERDA, CPF: 289.868.063-04; FISCAL SUPLENTE: REGIS PODEROSO DE SOUZA, CPF: 264.512.578-69.

DATA DE ASSINATURA: 18.12.2023

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria De Gestão Fazendária

Contratante

TECNOMAPAS LTDA

Contratada

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 374/2023

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.548/0001-10, e de outro lado, o Senhor DELSON CLEMENTE DA SILVA,

brasileiro, pessoa física portador da Cédula de Identidade n. 1614232-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob n. 020.584.461-86. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do procedimento de CHAMADA PÚBLICA N. 06/2023 e será regido de acordo com a Regido pela Lei N. 11.326 de 24 de julho de 2006, Artigo 14 da Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução FNDE n. 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações, subsidiariamente a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais normas pertinentes e condições constantes neste Edital, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo 110/2021, e no Projeto Básico n. 03/2021 da Secretaria de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 875684/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda escolar para os alunos da rede básica de ensino do município de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R\$ 38.451,63 (trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 01500/01552. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do instrumento, prazo em que o Contratado deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: O Fiscal do contrato: A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, a servidora MÔNICA APARECIDA GONÇALVES, Portadora do RG n. 0969870-1 SSP/MT, inscrita no CPF n. 627.749.301-97;

DATA DE ASSINATURA: 24.11.2023

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria De Educação, Cultura, Esporte E Lazer

Contratante

DELSON CLEMENTE DA SILVA

Contratada

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 127/2017.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e o Senhora IRACI MENEGHETI RADIS, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1665652 SSP/PR e inscrita no CPF sob o n. 009.524.051-99. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal na Lei 8.666/93, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 127/2017, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 929429/2023. OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E DAS OBRIGAÇÕES, os itens 4.1 e 4.3 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e o item 7.4 da CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO do Contrato n. 127/2017, referente à locação de um imóvel urbano localizado na Avenida Filinto Muller n. 500, sala 04, 05 e 06, Bairro Jardim Aeroporto, Várzea Grande – MT, destinado para exclusivo funcionamento do FUNDEB e CAE, visando atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor do aluguel mensal é de R\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 87.600,00 (Oitenta e sete mil e seiscentos reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contado a partir da data de seu vencimento, nos termos do artigo 3º, da Lei nº 8.245, de 1991. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER que, designa para este ato, a Servidora AMANDA FERREIRA LIMA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2422076-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 047.906.701-55, Matrícula 141300.

DATA DE ASSINATURA: 12.12.2023

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

Contratante

IRACI MENEGHETI RADIS

Locador

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 898780/2023

O Município de Várzea Grande, por intermédio **Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.364.895/0001-60 neste ato sendo representado pelo Secretário **Gonçalo Aparecido de Barros**, torna público para conhecimento de todos os interessados que **SUSPENDE** a abertura do processo licitatório que aconteceria dia 21 de dezembro de 2023- referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023.

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em fornecimento ininterrupto de gases medicinais, com cessão em regime de comodato de tanques, cilindros, bem como locação de central de ar comprimido medicinal, incluindo a instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças dos equipamentos cedidos e locados e eventual troca de equipamentos, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Maternidade Pública Dr. Francisco Lustosa de Figueiredo, Unidades de Pronto Atendimento – Upa Ipase e Upa Cristo Rei, Unidades Secundárias Ambulatoriais, Unidades Básicas de Saúde e Atendimento Domiciliar.

Motivo da suspensão conforme CI nº 50/2023 anexo nos autos, em virtude alteração na qualificação técnica.

Várzea Grande – MT, 19 de dezembro de 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Municipal de Saúde /SMSVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO DISPENSA N. 023/2023

O Agente de Contratação Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Dispensa n. 023/2023, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de serviço de acesso à internet para atender o sistema de videomonitoramento do PROGRAMA VIGIA MAIS MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
VALE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	15.252.973/0001-95	R\$: 47.328,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 19 de dezembro de 2023.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Agente de Contratação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO DISPENSA N. 023/2023

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimen-

to, julgamento, habilitação e resultado relativo a Dispensa N. 023/2023, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de serviço de acesso à internet para atender o sistema de videomonitoramento do PROGRAMA VIGIA MAIS MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
VALE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	15.252.973/0001-95	R\$: 47.328,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 19 de dezembro de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PRIMENRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 054/2023 TOMADA DE PREÇOS N. 005/2023

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa: **GM CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**, brasileiro, médico, inscrito no **CRM: 2018 - MT**, portador da Cédula de Identidade sob o RG 11xx29, SSP/MT, e do CPF 205.9xx.201-00.

CONTRATADA: GM CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 47433557/0001-80, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Cuiabá/MT, na Rua: R Cinco, s/n, Quadra: 06. Lote: 23, Bairro: Residencial Itamarati, CEP:78.058-863

OBJETO: Aditivar o prazo de vigência e execução do contrato para construção de (01) um campo society, na Comunidade Ricardo Franco - zona rural Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, conforme o projeto básico, e memorial descritivo, e planilha orçamentaria, oriundo do contrato de repasse, nº **912096/2021- DO MINISTERIO DO ESPORTE- CAIXA**, que ora adjudicado à **CONTRATADA** com fulcro no julgamento da **TOMADA DE PREÇOS N. 005/2023** e respectivo **Processo Administrativo nº. 066/2023**, devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição.

JUSTIFICATIVA: Conforme Processo 20/2023/SE/VBST, parecer técnico de engenharia 046/2023/SE/PMVBST, parecer do fiscal do contrato 28/2023 e parecer jurídico 220/2023, bem como para viabilizar a conclusão da obra, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo de **VIGÊNCIA** e de **EXECUÇÃO** que passarão a ser de:

120 (noventa) dias, a findar no dia 10 de maio de 2024, para o prazo de execução da obra.

210(cento e vinte oito) dias, a findar no dia 14 de agosto de 2024, para o prazo de vigência do contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 19 de dezembro de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	GM CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 47433557/0001-80 GABRIEL BASTOS MACHADO RG: 211xx715, SSP/MT CPF: 0579xx00109 CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

ARNALDO MATUCARI SUPEPI CPF: 011.9xx.451-95 R.G: 1606xx2-2 SSP/MT	AIRTON SAUCEDO CPF: 3526xx77172 R.G: 060xx48-3 SSP/MT
--	--

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N. 006/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2021, PROCESSO N. 054/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na **Lei Federal N. 8.666/93**, demais legislação pertinente em vigor e previsão de prorrogação do Contrato Original, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, aditivar o prazo de vigência do contrato original para prestação aquisição de licença para uso de software - tipo programa Altoqi Eberick 2021 Basic Essential com 29 módulos, para atender ao setor de engenharia, com vigência no período de **31 de dezembro de 2023 a 30 de dezembro de 2024**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93**.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de dezembro de 2023.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ: 03.984.954/0001-74 CONTRATADO
---	---

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Nome: ARNALDO MATUCARI SUPEPI	Nome: AIRTON SAUCEDO
CPF: 011.9xx.451-95	CPF: 352.6xx.771-72
RG: 160xx42-2 SSP/MT	RG: 060xx48 SSP/MT

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPOEM O ANEXO I DO EDITAL – LOTE 02
PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 078/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 003/202023
CONTRATO Nº: 070/2023
VALOR DO CONTRATO: R\$ 313.903,67 (trezentos e treze mil, novecentos e três reais e sessenta e sete centavos)
NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA OBRA: CNO 90.017.44884/70
EMPRESA EXECUTORA: L. C. BRANCHER E CIA LTDA CNPJ: 11.423.558/0001-04

Aos dezoito dias, do mês de dezembro, no ano de dois mil e vinte e três, recebemos, em caráter provisório, o objeto: **CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE**

COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL – **LOTE 02**, oriundo do Contrato nº 070/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e a empresa L. C. BRANCHER E CIA LTDA. Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**. Não eximindo a contratada das obrigações de:

§ Manter a obra e serviços em perfeitas condições de funcionamento até o recebimento definitivo, que far-se-á após a correção das anormalidades, caso haja, que será emitido no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar deste termo.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 18 de dezembro de 2023

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA/MT n.º: 039458

ART de Fiscalização n.º: 1220230174149

Portaria de Fiscalização n.º: 448/2023

PORTARIA Nº 529/2023

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO E ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS DO BAIRRO CAPÃO DO CORIXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, PREFEITO MUNICIPAL, DE **VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT**, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO E ORÇAMENTO DE **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS DO BAIRRO CAPÃO DO CORIXO**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO E ORÇAMENTO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS DO BAIRRO CAPÃO DO CORIXO - CONTRATO DE REPASSE Nº 945229/2023/MCIDADES/CAIXA	CENTRAL DE PROJETOS DA AMM - ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS GEIZIANI MAGALHÃES CELESTINO ENGENHEIRO CIVIL CREA: MT 52498 AXEL SALLAS LOPES ENGENHEIRO CIVIL CREA: MT 40367

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL: **SERGIO DE MELLO SANTOS**

CREA: **MT 039458**

ARTIGO 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vila Bela da SS. Trindade, 19 de dezembro de 2023

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeita Municipal

SERGIO DE MELLO SANTOS

Engenheiro Civil

CREA: **MT 039458**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - VILA RICA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00007, de 19 de Dezembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897/00024/2023



Data de afixação: Data de desafixação:

19/12/2023

03/01/2024

GABINETE LEI MUNICIPAL Nº 2.094/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.515.154,93 (UM MILHÃO QUINHENTOS E QUINZE MIL CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO (LOA Nº 1.968/2022), EXERCÍCIO 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 1.515.154,93 (um milhão quinhentos e quinze mil cento e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), adicionando recursos no Orçamento do Município exercício de 2023, provenientes do Excesso de Arrecadação, destinados ao reforço de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares, nos termos do artigo 1º desta Lei, serão cobertos pelos recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas de custeio, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme demonstrado no cálculo de tendência de excesso de arrecadação. **Fonte: 00.01.0751-Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública-COSIP no valor de R\$ 135.535,11 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e onze centavos); Fonte 00.01.0540-Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos no valor de R\$ 108.394,04 (cento e oito mil trezentos e noventa e quatro reais e quatro centavos); Fonte 00.01.0502-Recursos não vinculados da compensação de impostos no valor de R\$ 445.713,77 (quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e treze reais e setenta e sete centavos); Fonte 00.01.0759-Recursos Vinculados a Fundos no valor de R\$ 188.140,39 (cento e oitenta e oito mil cento e quarenta reais e trinta e nove centavos); Fonte 00.01.0711-Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas no valor de R\$ 637.371,62 (seiscentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos).**

Art. 3º - Os Créditos Adicionais Suplementares referidos no artigo 1º serão desdobrados ao nível de modalidade de aplicação e recurso, através de Decreto Municipal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

ANEXO I

Dados Extraídos do Anexo 10-Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexos Anuais Conforme a Lei 4.320/64

CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO						
Rubrica	Descrição	Fonte	Receita Orçada	Arrecadado janeiro/novembro/2023	Projetado/ 12 Meses	Excesso Provável
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	751	1.313.598,12	1.781.799,83	1.943.781,63	630.183,48

Provável Excesso de Arrecadação das Receitas (Fonte 751)

Receita Orçada	1.313.598,12
Receita Projetada	1.943.781,63
Provável Excesso de Arrecadação(A)	630.183,51
Créditos Adicionais Abertos	
Lei 2.063/2023	494.648,40
Total(B)	
Provável Excesso de Arrecadação a Utilizar(A-B)	135.535,11

Dados Extraídos do Anexo 10-Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexos Anuais Conforme a Lei 4.320/64

CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO						
Rubrica	Descrição	Fonte	Receita Orçada	Arrecadado janeiro/novembro/2023	Projetado/ 12 Meses	Excesso Provável
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	FUNDEB	540	16.692.375,25	18.972.764,47	20.697.561,24	4.005.185,99

Provável Excesso de Arrecadação das Receitas (Fonte 540)

Receita Orçada	16.692.375,25
Receita Projetada	20.697.561,24
Provável Excesso de Arrecadação(A)	4.005.185,99
Créditos Adicionais Abertos	
Lei 2.063/2023	3.896.794,95
Total(B)	
Provável Excesso de Arrecadação a Utilizar(A-B)	108.394,04

Dados Extraídos do Anexo 10-Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexos Anuais Conforme a Lei 4.320/64

CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO					
Rubrica	Descrição	Fonte	Receita Orçada	Arrecadado janeiro/dezembro/2023	Excesso
1.7.2.1.98.0.1.01.00.00	FETHAB OBRAS	759	2.421.754,56	2.848.566,91	426.812,35

Provável Excesso de Arrecadação das Receitas (Fonte 759)

Receita Orçada	2.421.754,56
Receita Arrecadada	2.848.566,91
Excesso de Arrecadação(A)	426.812,35
Créditos Adicionais Abertos	
Lei 2.063/2023	238.671,96
Total(B)	
Excesso de Arrecadação a Utilizar(A-B)	188.140,39

Rubrica	Descrição	Fonte	Receita Orçada	Arrecadado janeiro/novembro/2023	Excesso
1.7.1.9.99.0.1.05.00.00	AFM-APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS (LC 201/2023)	711	0,00	637.371,62	637.371,62

Provável Excesso de Arrecadação das Receitas (Fonte 711)

Receita Orçada	0,00
Receita Arrecadada	637.371,62
Excesso de Arrecadação(A)	637.371,62
Créditos Adicionais Abertos	
Não Houve	0,00
Total(B)	
Provável Excesso de Arrecadação a Utilizar(A-B)	637.371,62

Orçada com Arrecadada - Anexos Anuais Conforme a Lei 4.320/64

CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Rubrica	Descrição	Fonte	Receita Orçada	Arrecadado julho/dezembro/2023	Previsão LC 201/2023	Excesso Provável
1.7.2.9.53.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DA TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DAS PERDAS	502	0,00	130.070,56	443.746,93	573.817,49

Provável Excesso de Arrecadação das Receitas (Fonte 502)

Receita Orçada	0,00
Receita Arrecadada/Prevista	573.817,49
Provável Excesso de Arrecadação(A)	573.817,49
Créditos Adicionais Abertos	
Lei 2.063/2023	128.103,72
Total(B)	
Provável Excesso de Arrecadação a Utilizar(A-B)	445.713,77

IMPREV
ANEXO VII (LRF, ART.53, INCISO V)



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2023 / MÊS OUTUBRO 2023

Página: 1 / 1
Data de emissão: 14/12/2023
Exercício de 2023

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	3.517,31	3.517,31	0,00	0,00	0,00	109.630,02	101.747,75	101.747,75	0,01	7.882,26	7.882,26
PODER EXECUTIVO	0,00	3.517,31	3.517,31	0,00	0,00	0,00	109.630,02	101.747,75	101.747,75	0,01	7.882,26	7.882,26
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	0,00	3.517,31	3.517,31	0,00	0,00	0,00	109.630,02	101.747,75	101.747,75	0,01	7.882,26	7.882,26
Total (II) = (I + II):	0,00	3.517,31	3.517,31	0,00	0,00	0,00	109.630,02	101.747,75	101.747,75	0,01	7.882,26	7.882,26

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA. Emissão: 14/12/2023, às 15:18:54.
Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.093/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.310 DE 13 DE ABRIL DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MEDICOS PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, Sr. **Abmael Borges da Silveira**, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o § 2º do art. 1º da Lei Municipal nº 1.310 de 13 de abril de 2.015.

“Art. 1º [...]”

(...)

§ 2º (revogado)”

Art. 2º O art. 2º, §1º e §2º, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando o § 3º da Lei Municipal nº 1.310, de 2015:

“Art. 2º -Ficaestabelecido auxílio financeiro de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mensais ao custeio das seguintes despesas:

a. hospedagem ou moradia; b. alimentação; c. água e energia elétrica.

§ 1º Farão jus ao auxílio financeiro para o custeio das despesas estabelecida no art. 2º da presente Lei, os médicos que estejam inseridos ao Projeto Mais Médicos, enquanto perdurar o período de contratação do profissional de saúde”.

§ 2º O repasse do valor referente ao auxílio se dará mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de atividade do médico participante, a partir da data de efetivo exercício e mediante aceitação pela Secretaria Municipal de Saúde, do Termo de Compromisso firmado entre o profissional médico e o Ministério da saúde.

§ 3º (revogado)”

Art. 3ºRevoga o art. 3º da Lei Municipal nº 1.310, de 2015.

“Art. 3º (revogado)”

Art. 4ºRevoga o art. 4º da Lei Municipal nº 1.310, de 2015.

“Art. 4º (revogado)”

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito municipal

Gestão 2021/2024



IMPREV
ANEXO VI (LRF, ART.53, INCISO III)

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - OUTUBRO 2023

Página: 1 / 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Outubro 2023	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00		0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00		0,00
IPTU	0,00		0,00
ISS	0,00		0,00
ITBI	0,00		0,00
IRRF	0,00		0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00		0,00
Contribuições	0,00		0,00
Receita Patrimonial	0,00		0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00		0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00
Transferências Correntes	0,00		0,00
Cota-Parte FPM	0,00		0,00
Cota-Parte ICMS	0,00		0,00
Cota-Parte IPVA	0,00		0,00
Cota-Parte ITR	0,00		0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00		0,00
Transferências do FUNDEB	0,00		0,00
Outras Transferências Correntes	0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00		0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.130.231,33		9.082.988,75
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	3.654.461,04		5.258.455,21
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00		0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00		0,00
Alienação de Bens	0,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00		0,00
Outras Alienações de Bens	0,00		0,00
Transferências de Capital	0,00		0,00
Convênios	0,00		0,00
Outras Transferências de Capital	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00		0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	5.130.231,33		9.082.988,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	0,00		0,00



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - OUTUBRO 2023

Página: 2 / 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Outubro 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	7.979.234,11	6.679.203,11	6.637.393,22	6.615.388,11	3.517,31	101.747,75	101.747,75
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	795.108,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	10.350,00	8.289,00	8.289,00	8.289,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	8.784.692,37	6.687.492,11	6.645.682,22	6.623.677,11	3.517,31	101.747,75	101.747,75
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	795.108,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]				2.354.046,58			
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIC)]				0,00			
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO				VALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				2.805.742,50			
JUROS NOMINAIS				Janeiro - Outubro 2023			
				VALOR INCORRIDO			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)				5.258.455,21			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)				0,00			
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)				5.258.455,21			



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - OUTUBRO 2023

Página: 3 / 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022(a)	Janeiro - Outubro 2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	-3.517,31	0,00
Disponibilidade de Caixa	-3.517,31	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.517,31	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	3.517,31	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		3.517,31
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Outubro 2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	-3.517,31	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	5.258.455,21	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	5.258.455,21	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	0,00	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.768.618,25	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	12.768.618,25	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas. Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA. Emissão: 14/12/2023, às 15:17:49.
Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 312/2023

de 19 de dezembro de 2023.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder licença para tratar de assuntos de interesses particulares a servidora MARILEIDE RODRIGUES VALADARES matrícula nº 205, cargo de MONITORA DE CRECHE no período de **19/12/2023 a 17/12/2025**, em conformidade ao Art. 102 da lei n.º. 747/08 de 22 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal de Vila Rica-MT

GABINETE
DECRETO N.º 162/2023

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE OS PROCESSOS QUE SE INICIARAM ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023 SOB A ÉGIDE DA LEI DE LICITAÇÕES N.º 8.666/1993.

O Senhor ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Vila Rica/MT.

Considerando o Art. 191, da Lei n.º 14.133/21, que diz:

“Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193 (30 de dezembro de 2023), a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

“Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.”;

Considerando que o Tribunal de Contas da União **decidiu, por unanimidade, que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” seguindo a legislação antiga (leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011) podem continuar obedecendo a essas regras, desde que a publicação do edital ocorra até 31 de dezembro de 2023. Os processos que não se enquadram nessas diretrizes devem seguir as regras da Nova Lei de Licitações (processo TC 000.586/2023-4).**

DECRETA:

Art. 1º – Os processos licitatórios que tenham os editais publicados até 31 de dezembro de 2023, sob a égide das Leis nº 8.666, de 1993, nº 10.520, de 2002, inclusive as licitações para registro de preços ou adesão a ata de registro de preço (Decreto nº 7.892, de 2013), permanecem por elas regi-

das, bem como os contratos respectivos e seus aditamentos durante toda a sua vigência, ou outro instrumento hábil.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vila Rica-MT, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2023.

Registra-se, publique-se e Cumpra-se.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

IMPREV
ANEXO IV, ART. 53, INCISO II



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2023 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 1/ 2

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	8.784.692,37	14.341.443,96
Receita de Contribuições dos Segurados	1.963.668,97	2.523.745,64
Ativo	1.863.668,97	2.400.489,66
Inativo	100.000,00	123.255,98
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.130.424,86	6.554.185,55
Ativo	3.130.424,86	6.554.185,55
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.654.461,04	5.258.455,21
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	3.654.461,04	5.258.455,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	36.137,50	5.057,56
Compensação Financeira entre os regimes	36.137,50	5.057,56
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	8.784.692,37	14.341.443,96

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Benefícios	7.506.264,68	6.325.794,74	6.325.794,74	6.319.719,29
Aposentadorias	6.476.264,68	5.664.496,46	5.664.496,46	5.659.919,41
Pensões por Morte	1.030.000,00	661.298,28	661.298,28	659.799,88
Outras Despesas Previdenciárias	389.846,93	306.140,23	292.276,52	283.703,07
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	389.846,93	306.140,23	292.276,52	283.703,07
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	7.896.111,61	6.631.934,97	6.618.071,26	6.603.422,36
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	888.580,76	7.709.508,99	7.723.372,70	7.738.021,60

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	-1.265,66



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2023 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 2 / 2

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	47.692.085,59
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas. Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA. Emissão: 14/12/2023, às 15:16:31.

Nota(s) Explicativa(s):

Vila Rica, 14/12/2023

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3



IMPREV
ANEXO II (LRF, ART.52, INCISO II)

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página : 1 / 1
Data de emissão: 14/12/2023
Exercício de 2023

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	8.759.692,37	8.759.692,37	1.353.474,35	6.663.335,04	99,639	2.096.357,33	1.333.409,09	6.621.525,15	99,64	2.138.167,22
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.964.584,11	7.964.584,11	1.353.474,35	6.663.335,04	99,64	1.301.249,07	1.333.409,09	6.621.525,15	99,64	1.343.058,96
Previdência do Regime Estatutário	7.964.584,11	7.964.584,11	1.353.474,35	6.663.335,04	99,64	1.301.249,07	1.333.409,09	6.621.525,15	99,64	1.343.058,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	795.108,26	795.108,26	0,00	0,00	0,00	795.108,26	0,00	0,00	0,00	795.108,26
Reserva de Contingência	795.108,26	795.108,26	0,00	0,00	0,00	795.108,26	0,00	0,00	0,00	795.108,26
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	0,361	842,93	5.402,72	24.157,07	0,36	842,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	0,36	842,93	5.402,72	24.157,07	0,36	842,93
Previdência do Regime Estatutário	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	0,36	842,93	5.402,72	24.157,07	0,36	842,93
TOTAL (III) = (I + II)	8.784.692,37	8.784.692,37	1.358.877,07	6.687.492,11	100,00	2.097.200,26	1.338.811,81	6.645.682,22	100,00	2.139.010,15

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas, Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA, Emissão: 14/12/2023, às 15:13:57.

Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO I (LRF, ART.52, INCISO I)

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 1 / 7
Data: 14/12/2023
Exercício de 2023



RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.596.495,78	5.596.495,78	774.790,26	13,84	7.716.461,19	137,88	-2.119.965,41
RECEITAS CORRENTES	5.596.495,78	5.596.495,78	774.790,26	13,84	7.716.461,19	137,88	-2.119.965,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.905.897,24	1.905.897,24	496.922,12	26,07	2.452.948,42	128,70	-547.051,18
Contribuições Sociais	1.905.897,24	1.905.897,24	496.922,12	26,07	2.452.948,42	128,70	-547.051,18
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.654.461,04	3.654.461,04	276.845,18	7,58	5.258.455,21	143,89	-1.603.994,17
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	3.654.461,04	3.654.461,04	276.845,18	7,58	5.258.455,21	143,89	-1.603.994,17
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 2 / 7
Data: 14/12/2023
Exercício de 2023

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.137,50	36.137,50	1.022,96	2,83	5.057,56	14,00	31.079,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	36.137,50	36.137,50	1.022,96	2,83	5.057,56	14,00	31.079,94
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 3 / 7
Data: 14/12/2023
Exercício de 2023

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.188.196,59	3.188.196,59	1.354.083,30	42,47	6.624.982,77	207,80	-3.436.786,18
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.784.692,37	8.784.692,37	2.128.873,56	24,23	14.341.443,96	163,25	-5.556.751,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	8.784.692,37	8.784.692,37	2.128.873,56	24,23	14.341.443,96	163,25	-5.556.751,59
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	8.784.692,37	8.784.692,37	2.128.873,56	24,23	14.341.443,96	163,25	-5.556.751,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 4 / 7
 Data: 14/12/2023
 Exercício de 2023

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.759.692,37	8.759.692,37	1.353.474,35	6.663.335,04	2.096.357,33	1.333.409,09	6.621.525,15	2.138.167,22	6.599.520,04
DESPESAS CORRENTES	7.954.234,11	7.954.234,11	1.353.474,35	6.655.046,04	1.299.188,07	1.333.409,09	6.613.236,15	1.340.997,96	6.591.231,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.746.264,68	7.746.264,68	1.307.039,22	6.490.152,95	1.256.111,73	1.307.039,22	6.490.152,95	1.256.111,73	6.484.077,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.969,43	207.969,43	46.435,13	164.893,09	43.076,34	26.369,87	123.083,20	84.886,23	107.153,54
DESPESAS DE CAPITAL	10.350,00	10.350,00	0,00	8.289,00	2.061,00	0,00	8.289,00	2.061,00	8.289,00
INVESTIMENTOS	10.350,00	10.350,00	0,00	8.289,00	2.061,00	0,00	8.289,00	2.061,00	8.289,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	795.108,26	795.108,26	—	—	795.108,26	—	—	795.108,26	—
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	842,93	5.402,72	24.157,07	842,93	24.157,07
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X) = (VIII + IX)	8.784.692,37	8.784.692,37	1.358.877,07	6.687.492,11	2.097.200,26	1.338.811,81	6.645.682,22	2.139.010,15	6.623.677,11
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	8.784.692,37	8.784.692,37	1.358.877,07	6.687.492,11	2.097.200,26	1.338.811,81	6.645.682,22	2.139.010,15	6.623.677,11
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	7.653.951,85	—	—	7.695.761,74	—	7.717.766,85
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	8.784.692,37	8.784.692,37	1.358.877,07	14.341.443,96	—	1.338.811,81	14.341.443,96	—	14.341.443,96
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 5 / 7
 Data: 14/12/2023
 Exercício de 2023

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.188.196,59	3.188.196,59	1.354.083,30	42,47	6.624.982,77	207,80	-3.436.786,18
RECEITAS CORRENTES	3.188.196,59	3.188.196,59	1.354.083,30	42,47	6.624.982,77	207,80	-3.436.786,18
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.188.196,59	3.188.196,59	1.354.083,30	42,47	6.624.982,77	207,80	-3.436.786,18
Contribuições Sociais	3.188.196,59	3.188.196,59	1.354.083,30	42,47	6.624.982,77	207,80	-3.436.786,18
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 6 / 7
Data: 14/12/2023
Exercício de 2023

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página: 7 / 7
Data: 14/12/2023
Exercício de 2023

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	842,93	5.402,72	24.157,07	842,93	24.157,07	0,00
DESPESAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	842,93	5.402,72	24.157,07	842,93	24.157,07	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.000,00	25.000,00	5.402,72	24.157,07	842,93	5.402,72	24.157,07	842,93	24.157,07	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas, Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA RICA, Emissão: 14/12/2023, às 15:11:44.
Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

**ESTADO DE MATO GROSSO**

MUNICÍPIO DE VILA RICA

Balanço Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Página: 1/ 1

Data de emissão: 19/12/2023

Exercício de 2023

Período de: Novembro à Novembro

Despesa: Empenhada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.286.320,82	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	671.923,80
Ordinária	0,00	Ordinária	0,00
Vinculada	2.286.320,82	Vinculada	671.923,80
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V,	1.919,32	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	24.089,46
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	1.214.745,99	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	639.295,04
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	1.020.875,92	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	8.539,30
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	48.779,59		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	93.900,76	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	194.336,54
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-13.453,33	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.196,26
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-18.625,53	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	125.979,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	189.883,23
		Ajustes financeiros	3.257,05
SALDOS ANTERIORES	47.692.085,59	SALDOS ATUAIS	49.206.046,83
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	89.352,84	CONTAS CORRENTES	90.846,72
APLICAÇÕES	47.602.732,75	APLICAÇÕES	49.115.200,11
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	50.072.307,17	TOTAL	50.072.307,17

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA. Emissão: 19/12/2023, às 14:38:28.

Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO III (LRF, ART.53, INCISO I)

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2022 A OUTUBRO/2023

RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2023
ESPECIFICAÇÃO	Nov/2022	Dez/2022	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	Out/2023	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	373.618,07	559.519,06	533.501,31	662.677,37	1.163.420,52	893.019,27	1.279.482,58	1.236.376,63	668.678,47	504.514,78	379.592,15	395.198,11	8.649.598,32	5.596.495,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	236.936,79	252.313,94	246.636,45	243.679,54	237.147,77	238.666,82	247.991,70	242.863,06	249.227,96	249.813,00	245.729,11	251.193,01	2.942.199,15	1.905.897,24
Receta Patrimonial	136.198,42	306.201,16	286.382,00	418.514,97	925.761,27	653.840,97	1.030.979,40	993.002,09	418.939,03	254.190,30	133.351,56	143.493,62	5.700.854,79	3.654.461,04
Rendimentos de Aplicação Financeira	136.198,42	306.201,16	286.382,00	418.514,97	925.761,27	653.840,97	1.030.979,40	993.002,09	418.939,03	254.190,30	133.351,56	143.493,62	5.700.854,79	3.654.461,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do F.P.M.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do L.C.M.S.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	482,86	1.003,96	482,86	482,86	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	6.544,38	36.137,50
DEDUÇÕES (II)	373.618,07	559.519,06	533.501,31	662.677,37	1.163.420,52	893.019,27	1.279.482,58	1.236.376,63	668.678,47	504.514,78	379.592,15	395.198,11	8.649.598,32	5.596.495,78
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	236.936,79	252.313,94	246.636,45	243.679,54	237.147,77	238.666,82	247.991,70	242.863,06	249.227,96	249.813,00	245.729,11	251.193,01	2.942.199,15	1.905.897,24
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	482,86	1.003,96	482,86	482,86	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	511,48	6.544,38	36.137,50
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	136.198,42	306.201,16	286.382,00	418.514,97	925.761,27	653.840,97	1.030.979,40	993.002,09	418.939,03	254.190,30	133.351,56	143.493,62	5.700.854,79	3.654.461,04
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 196, §11) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA. Emissão: 14/12/2023, às 15:15:22.
Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA	LEIDI APARECIDA MINELI
DIRETOR EXECUTIVO	CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



ESTADO MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Entidades: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Exercício de 2023
Período: Janeiro a Novembro
Página: 1 / 1

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	5,596,495,78	5,596,495,78	9,161,275,74	3,564,779,96
CONTRIBUIÇÕES	1,905,897,24	1,905,897,24	2,704,784,13	798,886,89
RECEITA PATRIMONIAL	3,654,461,04	3,654,461,04	6,450,922,57	2,796,461,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36,137,50	36,137,50	5,569,04	-30,568,46
RECEITAS CORRENTES (I)	3,188,196,59	3,188,196,59	7,466,489,04	4,278,292,45
CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS	3,188,196,59	3,188,196,59	7,466,489,04	4,278,292,45
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	8.784.692,37	8.784.692,37	16.627.764,78	7.843.072,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	8.784.692,37	8.784.692,37	16.627.764,78	7.843.072,41
Deficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	8.784.692,37	8.784.692,37	16.627.764,78	7.843.072,41
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	7,979,234,11	9,539,234,11	7,351,126,91	7,322,770,35	7,319,390,77	2,188,107,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7,771,264,68	9,296,264,68	7,182,198,51	7,180,606,18	7,180,606,18	2,114,066,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207,969,43	242,969,43	168,928,40	142,164,17	138,784,59	74,041,03
DESPESAS DE CAPITAL (X)	10,350,00	10,350,00	8,289,00	8,289,00	8,289,00	2,061,00
INVESTIMENTOS	10,350,00	10,350,00	8,289,00	8,289,00	8,289,00	2,061,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	795,108,26	795,108,26	0,00	0,00	0,00	795,108,26
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	8.784.692,37	10.344.692,37	7.359.415,91	7.331.059,35	7.327.679,77	2.985.276,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	8.784.692,37	10.344.692,37	7.359.415,91	7.331.059,35	7.327.679,77	2.985.276,46
Superávit (XVI)	-	-	9,268,348,87	9,296,705,43	9,300,085,01	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	8.784.692,37	10.344.692,37	16.627.764,78	16.627.764,78	16.627.764,78	12.253.625,33

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	109,630,02	102,944,01	102,944,01	0,01	6,686,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	3,218,48	3,218,48	3,218,48	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	106,411,54	99,725,53	99,725,53	0,01	6,686,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	109.630,02	102.944,01	102.944,01	0,01	6.686,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	0,00	3,517,31	3,517,31	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3,517,31	3,517,31	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.517,31	3.517,31	0,00	0,00

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT -
015487/O-3

GABINETE
LEI MUNICIPAL N° 2.092/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“Dispõe sobre alteração na Lei Municipal nº 750/2008 e na Lei Municipal nº 748/2008, no reajuste de vencimento dos cargos de Farmacêutico e Terapeuta Ocupacional, dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, Sr. Abmael Borges da Silveira, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reajustado no percentual de 63,8988% (Sessenta e três inteiros e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito décimos de milhar por cento) da tabela de vencimento do Cargo de **Farmacêutico**, alterando o Anexo I, vencimento inicial, Profissional de Nível Superior do SUS **40 horas** semanal, da Lei Municipal nº 750/2008, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde de Vila Rica – SUS-VR, conforme demonstra o anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica reajustado no percentual de 68,3489% (Sessenta e oito inteiros e trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove décimos de milhar por cento) da tabela de vencimento do Cargo de **Terapeuta Ocupacional**, alterando o Anexo I, vencimento inicial, Profissional de Nível Superior do SUS **40 horas** semanal, da Lei Municipal nº 750/2008, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde de Vila Rica – SUS-VR, conforme demonstra o anexo II desta Lei.

Art. 3º - Fica reajustado no percentual de 68,3489% (Sessenta e oito inteiros e trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove décimos de milhar por cento) da tabela de vencimento do Cargo de **Terapeuta Ocupacional**, alterando o Anexo I, vencimento inicial, Profissional de Nível Superior do SUS **20 horas** semanal, da Lei Municipal nº 750/2008, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde de Vila Rica – SUS-VR, conforme demonstra o anexo III desta Lei.

Art. 4º - Fica reajustado no percentual de 68,3489% (Sessenta e oito inteiros e trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove décimos de milhar por cento) da tabela de vencimento do Cargo de **Terapeuta Ocupacional**, alterando o Anexo I, vencimento inicial, Profissional de Nível Superior do Magistério Público Municipal **40 horas** semanal, da Lei Municipal nº 748/2008, que institui o Dispõe sobre a reformulação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Vila Rica – MT, conforme demonstra o anexo IV desta Lei.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2024.

Art. 7º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de dezembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
FARMACÊUTICO					
Classe	A Ensino Superior Completo	B Especialista	C Especialista/360hs	D Mestrado	E Doutorado
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	R\$ 8.326,85	R\$ 8.743,19	R\$ 9.159,54	R\$ 9.575,88	R\$ 9.992,22
2	R\$ 8.493,39	R\$ 8.918,06	R\$ 9.342,73	R\$ 9.767,40	R\$ 10.192,06
3	R\$ 8.663,25	R\$ 9.096,42	R\$ 9.529,58	R\$ 9.962,74	R\$ 10.395,91
4	R\$ 8.836,52	R\$ 9.278,35	R\$ 9.720,17	R\$ 10.162,00	R\$ 10.603,82
5	R\$ 9.013,25	R\$ 9.463,91	R\$ 9.914,58	R\$ 10.365,24	R\$ 10.815,90
6	R\$ 9.193,52	R\$ 9.653,19	R\$ 10.112,87	R\$ 10.572,54	R\$ 11.032,22
7	R\$ 9.377,39	R\$ 9.846,25	R\$ 10.315,12	R\$ 10.783,99	R\$ 11.252,86
8	R\$ 9.564,93	R\$ 10.043,18	R\$ 10.521,43	R\$ 10.999,67	R\$ 11.477,92
9	R\$ 9.756,23	R\$ 10.244,04	R\$ 10.731,86	R\$ 11.219,67	R\$ 11.707,48
10	R\$ 9.951,36	R\$ 10.448,92	R\$ 10.946,49	R\$ 11.444,06	R\$ 11.941,63
11	R\$ 10.150,38	R\$ 10.657,90	R\$ 11.165,42	R\$ 11.672,94	R\$ 12.180,46
12	R\$ 10.353,39	R\$ 10.871,06	R\$ 11.388,73	R\$ 11.906,40	R\$ 12.424,07
13	R\$ 10.560,46	R\$ 11.088,48	R\$ 11.616,51	R\$ 12.144,53	R\$ 12.672,55
14	R\$ 10.771,67	R\$ 11.310,25	R\$ 11.848,84	R\$ 12.387,42	R\$ 12.926,00
15	R\$ 10.987,10	R\$ 11.536,46	R\$ 12.085,81	R\$ 12.635,17	R\$ 13.184,52
16	R\$ 11.206,84	R\$ 11.767,19	R\$ 12.327,53	R\$ 12.887,87	R\$ 13.448,21
17	R\$ 11.430,98	R\$ 12.002,53	R\$ 12.574,08	R\$ 13.145,63	R\$ 13.717,18
18	R\$ 11.659,60	R\$ 12.242,58	R\$ 12.825,56	R\$ 13.408,54	R\$ 13.991,52
19	R\$ 11.892,79	R\$ 12.487,43	R\$ 13.082,07	R\$ 13.676,71	R\$ 14.271,35
20	R\$ 12.130,65	R\$ 12.737,18	R\$ 13.343,71	R\$ 13.950,25	R\$ 14.556,78
21	R\$ 12.373,26	R\$ 12.991,92	R\$ 13.610,59	R\$ 14.229,25	R\$ 14.847,91
22	R\$ 12.620,73	R\$ 13.251,76	R\$ 13.882,80	R\$ 14.513,84	R\$ 15.144,87
23	R\$ 12.873,14	R\$ 13.516,80	R\$ 14.160,45	R\$ 14.804,11	R\$ 15.447,77
24	R\$ 13.130,60	R\$ 13.787,13	R\$ 14.443,66	R\$ 15.100,19	R\$ 15.756,72
25	R\$ 13.393,22	R\$ 14.062,88	R\$ 14.732,54	R\$ 15.402,20	R\$ 16.071,86
26	R\$ 13.661,08	R\$ 14.344,13	R\$ 15.027,19	R\$ 15.710,24	R\$ 16.393,30
27	R\$ 13.934,30	R\$ 14.631,02	R\$ 15.327,73	R\$ 16.024,45	R\$ 16.721,16
28	R\$ 14.212,99	R\$ 14.923,64	R\$ 15.634,29	R\$ 16.344,94	R\$ 17.055,59

29	R\$ 14.497,25	R\$ 15.222,11	R\$ 15.946,97	R\$ 16.671,83	R\$ 17.396,70
30	R\$ 14.787,19	R\$ 15.526,55	R\$ 16.265,91	R\$ 17.005,27	R\$ 17.744,63
31	R\$ 15.082,94	R\$ 15.837,08	R\$ 16.591,23	R\$ 17.345,38	R\$ 18.099,52
32	R\$ 15.384,59	R\$ 16.153,82	R\$ 16.923,05	R\$ 17.692,28	R\$ 18.461,51
33	R\$ 15.692,29	R\$ 16.476,90	R\$ 17.261,52	R\$ 18.046,13	R\$ 18.830,74
34	R\$ 16.006,13	R\$ 16.806,44	R\$ 17.606,75	R\$ 18.407,05	R\$ 19.207,36
35	R\$ 16.326,26	R\$ 17.142,57	R\$ 17.958,88	R\$ 18.775,19	R\$ 19.591,51

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
TERAPEUTA OCUPACIONAL 40 HS					
Classe	A	B	C	D	E
	Ensino Superior Completo	Especialista	Especialista/360hs	Mestrado	Doutorado
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	R\$ 6.819,48	R\$ 7.160,45	R\$ 7.501,43	R\$ 7.842,40	R\$ 8.183,38
2	R\$ 6.955,87	R\$ 7.303,66	R\$ 7.651,46	R\$ 7.999,25	R\$ 8.347,04
3	R\$ 7.094,99	R\$ 7.449,74	R\$ 7.804,49	R\$ 8.159,24	R\$ 8.513,98
4	R\$ 7.236,89	R\$ 7.598,73	R\$ 7.960,58	R\$ 8.322,42	R\$ 8.684,26
5	R\$ 7.381,62	R\$ 7.750,71	R\$ 8.119,79	R\$ 8.488,87	R\$ 8.857,95
6	R\$ 7.529,26	R\$ 7.905,72	R\$ 8.282,18	R\$ 8.658,65	R\$ 9.035,11
7	R\$ 7.679,84	R\$ 8.063,83	R\$ 8.447,83	R\$ 8.831,82	R\$ 9.215,81
8	R\$ 7.833,44	R\$ 8.225,11	R\$ 8.616,78	R\$ 9.008,45	R\$ 9.400,13
9	R\$ 7.990,11	R\$ 8.389,61	R\$ 8.789,12	R\$ 9.188,62	R\$ 9.588,13
10	R\$ 8.149,91	R\$ 8.557,41	R\$ 8.964,90	R\$ 9.372,40	R\$ 9.779,89
11	R\$ 8.312,91	R\$ 8.728,55	R\$ 9.144,20	R\$ 9.559,84	R\$ 9.975,49
12	R\$ 8.479,17	R\$ 8.903,12	R\$ 9.327,08	R\$ 9.751,04	R\$ 10.175,00
13	R\$ 8.648,75	R\$ 9.081,19	R\$ 9.513,62	R\$ 9.946,06	R\$ 10.378,50
14	R\$ 8.821,72	R\$ 9.262,81	R\$ 9.703,90	R\$ 10.144,98	R\$ 10.586,07
15	R\$ 8.998,16	R\$ 9.448,07	R\$ 9.897,97	R\$ 10.347,88	R\$ 10.797,79
16	R\$ 9.178,12	R\$ 9.637,03	R\$ 10.095,93	R\$ 10.554,84	R\$ 11.013,75
17	R\$ 9.361,68	R\$ 9.829,77	R\$ 10.297,85	R\$ 10.765,94	R\$ 11.234,02
18	R\$ 9.548,92	R\$ 10.026,36	R\$ 10.503,81	R\$ 10.981,26	R\$ 11.458,70
19	R\$ 9.739,90	R\$ 10.226,89	R\$ 10.713,89	R\$ 11.200,88	R\$ 11.687,88
20	R\$ 9.934,69	R\$ 10.431,43	R\$ 10.928,16	R\$ 11.424,90	R\$ 11.921,63
21	R\$ 10.133,39	R\$ 10.640,06	R\$ 11.146,73	R\$ 11.653,40	R\$ 12.160,07
22	R\$ 10.336,06	R\$ 10.852,86	R\$ 11.369,66	R\$ 11.886,46	R\$ 12.403,27
23	R\$ 10.542,78	R\$ 11.069,92	R\$ 11.597,06	R\$ 12.124,19	R\$ 12.651,33
24	R\$ 10.753,63	R\$ 11.291,31	R\$ 11.829,00	R\$ 12.366,68	R\$ 12.904,36
25	R\$ 10.968,71	R\$ 11.517,14	R\$ 12.065,58	R\$ 12.614,01	R\$ 13.162,45
26	R\$ 11.188,08	R\$ 11.747,48	R\$ 12.306,89	R\$ 12.866,29	R\$ 13.425,70
27	R\$ 11.411,84	R\$ 11.982,43	R\$ 12.553,03	R\$ 13.123,62	R\$ 13.694,21
28	R\$ 11.640,08	R\$ 12.222,08	R\$ 12.804,09	R\$ 13.386,09	R\$ 13.968,09
29	R\$ 11.872,88	R\$ 12.466,52	R\$ 13.060,17	R\$ 13.653,81	R\$ 14.247,46
30	R\$ 12.110,34	R\$ 12.715,85	R\$ 13.321,37	R\$ 13.926,89	R\$ 14.532,40
31	R\$ 12.352,54	R\$ 12.970,17	R\$ 13.587,80	R\$ 14.205,43	R\$ 14.823,05
32	R\$ 12.599,59	R\$ 13.229,57	R\$ 13.859,55	R\$ 14.489,53	R\$ 15.119,51
33	R\$ 12.851,59	R\$ 13.494,17	R\$ 14.136,75	R\$ 14.779,32	R\$ 15.421,90
34	R\$ 13.108,62	R\$ 13.764,05	R\$ 14.419,48	R\$ 15.074,91	R\$ 15.730,34
35	R\$ 13.370,79	R\$ 14.039,33	R\$ 14.707,87	R\$ 15.376,41	R\$ 16.044,95

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
TERAPEUTA OCUPACIONAL 20 HS					
Classe	A	B	C	D	E
	Ensino Superior Completo	Especialista	Especialista/360hs	Mestrado	Doutorado
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	R\$ 3.409,74	R\$ 3.580,23	R\$ 3.750,71	R\$ 3.921,20	R\$ 4.091,69
2	R\$ 3.477,93	R\$ 3.651,83	R\$ 3.825,73	R\$ 3.999,63	R\$ 4.173,52
3	R\$ 3.547,49	R\$ 3.724,87	R\$ 3.902,24	R\$ 4.079,62	R\$ 4.256,99
4	R\$ 3.618,44	R\$ 3.799,37	R\$ 3.980,29	R\$ 4.161,21	R\$ 4.342,13
5	R\$ 3.690,81	R\$ 3.875,35	R\$ 4.059,89	R\$ 4.244,43	R\$ 4.428,97
6	R\$ 3.764,63	R\$ 3.952,86	R\$ 4.141,09	R\$ 4.329,32	R\$ 4.517,55
7	R\$ 3.839,92	R\$ 4.031,92	R\$ 4.223,91	R\$ 4.415,91	R\$ 4.607,91
8	R\$ 3.916,72	R\$ 4.112,56	R\$ 4.308,39	R\$ 4.504,23	R\$ 4.700,06
9	R\$ 3.995,05	R\$ 4.194,81	R\$ 4.394,56	R\$ 4.594,31	R\$ 4.794,06
10	R\$ 4.074,95	R\$ 4.278,70	R\$ 4.482,45	R\$ 4.686,20	R\$ 4.889,95
11	R\$ 4.156,45	R\$ 4.364,28	R\$ 4.572,10	R\$ 4.779,92	R\$ 4.987,74
12	R\$ 4.239,58	R\$ 4.451,56	R\$ 4.663,54	R\$ 4.875,52	R\$ 5.087,50
13	R\$ 4.324,37	R\$ 4.540,59	R\$ 4.756,81	R\$ 4.973,03	R\$ 5.189,25
14	R\$ 4.410,86	R\$ 4.631,41	R\$ 4.851,95	R\$ 5.072,49	R\$ 5.293,03
15	R\$ 4.499,08	R\$ 4.724,03	R\$ 4.948,99	R\$ 5.173,94	R\$ 5.398,90

16	R\$ 4.589,06	R\$ 4.818,51	R\$ 5.047,97	R\$ 5.277,42	R\$ 5.506,87
17	R\$ 4.680,84	R\$ 4.914,88	R\$ 5.148,93	R\$ 5.382,97	R\$ 5.617,01
18	R\$ 4.774,46	R\$ 5.013,18	R\$ 5.251,91	R\$ 5.490,63	R\$ 5.729,35
19	R\$ 4.869,95	R\$ 5.113,45	R\$ 5.356,94	R\$ 5.600,44	R\$ 5.843,94
20	R\$ 4.967,35	R\$ 5.215,71	R\$ 5.464,08	R\$ 5.712,45	R\$ 5.960,82
21	R\$ 5.066,69	R\$ 5.320,03	R\$ 5.573,36	R\$ 5.826,70	R\$ 6.080,03
22	R\$ 5.168,03	R\$ 5.426,43	R\$ 5.684,83	R\$ 5.943,23	R\$ 6.201,63
23	R\$ 5.271,39	R\$ 5.534,96	R\$ 5.798,53	R\$ 6.062,10	R\$ 6.325,67
24	R\$ 5.376,82	R\$ 5.645,66	R\$ 5.914,50	R\$ 6.183,34	R\$ 6.452,18
25	R\$ 5.484,35	R\$ 5.758,57	R\$ 6.032,79	R\$ 6.307,01	R\$ 6.581,22
26	R\$ 5.594,04	R\$ 5.873,74	R\$ 6.153,44	R\$ 6.433,15	R\$ 6.712,85
27	R\$ 5.705,92	R\$ 5.991,22	R\$ 6.276,51	R\$ 6.561,81	R\$ 6.847,10
28	R\$ 5.820,04	R\$ 6.111,04	R\$ 6.402,04	R\$ 6.693,04	R\$ 6.984,05
29	R\$ 5.936,44	R\$ 6.233,26	R\$ 6.530,08	R\$ 6.826,91	R\$ 7.123,73
30	R\$ 6.055,17	R\$ 6.357,93	R\$ 6.660,69	R\$ 6.963,44	R\$ 7.266,20
31	R\$ 6.176,27	R\$ 6.485,09	R\$ 6.793,90	R\$ 7.102,71	R\$ 7.411,53
32	R\$ 6.299,80	R\$ 6.614,79	R\$ 6.929,78	R\$ 7.244,77	R\$ 7.559,76
33	R\$ 6.425,79	R\$ 6.747,08	R\$ 7.068,37	R\$ 7.389,66	R\$ 7.710,95
34	R\$ 6.554,31	R\$ 6.882,02	R\$ 7.209,74	R\$ 7.537,46	R\$ 7.865,17
35	R\$ 6.685,40	R\$ 7.019,67	R\$ 7.353,94	R\$ 7.688,20	R\$ 8.022,47

ANEXO IV

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL					
TERAPEUTA OCUPACIONAL 40 HS					
Classe	A Ensino Superior Completo	B Especialista	C Especialista/360hs	D Mestrado	E Doutorado
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	R\$ 6.819,48	R\$ 7.160,45	R\$ 7.501,43	R\$ 7.842,40	R\$ 8.183,38
2	R\$ 6.955,87	R\$ 7.303,66	R\$ 7.651,46	R\$ 7.999,25	R\$ 8.347,04
3	R\$ 7.094,99	R\$ 7.449,74	R\$ 7.804,49	R\$ 8.159,24	R\$ 8.513,98
4	R\$ 7.236,89	R\$ 7.598,73	R\$ 7.960,58	R\$ 8.322,42	R\$ 8.684,26
5	R\$ 7.381,62	R\$ 7.750,71	R\$ 8.119,79	R\$ 8.488,87	R\$ 8.857,95
6	R\$ 7.529,26	R\$ 7.905,72	R\$ 8.282,18	R\$ 8.658,65	R\$ 9.035,11
7	R\$ 7.679,84	R\$ 8.063,83	R\$ 8.447,83	R\$ 8.831,82	R\$ 9.215,81
8	R\$ 7.833,44	R\$ 8.225,11	R\$ 8.616,78	R\$ 9.008,45	R\$ 9.400,13
9	R\$ 7.990,11	R\$ 8.389,61	R\$ 8.789,12	R\$ 9.188,62	R\$ 9.588,13
10	R\$ 8.149,91	R\$ 8.557,41	R\$ 8.964,90	R\$ 9.372,40	R\$ 9.779,89
11	R\$ 8.312,91	R\$ 8.728,55	R\$ 9.144,20	R\$ 9.559,84	R\$ 9.975,49
12	R\$ 8.479,17	R\$ 8.903,12	R\$ 9.327,08	R\$ 9.751,04	R\$ 10.175,00
13	R\$ 8.648,75	R\$ 9.081,19	R\$ 9.513,62	R\$ 9.946,06	R\$ 10.378,50
14	R\$ 8.821,72	R\$ 9.262,81	R\$ 9.703,90	R\$ 10.144,98	R\$ 10.586,07
15	R\$ 8.998,16	R\$ 9.448,07	R\$ 9.897,97	R\$ 10.347,88	R\$ 10.797,79
16	R\$ 9.178,12	R\$ 9.637,03	R\$ 10.095,93	R\$ 10.554,84	R\$ 11.013,75
17	R\$ 9.361,68	R\$ 9.829,77	R\$ 10.297,85	R\$ 10.765,94	R\$ 11.234,02
18	R\$ 9.548,92	R\$ 10.026,36	R\$ 10.503,81	R\$ 10.981,26	R\$ 11.458,70
19	R\$ 9.739,90	R\$ 10.226,89	R\$ 10.713,89	R\$ 11.200,88	R\$ 11.687,88
20	R\$ 9.934,69	R\$ 10.431,43	R\$ 10.928,16	R\$ 11.424,90	R\$ 11.921,63
21	R\$ 10.133,39	R\$ 10.640,06	R\$ 11.146,73	R\$ 11.653,40	R\$ 12.160,07
22	R\$ 10.336,06	R\$ 10.852,86	R\$ 11.369,66	R\$ 11.886,46	R\$ 12.403,27
23	R\$ 10.542,78	R\$ 11.069,92	R\$ 11.597,06	R\$ 12.124,19	R\$ 12.651,33
24	R\$ 10.753,63	R\$ 11.291,31	R\$ 11.829,00	R\$ 12.366,68	R\$ 12.904,36
25	R\$ 10.968,71	R\$ 11.517,14	R\$ 12.065,58	R\$ 12.614,01	R\$ 13.162,45
26	R\$ 11.188,08	R\$ 11.747,48	R\$ 12.306,89	R\$ 12.866,29	R\$ 13.425,70
27	R\$ 11.411,84	R\$ 11.982,43	R\$ 12.553,03	R\$ 13.123,62	R\$ 13.694,21
28	R\$ 11.640,08	R\$ 12.222,08	R\$ 12.804,09	R\$ 13.386,09	R\$ 13.968,09
29	R\$ 11.872,88	R\$ 12.466,52	R\$ 13.060,17	R\$ 13.653,81	R\$ 14.247,46
30	R\$ 12.110,34	R\$ 12.715,85	R\$ 13.321,37	R\$ 13.926,89	R\$ 14.532,40
31	R\$ 12.352,54	R\$ 12.970,17	R\$ 13.587,80	R\$ 14.205,43	R\$ 14.823,05
32	R\$ 12.599,59	R\$ 13.229,57	R\$ 13.859,55	R\$ 14.489,53	R\$ 15.119,51
33	R\$ 12.851,59	R\$ 13.494,17	R\$ 14.136,75	R\$ 14.779,32	R\$ 15.421,90
34	R\$ 13.108,62	R\$ 13.764,05	R\$ 14.419,48	R\$ 15.074,91	R\$ 15.730,34
35	R\$ 13.370,79	R\$ 14.039,33	R\$ 14.707,87	R\$ 15.376,41	R\$ 16.044,95

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 2.095/2023

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.434.114,65 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL CENTO E QUATORZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO (LOA Nº 1.968/2022), EXERCÍCIO 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - LOA nº 1.968/2022 - Exercício 2023, no orçamento vigente o valor de **R\$ 1.434.114,65 (um milhão quatrocentos e trinta e quatro mil cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos)**, por anulação parcial de recursos, com a seguinte classificação funcional programática:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	VALOR
UNIDADE: 04.01 - GABINETE DA SECRETÁRIA	
4.123.008.2.014 - PASEP - PROGRAMA DE FORM. DO PATRIMONIO DO TRABALHADOR	
(44) 3.3.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 255.000,00
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE: 05.02 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.040.2.041 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 969.680,57
ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	
UNIDADE: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
20.606.015.2.076 - MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR	
(262) 3.3.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 39.434,08
ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DESPORTO E LAZER	
UNIDADE: 10.03 - CULTURA E LAZER	
13.392.048.2.101 - MANUTENÇÃO E APOIO A FESTAS CULTURAIS	
(318) 3.3.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 170.000,00
VALOR TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	R\$ 1.434.114,65

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito especial autorizado no Artigo 1º desta Lei, serão anulados o valor de **R\$ 1.434.114,65 (um milhão quatrocentos e trinta e quatro mil cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos)** com Recursos não vinculados de impostos (Transferências de Impostos e Taxas), na forma dos artigos 41,42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei

Federal 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial de dotação orçamentária, a seguir especificada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	VALOR
UNIDADE: 04.01 - GABINETE DA SECRETÁRIA	
99.999.999.9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 464.434,08
(48) 9.9.99.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	
ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
UNIDADE: 07.02 - URBANISMO E INFRAESTRUTURA	
25.752.061.1.290 - IMPLANTAÇÃO USINA FOTOVOLTAICA	
(230) 4.4.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 497.023,94
16.482.061.1.315 - CONV. ASS. BENF. CASAS DO CONJ. HAB. D.ª JOANA II	
(364) 4.4.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 99.779,75
UNIDADE: 07.03 - SAEVIR	
17.512.076.1.335 - AMPLIAÇÃO DA REDE SANEAMENTO BÁSICO	
(372) 4.4.90.00.00.00.00.00.0500-APLICAÇÕES DIRETAS (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS)	R\$ 372.876,88
VALOR TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	R\$ 1.434.114,65

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

IMPREV ANEXO IX (LRF, ART.53, § 1º INCISO I)



MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Página : 1 / 1
Data de emissão: 14/12/2023
Exercício de 2023

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	10.350,00	8.289,00	2.061,00
Investimentos	10.350,00	8.289,00	2.061,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	10.350,00	8.289,00	2.061,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	10.350,00	8.289,00	2.061,00

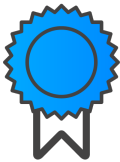
Vila Rica, 14/12/2023

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA. Emissão: 14/12/2023, às 15:20:22.
Nota(s) Explicativa(s):

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

Esse documento foi assinado por



Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
Data/Hora	Tue Dec 19 22:32:48 UTC 2023
Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
Número Serial.	1170115676103352402
Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)